



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2978

Quarta-feira - 13 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Cunha Porã	467	Jupia	975
Agrolândia	4	Curitibanos	470	Lacerdópolis	977
Agronômica	9	Descanso	485	Lages	995
Água Doce	22	Dionísio Cerqueira	540	Laguna	997
Águas de Chapecó	30	Doutor Pedrinho	541	Lajeado Grande	1000
Águas Frias	34	Entre Rios	546	Lauro Muller	1005
Alto Bela Vista	59	Ermo	548	Lebon Régis	1008
Anchieta	60	Faxinal dos Guedes	620	Leoberto Leal	1009
Angelina	67	Flor do Sertão	653	Lindóia do Sul	1040
Anitápolis	68	Forquilha	658	Lontras	1041
Antônio Carlos	69	Fraiburgo	660	Luiz Alves	1047
Apiuna	76	Galvão	664	Luzerna	1049
Arabutã	77	Garopaba	665	Mafra	1051
Arroio Trinta	82	Garuva	695	Maracajá	1053
Balneário Gaivota	99	Gaspar	698	Massaranduba	1054
Balneário Piçarras	100	Governador Celso Ramos	777	Matos Costa	1067
Balneário Rincão	104	Grão Pará	782	Meleiro	1073
Bandeirante	108	Gravatal	787	Modelo	1083
Barra Bonita	109	Guaraciaba	788	Monte Carlo	1085
Barra Velha	111	Guaramirim	789	Monte Castelo	1088
Bela Vista do Toldo	135	Guarujá do Sul	792	Morro da Fumaça	1089
Belmonte	136	Guatambú	800	Navegantes	1090
Benedito Novo	138	Herval d'Oeste	802	Nova Erechim	1094
Biguaçu	139	Ibiam	812	Nova Itaberaba	1101
Blumenau	161	Ibicaré	816	Nova Trento	1103
Bom Jardim da Serra	206	Ibirama	818	Nova Veneza	1110
Bom Jesus do Oeste	207	Ilhota	831	Novo Horizonte	1113
Bom Retiro	209	Imarui	835	Orleans	1114
Botuvera	213	Imbituba	836	Otacílio Costa	1177
Braço do Trombudo	216	Indaial	852	Ouro	1179
Brusque	222	Iomerê	868	Palhoça	1182
Caçador	228	Ipira	869	Palma Sola	1220
Caibi	236	Iporã do Oeste	870	Palmitos	1225
Camboriú	251	Ipuacú	871	Papanduva	1226
Campo Alegre	252	Ipumirim	874	Paraíso	1229
Campo Erê	313	Iraceminha	891	Passos Maia	1244
Campos Novos	315	Irani	894	Paulo Lopes	1273
Canoinhas	329	Irineópolis	896	Penha	1274
Capinzal	333	Itá	897	Pescaria Brava	1295
Caxambu do Sul	337	Itaiópolis	900	Petrolândia	1303
Chapadão do Lageado	338	Itapema	901	Pinhalzinho	1304
Chapecó	340	Itapiranga	904	Pinheiro Preto	1308
Cocal do Sul	362	Itapoá	912	Piratuba	1319
Concórdia	421	Ituporanga	921	Pomerode	1328
Cordilheira Alta	445	Jaborá	932	Ponte Alta do Norte	1332
Coronel Freitas	450	Jacinto Machado	933	Ponte Serrada	1334
Coronel Martins	457	Jaraguá do Sul	934	Porto Belo	1337
Correia Pinto	460	Joaçaba	967	Porto União	1339
Corupá	461	José Boiteux	973	Pouso Redondo	1341

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2978

Quarta-feira - 13 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Presidente Castello Branco.....	1344	São Bernardino	1587	Tangará.....	1685
Presidente Getúlio	1345	São Bonifácio.....	1602	Tijucas	1708
Presidente Nereu.....	1352	São Carlos	1603	Timbé do Sul	1712
Princesa	1395	São Domingos.....	1604	Timbó	1713
Quilombo.....	1408	São Francisco do Sul.....	1606	Timbó Grande	1720
Rio do Campo	1409	São João Batista.....	1608	Treze de Maio	1724
Rio do Oeste.....	1412	São João do Oeste	1619	Treze Tilias	1725
Rio do Sul.....	1413	São João do Sul	1620	Tunápolis.....	1726
Rio Negrinho.....	1426	São Joaquim	1621	Turvo	1730
Rodeio.....	1433	São José.....	1622	União do Oeste	1732
Romelândia.....	1434	São José do Cedro.....	1629	Urussanga	1746
Saltinho.....	1560	São Lourenço do Oeste.....	1631	Vargeão.....	1753
Santa Helena	1561	São Miguel do Oeste.....	1645	Vargem Bonita	1754
Santa Rosa de Lima.....	1565	Schroeder	1649	Vidal Ramos.....	1755
Santa Terezinha do Progresso	1566	Seara	1678	Videira.....	1756
Santiago do Sul.....	1575	Serra Alta	1679	Vitor Meireles.....	1794
Santo Amaro da Imperatriz	1576	Sombrio.....	1680	Xanxerê.....	1799
São Bento do Sul.....	1578	Sul Brasil	1682	Xaxim.....	1800

Associações

AMERIOS.....	1808	GRANFPOLIS.....	1812
AMMVI	1810	AMEOSC.....	1813

Consórcios

CIMVI.....	1815
CINCATARINA	1817
CIS/AMVI	1818
CISNORDESTE	1824



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 352 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225398

PORTARIA Nº 352/2019
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº 022/2011 e,

Considerando homologação do resultado final do Concurso Público referente ao Edital 001/2016;
Considerando classificação em 1º lugar na vaga de Vigia e; Considerando a apresentação da documentação exigida para posse.
RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público RICK WILLIAN ALMEIDA, portador do CPF nº 061.870.859-65, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de VIGIA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 11 de novembro de 2019.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, no Gabinete do Prefeito, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin Nº30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu RICK WILLIAN ALMEIDA a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de VIGIA nomeado pela Portaria N.º 352/2019, de 11 de novembro de 2019.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

RICK WILLIAN ALMEIDA
Empossado

Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2224914



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 3º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro de 2019 (dois mil e dezenove), na Avenida 25 de Julho, nº 850, Centro, a Câmara de Vereadores de Agrolândia esteve reunida em sua 35ª Reunião Ordinária, na qual o Presidente Solicitou a 1ª Secretária para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Rodrigo Biancati, Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Valdinei Eger, Ingo Piske, Clárcio Figueredo, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Isac Ramos e Hélio Miranda de Oliveira.** Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Reunião Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, a 1ª Secretária fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual não havia ninguém inscrito. O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em 2ª votação o **PROJETO DE LEI Nº 037/2019, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.** Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia – APAE e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. Em única votação, a **INDICAÇÃO Nº 047/2019, DE AUTORIA DO VEREADOR HÉLIO MIRANDA DE OLIVEIRA.** Solicita que o Executivo faça a manutenção das lajotas e limpeza das bocas de lobo, na Rua Walter Hedel. Aprovada por unanimidade. E por fim deu entrada o **PROJETO DE LEI Nº 039/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.** Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências, que foi encaminhado para as comissões de Constituição, Legislação e Justiça; de Viação, Obras Públicas e Urbanismo; Abastecimento, Indústria e Comércio; Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social; e Finanças e Orçamento, para emitirem os pareceres. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Reunião Ordinária, para o dia 07 de novembro, em comum acordo com todos os vereadores, no horário e local de costume. Desta forma, para

Página 1 de 2

Ata da 35ª Reunião Ordinária.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Reunião. E assim declarou encerrada a presente Reunião Ordinária.

Plenário Vereador Emil Jansen, 28 de outubro de 2019.

Rodrigo Biancati
Presidente da Mesa

Valdonei Eger
Vice-Presidente

Rejane Ana Schaade Sasse
1ª Secretária

Ingo Piske
2º Secretário

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2224920

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 3º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2019 (dois mil e dezenove), na Avenida 25 de Julho, nº 850, Centro, a Câmara de Vereadores de Agrolândia esteve reunida em sua 36ª Reunião Ordinária, na qual o Presidente Solicitou a 1ª Secretária para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 Vereadores: **Rodrigo Biancati, Adelândio Galvani, Rejane Ana Schaade Sasse, Valdinei Eger, Ingo Piske, Clárcio Figueredo, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Isac Ramos e Hélio Miranda de Oliveira.** Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Reunião Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, a 1ª Secretária fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual havia o senhor Clárcio Figueredo, que teve como assunto "Emenda Impositiva". O Presidente deu início a Ordem do Dia, e colocou em 1ª votação o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2019, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.** Cria subseção, artigos, incisos e parágrafos na Lei Complementar nº 025, de 19 de dezembro de 2001, concernente à concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e do parcelamento do crédito tributário e não tributário inscrito ou não em dívida ativa e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. Em única votação, a **INDICAÇÃO Nº 048/2019, DE AUTORIA DO VEREADOR CLÁRCIO FIGUEREDO.** Solicita a realização de estudos para a execução de calçamento com lajotas da Rua 2 de Novembro. Aprovada por unanimidade. E por fim deu entrada o **PROJETO DE LEI Nº 040/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Agrolândia para o Exercício de 2020, que foi encaminhado para as comissões de Constituição, Legislação e Justiça; de Viação, Obras Públicas e Urbanismo; Abastecimento, Indústria e Comércio; Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social; e Finanças e Orçamento, para emitirem os pareceres. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às

Página 1 de 2

Ata da 36ª Reunião Ordinária.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Reunião Ordinária, para o dia 11 de novembro, no horário e local de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Reunião. E assim declarou encerrada a presente Reunião Ordinária.

Plenário Vereador Emil Jansen, 07 de novembro de 2019.**Rodrigo Biancati**
Presidente da Mesa**Valdonei Eger**
Vice-Presidente**Rejane Ana Schaade Sasse**
1ª Secretária**Ingo Piske**
2º Secretário

INDICAÇÃO Nº 048/2019

Publicação Nº 2225397

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA***"O Poder Unido é mais Forte"*

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGROLÂNDIA****INDICAÇÃO Nº. 048/2019**

Senhor Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do art. 154 do Regimento Interno, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, ouvido o Plenário desta Casa, para que seja solicitada a realização de estudos para a execução de calçamento com lajotas da Rua 2 de Novembro.

JUSTIFICATIVA

A presente rua é de amplo tráfego de toda população, tendo em vista que a mesma dá acesso ao Cemitério Municipal.

A realização do calçamento atenderá de modo satisfatório a toda comunidade e, conseqüentemente, proporcionará uma melhor trafegabilidade, bem como irá solucionar o problema de poeira em época de estiagem, e o fator lama em períodos chuvosos.

E por fim, é importante salientar que a Câmara de Vereadores aprovou a Lei nº 2.699, de 05 de setembro de 2019, posteriormente alterada pela Lei nº 2.706, de 25 de outubro de 2019, que propicia recursos financeiros para a execução desta obra, através da adesão do Município ao Programa BADESC Cidades.

Termos em que
P.Deferimento.

Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia, 31 de outubro de 2019.

Claércio Figueredo
Vereador

Página 1 de 1

Indicação nº 048/2019, de 31 de outubro de 2019.

Agronômica

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 46/2019

Publicação Nº 2225506



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

Pregão Presencial Nº PR46/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos doze dias do mês de novembro do ano de 2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro., o Município de Agronômica, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº PR46/2019 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO E FILTRO PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, e de acordo com a classificação das empresas para cada item constantes da Ata do Pregão em anexo.

3188 - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA (27.720.223/0001-80)

Data Adjudicação	Lote	Item	Material/Serviço	Un d. med ida	Marca	Quan tidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/11/2019	24	115	34506 - FILTRO DO OLEO PEL 108 FORD TRANSIT 2011 MKJ-7393	UN	turbo	6	38,58303	231,50
12/11/2019	24	116	34507 - FILTRO DO AR ARL 9600 FORD TRANSIT 2011 MKJ-7393	UN	turbo	6	24,86462	149,19
12/11/2019	24	117	34508 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 883 FORD TRANSIT 2011 MKJ-7393	UN	turbo	6	115,74909	694,49
12/11/2019	24	118	34509 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 DIESEL FORD TRANSIT 2011 MKJ-7393	L	PETROBRAS	42	38,58303	1.620,49
12/11/2019	24	119	34510 - MAO DE OBRA FORD TRANSIT 2011 MKJ-7393	H	AGROMASTER	6	25,72202	154,33
12/11/2019	25	120	34512 - FILTRO DO OLEO PEL 678 RENAULT MASTER QIY-1517	UN	turbo	6	55,86697	335,20
12/11/2019	25	121	34513 - FILTRO DO AR ARL 5140 RENAULT MASTER QIY-1517	UN	turbo	6	76,91829	461,51
12/11/2019	25	122	34514 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC 947 RENAULT MASTER QIY-1517	UN	turbo	6	56,67663	340,06
12/11/2019	25	123	34515 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 DIESEL RENAULT MASTER QIY-1517	L	PETROBRAS	54	36,43498	1.967,49
12/11/2019	25	124	34516 - MAO DE OBRA RENAULT MASTER QIY-1517	H	AGROMASTER	6	24,28999	145,74
12/11/2019	26	125	34517 - FILTRO DO OLEO PEL 678 RENAULT MASTER QID-5148	UN	turbo	6	51,39308	308,36
12/11/2019	26	126	34518 - FILTRO DO AR ARL 5140 RENAULT MASTER QID-5148	UN	turbo	6	59,2997	355,80
12/11/2019	26	127	34519 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC 947 RENAULT MASTER QID-5148	UN	turbo	6	58,50904	351,05
12/11/2019	26	128	34520 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 DIESEL RENAULT MASTER QID-5148	L	PETROBRAS	54	35,57982	1.921,31
12/11/2019	26	129	34521 - MAO DE OBRA RENAULT MASTER QID-5148	H	AGROMASTER	9	23,71988	213,48
12/11/2019	27	130	34522 - FILTRO DO OLEO PSL 655 MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	UN	turbo	4	71,22093	284,88
12/11/2019	27	131	34523 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 493 MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	UN	turbo	4	93,71175	374,85
12/11/2019	27	132	34524 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 455 MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	UN	turbo	4	61,47491	245,90
12/11/2019	27	133	34525 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 8236 MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	UN	turbo	4	93,71175	374,85
12/11/2019	27	134	34526 - OLEO LUBRIFICANTE SYNTIUM 05W30 SINTETICO MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	L	PETROBRAS	28	33,73623	944,61



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	27	135	34527 - MAO DE OBRA MICROONIBUS IVECO CITYCLASS MIX-6153	H	AGROMAS TER	4	56,22705	224,91
12/11/2019	28	136	34528 - FILTRO DO OLEO PSL 962 ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	UN	turbo	3	35,00497	105,01
12/11/2019	28	137	34529 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 353 ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	UN	turbo	3	93,09831	279,29
12/11/2019	28	138	34530 - FILTRO DO COMBUSTIVEL S3015 ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	UN	turbo	3	85,65045	256,95
12/11/2019	28	139	34531 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	UN	turbo	3	93,09831	279,29
12/11/2019	28	140	34532 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	UN	turbo	3	85,65045	256,95
12/11/2019	28	141	34533 - OLEO LUBRIFICANTE SYNTIUM 05W30 SINTETICO ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	L	PETROBRAS	27	33,51539	904,92
12/11/2019	28	142	34535 - MAO DE OBRA ONIBUS VW 15.190 MJE-3914	H	AGROMAS TER	3	55,85899	167,58
12/11/2019	29	143	34536 - FILTRO DO OLEO PSL 908 ONIBUS VW 15190 MLF-6557	UN	turbo	4	98,75	395,00
12/11/2019	29	144	34537 - FILTRO DO COMBUSTIVEL E422KP D98 ONIBUS VW 15190 MLF-6557	UN	turbo	4	82,05986	328,24
12/11/2019	29	145	34538 - FILTRO DO COMBUSTIVEL R120LJ-10AQII ONIBUS VW 15190 MLF-6557	UN	racor	4	100,83626	403,35
12/11/2019	29	146	34539 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 ONIBUS VW 15190 MLF-6557	UN	turbo	4	86,92781	347,71
12/11/2019	29	147	34540 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 ONIBUS VW 15190 MLF-6557	UN	turbo	4	79,97359	319,89
12/11/2019	29	148	34541 - OLEO LUBRIFICANTE 10W40 SINTETICO ONIBUS VW 15190 MLF-6557	L	VRLUB	80	24,33979	1.947,18
12/11/2019	29	149	34542 - MAO DE OBRA ONIBUS VW 15190 MLF-6557	H	AGROMAS TER	4	52,15669	208,63
12/11/2019	30	150	34543 - FILTRO DO OLEO PSL 908 ONIBUS VW 15190 MKS-3926	UN	turbo	4	98,67303	394,69
12/11/2019	30	151	34544 - FILTRO DO COMBUSTIVEL E422KP D98 ONIBUS VW 15190 MKS-3926	UN	turbo	8	67,62208	540,98
12/11/2019	30	152	34545 - FILTRO DO COMBUSTIVEL R120LJ-10AQII ONIBUS VW 15190 MKS-3926	UN	racor	8	100,05307	800,42
12/11/2019	30	153	34546 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 ONIBUS VW 15190 MKS-3926	UN	turbo	8	86,25265	690,02
12/11/2019	30	154	34547 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 ONIBUS VW 15190 MKS-3926	UN	turbo	8	79,35244	634,82
12/11/2019	30	155	34548 - OLEO LUBRIFICANTE 10W40 SINTETICO ONIBUS VW 15190 MKS-3926	L	VRLUB	80	24,15074	1.932,06
12/11/2019	30	156	34549 - MAO DE OBRA ONIBUS VW 15190 MKS-3926	H	AGROMAS TER	4	51,75159	207,01
12/11/2019	31	157	34550 - FILTRO DO OLEO PSL 908 ONIBUS VW 15190 MKC-8634	UN	turbo	4	98,24233	392,97
12/11/2019	31	158	34551 - FILTRO DO COMBUSTIVEL E422KP D98 ONIBUS VW 15190 MKC-8634	UN	turbo	4	79,00607	316,02
12/11/2019	31	159	34552 - FILTRO DO COMBUSTIVEL R120LJ-10AQII ONIBUS VW 15190 MKC-8634	UN	racor	4	99,61635	398,47
12/11/2019	31	160	34553 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 ONIBUS VW 15190 MKC-8634	UN	turbo	4	85,87616	343,50
12/11/2019	31	161	34554 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 ONIBUS VW 15190 MKC-8634	UN	turbo	4	67,32691	269,31
12/11/2019	31	162	34555 - OLEO LUBRIFICANTE 10W40 SINTETICO ONIBUS VW 15190 MKC-8634	L	VRLUB	80	24,04533	1.923,63
12/11/2019	31	163	34556 - MAO DE OBRA ONIBUS VW 15190 MKC-8634	H	AGROMAS TER	4	51,5257	206,10
12/11/2019	32	164	34557 - FILTRO DO OLEO PSL 655 MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	UN	turbo	4	63,35404	253,42
12/11/2019	32	165	34558 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 493 MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	UN	turbo	4	70,80745	283,23



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	32	166	34559 - FILTRO DO COMBUSTIVEL FCD 0778 MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	UN	turbo	4	81,98758	327,95
12/11/2019	32	167	34560 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 8236 MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	UN	VOX	4	93,1677	372,67
12/11/2019	32	168	34561 - OLEO LUBRIFICANTE SYNTIUM 05W30 SINTETICO MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	L	PETROBRAS	28	33,54037	939,13
12/11/2019	32	169	34562 - MAO DE OBRA MICRO ONIBUS IVECO MKC-6425	H	AGROMAS TER	4	55,90062	223,60
12/11/2019	33	170	34563 - FILTRO DO OLEO PSL 655 MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	UN	turbo	4	72,1446	288,58
12/11/2019	33	171	34564 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 493 MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	UN	turbo	4	87,33293	349,33
12/11/2019	33	172	34565 - FILTRO DO COMBUSTIVEL FCD 0778 MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	UN	turbo	4	74,42285	297,69
12/11/2019	33	173	34566 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 8236 MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	UN	VOX	4	94,9271	379,71
12/11/2019	33	174	34567 - OLEO LUBRIFICANTE SYNTIUM 05W630 SINTETICO MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	L	PETROBRAS	28	34,17376	956,87
12/11/2019	33	175	34568 - MAO DE OBRA MICRO ONIBUS IVECO MKW-4946	H	AGROMAS TER	4	56,95626	227,83
Total							31.850,00	

882 - DONALD STREY EIRELI (03.710.901/0001-65)

Data Adjudicação	Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/11/2019	1	1	34391 - FILTRO DO OLEO TM5 PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-6734	UN	tecfil	3	15,5171	46,55
12/11/2019	1	2	34392 - FILTRO DO AR ARL-4147 PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-6734	UN	tecfil	3	12,55429	37,66
12/11/2019	1	3	34393 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI40/7 PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-6734	UN	tecfil	3	12,55429	37,66
12/11/2019	1	4	34394 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-6734	UN	VORAX	9	22,5475	202,93
12/11/2019	1	5	34395 - MAO DE OBRA PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-6734	H		3	15,06515	45,20
12/11/2019	2	6	34396 - FILTRO DO OLEO TM5 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-4184	UN	tecfil	3	15,5171	46,55
12/11/2019	2	7	34398 - FILTRO DO AR ARL-4147 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-4184	UN	tecfil	3	12,55429	37,66
12/11/2019	2	8	34399 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI40/7 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-4184	UN	tecfil	3	12,55429	37,66
12/11/2019	2	9	34400 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-4184	L	VORAX	9	22,5475	202,93
12/11/2019	2	10	34401 - MAO DE OBRA FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGB-4184	H		3	15,06515	45,20
12/11/2019	3	11	34402 - FILTRO DO OLEO TM5 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA MGF-6429	UN	tecfil	3	15,5171	46,55
12/11/2019	3	12	34403 - FILTRO DO AR ARL-4147 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA -	UN	tecfil	3	12,55429	37,66



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

			6429					
12/11/2019	3	13	34404 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI40/7 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA -6429	UN	teofil	3	12,55429	37,66
12/11/2019	3	14	34405 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA -6429	L	VORAX	9	22,5475	202,93
12/11/2019	3	15	34406 - MAO DE OBRA FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2009/2010 PLACA -6429	H		3	15,06515	45,20
12/11/2019	4	16	34407 - FILTRO DO OLEO TM5 FIAT GRAND SIENA ANO 2019 PLACA QJS-1865	UN	teofil	3	16,69122	50,07
12/11/2019	4	17	34408 - FILTRO DO AR ARL-4152 FIAT GRAND SIENA ANO 2019 PLACA QJS-1865	UN	teofil	3	26,46828	79,40
12/11/2019	4	18	34409 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI41 FIAT GRAND SIENA ANO 2019 PLACA QJS-1865	UN	teofil	3	26,95443	80,86
12/11/2019	4	19	34410 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 FIAT GRAND SIENA ANO 2019 PLACA QJS-1865	L	VORAX	12	24,25358	291,04
12/11/2019	4	20	34411 - MAO DE OBRA FIAT GRAND SIENA ANO 2019 PLACA QJS-1865	H		3	16,20507	48,62
12/11/2019	5	21	34412 - FILTRO DO OLEO TM5 FIAT FIORINO ANO 2019 QJV-6023	UN	teofil	3	16,3752	49,13
12/11/2019	5	22	34413 - FILTRO DO AR ARL-4152 AT FIORINO ANO 2019 QJV-6023	UN	teofil	3	25,96714	77,90
12/11/2019	5	23	34414 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI04/7 AT FIORINO ANO 2019 QJV-6023	UN	teofil	3	13,24854	39,75
12/11/2019	5	24	34415 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 AT FIORINO ANO 2019 QJV-6023	L	VORAX	12	23,79438	285,53
12/11/2019	5	25	34416 - MAO DE OBRA AT FIORINO ANO 2019 QJV-6023	H		3	15,89825	47,69
12/11/2019	7	31	34422 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL TL ANO 2014 OKE-2218	UN	teofil	10	13,41843	134,18
12/11/2019	7	32	34423 - FILTRO DO AR ARL6096 GOL TL ANO 2014 OKE-2218	UN	teofil	10	12,73686	127,37
12/11/2019	7	33	34424 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL TL ANO 2014 OKE-2218	UN	teofil	10	20,86886	208,69
12/11/2019	7	34	34425 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL TL ANO 2014 OKE-2218	L	VORAX	40	21,2991	851,96
12/11/2019	7	35	34426 - MAO DE OBRA GOL TL ANO 2014 OKE-2218	H		10	12,77946	127,79
12/11/2019	9	41	34432 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL 2012 MJS-7711	UN	teofil	10	12,03032	120,30
12/11/2019	9	42	34433 - FILTRO DO AR ARL 6096 GOL 2012 MJS-7711	UN	teofil	10	11,41926	114,19
12/11/2019	9	43	34434 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL 2012 MJS-7711	UN	teofil	10	18,71001	187,10
12/11/2019	9	44	34435 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL 2012 MJS-7711	L	VORAX	40	19,09574	763,83
12/11/2019	9	45	34436 - MAO DE OBRA GOL 2012 MJS-7711	H		10	11,45745	114,57
12/11/2019	10	46	34437 - FILTRO DO OLEO PSL545 GOL 2017 QIT-6232	UN	teofil	10	13,86894	138,69
12/11/2019	10	47	34438 - FILTRO DO AR ARL 6071 GOL 2017 QIT-6232	UN	teofil	10	26,27206	262,72
12/11/2019	10	48	34439 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL 2017 QIT-6232	UN	teofil	10	18,41299	184,13
12/11/2019	10	49	34440 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL 2017 QIT-6232	L	VORAX	40	18,7926	751,70
12/11/2019	10	50	34441 - MAO DE OBRA GOL 2017 QIT-6232	H		10	11,27556	112,76
12/11/2019	11	51	34442 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL TL 2014 OKF-6155	UN	teofil	10	15,77867	157,79
12/11/2019	11	52	34443 - FILTRO DO AR ARL ART6098 GOL TL 2014 OKF-6155	UN	teofil	10	14,92346	149,23
12/11/2019	11	53	34444 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL TL	UN	teofil	10	20,94843	209,48



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

			2014 OKF-6155					
12/11/2019	11	54	34445 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL TL 2014 OKF-6155	L	VORAX	40	21,38032	855,21
12/11/2019	11	55	34446 - MAO DE OBRA GOL TL 2014 OKF-6155	H		10	12,82819	128,28
12/11/2019	12	56	34447 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL TL 2014 OKF-6215	UN	tecfil	10	15,77867	157,79
12/11/2019	12	57	34448 - FILTRO DO AR ART6098 GOL TL 2014 OKF-6215	UN	tecfil	10	14,92346	149,23
12/11/2019	12	58	34449 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL TL 2014 OKF-6215	UN	tecfil	10	20,94843	209,48
12/11/2019	12	59	34450 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL TL 2014 OKF-6215	L	VORAX	40	21,38032	855,21
12/11/2019	12	60	34451 - MAO DE OBRA GOL TL 2014 OKF-6215	H		10	12,82819	128,28
12/11/2019	13	61	34452 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL 2014 OKF-6235	UN	tecfil	10	18,40845	184,08
12/11/2019	13	62	34453 - FILTRO DO AR ART6098 GOL 2014 OKF-6235	UN	tecfil	10	17,4107	174,11
12/11/2019	13	63	34454 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 50/7 GOL 2014 OKF-6235	UN	tecfil	10	24,43984	244,40
12/11/2019	13	64	34455 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL 2014 OKF-6235	L	VORAX	40	24,9437	997,75
12/11/2019	13	65	34456 - MAO DE OBRA GOL 2014 OKF-6235	H		10	14,96622	149,66
12/11/2019	14	66	34457 - FILTRO DO OLEO PSL 545 GOL 2016 QHV-5515	UN	tecfil	10	14,82542	148,25
12/11/2019	14	67	34458 - FILTRO DO AR ARL 6071 GOL 2016 QHV-5515	UN	tecfil	10	28,08393	280,84
12/11/2019	14	68	34459 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 50/7 GOL 2016 QHV-5515	UN	tecfil	10	19,68286	196,83
12/11/2019	14	69	34460 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL 2016 QHV-5515	L	VORAX	40	20,08865	803,55
12/11/2019	14	70	34461 - MAO DE OBRA GOL 2016 QHV-5515	H		10	12,05319	120,53
12/11/2019	16	76	34467 - FILTRO DO OLEO TM3 MONTANA 2012 MJT-4201	UN	tecfil	3	16,03856	48,12
12/11/2019	16	77	34468 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 04/7 MONTANA 2012 MJT-4201	UN	tecfil	3	13,14636	39,44
12/11/2019	16	78	34469 - FILTRO DO AR ARL 8832 MONTANA 2012 MJT-4201	UN	tecfil	3	10,59597	31,79
12/11/2019	16	79	34470 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 MONTANA 2012 MJT-4201	L	VORAX	12	23,61087	283,33
12/11/2019	16	80	34471 - MAO DE OBRA MONTANA 2012 MJT-4201	H		3	15,77564	47,33
12/11/2019	18	86	34477 - FILTRO DO OLEO TM3 MONTANA 2018 QIY-5255	UN	tecfil	3	16,03856	48,12
12/11/2019	18	87	34478 - FILTRO DO AR ARL 8832 MONTANA 2018 QIY-5255	UN	tecfil	3	10,59597	31,79
12/11/2019	18	88	34479 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 04/7 MONTANA 2018 QIY-5255	UN	tecfil	3	13,14636	39,44
12/11/2019	18	89	34480 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 MONTANA 2018 QIY-5255	L	VORAX	12	23,61087	283,33
12/11/2019	18	90	34481 - MAO DE OBRA MONTANA 2018 QIY-5255	H		3	15,77564	47,33
12/11/2019	19	91	34482 - FILTRO DO OLEO PSL 619 CELTA 2002 MBO-7903	UN	tecfil	3	16,59381	49,78
12/11/2019	19	92	34483 - FILTRO DO AR ARL 8834 CELTA 2002 MBO-7903	UN	tecfil	3	15,0807	45,24
12/11/2019	19	93	34484 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 04/7 CELTA 2002 MBO-7903	UN	tecfil	3	12,60928	37,83
12/11/2019	19	94	34485 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 CELTA 2002 MBO-7903	L	VORAX	12	22,64627	271,76
12/11/2019	19	95	34486 - MAO DE OBRA CELTA 2002 MBO-7903	H		3	15,13114	45,39
12/11/2019	22	105	34496 - FILTRO DO OLEO PEL 108 CITROEN AIRCROSS 2016 QID-0593	UN	tecfil	3	23,54477	70,63



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	22	106	34497 - FILTRO DO AR ARL 5053 CITROEN AIRCROSS 2016 QID-0593	UN	tecfil	3	24,09699	72,29
12/11/2019	22	107	34498 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 50/7 CITROEN AIRCROSS 2016 QID-0593	UN	tecfil	3	24,59399	73,78
12/11/2019	22	108	34499 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 CITROEN AIRCROSS 2016 QID-0593	L	VORAX	15	22,54072	338,11
12/11/2019	22	109	34500 - MAO DE OBRA CITROEN AIRCROSS 2016 QID-0593	H		3	15,06062	45,18
12/11/2019	45	240	34634 - FILTRO DO OLEO PSL 280 CIRUS-ZL-30H	UN	tecfil	2	58,00625	116,01
12/11/2019	45	241	34635 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 72/2 CIRUS-ZL-30H	UN	tecfil	2	21,61175	43,22
12/11/2019	45	242	34636 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 410 CIRUS-ZL-30H	UN	tecfil	2	52,06101	104,12
12/11/2019	45	243	34637 - FILTRO DO AR EXTERNO ARL 9834 CIRUS-ZL-30H	UN	tecfil	2	101,72786	203,46
12/11/2019	45	244	34638 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL CIRUS-ZL-30H	L	Maxon	40	19,20152	768,06
12/11/2019	45	245	34639 - MAO DE OBRA CIRUS-ZL-30H	H		3	88,37518	265,13
12/11/2019	46	246	34640 - FILTRO DO OLEO PSL900 TRATOR VALTRA 12	UN	tecfil	3	26,85359	80,56
12/11/2019	46	247	34641 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC2/155 TRATOR VALTRA 12	UN	tecfil	6	18,71614	112,30
12/11/2019	46	248	34642 - FILTRO DO HIDRAULICO RH367 TRATOR VALTRA 12	UN	tecfil	3	113,92432	341,77
12/11/2019	46	249	34643 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 2710 TRATOR VALTRA 12	UN	tecfil	3	71,2027	213,61
12/11/2019	46	250	34644 - FILTRO DO AR INTERNO AS 810 TRATOR VALTRA 12	UN	tecfil	3	45,38194	136,15
12/11/2019	46	251	34645 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL TRATOR VALTRA 12	L	Maxon	24	14,96039	359,05
12/11/2019	46	252	34646 - MAO DE OBRA TRATOR VALTRA 12	H		3	68,85536	206,57
12/11/2019	47	253	34647 - FILTRO DO OLEO PSL 900 TRATOR VALTRA	UN	tecfil	3	27,8658	83,60
12/11/2019	47	254	34648 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC2/155 TRATOR VALTRA	UN	tecfil	6	19,42162	116,53
12/11/2019	47	255	34650 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 2710 TRATOR VALTRA	UN	tecfil	3	73,88659	221,66
12/11/2019	47	256	34651 - FILTRO DO AR INTERNO AS 810 TRATOR VALTRA	UN	tecfil	3	47,09255	141,28
12/11/2019	47	257	34652 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL TRATOR VALTRA	L	Maxon	24	15,5243	372,58
12/11/2019	47	258	34653 - MAO DE OBRA TRATOR VALTRA	H		3	71,45076	214,35
12/11/2019	48	259	34654 - FILTRO DO OLEO PSL 569 TRATOR FORD 06	UN	tecfil	2	63,75153	127,50
12/11/2019	48	260	34655 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 496 TRATOR FORD 06	UN	tecfil	2	28,7932	57,59
12/11/2019	48	261	34656 - FILTRO DO HIDRAULICO PSH 486 TRATOR FORD 06	UN	tecfil	2	40,64922	81,30
12/11/2019	48	262	34657 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 2710 TRATOR FORD 06	UN	tecfil	2	77,06415	154,13
12/11/2019	48	263	34658 - FILTRO DO AR INTERNO AS 810 TRATOR FORD 06	UN	tecfil	2	49,11781	98,24
12/11/2019	48	264	34659 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL TRATOR FORD 06	L	Maxon	40	16,19194	647,68
12/11/2019	48	265	34660 - MAO DE OBRA TRATOR FORD 06	H		3	74,52357	223,57
12/11/2019	49	266	34661 - FILTRO DO OLEO PSL 123 TRATOR LS	UN	tecfil	3	28,88122	86,64
12/11/2019	49	267	34662 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL TRATOR LS	L	Maxon	27	18,70626	505,07
12/11/2019	49	268	34663 - MAO DE OBRA TRATOR LS	H		3	86,09577	258,29
12/11/2019	50	269	34664 - FILTRO DO OLEO PSL 675 RETO CATERPILAR 416 E	UN	tecfil	3	48,9137	146,74
12/11/2019	50	270	34665 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 883 RETO CATERPILAR 416 E	UN	tecfil	3	101,0883	303,26



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	50	271	34666 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 880 RETO CATERPILAR 416 E	UN	tecfil	3	94,56648	283,70
12/11/2019	50	272	34667 - FILTRO HIDRAULICO PSH 1167 RETO CATERPILAR 416 E	UN	tecfil	3	86,74029	260,22
12/11/2019	50	273	34668 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL RETO CATERPILAR 416 E	L	Maxon	27	15,58716	420,85
12/11/2019	50	274	34669 - MAO DE OBRA RETO CATERPILAR 416 E	H		3	71,74009	215,22
12/11/2019	51	275	34670 - FILTRO DO OLEO TM1 MAQUINA DE ROCAR GRAMA	UN	tecfil	4	30,64817	122,59
12/11/2019	51	276	34671 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 20W50 4T MAQUINA DE ROCAR GRAMA	L	VORAX	4	25,94046	103,76
12/11/2019	51	277	34672 - MAO DE OBRA MAQUINA DE ROCAR GRAMA	H		2	28,82273	57,65
12/11/2019	52	278	34673 - FILTRO DE OLEO PSL 962 PATROLA VOLVO	UN	tecfil	3	37,84453	113,53
12/11/2019	52	279	34674 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 79 PATROLA VOLVO	UN	tecfil	3	72,50216	217,51
12/11/2019	52	280	34675 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSD 962 PATROLA VOLVO	UN	tecfil	3	37,84453	113,53
12/11/2019	52	281	34676 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL PATROLA VOLVO	L	Maxon	60	19,04178	1.142,51
12/11/2019	52	282	34677 - MAO DE OBRA PATROLA VOLVO	H		3	87,63997	262,92
12/11/2019	53	283	34678 - FILTRO DO OLEO PSL 171 BOB CAT	UN	tecfil	3	25,28875	75,87
12/11/2019	53	284	34679 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSH 616 BOB CAT	UN	tecfil	3	117,44681	352,34
12/11/2019	53	285	34680 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 5080 BOB CAT	UN	tecfil	3	93,1307	279,39
12/11/2019	53	286	34681 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL BOB CAT	L	Maxon	24	19,37183	464,92
12/11/2019	53	300	34699 - MÃO DE OBRA BOB CAT	S		3	89,15907	267,48
12/11/2019	54	287	34682 - FILTRO DO OLEO PL366 CARREGADEIRA W20D	UN	tecfil	4	20,70781	82,83
12/11/2019	54	288	34683 - FILTRO DO COMBUSTIVEL FC161 CARREGADEIRA W20D	UN	tecfil	8	14,4732	115,79
12/11/2019	54	289	34684 - FILTRO DO AR EXTERNO AP9834 CARREGADEIRA W20D	UN	tecfil	4	93,97931	375,92
12/11/2019	54	290	34685 - FILTRO DO AR INTERNO AS 820 CARREGADEIRA W20D	UN	tecfil	4	64,94385	259,78
12/11/2019	54	291	34686 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL CARREGADEIRA W20D	L	Maxon	80	17,73895	1.419,12
12/11/2019	54	292	34687 - MAO DE OBRA CARREGADEIRA W20D	H		4	81,64369	326,57
12/11/2019	55	293	34688 - FILTRO DO OLEO PSL 282 LB110	UN	tecfil	4	23,54069	94,16
12/11/2019	55	294	34689 - FILTRO DO COMBUSTIVEL R26A50 LB110	UN	tecfil	4	51,86069	207,44
12/11/2019	55	295	34690 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC411 LB110	UN	tecfil	4	45,13801	180,55
12/11/2019	55	296	34691 - FILTRO DO AR EXTERNO TR 7111 LB110	UN	tecfil	4	86,43449	345,74
12/11/2019	55	297	34692 - FILTRO DO AR INTERNO TR7110 LB110	UN	tecfil	4	108,36512	433,46
12/11/2019	55	298	34693 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL LB110	L	Maxon	40	13,50186	540,07
12/11/2019	55	299	34694 - MAO DE OBRA LB110	H		4	62,14244	248,57
Total							30.783,97	

1376 - PRESIDENTE INDL. IMP.E COML. LTDA (00.484.660/0001-95)

Data Adjudicação	Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/11/2019	34	176	34569 - FILTRO DO OLEO PSL 962 ONIBUS	UN	tecfil	3	39,41267	118,24



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

			MARCOPOLO MFQ-4960					
12/11/2019	34	177	34570 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSD 460/1 ONIBUS MARCOPOLO MFQ-4960	UN	teofil	3	68,3153	204,95
12/11/2019	34	178	34571 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSD 530/1 ONIBUS MARCOPOLO MFQ-4960	UN	teofil	3	77,07367	231,22
12/11/2019	34	179	34572 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 3003 ONIBUS MARCOPOLO MQF-4960	UN	teofil	3	115,61051	346,83
12/11/2019	34	180	34573 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 203 ONIBUS MARCOPOLO MFQ-4960	UN	teofil	3	65,68779	197,06
12/11/2019	34	181	34574 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL ONIBUS MARCOPOLO MFQ-4960	L	LUBRAX	27	18,39258	496,60
12/11/2019	34	182	34575 - MAO DE OBRA ONIBUS MARCOPOLO MFQ-4960	H	Propria	3	35,03349	105,10
12/11/2019	35	183	34576 - FILTRO DO OLEO PSL 900 D40 1989 LWS5388	UN	teofil	2	38,80846	77,62
12/11/2019	35	184	34577 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC2/155 D40 1989 LWS5388	UN	teofil	2	26,50334	53,01
12/11/2019	35	185	34578 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC2/255 D40 1989 LWS5388	UN	teofil	2	26,50334	53,01
12/11/2019	35	186	34579 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 2700 D40 1989 LWS5388	UN	teofil	2	102,22717	204,45
12/11/2019	35	187	34580 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL D40 1989 LWS5388	L	LUBRAX	16	21,7706	348,33
12/11/2019	35	188	34581 - MAO DE OBRA D40 1989 LWS5388	H	Propria	3	37,86192	113,59
12/11/2019	36	189	34582 - FILTRO DO OLEO PEL 2002 MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	UN	teofil	4	43,79506	175,18
12/11/2019	36	190	34583 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PEC 3022 MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	UN	teofil	4	57,58239	230,33
12/11/2019	36	191	34584 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSD920/1 MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	UN	teofil	4	90,8342	363,34
12/11/2019	36	192	34585 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	UN	teofil	4	107,05459	428,22
12/11/2019	36	193	34586 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	UN	teofil	4	98,94439	395,78
12/11/2019	36	194	34587 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	L	LUBRAX	80	17,84243	1.427,39
12/11/2019	36	195	34588 - MAO DE OBRA MERCEDES BENS 2729 2014 MKH-2273	H	Propria	4	32,44078	129,76
12/11/2019	37	196	34589 - FILTRO DO OLEO PL519 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 MDE-9320	UN	teofil	4	39,53148	158,13
12/11/2019	37	197	34590 - FILTRO DO COMBUSTIVEL FC 164 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 MDE-9320	UN	teofil	8	18,44802	147,58
12/11/2019	37	198	34591 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 9834 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 MDE-9320	UN	teofil	4	101,90337	407,61
12/11/2019	37	199	34592 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL MERCEDES BENS 1313 1984/1985 MDE-9320	L	LUBRAX	80	19,3265	1.546,12
12/11/2019	37	200	34593 - MAO DE OBRA MERCEDES BENS 1313 1984/1985 MDE-9320	H	Propria	4	35,13909	140,56
12/11/2019	38	201	34594 - FILTRO DO OLEO PL 519 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 LWS-0451	UN	teofil	4	39,53148	158,13
12/11/2019	38	202	34595 - FILTRO DO COMBUSTIVEL FC 164 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 LWS-0451	UN	teofil	8	18,44802	147,58
12/11/2019	38	203	34596 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 9834 MERCEDES BENS 1313 1984/1985 LWS-0451	UN	teofil	4	101,90337	407,61
12/11/2019	38	204	34597 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL MERCEDES BENS 1313 1984/1985 LWS-0451	L	LUBRAX	80	19,3265	1.546,12
12/11/2019	38	205	34598 - MAO DE OBRA MERCEDES BENS 1313 1984/1985 LWS-0451	H	Propria	4	35,13909	140,56
12/11/2019	39	206	34599 - FILTRO DO OLEO PSL 902 RANGER MLZ-9528	UN	teofil	2	41,47541	82,95



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	39	207	34600 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 498 RANGER MLZ-9528	UN	tecfil	2	81,06558	162,13
12/11/2019	39	208	34601 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL RANGER MLZ-9528	L	LUBRAX	14	21,68033	303,52
12/11/2019	39	209	34602 - MAO DE OBRA RANGER MLZ-9528	H	Prorpia	3	47,13115	141,39
12/11/2019	40	210	34603 - FILTRO DO OLEO PSL 962 FORD F4000 1982 LWR-7665	UN	tecfil	2	41,06145	82,12
12/11/2019	40	211	34604 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 496 FORD F4000 1982 LWR-7665	UN	tecfil	2	52,92365	105,85
12/11/2019	40	212	34605 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 7998 FORD F4000 1982 LWR-7665	UN	tecfil	2	89,42272	178,85
12/11/2019	40	213	34606 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL FORD F4000 1982 LWR-7665	L	LUBRAX	24	20,98696	503,69
12/11/2019	40	214	34607 - MAO DE OBRA FORD F4000 1982 LWR-7665	H	Prorpia	3	36,49907	109,50
12/11/2019	41	215	34608 - FILTRO DO OLEO PSL 283 FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	UN	tecfil	4	93,57176	374,29
12/11/2019	41	216	34609 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 75 FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	UN	tecfil	4	56,14306	224,57
12/11/2019	41	217	34610 - FILTRO DO COMBUSTIVEL S 3070 FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	UN	racor	4	110,04039	440,16
12/11/2019	41	218	34611 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 5376 FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	UN	tecfil	4	168,42917	673,72
12/11/2019	41	219	34613 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	L	LUBRAX	80	16,46863	1.317,49
12/11/2019	41	220	34614 - MAO DE OBRA FORD CARGO 2629 2012/2013 MLC-7227	H	Prorpia	4	29,94296	119,77
12/11/2019	42	221	34615 - FILTRO DO OLEO PSL 283 FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	UN	tecfil	4	93,36711	373,47
12/11/2019	42	222	34616 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 75 FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	UN	tecfil	4	56,02027	224,08
12/11/2019	42	223	34617 - FILTRO DO COMBUSTIVEL S3015 FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	UN	racor	4	91,87324	367,49
12/11/2019	42	224	34618 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	UN	tecfil	4	100,83648	403,35
12/11/2019	42	225	34619 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	UN	tecfil	4	91,87324	367,49
12/11/2019	42	226	34620 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	L	LUBRAX	80	16,43261	1.314,61
12/11/2019	42	227	34621 - MAO DE OBRA FORD CARGO 2428 2010 MHO-9306	H	Propria	4	29,87748	119,51
12/11/2019	43	228	34622 - FILTRO DO OLEO PSL 283 FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	UN	tecfil	4	94,11111	376,44
12/11/2019	43	229	34623 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PSC 75 FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	UN	tecfil	4	56,77778	227,11
12/11/2019	43	230	34624 - FILTRO DO COMBUSTIVEL S3070 FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	UN	racor	4	114,33334	457,33
12/11/2019	43	231	34625 - FILTRO DO AR EXTERNO ARS 9839 FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	UN	tecfil	4	105,00	420,00
12/11/2019	43	232	34626 - FILTRO DO AR INTERNO ASR 839 FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	UN	tecfil	4	97,22222	388,89
12/11/2019	43	233	34627 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	L	LUBRAX	88	17,11111	1.505,78
12/11/2019	43	234	34628 - MAO DE OBRA FORD CARGO 2429 2013 MKY-8104	H	Propria	4	31,11111	124,44
12/11/2019	44	235	34629 - FILTRO DO OLEO PSL417 VOLVO 1995 LWW-8471	UN	tecfil	3	60,16731	180,50
12/11/2019	44	236	34630 - FILTRO DO COMBUSTIVEL PC79 VOLVO 1995 LWW-8471	UN	tecfil	3	74,32433	222,97
12/11/2019	44	237	34631 - FILTRO DO AR EXTERNO AP 5571 VOLVO 1995 LWW-8471	UN	tecfil	3	260,13514	780,41



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	44	238	34632 - OLEO LUBRIFICANTE OLEO 15W40 MINERAL VOLVO 1995 LWW-8471	L	LUBRAX	75	19,46589	1.459,94
12/11/2019	44	239	34633 - MAO DE OBRA VOLVO 1995 LWW-8471	H	Propria	3	35,39254	106,18
Total							24.740,00	

816 - MARCIO MIRANDA DA SILVA - ME (73.223.190/0001-80)

Data Adjudicação	Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12/11/2019	6	26	34417 - FILTRO DO OLEO TM2 KOMBI ANO 2019 MGM-7825	UN	tecfil tm2	3	12,20185	36,61
12/11/2019	6	27	34418 - FILTRO DO AR ARS2868 KOMBI ANO 2019 MGM-782	UN	tecfil ars 2868	3	20,809	62,43
12/11/2019	6	28	34419 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 KOMBI ANO 2019 MGM-782	UN	tecfil gl50/7	3	18,97679	56,93
12/11/2019	6	29	34420 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 KOMBI ANO 2019 MGM-782	L	gulf 05w40	12	17,43122	209,17
12/11/2019	6	30	34421 - MAO DE OBRA KOMBI ANO 2019 MGM-782	H	Marcio M. da Silva	3	11,62081	34,86
12/11/2019	8	36	34427 - FILTRO DO OLEO TM2 GOL ECOMOTION 2012 MJS-8391	UN	tecfil tm2	10	12,95573	129,56
12/11/2019	8	37	34428 - FILTRO DO AR ARL 6096 GOL ECOMOTION 2012 MJS-8391	UN	tecfil arl 6096	10	12,29766	122,98
12/11/2019	8	38	34429 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI50/7 GOL ECOMOTION 2012 MJS-8391	UN	tecfil gl50/7	10	20,14924	201,49
12/11/2019	8	39	34430 - OLEO LUBRIFICANTE 05W40 GOL ECOMOTION 2012 MJS-8391	L	gulf 05w40	40	20,56464	822,59
12/11/2019	8	40	34431 - MAO DE OBRA GOL ECOMOTION 2012 MJS-8391	H	MARCIO M.DA SILVA	10	12,33879	123,39
12/11/2019	15	71	34462 - FILTRO DO OLEO TM3 CLASSIC CHEVROLET 2013 MLU-9626	UN	tecfil tm3	3	16,03856	48,12
12/11/2019	15	72	34463 - FILTRO DO AR ARL 8832 CLASSIC CHEVROLET 2013 MLU-9626	UN	tecfil arl 8832	3	10,59597	31,79
12/11/2019	15	73	34464 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 04/7 CLASSIC CHEVROLET 2013 MLU-9626	UN	tecfil gl 047	3	13,14636	39,44
12/11/2019	15	74	34465 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 CLASSIC CHEVROLET 2013 MLU-9626	L	gulf 05w30	12	23,61087	283,33
12/11/2019	15	75	34466 - MAO DE OBRA CLASSIC CHEVROLET 2013 MLU-9626	H	Marcio M. da Silva	3	15,77564	47,33
12/11/2019	17	81	34472 - FILTRO DO OLEO PEL 674 CRUZE 2011 MJS-5651	UN	tecfil pel 674	3	29,96504	89,90
12/11/2019	17	82	34473 - FILTRO DO AR ARL 8828 CRUZE 2011 MJS-5651	UN	tecfil arl 8828	3	40,15316	120,46
12/11/2019	17	83	34474 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI04/7 CRUZE 2011 MJS-5651	UN	tecfil gl04/7	3	11,98602	35,96
12/11/2019	17	84	34475 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 CRUZE 2011 MJS-5651	L	gulf 05w30	20	21,52689	430,54
12/11/2019	17	85	34476 - MAO DE OBRA CRUZE 2011 MJS-5651	H	Marcio M. da Silva	3	14,38322	43,15
12/11/2019	20	96	34487 - FILTRO DO OLEO PSL 55 HONDA CR-V 2014 MLG-1339	UN	tecfil psl 55	4	19,9869	79,95
12/11/2019	20	97	34488 - FILTRO COMBUSTIVEL GI 04/7 HONDA CR-V 2014 MLG-1339	UN	tecfil gl 04/7	4	12,52312	50,09
12/11/2019	20	98	34489 - OLEO LUBRIFICANTE 10W30 SINTETICO HONDA CR-V 2014 MLG-1339	L	gulf 10w30 sintetico	20	22,99245	459,85
12/11/2019	20	99	34490 - MAO DE OBRA HONDA CR-V 2014 MLG-1339	H	Marcio M. da Silva	4	15,02774	60,11



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.brEmail: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

12/11/2019	21	100	34491 - FILTRO DO OLEO PSL 78 LOGAN 2011 MJB-9412	UN	tecfil psl 78	3	18,95359	56,86
12/11/2019	21	101	34492 - FILTRO DO AR ARL 5138 LOGAN 2011 MJB-9412	UN	tecfil arl 5138	3	23,3275	69,98
12/11/2019	21	102	34493 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 50/7 LOGAN 2011 MJB-9412	UN	tecfil gl 50/7	3	20,4074	61,22
12/11/2019	21	103	34494 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 LOGAN 2011 MJB-9412	L	gulf 05w30	12	18,70366	224,44
12/11/2019	21	104	34495 - MAO DE OBRA LOGAN 2011 MJB-9412	H	Marcio M. da Silva	3	12,49688	37,49
12/11/2019	23	110	34501 - FILTRO DO OLEO TM1 FORD FIESTA 2005 MHU-1520	UN	tecfil tm1	3	21,12183	63,37
12/11/2019	23	111	34502 - FILTRO DO AR ARL 9608 FORD FIESTA 2005 MHU-1520	UN	tecfil arl 9608	3	30,3916	91,17
12/11/2019	23	112	34503 - FILTRO DO COMBUSTIVEL GI 60/7 FORD FIESTA 2005 MHU-1520	UN	tecfil gl 60/7	3	36,41695	109,25
12/11/2019	23	113	34504 - OLEO LUBRIFICANTE 05W30 FORD FIESTA 2005 MHU-1520	L	gulf 05w30	12	29,72948	356,75
12/11/2019	23	114	34505 - MAO DE OBRA FORD FIESTA 2005 MHU-1520	H	Marcio M. da Silva	4	19,86379	79,46
Total							4.770,02	

1.2. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a cada 3 (três) meses, podendo ser alterado o valor tanto para cima como para baixo, sendo publicado em Mural Público.

1.3.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº PR46/2019 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Ata do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1. OBSERVAÇÃO: a Ata de Registro de Preços será válida até 20/09/2020, e as vencedoras do PR36/2019 terão prioridade na ordem de contratação, apenas quanto aos itens da ARP PR 36/2019.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A empresa contratada deverá entregar e/ou executar os serviços, objeto deste Contrato, conforme a necessidade do Município, sempre com requisição assinada pelo (a) responsável, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.2 A PROPONENTE DEVERÁ POSSUIR POSTO DE ENTREGA E/OU ATENDIMENTO DE MÃO DE OBRA A UMA DISTÂNCIA MÁXIMA DE 20 KM DA SEDE DO Município de Agronômica OU QUE QUANDO SOLICITADO ENTREGA OU EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO OBJETO A EMPRESA SE RESPONSABILIZE PELO TRANSPORTE E DESLOCAMENTO ATÉ O MUNICÍPIO.

4.3. No ato da entrega do objeto a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4. Os objetos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5. Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

4.6. O recebimento dos materiais ou serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e característica do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato (Ata de Registro de Preços).



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br

Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Na entrega dos materiais, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.

5.2 O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do material, referente às quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.3 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações:

3 - 1. 2001 . 4 . 122 . 6 . 2.2 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

4 - 1. 2001 . 6 . 182 . 7 . 2.50 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

16 - 1. 3001 . 4 . 123 . 9 . 2.3 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

29 - 1. 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.5 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

32 - 1. 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.8 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

35 - 1. 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.11 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

36 - 1. 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.12 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

37 - 1. 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.13 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

43 - 1. 4001 . 12 . 365 . 18 . 2.10 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

49 - 1. 4001 . 27 . 812 . 21 . 2.18 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

52 - 1. 5001 . 4 . 121 . 10 . 2.49 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

57 - 1. 6001 . 6 . 181 . 41 . 2.28 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

58 - 1. 6001 . 6 . 181 . 41 . 2.28 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

59 - 1. 6001 . 6 . 181 . 41 . 2.28 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

70 - 1. 6001 . 26 . 782 . 39 . 2.26 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

75 - 1. 7001 . 20 . 606 . 46 . 2.29 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

80 - 2. 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.36 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

84 - 2. 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.37 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

92 - 2. 9002 . 10 . 305 . 25 . 2.41 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

93 - 2. 9002 . 10 . 305 . 25 . 2.41 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

97 - 2. 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.39 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

98 - 2. 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.42 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

104 - 3. 10002 . 8 . 244 . 81 . 2.47 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

105 - 3. 10002 . 8 . 244 . 81 . 2.47 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

106 - 3. 10002 . 8 . 244 . 81 . 2.47 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

a) O fornecedor não poderá de forma alguma vender os produtos acima do preço praticado no varejo.

b) A Prefeitura Municipal poderá ter livre acesso de verificar junto ao fornecedor o preço de varejo pós Licitação, quantas vezes forem necessárias, podendo ter preço ofertado diminuído.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:



Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br

Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8.3. Somente serão contratadas as empresas que se comprometem a entregar ou executar o objeto da licitação pelo preço da primeira colocada, caso o registro da mesma venha a ser cancelado, de acordo com a ordem de classificação da Ata do Pregão.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estarão as empresas fornecedoras sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação da empresa;

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Rio do Sul/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Agronômica-Santa Catarina, 12 de novembro de 2019.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
MARCOS AURELIO EGER MGS COMERCIO DE PECAS LTDA	Pregoeiro JULIA FLOR SILVA TONON
DONALD STREY DONALD STREY EIRELI	JAQUELINE TEREZINHA JETHE
CLAUDEMIR BECHTOLD PRESIDENTE INDL. IMP.E COML. LTDA	ACIR TADEU CARDOSO
MARCIO MIRANDA DA SILVA MARCIO MIRANDA DA SILVA - ME	GISELEN ROSA
	RODRIGO MARCELINO

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO LUIZ INÁCIO ROMAN

Publicação Nº 2225490

CONVOCAÇÃO

Vilson Antonio Verona, Vice-Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Convoca o (a) Senhor (a) LUIZ INÁCIO ROMAN, aprovado no Teste Seletivo 02/2019, no cargo de Médico, para apresentar-se em dois dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário. O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 12 de novembro de 2019

Vilson Antonio Verona
Vice-Prefeito

DECRETO Nº 154/2019

Publicação Nº 2225660

DECRETO Nº 154/2019 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC - CMDR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC em exercício, no uso de da atribuição que lhe confere o art. 60 da Lei Complementar Municipal n. 058/2009, de 09 de junho de 2009 e em especial, pela Lei Municipal n. 2.676/2019, de 09 de julho de 2019, que dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Água Doce,

DECRETA:

Art. 1º Na forma determinada no Título I, Capítulo II da Lei Municipal n. 2.676/2019, de 09 de julho de 2019, que dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, como órgão consultivo e orientador da implementação da política municipal de desenvolvimento rural, ficam nomeados como membros deste Conselho, representantes do Poder Público, por dois anos, os seguintes cidadãos:

- I - RICARDO LUIZ DOS SANTOS - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
- II - OELINTON LUIZ FERREIRA HARTCOFF: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
- III - ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;
- IV - RUDIMAR BERGOSSA: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA;
- V - EVANDRO ZANATTO: CÂMARA DE VEREADORES
- VI - VAGNER ANTONIO HARTCOFF: CEDUP. PROFESSOR JALDYR B. F. DA SILVA;
- VII - JOCIEL DA ROSA SURDI: EPAGRI.

Art. 2º Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, representantes da Sociedade Civil, por dois anos, os seguintes cidadãos:

- I - ADENILSON ZANATTA: ASSOCIAÇÃO VALE DO RIO ÁGUA DOCE;
- II - ADAIR ALVES: ASSOCIAÇÃO VALE DO RIO RETIRO;
- III - JOSÉ VALDIR MANNES: Associação de AGRICULTORES nova olinda;
- IV - VALDECIR DORÉ: ASSOCIAÇÃO VALE DO RIO ESTREITO;
- V - JOSÉ CLAUDEMIR KOSTANESKI: ASSOCIAÇÃO DE ASSENTADOS E ASSENTADAS CONQUISTA DA LUTA;
- VI - NEWTON LUIZ BEDIN: SINDICATO RURAL DE ÁGUA DOCE;
- VII - LINDAMIR TORTELLI PANTANO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.

Art. 3º Os serviços prestados em decorrência dessas nomeações são considerados de relevante interesse público, razão pela qual o mandato dos membros ora nomeados será exercido gratuitamente.

Art. 4º As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce - SC, 12 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 155/2019

Publicação Nº 2225666

DECRETO Nº 155/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.730, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – FUNDEB.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0679/233, com a seguinte classificação orçamentária:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
12.361.0010.2.076 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.1.90.00.00.0679/233 Aplicações Diretas R\$ 290.000,00
TOTAL R\$ 290.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE
3.1.90.00.00.0679/01 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0003.2.005 MANUT.SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.
3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
03 DEPTO.DE CULTURA
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.00.0679/106 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 DEPTO. DE ESPORTES
27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08 SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA
04 DEPTO.DE URBANISMO
15.452.0018.2.039 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO
3.1.90.00.00.0679/149 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

15.452.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.00.00.0679/155 Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
TOTAL R\$ 290.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 156/2019

Publicação Nº 2225667

DECRETO Nº 156/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.731, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/231 e 3.1.90.00.00.0679/132, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/231 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/232 Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02 DEPTOS. DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

04.122.0003.2.067 MANUT.DEPTO.COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

3.1.90.00.00.0679/31 Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

3.1.91.00.00.0679/32 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçament R\$ 3.300,00

07 DEPTO. DE CONTABILIDADE

04.122.0003.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.1.91.00.00.0679/47 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçament R\$ 2.700,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 157/2019

Publicação Nº 2225671

DECRETO Nº 157/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.732, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUN. DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento despesa:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
04 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0017.1.011 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA NOVO CEMITÉRIO
4.4.90.00.00.0679/143 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 158/2019

Publicação Nº 2225675

DECRETO Nº 158/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.733, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.140,00 (dez mil e cento e quarenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão correta aplicação recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNAE – Programa Nacional Merenda Escolar

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0060/178 e 3.3.90.00.00.0060/179 com as seguintes classificações orçamentárias:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
12.306.0010.2.079 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL PNAE-PRÉ
3.3.90.00.00.0060/178 Aplicações Diretas R\$ 3.074,00

12.306.0013.2.080 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL PNAE-CRECHE
3.3.90.00.00.0060/179 Aplicações Diretas R\$ 7.066,00
TOTAL R\$ 10.140,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento de despesa:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
12.306.0010.2.075 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PNAE- ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.0060/177 Aplicações Diretas R\$ 10.140,00
TOTAL R\$ 10.140,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.730/2019

Publicação Nº 2225635

LEI Nº 2.730/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – FUNDEB.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0679/233, com a seguinte classificação orçamentária:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2.076 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.00.00.0679/233 Aplicações Diretas	R\$ 290.000,00
TOTAL	R\$ 290.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO	
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE	
04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	
3.1.90.00.00.0679/01 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2.005 MANUT.SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.	
3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
03 DEPTO.DE CULTURA	
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.1.90.00.00.0679/106 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

05 DEPTO. DE ESPORTES	
27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

08 SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA	
04 DEPTO.DE URBANISMO	
15.452.0018.2.039 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
3.1.90.00.00.0679/149 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

15.452.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	
3.3.90.00.00.0679/155 Aplicações Diretas	R\$ 180.000,00
TOTAL	R\$ 290.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.731/2019

Publicação Nº 2225646

LEI Nº 2.731/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/231 e 3.1.90.00.00.0679/132, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.00.0679/231 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.0679/232 Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

02 DEPTOS. DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

04.122.0003.2.067 MANUT.DEPTO.COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

3.1.90.00.00.0679/31 Aplicações Diretas R\$ 41.000,00

3.1.91.00.00.0679/32 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçament R\$ 3.300,00

07 DEPTO. DE CONTABILIDADE

04.122.0003.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.1.91.00.00.0679/47 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçament R\$ 2.700,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 58.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.732/2019

Publicação Nº 2225651

LEI Nº 2.732/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUN. DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento despesa:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
04 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0017.1.011 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA NOVO CEMITÉRIO
4.4.90.00.00.0679/143 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.733/2019

Publicação Nº 2225657

LEI Nº 2.733/2019 – DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.140,00 (dez mil e cento e quarenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão correta aplicação recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNAE – Programa Nacional Merenda Escolar

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0060/178 e 3.3.90.00.00.0060/179 com as seguintes classificações orçamentárias:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
12.306.0010.2.079 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL PNAE-PRÉ
3.3.90.00.00.0060/178 Aplicações Diretas R\$ 3.074,00

12.306.0013.2.080 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL PNAE-CRECHE
3.3.90.00.00.0060/179 Aplicações Diretas R\$ 7.066,00
TOTAL R\$ 10.140,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento de despesa:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
12.306.0010.2.075 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PNAE- ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.0060/177 Aplicações Diretas R\$ 10.140,00
TOTAL R\$ 10.140,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

Águas de Chapecó

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.990-2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224593

LEI MUNICIPAL Nº 1.990/2019
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, DE AVISOS COM O NÚMERO DO DISQUE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (DISQUE 180).
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica obrigatória, no âmbito do município de Águas de Chapecó, a divulgação do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher, nos seguintes estabelecimentos:

- I - hotéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;
- II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- III - casas noturnas de qualquer natureza;
- IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas que promovam eventos com entrada paga;
- V - salões de beleza, academias de dança, ginástica e atividades correlatas;
- VI - postos de serviço autoatendimento, abastecimento de veículos e demais locais de acesso público; e
- VII - prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de que trata esta Lei deve ser estendida aos veículos em geral destinados ao transporte público municipal, bem assim, nos sites da Prefeitura e Câmara Municipal de Águas de Chapecó.

Art. 2º Fica assegurada ao cidadão a publicidade do número de telefone do disque denúncia de violência contra a mulher por meio de placa informava, afixada em locais de fácil acesso, de visualização nítida, fácil leitura e que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado.

Art. 3º Os estabelecimentos especificados nesta Lei deverão afixar placas contendo o seguinte teor:

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DENUNCIE: DISQUE 180 - CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER – DISQUE 190 – EMERGÊNCIA.

Art. 4º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará ao infrator a seguinte penalidade:

- I - No caso de primeira infração, o infrator será notificado para que se cumpram as exigências legais no prazo de noventa 60 (sessenta dias).
- II - Após o prazo previsto no inciso I, o não atendimento do mesmo resultará em uma advertência expedida pelo órgão fiscalizador que concederá mais 45 (quarenta e cinco) dias para a devida regularização.
- III - Após o não cumprimento da Lei no prazo determinado, em 45 (quarenta e cinco) dias, o infrator será penalizado a pagar uma multa em 50% do valor de 01 (um) Ufrn.
- IV – Em caso de reincidência, o valor da multa será duplicado e assim sucessivamente.

Art. 5º Os estabelecimentos especificados no art. 1º desta Lei, para se adaptarem às determinações nela condas, terão o prazo de noventa dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 11 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 1.991-2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224596

LEI MUNICIPAL Nº 1.991/2019
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

	INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DO DOADOR DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DOAÇÃO DE SANGUE E MEDULA" ESTABELECE PROCEDIMENTOS QUE VISAM DIVULGAR, CONSCIENTIZAR E INCENTIVAR A DOAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído e estabelecido, nos termos desta lei, a "Semana Municipal de doador de Sangue e Medula Óssea e conscientização sobre a doação" a realizar-se anualmente na última semana do Mês de Junho, e os procedimentos que visam divulgar, conscientizar, e incentivar a doação de sangue, no município de Águas de Chapecó.

§ 1º A semana Municipal do doador de Sangue e Medula Óssea e conscientização sobre a doação terá por função principal a divulgação, conscientização e incentivo da comunidade com relação a importância e os benefícios da doação de sangue e medula, através de eventos e campanhas a serem desenvolvidas em ação conjunta do poder público com a iniciativa privada.

§ 2º Na semana ora instituída, será intensificada a realização de campanhas educativas de informação e incentivo à doação de sangue e medula.

§ 3º As campanhas de conscientização e incentivo a doação de sangue serão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo, podendo também contar com a colaboração de instituições públicas da esfera estadual e federal e de entidades não governamentais.

§ 4º Pessoas físicas e jurídicas poderão associar-se gratuitamente à Secretaria Municipal de Saúde visando fornecer todo suporte técnico, financeiro e humano que se fizer necessário às campanhas, cuja colaboração constitui relevante prestação de serviços comunitários.

Art. 2º Durante esta semana nas escolas municipais, será promovida por ato do Poder Executivo junto com a Secretaria da Saúde, em todos os níveis, ações educativas e esclarecimentos sobre a importância da doação voluntária de Sangue e Medula Óssea, tais como, palestras, teatros, encontros, entre outros.

Art. 3º Fica autorizado a Secretaria Municipal de Saúde fornecer a todas as escolas do Município, subsídios para que o tema seja amplamente debatido nas salas de aula, durante a semana escolhida para a campanha.

Art. 4º Com o propósito de incentivar as pessoas a se tornarem doadores de Sangue e Medula Óssea, o Município através da Secretaria Municipal de Saúde, além da Semana Municipal do Doador de Sangue e Medula Óssea e conscientização sobre a Doação de Sangue e Medula, realizará campanha permanente de divulgação, conscientização e estímulo à doação de sangue e medula, por intermédio dos seus agentes de saúde, nas visitas realizadas aos residentes do Município.

Parágrafo único. O Executivo Municipal fica autorizado a promover a capacitação dos Agentes de Saúde e Atendentes sobre a doação de sangue e medula, que deve ocorrer no mínimo uma vez ao ano, através de pessoal especializado, com o objetivo de treinar os mesmos e convidar as pessoas para se tornarem doadores de sangue e medula e a realizarem o preenchimento adequado da "Ficha de Candidato à Doação de Sangue e Medula".

Art. 5º O município de Águas de Chapecó fica autorizado a disponibilizar também nos estabelecimentos que compõe o Sistema de Saúde gerenciado pelo Município, nas áreas de recepção, as fichas de candidato a doação de sangue e medula, referida no parágrafo único do Art. 4º desta Lei.

Art. 6º Por ato da Secretaria Municipal será afixado em local público, preferencialmente nas salas de espera dos estabelecimentos que compõe o Sistema de Saúde gerenciado pelo município, a afixação de cartazes incentivando a doação de sangue e medula óssea, bem como informativos com:

I - Os requisitos para doar sangue;

II - Os requisitos para doar medula óssea;

III - As condições necessárias para doar sangue e medula óssea;

IV - Os procedimentos adotados antes de fazer a doação de sangue e medula óssea

Art. 7º As despesas para a implementação do disposto nesta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias e poderão ser custeadas pela iniciativa privada.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 11 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 1.992-2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224599

LEI MUNICIPAL Nº 1.992/2019
DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

	INSTITUI A CAMPANHA "AGOSTO LILÁS" VISANDO SENSIBILIZAR A SOCIEDADE SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E A DIVULGAR A LEI MARIA DA PENHA.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Águas de Chapecó, a Campanha Agosto Lilás, a ser realizada, anualmente, durante todo o mês de agosto, em alusão à data de sanção da lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006).

Parágrafo único. A Campanha Agosto Lilás será incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º A Campanha tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 3º A Campanha prevê a realização, no âmbito do Município de Águas de Chapecó, de ações de mobilização, palestras, debates, encontros, estendendo-se as atividades durante todo o mês de agosto para o público em geral.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal por meio do órgão competente poderá realizar as atividades previstas no artigo 3º desta Lei, podendo fazê-las de forma articulada com os organismos municipais de políticas para mulheres, podendo firmar parcerias e convênios com instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, movimentos sociais, conselhos de direitos e conselhos de classe.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 11 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e publique-se

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2019

Publicação Nº 2225705

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Termo de comp. Nº:	29/2019
Contratante:	MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	ONDE LE-SE: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME JOHN RR SEGURANÇA ÇLTDA-ME LEIA-SE: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME
Objeto:	"REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA NÃO ARMADA DE EVENTOS DESENVOLVIDOS PELA MUNICIPALIDADE".
Valor:	R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).
Proj. Atividade	Orçamento Anual Vigente
Licitação:	Processo de licitação nº73/2019 Pregão Presencial P/ Registro de Preços. Nº.42/2019.
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 15 de outubro de 2019	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

TERMO DE RETIFICAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2019

Publicação Nº 2224711

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Termo de comp. Nº:	25/2019
Contratante:	MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	ONDE LE-SE: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA SCS COMÉRCIO LTDA -EPP ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME LEIA-SE: SCS COMÉRCIO LTDA-EPP
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À FAMILIAS DE BAIXA RENDA E/OU VULNERABILIDADE SOCIAL;
Valor:	R\$ 19.260,00(dezessete mil duzentos e sessenta reais).
Proj. Atividade	Orçamento Anual Vigente
Licitação:	Processo de licitação nº68/2019 Pregão Presencial P/ Registro de Preços. Nº.38/2019.
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 09 de outubro de 2019	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 288/2019

Publicação Nº 2224965

DECRETO Nº 288/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, ao servidor público Municipal Valdoir Francisco Boaro, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2015 a 13/12/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 12 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 289/2019

Publicação Nº 2224967

DECRETO Nº 289/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Nelci Boaro, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01/12/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2015 a 13/12/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 12 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 290/2019

Publicação Nº 2224970

DECRETO Nº290/2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DECRETOS QUE CONCEDEM LICENÇAS-PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam retificados os artigos 2º de cada um dos Decretos números 131/2019, 219/2019, 243/2019, 260/2019, 262/2019, 277/2019, 279/2019, 280/2019, 281/2019, 282/2019, 283/2019, 284/2019, 285/2019, 286/2019 e 287/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2015 a 13/12/2018.

Art. 2º - A alteração visa apenas retificar as datas do período aquisitivo das licenças concedidas, permanecendo as demais disposições inalteradas.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Frias - SC, em 12 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 291/2019

Publicação Nº 2225302

DECRETO Nº 291/2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.272/2019 de 12/11/2019:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.241/2018, no valor de R\$ 164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/ Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 03 – Águas Frias Bem Mais Administração
Projeto/Atividade: 1.005 – Construção/Reforma e Ampliação do Prédio do Centro Adm. Mun.
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.89

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Programa: 04 – Águas Frias Bem Mais Educação
Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Transporte Escolar
Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00 DR 0.1.36

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte
Programa: 0014 – Águas Frias Bem Mais Estradas
Projeto/Atividade: 1.039 – Pavimentação de Estradas Vicinais
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 54.500,00 DR 0.1.89

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Programa: 04 – Águas Frias Bem Mais Educação
Projeto/Atividade: 1.010 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Educação
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00 DR 0.1.36

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte
Programa: 0014 – Águas Frias Bem Mais Estradas
Projeto/Atividade: 1.038 – Edificação para Garagem Municipal
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 154.500,00 DR 0.1.89

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de novembro de 2019.
RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO Nº2/2019

Publicação Nº 2225271

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 89/2019
Edital: LEILÃO Nº.: 2/2019

O Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 05 de dezembro de 2019, que realizará a venda de ativos inseríveis através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA SETE DE SETEMBRO, 512, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (049) 3332-1900 ou no site www.aguasfrias.sc.gov.br.

AGUAS FRIAS, 11 de novembro de 2019
RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

LEI Nº 1.272

Publicação Nº 2224904

Lei nº 1.272/2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.241/2018, no valor de R\$ 164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/ Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 03 – Águas Frias Bem Mais Administração
Projeto/Atividade: 1.005 – Construção/Reforma e Ampliação do Prédio do Centro Adm. Mun.
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00 DR 0.1.89

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Programa: 04 – Águas Frias Bem Mais Educação
Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Transporte Escolar
Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00 DR 0.1.36

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte
Programa: 0014 – Águas Frias Bem Mais Estradas

Projeto/Atividade: 1.039 – Pavimentação de Estradas Vicinais

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 54.500,00 DR 0.1.89

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação

Programa: 04 – Águas Frias Bem Mais Educação

Projeto/Atividade: 1.010 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Educação

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00 DR 0.1.36

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte

Programa: 0014 – Águas Frias Bem Mais Estradas

Projeto/Atividade: 1.038 – Edificação para Garagem Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 154.500,00 DR 0.1.89

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

Publicação Nº 2225852

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Unidade Gestora: 9001 - PREFEITURA E FUNDOS
Período: 01/10/2019 a 31/10/2019

Nível Contábil	S/A	Descrição	D/C	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual
10.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	ATIVO	D	21.708.853,74	D	3.247.503,80	3.468.074,50	21.488.283,04
11.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	ATIVO CIRCULANTE	D	1.815.486,08	D	3.104.546,96	3.339.015,23	1.581.017,81
11.1.0.0.00.00.00.00.00.00	S	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	D	1.142.065,69	D	3.036.513,60	3.215.251,13	963.328,16
11.1.1.0.00.00.00.00.00.00	S	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	D	1.142.065,69	D	3.036.513,60	3.215.251,13	963.328,16
11.1.1.1.00.00.00.00.00.00	S	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	D	1.142.065,69	D	3.036.513,60	3.215.251,13	963.328,16
11.1.1.1.01.00.00.00.00.00	A	CAIXA	D	1.741,22	D	2.430,43	3.855,19	376,46
11.1.1.1.19.00.00.00.00.00	S	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	D	36.952,78	D	2.564.800,19	2.549.464,35	52.288,62
11.1.1.1.19.01.00.00.00.00	S	BANCO DO BRASIL	D	36.952,78	D	2.464.197,07	2.448.861,23	52.288,62
11.1.1.1.19.01.01.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTA MOVIMENTO	D	30.769,54	D	1.868.923,98	1.859.117,19	40.576,33
11.1.1.1.19.01.01.01.00.00	A	CTA. BB MOVIMENTO - 25133 - X	-	-	-	696.982,77	696.982,77	-
11.1.1.1.19.01.01.02.00.00	A	CTA. BB FPM - 27741 - X	-	-	-	601.671,71	570.610,84	31.060,87
11.1.1.1.19.01.01.04.00.00	A	CTA. BB ITR - 7748 - 8	D	833,65	D	1.439,83	2.262,70	10,78
11.1.1.1.19.01.01.08.00.00	A	CTA. BB SNA - 11984 - 9	D	5.226,48	D	7.159,32	12.136,78	249,02
11.1.1.1.19.01.01.09.00.00	A	CTA. BB ICMS - 12899 - 6	D	14.431,67	D	520.901,95	528.023,38	7.310,24
11.1.1.1.19.01.01.11.00.00	A	CTA. BB IPI - 8591 - X	D	2.367,19	D	6.497,94	8.470,72	394,41
11.1.1.1.19.01.01.12.00.00	A	CTA. BB IPVA - 12887 - 2	D	7.910,55	D	34.270,46	40.630,00	1.551,01
11.1.1.1.19.01.02.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS CONTA VINCULADA	D	4.113,85	D	305.434,18	298.730,74	10.817,29
11.1.1.1.19.01.02.04.00.00	A	CTA. BB CONVÊNIO TRANSITO - 12821 - X	-	-	-	450,52	450,52	-
11.1.1.1.19.01.02.05.00.00	A	CTA. BB MERENDA ESCOLAR - FNDE - 12878 - 3	-	-	-	3.030,00	3.030,00	-
11.1.1.1.19.01.02.06.00.00	A	CTA. BB PNAT - 10214 - 8	-	-	-	3.654,42	3.654,42	-
11.1.1.1.19.01.02.07.00.00	A	CTA. BB RADIO-PATRULHA - 5687 - 1	-	-	-	1.349,45	1.349,45	-
11.1.1.1.19.01.02.15.00.00	A	CTA. BB SALÁRIO EDUCAÇÃO - 8134 - 5	-	-	-	49.103,69	49.103,69	-
11.1.1.1.19.01.02.16.00.00	A	CTA. BB CIDE - 10313 - 6	-	-	-	1.916,29	1.916,29	-
11.1.1.1.19.01.02.17.00.00	A	CTA. BB CONVÊNIO TRANSITO - MILITAR - 36470 - 3	-	-	-	228,90	228,90	-
11.1.1.1.19.01.02.18.00.00	A	CTA. BB CONVÊNIO TRANSITO - CIVIL - 36461 - 4	-	-	-	228,90	228,90	-
11.1.1.1.19.01.02.19.00.00	A	CTA. BB FUNDO ESPECIAL - 27748 - 7	D	4.113,85	D	9.622,54	2.919,10	10.817,29
11.1.1.1.19.01.02.22.00.00	A	CTA. BB AJENGAÇÃO DE RENS - 8497 - 2	-	-	-	7.787,31	7.787,31	-

Página: 2 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019

1.1.1.1.1.19.01.02.25.00.00.00	A	CTA. BB COSIP - 8789 - 0	-	8.976,80	-
1.1.1.1.1.19.01.02.26.00.00.00	A	CTA. BB AFM FNDE - EDUCAÇÃO - 9434 - X	-	143,32	-
1.1.1.1.1.19.01.02.27.00.00.00	A	CTA. BB SEC. EDUCAÇÃO - FUNDEB - 9457 - 9	-	218.942,04	-
1.1.1.1.1.19.01.03.00.00.00.00	S	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.069,39 D	229.487,31	895,00 D
1.1.1.1.1.19.01.03.03.00.00.00	A	CTA. FMS BB - MOVIMENTO - 5386 - 4	2.069,39 D	187.311,46	895,00 D
1.1.1.1.1.19.01.03.06.00.00.00	A	CTA. FMS BB - POGRAMA DE ATENÇÃO BASICA ESTADUAL - 9065 - 4	-	40.959,10	-
1.1.1.1.1.19.01.03.07.00.00.00	A	CTA. FMS BB - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAR. BÁSICA ESTADUAL - 9067 - 0	-	1.216,75	-
1.1.1.1.1.19.01.04.00.00.00.00	S	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	61.525,99	-
1.1.1.1.1.19.01.04.05.00.00.00	A	CTA. BB FMS - FEAS - CUSTEIO - 6628 - 1	-	23.349,01	-
1.1.1.1.1.19.01.04.10.00.00.00	A	CTA. BB FMS - FEAS - INVESTIMENTO - 8415 - 8	-	6.487,18	-
1.1.1.1.1.19.01.04.11.00.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO GESTÃO BOLSA FAMÍLIA FNAS - 8582 - 0	-	4.210,48	-
1.1.1.1.1.19.01.04.12.00.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO GESTÃO SUAS FNAS - 8584 - 7	-	14.557,76	-
1.1.1.1.1.19.01.04.13.00.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FNAS - 8586 - 3	-	12.921,56	-
1.1.1.1.1.19.02.00.00.00.00.00	S	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	100.603,12	-
1.1.1.1.1.19.02.01.00.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTA MOVIMENTO	-	12.854,36	-
1.1.1.1.1.19.02.01.01.00.00.00	A	CTA. CX MOVIMENTO - CEF - 72 - 4	-	7.009,50	-
1.1.1.1.1.19.02.01.02.00.00.00	A	CTA. CX FUREBOM - 71003 - 9	-	5.844,86	-
1.1.1.1.1.19.02.02.00.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS CONTA VINCULADA	-	71,16	-
1.1.1.1.1.19.02.02.06.00.00.00	A	CTA. CX CONTRATO DE REPASSE Nº 873014/2018/SEAD/CAIXA - 647186 - 9	-	71,16	-
1.1.1.1.1.19.02.03.00.00.00.00	S	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-	87.677,60	-
1.1.1.1.1.19.02.03.07.00.00.00	A	CTA. FMS CX - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 62408	-	87.540,53	-
1.1.1.1.1.19.02.03.08.00.00.00	A	CTA. FMS CX - Est. Unid. Atenção Esp. em Saúde - 6624087 - 5	-	137,07	-
1.1.1.1.1.50.00.00.00.00.00.00	S	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.103.371,69 D	469.222,98	910.663,08 D
1.1.1.1.1.50.99.00.00.00.00.00	S	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.103.371,69 D	469.222,98	910.663,08 D
1.1.1.1.1.50.99.01.00.00.00.00	S	BANCO DO BRASIL	625.361,01 D	448.309,34	437.949,11 D
1.1.1.1.1.50.99.01.01.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTAS MOVIMENTO APL. FIN.	148.404,56 D	302.581,17	16.233,62 D
1.1.1.1.1.50.99.01.01.01.00.00	A	CTA. BB MOVIMENTO - APL. FINANCEIRA - 25133 - X	65.897,93 D	250.059,85	11.251,57 D
1.1.1.1.1.50.99.01.01.02.00.00	A	CTA. BB FPM - APLIC.FINANC - 27741 - X	76.187,66 D	52.508,79	-
1.1.1.1.1.50.99.01.01.05.00.00	A	CTA. BB RADIO-PATROLHA - APL. FIN. - 5687 - 1	6.318,97 D	12,53	4.982,05 D
1.1.1.1.1.50.99.01.02.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTAS VINCULADAS APL. FIN.	413.180,04 D	144.385,51	389.645,24 D
1.1.1.1.1.50.99.01.02.03.00.00	A	CTA. BB PNAT - APL. FINANCEIRA - 10214 - 8	3.617,97 D	8,11	3.424,25 D
1.1.1.1.1.50.99.01.02.05.00.00	A	CTA. BB MERENDA ESCOLAR - APL. FINANCEIRA - 12878 - 3	2.463,12 D	2.342,41	4.805,53 D
1.1.1.1.1.50.99.01.02.06.00.00	A	CTA. BB POLICIA CIVIL - APL. FINAN. - 36451 - 4	2.895,18 D	235,24	3.130,42 D

Página: 3 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019									
1.1.1.1.1.50.99.01.02.07.00.00	A	CTA. BB POLICIA MILITAR - APL. FINAN. - 36470 - 3	4,82	D	229,24	-	234,06	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.08.00.00	A	CTA. BB CONVÊNIO TRANSITO - APL. FINAN. - 12821 - X	504,12	D	99,78	204,00	399,90	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.12.00.00	A	CTA. BB FMS - FEAS - CUSTEIO - APL. FINANCEIRA - 6628 - 1	11.058,89	D	18.773,92	8.212,24	21.620,57	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.14.00.00	A	CTA. BB SAL. EDUC. - APL. FINANCEIRA - 8134 - 5	100.404,13	D	8.526,47	40.787,70	68.142,90	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.17.00.00	A	CTA. BB ALIENAÇÃO DE BENS - APL. FINANCEIRA - 8497 - 2	105.256,38	D	8.013,38	-	113.269,76	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.18.00.00	A	CTA. BB FMS - FEAS - INVESTIMENTO - APL. FIN. - 8415 - 8	2.284,03	D	6.496,58	-	8.780,61	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.19.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO GESTÃO BOLSA FAMÍLIA FMS - APL. FIN. - 8582 - 0	28.847,41	D	1.489,09	2.780,48	27.556,02	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.20.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO GESTÃO SUAS FMS - APL. FIN. - 8584 - 7	20.380,17	D	38,48	14.557,76	5.860,89	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.21.00.00	A	CTA. BB FMS - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FMS - APL. FIN. - 8586 - 3	7.311,47	D	11.504,91	246,00	18.570,38	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.02.28.00.00	A	CTA. BB AFM FNDE - EDUCAÇÃO - APL. FINANCEIRA - 9434 - X	143,30	D	0,02	143,32	-		
1.1.1.1.1.50.99.01.02.29.00.00	A	CTA. BB SEC. EDUCAÇÃO - FUNDEB - APL. FIN. - 9457 - 9	128.009,05	D	86.627,88	100.786,98	113.849,95	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.03.00.00.00	S	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	63.776,41	D	1.342,66	33.048,82	32.070,25	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.03.04.00.00	A	CTA. FMS BB - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - APL. FIN. - 9065 -	56.746,62	D	109,99	33.048,82	23.807,79	D	
1.1.1.1.1.50.99.01.03.05.00.00	A	CTA. FMS BB - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAR. BÁSICA - APL. FIN. - 9067 - 0	7.029,79	D	1.232,67	-	8.262,46	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.00.00.00.00	S	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	478.010,68	D	20.913,64	26.210,35	472.713,97	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.01.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTAS MOVIMENTO APL. FIN.	15.119,80	D	849,44	10.350,20	5.619,04	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.01.01.00.00	A	CTA. CX APL. - MOVIMENTO - 72 - 4	7.279,51	D	0,67	6.938,34	341,84	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.01.02.00.00	A	CTA. CX APL. FUREBOM - 71003 - 9	7.840,29	D	848,77	3.411,86	5.277,20	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.02.00.00.00	S	BANCOS OFICIAIS - CONTAS VINCULADAS APL. FIN.	327,57	D	-	327,57	-		
1.1.1.1.1.50.99.02.02.06.00.00	A	CTA. CX CONTRATO DE REPASSE Nº 873014/2018/SEAD/CAIXA - APL. FIN. - 647	327,57	D	-	327,57	-		
1.1.1.1.1.50.99.02.03.00.00.00	S	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	462.563,31	D	20.064,20	15.532,58	467.094,93	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.03.07.00.00	A	CTA. FMS CX - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Apl. F	462.426,26	D	20.064,18	15.395,51	467.094,93	D	
1.1.1.1.1.50.99.02.03.08.00.00	A	CTA. FMS CX - Est. Unid. Atenção Esp. em Saúde - Apl. Fin. - 624087 - 5	137,05	D	0,02	137,07	-		
1.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	218.789,17	D	9.682,51	28.425,07	200.046,61	D	
1.1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	S	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	20.137,60	D	9.666,28	28.170,28	1.633,60	D	
1.1.2.1.1.00.00.00.00.00.00	S	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	20.137,60	D	9.666,28	28.170,28	1.633,60	D	
1.1.2.1.1.01.00.00.00.00.00	S	IMPOSTOS	17.464,91	D	8.515,65	24.591,85	1.388,71	D	
1.1.2.1.1.01.05.00.00.00.00.00	A	PTU	7.584,89	D	176,73	7.769,77	8,15	C	
1.1.2.1.1.01.06.00.00.00.00.00	A	ITBI	7.968,00	D	5.143,22	13.111,22	-		
1.1.2.1.1.01.07.00.00.00.00.00	A	ISS	1.912,02	D	3.195,70	3.710,86	1.396,86	D	
1.1.2.1.1.02.00.00.00.00.00.00	S	TAXAS	2.697,76	D	1.150,63	3.578,43	269,96	D	
1.1.2.1.1.02.01.00.00.00.00.00	A	TAXAS PELA EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	486,80	D	1.095,44	1.305,05	277,19	D	
1.1.2.1.1.02.02.00.00.00.00.00	A	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.210,96	D	55,19	2.273,38	7,23	C	

Página: 4 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação
2019

		S	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	C	25,07	-	-	25,07	C
1.1.2.1.1.03.00.00.00.00.00.00	A	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		C	25,07	-	-	25,07	C
1.1.2.1.1.03.01.00.00.00.00.00	S	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		D	198.651,57	16,23	254,79	198.413,01	D
1.1.2.4.0.00.00.00.00.00.00.00	S	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		D	198.651,57	16,23	254,79	198.413,01	D
1.1.2.4.1.00.00.00.00.00.00.00	S	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		D	198.540,31	-	254,79	198.285,52	D
1.1.2.4.1.02.00.00.00.00.00.00	A	DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		D	198.540,31	-	254,79	198.285,52	D
1.1.2.4.1.03.00.00.00.00.00.00	S	JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		D	111,26	16,23	-	127,49	D
1.1.2.4.1.03.02.00.00.00.00.00	A	JUROS E ENCARGOS SOBRE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER		D	111,26	16,23	-	127,49	D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		D	20.494,21	19.816,68	12.122,86	28.188,03	D
1.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		D	3.000,00	3.400,00	3.400,00	3.000,00	D
1.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		D	3.000,00	3.400,00	3.400,00	3.000,00	D
1.1.3.1.1.99.00.00.00.00.00.00	A	ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS		D	3.000,00	3.400,00	3.400,00	3.000,00	D
1.1.3.8.0.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		D	17.494,21	16.416,68	8.722,86	25.188,03	D
1.1.3.8.1.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		D	17.494,21	16.416,68	8.722,86	25.188,03	D
1.1.3.8.1.99.00.00.00.00.00.00	A	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO		D	17.494,21	16.416,68	8.722,86	25.188,03	D
1.1.5.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ESTOQUES		D	396.881,17	28.444,01	76.440,60	348.884,58	D
1.1.5.6.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ALMOXARIFADO		D	396.881,17	28.444,01	76.440,60	348.884,58	D
1.1.5.6.1.00.00.00.00.00.00.00	S	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO		D	396.881,17	28.444,01	76.440,60	348.884,58	D
1.1.5.6.1.01.00.00.00.00.00.00	S	MATERIAL DE CONSUMO		D	69.396,70	-	5.698,00	63.698,70	D
1.1.5.6.1.01.03.00.00.00.00.00	A	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		D	69.396,70	-	5.698,00	63.698,70	D
1.1.5.6.1.04.00.00.00.00.00.00	S	AUTOPEÇAS		D	99.914,38	-	26.232,00	73.682,38	D
1.1.5.6.1.04.01.00.00.00.00.00	A	MATERIAL P/ MANUT. DE VEÍCULOS - PNEUS		D	99.914,38	-	26.232,00	73.682,38	D
1.1.5.6.1.05.00.00.00.00.00.00	S	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		D	227.570,09	28.444,01	44.510,60	211.503,50	D
1.1.5.6.1.05.02.00.00.00.00.00	A	MATERIAL ODONTOLÓGICO		D	8.796,59	545,22	2.173,43	7.168,38	D
1.1.5.6.1.05.03.00.00.00.00.00	A	MATERIAL LABORATORIAL		D	3.684,65	5.308,00	8.992,65	-	D
1.1.5.6.1.05.04.00.00.00.00.00	A	MATERIAL HOSPITALAR		D	26.833,97	2.548,41	4.333,90	25.048,48	D
1.1.5.6.1.05.05.00.00.00.00.00	A	MEDICAMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		D	188.254,88	20.042,38	29.010,62	179.286,64	D
1.1.9.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		D	37.255,84	10.090,16	6.775,57	40.570,43	D
1.1.9.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR		D	36.805,84	8.892,16	6.525,57	39.172,43	D
1.1.9.1.1.00.00.00.00.00.00.00	A	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO		D	36.805,84	8.892,16	6.525,57	39.172,43	D
1.1.9.3.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		D	450,00	1.198,00	250,00	1.398,00	D
1.1.9.3.1.00.00.00.00.00.00.00	A	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO		D	450,00	1.198,00	250,00	1.398,00	D
1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ATIVO NÃO CIRCULANTE		D	19.893.367,66	142.956,84	129.059,27	19.907.265,23	D

	S	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	441.728,66	D	7.928,90	28.649,10	D	421.008,46
	S	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	124.350,95	D	7.910,13	20.861,79	D	111.399,29
	S	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	124.350,95	D	7.910,13	20.861,79	D	111.399,29
	S	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	103.362,66	D	6.114,57	18.312,85	D	91.164,38
	A	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS	103.362,66	D	6.114,57	18.312,85	D	91.164,38
	A	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	24.642,01	D	1.795,56	2.548,94	D	23.888,63
	S (-)	AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	3.653,72	C	-	-	C	3.653,72
	A (-)	AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.044,67	C	-	-	C	3.044,67
	A (-)	AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	609,05	C	-	-	C	609,05
	S	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	317.377,71	D	18,77	7.787,31	D	309.609,17
	S	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	317.377,71	D	18,77	7.787,31	D	309.609,17
	S	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	317.377,71	D	18,77	7.787,31	D	309.609,17
	S	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMOV.	317.377,71	D	18,77	7.787,31	D	309.609,17
	A	Crédito a Receber s/ Alienação de Bens Imóveis	317.377,71	D	18,77	7.787,31	D	309.609,17
	S	INVESTIMENTOS	14.687,37	D	243,00	-	D	14.930,37
	S	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	14.687,37	D	243,00	-	D	14.930,37
	S	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - MUNICIPIO	14.687,37	D	243,00	-	D	14.930,37
	S	PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14.687,37	D	243,00	-	D	14.930,37
	A	PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIOS PÚBLICOS	14.687,37	D	243,00	-	D	14.930,37
	S	IMOBILIZADO	19.436.951,63	D	134.784,94	100.410,17	D	19.471.326,40
	S	BENS MÓVEIS	8.933.374,96	D	21.963,20	-	D	8.955.338,16
	S	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	8.933.374,96	D	21.963,20	-	D	8.955.338,16
	S	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	4.613.585,34	D	2.490,20	-	D	4.616.075,54
	A	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	13.263,69	D	-	-	D	13.263,69
	A	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	52.112,45	D	-	-	D	52.112,45
	A	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LAB	98.550,91	D	2.490,20	-	D	101.041,11
	A	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	96.147,27	D	-	-	D	96.147,27
	A	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.231,76	D	-	-	D	2.231,76
	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	9.460,50	D	-	-	D	9.460,50
	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	20.443,98	D	-	-	D	20.443,98
	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	280,00	D	-	-	D	280,00
	A	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	4.859,00	D	-	-	D	4.859,00
	A	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	1.492.855,88	D	-	-	D	1.492.855,88

Página: 6 de 21
13/11/2019 06:54

Balancete de Verificação
2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

1.2.3.1.1.01.20.00.00.00.00.00	A	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	2.818.450,00	D	-	-	2.818.450,00	D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.00.00.00	A	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	2.100,00	D	-	-	2.100,00	D
1.2.3.1.1.01.99.00.00.00.00.00	A	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.829,90	D	-	-	2.829,90	D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.00.00	S	BENS DE INFORMÁTICA	282.819,50	D	10.375,00	-	293.194,50	D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.00.00.00	A	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	123.057,54	D	10.375,00	-	133.432,54	D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.00.00.00	A	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	159.761,96	D	-	-	159.761,96	D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.00.00	S	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	595.002,12	D	4.806,00	-	599.808,12	D
1.2.3.1.1.03.01.00.00.00.00.00	A	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	74.104,38	D	-	-	74.104,38	D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.00.00.00	A	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	2.567,78	D	-	-	2.567,78	D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.00.00.00	A	MOBILIÁRIO EM GERAL	350.522,45	D	4.806,00	-	355.328,45	D
1.2.3.1.1.03.04.00.00.00.00.00	A	UTENSÍLIOS EM GERAL	167.807,51	D	-	-	167.807,51	D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.00.00	S	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	166.735,64	D	4.292,00	-	171.027,64	D
1.2.3.1.1.04.02.00.00.00.00.00	A	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	2.450,00	D	-	-	2.450,00	D
1.2.3.1.1.04.03.00.00.00.00.00	A	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	35.965,45	D	-	-	35.965,45	D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.00.00.00	A	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	113.827,89	D	4.292,00	-	118.119,89	D
1.2.3.1.1.04.99.00.00.00.00.00	A	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	14.492,30	D	-	-	14.492,30	D
1.2.3.1.1.05.00.00.00.00.00.00	S	VEÍCULOS	3.275.232,36	D	-	-	3.275.232,36	D
1.2.3.1.1.05.01.00.00.00.00.00	A	VEÍCULOS EM GERAL	3.275.232,36	D	-	-	3.275.232,36	D
1.2.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00	S	BENS IMÓVEIS	15.165.031,69	D	112.821,74	18,77	15.277.834,66	D
1.2.3.2.1.00.00.00.00.00.00.00	S	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	15.165.031,69	D	112.821,74	18,77	15.277.834,66	D
1.2.3.2.1.01.00.00.00.00.00.00	S	BENS DE USO ESPECIAL	10.251.659,23	D	21.806,53	18,77	10.273.446,99	D
1.2.3.2.1.01.03.00.00.00.00.00	A	EDIFÍCIOS	7.186.357,04	D	21.806,53	18,77	7.208.144,80	D
1.2.3.2.1.01.04.00.00.00.00.00	A	TERRENOS/GLEBAS	3.065.302,19	D	-	-	3.065.302,19	D
1.2.3.2.1.05.00.00.00.00.00.00	S	BENS DE USO COMUM DO POVO	4.913.372,46	D	91.015,21	-	5.004.387,67	D
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.00.00	A	RUAS	2.100.228,27	D	-	-	2.100.228,27	D
1.2.3.2.1.05.02.00.00.00.00.00	A	PRAÇAS	605.471,01	D	-	-	605.471,01	D
1.2.3.2.1.05.03.00.00.00.00.00	A	ESTRADAS	1.884.596,71	D	34.040,00	-	1.918.636,71	D
1.2.3.2.1.05.06.00.00.00.00.00	A	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	91.175,00	D	-	-	91.175,00	D
1.2.3.2.1.05.99.00.00.00.00.00	A	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	231.901,47	D	56.975,21	-	288.876,68	D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.00.00.00	S	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	4.661.455,02	C	-	100.391,40	4.761.846,42	C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.00.00.00	S	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	4.661.455,02	C	-	100.391,40	4.761.846,42	C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.00.00.00	S	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	2.853.999,93	C	-	64.860,65	2.918.860,58	C
1.2.3.8.1.01.01.00.00.00.00.00	A	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E	1.384.149,63	C	-	30.249,04	1.414.398,67	C

ESTADO DE SANTA CATARINA
 Prefeitura Municipal de Aguas Frias

A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	123.997,23	C	-	-	3.044,83	C	127.042,06
A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	217.686,32	C	-	-	4.542,99	C	222.229,31
A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE RECREACÃO	69.804,93	C	-	-	1.489,03	C	71.293,96
A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	1.058.361,82	C	-	-	25.534,76	C	1.083.896,58
S	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	1.807.455,09	C	-	-	35.530,75	C	1.842.985,84
A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	1.803.116,33	C	-	-	35.422,10	C	1.838.538,43
A	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	4.338,76	C	-	-	108,65	C	4.447,41
S	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.366.628,77	C	1.413.631,59		1.509.820,56	C	21.462.817,74
S	PASSIVO CIRCULANTE	1.791.625,83	C	1.385.705,67		1.509.820,56	C	1.915.740,72
S	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.296.607,47	C	568.181,60		614.990,14	C	1.343.416,01
S	PESSOAL A PAGAR	1.077.077,74	C	484.046,35		523.898,67	C	1.116.930,06
S	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	1.077.077,74	C	484.046,35		523.898,67	C	1.116.930,06
S	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	1.077.077,74	C	484.046,35		523.898,67	C	1.116.930,06
A	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	-	C	478.246,15		478.246,15	C	-
A	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	324.288,36	C	1.151,24		32.970,92	C	356.108,04
A	FÉRIAS	752.789,38	C	4.648,96		12.681,60	C	760.822,02
S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	219.529,73	C	84.135,25		91.091,47	C	226.485,95
S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	219.529,73	C	-		6.956,22	C	226.485,95
S	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	218.257,26	C	-		6.872,98	C	225.130,24
A	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	218.257,26	C	-		6.872,98	C	225.130,24
A	FGTS	1.272,47	C	-		83,24	C	1.355,71
S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFFS - UNIÃO	-	C	84.135,25		84.135,25	C	-
S	INSS A PAGAR	-	C	83.707,12		83.707,12	C	-
A	INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	-	C	83.707,12		83.707,12	C	-
A	FGTS	-	C	428,13		428,13	C	-
S	EMPRESTÍMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	C	32.154,46		32.154,46	C	-
S	EMPRESTÍMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	-	C	27.925,92		27.925,92	C	-
S	EMPRESTÍMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	-	C	27.925,92		27.925,92	C	-
S	EMPRESTÍMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	-	C	27.925,92		27.925,92	C	-
S	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS	-	C	27.925,92		27.925,92	C	-
S	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS (F)	-	C	27.925,92		27.925,92	C	-
A	Contrato nº 2018013601 - BADESC	-	C	14.967,49		14.967,49	C	-
A	Contrato nº 2018013602 - BADESC	-	C	12.958,43		12.958,43	C	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 9 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019									
2.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00	S	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	856.638,19	C	27.925,92	-	828.712,27	C	
2.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00	S	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO	856.638,19	C	27.925,92	-	828.712,27	C	
2.2.2.1.1.02.00.00.00.00.00	S	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	856.638,19	C	27.925,92	-	828.712,27	C	
2.2.2.1.1.02.98.00.00.00.00	S	OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	856.638,19	C	27.925,92	-	828.712,27	C	
2.2.2.1.1.02.98.03.00.00.00	A	Contrato nº 2018013601 - BADESC	411.765,04	C	14.967,49	-	396.797,55	C	
2.2.2.1.1.02.98.04.00.00.00	A	Contrato nº 2018013602 - BADESC	444.873,15	C	12.958,43	-	431.914,72	C	
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.718.364,75	C	-	-	18.718.364,75	C	
2.3.7.0.0.00.00.00.00.00.00	S	RESULTADOS ACUMULADOS	18.718.364,75	C	-	-	18.718.364,75	C	
2.3.7.1.0.00.00.00.00.00.00	S	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	18.718.364,75	C	-	-	18.718.364,75	C	
2.3.7.1.1.00.00.00.00.00.00	S	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	24.406.121,34	D	-	-	24.406.121,34	D	
2.3.7.1.1.02.00.00.00.00.00	A	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.406.121,34	D	-	-	24.406.121,34	D	
2.3.7.1.2.00.00.00.00.00.00	S	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.782.197,83	D	-	-	1.782.197,83	D	
2.3.7.1.2.02.00.00.00.00.00	A	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.782.197,83	D	-	-	1.782.197,83	D	
2.3.7.1.3.00.00.00.00.00.00	S	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	27.363.575,75	C	-	-	27.363.575,75	C	
2.3.7.1.3.02.00.00.00.00.00	A	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.363.575,75	C	-	-	27.363.575,75	C	
2.3.7.1.4.00.00.00.00.00.00	S	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	17.543.108,17	C	-	-	17.543.108,17	C	
2.3.7.1.4.02.00.00.00.00.00	A	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.543.108,17	C	-	-	17.543.108,17	C	
3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	16.544.035,15	D	1.875.060,33	126,30	18.418.969,18	D	
3.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	PESSOAL E ENCARGOS	5.303.051,21	D	607.442,70	-	5.910.493,91	D	
3.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00	S	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.462.960,94	D	512.618,23	-	4.975.579,17	D	
3.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00	S	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	4.462.960,94	D	512.618,23	-	4.975.579,17	D	
3.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00	S	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOL	4.462.960,94	D	512.618,23	-	4.975.579,17	D	
3.1.1.2.1.01.00.00.00.00.00	S	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	3.899.030,45	D	440.490,03	-	4.339.520,48	D	
3.1.1.2.1.01.01.00.00.00.00	A	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	3.573.330,57	D	408.094,73	-	3.981.425,30	D	
3.1.1.2.1.01.22.00.00.00.00	A	13. SALÁRIO	325.699,88	D	32.395,30	-	358.095,18	D	
3.1.1.2.1.02.00.00.00.00.00	S	OUTRAS VPD VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	75.521,27	D	8.535,47	-	84.056,74	D	
3.1.1.2.1.02.99.00.00.00.00	A	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	75.521,27	D	8.535,47	-	84.056,74	D	
3.1.1.2.1.04.00.00.00.00.00	S	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	488.409,22	D	63.592,73	-	552.001,95	D	
3.1.1.2.1.04.17.00.00.00.00	A	SERVIÇOS EVENTUAIS DE PROFESSORES	407.343,25	D	52.844,24	-	460.187,49	D	
3.1.1.2.1.04.25.00.00.00.00	A	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	81.065,97	D	10.748,49	-	91.814,46	D	
3.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S	ENCARGOS PATRONAIS	821.425,27	D	91.091,47	-	912.516,74	D	
3.1.2.2.0.00.00.00.00.00.00	S	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	816.837,82	D	90.580,10	-	907.417,92	D	
3.1.2.2.3.00.00.00.00.00.00	S	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	816.837,82	D	90.580,10	-	907.417,92	D	

Página: 10 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019

3.1.2.2.3.01.00.00.00.00.00.00	A	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	810.838,02	D	90.580,10	-	901.418,12	D
3.1.2.2.3.99.00.00.00.00.00.00	A	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	5.999,80	D	-	-	5.999,80	D
3.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	4.587,45	D	511,37	-	5.098,82	D
3.1.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	S	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	4.587,45	D	511,37	-	5.098,82	D
3.1.2.3.1.01.00.00.00.00.00.00	A	FGTS	4.587,45	D	511,37	-	5.098,82	D
3.1.9.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	18.665,00	D	3.733,00	-	22.398,00	D
3.1.9.9.0.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	18.665,00	D	3.733,00	-	22.398,00	D
3.1.9.9.1.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO	18.665,00	D	3.733,00	-	22.398,00	D
3.1.9.9.1.01.00.00.00.00.00.00	A	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL	18.665,00	D	3.733,00	-	22.398,00	D
3.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	74.456,10	D	8.380,34	-	82.836,44	D
3.2.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	APOSENTADORIAS E REFORMAS	53.845,74	D	6.060,56	-	59.906,30	D
3.2.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	APOSENTADORIAS - RPPS	53.845,74	D	6.060,56	-	59.906,30	D
3.2.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	53.845,74	D	6.060,56	-	59.906,30	D
3.2.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	S	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	53.845,74	D	6.060,56	-	59.906,30	D
3.2.1.1.1.01.01.00.00.00.00.00	A	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	53.845,74	D	6.060,56	-	59.906,30	D
3.2.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	PENSÕES	20.610,36	D	2.319,78	-	22.930,14	D
3.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	PENSÕES - RPPS	20.610,36	D	2.319,78	-	22.930,14	D
3.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	20.610,36	D	2.319,78	-	22.930,14	D
3.2.2.1.1.01.00.00.00.00.00.00	A	PROVENTOS DE PENSÕES	20.610,36	D	2.319,78	-	22.930,14	D
3.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.662.223,12	D	732.206,47	126,30	6.394.303,29	D
3.3.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.339.855,33	D	313.583,56	-	2.653.438,89	D
3.3.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	CONSUMO DE MATERIAL	1.992.385,29	D	278.333,72	-	2.270.719,01	D
3.3.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.992.385,29	D	278.333,72	-	2.270.719,01	D
3.3.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	A	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	803.999,82	D	86.441,62	-	890.441,44	D
3.3.1.1.1.03.00.00.00.00.00.00	A	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	19.502,77	D	1.016,00	-	20.518,77	D
3.3.1.1.1.06.00.00.00.00.00.00	A	GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	125.039,98	D	19.582,97	-	144.622,95	D
3.3.1.1.1.08.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL FARMACOLÓGICO	588,96	D	-	-	588,96	D
3.3.1.1.1.09.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL ODONTOLÓGICO	4.297,06	D	2.173,43	-	6.470,49	D
3.3.1.1.1.14.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	5.998,60	D	141,00	-	6.139,60	D
3.3.1.1.1.15.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	4.450,09	D	2.834,12	-	7.284,21	D
3.3.1.1.1.16.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE EXPEDIENTE	37.950,03	D	1.942,96	-	39.892,99	D
3.3.1.1.1.17.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	28.903,05	D	-	-	28.903,05	D
3.3.1.1.1.19.00.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	-	D	500,00	-	500,00	D

Página: 11 de 21
13/11/2019 06:54

Balancete de Verificação **2019**

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

3.3.1.1.1.20.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	990,00	D	-	-	990,00	D
3.3.1.1.1.21.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE COPA E COZINHA	12.503,51	D	14.465,00	-	26.968,51	D
3.3.1.1.1.22.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	53.914,38	D	4.986,74	-	58.901,12	D
3.3.1.1.1.23.00.00.00.00.00	A	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	50.286,92	D	23.551,40	-	73.838,32	D
3.3.1.1.1.24.00.00.00.00.00	A	MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	218.897,93	D	26.683,37	-	245.581,30	D
3.3.1.1.1.25.00.00.00.00.00	A	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	7.588,89	D	1.420,60	-	9.009,49	D
3.3.1.1.1.26.00.00.00.00.00	A	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	38.141,05	D	21.177,70	-	59.318,75	D
3.3.1.1.1.28.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	6.549,26	D	-	-	6.549,26	D
3.3.1.1.1.31.00.00.00.00.00	A	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	6.301,94	D	-	-	6.301,94	D
3.3.1.1.1.35.00.00.00.00.00	A	MATERIAL LABORATORIAL	-	D	8.992,65	-	8.992,65	D
3.3.1.1.1.36.00.00.00.00.00	A	MATERIAL HOSPITALAR	20.372,34	D	4.333,90	-	24.706,24	D
3.3.1.1.1.39.00.00.00.00.00	A	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	505.497,07	D	51.820,65	-	557.317,72	D
3.3.1.1.1.42.00.00.00.00.00	A	FERRAMENTAS	1.346,10	D	-	-	1.346,10	D
3.3.1.1.1.43.00.00.00.00.00	A	MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	-	D	580,00	-	580,00	D
3.3.1.1.1.44.00.00.00.00.00	A	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	5.942,88	D	4.458,10	-	10.400,98	D
3.3.1.1.1.49.00.00.00.00.00	A	BILHETES DE PASSAGEM	731,94	D	-	-	731,94	D
3.3.1.1.1.99.00.00.00.00.00	A	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	32.590,72	D	1.231,51	-	33.822,23	D
3.3.1.2.0.00.00.00.00.00.00	S	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	347.470,04	D	35.249,84	-	382.719,88	D
3.3.1.2.1.00.00.00.00.00.00	S	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO	347.470,04	D	35.249,84	-	382.719,88	D
3.3.1.2.1.99.00.00.00.00.00	A	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	347.470,04	D	35.249,84	-	382.719,88	D
3.3.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S	SERVIÇOS	2.429.453,71	D	318.231,51	126,30	2.747.558,92	D
3.3.2.1.0.00.00.00.00.00.00	S	DIÁRIAS	47.124,35	D	5.903,04	-	53.027,39	D
3.3.2.1.1.00.00.00.00.00.00	S	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	47.124,35	D	5.903,04	-	53.027,39	D
3.3.2.1.1.01.00.00.00.00.00	S	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	47.124,35	D	5.903,04	-	53.027,39	D
3.3.2.1.1.01.01.00.00.00.00	A	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	47.124,35	D	5.903,04	-	53.027,39	D
3.3.2.2.0.00.00.00.00.00.00	S	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	113.652,31	D	17.451,50	-	131.103,81	D
3.3.2.2.1.00.00.00.00.00.00	S	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	113.652,31	D	17.451,50	-	131.103,81	D
3.3.2.2.1.36.00.00.00.00.00	A	SEGUROS EM GERAL	38.810,22	D	6.525,57	-	45.335,79	D
3.3.2.2.1.38.00.00.00.00.00	A	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	21.179,25	D	4.157,20	-	25.336,45	D
3.3.2.2.1.99.00.00.00.00.00	A	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	53.662,84	D	6.768,73	-	60.431,57	D
3.3.2.3.0.00.00.00.00.00.00	S	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	2.268.677,05	D	294.876,97	126,30	2.563.427,72	D
3.3.2.3.1.00.00.00.00.00.00	S	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	2.268.677,05	D	294.876,97	126,30	2.563.427,72	D
3.3.2.3.1.02.00.00.00.00.00	A	PERÍCIAS	-	D	4.045,49	126,30	3.919,19	D

Página: 12 de 21
13/11/2019 06:54

Balancete de Verificação
2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

3.3.2.3.1.04.00.00.00.00.00.00	A	COMUNICAÇÃO	82.113,92	D	9.101,00	-	9.101,00	D	91.214,92	D
3.3.2.3.1.06.00.00.00.00.00.00	A	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	363.402,10	D	29.614,39	-	29.614,39	D	393.016,49	D
3.3.2.3.1.07.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE APOIO	3.351,00	D	4.500,00	-	4.500,00	D	7.851,00	D
3.3.2.3.1.08.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	238.676,19	D	20.528,79	-	20.528,79	D	259.204,98	D
3.3.2.3.1.09.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	141.135,45	D	19.365,20	-	19.365,20	D	160.500,65	D
3.3.2.3.1.10.00.00.00.00.00.00	A	LOCAÇÕES	4.506,00	D	4.598,00	-	4.598,00	D	9.104,00	D
3.3.2.3.1.11.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	102.615,75	D	12.247,64	-	12.247,64	D	114.863,39	D
3.3.2.3.1.12.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	59.441,13	D	15.372,84	-	15.372,84	D	74.813,97	D
3.3.2.3.1.14.00.00.00.00.00.00	A	ASSINATURAS DE PERÍODICOS E ANUIDADES	1.050,00	D	250,00	-	250,00	D	1.300,00	D
3.3.2.3.1.29.00.00.00.00.00.00	A	SEGUROS EM GERAL	24,47	D	1.767,00	-	1.767,00	D	1.791,47	D
3.3.2.3.1.30.00.00.00.00.00.00	A	SELEÇÃO E TREINAMENTO	23.678,56	D	3.415,00	-	3.415,00	D	27.093,56	D
3.3.2.3.1.31.00.00.00.00.00.00	A	SERV. MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	696.373,68	D	112.797,88	-	112.797,88	D	809.171,56	D
3.3.2.3.1.32.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS BANCÁRIOS	7.370,02	D	870,17	-	870,17	D	8.240,19	D
3.3.2.3.1.35.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.896,66	D	1.996,00	-	1.996,00	D	22.892,66	D
3.3.2.3.1.36.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO	5.250,00	D	500,00	-	500,00	D	5.750,00	D
3.3.2.3.1.46.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	30.372,35	D	-	-	-	D	30.372,35	D
3.3.2.3.1.51.00.00.00.00.00.00	A	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	220.935,72	D	19.256,08	-	19.256,08	D	240.191,80	D
3.3.2.3.1.56.00.00.00.00.00.00	A	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.550,26	D	4.936,64	-	4.936,64	D	15.486,90	D
3.3.2.3.1.99.00.00.00.00.00.00	A	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	256.933,79	D	29.714,85	-	29.714,85	D	286.648,64	D
3.3.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	892.914,08	D	100.391,40	-	100.391,40	D	993.305,48	D
3.3.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	DEPRECIACÃO	892.914,08	D	100.391,40	-	100.391,40	D	993.305,48	D
3.3.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO	892.914,08	D	100.391,40	-	100.391,40	D	993.305,48	D
3.3.3.1.1.01.00.00.00.00.00.00	S	DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	892.914,08	D	100.391,40	-	100.391,40	D	993.305,48	D
3.3.3.1.1.01.01.00.00.00.00.00	A	DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	575.645,88	D	64.860,65	-	64.860,65	D	640.506,53	D
3.3.3.1.1.01.02.00.00.00.00.00	A	DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS	317.268,20	D	35.530,75	-	35.530,75	D	352.798,95	D
3.4.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	25.929,48	D	4.228,54	-	4.228,54	D	30.158,02	D
3.4.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	25.929,48	D	4.228,54	-	4.228,54	D	30.158,02	D
3.4.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	25.929,48	D	4.228,54	-	4.228,54	D	30.158,02	D
3.4.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	S	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO	25.929,48	D	4.228,54	-	4.228,54	D	30.158,02	D
3.4.1.1.1.99.00.00.00.00.00.00	A	JUROS E ENCARGOS DE OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	25.929,48	D	4.228,54	-	4.228,54	D	30.158,02	D
3.5.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.754.298,53	D	502.510,85	-	502.510,85	D	5.256.809,38	D
3.5.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.365.979,18	D	261.000,00	-	261.000,00	D	2.626.979,18	D
3.5.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.337.000,00	D	261.000,00	-	261.000,00	D	2.598.000,00	D

Página: 13 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019									
3.5.1.1.2.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA	2.337.000,00	D	261.000,00	-	-	2.598.000,00	D
3.5.1.1.2.02.00.00.00.00.00	A	REPASSE CONCEDIDO	2.337.000,00	D	261.000,00	-	-	2.598.000,00	D
3.5.1.2.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENT	28.979,18	D	-	-	-	28.979,18	D
3.5.1.2.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENT	28.979,18	D	-	-	-	28.979,18	D
3.5.1.2.02.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXE	28.979,18	D	-	-	-	28.979,18	D
3.5.1.2.02.03.00.00.00.00	A	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	28.979,18	D	-	-	-	28.979,18	D
3.5.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.201.119,35	D	210.210,85	-	-	2.411.330,20	D
3.5.2.2.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.109.319,89	D	207.216,85	-	-	2.316.536,74	D
3.5.2.2.4.00.00.00.00.00.00	A	TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB - INTER-OFFS - ESTADO	2.109.319,89	D	207.216,85	-	-	2.316.536,74	D
3.5.2.4.0.00.00.00.00.00.00	S	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	91.799,46	D	2.994,00	-	-	94.793,46	D
3.5.2.4.1.00.00.00.00.00.00	A	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	91.799,46	D	2.994,00	-	-	94.793,46	D
3.5.3.0.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	136.857,00	D	22.373,00	-	-	159.230,00	D
3.5.3.1.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	136.857,00	D	22.373,00	-	-	159.230,00	D
3.5.3.1.1.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSO	136.857,00	D	22.373,00	-	-	159.230,00	D
3.5.3.1.1.01.00.00.00.00.00	A	CONTRIBUIÇÕES	107.157,00	D	12.473,00	-	-	119.630,00	D
3.5.3.1.1.09.00.00.00.00.00	A	SUBVENÇÕES SOCIAIS	29.700,00	D	9.900,00	-	-	39.600,00	D
3.5.5.0.0.00.00.00.00.00.00	S	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	50.343,00	D	8.927,00	-	-	59.270,00	D
3.5.5.0.1.00.00.00.00.00.00	A	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO	50.343,00	D	8.927,00	-	-	59.270,00	D
3.6.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	452.807,68	D	230,46	-	-	453.038,14	D
3.6.1.0.0.00.00.00.00.00.00	S	REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	10.870,00	D	-	-	-	10.870,00	D
3.6.1.5.0.00.00.00.00.00.00	S	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	10.870,00	D	-	-	-	10.870,00	D
3.6.1.5.1.00.00.00.00.00.00	S	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	10.870,00	D	-	-	-	10.870,00	D
3.6.1.5.1.01.00.00.00.00.00	S	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS	10.870,00	D	-	-	-	10.870,00	D
3.6.1.5.1.01.05.00.00.00.00	A	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE VEÍCULOS	10.870,00	D	-	-	-	10.870,00	D
3.6.3.0.0.00.00.00.00.00.00	S	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	226.625,00	D	-	-	-	226.625,00	D
3.6.3.1.0.00.00.00.00.00.00	S	PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	226.625,00	D	-	-	-	226.625,00	D
3.6.3.1.1.00.00.00.00.00.00	S	PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	226.625,00	D	-	-	-	226.625,00	D
3.6.3.1.1.02.00.00.00.00.00	A	PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	226.625,00	D	-	-	-	226.625,00	D
3.6.5.0.0.00.00.00.00.00.00	S	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	215.312,68	D	230,46	-	-	215.543,14	D
3.6.5.0.1.00.00.00.00.00.00	S	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	215.312,68	D	230,46	-	-	215.543,14	D
3.6.5.0.1.03.00.00.00.00.00	A	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS (PERMANENTE)	215.312,68	D	230,46	-	-	215.543,14	D
3.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S	TRIBUTÁRIAS	140.680,89	D	12.338,49	-	-	153.019,38	D
3.7.1.0.0.00.00.00.00.00.00	S	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24.905,08	D	1.123,21	-	-	26.028,29	D

ESTADO DE SANTA CATARINA
 Prefeitura Municipal de Aguas Frias

	S	TAXAS	D	24.905,08	D	1.123,21	-	D	26.028,29
	S	TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	D	24.905,08	D	1.123,21	-	D	26.028,29
	A	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	D	7.474,90	D	1.123,21	-	D	8.598,11
	A	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	D	17.430,18	D	-	-	D	17.430,18
	S	CONTRIBUIÇÕES	D	115.775,81	D	11.215,28	-	D	126.991,09
	S	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	D	115.775,81	D	11.215,28	-	D	126.991,09
	S	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFFS - UNIÃO	D	115.775,81	D	11.215,28	-	D	126.991,09
	A	PIS/PASEP	D	112.238,50	D	11.215,28	-	D	123.453,78
	A	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	D	3.537,31	D	-	-	D	3.537,31
	S	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	D	130.588,14	D	7.722,48	-	D	138.310,62
	S	PREMIAÇÕES	D	8.579,85	D	7.722,48	-	D	16.302,33
	S	PREMIAÇÕES DESPORTIVAS	D	7.496,85	D	7.722,48	-	D	15.219,33
	A	PREMIAÇÕES DESPORTIVAS - CONSOLIDAÇÃO	D	7.496,85	D	7.722,48	-	D	15.219,33
	S	OUTRAS PREMIAÇÕES	D	1.083,00	D	-	-	D	1.083,00
	A	OUTRAS PREMIAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	D	1.083,00	D	-	-	D	1.083,00
	S	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	D	122.008,29	D	-	-	D	122.008,29
	S	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	D	122.008,29	D	-	-	D	122.008,29
	A	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	D	122.008,29	D	-	-	D	122.008,29
	S	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	C	16.886.260,12	C	5.570,51	1.563.744,87	C	18.444.434,48
	S	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	C	616.242,05	C	206,19	41.002,47	C	657.038,33
	S	IMPOSTOS	C	541.837,62	C	206,19	39.709,06	C	581.340,49
	S	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA	C	353.159,50	C	-	26.229,41	C	379.388,91
	A	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO	C	353.159,50	C	-	26.229,41	C	379.388,91
	S	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	C	188.678,12	C	206,19	13.479,65	C	201.951,58
	A	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	C	188.678,12	C	206,19	13.479,65	C	201.951,58
	S	TAXAS	C	71.217,52	C	-	1.293,41	C	72.510,93
	S	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	C	43.992,25	C	-	1.172,88	C	45.165,13
	A	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - CONSOLIDAÇÃO	C	43.992,25	C	-	1.172,88	C	45.165,13
	S	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	C	27.225,27	C	-	120,53	C	27.345,80
	A	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	C	27.225,27	C	-	120,53	C	27.345,80
	S	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	C	3.186,91	C	-	-	C	3.186,91
	S	CONTRIBUICAO DE MELHORIA PELA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	C	3.186,91	C	-	-	C	3.186,91
	A	CONTRIBUICAO DE MELHORIA PELA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	C	3.186,91	C	-	-	C	3.186,91

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 17 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019

5.2.1.1.2.01.01.00.00.00.00	A (-) FUNDEB	3.159.600,00	C	-	-	3.159.600,00	C
5.2.1.1.2.99.00.00.00.00.00	A (-) OUTRAS DEDUÇÕES	17.000,00	C	-	-	17.000,00	C
5.2.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S FIXAÇÃO DA DESPESA	35.568.501,47	D	2.158.992,56	1.027.473,24	36.700.020,79	D
5.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00	S DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.387.659,37	D	732.106,64	611.963,32	20.507.802,69	D
5.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00	S DOTAÇÃO INICIAL	19.755.900,00	D	-	-	19.755.900,00	D
5.2.2.1.1.01.00.00.00.00.00	A CRÉDITO INICIAL	19.755.900,00	D	-	-	19.755.900,00	D
5.2.2.1.2.00.00.00.00.00.00	S DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	2.817.507,98	D	366.053,32	-	3.183.561,30	D
5.2.2.1.2.01.00.00.00.00.00	A CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	2.817.507,98	D	366.053,32	-	3.183.561,30	D
5.2.2.1.3.00.00.00.00.00.00	S DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	-	D	366.053,32	366.053,32	-	D
5.2.2.1.3.01.00.00.00.00.00	A SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	338.217,30	D	120.000,00	-	458.217,30	D
5.2.2.1.3.02.00.00.00.00.00	A EXCESSO DE ARRECADACAO	293.542,07	D	143,32	-	293.685,39	D
5.2.2.1.3.03.00.00.00.00.00	A ANULACAO DE DOTACAO	2.185.748,61	D	245.910,00	-	2.431.658,61	D
5.2.2.1.3.99.00.00.00.00.00	A VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE	2.817.507,98	C	-	366.053,32	3.183.561,30	C
5.2.2.1.9.00.00.00.00.00.00	A CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO	2.185.748,61	C	-	245.910,00	2.431.658,61	C
5.2.2.9.0.00.00.00.00.00.00	A OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	15.180.842,10	D	1.426.885,92	415.509,92	16.192.218,10	D
5.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	421.100,06	D	-	-	421.100,06	D
5.3.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	421.100,06	D	-	-	421.100,06	D
5.3.2.1.0.00.00.00.00.00.00	A RP PROCESSADOS - INSCRITOS	421.100,06	D	-	-	421.100,06	D
6.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	56.645.501,53	C	9.543.193,66	10.674.712,98	57.777.020,85	C
6.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	S EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	56.224.401,47	C	9.543.193,66	10.674.712,98	57.355.920,79	C
6.2.1.0.0.00.00.00.00.00.00	S EXECUÇÃO DA RECEITA	20.655.900,00	C	1.621.564,90	1.621.564,90	20.655.900,00	C
6.2.1.1.0.00.00.00.00.00.00	A RECEITA A REALIZAR	7.923.633,21	C	1.409.039,83	212.525,07	6.727.118,45	C
6.2.1.2.0.00.00.00.00.00.00	A RECEITA REALIZADA	14.882.507,15	C	-	1.409.039,83	16.291.546,98	C
6.2.1.3.0.00.00.00.00.00.00	S (-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.150.240,36	D	212.525,07	-	2.362.765,43	D
6.2.1.3.1.00.00.00.00.00.00	S (-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.109.319,89	D	207.216,85	-	2.316.536,74	D
6.2.1.3.1.01.00.00.00.00.00	A (-) FUNDEB	2.109.319,89	D	207.216,85	-	2.316.536,74	D
6.2.1.3.9.00.00.00.00.00.00	A (-) OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA	40.920,47	D	5.308,22	-	46.228,69	D
6.2.2.0.0.00.00.00.00.00.00	S EXECUÇÃO DA DESPESA	35.568.501,47	C	7.921.628,76	9.053.148,08	36.700.020,79	C
6.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00	S DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	20.387.659,37	C	4.797.212,34	4.917.355,66	20.507.802,69	C
6.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00	A CRÉDITO DISPONÍVEL	5.206.817,27	C	1.672.795,92	781.563,24	4.315.584,59	C
6.2.2.1.2.00.00.00.00.00.00	S CRÉDITO INDISPONÍVEL	49.478,29	C	317.803,76	313.778,75	45.453,28	C
6.2.2.1.2.02.00.00.00.00.00	A CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	49.478,29	C	317.803,76	313.778,75	45.453,28	C
6.2.2.1.3.00.00.00.00.00.00	S CRÉDITO UTILIZADO	15.131.363,81	C	2.806.612,66	3.822.013,67	16.146.764,82	C

Página: 18 de 21
13/11/2019 06:54

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Aguas Frias

Balancete de Verificação 2019

6.2.2.1.3.01.00.00.00.00.00.00	A	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.436.639,93	C	1.475.398,90	1.113.241,27	2.074.482,30	C
6.2.2.1.3.02.00.00.00.00.00.00	A	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	-		30.826,02	30.826,02	-	
6.2.2.1.3.03.00.00.00.00.00.00	A	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	495.004,11	C	1.300.379,94	1.377.700,54	572.324,71	C
6.2.2.1.3.04.00.00.00.00.00.00	A	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	12.199.719,77	C	7,80	1.300.245,84	13.499.957,81	C
6.2.2.9.0.00.00.00.00.00.00.00	S	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	15.180.842,10	C	3.124.416,42	4.135.792,42	16.192.218,10	C
6.2.2.9.1.00.00.00.00.00.00.00	S	DESPESA PRÉ-EMPENHADA	49.478,29	C	317.803,76	313.778,75	45.453,28	C
6.2.2.9.1.01.00.00.00.00.00.00	A	PRÉ-EMPENHOS A EMPENHAR	49.478,29	C	317.803,76	313.778,75	45.453,28	C
6.2.2.9.2.00.00.00.00.00.00.00	S	EMIÇÃO DE EMPENHO	15.131.363,81	C	2.806.612,66	3.822.013,67	16.146.764,82	C
6.2.2.9.2.01.00.00.00.00.00.00	S	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	15.131.363,81	C	2.806.612,66	3.822.013,67	16.146.764,82	C
6.2.2.9.2.01.01.00.00.00.00.00	A	EMPENHOS A LIQUIDAR	2.436.639,93	C	1.475.398,90	1.113.241,27	2.074.482,30	C
6.2.2.9.2.01.02.00.00.00.00.00	A	EMPENHOS EM LIQUIDAÇÃO	-		30.826,02	30.826,02	-	
6.2.2.9.2.01.03.00.00.00.00.00	A	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	495.004,11	C	1.300.379,94	1.377.700,54	572.324,71	C
6.2.2.9.2.01.04.00.00.00.00.00	A	EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	12.199.719,77	C	7,80	1.300.245,84	13.499.957,81	C
6.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	421.100,06	C	-	-	421.100,06	C
6.3.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	421.100,06	C	-	-	421.100,06	C
6.3.2.2.0.00.00.00.00.00.00.00	A	RP PROCESSADOS PAGOS	421.100,06	C	-	-	421.100,06	C
7.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	CONTROLES DEVEDORES	23.451.629,82	D	1.768.478,33	212.861,98	25.007.246,17	D
7.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ATOS POTENCIAIS	6.716.307,36	D	111.145,37	172,39	6.827.280,34	D
7.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.716.307,36	D	111.145,37	172,39	6.827.280,34	D
7.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	S	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6.716.307,36	D	111.145,37	172,39	6.827.280,34	D
7.1.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	S	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	6.716.307,36	D	111.145,37	172,39	6.827.280,34	D
7.1.2.3.1.01.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE SEGUROS	276.575,00	D	-	-	276.575,00	D
7.1.2.3.1.02.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE SERVIÇOS	2.074.805,24	D	43.000,00	-	2.117.805,24	D
7.1.2.3.1.03.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	1.350,00	D	-	-	1.350,00	D
7.1.2.3.1.04.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	3.321.767,81	D	68.145,37	172,39	3.389.740,79	D
7.1.2.3.1.05.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	957.769,31	D	-	-	957.769,31	D
7.1.2.3.1.09.00.00.00.00.00.00	A	CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	84.040,00	D	-	-	84.040,00	D
7.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	16.099.871,27	D	1.595.039,83	212.525,07	17.482.386,03	D
7.2.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	16.099.871,27	D	1.595.039,83	212.525,07	17.482.386,03	D
7.2.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	A	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	16.099.871,27	D	1.595.039,83	212.525,07	17.482.386,03	D
7.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	DÍVIDA ATIVA	210.414,56	D	7.910,13	156,72	218.167,97	D
7.3.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	A	CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	210.414,56	D	7.910,13	156,72	218.167,97	D
7.5.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	S	CONSÓRCIOS PÚBLICOS	268.910,00	D	28.610,00	-	297.520,00	D

	A	CONTRATO DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	84.040,00	D	-	-	84.040,00	D
	A	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	62.530,00	D	9.170,00	-	71.700,00	D
	S	CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO	-	122.340,00	D	19.440,00	-	141.780,00	D
	A	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	-	62.530,00	D	9.170,00	-	71.700,00	D
	A	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	59.810,00	D	10.270,00	-	70.080,00	D
	S	OUTROS CONTROLES	-	156.126,63	D	25.773,00	7,80	181.891,83	D
	S	RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	-	156.126,63	D	25.773,00	7,80	181.891,83	D
	S	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	-	156.126,63	D	25.773,00	7,80	181.891,83	D
	A	CONTROLE DE ADiantamentos/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	-	19.269,63	D	3.400,00	7,80	22.661,83	D
	A	OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	-	136.857,00	D	22.373,00	-	159.230,00	D
	S	CONTROLES CREDITORES	C	23.451.629,82	C	4.855.689,14	6.411.305,49	25.007.246,17	C
	S	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	C	6.716.307,36	C	325.242,84	436.215,82	6.827.280,34	C
	S	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	C	6.716.307,36	C	325.242,84	436.215,82	6.827.280,34	C
	S	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	C	6.716.307,36	C	325.242,84	436.215,82	6.827.280,34	C
	S	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	C	6.716.307,36	C	325.242,84	436.215,82	6.827.280,34	C
	S	CONTRATOS DE SEGUROS	C	276.575,00	C	10.594,00	10.594,00	276.575,00	C
	A	A EXECUTAR	C	235.493,00	C	10.594,00	-	224.899,00	C
	A	EXECUTADOS	C	41.082,00	C	-	10.594,00	51.676,00	C
	S	CONTRATOS DE SERVIÇOS	C	2.074.805,24	C	187.834,71	230.834,71	2.117.805,24	C
	A	A EXECUTAR	C	474.471,49	C	187.834,71	43.000,00	329.636,78	C
	A	EXECUTADOS	C	1.600.333,75	C	-	187.834,71	1.788.168,46	C
	S	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	C	1.350,00	C	-	-	1.350,00	C
	A	EXECUTADOS	C	1.350,00	C	-	-	1.350,00	C
	S	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	C	3.321.767,81	C	117.644,13	185.617,11	3.389.740,79	C
	A	A EXECUTAR	C	1.460.841,75	C	117.644,13	68.145,37	1.411.342,99	C
	A	EXECUTADOS	C	1.860.926,06	C	-	117.471,74	1.978.397,80	C
	S	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	C	957.769,31	C	-	-	957.769,31	C
	A	A EXECUTAR	C	928.661,35	C	-	-	928.661,35	C
	A	EXECUTADOS	C	29.107,96	C	-	-	29.107,96	C
	S	EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	C	84.040,00	C	9.170,00	9.170,00	84.040,00	C
	A	CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	C	37.110,00	C	9.170,00	-	27.940,00	C
	A	CONTRATOS DE RATEIO - EXECUTADOS	C	46.930,00	C	-	9.170,00	56.100,00	C
	S	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	C	16.095.871,27	C	4.444.844,51	5.827.359,27	17.482.386,03	C

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 21 de 21
13/11/2019 06:54

Balancete de Verificação
2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Aguas Frias

8.9.1.2.1.01.01.00.00.00.00.00	A	ROGÉRIO ROQUE TERRIBELE	3.000,00	C	3.400,00	3.400,00	C
8.9.1.2.1.03.00.00.00.00.00.00	A	ADIANTAMENTOS APROVADOS	16.269,63	C	-	3.392,20	19.661,83
8.9.1.2.9.00.00.00.00.00.00.00	S	EXECUÇÃO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	136.857,00	C	11.090,00	33.463,00	159.230,00
8.9.1.2.9.01.00.00.00.00.00.00	S	OUTRAS RESPONSABILIDADES A COMPROVAR	5.532,00	C	11.090,00	22.373,00	16.815,00
8.9.1.2.9.01.01.00.00.00.00.00	A	FECAM - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS	5.532,00	C	-	1.383,00	6.915,00
8.9.1.2.9.01.02.00.00.00.00.00	A	CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS	-	-	640,00	640,00	-
8.9.1.2.9.01.03.00.00.00.00.00	A	SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	1.035,00	1.035,00	-
8.9.1.2.9.01.04.00.00.00.00.00	A	AMOSC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA	-	-	9.415,00	9.415,00	-
8.9.1.2.9.01.09.00.00.00.00.00	A	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	-	-	-	9.900,00	9.900,00
8.9.1.2.9.03.00.00.00.00.00.00	A	OUTRAS RESPONSABILIDADES APROVADAS	131.325,00	C	-	11.090,00	142.415,00
Total Geral			-	-	24.868.119,92	24.868.119,92	-

DIRCEU CASSOL
CONTADOR - CRC - 023541/O-9

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2907 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224446

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Cristiano Alex Auler, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Administração, que será o presidente;

II - Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será membro;

III – Alguerth Heris Rollwagen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que será membro;

IV – Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que será membro;

V - Rosiane Gracieli Ernzen - ocupante do cargo de provimento em comissão de coordenador administrativo educacional, que será Membro;

VI - Vinicius Fazolo - ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro civil, que será Membro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto nº 2.784, de 12 de abril de 2019, e as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 08 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 010/2019-FMS

Publicação Nº 2225574

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa Por Inexigibilidade 010/2019. Para: Aquisição de passagens a serem utilizadas para transporte de pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), encaminhados pela Secretaria de Saúde Pública, para os meses de novembro e dezembro de 2019. Pagos com Recursos do MAC.

Contratado REUNIDAS TRANSPORTES S/A.

Valor Total Estimado R\$: 18.754,00 (Dezoito Mil Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais).

Anchieta, 12 de Novembro de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

CONTRATO 025/2019-FMS

Publicação Nº 2225565

CONTRATO N.º 025/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.243.552/0001-47, com sede na Rua Olímpio Dal Magro, 587, neste ato representado por seu Gestor Municipal, Senhor Martinhos Scantamburlo, CPF: 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa

REUNIDAS TRANSPORTES S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Herculano Coelho de Souza, 555 – BAIRRO REUNIDAS, em CAÇADOR – SC, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, representada por seu Representante Legal, Sr. Vinícius Marins, brasileiro, solteiro, advogado OAB/SC 16.968, administrador, portador do CPF nº 022.094.279-08, neste instrumento denominado de CONTRATADA,

Celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços de Transportes Coletivos, de acordo com Processo de Dispensa por Inexigibilidade 010/2019 e com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento consiste na Aquisição de passagens a serem utilizadas para transporte de pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), encaminhados pela Secretaria de Saúde Pública, para os meses de novembro e dezembro de 2019. Pagos com Recursos do MAC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato será no período de novembro e dezembro de 2019, podendo haver novo ajuste de prazo por ocasião do vencimento, se houver interesse das partes, o que deverá ocorrer através de aditivo ao presente instrumento ou mediante novo contrato escrito, requerido por uma das partes no prazo de 30 (trinta) dias anteriores do término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO CONTRATADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor de cada passagem será de acordo com o preço vigente na empresa CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do objeto contratado, conforme descrito na Cláusula Primeira – DO OBJETO e Cláusula Segunda – DO REGIME DE EXECUÇÃO. Sendo:

Passagens de Campo Erê/SC à Florianópolis/SC: (50 Passagens) R\$: 181,61

Passagens de Florianópolis/SC à Anchieta/SC: (50 Passagens) R\$: 193,47

Perfazendo um total de R\$: 18.754,00 (Dezoito Mil, Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais).

Despesa: 35 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COM

Órgão: 9 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 24 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2.104 - ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COM
Elemento: 33903301000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 737 - Transf. Recursos FNS/SUS- MAC HOSPITALAR CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, em até 30 dias do mês subsequente à prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Dos Direitos:

Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e descritas na Cláusula - DO OBJETO -, e, da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados, desde que cumpridas suas obrigações, acima descritas.

Das Obrigações:

DA CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada e descrita na cláusula – DO OBJETO;
- b) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas pela legislação vigente; e
- c) emitir um bilhete de passagem de ida e um de volta, conforme constar na autorização expedida pela CONTRATANTE,
- d) a CONTRATADA se obriga a fornecer os bilhetes de passagens a CONTRATANTE no ato da apresentação da autorização de fornecimento, para o dia e horário constantes nas autorizações.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por mútuo acordo entre as partes, ou através de manifestação unilateral de qualquer das contratantes, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUPRESSÃO OU ADITIVO

O presente instrumento poderá ser objeto de supressão ou ser aditado em até 25% vinte e cinco por cento do valor atualizado do contrato, na forma prevista no art65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se ao fiel cumprimento do que ora restou ajustado, elegendo o foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, para a solução de toda e qualquer questão decorrente da execução deste contrato, com renuncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos legais.

Anchieta (SC), 12 de Novembro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
MARTINHOS SCANTAMBURLO
GESTOR/CONTRATANTE

REUNIDAS TRANSPORTES S/A
VINÍCIUS MARINS
Responsável Legal
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Nome: VANUSA CANTÚ
CPF: 799.787.469-00

DECRETO Nº 204/2019

Publicação Nº 2224439

DECRETO Nº. 204/2019, de 11 de novembro de 2019

Altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.2.034 – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

(127) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0008.2.015 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

(48) 3.1.90.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 183.600,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0009.2.018 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO ENSINO INFANTIL

(68) 3.1.90.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 111.600,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0009.2.019 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA CRECHE

(76) 3.1.90.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 64.800,00

(80) 3.3.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Total R\$ 365.000,00

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura dos Créditos constantes deste ato fica utilizada o produto do Provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2019, no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, Concernente a fonte de Recurso sob nº. 121 (00.01.0121) Transferências Recursos do FUNDEF/FUNDEB 60%, código reduzido na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 10.052-8 – código reduzido (62933), Rubrica nº 4.1.7.5.8.01.1.100.00– Transferências de Recursos do FUNDEB, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para atendimento do restante dos Créditos constantes neste ato, fica autorizado a redução da dotação na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0009.2.019 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA CRECHE

(77) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.2.034 – LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

(126) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

TOTAL R\$ 5.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.402 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido na presente Lei.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.401 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido neste texto legal.

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 11 de novembro de 2019.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 205/2019

Publicação Nº 2224434

DECRETO Nº 205/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL – TÁXI, DO PONTO DENOMINADO "PONTO Nº 04D", LOCALIZADO NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE ANCHIETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

Considerando a desistência por parte do permissionário, por venda do veículo, e por não ter mais interesse em manter-se na atividade;

Considerando a Cláusula Quinta, VII, do Contrato de Permissão nº 092/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica revogada a permissão de serviço de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – táxi, de que trata o Contrato de Permissão nº 092/2017, referente ao ponto denominado "Ponto nº 04D", localizado no terminal rodoviário de Anchieta/SC, por desistência do Permissionário Osvalino Ivone do Prado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta – SC, 12 de novembro de 2019.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

DESISTENCIA CONCURSO PUBLICO

Publicação Nº 2224718

Ilmo. Senhor

Ivan José Canci

DD. Prefeito Municipal

Anchieta – Sc.

Eu Lucas Marques da Silva, aprovado no Concurso Público nº. 001/2019 para o cargo de CONTADOR, ao qual fui convocado para assumir a vaga, venho por meio deste declarar a minha desistência referente ao cargo a qual fui convocado na data de 11/11/2019, em virtude de possuir escritório contábil próprio e não poder acumular as funções devido a distância e carga horária.

Barracão (PR) 12 de novembro de 2019.

Lucas Marques da Silva

PORTARIA N. 453/2019

Publicação Nº 2224567

PORTARIA Nº 453/2019.
De, 12 de novembro de 2019

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o pedido de prorrogação para conclusão do Processo de Sindicância Administrativa nº 001/2019, instaurado pela Portaria nº 394/2019, manifestado no Ofício CPSA nº 012/2019;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo de Sindicância Administrativa nº 001/2019.

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Sindicância Administrativa nº 001/2019, instaurado pela Portaria nº 394/2019

Art. 2º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do processo Sindicância Administrativa nº 001/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.

Em, 12 de novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 448/2019

Publicação Nº 2224617

PORTARIA nº. 448/2019
De, 11 de Novembro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando a Chamada Pública nº 002/2019 da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando o afastamento para Licença Maternidade da servidora titular, senhora Laiz Franciele Tedesco Draszkeski, concursada, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde Micro Área 03(Linha João café Filho ESF III);

Considerando a necessidade da continuidade no atendimento às famílias;

Considerando que está em andamento o Processo Seletivo para suprir as vagas substitutas;

RESOLVE:

Nomear Agente Comunitária de Saúde ACT em substituição,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Rosimeri Otto, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde Micro Área 03 (Linha João Café Filho ESF III) ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 11/11/2019 à 30/12/2019 e/ou até a contratação dos aprovados no processo Seletivo que está em andamento, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.

Anchieta (SC), 11 de Novembro de 2019. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantu – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 450/2019

Publicação Nº 2224626

PORTARIA nº. 450/2019
De, 11 de Novembro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 15 (quinze) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 15 (quinze) dias para a servidora Pública Municipal senhora Kellin Dal Ri, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula 2128, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 19/11/2019 à 03/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 11 de Novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 451/2019

Publicação Nº 2224629

PORTARIA Nº. 451/2019
De, 12 de Novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no art. 50 da Lei Complementar n. 033/2011;
Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ATI-03 e ATI-4 para o servidor público municipal Robson Swirke, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 12 de Novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantu – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 452/2019

Publicação Nº 2224652

PORTARIA Nº. 452/2019

De, 12 de Novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no art. 50 da Lei Complementar n. 033/2011;
Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ATI-4 para a servidora pública municipal Marieli Wendling, ocupante do cargo efetivo de Auditora de Tributos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 12 de Novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantu – Agente Administrativo.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2019

Publicação Nº 2224766

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 106/19

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
(8) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.67 - Aplicação Direta	R\$	8.300,00
Total Suplementação	R\$	8.300,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
(10) 4.4.90.00.00.00.00.0.1.67 - Aplicação Direta	R\$	8.300,00
Total Suplementação	R\$	8.300,00

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 11 de novembro de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2019

Publicação Nº 2224941

TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2019 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços no dia 28/11/2019, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: contratação de empresa do ramo para execução da revitalização da Rua Arcelina Souza Brand e Rua Vereador Tarcísio Fernandes, no município de Anitápolis/SC, com a construção de calçadas, incluindo materiais e mão de obra, nos termos da Proposta Transferência Nº 0000022137 SIGEF/SC, de acordo com Memorial Descritivo, Projetos e demais anexos constantes neste edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 13/11/2019, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188, site: www.anitapolis.sc.gov.br e no Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Anitápolis, 12/11/2019. Rogério Hasse– Prefeito Municipal em Exercício.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO N. 141/2019 - TOMADA DE PREÇOS N. 20/2019

Publicação Nº 2224442

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 141/2019

TOMADA DE PREÇOS N. 20/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para reforma do telhado de fibrocimento do ginásio do CEIM Coração de Jesus, no Centro do Município de Antônio Carlos/SC, conforme projetos, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital.

Considerando a necessidade de fazer a reforma do telhado do ginásio escolar do CEIM Coração de Jesus, e pelo equívoco ocorrido razão pela qual segue retificação de especificação do item conforme segue:

ONDE SE LÊ:

PROCESSO LICITATÓRIO N. 141/2019

TOMADA DE PREÇOS N. 20/2019

1 – PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 119/2019, na modalidade de "TOMADA DE PREÇOS", do tipo EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto da presente licitação.

1.2 - Os envelopes nº 1 "Documentação" e nº 2 "Proposta Comercial", juntamente com o credenciamento deverão ser protocolados no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC, com endereço na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, até as 08:45 horas do dia 14 de outubro de 2019.

1.3 - O início de abertura dos envelopes nº 1 "Documentação", ocorrerá as 09:00 horas do dia 14 de outubro de 2019, na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC. A abertura do envelope nº 2 "Propostas Comerciais" ocorrerá no mesmo dia, caso todos os participantes estejam presentes e condicionada a desistência expressa de interposição de recurso de que trata o artigo 109, inciso I da Lei Federal 8666/93, por parte dos participantes

LEIA-SE:

PROCESSO LICITATÓRIO N. 141/2019

TOMADA DE PREÇOS N. 20/2019

1 – PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 119/2019, na modalidade de "TOMADA DE PREÇOS", do tipo EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto da presente licitação.

1.2 - Os envelopes nº 1 "Documentação" e nº 2 "Proposta Comercial", juntamente com o credenciamento deverão ser protocolados no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC, com endereço na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, até as 09:45 horas do dia 14 de novembro de 2019.

1.3 - O início de abertura dos envelopes nº 1 "Documentação", ocorrerá as 10:00 horas do dia 14 de novembro de 2019, na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC. A abertura do envelope nº 2 "Propostas Comerciais" ocorrerá no mesmo dia, caso todos os participantes estejam presentes e condicionada a desistência expressa de interposição de recurso de que trata o artigo 109, inciso I da Lei Federal 8666/93, por parte dos participantes

Diante da mudança alteração não implicar na formulação das propostas, pois o valor final não será alterado, a teor do que dispõe o art. 21, §4º, da Lei n. 8.666/1993, a data do certame será mantida.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos/SC, 12 de novembro de 2019.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 186/2019

Publicação Nº 2224385

DECRETO Nº 000186/19 de 12 de Novembro de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 19.627,46 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.28.843.0012.0.010-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.627,46

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.28.843.0012.0.010-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.627,46

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 187/2019

Publicação Nº 2224390

DECRETO Nº 000187/19 de 12 de Novembro de 2019

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001623/19 de 6 de Agosto de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.236,90 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.28.843.0012.0.010-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.236,90

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 3.236,90

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 142/2019

Publicação Nº 2225456

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 142/2019. Origem: Processo Licitatório n. 129/2019, Pregão Presencial n. 081/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: VERIDIANA BRESCIANI CORREA. Objeto: Registro de preços de serviços especializados de higienização e lavagem da frota de veículos e máquinas do município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os lotes 01, 02 e 03 com valor total de R\$119.625,00 (cento e dezenove mil, seissentos e vinte e cinco reais). Vigência: 23/10/2019 até 23/10/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 143/2019

Publicação Nº 2225457

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 143/2019. Origem: Processo Licitatório n. 137/2019, Pregão Presencial n. 085/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Casa das Esquadrias LTDA. Objeto: Registro de preços para aquisição de uma árvore natalina desmontável, em ferro galvanizado, tipo cone formada por painéis modulares, conforme projeto em anexo, a ser instalada na Praça Anchieta no Centro do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e nas condições previstas neste edital. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 01 com valor total de R\$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais). Vigência: 23/10/2019 até 23/10/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 144/2019

Publicação Nº 2225459

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 144/2019. Origem: Processo Licitatório n. 132/2019, Pregão Presencial n. 083/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Marcele de Lima da Silva. Objeto: contratação de empresa especializada para a execução, com fornecimento de peças, do projeto de climatização, bem como aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado a serem colocados no Auditório Maestrina Sophia Mannes Besen localizado no prédio da prefeitura municipal de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o lote 01 e 03 com valor total de 15.600,00 (quinze mil, seiscentos reais). Vigência: 22/10/2019 até 22/10/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 145/2019

Publicação Nº 2225462

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 145/2019. Origem: Processo Licitatório n. 123/2019, Pregão Presencial n. 077/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Franciele Cristine Lamin. Objeto: registro de preços para a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para troca do motor do portão eletrônico, e no fornecimento e instalação de um vídeo porteiro para segurança das crianças da escola Ceim João Juvenal de Amorim do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os lotes 01 e 02 com valor total de R\$ 5.019,00 (cinco mil e dezenove reais). Vigência: 24/10/2019 até 24/10/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 147/2019

Publicação Nº 2225466

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 147/2019. Origem: Processo Licitatório n. 140/2019, Pregão Presencial n. 088/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Elton Luiz Madeira. Objeto: Registro de preços para a aquisição de tintas para pintura dos prédios das unidades escolares pertencentes à rede de ensino fundamental e infantil do município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 20, 21, 22 e 23 com valor total de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais). Vigência: 12/11/2019 até 12/11/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 148/2019

Publicação Nº 2225468

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 148/2019. Origem: Processo Licitatório n. 140/2019, Pregão Presencial n. 088/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: JMC – Junkes Materiais de Construção EIRELI. Objeto: Registro de preços para a aquisição de tintas para pintura dos prédios das unidades escolares pertencentes à rede de ensino fundamental e infantil do município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27 com valor total de R\$ 43.005,00 (quarenta e três mil e cinco reais). Vigência: 12/11/2019 até 12/11/2020.

Antônio Carlos, 12 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 146/2019

Publicação Nº 2225465

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 146/2019. Origem: Processo Licitatório n. 145/2019. Dispensa n. 024/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: Silvio Sergio Malichski 05117871979. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de iniciação esportiva, na modalidade de taekwondo para atuação junto a Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço é de R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) por hora efetivamente prestada no desenvolvimento das atividades junto aos atletas. Vigência: 30 de outubro de 2019 até 30 de abril de 2020.

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 540/2019

Publicação Nº 2224611

PORTARIA Nº 540/2019

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 15 dias ao servidor FERNANDO SOARES, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 05/03/2018 a 04/03/2019, no período de 18/11/2019 a 02/12/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de novembro de 2019.

PORTARIA N 541/2019

Publicação Nº 2224612

PORTARIA Nº 541/2019

Concede progressão por nova habilitação profissional.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1.356/2011 de 01 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder PROGRESSÃO por nova habilitação profissional à servidora efetiva no cargo de PROFESSOR, a contar de novembro de 2019, conforme relacionado abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR
1704	SAMARA PAULI

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de novembro de 2019.

PORTARIA N 542/2019

Publicação Nº 2225368

PORTARIA Nº 542/2019
Posse e Exercício.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - EMPOSSAR nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA Nº 508/2019, de 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de MÉDICO 40H, habilitado (a) pelo Concurso Público Edital nº 01/2018.

Artigo 2º - O servidor abaixo descrito apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo
LUIZ GUILHERME ITIMURA MESTRE	MÉDICO 40H

Artigo 3º - Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, o servidor entra em exercício em 13/11/2019.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 13 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de novembro de 2019.

PORTARIA N 543/2019

Publicação Nº 2225370

PORTARIA Nº 543/2019
Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei nº 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade ao servidor LUIZ GUILHERME ITIMURA MESTRE, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO 40H, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 13 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 13 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de novembro de 2019.

PORTARIA N 544/2019

Publicação Nº 2225373

PORTARIA Nº 544/2019
Concede gratificação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1.318/2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder gratificação ao servidor LUIZ GUILHERME ITIMURA MESTRE, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO 40H, a partir de 13 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 13 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de novembro de 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019 DISPENSA 25/2019

Publicação Nº 2225488

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 25/2019

MIRLENE MANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que o Chefe de Gabinete solicitou a “contratação de profissional especializado em avaliação de imóvel para determinar o valor de mercado de 3 (três) terrenos, sendo dois na Rua Daniel Petry e um na continuação da Avenida João Antônio Besen, no Centro de Antônio Carlos”;

CONSIDERANDO que, tal serviço é necessário para analisar a viabilidade técnico financeira das obras de viabilização do “sentido único”, e ampliação da malha viária do Centro do Município;

CONSIDERANDO que, para a auferir os valores se faz necessária a média do custos imóveis, com pelo menos duas avaliações;

CONSIDERANDO que, depois de juntados orçamentos, verificou-se que os dois menores valores das avaliações são R\$ 1.950,00 (hum mil novecentos e cinqüenta reais) e R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8666/1993, ARTIGO 24, INCISO II.

OBJETO: “contratação de profissional especializado em avaliação de imóvel para determinar o valor de mercado de 3 (três) terrenos, sendo dois na Rua Daniel Petry e um na continuação da Avenida João Antônio Besen, no Centro de Antônio Carlos.”

CONTRATADOS: BRUNO IMÓVEIS LTDA, Inscrição no CNPJ n. 14.387.878/0001-36, com endereço na Rua João Henrique Pauli, n. 411, sala 01, Centro, Antônio Carlos/SC, Cep: 88.180-000, no valor de R\$ 1.950,00 (hum mil novecentos e cinqüenta reais). KLEBER CONRAT, Inscrição no CPF 062.016.099-38, CRECI 26411-F, com endereço na Rua João Henrique Pauli, n. 189, sala 1, Centro, Antônio Carlos/SC, Cep: 88.180-000, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

VALOR: O valor total R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinqüenta reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA:

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2019:

(111) 3.3.90.00.00.00.0.1.00

Antônio Carlos, 11 de novembro de 2019

MIRLENE MANNES
Presidente da Comissão de Licitações

TERMO ADITIVO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 58/2019

Publicação Nº 2225680

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2019**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa JULIO SILVESTRE FILHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.608.150/0001-50, com sede na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, nº 1050, SALA 01, Humaita de Cima, Tubarão/SC, doravante denominada CONTRATADO, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando a imprevisibilidade e a ruptura do equilíbrio contratual, tem o presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 058/2019, oriunda do Processo Licitatório nº 047/2019, Pregão Presencial nº 032/2019, cujo objeto é o registro de preços para aquisição parcelada de peças novas para reposição nas máquinas das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 10 (lâmina da concha dianteira para retroescavadeira JCB, com porcas e parafusos correspondentes) de R\$ 875,00 para o valor unitário de R\$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos/SC, 12 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI	JULIO SILVESTRE FILHO	
Prefeito Municipal		

TESTEMUNHAS:

Nome da testemunha
CPF:

Nome da testemunha
CPF:

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 133/2019

Publicação Nº 2224455

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Pregão Presencial- Registro De Preço Nº 133/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000.

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 26/11/2019 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos.

Data/Hora da Abertura dos envelopes: 26/11/2019 – Após 09 horas e 20 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Marcelo Doutel da Silva /Prefeito de Apiúna em Exercício

DECRETO Nº 3361

Publicação Nº 2224598

DECRETO Nº 3361/2019

De 06/11/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	3.000,00
	TOTAL	3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal e exercício

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2492

Publicação Nº 2225895

DECRETO nº 2492, de 13 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 005/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a ausência da Prefeita, que viajou a Capital Estadual para tratar de assuntos da municipalidade e que não houve a transmissão do cargo de Prefeito;

Considerando o esgotamento do prazo para a interposição de recursos em face do Resultado e da Classificação Final do Processo Seletivo nº. 005/2019, conforme dispõe Edital;

Considerando a regularidade das publicações, a garantia de prazos e de meios para a interposição de recursos administrativos, em todas as fases do Processo Seletivo nº. 005/2019; e

Considerando a regularidade do processo e dos procedimentos adotados na execução de todas as fases do Processo Seletivo nº. 005/2019 e no cumprimento de todas as normas do Edital e suas alterações, disciplinador da referida seleção pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final, no cargo contemplado no Processo Seletivo nº. 005/2019, conforme consta no quadro anexo.

NUTRICIONISTA					
Class	Nº insc	CANDIDATO	Nota Prova Escrita		NOTA FINAL
			Acertos	Nota	
1º	09	Juliana Claudino de Vargas	13	6,5	6,5
2º	11	Daiane Meine Casarotto Patzlaff	12	6,0	6,0*
3º	08	Elisa de Andrade	12	6,0	6,0*
4º	03	Jaqueline Andrea Lazzarotti	11	5,5	5,5**
5º	19	Janaína Rodrigues dos Santos	11	5,5	5,5**
6º	18	Gisele Piloni	10	5,0	5,0**
7º	04	Mirciane Bertussi Sulenta	10	5,0	5,0**
8º	10	Fernanda Medeiros de Mesquita	10	5,0	5,0
9º	20	Lisane de Oliveira Backer	10	5,0	5,0**
10º	15	Milena de Zorze	10	5,0	5,0

Critérios para desempate conforme item 10 do edital 05/2019

* - Desempate por número de acertos nas questões específicas

** - Desempate por maior idade.

Arabutã - SC, 13 de novembro de 2019.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Registra-se e Publica-se em data supra
Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2493

Publicação Nº 2225909

DECRETO nº. 2493, de 13 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA SERVIDORA MARLISE MORCHE KASTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei, em especial as disposições do artigo 106, I, c/c os parágrafos 1º e 3º, todos da Lei Complementar nº. 38, de 31 de dezembro de 2001, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER à servidora MARLISE MORCHE KASTER, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para prestar seus serviços na Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso.

Art. 2º. A cedência será sem ônus para o órgão cessionário e será por prazo indeterminado.

Art. 3º. Os efeitos do presente decreto passam a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 13 de novembro de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registrado e publicado em data supra

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

RESOLUÇÃO 02/2019 CME

Publicação Nº 2224421

**RESOLUÇÃO CME Nº02/2019, de 08 de novembro de 2019.****Estabelece a Grade Curricular da Educação Infantil**

Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff, Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Arbutã – SC, no uso de suas atribuições legais e amparada em reunião levada a efeito com os demais Conselheiros, no dia 08 de novembro de 2019,

RESOLVE:**Art. 1º** ESTABELECEER a Grade Curricular da Educação Infantil

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARBUTÃ								
EDUCAÇÃO INFANTIL								
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 9394/96 - RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, 22/12/2017								
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - LEI MUNICIPAL Nº 822 de 24/06/2015 (PME)								
LEI COMPLEMENTAR Nº55 DE 05/05/2004 - QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO								
BASE NACIONAL COMUM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	BERÇÁRIO I	BERÇÁRIO II	GRUPO I	GRUPO II	MATERNAL	PRÉ I	PRÉ II
	O EU, O OUTRO E O NÓS							
	CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO					17	17	17
	ESPAÇO, TEMPO, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: AULAS SEMANAIS						17	17	17
PARTE DIVERSIFICADA	EDUCAÇÃO FÍSICA					3	3	3
	MOVIMENTO	4	4	4	3			
	ARTE					1	2	2
	LÍNGUA ALEMÃ							1
	EDUCAÇÃO DIGITAL							1
	BRINCAR	4	4	4	5	4	3	1
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: AULAS SEMANAIS						8	8	8
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: AULAS ANUAL						1000	1000	1000
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: HORAS ANUAL						800	800	800
EDUCAÇÃO INFANTIL - MATERNAL, PRÉ I E PRÉ II								
HORÁRIO DOS TURNOS ESCOLARES: 7H30 - 11H30 E 13H - 17H								
PERÍODO DIÁRIO: 4H - 5 AULAS DE 45 MINUTOS								
RECREIO MONITORADO: 15 MINUTOS COMO PARTE PEDAGÓGICA.								
AVALIAÇÃO SERÁ SEMESTRAL E DESCRITIVA.								
EDUCAÇÃO INFANTIL - BERÇÁRIO I, BERÇÁRIO II, GRUPO I E GRUPO II								
HORÁRIO DOS TURNOS ESCOLARES: PERÍODO INTEGRAL 7H ÀS 18H OU PARCIAL 7H30 - 11H30 E 13H - 17H								
AVALIAÇÃO SERÁ SEMESTRAL E DESCRITIVA.								

Art. 2º A atividade complementar “Recreação”, será ofertada na Escola de Educação Infantil e Creche Municipal em período oposto ao da matrícula regular Maternal, conforme critérios estabelecidos no regimento da Unidade de Ensino, com acompanhamento de avaliação semestral e descritiva.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor a partir do ano letivo de 2020.

Arbutã, 11 de novembro de 2019.

Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO 03/2019 CME

Publicação Nº 2224436

RESOLUÇÃO CME Nº 03/2019, de 08 novembro de 2019.

Regula a elaboração do Projeto Político Pedagógico, para as Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino – Arabutã/SC.

Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff, Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Arabutã – SC, no uso de suas atribuições legais, como base na Lei Federal nº 9.394/96 e amparada em reunião levada a efeito com os demais Conselheiros na data do dia 08 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º As instituições de educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino têm a incumbência de elaborar seus Projetos Político Pedagógicos, conforme determina esta Resolução.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico é o documento teórico-metodológico da escola a ser disponibilizado, reconstruído e utilizado por aqueles que a compõem. É o plano da Instituição que expressa as ações a serem realizadas no processo administrativo e pedagógico, nunca definitivo, mas sim que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada.

Art. 3º A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de autonomia e atribuição da Instituição Escolar, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Art. 4º A construção e efetivação do PPP precisa considerar que:

I – Ele é um instrumento que possui uma abrangência ampla, integral e global e precisa representar a identidade e os anseios da Instituição de Ensino;

II – A sua concretização é processual necessitando de avaliações periódicas, com discussões e revisões conforme necessidade. O plano de ação e os projetos precisam ser revistos no período máximo de um ano.

Art. 5º O Projeto Político Pedagógico deverá contemplar o Plano de Ação que é a definição das metas e ações estabelecidas pela Instituição de Ensino para cada ano letivo e deve:

I – ser avaliado, sistematicamente, ao final de cada período escolar e administrativo;

II – promover os ajustes e/ou reformulações necessárias à adequação da realidade, para o ano seguinte;

III – cumprir metas pré-estabelecidas.

Art. 6º O documento contendo o Projeto Político Pedagógico apresentar-se-á conforme Anexo I desta resolução.

Art. 7º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor a partir do ano letivo de 2020.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arabutã, 11 de novembro de 2019.

**ANEXO I
(RESOLUÇÃO CME Nº03/2019)****CAPA
SUMÁRIO****1. INTRODUÇÃO**

1.1 – Apresentação do Projeto Pedagógico e de seu processo de construção.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

1.1 - Perfil da escola, informações sobre sua história e identidade;

a) Perfil socioeconômico da região onde está inserida;

b) Características do corpo docente, discente, funcionários e entidades escolares;

c) Organização da escola: tempo, espaços escolares, trabalho pedagógico coletivo, recursos e gestão escolar.

DIAGNÓSTICO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

a) Índices de matrícula, evasão, fluxo, aprendizagem e indicadores de qualidade da Educação Infantil;

b) Relação da escola com as diretrizes curriculares municipais;

c) Principais dificuldades e potencialidades.

MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS

a) Propósito e visão da comunidade escolar para o alcance de uma educação de qualidade:

- Princípio da Secretaria de Educação;

- Missão da escola;

b) Princípios: éticos, estéticos e políticos.

c) Concepções pedagógicas que norteiam o grupo escolar:

- Criança e infância;

- Educação;

- Escola;

- Currículo;

- Aprendizagem e desenvolvimento;

- Avaliação;

- Educação inclusiva;

- Diversidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E BASES LEGAIS

- a) Bases legais, como o novo currículo da rede, e marcos conceituais nos quais a escola se apoia;
- b) Relação entre dispositivos legais e normativos e os marcos conceituais, a missão e a visão da escola.

PLANO DE AÇÃO

- a) Introdução retomando o diagnóstico dos indicadores educacionais da escola, sua visão, missão e princípios, relacionando-os às ações previstas para o alcance da melhoria da qualidade da educação e para a materialização dos novos currículos por meio de sua organização curricular, suas ações pedagógicas, materiais educativos e formas de avaliação (aprofundados nos itens abaixo);
- b) Definição de objetivos indicando os resultados esperados;
- c) Descrição das ações a serem empregadas para a conquista dos diferentes objetivos;
- d) Identificação dos responsáveis e definição dos períodos necessários para a implementação das ações planejadas;
- e) Formas e critérios de monitoramento e avaliação do processo e dos resultados da implementação das ações previstas.

OUTROS ITENS E/OU DOCUMENTOS

- a) Calendário Escolar;
- b) Organização Curricular da escola;
- c) Reuniões pedagógicas e Planejamentos;
- d) Avaliação da aprendizagem e desenvolvimento: Conselho de Classe, Plantão pedagógico, Regimento Escolar;
- e) Projetos individuais, interdisciplinares, referências bibliográficas e anexos.

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO Nº 0093/2019**

Publicação Nº 2225161

CONTRATO Nº 0093/2019 AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO. QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ELETROMECHANICA IVONEI LTDA - ME**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0176/2019.****PREGÃO PRESENCIAL Nº 0049/2019.**

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, com sede à Rua XV de Novembro Nº 26, CEP: 89590-000, Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por seu prefeito municipal **CLAUDIO SPRICIGO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 551.995.939-00, e portado da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo 33, Centro, Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa **ELETROMECHANICA IVONEI LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 07.921.243/0001-01, sede na Rua XV de Novembro nº 734 no município de Arroio Trinta – Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pela **senhora KARINE VIEIRO**, brasileira, solteira, comerciária, inscrita no CPF sob nº 057.308.699-08 e Carteira de Identidade nº 4.978.716, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, nº, na cidade de Arroio Trinta – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0176/2019, Pregão Presencial 0049/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8666/93, consolidadas e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

Cláusula Primeira – O objeto do presente Contrato a **AQUISIÇÃO BATERIAS AUTOMOTIVAS E PEÇAS VARIADAS, NECESSÁRIAS PARA EFETUAR SUBSTITUIÇÃO EM DIVERSOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	1	32773 - Bateria 60 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 90 minutos. Peso aproximado de 14,1 Kg. Medida aproximada 24,6 x 17,5 x 17,5 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA -18°C: 440 A. Com indicador de carga. Garantia mínima de 18 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca.	Un	Heliar	4	380,00	1.520,00

		Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora a 25 °C, reserva de capacidade em minutos a 25 °C, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Bosch, Heliar, Moura. Aplicação: Fiat Strada, Doblô, Gol, Grand Siena e outros veículos em que a bateria for compatível.					
1	2	30887 - Bateria 48 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 65 minutos. Peso aproximado de 12,1 Kg. Medida aproximada 21 x 17,5 x 17,5 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA -18°C: 370 A. Com indicador de carga. Garantia mínima de 18 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca. Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora a 25 °C, reserva de capacidade em minutos a 25 °C, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Bosch, Heliar, Moura. Aplicação: Corsa Classic, Corsa hatch e outros veículos em que a bateria for compatível.	Un	Heliar	2	340,00	680,00
1	3	33485 - Bateria 40 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 55 minutos. Peso aproximado de 11,2 Kg. Medida aproximada 17,5 x 17,5 x 21 cm. Com indicador de carga. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA -18°C: 270 A. Garantia mínima de 18 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de	Un	Heliar	1	320,00	320,00

		manutenção. A base de troca. Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora a 25 °C, reserva de capacidade em minutos a 25 °C, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Heliar, Moura. Aplicação: Chevrolet Spin e outros veículos em que a bateria for compatível.					
1	4	33486 - Bateria 95 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 150 minutos. Peso aproximado de 23 Kg. Medida aproximada 36 x 17,7 x 19 cm. Com indicador de carga. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA - 18°C: 750 A. Garantia mínima de 18 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca. Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora a 25 °C, reserva de capacidade em minutos a 25 °C, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Bosch, Heliar, Moura. Aplicação: Ducato e outros veículos em que a bateria for compatível.	Un	Heliar	2	695,00	1.390,00
1	5	32851 - Bateria 110 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 190 minutos. Peso aproximado de 25 Kg. Medida aproximada 24,5 x 33 x 17,3 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA: 750 AH. Garantia mínima de 12 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca.	Un	Pioneiro	5	450,00	2.250,00

		Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora, reserva de capacidade em minutos, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: Pioneiro Baterias. Aplicação: Trator de Esteiras Case, Motoniveladora New Holland, Carregadeira Michigan e outras máquinas em que a bateria for compatível.					
1	6	32618 - Bateria 180 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 330 minutos. Peso aproximado de 44 Kg. Medida aproximada 51,3 x 22,3 x 21,8 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA: 1000 AH. Garantia mínima de 15 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca. Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora, reserva de capacidade em minutos, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Heliar. Aplicação: Caminhão Ford Cargo 2422, Caminhão Mercedes Benz Atron, Ônibus VW e outros veículos em que a bateria for compatível.	Un	Heliar	6	868,00	5.208,00
1	7	29323 - Bateria 150 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 270 minutos. Peso aproximado de 40 Kg. Medida aproximada 51,2 x 21,1 x 23,3 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA: 900 AH. Garantia mínima de 15 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca.	Un	Heliar	3	780,00	2.340,00

		Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora, reserva de capacidade em minutos, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Bosch, Heliar, Moura. Aplicação: Micro Ônibus Volare e outros veículos em que a bateria for compatível.					
1	8	31041 - Bateria 50 amperes, 12V. Capacidade de reserva de no mínimo 70 minutos. Peso aproximado de 12,7 Kg. Medida aproximada 19 x 17,5 x 21 cm. Amperagem de arranque a frio de no mínimo CCA -18°C: 340 A. Com indicador de carga. Garantia mínima de 18 meses. Bateria selada que garante a estanqueidade, livre de manutenção. A base de troca. Informações obrigatórias no rótulo: identificação do fabricante, marca, data de fabricação, tensão nominal em volts, capacidade nominal em Ampére/Hora a 25 °C, reserva de capacidade em minutos a 25 °C, informações referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, peso líquido e garantia. Marcas de referência: ACDelco, Bosch, Heliar, Moura. Aplicação: Renault Logan e outros veículos em que a bateria for compatível.	Un	Heliar	1	340,00	340,00
Total (R\$):							14.048,00

1.2. Para o lote 1: Baterias automotivas: Quando forem solicitadas, as baterias deverão ser entregues no almoxarifado central, localizado à Rua XV De Novembro nº 26.

1.3. Para o lote 1: Baterias Automotivas: As baterias serão autorizadas fracionadamente, conforme forem se fazendo necessárias, sendo que o prazo para a entrega será de 5 dias úteis a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento. Em situações emergenciais que envolva veículos imobilizados, o prazo para entrega das baterias será de 24 horas.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **0176/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0049/2019 - PR**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2019**, conforme segue:

8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 30 (trinta) dias, após cada entrega de material, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao deixar de prestar garantia técnica à qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital da licitação.

6.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até o período de 12 meses.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu

objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 11 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CLAUDIO SPRICIGO

CNPJ 82.826.462/0001-27

Contratante

ELETROMECAÂNICA IVONEI LTDA – ME

CNPJ nº. 07.921.243/0001-01

KARINE VIEIRO

CPF nº 057.308.699--08

Contratada

TESTEMUNHAS:

TARCÍSIO LIDANI

CPF Nº 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0093/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO – 0176/2019
PREGÃO Nº 0049/2019
CONTRATADA: ELETROMECAÂNICA IVONEI LTDA – ME
OBJETO: BATERIAS AUTOMOTIVAS
VALOR: R\$14.048,00

CONTRATO Nº 0094/2019

Publicação Nº 2225174

CONTRATO Nº 0094/2019 AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO. QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA GRESSELLE COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0176/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0049/2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, com sede à Rua XV de Novembro Nº 26, CEP: 89590-000, Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por seu prefeito municipal **CLAUDIO SPRICIGO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 551.995.939-00, e portado da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo 33, Centro, Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa **GRESSELLE COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 00.719.238/0001-71, com sede na Rua Gaspar de Lemos nº 1700 E, Bairro Passos dos Fortes, no município de Chapecó – Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **ALDO CARLOS GRESSELLE**, inscrito no CPF sob nº 642.153.699-91 e Carteira de Identidade nº 1.710.454, residente e domiciliado na cidade de Chapecó – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0176/2019, Pregão Presencial 0049/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8666/93, consolidadas e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

Cláusula Primeira – O objeto do presente Contrato a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS VARIADAS, NECESSÁRIAS PARA EFETUAR SUBSTITUIÇÃO EM DIVERSOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
2	9	33471 - R42490 - Canto Lâmina 05 furos D-140B.	Un	METISA	2	294,00	588,00
2	10	33472 - 8282270/15501621 - Parafuso com Porca, lâmina FD9, D-140.	Un	FEY	30	6,35	190,50
2	11	33473 - Lâmina 14 furos 3/4 D-140B.	Un	METISA	1	1.084,00	1.084,00
3	12	33474 - Concha traseira 30 polegadas, com unhas. Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416-E.	Un	TRG	1	2.650,00	2.650,00
3	22	33522 - Dente para Retroescavadeira Caterpillar 416E.	Un	COLINA	4	38,40	153,60
4	13	33475 - Ponta/unha PC-150/PC-160/PC-200.	Un	COLINA	10	85,90	859,00

4	14	33476 - Parafuso ponta PC-150/PC160/P 18-012.	Un	FEY	10	10,50	105,00
4	15	33477 - Porca ponta PC-150/PC-160/PC-2 18-013.	Un	FEY	10	1,90	19,00
5	16	33478 - 3413 AR1 - Lâmina 13 furos 3/4.	Un	METISA	4	800,00	3.200,00
5	17	33479 - 8321373/8321374 - Parafuso com porca, lâmina.	Un	FEY	52	3,25	169,00
5	18	33480 - Ponta/unha escarificador 845-B.	Un	COLINA	20	28,80	576,00
6	19	33481 - 3413 AR1 - Lâmina 13 furos 3/4.	Un	METISA	4	800,00	3.200,00
6	20	33482 - 8321373/8321374 - Parafuso com porca, lâmina.	Un	FEY	52	3,25	169,00
6	21	33483 - Ponta/unha escarificador.	Un	COLINA	20	28,80	576,00
Total (R\$).....							13.539,10

1.2. As peças deverão ser entregues diretamente na Secretaria de Infraestrutura, localizada à Rua Francisco Nava.

1.3. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **0176/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0049/2019 - PR**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2019**, conforme segue:

8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 30 (trinta) dias, após cada entrega de material, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao deixar de prestar garantia técnica à qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital da licitação.

6.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até o período de 12 meses.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução

do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 11 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CLAUDIO SPRICIGO

CNPJ 82.826.462/0001-27

Contratante

GRESELLE COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS – LTDA

CNPJ sob nº. 00.719.238/0001-71,

ALDO CARLOS GRESELLE

CPF sob nº 642.153.699-91

TESTEMUNHAS:

TARCÍSIO LIDANI

CPF Nº 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0094/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 0176/2019

PREGÃO Nº 0049/2019

**CONTRATADA: GRESELLE COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS
LTDA**

OBJETO: PEÇAS

VALOR: R\$13.539,10

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2019

Publicação Nº 2224885

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0053/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Aquisição de massa asfáltica usinada a quente, em sacos de 25 kg, para efetuar tapamento de pequenos buracos nos asfaltos e calçamentos das ruas da zona urbana do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 26/11/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 26/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 11 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DECRETO 077/2019

Publicação Nº 2225933

DECRETO N. 077 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.002/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

2.015 – Ações Básicas de Saúde.

3.3.90.00.00.00.00.00.0049- Aplicações Diretas 15.000,00

3.3.93.00.00.00.00.00.0033- Aplicações Diretas 10.000,00

3.3.93.00.00.00.00.00.0039- Aplicações Diretas 10.000,00

3.3.93.00.00.00.00.00.0072- Aplicações Diretas 200.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.002/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de novembro de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PARECER ADMINISTRATIVO 002/2017-001 EM DESFAVOR DA EMPRESA URCA URBANIZADORA E CONSTRUTORA CATARINENSE EIRELI ME

Publicação Nº 2224613

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017- FUNSAN

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017- FUNSAN

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 002/2017-001, em desfavor da Empresa URCAURBANIZADORA E CONSTRUTORA CATARINENSE EIRELI ME.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 017/2019-PAD de 31/10/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em suas considerações finais:

"Consoante se nota, a Empresa realizou a execução dos serviços, no entanto, após o término da obra, foram identificados algumas incongruências, por esta razão, esta Comissão sugere que seja a Empresa responsabilizada pelas avarias apresentadas, após o encerramento da obra, nos termos dos itens 9.1 e 9.3 da Cláusula Nona, citada acima.

Além disso, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta comissão, sugere a aplicação de sanção de: Multa de 20% (vinte por cento), do valor global do contrato, nos termos do item 9.4 da Cláusula Nona.

Esta Comissão igualmente sugere, que seja o presente encaminhado a Procuradoria Jurídica, para que aquele setor tome as medidas cabíveis para o caso, com a finalidade de compelir que a Empresa à reparação dos danos apresentados."

Cabe também frisar que este Processo Administrativo deverá ser de imediato repassado a PROCURADORIA para que a mesma tome todas as medidas cabíveis para reparação de todos os danos causados no que diz respeito a obra contratada da Rua Rio Grande do Sul.

Balneário Piçarras (SC), 06 de novembro de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO ADM. Nº 053/2019 PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 PMBP REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2224368

PROCESSO ADM. Nº 053/2019 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 PMBP
REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE SUSPENSÃO DO CERTAME

Em virtude da impugnação ao edital interposto pela empresa GL COMERCIAL LTDA, CNPJ 23.921.664/0001-99, com relação a inconsistências encontradas no processo em epígrafe, esta administração resolve SUSPENDER o certame para adequação do objeto.

Após as adequações necessárias, republique-se, respeitando-se os prazos legais.

Intime-se.

Publique-se.

Balneário Piçarras, 08 de julho de 2019.

Allan Diego Eleuterio
Setor de Licitações e Contratos

ERRATA TP 001/2019 FUNDEMA

Publicação Nº 2225498



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Fundação Municipal do Meio Ambiente



TERMO DE REFERÊNCIA – 03
ERRATA 02

ONDE SE LÊ:

[...]

3. Objeto

[...]

- Laudos de análises¹ físico-químicas das amostras coletadas² em todos os poços de monitoramento **e em curso d'água:** pH, Óleos e Graxas, Condutividade, Potencial de Oxirredução (ORP), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Oxigênio Dissolvido (OD), Nitrato (NO₃⁻), Ferro (Fe⁺²), Sulfato (SO₄⁻²), Acetato, **Metano** **e todos os demais parâmetros da Resolução CONAMA 420/2009**. Os **laudos devem ser apresentados juntamente** com: **a)** Apresentação da metodologia de purga dos poços e de coleta de amostras; **b)** Cadeia de Custódia referente às amostras coletadas de água subterrânea; **c)** Planilha de recebimento das amostras emitida pelo laboratório (*check list*) contendo informações sobre a amostra como: ausência de bolhas, temperatura, e estado de conservação dos frascos, aprovação da amostra dentre outras características e assinatura do responsável; **d)** Os laudos devem estar assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, a identificação do ponto de amostragem, a data em que a coleta e análise foram realizadas, e a indicação dos métodos analíticos adotados, dos fatores de diluição e dos limites de quantificação.

[...]

LEIA-SE:

[...]

¹ As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados para ABNT/NBR ISO/IEC 17.025:2005 pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA, para os parâmetros de Interesse. Esse serviço poderá ser realizado mediante subcontratação.

² As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Fundação Municipal do Meio Ambiente



3. Objeto

[...]

- Laudos de análises³ físico-químicas das amostras coletadas⁴ em todos os poços de monitoramento, dos seguintes parâmetros: pH, Óleos e Graxas, Condutividade, Potencial de Oxirredução (ORP), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), Oxigênio Dissolvido (OD), Nitrato (NO_3^-), Ferro (Fe^{+2}), Sulfato (SO_4^{-2}), Acetato, **Metano e todos os demais parâmetros da Resolução CONAMA 420/2009**. Os laudos devem ser apresentados juntamente com: **a)** Apresentação da metodologia de purga dos poços e de coleta de amostras; **b)** Cadeia de Custódia referente às amostras coletadas de água subterrânea; **c)** Planilha de recebimento das amostras emitida pelo laboratório (*check list*) contendo informações sobre a amostra como: ausência de bolhas, temperatura, e estado de conservação dos frascos, aprovação da amostra dentre outras características e assinatura do responsável; **d)** Os laudos devem estar assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, a identificação do ponto de amostragem, a data em que a coleta e análise foram realizadas, e a indicação dos métodos analíticos adotados, dos fatores de diluição e dos limites de quantificação.

Obs.: As avaliações do parâmetro **Metano** deverão ocorrer por meio de Análises de Vapores no Solo (Compostos Orgânicos Voláteis – VOCs) por meio de malha regular de perfurações no solo, onde sejam executadas as sondagens para amostragem de solo conforme Instrução Normativa n. 74 do IMA, com realização de diferentes amostragens também no plano vertical do solo (a cada 0,5 metro de profundidade).

[...]

Balneário Piçarras, 12 de novembro de 2019.

Marcos Zaleski de Matos

Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras – FUNDEMA

³ As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados para ABNT/NBR ISO/IEC 17.025:2005 pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pelo IMA, para os parâmetros de Interesse. Esse serviço poderá ser realizado mediante subcontratação.

⁴ As coletas de amostras para análises devem ser realizadas por profissionais habilitados.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 045/2019**

Publicação Nº 2224740

PORTARIA Nº 045/2019

NOMEIA Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial para a adoção de procedimentos iniciais de regularização do ativo permanente patrimonial da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras e dá outras providências.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere o inciso II, do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX, do artigo 30, Regimento Interno e a Lei Complementar nº 125/2017 de 11/09/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR para Comissão de Inventário e Avaliação Patrimonial da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras - SC os servidores:

a) Presidente: I - Maria Gisele Farrias Forte, matrícula nº 388.

b) Secretária: I - Adeline Poleza, matrícula nº 373.

c) Membros: I - Aline Jacinta Thomsen, matrícula nº 362.

Art. 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente as Portarias nº 042/2018, de 10 de outubro de 2018, e 046/2018, de 19 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2019.

REGISTRE-SE. CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2019.

João Bento Moraes

Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019

Publicação Nº 2224743

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019.

O Município de Balneário Rincão, através do Fundo Municipal de saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 012/FMS/2019, que tem como objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de 02 (dois) Veículos 0km do tipo "Popular e Utilitário" e 01 (uma) motocicleta, para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, de acordo com o termo de referencia em anexo, ficam inclusos aos itens 01 e 02 da Planilha de Orçamento do Anexo I - Termo de Referencia do referido Edital, a seguinte descrição:

ITEM	OBJETO
01	05 lugares
02	07 lugares

Feita as retificações do Edital, fica prorrogado para o dia: 28/11/2019 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 12 de Novembro de 2019.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 085/PMBR/2019

Publicação Nº 2224931

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 085/PMBR/2019

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a contratação do CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – CIASC para execução dos serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC, para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa do Município de Balneário Rincão/SC, por um período de 48 (quarenta e oito) meses.

CONTRATADA: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – CIASC.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, VIII da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 12/11/2019, por Ramires Lino – Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 12/11/2019, por Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 12 de Novembro de 2019.

ADROALDO FARACO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Número do Registro de Preços: 4/2019			Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TIRAS REAGENTES, LANCETADOR E LANCETAS DE MEDIÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR, PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TIRA TESTE/ITA REAGENTE PARA DOSAGEM DE GLICEMIA EM SANGUE CAPILAR FRESCO POR METODOLOGIA DE ASPIRAÇÃO CAPILAR, USO DE QUALQUER ENZIMA EXCETO GDH PRO OU MULTI GDH (CONFORME ALERTA ANVISA 992/2008 E 1596/2015), FAIXA DE LEITURA ENTRE 20 A 600 MG/DL. DEVE PERMITIR VERIFICAÇÃO DA GLICEMIA EM NEONATOS, CRIANÇAS, ADULTOS E GESTANTES. PARA USO EM GLICOSIMETRO FOTOMETRICO OU AMPEROMETRICO, QUE NÃO PERMITA O CONTATO DO SANGUE COM O APARELHO. RESULTADO DE EXAME EM ATÉ 10 SEGUNDOS, VOLUME MÁXIMO DE AMOSTRA DE SANGUE DE 0,5 MICROLITRO. CAPACIDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DADOS GLICÊMICOS, CAIXA COM 50 UNIDADES. DEVENDO A EMPRESA FORNECER EM COMODATO, UM MONITOR/GLICOSIMETRO POR PACIENTE/ANO, INDEPENDENTEMENTE DA AQUISIÇÃO DE QUALQUER QUANTIDADE, OBSERVANDO A QUANTIDADE MÁXIMA DE 400 MONITORES, APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA, PROSPECTO (TIRAS E GLICOSIMETRO), REGISTRO NA ANVISA (TIRAS E GLICOSIMETRO) E CERTIFICAÇÃO EXCLUSIVA PARA ESTE CERTAME, EMITIDA PELO DETENTOR DO REGISTRO NA ANVISA, PARA ENFERMEIRO(A) AUTORIZADO A FORNECER O TREINAMENTO PARA A EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO. A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS EM REGIME DE COMODATO, E EM CASO DE DEFEITO, OS EQUIPAMENTOS PARA LEITURA DAS TIRAS DE TESTE DE DETERMINAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS POR OUTROS, DO MESMO MODELO, EM ATÉ 48 HORAS APÓS SOLICITAÇÃO DA UNIDADE REQUISITANTE, A FIM DE QUE NÃO OCORRA DESCONTINUIDADE DO SERVIÇO.	UN	SAUDE IMPERIAL COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA (656)	ON CALL PLU	0	0,5000	1
2	LANCETADOR AUTOMÁTICO PARA OBTENÇÃO DE SANGUE PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES OU TESTES, PRODUZIDO EM MATERIAL PLÁSTICO (ABS), POSSUI PONTEIRA AJUSTÁVEL COM 05 NÍVEIS DE PENETRAÇÃO, NÍVEIS 1 E 2 PARA PESSOAS COM PELES SENSÍVEIS E FINAS, NÍVEL 3 PARA PELES NORMAIS E 4 E 5 PARA PELES GROSSAS OU COM CALOSIDADES. APRESENTAR CATALOGO, JUNTO A PROPOSTA.	UN	SAUDE IMPERIAL COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA (656)	PONTURA	0	4,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TIRAS REAGENTES, LANCETADOR E LANCETAS DE MEDIÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR, PARA USO NAS UNIDADES DE SAUDE E SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	LANCETA PARA LANCETADOR AUTOMÁTICO, ESTÉRIL, CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATÁLOGO.	UN	SAUDE IMPERIAL COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA (656)	PONTURA	0	4,5800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALLEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TIRAS REAGENTES, LANCETADOR E LANCETAS DE MEDICÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR, PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2019
PROCESSO Nº 10/2019

(656) - SAUDE IMPERIAL COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

Balleário Rincão, 12 de Novembro de 2019.

Bandeirante**PREFEITURA****PEDIDO ISENÇÃO TAXA INSCRIÇÃO EDITAL Nº 21/2019**

Publicação Nº 2224765

EDITAL Nº 21 DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Processo Seletivo Nº 001/2019, torna público o DEFERIMENTO da isenção do pagamento da taxa de inscrição dos candidatos doadores de sangue e/ou medula (após os recursos), que requereram isenção de pagamento da taxa de inscrição, a decisão unânime proferida pela comprovação de requisitos do referido Edital, conforme abaixo:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
18	Fábio Alex Rost	DEFERIDA

PROFESSOR (SEGUNDO PROFESSOR) - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
37	Juliana Basso Donadello	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
38	Juliana Basso Donadello	DEFERIDA

Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente certame desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 18/11/2019 às 23h59min, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

Bandeirante - SC, 12 de Novembro de 2019.

DAIANE SEHNEM RUBIAN LUCION

Presidente Comissão Membro Comissão

VILZA APARECIDA DOS REIS

Membro Comissão

PEDIDO ISENÇÃO TAXA INSCRIÇÃO EDITAL Nº 22/2019

Publicação Nº 2224767

EDITAL Nº 22 DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Processo Seletivo Nº 002/2019, torna público que não houveram solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição por parte de nenhum candidato participante do edital em comento.

Bandeirante - SC, 12 de Novembro de 2019.

DAIANE SEHNEM RUBIAN LUCION

Presidente Comissão Membro Comissão

VILZA APARECIDA DOS REIS

Membro Comissão

Barra Bonita**PREFEITURA****DISPENA DE LICITAÇÃO Nº99/2019**

Publicação Nº 2225460

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 99/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 99/2019

OBJETO: Prestação de serviço de mão de obra e aquisição de pelas para conserto veículo ônibus placa QHE 4825.

FORNECEDOR: COMERCIO DE PEÇAS SÃO LUIZ LTDA.

ENDEREÇO: Rua Padre Aurélio Canzi, 3549, centro, São Miguel do Oeste/SC CEP 89.890-000.

CNPJ: 79.689.501/0001-87

Valor Contratado: R\$ 5.678,50 (cinco mil seiscentos e setenta e oito reais com cinquenta centavos).

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Prestação de serviço de mão de obra e aquisição de pelas para conserto veículo ônibus placa QHE 4825.	UND.	1,00	5.678,50	5678,50
			Total		5678,50

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – Os itens foram escolhidos com base na no menor preço praticado pelos proponentes. Além disso, o preço fixado pelo fornecedor é considerado baixo perante os demais prestadores de serviços do mesmo objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para a contratação dos serviços técnicos são os praticados no mercado regional.

Barra Bonita - SC, 12 de novembro de 2019.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º440, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224366

PORTARIA N.º440, de 12 de novembro de 2019.

“Prorroga licença da servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado a licença para tratamento de saúde da servidora, Mariclei de March da Rocha, matrícula nº335105, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 60 dias.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 12 de novembro de 2019.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 441 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225392

PORTARIA Nº 441 de 12 de novembro de 2019.
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Leliandra Luciana Vilanova matrícula nº277506, ocupante do cargo de Assessora de Administração e Planejamento, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$300,00 (trezentos reais), conforme Memorando nº15/2019 da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 12 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 001/08/2018 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2225059

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 01.008.2018

Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA. ME

Licitação: Proc. Administrativo 020/2018

Pregão Presencial nº 008/2014

Objeto: 1º TERMO ADITIVO, prorrogando a aquisição de parque infantil, visando ampliar o número de espaços público destinados ao lazer da população, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

PRORROGAÇÃO

Data da assinatura: 06/09/2019

Validade: 12 (doze) meses

Barra Velha, 06 de setembro de 2019

WALDOMIRO KREHNKE

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 002/2019 FMAS

Publicação Nº 2225179

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2019

Chamamento Público nº 002/2019

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, objetivando a realização da 3ª Edição do Natal Mágico, no uso de suas atribuições previstas em lei, e, com fulcro no Decreto Municipal nº 1,252 de 24 de agosto de 2018, faz saber, a quem possa interessar que a partir da data da publicação deste edital, receberá inscrições de pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse em doar para a municipalidade, bens, direitos e serviços listados no Anexo II, com o objetivo de viabilizar a realização da 3ª edição do Natal Mágico, redução de gastos, aumento de eficiência, transparência e participação social, otimizando a aplicação de recursos públicos e viabilizando projetos, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha(SC), 11 de novembro de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 007/2019 FUMTEC

Publicação Nº 2225322

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 014/2019

Chamamento Público nº 007/2019

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA, objetivando o Chamamento Público para seleção e credenciamento de empresa privada, para patrocinar as atividades do Projeto "ESCOLA DE FUTEBOL FURACÃO", mantida pela FUNDAÇÃO DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - FUNTEC, do MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, conforme o Anexo I - Termo de Referência, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha(SC), 11 de novembro de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

P O R T A R I A Nº 2202 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225766

PORTARIANº 2202 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“Nomeia os membros da Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização do Processo Seletivo 003/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Barra Velha e dá outras providências”

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o previsto na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais aplicáveis e, com base no art. 20 da Lei Complementar nº 056/06 de 28 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas medidas administrativas necessárias à realização de Processo Seletivo;

Resolve:

Art. 1º Nomear os membros da Comissão do Processo Seletivo nº 003/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no que determina a Lei Complementar nº 056/06 que Disciplina a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário sob Regime Administrativo Especial, no Âmbito do Magistério Público Municipal, e no que determina a Lei Complementar nº 189, de 14 de outubro de 2015 que Disciplina a Contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, que será composta da seguinte forma.

I – Professores efetivos:

CLAUNICE ARBIGAUS IGNÁCIO
IVETE NEITZEL GONÇALVES
DAIONE CRISTINE DE ARRIOLA
MARCIA APARECIDA RODRIGUES

Art. 2º A Comissão do Processo Seletivo será presidida pela Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º Fica autorizada a Comissão do Processo Seletivo Público, baixar edital e adotar todas as providências necessárias à realização do processo, analisar e decidir quanto a eventuais recursos interpostos.

Art. 4º O Processo Seletivo reger-se á pelas disposições do edital, bem como aos dispositivos legais informados no Art. 1º, cabendo à Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 5º As despesas correrão por conta das dotações próprias do município.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 12 de novembro 2019.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019

Publicação Nº 225257

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019**

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a abertura de PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas temporárias, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
12/11/2019	Publicação do Edital.
12/11/2019 até as 23horas e 59min do dia 01/12/2019	Período de Inscrições.
12/11/2019 a 02/12/2019	Prazo para pagamento da taxa de inscrição.
05/12/2019	Publicação do rol dos inscritos Deferidos e Indeferidos. Publicação do local e horário da prova objetiva.
06 e 07/12/2019	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição.
09/12/2019	Homologação das Inscrições.
15/12/2019	Realização da prova objetiva e títulos Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas).
16 e 17/12/2019	Prazo para recursos contra formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva.
19/12/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra discordância de gabarito e questão, nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
20 e 21/12/2019	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
23/12/2019	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, de títulos e classificação provisória.
23/12/2019	Publicação do resultado final para homologação.

O candidato que não apresentar a habilitação mínima, exigida no anexo I do edital, no ato da chamada será desclassificado do processo.

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações através dos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e telefones atualizados junto a Secretaria Municipal de Educação durante todo o período de validade do Processo Seletivo.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.barravelha.sc.gov.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua Homologação Final.

1





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei nº 12.870/2004 e suas alterações.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como **deverá encaminhar, via postal, por SEDEX/AR até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições**, para a empresa no seguinte endereço:

**ACESSE CONCURSOS LTDA,
RUA PARÁ, 162, BAIRRO ESTADOS - TIMBÓ/SC, CEP 89120-000
PROCESSO SELETIVO – BARRA VELHA
VAGA PCD**

Deverão ser enviados os seguintes documentos:

- a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano**, contendo a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

Não será aceito atestado médico para comprovação de enquadramento como PCD, somente laudo médico.

- b) **Requerimento** solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) **Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência**, informando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) **Anexo III deste Edital**, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o anexo III devidamente preenchido até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.3.1. O pedido de pessoa com deficiência será analisado minuciosamente pela banca executora antes de ser deferido.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o laudo médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

2





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3.9. Caso a aplicação do percentual resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site www.acesseconcursossc.com.br onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de:

12/11/2019 a 01/12/2019

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, a qual será realizada exclusivamente via online.

4.2. Não será aceita inscrição com falta de documentos, presencial, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br ou no aplicativo **Whatsapp 47-98420.7695. (somente mensagem de texto)**

4.5. O Município de Barra Velha e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Cada candidato poderá participar deste edital com apenas 01 (uma) inscrição.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar ou realizar extração do leite durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, até o último dia de inscrição, enviando e-mail para contato@acesseconcursossc.com.br onde deve constar a solicitação e certidão de nascimento do bebê.

4.8.2.1. No dia de realização da prova, a candidata deverá levar um/a acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em uma sala reservada para essa finalidade e que será o/a responsável pela criança durante a ausência da mãe. Caso não haja acompanhante, a criança não poderá permanecer no local de prova. Não haverá compensação do tempo de prova em relação ao tempo gasto com a amamentação. A amamentação será concedida somente para bebês de até 06 meses de idade e a cada duas horas, por até trinta minutos. O/A acompanhante deverá: apresentar documento de identificação, comparecer juntamente com a candidata, no horário determinado em Edital, guardar todos os seus pertences em embalagem indicada pela equipe de Coordenação Local e ser inspecionado pelo detector de metais. A bolsa com os

3



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

partencas do bebê também será inspecionada. No caso de Sala para Extração do Leite Materno, a candidata que necessitar fazer a extração do leite do peito deverá apresentar atestado de amamentação. O armazenamento e a conservação são de responsabilidade exclusiva da candidata.

4.8.2.3. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação, conforme lei 13.872/19.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL	R\$ 35,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO	R\$ 62,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 75,00

6. DAS PROVAS**6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO.**

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. **Prova Objetiva (PO)** de múltipla escolha, com quatro alternativas, sendo apenas 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a **3,00 (três)** pontos na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. **Prova de Títulos (PT)** para os cargos de **Professor**, de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva. **As normas para realização da prova de títulos estão no anexo IV deste edital.**

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. **Para os cargos de Professor** a nota final será $PO = 70\% + PT = 30\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$.

6.7. **Para os demais cargos** a Nota Final será: $PO = 100\%$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

6.8. A classificação para todos os cargos seguirá apenas uma lista.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO E CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA DE COR AZUL OU PRETA E TUBO TRANSPARENTE.

7.1.1. O LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.1.2. O LOCAL DA PROVA DE TÍTULOS ESTÁ EXPOSTO NO ANEXO IV DESTA EDITAL.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. As provas objetivas terão 20 e 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PARA CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	10	01 A 10	0,50
MATEMÁTICA	05	11 A 15	0,50
LEGISLAÇÃO	05	16 A 20	0,50

PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,30
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,30
INFORMÁTICA	05	11 A 15	0,30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	07	16 A 22	0,55
LEGISLAÇÃO	03	23 A 25	0,55

7.2.2.1. Os programas das provas objetivas estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. A consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de lápis, borracha, máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura, (salvo indumentárias religiosas. O uso destas indumentárias só será permitido após a varrição feita por detector de metais);

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fumar, a ingestão de alimentos;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.2.3.10. Água só será permitida se estiver em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.2.3.11. No local da prova objetiva, bem como em demais provas aplicadas no certame, não será permitida a permanência de familiares, ou de qualquer outra pessoa que não for candidato, fiscal ou membro da comissão, nas

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

dependências do local de aplicação da prova, inclusive candidatos que encerrarem a prova. Salvo condições expressas no item 4.8.2 deste edital.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas e os cartões respostas, serão abertos por 03 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais.

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos e em caso de alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas com as devidas alterações;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues e recolhidos ao final aos fiscais pela coordenação da banca executora.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.

1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos específicos;

2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

3º Que obtiver melhor nota na prova de Legislação;

4º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

5º Que tiver maior idade;

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

1º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

2º Que obtiver melhor nota na prova de matemática;

3º Que obtiver melhor nota na prova de legislação;

4º Que tiver maior idade;

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 8.1.5. Da nota da prova de títulos;
- 8.1.6. Da classificação provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento PROTOCOLADO junto ao setor de Protocolo na Prefeitura de Barra Velha.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA – www.acesseconcursossc.com.br no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, presencial, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões, ou seja, obrigatoriamente deverá conter: **CONTESTAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA.**

8.4.1. Durante o prazo de recurso contra nota da prova objetiva, o candidato poderá acessar seu cartão resposta na área restrita do candidato, na aba CARTÃO RESPOSTA, que estará disponível durante o prazo do referido recurso.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso administrativo, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:
- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou visto de trabalho no Brasil;
 - 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
 - 9.1.4 - Carteira de Identidade;
 - 9.1.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - 9.1.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
 - 9.1.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - 9.1.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - 9.1.9 - Certidão de casamento ou união estável;
 - 9.1.10 - PIS/PASEP (frente e verso);
 - 9.1.11 - Número da conta corrente, poupança ou salário da agência da caixa econômica federal de Barra Velha.
 - 9.1.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
 - 9.1.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
 - 9.1.14 - Cópia da Carteira de Trabalho;
 - 9.1.15 - Comprovante de residência;
 - 9.1.16 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
 - 9.1.17 - Declaração – Penalidade (não ter sofrido penalidade no serviço público);
 - 9.1.18 - Certidão de antecedentes criminais da comarca de Barra Velha (fornecida pela Justiça Comum) ou certidão de

7



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

antecedentes criminais do estado que reside;

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente do Município de Barra Velha/SC.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua homologação final, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período a critério da Administração. Respeitando a sequência da ordem de classificação do primeiro ao último candidato.

10.2. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser contratado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação e a escolha de vagas será realizada em local e horário a ser definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

11.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

11.3. O candidato classificado que ocupar vaga e que, no curso de suas atividades, tiver o contrato rescindido, pelos motivos expressos nos incisos I, II e IV, do artigo 15 da lei Complementar nº 056/2006 de 28.12.2006, ficará impedido de participar de futuros processos seletivos nesta modalidade pelo período de (02) dois anos.

11.4. O candidato que faltar sem justificativa por mais de (03) três dias, terá seu contrato temporário rescindido, sendo chamado para a vaga o próximo da lista.

11.5. O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para o cargo, declarada no ato de inscrição, até a data da admissão, não poderá ser admitido.

11.6. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro do Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

11.7. A admissão é de competência da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura de Barra Velha/SC**, dentro do interesse e conveniência, observada a ordem de classificação dos candidatos.

11.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Barra Velha e nos sítios www.acesseconcursossc.com.br e www.barravelha.sc.gov.br

12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em uma única lista, indicando a classificação dos candidatos concorrentes as vagas de Pessoas Com Deficiência, indicando a sua classificação na ordem ordinal, respeitando o exposto no item 3.9 deste edital e classificação de candidatos concorrentes às vagas de ampla concorrência.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente

8



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BARRA VELHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos, na esfera administrativa.

12.5. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão, tanto da Prefeitura de Barra Velha/SC quanto da Acesse Concursos.

12.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pelas comissões especialmente instituídas para acompanhar o processo.

12.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.7.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.7.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.7.3. Anexo III – Declaração para Pessoas Com Deficiência;

12.7.4. Anexo IV – Normas para realização da prova de títulos;

12.7.5. Anexo V – Atribuições dos cargos.

Barra Velha, 12 de novembro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

9





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		PROVA	CH	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO
	AC	PCD				
Auxiliar de educação especial	CR	---	Objetiva	40h	Cursando Licenciatura na área de educação	1.149,90
Bibliotecário	CR	--	Objetiva	40h	Superior em Biblioteconomia	2.005,22
Cozinheira	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental	1.200,00
Instrutor de fanfarra	CR	---	Objetiva	40h	Ensino médio e experiência comprovada	1.740,56
Pedreiro	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental com experiência comprovada	1.450,47
Monitor de ônibus	CR	---	Objetiva	40h	Ensino Médio	1.205,51
Motorista de Automóvel	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental, categoria B	1.650,50
Motorista de ônibus	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental, categoria D com cursos: Transporte Escolar e Coletivo de Passageiros	1.650,50
Professor de educação infantil – Superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de educação infantil – Magistério	CR	---	Objetiva	40h	Magistério na área específica	2.517,74
Professor de anos iniciais - Superior	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor de anos iniciais – Magistério	CR	---	Objetiva	40h	Magistério na área específica	2.517,74
Professor de História	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de inglês	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de espanhol	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Professor de ciências	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de educação física	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica e registro no CREF	2.528,68
Professor de geografia	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de língua portuguesa	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de ensino religioso	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de matemática	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Professor de tecnologia educacional	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor intérprete de LIBRAS	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.769,51
Professor plantonista	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área da Educação	2.528,68
Professor de artes	CR	---	Objetiva e Títulos	40h	Licenciatura na área específica	2.528,68
Psicopedagogo	CR	---	Objetiva	40h	Licenciatura na área específica	2.758,66
Orientador educacional	CR	---	Objetiva	40h	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional (no nível superior)	2.769,51
Serviços gerais	CR	---	Objetiva	40h	Ensino fundamental	1.004,59
Segurança Escolar	CR	---	Objetiva	40h	Ensino médio	1.205,50

11





Supervisor Educacional	CR	---	Objetiva	40h	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar (no nível superior)	2.769,51
------------------------	----	-----	----------	-----	---	----------

CR = CADASTRO RESERVA
 AC= AMPLA CONCORRÊNCIA
 PCD = PESSOA COM DEFICIÊNCIA
 CH = CARGA HORÁRIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA:

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras, Sinônimos e Antônimos.

MATEMÁTICA:

Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, juros simples, problemas envolvendo Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação, Área, Volume, Capacidade Volumétrica.

LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULOS I - II e III.

MATEMÁTICA:

Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos.

INFORMÁTICA:

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF.

LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Barra Velha. Estatuto do Servidor Público de Barra Velha/SC

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

BIBLIOTECÁRIO: Representação descritiva e temática de documentos. Linguagens de indexação verbais (cabeçalhos de assunto, tesauros). Linguagens de indexação notacionais (Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal). Controle Bibliográfico; ISBN, ISSN, Catalogação na Publicação. Normalização de documentos (normas da



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ABNT). Avaliação de Bibliotecas (acervos e serviços). Obras de referência incluindo as fontes bibliográficas em qualquer suporte físico. 12. Automação de bibliotecas e serviços de informação: bancos e bases de dados bibliográficos, formato MARC 21, Norma ISO 2709, bibliotecas digitais. Preservação de documentos em meio físico e digital. A Biblioteca em contexto escolar. Acompanhamento pedagógico do bibliotecário. A biblioteca como espaço de lazer e desenvolvimento cognitivo; salas de leitura. Manuseio de acervos. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

INSTRUTOR DE FANFARRA: Tipos de Bandas e Fanfarras. Os Instrumentos. Toques. Cadencias. Marchas. Composição dos instrumentos de banda e de fanfarras. Compassos. Ordem Unida. Percussão. Sopros: Instrumentos permitidos. As liras. Concursos de bandas e de fanfarras – regulamento. Ritmo. Música: elementos constitutivos: melodia, ritmo, harmonia. Notação musical. Ligadura. Ponto de aumento. Compassos: simples e composto. Tons e semitons: escala diatônica, sua formação e seus graus. Sinais de alterações. Semiton cromático e diatônico. Síncopa e contratempo. Intervalos. Modos da escala: maior e menor. Tons vizinhos e tons afastados. Escalas cromáticas do modo maior e menor. Modulação. Acordes e sua formação em geral. Andamentos. Vozes: classificação das vozes, masculinas e femininas. Tessitura ou diapasão. Questões relativas às atividades inerentes a função. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

MONITOR DE ÔNIBUS: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Controle e movimentação do aluno. Observação e orientação dos setores. Comportamento dos alunos. Primeiros socorros aos alunos. Telefones de emergência: Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança. Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio. Código de Trânsito Brasileiro artigos 64, 65, 105, 136, 137, 138, 168.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SUPERIOR E MAGISTÉRIO: Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – SUPERIOR E MAGISTÉRIO: Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE CIÊNCIAS: A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias

14





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE ESPANHOL: Metodologia de ensino de Língua Espanhola; Leitura e interpretação de textos autênticos da língua Espanhola; Estrutura e formação de palavras: processos de derivação e composição de vocábulos; Antônimos, sinônimos, falsos cognatos; Aspectos morfo-sintáticos; Substantivos (caso, número, gênero, concordância); Pronomes (classificação, uso, concordância); Adjetivos (classificação, concordância, posição, flexão); Advérbios (classificação, uso, posição na sentença); Conjunções (classificação, uso); Verbos (modo, aspecto, tempos, vozes); Preposições (uso, classificação, combinações nominais e verbais); Discurso direto e indireto; Sintaxe da sentença simples e complexa. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); -

15





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; - Efeito Estufa; El niño; Questões Ambientais; - Ecossistemas e Biotecnologia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE HISTÓRIA: Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE INGLÊS: A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Compreensão e interpretações de textos. –Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Morfologia e Sintaxe; Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO: Organizações religiosas; Lugares Sagrados; Textos Sagrados orais ou escritos; Símbolos Religiosos; Temporalidade Sagrada; Festas Religiosas; Ritos; Vida e Morte. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL: Conhecimentos de DOS, Windows e Linux; Pacotes de trabalho Microsoft Office e Star Office; Hardware (periféricos de entrada, saída e armazenamento, redes de computadores); Software (conceitos e utilização de softwares); Segurança em Informática (vírus e outros códigos maliciosos, spam, spywares, firewall pessoal, backup e recuperação de dados); Sistemas de informações (aspectos gerais e ambientes multiusuários); Análise estruturada de sistemas; Conhecimento de banco de dados e estrutura de arquivo; Implantação de sistemas e projetos; Utilização de serviços (e-mail e web). Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: Aspectos históricos, Éticos e profissionais de TILS. Estudos da tradução Língua de Sinais I Língua de sinais II Atuação do TILS no espaço educacional Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Legislação relativa à acessibilidade, Língua Brasileira de Sinais, surdez. Tradutores(as) e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e educação de surdos(as). 5. Formação, especificidades e competências dos(a) Tradutores(a)s e Intérpretes Aspectos éticos relativos aos processos de tradução e de interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Conceitos e diferentes modalidades de Tradução e Interpretação. Educação Bilíngue para surdos(as) Histórico e conceituação da pessoa surda. Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda. Características do desenvolvimento da Pessoa Surda. O papel da Libras na formação da identidade do surdo na sociedade inclusiva. Introdução à estrutura linguística da Libras. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR PLANTONISTA: Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PROFESSOR DE ARTES: Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

ORIENTADOR EDUCACIONAL: Aspectos do trabalho cotidiano do Orientador Educacional: a Orientação Educacional: princípios, atuação e desafios; a Orientação Educacional no espaço escolar: currículo, projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação; o espaço da Orientação Educacional: conflitos, visão crítica, relações no ambiente escolar. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - DIDÁTICA GERAL. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

PSICOPEDAGOGO: Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

SUPERVISOR EDUCACIONAL: O contexto legal indispensável ao trabalho de Supervisão Escolar: Aspectos do trabalho cotidiano do Supervisor Escolar: o educador, o educando e suas relações; os conteúdos de ensino e os materiais didáticos; os métodos e procedimentos de ensino; a produção do conhecimento: planejamento, execução e avaliação das ações na escola. A postura ética no trabalho. A ação educacional do profissional de Supervisão Escolar no contexto do sistema municipal de ensino. A visão crítica do supervisor escolar sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades escolares. Elaboração de currículos: o quê, como e quando ensinar e avaliar. Acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação dos alunos. A integração do trabalho do supervisor escolar com os demais profissionais envolvidos no sistema: a participação do profissional no treinamento e aperfeiçoamento das equipes escolares. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

SEGURANÇA ESCOLAR: Técnicas de Segurança e Vigilância. Reconhecimento de autoridades. Registro de ocorrências. Segurança física de instalações. Noções de Segurança de autoridades. Noções de Segurança de documentos e processos. Conhecimento patrimonial. Noções básicas de Segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho; conhecimento das responsabilidades e deveres dos servidores públicos municipais; conhecimentos sobre o relacionamento com os demais servidores da Administração Municipal com as autoridades, dirigentes superiores, servidores municipais, com outras autoridades municipais, com os munícipes; conhecimentos acerca das responsabilidades relacionadas com o exercício das atribuições do cargo; outros conhecimentos para a execução das atividades pertinentes às características e à especificidade do cargo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PCD – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 “d” do Edital nº _____ do município _____ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas, sob pena de não ser atendido a solicitação caso o candidato não informe nesta declaração:

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Candidato

19





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO IV
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

I – OS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS SERÃO RECEBIDOS NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019. NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, OU SEJA, APÓS A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, NA SALA EM QUE REALIZOU A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ O ENVELOPE CONTENDO OS TÍTULOS. NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS, DE CANDIDATOS QUE ENCERRAREM A PROVA OBJETIVA E SE AUSENTAREM DA SALA DE REALIZAÇÃO DA MESMA, SOB QUALQUER ALEGAÇÃO.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES DA SEGUINTE FORMA:

1 – CÓPIAS AUTENTICADAS;

2 - CÓPIAS EMITIDAS DA INTERNET COM CÓDIGO VERIFICADOR DE AUTENTICIDADE, NÃO NECESSITAM DE AUTENTICAÇÃO.

3 – EM ENVELOPE LACRADO, CONTENDO NA PARTE EXTERIOR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES CONFORME ETIQUETA A SEGUIR:

MODELO DE ETIQUETA PARA PROVA DE TÍTULOS

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
PROCESSO SELETIVO 03/2019
NOME DO CANDIDATO:
NÚMERO DA INSCRIÇÃO:
CARGO:

Os envelopes que não possuem as informações, conforme modelo de etiqueta, na parte exterior do envelope, NÃO SERÃO RECONHECIDOS PARA ESTE PROCESSO SELETIVO.

NÃO SERÃO RECONHECIDOS ENVELOPES DE OUTRAS FORMAS, SENÃO DA FORMA MENCIONADA ACIMA.

II. Os títulos deverão ter relação com o cargo desejado ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo, para o caso de Pós-graduação Latu-sensu.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período ou forma para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas “a”, “b” e “c” da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROVA DE TÍTULOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
	Pós - Latu sensu Mínimo 360 horas	4,00 pontos	a
	Mestrado	7,00 pontos	b
	Doutorado	10,00 pontos	c



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO V
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

DISPONÍVEL EM

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/barra-velha/lei-complementar/2010/9/96/lei-complementar-n-96-2010-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-ensino-do-municipio-de-barra-velha-e-da-outras-providencias>

22



Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI 1.347

Publicação Nº 2224784

LEI Nº 1.347/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXE-CUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DES-PESAS COM REGULARIZAÇÃO FUNDI-ÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas na área de Regularização Fundiária, rural ou urbana na forma prevista na Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 2º - Fica autorizada ainda a inclusão nos orçamentos pertinentes ou criação destes, bem como outras ações orçamentárias necessárias para atender as disposições previstas na legislação.

Art. 3º - Os demais atos decorrentes da execução dessa Lei e da Lei Federal nº 13.465/2017 poderão ser regulamentados ou incrementados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, em consonância com os dispositivos da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo/SC, 11 de novembro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

LEI Nº 2056/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225850

LEI Nº 2056/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 2.017 - Lei Orçamentária Anual – LOA, da Lei Municipal nº 2.018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Municipal nº 2.016 – Plano Plurianual, ambas do dia 17 de dezembro de 2018, para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas no Orçamento Geral do Município.

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 101.400,00 (cento e um mil e quatrocentos reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.03	Educação Infantil	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.062	Manut. e Func.Educ. Infantil Creche	
71 - 3.3.90.00.00.00.00.10001		Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
Órgão:	07.00	SECRET. MUN.TRANSP.OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.01	Transp.na Sede do Mun. e Interior	
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.023	Manut. e Func.Depart.Transp.e Obras	
98 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	07.02	Obras, Urban.,Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.452.0009.2.024	Manut. Depart.Serv.Urbanos e Conserv.Vias Públicas	
106 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão:	11.00	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Unidade:	11.01	Fundo Municipal de Agricultura	
Proj./Ativ.	20.606.0013.2.041	Manut. do Depart.Agricultura	
156 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
226 - 3.3.90.00.00.00.00.30000		Aplicações Diretas	R\$ 5.400,00
T O T A L è			R\$ 101.400,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Unidade:	02.01	Gabinete do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito	
Proj./Ativ.	05.153.0002.2.056	Manut.das Atividades Junta Serv.Militar	
5 - 3.1.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.03	Educação Infantil	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.062	Manut.e Func.Educação Infantil Creche	
68 - 3.1.90.00.00.00.00.10001		Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
Órgão:	11.00	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Unidade:	11.01	Fundo Municipal de Agricultura	
Proj./Ativ.	20.601.0013.2.057	Incentivos a Produção Agropecuária Vegetal	
152 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
226 - 3.3.90.00.00.00.00.30000		Aplicações Diretas	R\$ 5.400,00
Proj./Ativ.	20.602.0013.2.042	Incentivos a Produção Agropecuária Animal	
153 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde	

Proj./Ativ.	10.301.0012.2.035	Manut. Serv.de Saúde Básica	
5 - 3.1.90.00.00.00.10002		Aplicações diretas	R\$ 58.000,00
T O T A L è			R\$ 101.400,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 11 de Novembro de 2019.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

Publicação Nº 2225851

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

Registro de Preços

Objeto: aquisição de lavadora, máquina de costura, notebook, porta em alumínio para atender os serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14h00min do dia 26/11/2019, no Dpto. De Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 14h00min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 12 de novembro de 2019.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL Nº 2/2018

Publicação Nº 2225539

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 113/2017

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Rescisão ao Contrato nº 2/2018, firmado em 02 de janeiro de 2018.

Contratada: MARI LURDES GIRARDI ODORIZZI

Objeto: A rescisão amigável se justifica em razão da necessidade de um espaço maior para o funcionamento do CRAS.

Fundamento Legal: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Data Assinatura: 06 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL Nº 3/2018

Publicação Nº 2225540

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 114/2017

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Rescisão ao Contrato nº 3/2018, firmado em 02 de janeiro de 2018.

Contratada: ANTONIO CARLINHO ODORIZZI

Objeto: A rescisão amigável se justifica em razão da necessidade de um espaço mais funcional para o CREAS.

Fundamento Legal: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Data Assinatura: 06 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 31 EDITAL 002/2016

Publicação Nº 2224373

CONVOCAÇÃO Nº 31 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 31 de outubro de 2019.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA IV - PEDIATRIA

03 – THAIS CRISTINA REJANE HEIM

CONVOCAÇÃO Nº 32 EDITAL 002/2016

Publicação Nº 2225304

CONVOCAÇÃO Nº 32 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CARGO: PSICÓLOGO (30HS)

08 – SCHEILLA SOARES

CONVOCAÇÃO Nº 45 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 2225829

CONVOCAÇÃO Nº 45 – EDITAL 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

CARGO: VIGIA

08 – ANA CAROLINA FERNANDES RABELO

DECRETO Nº 252/2019

Publicação Nº 2225837

DECRETO Nº 252/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2019.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3890/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 3.122,45 (Três mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.00.000000 e 0.1.17.000000 nas dotações abaixo relacionadas:

25. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.15.452.0011.2084	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	122,45
3.3.30.00/0.1.17.000000	Outras Despesas Correntes/Transf. ao Estado	122,45

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.26.782.0007.2092	Manutenção da Secretaria de Trânsito e Desenvolvimento Urbano	3.000,00
3.3.30.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 3959/2019

Publicação Nº 2225123

LEI Nº 3959/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

PROÍBE O MANUSEIO, A UTILIZAÇÃO, A QUEIMA E A SOLTURA DE FOGOS DE ESTAMPIDOS E DE ARTIFÍCIOS, ASSIM COMO DE QUAISQUER ARTEFATOS PIROTÉCNICOS DE EFEITO SONORO RUIDOSO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Salmir da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu-SC, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibido o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em todo o território do município de Biguaçu.

Parágrafo único - Excetuam-se da regra prevista no "caput" deste artigo, os fogos de vista, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade.

Art. 2º A proibição a que se refere esta lei estende-se a todo o Município, em recintos fechados e abertos, áreas públicas e locais privados.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 23 de outubro de 2019.
Vereador Salmir da Silva
Presidente
Lei nº 3959/2019, de 23/10/2019

Promulgada em 23/10/2019
Reg, e publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

LEI Nº 3960/2019

Publicação Nº 2225831

LEI Nº 3960/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2020 e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2020 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- IX – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Receita;
- II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2020 e Metas Financeiras para 2020, 2021 e 2022;
- III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa por Programa de Governo;
- IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;
- V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Resultado Primário;
- VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal do Montante da Dívida;
- VIII – Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2018;
- IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;
- X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
- XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2018;
- XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2020 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XIX – Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;
- XX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;
- XXI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e
- XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas

nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;
- VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;
- VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;
- IX – execução orçamentária – arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira – efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.
- XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999 e alterações posteriores, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2019. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido o remanejamento de dotação por decreto do chefe do Poder Executivo: de um grupo de natureza de despesa para outro dentro da mesma ação de governo e de uma ação de governo para outra quando envolver despesas com pessoal ou quando as ações envolvidas integrarem programas de governo relacionados à saúde, ensino e assistência social, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação na ação de governo por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º Para fins desta lei e da Lei Orçamentária Anual para 2020 entende-se por categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, as despesas classificadas por programas de governo nas suas diversas ações de governo que a compõem.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2018, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2017 e 2018 e despesa fixada para 2019 e 2020;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2017 a 2020;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico em 2020;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em 2020;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2019;

IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2016 a 31/08/2019.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2020.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora BiguaçuPrev será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2020 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2020 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal

colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e
- IV – Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2020, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário nos casos de intempéries ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2020 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2020 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor em ações de governo.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2020 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2020 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 serão realizados em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2020, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços projetados para 2020.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento em ações e serviços públicos de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias e demais unidades gestoras.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2020, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;
- II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e
- III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2020 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% (vinte por cento) de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º. Para o atendimento de situações específicas, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em vincular receitas consideradas extraordinárias a determinadas despesas através da criação de Fonte de Recursos.

Art. 34 No exercício de 2020 os gastos mínimos de: 25% das receitas resultantes de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos produtos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 40%; comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§5º As despesas não liquidadas só serão consideradas para efeito de apuração dos gastos mínimos se houver cobertura financeira na respectiva fonte de recurso.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária para 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado de nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2020 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2020 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3960/2019, de 11/11/2019

Sancionada em 11/11/2019

Reg, e publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de

Legislação e Expediente

PORTARIA Nº 3373/2019

Publicação Nº 2225813

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-5PORTARIA nº. 3373 de 11 de novembro de 2019.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 19028030.1.00129/19-0, nos assentamentos funcionais da servidora ROSIMERI NEIVA DA SILVA, detentor da matrícula nº 15799-1 e do cargo de provimento efetivo Professor I 30hs – Educação Infantil, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ROSIMERI NEIVA DA SILVA, detentor da matrícula nº 15799-1 e do cargo de provimento efetivo de Professor I 30hs – Educação Infantil, correspondentes à 02 anos, 08 meses e 27 dias de tempo de contribuição, constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 19028030.1.00129/19-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3374/2019

Publicação Nº 2225814

PORTARIA nº 3374 de 11 de novembro de 2019.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer;
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ALEXANDRE SCHLINDWEIN LIMA, ocupante do Cargo Temporário de Fiscal do Meio Ambiente;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Saúde;
AMAURY BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Gestão de Frotas;
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ANDERSON KLEITON DA SILVA, , ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias da Secretaria de Saúde;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;
ANDREA MARGARIDA COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da Saúde;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CELRO ROBERTO CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Transportes,
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Centro de Convivência dos Idosos;
CLAUDIA VALERIA DARIO, ocupante do Cargo Temporário de Profissional de Educação Física;
CLARISSE FRANÇA ALVES, ocupante de Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;
CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;
DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Administração;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVI JOVELINO CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;

DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral,
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional,
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia,
DORIVAL MIGNONI, ocupante do Cargo Comissionado Assistente Técnico da FAMABI;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ELIANE ROCHA DE CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio;
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador De Maquinas E Equipamentos Pesados;
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Social;
EVANILDO ANTENOR DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V Servente;
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
FERNANDO FRANCISCO DE AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Fisioterapia;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III - Jardineiro;
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do cargo efetivo de Vigia;
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III - Jardineiro;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem;
GEOVANY DUARTE MARIA, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Patrimônio;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,
GUSTAVO PACHECO DOS REIS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Integração das Unidades de Saúde;
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico de Enfermagem;
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral,
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOANA ALVES LINO DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de Técnico em Enfermagem;
JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte;
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;
KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do Cargo Temporário Professor III;
KOWALSKY ADALBERTO DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
JOSUE BOUSON, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V - servente;
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário,
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
LEONEL BRAZ BROCKVELD, ocupante do Cargo Temporário Técnico em Enfermagem;
LEONARDO SIMOES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Pedagógico;
LIAMARA SILVA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;
LOURENI BATISTA GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente De Planejamento Participativo;
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura;
LUCAS AZAMBUJA, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
LUIS FERNANDO DOS SANTOS CHAVES, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Saúde Animal;
LUIZ ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do cargo efetivo de Vigia,
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do cargo comissionado de Secretaria de Desenvolvimento Econômico
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenharia Civil;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Vigia;
NILSON DE FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Obras,
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação - Operário Braçal;
RAFAEL DE OLIVEIRA PRAZERES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Índices Urbanísticos;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Controle de Índice Urbanístico;
RENAN DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro II;
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro;
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Patrula;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
ROBSON CLEITON DE SOUSA ocupante do Cargo temporário de Vigia;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas;
ROGERIO FARIAS OLDANI, ocupante do Cargo Temporário de psicólogo NASF;
ROLD ANDRADE PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Educação Infantil;
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
SADI PEIXOTO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de administração de cemitérios,
SALMIR GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Administração;
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito,
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
TATIANY BITTENCOURT JACINTO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Análise de Recursos Humanos;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal,
VALDIR JOSE FERRARI, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
VITOR MANOEL GONÇALVES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 3338/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3375/2019

Publicação Nº 2225815

PORTARIA nº 3375 de 11 de novembro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) KARLA KRISTINA MARTINS, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 05/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 3376/2019**

Publicação Nº 2225817

PORTARIA nº 3376 de 11 de novembro de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) DANIELE TATIANA BLAFFERT E SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 11/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 3377/2019**

Publicação Nº 2225819

PORTARIA Nº 3377/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIANA DANUZA ROSA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 13030/2019 em anexo, no período de 22/10/2019 a 20/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 3378/2019**

Publicação Nº 2225820

PORTARIA Nº 3378/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SANDRO ALBERTO ANTUNES, ocupante do cargo efetivo de BIOQUÍMICO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 13062/2019 em anexo, no período de 21/10/2019 a 10/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3379/2019

Publicação Nº 2225821

PORTARIA Nº 3379/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), BRUNA CAROLINE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12847/2019 em anexo, no período de 15/10/2019 a 14/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3380/2019

Publicação Nº 2225822

PORTARIA Nº 3380/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CAROLINA DE MELLO VIEIRA DE FREITAS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12730/2019 em anexo, no período de 16/10/2019 a 15/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3381/2019

Publicação Nº 2225823

PORTARIA Nº 3381/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), BRUNA ESTEVAM DANTAS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12766/2019 em anexo, no período de 04/09/2019 a 05/09/2019, 10/09/2019, 20/09/2019 a 22/09/2019, 30/09/2019 a 10/10/2019 e 18/10/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3382/2019

Publicação Nº 2225824

PORTARIA Nº 3382/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA CLAUDIA HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12735/2019 em anexo, no período de 30/09/2019, 15/10/2019 a 18/10/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3383/2019

Publicação Nº 2225825

PORTARIA Nº 3383/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIELLA DA SILVA MEINSCHEN VIANA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 13317/2019 em anexo, no período de 29/10/2019 a 12/12/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3384/2019

Publicação Nº 2225826

PORTARIA Nº 3384/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIANO MANOEL COELHO, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 13487/2019, no período de 01/11/2019 a 14/11/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3385/2019

Publicação Nº 2225828

PORTARIA nº 3385 de 11 de novembro de 2019

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Evandro de Oliveira Dantas, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8945, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Unidade Básica de Saúde dos Fundos, desempenhando as atividades inerentes ao cargo de Recepcionista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 15/10/2019 a 05/04/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2019.

Biguaçu, 11 de novembro de 2019
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 11/2019

Publicação Nº 2225839

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 11/2019

Dispõe sobre o cancelamento da inscrição de entidades, serviços, programas e projetos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas

por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.
- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 08 de novembro de 2019.
- A ATA nº 10/2019.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o cancelamento da inscrição nº 005, do Serviços de Acolhimentos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos da Instituição CASA LAR MUNICIPAL DE BIGUAÇU. CNPJ: 82.892.308/0001-53. Localizada na Rua Maria Cecília Sodré, 167 Praia João Rosa, Biguaçu/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.

Marília Scherer

Presidente do CMAS/Biguaçu

CONVOCAÇÃO Nº 33 EDITAL 002/2018

Publicação Nº 2225805



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO Nº 033 – Edital 002/2018

A Secretaria Municipal de Saúde, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SESAU Edital 002/2018, abaixo relacionado para comparecer na** Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, Nº 114 - Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – SC, até o dia **21/11/2019**, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS

058 – ANA PAULA PADILHA ROSA – Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

059- ALINNY CRISTIANE DE SOUZA MARTINS DA SILVA - Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

060 – EDUARDO CORDEIRO DE MACEDO - Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

061 – FRANCISCO PAULINO DE ALENCAR SERRA - Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

062 – CRISTIANE MARIA DOS SANTOS - Chamada de acordo com o Art. 3ª da Lei Nº1563 DE 2001.

Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, nº 114,
Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – CEP 88160.000
Telefone (48) 3039 8500



CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 016/2019**

Publicação Nº 2225343

RESOLUÇÃO Nº 016/2019

REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA, A COMPENSAÇÃO DE HORAS, O PONTO FACULTATIVO E A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES MÉDICAS E/OU ODONTOLÓGICAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor (a): Mesa Diretora

O Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 36, inciso III e art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e art. 24, inciso IV, alínea "h", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 06/2012, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º - Para efeitos desta Resolução considera-se:

- I - jornada de trabalho: período durante o qual o servidor deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do órgão ou da entidade em que possui exercício, com habitualidade;
- II - ponto: registro diário das entradas e saídas do servidor por meio do qual se verifica a sua frequência;
- III - compensação de horas: é a redução ou supressão da jornada de trabalho em determinados dias em razão de acordo administrativo entre o(a) Secretário(a) de Administração e o servidor, desde que configure necessidade eventual de serviço ou ausência motivada; e
- IV - ponto facultativo: dia útil em que os servidores públicos são dispensados do trabalho, mediante ato administrativo do Presidente da Câmara.

**CAPÍTULO II
DO PONTO ELETRÔNICO E DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

Art. 2º - O controle de frequência da jornada de trabalho do servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão, admitido em emprego de natureza temporária, ocupante de emprego permanente, terceirizado, bolsista e estagiário far-se-á por meio de registro eletrônico de ponto no âmbito da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

§ 1º - Aquele que se encontrar impossibilitado de registrar seu ponto mediante identificação digital, deverá dirigir-se diariamente (entrada e saída) ao Setor de Recursos Humanos para proceder ao registro de forma manual. Neste caso, o registro de forma manual será autorizado somente mediante apresentação de atestado médico emitido por médico especializado ou pela junta médica do município.

§ 2º - Quando, em razão de problemas técnicos ou força maior, o sistema não estiver em operação, os servidores deverão registrar manualmente a jornada de trabalho em formulário próprio elaborado pelo Setor de Recursos Humanos.

§ 3º - A ausência de registro de frequência, de entrada ou de saída, sem justificativa ao (à) Secretário(a) de Administração, acarretará no cômputo de uma falta ao servidor.

§ 4º - Em razão da natureza das funções, o Presidente da Câmara, por ato próprio e em caráter excepcional, poderá dispensar de efetuar o registro do ponto eletrônico, bem como a redução da carga horária, mediante portaria.

Art. 3º - A jornada de trabalho deverá ser cumprida no período compreendido entre 07h00min e 13h00min ou entre 13h00min e 19h00min.

§ 1º - Poderá ser estabelecido o cumprimento da jornada de trabalho em período diverso, desde que expressamente autorizado pelo(a) Secretário(a) de Administração e, tratando-se de servidores cujos cargos estejam atrelados à função de Assessoria Parlamentar, pelo Vereador a quem o servidor estiver vinculado.

§ 2º - Será admitida tolerância de até 10 (dez) minutos para o início e final da jornada de trabalho no controle eletrônico de frequência.

Art. 4º - O período de afastamento do servidor para realizar serviço externo e participar de eventos de interesse da Câmara, devidamente comprovado por meio de documento hábil, com prévia autorização do(a) Secretário(a) de Administração, será considerado como horas trabalhadas com o correspondente registro do fato no sistema de registro de ponto.

§ 1º - A comprovação do serviço externo será feita mediante apresentação de relatório (anexo II) contendo os dias e horas trabalhadas, bem como a descrição dos serviços prestados, devidamente autorizado pelo(a) Vereador(a) ou Secretário(a) de Administração. No caso de participação em eventos ou seminários, a comprovação será feita mediante apresentação do certificado emitido pela empresa ou órgão responsável.

§ 2º - O relatório de atividades externas e o certificado de participação em evento ou seminário deverão ser entregues no Setor de Recursos Humanos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após sua ocorrência.

§3º - No caso dos Assessores Parlamentares, a comprovação de atividade externa será limitada a 18 (dezoito) horas mensais, mediante apresentação de relatório entregue ao Setor de Recursos Humanos, observadas as disposições constantes no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (Inquérito Civil n. 06.2014.00005084-4- 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu) firmando entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores de Biguaçu em 20/10/2015.

§4º - Cabe ao Assessor Parlamentar (nível I) fazer o devido controle de frequência dos Assessores Parlamentares lotados em seu respectivo gabinete, assim como efetuar a entrega do relatório de atividade externa (anexo III) no Setor de Recursos Humanos, no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua ocorrência.

Art. 5º - A folha individual de ponto eletrônico conterá todos os registros, ocorrências e abonos relativos à frequência, bem como os afastamentos.

Art. 6º - Compete ao Setor de Recursos Humanos, com auxílio e supervisão do Controle Interno da Câmara:

I - acompanhar, supervisionar e controlar a implementação e a funcionalidade do ponto eletrônico;

II - adotar o registro e a apuração de frequência por meio de folha individual de ponto manual, em casos excepcionais que envolvam motivo relevante, devidamente justificado pelo(a) Secretário(a) de Administração;

III - disponibilizar ao Controle Interno a folha individual de ponto eletrônico dos servidores até o 10º (décimo) dia de cada mês, relativo ao mês imediatamente anterior, devendo o Controle Interno emitir comunicação ao Setor de Recursos Humanos com o nome completo e horas devidas dos servidores, para desconto de horas trabalhadas no mês.

Art. 7º - É responsabilidade do servidor controlar seus registros diários de entrada e saída, para garantir a fiel execução das normas regulamentadoras desta Resolução.

Parágrafo Único – O acompanhamento do registro da jornada diária de trabalho poderá ser feito mediante consulta no Setor de Recursos Humanos, que será disponibilizada somente na última semana de cada mês.

Art. 8º - As faltas de registros de entrada e de saída poderão ser justificadas ao (a) Secretário(a) de Administração e reportadas ao Setor de Recursos Humanos, até o limite de 03 (três) episódios no mesmo mês.

§ 1º - Em caso de falta de registro (entrada ou saída) justificada, será considerado apenas o expediente normal, sendo que eventuais horas excedentes realizadas não serão consideradas.

§ 2º - Após a terceira justificativa prevista no caput, serão computados como faltas os dias que houver ausência no registro de entrada ou saída.

CAPÍTULO III DA COMPENSAÇÃO DE HORAS

Art. 9º - A compensação de horas será aplicada apenas nos seguintes termos:

§ 1º - Para fins de compensação, consideram-se os acréscimos à jornada de trabalho até o limite de 12 (doze) horas mensais, quando devidamente autorizadas pelo(a) Secretário(a) de Administração, mediante pedido formal feito pelo servidor (anexo I), para suprir transitória e eventual necessidade de serviço.

§ 2º - Poderão, também, ser compensadas as faltas ou ausências justificadas e deferidas pelo(a) Secretário(a) de Administração, até o final do mês da ocorrência, sendo vedado o aproveitamento do período não utilizado nos meses posteriores.

§ 3º - É vedado faltar ao trabalho sem comunicação e autorização, para posterior compensação.

§ 4º - Não serão compensadas as ausências relativas:

I – à incapacidade por doença pessoal ou familiar, integrando a realização de consultas e exames médicos/odontológicos, até o limite estabelecido em legislação específica, comprovada pela apresentação de atestado médico ou requisição de exame;

II – à prova escolar coincidente com o horário de trabalho, mediante comprovação;

III – ao direito concedido à servidora lactante nos termos da legislação em vigor;

IV – à doação de sangue, comprovada por documentação;

V – à participação em Tribunal do Júri, mediante comprovação de participação efetiva na Seção do Tribunal do Júri;

VI – à convocação do Tribunal Regional Eleitoral, mediante comprovação;

VII – à participação em cursos, seminários ou atividades correlatas, previamente autorizadas, mediante apresentação de documento comprobatório;

VIII – à execução de serviço externo; e

IX – à viagem a serviço.

X – a horas faltantes justificadas através de declarações médicas, serviços hospitalares, laboratoriais e radiológicos, contendo obrigatoriamente data e horário do atendimento (sendo este o abonado), apresentadas ao Setor de Recursos Humanos, ao limite máximo de 03 (três) declarações por mês.

§ 5º - A compensação a que se refere este artigo se dará a critério do(a) Secretário(a) de Administração, com a dispensa do servidor em

horas fracionadas ou dias de trabalho e deverá ocorrer até o final do mês da ocorrência.

§6º - Expirado o período mensal para a compensação ou o estabelecido pela administração pública, será realizado o devido desconto em folha proporcional às horas não compensadas.

§7º - As faltas e/ou atrasos devem ser previamente comunicados ao(a) Secretário(a) de Administração e, caso injustificados, o respectivo período de ausência será descontado.

Art. 10 - Em caso de falta, não será descontado o auxílio-alimentação nem o vale-transporte, se houver reposição da carga horária.

Paragrafo único – Em caso de faltas não justificadas, os descontos descritos no caput ocorrerão exclusivamente no mês posterior.

CAPÍTULO IV DO PONTO FACULTATIVO

Art. 11 - O ponto facultativo, conforme decretado pelo Presidente da Câmara, terá sua carga horária compensada de acordo com o mesmo ato que o estabelecer.

§ 1º - A compensação da carga horária suspensa será realizada apenas por aquele que usufruiu o ponto facultativo.

§ 2º - Estando o servidor em gozo de férias ou licença-prêmio no período de compensação da carga horária suspensa, a mesma deverá ser compensada a partir do primeiro dia de efetivo exercício.

CAPÍTULO V DAS DECLARAÇÕES MÉDICAS E/OU ODONTOLÓGICAS

Art. 12 - A declaração de comparecimento em consultas ou exames médicos/odontológicos do servidor efetivo, temporário ou comissionado, ou de acompanhamento do seu cônjuge ou companheiro, dos filhos, dos enteados, dos pais, ou de pessoa sob a sua guarda, nas referidas consultas ou exames é documento válido como justificativa perante o(a) Secretário(a) de Administração pelo não cumprimento da jornada de trabalho, entretanto, salvo no caso do §3º deste artigo, não é documento hábil para abonar as horas, período ou dia de trabalho, pois apenas o atestado médico possui essa natureza.

§1º - O atestado médico deverá ser redigido e assinado pelo médico ou cirurgião-dentista, informando o nome do servidor, a data em que foi atendido, o número de dias necessários e o CID – Código Internacional de Doenças, nos casos de doença ocupacional e acidente de trabalho.

§2º - O atestado médico ou odontológico deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, contados da data do início do afastamento do servidor, com a ciência da chefia imediata.

§3º - Serão aceitas até 03 (três) declarações de comparecimento durante o mês, sem necessidade de compensação de horas, independente se referentes ao servidor ou pelo acompanhamento de familiar, conforme previsto no caput deste artigo.

§4º - A declaração de comparecimento em atendimento médico não substitui o atestado médico, mas apenas abona as horas ausentes ao serviço em relação ao respectivo período descrito na declaração.

§5º - A partir da terceira declaração de comparecimento apresentada dentro do mesmo mês, deverá o servidor compensar as horas devidas, sempre dentro do mês em que houve o descumprimento justificado da jornada de trabalho.

Art. 13 - Sem prejuízo do previsto na legislação estatutária municipal, a declaração de comparecimento deverá conter o nome do servidor, e o do seu familiar, quando for este o caso, o período especificado em intervalo de horas e o dia correspondente ao afastamento.

Art. 14 - O servidor deverá avisar o(a) Secretário(a) de Administração acerca da consulta, exame e demais procedimentos no mínimo 01 (um) dia útil antes da realização deste, como forma de garantir a boa gestão da unidade de trabalho.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 15 - O não cumprimento integral da jornada de trabalho mensal ou a falta de compensação de horas até o término do mês da ocorrência implicará na perda de vencimentos.

Art. 16 - Constituirá falta grave, punível na forma da lei:

- I - causar danos aos equipamentos e programas utilizados para o registro eletrônico de ponto;
- II - registrar a frequência de outro servidor sob quaisquer circunstâncias; e
- III - não cumprir as normas estabelecidas nesta Resolução.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Compete aos superiores hierárquicos acompanhar e exigir a rigorosa observância das normas estabelecidas para o registro, controle e apuração de frequência.

Art. 18 – Ao Setor de Recursos Humanos compete divulgar e fazer cumprir as normas estabelecidas nesta Resolução, cabendo-lhes orientar os servidores quanto às diretrizes estabelecidas para o registro de frequência, zelar pela manutenção dos equipamentos e programas utilizados, pela segurança das informações e pela base de dados do sistema eletrônico de ponto.

Art. 19 - O horário especial de expediente, não implica alteração do regime geral de trabalho dos servidores públicos do município que permanece de 30 (trinta) horas semanais, observados os limites mínimos e máximos.

Art. 20 - Os casos omissos referentes ao registro de frequência serão dirimidos pela Secretaria de Administração e pelo Controle Interno da Câmara.

Art. 21 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, especialmente a Resolução n. 12/2017 e a Instrução Normativa n. 001/2017.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2019.

Vereador Salmir da Silva

Presidente

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

Nome do(a) servidor(a):

Cargo:

Data da Solicitação:

--	--

O(a) servidor(a) deverá informar o motivo da solicitação, bem com a data e horário a ser compensado.

Observação:

*A solicitação deverá ser protocolada e entregue ao(à) Secretário(a) de Administração, o qual analisará o pedido de compensação de horas, com base no artigo 9º desta Resolução.

Assinatura do(a) Servidor(a)

Visto/autorizado:

Assinatura do(a) Secretário(a) de Administração

Nome do(a) Secretário(a) de Administração:

ANEXO II

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTERNAS

Nome do(a) servidor(a):

Cargo:

Período de apuração (data/hora):

Data de Entrega:

--	--

O relatório deverá apresentar obrigatoriamente a descrição detalhada das atividades realizadas externamente, bem como o local, data e horário.

Observações:

*O relatório deverá ser protocolado e entregue no Setor de Recursos Humanos, no prazo de até 2(dois) dias úteis após a atividade/evento. Caso não seja respeitado o prazo de entrega do relatório, serão considerados como falta injustificada os dias que houver ausência no registro de entrada ou saída.

*Em caso de evento, o servidor deverá apresentar a cópia do certificado de participação.

Assinatura do(a) Servidor(a)

Visto/autorizado:

Assinatura do(a) Secretário(a) de Administração

Nome do(a) Secretário(a) de Administração:

ANEXO III

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTERNAS – Assessores Parlamentares

Nome do(a) Assessor(a) Parlamentar e Nível (I ou II):

Período de apuração (data/hora):

Data de entrega do relatório:

Tipo de atividade executada (pertinência com a função parlamentar):

Justificativa para executar a atividade fora das dependências da Câmara de Vereadores:

Identificação do(s) endereço(s) onde foi executada a atividade:

Data e hora de saída e retorno do Assessor das dependências da Câmara de Vereadores:

Relatório com a descrição detalhada dos atos praticados, tais como pessoas contactadas, documentos recebidos ou entregues, registros fotográficos, objetos ou coisas examinadas e vistoriadas, tempo de duração da diligência, entre outras:

Observações:

*O relatório de atividades deverá conter todas as informações acima descritas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (Inquérito Civil n. 06.2014.00005084-4- 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu) firmando em 20/10/2015.

* Em caso de evento, o servidor deverá apresentar a cópia do certificado de participação.

*O relatório deverá ser protocolado e entregue no Setor de Recursos Humanos, no prazo de até 2(dois) dias úteis após a atividade/evento. Caso não seja respeitado o prazo de entrega do relatório, serão considerados como falta injustificada os dias que houver ausência no registro de entrada ou saída.

Assinatura do(a) Assessor(a) Parlamentar

Visto/autorizado:

Assinatura do(a) Vereador(a)

Nome do(a) Vereador(a):

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.795/2019

Publicação Nº 2225583

LEI Nº 8.795, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS E EM PROCESSOS ELETIVOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU ÀS PESSOAS QUE PRESTARAM SERVIÇOS À JUSTIÇA ELEITORAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentas do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e em processos seletivos internos realizados no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Executivo do Município, abrangendo a administração direta e indireta, as pessoas candidatas que prestaram serviços à Justiça Eleitoral por duas eleições consecutivas anteriores a publicação do edital do certame.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo será concedida mediante apresentação, na forma prevista em edital, de documento comprobatório da prestação de serviços nos últimos 5 (cinco) anos, emitido pela Justiça Eleitoral.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a pessoa candidata que prestar informação falsa com o intuito de obter a isenção prevista nesta lei estará sujeita a:

I – cancelamento da inscrição e exclusão do concurso público ou do processo seletivo se a falsidade for constatada antes da homologação do seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III – declaração de nulidade do ato de nomeação se a falsidade for constatada após a publicação deste.

Parágrafo único. A eliminação prevista nos incisos deste artigo deverá ser precedida de procedimento que garanta ampla defesa à pessoa candidata e importará na anulação da inscrição e dos demais atos praticados por esta, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.438/2019

Publicação Nº 2225586

DECRETO Nº 12.438, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0066.2312 – IGD Programa Bolsa Família

Modalidade 4.4.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0235.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0066.2312 – IGD Programa Bolsa Família
Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0235.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.562/2019

Publicação Nº 2225597

PORTARIA Nº 23.562, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEX SANDRO DA SILVA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 204/2019, de 02 de abril de 2019, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela Coordenação de Serviço Especializado em Saúde, conforme artigo 37, II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016,
ao servidor público municipal ALEX SANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 21 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.564/2019

Publicação Nº 2225602

PORTARIA Nº 23.564, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUAN MATHEUS SARTORI SANTOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 0864/2019, de 04/11/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 04 de novembro de 2019, o servidor público municipal LUAN MATHEUS SARTORI SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Contratos de Prestação de Serviços - FGC 30%, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.565/2019

Publicação Nº 2225604

PORTARIA Nº 23.565, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL J.G.C.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, em consonância com o art. 16, I, da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, e de conformidade com o pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando nº 0863/2019, com documentos que lhe acompanham e laudo pericial da Junta Médica do SESOSP, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração – COMEX, designada pela Portaria nº 23.349, de 12/09/2019, em face da servidora pública municipal J.G.C., matrícula nº 231491, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, nomeada em 25/04/17, pela Portaria nº 20.817, Termo de Posse nº 26766, de 05/06/17, iniciando o efetivo exercício do cargo em 12/06/17, por inaptidão física/mental para o desempenho das funções do cargo, por doença ou lesão incapacitante de que já era portadora ao entrar em efetivo exercício, por avaliação médica do SESOSP, de conformidade com o art. 16, inciso II e o parágrafo 4º, da LC 740, de 18/01/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.566/2019

Publicação Nº 2225607

PORTARIA Nº 23.566, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BLUMENAU – COMSEA – BL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e atendendo ao pedido constante do Memorando GAB SEMUDES nº 149/2019, de 04/11/2019, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e no Decreto nº 9.761, de 17 de julho de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau - COMSEA – BL, juntamente com os demais membros:

ANDERSON ALMIR ROZANSKI e KARLA ANDREIA DREWS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Desenvolvimento Rural, em substituição a KARLA ANDREIA DREWS e LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA, nomeados pela Portaria nº 22.442, de 10/12/2018 e pela Portaria nº 22.871, de 02/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.567/2019

Publicação Nº 2225610

PORTARIA Nº 23.567, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANE BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando SEMUS nº 279/2019, de 06/11/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 04 de novembro de 2019, a servidora pública municipal LUCIANE BERNARDINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Compras - FGF 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 040/2018

Publicação Nº 2225618

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 040/2018

INDICIADA: T.A.G.N.

ADV. LUIZ FILIPE MOSER CARLINI - OAB/SC nº 24.485

DESPACHO: Intime-se o advogado de defesa para ciência do relatório final exarado por esta Comissão, do julgamento e da Portaria nº 23.5582019, exaradas pelo Senhor Prefeito, constante de folhas 80 a 94 dos autos.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2017

Publicação Nº 2225620

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 025/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do programa de Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional, aprovado pelo CIGA, conforme pedido descrito anexo ao processo – SEFAZ.

PROCESSO: Dispensa nº 08-034/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

VALOR: Renova-se o valor mensal que se mantém em R\$ 1.450,00, totalizando ao ano R\$ 17.400,00.

DATA DE ASSINATURA: 28 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 244/2018

Publicação Nº 2225622

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 244/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E NATASHA MUGICA CORDEIRO

OBJETO: Execução do Projeto Cultural nº 39/2017, Área Comunicação e Formação em Cultura, Modalidade Desenvolvimento, intitulado “Aplicativo Blumenau Cultural”, de responsabilidade da CONTRATADA, nos moldes descritos no projeto técnico premiado.

PROCESSO: Concurso n. 005/2017.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato e execução do projeto cultural nº. 48/2017 por mais 4 (quatro) meses, ou seja, de 21 de novembro de 2019 até 20 de março de 2020.

ALTERAÇÃO: Prorroga-se o prazo para prestação de contas para mais 4 (quatro) meses, ou seja, de 21 de dezembro de 2019 até 20 de abril de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 04 de novembro de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2019

Publicação Nº 2225624

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2019

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura do pregão supracitado cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E TABLETS PARA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU. – SEMED, com data de abertura prevista para o dia 14 de novembro de 2019 às 09h00min está SUSPensa. Motivo: Por solicitação da Secretaria requisitante, houve a necessidade de rever as especificações técnicas, em razão de questionamentos apresentados. Oportunamente será publicada nova data de abertura. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 13/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2240/2019

Publicação Nº 2225636

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2240/2019

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura do pregão supracitado cujo objeto é Registro de preços para aquisição de combustível para frota veicular do SAMAE., com data de abertura prevista para o dia 13 de novembro de 2019, às 08h30min está SUSPENSA. Motivo: Problemas técnicos internos. Oportunamente será publicada nova data de abertura. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 13/11/2019 – André Espezim – Diretor Presidente do Samae.

CONVITE Nº 11/2019

Publicação Nº 2225643

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONVITE nº. 11/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada, para o evento Reveillon 2020 e Sommerfest 2020, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 18 de novembro de 2019 às 14 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 08/11/2019. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSOS DE DISPENSA Nº 08-122/19; 08-140/19; 08-142/19; 08-145/19 E 08-147/19

Publicação Nº 2225656

Processo Dispensa 08-122/2019

Objeto: Manutenção e conservação das vias urbanas - SEURB

Contratada: Racli Limpeza Urbana Ltda

Artigo 24, inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$6.526.263,50

Processo Dispensa 08-140/2019

Objeto: Aquisição de medicamento- SEMUS

Contratada: Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI

Artigo 24, inciso XXVI da lei 8.666/93

Valor total: R\$364.898,33

Processo Dispensa 08-142/2019

Objeto: Gêneros Alimentícios - (Padaria) - SME

Contratada: Comercial Abelam Ltda

Artigo 24, inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$8.305,60

Processo Dispensa 08-145/2019

Objeto: Equipamentos de Informatica e Eletrônicos - Policia Militar - SEDECI

Contratadas:

Infohard Informatica Ltda - Valor R\$21.226,00

Sabre Colderes Ltda - Valor R\$2.200,00

Casa Completa Sistemas de Segurança Ltda - Valor R\$900,00

Artigo 24, inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$24.326,00

Processo Dispensa 08-147/2019

Objeto: Aquisição de um armário - SEDECI

Contratada: Oneda Móveis Ltda

Artigo 24, inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$2.000,00

PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-99/19; 09-108/19; 09-114/19; 09-117/19 E 09-115/19

Publicação Nº 2225673

Processo Inexigibilidade 09-99/2019

Objeto: Serviço de Palestrante - SEMED

Contratada: Rosangela Pedralli

Artigo 25, inciso II c/c 13, inciso VI da lei 8.666/93

Valor total: R\$19.121,00

Processo Inexigibilidade 09-108/2019

Objeto: Manutenção nos equipamentos de Telefonia de Emergência com Peças - SEDECI

Contratada: Remota Tecnologia em Comunicação Ltda.

Artigo 25, inciso I da lei 8.666/93

Valor total: R\$17.800,00

Processo Inexigibilidade 09-114/2019

Objeto: Serviços de Monitoria - SEMUS

Contratadas:

Daniela Maysa de Souza - Valor R\$ 2.400,00

Liane Girolamo - Valor R\$ 2.400,00

Josiane Fujii - Valor R\$ 300,00

Tassila Dias Malta Moreira Moura - Valor R\$ 3.200,00

Artigo 25, inciso II c/c 13, inciso VI da lei 8.666/93

Valor total: R\$8.300,00

Processo Inexigibilidade 09-117/2019

Objeto: Serviços Jurídicos na Área Desportista - SME

Contratada: João Jorge Mussi Neto

Artigo 25, caput da lei 8.666/93

Valor total: R\$8.900,00

Processo Inexigibilidade 09-115/2019

Objeto: Serviços de monitoria - SEMUS

Contratada: Janice Westphal Riman Nappi

Artigo 25, inciso II c/c 13, inciso VI da lei 8.666/93

Valor total: R\$280,00

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM - SEMMAS 2019

Publicação Nº 2225682

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 137/RN - 2018**PROCESSO N.º 12283/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por HABITAT INCORPORAÇÃO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 09.271.343/0001-65, que será executada no imóvel localizado na Rua Almirante Barroso s/nº, Bairro Vila Nova, IPTU: 2394, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 138/RN - 2018**PROCESSO N.º 20614/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por KOELLER ADMINISTRACAO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 05.232.361/0001-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Arno Dellling, nº 739, Bairro Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 140/RN - 2018**PROCESSO N.º 4686/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADEMIR HELBIG, CPF/CNPJ sob nº. 383.697.299-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Sarmento, nº 1.632, Bairro Vila Itoupava, INCRA 809.160.052.930-11, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 141/RN - 2018

PROCESSO N.º 17230/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARCELO FLACH, CPF/CNPJ sob nº. 063.688.619-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Rússia, lote 11, Bairro Velha Central, Cadastro: 84302, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 142/RN - 2018

PROCESSO N.º 21871/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por INGOMAR REITER, CPF/CNPJ sob nº. 439.740.829-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Johann G. H. Hadlich, nº 228, Bairro Passo Manso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 143/RN - 2018

PROCESSO N.º 20958/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DANIEL EICK, CPF/CNPJ sob nº. 037.197.579-43, que será executada no imóvel localizado na Rua Presidente Araujo Brusque, lote 42, Bairro do Salto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 144/RN - 2018

PROCESSO N.º 14802/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SIMONE FUMAGALLI DE ASSIS, CPF/CNPJ sob nº. 049.152.719-51, que será executada no imóvel localizado na Rua Porto Seguro, Lote 08, Bairro Glória, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 145/RN - 2018

PROCESSO N.º 15861/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por UNIÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 75.406.389/0001-79, que será executada no imóvel localizado na Rua Pomerode, s/nº, Bairro Do Salto, IPTU 119413, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 146/RN - 2018

PROCESSO N.º 26754/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BLUKIT METALÚRGICA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 81.604.803/0001-57, que será executada no imóvel localizado na Rua Marconi, 310, Bairro Itoupavazinha, IPTU 17790, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 147/RN - 2018**PROCESSO N.º 15776/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PERYEL ZANUSSO NOVOCHADLO, CPF/CNPJ sob nº. 023.235.319-05, que será executada no imóvel localizado na Rua General Osório esquina com a rua Maria Bugmann, Bairro Velha, Cadastro:29429, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 148/RN - 2018**PROCESSO N.º 24070/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN JACKSON KUHLMANN, CPF/CNPJ sob nº. 970.546.409-00, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º De Janeiro, s/n, Bairro Fidélis, IPTU 8772 e 115110, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 149/RN - 2018**PROCESSO N.º 23687/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SB9 PARICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 09.399.550/0001-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Republica Argentina, s/nº, Bairro Ponta Aguda, IPTU 21822, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 150/RN - 2018**PROCESSO N.º 27310/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TALITA BITTENCURT, CPF/CNPJ sob nº. 004.377.969-73, que será executada no imóvel localizado na Rua Dos Ficus, s/nº, Bairro Itoupava Norte, IPTU 94229, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 151/RN - 2018**PROCESSO N.º 27487/2017**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EDDA LEONI E OUTROS, CPF/CNPJ sob nº. 720.331.349-20, que será executada no imóvel localizado na Rua Carl Kauan, s/nº, Bairro Velha Central, IPTU 166745, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 152/RN - 2018

PROCESSO N.º 24200/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EMPREENDIMENTO HOTELEIRO VIA EXPRESSA BLUMENAU SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 24.061.309/0001-50, que será executada no imóvel localizado na Rua Dos Ficus, s/nº, Bairro Itoupava Norte, IPTU 94229, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 153/RN - 2018

PROCESSO N.º 9110/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ANTONIO GERMANO MARTINS, CPF/CNPJ sob nº. 050.504.569-91, que será executada no imóvel localizado na Rua 4 de Fevereiro, 435, Bairro Itoupava Norte, Cadastro:15560, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 154/RN - 2018

PROCESSO N.º 19368/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por F & C CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 29.791.192/0001-83, que será executada no imóvel localizado na Rua Johann Sachse, 2961, Salto do Norte, Cadastro:22379, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 155/RN - 2018

PROCESSO N.º 23768/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por Herculano Domicio Martins (Condomínio Horizontal Gruwald SPE Ltda), CPF/CNPJ sob nº. 291.215.829-04, que será executada no imóvel localizado na Rua Prof. Jacob Ineichen, nº 909, IPTU: 81927 - Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 156/RN - 2018

PROCESSO N.º 12041/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ARTUR GEBIEN NETO, CPF/CNPJ sob nº. 653.248.979, que será executada no imóvel localizado na Rua Lothar Gebien, 115, Fortaleza, Cadastro: 111147, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 157/RN - 2018

PROCESSO N.º 6674/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CELITO DIDONÉ, CPF/CNPJ sob nº. 211.242.130-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Ricardo Benner, Lote 31, Bairro Velha Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à

FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 158/RN - 2018

PROCESSO N.º 25342/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por HABITARE PARTICIPAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 10.226.329/0001-29, que será executada no imóvel localizado na Rua Villa Maria, s/nº– IPTU 132139 – Bairro Fortaleza Alta, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 159/RN - 2018

PROCESSO N.º 9122/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EMANUELLA SASSELLA, CPF/CNPJ sob nº. 095.392.859-41, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodoro Lueders, Escola Agrícola, Cadastro:335353, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 160/RN - 2018

PROCESSO N.º 8874/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TRG FITNESS, CPF/CNPJ sob nº. 02.228.279/0001-90, que será executada no imóvel localizado na Rua Bernardino Jose de Oliveira,s/n Badenfurt, Cadastro nº 167921, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 161/RN - 2018

PROCESSO N.º 19242/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PROTENGE URBANISMO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 01.524.136/0001-63, que será executada no imóvel localizado na Rua Inominada 2527 – IPTU: 25249 – Velha Central Loteamento Residencial “Flor da Mata, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 162/RN - 2018

PROCESSO N.º 13241/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por COMERCIO DE MADEIRAS BRESSANINI LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 02.200.936/0001-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Gustavo Zimmermann, 3.688, Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 163/RN - 2018

PROCESSO N.º 18321/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JAIR SARMENTO, CPF/CNPJ sob nº. 828.132.569-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Capitão Correa de Lyra, 32 – Valparaíso, Cadastro: 57342, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 164/RN - 2018

PROCESSO N.º 20786/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RENETO BARINGER, CPF/CNPJ sob nº. 575.840.959-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Marcelino Cardoso, Água Verde, Cadastro: 138098, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 165/RN - 2018

PROCESSO N.º 20785/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CONSTRUTORA E INCORPORADO MAEDRI EIRELEI ME, CPF/CNPJ sob nº. 27.524.931/0001-45, que será executada no imóvel localizado na Rua Biguaçu, Água Verde, Cadastro: 100481, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 166/RN - 2018

PROCESSO N.º 16446/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RUDIMAR RUEDIGER, CPF/CNPJ sob nº. 594.355.939-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Erwin Manzke, 5608, Vila Itoupava, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 167/RN - 2018

PROCESSO N.º 15778/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DONDE CONSTRUÇÕES E INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 09.201.645/0001-67, que será executada no imóvel localizado na Rua Itajaí, Vorstadt, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 168/RN - 2018

PROCESSO N.º 11454 e 29259/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADMINISTARDORA DE BENS SETTER LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 81.549.735/0001-70, que será executada no imóvel localizado na Rua 7 de Setembro, nº 1.574, fundos, IPTU 8318/8319, Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 169/RN - 2018

PROCESSO N.º 26942/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VITOR HUGO TAMIOSSO BOER, CPF/CNPJ sob nº. 131.590.110-20, que será executada no imóvel localizado na Rua Araras, Velha, Cadastro: 54325, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 170/RN - 2018

PROCESSO N.º 10737/2017 e 29470/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por INGO STAACK, CPF/CNPJ sob nº. 162.091.769-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Dr. Pedro Zimmermann S/N, Itoupava Central, Cadastro nº126369, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 171/RN - 2018

PROCESSO N.º 19877/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por INGO STAACK, CPF/CNPJ sob nº. 162.091.769-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Gustavo Zimmermann, 1959, Itoupava Central, IPTU 11347, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 148/RN - 2018

PROCESSO N.º 28886/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN JACKSON KUHLMANN, CPF/CNPJ sob nº. 970.546.409-00, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º De Janeiro, s/n, IPTU 8772, Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 173/RN - 2018

PROCESSO N.º 14815/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RENE IMPELIZIERI, CPF/CNPJ sob nº. 001.165.106-76, que será executada no imóvel localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, Velha Central, Cadastro: 324456, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 174/RN - 2018

PROCESSO N.º 10490/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CONSTRUTORA PIACENTINE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 76.307.024/0001-50, que será executada no imóvel localizado na Rua Elsbeth Feddersen, s/nº, IPTU 349224, Bairro Salto do Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 002/RN - 2019

PROCESSO N.º 22296/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CIRCUS TAP EXPERIENCE BAR LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.761.873/0001-88, que será executada no imóvel localizado na Rua Antonio da Veiga, Itoupava Seca, Cadastros: 31976 e 31967, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 003/RN - 2019

PROCESSO N.º 24197/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JESSICA DAIANE BECK, CPF/CNPJ sob nº. 058.119.059-98, que será executada no imóvel localizado na Rua Primeiro de Janeiro, 2694, Fidelis, Cadastro: 8882, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 004/RN - 2019

PROCESSO N.º 6072/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JOSE PAULINO DE SEN, CPF/CNPJ sob nº. 237.360.039-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Johann Sachse, lote 16, Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 005/RN - 2019

PROCESSO N.º 26426/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VANDERLEI POFFO, CPF/CNPJ sob nº. 419.362.489-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Johann Ohf, 92, Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 006/RN - 2019

PROCESSO N.º 24438/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ILSON SCHWAMBACH, CPF/CNPJ sob nº. 399.711.399-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Jurema Beckhauser, lote 09, Tribess, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 007/RN - 2019

PROCESSO N.º 25414/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN JACKSON KUHLMANN, CPF/CNPJ sob nº. 970.546.409-00, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º De Janeiro, s/n, IPTUs: 8775, 8772, 344598, Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta

junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 009/RN - 2019

PROCESSO N.º 27146/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN n.º. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal n.º. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JENIFFER DAIANE HADLICH, CPF/CNPJ sob n.º. 066.245.139-26, que será executada no imóvel localizado na Rua Luiz Maske, parcela 02, Itoupavazinha, IPTU 13393, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 010/RN - 2019

PROCESSO N.º 26547/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN n.º. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal n.º. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TEREZINHA ECCHER, CPF/CNPJ sob n.º. 312.617.799-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Erwin Bachmann, n.º 5, IPTU 80605, Bairro Progresso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 011/RN - 2019

PROCESSO N.º 3111/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN n.º. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal n.º. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GRAFIMAS INDUSTRIA GRAFICA LTDA, CPF/CNPJ sob n.º. 85.342.681/0001-29, que será executada no imóvel localizado na Rua Erich Klitzke, n.º 147, IPTU 18560, Bairro Fortaleza, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 012/RN - 2019

PROCESSO N.º 26301/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN n.º. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal n.º. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ANDERSON DE SOUZA SANTOS, CPF/CNPJ sob n.º. 004.809.659-86, que será executada no imóvel localizado na Rua Leopoldo Vellwock, s/nº, IPTU 118592, Bairro Itoupavazinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 013/RN - 2019

PROCESSO N.º 9379/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN n.º. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal n.º. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADOLFO VOLLES, CPF/CNPJ sob n.º. 351.840.359-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Erich Meyer, 1448, Itoupava Central, Cadastro: 131968, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM n.º 014/RN - 2019

PROCESSO N.º 23773/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal n.º. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal n.º. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por AIRTON VALENTE, CPF/CNPJ sob nº. 323.186.349-04, que será executada no imóvel localizado na Rua 7 de Setembro, 1.685, Centro, Cadastro: 24531, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 016/RN - 2019

PROCESSO N.º 24842/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por IARA LÚCIA KLUG RISCHBIETER, CPF/CNPJ sob nº. 920.966.039-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Guilherme Poerner, Passo Manso, Cadastro: 99085, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 017/RN - 2019

PROCESSO N.º 5096/2016

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LAURA ZIEGLER, CPF/CNPJ sob nº. 902.888.749-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Alfredo Rothenburg, 00, IPTU: 325497, Fortaleza, Loteamento Arbore II, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 018/RN - 2019

PROCESSO N.º 951/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por IVO SCHARF, CPF/CNPJ sob nº. 019.416.749-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Carlos Jensen, 131, Itoupava Seca, Cadastro: 24469, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 019/RN - 2019

PROCESSO N.º 2033/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SPERANZINI ENGENHARIA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 05.120.374/0001-64, que será executada no imóvel localizado na Rua São Leopoldo, Vila Nova, Cadastro: 73721, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 020/RN - 2019

PROCESSO N.º Memo. SEDUR Nº 113/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU – SEDUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, CPF/CNPJ sob nº. 83.108.357/0001-15, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º de Janeiro, s/n, fundos do Parque das Itoupavas e IPTU 8772, Bairro Fidélis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 021/RN - 2019
PROCESSO N.º 22039/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SSA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 11.203.052/0001-81, que será executada no imóvel localizado na Rua Tereza Fischer, Bairro Itoupava Central, Cadastro: 4887, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 022/RN - 2019**PROCESSO N.º 19616/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ELISABETE ADRIANO, CPF/CNPJ sob nº. 494.070.749-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Rudolf Hollenweger, Garcia, Cadastro: 47466, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 022/RN - 2019**PROCESSO N.º 25595/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por OMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 03.830.013/0001-86, que será executada no imóvel localizado na Rua Hermann Huscher, Vila Formosa, Cadastro: 61614, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 024/RN - 2019**PROCESSO N.º 883/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SPERANZINI ENGENHARIA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 05.120.374/0001-64, que será executada no imóvel localizado na Rua Jaraguá, 93, Velha, Cadastro: 14862, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 025/RN - 2019**PROCESSO N.º 29015/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GIORDANI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 19.813.375/0001-07, que será executada no imóvel localizado na Rua Rainoldo Rinkus, lote 96, Salto do Norte, Cadastro: 122091, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 026/RN - 2019**PROCESSO N.º 869/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARCHI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 10.946.954/0001-45, que será executada no imóvel localizado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, Itoupavazinha, Cadastro: 71541, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 027/RN - 2019

PROCESSO N.º 26709/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARLI DA LUZ, CPF/CNPJ sob nº. 845.514.379-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Domingos Manoel de Borba, parcela 02, Nova Esperança, Cadastro: 337107, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 028/RN - 2019

PROCESSO N.º 26441/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TORRESANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 75.551.887/0001-05, que será executada no imóvel localizado na Rua Benjamin Constant, Escola Agrícola, Cadastro: 50995, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 029/RN - 2019

PROCESSO N.º 28223/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 07.573.271/0001-85, que será executada no imóvel localizado na Rua Teresópolis, Itoupava Seca, Cadastro: 43883, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 030/RN - 2019

PROCESSO N.º 26143/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LUCAS FREDERICO DE OLIVEIRA, CPF/CNPJ sob nº. 063.130.129-17, que será executada no imóvel localizado na Rua Vereador Agnelo Paulo Lanser, Cadastro: 26357, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 031/RN - 2019

PROCESSO N.º 22160/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADEMAR KLEMEZ, CPF/CNPJ sob nº. 380.621.439-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Rio Bonito, 205, Itoupava Central, Cadastro: 3526, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 032/RN - 2019

PROCESSO N.º 7975/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADELINO FROHLICH, CPF/CNPJ sob nº. 520.205.849-72, que será executada no imóvel localizado

na Rua Wilhelm Knaesel Senior, 2262, Itoupava Central, Cadastro: 151325, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 033/RN - 2019

PROCESSO N.º 24643/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARCIO DE CASTRO SILVEIRA, CPF/CNPJ sob nº. 029.732.779-81, que será executada no imóvel localizado na Rua Caramuru, s/nº, IPTU 106285, Bairro Do Salto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 034/RN - 2019

PROCESSO N.º 9720/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GRAFIMAS INDUSTRIA GRAFICA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 85.342.681/0001-29, que será executada no imóvel localizado na Rua Erich Klitzke, nº 147, IPTU 18560, Bairro Fortaleza, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 035/RN - 2019

PROCESSO N.º 24039/2017 e 9383/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por HOSTIN INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.124.686/0001-97, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodor Kleine, nº 1.135, IPTU 95116, Fortaleza Alta, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 036/RN - 2019

PROCESSO N.º 5100/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por OSCAR VIGARANI, CPF/CNPJ sob nº. 218.045.329-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Fernandez, nº 67, IPTU 55055, Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 037/RN - 2019

PROCESSO N.º 25454/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ELVINO DALLAGNOLO, CPF/CNPJ sob nº. 247.891.009-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Joinville, Vila Nova, Cadastro: 44028, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 038/RN - 2019

PROCESSO N.º 7585/2018 e 9644/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ELISA DE ANDRADE, CPF/CNPJ sob nº. 533.855.519-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Prof. Hermann Lange, nº 4.100, IPTU 101201, Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 039/RN - 2019

PROCESSO N.º 12029/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EDIECIO GOMES DA SILVA, CPF/CNPJ sob nº. 984.263.385-34, que será executada no imóvel localizado na Rua Rudolfo Kienen, 222, Texto Salto, Cadastro: 15995, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 040/RN - 2019

PROCESSO N.º 23486/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ORACULO CONST. E INCORP.LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 13.409.072/0001-39, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Setter, Itoupava Central, Cadastro: 322496, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 041/RN - 2019

PROCESSO N.º 15990/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por IBIZA ADM. DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 76.858.265/0001-97, que será executada no imóvel localizado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, 1511, Itoupavazinha, Cadastro: 9396, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 042/RN - 2019

PROCESSO N.º 5625/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CAMILA WAGNER WUENSCH, CPF/CNPJ sob nº. 720.350.809-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Nelson Jose Busarelo, Água Verde, Cadastro: 107814, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 043/RN - 2019

PROCESSO N.º 9111/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DREAM PARK CONSTRUÇÕES SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 23.749.719/0001-25, que será executada no imóvel localizado na Rua 7 de Setembro, 1567, Centro, Cadastro: 24.521, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 044/RN - 2019
PROCESSO N.º 16603/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CARLEN PONSONI, CPF/CNPJ sob nº. 089.579.889-12, que será executada no imóvel localizado na Rua São José, 281, Centro, Cadastro: 31158, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 045/RN - 2019**PROCESSO N.º 1549/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por T J GOMES INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 29.792.534/0001-80, que será executada no imóvel localizado na Rua Prof. Jacob Ineichen, Itoupavazinha, Cadastros: 37305 e 37306, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 046/RN - 2019**PROCESSO N.º 1293/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por FRANCISCO DELL AGNOLO, CPF/CNPJ sob nº. 444.911.829-49, que será executada no imóvel localizado na Rua Frederico Korte, 123, Cadastro: 39302, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 047/RN - 2019**PROCESSO N.º 2397/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por NOVA ERA ENGENHARIA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 11.238.304/0001-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Assini, Cadastro: 99016, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 048/RN - 2019**PROCESSO N.º 10820/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DITMAR SASSE, CPF/CNPJ sob nº. 585.898.809-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Saxônia, s/nº, Área Remanescente, IPTU 117451, Vila Itoupava, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 049/RN - 2019**PROCESSO N.º 9412/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por HORST WIRTH, CPF/CNPJ sob nº. 309.260.259-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Gustavo Zimmermann, ao lado do nº 6031, Cadastro: 96152, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 050/RN - 2019

PROCESSO N.º 3911/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ASTERIO AGOSTINHO STOLF, CPF/CNPJ sob nº. 065.268.259-66, que será executada no imóvel localizado na Rua Arnoldo Lubke, Velha, Cadastro: 119374, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 051/RN - 2019

PROCESSO N.º 5786/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MRV MRL BAIA DA BABITONGA INCORP. LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.411.462/0001-62, que será executada no imóvel localizado na Rua João Deola, Progresso, Cadastro: 102189, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 052/RN - 2019

PROCESSO N.º 3032/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CRG PARTICIPAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 10.700.525/0001-93, que será executada no imóvel localizado na Rua Bahia, Bairro do Salto, Cadastro: 41525, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 053/RN - 2019

PROCESSO N.º 13239/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ROGERIO JOAQUIM CARDOSO, CPF/CNPJ sob nº. 812.184.609-97, que será executada no imóvel localizado na Rua José Augusto Buss, s/nº (lote 4 do Loteamento "Pottemayer"), IPTU 325769, Testo Salto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 054/RN - 2019

PROCESSO N.º 5754/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por INACIO WRUCK, CPF/CNPJ sob nº. 350.864.249-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodoro Pasold, IPTU: 93165 e 15618, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 055/RN - 2019

PROCESSO N.º 5469/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MATELÉTRICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.631.896/0001-71, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodoro Holtrup, Vila Nova, Cadastro:66130, sendo que o processo de licenciamento encontra-se

disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 056/RN - 2019

PROCESSO N.º 6335/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por KANPOO TEXTIL LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 80.984.214/0001-89, que será executada no imóvel localizado na Rua José Deeke, 626, Escola Agrícola, Cadastro: 41621, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 057/RN - 2019

PROCESSO N.º 13233/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TAMIRES VIEIRA SILVA, CPF/CNPJ sob nº. 086.265.069-02, que será executada no imóvel localizado na Rua Otto Sasse, s/nº, IPTU 141946, Bairro Tribess, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 058/RN - 2019

PROCESSO N.º 5324/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ANDERSON HEIL, CPF/CNPJ sob nº. 003.450.829-58, que será executada no imóvel localizado na Rua Evald Braun, Água Verde, Cadastro: 2687, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 059/RN - 2019

PROCESSO N.º 12312/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JOSÉ ALENCAR ROTTA COLETTI, CPF/CNPJ sob nº. 947.232.300-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Içara, Itoupava Seca, Blumenau, Cadastro: 30717, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 060/RN - 2019

PROCESSO N.º 27095/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JOÃO NEVES DOS SANTOS, CPF/CNPJ sob nº. 381.922.339-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Manoel Salvador, Valparaíso, Cadastro: 64760, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 061/RN - 2019

PROCESSO N.º 2744/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PETRA REPRESENTAÇÕES COMERCIAL EIRELI ME, CPF/CNPJ sob nº. 21.334.452/0001-80, que será executada no imóvel localizado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, Itoupava Central, Cadastro: 306, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 062/RN - 2019

PROCESSO N.º 27462/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VANDERLEIA ZEFERINO, CPF/CNPJ sob nº. 902.746.449-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Reif, Nova Esperança, Cadastro: 70963, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 063/RN - 2019

PROCESSO N.º 29001/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RESIDENCIAL ALEXANDRIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 31.094.449/0001-90, que será executada no imóvel localizado na Rua Otto Schuhardt, s/nº, IPTU 27768, Bairro Fortaleza, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 064/RN - 2019

PROCESSO N.º 8289/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ALEXANDRE CIPRIANI, CPF/CNPJ sob nº. 008.858.489-50, que será executada no imóvel localizado na Rua Maria dos Santos Pacheco, Escola Agrícola, Cadastro: 67262, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 065/RN - 2019

PROCESSO N.º 20129/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BELLA CYNTRA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 02.791.257/0001-34, que será executada no imóvel localizado na Rua Fritz Wolfram Neto, Velha, Cadastro: 62198, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 066/RN - 2019

PROCESSO N.º 5337/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TOPAZIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 31.958.312/0001-36, que será executada no imóvel localizado na Rua José Deeke, 830, Salto, Cadastro: 41611, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 067/RN - 2019

PROCESSO N.º 5934/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por COLITAG FABRICAÇÃO DE ROTULOS ADESIVOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.394.756/0001-23, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodoro Pasold, Fortaleza Alta, Cadastro: 102484, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 068/RN - 2019**PROCESSO N.º 13234/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EDIFÍCIO W EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 33.102.593/0001-56, que será executada no imóvel localizado na Rua Murici, nº 67, IPTU 2492, 2493, 2494, Bairro Garcia, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 069/RN - 2019**PROCESSO N.º 10231/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PML EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 81.746.448/0001-50, que será executada no imóvel localizado na Rua Ricardo Georg, s/n, IPTU 125190, Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 070/RN - 2019**PROCESSO N.º 13711/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EQUIMAFER MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 00.850.622/0001-09, que será executada no imóvel localizado na Rua Alwin Adam, s/nº, IPTU 3523, Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 071/RN - 2019**PROCESSO N.º 16171/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VANDERLEI EDUARDO INOCENTE, CPF/CNPJ sob nº. 739.794.909-63, que será executada no imóvel localizado na Rua 470, nº 4.058, IPTU 4124, Bairro Badenfurt, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 072/RN - 2019**PROCESSO N.º 12055/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PARÓQUIA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM VILA ITOUPAVA, CPF/CNPJ sob nº. 82.614.843/0001-42, que será executada no imóvel localizado na Rua Otília Passold, 81, Vila Itoupava, Cadastro: 180, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 073/RN - 2019

PROCESSO N.º 25170/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN WILLI REUTER, CPF/CNPJ sob nº. 684.189.309-34, que será executada no imóvel localizado na Rua Werner Duwe, 25 - Badenfurt, Cadastro: 3686, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 074/RN - 2019

PROCESSO N.º 12494/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por C & A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.106.244/0001-14, que será executada no imóvel localizado na Rua Jose Machado, Lote 13, Escola Agrícola, Cadastro: 335305, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 075/RN - 2019

PROCESSO N.º 16332/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CONSTRUTORA E INCORPORADORA PRÓ FUTURO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 22.299.999/0001-54, que será executada no imóvel localizado na Rua Monte Belo, Lote 70, Fortaleza Alta, Cadastro: 343593, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 076/RN - 2019

PROCESSO N.º 16798/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SAÚDE ENERGIA SEM GLUTEN LTDA - ME, CPF/CNPJ sob nº. 06.273.418/0001-59, que será executada no imóvel localizado na Rua Augusto Bennertz 00, Testa Salto, Cadastro: 350562, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 077/RN - 2019

PROCESSO N.º 12041/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ARTUR GEBIEN NETO, CPF/CNPJ sob nº. 653.248.979, que será executada no imóvel localizado na Rua Lothar Gebien, 115, Fortaleza, Cadastro: 111147, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 078/RN - 2019

PROCESSO N.º 15866/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por POSTO PRESIDENTE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.712.696.0001-43, que será executada no imóvel localizado na Rua Dr. Pedro Zimmermann, s/nº, IPTU 379, Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível

para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 079/RN - 2019

PROCESSO N.º 27349/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADILANO WEISS, CPF/CNPJ sob nº. 970.448.309-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Braço Do Sul, Vila Itoupava, Matrícula: 13.066, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 080/RN - 2019

PROCESSO N.º 14022/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BSM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 83.617.449/0001-20, que será executada no imóvel localizado na Rua Luiz Maske, Itoupavazinha, Cadastro: 252359, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 081/RN - 2019

PROCESSO N.º 15198/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN JACKSON KUHLMANN, CPF/CNPJ sob nº. 970.546.409-00, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º De Janeiro, nº 2.091, IQ 2-5-16-3-65, Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 082/RN - 2019

PROCESSO N.º 12500/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TAURUS CONSTRUTORA E INCORP. LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 13.883.062/0001-30, que será executada no imóvel localizado na Rua Carlos Guilherme Hennings, Salto Weissbach, Blumenau, Cadastro: 51403, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 083/RN - 2019

PROCESSO N.º 29213/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEFFERSON LOES, CPF/CNPJ sob nº. 075.103.829-63, que será executada no imóvel localizado na Rua Frohsinn, Garcia, Cadastro: 46627, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 084/RN - 2019

PROCESSO N.º 849/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RONNIE EDUARDO GAUCHE, CPF/CNPJ sob nº. 720.349.399-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Felix Willerding, Cadastro: 52577, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 085/RN - 2019

PROCESSO N.º 14294/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por WILSON JOSÉ FENDRICH, CPF/CNPJ sob nº. 008.748.849-34, que será executada no imóvel localizado na Rua Nestor Soares, Itoupavazinha, Cadastro: 81529, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 086/RN - 2019

PROCESSO N.º 15665/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PATRICIA JULIANA HAASE, CPF/CNPJ sob nº. 059.051.809-70, que será executada no imóvel localizado na Rua Santa Maria, 2.056, IPTU 48712, Progresso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 087/RN - 2019

PROCESSO N.º 20001/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ELISIARIO DE BORBA, CPF/CNPJ sob nº. 180.553.709-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Vale Do Selke, INCRA 816.043.149.837-1, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 088/RN - 2019

PROCESSO N.º 6621/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por UDO RISCHBIETER, CPF/CNPJ sob nº. 305.664.109-82, que será executada no imóvel localizado na Rua Aloisio Blaesing, Passo Manso, Cadastros: 99271 e 99272, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 089/RN - 2019

PROCESSO N.º 15274/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por AREAVIVA EMPREENDIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 09.092.277/0001-66, que será executada no imóvel localizado na Rua Presidente Araujo Brusque, 40, Do Salto, Cadastro: 41985, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 090/RN - 2019

PROCESSO N.º 25414/2017

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JEAN JACKSON KUHLMANN, CPF/CNPJ sob nº. 970.546.409-00, que será executada no imóvel localizado na Rua 1º De Janeiro, s/n, IPTUs: 8775, 8772, 344598, Fidelis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 091/RN - 2019**PROCESSO N.º 2256/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ANTONITA KAL, CPF/CNPJ sob nº. 902.889.209-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Pomerode, 1437, Salto Do Norte, Cadastro: 7157, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 092/RN - 2019**PROCESSO N.º 21631/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por FRIDOLIN KRUGER, CPF/CNPJ sob nº. 073.259.839-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Bernardo Scheidemantel, 3781, Badenfurt, Cadastro: 5180, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 093/RN - 2019**PROCESSO N.º 23990/2018**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ROLF RUDOLF LANG, CPF/CNPJ sob nº. 246.474.119-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Joaquim Nanuco, 59, parcela 01, Velha, Cadastro: 42793, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 094/RN - 2019**PROCESSO N.º 4916/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RUY TREVISOL BITTENCOURT, CPF/CNPJ sob nº. 377.089.709-97, que será executada no imóvel localizado na Rua Wilfrido Passold, parcela 02, Fidelis, Cadastro: 334947, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 095/RN - 2019**PROCESSO N.º 14232/2019**

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BATESTAL IMÓVEIS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 77.852.507/0001-06, que será executada no imóvel localizado na Rua São Paulo, 1729 Itoupava Seca, Cadastro: 43867, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 096/RN - 2019

PROCESSO N.º 15555/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADELAR BASSO, CPF/CNPJ sob nº. 609.744.430-34, que será executada no imóvel localizado na Rua Paulo Zingel, lado esquerdo do nº 3.325, IPTU 151155, Bairro Itoupava Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 097/RN - 2019

PROCESSO N.º 849/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RONNIE EDUARDO GAUCHE, CPF/CNPJ sob nº. 720.349.399-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Felix Willerding, 70, Itoupava Seca, Cadastro: 52577, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 098/RN - 2019

PROCESSO N.º 17195/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CLÁUDIO RONCAGLIO, CPF/CNPJ sob nº. 418.771.019-15, que será executada no imóvel localizado na Rua José Reuter, 1123, Velha Central, Cadastro: 130311, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 099/RN - 2019

PROCESSO N.º 14921/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RANGEL FERREIRA DOS SANTOS, CPF/CNPJ sob nº. 969.681.849-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Linda Rüdiger, Itoupava Central, Cadastro: 320653, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 100/RN - 2019

PROCESSO N.º 21643/2019 e 12293/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por IDEA QUATTRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP, CPF/CNPJ sob nº. 28.549.515/0001-64, que será executada no imóvel localizado na Rua Timbo, nº 128, IPTU 29260, 29261, 87046, Victor Konder, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 101/RN - 2019

PROCESSO N.º 9784/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CÔRDULA KELLER, CPF/CNPJ sob nº. 121.962.909-04, que será executada no imóvel localizado na Rua 2 de Setembro 1180, Itoupava Norte, Cadastro: 38128, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta

junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 102/RN - 2019

PROCESSO N.º 16630/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PAN JUIN-TYNG, CPF/CNPJ sob nº. 007.440.709-02, que será executada no imóvel localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, Velha Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 099/RN - 2019

PROCESSO N.º 18937/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JACKSON DE OLIVEIRA, CPF/CNPJ sob nº. 004.431.479-57, que será executada no imóvel localizado na Rua Joaquim Nabuco, 70, Velha, Cadastro: 42712, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 104/RN - 2019

PROCESSO N.º 6264/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADMINISTRADORA DE BENS VELLWOCK LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 14.072.638/0001-42, que será executada no imóvel localizado na Rua Johann Ohf, 70, Água Verde, Cadastro: 7490, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 105/RN - 2019

PROCESSO N.º 15309/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ALFREDO FRITZKE NETO, CPF/CNPJ sob nº. 050.356.149-56, que será executada no imóvel localizado na Rua Wilhelm Weise, 8480, Passo Manso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 106/RN - 2019

PROCESSO N.º 13151/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LEONES DA VEIGA RONCALIO, CPF/CNPJ sob nº. 030.370.109-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Joinville, 756, Vila Nova, Blumenau, Cadastro: 30635, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 107/RN - 2019

PROCESSO N.º 17780/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN

nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por AMB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 26.354.329/0001-44, que será executada no imóvel localizado na Rua Walter Thomsen, Victor Konder, Blumenau, Cadastro: 81912, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 108/RN - 2019

PROCESSO N.º 23650/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ANTÔNIO DE ANDRADE, CPF/CNPJ sob nº. 418.865.429-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Prof. Hermann Lange, 1506, Fidelis, Blumenau, Cadastro: 93129, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 109/RN - 2019

PROCESSO N.º 10866/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por PAZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 10.507.269/0001-12, que será executada no imóvel localizado na Rua República Argentina, 2025, Ponta Aguda, Cadastro: 114696, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 110/RN - 2019

PROCESSO N.º 26685/2018

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ALEXANDRE HENRIQUE SCHOLL, CPF/CNPJ sob nº. 854.899.649-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Michels, lote 17, Velha, Cadastro: 122173, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 111/RN - 2019

PROCESSO N.º 27349/2018

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADILANO WEISS, CPF/CNPJ sob nº. 970.448.309-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Braco Do Sul, Vila Itoupava, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 112/RN - 2019

PROCESSO N.º 3522/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por WAS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 21.375.873/0001-59, que será executada no imóvel localizado na Rua Berlim, 229, Bairro Itoupava Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 113/RN - 2019
PROCESSO N.º 22314/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DEBATN ADMINISTRADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 04.799.818/0001-77, que será executada no imóvel localizado na Rua Benjamin Constant, nº 982, IPTU 50886, Bairro Escola Agrícola, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 114/RN - 2019
PROCESSO N.º 22478/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BADENFURT, CPF/CNPJ sob nº. 79.363.727/0001-93, que será executada no imóvel localizado na Rua Bernardino Jose de Oliveira, nº 616, IPTU 9601, Bairro Badenfurt, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 115/RN - 2019
PROCESSO N.º 20405/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARCELO SPENGLER E OUTRO, CPF/CNPJ sob nº. 056.143.199-05, que será executada no imóvel localizado na Rua Gustavo Richard, IPTU 18756, Bairro Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 116/RN - 2019
PROCESSO N.º 22314/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por STEFANO FELIPE LUCCHESI SANTOS, CPF/CNPJ sob nº. 009.296.069-30, que será executada no imóvel localizado na Rua Werner Duwe, IPTU 80099, Bairro Badenfurt, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 117/RN - 2019
PROCESSO N.º 13067/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por AMAURI ARLINDO VEBER, CPF/CNPJ sob nº. 985.662.029-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Guilherme Poerner, IPTU 99085, Bairro Passo Manso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 118/RN - 2019
PROCESSO N.º 5564/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MRV MRL BAIÁ DA BABITONGA INCORP. LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.411.462/0001-62, que será executada no imóvel localizado na Rua Rudolfo Walter, Itoupava Central, Cadastro: 62999, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 119/RN - 2019

PROCESSO N.º 16798/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SAÚDE ENERGIA SEM GLUTEN LTDA - ME, CPF/CNPJ sob nº. 06.273.418/0001-59, que será executada no imóvel localizado na Rua Augusto Bennertz, Texto Salto, Cadastro: 350562, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 120/RN - 2019

PROCESSO N.º 16202/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CETOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.668.971/0001-79, que será executada no imóvel localizado na Rua Jaraguá, s/n, IPTU 33876, Bairro Velha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 121/RN - 2019

PROCESSO N.º 16401/2017

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CENTRACO CORREIAS LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 00.126.674/0001-37, que será executada no imóvel localizado na Rua Samuel Morse, IPTUs: 112597; 112596; 112598, Bairro Fortaleza Alta, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 122/RN - 2019

PROCESSO N.º 19829/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DIMAROL COMÉRCIO DE ROLAMENTOS E PEÇAS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 00.873.849/0001-70, que será executada no imóvel localizado na Rua Francisco Vahldieck, 1537, Bairro Fortaleza, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 123/RN - 2019

PROCESSO N.º 17659/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BRASMART INDUSTRIA DO VESTUÁRIO EIRELI, CPF/CNPJ sob nº. 04.011.349/0001-80, que será executada no imóvel localizado na Rua Republica Argentina, 2591, Ponta Aguda, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 124/RN - 2019

PROCESSO N.º 20084/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CLEUSA FIDELIS, CPF/CNPJ sob nº. 036.567.679-98, que será executada no imóvel

localizado na Rua Theodoro Nuss, 00, parcela 20, Badenfurt, Cadastro: 113085, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 125/RN - 2019

PROCESSO N.º 18490/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SEBASTIAO MAFRA, CPF/CNPJ sob nº. 309.282.499-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Paulo Pedro Mayerle, Velha Central, Cadastro: 323175, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 126/RN - 2019

PROCESSO N.º 13731/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LEANDRO MARCOS DO NASCIMENTO, CPF/CNPJ sob nº. 687.253.029-49, que será executada no imóvel localizado na Rua Amazonas, 1799, Garcia, Cadastro: 46680, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 127/RN - 2019

PROCESSO N.º 17778/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ADEMIR PEREIRA, CPF/CNPJ sob nº. 479.602.569-34, que será executada no imóvel localizado na Rua General Osório, Salto Weissbach, Cadastro: 96301, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 128/RN - 2019

PROCESSO N.º 16125/2018

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BLUMENAU PARK CONSTRUÇÕES SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 23.463.777/0001-98, que será executada no imóvel localizado na Rua Rudolf Roedel, s/n, IPTU 62466, Salto Weissbach, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 129/RN - 2019

PROCESSO N.º 6805/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VALMIR COMANDOLLI, CPF/CNPJ sob nº. 377.587.649-91, que será executada no imóvel localizado na Rua Silvano Candido da Silva Senior, 409, Ponta Aguda, Cadastro: 57856, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 130/RN - 2019

PROCESSO N.º 10889/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23,

30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VANDERLEIA TOMASONI, CPF/CNPJ sob nº. 727.873.339-15, que será executada no imóvel localizado na Rua Valdelar dos Santos, lote 14, Fortaleza, Cadastro: 22573, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 131/RN - 2019

PROCESSO N.º 8407/2018

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ENPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS TRENTTO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 01.242.764/0001-56, que será executada no imóvel localizado na Rua Silvano Candido Da Silva Senior, s/nº, IPTU 107985 e 107987, Bairro Ponta Aguda, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 132/RN - 2019

PROCESSO N.º 11776/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LUIZ FERNANDO BIZ, CPF/CNPJ sob nº. 692.356.609-63, que será executada no imóvel localizado na Rua Fernando de Noronha, Parcela 01, Bairro Progresso, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 133/RN - 2019

PROCESSO N.º 18628/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LANDOLINO SCHULZ, CPF/CNPJ sob nº. 076.492.079-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Heloy Dalsasso, Bairro Itoupava Seca, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 134/RN - 2019

PROCESSO N.º 2356/2018

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por NCR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 17.260.962/0001-82, que será executada no imóvel localizado na Rua Engenheiro Udo Deeke, nº 1.022, IPTU 7341, Bairro Salto do Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 135/RN - 2019

PROCESSO N.º 10410/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por INDÚSTRIA E COMÉRCIO VEZARO LTDA EPP, CPF/CNPJ sob nº. 85.168.334/0001-21, que será executada no imóvel localizado na Rua Bahia, nº 00, IPTU 41749, Bairro Do Salto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 136/RN - 2019
PROCESSO N.º 20878/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RESIDENCIAL VILA DI NAPOLES CONSTRUÇÕES SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 33.628.928/0001-74, que será executada no imóvel localizado na Rua Gustavo Zimmermann, 00, Itoupava Central, Cadastro: 9753, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 137/RN - 2019
PROCESSO N.º 24211/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TARUMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.905.464/0001-01, que será executada no imóvel localizado na Rua Presidente Getúlio Vargas, 00, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 138/RN - 2019
PROCESSO N.º 5829/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TORRESANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 75.551.887/0001-05, que será executada no imóvel localizado na Rua Prudente de Moraes, 00, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 139/RN - 2019
PROCESSO N.º 20893/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GIOLLAR INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 12.227.216/0001-73, que será executada no imóvel localizado na Rua José Joos, Itoupava Central, Cadastro: 9894, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 140/RN - 2019
PROCESSO N.º 10909/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por MARCELO PIERRE MANARIM, CPF/CNPJ sob nº. 902.190.589-20, que será executada no imóvel localizado na Rua Francisco Vahldieck, Itoupava Norte, Cadastro: 29785, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 141/RN - 2019
PROCESSO N.º 7192/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por BLUKIT METALURGICA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 81.604.803/0001-57, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Weise, s/n, IPTU 27357, Bairro Salto Weissbach, Cadastro: 29785, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 142/RN - 2019

PROCESSO N.º 20722/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por KOLLER ADMINISTRAÇÃO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 05.232.361/0001-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Arno Delling, 739, Itoupavazinha, Cadastro: 135920, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 143/GRNBRA - 2019

PROCESSO N.º 24447/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EMPREENDIMENTO HERR BAIER RESIDENZ SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 33.599.995/0001-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Pastor Stutzer, Jardim Blumenau, Blumenau, Cadastro: 19099, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 144/GRNBRA - 2019

PROCESSO N.º 11962/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LOTEADORA RESIDENCIAL VILLA MONTE VERDE SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 21.670.370/0001-06, que será executada no imóvel localizado na Rua Monte Belo, 00, Fidelis, Cadastro: 343351, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 145/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 11960/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por LOTEADORA RESIDENCIAL VILLA MONTE VERDE SPE LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 21.670.370/0001-06, que será executada no imóvel localizado na Rua Monte Belo, 00, Fidelis, Cadastro: 343348, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 146/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 23834/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por SGSZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 11.164.291/0001-70, que será executada no imóvel localizado na Rua Marechal Deodoro, 00, Água Verde, Cadastro: 33907, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 147/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 20069/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CONSTRUTORA E INCORPORADORA PRÓ FUTURO LTDA, CPF/CNPJ sob nº.

22.299.999/0001-54, que será executada no imóvel localizado na Rua Arnoldo Beck, 800, Itoupava Central, Cadastro: 151004, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 148/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 5757/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DOUGLAS ROBERTO DELAVY, CPF/CNPJ sob nº. 040.022.549-25, que será executada no imóvel localizado na Rua Irmgard Carl, Escola Agrícola, Cadastro: 27268, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 149/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 20857/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CARLINHO BOGO, CPF/CNPJ sob nº. 020.332.839-68, que será executada no imóvel localizado na Rua Ricardo Georg, Itoupava Central, Cadastro: 125192, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 150/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 6213/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por TARUMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 82.905.464/0001-01, que será executada no imóvel localizado na Rua Presidente Getúlio Vargas, Centro, Cadastro: 86162, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 151/RNBRA - 2019

PROCESSO N.º 4536/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por DG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 09.054.565/0001-26, que será executada no imóvel localizado na Rua Henrique Probst, 268, Escola Agrícola, Cadastro: 14270, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 001/RN/AD - 2018

PROCESSO N.º 21817/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VOLNEI BATISTA ALVES, CPF/CNPJ sob nº. 729.390.109-78, que será executada no imóvel localizado na Rua Theodoro Nuss, 385, Badenfurt, Cadastro: 113087, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 002/RN/AD - 2018

PROCESSO N.º 25255/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por NARDIN KNAESEL, CPF/CNPJ sob nº. 066.296.609-00, que será executada no imóvel localizado na Rua Erich Meyer, n 3780, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 003/RN/AD - 2018
PROCESSO N.º 26403/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por CONSTRUTORA E INCORPORADORA M & K LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 30.273.199/0001-92, que será executada no imóvel localizado na Rua Hermann Knasel, 00, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 004/RN/AD - 2018
PROCESSO N.º 29380/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RC PRADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 01.270.316/0001-66, que será executada no imóvel localizado na Rua Carlos Guilherme Hennings, Lote 58, Salto Weissbach, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 005/RN/AD - 2018
PROCESSO N.º 27747 e 29304/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por WALMOR BERTOLDI, CPF/CNPJ sob nº. 246.534.209-63, que será executada no imóvel localizado na Rua Barão de Batovi, s/nº- IPTU 24488, Velha Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 006/RN/AD - 2018
PROCESSO N.º 27751 e 29294/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ROZEVELTO VIEIRA, CPF/CNPJ sob nº. 733.667.149-72, que será executada no imóvel localizado na Rua Evald Braun, s/nº- IPTU 28562, Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 007/RN/AD - 2018
PROCESSO N.º 27750 e 29312/2018

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por ROZEVELTO VIEIRA, CPF/CNPJ sob nº. 733.667.149-72, que será

executada no imóvel localizado na Rua Quixabas, nº 130 IPTU 25239, Água Verde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 001/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 2168/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EDUARDO FELIPE BROCARDI CORDOVA, CPF/CNPJ sob nº. 055.958.499-75, que será executada no imóvel localizado na Rua Anderson Bozzano, Lote 05, IPTU: 118792, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 002/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 4642/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por VALENTIN COMANDOLLI, CPF/CNPJ sob nº. 520.832.259-53, que será executada no imóvel localizado na Rua Hermann Tribess, Parcela 03, Cadastro: 116375, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 003/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 7070/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EGER INCORPORADORA LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 17.922.235/0001-33, que será executada no imóvel localizado na Rua BR 470, 3033, Salto Do Norte, Cadastro: 34010, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 004/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 5120/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por FABIANO VOLTOLINI, CPF/CNPJ sob nº. 033.068.519-81, que será executada no imóvel localizado na Rua São João, 446, Itoupava Norte, Cadastro: 37983, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 005/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 5618/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por H4A49 ADMINISTRADORA S.A, CPF/CNPJ sob nº. 07.691.441/0001-26, que será executada no imóvel localizado na Rua Engenheiro Udo Deeke, Salto Do Norte, Cadastro: 3852, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON
Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 006/RN/AD - 2019
PROCESSO N.º 7801/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por NOVA ERA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, CPF/CNPJ sob nº. 17.759.615/0001-07, que será executada no imóvel localizado na Rua Anna Germer, Velha, Cadastro: 35557, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 007/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 8570/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por AHMS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 27.452.209/0001-42, que será executada no imóvel localizado na Rua Augusto Bennertz, 00, Parcela 01, Texto Salto, Cadastro: 125575, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 008/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 9779/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por KRIEGER METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 83.842.393/0001-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Pomerode, 1201, Salto Do Norte, Cadastro: 7189, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 009/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 11726/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GARLINI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 17.179.660/0001-84, que será executada no imóvel localizado na Rua Norberto Achterberg, Lote 31, Salto Weissbach, Cadastro: 112916, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 010/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 14407/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por YUME CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELEI, CPF/CNPJ sob nº. 28.274.177/0001-03, que será executada no imóvel localizado na Rua Wanda Bachmann, Lote 02, Velha Central, Cadastro: 324466, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 011/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 14144/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por GALILEU TECNOLOGIA REPRESENTAÇÕES LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 07.552.347/0001-96, que será executada no imóvel localizado na Rua Antonio Treis, Vorstadt, Cadastro: 49205, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 012/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 13961/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por COLEGIO MENINO JESUS LTDA - EPP, CPF/CNPJ sob nº. 01.551.909/0001-09, que será executada no imóvel localizado na Rua Floriania, Velha Central, Cadastro: 25440, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 013/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 17776/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DO VALE DO ITAJAI - COOPER, CPF/CNPJ sob nº. 82.647.165/0001-14, que será executada no imóvel localizado na Rua Emiliano Julio De Oliveira, Vila Nova, Cadastro: 50283 e Rua Expedicionario Joaquim Boos, Vila Nova, Cadastro: 50284, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 014/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 20428/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por EGER INCORPORADORA LTDA ME, CPF/CNPJ sob nº. 17.922.235-33, que será executada no imóvel localizado na Rua Bertha Muller, 95, Salto Do Norte, Cadastro: 7922, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 015/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 9779/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por KRIEGER METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 83.842.393/0001-08, que será executada no imóvel localizado na Rua Pomerode, 1201, Salto Do Norte, Cadastro: 7189, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 016/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 20430/2019

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2018, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº. 001/2018 torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por RC PRADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CPF/CNPJ sob nº. 01.270.316/0001-66, que será executada no imóvel localizado na Rua Tamoios, 122, Salto do Norte, Cadastro: 4019, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à FAEMA, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 017/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 24697/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº 001/2018, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por JOSE CARLOS WEISS, CPF/CNPJ sob nº. 446.615.419-87, que será executada no imóvel localizado na Rua Francisco Becker, 366, lote 29, Velha Central, Cadastro: 25097, sendo que o processo de

licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EDITAL DE PUBLICIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLANAGEM nº 018/RN/AD - 2019

PROCESSO N.º 6278/2019

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar Municipal nº. 747/2010, artigos 125 a 129; Decreto Municipal nº. 11.693/2017, artigo 5º; IN nº. 08 FAEMA e Lei Ordinária Federal nº. 12.651/2012, artigo 4º e Resolução CMMA nº 001/2018, torna público que foi deferido o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO PARA TERRAPLANAGEM, formulado por M2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI, CPF/CNPJ sob nº. 22.646.684/0001-36, que será executada no imóvel localizado na Rua Arthur Rabe, lote 5, quadra e Água Verde, Cadastro: 33326, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto à SEMMAS, na Rua XV de Novembro, n.º 1505, Bairro Centro, cidade de Blumenau. Este edital atende às Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e n.º 99/2017 do CONSEMA/SC.

ÉDER ANTÔNIO BORON

Secretário Municipal da SEMMAS

EXTRATO Nº 606/2019 - FURB

Publicação Nº 2225689

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 606/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 444/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 555/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR LEANDRO REUS RODRIGUES PEREZ PARA LECIONAR NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BACTERIOLOGIA CLÍNICA PROMOVIDO PELO INSTITUTO FURB. Pedido de Compra: 4922/2019. Contratada(s): LEANDRO REUS RODRIGUES PEREZ (CPF: 958.274.710-20). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 555/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após a entrega do diário de classe com NF. Prazo de Entrega: Conforme cronograma do curso. Local da Prestação do serviço: Instituto FURB - Campus III. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 6.119,76 (seis mil, cento e dezenove reais e setenta e seis centavos) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau/SC, 12 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 438/2019 - FURB

Publicação Nº 2225691

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 438/2019

Objeto: Aquisição de químicos e reagentes para uso nos laboratórios da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 28 de novembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 13 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 423/2019 - FURB

Publicação Nº 2225695

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 423/2019

Objeto: Aquisição de estantes de aço, tipo almoxarifado, para uso no Centro de Memória Universitária.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 27 de novembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 13 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 436/2019 - FURB

Publicação Nº 2225698

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 436/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de adesivos em vinil, banners, empenas e faixas em lona e placas de identificação em PS e PVC para diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 02 de dezembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 13 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 435/2019 - FURB

Publicação Nº 2225702

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência (SRP) nº. 435/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais químicos para utilização em diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 13 de dezembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais no. 8.666/93 e Alterações.

Blumenau, 13 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 424/2019 - FURB

Publicação Nº 2225708

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência (SRP) nº. 424/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais farmacológicos para diversos setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 16 de dezembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais no. 8.666/93 e Alterações.

Blumenau, 13 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2017

Publicação Nº 2225788

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 79.391.157/0001-45).

OBJETO: Prestação de serviços de zeladoria e controle de estacionamento nas dependências da Câmara Municipal

VALOR: R\$ 420.296,16 (quatrocentos e vinte mil duzentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 16/2017 e Quinto Termo Aditivo ao Contrato N.º 05/2017 (prorrogação do prazo), e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 13/11/2020.

BLUMENAU, 12/11/2019.

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2019**

Publicação Nº 2225147

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 13/11/2019 a 12/12/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Médico Clínico Geral

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Francieli Galvan Corso	883750	03/04/1990	22º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário);
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 12 de novembro de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PR 40/2019 INTIMAÇÃO DECISÃO/JULGAMENTO

Publicação Nº 2225088

Bom Jardim da Serra/SC

Processo/Ano 58/2019

Pregão presencial 40/2019

Forma de julgamento: menor preço por item.

Recorrente: Evoluta Ambiental Engenharia e Consultoria Ltda –EPP CNPJ 16.697.255/0001-55

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE OBRAS, POSTURAS E PLANO DIRETOR DESTA MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS. O Pregoeiro juntamente com a autoridade competente no uso de suas atribuições legais, participam os interessados e recorrente que decide por julgar a recorrente como INABILITADA, por infringirem o item 15.3.2.1 do Edital. Na oportunidade declara o processo licitatório em epígrafe FRACASSADO. Intime-se. Publique-se.

Bom Jardim da Serra, 12 DE NOVEMBRO de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira/Prefeito

Cléber Ávila Garcia/Pregoeiro

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5370/2019

Publicação Nº 2224588

DECRETO MUNICIPAL Nº 5370/19, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DE AVALIAÇÕES IMOBILIARIAS PARA A INSTITUIÇÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros da Comissão de Atualização da Planta Genérica de Valores e de Avaliações Imobiliárias para a instituição e cobrança de Contribuição de Melhorias.

Marcio Storck - Ademir Saugo - Janaine Selig - Valdir Becker - Ivanei Ranzolin - Eliane Metnek - Volmir Eleandro Ceccon – Sérgio Luis Perch.

Art. 2º. O mandato dos membros da Comissão Municipal é de (02) dois anos, a contar da vigência deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 08 de novembro de 2019.RONALDO LUIZ SENGGER,
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PORTARIA Nº 233/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225315

PORTARIA Nº 233/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento Saúde a Servidora Municipal Srª. Marise Lucia Halberstadt, inscrita na matrícula sob nº 698-0, portadora do CPF sob nº 034.469.579-44, ocupante do cargo de Auxiliar Dos Serviços Gerais, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 11 de novembro de 2019 à 14 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de novembro de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2019

Publicação Nº 2225451

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2396/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2019

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 26 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a aquisição de britador móvel novo (zero hora), adquirido através de financiamento via BADESC, conforme proposta nº. 2019022000.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 13 de novembro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

01.19 ATO DE CONVALIDAÇÃO

Publicação Nº 2224667

ATO DE CONVALIDAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, de acordo com o disposto no art. 137 da Lei Complementar 01/2003; CONSIDERANDO que o Secretário da Saúde abriu processo de sindicância e afastou preventivamente a servidora Ana Paula Cabral, conforme artigos 137 e 139, ambos da Lei Complementar 01/2003; CONSIDERANDO o poder-dever da Administração de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo a direitos de terceiros;

Resolve:

Fica convalidado o ato relativo à abertura de processo de sindicância e afastamento preventivo da servidora pública municipal Ana Paula Cabral, pelo período de 60 (sessenta) dias, na forma dos artigos 137 e 139, ambos da Lei Complementar 01/2003, convalidação esta, respaldada nos princípios da Administração Pública, visto que não se verifica lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, sendo o vício sanável na forma da lei.

Dê-se ciência.

Publique-se e cumpra-se.

Bom Retiro/SC, 11 de novembro de 2019.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

1272.11.19 - P. DES. PROF. LETICIA RIETTA GAVIN

Publicação Nº 2224669

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1272/19 de 11.11.19

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Letícia Rietta Gavin, para atuar como Professora de Ensino Infantil 30 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 11 de novembro com término no dia 20 de dezembro de 2019. Motivo: substituição de Fernanda Rosa Gorges que encontra-se em Licença Prêmio. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1273.11.19 - P. CHEFIA ERICLEIA F. MOTA

Publicação Nº 2224676

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1273/19 de 11.11.19

Atribui Gratificação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do

Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Ercileia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Agente Administrativo - Padrão I - Nível 7 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para além de suas funções, assessorar no Setor de Patrimônio na atualização do sistema, apresentar sugestões de controle e aperfeiçoamento dos bens, fazer levantamento de bens inservíveis para futura baixa, emitir relatório atualizado, a contar do mês de novembro de 2019 com duração de até quatro meses.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1274.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE S. NECKEL

Publicação Nº 2224677

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1274/19 de 11.11.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 09 de novembro com término no dia 08 de dezembro de 2019, a funcionária Marilene dos Santos Neckel, Ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1275.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA DA CUNHA

Publicação Nº 2224679

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1275/19 de 11.11.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 05 de novembro de 2019, a funcionária Patrícia da Cunha, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1276.11.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANDREA N. KUHNEN

Publicação Nº 2224680

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1276/19 de 11.11.19
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Aldo Solismar Kuhnhen, na realização de consulta, no dia 04 de novembro de 2019, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnhen, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.
EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. Administração e Fazenda

1277.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA DA CUNHA

Publicação Nº 2224683

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1277/19 de 11.11.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 11 de novembro com término no dia 13 de novembro de 2019, a funcionária Patrícia da Cunha, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de novembro de 2019.
EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. Administração e Fazenda

1278.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM

Publicação Nº 2224684

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1278/19 de 12.11.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 11 de novembro com término no dia 10 de dezembro de 2019, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo

de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 07 2019**

Publicação Nº 2224386

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 07/2019

Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário

1	Liliane Bosio
2	Luciane Piquetti Comunello
3	Carla Provesi Alves

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

1	Deise Maria Smanioto Rezini
2	Marli Jurema Dalabeneta Busquirolli
3	Geciane Kochansky
4	Marlene Aparecida Goedert Cuchi
5	Samara dos Santos
6	Janete Schroder
7	Marlei Ferreira de Oliveira
8	Nivia Regia Perazza Dalabeneta

Cargo: Dentista

1	Janicielli Prestes da Silva Onuka
2	Gleice Tânia de Lima Hirose
3	Gabriela Herrman de Souza
4	Sabrine Beckhauser
5	Vera Midori Shimabukuro
6	Lis Reinert Vargas
7	Ariane Bonato
8	Karen Andressa Mendes de Freitas
9	José Vitor Molin
10	Marisol Cani de Almeida
11	Rafael Thiago Laurentino
12	Guilherme Miranda Sampaio
13	Gabriela Pavesi
14	Karin Yurica Colombo Kulyk
15	Tamille Mendes Bezerra
16	Douglas Satunaka Rocha
17	Ricardo Vieira Casagrande

Cargo: Educador Físico

1	Daiane Bottamedi
2	Valquiria de Amorim

Cargo: Farmacêutico

1	Taynara Silveira
---	------------------

Cargo: Fisioterapeuta

1	Déborah Aline D'Avila Ferreira
2	Marcelo Ferreira Soares
3	Ricardo Rafael da Silva

Cargo: Médico

1	Enzo Montresol Faversani
2	Nazaré Maria Dantas Eloy

Cargo: Nutricionista

1	Sabrina Vilela Ribeiro
2	Karina Effting

Cargo: Técnico de Enfermagem

1	Catarina Tomasi
2	Angelita Izidoro Jacintho Mantovani
3	Josiane Cristina Schmitk
4	Marcia Adriana Felaço
5	Rozimeire Machado Martins
6	Denise Sorer

EXTRATO CTR46/2019-SANTO BATISTA BROGNI

Publicação Nº 2225433

Extrato de Contrato nº46/2019

Contratante: Município de Botuverá-CNPJ: 83.102.350/0001-96

Contratada: SANTO BATISTA BROGNI, CPF-415.316.049-00, Residente Na Rod. Germano Barni, Bairro Ourinhos, Cep-88.295-000, Botuverá/SC.

Objeto: permissão de uso de espaço público, em caráter pessoal e precário, destinado a EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE, localizado no complexo turístico do parque municipal das grutas, situado na Rod. Germano Barni, s/n, bairro Ourinhos, Botuverá/SC

Valor Mensal: R\$ 1.100,00(um mil e cem reais)

Valor Total Anual: R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Vigência: 12(doze) meses.

Fundamento Legal: Concorrência Pública nº02/2019 - Lei 8.666/93.

PORTARIA 172 2019 NOMEAÇÃO CONTRATOS FISCAIS GESTORES

Publicação Nº 2224394

PORTARIA Nº 172/2019

“Nomeia gestores e fiscais de contratos administrativos, convênios, bem como de toda e qualquer aquisição de material, serviços e repasses de recursos no âmbito do município de Botuverá”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no Inquérito Civil 06.2017.00003268-0 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, resolve:

Art 1º - Designar gestores e fiscais para cada um dos contratos onde o Município de Botuverá é contratante, independente do objeto do mesmo, em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 e demais legislações relacionadas.

Art. 2º - A presente portaria será publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios), site e no mural da Prefeitura para conhecimento da população, como forma de possibilitar queixas ou reclamações em relação ao objeto de cada contrato.

Art. 3º - Os membros Gestores/Fiscais nomeados para o fiel cumprimento da presente Portaria são:

Número	Contratado	Objeto	Servidor: Fiscal/gestor
43/2019	Excelência Projetos e Assessoria Eirelli	Elaboração de projeto de ponte ligando a SC 486 à outra margem do rio Itajai Mirim	Ana Claudia Victorino
44/2019	Liz serviços Online Ltda	Prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação de atos legais	Fábio Maestri Bagio
45/2019	Osni Jordão	Locação terreno para instalação de canil, gatil, centro de zoonoses.	Márcio Francisco Colombi

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às datas correspondentes dos contratos referidos no Art. 3º.

Botuverá (SC), 11 de novembro de 2019.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2400 2019

Publicação Nº 2225362

DECRETO Nº 2400/2019**“Abre Crédito Suplementar
Por Excesso de Arrecadação
No Exercício De 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0026 - Transporte	
0782 - Transporte Rodoviário	
0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Cód. 104 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01800080 - Outras Especificações - CFEM	98.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2019

Fonte de recurso - 01800080 - Outras Especificações - CFEM	98.000,00
--	-----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 12 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 12 de novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 0144/2019

Publicação Nº 2224585

LEI COMPLEMENTAR Nº 0144/2019

Cria função gratificada de Coordenador de Ouvidoria da Câmara Municipal, altera anexos XIII e XIV da Lei Complementar Municipal nº 084/2010 de 21 de maio de 2010 e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada Função Gratificada para o servidor que responder pela função de Coordenador da Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Braço do Trombudo, para executar os serviços de Ouvidoria da Câmara Municipal.

Art. 2º Para dar cumprimento ao dispositivo no artigo anterior fica instituída uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do servidor efetivo da Câmara Municipal instituído pela Lei Complementar nº 084/2010 de 21 de maio de 2010 e será concedida através de Portaria do Presidente da Câmara ao nomeado para ocupar a função gratificada de que trata o Art. 1º desta Lei.

Art. 3º Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar 105/2012 de 28 de março de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o quadro de Função Gratificada de responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal, com gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do servidor ocupante da função gratificada, criando os Anexos XIII e XIV na Lei Complementar Municipal nº 084/2010 de 21/05/2011, que Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal, plano de cargos, vencimentos e desenvolvimento funcional da Câmara Municipal de Braço do Trombudo, que passa a fazer parte integrante da Lei e da Estrutura Organizacional básica do Poder Legislativo de Braço do Trombudo”.

Art. 4º Fica alterado os anexos XIII e XIV da Lei Complementar nº 084/2010 de 21 de maio de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta das dotações próprias do Orçamento Vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2019.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ANEXO XIII

QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

CÓDIGO: FG – Função Gratificada

Quantidade de Vagas	Designação	Atribuições	Código	Gratificação sobre o vencimento do servidor
01	Coordenador do Departamento de Recursos Humanos	Responsável pelos atos de pessoal sistema de cadastros e folha de pagamento da Câmara Municipal	FG-1	20%
01	Coordenador da Ouvidoria	Responsável pelas ações referentes à Ouvidoria da Câmara Municipal	FG-2	20%

ANEXO XIV**DESCRIÇÃO – FUNÇÃO GRATIFICADA**

GRUPO PROFISSIONAL: Coordenador do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal.

GRATIFICAÇÃO: 20% sobre o vencimento do servidor designado para a Função Gratificada.

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: O Cargo de provimento efetivo que exerce a função gratificada de Responsável pela Folha de Pagamento e Setor de Pessoal da Câmara Municipal, executará todos os serviços de confecção das folhas de pagamento e executará atos de pessoal, operando sistemas e formalizando conferências, sendo responsável pelo fiel cumprimento da Legislação em vigor e pela execução de tais atribuições, a que é inerente aos assuntos de sua competência e fixados na Lei.

GRUPO PROFISSIONAL: Coordenador da Ouvidoria da Câmara Municipal.

GRATIFICAÇÃO: 20% sobre o vencimento do servidor designado para a Função Gratificada.

DESCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: O Cargo de provimento efetivo que exerce a função gratificada de Coordenador da Ouvidoria da Câmara Municipal executará todas as ações referentes à Ouvidoria, sendo responsável pelo fiel cumprimento da Legislação em vigor e pela execução de tais atribuições, a que é inerente aos assuntos de sua competência e fixados na Lei.

ATA COMISSÃO N. 66 TP 4 2019

Publicação Nº 2225910

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2019 - TP
	Processo Administrativo: 41/2019 Processo de Licitação: 41/2019 Data do Processo: 12/09/2019

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 66/2019 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de coleta, transporte, destinação, transbordo e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, na forma de coleta seletiva, no município de Braço do Trombudo, SC.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove no departamento de licitações as quinze horas horas, reuniram-se os membros da Comissão para analisar o parecer jurídico, referente aos recursos interpostos e as contrarrazões apresentadas pelas empresas Isalete Nagel Larsen e Associação Recicla Rio do Sul. O parecer emitido pela Assessoria Jurídica deste município, sugere a revogação da Tomada de Preços 04/2019 e abertura de novo processo licitatório. Diante dos fatos apresentados, esta Comissão sugere a revogação do referido processo licitatório.

Braço do Trombudo, 12 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Presidente da Comissão de Licitação
Jean Carlos Correa da Costa Scharf	- - membro
Marco Antonio Alves Valente	- - membro
Fabio Dalmarco	- - membro

NOTA DE REVOGAÇÃO TP 4 2019

Publicação Nº 2225922

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67
PRACA DA INDEPENDENCIA,25
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 4/2019 - TP**

Processo Administrativo: 41/2019
Processo de Licitação: 41/2019
Data do Processo: 12/09/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de coleta, transporte, destinação, transbordo e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, na forma de coleta seletiva, no município de Braço do Trombudo, SC.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2019

Motivo: Foi revogada a Tomada de Preços 04/2019, considerando o parecer emitido pela assessoria jurídica deste município.

Braço do Trombudo, 12 de Novembro de 2019

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO N. 8.489 - 2019

Publicação Nº 2225791

DECRETO N. 8.489, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores para acompanhamento e fiscalização do contrato das cestas básicas da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações,

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa de Incidente emitida pelo Procurador-Geral do Município, homologada pelo Prefeito,

DECRETA:

Art. 1º Designa Gilberto Raul Scherer, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula n. 744271-0, e Daniel Felício, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, matrícula n. 8842-7, para atuarem, respectivamente, como fiscal e auxiliar do fiscal, do contrato das cestas básicas da Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 04 de novembro de 2019, até o resultado do processo administrativo em curso referente ao relatório de auditoria prévia do Processo Licitatório Pregão n. 006/2018 – FMAS, Ata de Registro de Preço n. 003/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8488 -2019

Publicação Nº 2225769

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**DECRETO Nº. 8.488, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 39.731,00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e um reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049	Manutenção Programa de Alimentação Escolar
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.37.02	Outras Transf. Do FNDE - PNAE/AEE
VALOR	R\$ 3.602,00
0.1.37.04	Outras Transf. Do FNDE - PNAE/Creches
VALOR	R\$ 33.984,00
0012.0361.0025.2019	Manutenção Desenvol. Ensino Fund. Valorização do Magistério
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.01.00	Rec. de Impostos e de Transf. De Impostos - Educação
VALOR	R\$ 2.145,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019	Manutenção Desenvol. Ensino Fund. Valorização do Magistério
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00	Rec. de Impostos e de Transf. De Impostos - Educação
VALOR	R\$ 2.145,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.37.02	Outras Transf. Do FNDE - PNAE/AEE
Valor Orçado	R\$ 30.000,00
Valor arrecadado até a data de 12/11/2019.	R\$ 33.602,00
Excesso de arrecadação até a data de 12/11/2019.	R\$ 3.602,00
Valor a Utilizar	R\$ 3.602,00

0.1.37.04	Outras Transf. Do FNDE - PNAE/Creches
Valor Orçado	R\$ 620.000,00
Valor arrecadado até a data de 12/11/2019.	R\$ 653.984,00
Excesso de arrecadação até a data de 12/11/2019.	R\$ 33.984,00
Valor a Utilizar	R\$ 33.984,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2225769.odt - Pág.: 1

EXTRATO CONTRATO Nº 122-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2225767

EXTRATO DO CONTRATO 122/2019

ESPÉCIE: Aquisição de conjuntos motobombas; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 085/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903099000000.02000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 12/11/2019; VALOR: R\$ 25.180,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Centrão Comércio de Equipamentos Ltda. ME; Diretor do SAMAE.

Brusque, 12 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 089-2019-SAMAE

Publicação Nº 2225770

PROCESSO LICITATÓRIO 089/2019**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 089/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para Registro de Preços, para aquisição de areias, pedras e rochas. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 27 de novembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 090-2019-SAMAE

Publicação Nº 2225772

PROCESSO LICITATÓRIO 090/2019**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 090/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para Registro de Preços, para aquisição combustíveis, óleos e serviço de lavagem para os veículos do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de novembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154-2019

Publicação Nº 2225775

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 154/2019**Pregão nº 114/2019**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA DE 145 PONTOS NO MUNICÍPIO, COM SOLUÇÃO DE SEGURANÇA, RELATÓRIO E MONITORAMENTO DA REFERIDA REDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS. Impugnante: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, decido CONHECER da impugnação administrativa interposta por UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para no mérito considera-la IMPROCEDENTE, pelos motivos informados pela análise técnica. 12/11/2019 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Diretora de Licitações e Contrato

PORTARIA Nº 2312-2019

Publicação Nº 2225784

Portaria nº 2312/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) MARCIA LUCINDA MAFRA FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 14/11/2019 a 13/12/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2005.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2313-2019

Publicação Nº 2225785

Portaria nº 2313/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) GILSON SCHIRMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 14/11/2019 a 13/12/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2320-2019

Publicação Nº 2225787

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2320/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000124537	1	CAMILA CRISTINA LUCIANI PIE	Secretaria de Saúde	12/11/2019	11/12/2019	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 268-2019-SAMAE

Publicação Nº 2225776

PORTARIA Nº 268/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, por término do prazo, da servidora THAIS MACIEL MOURA BRAUN, matrícula 50970-00, do cargo de Agente de ETA, sendo o último dia de trabalho em 06/11/2019;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 06/11//2019, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 06 de novembro de 2019.
Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 269-2019-SAMAE

Publicação Nº 2225777

PORTARIA Nº 269/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e de acordo com Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2018, de 02 de outubro de 2018,

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar pelo período de 07/11/2019 a 05/11/2020, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2018, do servidor 517321-00 RICARDO LUIZ GEVAERD, na função de Engenheiro Civil.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 07/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 07 de novembro de 2019.
DEJAIR MACHADO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 270-2019-SAMAE

Publicação Nº 2225778

PORTARIA SAMAE Nº 270/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea “c” da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista a ausência de candidatos aprovados em concurso público e ainda, a recomendação do Ministério Público Estadual;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 para contratação em caráter temporário, que se regerá pelas regras estabelecidas em Edital, criado especialmente para o presente propósito.

Art. 2º Criar a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

Art. 3º Designar para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019, os seguintes funcionários do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque: 514292-00 Fernanda Matos Krieger; 21156-00 Gilberto dos Anjos; 18236-00 Maycon Eduardo Nicoletti; Mylena Abelino Rubituci; e 21148-00 Ricardo Bortolotto.

Art. 4º Atribuir à Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito do respectivo Processo Seletivo.

Art. 5º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir desta data.

Brusque, 07 de novembro de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 - FMS

Publicação Nº 2225021

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 15/2019 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DESTINADOS A CAMPANHAS E AÇÕES DE TODOS OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/11/2019 às 14hrs00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/11/2019 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador, 12 de novembro de 2019.

ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2019

Publicação Nº 2225017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 152/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 91/2019-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA TESTES PSICOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/11/2019 às 14hrs00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/11/2019 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 12 de novembro de 2019.
SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.459

Publicação Nº 2224893

DECRETO Nº 8.459, de 7 de novembro de 2019.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos objetos das matrículas nºs 8513 e 24732 do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Sonia Frigeri, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 175,60m² (cento e setenta e cinco metros e sessenta decímetros quadrados) inicia-se no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 11637; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 11637 com o azimuth

de 115°16'47" e a distância de 16.60 m até o ponto 'P02'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21060, com o azimute de 209°00'26" e a distância de 11.00 m até o ponto 'P03'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 7186, com o azimute de 305°52'25" e a distância de 2.75 m até o ponto 'P04'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 24.732, com o azimute de 297°37'52" e a distância de 14.85 m até o ponto 'P05'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16885, com o azimute de 34°48'43" e a distância de 10.00 m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 175,60m².

II – terreno urbano com 630,05m² (seiscentos e trinta metros e cinco centímetros quadrados) inicia-se no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 8513; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 8513 com o azimute de 117°37'52" e a distância de 14.85 m até o ponto 'P02'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 7186, com o azimute de 207°01'04" e a distância de 38.11 m até o ponto 'P03'; Segue confrontando com rua Moacir Sampaio, com o azimute de 307°45'00" e a distância de 19.93 m até o ponto 'P04'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16885, com o azimute de 34°48'43" e a distância de 34.88 m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 630,05 m².

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 805,65m² (oitocentos e cinco metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) inicia-se no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 11637; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 11637 com o azimute de 115°16'47" e a distância de 16.60 m até o ponto 'P02'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21060, com o azimute de 209°00'26" e a distância de 11.00 m até o ponto 'P03'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 7186, com o azimute de 305°52'25" e a distância de 2.75 m até o ponto 'P04'; Segue com o azimute de 207°01'04" e a distância de 38.11 m até o ponto 'P05'; Segue confrontando com Rua Moacir Sampaio, com o azimute de 307°45'00" e a distância de 19.93 m até o ponto 'P06'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16885 com o azimute de 34°48'43" e a distância de 44.88 m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 805,65m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.460

Publicação Nº 2224892

DECRETO Nº 8.460, de 7 de novembro de 2019.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos objetos das matrículas nºs 6161 e 6162 do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Rosa Motta Pierdoná, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 540,00m² (quinhentos e quarenta metros quadrados) inicia-se no ponto denominado 'P06'; dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 6162; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 6162 com a distância de 42.30 m até o ponto 'P07'; Segue confrontando com rua Treze de Maio, com a distância de 13.00 m até o ponto 'P03'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 6160, com a distância de 21.35 m até o ponto 'P04'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9872, com a distância de 20.00 m até o ponto 'P05'; Segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 0351, 6928, com a distância de 12.72 m até o ponto 'P06'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 540,00 m².

II – terreno urbano com 540,00m² (quinhentos e quarenta metros quadrados) Inicia-se no ponto denominado 'P01'; dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 6163; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 6163 com a distância de 43.25 m até o ponto 'P02'; Segue confrontando com a Rua Treze de Maio, com a distância de 13.00 m até o ponto 'P07'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 6161, com a distância de 42.30 m até o ponto 'P06'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 6928, com a distância de 12.29 m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma

área superficial de 540,00 m².

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 1.080,00m² (um mil e oitenta metros quadrados) inicia-se no ponto denominado 'P01'; dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 6163; Segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 6163 com a distância de 43.25 m até o ponto 'P02'; Segue confrontando com a Rua Treze de Maio, com a distância de 26.00 m até o ponto 'P03'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 6160, com a distância de 21.35 m até o ponto 'P04'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9872, com a distância de 20.00 m até o ponto 'P05'; Segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 0351, 6928, com a distância de 12.72 m até o ponto 'P06'; Segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 6928, com a distância de 12.29 m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.080,00 m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.461

Publicação Nº 2224897

DECRETO Nº 8.461, de 7 de novembro de 2019.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 8.054/2019 para compor o Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto nas Leis nºs 2.033, de 22/12/2003 e 2.633, de 20/08/2009,

DECRETA :

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 8.054, de 18/03/2019 para compor o Conselho Municipal de Cultura, conforme segue:

I - Representantes da Administração Pública Municipal:

g) Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular: Rosiane de Fátima Cardozo

Suplente: Karina Ferreira dos Santos

II - Segmentos culturais e artísticos atuantes no Município:

b) Música e Canto:

Titular: Kelvin Luiz Durek

Suplente: Shirley Almeida Cavaleiro

d) Artes plásticas, artes visuais, artes gráficas, artes de rua e filatelia:

Titular: Ulises Alejandro Mora Vega

Suplente: Susana Bortoluzzi Casali

e) Patrimônio Imaterial: artesanato, folclore, culturas étnicas, centros de tradições gaúchas, história, antropologia, sociologia;

Titular:

Suplente: Edison Costa Porto

III - Segmentos representativos da sociedade:

a) Representante da Indústria e Comércio de Caçador - ACIC, CDL, AMPE:

Titular: Angela Cardoso

Suplente: vacante

c) Representante da Gerência de Educação:

Titular: vacante

Suplente: vacante

d) Representantes de fundações e instituições de cultura existentes e legalmente constituídos:

Titular – representação I: Patrick Almeida Cavaleiro

Suplente – representação I: vacante

Titular – representação II: vacante

Suplente: representação II: vacante
e) Representante da União das Associações de Moradores de Caçador - UAMC;
Titular: Jean Carlo Ribeiro
Suplente: vacante
f) Representante da vila das etnias:
Titular: vacante
Suplente: vacante
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.462

Publicação Nº 2224898

DECRETO Nº 8.462, de 8 de novembro de 2019.

Substitui fiscal de atas, contratos e obras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o Servidor Wagner Severgnini designado pelos Decretos abaixo descritos para exercer a fiscalização de atas, contratos e obras, pelo Servidor Daniel Pereira Rafaeli Filho:

- Decreto nº 7.974, de 23/01/2019, fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 15/2019, vinculada ao Processo Licitatório nº 214/2018 - Pregão nº 145/2018;
- Decreto nº 7.998, de 12/02/2019, fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 147, 148, 149 e 150/2018, vinculadas ao Processo Licitatório nº 203/2018, Pregão Presencial nº 135/2018;
- Decreto nº 8.079, de 04/04/2019, fiscalização da obra e do Contrato Administrativo nº 108/2012, vinculado ao Processo Licitatório nº 080/2012 – Concorrência nº 06/2012;
- Decreto nº 8.130, de 24/04/2019, fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 62, 63 e 64/2019, vinculadas ao Processo Licitatório nº 042/2019, Pregão Presencial nº 24/2019;
- Decreto nº 8.132, de 24/04/2019, fiscalização do Contrato Administrativo nº 043/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 66/2019 – Dispensa nº 15/2019;
- Decreto nº 8.146, de 30/04/2019, fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 67/2019, vinculada ao Processo Licitatório nº 054/2019, Pregão Presencial nº 31/2019;
- Decreto nº 8.187, de 21/05/2019, fiscalização do Contrato Administrativo nº 057/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 20/2019 – Tomada de Preços nº 02/2019;
- Decreto nº 8.215, de 05/06/2019, fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 99, 100 e 101/2019, vinculadas ao Processo Licitatório nº 80/2019 - Pregão nº 47/2019;
- Decreto nº 8.274, de 16/07/2019, a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 131 e 132/2019, vinculadas ao Processo Licitatório nº 101/2019, Pregão Presencial nº 64/2019;
- Decreto nº 8.282, 23/07/2019, fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 134, 135 e 136/2019, vinculadas ao Processo Licitatório nº 94/2019 - Pregão nº 57/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.463

Publicação Nº 2224899

DECRETO Nº 8.463, de 8 de novembro de 2019.

Acresce nominata de servidores ao Decreto nº 8.251/2019, que Nomeia Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e de conformidade com a Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 8.251, de 4 de julho de 2019, passa a vigorar acrescido de servidores para compor os Conselhos Administrativo e Fiscal, conforme segue:

“Art. 1º

CONSELHO ADMINISTRATIVO**TITULARES**

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

FERNANDA FIORELLI

ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA

ODILA DAMACENA FERLIN

LUCIMAR APARECIDA APPI

ÉDINA BRESSAN (Titular)

MAXSURE FRANÇA (Suplente)

SIMONE MARIA FOSCARINI (Titular)

JULIANA NURILLES GARBOZZA (Suplente)

GIANNI LÚCIO PARIZOTTO (Titular)

THIAGO AUGUSTO DUARTE (Suplente)

ILVAITA FAORO BARON (Titular)

DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA (Suplente)

SUPLENTES

PEDRO ANTONIO MASIERO

GILMAR MARTINS

SANDRA MARA AMADORI

MICHELLE DE SOUZA SANTOS

ELIANE FATIMA ESTANISLOWSKI

CONSELHO FISCAL**TITULARES**

FERNANDO SCOLARO

AIRTON CARLOS LEITE

ANDREA RUI PISTORE

CAROLINA FRUET DE LIMA (Titular)

WALMIR RIGO (Suplente)

FRÂNCIELE A. DE MACEDO (Titular)

SÉRGIO INHAIA (Suplente)

JULIANA MACIEL KOHL (Titular)

JOSE LUIZ FURLIN (Suplente)

SUPLENTES

TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI

DANIELA MAGUEROSKI CORRÊA

VITOR HUGO DE LIMA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.464

Publicação Nº 2224894

DECRETO Nº 8.464, de 8 de novembro de 2019.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.734,95m² (um mil, setecentos e trinta e quatro metros e noventa e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 0.684 do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua São Francisco de Assis, nesta cidade, de propriedade de Renato José Salamoni, Soraya Cristina Menegotto Salamoni, Arno Antonio Salamoni, Adra Maria Menegotto Salamoni, Izabel Cristina Salamoni de Araújo, Pedro Geraldo de Araújo, Horácio Angelo Salamoni, Rozalina Salamoni, Espólio de Edir Maria Ferreira (inventariante Sandra Mara Paviani Ferreira), Evali Teresinha Salamoni Pozza e Valdir Pozza, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com superfície de 867,475m² (oitocentos e sessenta e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua São Francisco de Assis; deste, segue confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°24'56" e a distância de 21,15m até o marco 1; deste, segue confrontando com a "gleba B" deste projeto de desmembramento com o azimute de 123°38'54" e a distância de 40,90m até o marco 4; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 32.320 com o azimute de 213°22'46" e a distância de 21,26m até o marco 5; deste, segue confrontando com a Rua Irmão Guido Gabriel com o azimute de 303°48'07" e a distância de 40,92m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – gleba B com superfície de 867,475m² (oitocentos e sessenta e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), parte do marco 1=PP, situado na confrontação com a Rua São Francisco de Assis; deste, segue confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°24'56" e a distância de 21,16m até o marco 2; deste, segue confrontando com o imóvel de constante da transcrição nº 9.258 com o azimute de 123°30'49" e a distância de 40,89m até o marco 3; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 32.320 com o azimute de 213°22'46" e a distância de 21,26m até o marco 4; deste, segue confrontando com a "gleba A" deste projeto de desmembramento com o azimute de 303°38'54" e a distância de 40,90m até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.468

Publicação Nº 2224896

DECRETO Nº 8.468, de 11 de novembro de 2019.

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Emerson Schmidt, Walmir Rigo e Ivolnéia Alves de Freitas para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 132/2019 – Tomada de Preços nº 12/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para edificação do Mercado Público Municipal localizado na Rua Aristeu Porto Lopes, no Município de Caçador/SC

Parágrafo único. A abertura do certame acontecerá no dia 27 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.469

Publicação Nº 2225517

DECRETO Nº 8.469, de 12 de novembro de 2019.

Designa servidora para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Marjuri Paula Sgarbossa para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 030/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 31/2019FMS – Pregão nº 13/2019, cujo objeto é a contratação de serviços de agente redutor de danos para o CAPS AD.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 12 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.470

Publicação Nº 2225518

DECRETO Nº 8.470, de 12 de novembro de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Alessandro Luis Ribeiro para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 16/2019, vinculada ao Processo Licitatório nº 32/2019FMS – Pregão Presencial nº 14/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de toldos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 12 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.471

Publicação Nº 2225795

DECRETO Nº 8.471, de 12 de novembro de 2019.

Reabre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município

de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019.

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 50.414,10 (cinquenta mil, quatrocentos e quatorze reais e dez centavos), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

3.3.90.00.01.34 – Aplicações DiretasR\$ 50.414,10

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através de Convênio nº 847.872/2017, Operação 1042318-06 – Programa Planejamento Urbano - INFRAESTRUTURA VIARIA I, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, firmado entre Ministério do Desenvolvimento Regional e o Município de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Caibi**PREFEITURA****174/2019**

Publicação Nº 2225557

DECRETO Nº. 174/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2549/2018, de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****123640011.2.024 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(41) – Fonte: 1000 Recursos Ordinários R\$ 4.000,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2019 da fonte 1000 Recursos Ordinários no valor de R\$ 4.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 11 de novembro de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 175/2019

Publicação Nº 2225668


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
DECRETO Nº 175/2019, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 139/2019 do objeto do Processo Licitatório de Nº 077/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 044/2019 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 139/2019, sobre o Processo Licitatório Nº 77/2019, na Modalidade Pregão Nº 44/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO CAIBIENSE

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

LOTE 01				
ITEM	Quant. Estimada para 12(doze) meses	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	80	PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL MAXILAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	320,00	25.600,00
2	50	PRÓTESE DENTÁRIA <u>TOTAL MANDIBULAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	320,00	16.000,00
3	120	PRÓTESE DENTÁRIA <u>PARCIAL MAXILAR</u> REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO, FEITAS DE	400,00	48.000,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao.caibi@sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ

		ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.		
4	120	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	400,00	48.000,00
5	10	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL PROVISÓRIA, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE GRAMPOS DE FIOS DE ORTODONTIA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	290,00	2.900,00
6	10	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL PROVISÓRIA, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE GRAMPOS DE FIOS DE ORTODONTIA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.	290,00	2.900,00
7	10	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE. COM REFORÇO METÁLICO	400,00	4.000,00
8	10	PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, CONFECCIONADA A PARTIR DE MODELOS DE GESSO FORNECIDOS PELO CIRURGIÃO DENTISTA CONTRATADO PELO LABORATÓRIO CREDENCIADO , FEITAS DE RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE. COM REFORÇO METÁLICO.	400,00	4.000,00
9	10	REEMBASAMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS, REALIZADAS A PARTIR DE SUBSTITUIÇÃO DA PASTA ZINCO ENÓLICA QUE ESTÁ SOBRE A PARTE INTERNA DA PRÓTESE COLOCADA PELO CIRURGIÃO-DENTISTA POR RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA.	95,00	950,00
		CONCERTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS OU PARCIAIS (QUEBRADAS). FEITAS	95,00	1.425,00

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>

administracao.caibi@sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

10	15	DE ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA, RESINA ACRÍLICA TERMO ATIVADA E DENTES DE ACRÍLICO DE ESTOQUE.		
Valor Total lote 01			153.775,00	

Total do proponente vencedor:

Proponente	Valor Total
DIRCEU ANTONIO PERONDI ME	153.775,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 12 de novembro de 2019.

Elói José Libano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao.caibi@sc.gov.br

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2019

Publicação Nº 2225629

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2019

Processo Licitatório nº 076/2019. Modalidade Pregão Presencial RP nº 043/2019 Objeto: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Transporte de Pacientes do Município de Caibi para Clínicas, Hospitais e Consultórios que atendam pelo SUS e que possuam Consórcio e Convênio com a Secretaria de Saúde de Caibi-SC com vigência 11/11/2020. Órgão gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme segue:

Item	Quant. Estimada	Und	Descrição dos serviços	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	Km	60000	Serviço de Transporte de pacientes do Município de Caibi – SC, para cidades da região que são referência de atendimento nas diversas áreas da saúde, com veículo de capacidade mínima de 15 lugares com bancos confortáveis.	2,75	165.000,00

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
Transporte Joãozinho Ltda Me	19.126.461/0001-33	Rua Marechal Floriano nº 653	Caibi –SC	89.888-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 043/2019 no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)

Caibi- SC 12 de Novembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2019

Publicação Nº 2225579

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI

CONTRATADO: ESPORTE CLUBE JUVENTUDE

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS VISANDO A PREPARAÇÃO DE ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE CAIBI NOS EVENTOS ESPORTIVOS.

VALOR: 18.000,00(dezoito mil reais)

FIRMADO: 12/11/2019

VIGÊNCIA: 11/11/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 042/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 060/2019

Publicação Nº 2225145

LEI COMPLEMENTAR nº 060/2019, Caibi SC, 12 de Novembro 2019.

Cria a Ouvidoria do Município de Caibi, baseada na Lei Federal nº 13.460 de 26 de Junho de 2017 e na Lei Federal nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 e dá outras providências.

Elói José Líbano, Prefeito Municipal de Caibi/SC, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta Lei cria a Ouvidoria do Município, supervisionada à Controladoria deste Município, a qual incumbe acolher, processar e encaminhar ao Prefeito Municipal e aos setores competentes da Administração Pública, após avaliação sumária, as sugestões, elogios, solicitações, reclamações ou denúncias da população ou de entidades.

Parágrafo único - Para efeitos desta lei, considera-se:

- I – sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços públicos;
- II - elogio: demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre a política ou o serviço público oferecido ou atendimento recebido;
- III - solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração;
- IV - reclamação: demonstração de insatisfação relativa ao serviço público;
- V- denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuradores competentes.

Art. 2º - Os objetivos da Ouvidoria são:

- I - A participação popular e comunitária no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços prestados pelo município;
- II - O desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural do município;
- III - A correção de erros, omissões ou abusos administrativos;
- IV - A melhoria dos serviços em geral.

Art. 3º - Com vistas à realização de seus objetivos, a Ouvidoria deverá:

- I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos;
- II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 4º - Os órgãos e entidades abrangidos por esta lei divulgarão Carta de Serviços ao Usuário.

Parágrafo único - A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Art. 5º - As sugestões, elogios, solicitações, reclamações ou denúncias, sempre que possível, deverão ser formuladas por escrito e acompanhadas por outros documentos que as enriqueçam, e dirigidas diretamente à Ouvidoria do Município pelo próprio interessado.

Art. 6º - A Ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Parágrafo único - Observado o prazo previsto no caput, a Ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 7º - A participação dos usuários dos serviços públicos municipais, com vistas ao acompanhamento da prestação e à avaliação dos serviços prestados, será feita por meio do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, órgão consultivo, com as seguintes atribuições:

- I - acompanhar a prestação dos serviços;
- II - participar da avaliação dos serviços prestados;
- III - propor melhorias na prestação dos serviços;
- IV - contribuir com a definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário;
- V - acompanhar e avaliar a atuação da Ouvidoria do Município e dos responsáveis por ações de ouvidoria de cada órgão e entidade prestador de serviços públicos; VI - manifestar-se quanto às consultas que lhe forem submetidas.

Art. 8º - Os tipos de serviços públicos municipais a serem representados no Conselho serão definidos dentre aqueles mais utilizados e demandados perante os responsáveis por ações de ouvidoria, por meio da Ouvidoria do Município.

Art. 9º - Se prejuízo de outras forma previstas na legislação, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselho de usuários.

Art. 10 – A composição do conselho de usuário deve observar os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, com vistas ao equilíbrio em sua representação, sendo 04 (quatro) representantes dos usuários de serviços públicos municipais indicados por entidades e/ou associações do município da sociedade civil, e 04 (quatro) representantes dos órgãos da administração municipal.

Art. 11 - O Prefeito indicará as entidades e/ou associações da sociedade civil e estas indicarão seus representantes e designará os membros do colegiado, cujo mandato será de 2 (dois) anos.

Parágrafo único - A função de conselheiro será considerada serviço público relevante, sem remuneração.

Art. 12 – Regulamento específico disporá sobre a organização e funcionamento do conselho de usuários.

Art. 13 - O Conselho de Usuários dos Serviços Públicos poderá ser consultado quanto à indicação do servidor responsável pela Ouvidoria, bem como quanto a assuntos relacionados à prestação de serviços públicos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 14 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações das informações;
- IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
- V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
- VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;
- VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos.

Art. 15 - A pessoa física ou jurídica que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - rescisão do vínculo com o poder público;

Parágrafo Único - As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 16 - Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo à apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - A ouvidoria ficará vinculada a Controladoria interna do Município, sendo designado servidor responsável por este serviço.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de Novembro de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE ANEXO 1

Publicação Nº 2225033

Página 1 de 2

R\$ 1,00

Camara Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (e-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
Recetas Correntes	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
Transferências Correntes	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO /REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
DEFICIT (VI)*	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	3.672.690,84	-	18.432.746,56	(18.432.746,56)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (j)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	167.239,81	135.850,24	661.783,02	198.216,98	661.783,02	-
DESPESAS CORRENTES	930.000,00	850.000,00	106.699,99	686.240,19	163.759,81	129.330,24	655.263,02	194.736,98	655.263,02	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	570.000,00	570.000,00	100.594,16	500.521,37	69.478,63	100.594,16	500.521,37	69.478,63	500.521,37	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	360.000,00	280.000,00	6.105,83	185.718,82	94.281,18	28.736,08	154.741,65	125.258,35	154.741,65	-
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	10.000,00	6.520,00	6.520,00	3.480,00	6.520,00	6.520,00	3.480,00	6.520,00	-
INVESTIMENTOS	30.000,00	10.000,00	6.520,00	6.520,00	3.480,00	6.520,00	6.520,00	3.480,00	6.520,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	167.239,81	135.850,24	661.783,02	198.216,98	661.783,02	-
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	167.239,81	135.850,24	661.783,02	198.216,98	661.783,02	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	167.239,81	135.850,24	661.783,02	198.216,98	661.783,02	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Camara Municipal de Caibi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (d/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)	SALDO (l)=(j-k)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Nov/2019, 13h e 55m.
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NEOCIR PARIZOTTI
Presidente
492.114.559-87

MARI LUCIA LUNARDELLI
Contadora
027921/0-6

RREO 5º BIMESTRE ANEXO 14

Publicação Nº 2225041

Página: 1 de 2
12/11/2019 13:59

Camara Municipal de Caibi - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	0,00
Previsão Atualizada	0,00
Receitas Realizadas	18.432.746,56
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-
DESPESAS	
Dotação Inicial	960.000,00
Créditos Adicionais	-100.000,00
Dotação Atualizada	860.000,00
Despesas Empenhadas	692.760,19
Despesas Liquidadas	661.783,02
Despesas Pagas	661.783,02
Superávit Orçamentário	17.770.963,54

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	692.760,19
Despesas Liquidadas	661.783,02

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	22.502.025,64

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário	0,00	17.770.963,54	
Resultado Nominal	0,00	17.770.963,54	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Executivo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Legislativo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Executivo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Legislativo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

PRONIM CP - Emissão: 12/11/2019 às 13h59min - Duração: 0h00m25seg (2)

Página: 2 de 2
12/11/2019 13:59

Camara Municipal de Caibi - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15%	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Nov/2019, 13h e 59m.

NEOCIR PARIZOTTI
Presidente
492.114.559-87

MARI LUCIA LUNARDELLI
Contadora
027921/0-6

PRONIM CP - Emissão: 12/11/2019 às 13h59min - Duração: 0h00m25seg (2)

RREO 5º BIMESTRE ANEXO 2

Publicação Nº 2225034

Página: 1 de 1
12/11/2019 13:57

Camara Municipal de Caiibi - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	100,00	167.239,81	135.850,24	661.783,02	100,00	198.216,98		
Legislativa	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	100,00	167.239,81	135.850,24	661.783,02	100,00	198.216,98		
Ação Legislativa	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	100,00	167.239,81	135.850,24	661.783,02	100,00	198.216,98		
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	960.000,00	860.000,00	113.219,99	692.760,19	100,00	167.239,81	135.850,24	661.783,02	100,00	198.216,98		

R\$ 1,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Nov/2019, 13h e 56m.

NEOCIR PARIZOTTI	MARI LUCIA LUNARDELLI
Presidente	Contadora
492.114.559-87	027921/0-6

PRONIM CP - Emissão: 12/11/2019 às 13h57min - Duração: 0h00m06seg (2)

RREO 5º BIMESTRE ANEXO 3

Publicação Nº 2225038

Página 1 de 2

R\$ 1,00

Camara Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2018 a Outubro/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total Últimos 12 Meses	Previsão Atualizada 2019
	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019						
	Maio/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019						
RECEITAS CORRENTES (I)	1.829.185,13	2.240.093,95	1.703.407,32	1.855.902,30	1.793.921,10	2.008.224,12					22.502.025,64	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.854.428,24	1.682.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	1.873.102,59	1.799.588,25						
IPTU	-	-	-	-	-	-						
ISS	-	-	-	-	-	-						
ITBI	-	-	-	-	-	-						
IRRF	-	-	-	-	-	-						
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-						
Contribuições	-	-	-	-	-	-						
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-	-						
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-	-	-	-	-						
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-						
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-						
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-						
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-						
Transferências Correntes	1.829.185,13	2.240.093,95	1.703.407,32	1.855.902,30	1.793.921,10	2.008.224,12					22.502.025,64	
Cota-Parte do FPM	1.854.428,24	1.682.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	1.873.102,59	1.799.588,25						
Cota-Parte do ICMS	-	-	-	-	-	-						
Cota-Parte do IPVA	-	-	-	-	-	-						

Camara Municipal de Calbi-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2018 a Outubro/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2019
	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Total Últimos 12 Meses)						
	Maio/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019							
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências da LC 87/1996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências da LC 61/1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	1.829.185,13	2.240.093,95	1.703.407,32	1.855.902,30	1.793.921,10	2.008.224,12	22.502.025,64	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.854.428,24	1.682.917,72	2.190.610,08	1.670.644,84	1.873.102,59	1.799.588,25	-	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Deduções criadas pela Entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	1.829.185,13 1.854.428,24	2.240.093,95 1.682.917,72	1.703.407,32 2.190.610,08	1.855.902,30 1.670.644,84	1.793.921,10 1.873.102,59	2.008.224,12 1.799.588,25	22.502.025,64	22.502.025,64	22.502.025,64	22.502.025,64	22.502.025,64	22.502.025,64	22.502.025,64

PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Nov/2019, 13h e 57m.

NEOCER PASZCOTTI
Contador
492.114.559-87

MARI LUCIA LUNARDELLI
Contador
02.7921/O-6

RREO 5º BIMESTRE ANEXO 7

Publicação Nº 2225040

Página: 1 de 1
12/11/2019 14:04

Camara Municipal de Calbi - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo k=(f+g)-(h+i)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2018 (g)					
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Não existem registros a serem impressos.
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Nov/2019, 14h e 04m.

MARI LUCIA LUNARDELLI
Contadora
027921/O-6

NEOCIR PARIZOTTI
Presidente
492.114.559-87

Camboriú

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 103/2019 - PMC

Publicação Nº 2225577

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 103/2019 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 147 e 150/2019 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E DEMAIS PEÇAS DE CONCRETO PARA SER APLICADOS NA MANUTENÇÃO, DRENAGEM E PREPARAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS EM TODAS AS RUAS DO MUNICÍPIO QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE CONTENÇÃO, BUEIROS E BOCAS-DE-LOBO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 12/11/2019
1ª Publicação.

PREGÃO PRESENCIAL 107/2019 - PMC

Publicação Nº 2225570

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2019 – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DESTINADAS PARA O CONserto E REPOSIÇÃO EM ROÇADEIRAS COSTAIS/LATERAIS, MOTOSERRAS E PULVERIZADORES, UTILIZADOS NA LIMPEZA DAS MARGENS DE VALAS, RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS E PARQUES E PRAÇAS PÚBLICAS EM TODO O MUNICÍPIO. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2019

Publicação Nº 2224447

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2019 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos sete dias de outubro de 2019, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de botijões de gás de cozinha com 13 quilos e 45 quilos, a base de troca, para utilização em escolas e outros setores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CENTRAL GÁS LTDA ME, CNPJ: 15.091.445/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 91/2019, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	350	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) - Para entrega na <u>REGIÃO "Centro e Bairros próximos ao Centro"</u> (com distância máxima aproximada de 3 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	Supergasbras	72,00	25.200,00
02	250	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) - Para entrega na <u>REGIÃO "Bateias de Cima/Bateias de Baixo/Lageado e Fragosos"</u> (com distância máxima aproximada de 20 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	Supergasbras	72,00	18.000,00
03	255	Botijão (a base de troca)	GÁS GLP 45 - Entrega nas unidades escolares do Centro e Bateias de Baixo.	Supergasbras	285,00	72.675,00
VALOR GLOBAL					115.875,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

CENTRAL GÁS LTDA ME
Jairo Luiz Bucci
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2019
Página 1 de 1

ATA PREGÃO Nº 96/2019

Publicação Nº 2224610

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 96/2019)

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Josiane dos Santos membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 96/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para Contratação de empresa especializada para a organização, divulgação e realização da XXII Festa Estadual da Ovelha e XVII Festa Agropecuária, do Município de Campo Alegre/SC que acontecerá nos dias 13, 14 e 15 de março de 2020. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: DRIAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. A licitante credenciou como representante na sessão o Sr. Aluisio de Almeida Vieira. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA INICIAL (R\$)	VALOR PROPOSTA APÓS LANCES (R\$)	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
DRIAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	110.000,00	110.000,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante DRIAL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, estando de acordo com o exigido no Edital e foi declarada vencedora da presente licitação com o valor de R\$ 110.000,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 12.366 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225524

DECRETO Nº 12.366 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Equipamentos Esportivos	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 29.000,00
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
	Total	R\$ 33.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
12 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.367 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225528

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.367 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o inciso II, § 1º do art. 90 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar ELIANA PESSÔA MACHADO COLLET registro no sistema sob nº 955544, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 07 de novembro de 2019.

§1º A exoneração de que trata o caput deste artigo em virtude de falecimento, da Conselheira Tutelar, ocorrido em data de 07 de novembro de 2019, atestou óbito o Médico Dr. Luiz Augusto Marino, CRM/SC nº 15758, Certidão de Óbito nº 1061530155201940000614400029709 3, emitida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais – Escritania de Paz de Campo Alegre/SC, do Município/Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, em data de 07 de novembro de 2019;

§2º Certidão de óbito devidamente protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 12 de novembro de 2019, sob nº 009762.

Art. 2º Fica declarada a vacância do Cargo Público de Conselheira Tutelar, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.228 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225173

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.187 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 17.168 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 17.168 de 27 de setembro de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder Progressão Horizontal pela avaliação de Desempenho a Servidora Pública Municipal IZOLETE GODOIS DOS SANTOS DE JESUS matrícula funcional nº 000597, registro no sistema sob nº 954832, ocupante de Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras”.

Art. 2º A alteração prevista nesta Portaria, em razão de engano da Função da Servidora Pública Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 17.168 de 27 de setembro de 2019, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de setembro de 2019.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/10/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.229 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225178

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.229 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 16.936 DE 10 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 16.936 de 10 de julho de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal JARBAS JORGE CATONI, matrícula funcional nº 000182, registro no sistema sob nº 368900, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, à disposição da Escola de Ensino Especial WILSON JOSÉ LIEBL, mantenedora a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC., referente ao período aquisitivo de 20 de março de 2018 a 19 de março de 2019”.

Art. 2º A alteração prevista nesta Portaria, em razão de engano do período aquisitivo de Férias do Servidor Público Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 16.936 de 10 de julho de 2019, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de julho de 2019.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.230 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225348

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.230 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público CLAYTON FRANCISCO VALENTIM, matrícula funcional nº 000763, registro no sistema sob nº 955370, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 11 de novembro de 2019 a 20 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 05 de novembro de 2019 sob nº 009486.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.231 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225351

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.231 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal DAVID ROGÉRIO MARIANO, matrícula funcional nº 000886, registro no sistema sob nº 955620, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Agente de Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 04 de novembro de 2019 á 13 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 16 de outubro de 2019 sob nº 008699.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.232 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225369

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.232 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANA FLÁVIA MARCINIAK, matrícula funcional nº 000777, registro no sistema sob nº 955396, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente de Administrativo II, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 23 de outubro de 2019 á 01 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 08 de outubro de 2019 sob nº 008470.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.233 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225415

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.233 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ARIADNE LUCIANA HACK, matrícula funcional nº 000767, registro no sistema sob nº 955376, ocupante do Cargo Público e na Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 05 de novembro de 2019 á 14 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 10 de outubro de 2019 sob nº 008550.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.234 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225430

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.234 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública GABRIELE QUOST TABERT, matrícula funcional nº 000520, registro no sistema sob nº 954618, ocupante do Cargo Público e na Função de Professor Auxiliar "em extinção", lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 18 de novembro de 2019 á 22 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 11 de novembro de 2019 sob nº 009659.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.235 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225473

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.235 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, matrícula funcional nº 000837, registro no sistema sob nº 955519, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos, Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 01 de setembro de 2015 a 01 de setembro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 04 de novembro de 2019 sob o nº 009421.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224813

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KETLIN DE PAULA CHAVES

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. KETLIN DE PAULA CHAVES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.401 de 25 de julho de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

KETLIN DE PAULA CHAVES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225743

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.380 de 21 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224808

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FERNANDA CUBAS HÜBNER

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. FERNANDA CUBAS HÜBNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.397 de 23 de julho de 2018, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FERNANDA CUBAS HÜBNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224816

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

THALIA FALQUEVICZ

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. THALIA FALQUEVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.180 de 15 de março de 2018, no Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professora de Educação Física, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

THALIA FALQUEVICZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225135

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MARGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.527 de 10 de outubro de 2018, no Cargo Público de Provimento em Comissão para exercer a Função de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A nomeação do Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683/02, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em Regime Jurídico Especial.

A Secretária ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do §2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Secretária nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARGARETE APARECIDA AZEREDO AUGUSTIN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225720

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JÉSSICA CRISTINA WITT

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JÉSSICA CRISTINA WITT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.361 de 15 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JÉSSICA CRISTINA WITT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225108

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CAMILA BRAUN MACHADO

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora CAMILA BRAUN MACHADO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.214 de 02 de abril de 2018, com efeitos a partir de 02 de abril de 2018, no Cargo Público de Provimento em Comissão para exercer a Função de Secretária Municipal de Finanças.

A nomeação do Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683/02, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, em Regime Jurídico Especial.

A Secretária ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Secretária nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225078

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FABIANE DO ROCIO NASCIMENTO

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. FABIANE DO ROCIO NASCIMENTO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.313 de 07 de junho de 2018, no Cargo Público de Professor VII, para exercer a Função de Professora de Ciências, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FABIANE DO ROCIO NASCIMENTO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224805

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCAS EDUARDO CAMPOLINO

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Senhor LUCAS EDUARDO CAMPOLINO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.368 de 11 de julho de 2018 no Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do art. 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCAS EDUARDO CAMPOLINO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224786

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PATRICIA LUCO

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. PATRICIA LUCO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.281 de 17 de maio de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PATRICIA LUCO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224822

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JENNIFER RODRIGUES DA SILVA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JENNIFER RODRIGUES DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.430 de 08 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JENNIFER RODRIGUES DA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225749

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.369 de 20 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224817

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BRUNA JUSTINE KOTOVICZ

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. BRUNA JUSTINE KOTOVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.423 de 13 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor II, na Função Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BRUNA JUSTINE KOTOVICZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225734

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARILENE LUZIA PAGANI

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora MARILENE LUZIA PAGANI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.373 de 20 de fevereiro de 2017 no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARILENE LUZIA PAGANI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224795

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

VERIDIANE APARECIDA DE MELO

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Srª. VERIDIANE APARECIDA DE MELO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.334 de 21 de junho de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

VERIDIANE APARECIDA DE MELO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225684

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GEZAMILE ALVES CANDIDO

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora GEZAMILE ALVES CANDIDO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.339 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GEZAMILE ALVES CANDIDO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224821

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LEOSIR FERREIRA DE SOUZA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. LEOSIR FERREIRA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.427 de 13 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor II, na Função Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEOSIR FERREIRA DE SOUZA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225623

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VÂNIA DE FÁTIMA CÂNDIDO SCHAFASCHECK

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora VÂNIA DE FÁTIMA CÂNDIDO SCHAFASCHECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.234 de 11 de janeiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VÂNIA DE FÁTIMA CÂNDIDO SCHAFASCHECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224775

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.241 de 23 de abril de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225706

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TIAGO LOPES RODRIGUES

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. TIAGO LOPES RODRIGUES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.348 de 13 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TIAGO LOPES RODRIGUES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225670

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.322 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224809

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ENI DE FÁTIMA MACHOVSKI

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ENI DE FÁTIMA MACHOVSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.398 de 23 de julho de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ENI DE FÁTIMA MACHOVSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225730

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RICARDO ARTEN

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RICARDO ARTEN, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.372 de 20 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor VIII, na Função Professor de Geografia, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RICARDO ARTEN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225105

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.118 de 08 de fevereiro de 2018, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5B na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista “Profª. Zilka de França Hasselmann”, Regime Estatutário – Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225726

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.370 de 20 de fevereiro de 2017, no cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225728

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ROGÉRIO JORGE SCARPIM, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.371 de 20 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROGÉRIO JORGE SCARPIM

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225717

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.354 de 14 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225686

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDRIELE MAINARA FRANÇA

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ANDRIELE MAINARA FRANÇA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.342 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANDRIELE MAINARA FRANÇA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225075

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. DANIELA RAMOS SCHLICKMANN, nomeada pelo Decreto nº 11.710 de 19 de dezembro de 2018 ao Cargo Público efetivo para exercer a Função de Assistente Social, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224780

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA LUIZA DE LIMA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ANA LUIZA DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.262 de 02 de maio de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA LUIZA DE LIMA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225048

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr^a. SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.470 de 12 de setembro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225718

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.355 de 14 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224777

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER, nomeada pelo Decreto nº 11.261 de 02 de maio de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISELI DE FÁTIMA RODRIGUES FISCHER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225127

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.343 de 26 de junho de 2018, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”, Regime Estatutário, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225110

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.240 de 19 de abril de 2018, no Cargo de Provimento em Comissão de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, Código 06 do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pelas Leis Complementares Municipais nº 015 e nº 016 de 16 de dezembro de 2003 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225697

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. TAIS APARECIDA ODIA UHLIG, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.346 de 13 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor VII, para exercer a Função de Professor de Ciências, Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225079

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLEBER ROTTER

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor CLEBER ROTTER, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.499 de 24 de setembro de 2018 ao Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III, Regime Estatutário, Nível 5A, Sub-Nível 51A Referência A, Categoria Funcional ANIS – Atividades de Nível Intermediário Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLEBER ROTTER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224820

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VALDIANE APARECIDA FUCKNER

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. VALDIANE APARECIDA FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.426 de 13 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor III, na Função Professor de Artes, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VALDIANE APARECIDA FUCKNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225645

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EMELYN SORAYA EHLKE

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. EMELYN SORAYA EHLKE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.319 de 07 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EMELYN SORAYA EHLKE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225054

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

IVO LEHNERT

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao Senhor IVO LEHNERT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.483 de 18 de setembro de 2018 no Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, para atuar no Bairro Belo Horizonte, Regime Estatutário Nível 2A, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

IVO LEHNERT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224807

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUSAN STUY

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. SUSAN STUY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.394 de 20 de julho de 2018, no Cargo Público de Fiscal, na Função de Fiscal de Tributos Municipais, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas do §2º Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SUSAN STUY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225060

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SILVIA RAFAELE KERSCHER

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SILVIA RAFAELE KERSCHER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.506 de 02 de outubro de 2018, no Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa, valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas/aulas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º e do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SILVIA RAFAELE KERSCHER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225687

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10343 de 13 de fevereiro de 2017, ao cargo Público de Professor IX – na função de Professor de História, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225690

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA NOGUEIRA DE LIMA

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIA NOGUEIRA DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.344 de 13 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA NOGUEIRA DE LIMA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225683

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIAS

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.340 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIAS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225638

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LEONICE IOHANSON

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LEONICE IOHANSON, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.304 de 06 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEONICE IOHANSON

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225103

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BEATRIS KUIASKI

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora BEATRIS KUIASKI nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.063 de 01 de fevereiro de 2018, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Código 08, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BEATRIS KUIASKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224790

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUCIELLI MOREIRA GARCIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JUCIELLI MOREIRA GARCIA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.306 de 06 de junho de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JUCIELLI MOREIRA GARCIA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224818

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DANIELA LUDWINSKY

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. DANIELA LUDWINSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.424 de 13 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor II, na Função Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DANIELA LUDWINSKY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225712

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SONIA BERNADO CORDEIRO

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SONIA BERNADO CORDEIRO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.353 de 14 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor IV, na Função Professor de Inglês, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SONIA BERNADO CORDEIRO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225678

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.329 de 08 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225679

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DINACIR GERTLER DREVECK

Aos nove dias do mes de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. DINACIR GERTLER DREVECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.334 de 09 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DINACIR GERTLER DREVECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225658

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA

Aos sete dias do mes de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.325 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225049

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU, nomeada pelo Decreto nº 11.458 de 03 de setembro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLAUDINÉIA GONÇALVES DE ABREU

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224771

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA SOFIA CUBAS MACHADO

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIA SOFIA CUBAS MACHADO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.226 de 09 de abril de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, "Piso Nacional", Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA SOFIA CUBAS MACHADO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224819

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCELE WEITNER

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARCELE WEITNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.425 de 13 de agosto de 2018, no Cargo Público de Professor III, na Função Professor de Artes, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCELE WEITNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225754

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FLAVIA BIANCA DE LIMA

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. FLAVIA BIANCA DE LIMA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.391 de 01 de março de 2017 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FLAVIA BIANCA DE LIMA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225652

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.321 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225724

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.365 de 16 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224797

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA, nomeada pelo Decreto nº 11.339 de 26 de junho de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225071

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOÃO PEDRO CARVALHO FIGUEIREDO

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JOÃO PEDRO CARVALHO FIGUEIREDO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.644 de 17 de dezembro de 2018 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional IV, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANI – Atividades de Nível Intermediário, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

O Servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, Incisos I, II, III, § 2º do Artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOÃO PEDRO CARVALHO FIGUEIREDO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225072

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ESTER DE OLIVEIRA

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ESTER DE OLIVEIRA, nomeada pelo Decreto nº 11.149 de 05 de março de 2018 ao Cargo Público efetivo para exercer a Função de Assistente Social, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ESTER DE OLIVEIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225069

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VIVIANA APRECIDA BUENO

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. VIVIANA APARECIDA BUENO, nomeada pelo Decreto nº 11.590 de 20 de novembro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VIVIANA APARECIDA BUENO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224792

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUCIELLI MOREIRA GARCIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JUCIELLI MOREIRA GARCIA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.306 de 06 de junho de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JUCIELLI MOREIRA GARCIA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225633

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.265 de 26 de janeiro de 2017 ao Cargo Público Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, no cargo de Odontólogo I, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O Servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225740

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN MILCZEVSKI

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SUELEN MILCZEVSKI, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.379 de 21 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor VI, na Função Professor de Matemática, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SUELEN MILCZEVSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225694

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. TAIS APARECIDA ODIA UHLIG, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.346 de 13 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor VII, para exercer a Função de Professor de Ciências, Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TAIS APARECIDA ODIA UHLIG

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225704

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIELA ELENITA TURECK

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. GABRIELA ELENITA TURECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.347 de 13 de fevereiro de 2017, no cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GABRIELA ELENITA TURECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225138

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.574 de 08 de novembro de 2018, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Regime Estatutário, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225107

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, nomeada pelo Portaria Municipal nº 15.348 de 13 de março de 2018, com efeitos a partir de 13 de março de 2018, no Cargo de Secretária Municipal de Finanças "Interina", pelo período em que a Secretária Municipal de Finanças Titular Sr. WYLLYAN FAGUNDES, encontrar-se em Gozo de Férias.

A nomeação do Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683/02, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, em Regime Jurídico Especial.

A Secretária ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Secretária nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225133

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PATRICK ONGHERO

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor PATRICK ONGHERO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.369 de 11 de julho de 2018, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, Código 11, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002,, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PATRICK ONGHERO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225692

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KETLYN DE PAULA CHAVES

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. KETLYN DE PAULA CHAVES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.345 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

KETLYN DE PAULA CHAVES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224800

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RENILDA DE FÁTIMA FERNANDES

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. RENILDA DE FÁTIMA FERNANDES, nomeada pelo Decreto nº 11.354 de 03 de julho de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RENILDA DE FÁTIMA FERNANDES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224810

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

CELINE FABIANE HINKE

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr^a. CELINE FABIANE HINKE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.330 de 18 de junho de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

CELINE FABIANE HINKE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225654

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.324 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225125

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA MARIA DOS SANTOS HERBST

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.297 de 28 de maio de 2018, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE AÇÕES BÁSICAS DA SAÚDE, Código 12, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002,, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA MARIA DOS SANTOS HERBST

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225067

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.566 de 05 de novembro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225129

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA FLÁVIA MARCINIACK

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ANA FLÁVIA MARCINIACK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.363 de 04 de julho de 2018, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO, Código 02, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012.

Em cumprimento ao as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002,, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA FLÁVIA MARCINIACK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225052

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

RAFAEL DE CARVALHO

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao Sr. RAFAEL DE CARVALHO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.482 de 17 de setembro de 2018, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, "Não Habilitado", Código P1, Nível 1, Referência A, "Piso Nacional" Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

RAFAEL DE CARVALHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225711

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

WILLIAM COTHOVISKY

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. WILLIAM COTHOVISKY, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.349 de 13 de fevereiro de 2017, no Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

WILLIAM COTHOVISKY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224812

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCELA JASTROMBEK DUARTE

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARCELA JASTROMBEK DUARTE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.399 de 23 de julho de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCELA JASTROMBEK DUARTE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225685

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANAIK SPERANDIO

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ANAIK SPERANDIO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.341 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANAIK SPERANDIO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224803

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDRESSA ALVES MARTINS

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ANDRESSA ALVES MARTINS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.355 de 03 de julho de 2018, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes "Não Habilitado", valor de vencimentos Código P1, Nível 1 Referência A Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANDRESSA ALVES MARTINS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224794

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VANESSA STAL BATISTA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. VANESSA STAL BATISTA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.287 de 21 de maio de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VANESSA STAL BATISTA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225057

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUIZA RIBEIRO DA SILVA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LUIZA RIBEIRO DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 11.498 de 24 de setembro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUIZA RIBEIRO DA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225722

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIEL ENGLER

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GABRIEL ENGLER, nomeado pelo Decreto nº 10.364 de 16 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo na Função de Instrutor de Música, Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GABRIEL ENGLER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224814

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.409 de 07 de agosto de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225688

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SILVANE RAMOS

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SILVANE RAMOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.323 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SILVANE RAMOS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225064

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RUDINEI MALINOVSKI

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor RUDINEI MALINOVSKI, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.536 de 17 de outubro de 2018, no Cargo Público Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, no Cargo Público e na Função de Engenheiro Civil, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, Incisos I, II, III, §2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RUDINEI MALINOVSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224806

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.390 de 18 de julho de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225709

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.350 de 13 de fevereiro de 2017 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224781

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVANDRO JOSÉ NOGUEIRA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor EVANDRO JOSÉ NOGUEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.263 de 02 de maio de 2018 ao cargo Público de exercer a função de Contador, Regime Estatutário, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas do artigo 31, incisos I, II, III § 2º e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal em Exercício e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EVANDRO JOSÉ NOGUEIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225677

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FLÁVIA RAQUEL STAHELIN

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. FLÁVIA RAQUEL STAHELIN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.326 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FLÁVIA RAQUEL STAHELIN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224787

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KERSTIN DUMS

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr^a. KERSTIN DUMS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.288 de 21 de maio de 2018, ao Cargo Público e exercer a Função de Odontóloga I, Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III, § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

KERSTIN DUMS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225131

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSIANE DOS SANTOS

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora JOSIANE DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.365 de 05 de julho de 2018, no Cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, Código 16 do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada e pela Lei Complementar Municipal nº 072 de 29 de dezembro de 2009 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II, III e § 2º do art. 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSIANE DOS SANTOS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225045

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LIRIANE FRIEDRICH STAHELIN

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LIRIANE FRIEDRICH STAHELIN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.444 de 22 de agosto de 2018 no Cargo Público e para exercer a Função de Atendente de Sala Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LIRIANE FRIEDRICH STAHELIN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225047

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TATIANE GARAY FIGUEIREDO FAGUNDES

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. TATIANE GARAY FIGUEIREDO FAGUNDES, nomeada pelo Decreto nº 11.459 de 03 de setembro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TATIANE GARAY FIGUEIREDO FAGUNDES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225055

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

ANA PAULA FERNANDES DEMÉTRIO DE CARVALHO

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr^a. ANA PAULA FERNANDES DEMÉTRIO DE CARVALHO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.490 de 20 de setembro de 2018, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Língua Inglesa, "Não Habilitado", Código P1, Nível 1, Referência A, "Piso Nacional" Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas/aula semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA FERNANDES DEMÉTRIO DE CARVALHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224783

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JANAINA GEWOROWSKI

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora JANAINA GEWOROWSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.270 de 09 de maio de 2018 ao Cargo Público Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, no Cargo Público e na Função de Assistente Social I, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas incisos I, II e III, § 2º do artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JANAINA GEWOROWSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225648

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JULIANE FERNANDES

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JULIANE FERNANDES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.320 de 07 de fevereiro de 2017, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JULIANE FERNANDES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225615

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MAYARA DE FÁTIMA SCHLOEGL

Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MAYARA DE FÁTIMA SCHLOEGL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.609 de 02 de Fevereiro de 2016 ao Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MAYARA DE FÁTIMA SCHLOEGL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225062

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOVANE ALVES DA ROCHA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JOVANE ALVES DA ROCHA, nomeada pelo Decreto nº 11.531 de 16 de outubro de 2018, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOVANE ALVES DA ROCHA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224788

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GISELI HIRT FERREIRA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GISELI HIRT FERREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.290 de 22 de maio de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISELI HIRT FERREIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225050

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**TERMO DE POSSE****MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ**

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse a Sr^a. MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.481 de 17 de setembro de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225066

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE****PRICILA BRANCO KRZESINSKI**

Aos vinte dias e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. PRICILA BRANCO KRZESINSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.547 de 23 de outubro de 2018, no Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, "Não Habilitado", Código P1, Nível 1, Referência A, "Piso Nacional" Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas/aula semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PRICILA BRANCO KRZESINSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2224772

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ODILA ANTUNES

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ODILA ANTUNES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.238 de 19 de abril de 2018, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ODILA ANTUNES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225099

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GILCIANE FERRARI

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.035 de 16 de janeiro de 2018, GILCIANE FERRARI, no cargo de Coordenadora de Turismo, Regime Jurídico Especial, Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GILCIANE FERRARI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2225082

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLOS ROBERTO QUOST

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. CARLOS ROBERTO QUOST, nomeado pelo Decreto Municipal nº 11.126 de 11 de novembro de 2019 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, com vencimentos Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas, incisos I, II, III do § 2º do artigo 31e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO QUOST
Servidor Público Municipal

Campo Erê

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 58/2016

Publicação Nº 2224413

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2016

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.836.739/0001-26, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One, Cidade Monções, São Paulo – CEP: 04.571-010, representada neste ato, por seus sócios administradores, Sr. Paulo Sérgio Scaff de Napoli, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.339.073-9/SSP/SP e inscrito no CPF-MF sob o nº 093.159.808-75 e Sr. Ricardo Zani Santoro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.796.444/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.154.448-89, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 058/2016, oriundo do Processo de Licitação nº 1910/2016 modalidade Tomada de Preços nº 12/2016, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 058/2016, para até 07/11/2020, com vigência a partir de 07/11/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 06 de novembro de 2019.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA CNPJ 03.836.739/0001-26 CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

Leonice De Fatima Comin CPF nº 991.321.509-97	Maiara Bombieri CPF nº 097.736.049-00
--	--

Visto da assessoria jurídica
MATHEUS BRUNO POLI VALGOI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 54.780

PREGÃO PRESENCIAL 47/2019

Publicação Nº 2225500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1378/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora, Sr. Elizandra da Silva, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2019, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as

propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1378/2019 na modalidade de Pregão Presencial Nº 47/2019, tipo menor Menor preço - Unitário por Item para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07h:00 às 13h:00min e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 12 de novembro de 2019. Clezio Comonelo – Pregoeiro Oficial / ELIZANDRA DA SILVA, Gestora do Fundo Municipal de saúde.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 007/2019

Publicação Nº 2224559

CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ/SC

CONTRATO Nº 007/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ
CNPJ: 07.903.173/0001-69
Contratada: GILVAN FERREIRA DA SILVA 05845417910 (ART&COR PINTURAS)
CNPJ: 17866058000115

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê, incluindo o fornecimento de material e a pintura de paredes internas da galeria de ex-Presidentes, sala do Presidente, sala do departamento jurídico, saguão/recepção, cozinha, sala do departamento contábil e sala da administração, assim como a substituição dos rodapés de madeira por cerâmico e a colocação de placas de PVC 3D para acabamento frontal do palco do auditório.

Valor total: Dispensa de Licitação 005/2019 soma a importância de R\$ R\$ 6.652,92 (seis mil e seiscentos e cinquenta e dois reais noventa e dois centavos).

Vigência: 07 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019..

Signatários: pela Contratante: Robson Ramos – Presidente e pela Contratada: GILVAN FERREIRA DA SILVA.

Campo Erê/SC, 07 de novembro de 2019.

Robson Ramos – Presidente da Câmara de Vereadores

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.431/19 DE 12/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2225520

DECRETO Nº 8.431/19 DE 12/11/2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 451.007,36 (Quatrocentos e cinquenta e um mil e sete reais e trinta e seis centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052- Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde

Elementos de despesa: 69- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0033.000105- Aplicações Diretas R\$ 451.007,36

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, convênios com União/ Saúde, no montante de R\$ 451.007,36.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº710/2019

Publicação Nº 2225043

PORTARIA Nº 710/19 DE 22/02/2019
NOMEIA JOÃO PAULO PADILHA, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear JOÃO PAULO PADILHA, aprovado (a) em Concurso Público, na forma do Edital nº 002/2018, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Fevereiro de 2019.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Fevereiro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

ATA DE RG 68/2019 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2225768

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 147/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2019**

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 92/2019, Processo Licitatório nº. 147/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9093	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	93
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	8, 12, 18, 19, 21, 23, 24, 27, 29, 36, 40, 76, 130, 139, 159, 167, 170, 171, 174, 176, 178, 198, 201, 209, 219
11013	CONSTRUCOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI	2, 5, 7, 13, 25, 26, 32, 34, 39, 41, 45, 47, 49, 50, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 80, 81, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 98, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 128, 134, 135, 136, 140, 143, 144, 146, 150, 151, 153, 157, 161, 164, 166, 168, 169, 181, 182, 187, 189, 197, 202, 203, 204, 207, 208, 213, 214, 216
12030	E. CARMINATTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	82, 83, 110, 116, 137, 152
11998	ELTON LUIZ MADEIRA ME	
12409	HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	
7309	INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	42, 43, 46, 48, 54, 58, 74, 77, 79, 84, 109, 111, 131, 132, 145, 196, 217
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	31, 206
6187	JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	1, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 28, 30, 33, 35, 37, 38, 44, 51, 52, 53, 55, 61, 64, 65, 66, 67, 73, 78, 87, 91, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 108, 113, 122, 127, 129, 133, 138, 141, 142, 147, 155, 156, 158, 172, 173, 175, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 205, 210, 211, 212, 215
11204	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	92, 96, 114, 117, 119, 120, 121, 148, 154, 160, 162, 163, 165, 218
12010	QUIMICASOL EIRELI EPP	
12224	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	
12378	RODO VIAS TINTAS E SINALIZACAO VIARIA EIRELI	149
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	
12410	SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	07.156.840/0001-97	LEANDRO CRESCENCIO	077.116.129-82
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	07.955.338/0001-46	CLAITON DENIS FERREIRA DA SILVA	679.129.909-68
CONSTRUCOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI	18.370.317/0001-85	ALTAIR JOSE GRANZOTTO	729.997.649-87
E. CARMINATTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	15.826.289/0001-70	EDSON LUIZ CARINATI	718.899.819-15
ELTON LUIZ MADEIRA ME	27.666.061/0001-49		
HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	34.377.295/0001-31	HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	088.867.619-02
INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	02.704.339/0001-02	JOSE DIRCEU BEVILAQUA	019.028.709-80
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	01.276.119/0001-54	LUCAS VICTOR KRUTZMANN	097.903.899-57
PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTR	21.563.856/0001-45	LUIZ CARLOS PAGGI	569.098.459-00
QUIMICASOL EIRELI EPP	06.943.501/0001-98		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	33.159.725/0001-86	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA	082.131.159-02
RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI	11.607.641/0001-25		
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC 07.038.642/0001-29		REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28
SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	28.040.796/0001-25		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6187 - JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FITA DUPLA FACE 12X10MM	UN	nove54	18,000	5,1000	91,80
3	FIO PARALELO 2X2.5MM	M	uniflex	400,000	1,3500	540,00
4	INTERRUPTOR DE EMBUTIR	UNI	mec tronic	40,000	2,9800	119,20
6	CABO FLEXIVEL 2,5 MM AZUL	UN	tek fio	400,000	0,7900	316,00
9	DISJUNTOR DIN 32 A MONOFÁSICO	UN	brasiletec	23,000	5,1000	117,30
10	DISJUNTOR DIN 40 A MONOFÁSICO	UN	brasiletec	8,000	6,2800	50,24
11	DISJUNTOR DIN 50 A MONOFÁSICO	UN	brasiletec	8,000	6,2800	50,24
14	BUCHA DE FIXAÇÃO NYLON 6MM	UN	plast	150,000	0,0200	3,00
15	BUCHA DE FIXAÇÃO NYLON 8MM	UN	plast	150,000	0,0400	6,00
16	BUCHA DE FIXAÇÃO TIPO FU 10MM	UN	vonder	150,000	0,1000	15,00
17	BUCHA DE FIXAÇÃO TIPO FU 6MM	UN	vonder	150,000	0,0700	10,50
20	CABO FLEXÍVEL 4MM PRETO	M	tek fio	300,000	1,1800	354,00
22	CABO FLEXÍVEL 6MM AZUL	M	tek fio	250,000	1,7700	442,50
28	CHUVEIRO ELÉTRICO 5400W 3 ESTAÇÕES	UN	zagonel	25,000	20,9000	522,50
30	FILTRO DE LINHA CLAMPER 5 TOMADAS 2P+T COM BOTÃO ON/OFF	UN	liege	25,000	18,8500	471,25
33	KIT 01 ARMAÇÃO SECUNDARIA 2X2 + 02 ROLDANAS DE PORCELANA + 02 PARAFUSOS GALV COM PORCAS E ARRUELAS	UN	jandrigues	40,000	28,0000	1.120,00
35	KIT 01 COLUNA LAVATÓRIO SANITÁRIO DE LOUÇA BRANCA + CUBA SIMPLES DE LOUÇA BRANCA + 01 VÁLVULA EM METAL + 01 TORNEIRA LAVATÓRIO FIXA DE METAL	UN	logasa	10,000	135,0000	1.350,00
37	MANGUEIRA CORRUGADA FLEX 1/2	M	boos	45,000	0,4500	20,25
38	MANGUEIRA CORRUGADA FLEX 3/4	M	boos	45,000	0,4900	22,05
44	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	mec tronic	27,000	4,8500	130,95
51	FLANGE PARA CAIXA D" AGUA 25MM	UN	akato	5,000	4,5000	22,50
52	FLANGE PARA CAIXA D"AGUA 20MM	UN	akato	5,000	4,2000	21,00
53	VEDA ROSCA 18MMX50M	UN	nove54	30,000	2,9000	87,00
55	CAIXA 2x4 DE EMBUTIR PLÁSTICO	UN	jef	30,000	0,3600	10,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

Fornecedor: 6187 - JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
61	ESTUPE - LIGAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO	UN	akato	10,000	1,2500	12,50
64	JOELHO 90º SOLD. COM BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2"	UN	akato	30,000	1,9900	59,70
65	JOELHO 90º SOLD. COM BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2"	UN	akato	30,000	1,4800	44,40
66	JOELHO 90º SOLD. COM BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4"	UN	akato	30,000	1,9900	59,70
67	JOELHO 90º SOLD. COM BUCHA DE LATÃO 32 X 3/4"	UN	akato	30,000	1,6900	50,70
73	MECANISMO DE CAIXA COPLADA COMPLETO UNISVERSAL	UN	blukit	10,000	50,8000	508,00
78	REGULADOR DE GÁS	UN	aliança	8,000	12,4000	99,20
87	VÁLVULA PIA AMERICANA 3 - 1/2	UN	akato	10,000	8,5000	85,00
91	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL 1,5 LONGO METROS.	UN	akato	12,000	6,8500	82,20
95	PREGO 18X30	KG	trefix	145,000	7,9000	1.145,50
97	PREGO 13X15	KG	trefix	80,000	9,5000	760,00
99	PRGO 19X39	KG	trefix	145,000	8,0000	1.160,00
100	PREGO COM CABEÇA 17X27	KG	trefix	145,000	7,8000	1.131,00
101	PREGO 16X24	KG	trefix	80,000	8,0000	640,00
104	TORNEIRA JARDIM 1/2	UN	herc	13,000	1,9500	25,35
108	PREGO 22X44	KG	trefix	80,000	8,9500	716,00
113	MASSA DE CALEFETAR 500GR	UN	carflex	10,000	6,4500	64,50
122	TORNEIRA 20MM METAL PARA PIA WC	UN	kala	15,000	29,0000	435,00
127	BUCHA DE FIXAÇÃO 8MM	UN	plast	150,000	0,0300	4,50
129	CAIXA DE GRAMPO COM 20UNI	UN	ribeiro	28,000	1,4900	41,72
133	ENGATE FLEXIVEL DE PVC 60CM	UN	nove54	25,000	3,2900	82,25
138	PISO VINILICO 0,7MM COM INSTALAÇÃO	M2	jv	100,000	21,9900	2.199,00
141	SERROTE UNIVERSAL	UN	nove54	4,000	22,9000	91,60
142	TUBO PARA ESGOTO 100M	M	akato	100,000	4,9900	499,00
147	ESPÁTULA AÇO INOX COM CABO PLÁSTICO	UN	vonder	5,000	3,5000	17,50
155	PINCEL DE CERDAS BRANCAS 1/2"	UN	nove54	6,000	1,2900	7,74
156	PINCEL CERDAS BRANCAS 3"	UN	nove54	6,000	6,9500	41,70
158	PINCEL CERDAS PRETAS 3"	UN	nove54	6,000	4,0000	24,00
172	POSTE CONCRETO 07 METROS MONOFÁSICO 2 CAIXAS COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	cimecom	30,000	1.319,0000	39.570,00
173	POSTE CONCRETO 07 METROS MONOFÁSICO 3 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	cimecom	10,000	1.447,0000	14.470,00
175	POSTE CONCRETO 08 METROS BIFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	cimecom	8,000	1.327,0000	10.616,00
177	POSTE CONCRETO 08 METROS MONOFÁSICO 2 CAIXAS COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	cimecom	8,000	1.397,0000	11.176,00
179	CONECTOR PIERCING 10	UN	intelli	400,000	4,2000	1.680,00
180	CAIXA DE DESCARGA SUSPensa COM ENGATES E CORDA DE ACIONAMENTO NA COR BRANCA	UNI	alumasa	10,000	19,4500	194,50
183	PARAFUSO AUTO ATACHANTE CABEÇA CHATA - FENDA 2,9 X 6,5	UN	ciser	150,000	0,0600	9,00
184	PARAFUSO ROSCA MÉTRICA SOBERBA SEXTAVADA 1/4 X 30	UN	ciser	150,000	0,1900	28,50
185	PARAFUSO ROSCA MÉTRICA SOBERBA SEXTAVADA 1/4 X 55	UN	ciser	150,000	0,2000	30,00
186	PARAFUSO ROSCA MÉTRICA SOBERBA SEXTAVADA 3/6 X 55	UN	ciser	150,000	0,2000	30,00
188	PREGO 12X12	KG	trefix	145,000	9,8000	1.421,00
190	TOMADA DE SOBREPOR	UN	mec tronic	53,000	3,5000	185,50
191	TOMADA COM INTERRUPTOR DE EMBUTIR	UN	mec tronic	27,000	7,0000	189,00
192	TOMADA COM INTERRUPTOR DE SOBREPOR	UN	mec tronic	53,000	6,0000	318,00
193	TOMADA SISTEMA X	UN	mec tronic	15,000	4,7000	70,50
194	MANGUEIRA PARA GAS	M	boos	10,000	3,1900	31,90
195	PARAFUSO PARA VASO SANITARIO	UN	liege	30,000	0,9900	29,70
199	PLACA CEGA	UN	mec tronic	20,000	1,2900	25,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

Fornecedor: 6187 - JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
200	LAMPADA LED 9W	UN	kian	100,000	4,4000	440,00
205	FECHADURA EXTERNA SIMPLES DE FERRO DE EMBUTIR	UN	soprano	10,000	27,9900	279,90
210	INTERRUPTOR DE SOBREPOR	UN	mec tronic	40,000	2,6800	107,20
211	ADAPTADOR TOMADA BEIJAMIN BOB 3 PINOS P/2 10 E 20A,	UN	es plug	20,000	1,9900	39,80
212	CANAleta SISTEMA X LARGA 5CM	M	ilumi	30,000	12,0000	360,00
215	CONECTOR DE DERIVAÇÃO CUNHA DE ALUMÍNIO	UN	intelli	180,000	2,9900	538,20

Fornecedor: 7309 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	TEE 20MM	UNI	KRONA	23,000	0,3500	8,05
43	TEE 25MM	UNI	KRONA	23,000	0,4500	10,35
46	LUVA SOLDÁVEL 20MM	PÇ	KRONA	30,000	0,2500	7,50
48	LUVA SOLD. LR 25 X 3/4	PÇ	KRONA	30,000	0,5400	16,20
54	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA COM REGISTRO 25MM	UN	KRONA	10,000	6,8000	68,00
58	CURVA 45º SOLDÁVEL 25MM	UN	KRONA	30,000	1,8000	54,00
74	RALO PLÁSTICO 10X10 PARA WC	UN	FORTLEV	10,000	4,7000	47,00
77	REGISTRO VS SOLDÁVEL 25MM	UN	KRONA	10,000	3,9900	39,90
79	TEE ESGOTO 100X100	UN	KRONA	15,000	5,1000	76,50
84	TORNEIRA PLÁSTICA 15CM 1/2	UN	HERC	13,000	3,0000	39,00
109	BARRA DE FERRO 1/4 - 12 METROS	UN	ARCELOR MI	150,000	14,2800	2.142,00
111	BARRA DE FERRO 4,2MM - 12 METROS	UN	ARCELOR MI	150,000	6,4500	967,50
131	CUMEEIRA ARTICULADA 4MM	PAR	ISDRALIT	800,000	8,1500	6.520,00
132	CUMEEIRA UNIVERSAL 6MM	UN	ISDRALIT	700,000	22,4500	15.715,00
145	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 4MM 2,44 X 0,50	UN	ISDRALIT	3.000,000	10,8500	32.550,00
196	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITARIO CERA COM GUIA	UNI	BLUKIT	20,000	4,7000	94,00
217	SILICONE BISNAGA 100 GMS INCOLOR	UN	WORKER	18,000	9,5000	171,00

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
93	BRITA No 01	M3		265,000	57,0000	15.105,00

Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	DISJUNTOR DIN 20 A MONOFÁSICO	UN	SIBRATEC	23,000	5,0000	115,00
12	DISJUNTOR DIN 16 A MONOFÁSICO	UN	SIBRATEC	25,000	5,1500	128,75
18	CABO FLEXÍVEL 2,50MM VERDE	M	TEKFIO	100,000	0,7500	75,00
19	CABO FLEXÍVEL 4MM AZUL	M	TEKFIO	300,000	1,1900	357,00
21	CABO FLEXÍVEL 4MM VERDE	M	TEKFIO	100,000	1,1900	119,00
23	CABO FLEXÍVEL 6MM PRETO	M	TEKFIO	250,000	1,6000	400,00
24	CABO FLEXÍVEL 6MM VERDE	M	TEKFIO	100,000	1,7900	179,00
27	CABO MULTIPLEXADO 4x10	M	NEO ALUMINI	700,000	3,7500	2.625,00
29	DISJUNTOR DIN 25A MONOFÁSICO	UN	SIBRATEC	23,000	5,1500	118,45
36	LÂMPADA DE EMERGÊNCIA COM ALÇA RETRATIL PLUG CERTIFICADO PELO IMETRO, LEDS SMD DE ALTO BRILHO, BATERIA DE LÍTIO 3,7V 1.000MAH	UN	SEGURIMAX	5,000	12,2500	61,25
40	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM PRETO	M	TEKFIO	400,000	0,7500	300,00
76	REGISTRO VS SOLDÁVEL 20MM	UN	LIEGE	10,000	2,6600	26,60
130	CANAleta PVC 20X10X10	UN	PERLEX	30,000	3,4000	102,00
139	PREGO TELHEIRO 18/27	KG	WORKER	180,000	12,3000	2.214,00
159	RIPA DE PINUS 1" X 2" X 3 MTR	M	PINUS	1.500,000	0,9600	1.440,00
167	RODAPÉ ESTREITO DE PINUS	M	PINUS	200,000	3,2500	650,00
170	POSTE CONCRETO 07 METROS BIFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	14,000	1.320,0000	18.480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
171	POSTE CONCRETO 07 METROS MONOFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	40,000	1.015,0000	40.600,00
174	POSTE CONCRETO 07 METROS TRIFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	10,000	1.330,0000	13.300,00
176	POSTE CONCRETO 08 METROS MONOFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	10,000	1.147,0000	11.470,00
178	POSTE CONCRETO 08 METROS MONOFÁSICO 3 CAIXAS COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	6,000	1.794,0000	10.764,00
198	ALÇA PREFORMADA P/CABO MULTIPLEX 10MM	PÇ	STEELL LOOF	350,000	1,8400	644,00
201	ISOLADOR DE CABO ELÉTRICO PITO PIMENTÃO DE PORCELANA	UN	MANPLEX	100,000	4,0500	405,00
209	LAMPADA LED TUBULAR 120CM, 18 WATTS	UN	LED IMPORT	50,000	11,9900	599,50
219	POSTE CONCRETO 07 METROS MONOFÁSICO 1 CAIXA COM HASTE E CAIXA ATERRAMENTO, COM INSTALAÇÃO INTERNA COMPLETA, PADRÃO ELÉTRICO CONFORME NORMATIVA DA CELESC.	UN	JOIARTE	13,000	1.015,0000	13.195,00

Fornecedor: 10467 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	FIO PARALELO 2X2MM	M	FLEXSUL	300,000	1,3900	417,00
206	FUNDO PREPARADOR ACRÍLICO LATA 18L	UN	TINSUL	70,000	67,0000	4.690,00

Fornecedor: 11013 - CONSTRUÇOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CORDA POLIÉSTER 10MM MULTIFILAMENTO	M	Rio Verde	151,000	0,9700	146,47
5	FITA ISOLANTE 20 METROS	UN	Foxlux	20,000	3,2500	65,00
7	DISJUNTOR DIN 10 A MONOFÁSICO	UN	Mectronic	25,000	4,9000	122,50
13	BUCHA DE FIXAÇÃO NYLON 10MM	UN	Usaf	150,000	0,0500	7,50
25	CABO MULTIPLEXADO 2x10	M	Megatron	1.000,000	1,7800	1.780,00
26	CABO MULTIPLEXADO 3x10	M	Megatron	900,000	2,9500	2.655,00
32	KIT 01 ARMAÇÃO SECUNDARIA 1X1 + 01 ROLDANA DE PORCELANA + 01 PARAFUSO GALV COM PORCAS E ARRUELAS	UN	Megatron	50,000	15,8500	792,50
34	KIT 01 ARMAÇÃO SECUNDARIA 3X3 + 03 ROLDANAS DE PORCELANA + 03 PARAFUSOS GALV COM PORCAS E ARRUELAS	UN	Megatron	20,000	40,7000	814,00
39	SUPORTE UNIVERSAL PARA ROLO DE PINTURA	UN	Roma	6,000	3,9500	23,70
41	ENGATE FLEXIVEL 30CM	UNI	Alumasa	20,000	1,9500	39,00
45	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO PLÁSTICA	UN	Herc	13,000	5,9000	76,70
47	JOELHO 90º SOLD. 20MM	PÇ	Fortlev	30,000	0,2200	6,60
49	JOELHO 90º LR 20 X 1/2	PÇ	Fortlev	30,000	0,7500	22,50
50	TUBO DE ESGOTO 40mm	M	Fortlev	50,000	2,1500	107,50
56	CAIXA D'AGUA 250 LITROS	UN	Fortlev	5,000	144,8000	724,00
57	CURVA 45º SOLDÁVEL 20MM	UN	Fortlev	30,000	1,6900	50,70
59	CURVA 90º SOLDÁVEL 20MM	UN	Fortlev	30,000	1,3200	39,60
60	CURVA 90º SOLDÁVEL 25MM	UN	Fortlev	30,000	1,8400	55,20
62	JOELHO 45º SOLDÁVEL 20MM	UN	Fortlev	30,000	0,3400	10,20
63	JOELHO 45º SOLDÁVEL 25MM	UN	Fortlev	30,000	0,5800	17,40
68	JOELHO 90º SOLD. COM ROSCA 20 X 1/2"	UN	Fortlev	30,000	0,7500	22,50
69	JOELHO 90º SOLD. COM ROSCA 25 X 1/2"	UN	Fortlev	30,000	1,1200	33,60
70	JOELHO 90º SOLD. COM ROSCA 25 X 3/4"	UN	Fortlev	30,000	1,2000	36,00
71	JOELHO REDUÇÃO 90º SOLD 25 X 20	UN	Fortlev	30,000	0,4800	14,40
72	LUVA SOLD./ROSC 20 X 1/2	UN	Fortlev	30,000	0,5000	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

Fornecedor: 11013 - CONSTRUÇOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
75	REGISTRO 20MM METAL PARA CHUVEIRO	UN	Rainha	10,000	29,9000	299,00
80	TEE ESGOTO 100X50	UN	Fortlev	15,000	5,4500	81,75
81	TEE ESGOTO 100X75	UN	Fortlev	15,000	6,2400	93,60
85	TUBO SOLD. AGUÁ FRIA 20MM	M	Fortlev	170,000	1,4800	251,60
86	TUBO SOLD. AGUÁ FRIA 25MM	M	Fortlev	150,000	1,6200	243,00
88	VÁLVULA PARA PIA WC	UN	Astra	10,000	2,4900	24,90
89	VASO SANITÁRIO LOUÇA - COR BRANCA	UN	Deca	18,000	97,5000	1.755,00
90	VASO SANITÁRIO PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, CAIXA ACLOPADA + MECÂNISMO INTERNO DA CAIXA + PARAFUSOS SANITÁRIO LATÃO, ASSENTO ADAPTADO COM TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO BRANCO COM KIT DE INSTALAÇÃO INCLUSO	UN	Deca	5,000	408,0000	2.040,00
94	CIMENTO SACA 50KG	UNI	Supremo	700,000	25,6000	17.920,00
98	CAL HIDRATADO SC 20 KG	UNI	Cibracal	80,000	8,7500	700,00
102	BROXAS GRANDE	UNI	Atlas	10,000	3,9500	39,50
103	PISO 40 X 40	M2	Karina	300,000	11,7500	3.525,00
105	CAL FINO 18 KG	SC	São Sebastião	80,000	11,2400	899,20
106	JOELHO 90 SOLD. 25 MM	UN	Fortlev	30,000	0,2900	8,70
107	MEIA CANA DE PVC	M	Fortplast	400,000	3,1500	1.260,00
112	COLA DE CANO - ADESIVO PLÁSTICO PVC (COLA DE SOLDAGEM A FRIJO) 50G	UN	Amazonas	20,000	2,9900	59,80
115	PORTA EXTERNA PINUS 70CM - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	Grando	10,000	285,0000	2.850,00
118	PORTA INTERNA PINUS 80CM - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	Grando	25,000	157,0000	3.925,00
123	ACABAMENTO DE OVC INT/EXT	M	Plasbil	300,000	2,7000	810,00
124	ARGAMASSA COLANTE PARA ASSENTAR PISOS E AZULEJOS AC-I 20KG	UN	Inkor	50,000	8,1500	407,50
125	ARGAMASSA COLANTE PARA ASSENTAR PISOS E AZULEJOS AC-II 20KG	UN	Inkor	50,000	16,9000	845,00
126	ARGAMASSA COLANTE PARA ASSENTAR PISOS E AZULEJOS AC-III 20KG	UN	Inkor	30,000	23,9000	717,00
128	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 25X20	UN	Fortlev	20,000	0,2600	5,20
134	ESPELHO DE PINUS 15CM	M	Durli	800,000	5,0000	4.000,00
135	FENDA 3,5X19	UN	Jomarca	350,000	0,2300	80,50
136	FORRO DE PVC 8MM	M2	Versatil	500,000	11,9500	5.975,00
140	ROLO DE PINTURA DE LA SINTETICA ANTIRESPINGO	UN	Roma	6,000	5,9500	35,70
143	ESPIGÃO UNIVERSAL 6MM	UN	Isdralit	100,000	17,1500	1.715,00
144	PARAFUSO TELHEIRO 5/16 X 110	UN	Embrafix	1.170,000	0,3500	409,50
146	TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 5MM 2,44 X 1,10	UN	Isdralit	400,000	33,2000	13.280,00
150	TINTA ÓLEO 3,6L, DIVERSAS CORES	UN	Golden	75,000	39,9000	2.992,50
151	JANELAS DE FERRO BASCULANTE 0,40X0,60M	UNI	Metalnorte	23,000	22,3800	514,74
153	MATA JUNTA PINUS	M	Durli	700,000	0,9700	679,00
157	PINCEL CERDAS PRETAS 1/2"	UN	Roma	6,000	1,5000	9,00
161	RIPA DE PINUS 1" X 4" X 3 MTR	M	Durli	2.000,000	1,6900	3.380,00
164	RIPA DE PINUS 2" X 4" X 3 MTR	M	Durli	3.000,000	3,5000	10.500,00
166	RIPA DE PINUS 2" X 6" X 3 MTR	M	Durli	1.900,000	5,3500	10.165,00
168	TABUA DE PINUS 1" X 8" X 3" PLAINADA	M	Durli	300,000	3,6500	1.095,00
169	ARCO DE SERRA FIXO EM AÇO Acabamento com pintura eletrolítica na cor preta Cabo ergonômico injetado	UN	Lotus	6,000	9,5000	57,00
181	MARTELO TIPO UNHA CABO DE TUBULAR EMBORRACHADO	UN	Lotus	5,000	16,5000	82,50
182	PARAFUSO AUTO ATACHANTE CABEÇA CHATA - FENDA 3,5 X 6,5	UN	Jomarca	150,000	0,0300	4,50
187	PARAFUSO ROSCA MÉTRICA SOBERBA SEXTAVADA 3/16 X 30	UN	Jomarca	150,000	0,1500	22,50
189	LONA PLÁSTICA COMERCIAL PRETA	M2	Neoplastic	400,000	0,4000	160,00
197	LIXA AMARELA 120 E 220 GR	M	Atlas	120,000	2,7500	330,00
202	TORNEIRA BÓIA PARA CAIXA D'ÁGUA DN 1/2"	UN	Viqua	5,000	3,9500	19,75
203	TUBO DESCARGA LONGO	UN	Alumasa	10,000	7,0400	70,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/13
 Processo Nº.: 147/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

Fornecedor: 11013 - CONSTRUCOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
204	SOLVENTE 1 LT	L	Golden	45,000	8,8900	400,05
207	LUVA ESGOTO 100MM	UN	Fortlev	30,000	3,5000	105,00
208	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	UN	Afix	10,000	15,0000	150,00
213	CANTO INTERNO DE PVC NA COR BRANCA	M	Plasbil	195,000	2,5800	503,10
214	CANTONERA DE PVC PARA FORRO NA COR BRANCA	M	Plasbil	270,000	3,2000	864,00
216	CONJUNTO TOMADA SOBREPOR RJ45/CAT DE SOBREPOR	UN	Mectronic	25,000	14,0000	350,00

Fornecedor: 11204 - PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
92	AREIA MEDIA	M3	Vargeão	450,000	105,5000	47.475,00
96	ARAME RECOZIDO No18	KG	Arcilor	40,000	8,9000	356,00
114	PORTA DE FERRO 0,80 X 2,10 COM VIDRO NA PARTE SUPERIOR	UN	Gasparin	4,000	224,0000	896,00
117	PORTA INTERNA PINUS 70CM - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	Rio Jordão	10,000	157,0000	1.570,00
119	REJUNTE EMBALAGEM 1KG CINZA	UN	Ceramfix	15,000	2,5400	38,10
120	REJUNTE EMBALAGEM 1KG MARROM	UN	Ceramfix	15,000	2,5400	38,10
121	REJUNTE EMBALAGEM 1KG PRETA	UN	Ceramfix	15,000	2,5400	38,10
148	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 18L, CORES CLARAS	UN	Eucatex	55,000	146,0000	8.030,00
154	MEIA CANA PINUS	M	Durli	500,000	1,8900	945,00
160	RIPA DE PINUS 1" X 3" X 3 MTR	M	Durli	1.500,000	1,3000	1.950,00
162	RIPA DE PINUS 2" X 2" X 3 MTR	M	Durli	3.000,000	1,9700	5.910,00
163	RIPA DE PINUS 2" X 3" X 3 MTR	M	Durli	3.000,000	2,5500	7.650,00
165	RIPA DE PINUS 2" X 5" X 3 MTR	M	Durli	2.800,000	4,3500	12.180,00
218	AREIA MEDIA	M3	Vargeão	150,000	105,5000	15.825,00

Fornecedor: 12030 - E. CARMINATTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
82	TEE LR 20X1/2	UN	PLASTILIT	23,000	1,2400	28,52
83	TEE LR 25X1/2	UN	PLASTILIT	23,000	1,4000	32,20
110	BARRA DE FERRO 3/8 - 12 METROS	UN	GERDAU	150,000	33,5000	5.025,00
116	PORTA EXTERNA PINUS 80CM - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	GRANDO	25,000	275,0000	6.875,00
137	LAMINA DE AÇO PARA SERRA MANUAL	UN	NICHOLSON	23,000	4,5000	103,50
152	JANELA DE FERRO 1.00X1.20 COM VENEZIANA	UN	METALNORTE	20,000	205,0000	4.100,00

Fornecedor: 12378 - RODO VIAS TINTAS E SINALIZACAO VIARIA EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
149	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 3,6L, CORES CLARAS	UN		75,000	37,1500	2.786,25

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
CONSTRUCOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI	CNPJ: 18.370.317/0001-85	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 13/13
Processo Nº.: 147/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

E. CARMINATTI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	CNPJ: 15.826.289/0001-70	_____
ELTON LUIZ MADEIRA ME	CNPJ: 27.666.061/0001-49	_____
HENRIQUE TONIAL DAVOGLIO	CNPJ: 34.377.295/0001-31	_____
INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS DEVILA LTDA - ME	CNPJ: 02.704.339/0001-02	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	CNPJ: 01.276.119/0001-54	_____
PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUL	CNPJ: 21.563.856/0001-45	_____
QUIMICASOL EIRELI EPP	CNPJ: 06.943.501/0001-98	_____
RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86	_____
RODO VIAS TINTAS E SINALIZACAO VIARIA EIRELI	CNPJ: 11.607.641/0001-25	_____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	CNPJ: 07.038.642/0001-29	_____
SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	CNPJ: 28.040.796/0001-25	_____

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONVITE Nº PMC 02/2019

Publicação Nº 2225260

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CARTA CONVITE N.º PMC 02/2019

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 21/11/2019, às 13h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A PINTURA EXTERNA DO PORTAL DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARÁRIA CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato ou no site do município. Recebimento de propostas até as 13h30min do dia 21/11/2019. Informações (47) 3621-7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2225264

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/11/2019, às 08h20min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE ANEXO. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 26/11/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 116/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2224764

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 116/2019 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO Nº 116/2019 (Presencial), que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A VIGILÂNCIA PATRIMONIAL AFIM DE GARANTIR A SEGURANÇA DO BRITADOR MÓVEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CANOINHAS, PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2.019. Motivo: O britador móvel foi mudado de local, não sendo mais necessária a contratação. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito


PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 121/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2225194

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 121/2019 (Eletrônico)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO Nº 121/2019 (Eletrônico), que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS, SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS, CONFORME DESCRITO NESSE ANEXO. Motivo: Revogada devido ao impacto orçamentário-financeiro. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito



Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmtc.sc.gov.br/>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital
1583-8068-607

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO


Licitação: PR6/2019 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 24 PEÇAS DE GALERIA CELULAR TIPO "1", TB-45, COM ENTREGA E DESCARGA NAS LOCALIDADES DE RIO DA VEADA, SERRA DAS MORTES E RIO DOS PARDOS.

Fornecedor: 2104 - CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME		CPF/CNPJ: 78.527.645/0001-74		Valor total (R\$): 58.800,00	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)
11/11/2019	1	63904 - GALERIA CELULAR TIPO "1", TB-45	UNIDADE	24,00000	2.450,00000
				Valor total (R\$) 58.800,00	
				Total Adjudicado (R\$): 58.800,00	

Total de licitações adjudicadas: 1 **Total Geral Adjudicado (R\$): 58.800,00**

Winston Beyersdorff Lucchiari
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito



Fundo de Desenvolvimento Rural de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmtc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital
1541-4289-236

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO										
Licitação: PE05/2019			Modalidade: Pregão		Julgamento: Por item		Registro de preço: Sim		Controla quantidade: Sim	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DOSES DE SEMEN BOVINO DESTINADAS AO PROGRAMA DE INCENTIVO A PECUARIA LEITEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS.										
Fornecedor: 4435 - GENSUR BRASIL AGROPECUARIA LTDA										
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)				
11/11/2019	1	52127 - SEMEN DE TOURO DA RAÇA JERSEY, BW ACIMA DE 120	UNIDADE	250,00000	27,80000	6.950,00				
		Marca: GENSUR								
11/11/2019	2	20438 - DOSES DE SEMEN DE TOUROS DA RAÇA HOLANDESA FRIZIAN	DOSE	350,00000	31,00000	10.850,00				
		Marca: GENSUR								
11/11/2019	3	20440 - DOSES DE SEMEN DE TOUROS DA RAÇA KIWICROSS	DOSE	150,00000	34,50000	5.175,00				
		DOSES DE SEMEN DE TOUROS DA RAÇA KIWICROSS (JERSOLANDO),								
		Marca: GENSUR								
Total Adjudicado (R\$):					22.975,00					
Total de licitações adjudicadas: 1					22.975,00					

Winston Beyersdorff Lucchiar


Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 120/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2224485



Prefeitura Municipal de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital
1387-2894-413

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR120/2019 Modalidade: Pregão Registro de preço: Sim Controla quantidade: Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE GÁS DE DIVERSAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor: 8939 - RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - M			CPF/CNPJ: 23.037.457/0001-76		Valor total (R\$):		11.777,70
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	
08/11/2019	1	230 - ABRACADEIRA	UNIDADE	100,00000	1,43000	143,00	
08/11/2019	2	63304 - MANGOTE P13 1/8 X 1/8 50 CM	UNIDADE	50,00000	12,62000	631,00	
08/11/2019	3	60629 - CORTA FOGO	UNIDADE	50,00000	33,77000	1.688,50	
08/11/2019	4	6987 - BORBOLETA	UNIDADE	80,00000	7,19000	575,20	
08/11/2019	6	63306 - REGISTRO DE AGULHA	UNIDADE	80,00000	17,44000	1.395,20	
08/11/2019	7	63307 - NIPLÉ DUPL0 1/8	UNIDADE	50,00000	3,08000	154,00	
08/11/2019	8	63310 - MANGOTE 50CM PARA BOTTJAO P45 TIPO MINASGAS	UNIDADE	60,00000	20,88000	1.252,80	
08/11/2019	10	63312 - PLACA PROIBIDO FUMAR - "PERIGO GÁS INFLAMÁVEL PROIBIDO FUMAR" - PVC 1MM -	UNIDADE	50,00000	10,05000	502,50	
		NAS CORES BRANCO, PRETO E VERMELHO					
08/11/2019	11	63313 - MANGOTE FLEXIVEL	UNIDADE	50,00000	23,73000	1.186,50	
08/11/2019	12	63314 - VALVULA P13 1/2	UNIDADE	60,00000	13,00000	780,00	
08/11/2019	14	63316 - COTOVELO 15 MM X 1/2 F	UNIDADE	60,00000	16,00000	960,00	
08/11/2019	17	63322 - COTOVELO COBRE 15MM 90° 15 X 1/2	UNIDADE	20,00000	16,00000	320,00	
08/11/2019	18	63323 - CORTA FOGO 1/2 X 6M	UNIDADE	50,00000	43,78000	2.189,00	
Total Adjudicado (R\$):						11.777,70	

Total de licitações adjudicadas: 1 Total Geral Adjudicado (R\$): 11.777,70

Gilberto dos Passos

Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiar

Assessor Jurídico

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 109/2019

Publicação Nº 2224402

DECRETO Nº 109, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga vencimento do Alvará Sanitário do Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 2.810, de 7 de maio 2008, que dispõe sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária e dá outras providências; e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874 de 20 de setembro de 2019 que institui a declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.071, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre as regras comuns ao Enquadramento Empresarial e das entidades de fins não Econômicos Simplificado (ESS) e à Autodeclaração;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa DIVE/SES nº 004 de 09 de outubro de 2019 que dispõe sobre as regras comuns ao enquadramento Empresarial e das entidades de fins não econômico simplificado (EES) e à Autodeclaração;

CONSIDERANDO o § 3º do art. 44 da Lei nº 2.810/2008, que o Alvará Sanitário deverá ser revalidado anualmente, cujo vencimento dar-se-á no dia trinta (30) de novembro;

CONSIDERANDO as mudanças ocorridas recentemente na legislação Federal e Estadual quanto aos licenciamentos Sanitários, o que irá demandar muitas alterações nos cadastros econômicos municipal para a devida adequação e correção dos mesmos para aplicabilidade da legislação vigente e não temos tempo hábil;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a data de vencimento do Alvará Sanitário do município Capinzal de 30/11/2019 para 20/12/2019, assim como o vencimento das taxas de renovação dos mesmos passa a ser 20/12/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 8 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL Nº 041/2019

Publicação Nº 2224687

EDITAL Nº 041, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Notifica recurso recebido do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recurso financeiro no valor de R\$ 7.099,29 (sete mil, noventa e nove reais e vinte e nove centavos), na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0352423-44/2011, firmado com Município de Capinzal, assinado em 28/10/2011, no âmbito do Programa URB.REG.INT.ASS, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto "Obras de Infraestrutura Produção de 162 UH Pelo MCMV, Construção de 01 (um) Centro Convivência e Geração de Rendas".

Capinzal - SC, 12 de novembro de 2019.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL Nº 042/2019

Publicação Nº 2225308

EDITAL Nº 042, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/10/19	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Médio	1.521,33
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/10/19	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Fundamental	4.549,08
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/10/19	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Infantil	954,56
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	03/10/19	Merenda – Pré Escola	8.098,40
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/19	Merenda - Creche	10.015,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/19	Merenda – Ensino Fundamental	15.459,40
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/19	Merenda - AEE	222,60
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Programa Assistência Farmácia Básica	10.382,06
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	3.368,62
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	1.132,90
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	13.784,68
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Combate à Endemias	2.375,00
Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	1.132,90

Fundo Nacional de Saúde	03/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Combate à Endemias	125,00
Fundo Nacional de Saúde	04/10/19	Atenção à Saúde da População - MAC	51.213,81
Fundo Nacional de Saúde	04/10/19	PAB Fixo	44.654,00
Fundo Nacional de Saúde	04/10/19	Implementação de Políticas para a Rede Cegonha	5.135,58
Fundo Nacional de Saúde	09/10/19	PAB Variável	71.071,58
Fundo Nacional de Saúde	09/10/19	Agentes Comunitários de Saúde	2.500,00
Fundo Nacional de Saúde	09/10/19	PAB Variável	9.676,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	11/10/19	Salário Educação	93.432,63
Fundo Nacional de Assistência Social	16/10/19	Fundo de Assistência Social Índice de Gestão Descentralizada	1.563,35
Fundo Nacional de Saúde	18/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	11.163,50
Fundo Nacional de Saúde	24/10/19	Incentivo Financeiro Vigilância Saúde – Diversos	3.368,62

Capinzal - SC, 12 de novembro de 2019.

Nilvo Dorini
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/42/2019**

Publicação Nº 2224491

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/42/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 09.234.560/0001-85

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/22/2019, PARA ACRÉSCIMO DO VALOR ORIGINALMENTE CONTRATADO, COM FUNDAMENTO NO § 1º, DO ART. 65, DA LEI N.º 8.666/93. OBRA: CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO, DRENAGEM, CERCA-MENTO E REFORMAS JUNTO AO R-03 E EAT-12.

VALOR: R\$ 9.222,93 (NOVE MIL, DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

VIGÊNCIA: 12/11/2019 A 02/12/2019.

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: JUCENEI SILVA DE ANDRADE - PROCURADOR

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP Nº 024/2019 PCS

Publicação Nº 2224826

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível locação de stands, estruturas metálicas, mesas, cadeiras, passarela, som, luzes e banheiros químicos para realização da XII Festa Estadual da Melancia do Município de Caxambu do Sul, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 27/11/2019.

Abertura: dia 27/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 13 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019, EDITAL Nº 10/2019

Publicação Nº 2225613

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 002/2019, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: PSICÓLOGA			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
2º	345	40 HS SEMANAIS	RAFAEL FRANCIS PEROSO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 12 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019

Publicação Nº 2224531

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 26 de novembro de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto formação de registro de preços para a aquisição de mochilas escolares para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadadolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 13 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 330/2019

Publicação Nº 2224832

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 330/2019

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;
A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Funcionária Pública, JAQUELINE LEHMKUHL HASSE, ocupante do Cargo de Professora de Educação Infantil - 40 horas - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 13.11.19 a 11.01.20.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 329/2019

Publicação Nº 2224678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 329/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04.04.2016 à 03.04.2017, para a servidora ELAINE DA SILVEIRA,

matriculada sob o nº 2293/01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 18/11/2019 à 17/12/2019, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de novembro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 328/2019

Publicação Nº 2224356

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 328/2019

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o gozo das férias concedidas, através da Portaria nº.316/2019 e, convocar a Servidora Pública, JAQUELINE FRANSCISCO, matriculada sob o nº 2492-01, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria da Fazenda, devendo o período remanescente de 20 (vinte) dias, a serem usufruídos em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de novembro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS EDITAL Nº 03/2019

Publicação Nº 2225298

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

EDITAL Nº 03/2019

OBJETO: Convocação dos interessados para apresentação de propostas de acordo direto para pagamento de precatórios, alimentares e comuns, da administração pública direta e indireta, na forma prevista no §1º, do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias ADCT da Constituição Federal, Lei Municipal n. 7.124/2018 e do Decreto Municipal n.35.486/2018.

A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS - CPP, por seus membros designados pela Portaria Conjunta nº 01/2018, CONVOCA todos os titulares de precatórios do Município de Chapecó-SC e do Instituto do Sistema Municipal de Previdência – SIMPREVI, para apresentarem suas propostas de acordo direto, conforme dispõe §1º, do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias ADCT da Constituição Federal, Lei Municipal n. 7. 124/2018 e do Decreto Municipal n.35.486/2018.

1. DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO

O requerimento de habilitação, disponibilizado na página eletrônica do Município de Chapecó(www.chapeco.sc.gov.br), devidamente preenchido e acompanhado da documentação exigida, conforme cláusula 3ª deste Edital, deverá ser protocolizado de 13/11/2019 a 12/12/2019, na recepção da Procuradoria Geral do Município, localizada na Avenida Getúlio Vargas, n. 957-S, Centro, Chapecó/SC, CEP n.89.812-000, no horário das 13h às 18h, das segundas às sextas feiras.

2. DA VERBA DISPONÍVEL PARA ACORDOS DIRETOS

2.1. Nos termos do art. 3º do Decreto Municipal n.35.486/2018, a Câmara de Conciliação de Precatórios informa que estão disponíveis, junto ao Poder Judiciário, os seguintes valores para realização dos acordos regidos por este Edital:

ENTIDADE	VALOR EM R\$
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	R\$10.093.312,57
SIMPREVI	R\$351.169,79
TOTAL	R\$10.444.482,36

2.2. Na hipótese de, durante a realização dos acordos diretos, o valor restante para o ente devedor ser inferior ao valor do próximo precatório classificado para acordo nos termos do art. 12, VII, do Decreto Municipal n. 35.486/2018, é permitida a realização do acordo se houver concordância do credor.

2.3. A ressalva da cláusula 2.2 limita-se ao último precatório que ainda for contemplado com verba disponível para acordo, sem gerar quaisquer direitos aos demais.

3. DO REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

3.1. Os requerimentos de habilitação deverão respeitar os termos estabelecidos pelo Decreto Municipal n. 35.486/2018 e por este Edital de Convocação, e serão feitos através do modelo disponibilizado no portal da internet do Município de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br), incluindo, no mínimo:

I – nome e qualificação de todos os requerentes;

II – valor atualizado do precatório até a data de publicação do Edital, bem como a sua individualização por requerente, no caso de mais de um titular;

III – a posição do crédito na listagem unificada de precatórios (art. 9º da Res. 115/2010-CNJ) na data do início do período de apresentação do requerimento de habilitação relativo ao presente Edital (13/11/2019);

IV – natureza do precatório;

V – proposta de deságio, dentre as predefinidas neste Edital;

VI – o Edital de Convocação ao qual a proposta se dirige; e

VII – a declaração de concordância com o valor apresentado e com o percentual a ser reduzido no caso de acordo; de renúncia de qualquer pendência judicial ou administrativa atual ou futura em relação ao precatório; e de titularidade do crédito, todas sob as penalidades legais.

3.2. Acompanharão, obrigatoriamente, os requerimentos de habilitação:

I - Certidão do Tribunal de Justiça com valor atualizado e indicação de todos os credores incluídos no precatório;

II – Procuração com poderes específicos para celebrar acordo direto junto à Câmara de Conciliação e renunciar direitos, assinada há menos de um ano da publicação do Edital; e

III – Cópia da documentação de identidade do requerente.

3.3. Deverão instruir o requerimento de habilitação, sempre que necessário e sem prejuízo de outros, os seguintes documentos:

I - Cópia da documentação de identidade do cônjuge do requerente e da certidão de casamento;

II - Comprovação do deferimento de privilégio de ordem nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, emitida pelo Tribunal de Justiça;

III - Comprovação da titularidade do crédito quando não for o legitimado original e/ou esta depender de prova documental, devidamente homologada pelo Tribunal de Justiça;

IV - Comprovação da legitimidade do representante da pessoa jurídica requerente, nos termos do art. 75 do CPC e demais regulamentações;

V - Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva de Débitos Municipais com Efeito de Negativa;

VI - Declaração de anuência do(s) advogado(s) titular(es) dos honorários advocatícios contidos no precatório para realização de acordo quanto a estes; e

VII - comprovação da autorização legislativa do ente público credor interessado na celebração do acordo.

§ 1º - Na impossibilidade de apresentação dos documentos elencados no inciso V do item 3.3, caberá ao interessado a comprovação da existência de débito a ser compensado para a realização do acordo direto, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal n. 35.486/2018;

§ 2º - A documentação apresentada para efeito de atendimento à exigência disposta no inciso V e § 1º do item 3.3 será aferida pela Câmara de Conciliação de Precatórios, a qual também poderá realizar diligências e juntar aos autos do requerimento de habilitação as certidões e relatórios emitidos pela Fazenda Municipal, comprobatórios do efetivo montante dos débitos eventualmente existentes.

3.4. No requerimento de habilitação, os interessados devem optar expressamente por qual redução será oferecida ao valor que tem direito de receber no precatório, dentre os percentuais de deságio predefinidos abaixo:

I - 40% (quarenta por cento);

II - 35% (trinta e cinco por cento);

III - 30% (trinta por cento);

IV - 25% (vinte e cinco por cento);

V - 20% (vinte por cento);

VI - 15% (quinze por cento); e

VII - 10% (dez por cento).

3.5. O pedido deverá ser firmado por advogado devidamente constituído e pelo requerente, por intermédio de petição protocolizada junto à Procuradoria Geral do Município e dirigida à Câmara de Conciliação de Precatórios.

3.6. Somente usufruirão da condição de credor preferencial do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, limitada aos parâmetros constitucionais e legais, os que comprovarem o deferimento do benefício pelo Presidente do Tribunal correspondente.

3.7. Nos precatórios que gozem dos privilégios do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, a apresentação de propostas de conciliação da parte privilegiada do crédito, limitada ao teto legal, e do restante do precatório deve ser feita por 2 (dois) requerimentos distintos.

3.8. Na hipótese de a legitimidade do requerente necessitar de comprovação por prova documental, esta deve ser apresentada concomitantemente com o requerimento de habilitação, sob pena de preclusão.

3.9. Será exigida a assinatura do requerimento de habilitação e do termo de acordo pelo cônjuge do credor ou, alternativamente, a sua autorização por instrumento público, se for o caso.

4. DOS LEGITIMADOS

4.1. São legitimados para requerer a habilitação da proposta de conciliação, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal n. 35.486/2018:

I - o titular original do precatório, observado o art. 6º, § 6º e 7º do referido Decreto;

II - o procurador do titular do precatório, desde que seu instrumento de mandato indique autorização específica para a realização de conciliação e renúncia de direitos junto à CCP;

III - o cessionário do precatório, após homologação da cessão finalizada junto ao tribunal de expedição do precatório e mediante certidão de que é o titular atual do crédito; e

IV - os sucessores causa mortis do titular originário, desde que estejam devidamente habilitados junto ao tribunal que expediu o precatório e a partilha definitiva esteja concluída.

Parágrafo único. Em decorrência da titularidade dos honorários de sucumbência pelo advogado que representou a parte vencedora no processo judicial, somente terá legitimidade para requerer a habilitação o procurador que atuou isoladamente no feito ou aquele que o juízo competente indicar como titular em decisão não mais sujeita a recurso, admitido ainda o requerimento conjunto de todos os advogados que atuaram pela parte vencedora no processo original.

4.2. Deverão os interessados ter plena ciência e aceitação da legislação acima citada e, em especial, da Lei Municipal n. 7.124/2018 e do Decreto Municipal n. 35.486/2018, que nortearão e serão observadas em todo o procedimento.

4.3. Para os fins deste Edital admite-se o desmembramento do valor do precatório por credor nas hipóteses de litisconsórcio ou de ações coletivas, desde que seu direito esteja oportunamente individualizado no cálculo mantido pelo tribunal que expediu o precatório.

4.4. Os honorários de sucumbência somente poderão integrar o acordo quando existir a anuência expressa do advogado.

4.5. A regra do item 4.4 aplica-se aos honorários contratuais apenas quando estiverem destacados no processo de precatório, não repercutindo em prejuízo da Fazenda Pública, contudo, a convenção particular do contrato de honorários não levada ao processo judicial pelo advogado, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei Federal nº 8.906/1994.

4.6. Somente será admitido acordo sobre a totalidade do valor do precatório a que cada requerente tem direito, vedado seu desmembramento ou acordo parcial, observadas as disposições contidas nos itens 3.7, 4.3, 4.4, 4.5, 8.4 e 8.5.

5. DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Todas as propostas recebidas serão separadas em Grupos de Deságio correspondentes aos percentuais previstos na cláusula 3.4 deste Edital e, dentro destes, classificadas pela ordem decorrente da listagem unificada do precatório fornecida pelo Tribunal de Justiça.

5.2. A classificação das propostas será feita de acordo com os seguintes critérios:

I – os Grupos de Deságio que oferecem maior percentual de redução de cada precatório preferirão aos que oferecem o menor percentual; e

II – dentro de cada grupo de deságio, os precatórios de melhor posição na listagem unificada mantida junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina preferirão os que estão em pior posição.

5.3. A CCP irá somar o valor que seria necessário para realizar todos os acordos do primeiro grupo e passará aos seguintes até que se esgote o valor previsto para firmar os potenciais acordos.

5.4. Identificados os grupos nos quais, inicialmente, será possível a realização do acordo, a CCP analisará, nos correspondentes precatórios, os requerimentos de habilitações que preenchem os requisitos legais.

5.5. As propostas intempestivas serão prontamente indeferidas independentemente da classificação.

5.6. Poderá a CCP, diante de flagrante vício no requerimento, indeferi-lo liminarmente.

6. DO EDITAL PRELIMINAR

Após a classificação das propostas apresentadas, a Câmara de Conciliação de Precatórios publicará Edital Preliminar, a ser disponibilizado na página eletrônica do Município de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br), que especificará:

I – o enquadramento das propostas por Grupo de Deságio e a indicação daqueles que, inicialmente, contam com valor total ou parcialmente suficiente para realização dos acordos;

II – os pedidos de habilitação deferidos e indeferidos dentre os integrantes dos Grupos de Deságio com viabilidade para realização de acordos; e

III – a relação dos pedidos formulados intempestivamente que não serão enquadrados em nenhum Grupo de Deságio.

7. DOS RECURSOS E DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

7.1. Os interessados poderão apresentar recurso que será apreciado pela própria CCP e dirigido ao seu Presidente, no prazo de 5 (cinco) dias ininterruptos, contados da publicação do Edital Preliminar.

7.2. Não caberá recurso da decisão proferida nos termos do item 7.1 deste Edital.

7.3. Após o cumprimento do disposto nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital, a CCP publicará Edital de Classificação e intimação, no qual indicará a classificação definitiva dos grupos, os pedidos de habilitação deferidos e a intimação dos credores e advogados dos grupos contemplados para firmarem o termo de acordo.

7.4. Caso reste parte do valor destinado no Edital de Convocação após a realização dos acordos com os intimados conforme o item 7.3, será repetido o procedimento previsto nas cláusulas 5ª e 6ª deste Edital.

8. DO INDEFERIMENTO DAS PROPOSTAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Serão indeferidos os requerimentos de habilitação:

I – formulados intempestivamente;

II – que não observarem as exigências previstas neste Edital de convocação e no Decreto Municipal n.35.486/2018;

III – referentes a precatório que apresentar óbices judiciais ou administrativos;

IV – apresentados por pessoa ilegítima, em descumprimento a cláusula 4ª deste Edital e das normas processuais;

V – se o tribunal de expedição do precatório ou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina comunicarem a existência de impedimento ou risco para o acordo;

VI – quando o valor destinado para a realização dos acordos indicado neste Edital não for suficiente para a conciliação do precatório apresentado após a realização dos acordos melhor classificados nos termos da cláusula 5ª;

VII – cujo valor do crédito habilitado, após a aplicação do deságio, superar o total disponível para conciliá-lo segundo este Edital, ressalvada a hipótese da cláusula 2.2.

8.2. O indeferimento do pedido não obsta a apresentação de novo requerimento para outros Editais de Convocação que se sucederem, desde que solucionado o motivo que gerou o não acolhimento.

8.3. A rejeição da proposta por falta de verba exonera o ente devedor do precatório e o apresentante da proposta dos percentuais de deságio nela indicados, sendo que o novo pedido seguirá as regras do Edital de Convocação a que se dirigir e não gozará de nenhuma preferência quanto às demais propostas.

8.4. Somente serão objeto de análise as propostas de acordos diretos processadas posteriormente à expedição dos precatórios e desde que não esteja pendente discussão judicial sobre a inexigibilidade total ou parcial do crédito.

8.5. Não poderá ser objeto de acordo o crédito sobre o qual incida constrição judicial ou que foi ofertado como garantia de obrigação de qualquer natureza.

9. DA CONCILIAÇÃO E DA ASSINATURA DO ACORDO DIRETO

9.1. Iniciadas as sessões de conciliação, serão chamados os convocados, acompanhados de seus advogados, conforme a ordem de classificação da cláusula 5ª deste Edital, para firmarem o termo de acordo cuja minuta será disponibilizada na página eletrônica do Município de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br).

9.2. O termo de acordo conterá cláusula estabelecendo a confissão de dívidas sujeitas à compensação e a renúncia expressa e irrevogável do valor reduzido do precatório no acordo e de eventuais direitos discutidos em juízo ou administrativamente, inclusive sobre os critérios de apuração do valor devido e eventual saldo remanescente.

9.3. O termo de acordo será assinado, obrigatoriamente, pelo titular dos direitos sobre o precatório, ou seu preposto, e pelo advogado que o representa no pedido de habilitação, e aguardará o trâmite legal do procedimento para homologação.

9.4. Na hipótese de o credor estar impossibilitado de comparecer pessoalmente, é admitida a sua representação por mandatário constituído por instrumento público e poderes específicos, desde que este não se apresente também como seu advogado, nos termos do item 9.3, quando será exigida a presença de duas pessoas distintas.

9.5. Ao firmar o acordo direto, o credor renunciará, de forma irrevogável, ao direito de receber o valor correspondente ao deságio oferecido na conciliação e aguardará o trâmite legal do procedimento para homologação.

9.6. A recusa em assinar o termo de acordo ou o não comparecimento sem prévia motivação no horário determinado implicará na desistência de conciliar o precatório e na perda da ordem de classificação definida na cláusula 5ª deste Edital.

9.7. O valor exato a ser pago não constará do termo de acordo, pois será calculado pelo tribunal responsável pelo pagamento, conforme as normas aplicáveis, deduzindo-se, primeiramente, o valor compensado; na sequência, o percentual de deságio; e, por fim, os descontos relativos ao Imposto de Renda (IR), à contribuição previdenciária e demais encargos, quando for o caso, nos termos do art. 15, § 5º, do Decreto Municipal n. 35.486/2018.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DIRETO E DO PAGAMENTO

10.1. Aprovado o acordo pela Câmara de Conciliação de Precatórios, a sua homologação e pagamento será feita nos termos dos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal n. 35.486/2018, e seguirá o procedimento próprio estabelecido pelo Poder Judiciário.

10.2. A liberação de qualquer valor ao credor do precatório será precedida da retenção dos valores correspondentes à contribuição previdenciária, ao IR e aos demais encargos legais, sempre que devidos.

11. DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. Após a realização dos acordos diretos pela Câmara de Conciliação de Precatórios, quando constatado que estes atingiram o valor total disponível, indicado na cláusula 2ª, ou que não se mostra viável a realização de novos acordos, por deliberação de seus membros, será lavrado Edital de Homologação do Resultado Final, o qual conterá a informação dos acordos realizados e das propostas rejeitadas.

11.2. Com a publicação do Edital de Homologação do Resultado Final da análise das conciliações propostas com base neste Edital de Convocação, as propostas não acolhidas, na forma da cláusula 8.1 e dos demais dispositivos, exoneram o ente devedor do precatório e o apresentante da proposta dos percentuais de deságio e dos termos nela indicados, sendo que o novo pedido seguirá as regras do Edital de Convocação a que se dirigir e não gozará de nenhuma preferência quanto às demais propostas.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A publicação dos editais referidos neste Edital de Convocação será feita no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM), iniciando-se todos os prazos no primeiro dia útil seguinte a publicação.

12.2. Prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente o prazo encerrado em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Chapecó.

12.3. Após a publicação de cada Edital, este será divulgado no endereço da internet do Município de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br), sem que este ato seja considerado, no tocante aos prazos, para qualquer efeito legal.

12.4. A publicação do Edital de Homologação do Resultado Final permitirá a expedição de novo Edital de Convocação para o recebimento de novos requerimentos de habilitação, sujeitos às regras e aos critérios que nele forem estabelecidos.

Chapecó- SC, 11 de novembro de 2019.

Amarildo Vedana

Presidente da Câmara de Conciliação de Precatórios

Jonatan Walker
Membro da Câmara de Conciliação de Precatórios

GilvaneScheren
Membro da Câmara de Conciliação de Precatórios

Rosane ZaniniKowacic
Membro da Câmara de Conciliação de Precatórios

DECRETO Nº. 37.812, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225581

DECRETO Nº. 37.812, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2019.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.206/18 de 10 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

3000 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ				
	3003 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ			15.525,00
		Despesa 68 - 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Dec. de Operação de Órgãos, Fundos		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	15.525,00
9000 - Secretaria de Assistência Social - SEASC				
	9009 - Secretaria de Assistência Social - SEASC			31.260,00
		Despesa 192 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	31.260,00
12000 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR				
	12012 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR			50.870,32
		Despesa 230 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	50.870,32

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

3000 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ				
	3003 - Secretaria de Fazenda - SEFAZ			15.525,00
		Despesa 65 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	15.525,00
9000 - Secretaria de Assistência Social - SEASC				
	9009 - Secretaria de Assistência Social - SEASC			31.260,00
		Despesa 189 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	15.000,00
		Despesa 193 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	16.260,00
12000 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR				
	12012 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR			50.870,32
		Despesa 231 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
			1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	50.870,32

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.813, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225582

DECRETO Nº. 37.813, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre Crédito Orçamentário pelo Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2019.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.206/18 de 10 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para as seguintes dotações orçamentárias:

41000 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS				
	41041 - Fundo Assis. Servidor Público Municipal - FAS			800.000,00
	Despesa 409 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas			
			3004 - 00 Sup. Finan. Exer. Ant. - Recursos Ordinários - FAS - 0.3.00	700.000,00
	Despesa 410 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas			
			3004 - 00 Sup. Finan. Exer. Ant. - Recursos Ordinários - FAS - 0.3.00	100.000,00
31000 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS				
	31031 - Inst. do Sist. Mun. de Prev. de Chap. - RPPS			670.000,00
	Despesa 411 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas			
			3030 - Sup. Fin. Exer. Ant. - Contrib. p/ Reg. Próprio de Previdência - 0.3.03	670.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro produzido nas fontes de recursos acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.814, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225584

DECRETO Nº. 37.814, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 31 de outubro de 2019, o servidor público municipal ANTONIO ADJALMO SANTOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Administrador de Espaço Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.815, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225587

DECRETO Nº. 37.815, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no art. 40, d1º, inciso I, da Constituição Federal e art. 14, I, "b", art. 20 da Lei Complementar nº 131, de 5 de dezembro de 2001,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido Aposentadoria por Invalidez Permanente, a servidora pública MARLENE BORGES DOS SANTOS MALINSKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 32021, lotado na Secretaria da Saúde, CPF nº 418.267.010-87, RG nº 4.959.320, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos integrais, no percentual de 100% da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência setembro de 2005.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, em face da aposentadoria de sua titular MARLENE BORGES DOS SANTOS MALINSKI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.816, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225588

DECRETO Nº. 37.816, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no art. 40, d1º, inciso I, da Constituição Federal c/c artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 14, I, "a" da Lei Complementar nº 131, de 5 de dezembro de 2001,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ATILIO VIEIRA DA ROCHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Externos, matrícula 19798, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana, CPF nº 422.265.119-20, RG nº 1.018.626, a partir de 1º de outubro de 2019, no valor de um salário mínimo nacional.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Externos, em face da aposentadoria de seu titular ATILIO VIEIRA DA ROCHA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.817, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225590

DECRETO Nº. 37.817, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no art. 40, §1º, inciso III "b" da Constituição Federal e art. 14, inciso IV, art. 21-H e art. 21-I, da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria voluntária por Idade, ao servidor público municipal PAULO BATISTA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula 31984, lotado junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 182.801.459-15, RG nº 519.784, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos proporcionais, no percentual 58,25% da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Motorista, em face da aposentadoria de seu titular PAULO BATISTA DE SOUZA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.818, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225592

DECRETO Nº. 37.818, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no art. 40, §1º, inciso III "b" da Constituição Federal e art. 14, inciso IV, art. 21-H e art. 21-I, da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria por Idade, a servidora pública municipal SALETE TOMASI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Internos, matrícula 10778, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 811.924.369-20, RG nº 2.857.207, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos proporcionais, no percentual 92.45% da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Internos, em face da aposentadoria de sua titular SALETE TOMASI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.819, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225593

DECRETO Nº. 37.819, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó bem como o disposto no art. 40, §1º, inciso III "b" da Constituição Federal e art. 14, inciso IV, art. 21-H e art. 21-I, da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria por Idade, a servidora pública municipal ANA VERENA GREGORIO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula 31562, lotada junto a Secretaria de Saúde, CPF nº 892.579.369-53, RG nº 1.270.502, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos proporcionais, no percentual 67,07% da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, em face da aposentadoria de sua titular ANA VERENA GREGORIO.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.820, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225594

DECRETO Nº. 37.820, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Magistério à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, à servidora pública municipal ELOCENIR DE LURDES OLIVEIRA DOS SANTOS BECKER, ocupante do cargo efetivo de Professor Licenciatura Plena, matrícula 12077, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 772.081.370-72, RG nº 4.337.476, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena, em face da aposentadoria de sua titular ELOCENIR DE LURDES OLIVEIRA DOS SANTOS BECKER.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.821, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225595

DECRETO Nº. 37.821, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Magistério à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, à servidora pública municipal ELENA SFREDO, ocupante do cargo efetivo de Professor com Estudos Adicionais, matrícula 19848, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 580.061.929-87, RG nº 1.834.240, a partir de 1º de outubro de 2019, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Estudos Adicionais, em face da aposentadoria de sua titular ELENA SFREDO.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.822, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225596

DECRETO Nº. 37.822, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede pensão pelo falecimento de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o art. 40, §7º, I e §8º da Constituição Federal e art. 10, inciso I, art. 22 e art. 23, §1º, I, "c" da Lei Complementar nº 131/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 02 de agosto de 2019, Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhor PEDRO DE BRITO PADILHA, Certidão de Óbito matrícula 104257 01 55 2019 4 00095 250 0036954 32, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, efetivo, matrícula 2531, lotada junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural e meio Ambiente, CPF nº 188.800.290-53, RG nº 400684, em cota vitalícia de 100% da totalidade dos proventos do servidor aposentado a sua companheira Sra. DORALINA POSSEBON PADILHA, nascida em 14/08/1957, CPF 558.141.239-15 e RG 7002883, conforme Certidão de Casamento matrícula 107342 01 55 1975 2 00002 194 0000483 22.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.823, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225598

DECRETO Nº. 37.823, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 37.129, de 06 de maio de 2019, que criou a Comissão de Monitoramento e Acompanhamento do Programa de Trabalho e Análise dos Relatórios de Prestação de Contas do Termo de Parceria nº. 001/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O inciso II do artigo 1º, do Decreto nº. 37.129, de 06 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.:

II - KELLY CRISTINA CAGLIARI, matrícula nº 44920;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.824, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225600

DECRETO Nº. 37.824, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 01 de novembro de 2019, o servidor público municipal ANTONIO ADJALMO SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Administrador de Espaço Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.825, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225601

DECRETO Nº. 37.825, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação nº 079/2019;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 01 de novembro de 2019, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: LUAN BRANCHER GUSSO MACHADO

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

GRUPO: V - TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 005516 - PROCURADOR MUNICIPAL

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.826, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225603

DECRETO Nº. 37.826, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº. 071/2019, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 02 de outubro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 37.685, de 02 de outubro de 2019, que nomeou EIGLON FERNANDO ANTUNES DA SILVA, para ocupar o cargo de Técnico em Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 04 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.827, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225605

DECRETO Nº. 37.827, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001, art. 4º do Decreto 10.865, de 10 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 07 de fevereiro de 2020 a 06 de fevereiro de 2021, o Decreto nº. 36.627, de 04 de fevereiro de 2019, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal MARA CRISTINA GABIATTI GROLLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 04 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.828, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225608

DECRETO Nº. 37.828, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre concessão de licença para tratar de interesses particulares a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida, no período de 02 de dezembro de 2019 a 01 de dezembro de 2020, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, a servidora pública municipal SIRLENE DA SILVA KLAUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena.

§ 1º. Nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº. 131, de 5 de dezembro de 2001, o servidor descrito no caput deste artigo continuará a recolher, compulsoriamente, sua contribuição e o da empregadora ao Sistema Municipal de Previdência, sendo computado para efeito de aposentadoria o tempo de duração da respectiva licença, bem como o artigo 7º, §4º da mesma Lei Complementar nº 131/2001- "Mantém a qualidade de segurado, compulsoriamente e mediante custeio das contribuições exclusivamente, enquanto durar o licenciamento ou afastamento, o servidor em licença ou afastado sem ônus para o órgão empregador" § 4º- A contribuição exclusiva de que trata o caput e os parágrafos anteriores, consiste no pagamento, pelo segurado, de sua respectiva contribuição e do montante de responsabilidade do órgão empregador.

§ 2º. Os valores a serem recolhidos pelo servidor descrito no caput deste artigo será de 11% (onze por cento) da parte do servidor e 25,4% (vinte e cinco vírgula quatro por cento) da parte empregadora, calculado sobre o total da remuneração do servidor.

§ 3º. O não recolhimento das contribuições acarretará no cancelamento da referida licença, imediatamente ao mês do não recolhimento.

§ 4º. Os recolhimentos deverão ser efetuados através de boleto bancário, emitido pelo SIMPREVI.

§ 5º. O servidor descrito no caput deste artigo, deverá necessariamente, encaminhar o comprovante do depósito à Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão até o décimo dia útil do mês.

§ 6º. O servidor descrito no caput deste artigo responsabilizar-se-á em manter atualizado, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, endereço completo para contato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 04 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.829, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225612

DECRETO Nº. 37.829, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com o art. 9º-C, §3º, da Lei Complementar nº 320/2007, e art. 9º-C, §3º, da Lei Complementar nº 653/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial, no período de 06 de novembro de 2019 a 05 de novembro de 2020, à empregada pública municipal ADRIANA FATIMA CESCO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 04 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.830, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225614

DECRETO Nº. 37.830, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal MARIA DALVA DE MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.831, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225617

DECRETO Nº. 37.831, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal LARISSA DAYANE FURLANETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.832, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225619

DECRETO Nº. 37.832, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal MARIVETE BRAVOSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.833, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225621

DECRETO Nº. 37.833, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 05 de novembro de 2019, a servidora pública municipal PAULA CAMILA CATTANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Defesa do Consumidor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.834, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225628

DECRETO Nº. 37.834, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2019, o servidor público municipal ALCERES PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.835, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225630

DECRETO Nº. 37.835, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora pública municipal SABRINA ANTONINI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.836, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225632

DECRETO Nº. 37.836, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal do Município de Chapecó para o Exercício de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e ainda de acordo com a Lei nº 170/83, especialmente os artigos 134, 164, 174, 180, 191, 196, 206 e 299 e suas alterações posteriores, o artigo 4º da Lei nº 3.819/1998, o artigo 1º da Lei Complementar nº 122/2001, os §1º e § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 497/2012, e as Leis Complementares nº 515/2013, nº 516/2013, nº 524/2013 e nº 539/2014,

DECRETA :

Art. 1º. Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2020, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º. Para efeito de recolhimento dos tributos ou penalidades previstas na legislação tributária, lançados de ofício em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, instituída pela Lei Complementar nº 113/2000, far-se-á conversão para Real, mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFRM lançada pelo valor desta, vigente na data do pagamento, desde que os respectivos créditos tributários sejam pagos nos prazos originais de vencimento, conforme previsto no Calendário Fiscal.

Parágrafo único. Para os créditos tributários não pagos nos prazos previstos na legislação tributária pertinente, aplica-se a atualização monetária pela variação da UFRM, a partir da data de vencimento ou quando for o caso a partir do mês de ocorrência do fato gerador até a data do respectivo pagamento, sem prejuízo da multa e juros de mora e demais acréscimos legais previstos na legislação pertinente.

Art. 4º. Os tributos que são lançados por homologação serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor apurado em Real nessa operação e após o vencimento serão atualizados monetariamente pela variação da UFRM entre a data do vencimento ou do mês de ocorrência do fato gerador e a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da multa e juros de mora e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária.

Art. 5º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 5,0000 (cinco) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para o pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, atendendo o artigo 241, inciso II, da Lei Municipal nº 170/83.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO FISCAL PARA 2020

I - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS - TCR e CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP.

PARCELAS	VENCIMENTO ATÉ
Cota Única, primeiro vencimento, com 10% (dez por cento) de desconto para o IPTU.	10/02/2020 (segunda-feira)
Cota Única, segundo vencimento, com 5% (cinco por cento) de desconto para o IPTU.	10/03/2020 (terça-feira)
Primeira Parcela	10/03/2020 (terça-feira)
Segunda Parcela	13/04/2020 (segunda-feira)
Terceira Parcela	11/05/2020 (segunda-feira)
Quarta Parcela	10/06/2020 (quarta-feira)
Quinta Parcela	10/07/2020 (sexta-feira)
Sexta Parcela	10/08/2020 (segunda-feira)
Sétima Parcela	10/09/2020 (quinta-feira)
Oitava Parcela	09/10/2020 (sexta-feira)
Nona Parcela	10/11/2020 (terça-feira)
Décima Parcela	10/12/2020 (quinta-feira)

II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

Mês de Competência	Lançamento por Homologação	Lançamento de ofício em UFRM
Janeiro	20/02/2020	31/01/2020
Fevereiro	20/03/2020	28/02/2020
Março	20/04/2020	31/03/2020
Abril	20/05/2020	30/04/2020
Maio	22/06/2020	29/05/2020
Junho	20/07/2020	30/06/2020
Julho	20/08/2020	31/07/2020
Agosto	21/09/2020	31/08/2020
Setembro	20/10/2020	30/09/2020
Outubro	20/11/2020	30/10/2020
Novembro	21/12/2020	30/11/2020
Dezembro	20/01/2021	29/12/2020

III - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA - TLLP e TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (FUNREBOM)
 Vencimento até 14 de fevereiro de 2020 (sexta-feira)

IV - TAXA DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - TAVS
 Vencimento até 31 de março de 2020 (terça-feira)

V - Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

DECRETO Nº. 37.837, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225634

DECRETO Nº. 37.837, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 12 de novembro de 2019, o servidor público municipal MARCO ANTONIO BALZAN, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 12 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 081/2019

Publicação Nº 2225637

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 081/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
05º	321496	HANNA SILVEIRA BURIGO
CARGO: MEDICO VETERINARIO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
06º	347414	ROBSON ANTONIO DE SOUZA

- II.
Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;
III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;
IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.
V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 07 de novembro de 2019.
LUCIANO JOSE BULIGON
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 082/2019

Publicação Nº 2225642

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 082/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: NUTRICIONISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
05º	319639	GABRIELA CELLA STOFFEL

- II.
Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;
III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;
IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.
V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 11 de novembro de 2019.
LUCIANO JOSE BULIGON
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 083/2019

Publicação Nº 2225647

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 083/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
20º	7868	VERIDIANE HONAISSER
CARGO: FARMACEUTICO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
06º	7710	MIRIAM CRISTINA CARATI
07º	6682	ISADORA BELANI DE BORTOLI
CARGO: MOTORISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
04º	4959	TIAGO JOSUE FOSCHERA
CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
16º	6356	MARLI CARDEAL DOS SANTOS REBECHI
17º	10069	SILVANA DE ALMEIDA
18º	10799	LUIZA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
19º	9201	DAIANE CAOVILO DE CARVALHO
20º	8780	CLEIBER RENATO SOUZA DE FREITAS CAGLIARI
21º	3251	SAMUEL JULHYO DA SILVA

22º	655	CLECI LUCIA SADOSKI ALMEIDA
23º	3131	MARISTELA ROSA
24º	7432	ELIEZER OKLAIVEN PAIN
CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	8934	JOAO VICTOR GARCIA DE SOUZA
2º	6049	CRISLEIA APARECIDA HENRIQUE DE OLIVEIRA
3º	6151	CAROLINE MACHADO FARIAS
4º	2562	GUILHERME LUIS ARENHARDT
5º	1818	VIVIANE FABIOLA DE OLIVEIRA
6º	8518	ZELAINE DE FATIMA JABONSKI
7º	1827	EMIDIA CRISTIANE DO PRADO
8º	7997	THAIS CRISTINA DA COSTA GARCIA
9º	2520	SIMONE PANSEIRA
10º	6387	DAIANE DA SILVA DUARTE

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 084/2019

Publicação Nº 2225650

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 084/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: MÉDICO DO TRABALHO – 40 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	10548	CEDIANE APARECIDA GALLI
CARGO: MEDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
11º	6348	GUSTAVO WENTZ BIASUZ
12º	5028	FERNANDA SALES
13º	226	GEISSON TOSETO ZANOTTO
14º	7039	ANGELA BRUSTOLIN
15º	3954	MINORO OTAK JUNIOR
16º	6739	JULIO CESAR RAZERA
17º	10803	RAFAEL LUCHETTA
18º	4268	MICHEL DOS SANTOS KUSKOSKI
CARGO: MEDICO ESF – 40 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
19º	8305	BERNARDO AUGUSTO ALVES DA MOTTA MENESES
20º	10415	JOAO PAULO MOREIRA DO PRADO
21º	6017	JORDAN MICHEL LISBOA
22º	8427	ABEL BEIGER
23º	8346	FERNANDA ROMAN ACOSTA
24º	5336	HERMANO PONTES DE CASTRO
25º	5097	GREYCI KELLY KLUGE
26º	8716	FRANCINE BURTET BONDAN
27º	7232	IGOR MARCIO BARBOSA COUTINHO
28º	674	RAFAEL DE OLIVEIRA LEITE
29º	7312	MARCO TULIO MENDES RODOVALHO

30º	1607	ROGER CARPES PONTEL
31º	279	MARIANA MARTINS DE MORAIS
32º	5753	PAMELLA PAOLA BEZERRA DE OLIVEIRA
33º	10814	VANESSA THOME
CARGO: MÉDICO PSIQUIATRA – 20 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
07º	237	ENZO VICENTE BERTHOLDO
08º	6613	NADHYNE SOMACAL REMONTI
CARGO: MÉDICO PEDIATRA – 20 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	7111	KELLY PATRICIA FUHR
02º	4860	GABRIELLE SEGATTO GRAS
CARGO: MÉDICO INFECTOLOGISTA – 20 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	4736	CARINE KOLLING
CARGO: MÉDICO PNEUMOLOGISTA INFANTIL – 20 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	9342	CINDIAMAR TOME

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 085/2019

Publicação Nº 2225653

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 085/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: MEDICO ESF – 40 HORAS – PESSOA COM DEFICIENCIA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	6272	KLEBER GABRIEL PALACIO RIBEIRO

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 086/2019

Publicação Nº 2225655

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 086/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
09º	1979	BEATRIZ LAZZARETTI
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
07º	3897	LUIZA HELENA BUDEL VILCZEK
08º	5920	WAGNER ROBERTO BARZOTTO
09º	8176	KARINE BORGES SCHOSSLER
10º	2758	TALITA PAULA SCANDOLARA
11º	2620	CHARLINE TRIERVEILER
CARGO: MOTORISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
05º	6747	MONICA CRISTINA SORA

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 11 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 GABARITO PRELIMINAR

Publicação Nº 2225301

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019
GABARITO PRELIMINAR

Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, para o conhecimento dos interessados, o gabarito preliminar da prova escrita referente ao Processo Seletivo Público, destinado ao preenchimento de vagas celetistas, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias.

I – DO GABARITO

CARGO: Agente Comunitário de Saúde

1- A	11- A	21- A	31- A	41- C
2- C	12- D	22- B	32- C	42- D
3- C	13- C	23- D	33- D	43- B
4- A	14- D	24- D	34- D	44- B
5- A	15- B	25- D	35- B	45- C
6- B	16- A	26- D	36- C	46- C
7- B	17- A	27- A	37- D	47- B
8- C	18- D	28- D	38- C	48- D
9- B	19- D	29- B	39- B	49- D
10- D	20- C	30- D	40- C	50- A

CARGO: Agente de Combate as Endemias

1- A	11- C	21- A	31- B	41- A
2- B	12- D	22- B	32- D	42- D
3- D	13- A	23- D	33- A	43- C

4- D	14- C	24- A	34- A	44- B
5- C	15- B	25- C	35- B	45- C
6- C	16- A	26- ANULADA	36- D	46- D
7- C	17- D	27- A	37- C	47- A
8- B	18- C	28- C	38- B	48- A
9- B	19- C	29- B	39- C	49- B
10- D	20- C	30- B	40- D	50- C

II – DOS RECURSOS

Os candidatos interessados em interpor recursos contra o gabarito e/ou as provas escritas, devem protocolá-los à Comissão do Processo Seletivo Público, no dia 12 de Novembro de 2019, no horário das 13h30 às 17h00, entregando-os no local de realização das inscrições, exclusivamente pelos candidatos, utilizando o modelo conforme disposto no Anexo VIII do Edital de Abertura.

Chapecó-SC, 11 de Novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 8.545, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225659

PORTARIA Nº. 8.545, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Constitui e nomeia Comissão de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

RESOLVE :

I – Constituir e nomear Comissão de Sindicância, para apurar possível responsabilidade administrativa referente aos fatos narrados no Boletim de Ocorrência n. 0652155/2019-BO-00420.2019.0007774 e demais documentos em anexo.

II - Nomear, para compor a comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

- ELIS REGINA BURGEL XAVIER – Auxiliar de Administração, lotada na Procuradoria Geral do Município, matrícula n. 33894 – Coordenadora.
- JORDANA FAREZIN – Auxiliar de Administração, lotada no Gabinete do Prefeito, matrícula n. 70220 – Membro.
- LIDIONAR SERNICE GONÇALVES – Professor Licenciatura Plena, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 45848 – Membro.

III - Fixar o prazo de 30(trinta) dias para realização dos trabalhos da Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 002/2019 TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 3

Publicação Nº 2225661

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 002/2019

TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 3

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, comunica a retificação do Edital nº 002/2019 - Processo Seletivo Público destinado à contratação em caráter temporário de Professores visando ao preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2020, nos seguintes itens:

PRIMEIRO - Insere no ANEXO 1, em PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, o programa da Prova Escrita para o CARGO DE PROFESSOR PROFESSOR-EDUCAÇÃO ESPECIAL/PROFESSOR BILÍNGUE.

PROFESSOR-EDUCAÇÃO ESPECIAL/PROFESSOR BILÍNGUE

Conteúdo 1 - Didática geral:

- 1) Desenvolvimento da criança e do adolescente.
- 2) Projeto Pedagógico e planejamento de aula.
- 3) Teorias Educacionais, Concepções

Pedagógicas e Tendências atuais. 4) Mediação da aprendizagem. 5) Avaliação. 6) Currículo. 7) Prática educativa. 8) Educação de Jovens e Adultos. 9) Educação Inclusiva. 10) Psicologia da aprendizagem. 11) Parâmetros Curriculares Nacionais. 12) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2 - Específico:

1) Identidades e cultura surda. 2) Linguística e Língua de sinais brasileira. 3) Processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem. 4) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educativas especiais. 5) Metodologias de ensino e aprendizagem. 6) Educação inclusiva e práticas pedagógicas. 7) A inserção escolar - relações entre família e escola. 8) Inclusão e escolarização. 9) Estado de Santa Catarina Município de Chapecó Processo Seletivo Público - Edital 002/2019 Página 26 de 44 Fundamentos da Educação Inclusiva. 10) História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. 11) Língua de sinais brasileira. 12) O intérprete de língua de sinais. 13) Código de ética. 14) Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais. 15) A formação de intérpretes no mundo e no Brasil. 16) O intérprete educacional. 17) Modelos de tradução de interpretação. 18) O intérprete e os discursos a interpretar. 19) O contraste entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. 20) Legislação.

SEGUNDO - Retificar o subitem 7.3.1 que passa a ter a seguinte redação:

7.3.1 Os candidatos que por motivo de convicção religiosa necessitem realizar a prova após o pôr-do-sol deverão entregar à FEPESE, até o último dia das inscrições, pelas formas e meios previstos no Edital para a entrega de documentos, o Requerimento Anexo, devidamente assinado pelo candidato e por pessoa de sua comunidade religiosa, comprovando tal condição.

7.3.1.1 O candidato que requerer a prestação da prova após o pôr do sol, declara estar ciente de que- nos termos Lei Nº 11.225, de 20 de novembro de 1999, ficará incomunicável, desde o horário regular previsto para o início da prova para os demais candidatos até o início da prova, após o pôr do sol, não podendo portar livros, anotações, telefones nem qualquer dos itens vedados pelo Edital do Processo Seletivo, aos candidatos durante a prestação da prova.

Chapecó, 12 de novembro de 2019.

Luciano José Buligon

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 002/2019

TERMO ADITIVO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 3
ANEXO ÚNICO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME		
INSCRIÇÃO	CARGO/ ÁREA DE ATUAÇÃO-DISCIPLINA	CPF

Venho, nos termos do subitem 7.3.1 do Edital do Processo Seletivo, sendo observante da guarda do dia do sábado, requerer prestar a prova escrita do Processo Seletivo Público da Secretaria de Educação do Município de Chapecó- Edital Nº 002/2019.

Estou ciente que- nos termos Lei Nº 11.225, de 20 de novembro de 1999, ficarei incomunicável, desde o horário regular previsto para o início da prova para os demais candidatos até o início da prova, após o pôr do sol, não podendo portar livros, anotações, telefones nem qualquer dos itens vedados pelo Edital do Processo Seletivo, aos candidatos durante a prestação da prova.

Testemunho que o candidato acima identificado é membro de comunidade religiosa que observa a guarda do sábado.

Assinatura do Pastor/ Rabino ou de qualquer membro da Comunidade Religiosa _____

Identificação da testemunha.	
Nome	CPF

Chapecó, data _____

Assinatura do candidato _____

NÃO É NECESSÁRIO RECONHECER FIRMAS

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/PMCS/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2225333

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/PMCS/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de Balcões, Prateleiras, Pias e Mesas produzidas em Pedras de Mármore para uso no Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 08 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CONVÊNIO 02/19 IMG

Publicação Nº 2224789

CONVENIO N.º 02/19, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO EDUCACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O INSTITUTO MAXIMILIANO GAIDZINSKI-IMG, NOS TERMOS DO DECRETO SAF/Nº. 480/19, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019 QUE REGULAMENTA A LEI Nº. 1.505, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019 QUE FIXA PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS, DE ENSINO MÉDIO COM CONCOMITÂNCIA NOS CURSOS TÉCNICOS EM CERÂMICA E/OU ELETROMECÂNICA, CANDIDATOS A BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Polidoro Santiago, nº 519, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Ademir Magagnin, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Cocal do Sul/SC, portador do RG nº. 425.947 e CPF nº. 343.081.649-15, doravante denominado de CONCEDENTE, e o Instituto Maximiliano Gaidzinski, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 07.125.953/0001-25, Unidade Cocal do Sul, com sede na Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº. 352, Centro, Cocal do Sul/SC, devidamente representada pelo diretor Celito Heinzen Cardozo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 344.040.079-49, residente e domiciliado na Rua Machado de Assis, nº. 20, Bairro Santa Bárbara, município de Criciúma/SC, doravante denominado IMG, firmam o presente convênio nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Convênio tem como objeto a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o desenvolvimento da educação no Município de COCAL DO SUL, mediante assistência financeira à alunos residentes em Cocal do Sul, matriculados nos cursos de Ensino Médio com concomitância nos Cursos Técnicos em Cerâmica e/ou Eletromecânica do Colégio Maximiliano Gaidzinski – CMG conforme os termos da Lei Municipal nº. 1.505, de 16 de outubro de 2019 e Decreto SAF/Nº. 480/19, de 16 de outubro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A SER REPASSADO:

1. Será repassado para o IMG em forma de bolsa de estudo conforme os termos deste convênio e somente para os alunos da Unidade Cocal do Sul o valor de R\$ 50.000,04 (cinquenta mil reais e quatro centavos) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais, até o 5º dia de cada mês, no valor de R\$ 4.166,67 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), a partir de 01 de janeiro de 2020.
2. O Concedente deverá incluir em seu Plano Plurianual e Orçamento Anual, os valores a serem transferidos a Conveniente, referentes ao presente Convênio.
3. Ocorrendo atraso no repasse por parte do Concedente, de 1 (uma) parcela, poderá o IMG suspender o repasse dos recursos aos acadêmicos contemplados.
4. As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

N.º Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2016 – Manutenção de outros níveis de ensino

Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PROGRAMAS DE BOLSAS:

1. Serão concedidas 14 bolsas de estudos para alunos carentes, de 50% de desconto na mensalidade;
2. 02 (duas) bolsas de menor aprendiz a ser desenvolvido na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, durante 06 meses, com carga horária de 20 horas semanais, no período de estágio curricular, na proporção de 13% dos recursos disponibilizados;
3. Entende-se por carentes os alunos que possuam renda familiar inferior a três salários mínimos;

4. A manutenção da bolsa para o ano letivo posterior será concedido para o aluno que obtiver 100% de aprovação escolar, em caso de reprovação o aluno automaticamente perde a bolsa de estudos;

5. Existindo reprovação de algum aluno a vaga para o ano seguinte poderá ser preenchida por um novo candidato, seguindo os mesmos critérios de seleção.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO E REMATRÍCULA:

Para inscrever-se no processo de seleção o aluno interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Comprovação de que reside à no mínimo 03 anos em Cocal do Sul (declaração disponível no colégio);

2. Preenchimento da Ficha de Avaliação Socioeconômica para candidato ao Programa de Bolsas de Estudos 2020 (declaração disponível no colégio);

3. Apresentação do Boletim do 9º ano letivo ou 1º ano do Ensino Médio para alunos que forem pleitear vagas de reprovação;

4. Apresentação do Boletim com a aprovação para o ano subsequente do Ensino Médio.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES ECONÔMICAS:

Vencida as exigências para inscrição faz-se necessário a comprovação das condições econômicas, sendo admitidos os seguintes comprovantes:

I) Renda:

a) Declaração de Imposto de Renda da Receita Federal do Brasil (verificação feita pela Comissão Técnica de Avaliação, mediante o CPF dos responsáveis);

b) Apresentação de Extratos Bancários de conta poupança e corrente, dos integrantes da família;

c) Se, empregado: a última folha de pagamento, bem como cópia da carteira de trabalho;

d) Se, aposentados, pensionistas ou beneficiários de auxílio doença do INSS, ou qualquer outro instituto de previdência pública ou privada: extrato de pagamento constando o valor bruto de benefício;

e) Produtor Rural: declaração do rendimento total bruto e líquido mensal, que deverá ser preenchida e assinada pelo sindicato ao qual a produção está vinculada;

f) Do auxílio e da pensão alimentícia recebida de pessoa (s) não declarada (s) como integrante (s) do grupo familiar: considera-se como auxílio ou pensão alimentícia qualquer forma de contribuição regular ou eventualmente fornecida em dinheiro ou em pagamento de mensalidades, material escolar, alimentação, aluguel, plano de saúde, etc. Comprovação por declaração da qual conste valor mensal e tipo de auxílio. A declaração deverá conter nome, CPF e endereço da pessoa que auxilia, com assinatura desta reconhecida em cartório, (quando o pagamento é feito via depósito bancário, anexar o comprovante);

g) Desempregado a mais de 180 dias deverão apresentar declaração com data atual, assinada por duas testemunhas, de que não exerce atividade remunerada e cópia da carteira de trabalho (declaração disponível no colégio);

h) Desempregado a menos de 180 dias: cópia do termo de rescisão contratual, cópia da carteira de trabalho e previdência social, comprovante de recebimento de seguro desemprego, comprovante do saque do FGTS.

II) Dos bens patrimoniais:

a) Declaração de inexistência de bens móveis expedida pelo CIRETRAN de Urussanga (fone: (48) 3465.2020);

b) Declaração de inexistência de bens imóveis expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga (fone: (48) 3465.6470).

III) Da comprovação das despesas:

a) Aluguel: cópia do contrato de locação ou recibo de pagamento do aluguel, com assinatura do locatário reconhecida em cartório;

b) Financiamento: cópia do contrato de financiamento e do recibo da última parcela paga. Se o recibo for emitido em papel timbrado da imobiliária ou instituição financiadora, dispensa-se a apresentação do contrato;

c) Se a moradia for cedida: o proprietário do imóvel deverá fornecer uma declaração com as assinaturas reconhecidas em cartório, esclarecendo que não cobra aluguel pela moradia: cópia de faturas de água, energia ou telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO:

A seleção dos candidatos, a avaliação do grau de carência e do desempenho acadêmico dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo da Comissão Técnica, na qual fica assegurada a participação do Município, em conjunto com o IMG, composta pelos seguintes integrantes:

a) Um representante da Direção;

b) Dois representantes indicados pelo Município;

c) Um representante do corpo docente, coordenador pedagógico;

d) Um assistente social do Município e

e) Um representante do setor administrativo da Escola.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO:

1. Para concessão e ou renovação da bolsa, serão analisados os critérios constantes no edital;
2. A Comissão Técnica poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos beneficiados para verificar a veracidade das informações prestadas quando da inscrição;
3. O IMG fará a publicação de edital para chamamento dos interessados contendo as regras previstas na Lei nº. 1.505, de 16 de outubro de 2019.
4. Eventuais omissões deverão ser decididas pela Comissão técnica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

I – Das Obrigações do Concedente:

- a) Assegurar, os recursos financeiros necessários para o Programa de Bolsa, no valor total de R\$ 50.000,04 (cinquenta mil reais e quatro centavos);
- b) Efetuar o lançamento dos valores das parcelas nos orçamentos anuais do período de vigência do Convênio, bem como no Plano Plurianual;
- c) Efetuar o depósito regular, dos recursos conforme estabelecido no Decreto Municipal SAF/Nº. 480/19, de 16 de outubro de 2019;
- d) Cientifica sobre a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, conforme determina o § 2º do Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- e) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação das parcelas do convênio, limitada a prorrogação pelo exato período do atraso verificado;
- f) Publicar o extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial;
- g) Proceder ao registro do presente Convênio junto ao Tribunal de Contas;
- h) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de trabalho aprovado;
- i) Encaminhar, após a sua análise, as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas e,
- j) Promover à divulgação das ações objeto deste convênio citado, obrigatoriamente, a participação dos convenientes.

II – Das obrigações da Conveniente:

- a) Planejar, acompanhar, gerenciar, avaliar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referente a execução pedagógica, administrativa, e financeira dos cursos ofertados;
- b) Assegurar o reconhecimento legal do Curso através dos seus organismos internos e externos, bem como a emissão dos diplomas aos alunos concluintes do curso;
- c) Acompanhar a vida acadêmica dos alunos, procedendo a formas de registro e controles necessários conforme legislação pertinente;
- d) Manter um corpo docente capacitado, com equipe de ensino e pesquisa para atuar nos cursos;
- e) Promover à divulgação das ações objeto deste Convênio citado, obrigatoriamente, a participação dos Convenientes;
- f) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizado pelo Concedente, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- g) Responsabilizar-se pela administração financeira do Convênio;
- h) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo Concedente exclusivamente na execução do objeto pactuado;
- i) Apresentar mensalmente a lista de alunos beneficiados com as bolsas;
- j) Efetuar a restituição de eventual saldo de recursos, para o Concedente, no caso de extinção ou conclusão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do encerramento do Convênio e,
- k) Restituir ao Concedente do valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:
 - 1 – quando não for executado o objeto da avença;
 - 2 – quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas final;
 - 3 – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A Prestação de Contas parcial deverá ser apresentada mensalmente, através da lista dos acadêmicos beneficiados com as bolsas de estudo e de acordo com cada programa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO:

Em qualquer ação promocional, em função do presente instrumento, deverá ser obrigatoriamente, destacada a participação dos convenientes. Fica vedado em qualquer empreendimento originário deste Convênio, a utilização pelos Partícipes de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

Parágrafo único. Todo material de divulgação das ações do presente Convênio deve conter a logomarca dos signatários, nas cores e formatação fornecidos pelos Convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE:

Aplica-se ao presente instrumento, especialmente nos casos omissos, os dispositivos da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e as alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Este instrumento de convênio poderá ser modificado e/ou aditado através de Termos Aditivos, desde que, mantido o seu objeto, tendo em vista a conveniência das partes de acordos com as normas pertinentes em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ELEIÇÃO DE FORO:

Elegem as partes deste Convênio o Foro de Urussanga/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Convênio, na esfera judicial, sugeridas do presente instrumento e que não puderem ser resolvidas via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convênio em 3 (três) vias de igual teor, que passam a

ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CELITO HEIZEN CARDOSO

Diretor IMG

TESTEMUNHAS: 1. _____;

2. _____.

CONVÊNIO 03/19

Publicação Nº 2224793

CONVÊNIO Nº. 03/19, de 06 de novembro de 2019.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.778.056/0001-88, com sede à Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519, Centro, Cocal do Sul/SC, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, ADEMIR MAGAGNIN, no fim assinado, doravante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, entidade filantrópica sem fins lucrativos com sede neste município, na Rua Ambrósio Dalló, bairro União, neste ato, representada por sua Presidente, Sra. IVANY BÚRIGO ISSA, doravante simplesmente denominada CONVENIADA, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 1.512, de 06 de novembro de 2019, em observância das seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto, proceder o repasse para a CONVENIADA, de valores financeiros para custeio com pessoal que atuam na referida entidade.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município fica autorizado a repassar recurso financeiro à CONVENIADA, por conta de rubricas orçamentárias próprias, correspondente a cobertura dos custos com folha de pagamento, salários e encargos legais. A cobertura dos custos, relativos à folha de pagamento incidem sobre a quantidade, cargos/função e carga horária, conforme Tabela Única constante na Lei nº. 1.512, de 06 de novembro de 2019.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONVENIADA deverá realizar mensalmente a prestação de contas ao CONVENIENTE, dos valores utilizados e ou da cobertura total dos custos referentes a folha de pagamento, conforme Tabela Única constante na Lei nº. 1.512, de 06 de novembro de 2019, e apresentar relatório específico, dos recursos financeiros recebidos pelo CONVENIENTE, 25(vinte e cinco) dias após o repasse da última parcela, com base na Lei Federal n. 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - O valor a ser repassado a CONVENIADA será efetuado em conta bancária, na qual não poderá ser utilizado para outra destinação.

DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento pela CONVENIADA, de qualquer obrigação prevista neste Convênio, permitirá ao Município considerá-lo rescindido.

CLÁUSULA SEXTA - O desvio da finalidade ou inobservância dos termos previstos neste Convênio acarretará a proibição da concessão de novo auxílio, pelo CONVENIENTE a CONVENIADA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA SETIMA - O presente Convênio será regido por normas próprias de direito administrativo, aplicando-lhe, subsidiariamente, na falta destas normas, as disposições do Código Civil Brasileiro atinentes aos contratos.

CLÁUSULA OITAVA – Os salários dos profissionais contratados conforme Tabela Única da Lei nº. 1.512, de 06 de novembro de 2019, seguem para reajustes de salários do Acordo Coletivo de Trabalho de sua Categoria Profissional.

PARAGRAFO ÚNICO. É de responsabilidade da CONVENIADA, os custos decorrentes de reclamações trabalhistas em virtude do descumprimento da CLT, a partir do novo Contrato de Trabalho.

CLÁUSULA NONA - Fica assegurado ao CONVENIENTE, o direito de fiscalização contínua da aplicação dos recursos liberados pela administração municipal.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Convênio iniciará em 1º de janeiro de 2020 e findará em 31 de dezembro de 2020, com a prestação de contas, fixada para 25(vinte e cinco) dias após o repasse dos recursos financeiros.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste termo, implicará na sua rescisão, independentemente de outras cominações legais.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As despesas decorrentes correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura:

2.059 – Manutenção da Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.0.1.01.0001 – Transf., a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Urussanga, para dirimir qualquer dúvida que possa advir do presente Convênio, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente convênio, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que abaixo subscrevem.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

IVANY BÚRIGO ISSA

Presidente da APAE

TESTEMUNHAS: 1. _____;

2. _____.

DECRETO SAF/N. 496/19

Publicação Nº 2224801

DECRETO SAF/ Nº 496/19, de 05 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:11 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 – Manutenção dos Serv. Da Estratégia Saúde da Família - ESF	
3.1.90.00.00.00.00.0.2.38.0112 – Aplicações Diretas	287.000,00

TOTAL. R\$ 287.000,00

Art. 2º A suplementação acima se dá por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2019, na fonte de recursos 38 – Recursos dos SUS União Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

EDITAL PROCESSO SELETIVO 04/19 EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2225906

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 004/2019
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1**

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, por meio da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, destinado a admissão em caráter temporário, por tempo determinado, para os cargos do Magistério Público Municipal com atuação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2020, sob a égide do Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos Municipais de Cocal do Sul e serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo especial disposto na Lei Municipal 1.275, de 30/09/2015, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, com a execução técnico-administrativa da empresa **CONCURSOS SS1**, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-á com a afixação no Mural da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e/ou seus extratos serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.cocaldosul.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo.

CAPÍTULO I - DOS CARGOS E VAGAS**1.1. DAS VAGAS:**

1.1.1. O Processo Seletivo destina-se a formação de cadastro reserva, de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade deste Processo Seletivo e destina-se ao provimento das vagas que ocorrerem no ano letivo de 2020.

1.1.1.1. O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será operacionalizado pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos do quadro do magistério público municipal.

1.1.2. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

1.1.3 – Tabela de Cargos:

Cargos	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na contratação	Valor de Inscrição R\$
Orientador Pedagógico	Cadastro Reserva	Licenciatura Plena em Pedagogia.	40,00
Professor Artes	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Artes.	40,00
Professor Atendimento Educacional Especializado - AEE	Cadastro Reserva	Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização em Educação Especial.	40,00
Professor Ciências (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.	40,00
Professor Educação Física - Bacharel	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Bacharel em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Bacharel em Educação Física.	40,00
Professor Educação Física - Licenciatura	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física.	40,00
Professor Educação Infantil	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Pedagogia em Educação Infantil ou Certificado de conclusão do Magistério. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia - Educação Infantil.	40,00
Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Pedagogia em Anos Iniciais ou Certificado de conclusão do Magistério. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia – Anos Iniciais.	40,00
Professor Ensino Religioso (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Ciências da Religião, Filosofia, História ou Estudos Sociais. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Religião, Filosofia ou História.	40,00
Professor Geografia (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia.	40,00
Professor História (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em História. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em História.	40,00
Professor Informática	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e histórico escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso	40,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

		Superior de Licenciatura em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática.	
Professor Inglês	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras – Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Letras – Inglês.	40,00
Professor Língua Portuguesa (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras - Português. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Letras - Português.	40,00
Professor Matemática (6º ao 9º ano)	Cadastro Reserva	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática.	40,00
Secretário de Unidade Escolar	Cadastro Reserva	Ensino Médio.	40,00

1.1.4. DA CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO ATUALIZADO:

Carga Horária Semanal	Habilitado	Não Habilitado
10 horas	R\$ 689,72	R\$ 681,35
20 horas	R\$ 1.379,45	R\$ 1.362,70
30 horas	R\$ 2.069,17	R\$ 2.044,05
40 horas	R\$ 2.758,90	R\$ 2.725,40

Regência de Classe: 20%.

1.1.4.1. A carga horária mínima para contratação é de 10 horas semanais. A carga horária estabelecida poderá ser de 10h, 20h, 30h ou 40h semanais, conforme vagas.

1.1.5. Os candidatos classificados e interessados em assumir os Projetos Extracurriculares: Aulas de Violão, Aulas de Italiano, Jogos de Mesa, Banda Musical, Coral, Robótica, Vôlei, Handebol, Futsal, Futebol de Campo e Karatê além de apresentar o certificado de Pós-Graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado) e as horas de curso no ato da inscrição (prova de títulos) deverão apresentar consequentemente no período de 17 a 21 de fevereiro o certificado de Pós-Graduação e horas de curso específicas de acordo com o projeto escolhido para atuação conforme item 1.1.5.1, e entregar na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, sendo que será selecionado pela Comissão do Processo Seletivo e Secretaria de Educação o candidato que apresentar:

1º - Pós-Graduação específica de acordo com o projeto escolhido, conforme estabelecido no item 1.1.5.1;

2º - O maior número de horas em cursos específicos no período de 2017 a 2019, conforme estabelecido no item 1.1.5.1;

3º - O que obtiver a melhor classificação (prova objetiva + prova de títulos);

4º - Em casos de empate a Comissão do Processo Seletivo utilizará o critério estabelecido no item 8.3.2.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

1.1.5.1. Projetos Extracurriculares:

Projeto	Vagas Legais	Habilitação	Pós-Graduação	Mais horas de curso comprovando que está apto a ministrar aulas de:
Jogos de Mesa	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Licenciatura	Xadrez e Tênis de Mesa	Xadrez e Tênis de Mesa
Aulas de Italiano	Cadastro Reserva	Qualquer Licenciatura	Italiano	Italiano
Banda Musical	Cadastro Reserva	Qualquer Licenciatura	Música	Música
Aulas de Violão	Cadastro Reserva	Qualquer Licenciatura	Violão	Violão
Robótica	Cadastro Reserva	Professor Informática	Robótica	Robótica
Coral	Cadastro Reserva	Qualquer Licenciatura	Coral	Coral
Vôlei	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Bacharel	Vôlei	Vôlei
Handebol	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Bacharel	Handebol	Handebol
Futsal	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Bacharel	Futsal	Futsal
Futebol de Campo	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Bacharel	Futebol de Campo	Futebol de Campo
Karatê	Cadastro Reserva	Professor de Educação Física – Bacharel	Karatê	Karatê

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Descrição Sumária: Desenvolver e executar atividades de administração, planejamento e supervisão educacional.

Compete ao Orientador Educacional: Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação; Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar; Buscar atualização permanentemente; Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidos com o propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola; Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal; Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola; Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento; Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional; Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógicos do educando; Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução; Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive; Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania; Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social; Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento às reais necessidades dos alunos; Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo; Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar; Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalho de ensino e colaborar na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar; Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas; Colaborar com as atividades de articulação da escola-família- comunidade; Executar outras atividades afins



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

PROFESSOR

Descrição Sumária: Realizar o exercício da docência, em classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Compete ao Professor: Participar da elaboração do Regimento Escolar e proposta Pedagógica da escola; Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe; Seguir as diretrizes do ensino, emanados do Órgão Superior Competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR

Descrição Sumária: Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização/atualização dos registros das atividades administrativas e pedagógicas da unidade escolar. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização/atualização dos registros das atividades administrativas e pedagógicas da unidade escolar.

Compete ao Secretário de Unidade Escolar: Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários; Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos; Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos; Redigir, revisar, organizar, digitar expediente a ser submetido ao diretor da unidade escolar; Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores; Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso; Comunicar ao diretor da unidade escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo; Expedir registros, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do diretor da unidade escolar; Colaborar, no que for da sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais; Atuar, nas atividades relacionadas à disciplina, no âmbito da unidade escolar; Colaborar com os professores, promovendo atividades para o bom relacionamento dos alunos com todos os segmentos da unidade escolar; Promover a sociabilidade entre alunos, professores e direção da unidade escolar; Manter contatos constantes com alunos e professores no que diz respeito à integração dos mesmos no grêmio, associações, etc.; Atuar no controle da frequência dos alunos e professores; Auxiliar a direção da unidade escolar no que se refere às atividades de administração de pessoal: controle de férias, distribuição de folha de pagamento e instrução de processos relativos às solicitações de benefícios, etc.; Auxiliar no controle de estoques, classificando, codificando e controlando o material permanente e de consumo; Auxiliar na área de coleta e processamento de dados utilizando sistemas manuais e mecanizados; Coletar, registrar e transmitir dados relativos às atividades da unidade escolar.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.2. Os candidatos poderão se inscrever **em até dois cargos**. Devendo realizar a inscrição e recolher o valor da inscrição para cada cargo escolhido.

2.2.1. O candidato não poderá inscrever-se para habilitado e não-habilitado na mesma disciplina, se assim ocorrer será deferida somente a última inscrição devidamente paga.

2.3. As inscrições serão somente **pela Internet**.

2.4. PERÍODO: 12/11/2019 a 11/12/2019.

2.5. DA INSCRIÇÃO:

2.5.1. As inscrições via Internet poderão ser realizadas **a partir das 14h do dia 12 de novembro de 2019 até às 14h, do dia 11 de dezembro de 2019**, pelo *site* **www.concursosss1.com.br**.

2.5.2. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para acesso, no período de 12/11/2019 a 10/12/2019, no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 16h e no dia 11/12/2019, no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 14h, na Biblioteca Municipal, situada na Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 352 - Centro, Cocal do Sul/SC.

2.5.3. A Concursos SS1 não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.5.4. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o documento para o pagamento da inscrição. Este será o seu registro provisório de inscrição.

2.5.4.1. O boleto gerado para este Processo Seletivo será da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de evitar o pagamento de boletos fraudados, o candidato deve verificar o código do banco, constante no código de barras, bem como o banco.

2.5.4.2. Será de responsabilidade do candidato verificar as informações do boleto bancário, bem como certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente.

2.5.5. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia **11 de dezembro de 2019**, com o boleto bancário impresso **(NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas)**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCÁL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

2.5.6. A Concursos SS1, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia **11 de dezembro de 2019**. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

2.5.7. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa Concursos SS1, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato **NÃO** deve remeter a Concursos SS1 cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.5.8. Os candidatos que fizerem sua inscrição, interessados nas vagas para pessoas com deficiência, deverão verificar Capítulo próprio neste Edital, para encaminhamento de documentos necessários.

2.5.9. Os candidatos interessados e que atenderem as condições estabelecidas na Lei Estadual nº 10.567/1997 e alterações, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição à Concursos SS1, no **período de 12 a 19 de novembro de 2019, devendo marcar na ficha de inscrição a opção de "SOLICITAR ISENÇÃO"** e encaminhar pelo link **"ENVIO DE DOCUMENTOS DE ISENÇÃO"** na página do Processo Seletivo, site www.concursosss1.com.br, os seguintes documentos digitalizados e legíveis: documento de identidade, requerimento de isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo como Doador de Sangue ou Doador de Medula - Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado pelo candidato e comprovante de doador, conforme segue:

a) Para doadores de sangue: comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações no período de 01 (um) ano;

b) Para doadores de medula: comprovante de inscrição no cadastro de Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

2.5.9.1. Somente serão aceitos os documentos encaminhados no link específico para envio da documentação, nos formatos PDF, JPEG e JPG, que estejam legíveis e cujo tamanho não exceda 5MB cada arquivo. O candidato deve observar as orientações de envio contidas no próprio link.

2.5.9.2. O não envio de qualquer documento para comprovar a condição de que trata o item 2.5.9 ou o envio dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.

2.5.9.3. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado a partir do dia **22 de novembro de 2019** pelo site www.concursosss1.com.br.

2.5.9.4. Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada. **Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa, deverão providenciar o pagamento do boleto impresso no momento da inscrição ou solicitar a impressão da 2ª via do boleto de pagamento e pagarem dentro do prazo estipulado - até o dia 11/12/2019, para permanecer participando do certame.**

2.5.9.5. Não caberá qualquer devolução do valor pago a título de taxa de inscrição ao candidato que solicitou a isenção da taxa, e também efetuou o pagamento da taxa de inscrição, ainda que a isenção tenha sido deferida,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

de forma que o pagamento do boleto bancário deve ser feito após a divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição e/ou após a divulgação do resultado da análise dos recursos.

2.6. São requisitos para ingresso no serviço público, a serem apresentados quando da contratação:

- a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo;
- b) Ter nacionalidade brasileira;
- c) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
- d) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- e) Idoneidade moral a ser comprovada no ato da admissão, mediante a apresentação de atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Fórum;
- f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme o disposto na tabela de cargos, na data da contratação;
- g) Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- h) Carteira de identidade;
- i) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- j) Título de eleitor;
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- l) Certidão de nascimento e/ou casamento e/ou de união estável;
- m) Duas fotos 3x4;
- n) PIS/PASEP e carteira de trabalho;
- o) Estar com qualificação cadastral em dia no CPF e no NIS;
- p) Declaração de não acúmulo de cargos públicos;
- q) Comprovante de endereço;
- r) Não ter sofrido penalidades disciplinares no exercício da função pública, caso tenha trabalhado no ano de 2019 em órgão público;
- s) Para os estudantes de licenciatura, no ato da contratação, será solicitado atestado de frequência a partir da 4ª fase;
- t) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei;
- u) Candidatos com deficiência verificar capítulo próprio neste edital.

2.6.1. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

2.7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:

2.7.1. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos, via postal, via fax, por *e-mail*, extemporâneas e/ou condicionais.

2.7.2. Antes de efetuar o pagamento da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, sendo vedada a alteração de sua opção inicial de cargo após o pagamento. Não haverá devolução do valor da inscrição, salvo se for cancelada a realização do Processo Seletivo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

2.7.3. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.7.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, documentos digitais ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não-identificáveis.

2.7.5. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, poderá não ter a prova corrigida e ser excluído do certame.

2.7.6. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF – Cadastro de Pessoa Física, regularizado.

2.7.7. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.

2.7.8. Ao efetivar sua inscrição, o candidato assume inteira responsabilidade por todas as informações constantes na ficha de inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento ou falta de informação.

2.7.9. Qualquer declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e tornarão nulos todos os atos decorrentes dessa inscrição, em qualquer época, podendo o candidato responder as consequências legais.

2.7.10. O candidato que deixar de cumprir as normas previstas neste Edital, relativas à inscrição poderá ter sua inscrição não homologada.

2.8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

2.8.1. A partir de **16/12/2019** será divulgado edital de homologação das inscrições com a respectiva relação de candidatos homologados.

2.8.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelos sites www.concursos1.com.br e www.cocaldosul.sc.gov.br ou no Mural de Publicações do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

2.8.3. O candidato deverá acompanhar o edital de homologação de inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido homologada o candidato poderá impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

2.8.4. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição e nem o direito de realizar as provas, exceto se, por ocasião das provas, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos que permitam a inclusão do candidato.

2.8.4.1. A efetiva inclusão do candidato ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão.

2.8.4.2. Constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento, a inclusão será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 9.508/2018, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº 7.853/1989.

3.1.1. Caso a aplicação do percentual de que o item anterior resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como **encaminhar pelo link "ENVIO DE DOCUMENTOS - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA", na página do Processo Seletivo, site www.concursosss1.com.br, até o último dia das inscrições - 11/12/2019**, os seguintes documentos:

- a) laudo médico (cópia legível digitalizada), emitido há menos de um ano**, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
- b) requerimento (preenchido, assinado e digitalizado)** solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.2.1. Somente serão aceitos os documentos encaminhados no link específico para envio da documentação para pessoas com deficiência, nos formatos PDF, JPEG e JPG, que estejam legíveis e cujo tamanho não exceda 5MB cada arquivo. O candidato deve observar as orientações de envio contidas no próprio link.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019

3.2.2. O não envio de qualquer documento para comprovar a condição de que trata o item 3.1 ou o envio dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido.

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

CAPÍTULO IV - DAS PROVAS

4.1. Para todos os cargos, o Processo Seletivo constará de **PROVA OBJETIVA**, de caráter classificatório, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

4.2. **PROVA DE TÍTULOS:** Para os candidatos aos cargos de **ORIENTADOR PEDAGÓGICO e PROFESSOR (todos)** haverá PROVA DE TÍTULOS, conforme Capítulo VI, do presente Edital, de caráter classificatório.

4.3. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

CARGOS	PROVA	DISCIPLINA	Nº Questões	Valor por questão	PESO TOTAL
Orientador Pedagógico Professor (todos)	Objetiva	Português	05	4,20	21,00
		Raciocínio Lógico Matemático	05	4,20	21,00
		Legislação Específica	05	5,00	25,00
		Conhecimentos Específicos	05	5,00	25,00
	Títulos				8,00
Secretário de Unidade Escolar	Objetiva	Português	05	4,50	22,50
		Raciocínio Lógico Matemático	05	4,50	22,50
		Legislação Específica	05	5,50	27,50
		Conhecimentos Específicos	05	5,50	27,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- 4.4. Os candidatos inscritos em dois cargos deverão responder as questões de Conhecimentos Específicos de ambos os cargos, totalizando 25 questões.
- 4.5. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão da mesma. **A NOTA DA PROVA OBJETIVA será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.**
- 4.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
- 4.7. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade.
- 4.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento impresso que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 4.9. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de inscrição. A critério da organização do Processo Seletivo, este poderá ser dispensado, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato.
- 4.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 4.11. No local de provas não será permitido ao candidato entrar sem camisa, usar óculos escuros e entrar ou permanecer com armas ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod®*, gravadores, *pen drive*, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho eletrônico deverá depositá-lo na Coordenação. Os aparelhos eletrônicos, inclusive os telefones celulares deverão ser desligados e depositados junto à mesa de fiscalização até o final da prova, sendo a identificação desses de responsabilidade exclusiva dos candidatos. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.
- 4.11.1. A Concursos SS1 não se responsabiliza por nenhum objeto e/ou aparelho eletrônico trazido pelos candidatos e recomenda que os mesmos não levem nenhum dos objetos citados no item anterior, no dia de realização das provas.
- 4.12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
- 4.12.1. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

4.12.2. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

4.12.3. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

4.14. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) desrespeitar qualquer um dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- b) apresentar sinais de embriaguez;
- c) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- d) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização.

4.15. Candidatos com deficiência – ver Capítulo próprio sobre solicitação de condição ou prova especial (caso necessário).

4.16. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.17. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

4.18. Durante a realização das provas, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, de ponta grossa, lápis, borracha, documento de Identidade e uma garrafa de água transparente e sem rótulo. A Concursos SS1 não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

4.19 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

CAPÍTULO V - DA PROVA OBJETIVA

5.1. A Prova Objetiva, para todos os cargos será aplicada em **21/12/2019, no turno da tarde**, em horário e local a serem divulgados quando da homologação das inscrições a partir de **16/12/2019**.

5.2. O Município reserva-se o direito de indicar nova data para a realização da Prova Objetiva, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação em jornal de circulação local, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das mesmas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

5.3. Os programas e/ou referências bibliográficas da prova objetiva de cada cargo são os constantes no Anexo I do presente Edital.

5.3.1. Em todas as provas, quando da citação de legislação, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até o último dia das inscrições.

5.3.2. As leis indicadas nas referências bibliográficas poderão ser usadas em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.

5.4. O tempo de duração da prova objetiva será de até 2 horas.

5.4.1. Os candidatos inscritos em dois cargos deverão responder as questões de Conhecimentos Específicos de cada uma das áreas escolhidas e terão que realizar todas as questões no período de até 2 horas, preenchendo o cartão de respostas de todas as áreas no qual se inscreveu.

5.5. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa e documento de identificação.

5.6. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 (uma) hora contada do seu efetivo início.

5.7. Durante as provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

5.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, a Concursos SS1 poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

5.9. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS.

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo a FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente **preenchido e assinado**. **É obrigação do candidato conferir seus dados na folha ótica de respostas e assinar no local indicado**. A não entrega da folha ótica de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. **A falta de assinatura na folha ótica de respostas poderá também implicar na eliminação do candidato do certame**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na folha ótica de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

5.13. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, a folha ótica de respostas devidamente preenchida e assinada.

5.14. Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes.

CAPÍTULO VI - DA PROVA DE TÍTULOS - Para ORIENTADOR PEDAGÓGICO e PROFESSOR (todos)

6.1. Os candidatos deverão encaminhar, via Sedex, até o último dia das inscrições - 11/12/2019, para Concursos SS1 - Caixa Postal nº 5315 - CEP 90041-970 - Porto Alegre/RS, os títulos para concorrer à última etapa do Processo Seletivo. Não serão recebidos títulos em outra ocasião.

6.1.2. É de inteira responsabilidade do candidato o envio e rastreamento do objeto enviado, através de código fornecido pelos Correios, devendo o mesmo acompanhar pelo site dos Correios o andamento da entrega.

6.2. Essa Prova será somente classificatória, sendo que o candidato aprovado/habilitado que deixar de entregar seus títulos não terá somados os pontos correspondentes a essa etapa, mas não ficará eliminado do Processo Seletivo, pela não entrega.

6.3. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

Itens		Pontuação
1. Pós-graduação (somente curso concluído)	Doutorado	3,00
	Mestrado	2,00
	Especialização	1,00
2. Cursos de aperfeiçoamento: Seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, etc., desde que relacionados com o cargo e concluídos nos anos de 2017 a 2019 (até a data do término da inscrição). Títulos que não apresentarem o período de realização do evento não serão pontuados. Neste item os cursos serão restritos a 100 (cem) horas e deverão ser encaminhados no máximo 04 (quatro) títulos . Caso o candidato entregue número de títulos superior, serão desconsiderados.		1 hora.....0,01 Pontuação máxima.....1,00
3. Tempo de Serviço: Para fins de classificação serão computados 0,10 ponto por ano de efetivo exercício na área específica do cargo com peso máximo de 1 (um) ponto, contando no máximo 10 (dez) anos de tempo de serviço até o dia 31/10/2019.		1 ano.....0,10 Pontuação máxima.....1,00
Pontuação Máxima		8,00
4. Cursos de graduação, bem como o curso de exigência do cargo não serão utilizados para pontuação.		
5. Para a comprovação da conclusão dos cursos de pós-graduação serão aceitas cópias autenticadas de diplomas ou certificados expedidos e registrados pela instituição responsável pelo curso. Caso o candidato ainda não tenha obtido seu diploma ou certificado, poderá apresentar cópia autenticada de documento expedido pela instituição responsável pelo curso devendo constar a conclusão e, para cursos de especialização, a carga horária. Não serão pontuados títulos apresentados em forma de: boletim de matrícula, atestado de frequência, atestados de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia ou tese.		
6. O candidato poderá apresentar mais de um Título no item 1, porém a pontuação não poderá exceder a pontuação máxima de 8,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

pontos para a Prova de Títulos.

7. Para comprovação do item 2 desta tabela, o comprovante deverá ser o diploma, certificado de conclusão do curso, declaração ou atestado, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedido pela mesma. Não serão pontuados boletim de matrícula, histórico escolar ou outra forma que não a determinada acima, não devendo o candidato entregar documentos que não estejam na forma exigida. Estes devem estar devidamente registrados. Não serão pontuados cursos em andamento.

8. Para comprovação do item 3 desta tabela, serão computadas para fins de tempo de serviço apenas as Certidões de Tempo de Serviço (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS não serão aceitas para comprovação deste item) expressas em anos e meses, considerando a fração de 6 meses 0,10 ponto (tempo menor de 6 meses será desconsiderado), atualizadas (emitidas no ano de 2019) e originais ou autenticadas. O tempo de serviço em paralelo (quando trabalhado em dois lugares ao mesmo tempo) será computado somente uma vez.

9. Não serão pontuados tempo de serviço de estágio, monitoria, bolsa de estudos, trabalho voluntário, projetos, ou, ainda, participação em cursos/eventos como painelistas, organizador ou palestrante.

6.4. APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:

6.4.1. Os candidatos deverão **encaminhar, via Sedex, conforme descrito no item 6.1, os títulos** para concorrer à última etapa do Processo Seletivo.

6.4.2. O candidato deverá encaminhar uma cópia autenticada em cartório de cada título.

6.4.3. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados do respectivo mecanismo de autenticação para verificação.

6.4.4. Juntamente com os títulos, deverá ser encaminhada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo Anexo II a este Edital que será encaminhada à Banca Avaliadora da Concursos SS1.

6.4.5. Não serão pontuados os títulos que não estiverem acompanhados da respectiva relação, assim como aqueles não relacionados, mesmo que enviados.

6.4.6. Na relação dos títulos, o candidato declarará expressamente o curso que possui ou que esteja em andamento, como requisito de habilitação para o cargo. Se o candidato deixar de declarar o curso de habilitação, o mesmo não terá seus títulos pontuados ou ainda, a Banca poderá utilizar outro título apresentado para comprovar esta habilitação exigida.

6.4.7. Cada candidato deverá encaminhar **individualmente** os títulos e respectiva relação em envelope devidamente identificado, contendo na sua parte externa o nome do candidato, número de inscrição, cargo e identificação do Processo Seletivo, conforme segue:

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 004/2019 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - PROVA DE TÍTULOS

NOME DO CANDIDATO _____

CARGO 1 _____ Nº DE INSCRIÇÃO _____

CARGO 2 _____ Nº DE INSCRIÇÃO _____

6.4.7.1. Serão desclassificados da Prova de Títulos os candidatos que enviarem seus títulos em envelopes não identificados conforme o item 6.4.7.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

6.4.8. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

6.4.9. Para comprovação do nome do candidato, deverá ser enviada cópia simples do documento de identidade. **O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar além da cópia simples do documento de identidade, o documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.**

6.4.9.1. Não serão pontuados os títulos que apresentem o nome do candidato abreviado, incompleto, com erros de digitação ou diferente da inscrição e/ou documentos apresentados para comprovação, conforme item anterior.

6.4.10. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

6.4.11. Não serão pontuados os títulos que excederem ao máximo de pontos, bem como os que apresentarem dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a avaliação da Banca.

CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS

7.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
- b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
- c) Aos resultados parciais e finais do Processo Seletivo.

7.2. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação por edital, de cada evento.

7.3. Os recursos deverão ser protocolados *on-line*, através do site www.concursosss1.com.br, no prazo estipulado por Edital. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

7.4. Para cada questionamento deverá ser utilizado um formulário eletrônico, com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, no qual deve ser circunstanciada exposição a respeito das questões e pontos para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos, bem como as razões do pedido de revisão e o total dos pontos pleiteados.

7.5. Não serão considerados os recursos que não contenham os dados acima e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

7.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail) ou em desacordo com este Edital.

7.7. A Concursos SS1 não se responsabiliza por recurso não recebido por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão dos documentos solicitados.

7.8. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.

7.9. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

7.10. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários eletrônicos de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo. Os recursos que não estejam com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, não serão aceitos.

7.11. Os recursos serão analisados individualmente, porém as respostas poderão ser divulgadas por questão e não direcionadas a cada candidato.

CAPÍTULO VIII - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas na prova objetiva e prova de títulos, conforme aplicada ao cargo.

8.2. A classificação final do Processo Seletivo será publicada por edital e apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas:

- a) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Habilitados;
- b) Lista de classificação dos candidatos inscritos como Não Habilitados.

8.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:

8.3.1. Para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos**, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso será utilizado o critério da maior idade.

8.3.2. Após a aplicação do critério acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:

- a) obtiver maior nota na prova objetiva;
- b) obtiver maior nota em conhecimentos específicos;
- c) obtiver maior nota em legislação específica;
- d) obtiver maior nota em português;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

e) maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.

8.4. Persistindo o empate entre os candidatos, após aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

8.4.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da Loteria Federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

CAPÍTULO IX - DA ADMISSÃO DAS VAGAS

9.1. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

9.1.1. Os candidatos classificados, de acordo com os cargos descritos, poderão ser chamados para assumir as vagas nas respectivas Secretarias: Educação, Esporte e Cultura, Assistência Social e Saúde.

9.2. As vagas serão preenchidas, obedecendo, rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. No ato da contratação os candidatos deverão comprovar a escolaridade e outros requisitos exigidos para o cargo no qual se inscreveu, conforme Tabela 1.1.3, deste Edital.

9.3.1. A não comprovação do estabelecido no item 9.3 elimina o candidato do certame.

9.4. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

9.5. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados, obedecendo à ordem de classificação.

9.6. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Cocal do Sul.

9.7. Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação o mesmo deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, no prazo de 5 dias, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

9.8. O Processo Seletivo terá validade por 1 (um) ano a partir da data de homologação dos resultados, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

9.9. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de convocação, a contratação só lhes será deferida no caso de exibirem:

- a) a documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.6 deste Edital acompanhada de fotocópia;
- b) atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
- c) declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.

9.10. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da admissão, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

9.11. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

CAPÍTULO X - DA ESCOLHA DAS VAGAS

10.1. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por cargo.

10.1.1. Os candidatos deverão apresentar carteira de identidade ou documento oficial com foto.

10.2. As vagas a serem oferecidas, para os candidatos inscritos e classificados, serão as vagas existentes e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

10.3. As vagas para a chamada presencial serão afixadas no local e na data da escolha de vagas, conforme cronograma divulgado no site do Município e mural oficial.

10.3.1. As vagas poderão estar organizadas em blocos com carga horária e dias de trabalho já determinados para atender a necessidade da Unidade Escolar.

10.3.2. Aos classificados da lista da Educação Infantil poderão ser ofertadas as vagas para professor titular de turma e para professor de hora atividade.

10.3.2.1. O candidato que optar pela vaga como professor de hora atividade ficará a disposição da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura para trabalhar no Plantão de Atendimento, no período de recesso escolar previsto para julho de 2020.

10.3.2.2. As vagas para o Plantão de Atendimento previsto para o período de férias escolares (dezembro de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

2020 a fevereiro de 2021) serão ofertadas primeiramente para os professores de hora atividade e na sequência serão ofertadas para os professores titulares de sala de aula, respeitando a ordem de classificação, conforme a necessidade da unidade escolar.

10.3.3. Primeiramente serão chamados/contratados os candidatos que possuem graduação na licenciatura exigida para o cargo (habilitados), havendo ainda vagas serão chamados/contratados os candidatos não habilitados.

10.3.4. A escolha de vaga deverá ser efetuada pelo próprio candidato, podendo ser realizada por meio de procuração pública.

10.3.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga passará para o final da lista na qual foi classificado.

10.3.6. Após a primeira escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do ano letivo de 2020, em ordem classificatória, por telefone e e-mail, e o candidato terá o prazo de 24 horas para comparecer na Secretaria de Educação. Será de responsabilidade do candidato a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, não informar o DDD quando diferente de 48) passando, então, para o final da listagem na qual foi classificado.

10.3.7. O candidato convocado que efetuar escolha da vaga e desistir da vaga escolhida será eliminado da lista de classificação.

10.3.8. O candidato que não aceitar a vaga em função de incompatibilidade profissional de horário e carga horária deverá apresentar o comprovante desse impedimento, no prazo de 24 horas após ser comunicado pela Secretaria de Educação. Este comprovante deverá ser expedido por órgão competente, em papel timbrado, com carimbo e assinatura da chefia imediata, horário de trabalho especificado e telefone do local, e entregue na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul.

10.3.9. O candidato que apresentar o comprovante de incompatibilidade automaticamente aguardará outra vaga para a qual haja compatibilidade de horário de trabalho. Caso não aceite a vaga, passará para o final da lista na qual foi classificado.

10.3.10. O candidato que não apresentar comprovante de incompatibilidade profissional de horário, imediatamente após a primeira escolha de vagas, ou após ser chamado por telefone, passará para o final da lista na qual foi classificado.

10.3.11. Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato fazer a troca de local de trabalho, período (matutino/vespertino), carga horária, salvo nos casos de necessidade do Serviço Público Municipal.

10.3.12. O candidato que optou pela inscrição em duas áreas, deverá no momento da escolha optar por uma.

10.3.13. O candidato contratado que desistir da vaga deverá comparecer na Secretaria de Educação, Esporte e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

Cultura para preencher um formulário de desistência, não podendo ocupar, neste Processo Seletivo, nenhuma outra vaga.

10.3.14. O candidato que escolheu vaga e não assumiu na data determinada ou não entregou os documentos no prazo estabelecido será considerado desistente e eliminado do Processo Seletivo.

10.3.15. O candidato contratado ficará em permanente avaliação de desempenho e, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será constituída uma Comissão Específica para avaliar se o candidato terá o contrato rescindido.

10.3.16. A avaliação de desempenho, neste caso, será comprovada por meio de três registros em ata: dois assinados pela equipe diretiva e um assinado pela Coordenação Pedagógica, correspondente da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, quando verificada a ausência de: idoneidade moral, assiduidade, disciplina, cumprimento das orientações da equipe diretiva e coordenação pedagógica, eficiência e/ou aptidão para o exercício da função e participação nos cursos de formação e reuniões pedagógicas.

10.3.17. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, a pedido do contratado ou por conveniência administrativa, a juízo da Administração Pública Municipal, bem como nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica ou administrativa, de acordo com o item 10.3.15.

10.3.18. O candidato que tiver o seu contrato rescindido em função do ocorrido no item 10.3.14 não poderá optar por outra vaga durante o ano letivo de 2020 e 2021.

10.3.19. Neste caso implicará no indeferimento de inscrição do candidato para o ano letivo de 2021.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação do Município de Cocal do Sul, Comissão do Processo Seletivo em conjunto com a Concursos SS1.

11.3. Delega-se competência à empresa Concursos SS1, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir listas e modelos dos documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
- d) Receber, analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de COCAL DO SUL eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

11.4. A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão do Processo Seletivo ACT .

11.5. Faz parte do presente Edital:

Anexo I - Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;

Anexo II - Modelo de Relação de Títulos;

Anexo III - Modelo de Requerimento - Pessoas com Deficiência;

Anexo IV - Modelo de Requerimento - Doador de Sangue/Doador de Medula;

Anexo V - Cronograma de Eventos.

Município de Cocal do Sul, 12 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

ANEXO I - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PORTUGUÊS - Comum a todos

Conteúdos: 1) Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. 2) Ortografia. 3) Acentuação gráfica. 4) Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. 5) Classes de palavras. 6) Flexão nominal e verbal. 7) Colocação pronominal. 8) Emprego de modos verbais. 9) Vozes do verbo. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Paralelismo de regência. 13) Ocorrência de crase. 14) Pontuação. 15) Termos da oração. 16) Processos de coordenação e subordinação.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Comum a todos

Conteúdos: 1) Operações fundamentais. 2) Números inteiros, racionais e reais. 3) Problemas de contagem. 4) Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. 5) Unidades de comprimento. 6) Medidas de área. 7) Medidas de Volume. 8) Razões e proporções. 9) Divisão proporcional. 10) Regras de três simples e compostas. 11) Porcentagens. 12) Equações e inequações de 1º e 2º graus. 13) Sistemas lineares. 14) Juros simples e compostos. 15) Transformação em dias, horas, minutos e segundos. 16) Probabilidades. 17) Resolução de problemas. 18) Logaritmos. 19) Probabilidade. 20) Progressão aritmética. 21) Progressão geométrica. 22) Análise combinatória.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - Comum a todos

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - Com as Emendas Constitucionais.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- COCAL DO SUL. **Lei Orgânica do Município**.
- COCAL DO SUL. **Lei nº 1.022**, de 13 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação, e dá outras providências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Conteúdos: 1) Educação e Sociedade. 2) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 3) Organização do trabalho pedagógico na escola. 4) Projetos pedagógicos e planejamento de aula. 5) Currículo e didática. 6) Avaliação. 7) Teorias educacionais: concepções pedagógicas. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) Inclusão. 12) Educação de Jovens e Adultos. 13) O papel do orientador educacional na escola. 14) História e Princípios da Orientação Educacional. 15) Ação Pedagógica e comunidade. 16) Estruturação da Subjetividade e Processos de Ensino-Aprendizagem. 17) Avaliação Psicopedagógica e Intervenção Pedagógica. 18) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 19) Educação das Relações Étnico-Raciais. 20) Diretrizes Curriculares Nacionais. 21) Parâmetros Curriculares Nacionais. 22) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 23) Plano Nacional de Educação. 24) Educação para Todos. 25) Base Nacional Comum Curricular. 26) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** – A Alfabetização de Crianças com Deficiência: Uma Proposta Inclusiva (Educação Especial).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Alfabetização Matemática (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Caderno de Apresentação: Formação do Professor Alfabetizador.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 01 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 02 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 03 (todas as unidades).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Cadernos de Campo (todas as unidades).
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP 003/2004** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais – Brasília: MEC/SEF, 1998

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. Loyola.
- ÁLVAREZ MENDEZ, J.M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Artmed.
- BASSEDAS, Eulália & Cols. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. Artmed.
- BLEGER, J. **Temas da psicologia**: entrevistas e grupos. Martins Fontes.
- BOYNTON, Mark. **Prevenção e resolução de problemas disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Método Paulo Freire**. Editora Brasiliense.
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Artmed.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Artes Médicas.
- FERNANDEZ, A. **A mulher escondida na professora**. Artes Médicas.
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. **Teorias e Fazeres na Escola em Mudança**. Ufrgs.
- FONSECA, Vitor da. **Educação especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. Ática.
- GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda (Org.). **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. Loyola.
- GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin. **A orientação educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. Cortez.
- GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e orientação educacional**: perspectivas de integração na escola. Cortez.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Mediação
- LUCK, Heloisa. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Vozes.
- MACEDO, L. de. **Ensaio Pedagógico**: Como Construir uma Escola para Todos? Artmed.
- MOLL, J. **Histórias de vida, histórias de escola**: Elementos para uma pedagogia da cidade. Vozes.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários para a Educação do Futuro**. Cortez.
- MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. Livros Técnicos Científicos.
- OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**. Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Vozes.
- OSÓRIO, L.C.; ZILBERMANN, D. **Como Trabalhamos com Grupos**. Artes Médicas.
- OUTEIRAL, José. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed.
- PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Formação e prática do educador e do orientador**: confrontos e questionamentos. Papirus.
- SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SOLÉ, Isabel. **Orientação educacional e intervenção psicopedagógica**. Artmed.
- SUKIENNIK, P.B. Org. **O aluno problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TIBA, Içami. **Juventude & Drogas**: Anjos caídos. Integrare.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: Práticas de Mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- _____. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Libertad.
- VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Papirus Editora

PROFESSOR ARTES

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Estética e História da Arte: teorias e historiografias. 2) Didática do Ensino de Artes: A linguagem artística; Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. 3) Teatro e Educação. 4) Música e Educação. 5) Dança e Educação. 6) Arte e Educação como mediação cultural e social. 7) Cidadania. 8) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Arte.
- ARCHER, Michael. **Arte Contemporânea**: Uma História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARBOSA, Ana Mae. **Teoria e prática da Educação Artística**. Cultrix.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Unesp, 2008.
- BATTISTONI FILHO, D. **Pequena História da Arte**. Papirus.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Arte.
- CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea**: Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHIPP, H. B. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COLI, Jorge. **O que é Arte?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. **Metodologia do Ensino da Arte**: fundamentos e proposições. Cortez.
- FREIRE, Ida Mara. **Dança-Educação**: O corpo e o movimento no espaço do conhecimento (artigo). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a03v2153.pdf>
- FRITZEN, C.; MOREIRA, J. **Educação e Arte** - as linguagens artísticas na formação humana. Papirus.
- GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte**: sala de aula e formação de professores. Artmed.
- JAPIASSU, R.O.V. **Metodologia do ensino de teatro**. Papirus.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MASCARELLO, Fernando (org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papirus, 2007.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org.). **Arte, Educação e Cultura**. Santa Maria: UFSM, 2007.
- OSTROWER, Fayga. **Universos da Arte**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PENNA, M. **Música(s) e seu ensino**. Sulina.
- PILLAR, Analice Dutra (Org.). **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- PROENÇA, G. **Descobrimos a História da Arte**. Ática.
- PROENÇA, G. **História da Arte**. Ática.
- PROSSER, E.S. **Ensino de Artes**. Iesde.
- READ, Herbert. **A Educação pela Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- READ, Herbert. **Uma História da Pintura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- REVISTA DA FUNDARTE: Arte, Docência e Identidades. Montenegro, Ano 10, Nº 20, Julho/Dezembro 2010.
- SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança, arte, educação. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: UNESP, 2003.
- SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais na sala de aula**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ZAGONEL, B. **Metodologia do Ensino de Artes** - Arte na Educação Escolar. IBPEX.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Conteúdos: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Histórico da Educação Especial. 17) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educacionais especiais. 18) Atendimento educacional especializado. 19) Educação inclusiva e práticas pedagógicas. 20) A inserção escolar - relações entre família e escola. 21) Inclusão. 22) Conceito de Necessidades Educacionais Especiais. 23) Fundamentos da Educação Inclusiva. 24) Avaliação do aluno com NEE. 25) Serviços em Educação Especial. 26) Declaração de Salamanca. 27) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 28) Cidadania. 29) Parâmetros Curriculares Nacionais. 30) Diretrizes Curriculares Nacionais. 31) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 32) Educação das Relações Étnico-Raciais. 33) Educação para Todos. 34) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. (Todos os fascículos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** - Pessoa com surdez.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** - Deficiência Física.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** - Deficiência Mental.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** - Deficiência Visual.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** - Orientações Gerais e Educação a Distância.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva**: Direito à diversidade - A Escola.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva**: Direito à diversidade - A Família.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva**: Direito à diversidade - A Fundamentação Filosófica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva**: Direito à diversidade - O Município.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da inclusão** - Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da inclusão** - Ensino Fundamental.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.) **Avaliação e Erro Construtivo Libertador**: Uma Teoria – Prática Incluyente em Educação. Edipucrs.
- BOYNTON, Mark. **Prevenção e resolução de problemas disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. 2ª Edição revisada e atualizada. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.
- CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação inclusiva e diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Vol. 3. Artmed.
- **Declaração de Salamanca** - disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. **Teorias e Fazeres na Escola em Mudança**. Ufrgs
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão & Educação** - Fruir e Pensar a TV. Autêntica.
- FONSECA, Vitor da. **Educação especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz E Terra.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Editora UNESP.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. Ática.
- GIANCATERINO, Roberto. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- HERNANDEZ, Fernando, VENTURA, Montesserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Artmed
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção de pré-escola à universidade**. Mediação.
- HOFFMANN, Jussara. **O Jogo do Contrário em Avaliação**. Mediação.
- IRA, Shor & FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**. Paz e Terra.
- LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e Educação**. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez.
- LIMA, Elvira Souza. **Avaliação na Escola 1**. GEDH.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Cortez.
- MARINOSSON, Gretar L. **Caminhos para Inclusão**. Artmed.
- MEIER, Marcos; GARCIA, Sandra. **Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e de Vigotsky**. Edição do Autor.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Cortez.
- OUTEIRAL, José. **Adolescer: estudos revisados sobre a adolescência**. Revinter.
- PACHECO, José. EGGERTSDTTIR, Rosa. MARINOSSON, Gretar L. **Caminhos para Inclusão**. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed.
- PILETTI, Claudino (Org.). **Didática Especial**. Ática
- SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos**. Artmed.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- TIBA, Içami. **Juventude & Drogas: anjos caídos**. Integrare.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora**. Libertad.

PROFESSOR CIÊNCIAS (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. 2) Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Origem e evolução da espécie humana. 3) A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. 4) Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. 5) Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. 6) Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. 7) Cidadania. 8) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- AMABIS, J. M. e MARTHO, G. R. **Fundamentos da Biologia Moderna**. Moderna.
- BARROS, C.; PAULINO, W.R. **Física e química**. Ática.
- BARNES, R.D.; RUPPERT, E.E. **Zoologia dos Invertebrados**. Roca.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais**.
- CÉSAR e SEZAR. **Biologia**. Volume Único. Ed. Saraiva.
- CURTIS, H. **Biologia**. Guanabara Koogan.
- DE ROBERTIS, E. **Biologia Celular e Molecular**. Ed. Guanabara Koogan.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. Gaia.
- FELTRE, Ricardo. **Química**. v. 1, 2 e 3. Moderna.
- LOPES, Sônia. **Coleção BIO volume único**. Editora Saraiva.
- ODUM, E. **Fundamentos de Ecologia**. Ed. Guanabara Koogan.
- PURVES, W.K.; SADAVA, D.; ORIANI, G.H.; HELLER, H.C. **Vida, A Ciência da Biologia**. Artmed.
- RAVEN, P.H. **Biologia Vegetal**. Guanabara Koogan.
- TITO & CANTO. **Química na abordagem do cotidiano**. Volume Único. Moderna.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHAREL

Conteúdos: 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. 4) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 5) Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. 6) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 7) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 8) Esportes individuais e coletivos. 9) Regras Oficiais: Atletismo, Basquetebol, Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol. 10) Anatomia e fisiologia humana. 11) Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. 12) Benefícios do exercício físico para a saúde. 13) Motivação para o exercício físico e para a prática esportiva. 14) Desenvolvimento motor. 15) Testes, Medidas e Avaliação Física. 16) Cidadania. 17) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE JUNIOR, José Roulien de. **Futsal: aquisição, iniciação e especialização**. Juruá.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- ARRIBAS, Teresa Lleixá. **A Educação Física dos 3 aos 8 anos**. Artmed.
- ASSIS, Sávio de O. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. (Coleção educação física e esportes). Autores Associados, chancela editorial CBCE.
- BIZZOCCHI, Cacá. **O voleibol de alto nível**: da iniciação à competição. Manole.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino de 5ª a 8ª séries: Educação Física.
- CASTELLANI FILHO, L. **Política Educacional e Educação Física** - Polêmicas do nosso tempo. Editora Autores Associados.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras Oficiais de Competição**.
http://www.cbaf.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/regras_oficiais_2018_2019.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO BASKETBALL. **Regras do Jogo**.
<http://www.cbb.com.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzUx>
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Regras de Futebol**.
https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201812/20181205182028_192.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO. **Livro Nacional de Regras**.
<http://www.cbfs.com.br/2015/futsal/regras/index.html>
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras de Jogo**.
http://www.lphb.com.br/boletins/regras_oficiais_-_handebol.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regras Oficiais**.
<http://2018.cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/REGRAS-DE-QUADRA-2017-2020.pdf>
- COSTA, Adilson Donizete da. **Voleibol**: sistemas e táticas. Sprint.
- DANTE DE ROSE JR. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. Artmed.
- DARIDO, S.C.; JÚNIOR, O.M.S. **Para ensinar Educação Física** - Possibilidades de intervenção na escola. Papirus Editora.
- EHRET, Arno; SPÄTE, Dietrich; SCHUBERT, Renate; ROTH, Klaus. **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. Phorte.
- FERNANDES FILHO, J. **A prática da Avaliação Física**: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Shape.
- FERNANDES, José Luis. **Futebol**: da "escolinha" de futebol ao futebol profissional. E.P.U.
- FERREIRA, Ricardo Lucena. **Futsal e a iniciação**. Sprint.
- FLEGEL, Melinda J. **Primeiros Socorros no Esporte**. Ed. Manole.
- FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro**. Scipione.
- FREIRE, J.B. **Pedagogia do futebol**. Autores Associados.
- GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. Phorte.
- GIL, F; ESCUDEIRO, I. Manual básico de atletismo. Real Federación Española de Atletismo.
- HILDEBRANDT-STRAMANN, Reinier. **Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física**. Unijui.
- KOLYNIK FILHO, C. **Educação Física**: uma (nova) introdução. Educ.
- KUNZ, Elenor (org). **Didática da Educação Física 2**. Unijui.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Unijui.
- MAGILL, R. **Aprendizagem Motora**: conceitos e aplicações. Edgard Blucher.
- MARCELLINO, Nelson (org). **Lazer e Cultura**. Alínea.
- MARCELINO, N.C. **Pedagogia da Animação**. Papirus.
- MATTHIEN, S.Q. **Atletismo se aprende na escola**. Fontoura.
- MENESTRINA, E. **Educação Física e Saúde**. Unijui.
- NOVAES, G.S.; NOVAES, J.S. **Manual de Primeiros Socorros para Educação Física**. Sprint.
- PIRES, Giovani De L. **Educação Física e o Discurso Midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Unijui.
- REGRAS OFICIAIS DE FUTEBOL. Sprint, 2008 e 2009.
- ROSE JUNIOR, Dante. **Modalidades Esportivas Coletivas**. Guanabara Koogan.
- SANTANA, Wilton Carlos de. **Futsal**: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Autores Associados.
- SANTINI, Joarez. **Voleibol Escolar**: da iniciação ao treinamento. Ulbra.
- STIGGER, M.P. **Educação Física, Esporte e Diversidade**. Autores Associados.
- TANI, G.; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. **Educação Física escolar**: Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.
- TANK, P.W. **Atlas de Anatomia Humana**. Artmed.
- TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Educação física e desportos**: técnicas, táticas, regras e penalidades. Saraiva.
- TENROLLER, Carlos Alberto. **Brincando e treinando goleiros**: futebol de campo, handebol e futsal. Nova Prova.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- TOLKMITT, Valda Marcelino. **Educação física numa concepção sociointeracionista** - de 5ª a 8ª série. Módulo.
- TORTORA, G.J. **Corpo humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. Artmed.
- VOSER, Rogério da Cunha. **Futebol**: história, técnica e treino de goleiro. Edipucrs.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. 4) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 5) Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. 6) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 7) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 8) Esportes individuais e coletivos. 9) Regras Oficiais: Atletismo, Basquetebol, Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol. 10) Anatomia e fisiologia humana. 11) Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. 12) Benefícios do exercício físico para a saúde. 13) Motivação para o exercício físico e para a prática esportiva. 14) Desenvolvimento motor. 15) Testes, Medidas e Avaliação Física. 16) Cidadania. 17) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE JUNIOR, José Roulien de. **Futsal**: aquisição, iniciação e especialização. Juruá.
- ARRIBAS, Teresa Lleixá. **A Educação Física dos 3 aos 8 anos**. Artmed.
- ASSIS, Sávio de O. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. (Coleção educação física e esportes). Autores Associados, chancela editorial CBCE.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BIZZOCCHI, Cacá. **O voleibol de alto nível**: da iniciação à competição. Manole.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino de 5ª a 8ª séries: Educação Física.
- CASTELLANI FILHO, L. **Política Educacional e Educação Física** - Polêmicas do nosso tempo. Editora Autores Associados.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras Oficiais de Competição**.
http://www.cbat.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/regras_oficiais_2018_2019.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO BASKETBALL. **Regras do Jogo**.
<http://www.cbb.com.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzUx>
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Regras de Futebol**.
https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201812/20181205182028_192.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO. **Livro Nacional de Regras**.
<http://www.cbfs.com.br/2015/futsal/regras/index.html>
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras de Jogo**.
http://www.lphb.com.br/boletins/regras_oficiais_-_handebol.pdf
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regras Oficiais**.
<http://2018.cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/REGRAS-DE-QUADRA-2017-2020.pdf>
- COSTA, Adilson Donizete da. **Voleibol**: sistemas e táticas. Sprint.
- DANTE DE ROSE JR. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. Artmed.
- DARIDO, S.C.; JÚNIOR, O.M.S. **Para ensinar Educação Física** - Possibilidades de intervenção na escola. Papirus Editora.
- EHRET, Arno; SPÄTE, Dietrich; SCHUBERT, Renate; ROTH, Klaus. **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. Phorte.
- FERNANDES FILHO, J. **A prática da Avaliação Física**: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Shape.
- FERNANDES, José Luis. **Futebol**: da "escolinha" de futebol ao futebol profissional. E.P.U.
- FERREIRA, Ricardo Lucena. **Futsal e a iniciação**. Sprint.
- FLEGEL, Melinda J. **Primeiros Socorros no Esporte**. Ed. Manole.
- FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro**. Scipione.
- FREIRE, J.B. **Pedagogia do futebol**. Autores Associados.
- GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. Phorte.
- GIL, F.; ESCUDEIRO, I. Manual básico de atletismo. Real Federación Española de Atletismo.
- HILDEBRANDT-STRAMANN, Reinher. **Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física**. Unijui.
- KOLYNIK FILHO, C. **Educação Física**: uma (nova) introdução. Educ.
- KUNZ, Elenor (org). **Didática da Educação Física 2**. Unijui.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Unijui.
- MAGILL, R. **Aprendizagem Motora**: conceitos e aplicações. Edgard Blucher.
- MARCELLINO, Nelson (org). **Lazer e Cultura**. Alínea.
- MARCELINO, N.C. **Pedagogia da Animação**. Papirus.
- MATTHIESEN, S.Q. **Atletismo se aprende na escola**. Fontoura.
- MENESTRINA, E. **Educação Física e Saúde**. Unijui.
- NOVAES, G.S.; NOVAES, J.S. **Manual de Primeiros Socorros para Educação Física**. Sprint.
- PIRES, Giovani De L. **Educação Física e o Discurso Midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Unijui.
- REGRAS OFICIAIS DE FUTEBOL. Sprint, 2008 e 2009.
- ROSE JUNIOR, Dante. **Modalidades Esportivas Coletivas**. Guanabara Koogan.
- SANTANA, Wilton Carlos de. **Futsal**: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Autores Associados.
- SANTINI, Joarez. **Voleibol Escolar**: da iniciação ao treinamento. Ulbra.
- STIGGER, M.P. **Educação Física, Esporte e Diversidade**. Autores Associados.
- TANI, G.; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. **Educação Física escolar**: Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.
- TANK, P.W. **Atlas de Anatomia Humana**. Artmed.
- TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Educação física e desportos**: técnicas, táticas, regras e penalidades. Saraiva.
- TENROLLER, Carlos Alberto. **Brincando e treinando goleiros**: futebol de campo, handebol e futsal. Nova Prova.
- TOLKMITT, Valda Marcelino. **Educação física numa concepção sociointeracionista** - de 5ª a 8ª série. Módulo.
- TORTORA, G.J. **Corpo humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. Artmed.
- VOSER, Rogério da Cunha. **Futebol**: história, técnica e treino de goleiro. Edipucrs.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCÁ DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdos: 1) Desenvolvimento infantil. 2) Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. 3) A organização do espaço na educação infantil. 4) Rotinas na educação infantil. 5) Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em educação infantil. 6) Avaliação na educação infantil. 7) Teorias educacionais. 8) Concepções Pedagógicas. 9) Grafismos. 10) O desenho infantil. 11) Limites, disciplina e comportamento infantil. 12) Psicomotricidade. 13) Prática educativa. 14) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 15) O jogo e o brincar. 16) Sexualidade. 17) Educação especial e educação inclusiva. 18) Linguagens e linguagens geradoras. 19) Formação de professores. 20) Referencial curricular nacional para educação infantil. 21) Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. 22) Plano Nacional da Educação. 23) Gestão Democrática. 24) Sistema de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil. 25) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 26) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 27) Educação das Relações Étnico-Raciais. 28) Educação para Todos. 29) Didática da Matemática: a) A construção do número. b) A compreensão dos conceitos matemáticos pelas crianças. c) O Ensino e a aprendizagem da matemática e suas implicações teóricas. 30) Base Nacional Comum Curricular. 31) Legislação.

Publicações do Ministério da Educação estão disponíveis no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e Brincadeiras de Creche**. Manual de Orientação Pedagógica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil**: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros em Ação** - Educação Infantil. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil** - Vol. 1 e 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. I, II e III.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** - Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Educação Infantil. BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Gestão Democrática.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Educar na Diversidade, Material de Formação Docente –2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Saberes e Práticas da Inclusão – Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Brincar para Todos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O cuidado às crianças em desenvolvimento**: orientações para as famílias e cuidadores.
- AIMARD, Paule. **O surgimento da linguagem na criança**. Artmed
- AROEIRA, Maria Luisa. **Didática da Pré-escola**. FTD.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Artmed.
- BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. 2ª Edição revisada e atualizada. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.
- BRAZELTON, T. Berry. SPARROW, Joshua D. **3 a 6 anos**: momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Artmed.
- CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação inclusiva e diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- CHARLES, C. M. **Piaget ao alcance dos professores**. Ao Livro Técnico.
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Vol. 2. Artmed.
- CRAIDY, Carmem Maria (Org.). **Convivendo com Crianças de 0 a 6 anos**. Mediação.
- CUNHA, Susana R. (Org.) **Cor, som e movimento**. Cadernos Ed. Infantil. Mediação.
- DERDYK, Edith. **Formas de Pensar o Desenho**. Desenvolvimento do Grafismo Infantil. Scipione.
- DeVRIES, Rheta e ZAN, Betty. **A ética na educação infantil** – O ambiente sócio moral na escola. Artmed.
- FERREIRA, Berta Weil; RIES, Bruno Edgar (Orgs.) **Psicologia e Educação**. Desenvolvimento Humano Infância. Volume 1 e 2. Edipucrs.
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. **Teorias e Fazeres na Escola em Mudança**. Ufrgs.
- Fontana, R e Cruz, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. Atual.
- GRIFFA, M. Cristina e MORENO, José Eduardo. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento**: vida pré-natal. Etapas da Infância. Paulinas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- HORN, Maria da Graça. **Sabores, Sons, Cores e Aromas**. A construção do Espaço na Educação Infantil. Artmed.
- JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens Geradoras** - Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Editora Mediação.
- KUPFER, M. Cristina. **Freud e a educação: O mestre do impossível**. Scipione.
- LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e Educação**. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Martha, DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. Summus.
- MATTOS, Paula Belfort. **A Arte de Educar**. Cartilha de Artes e Educação para professores do Ensino Fundamental e Médio. Ministério da Cultura. 2003.
- MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino**: as abordagens do processo. EPU.
- MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. EPU.
- PACHECO, José. EGGERTSDTIR, Rosa. MACHADO, M. L. A. (org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. Cortez.
- PANIZZA, Mabel & Cols. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PINHO, Gerson S. **O Brincar na Clínica Interdisciplinar com Crianças**. In: Escritos da Criança. Centro Lydia Coriat. POA. 2001 – n. 6.
- RANGEL, Ana Maria P. **Alfabetizar aos 6 anos**. Mediação.
- RANGEL, Ana Cristina. **Educação matemática e a construção do número pela criança**. Artmed.
- RAPPAPORT, Clara ET alii. **Teorias do desenvolvimento**. EPU.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, Telma e SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Ed. Ática.
- WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. Imago.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

Conteúdos: 1) Infância: Educação e Sociedade. 2) Desenvolvimento da criança. 3) Concepções Pedagógicas. 4) Teorias educacionais. 5) Planejamento pedagógico. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 9) A importância do jogo na aprendizagem. 10) Fracasso escolar. 11) Limites e disciplina. 12) Problemas comportamentais e dificuldades de aprendizagem. 13) Psicomotricidade. 14) Alfabetização. 15) Prática educativa. 16) Formação de professores. 17) Educação especial e educação inclusiva. 18) Sexualidade. 19) Educação de Jovens e Adultos. 20) Parâmetros Curriculares Nacionais. 21) Diretrizes curriculares nacionais. 22) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 23) Plano Nacional da Educação. 24) Gestão Democrática. 25) Sistema de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil. 26) Ensino fundamental de nove anos. 27) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 28) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 29) Educação das Relações Étnico-Raciais. 30) Educação para Todos. 31) Didática da Matemática: a) A construção do número. b) A compreensão dos conceitos matemáticos pelas crianças. c) O Ensino e a aprendizagem da matemática e suas implicações teóricas. 32) Base Nacional Comum Curricular. 33) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos** - Orientações Gerais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos** - Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** – A Alfabetização de Crianças com Deficiência: Uma Proposta Inclusiva (Educação Especial).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Alfabetização Matemática (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Caderno de Apresentação: Formação do Professor Alfabetizador.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 01 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 02 (todas as unidades).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Ano 03 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Cadernos de Campo (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino de primeira à quarta série.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Alfabetização. Módulo: Alfabetizar com textos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Ensino Fundamental.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Gestão Democrática.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Educar na Diversidade, Material de Formação Docente –2006
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Saberes e Práticas da Inclusão – Ensino Fundamental
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Revista Inclusão Nº 1; 2; 3; 4; 5 e 6.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**: Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Educação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.) **Avaliação e Erro Construtivo Libertador**: Uma Teoria – Prática Incluyente em Educação. Edipucrs.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire** - Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Método Paulo Freire**. Editora Brasiliense.
- CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. Ed. Ática.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Artes Médicas.
- FERREIRA, Berta Weil; RIES, Bruno Edgar (Orgs.) **Psicologia e Educação**. Desenvolvimento Humano Infância. Volume 1 e 2. Edipucrs.
- FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Cortez.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Artmed.
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. **Teorias e Fazeres na Escola em Mudança**. Ufrgs.
- FONTANA, R e Cruz, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. Atual.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora Paz E Terra (Coleção Leitura).
- HERNANDEZ, Fernando, VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Artmed.
- KAMII, Constance. **A Criança e o Número**. Papirus.
- LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e Educação**. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez.
- LIMA, Elvira Souza. **Avaliação na Escola 1**. GEDH
- MATTOS, Paula Belfort. **A Arte de Educar**. Cartilha de Artes e Educação para professores do Ensino Fundamental e Médio. Ministério da Cultura. 2003.
- MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Editora Mediação.
- MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. EPU.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Cortez.
- MUNARI, Alberto. Tradução e organização Daniele Saheb. **Jean Piaget** - Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- PANIZZA, Mabel & Cols. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed.
- PILETTI, Claudino (Org.). **Didática Especial**. Ática
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. Cortez.
- RANGEL, Ana Cristina. **Educação matemática e a construção do número pela criança**. Artmed.
- RAPPAPORT, Clara ET alii. **Teorias do desenvolvimento**. EPU.
- RÖHRS, Hermann. Organização e tradução Danilo Di Manno de Almeida Maria Leila Alves. **Maria Montessori** - Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever**: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, Telma e SANCHEZ, Ana. **O diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Ed. Ática.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. 2) Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. 3) Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. 4) Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte; 5) Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. 6) Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz; 7) Respeito a pluralidade cultural e religiosa. 8) Os Fundamentos Cristãos. 9) Ecumenismo. 10) Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. 11) Senso Ético. 12) Preparação para a cidadania. 13) Cidadania. 14) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- Bíblia Sagrada.
- BRANDENBURG, Laude Erandi; FUCHS, Henri Luiz; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos (Org.). **Ensino Religioso na escola**: base, experiências e desafios.
- _____. **Práxis do Ensino Religioso na Escola**. Sinodal.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Temas Transversais: Pluralidade Cultural – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Estado da Educação PR. **Ensino Religioso**: Diversidade Cultural e Religiosa. Disponível em: http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/livro_er_19_3_2015.pdf
- BRUNNER-TRAUT, Emma (org.). **Os fundadores das grandes religiões**: Akhenaton, Zaratustra, Moisés, Jesus, Mani, Maomé, Buda, Confúcio, Lao-Tse. Vozes.
- GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Companhia das Letras.
- JUNQUEIRA, Sérgio; RODRIGUES, Edile Fracaro. **Fundamentando Pedagogicamente o Ensino Religioso**. Editora IBPEX.
- KEIM, E.J. **Ensino Religioso no Ensino Fundamental**. Cortez.
- MUNDO JOVEM. **Ensino Religioso e Cidadania** - textos e dinâmicas. Edipucrs.
- OLENIKI, Marilac Loraine R.; DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar**: uma prática pedagógica no Ensino Religioso. Vozes.
- OLIVEIRA, Lilian Blanck de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; ALVES, Luiz Alberto Sousa; KEIM, Ernesto Jacob. **Ensino Religioso no Ensino Fundamental**. Cortez.
- SCHLOGL, Emerli. **Ensino Religioso** - perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Editora IBPEX.
- WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa**: as religiões no mundo. Vozes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

PROFESSOR GEOGRAFIA (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Fontes de energia no mundo; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidreletricidade, outras fontes de energia, etc) e os recursos naturais; Geografia e educação ambiental. Climatologia: camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera. 2) Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo; transformações naturais e antrópicas, etc.); As paisagens naturais; Áreas degradadas: identificação e recuperação; Climatologia. 3) Geografia Humana: Epistemologia da Geografia: conceitos e linguagem geológico-geomorfológico, metodologias, princípios e paradigmas; Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população; Geografia dos espaços rural e urbano; Geografia Econômica: as atividades econômicas, os blocos econômicos, a questão da globalização e a crise do capitalismo internacional no início do século XXI; Geografia política: Os conjuntos de países e as relações de poder; a geopolítica mundial no início do século XXI. 4) Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; Localização de pontos por coordenadas geográficas; Transformação e cálculo de escalas; Sistemas de projeções; Cartografia digital; A Cartografia e o ensino de Geografia. 5) Recursos Hídricos: O ciclo da água; Identificação de bacias hidrográficas; Identificação de sistemas de drenagem. O ecossistema costeiro e o uso racional do mar; Fenômenos oceanográficos e climatológicos no Brasil; 6) Cidadania. 7) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria da Educação Básica. **Coleção Explorando o Ensino** - Geografia. Vol. 22.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Geografia.
- CAMARA, G.; CASANOVA, M.A.; HEMERLY, A.S.; MAGALHÃES, G.C.; MEDEIROS, C.M.B. **Anatomia de Sistemas de Informações Geográficas**. INPE, IBM Brasil, CPQD/TELEBRÁS, Unicamp.
- CARLOS, A.F.A. (org); LENCIONI, S. e outros. **Novos Caminhos da Geografia**. Contexto.
- CASTROGIOVANNI, A.C.; KAERCHER, N.A.; GOULART, L.B.; SCHAFFER, N.O. **Um Globo em suas mãos, práticas para a sala de aula**. UFRGS.
- FITZ, P.R. **Cartografia básica**. Oficina de Textos.
- _____. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de Textos.
- GUERRA, A.J.T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Ed. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. da C. **Geomorfologia do Brasil**. Bertrand Brasil.
- _____. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Bertrand Brasil.
- _____. **Geomorfologia, uma atualização de Bases e Conceitos**. Bertrand Brasil.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S. da; BOTELHO, R.G.M. (orgs). **Erosão e Conservação dos Solos, Conceitos, Temas e Aplicações**. Bertrand Brasil.
- MACHADO, M.C.S.; BRITO, T. **Antártica**: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Coleção Explorando o Ensino - vol. 9. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- MOREIRA. **O que é Geografia**. Brasiliense.
- OLIVEIRA, G.S.; SILVA, N.F.; HENRIQUES, R. **Mudanças Climáticas**: Ensino Fundamental e Médio. Coleção Explorando o Ensino - vol. 13. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. EDUSP.
- _____. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Record.
- SCHNEEBERGER, C.A. **Minimanual compacto de geografia geral**: teoria e prática. Rideel.
- SERAFIM, C.F.S.; CHAVES, P.T. **Geografia**: Ensino Fundamental e Ensino Médio: o mar no espaço geográfico brasileiro. Coleção Explorando o Ensino - vol. 8. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- SUERTEGARAY, D.M.A. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. UFRGS.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M. de; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra**. USP.

PROFESSOR HISTÓRIA (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Processo Civilizatório: Pré-história da América, Pré-história do Brasil. 2) Civilizações da Antiguidade Oriental e Ocidental. 3) Idade Média: Europa, Ásia e África. 4) Transição Idade Média / Idade Moderna. 5) História da África 6) As Revoluções Burguesas. 7) Idade Contemporânea: o Brasil e o Mundo nos Séculos XIX, XX e XXI. 8) Conhecimento sobre as Teorias da História, historiografia, autores fundamentais e intérpretes do Brasil. 9) Cidadania. 10) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. Vol. 1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. SP: EDUSP.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1924-1991). São Paulo: Cia das Letras.
- KARNAL, Leandro. **Estados Unidos** - A Formação da Nação. Contexto.
- KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI.
- WASSERMAN, Cláudia, GUAZZELLI, César Augusto. B. (Organizadores). **Ditaduras Militares na América Latina**. UFRGS (2004).
- WEBER, Max. **A ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras.

PROFESSOR INFORMÁTICA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) A Internet na escola. A internet e a educação. 2) Conceitos de Internet e intranet. 3) Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e a intranet. 4) *Webquest* 5) A Informática na Escola. 6) Os benefícios da Educação com o uso da Informática. 7) Informática dentro da sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem. 8) A importância do uso da Informática para as instituições de ensino no campo pedagógico. 9) Dificuldades encontradas para aplicar o ensino de Informática em sala de aula. 10) Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 11) Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. 12) Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações. 13) Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows. 14) Softwares Educacionais e Softwares tutores. 15) Hardwares. 16) Ensino a Distância: O que é educação à distância? 17) Características do Ensino a distância. 18) Ensino a distância via internet - conteúdo e interface. 19) Aspectos Teóricos e Práticos. 20) A Rede Internet na Educação. 21) Projeto de informatização. 22) Piaget - Vygotsky. 23) Sistema de Administração Escolar: uma abordagem geral. 24) A formação de professores em Informática; Definindo a segunda linguagem. 25) Aprendendo a ensinar com a Informática; analisando um hipertexto e as suas interfaces. 26) Informática: a) Conceitos relacionados a hardware, software, computadores e periféricos. b) Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows, uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessório, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas. c) Conceitos e conhecimentos na utilização das ferramentas, e recursos do Pacote de Aplicativos Libre Office e Microsoft Office: Editores de Texto, Planilhas de cálculo/eletrônicas, Apresentações eletrônicas e Gerenciador de e-mails. d) Conceitos, arquitetura e utilização de intranet e internet: Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox etc.), sites de busca e pesquisa, grupos de discussão, segurança em rede e na internet (antivírus, firewall, antispyware etc.), produção, manipulação e organização de e-mails. e) Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, compartilhamentos, impressão e áreas de transferência. 27) Cidadania. 28) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e Informática**: os computadores na escola. Cortez.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Cortez.
- ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?** Em minha sala de aula. Vozes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**: rumo à sociedade aprendente. Vozes.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) – Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**: Informática – Brasília: MEC/SEMT, 2000.
- COSCARELLI, Carla Viana. (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Autêntica.
- COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar**. Autores Associados.
- CRUZ, Mara L.R.M. e WEISS, Alba M. L. **A Informática e os problemas escolares de aprendizagem**. DP&A.
- DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducção**. Vozes.
- FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Professores e Computadores**: Navegar é Preciso. Mediação.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas.
- JORGE, Marcos. **Microsoft Office 2003**: passo a passo lite. Pearson Educacion do Brasil.
- JUNIOR, Cícero Caiçara, PARIS, Wanderson Stael. **Informática, Internet e Aplicativos**. IBPEX.
- KRAMER, Érica, OLIVEIRA, Maria Marta Guimarães de, DANIEL, Péricles Mineiro. **Educação a Distância**: da teoria à prática. Alternativa.
- LEITE, Ligia Silva, (Coord.). POCHO, C. L., AGUIAR, M. M. e SAMPAIO, N. M. **Tecnologia Educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. Vozes.
- LITWIN, Edith. (Org.). **Educação a Distância**: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Artmed.
- MAIA, Carmem; Mattar, João. **ABC da EAD**: A educação a distância hoje. Pearson Prentice Hall.
- MASSETTO, Marcos, MORAN, José Manuel, BEHRENS, Aparecida Marilda. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Papirus.
- MICROSOFT. **Projetos para a sala de aula**. Scholastic.
- MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação**. DP&A.
- NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **O Professor Atuando no Ciberespaço**: Reflexões sobre a utilização da Internet com fins pedagógicos. Érica.
- OLIVEIRA, Celina Couto de, COSTA, J. W. e MOREIRA, Mercia. **Ambientes Informatizados de Aprendizagem**: produção e avaliação de software educativo. Papirus.
- OLIVEIRA, Fátima B.(organizadora). **Tecnologias da Informação e da Comunicação**: desafios e propostas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios. Pearson Prentice Hall: Fundação Getúlio Vargas.
- PETITO, Sônia. **Projetos de Trabalhos em Informática**: Desenvolvendo Competências. Papirus.
- PIAGET, Jean. **Fazer e Compreender**. Melhoramentos/Edusp.
- SILVA, Nelson Peres da. **Projeto e desenvolvimento de sistemas**. Érica.
- Manuais, livros e apostilas relacionadas aos conteúdos de Informática e ajuda eletrônica integrada aos Programas).

PROFESSOR INGLÊS

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Conteúdo 2: 1) Interpretação de Textos. 2) Vocabulário. 3) Estruturas gramaticais. 4) Cidadania. 5) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira.
- MARTINET, A. V. & THOMPSON A. J. **A practical English Grammar.** Oxford UP.
- MCCARTHY, Michael & O'DELL, Felicity. **English Vocabulary in Use.** Cambridge UP.
- MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use.** Cambridge UP. (Red, Blue and Lilac).
- SWAN, Michael & WALTER, Catherine. **How English Works:** a grammar practice book. Oxford UP.

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos.**
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006:** Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.** Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Conteúdo 2: 1) Leitura e interpretação de textos. 2) Gêneros e tipos textuais. 3) Variedades linguísticas, linguagem oral e linguagem escrita. 4) Níveis de linguagem. 5) Funções da linguagem. 6) Conotação e denotação. 7) Figuras de estilo. 8) Vícios de linguagem. 9) Coesão e coerência. 10) Intertextualidade. 11) Significação das palavras. 12) Morfologia: constituição do léxico português, estrutura, formação e classificação das palavras. 13) Sintaxe: frase, tipos de frases, estrutura da frase/oração, período simples e período composto, análise sintática interna - termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração, análise sintática externa - orações coordenadas, orações subordinadas e orações reduzidas. 14) Regência nominal e verbal. 15) Concordância nominal e verbal. 16) Colocação de pronomes oblíquos. 17) Fonologia. 18) Ortografia. 19) Acentuação. 20) Crase. 21) A oficialização da língua portuguesa. 22) História da língua portuguesa e a nova ortografia. 23) Pontuação e implicações semânticas relacionadas ao emprego dos sinais. 24) Língua e linguagem. 25) Linguística. 26) Terminologia da linguística. 27) Semântica. 28) Educação. 29) Ensino e compreensão da leitura. 30) Ensino e compreensão da leitura. 31) Psicolinguística. 32) Literatura. 33) Terminologia da literatura. 34) Cidadania. 35) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** Parábola.
- BAGNO, M. **Língua, linguagem, linguística:** pondo os pingos nos ii. Parábola.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. 49. ed. Loyola.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** Companhia Editora Nacional.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- CARNEIRO, Agostinho. **Redação em construção**. Moderna.
- CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. Ática.
- CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagem**. Ática.
- CHIAPPINI, L. **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. Cortez.
- CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. UNESP.
- COLOMER, T.; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Artmed.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Zahar.
- CUNHA, C e CINTRA I. **Nova gramática do português**. Nova Fronteira.
- EAGLETON, **Teoria de literatura: uma introdução**. 6. ed. Martins Fontes.
- FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. Ática.
- FIORIN, J.L. e SAVIOLI, F.P. **Lições de textos**. Ática.
- GERALDI, J. W. **O texto em sala de aula**. Ática.
- GERALDI, J. W.; ILARI, R. **Semântica**. 10. ed. S Ática
- GONZAGA, S. **Curso de literatura brasileira**. Leitura XXI.
- KAUFMAN, A.M. e RODRIGUES, M.E. Escola. **Leitura e produção de textos**. Artes Médicas.
- KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Pontes.
- KLEIMAN, A. **Leitura e intertextualidade**. Artes Médicas.
- KOCH, I.G.V. **A coesão textual**. Contexto.
- KOCH, I. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. Cortez.
- KOCH, I. L. TRAVAGLIA, L.C. **Texto e coerência**. Cortez.
- MARCUSHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In Dionísio, A.P. et al. Gêneros textuais e ensino.
- MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. Cultrix.
- MOISES, M. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. Cultrix.
- NICOLA, José de. **Gramática e Literatura: Ensino Médio: Volume Único**
- PASQUALE e ULISSES. **Gramática da Língua Portuguesa**. Scipione.
- PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. Parábola.
- RANGEL, J. N. M. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler**. Mediação.
- ROCHA Lima, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26. ed. Cultrix.
- SMITH, F. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. 4. ed. Artmed.
- SOARES, M.B. **Linguagem e escrita: uma perspectiva social**. Ática.
- VAL, M.G.C. **Redações e textualidade**. Martins Fontes.
- VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. Martins Fontes.

PROFESSOR MATEMÁTICA (6º AO 9º ANO)

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Base Nacional Comum Curricular. 25) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é Base.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** - Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental** - Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCÁ DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação - Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**.

Conteúdo 2: 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais – propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. 13) Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. 14) Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. 15) Números Complexos. 16) Polinômios e Equações Algébricas. 17) Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. 18) Raciocínio lógico. 19) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas. 20) Cidadania. 21) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Livros que contemplem os conteúdos indicados.

SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR

Conteúdos: 1) Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial – documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, formas de tratamento. 2) Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. 3) Atividades: orientações sobre os indicativos e rotinas dos serviços de Secretaria: cronograma de atividades do serviço de secretaria. Serviço de pessoal, conceito, competência, atribuições. 4) Técnicas de redação. 5) Administração de materiais. 6) Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho, informação e operação. 7) Código de Ética Profissional do Secretariado. 8) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Norma Regulamentadora. NR- 17- Ergonomia.
- BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**.
- BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência, linguagem e comunicação**: oficial, comercial, bancária e particular. Atlas.
- DUL, J.; WEERDMEESTER, B. **Ergonomia prática**. Edgard Blucher.
- FREITAS, Olga. **Administração de materiais**. Universidade de Brasília.
- MEDEIROS, João Bosco e HERNANDES, Sonia. **Manual da Secretária**: técnicas de trabalho. Atlas.
- RITTA, Wanda. **Manual do Profissional de Secretariado**. Edição do autor.
- SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Técnicas de redação e arquivo**. Brasília: Universidade de Brasília.
- Publicações, manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

ANEXO II - RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: _____ Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

(a cargo da Banca)

Nota: _____

Resp: _____

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 004/2019 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Campos para preenchimento pelo candidato				(a cargo da Banca)
	Nº (*)	Nº de horas	Histórico / Resumo	Pré – pontuação
Exigência do Cargo	-	-	Comprovante e/ou Declaração de habilitação para o cargo. () concluído () em andamento. Não será utilizado para pontuação.	-0-
Doutorado				
Mestrado				
Especialização				
Cursos				
Tempo de Serviço				

Verificar Grade de Pontuação de Títulos para preenchimento deste formulário.

O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

*O número deve estar na sequência dos títulos enviados.

Data: ____/____/____

Assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

ANEXO III - MODELO DE REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 004/2019 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

☐ **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

(Datar e assinar)

Assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

ANEXO IV - MODELO DE REQUERIMENTO - DOADOR DE SANGUE/DOADOR DE MEDULA

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 004/2019 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Eu, _____, venho requerer isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo nº 004/2019, nos termos da Lei Estadual nº 10.567/1997 e alterações.

MARCAR ABAIXO O TIPO DE ISENÇÃO QUE DESEJA SOLICITAR:

() **Doador de Sangue:** Para isto, apresento comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações no período de 01 (um) ano, anexo a este requerimento.

() **Doador de Medula Óssea:** Para isto, apresento comprovante de inscrição no cadastro de Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME), anexo a este requerimento.

Data: ____/____/____

Assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2019**

ANEXO V - CRONOGRAMA DE EVENTOS

Este cronograma tem caráter orientador, podendo sofrer alteração em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de Cocal do Sul de acordo com a Concursos SS1.

Data - 2019	Evento
12/11	Publicação do Edital
12/11 a 11/12	Período de inscrições, envio de documentos para Pessoas com Deficiência e recebimento dos Títulos
12 a 19/11	Pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e envio da documentação
22/11	Divulgação do resultado do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição
25 e 26/11	Período para interposição de recursos dos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição
02/12	Divulgação do resultado dos recursos
11/12	Último dia para pagamento da inscrição
16/12	Divulgação da homologação das inscrições e local das Provas
17 e 18/12	Período para interposição de recursos das inscrições
19/12	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições
21/12	Prova Objetiva
23/12	Divulgação do Gabarito Preliminar
26 e 27/12	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar
10/01	Divulgação do Gabarito Oficial, Resultado das Provas Objetiva e de Títulos e Classificação Final Preliminar
13 e 14/01	Período para interposição de recursos do Resultado das Provas Objetiva e de Títulos e Classificação Final Preliminar
17/01	Divulgação do Resultado dos Recursos e Homologação Final

EXTRATO DISTRATO 02/PMCS/2019

Publicação Nº 2224544

DISTRATO Nº: 02/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: JACI GUAREZI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 128/PMCS/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 25/PMCS/2014

Objeto: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, a rescisão amigável proposta, haja vista a divergência que se estabeleceu entre as partes contratantes em relação a natureza dos serviços a serem prestados.

Assinatura: 06/10/2019

PORTARIA 13/19

Publicação Nº 2224773

PORTARIA Nº 13/19, de 01 de novembro de 2019.

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS INSPEÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM-POA, NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições que lhe confere, conforme art. 45 da Lei Orgânica do Município, e conforme Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a periodicidade das inspeções mínimas do Serviço de inspeção Municipal de Produtos de origem animal – SIM, nos estabelecimentos registrados sob fiscalização periódica, a qual será a seguinte:

I – CARNE E DERIVADOS

- a) Unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos- Mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis - a cada 3 (três) meses

II – LEITE E DERIVADOS

- a) Granja leiteira- mensalmente
- b) Posto de refrigeração - mensalmente
- c) Usina de beneficiamento- mensalmente
- d) Fábrica de laticínios- mensalmente
- e) Queijaria- mensalmente

III – PESCADO E DERIVADOS

- a) Estação depuradora de moluscos bivalves- mensalmente
- b) Barco-fábrica – a cada 3 (três) meses
- c) Unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado- mensalmente
- d) Abatedouro – Frigorífico de pescado – mensalmente

IV – OVOS E DERIVADOS

- a) Granja Avícola - mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de ovos e derivados- mensalmente

V – PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

- a) Unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas- a cada 3 (três) meses
- b) Entrepasto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados- a cada 3 (três) meses

VI - ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM:

- a) entreposto de produtos de origem animal - a cada 3 (três) meses
- b) casa atacadista - a cada 3 (três) meses
- c) unidade de beneficiamento de produtos de origem animal em supermercados e similares - mensalmente

Art. 2.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Ação Fiscalizatória (RAF) e Controle de Vistoria como check-list a ser aplicado nas inspeções e documento de registro das ações fiscais realizadas nos estabelecimentos regulados pelo Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019.

Parágrafo único. O documento será preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e a outra via fica no bloco.

Art. 3.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Não Conformidades (RNC) como documento de notificação escrita das falhas em atender às exigências regulamentares, que será utilizado como procedimento padrão para registro das não conformidades encontradas durante as inspeções do SIM nos estabelecimentos regulados pelo Decreto N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019.

§ 1.º O RNC será preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e outra via fica no bloco.

§ 2.º O estabelecimento terá prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento do RNC, para executar as ações corretivas e apresentar ao SIM relatório das ações realizadas ou apresentar ao SIM a solicitação de prazos para execução de cada item.

§ 3.º Os prazos serão revisados, deferidos ou indeferidos pelo SIM, utilizando-se de caráter técnico para definição. Para os prazos indeferidos, o SIM estipulará novos prazos, os quais deverão ser acatados pelo estabelecimento.

§ 4.º O responsável legal pelo estabelecimento poderá solicitar ao SIM, por escrito, a prorrogação dos prazos, por no máximo 2 (duas) vezes, antes do vencimento dos mesmos, caso não os consiga cumprir.

§ 5.º O SIM poderá solicitar justificativa técnica, elaborada pelo Responsável Técnico do estabelecimento, para conceder as prorrogações.

§ 6.º A verificação do cumprimento dos prazos do RNC será efetuada pelo médico Veterinário responsável do SIM. O não cumprimento de 100% (cem por cento) dos itens apontados no RNC poderá acarretar em adicional ação administrativa e legal.

§ 7.º Acarretará em auto de infração quando a idêntica não conformidade for apontada por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, no período de 12 (doze) meses desde que a não conformidade incorra em risco sanitário.

Art. 4.º A fiscalização do SIM poderá adotar, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares descritas no Art. 481 do Decreto SA-F/N.463/19, de 18 de setembro de 2019.

Art. 5.º Será aplicado pelo médico veterinário responsável pelo SIM 1 (uma) vez ao ano o Laudo de Inspeção Sanitária.

§ 1.º O Laudo de Inspeção Sanitária classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a seguinte gradação:

I – GRUPO 1: de 85 a 100% de atendimento dos itens;

II – GRUPO 2: de 61 a 84,99 % de atendimento dos itens;

III – GRUPO 3: de 0 a 60,99 % de atendimento dos itens.

§ 2.º As não conformidades assinaladas no Laudo de Inspeção Sanitária necessitam ser respondidas pelos estabelecimentos nas mesmas condições do RNC.

Art. 6.º Fica estabelecida a periodicidade anual para realização da Supervisão das Inspeções do SIM pelo CIM-AMREC em todos os estabelecimentos registrados no SISBI-SUASA, podendo ser realizada Supervisão pelo CIM-AMREC em outros estabelecimentos registrados no SIM.

§ 1.º O Serviço de inspeção municipal dos municípios consorciados que não possuem estabelecimentos consorciados no SISBI-SUASA passarão por supervisão realizada pelo CIM-AMREC.

§ 2.º Será adotado o documento Laudo de Supervisão como check-list dos itens a serem avaliados na supervisão previstos no caput.

§ 3.º A supervisão será realizada pelo médico veterinário do CIM-AMREC, podendo ser acompanhada por técnicos médicos veterinários de outros municípios consorciados.

§ 4.º O Laudo de Supervisão também classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a mesma gradação descrita no Art. 5º, parágrafo 1.º desta portaria.

Art. 7.º As periodicidades descritas nos artigos 1º, 5º e 6º são consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM-POA e CIM-AMREC a necessidade de realizar inspeções e/ou supervisões com frequências menores do que as estabelecidas.

Art. 8.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

PORTARIA 14/19

Publicação Nº 2224776

PORTARIA Nº. 14/19, de 01 de novembro de 2019.

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS ANÁLISES OFICIAIS FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO E DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM-POA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com o art. 45 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a periodicidade das análises fiscais físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento interno e dos produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal-SIM, a qual será a seguinte:

- I – Análises Físico-químicas da Água de Abastecimento Interno - anualmente
- II – Análises Microbiológicas da Água de Abastecimento Interno - a cada 4 (quatro) meses
- III – Análises Físico-químicas de Produtos de Origem Animal - a cada 6 (seis) meses
- IV – Análises Microbiológicas dos Produtos de Origem Animal - a cada 3 (três) meses

Parágrafo único. Para os estabelecimentos que possuem um único produto registrado no SIM, a análise físico-química de produto terá periodicidade anual, aplicando-se o mesmo aos estabelecimentos com mais de um produto registrado, mas com único produto aplicável ao ensaio físico-químico.

Art. 2.º Para efeito desta Portaria entende-se por “análise fiscal” a amostra ou item de ensaio encaminhados para laboratório oficial acompanhados de requisição de análise do SIM, coletados e lacrados por servidor do serviço oficial de inspeção ou na presença deste.

Art. 3.º A periodicidade poderá ser alterado a qualquer momento a critério do SIM, sendo as periodicidades descritas no Art. 1.º desta Portaria consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM a necessidade de realizar análises fiscais com frequências maiores do que as estabelecidas.

§ 1.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar análises de qualquer produto produzido pelo estabelecimento, assim como matérias-primas ou ingredientes utilizados pelo mesmo fora da periodicidade estabelecida pelo Art.1º desta Portaria.

§ 2.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar outros tipos de análises como, por exemplo, análises sensoriais, organolépticas, fatores de qualidade, assim como também análise da matéria-prima e do produto final, a critério da inspeção.

Art. 4.º Os parâmetros analisados e os padrões legais aceitáveis deverão obedecer à legislação vigente, conforme artigo 463 do Decreto SAF/N.º 463/2019, de 18 de setembro de 2019.

§ 1.º Nos casos de ensaios laboratoriais de produtos de origem animal que não possuem Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ), Norma Interna Regulamentadora (NIR) ou legislação específica, poderá ser permitido o seu enquadramento nos critérios estabelecidos para um produto similar.

§ 2.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar a análise de parâmetro microbiológico e físico químicos complementares, não dispostos na determinação do Art. 463 do Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019, incluindo ainda características organolépticas, fatores de qualidade.

Art. 5.º Os produtos a serem coletados são aqueles determinados pelo SIM, sendo de forma intercalada para que todos os produtos elaborados pelos estabelecimentos sejam analisados, obedecendo ao disposto no Art. 6.º desta Portaria.

§ 1.º As coletas fiscais e o lacre das amostras devem ser realizados pelo servidor do SIM ou na presença deste, com preenchimento do termo de coleta onde deve constar obrigatoriamente o número de registro do estabelecimento e do produto.

§ 2.º É responsabilidade do estabelecimento garantir a preservação da integridade física da amostra e conferir a sua adequada conservação durante o seu acondicionamento e transporte até o laboratório credenciado.

§ 3.º Poderá o SIM realizar o transporte de amostras fiscais até o laboratório oficial de escolha do estabelecimento.

§ 4.º Os estabelecimentos registrados deverão informar por escrito ao SIM o laboratório credenciado de sua escolha.

Art. 6.º As amostras fiscais devem ser coletadas proporcionalmente ao número de categorias que o estabelecimento industrializa, conforme segue:

- I – 1 (um) a 4 (quatro) categorias - análise de 01 (um) produto;
- II – 5 (cinco) ou mais categorias - análise de 02 (dois) produtos diferentes.

Art. 7.º Para os estabelecimentos que apresentarem análises físico-químicas e/ou microbiológicas da água de abastecimento interno ou análises físico-químicas e/ou microbiológicas de produto em desacordo com os padrões legais vigentes serão adotados os procedimentos

descritos no artigo 467 do Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019.

I - O SIM irá notificar o estabelecimento através de RNC.

II - Levando-se em consideração o risco sanitário e a fraude econômica, o SIM determinará ao estabelecimento a realização do recolhimento e a inutilização do produto de origem animal.

III - O SIM solicitará a detecção e correção com brevidade a causa da inconformidade.

IV - Em resposta a RNC, o SIM solicitará a apresentação de plano de ação corretivas e medidas preventivas para evitar a reincidência da não conformidade.

V - Realizar novo ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, com exceção de produtos de origem animal cujo tempo de fabricação seja maior que esse período.

§ 1.º É facultado ao interessado requerer ao Médico Veterinário Oficial a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que houver, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data de ciência do resultado, devidamente comprovado por documento auditável.

§ 2.º Em caso de reincidência de relatório de ensaios laboratoriais inconformes, para o mesmo parâmetro, em ensaio consecutivos, o estabelecimento será submetido ao Regimento Especial de Fiscalização (REF), sujeito as sanções previstas no Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019, ou outro que venha substituí-lo, e de mais legislações pertinentes.

§ 3.º A critério do SIM, além do ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes, poderá ser solicitada a análise dos demais parâmetros.

Art. 8.º Ficam estabelecidos a obrigatoriedade dos envios das análises para laboratórios credenciados oficialmente.

Art. 9.º As despesas decorrentes das análises fiscais são de responsabilidade dos estabelecimentos fiscalizados, conforme Art. 471 do Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019.

Parágrafo único. A não emissão do laudo de análise por parte do laboratório oficial em função de não pagamento da análise, acarretará em auto de infração ao estabelecimento por não cumprimento ao cronograma fiscal de análises.

Art. 10. Fica estabelecido o Status da Qualidade da Água – SQA, onde a periodicidade para análise microbiológica da água de abastecimento interno, descrita no Art. 1.º, inciso II, desta Portaria passa a ser semestral.

§ 1.º Para o estabelecimento registrado atingir o SQA são necessários os seguintes requisitos:

I – possuir 2 (duas) análises microbiológicas fiscais de água consecutivas dentro dos padrões legais vigentes; e

II – possuir 3 (três) meses de documentos auditáveis dos procedimentos relativos à qualidade da água de abastecimento interno com o monitoramento da cloração da água e a limpeza e desinfecção do reservatório.

§ 2.º O estabelecimento perde o SQA se houver qualquer auto de infração por análise fiscal de água fora do padrão legal vigente, ou qualquer apontamento em Relatório de Não Conformidade – RNC referente à água ou ao reservatório de água de abastecimento interno.

Art. 11. Em relação a análise de produtos, observado o que dispõe o art. 6º desta Portaria, estipula-se:

GRUPO 1: CARNES E DERIVADOS

Categoria 1.1 PRODUTOS PROCESSADOS TERMICAMENTE - ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

Categoria 1.2 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 1.3 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 1.4 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 1.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A HIDRÓLISE

Categoria 1.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 1.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO

GRUPO 2: MEL E DERIVADOS

Categoria 2.1 CERA DE ABELHA

Categoria 2.2 MEL

GRUPO 3 : OVOS E DERIVADOS

Categoria 3.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 3.2 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 3.3 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO COCÇÃO

Categoria 3.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- DESIDRATAÇÃO

Categoria 3.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- PASTEURIZAÇÃO

GRUPO 4: PESCADO

Categoria 4.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 4.2 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 4.3 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO
Categoria 4.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO
Categoria 4.5 PRODUTOS SUBMETIDOS ATRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO
Categoria 4.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO TÉRMICO-ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

GRUPO 5: LEITE E DERIVADOS

Categoria 5.1 CASEÍNA
Categoria 5.2 CASEÍNATO
Categoria 5.2 GORDURA ANIDRA DE LEITE
Categoria 5.3 MANTEIGA
Categoria 5.4 MARGARINA
Categoria 5.5 PRODUTO LÁTEO CRU
Categoria 5.6 PRODUTO LÁCTEO EM PÓ
Categoria 5.7 PRODUTO LÁCTEO ESTERELIZADO
Categoria 5.8 PRODUTO LÁCTEO FERMENTADO
Categoria 5.9 PRODUTO LÁCTEO FUNDIDO
Categoria 5.10 PRODUTO LÁCTEO PARCIALMENTE DESIDRATADO
Categoria 5.11 PRODUTO LÁCTEO PASTEURIZADO
Categoria 5.12 PRADUTO LÁCTEO UHT
Categoria 5.13 PRODUTO LÁCTEO ESTERELIZADO
Categoria 5.14 QUEIJO MATURADO
Categoria 5.15 QUEIJO MOFADO
Categoria 5.16 QUEIJO NÃO MATURADO
Categoria 5.17 QUEIJO RALADO
Categoria 5.18 RICOTA
Categoria 5.19 QUEIJO ULTRAFILTRADO
Categoria 5.20 SOBREMESA LÁCTEA

Art. 12. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

PORTARIA 15/19

Publicação Nº 2224778

PORTARIA Nº 15/19, de 01 de novembro de 2019.

ESTABELECE REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM-POA PARA FINS DE OBTENÇÃO DE INDICAÇÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SISBI-POA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com o Art. 45 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os requisitos mínimos necessários a serem preenchidos pelos estabelecimentos registrados no Serviço Municipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIM-POA para fins de obtenção de indicação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, os quais são os seguintes:

I – ser classificado como Grupo 1 no Laudo de Inspeção Sanitária e no Laudo de Supervisão;

II – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados;

III – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados;

IV – ter no mínimo 3 (três) meses de registros auditáveis após ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados.

Parágrafo único. A primeira Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados deverá ser conduzida pelo médico Veterinário responsável pelo SIM após 30 (trinta) dias da comunicação por escrito, por parte do estabelecimento, da implantação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados.

Art. 2.º Para uma auto avaliação, os estabelecimentos poderão utilizar como modelo os documentos do SIM mencionados no artigo anterior,

os quais estarão disponíveis no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 3.º O pedido de indicação ao SISBI-POA deve ser protocolado no setor de protocolo da Prefeitura pelo estabelecimento solicitante, através de requerimento assinado pelo responsável legal.

Art. 4.º Os estabelecimentos cujas categorias o SIM não possui prerrogativa de indicação, ou seja, aquelas categorias não avaliadas na auditoria de reconhecimento da equivalência do SIM ao SISBI-POA, ainda deverão passar por auditoria documental e operacional realizada por instância superior ao Município, a fim de aferição da eficiência e eficácia com relação à nova categoria.

Art. 5.º Preenchidos os requisitos, o SIM deverá reconhecer os estabelecimentos equivalentes através de Portaria a ser expedida pelo Prefeito Municipal após a expedição de Portarias de reconhecimento de Equivalência publicadas pelo MAPA e pelo CIM-AMREC.

Art. 6.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

PORTARIA 16/19

Publicação Nº 2224782

PORTARIA Nº 16/19, de 01 de novembro de 2019.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS – POP'S MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS QUE DEVERÃO CONSTAR NO MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – MANUAL DE BPF DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM-POA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP's mínimos obrigatórios que deverão constar no Manual de Boas Práticas de Fabricação – Manual de BPF dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM-POA, os quais serão os seguintes:

I – POP 1	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – incluindo aferição e calibração de instrumentos
II – POP 2	ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO
III – POP 3	CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS, INSETOS E ROEDORES
IV – POP 4	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS – incluindo águas residuais
V – POP 5	PROCEDIMENTO PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL – PPHO
VI – POP 6	PROCEDIMENTO SANITÁRIO DAS OPERAÇÕES – PSO
VII – POP 7	MANIPULADORES – incluindo treinamento, higiene, hábitos higiênicos e saúde dos manipuladores
VIII – POP 8	CONTROLE DE MATÉRIAS-PRIMAS, INGREDIENTES E EMBALAGENS
IX – POP 9	CONTROLE DE PONTOS CRÍTICOS DO PROCESSO – incluindo controle de formulações, temperaturas e fraudes
X – POP 10	ANÁLISES LABORATORIAIS – autocontrole
XI – POP 11	RASTREABILIDADE E RECOLHIMENTO

§ 1.º Conforme pertinência e o disposto no Art.72 do Decreto SAF/N.º 463/19, de 18 de setembro de 2019, os estabelecimentos deverão instituir outros POP's a critério do SIM.

§ 2º Os POP's não necessariamente deverão estar em ordem e em número dos listados nos incisos I ao XI deste artigo, desde que todos os tópicos estejam contemplados.

§ 3.º Os POP's deverão constar no Manual de BPF ou anexados a este, assim como as planilhas de autocontrole. Quando necessário, também poderão ser anexados fluxogramas de atividades e Instruções de Trabalho (IT's), entre outros elementos.

§ 4.º A critério do SIM, os estabelecimentos poderão ser dispensados da apresentação de elemento de controle específico dentro do POP, caso este controle não seja aplicável.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2019 – PMC

Publicação Nº 2225114

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2019 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos (mobiliário, informática e processamento de dados, climatizadores, eletrodomésticos e termômetros digitais) conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 26/11/2019.

Início da Sessão: dia 26/11/2019 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 12 de novembro de 2019.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2019 – PMC

Publicação Nº 2225121

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2019 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO possível aquisição de peças, ferramentas, utensílios e materiais de reposição para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 28/11/2019.

Início da Sessão: dia 28/11/2019 as 08 h e 30 min. no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 12 de novembro de 2019.

JOÃO VALMOR REITEL

Secretário Municipal de Transportes

DECRETO Nº 6.431, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224443

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.431, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "h", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações, e considerando:

- a notícia oficial da paralisação dos serviços educacionais prestados pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, no âmbito do Município de Concórdia;
- o crescente aumento do número de alunos nas escolas públicas do Município de Concórdia e a necessidade de ampliação dos educandários;
- a necessidade de adequação, construção e reformas das escolas para atender a demanda crescente de alunos;
- a localização central e estratégica do imóvel de propriedade da CNEC;
- que o imóvel já contempla estrutura própria de escola, o que implicará em maior efetividade dos serviços e economicidade ao Poder Público;
- que a educação se trata de serviço público essencial de competência do Poder Público;
- a necessidade de observância a regular e satisfatória prestação dos serviços públicos;
- os direitos e prerrogativas assegurados aos usuários dos serviços públicos, especialmente no que tange à educação;
- o ônus do Poder Público na prestação dos serviços de educação de modo a atender às necessidades dos administrados e absorver a crescente demanda;
- a supremacia do interesse público sobre o privado;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, os imóveis assim identificados perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia:

I – matrícula nº 21.528 – lote urbano sito na quadra K desta cidade, com área de 2.20m², confrontando ao noroeste, nordeste e sudeste com o Lajeado Queimados e ao Sudoeste com o Largo Rio Branco, de propriedade da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade;

II – matrícula nº 23.096 – parte do lote urbano nº 14 da quadra K, com área de 312 m², situado à Rua Adolfo Konder, nesta cidade, confrontando: ao norte e ao oeste com o mesmo lote urbano nº 14, ao sul a Rua dos Queimados, de propriedade de Campanha Nacional de Escolas da Comunidade;

III – matrícula nº 30.223 – parte restante do lote urbano nº 17 da quadra K, desta cidade, com área superficial de mais ou menos 750m², confrontando: ao noroeste com o lote urbano nº 19 da mesma quadra pelo Lajeado dos Queimados que faz divisa natural, ao sudoeste com o lote nº 18, com parte do mesmo lote urbano nº 17 e ao sudoeste com a Rua Adolfo Konder, interpondo-se entre o terreno e essa rua o Lajeado dos Queimados, de propriedade de Campanha Nacional de Escolas da Comunidade;

IV – matrícula nº 40.825 – parte do lote urbano nº 19 da quadra K, com área de 65,70m², sem benfeitorias, sito a Rua Adolfo Konder nesta cidade, com as seguintes confrontações: ao noroeste, com parte do mesmo lote urbano nº 19, ao sudoeste, com parte do lote urbano nº 17, pertencente a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, ao sudoeste com a Rua Adolfo Konder.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 837/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224449

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 837/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Dá nova redação ao inciso VI do art. 1º do Decreto nº 728/2017, de 2 de agosto de 2017 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do art. 1º do Decreto nº 728/2017, de 2 de agosto de 2017 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representantes do Poder Público Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI – representantes da Fundação Municipal de Cultura:

a) efetivo: ANDERSON SCHARDONG;

b) suplente: ELISABETE BOSIO.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
--

DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 838/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224450

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 838/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Dá nova redação à alínea “e” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “e” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 600/2019, de 26 de julho de 2019, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representantes de entidades não governamentais, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

e) efetivo: RENAN AUGUSTO MUNARETTO, representante da Associação Comunitária Renovação para Integração da Família – ACRIF;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 839/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224458

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 839/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa fiscal administrativo e fiscal técnico fiscal técnico do Contrato de Concessão nº 2/2019.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 6.308, de 19 de outubro de 2018 e na CI nº 338/2019, da Diretoria de Compras.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora HILDA CAMINI, ocupante do cargo de Contador, como fiscal administrativo, e o servidor IVONEI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, como fiscal técnico, do Contrato de Concessão nº 2/2019, cujo objeto é a outorga de concessão onerosa do direito à exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores, nas aéreas localizadas em vias e logradouros públicos do Município de Concórdia e que compõe a chamada "Área Azul", incluindo a prestação dos serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso das vagas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 840/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224464

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 840/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Extingue vínculo institucional.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, VII, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo institucional existente, em vista do falecimento da servidora JOSI AGRECIA BEE ZANON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, regime estatutário, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 30 de outubro de 2019.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 841/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224473

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 841/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ADRIANA KATIA VIZZOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora ADRIANA KATIA VIZZOTTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de junho de 2014 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 842/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224480

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 842/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994, e considerando a CI SEMURB 819/2019, emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, como: construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de um ano, a partir de 1º de novembro de 2019:

I – ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA;

II – CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

III – CRISTINA VALCARENGHI;

IV – DANIELA STRINGHINI;

V – FERNANDA POZZA ZANOTTI;

VI – GABRIELE SIEGA;

VII – GLAUBER DIEHL XAVIER;

VIII – JONAS TOIGO BITTENCOURT;

IX – MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;

X – MARILU MATIELLO;

XI – PATRICIA PAZA LANÇA;

XII – REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO;

XIII – TAMYRA HACK.

Parágrafo único. As servidoras constantes nos incisos V e XIII desempenharão suas atividades exclusivamente em obras e serviços relativos à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 176/2019, de 6 de março de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 843/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224482

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 843/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa o servidor FABIO JOSE PELISER para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FABIO JOSE PELISER, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 49891-00 e 49891-01, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 1º a 9 de novembro de 2019, em face do afastamento do titular, percebendo nesse interím, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º deste Decreto, as funções e atribuições de Superintendente e Ordenador de Despesas da FMEC, e efetuará a movimentação das contas bancárias da FMEC, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 36/2017, de 4 de janeiro de 2017 e 171/2017, de 8 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 844/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224483

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 844/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga o Decreto nº 826/2019, de 17 de outubro de 2019, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ANDREIA FATIMA HERMANN MASCARELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando o requerimento protocolizado sob nº 27191/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o Decreto nº 826/2019, de 17 de outubro de 2019, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ANDREIA FATIMA HERMANN MASCARELLO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 845/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224486

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 845/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MICHELI SAMARA BALBINOTT FRANCESCHINA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora MICHELI SAMARA BALBINOTT FRANCESCHINA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 15 de abril de 2014 a 14 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 846/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224493

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 846/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JOSIANE WIERZYNSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora JOSIANE WIERZYNSKI, ocupante do cargo de Psicólogo, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 9 de junho de 2014 a 8 de junho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 847/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224506

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 847/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de junho de 2013 a 1º de junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 848/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224507

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 848/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa a servidora JULIANA LUPATO ZUCCHI, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Ouvidoria.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JULIANA LUPATO ZUCCHI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Atendimento ao Público, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Ouvidoria, no período de 4 de novembro a 4 de dezembro 2019, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 850/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224512

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 850/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa membros para integrar os Conselhos Administrativo e Fiscal do IPRECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de 5 de novembro de 2019, as pessoas abaixo relacionadas:

I – membros eleitos:

a) efetivo: CLARICE PICHETTI GASPARETTO;

b) suplente: CLADISNEI CLARICE GRUHLKE;

c) efetivo: MICHELE GALEAZZI;

d) suplente: LEÃO MARCOS AMPESSAN;

e) efetivo: VERA JOICE HOFFMANN, representante dos segurados inativos;

f) suplente: MARISA ADELAIDE LAZZARIN, representante dos segurados inativos;

II – membros indicados:

a) efetivo: ADRIANA DOS SANTOS GABRIEL;

b) suplente: TAINA DA SILVA LEVANDOVSKI;

c) efetivo: ANGELO BENINI FANTIN;

d) suplente: ANDIARA SGARABOTTO;

e) efetivo: ELENICE ZITTA, representante do Poder Legislativo Municipal;

f) suplente: ZENITE TEREZINHA MICHELON FARINA, representante do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar o Conselho Fiscal do IPRECON, pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de 5 de novembro de 2019, as pessoas abaixo relacionadas:

I – membros eleitos:

a) efetivo: LEONICE PARIZOTTO CAMARGO;

b) suplente: GIOVANA MAIRA PRIAMO;

c) efetivo: GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER;

d) suplente MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ;

e) efetivo: LIANE AIDE TESSMANN, representante dos segurados inativos;

f) suplente: HILDA CAMINI;

II – membros indicados:

a) efetivo: FERNANDA KRÜGER;

b) suplente: SIMONE PASQUALON MARTINI;

c) efetivo: MARLON DE LAI DENEGA, representante com conhecimento técnico;

d) suplente: AGENOR LUIS CEMBRANI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE ASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 851/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224534

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 851/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Constitui e designa Comissão Técnica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e alterações, e no art. 319 e seguintes da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Técnica de Acessibilidade, com a incumbência de contribuir com a inclusão, orientar e acompanhar as ações voltadas à remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e de comunicação pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e a realização de ações de conscientização e capacitação de servidores e colaboradores, para adoção de práticas e tecnologias que garantam atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º São atribuições da Comissão Técnica:

I – desenvolver ações e programas para informação e sensibilização da sociedade, sobre inclusão;

II – planejar ações para implementação da acessibilidade no meio urbano e nas edificações públicas;

VI – implementar políticas públicas de desenvolvimento urbano que contemplem a universalidade do espaço, buscando o desenho universal, de forma inclusiva;

VII – comunicar as áreas afins quando da certificação de situações de descumprimento de normas referentes à acessibilidade, por parte de entidades e órgãos jurisdicionados, que sejam de seu conhecimento;

VIII – sugerir a emissão ou alteração de normas e orientações de alcance externo, que disponham acerca de acessibilidade.

Art. 3º Ficam designadas, para integrar a Comissão Técnica de que trata o art. 1º deste Decreto, as seguintes pessoas, representantes do Município e de entidades não governamentais, abaixo relacionadas:

I – representantes do Município:

a) presidente: DANIEL FAGANELLO;

b) membros:

1. CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Arquiteto;

2. DANIELA STRINGHINI, ocupante do cargo de Arquiteto;

3. JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro;

4. PATRICIA PAZA LANÇA, ocupante do cargo de Arquiteto;

II – representantes das entidades não governamentais:

a) Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião – AECOM: SILVANA MARIA HALL;

b) Universidade do Contestado – UnC – Campus de Concórdia: JULIO CESAR RECH;

c) Faculdade Concórdia – FACC: THIAGO MAIOLI LANZIOTTI;

d) Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: GERSON LUIZ ROSSINI;

e) Ordem dos Advogados do Brasil – 8ª Subseção de Concórdia: RAPHAEL DOS SANTOS BIGATON;

f) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMDPD: ROSANGELA TONIN;

g) Associação Empresarial de Concórdia – ACIC: SERGIO RADIN;

h) Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL: ADEMIR DOMINGOS TEDESCO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs. 865/2017, de 5 de outubro de 2017 e 71/2018, de 31 de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 852/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224539

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 852/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MARCOS PAULO REX.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2019, ao servidor MARCOS PAULO REX, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2014 a 11 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 854/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224542

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 854/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 693/2019, de 26 de agosto de 2019, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e alteração e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009 e alteração.

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 693/2019, de 26 de agosto de 2019, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o item 1 da alínea “b” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“1. MOACIR LUCHEZI – Rotary Club Concórdia;” (NR)

II – o item 3 da alínea “b” do inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

“3. DAIANE ALVES BORGES – Serviço Social do Comércio – SESC;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 855/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224545

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 855/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSELI APARECIDA BELTER MINUSCULI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2019, à servidora ROSELI APARECIDA BELTER MINUSCULI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2002 a 7 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 856/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224548

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 856/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA CLAUDIA SARAIVA MANFRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2019, à servidora ANA CLAUDIA SARAIVA MANFRE, ocupante do cargo de Odontólogo,

matrícula 91340-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 857/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224553

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 857/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 311/2017, de 14 de março de 2017 e alteração, que nomeiam Comissão Coordenadora de Processos Seletivos para Contratação de Estagiários, designa Equipe Multidisciplinar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 311/2017, de 14 de março de 2017 e alteração, que nomeiam Comissão Coordenadora de Processos Seletivos para Contratação de Estagiários e designa Equipe Multidisciplinar, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – presidente: ELAINE ROMAN” (NR);

II – a alínea “e” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“e) HILDA CAMINI” (NR).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.

DECRETO Nº 859/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224556

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 859/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ILOINE SANDERS HERBICH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora ILOINE SANDERS HERBICH, ocupante do cargo de Professor, matrícula 98710-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 860/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224557

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 860/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSE MARI SIEGA BALBINOTT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2019, à servidora ROSE MARI SIEGA BALBINOTT, ocupante do cargo de Professor, matrícula 98787-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2012 a 5 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 861/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224565

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 861/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa a servidora LETICIA FARINA PUNTEL como Gestora da Parceria celebrada entre o Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora LETICIA FARINA PUNTEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, como Gestora da Parceria celebrada entre o Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT Secretário Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 862/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224566

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 862/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre o expediente das repartições públicas municipais, em virtude das comemorações de Natal e Ano Novo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Em virtude das comemorações de Natal e Ano Novo, fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2019, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados:

I – pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II – pelo Terminal Rodoviário;

III – pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Setor de Frotas - transporte de pacientes e pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, cujos atendimentos serão mediante escala própria.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Escolares e nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 863/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224568

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 863/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.109 dias, ou seja: 3 (três) anos e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 21 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 864/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224570

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 864/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a posse de PATRICK RENAN MINUSCULI, no cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2963, de 24 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado PATRICK RENAN MINUSCULI, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 11 de novembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 865/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224572

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 865/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SIMONE DARTORA SOSTER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2019, à servidora SIMONE DARTORA SOSTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 17 de março de 2003 a 16 de março de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

EDITAL DE NOMEAÇÃO 065/2019

Publicação Nº 2225309

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOMEAÇÃO 065/2019

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, NOMEIA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
794.133.902-15	GEISSON TOSETO ZANOTTO	MÉDICO

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na perda definitiva da vaga, em razão de já ter sido nomeado anteriormente, e este Edital se tratar da nomeação referente ao reposicionamento para o final de lista.

Concórdia, 12 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 58/2019

Publicação Nº 2224408

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 58/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.293,20 (um mil duzentos e noventa e três reais e vinte centavos); Creche, no valor de R\$ 48.235,60 (quarenta e oito mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos); Pré Escola, no valor de R\$ 17.978,20 (dezessete mil novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos); Ensino Fundamental, no valor de R\$ 43.088,00 (quarenta e três mil e oitenta e oito reais).

Concórdia SC, 12 de novembro de 2019.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2019 – PMC

Publicação Nº 2225340

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2019 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, em parte da estrada de acesso ao Distrito de Engenho Velho, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital..

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 05/12/2019 AS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 02/12/2019 AS 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/12/2019 AS 10h00min.

Abertura: dia 05/12/2019 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 12 de novembro de 2019.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 45/2019 – PMC

Publicação Nº 2225181

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 45/2019 - PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor, Juscelino Alves de Oliveira, Diretor de Urbanismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08/11/2019, para a Concessão de direito real de uso das áreas de terras de 418,74m², caracterizada como: lote urbano nº 1, da quadra "A", do Loteamento Renostro, sem benfeitorias, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9.784, Livro nº 2 - "AP" e área de terras de 413,37m², caracterizada como: lote urbano nº 2, da quadra "A", do Loteamento Renostro, sem benfeitorias, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9.785, Livro nº 2 - "AP".; a favor de ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO DAS NACOES no valor total de R\$ 0,00 (zero).

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

LEI Nº 5.276, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224996

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.276, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina via pública do Loteamento Alceno Kerber, do Distrito de Tamanduá, e dá outra providência.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua H localizada no Loteamento Alceno Kerber, no Distrito de Tamanduá, passa a denominar-se Rua Alceno Kerber.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 5.126, de 19 de setembro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de novembro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 196/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225003

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 196/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSE MARI ZANFONATO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 91448-00, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o vencimento-base, correspondente à habilitação em Pós-Graduação, na área específica de atuação, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 197/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225008

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 197/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SEMUS 279 e 282/2019, da Secretaria Municipal de Saúde, CI SEDES 631/2019, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e CI nº 821/2019, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

- I – CLAUDIA RUECKERT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;
- II – CLADIMIR SONDA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;
- III – GERSON GILBERTO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Mestre de Obras, a partir de 11 de novembro de 2019;
- IV – JAQUELINE CISOTTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 18 de novembro de 2019;
- V – MARCIA HAUPT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;
- VI – MARLON MAURICIO ANTUNES, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 11 de novembro de 2019;
- VII – OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 25 de novembro de 2019;
- VIII – PAULO CESAR MANFRE, ocupante do cargo de Médico, matrícula 25453-01, no período de 1º a 18 de novembro de 2019;
- IX – REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO, ocupante do cargo de Engenheiro, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;
- X – REJANI LOCATELLI AULER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 18 de novembro de 2019;
- XI – ROSEMERI DALLAGNOL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;
- XII – SOLANGE BENACHIO ROGELIN, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 1º a 14 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 198/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225025

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 198/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 010/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Transportes;
- a CI DSMT 289/2019, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), ao servidor RONI BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal, no período de 18 a 30 de outubro de 2019.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, fica suspenso, no mesmo período, o Adicional de Insalubridade concedido ao servidor RONI BITTENCOURT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 199/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225029

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 199/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 15069/2019, de 21 de junho de 2019, referentes à denúncias envolvendo a servidora A. L. P., matrícula 100463-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, relativas a mau atendimento ao público junto ao Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho da Municipalidade, deixando, em tese, de tratar as pessoas com urbanidade;

- o Parecer nº 1341/2019 da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, em tese, a servidora infringiu o disposto no art. 151, XI, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, sendo que se comprovada a culpabilidade, poderá sujeitá-la à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da citada Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora A. L. P., matrícula 100463-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Grupo Ocupacional Funcional – GF.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para condução dos trabalhos relativos à presente Sindicância:

I – presidente: GRACIELA SANDRIN, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: GIOVANA MAIRA PRIAMO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogal: VINICIUS TIAGO VOSS, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 200/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225030

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 200/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 22324/2019, de 5 de setembro 2019, do qual se extrai que a servidora L. R. M. L. da R., matrícula 1237721-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em tese, teria se ausentado do serviço para atendimento médico e odontológico sem observar os procedimentos adequados para saída em horário de expediente, além de apresentar atrasos ao trabalho, prejudicando assim, a rotina e organização das atividades no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI José Garghetti;

- o Parecer nº 1361/2019 da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, em tese, a servidora infringiu o disposto nos arts. 151, I e III e 152, I, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, sendo que se comprovada a culpabilidade da servidora, poderá sujeitá-la à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da citada Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora L. R. M. L. da R., matrícula 1237721-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para condução dos trabalhos relativos à presente Sindicância:

I – presidente: ADRIANA SALETE ONETTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF;

II – secretária: ELISABETE FALKOSKI, ocupante do cargo de Orientador de Informática;

III – vogal: PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 203/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225031

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 203/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMURB 835/2019, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras e na CI ASPLAN 106/2019, da Assessoria de Planejamento.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – JEFERSON RIBEIRO DE JESUS, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, a partir de 25 de novembro de 2019;

II – JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir do dia 11 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225032

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 204/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração c/c o disposto na Lei nº 3.051, de 1º de abril de 1998 e alterações, no Decreto nº 3.959, de 28 de abril de 1998 e alterações, no art. 6º, § 2º, da Lei Complementar nº 155, de 18 de dezembro de 1998 e na Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a alínea “d” do inciso II do art. 2º da Portaria nº 4/2017, de 11 de janeiro de 2017 e alterações, que constituem comissão especial, com a incumbência de analisar os valores das tarifas públicas municipais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

d) FILIPE STECHINSKI;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225035

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 205/2019, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º Dar nova redação ao inciso II do art. 2º da Portaria nº 102/2019, de 23 de maio de 2019, que instaura Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora D. de O., matrícula 111074-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, na forma abaixo:

“II – membros:

- a) DARINE GRACIELE POTTRATZ, servidora estável, ocupante do cargo de Assistente Social;
- b) FABIELE MAIER DUARTE, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. 144/2019 PREGÃO PRESENCIAL RP 64/2019

Publicação Nº 2225094

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde, representando pelo seu gestor Sr. Almir Valandro, tornam público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, exclusivo ME/EPP, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 144/2019
Pregão Presencial RP n. 64/2019
Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 27/11/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 27/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 12 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 136/2019

Publicação Nº 2225095

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº61/2019

JULGAMENTO: Menor preço por Item.

PROCESSO: 136/2019

SOLICITANTES: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GELADEIRAS E FREEZERS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$21.167,00 (Vinte e um mil cento e sessenta e sete reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedora as empresas: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, vencedora do item nº2 no valor de R\$9.592,00, TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI, vencedora do item nº1 no valor de R\$11.575,00, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 12 de Novembro de 2019.

Adriana De Cezaro Moresco
Pregoeiro Oficial

EXTRATO PROC. 142/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2019

Publicação Nº 2225080

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO: 142/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 53/2019

SOLICITANTES: Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento; Sec. De Educação; Sec. De Infraestrutura; Sec. De Água e Saneamento Básico, Sec. De Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção dos purificadores de água, higienização de filtros de água e substituição de peças danificadas do Centro Administrativo, da Secretaria de Assistência Social, do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria de Infraestrutura (parque de máquinas), da Secretaria de Água e Saneamento Básico e das Unidades Escolares do Município de Cordilheira Alta.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 1.620,87 (um mil seiscentos e vinte reais e oitenta e sete centavos).

CONTRATADO: CLAUDIMIR BRUNETTO MEI.

Cordilheira Alta, SC, em 11 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586/2019

Publicação Nº 2225076

PORTARIA Nº 586/2018

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

RESOLVE:

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, 40 horas semanais, sob. Matrícula nº29402, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 09/11/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 587/2019

Publicação Nº 2225083

PORTARIA Nº 587/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal TAILON FERNANDO TRUCOLO, matrícula n. 1355303, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 10(dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020, que serão gozadas a partir do dia 18/11/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

TAILON FERNANDO TRUCOLO

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 588/2019

Publicação Nº 2225085

PORTARIA Nº 588/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal HIGOR TRESSOLDI, matrícula n. 1336102, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 30(trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2018 a 11/04/2019, que serão gozadas a partir do dia 18/11/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

HIGOR TRESSOLDI

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 589/2019

Publicação Nº 2225092

PORTARIA Nº 589/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, atendendo a Lei Orgânica Municipal de Cordilheira Alta e ao Artigo 78, Inciso II, do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 03 (três) dias consecutivos de licença em razão de casamento a Sr.DIRCEU CESAR GUOLO, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº27702, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, de acordo com a certidão de casamento anexa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 12 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 590/2019

Publicação Nº 2225096

PORTARIA Nº 590/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, matrícula n. 1335001, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, 30(trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/02/2018 a 15/02/2019, que serão gozadas a partir do dia 26/12/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 591/2019

Publicação Nº 2225097

PORTARIA Nº 591/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal MARIA TERESINHA LUZA matrícula n. 345701, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, 10(dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, que serão gozadas a partir do dia 09/12/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

MARIA TERESINHA LUZA

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 592/2019

Publicação Nº 2225100

PORTARIA Nº 592/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70,

inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal TEREZINHA BÉE matrícula n. 587301, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 30(trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2018 a 03/02/2019, que serão gozadas a partir do dia 02/12/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

TEREZINHA BÉE

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 593/2019

Publicação Nº 2225102

PORTARIA Nº 593/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO matrícula n.603901, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 30(trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2018 a 05/02/2019, que serão gozadas a partir do dia 02/12/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO

Ciente em: ____/____/2019

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 12/2019

Publicação Nº 2225563

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência para obras Nº 12/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE CERCAS E GRADIL METÁLICO NA ESCOLA INTEGRAL DE SIMÕES LOPES E COLÉGIO INÊS TASSONEIRO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min horas do dia 13/12/2019

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min horas do dia 13/12/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 11 de novembro de 2019

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

DECRETO 8563/2019

Publicação Nº 2225477

DECRETO Nº. 8.563, 04 De Novembro De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 115/2019, CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2019, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 115/2019 – Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 9/2019, do Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 378.494,51 (trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8564/2019

Publicação Nº 2225478

DECRETO Nº. 8.564, 05 De Novembro De 2019

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.310/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotação no orçamento do município no valor de R\$ 503.000,00 (quinhentos e três mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361– Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 330.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub-função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agropecuária.

Ação: 2.037 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Órgão: 04.06 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.06 – Departamento de Cultura.

Função: 13 – Cultura.

Sub-função: 392– Difusão Cultural.

Programa: 0006 – Cultura – Arte Através da História, Emoção e Talento.

Ação: 2.023 - Manutenção do Departamento de Cultura.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 16.000,00

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08- Assistência Social.

Sub-função: 244– Assistência Comunitária.

Programa: 0026 – Gestão Social.

Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361– Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.012 - Manutenção do Administrativo da Educação.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão: 04.04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.

Função: 27 – Desporto e Lazer.

Sub-função: 812– Desporto Comunitário.

Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.

Ação: 2.026 - Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos crédito adicional especial suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Sub-função: 181– Policiamento.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 1.063 – Instalação de Câmeras de Segurança em Parceria com os Departamentos da Polícia Civil e Militar
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão: 05.02 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.02 – Departamento de Meio ambiente.
Função: 18 – Gestão Ambiental.
Sub-função: 605 – Abastecimento.
Programa: 0012 – Água, Fonte de Vida.
Ação: 1.040 – Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 23.400,00

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 365– Educação Infantil.
Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.
Ação: 2.019 - Manutenção da Educação Infantil.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 330.000,00

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.
Função: 08- Assistência Social.
Sub-função: 244– Assistência Comunitária.
Programa: 0027 – Conselho Tutelar.
Ação: 2.079 - Manutenção do Conselho Tutelar.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Órgão: 02.01 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.
Função: 04- Administração.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior
Ação: 1.003 – Aquisição de Veículo para Gabinete do Prefeito
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 15 – Urbanismo.
Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 1.091 – Ampliação e Reforma da Garagem Municipal.
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 24.600,00
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão: 05.02 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.02 – Departamento de Meio Ambiente.
Função: 18 – Gestão Ambiental.
Sub-função: 542 – Controle Ambiental.
Programa: 0012 – Água, Fonte de Vida.
Ação: 2.041 – Implantação e Viabilização de Programas de Proteção ao Meio Ambiente.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 06 – Segurança Pública.
Sub-função: 183 – Informação e Inteligência.
Programa: 0017 – Trânsito Seguro.
Ação: 2.108 – Implantação e Manutenção do Sistema de trânsito Municipal.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 15 – Urbanismo.
Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 2.057 – Desobstrução de Bueiros e Bocas de Lobo.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8565/2019

Publicação Nº 2225480

DECRETO nº 8.565, 05 De Novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.272/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementada a dotação por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 141.825,25 (cento e quarenta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0008 – Creches- Auxiliando as Famílias.

Ação: 1.031 – Aquisição de Móveis e Equipamentos – Creche.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Transferência da União R\$ 141.825,25

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0022 – Transferência da União.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

LEI 2310/2019

Publicação Nº 2225482

LEI MUNICIPAL Nº 2.310, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verbas por anulação de dotação no orçamento do município no valor de R\$ 503.000,00 (quinhentos e três mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361– Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 330.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.
Função: 20 – Agricultura.
Sub-função: 606 – Extensão Rural.
Programa: 0010 – Programa de Incentivo a Produção Agropecuária.
Ação: 2.037 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Órgão: 04.06 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.06 – Departamento de Cultura.
Função: 13 – Cultura.
Sub-função: 392– Difusão Cultural.
Programa: 0006 – Cultura – Arte Através da História, Emoção e Talento.
Ação: 2.023 - Manutenção do Departamento de Cultura.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 16.000,00

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.
Função: 08- Assistência Social.
Sub-função: 244– Assistência Comunitária.
Programa: 0026 – Gestão Social.
Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 361– Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.
Ação: 2.012 - Manutenção do Administrativo da Educação.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão: 04.04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.
Função: 27 – Desporto e Lazer.
Sub-função: 812– Desporto Comunitário.
Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.
Ação: 2.026 - Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos crédito adicional especial suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 06 – Segurança Pública.
Sub-função: 181– Policiamento.
Programa: 0017 – Trânsito Seguro.
Ação: 1.063 – Instalação de Câmeras de Segurança em Parceria com os Departamentos da Polícia Civil e Militar
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão: 05.02 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.02 – Departamento de Meio ambiente.
Função: 18 – Gestão Ambiental.
Sub-função: 605 – Abastecimento.
Programa: 0012 – Água, Fonte de Vida.
Ação: 1.040 – Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 23.400,00

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 365– Educação Infantil.
Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.
Ação: 2.019 - Manutenção da Educação Infantil.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 330.000,00

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.
Função: 08- Assistência Social.
Sub-função: 244– Assistência Comunitária.
Programa: 0027 – Conselho Tutelar.
Ação: 2.079 - Manutenção do Conselho Tutelar.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Órgão: 02.01 – Gabinete do Prefeito.
Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.
Função: 04- Administração.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior
Ação: 1.003 – Aquisição de Veículo para Gabinete do Prefeito
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 15 – Urbanismo.
Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 1.091 – Ampliação e Reforma da Garagem Municipal.
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 24.600,00
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão: 05.02 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.02 – Departamento de Meio Ambiente.
Função: 18 – Gestão Ambiental.
Sub-função: 542 – Controle Ambiental.
Programa: 0012 – Água, Fonte de Vida.
Ação: 2.041 – Implantação e Viabilização de Programas de Proteção ao Meio Ambiente.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 06 – Segurança Pública.
Sub-função: 183 – Informação e Inteligência.
Programa: 0017 – Trânsito Seguro.
Ação: 2.108 – Implantação e Manutenção do Sistema de trânsito Municipal.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 15 – Urbanismo.
Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.
Ação: 2.057 – Desobstrução de Bueiros e Bocas de Lobo.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2019

Publicação Nº 2224351

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO



Edital de Pregão Presencial nº 92/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CARRETA BASCULANTE.

Tipo: Menor Preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 26/11/2019

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 26/11/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 11 de novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 93/2019

Publicação Nº 2225591

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 93/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Tipo: Menor preço por lote/global.

Entrega dos envelopes: até as 14h00min do dia 26/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 26/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 11 de novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 94/2019

Publicação Nº 2225649

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 94/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até às 8h30min do dia 27/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 8h30min do dia 27/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022, nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 11 de novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 197/2019

Publicação Nº 2225403

DECRETO Nº. 197, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2019 e Lei Orçamentária Anual nº. 721 de 13/11/2018;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.655,97 (dezesete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos) nas seguintes Programações de despesas:

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.2001	2.017	Manut. das Ativ. Agric. E Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	87	2.155,97
Total				2.155,97

09.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
28.846.2800	2.023	Amort. Da Dívida e Encargos Especiais		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	100	15.500,00
Total				15.500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária nas seguintes programações de despesas:

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.2001	2.017	Manut. das Ativ. Agric. E Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	85	2.155,97
Total				2.155,97

09.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
28.846.2800	2.023	Amort. Da Dívida e Encargos Especiais		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	98	2.500,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	99	5.000,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	101	8.000,00
Total				15.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 05 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. De Adm., Planej. E Finanças

DECRETO Nº 198/2019

Publicação Nº 2225408

DECRETO Nº 198 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA ASSINAR ATOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS NA AUSÊNCIA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a ausência do Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças em razão de doença;
- Considerando a necessidade de continuidade dos procedimentos administrativos de modo a favorecer o desempenho dos setores internos da administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Municipal Senhor Maico Picetti, para assinar e despachar documentos, contábeis e pertinentes a Administração Municipal, no período de ausência do Secretário Municipal.

Parágrafo Único. A designação acima é cumulativa com a função de Diretor e sem acréscimo da remuneração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

Coronel Martins- SC, 12 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 199/2019

Publicação Nº 2225416

DECRETO Nº. 199, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2019 e Lei Orçamentária Anual nº. 721 de 13/11/2018;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) nas seguintes Programações de despesa da Câmara de Vereadores:

06.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.031.0101	2.001	Manutenção das Atividades Legislativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	03	13.600,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	04	4.000,00
Total				17.600,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária nas seguintes programações de despesas:

06.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.031.0101	2.001	Manutenção das Atividades Legislativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	01	15.000,00
3.3.50.00.00.00	Transf. A Inst. Priv. Sem fins Lucrativos	01.1000	02	2.600,00
Total				17.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MAICO PICETTI

Diretor de Geral Compras e Licitações

PORTARIA Nº 146/2019

Publicação Nº 2225381

PORTARIA Nº. 146 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 18 de Novembro de 2019 á 02 de Dezembro de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Mareci Angelo Trento	Motorista	03/06/2018 á 02/06/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de Novembro de 2019

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MAICO PICETTI

Diretor de Geral Compras e Licitações

PORTARIA Nº 147/2019

Publicação Nº 2225382

PORTARIA Nº. 147 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 18 de Novembro de 2019 á 02 de Dezembro de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Elisangela de Fatima Salvador	Enfermeira	12/07/2016 á 12/07/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de Dezembro de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MAICO PICETTI

Diretor de Geral Compras e Licitações

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 0380.1/2019 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO 04/2019 PMCP

Publicação Nº 2225086

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2019 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0380.1/2019 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e Erisvaldo Martins de Macedo, CPF sob nº 816.925.609-72.

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos nos Projetos de Vendas apresentados no credenciamento, todos de acordo com a chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Processo n.º 04/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Vigência: 18/10/2019 à 31/12/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 0011/2019

Publicação Nº 2225437

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO 001/2018 DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO.

O PRESIDENTE da Câmara de Vereadores de Correia Pinto, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente o artigo 73, parágrafo único da LOM, PROMULGA o presente

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Concurso Público 001/2018, homologado e publicado através do Decreto Legislativo nº 0012, de 13 de novembro de 2018, por mais 01 (um) ano.

Art. 2º - Continuem vigentes todas as regras constantes no Concurso Público 001/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2019.

VILSO ROSTIROLLA (MDB)

Presidente

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/19

Publicação Nº 2224829

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADO: **TECNOPONTA COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 80.161.672/0001-18, estabelecida na rua Jorge Willi, nº 165, bairro Bompland, no município de Corupá/SC, CEP 89278-000.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA AO LONGO DE 12 MESES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS COM BASE NA LISTAGEM DA TABELA DE INSUMOS SINAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS INSUMOS	UNIDADE	%	VALOR
01	FERRAGENS ENTENDE-SE POR: ARAMES, CANTONEIRAS, COLUNAS DE AÇO, COLUNAS TRELIÇAS, VERGALHÃO, GRAMPOS, HASTES, TELAS ALAMBRADOS, TELAS MALHAS, TELAS SOLDADAS AÇO CA-25, AÇO CA 50, BARRAS DE FERRO RETANGULAR, PERFIL LAMINADO, RUFOS TUBO AÇO, VIGAS U, TUBOS REDONDOS E AFINS.	DESCONTO	6,1%	R\$ 40.000,00
02	CIMENTO ENTENDE-SE POR: CIMENTO, BLOCOS DE CONCRETO VIBRO PRENSADO, CANALETAS DE CONCRETO VIBRO PRENSADO, BLOCOS SEXTAVADOS, POSTES, ELEMENTOS VAZADO, PRÉLAGES, TUBOS DE CONCRETO E AFINS.	DESCONTO	5,8%	R\$ 40.000,00
04	MATERIAL HIDRÁULICO ENTENDE-SE POR: ABRAÇADEIRAS PARA CANOS DE PVC, ADAPTADORES DE FLANGE, ADAPTADORES PARA MANGUEIRAS, ADESIVOS PLÁSTICOS, ANÉIS DE BORRACHA, BORRACHAS DE VEDAÇÃO PARA CAIXA DE DESCARGA, BOIAS PARA CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS D'ÁGUA EM FIBRA, CANO CONDUTOR, CURVA, HIDRÔMETROS, JOELHOS, LUVAS, PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, RALOS, REGISTROS DE: ESFERA, GAVETA E	DESCONTO	27,1%	R\$ 30.000,00

	PRESSÃO, TAMPÃO EM PVC, TEE, TORNEIRAS, TUBOS, VÁLVULAS, BUCHAS VEDANTES E AFINS.			
05	COBERTURA ENTENDE-SE POR: CUMEEIRAS, TELHAS, E AFINS.	DESCONTO	15,4%	R\$ 40.000,00
06	REVESTIMENTO ENTENDE-SE POR: ARGAMASSAS, AZULEJOS, CANTONEIRAS MOLDURA PARA FORRO PVC, PISOS CERÂMICOS, PORCELANATOS, MÁRMORES, PARQUET, BACIA SANITÁRIA, DIVISÓRIAS, GRANITO, RODAPÉ, REJUNTE, SEPARADOR, VIDROS TEMPERADOS, PORTA EXTERNA/INTERNA, FORRO DE PVC E AFINS.	DESCONTO	15,1%	R\$ 30.000,00
08	CONCRETO ENTENDE-SE POR: ARAMES RECOZIDO, VERGALHÃO DE AÇO, ADITIVOS IMPERMEABILIZANTE, CAL, FIXADOR, CHAPAS DE COMPENSADO, COMPENSADOS PLASTIFICADOS, LONAS PLÁSTICAS, PREGOS, CIMENTO, AREIA, TIJOLO E AFINS.	DESCONTO	14,1%	R\$ 30.000,00
10	DEMAIS INSUMOS ENTENDE-SE POR: ASSOALHOS, BARROTES, CAIBROS, CAIXAS PARA PORTA, PORTAS, PALANQUES, TÁBUAS, TERÇAS, PRANCHAS, TORAS, VARAS, ESTACAS, CHAPAS COMPENSADO, CALHAS GALVANIZADAS, JANELA, PORTA FERRO E AFINS.	DESCONTO	19,6%	R\$ 20.000,00

Data da Assinatura: 11/11/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 112/19

Publicação Nº 2224830

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na rua Wally Emilia Mohr, nº 60 – Sala 02, bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-525.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA AO LONGO DE 12 MESES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS COM BASE NA LISTAGEM DA TABELA DE INSUMOS SINAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS INSUMOS	UNIDADE	%	VALOR
03	MATERIAL ELÉTRICO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA ENTENDE-SE POR: BARRAS DE CONDUITE, BUCHAS PARA FIXAÇÃO, BOCAIS, CABOS FLEXÍVEIS, CABOS PP, CAIXAS DE TOMADA, CALHAS, CHUVEIROS, CHAVES DE LIGAÇÃO, DISJUNTORES BIPOLAR E TRIPOLAR, DISJUNTORES, FITAS ISOLANTES, INTERRUPTORES, LÂMPADAS, PLAFON, PLUG, QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOQUETE, SPOT, TOMADA, BRAÇOS LM3 E LM1, CONECTORES, REATORES, TORNEIRA ELÉTRICA E AFINS.	DESCONTO	24%	R\$ 70.000,00
07	PINTURA ENTENDE-SE POR: REGISTRA O VALOR DE AGUARRÁS, CABO PARA ROLO COLA CASCOREZ, ESMALTE SINTÉTICO, FITA CREPE, FUNDO, FOLHA DE LIXA, MASSA ACRÍLICA, MASSA CORRIDA, PINCEL, ROLO, SELADOR, TEXTURA, TINTA ESMALTE SINTÉTICO/LÁTEX, EPÓXI, TRINCHAS VERNIZ E AFINS.	DESCONTO	23%	R\$ 30.000,00
09	FERRAMENTAS ENTENDE-SE POR: CONES PARA SINALIZAÇÃO, CORDAS DE POLIPROPILENO, ESCADAS, ESCOVAS, FITA ZEBRADA, LONA PRETA, TRENAS, VASSOURAS, ALICATES, ARCO DE SERRA, BALDES, BROCAS, BUCHAS, CABOS, CADEADOS, CARRINHOS DE MÃO, CATRACAS, CHAVE, CAVADEIRA, COLHER DE PEDREIRO, DOBRADIÇA, ENXADA, FACÃO, FECHADURA, FOICE, FOLHA DE SERRA, LÁPIS, LIMA, MACHADO, MARRETA, MARTELO, NÍVEL, PA, PARAFUSOS, PICARETA, PRUMO, RASTELO, REGADOR, SERROTE, TESOURA, E AFINS	DESCONTO	21%	R\$ 20.000,00

Data da Assinatura: 11/11/2019
Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONCLUSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 013/2016

Publicação Nº 2224389

CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Em cumprimento ao dispostos no Art. 91 da Lei Complementar Municipal 012/2009, a Secretaria Municipal de Saúde de Corupá, através da sua Gerência Administrativa, Vigilância e Planejamento, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário com a penalidade de ADVERTÊNCIA, uma vez a não interposição de recurso à autoridade sanitária superior:

Autuado: FRANCISCO COSTA FILHO
Data de Autuação: 11 de Abril de 2016
Data de Decisão: 22 de Agosto de 2018
CPF: 512.174.149-91
Processo Nº: 013/2016
Tipificação da Infração: 000248 – Série A

Corupá, 11 de Novembro de 2019.

GIOVANA PORNER ODVAZNY
Gerente Administrativo, Vigilância e Planejamento

CONCLUSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 014/2017

Publicação Nº 2224393

CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Em cumprimento ao dispostos no Art. 91 da Lei Complementar Municipal 012/2009, a Secretaria Municipal de Saúde de Corupá, através da sua Gerência Administrativa, Vigilância e Planejamento, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário com a penalidade de ADVERTÊNCIA, uma vez a não interposição de recurso à autoridade sanitária superior:

Autuado: ADRIANA GOMES IZAIAS - ME
Data de Autuação: 08 de Agosto de 2017
Data de Decisão: 22 de Agosto de 2018
CNPJ: 15.619.754/0002-82
Processo Nº: 014/2017
Tipificação da Infração: 32407405188/17

Corupá, 11 de Novembro de 2019.

GIOVANA PORNER ODVAZNY
Gerente Administrativo, Vigilância e Planejamento

CONCLUSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 022/2016

Publicação Nº 2224391

CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Em cumprimento ao dispostos no Art. 91 da Lei Complementar Municipal 012/2009, a Secretaria Municipal de Saúde de Corupá, através da sua Gerência Administrativa, Vigilância e Planejamento, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário com a penalidade de ADVERTÊNCIA, uma vez a não interposição de recurso à autoridade sanitária superior:

Autuado: ANADON INFORMÁTICA LTDA
Data de Autuação: 20 de Julho de 2016
Data de Decisão: 20 de Setembro de 2018
CNPJ: 07.229.072/0001-54
Processo Nº: 022/2016
Tipificação da Infração: 32407403909/16

Corupá, 11 de Novembro de 2019.

GIOVANA PORNER ODVAZNY
Gerente Administrativo, Vigilância e Planejamento

DECRETO Nº 1783/19

Publicação Nº 2224785

DECRETO Nº 1783/19

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe dor Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Código	Classificação	Valor
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
0004.0122.0006.2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 2.000,00
2	Referência Dotação	
	TOTAL R\$	2.000,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
0004.0122.0006.2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 2.000,00
3	Referência Dotação	
	TOTAL R\$	2.000,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
13 de novembro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL 070/19

Publicação Nº 2224379

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019.

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NOTADAMENTE PARA REGULAÇÃO DAS CONSULTAS E EXAMES SOLICITADOS NOS ESF'S CONJUNTAMENTE COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS ATOS DE TODA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I - Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 13/11/2019 às 08h do dia 26/11/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 26/11/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 12 de novembro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 105/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225345

DECRETO MUNICIPAL Nº 105/2019.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIR RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.799, de 20 de novembro de 2018, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019 e Superávit Financeiro do Exercício de 2018 no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01 – EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.365.0011.1.005 – Melhoria, Reforma e ou Ampl. da Estrut. Física da Educ. Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(49) Fonte: 0.1.01.00.00 – Excesso Rec. De Imp. e de Transf. de Impostos R\$ 7.000,00

Proj./Ativ.: 12.306.0008.2.010 – Manut. Das Ações da Alim. Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(25) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.306.0008.2.011 – Manut. Das Ações da Alim. Escolar da Educ. Infantil – Pré-Escola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(27) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.306.0008.2.012 – Manut. Das Ações da Alim. Escolar da Educ. Infantil – Creche

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(29) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrec. Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 12.361.0009.2.014 – Manut. Das Ações do Transporte Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(34) Fonte: 0.1.01.00.00 – Excesso Arrec. Rec. de Impostos e de Transf. de Imp R\$ 70.000,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(164) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso Transf. Sistema Único de Saúde R\$ 30.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(167) Fonte: 0.1.02.00.00 – Excesso Rec. de Imp. E de Transf. de Impostos R\$ 6.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.0007.2.045 – Manut. Ações Farmácia Básica

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(186) Fonte: 0.1.02.00.00 – Excesso Rec. de Imp. de Transf. de Imp R\$ 20.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.1.016 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(96) Fonte: 0.3.00.00.00 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 32.000,00

ORGÃO: 10.00 – SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECON. E SOCIAL

Unidade Orçamentária: 10.01 – DPTO. DE IND. COM. SERVIÇOS E TURISMO

Proj./Ativ.: 23.691.0016.2.028 – Manutenção das Ações da Secretaria do Desenv. Econômico

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(120) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso Arrecadação Recursos Ord R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 23.691.0016.2.029 – Eventos e Feiras

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1093) Fonte: 0.3.00.00.00 – Super. Financeiro Recursos Ord R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, nas fontes de recursos 100, 101, 102 e 138 e para dar cobertura ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), será utilizado o superávit financeiro verificado no exercício de 2018 na conta 1-0, C.E.F.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.02 – FINANÇAS

Proj./Ativ.: 04.123.0004.2.008 – Manut. Das Ações da Administração Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(23) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(163) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Imp. E de Transf. de Impostos R\$ 100.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.93.0000 – Apl. Dir. Dec. De Oper. De Org. Fund. e Ent.

(166) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$ 20.000,00

Proj./Ativ.: 10.305.0007.2.049 – Manut. Das Ações Vigilância Epidemiológica

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(197) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 3.800,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 143.800,00 (cento e quarenta e três mil e oitocentos reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.02 – FINANÇAS

Proj./Ativ.: 04.123.0004.2.008 – Manut. Das Ações da Administração Financeira

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(22) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ORGÃO: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manut. Das Ações Gerais do Dpto. De Saúde

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(160) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Imp. E de Transf. de Impostos R\$ 120.000,00

Proj./Ativ.: 10.305.0007.2.049 – Manut. Das Ações Vigilância Epidemiológica

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(199) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 2.400,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(200) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transf. do Sistema Único de Saúde R\$ 1.400,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Gestão Financeira

DECRETO MUNICIPAL Nº 106/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225347

DECRETO MUNICIPAL Nº 106/2019.

“REVOGA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos nº 014/2019, 034/2019 e 046/2019.

Art. 2º. Fica revogada a abertura de Crédito Adicional Suplementar descrita no Decreto nº 020/2019, no valor de R\$ 378.700,00 (trezentos e setenta e oito mil e setecentos reais), conforme abaixo especificado a saber:

ORGÃO: 09 – SECRET. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMB.

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.1.010 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(879) Fonte: 0.1.3.4.00.00 – Exc. Transf. Conv. – União - CR OGU nº 877356 e 871203/2018.R\$ 378.700,00

Art. 3º. Fica revogada a abertura de Crédito Adicional Suplementar descrita no Decreto nº 048/2019, no valor de R\$ 198.315,51 (cento e noventa e oito mil trezentos e quinze reais e cinquenta e um centavos), conforme abaixo especificado a saber:

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(971) Fonte: 0.1.34.00.00 – Excesso Transf. Contr. Repasse 867857/2018.R\$ 198.315,51

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF

Gerente de Gestão Financeira

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

Publicação Nº 2225701

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TROCA DE TUBULAÇÃO DE GÁS E PISO, DO CEI SANTA RITA DE CASSIA. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 27/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 27/11/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 12 de Novembro de 2019.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 005/2019 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2224882

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 005/2019 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.453.183/0001-28, na cidade de Curitibanos-SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC).

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de Curitibanos-SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a APAE de Curitibanos -SC, credenciada pelo órgão gestor dessa respectiva política pública, desenvolve há mais de 40 anos, atividades voltadas a serviços de atendimento Especializado para pacientes com deficiência intelectual ou múltipla, residentes em Curitibanos. Diante desta situação constatada no Município, faz-se necessária a presente celebração do Termo de Colaboração com a APAE de Curitibanos -SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Pelo exposto, defiro a formalização do termo de colaboração, na forma listada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Fundo	Valor
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 20.000,00

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Curitibanos (SC), 07 de novembro de 2019.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

Publicada o presente extrato da Dispensa do Chamamento Público 005/2019, aos 07 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 421/2019

Publicação Nº 2224869

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 421/2019

Aditivo Nº : 421/2019 - Contrato Nº: 482/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/10/2019 Término: 14/12/2019
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 188/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA TERMINO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, ÁREA TOTAL 5.709,20M² EXTENSÃO TOTAL 570,90M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 422/2019

Publicação Nº 2224870

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 422/2019

Contrato Nº.: 422/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME
Valor : 8.460,00 (oito mil quatrocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 15/10/2019 Término: 29/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 423/2019

Publicação Nº 2224871

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 423/2019

Contrato Nº.: 423/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI
Valor : 1.978,20 (um mil novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 16/10/2019 Término: 16/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 184/2019
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66) Saldo: 44.897,70
Objeto : AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO CASCA DE PINUS E VERMICULITA EXPANDIDA, PARA USO NO HORTO FLORESTAL. CONFORME

ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 424/2019

Publicação Nº 2224872

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 424/2019

Contrato Nº.: 424/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902
Valor : 1.248,00 (um mil duzentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 16/10/2019 Término: 16/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2019
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 6.781,73
Objeto : AQUISIÇÃO DE GRAMPEADOR ELÉTRICO PARA USO DO SETOR DE TESOUREARIA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 425/2019

Publicação Nº 2224873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 425/2019

Contrato Nº.: 425/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 1.799,99 (um mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 16/10/2019 Término: 16/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2019
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 426/2019

Publicação Nº 2224874

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 426/2019

Contrato Nº.: 426/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 5.809,00 (cinco mil oitocentos e nove reais)
Vigência : Início: 16/10/2019 Término: 16/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 185/2019

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 427/2019

Publicação Nº 2224875

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 427/2019

Contrato Nº.: 427/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: TECHNO SOLUCOES EIRELI
Valor : 25.850,00 (vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (38), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (56), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (156)
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 428/2019

Publicação Nº 2224876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 428/2019

Contrato Nº.: 428/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 2.755,00 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (38), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (56), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (156)
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIARIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NUCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 429/2019

Publicação Nº 2224877

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 429/2019

Aditivo Nº : 429/2019 - Contrato Nº: 85/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME
Valor : 12.013,20 (doze mil e treze reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 29/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (126) Saldo: 16.396,18
Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 430/2019

Publicação Nº 2224878

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 430/2019

Aditivo Nº : 430/2019 - Contrato Nº: 297/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA FAE LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 21/10/2019 Término: 06/12/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 121/2019
Recursos : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (152) Saldo: 196.100,00
Objeto : ADITIVO DE PRAZO DE 15 DIAS PARA TERMINO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TROCA DAS TELHAS E REFORMA DAS TRELIÇAS DA COBERTURA DO GINÁSIO ONOFRE SANTO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 431/2019

Publicação Nº 2224879

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 431/2019

Aditivo Nº : 431/2019 - Contrato Nº: 400/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.
Valor : 9.310,00 (nove mil trezentos e dez reais)
Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 24/12/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 162/2019
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (157) Saldo: 13.589,95
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$9.310,00, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS SEMAFÓRICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MODERNIZAÇÃO DE CINCO PONTOS DOTADOS DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 432/2019

Publicação Nº 2224880

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 432/2019

Contrato Nº.: 432/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING

Valor : 772,00 (setecentos e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 11/10/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 32.234,82

Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 433/2019

Publicação Nº 2224881

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 433/2019

Aditivo Nº : 433/2019 - Contrato Nº: 482/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME

Valor : 75.686,20 (setenta e cinco mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 14/12/2019

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 188/2018

Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (69) Saldo: 125.449,30

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, ÁREA TOTAL 5.709,20M² EXTENSÃO TOTAL 570,90M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 434/2019

Publicação Nº 2224886

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 434/2019

Aditivo Nº : 434/2019 - Contrato Nº: 482/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME

Valor : 101.149,37 (cento e um mil cento e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 14/12/2019

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 188/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, ÁREA TOTAL 5.709,20M² EXTENSÃO TOTAL 570,90M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 435/2019

Publicação Nº 2224887

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 435/2019

Contrato Nº.: 435/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: RISOLUTO TECNOLOGIA E SOLUCOES INTELIGENTES LTDA

Valor : 46.125,00 (quarenta e seis mil cento e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 17/10/2019 Término: 17/10/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2019

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (156) Saldo: 90.263,60

Objeto : AQUISIÇÃO DE SOFTWARE E APLICATIVOS PARA RH, LEVANTAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO, CONSULTORIA, CUSTOMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, PARA UTILIZAÇÃO NO CONTROLE E APURAÇÃO DO REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 436/2019

Publicação Nº 2224888

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 436/2019

Aditivo Nº : 436/2019 - Contrato Nº: 231/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/10/2019 Término: 28/01/2020

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 72/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONSTRUÇÃO DE MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, TIPO CONSTRUÇÃO NOVA, NA RUA CORONEL VIDAL RAMOS, CENTRO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 437/2019

Publicação Nº 2224889

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 437/2019

Contrato Nº.: 437/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: TRANSPORTES FRANCESCHI EIRELI

Valor : 4.396,00 (quatro mil trezentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 21/10/2019 Término: 21/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 210/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/2, ANO 2011, CONFORME LEI 8.666/93 ARTIGO 24, INCISO IV, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 438/2019

Publicação Nº 2224890

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 438/2019

Contrato Nº.: 438/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 1.465,73 (um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos)
Vigência : Início: 22/10/2019 Término: 22/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 175/2019
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, E FIAT PALIO WEEK PLACAS MLV4389 DA 24ª CIRETRAN. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 439/2019

Publicação Nº 2224891

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 439/2019

Contrato Nº.: 439/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JULIO SILVESTRI FILHO - ME
Valor : 9.897,15 (nove mil oitocentos e noventa e sete reais e quinze centavos)
Vigência : Início: 22/10/2019 Término: 22/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 175/2019
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, E FIAT PALIO WEEK PLACAS MLV4389 DA 24ª CIRETRAN. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 440/2019

Publicação Nº 2224979

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 440/2019

Aditivo Nº : 440/2019 - Contrato Nº: 29/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 22/10/2019 Término: 01/02/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 441/2019

Publicação Nº 2224980

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 441/2019

Contrato Nº.: 441/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP
Valor : 1.422,04 (um mil quatrocentos e vinte e dois reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 22/10/2019 Término: 24/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 442/2019

Publicação Nº 2224981

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 442/2019

Aditivo Nº : 442/2019 - Contrato Nº: 411/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RETIFICA MOTOCAR LTDA
Valor : 1.717,00 (um mil setecentos e dezessete reais)
Vigência : Início: 22/10/2019 Término: 01/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 172/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 443/2019

Publicação Nº 2224982

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 443/2019

Contrato Nº.: 443/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DOUGLAS CICHACZ DE SOUZA
Valor : 288.272,00 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e setenta e dois reais)
Vigência : Início: 23/10/2019 Término: 23/03/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 182/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO E REASSENTAMENTO EM PARALELEPÍPEDO/LAJOTA NOS DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 444/2019

Publicação Nº 2224984

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 444/2019

Contrato Nº.: 444/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA

Valor : 198.960,60 (cento e noventa e oito mil novecentos e sessenta reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 24/10/2019 Término: 24/02/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 190/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO DE SANITÁRIOS CENTRAL DA EXPOCENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 445/2019

Publicação Nº 2224985

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 445/2019

Contrato Nº.: 445/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: JONATHAN WILLIAM FLEMMING

Valor : 12.665,00 (doze mil seiscentos e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 24/10/2019 Término: 11/10/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 446/2019

Publicação Nº 2224986

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 446/2019

Contrato Nº.: 446/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

Valor : 1.090,00 (um mil e noventa reais)

Vigência : Início: 24/10/2019 Término: 10/10/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO DO SETOR DE IMPRENSA, CADASTRO IMOBILIÁRIO, TI, 2ºBBM E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CEIS E NÚCLEOS. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 447/2019

Publicação Nº 2224987

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 447/2019

Contrato Nº.: 447/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME

Valor : 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 25/10/2019 Término: 24/07/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 448/2019

Publicação Nº 2224988

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 448/2019

Contrato Nº.: 448/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - EPP

Valor : 95.557,42 (noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos)

Vigência : Início: 25/10/2019 Término: 25/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 191/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE QUADRA COM PISO MODULAR ESPORTIVO INDOOR NO GINÁSIO ONO-FRE SANTO AGOSTINI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 449/2019

Publicação Nº 2224989

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 449/2019

Aditivo Nº : 449/2019 - Contrato Nº: 173/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI
Valor : 40.239,08 (quarenta mil duzentos e trinta e nove reais e oito centavos)
Vigência : Início: 25/10/2019 Término: 30/12/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 47/2018
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (149) Saldo: 129.816,72
Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO BLOCO DIREITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM ÁREA DE 920,42 CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 450/2019

Publicação Nº 2224991

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 450/2019

Contrato Nº.: 450/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 5.100,00 (cinco mil e cem reais)
Vigência : Início: 29/10/2019 Término: 29/10/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 193/2019
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E VIATURAS E EQUIPAMENTOS DO 2º BBM/CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 451/2019

Publicação Nº 2224993

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 451/2019

Contrato Nº.: 451/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA - EPP
Valor : 57.298,00 (cinquenta e sete mil duzentos e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 29/10/2019 Término: 19/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2018
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (41), 2.081.3.3.90.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (96), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (126), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (139)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 452/2019

Publicação Nº 2224995

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 452/2019

Contrato Nº.: 452/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AVENIDA COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME

Valor : 1.621,70 (um mil seiscentos e vinte e um reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 29/10/2019 Término: 19/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2018

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)

Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 453/2019

Publicação Nº 2224997

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 453/2019

Contrato Nº.: 453/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Valor : 2.835,00 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 30/10/2019 Término: 29/01/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)

Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 454/2019

Publicação Nº 2224998

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 454/2019

Contrato Nº.: 454/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor : 280.202,37 (duzentos e oitenta mil duzentos e dois reais e trinta e sete centavos)

Vigência : Início: 30/10/2019 Término: 01/03/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 188/2019

Recursos : Dotação: 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (83), 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (143)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBO CONCRETO ARMADO E EXECUÇÃO DE DRENAGEM COM TUBULAÇÃO DE 1 METRO DE DIÂMETRO NO BAIRRO GETULIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 455/2019

Publicação Nº 2225000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 455/2019

Contrato Nº.: 455/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JM EXTINTORES CAÇADOR
Valor : 82,00 (oitenta e dois reais)
Vigência : Início: 31/10/2019 Término: 09/07/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2019
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66)
Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E VENTUAL DE EXTINTORES, RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 456/2019

Publicação Nº 2225001

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 456/2019

Contrato Nº.: 456/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MARTARELLO & CIA LTDA - ME
Valor : 858,75 (oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 31/10/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 217/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 457/2019

Publicação Nº 2225002

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 457/2019

Aditivo Nº : 457/2019 - Contrato Nº: 29/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 4.945,20 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 31/10/2019 Término: 01/02/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (156)

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 458/2019

Publicação Nº 2225005

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 458/2019

Contrato Nº.: 458/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 7.364,80 (sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 31/10/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 195/2019
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (139)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA KOMBI MG8924 DE USO DA SEC. DA EDUCAÇÃO, E MAQUINAS PESADAS DA SEC. DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Descanso

PREFEITURA

RREO CONSOLIDADO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225074

R\$ 1,00

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.308.569,71	27.308.569,71	5.384.122,15	19,72	22.497.466,08	82,38
RECEITAS CORRENTES	27.302.589,71	27.302.589,71	4.582.866,65	16,79	21.153.073,34	77,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.931.320,00	2.931.320,00	337.206,50	11,50	2.207.564,01	75,31
IMPOSTOS	1.979.460,00	1.979.460,00	315.872,99	15,96	1.871.225,07	94,53
TAXAS	529.500,00	529.500,00	21.070,21	3,98	335.022,48	63,27
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	422.360,00	422.360,00	263,30	0,06	1.316,46	0,31
CONTRIBUIÇÕES	410.000,00	410.000,00	69.152,52	16,87	366.060,20	89,28
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	410.000,00	410.000,00	69.152,52	16,87	366.060,20	89,28
RECEITA PATRIMONIAL	88.685,60	88.685,60	12.618,77	14,23	80.218,44	90,45
VALORES MOBILIÁRIOS	88.685,60	88.685,60	12.618,77	14,23	80.218,44	90,45
RECEITA DE SERVIÇOS	223.430,00	223.430,00	33.994,18	15,21	135.457,38	60,63
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	188.030,00	188.030,00	31.619,47	16,82	121.276,26	64,50
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	3.100,00	3.100,00	504,42	16,27	2.788,26	89,94
OUTROS SERVIÇOS	32.300,00	32.300,00	1.870,29	5,79	11.392,86	35,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.537.134,11	23.537.134,11	4.116.497,01	17,49	18.221.674,35	77,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	11.020.889,72	11.020.889,72	1.990.473,05	18,06	7.983.585,26	72,44
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.431.244,39	9.431.244,39	1.581.754,30	16,77	7.520.268,95	79,74
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.642,66	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.085.000,00	3.085.000,00	544.269,66	17,64	2.715.177,48	88,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.000,00	112.000,00	13.397,67	11,96	142.098,96	126,87
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	58.000,00	58.000,00	8.819,59	15,21	57.516,07	99,17
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	54.000,00	54.000,00	4.280,03	7,93	37.948,28	70,27
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	298,05	0,00	46.634,61	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00	6.000,00	801.255,50	13,354,26	1.344.392,74	22,406,55
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	777.255,50	0,00	950.267,50	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	106.750,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	777.255,50	0,00	843.517,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000,00	6.000,00	24.000,00	400,00	394.125,24	6.568,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	24.000,00	0,00	394.125,24	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.308.569,71	27.308.569,71	5.384.122,15	19,72	22.497.466,08	82,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		27.308.569,71	27.308.569,71	5.384.122,15	19,72	22.497.466,08	82,38	4.811.103,63
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)		27.308.569,71	27.308.569,71	5.384.122,15	19,72	22.497.466,08	82,38	4.811.103,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	2.265.236,72	—	—	2.265.236,72	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00	0,00	—	—	—	—	—
		—	2.265.236,72	—	—	2.265.236,72	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	9.408.969,44	4.192.952,90	20.902.059,39	12.036.140,55	20.223.224,58
DESPESAS CORRENTES	26.341.215,33	29.039.902,96	2.845.015,49	22.193.344,21	6.846.558,75	3.974.688,43	19.776.332,32	9.263.570,64	19.209.237,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.294.052,75	15.198.142,48	2.117.393,24	10.897.149,79	4.300.992,69	2.119.442,78	10.895.100,25	4.303.042,23	10.691.837,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	114.541,00	78.894,60	0,00	52.963,39	25.931,21	9.591,25	45.060,29	33.834,31	45.060,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.932.621,58	13.762.865,88	727.622,25	11.243.231,03	2.519.634,85	1.845.654,40	8.836.171,78	4.926.694,10	8.472.339,56
DESPESAS DE CAPITAL	887.354,38	3.818.296,98	170.757,14	1.335.886,29	2.482.410,69	218.264,47	1.125.727,07	2.692.569,91	1.013.987,27
INVESTIMENTOS	859.576,60	3.790.437,46	170.757,14	1.308.026,77	2.482.410,69	218.264,47	1.125.727,07	2.664.710,39	1.013.987,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	27.777,78	27.859,52	0,00	27.859,52	0,00	0,00	0,00	27.859,52	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)		27.308.569,71	3.015.772,63	23.529.230,50	9.408.969,44	4.192.952,90	20.902.059,39	12.036.140,55	20.223.224,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	9.408.969,44	4.192.952,90	20.902.059,39	12.036.140,55	20.223.224,58
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.595.406,69	—	2.274.241,50
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	—	4.192.952,90	22.497.466,08	—	22.497.466,08
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.853,46

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO

Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO

Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	964.744,05	-964.744,05
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	106.750,00	-106.750,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	843.517,50	-843.517,50
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	14.476,55	-14.476,55

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	1.547.105,76	315.955,84	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92
Despesas de Capital	1.547.105,76	315.955,84	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92
Investimentos	1.547.105,76	315.955,84	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
Valor(III)	333.455,76	624.889,24	958.345,00

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito MunicipalRAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1.00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.949.460,00	1.949.460,00	1.915.546,83	98,26		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	567.000,00	567.000,00	540.373,59	95,30		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	302.000,00	302.000,00	354.527,32	117,39		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	515.000,00	515.000,00	536.976,39	104,27		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	531.600,00	531.600,00	446.326,91	83,96		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.260,00	4.260,00	4.995,93	117,28		
Dívida Ativa dos Impostos	23.000,00	23.000,00	23.761,54	103,31		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	6.600,00	6.600,00	8.585,15	130,08		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.103.504,22	21.103.504,22	14.876.942,74	70,50		
Cota-Parte FPM	9.850.000,00	9.850.000,00	6.005.844,50	60,97		
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	13.962,64	1.396,26		
Cota-Parte IPVA	1.277.306,34	1.277.306,34	984.480,95	77,07		
Cota-Parte ICMS	9.808.197,88	9.808.197,88	7.772.749,24	79,25		
Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	99.905,41	72,40		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.052.964,22	23.052.964,22	16.792.489,57	72,84		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.893.183,50	1.893.183,50	1.662.365,38	87,81		
Provenientes da União	1.893.183,50	1.893.183,50	1.662.365,38	87,81		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.236,10	2.236,10	994,70	44,48		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.895.419,60	1.895.419,60	1.663.360,08	87,76		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.245.183,50	8.769.335,29	6.578.902,83	75,02	5.806.565,47	66,21
Pessoal e Encargos Sociais	3.960.062,04	4.706.922,89	3.139.722,48	66,70	3.138.181,50	66,67
Outras Despesas Correntes	3.285.121,46	4.062.412,40	3.439.180,35	84,66	2.668.383,97	65,68
DESPESAS DE CAPITAL	21.000,00	632.070,89	480.250,21	75,98	369.684,04	58,49
Investimentos	21.000,00	632.070,89	480.250,21	75,98	369.684,04	58,49

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	21.000,00	632.070,89	480.250,21	75,98	369.684,04	58,49
Investimentos	21.000,00	632.070,89	480.250,21	75,98	369.684,04	58,49
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.266.183,50	9.401.406,18	7.059.153,04	75,09	6.176.249,51	65,69
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.893.183,50	4.199.057,57	3.007.102,13	42,60	2.581.077,02	41,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.893.183,50	4.187.276,51	2.996.462,01	42,45	2.570.436,90	41,62
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	11.781,06	10.640,12	0,15	10.640,12	0,17
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	29.620,00	0,42	29.620,00	0,48
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.893.183,50	4.199.057,57	3.036.722,13	43,02	2.610.697,02	42,27
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.373.000,00	5.202.348,61	4.022.430,91	56,98	3.565.552,49	57,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			21,23			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶			1.046.679,05			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2018	73,79	0,00	73,79	0,00	0,00
TOTAL	73,79	0,00	73,79	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica	4.612.287,04	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.417.422,68	6.257.109,63	Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m)
Suporte Profilático e Terapêutico	489.970,50	1.753.131,12	4.458.979,19	63,17	4.074.916,74
Vigilância Sanitária	64.827,00	512.434,74	1.598.337,75	22,64	1.120.621,32
Vigilância Epidemiológica	103.676,28	96.043,10	427.228,52	6,05	418.012,47
Alimentação e Nutrição	15.000,00	239.958,98	24.654,72	0,35	24.654,72
Outras Subfunções	563.000,00	15.000,00	153.116,46	2,17	147.183,69
			3.366,00	0,05	3.366,00
		527.728,61	393.470,40	5,57	387.494,57
TOTAL	7.266.183,50	9.401.406,18	7.089.153,04	100,00	6.176.249,51
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito MunicipalRAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		27.308.569,71		
Previsão Atualizada		27.308.569,71		
Receitas Realizadas		22.497.466,08		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.265.236,72		
DESPESAS				
Dotação Inicial		27.308.569,71		
Créditos Adicionais		5.629.630,23		
Dotação Atualizada		32.938.199,94		
Despesas Empenhadas		23.529.230,50		
Despesas Liquidadas		20.902.059,39		
Despesas pagas		20.223.224,58		
Superavit Orçamentário		1.595.406,69		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		23.529.230,50		
Despesas Liquidadas		20.902.059,39		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		25.547.801,54		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.853,46		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		1.853,46		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		210.755,66	-63.485,46	-30,12
Resultado Primário		-88.685,60	-98.643,61	111,23
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.574.617,64	118.968,41	1.065.821,57	389.827,66
EXECUTIVO	1.574.617,64	118.968,41	1.065.821,57	389.827,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.227.105,39	0,00	1.227.105,39	0,00
EXECUTIVO	1.227.105,39	0,00	1.227.105,39	0,00
TOTAL:	2.801.723,03	118.968,41	2.292.926,96	389.827,66
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.186.722,10	25%	24,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.920.413,14	60%	67,23
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.125.727,07	2.692.569,91	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		950.267,50	-950.267,50	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		315.955,84	1.231.149,92	

Continua 1/2

Município de DESCANSO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.565.552,49	15,00	21,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	100,00	4.192.952,90	20.902.059,39	100,00
Legislativa	1.331.000,00	1.331.000,00	143.286,24	823.133,36	3,50	147.591,09	809.705,75	3,87
Ação Legislativa	1.331.000,00	1.331.000,00	143.286,24	823.133,36	3,50	147.591,09	809.705,75	3,87
Administração	2.493.150,00	2.589.150,00	250.040,00	2.091.071,78	8,89	325.916,50	1.866.871,25	8,88
Administração Geral	1.363.150,00	1.513.150,00	148.215,66	1.221.828,57	5,19	180.852,45	1.074.637,59	5,14
Administração Financeira	439.000,00	391.000,00	36.964,84	331.416,18	1,41	54.537,47	286.937,13	1,37
Controle Interno	382.000,00	341.000,00	40.783,72	266.139,52	1,13	44.510,48	261.746,46	1,25
Comunicação Social	127.000,00	172.000,00	8.055,62	153.324,73	0,65	23.066,34	122.738,98	0,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	154.000,00	154.000,00	15.566,42	115.259,04	0,49	21.176,02	108.677,35	0,52
Turismo	28.000,00	18.000,00	453,74	3.103,74	0,01	1.773,74	2.133,74	0,01
Segurança Pública	171.172,00	302.987,87	29.247,55	104.737,84	0,45	21.413,40	77.914,98	0,37
Policimento	98.742,00	169.626,07	26.254,55	91.494,84	0,39	17.974,65	65.149,18	0,31
Defesa Civil	72.430,00	133.361,80	2.993,00	13.243,00	0,06	3.438,75	12.765,80	0,06
Assistência Social	1.457.290,72	1.664.394,75	145.682,80	1.333.476,65	5,67	234.082,91	1.192.280,54	5,70
Assistência ao Portador de Deficiência	180.510,08	185.779,42	21.410,57	123.739,20	0,53	21.631,62	122.358,49	0,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	15.826,42	0,00	3.480,00	0,01	0,00	3.480,00	0,02
Assistência Comunitária	1.265.780,64	1.462.788,91	124.272,23	1.206.257,45	5,13	212.451,29	1.066.442,05	5,10
Previdência Social	1.130.000,00	1.161.000,00	132.992,58	914.531,05	3,89	178.252,40	866.487,05	4,15
Previdência Básica	1.130.000,00	1.161.000,00	132.992,58	914.531,05	3,89	178.252,40	866.487,05	4,15
Saúde	7.266.183,50	9.401.406,18	814.778,19	7.059.153,04	30,00	1.137.541,50	6.176.249,51	29,55
Administração Geral	563.000,00	527.728,61	86.355,06	393.470,40	1,67	88.070,72	387.494,57	1,85
Atenção Básica	4.612.287,04	6.257.109,63	682.502,87	4.458.979,19	18,95	746.329,66	4.074.916,74	19,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.417.422,68	1.753.131,12	13.170,97	1.598.337,75	6,79	232.186,27	1.120.621,32	5,36
Suporte Profilático e Terapêutico	489.970,50	512.434,74	30.332,29	247.228,52	1,82	63.773,94	418.012,47	2,00
Vigilância Sanitária	64.827,00	96.043,10	1.387,00	24.654,72	0,10	1.387,00	24.654,72	0,12
Vigilância Epidemiológica	103.676,28	239.958,98	1.030,00	153.116,46	0,65	5.793,91	147.183,69	0,70
Alimentação e Nutrição	15.000,00	15.000,00	0,00	3.366,00	0,01	0,00	3.366,00	0,02
Educação	6.636.994,71	7.128.197,13	778.814,17	5.127.351,89	21,79	1.018.420,72	4.724.064,92	22,60
Alimentação e Nutrição	243.300,00	243.314,56	48.200,44	202.010,82	0,86	36.685,17	183.003,74	0,88
Ensino Fundamental	4.431.704,00	4.613.496,81	422.120,38	3.371.174,68	14,33	669.965,12	3.056.160,61	14,62
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.941.990,71	2.251.385,76	308.493,35	1.554.166,39	6,61	311.770,43	1.484.900,57	7,10
Cultura	255.000,00	764.724,44	35.582,55	138.944,63	0,59	34.437,91	105.883,71	0,51
Difusão Cultural	255.000,00	764.724,44	35.582,55	138.944,63	0,59	34.437,91	105.883,71	0,51
Urbanismo	1.696.920,00	2.302.209,99	162.325,91	2.040.978,45	8,67	360.019,34	1.724.700,75	8,25
Infra-Estrutura Urbana	299.000,00	738.790,24	64.149,84	654.556,34	2,78	83.378,29	586.467,39	2,85
Serviços Urbanos	1.274.920,00	1.443.419,75	89.714,67	1.327.712,61	5,64	266.820,55	1.076.207,13	5,15
Saneamento Básico Urbano	126.000,00	120.000,00	8.461,40	58.706,50	0,25	9.820,50	52.026,23	0,25
Habituação	15.000,00	183.565,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	15.000,00	183.565,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	13.064,35	0,06	2.310,36	8.770,91	0,04
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	13.064,35	0,06	2.310,36	8.770,91	0,04

Continúa 1/2

Continuação 2/2

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	100,00	4.192.952,90	20.902.059,39	100,00
Gestão Ambiental	20.000,00	35.646,40	15.646,40	26.376,40	0,11	19.458,40	19.458,40	0,09
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	35.646,40	15.646,40	26.376,40	0,11	19.458,40	19.458,40	0,09
Agricultura	1.347.000,00	1.589.084,69	171.300,00	1.253.594,93	5,33	289.025,98	1.059.728,39	5,07
Promoção da Produção Agropecuária	1.247.000,00	1.489.084,69	155.772,06	1.174.310,21	4,99	273.498,04	980.443,67	4,69
Defesa Agropecuária	100.000,00	100.000,00	15.527,94	79.284,72	0,34	15.527,94	79.284,72	0,38
Indústria	74.000,00	65.000,00	5.569,14	34.969,81	0,15	6.166,14	34.571,81	0,17
Promoção Industrial	74.000,00	65.000,00	5.569,14	34.969,81	0,15	6.166,14	34.571,81	0,17
Comércio e Serviços	15.000,00	15.000,00	1.160,00	1.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	15.000,00	15.000,00	1.160,00	1.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	4.369,18	0,02	454,33	2.759,69	0,01
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	4.369,18	0,02	454,33	2.759,69	0,01
Transporte	1.829.540,00	1.813.328,85	176.560,10	1.432.507,61	6,09	273.497,06	1.221.906,57	5,85
Transporte Rodoviário	1.829.540,00	1.813.328,85	176.560,10	1.432.507,61	6,09	273.497,06	1.221.906,57	5,85
Desporto e Lazer	544.000,00	1.603.750,00	78.873,03	348.411,17	1,48	47.445,50	290.553,90	1,39
Desporto Comunitário	544.000,00	1.603.750,00	78.873,03	348.411,17	1,48	47.445,50	290.553,90	1,39
Encargos Especiais	907.318,78	871.754,12	73.913,97	781.398,36	3,32	96.919,36	730.151,26	3,49
Serviço da Dívida Interna	142.318,78	106.754,12	0,00	80.822,91	0,34	9.591,25	45.060,29	0,22
Outros Encargos Especiais	765.000,00	765.000,00	73.913,97	700.575,45	2,98	87.326,11	685.090,97	3,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.308.569,71	32.938.199,94	3.015.772,63	23.529.230,50	100,00	4.192.952,90	20.902.059,39	100,00

FONTE:

DESCANSO , 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso II)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
		Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agô/2019	Set/2019	Out/2019	
RECEITAS CORRENTES (I)														
	2.163.922,24	2.827.820,45	2.231.530,09	2.424.796,31	2.333.274,44	2.283.005,73	2.791.241,29	2.196.799,55	2.507.861,49	2.211.276,05	2.953.808,25	2.195.129,21	29.120.299,20	315.523.270,54
	178.139,14	234.394,02	145.594,26	164.287,16	248.269,60	209.625,90	592.514,38	189.599,78	189.658,82	190.837,61	182.789,45	154.417,05	2.620.097,17	2.931.320,00
	9.205,33	45.674,02	12.430,76	19.595,88	40.615,81	66.357,00	272.437,00	27.954,27	28.692,33	22.197,77	19.043,75	19.185,41	583.389,33	517.500,00
	48.791,63	74.759,10	54.156,54	51.461,29	49.570,91	69.299,07	54.386,76	54.386,76	54.513,00	53.057,53	55.741,23	58.120,01	687.110,19	518.360,00
	25.288,17	39.664,96	30.574,34	23.015,03	14.141,22	60.124,83	23.320,46	43.141,19	24.214,14	55.389,13	51.961,25	26.947,13	417.761,85	302.000,00
	87.490,71	42.307,21	38.395,91	40.901,79	44.453,45	17.404,40	98.240,40	46.233,77	45.476,57	46.009,41	43.648,04	41.226,17	576.124,83	531.600,00
	7.303,20	31.988,73	10.055,71	29.333,17	99.488,21	38.140,55	89.217,45	17.843,79	16.762,78	14.183,77	12.395,18	8.938,33	375.690,97	981.860,00
	35.188,06	66.163,60	35.907,87	36.260,75	37.854,75	0	76.628,73	36.767,50	35.518,82	37.969,26	35.444,00	33.708,52	467.411,86	410.000,00
	7.235,17	-29.561,50	8.951,17	8.434,67	8.870,70	71.820,79	-54.792,07	8.981,70	9.053,41	6.279,30	5.763,69	6.855,08	57.892,11	88.865,60
	7.235,17	-29.561,50	8.951,17	8.434,67	8.870,70	71.820,79	-54.792,07	8.981,70	9.053,41	6.279,30	5.763,69	6.855,08	57.892,11	88.865,60
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7.150,65	8.124,82	6.273,90	7.724,41	16.704,66	18.321,54	27.982,63	6.759,04	10.398,93	7.318,09	6.243,31	27.750,87	150.732,85	223.430,00
	1.929.558,49	2.539.834,73	2.029.621,16	2.197.618,74	1.973.276,58	1.974.768,37	2.179.957,49	1.942.470,30	2.266.803,49	1.950.043,47	2.716.241,01	1.966.326,81	25.666.520,64	27.577.834,94
	576.972,19	1.008.705,25	712.854,55	763.028,06	596.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.885,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,67	10.086.000,00
	760.389,92	820.669,96	826.042,20	804.130,88	755.128,19	775.167,82	762.997,30	745.107,02	794.389,14	759.386,34	797.217,46	9.353.809,14	9.608.187,88	9.608.187,88
	61.011,96	31.896,93	64.962,86	82.947,44	96.610,88	103.259,64	104.835,11	90.216,23	112.891,14	108.331,41	109.615,46	112.110,78	1.077.379,84	1.277.306,34
	111,48	26,59	651,24	71,61	156,76	7,44	38,23	86,38	19,09	594,23	4.099,10	8.238,56	14.100,71	1.000,00
	257.257,03	374.762,12	128.801,89	227.105,23	261.845,38	245.461,06	286.168,11	261.023,73	340.305,03	230.880,52	1.010.844,92	297.430,60	2.933.330,72	2.933.330,72
	10.426,52	12.563,58	9.556,49	10.116,10	9.769,95	9.904,90	9.698,80	10.171,23	10.266,57	9.215,51	11.233,94	9.941,92	122.895,51	138.000,00
	2.258,55	2.258,55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.517,10	29.000,00
	281.120,84	287.951,73	290.319,42	293.878,58	283.878,58	268.990,18	282.173,87	257.699,21	258.672,86	264.471,77	275.657,43	288.412,23	3.264.260,05	3.085.000,00
	6.650,83	8.894,78	5.185,73	10.460,58	48.298,15	8.468,13	8.970,13	12.261,23	16.228,02	18.828,32	7.326,79	6.070,88	157.614,57	112.000,00
	314.790,67	314.790,67	323.213,27	336.038,60	289.510,32	292.065,20	322.322,86	284.571,31	270.536,72	290.937,98	285.917,63	280.153,18	3.572.467,66	4.220.700,83
	282.233,92	282.233,92	282.233,27	336.038,60	289.510,32	292.065,20	322.322,86	284.571,31	270.536,72	290.937,98	285.917,63	280.153,18	3.572.467,66	4.220.700,83
	1.881.688,42	2.513.039,78	1.908.320,82	2.088.757,71	2.043.764,12	1.990.940,53	2.468.918,43	1.912.042,24	2.237.124,77	1.920.338,07	2.667.890,62	1.914.976,03	25.547.801,54	27.302.569,71
NOTES:														

FONTE:

DESCANSO

12/11/2019

SADINACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Controlador ORÇSC 028873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00	1.853,46	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais					
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial			1.853,46	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	1.853,46	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	1.853,46		0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS					
ADMINISTRAÇÃO (V)					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)					
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	1.853,46	0,00	1.853,46	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			2019	2018		
Caixa e equivalentes de caixa			0,00			0,00
Investimentos e Aplicações			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

FONTE: DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	999.000,00	999.000,00	999.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.237.223,93	3.090.035,45	4.238.293,45
Disponibilidade de Caixa	3.237.223,93	3.090.035,45	4.238.293,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.464.329,32	3.324.835,45	4.473.093,45
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.227.105,39	234.800,00	234.800,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	210.755,66

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	27.302.569,71	21.153.073,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.931.320,00	2.207.564,01
I.P.T.U.	597.500,00	528.509,98
I.S.S.	518.360,00	543.559,46
I.T.B.I.	302.000,00	352.828,72
I.R.R.F.	531.600,00	446.326,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	981.860,00	336.338,94
Contribuições	410.000,00	366.060,20
Receita Patrimonial	88.685,60	80.218,44
Aplicações Financeiras (II)	88.685,60	80.218,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	23.537.134,11	18.221.674,35
Cota-Parte do FPM	8.516.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	7.846.558,31	6.218.200,34
Cota-Parte do IPVA	1.021.845,08	787.518,90
Cota-Parte do ITR	800,00	11.170,21
Transferências da LC 87/1996	23.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	110.400,00	79.924,34
Transferências do FUNDEB	3.085.000,00	2.715.177,48
Outras Transferências Correntes	2.933.330,72	3.289.866,47
Demais Receitas Correntes	335.430,00	277.556,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	44.800,00
Receitas Correntes Restantes	335.430,00	232.756,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III-IV)	27.213.884,11	21.028.054,90
RECEITAS DE CAPITAL (V)	6.000,00	1.344.392,74
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	950.267,50
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	950.267,50
Transferências de Capital	6.000,00	394.125,24
Convênios	0,00	376.125,24
Outras Transferências de Capital	6.000,00	18.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de DESCANSO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

ACIMA DA LINHA									
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019							
	RECEITAS REALIZADAS(e)								
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	6.000,00	1.344.392,74							
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	27.219.884,11	22.372.447,64							
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019							
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	29.039.902,96	22.193.344,21	19.776.332,32	19.209.237,31	439.105,39	116.295,97	116.295,97	116.295,97	
Pessoal e Encargos Sociais	15.198.142,48	10.897.149,79	10.895.100,25	10.691.837,46	151.773,85	0,00	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	78.894,60	52.963,39	45.060,29	45.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	13.762.865,88	11.243.231,03	8.836.171,78	8.472.339,56	287.331,54	116.295,97	116.295,97	116.295,97	
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	13.762.865,88	11.243.231,03	8.836.171,78	8.472.339,56	287.331,54	116.295,97	116.295,97	116.295,97	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	28.961.008,36	22.140.380,82	19.731.272,03	19.164.177,02	439.105,39	116.295,97	116.295,97	116.295,97	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.818.296,98	1.335.886,29	1.125.727,07	1.013.987,27	788.000,00	1.184.325,60	949.525,60	949.525,60	
Investimentos	3.790.437,46	1.308.026,77	1.125.727,07	1.013.987,27	788.000,00	1.184.325,60	949.525,60	949.525,60	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XX)	27.859,52	27.859,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.790.437,46	1.308.026,77	1.125.727,07	1.013.987,27	788.000,00	1.184.325,60	949.525,60	949.525,60	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	32.831.445,82	23.448.407,59	20.856.999,10	20.178.164,29	1.227.105,39	1.300.621,57	1.065.821,57	1.065.821,57	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-98.643,61							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-88.685,60							
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019							
		VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		80.218,44							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		45.060,29							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-63.485,46							

Continua 2/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais de LDO para o exercício de referência		210.755,66
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	999.000,00	999.000,00
DEDUÇÕES (XXIX)	3.237.223,93	3.559.458,64
Disponibilidade de Caixa	3.237.223,93	3.559.458,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.464.329,32	4.473.093,45
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.227.105,39	913.634,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.238.223,93	-2.560.458,64
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	322.234,71	
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		313.470,58
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		8.764,13
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		
		-26.394,02
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		2.265.236,72
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2.265.236,72
		0,00

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)													R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (h+j)	Saldo Total L = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO	0,00	1.227,105,39	1.227,105,39	0,00	0,00	0,00	1.574,617,64	1.300,621,57	1.065,821,57	118,968,41	389,827,66	389,827,66	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.061,358,32	1.061,358,32	0,00	0,00	0,00	1.469,149,23	1.203,775,11	968,975,11	118,966,36	381,207,76	381,207,76	
CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	0,00	249,23	249,23	0,00	0,00	0,00	38,945,96	36,345,05	2,500,91	0,00	0,00	0,00	
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	791,108,55	791,108,55	0,00	0,00	0,00	615,00	615,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AM	0,00	21,945,51	21,945,51	0,00	0,00	0,00	723,150,00	618,610,00	383,810,00	104,290,00	235,050,00	235,050,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	24,921,88	24,921,88	0,00	0,00	0,00	9,927,60	9,855,04	8,855,04	0,00	72,56	72,56	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	32,880,12	32,880,12	0,00	0,00	0,00	5,387,00	5,387,00	5,387,00	0,00	53,870,00	53,870,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTU	0,00	58,037,16	58,037,16	0,00	0,00	0,00	359,824,91	201,955,83	201,955,83	11,783,88	146,085,20	146,085,20	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	926,75	926,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJA	0,00	7,513,95	7,513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	36,181,43	36,181,43	0,00	0,00	0,00	45,713,08	45,321,51	45,321,51	391,57	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	799,593,74	799,593,74	0,00	0,00	0,00	285,685,68	285,685,68	285,685,68	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO	0,00	165,747,07	165,747,07	0,00	0,00	0,00	105,468,41	96,846,46	96,846,46	2,05	8,619,90	8,619,90	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	165,747,07	165,747,07	0,00	0,00	0,00	105,468,41	96,846,46	96,846,46	2,05	8,619,90	8,619,90	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.227,105,39	1.227,105,39	0,00	0,00	0,00	1.574,617,64	1.300,621,57	1.065,821,57	118,968,41	389,827,66	389,827,66	

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 025873/O-6

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.949.460,00	1.949.460,00	1.871.225,07	95,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	597.500,00	597.500,00	528.509,98	88,45
1.1.1- IPTU	567.000,00	567.000,00	499.687,07	88,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.500,00	30.500,00	28.822,91	94,50
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	302.000,00	302.000,00	352.828,72	116,83
1.2.1- ITBI	302.000,00	302.000,00	352.727,32	116,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	101,40	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	518.360,00	518.360,00	543.559,46	104,86
1.3.1- ISS	515.000,00	515.000,00	535.537,27	103,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.360,00	3.360,00	8.022,19	238,76
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	531.600,00	531.600,00	446.326,91	83,96
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.739.504,22	21.739.504,22	15.192.083,47	69,88
2.1- Cota-Parte FPM	10.486.000,00	10.486.000,00	6.320.985,23	60,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.850.000,00	9.850.000,00	6.005.844,50	60,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	318.000,00	318.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	318.000,00	318.000,00	315.140,73	99,10
2.2- Cota-Parte ICMS	9.808.197,88	9.808.197,88	7.772.749,24	79,25
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	99.905,41	72,40
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	13.962,64	1.396,26
2.6- Cota-Parte IPVA	1.277.306,34	1.277.306,34	984.480,95	77,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.688.964,22	23.688.964,22	17.063.308,54	72,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	529.700,00	529.700,00	393.935,83	74,37
5.1- Transferências do Salário-Educação	358.000,00	358.000,00	260.771,12	72,84
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	70.392,60	87,99
5.4- Transferências Diretas - PNATE	90.000,00	90.000,00	62.056,56	68,95
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.700,00	1.700,00	715,55	42,09
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	221.304,00	221.304,00	199.464,60	90,13
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	751.004,00	751.004,00	593.400,43	79,01
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.220.700,83	4.220.700,83	2.975.453,07	70,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.970.000,00	1.970.000,00	1.201.168,62	60,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.961.639,57	1.961.639,57	1.554.548,90	79,25
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.800,00	5.800,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	27.600,00	27.600,00	19.981,07	72,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	2.792,43	1.396,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	255.461,26	255.461,26	196.962,05	77,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.093.200,00	3.093.200,00	2.720.030,90	87,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.085.000,00	3.085.000,00	2.715.177,48	88,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.200,00	8.200,00	4.853,42	59,19
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.135.700,83	-1.135.700,83	-260.275,59	22,92
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.858.000,00	2.196.771,30	1.920.413,14	87,42	1.920.413,14	87,42
13.1- Com Educação Infantil	568.000,00	864.771,30	777.213,46	89,88	777.213,46	89,88
13.2- Com Ensino Fundamental	1.290.000,00	1.332.000,00	1.143.199,68	85,83	1.143.199,68	85,83
14- OUTRAS DESPESAS	1.235.200,00	1.266.200,00	853.237,63	67,39	853.237,63	67,39
14.1- Com Educação Infantil	747.200,00	758.200,00	521.964,75	68,84	521.964,75	68,84
14.2- Com Ensino Fundamental	488.000,00	508.000,00	331.272,88	65,21	331.272,88	65,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.093.200,00	3.462.971,30	2.773.650,77	80,09	2.773.650,77	80,09
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						91.771,30
17.1 - FUNDEB 60%						91.771,30
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						91.771,30
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.681.879,47
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						67,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						31,37
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,40
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						91.771,30
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						91.771,30

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.941.990,71	2.249.762,01	1.554.166,39	69,08	1.484.900,57	66,00
22.1- Creche	1.754.790,71	2.051.562,01	1.435.015,93	69,95	1.380.140,02	67,27
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.243.000,00	1.539.771,30	1.235.003,13	80,21	1.235.003,13	80,21
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	511.790,71	511.790,71	200.012,80	39,08	145.136,89	28,36
22.2- Pré-escola	187.200,00	198.200,00	119.150,46	60,12	104.760,55	52,86
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	72.200,00	83.200,00	64.175,08	77,13	64.175,08	77,13
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	115.000,00	115.000,00	54.975,38	47,80	40.585,47	35,29
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.761.000,00	3.939.227,94	2.722.881,84	69,12	2.533.317,24	64,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.778.000,00	1.840.000,00	1.474.472,56	80,13	1.474.472,56	80,13
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.983.000,00	2.099.227,94	1.248.409,28	59,47	1.058.844,68	50,44
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.702.990,71	6.188.989,95	4.277.048,23	69,11	4.018.217,81	64,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-260.275,59
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						91.771,30
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-168.504,29
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						4.186.722,10
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						24,54

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	359.700,00	360.007,97	347.723,14	96,59	261.441,96	72,62
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	391.304,00	396.199,21	362.569,65	91,51	323.401,36	81,63
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	751.004,00	756.207,18	710.292,79	93,93	584.843,32	77,34
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	6.453.994,71	6.945.197,13	4.987.341,02	71,81	4.603.061,13	66,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	91.781,77	307,97
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.715.177,48	260.771,12
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.697.548,49	241.134,63
47.1 Orçamento do Exercício	2.697.548,49	241.134,63
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.853,42	513,93
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	114.264,18	20.458,39
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	114.264,18	20.458,39

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1.00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.818.296,98	1.335.886,29	2.482.410,69
Investimentos	3.790.437,46	1.308.026,77	2.482.410,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	27.859,52	27.859,52	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.818.296,98	1.335.886,29	2.482.410,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	3.818.296,98	1.335.886,29	2.482.410,69

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

RREO EXECUTIVO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225077

Município de DESCANSO - SC
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.413.150,11	25.413.150,11	4.252.184,06	16,73	19.966.267,43	78,57
RECEITAS CORRENTES	25.407.150,11	25.407.150,11	3.450.928,56	13,58	18.639.874,69	73,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.931.320,00	2.931.320,00	337.206,50	11,50	2.207.564,01	75,31
IMPOSTOS	1.979.460,00	1.979.460,00	315.872,99	15,96	1.871.225,07	94,53
TAXAS	529.500,00	529.500,00	21.070,21	3,98	335.022,48	63,27
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	422.360,00	422.360,00	263,30	0,06	1.316,46	0,31
CONTRIBUIÇÕES	410.000,00	410.000,00	69.152,52	16,87	366.060,20	89,28
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	410.000,00	410.000,00	69.152,52	16,87	366.060,20	89,28
RECEITA PATRIMONIAL	57.010,00	57.010,00	7.606,30	13,34	56.534,90	99,17
VALORES MOBILIÁRIOS	57.010,00	57.010,00	7.606,30	13,34	56.534,90	99,17
RECEITA DE SERVIÇOS	223.430,00	223.430,00	33.994,18	15,21	135.457,38	60,63
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	188.030,00	188.030,00	31.619,47	16,82	121.276,26	64,50
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	3.100,00	3.100,00	504,42	16,27	2.788,26	89,94
OUTROS SERVIÇOS	32.300,00	32.300,00	1.870,29	5,79	11.392,86	35,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.673.390,11	21.673.390,11	2.989.571,39	13,79	15.732.159,24	72,59
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.340.586,72	9.340.586,72	906.486,73	9,70	5.696.471,52	60,99
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.247.803,39	9.247.803,39	1.538.815,00	16,64	7.317.867,58	79,13
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.642,66	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.085.000,00	3.085.000,00	544.289,66	17,64	2.715.177,48	88,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.000,00	112.000,00	13.397,67	11,96	142.098,96	126,87
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	58.000,00	58.000,00	8.819,59	15,21	57.516,07	99,17
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	54.000,00	54.000,00	4.280,03	7,93	37.948,28	70,27
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	298,05	0,00	46.634,61	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00	6.000,00	801.255,50	13,354,26	1.326.392,74	22,106,55
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	777.255,50	0,00	950.267,50	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	106.750,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	777.255,50	0,00	843.517,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000,00	6.000,00	24.000,00	400,00	376.125,24	6.268,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	24.000,00	0,00	376.125,24	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.413.150,11	25.413.150,11	4.252.184,06	16,73	19.966.267,43	78,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.413.150,11	25.413.150,11	4.252.184,06	16,73	19.966.267,43	78,57	5.446.882,68
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.413.150,11	25.413.150,11	4.252.184,06	16,73	19.966.267,43	78,57	5.446.882,68
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	1.136.469,90	—	—	1.136.469,90	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	1.136.469,90	—	—	1.136.469,90	—	—

[illegible]

Continuação 3/3

Município de DESCANSO - SC
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.711.386,21	22.205.793,76	2.057.708,20	15.646.944,10	6.558.849,66	2.907.820,31	13.916.104,13	8.289.689,63	13.373.472,51
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	4.319.323,33	—	—	6.050.163,30	—	6.592.794,92
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.711.386,21	22.205.793,76	2.057.708,20	19.966.267,43	—	2.907.820,31	19.966.267,43	—	19.966.267,43
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.853,46

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO

Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO

Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/MÊS OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				R\$ 1,00 SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00				964.744,05	-964.744,05
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00				106.750,00	-106.750,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00				843.517,50	-843.517,50
		0,00				14.476,55	-14.476,55
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		1.547.105,76	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92
Investimentos		1.547.105,76	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92
		1.547.105,76	265.169,13	265.169,13	0,00	74.685,68	1.231.149,92
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (fb - (lfg + lfg))				SALDO ATUAL (k) = (lhi + llii)
Valor(III)		333.455,76					958.345,00
FONTE:							

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito MunicipalRAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.949.460,00	1.949.460,00	1.915.546,83	98,26
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	567.000,00	567.000,00	540.373,59	95,30
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	302.000,00	302.000,00	354.527,32	117,39
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	515.000,00	515.000,00	536.976,39	104,27
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	531.600,00	531.600,00	446.326,91	83,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.260,00	4.260,00	4.995,93	117,28
Dívida Ativa dos Impostos	23.000,00	23.000,00	23.761,54	103,31
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	6.600,00	6.600,00	8.585,15	130,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.103.504,22	21.103.504,22	14.876.942,74	70,50
Cota-Parte FPM	9.850.000,00	9.850.000,00	6.005.844,50	60,97
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	13.982,64	1.396,26
Cota-Parte IPVA	1.277.306,34	1.277.306,34	984.480,95	77,07
Cota-Parte ICMS	9.808.197,88	9.808.197,88	7.772.749,24	79,25
Cota-Parte IP-Esportação	138.000,00	138.000,00	99.905,41	72,40
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.052.964,22	23.052.964,22	16.792.489,57	72,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM						
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00		0,00	
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(I) - (15 x IIIb)/100]³						-2.518.873,44

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DESCANSO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	73,79	0,00	0,00	73,79	0,00
TOTAL	73,79	0,00	0,00	73,79	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00			0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-			-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) %
					(m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+l) - (15 \times Ilb)/100$

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-8

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		25.413.150,11		
Previsão Atualizada		25.413.150,11		
Receitas Realizadas		19.966.267,43		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.136.469,90		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.711.386,21		
Créditos Adicionais		3.494.407,55		
Dotação Atualizada		22.205.793,76		
Despesas Empenhadas		15.646.944,10		
Despesas Liquidadas		13.916.104,13		
Despesas pagas		13.373.472,51		
Superavit Orçamentário		6.050.163,30		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.646.944,10		
Despesas Liquidadas		13.916.104,13		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		22.619.439,77		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.853,46		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		1.853,46		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		210.755,66	4.517.661,49	2.143,55
Resultado Primário		-88.685,60	4.506.186,88	-5.081,08
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.469.149,23	118.966,36	968.975,11	381.207,76
EXECUTIVO	1.469.149,23	118.966,36	968.975,11	381.207,76
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.061.358,32	0,00	1.061.358,32	0,00
EXECUTIVO	1.061.358,32	0,00	1.061.358,32	0,00
TOTAL:	2.530.507,55	118.966,36	2.030.333,43	381.207,76
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.186.722,10	25%	24,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.920.413,14	60%	67,23
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		754.067,03	2.377.159,06	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		950.267,50		-950.267,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		315.955,84		1.231.149,92

Continua 1/2

Município de DESCANSO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DESCANSO, 12/11/2019

 SADI INACIO BONAMIGO
 Prefeito Municipal

 RAFAEL CATTO
 Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		22.205.793,76	2.057.708,20	100,00	6.558.849,66	2.907.820,31	13.916.104,13	8.289.689,63
Administração	18.711.386,21	2.589.150,00	250.040,00	13,36	498.078,22	325.916,50	1.856.871,25	732.278,75
Administração Geral	1.363.150,00	1.513.150,00	148.215,66	7,81	291.321,43	180.852,45	1.074.637,59	438.512,41
Administração Financeira	439.000,00	391.000,00	36.964,84	2,12	59.593,82	54.537,47	286.937,13	104.062,87
Controle Interno	382.000,00	341.000,00	40.783,72	1,70	74.860,48	44.510,48	261.746,46	79.253,54
Comunicação Social	127.000,00	172.000,00	8.055,62	0,98	18.675,27	23.066,34	122.738,98	49.261,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	154.000,00	154.000,00	15.566,42	0,74	38.740,96	21.176,02	108.677,35	45.322,65
Turismo	28.000,00	18.000,00	453,74	0,02	14.896,26	1.773,74	2.133,74	15.866,26
Segurança Pública	171.172,00	302.987,87	29.247,55	0,67	198.250,03	21.413,40	77.914,98	225.072,89
Policimento	98.742,00	169.626,07	26.254,55	0,58	78.131,23	17.974,65	65.149,18	104.476,89
Defesa Civil	72.430,00	133.361,80	2.993,00	0,08	120.118,80	3.438,75	12.765,80	120.596,00
Assistência Social	1.457.290,72	1.664.394,75	145.682,80	8,52	330.918,10	234.082,91	1.192.280,54	472.114,21
Assistência ao Portador de Deficiência	180.510,08	185.779,42	21.410,57	0,79	62.040,22	21.631,62	122.358,49	63.420,93
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	15.826,42	0,00	0,02	12.346,42	0,00	3.480,00	12.346,42
Assistência Comunitária	1.265.780,64	1.462.788,91	124.272,23	7,71	266.531,46	212.451,29	1.066.442,05	396.346,86
Previdência Social	1.130.000,00	1.161.000,00	132.992,58	5,84	246.468,95	178.252,40	866.487,05	294.512,95
Previdência Básica	1.130.000,00	1.161.000,00	132.992,58	5,84	246.468,95	178.252,40	866.487,05	294.512,95
Educação	6.636.994,71	7.128.197,13	778.814,17	32,77	2.000.845,24	1.018.420,72	4.724.064,92	2.404.132,21
Alimentação e Nutrição	243.300,00	243.314,55	48.200,44	1,29	41.303,74	36.685,17	183.003,74	60.310,82
E ensino Fundamental	4.431.704,00	4.613.496,81	422.120,38	21,55	1.242.322,13	669.965,12	3.066.180,61	1.557.336,20
E ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
E ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	1.941.990,71	2.251.385,76	308.493,35	9,93	697.219,37	311.770,43	1.484.900,57	766.485,19
Cultura	255.000,00	764.724,44	35.582,55	0,89	625.779,81	34.437,91	105.883,71	658.840,73
Difusão Cultural	255.000,00	764.724,44	35.582,55	0,89	625.779,81	34.437,91	105.883,71	658.840,73
Urbanismo	1.699.920,00	2.302.209,99	162.325,91	13,04	261.231,54	360.019,34	1.724.700,75	577.509,24
Infra-Estrutura Urbana	299.000,00	738.790,24	64.149,84	4,18	84.233,90	83.378,29	596.467,39	142.322,85
Serviços Urbanos	1.274.920,00	1.443.419,75	88.714,67	8,49	115.707,14	266.820,55	1.076.207,13	367.212,62
Saneamento Básico Urbano	126.000,00	120.000,00	8.461,40	0,38	61.290,50	9.820,50	52.026,23	67.973,77
Habituação	15.000,00	183.565,52	0,00	0,00	183.565,52	0,00	0,00	183.565,52
Habituação Urbana	15.000,00	183.565,52	0,00	0,00	183.565,52	0,00	0,00	183.565,52
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,08	16.935,65	2.310,36	8.770,91	21.229,09
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,08	16.935,65	2.310,36	8.770,91	21.229,09
Gestão Ambiental	20.000,00	35.646,40	15.646,40	0,17	9.270,00	19.458,40	19.458,40	16.188,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	35.646,40	15.646,40	0,17	9.270,00	19.458,40	19.458,40	16.188,00
Agricultura	1.347.000,00	1.589.084,69	171.300,00	8,01	335.489,76	289.025,98	1.059.728,39	529.356,30
Promoção da Produção Agropecuária	1.247.000,00	1.489.084,69	155.772,06	7,51	314.774,48	273.498,04	980.443,67	508.641,02
Defesa Agropecuária	100.000,00	100.000,00	15.527,94	0,51	20.715,28	15.527,94	79.284,72	20.715,28
Indústria	74.000,00	65.000,00	5.569,14	0,22	30.030,19	6.166,14	34.571,81	30.428,19
Promoção Industrial	74.000,00	65.000,00	5.569,14	0,22	30.030,19	6.166,14	34.571,81	30.428,19

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Comércio e Serviços	18.711.386,21	22.205.793,76	2.057.708,20	15.646.944,10	6.558.849,66	2.907.820,31	13.916.104,13	8.289.689,63
Promoção Comercial	15.000,00	15.000,00	1.160,00	1.160,00	13.840,00	0,00	0,00	15.000,00
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	4.369,18	1.630,82	454,33	2.759,69	3.240,31
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	4.369,18	1.630,82	454,33	2.759,69	3.240,31
Transporte	1.829.540,00	1.813.328,85	176.560,10	1.432.507,61	380.821,24	273.497,06	1.221.906,57	591.422,28
Transporte Rodoviário	1.829.540,00	1.813.328,85	176.560,10	1.432.507,61	380.821,24	273.497,06	1.221.906,57	591.422,28
Desporto e Lazer	544.000,00	1.603.750,00	78.873,03	348.411,17	1.255.338,83	47.445,50	290.553,90	1.313.196,10
Desporto Comunitário	544.000,00	1.603.750,00	78.873,03	348.411,17	1.255.338,83	47.445,50	290.553,90	1.313.196,10
Encargos Especiais	907.318,78	871.754,12	73.913,97	781.398,36	90.355,76	96.919,36	730.151,26	141.602,86
Serviço da Dívida Interna	142.318,78	106.754,12	0,00	80.822,91	25.931,21	9.591,25	45.060,29	61.693,83
Outros Encargos Especiais	765.000,00	765.000,00	73.913,97	700.575,45	64.424,55	87.328,11	685.090,97	79.909,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.711.386,21	22.205.793,76	2.057.708,20	15.646.944,10	6.558.849,66	2.907.820,31	13.916.104,13	8.289.689,63

FONTE:

DESCANSO , 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - R. RENTUÁRIA														RS 100
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (U.T. 12 MES.)			
RECEITAS CORRENTES (I)	2.018.918,64	2.557.761,03	2.150.062,78	2.255.083,45	2.144.901,94	2.105.613,30	2.613.262,78	2.022.724,57	2.265.407,79	2.044.271,78	2.013.050,85	2.003.946,52	26.191.907,43	29.627.850,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria														
I.P.T.U.	178.139,14	234.394,02	145.594,26	164.297,16	246.269,60	209.625,90	552.514,38	189.599,78	169.658,82	190.837,61	182.789,45	154.417,05	2.620.097,17	2.851.320,00
I.S.S.	9.205,33	45.674,02	12.430,76	19.595,88	40.615,81	66.357,00	272.437,00	27.934,27	28.692,33	22.197,77	19.043,75	19.185,41	583.389,33	598.900,00
I.T.B.I.	48.791,63	74.759,10	54.156,54	51.461,29	49.570,91	43.263,12	69.299,07	54.395,76	54.513,00	53.057,53	55.741,23	58.120,01	667.110,19	819.360,00
I.R.F.F.	25.288,17	39.664,96	30.574,34	23.015,03	14.141,22	60.124,83	23.320,46	43.141,19	24.514,14	55.389,13	51.961,25	26.947,13	302.000,00	302.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	87.480,71	42.307,21	38.396,91	40.901,79	44.453,45	17.404,00	98.240,40	46.233,77	45.476,57	46.009,41	43.648,04	41.226,17	576.124,83	611.000,00
Contribuições	7.303,30	31.988,73	10.035,71	29.333,17	99.488,21	38.140,55	88.217,45	17.843,79	16.762,78	14.183,77	12.395,18	8.838,33	375.690,97	481.680,00
Recita Patrimonial	35.188,06	66.163,60	35.907,87	36.280,75	37.854,75	0,00	76.628,73	35.767,50	35.518,82	37.969,26	35.444,00	33.708,52	467.411,86	410.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	4.233,38	-32.486,79	5.831,05	5.802,47	6.443,17	69.195,43	-57.444,77	7.241,05	7.179,21	4.680,99	3.918,25	3.688,05	28.281,49	57.010,00
Outras Receitas Patrimoniais	4.233,38	-32.486,79	5.831,05	5.802,47	6.443,17	69.195,43	-57.444,77	7.241,05	7.179,21	4.680,99	3.918,25	3.688,05	28.281,49	57.010,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	7.150,85	8.124,82	6.273,90	7.724,41	16.704,66	18.321,54	27.962,63	6.759,04	10.398,93	7.319,09	6.243,31	27.750,87	150.732,85	223.430,00
Transferências Correntes	1.787.456,58	2.272.700,60	1.951.269,97	2.000.538,08	1.787.331,61	1.800.001,30	2.004.631,68	1.770.135,97	2.026.423,98	1.781.637,51	1.777.329,05	1.778.313,15	22.767.769,49	26.584.090,94
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.028,06	596.296,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.895,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,67	10.466.000,00
Cota-Parte do L.C.M.S.	760.399,92	820.069,96	828.042,20	804.130,88	755.726,19	775.167,82	762.997,30	745.107,02	794.123,58	759.395,45	797.217,46	790.836,54	9.353.609,14	9.808.197,88
Cota-Parte do I.P.V.A.	61.011,96	31.898,93	64.962,86	82.847,44	95.610,88	103.299,64	104.835,11	90.216,23	112.891,14	106.331,41	109.615,46	112.110,78	1.077.379,84	1.277.306,34
Cota-Parte do ITR	25,29	651,24	71,61	71,61	156,76	7,44	38,23	86,38	19,09	594,23	4.099,10	8.238,56	14.100,71	1.000,00
Outras Transferências Correntes	115.165,12	107.627,99	50.450,70	60.024,57	75.900,41	70.693,99	110.842,30	88.689,40	99.925,53	62.474,56	71.932,96	109.416,94	1.069.586,72	1.069.586,72
Transferências da LC 61/1989	10.426,52	12.563,58	9.556,49	10.116,10	9.769,95	9.904,90	9.698,90	10.171,23	10.296,57	9.215,51	11.233,94	9.941,92	122.895,51	138.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.258,55	2.258,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.517,10	29.000,00
Transferências do FUNDEB	26.112,04	287.961,73	284.751,93	290.319,42	263.878,58	268.960,18	282.173,87	257.689,21	268.672,86	264.471,77	275.887,43	268.412,23	3.264.260,05	3.085.000,00
Outras Receitas Correntes	6.650,83	8.864,78	10.460,88	10.460,88	48.298,15	8.498,13	8.970,13	12.261,23	16.228,02	18.628,32	7.326,79	6.070,88	157.614,57	112.000,00
DEDUÇÕES (II)	282.233,92	314.780,67	323.213,27	336.038,60	289.510,32	292.065,20	322.322,86	284.757,31	270.536,72	290.537,98	285.917,63	280.163,18	4.220.700,83	4.220.700,83
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	282.233,92	314.780,67	323.213,27	336.038,60	289.510,32	292.065,20	322.322,86	284.757,31	270.536,72	290.537,98	285.917,63	280.163,18	4.220.700,83	4.220.700,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.736.584,72	2.242.980,36	1.826.849,51	1.919.044,85	1.855.391,62	1.813.548,10	2.220.959,92	1.737.967,26	1.994.871,07	1.750.333,80	1.727.133,22	1.723.783,34	22.819.436,77	25.407.150,11
NOTAS:														

FONTE:
DESCANSO , 12/11/2019

SADINACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal
RAFAEL CATTO
Contador CRCSC 0298730-6

RS 1.00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				1.853,46	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	1.853,46	0,00
Recultas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	1.853,46	0,00
Outras Recultas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recultas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		0,00	0,00	1.853,46	0,00
DESDESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESDESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)					
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de DESCANSO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	1.853,46	0,00	1.853,46	0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES REALIZADOS						
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
PERÍODO DE REFERÊNCIA						
BENS E DIREITOS DO RPPS	2019		2018			
Caixa e equivalentes de caixa			0,00			0,00
Investimentos e Aplicações			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

Continuação 3/3

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito MunicipalRAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	999.000,00	999.000,00	999.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.237.223,93	2.390.271,25	3.559.458,64
Disponibilidade de Caixa	3.237.223,93	2.390.271,25	3.559.458,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.464.329,32	3.324.835,45	4.473.093,45
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.227.105,39	934.564,20	913.634,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vic - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	210.755,66

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	25.407.150,11	18.639.874,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.931.320,00	2.207.564,01
I.P.T.U.	597.500,00	528.509,98
I.S.S.	518.360,00	543.559,46
I.T.B.I.	302.000,00	352.828,72
I.R.R.F.	531.600,00	446.326,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	981.860,00	336.338,94
Contribuições	410.000,00	366.060,20
Receita Patrimonial	57.010,00	56.534,90
Aplicações Financeiras (II)	57.010,00	56.534,90
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	21.673.390,11	15.732.159,24
Cota-Parte do FPM	8.516.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	7.846.558,31	6.218.200,34
Cota-Parte do IPVA	1.021.845,08	787.518,90
Cota-Parte do ITR	800,00	11.170,21
Transferências da LC 87/1996	23.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	110.400,00	79.924,34
Transferências do FUNDEB	3.085.000,00	2.715.177,48
Outras Transferências Correntes	1.069.586,72	800.351,36
Demais Receitas Correntes	335.430,00	277.556,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	44.800,00
Receitas Correntes Restantes	335.430,00	232.756,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	25.350.140,11	18.538.539,79
RECEITAS DE CAPITAL (V)	6.000,00	1.326.392,74
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	950.267,50
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	950.267,50
Transferências de Capital	6.000,00	376.125,24
Convênios	0,00	376.125,24
Outras Transferências de Capital	6.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de DESCANSO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

ACIMA DA LINHA									
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019						
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)			RECEITAS REALIZADAS(e)						
			6.000,00	1.326.392,74					
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)			25.356.140,11	19.864.932,53					
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)		
DESPESAS CORRENTES (XIII)	18.994.567,67	14.793.284,02	13.162.037,10	12.727.175,28	273.358,32	99.449,51	99.449,51		
Pessoal e Encargos Sociais	9.496.219,59	7.099.067,96	7.098.559,40	6.978.775,69	103.526,85	0,00	0,00		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	78.894,60	52.963,39	45.060,29	45.060,29	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes	9.419.453,48	7.641.252,67	6.018.417,41	5.703.339,30	169.831,47	99.449,51	99.449,51		
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Correntes	9.419.453,48	7.641.252,67	6.018.417,41	5.703.339,30	169.831,47	99.449,51	99.449,51		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	18.915.673,07	14.740.320,63	13.116.976,81	12.682.114,99	273.358,32	99.449,51	99.449,51		
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.131.226,09	853.660,08	754.067,03	646.297,23	788.000,00	1.104.325,60	869.525,60		
Investimentos	3.103.366,57	825.800,56	754.067,03	646.297,23	788.000,00	1.104.325,60	869.525,60		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida (XX)	27.859,52	27.859,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.103.366,57	825.800,56	754.067,03	646.297,23	788.000,00	1.104.325,60	869.525,60		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.099.039,64	15.566.121,19	13.871.043,84	13.328.412,22	1.061.358,32	1.203.775,11	968.975,11		
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]			4.506.186,88						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO			VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			-88.685,60						
JUROS NOMINAIS			Até o Bimestre/2019						
			VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)			56.534,90						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)			45.060,29						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)			4.517.661,49						

Continua 2/3

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais de LDO para o exercício de referência		210.755,66
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	999.000,00	999.000,00
DEDUÇÕES (XXIX)	1.928.121,89	2.063.764,55
Disponibilidade de Caixa	1.928.121,89	2.063.764,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.989.480,21	2.841.196,17
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.061.358,32	777.431,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-929.121,89	-1.064.764,55
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	135.642,66	
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		283.926,70
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		-148.284,04
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		-159.758,65
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		1.136.469,90
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		1.136.469,90
		0,00

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,00					
PODER/ÓRGÃO	Inscritos	Inscritos		Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Pagos (f)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (f+i)	Saldo Total L = (e+k)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	1.061.358,32	-	-	1.061.358,32	-	-	1.203.775,11	968.975,11	118.966,36	381.207,76	381.207,76
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.203.775,11	968.975,11	118.966,36	381.207,76	381.207,76
	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.203.775,11	968.975,11	118.966,36	381.207,76	381.207,76
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	249,23	0,00	0,00	249,23	0,00	0,00	36.345,05	36.345,05	2.500,91	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AM	0,00	79.108,95	0,00	0,00	79.108,95	0,00	0,00	615,00	615,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	21.945,51	0,00	0,00	21.945,51	0,00	0,00	618.610,00	383.810,00	104.290,00	235.050,00	235.050,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	24.921,88	0,00	0,00	24.921,88	0,00	0,00	9.855,04	9.855,04	0,00	72,56	72,56
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTUF	0,00	32.880,12	0,00	0,00	32.880,12	0,00	0,00	5.387,00	5.387,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	58.037,16	0,00	0,00	58.037,16	0,00	0,00	201.955,83	201.955,83	11.783,88	146.085,20	146.085,20
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAM	0,00	926,75	0,00	0,00	926,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	7.513,95	0,00	0,00	7.513,95	0,00	0,00	45.321,51	45.321,51	39.157	0,00	0,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	36.181,43	0,00	0,00	36.181,43	0,00	0,00	285.685,68	285.685,68	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.061.358,32	0,00	0,00	1.203.775,11	968.975,11	118.966,36	381.207,76	381.207,76

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADINACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Comador CRC/SC 029873/O-6

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.949.460,00	1.949.460,00	1.871.225,07	95,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	597.500,00	597.500,00	528.509,98	88,45
1.1.1- IPTU	567.000,00	567.000,00	499.687,07	88,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.500,00	30.500,00	28.822,91	94,50
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	302.000,00	302.000,00	352.828,72	116,83
1.2.1- ITBI	302.000,00	302.000,00	352.727,32	116,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	101,40	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	518.360,00	518.360,00	543.559,46	104,86
1.3.1- ISS	515.000,00	515.000,00	535.537,27	103,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.360,00	3.360,00	8.022,19	238,76
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	531.600,00	531.600,00	446.326,91	83,96
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.739.504,22	21.739.504,22	15.192.083,47	69,88
2.1- Cota-Parte FPM	10.486.000,00	10.486.000,00	6.320.985,23	60,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.850.000,00	9.850.000,00	6.005.844,50	60,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	318.000,00	318.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	318.000,00	318.000,00	315.140,73	99,10
2.2- Cota-Parte ICMS	9.808.197,88	9.808.197,88	7.772.749,24	79,25
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	99.905,41	72,40
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	13.962,64	1.396,26
2.6- Cota-Parte IPVA	1.277.306,34	1.277.306,34	984.480,95	77,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.688.964,22	23.688.964,22	17.063.308,54	72,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	529.700,00	529.700,00	393.935,83	74,37
5.1- Transferências do Salário-Educação	358.000,00	358.000,00	260.771,12	72,84
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	70.392,60	87,99
5.4- Transferências Diretas - PNATE	90.000,00	90.000,00	62.056,56	68,95
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.700,00	1.700,00	715,55	42,09
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	221.304,00	221.304,00	199.464,60	90,13
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	751.004,00	751.004,00	593.400,43	79,01
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.220.700,83	4.220.700,83	2.975.453,07	70,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.970.000,00	1.970.000,00	1.201.168,62	60,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.961.639,57	1.961.639,57	1.554.548,90	79,25
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.800,00	5.800,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	27.600,00	27.600,00	19.981,07	72,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	2.792,43	1.396,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	255.461,26	255.461,26	196.962,05	77,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.093.200,00	3.093.200,00	2.720.030,90	87,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.085.000,00	3.085.000,00	2.715.177,48	88,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.200,00	8.200,00	4.853,42	59,19
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.135.700,83	-1.135.700,83	-260.275,59	22,92
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.858.000,00	2.196.771,30	1.920.413,14	87,42	1.920.413,14	87,42
13.1- Com Educação Infantil	568.000,00	864.771,30	777.213,46	89,88	777.213,46	89,88
13.2- Com Ensino Fundamental	1.290.000,00	1.332.000,00	1.143.199,68	85,83	1.143.199,68	85,83
14- OUTRAS DESPESAS	1.235.200,00	1.266.200,00	853.237,63	67,39	853.237,63	67,39
14.1- Com Educação Infantil	747.200,00	758.200,00	521.964,75	68,84	521.964,75	68,84
14.2- Com Ensino Fundamental	488.000,00	508.000,00	331.272,88	65,21	331.272,88	65,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.093.200,00	3.462.971,30	2.773.650,77	80,09	2.773.650,77	80,09
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						91.771,30
17.1 - FUNDEB 60%						91.771,30
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						91.771,30
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.681.879,47
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						67,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						31,37
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,40
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						91.771,30
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						91.771,30

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.941.990,71	2.249.762,01	1.554.166,39	69,08	1.484.900,57	66,00
22.1- Creche	1.754.790,71	2.051.562,01	1.435.015,93	69,95	1.380.140,02	67,27
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.243.000,00	1.539.771,30	1.235.003,13	80,21	1.235.003,13	80,21
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	511.790,71	511.790,71	200.012,80	39,08	145.136,89	28,36
22.2- Pré-escola	187.200,00	198.200,00	119.150,46	60,12	104.760,55	52,86
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	72.200,00	83.200,00	64.175,08	77,13	64.175,08	77,13
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	115.000,00	115.000,00	54.975,38	47,80	40.585,47	35,29
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.761.000,00	3.939.227,94	2.722.881,84	69,12	2.533.317,24	64,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.778.000,00	1.840.000,00	1.474.472,56	80,13	1.474.472,56	80,13
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.983.000,00	2.099.227,94	1.248.409,28	59,47	1.058.844,68	50,44
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.702.990,71	6.188.989,95	4.277.048,23	69,11	4.018.217,81	64,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-260.275,59
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						91.771,30
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-168.504,29
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						4.186.722,10
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						24,54

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	359.700,00	360.007,97	347.723,14	96,59	261.441,96	72,62
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	391.304,00	396.199,21	362.569,65	91,51	323.401,36	81,63
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	751.004,00	756.207,18	710.292,79	93,93	584.843,32	77,34
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	6.453.994,71	6.945.197,13	4.987.341,02	71,81	4.603.061,13	66,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	91.781,77	307,97
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.715.177,48	260.771,12
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.697.548,49	241.134,63
47.1 Orçamento do Exercício	2.697.548,49	241.134,63
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.853,42	513,93
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	114.264,18	20.458,39
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	114.264,18	20.458,39

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito MunicipalRAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de DESCANSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.131.226,09	853.660,08	2.277.566,01
Investimentos	3.103.366,57	825.800,56	2.277.566,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	27.859,52	27.859,52	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.131.226,09	853.660,08	2.277.566,01
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	3.131.226,09	853.660,08	2.277.566,01

FONTE:

DESCANSO, 12/11/2019

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RAFAEL CATTO
Contador CRC/SC 029873/O-6

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 44/2019 - FMS

Publicação Nº 2224579

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/19
HOMOLOGAÇÃO: 12/11/19
CONTRATADO: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA
INFORMAÇÃO LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE LOCAÇÃO DE
SOFTWARE, DESTINADO A MANTER E GERAR OS DADOS DE
TODOS OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,
ESF'S, CEO, NASF, SAMU, CAPS, BOMBEIROS E RAIO-X, COM O
OBJETIVO DE DAR CONTINUIDADE A MELHORIA DO CONTROLE
SOCIAL E A GESTÃO DE SAÚDE, OFERECENDO MELHORES
SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SUS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.677,39 (quatro mil seiscentos e setenta
e sete reais e trinta e nove centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
DATA: 12/11/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº88/2019.**

Publicação Nº 2225148

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 88/2019

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em exercício Sr. Artino Dalpiaz, CPF sob nº 247.858.739-49, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.768.312/0001-61, situado à Rua Timbó, 301 – sala 54 – Bairro Victor Konder, cidade de Blumenau-SC, CEP: 89.012-180, neste ato representada pela Sra. Grace Jennifer Trautmann Ratzmann, CPF sob nº 636.640.203-59, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, o presente contrato encontra fundamentação legal no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, CONFORME SEGUE:**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01	01	UNIDADE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS, INSCRIÇÕES, PROVA OBJETIVA, RECURSOS, RELATÓRIOS E DEMAIS INFORMAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS AO PLENO ANDAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, PARA OS CARGOS QUE ESTÃO DESCRITOS NA TABELA ANEXA.
VALOR R\$ 6.800,00			

CARGO	NECESSIDADE DE PROVA	HABILITAÇÃO MÍNIMA
ACS – Micro área 03 Abrangência: Inicia na Rua Brasília nº 30 até nº 1619, SC - 477 localidade de Ribeirão Rigo divisa com a localidade de Forquilha. Rodovia municipal DPE 454, 449 e 451.	Prova Escrita	Ensino Médio Completo (com a ressalva estabelecida pela Lei 13595/2018), Curso Introdutório de Formação Inicial (com aproveitamento). Residir na área da comunidade em que atuar.
ACS – Micro área 05 Abrangência: Inicia na Rua Navegantes, Rodovia Municipal DPE 485, 467, 470, 475, 469, 454, 478, 477 e 468.	Prova Escrita	Ensino Médio Completo (com a ressalva estabelecida pela Lei 13595/2018), Curso Introdutório de Formação Inicial (com aproveitamento). Residir na área da comunidade em que atuar.
ACS – Micro área 06 Abrangência: Inicia na Rua Sabino Uber, Rua Santa Catarina nº 600 até nº 2348, Rua Timbó e Rua Abissínia.	Prova Escrita	Ensino Médio Completo (com a ressalva estabelecida pela Lei 13595/2018), Curso Introdutório de Formação Inicial (com aproveitamento). Residir na área da comunidade em que atuar.
ACS – Micro área 07 Abrangência: Inicia na Rua Aderbal Ramos da Silva no nº 02 até nº 1150. SC - 477 até a divisa com a localidade de Nova Rodeio, Rua da Torre, Rua Duque de Caxias, Rua Veneza, Rua Londrina, Rua Guanabara, Rua São Francisco. Rodovia municipal DPE – 464 e 466.	Prova Escrita	Ensino Médio Completo (com a ressalva estabelecida pela Lei 13595/2018), Curso Introdutório de Formação Inicial (com aproveitamento). Residir na área da comunidade em que atuar.
Motorista de Ambulância	Prova Escrita + Prova Prática	Diploma de Conclusão de Ensino Fundamental e CNH compatível.
Motorista de Carga	Prova Escrita + Prova Prática	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível.
Operador de Máquina	Prova Escrita + Prova Prática	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível.
Servente de Obras	Prova Escrita	Ensino Fundamental Incompleto.
Auxiliar de Serviços Gerais	Prova Escrita	Ensino Fundamental Incompleto.

Professor I	Prova Escrita + Títulos	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área. Não Habilitado: Cursando a partir da 3 fase de Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área.
Professor I - Italiano	Prova Escrita + Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área.
Professor I – Ed. Física	Prova Escrita + Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área.
Professor I - Psicopedagogia	Prova Escrita + Títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área.
Auxiliar Administrativo	Prova Escrita	Diploma de conclusão de Curso de Nível Médio.
Auxiliar de Recreação Infantil	Prova Escrita	Ensino Fundamental Incompleto.
Motorista de Passageiros	Prova Escrita + Prova Prática	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível.
Mecânico	Prova Escrita	Ensino Fundamental Incompleto e CNH.
Médico veterinário	Prova Escrita	Portador de diploma de conclusão em Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.
Inseminador	Prova Escrita	Diploma de conclusão de Curso em Nível médio e CNH.
Estagiário Nível Médio	Prova Escrita	Estar matriculado e frequentando Curso de Nível Médio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADM. E FINANÇAS
33903948 – SERVIÇOS SELEÇÃO E TREINAMENTO
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor deste contrato é conforme lista de itens acima citada, totalizando o preço de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.1.3 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega do objeto deste contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1 – A contratada deverá iniciar a prestação de serviço imediatamente após emissão da ordem de Compra, sendo entrega Integral do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende até 31/12/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

- e) Será de responsabilidade da empresa contratada a realização de todos os procedimentos do processo seletivo;
- f) Submeter à apreciação da Administração o planejamento preliminar e cronograma, discriminando e detalhando todos os procedimentos a serem adotados referentes à execução do objeto, sendo que a minuta do edital do Processo Seletivo deverá ser enviada ao município em até 15 (Quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato.
- g) Solicitar a prévia e expressa aprovação quanto aos procedimentos a serem adotados e características do certame, em todas as suas etapas.
- h) Elaborar o Edital do Processo Seletivo e demais documentos necessários à execução do objeto, tais como: comunicados, formulários e instruções, os quais deverão ser submetidos à apreciação do Município, bem como elaborar e especificar os conteúdos das provas de conhecimento gerais e específicos, devendo levar em consideração o detalhamento a ser apresentado pela Administração e padrões estabelecidos no conteúdo programático.
- i) Elaborar, formatar e disponibilizar a Ficha de Inscrição dos candidatos impressa ou no site da empresa contratada.
- j) Disponibilizar os comprovantes definitivos de inscrição para os endereços indicados pelos candidatos no ato das inscrições ou no site da empresa contratada.
- k) Manter sigilo nos assuntos relacionados ao processo seletivo, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização.
- l) Prestar pronto atendimento a candidatos ou a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) no esclarecimento de dúvidas quanto aos regulamentos, tornando disponíveis, para tanto, pessoal, linha telefônica, correio eletrônico (e-mail), fac símile, internet, correspondência e outros.
- m) Elaboração, revisão e correção das provas para todos os níveis, sendo que as mesmas deverão ser com questões inéditas, objetivas de múltipla escolha com 4 (quatro) opções (A, B, C e D) para comporem as provas.
- n) Formatar e imprimir os cadernos de provas, cujo número exato deverá ser previamente informado ao município, em declaração firmada pelo responsável por sua confecção, para o fim de fiscalização do sigilo.
- o) Aplicar as provas, as suas expensas, sob sua coordenação e supervisão no município de acordo com o número de candidatos inscritos, conforme descrição abaixo: Alocação dos candidatos nos locais de prova; Transporte de todo material e pessoal necessário; Elaboração, formatação, impressão e personalização da folha de respostas dos inscritos; Embalagem do caderno de provas em malotes lacrados e identificados por local de prova, de conformidade com a alocação dos candidatos; Embalagem da folha de respostas dos candidatos em envelopes identificados por local de prova; Emissão da lista de presença dos candidatos; Emissão dos relatórios de ocorrência para todos os locais de prova; Emissão dos roteiros dos chefes de salas para todos os locais de prova; Fornecimento do gabarito oficial; Fornecimento de informações e outros materiais que porventura forem necessários ao bom andamento da prestação dos serviços.
- p) Analisar os recursos por ventura apresentados contra o gabarito oficial e as questões de prova para subsidiar a decisão da Prefeitura Municipal em seu julgamento dos recursos interpostos.
- q) Apresentar ao Município e divulgar, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, as relações de candidatos aprovados e classificados.
- r) Fornecer e publicar em site da empresa contratada, o resultado final do concurso por ordem alfabética e de classificação por cargo.
- s) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo quanto aos itens que por sua especialização requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados.
- t) Todos os valores eventualmente recebidos por inscrições constituirão receita do município, sendo vedado à empresa contratada o recebimento de qualquer vantagem financeira decorrente do Processo Seletivo, sendo devido tão somente o valor contratado para realização dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA o direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Administração e Finanças do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 01 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME
ARTINO DALPIAZ GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN
Prefeito Municipal, em exercício CPF sob nº 636.640.203-59

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
Advogado ARNALDO VICENTE
OAB/SC 52.912

Testemunhas:

ALLISON DA LUZ ELAINE REGINA DE ESPINDOLA WOLLERT

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 68/2019

Publicação Nº 2224957

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 68/2019

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço” POR LOTE, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A TROCA/SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO PRÉDIO DO NÚCLEO EDUCACIONAL FRITZ DONNER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, MODELO BASE DE PROPOSTA e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 27/11/2019, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 27/11/2019, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 12 de novembro de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 69/2019

Publicação Nº 2224992

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 69/2019

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço” POR ITEM, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO, CANTO E CORAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, MODELO BASE DE PROPOSTA e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data:

28/11/2019, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 28/11/2019, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 12 de novembro de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

Entre Rios

PREFEITURA

PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2225139

PARECER JURÍDICO À Secretária Municipal de Saúde
Interessado: Sônia Da Rosa Lentz Belém
Interessado: Município de Entre Rios/SC
Assunto: Afastamento de servidor para participação em curso

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico, solicitado pela Secretária Municipal de Saúde, sobre o pedido de afastamento apresentado pela servidora Adriana Batista Belino para participação em curso.

Pela Secretária, foi apresentado cópia de requerimento da Servidora Adriana Batista Belino, a qual solicitou seu afastamento de trabalho nas sextas-feiras, para que pudesse estudar em curso na Aldeia Sede, no curso de pedagogia pela UNOCHAPECO, informando ainda, que iria trabalhar em horas a mais durante a semana para compensar os dias faltantes.

Antes de análise do mérito, foi solicitado pelo Setor Jurídico, comprovante de matrícula no curso indicado, o qual foi apresentado. Esse era o relatório, assim, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

Pelos fatos narrados no pedido em apreço, se constata que deve ter apreciação de duas matérias de mérito, sendo a do direito de afastamento de servidor para participação em curso, e da competência de decisão sobre a concessão ou não do afastamento, o que passo a apreciar de forma separada.

a) Do afastamento de servidor para participação em curso

Acerca do direito de a servidora se afastar do trabalho para realização de curso, vejo que tal direito deve ser concedido, uma vez que a Administração Pública não pode ter o controle na decisão de opção de realização de curso de servidores, nem mesmo, pode obstar que estes busquem formações ou aperfeiçoamentos.

Mas para que haja a concessão de afastamento do trabalho de servidor, deve ser observada a autorização legislativa, bem como, preenchimentos de requisitos, neste caso, a verificação de legislação municipal autorizativa, e como de costume, tais previsões, constam nos estatutos dos servidores públicos.

No município de Entre Rios/SC, o referido estatuto, está disciplinado pela Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007, a qual possui dois capítulos exclusivos ao pleito da Servidora, isso, nos capítulos IV e V, os quais tratam das licenças e concessões, assim, peço permissão para descrever os artigos que tratam das matérias.

“Art. 82. Conceder-se-á ao servidor licença:

VII – para capacitação;

§3º. A licença concedida dentro do prazo de 30 (trinta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.”. (Grifei).

“Art. 107. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

II – para desempenho de missão ou estudos, em qualquer parte do Território Nacional, ou no exterior, com autorização expressa do Prefeito Municipal, ou do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme o caso;”. (Grifei).

A aludida legislação, em seu artigo 108, §1º, I, §2º e §3º, trata sobre a concessão do afastamento para estudos, e os requisitos para a concessão, pois veja:

“Art. 108. Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, nos termos deste artigo.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por servidor estudante, exclusivamente, aquele que frequenta curso superior regular, em instituição de ensino superior regular e a concessão se dará:

I – para a frequência às aulas, conforme dispuser a grade curricular normal, com desconto, em folha de pagamento proporcional ao período ou aos períodos de afastamento concedidos, quando não possível a compensação, nos termos dos arts. 197 a 199, desta Lei;

§ 2º. A concessão prevista no inciso I, do parágrafo anterior, limita-se a 50% (cinquenta por cento) da carga horária semanal do cargo ou da função de lotação do servidor beneficiado.

§3º. O Servidor requererá a concessão prevista neste artigo, juntando a comprovação que justifique o pleito à concessão.”. (Grifei).

Como amparo ao acima disposto, vale destacar a disposição do artigo 98, §1º, da Lei Federal nº. 8.112/90:

“Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.”. (Grifei).

Ainda para melhor apreciação do mérito, e amparo a dúvida a ser dirimida com o presente parecer, vejo que é de grande importância, destacar a autorização legislativa municipal sobre a compensação de horas, o que possui a previsão nos artigos 197 e 198:

“Art. 197. Presente a necessidade e havendo interesse da Administração, a bem do serviço público, a jornada de trabalho poderá ser acrescida de horas complementares, em número não excedentes à duas horas diárias, podendo ser consideradas como horas excedentes para compensação.

§1º. A compensação de que trata este artigo, se operacionalizará com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) ou 100% (cem por cento) no número de horas a compensar, segundo dispõe o artigo 66 desta Lei.

§2º. Quando a compensação objetivar a realização de horas excedentes para compensar afastamentos anteriormente concedidos, em horário normal de trabalho, não se aplicarão as disposições previstas no parágrafo anterior.”. “Art. 198. As horas excedentes não serão remuneradas, salvo o disposto no § 2º do artigo seguinte.”.

Diante das normas acima descritas, se denota de forma clara, de que o servidor público, possui o direito de afastamento/horário especial para estudo, a partir de então, vale por hora analisar, o preenchimento dos requisitos para concessão do afastamento/horário especial.

Um dos principais requisitos é a comprovação de estar matriculado em cursos ou pós-graduações, o que restou devidamente comprovado pela Servidora, uma vez que apresentou atestado emitido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, onde informa que a Servidora está matriculada de forma regular, no Curso Intercultural em Pedagogia (Licenciatura) Licenciado em Pedagogia, integral, no 2º semestre letivo de 2019.

Outro requisito a ser preenchido pelo Servidor de quando pleiteado a concessão do afastamento/horário especial, é a comprovação da incompatibilidade de horário escolar e da repartição, o que restou devidamente comprovado, uma vez que os horários em que a Servidora trabalha, é das 07:30hrs às 11:30hrs, e das 13:00hrs às 17:00hrs, e os horários do curso são das 07:30hrs às 11:55hrs e das 13:00hrs às 17:35hrs, conforme se verificou no atestado apresentado.

Portando se verifica de que a Servidora possui o direito pleiteado, e entendo que deve ser deferido seu pedido, desde que seja possível a compensação de horários junto a Secretaria Municipal de Saúde, a ser disciplinada a compensação pela Secretária da respectiva pasta, caso contrário, deve ser efetuado o desconto em folha de pagamento, isso nos termos do artigo 108, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007.

b) Da competência de decisão sobre a concessão ou não do afastamento

Conforme se denota no pedido apresentado pela Servidora, este restou direcionado a Secretária Municipal de Saúde, tendo esta, solicitado parecer jurídico.

Data Vênia ao pedido apresentado, e a Secretária Municipal de Saúde, mas esta não tem poder/competência para decidir sobre assunto requerido, uma vez que cabe tão somente ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sobre a competência para decidir sobre a concessão do afastamento/horário especial, cumpre destacar, a disposição do artigo 107, II, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007:

“Art. 107. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

II – para desempenho de missão ou estudos, em qualquer parte do Território Nacional, ou no exterior, com autorização expressa do Prefeito Municipal, ou do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme o caso;”. (Grifei).

Vale enfatizar, o direito de petição da Servidora, isso previsto nos artigos 111-112, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007:

“Art. 111. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao Poder Público, em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 112. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e da decisão dará conhecimento ao servidor requerente, através da chefia imediata deste.”

Portanto, para a deliberação da concessão ou não do afastamento/horário especial, cabe tão somente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo a Servidora instruir seu pedido e endereçar este.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) que seja deferido o pedido da Servidora Adriana Batista Belino, desde que seja possível a compensação de horários junto a Secretaria Municipal de Saúde, a ser disciplinada a compensação pela Secretária da respectiva pasta, caso contrário, deve ser efetuado o desconto em folha de pagamento, isso nos termos do artigo 108, da Lei Municipal Complementar nº. 05 de outubro de 2007;

e b) para a deliberação da concessão ou não do afastamento/horário especial, seja endereçada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo a Servidora instruir e endereçar seu pedido este. É o parecer, salvo entendimento diverso da Secretária Municipal de Saúde e do Chefe do Poder Executivo.

Setor Jurídico, Entre Rios/SC, 11 de novembro de 2019.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO

OAB/SC 42.539

(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido à consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

Ermo

PREFEITURA

DIVULGA LOCAL DE REALIZAÇÃO E RELAÇÃO DE CANDIDATAS APTAS EDITAL 02/2019

Publicação Nº 2225313

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA

ERMO/SC

Divulga local de realização e relação de candidatas aptas a participarem da capacitação e prova referente ao processo de escolha suplementar dos suplentes do conselho tutelar do município de Ermo, conforme Edital 02/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ermo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital CMDCA Nº02/2019, DIVULGA:

I - Local de realização da Capacitação e Prova

DATA	LOCAL	HORÁRIO
16/11/2019 (Sábado)	EEBM JOÃO MORO	08h00min as 12h00min 13h30min as 17h00min

II - Relação de candidatas aptas a participarem da Capacitação e Prova referente ao processo de escolha suplementar de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Ermo, em 15 de Dezembro de 2019.

Nº. DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
01	PATRICIA NAZARIO
02	DIANA ALBINO MORGEROT

Ermo, 12 de Novembro de 2019.

CINARA MATEUS RÉUS CLEMES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Ermo

LEI Nº 466, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225555

LEI Nº 466, de 13 de novembro de 2019.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o Exercício Financeiro de 2020.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o exercício financeiro de 2020, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 13.059.112,50 (Treze milhões, cinquenta e nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

Art. 2º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente discriminadas em anexo a esta lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 12.269.112,50
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 380.362,50
Contribuições	R\$ 25.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 60.000,00
Receita de Serviços	R\$ 100.000,00
Transferências Correntes	R\$ 13.922.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 413.000,00
Deduções Fundeb (-)	R\$ -2.631.250,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 790.000,00
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00
Transferências de Capital	R\$ 689.000,00
Operação de Crédito	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 13.059.112,50

Art. 3º As despesas fixadas, detalhadas em anexo a esta Lei conforme determina a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos:

I – DESPESAS POR ÓRGÃOS

1- PREFEITURA MUNICIPAL

01 – Gabinete do Prefeito R\$ 347.000,00
03 – Secretaria de Administração e Finanças R\$ 1.021.000,00
05 – Secretaria de Educação, Cultura, Esp. e Turismo R\$ 4.622.750,00
06 – Secretaria de Infraestrutura, Agric e Meio Ambiente R\$ 3.028.362,50
07 – Secretaria de Assistência Social R\$ 780.000,00
99 – Reserva de Contingência R\$ 10.000,00

2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 2.340.000,00
3 – FUNDO MUNIC. DE ASSIST. E PREVID R\$ 210.000,00
4 – CÂMARA DE VEREADORES R\$ 700.000,00
TOTAL: R\$ 13.059.112,50

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º As alterações ocorridas na Lei Orçamentária (LOA), com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de novembro de 2019.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA
Secretário de Administração e Finanças Interino

PORTARIA Nº 239, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225551

PORTARIA Nº 239, de 11 de novembro de 2019.
Dispõe sobre a Exoneração de Servidor de Cargo Efetivo que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 40, inciso II, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido e por aposentadoria o Servidor JOEL MANOEL VIEIRA, do cargo Efetivo de Motorista I, Matrícula nº 76.

Art. 2º Dispensar o servidor da Função Gratificada Nível - FG – 1, concedida através da Portaria nº 092, de 09 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de novembro de 2019.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA
Secretário de Administração e Finanças Interino

PORTARIA Nº. 238, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225545

PORTARIA Nº. 238, de 04 de novembro de 2019.
Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 15 (quinze) dias ao servidor MURIALDO MURILO INÁCIO, Matrícula nº 403, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, as quais foram gozadas de 14/10/2019 a 28/10/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de novembro de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA
Secretário de Administração e Finanças Interino

LOA 2020 - ANEXO I

Publicação Nº 2225858

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Página: 1/1
 Data: 12/11/2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas		Valor	Despesas	Valor		
Receitas Correntes		14.900.362,50	DESPESAS CORRENTES	9.896.112,50		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		380.362,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.659.250,00		
Contribuições		25.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.000,00		
Receita Patrimonial		60.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.214.862,50		
Receita de Serviços		100.000,00				
Transferências Correntes		13.922.000,00				
Outras Receitas Correntes		413.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.631.250,00				
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE		-2.631.250,00				
Total		12.269.112,50	Superavit	2.373.000,00		
Superavit do orçamento corrente		2.373.000,00	Total	12.269.112,50		
Receitas de Capital		790.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.453.000,00		
Operações de Crédito		1.000,00	INVESTIMENTOS	2.343.000,00		
Alienação de Bens		100.000,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	110.000,00		
Transferências de Capital		689.000,00				
Deficit		1.663.000,00				
Total		2.453.000,00	Total	2.453.000,00		
Resumo						
Receitas Correntes		14.900.362,50	114,10 %	DESPESAS CORRENTES	9.896.112,50	80,07 %
Receitas de Capital		790.000,00	6,05 %	DESPESAS DE CAPITAL	2.453.000,00	19,85 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.631.250,00	-20,15 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,08 %
				Superavit do Orçamento	700.000,00	
Total		13.059.112,50	100,00 %	Total	13.059.112,50	100,00 %

LOA 2020 - ANEXO II - DESP

Publicação Nº 2225859

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2
Data: 12/11/2019

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.426.112,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.559.250,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		28.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.531.250,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		22.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.844.862,50	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		190.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		17.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.637.862,50	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.373.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.263.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.258.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		110.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		110.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.100.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		30.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.070.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.170.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		400.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		770.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		70.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
Total das despesas:			9.809.112,50	
Total da entidade:			9.809.112,50	
				2.270.000,00

Página: 2/2
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
Total das despesas:				2.340.000,00
Total da entidade:				2.340.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		200.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.000,00	
Total das despesas:				210.000,00
Total da entidade:				210.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			675.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		75.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		75.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		25.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		25.000,00	
Total das despesas:				700.000,00
Total da entidade:				700.000,00
Total geral:				13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO II REC

Publicação Nº 2225861

Página: 1/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos			
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho			
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			
4.1.1.1.3.03.1.1.01.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Eduacao			
4.1.1.1.3.03.1.1.02.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Saude			
4.1.1.1.3.03.1.1.03.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios			
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios			
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
4.1.1.1.8.01.1.1.01.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.01.1.1.02.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Saude			
4.1.1.1.8.01.1.1.03.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
4.1.1.1.8.01.1.3.01.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.01.1.3.02.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Rec. Saude			
4.1.1.1.8.01.1.3.03.0.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.8.01.4.1.0.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princ			
4.1.1.1.8.01.4.1.01.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Pir			
4.1.1.1.8.01.4.1.02.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Pir			
4.1.1.1.8.01.4.1.03.0.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Pir			
4.1.1.1.8.02.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços			
4.1.1.1.8.02.3.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.8.02.3.1.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
4.1.1.1.8.02.3.1.01.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Ordinarios			
4.1.1.1.8.02.3.1.02.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Saude			
4.1.1.1.8.02.3.1.03.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Ordinarios			
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas			
4.1.1.2.1.00.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
4.1.1.2.1.01.0.0.0.0.0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			
			40.162,50	
			40.162,50	
			380.362,50	
			280.000,00	
			100.000,00	
			100.000,00	
			100.000,00	
			100.000,00	
			25.000,00	
			15.000,00	
			60.000,00	
			180.000,00	
			120.000,00	
			100.000,00	
			50.000,00	
			12.500,00	
			7.500,00	
			30.000,00	
			50.000,00	
			12.500,00	
			7.500,00	
			30.000,00	
			20.000,00	
			20.000,00	
			5.000,00	
			3.000,00	
			12.000,00	
			60.000,00	
			60.000,00	
			60.000,00	
			15.000,00	
			9.000,00	
			36.000,00	
			40.162,50	
			40.162,50	

Página: 2/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	40.162,50		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	40.162,50		
4.1.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		60.200,00	
4.1.1.3.8.0.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	60.200,00		
4.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições		25.000,00	
4.1.2.4.0.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		25.000,00	
4.1.2.4.0.0.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	25.000,00		
4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	25.000,00		
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		60.000,00	
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		60.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	60.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	60.000,00		
4.1.6.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		100.000,00	
4.1.6.9.0.0.0.00.00.00	Outros Serviços	100.000,00		
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	100.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços - Principal	100.000,00		
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes			
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			
4.1.7.1.8.0.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M		13.672.000,00	
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	7.987.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.987.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	6.801.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec. Educaçao	6.801.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec.Saude	1.750.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec.Ordinarios	1.249.750,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	3.801.250,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	229.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM 60 rp 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	229.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Príncipe	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM 60 rp 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	300.000,00		

Página: 3/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Ordinários	1.250,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Saúde	750,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Ordinários	3.000,00		
4.1.7.1.8.01.7.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	32.000,00		
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	190.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	15.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	15.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Natur.	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Natu.	70.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Se	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica - Prior	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos do FNAS - API - Principal	3.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos do FNAS - PAC - Principal	22.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.03	Transferências de Recursos do FNAS - PETI - Principal	90.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.04	Transferências de Recursos do FNAS - IGD BOLSA - Principal	12.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.05	Transferências de Recursos do FNAS - CRAS PISO BASICO - Principal	120.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Princi	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escol	80.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escol	80.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Ordinários	12.500,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Saúde	7.500,00		

Página: 4/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Ordinarios	30.000,00	4.685.000,00	
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			
4.1.7.2.8.0.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	4.685.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.0.0.0.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.600.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.1.0.0.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.000.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Educacao	1.000.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Saude	600.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Ordinarios	2.400.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.2.0.0.00.00	Cota-Parte do IPVA	500.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	500.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Educacao	125.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Saude	75.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Ordinarios	300.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.3.0.0.00.00	Cota-Parte do IPI - Municipios	100.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal	100.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - Rec. Educacao	25.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - Rec. Saude	15.000,00		
4.1.7.2.8.0.1.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - Rec. Ordinarios	60.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.0.0.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.0.0.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	85.000,00		
4.1.7.5.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.000.000,00	
4.1.7.5.8.0.0.0.0.0.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica E/M			
4.1.7.5.8.0.1.0.0.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.0.1.1.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.0.1.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.0.1.1.1.00.00.40	Transferências de Recursos do FUNDEB 40% - Principal	400.000,00		
4.1.7.5.8.0.1.1.1.00.00.60	Transferências de Recursos do FUNDEB 60% - Principal	600.000,00		
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes		203.000,00	
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		40.000,00	
4.1.9.1.0.0.1.0.0.0.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica	40.000,00		
4.1.9.1.0.0.1.1.0.0.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica	12.000,00		
4.1.9.1.0.0.1.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal	12.000,00		
4.1.9.1.0.0.1.1.2.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica - Multas e Juros	12.000,00		
4.1.9.1.0.0.1.1.9.00.00.00	Multas previstas em legislação Prefeitura	16.000,00		

Página: 5/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.19.2.0.00.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			
4.19.2.2.00.0.00.00.00	Restituições	5.000,00	5.000,00	
4.19.2.2.99.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.19.2.2.99.1.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.19.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00		
4.19.9.0.00.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		158.000,00	
4.19.9.0.99.0.00.00.00	Outras Receitas	158.000,00		
4.19.9.0.99.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	158.000,00		
4.19.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	148.000,00		
4.19.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.000,00		
4.2.0.0.00.0.00.00.00	Receitas de Capital			690.000,00
4.2.1.0.00.0.00.00.00	Operações de Crédito		1.000,00	
4.2.1.1.00.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		1.000,00	
4.2.1.1.90.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000,00		
4.2.1.1.90.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000,00		
4.2.1.1.90.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal		100.000,00	
4.2.2.0.00.0.00.00.00	Alienação de Bens		50.000,00	
4.2.2.1.00.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis			
4.2.2.1.30.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00		
4.2.2.1.30.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	50.000,00		
4.2.2.1.30.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		50.000,00	
4.2.2.2.00.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis			
4.2.2.2.00.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	50.000,00		
4.2.4.0.00.0.00.00.00	Transferências de Capital			
4.2.4.1.00.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			
4.2.4.1.8.00.0.00.00.00	Transferências da União	279.000,00		
4.2.4.1.8.10.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	279.000,00		
4.2.4.1.8.10.9.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	279.000,00		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		310.000,00	
4.2.4.2.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	310.000,00		
4.2.4.2.8.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	310.000,00		
4.2.4.2.8.10.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00		
4.2.4.2.8.10.2.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	100.000,00		
4.2.4.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	210.000,00		
4.2.4.2.8.10.9.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados			

Página: 6/7
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	210.000,00		
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00	(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE			
9.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00	(R) Transferências da União e de suas Entidades		-2.631.250,00	-2.631.250,00
9.1.7.1.8.0.0.0.0.0.00	(R) Transferências da União - Específica E/M		-1.711.250,00	
9.1.7.1.8.01.0.0.0.0.00	(R) Participação na Receita da União		-1.711.250,00	
9.1.7.1.8.01.2.0.0.0.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal		-1.701.250,00	
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		-1.700.250,00	
9.1.7.1.8.01.5.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural		-1.700.250,00	
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		-1.000,00	
9.1.7.1.8.06.0.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		-1.000,00	
9.1.7.1.8.06.1.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		-10.000,00	
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		-10.000,00	
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00	(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		-10.000,00	
9.1.7.2.8.0.0.0.0.0.00	(R) Transferências dos Estados - Específica E/M		-920.000,00	
9.1.7.2.8.01.0.0.0.0.00	(R) Participação na Receita dos Estados		-920.000,00	
9.1.7.2.8.01.1.0.0.0.00	(R) Cota-Parte do ICMS		-800.000,00	
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal		-800.000,00	
9.1.7.2.8.01.2.0.0.0.00	(R) Cota-Parte do IPVA		-100.000,00	
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal		-100.000,00	
9.1.7.2.8.01.3.0.0.0.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios		-20.000,00	
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		-20.000,00	
Total das receitas:				12.499.112,50
Total por entidade:				12.499.112,50
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências Correntes		250.000,00	
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		230.000,00	
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M			
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Cust			
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Cust			
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Princ			

Página: 777
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.01	Transferência de Recursos do SUS - PAB FIXO Repasses Fundo a Fundo - Principal	27.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.02	Transferência de Recursos do SUS - PSF Repasses Fundo a Fundo - Principal	110.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.03	Transferência de Recursos do SUS - VIG SAN Repasses Fundo a Fundo - Principal	10.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.04	Transferência de Recursos do SUS - FARMACIA BASICA Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.05	Transferência de Recursos do SUS - EPIDEMIOLOGIA Repasses Fundo a Fundo - Principal	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.06	Transferência de Recursos do SUS - PACS Repasses Fundo a Fundo - Principal	60.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.09	Transferência de Recursos do SUS - SAUDE BUCAL Repasses Fundo a Fundo - Principal	7.000,00		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		20.000,00	
4.1.7.2.8.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M			
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Princ	20.000,00		
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Recetas de Capital			100.000,00
4.2.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		100.000,00	
4.2.4.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		100.000,00	
4.2.4.1.8.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União			
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	100.000,00		
4.2.4.1.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	100.000,00		
4.2.4.1.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	100.000,00		
Total das receitas:				350.000,00
Total por entidade:				350.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			
4.1.9.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		210.000,00	
4.1.9.0.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		210.000,00	
4.1.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	210.000,00		
4.1.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	210.000,00		
4.1.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	210.000,00		
Total das receitas:				210.000,00
Total por entidade:				210.000,00
Total geral:				13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO IX

Publicação Nº 2225868

Página: 1/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	347.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	727.000,00	0,00	52.000,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	1.074.000,00	0,00	52.000,00

Página: 2/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.411.750,00
06.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	4.411.750,00

Página: 3/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE		0,00	0,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		56.000,00	0,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/20

Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 5/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	242.000,00	0,00	1.021.000,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	4.622.750,00
06.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE		0,00	2.113.362,50	0,00	0,00	0,00	3.028.362,50
07.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
	Total:	0,00	2.113.362,50	155.000,00	242.000,00	10.000,00	9.809.112,50

Página: 6/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	2.340.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.340.000,00	0,00	0,00

Página: 8/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 11/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00

Página: 13/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00

Página: 16/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 18/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 19/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 20/20
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
	Total geral:						13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO RELAÇÃO DESP

Publicação Nº 2225869

Página: 1/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0018

Objetivo do programa:
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	2	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESOES LEGISLATIVAS (CAMARA MUNICIPAL DE ERMO)	45.000	700.000,00

II - Descrição das Ações
Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	75.000,00	0,00	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	25.000,00	0,00	25.000,00
Total:			700.000,00	0,00	700.000,00

Legenda:
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 2/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	2	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PÚBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (GABINETE DO PREFEITO)	2000,000	347.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	12.000,00	0,00	12.000,00
Total:			347.000,00	0,00	347.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 3/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação						
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					03.01
Função:	Administração					4
Subfunção:	Administração Geral					122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					0020
Objetivo do programa: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças						
Justificativa do programa: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5	2	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	25.000	727.000,00
II - Descrição das Ações						
Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças						
III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos			0.1.0080.000000	3.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.000000	340.000,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			0.1.0080.000000	2.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.000000	360.000,00	0,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			0.1.0080.000000	2.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.000000	20.000,00	0,00
Total:					727.000,00	0,00
						727.000,00

Legenda:
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 4/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	0021

Objetivo do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5	2	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	365.000	12.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	12.000,00	0,00	12.000,00
Total:			12.000,00	0,00	12.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 527
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:
CONVENIO SSP-TRANSITO

Justificativa do programa:
Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5	2	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	40,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0054.0000000	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0055.0000000	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056.0000000	0,00	16.000,00	16.000,00
Total:			0,00	40.000,00	40.000,00

Legenda:

0.1.0054 - Convenio SSP Transito Militar
0.1.0055 - Convenio SSP Transito Civil
0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Página: 6/27
 Data: 12/11/2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5	3	Pasep	PARCELAS MENSAIS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	12.000	242.000,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			242.000,00	0,00	242.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 7/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7	2	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	250,000	125,000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			110.000,00	15.000,00	125.000,00

Legenda:

0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 827
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE	0001

Objetivo do programa:
Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Justificativa do programa:
Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7	1	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	0,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Núcleo Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0022 - Transferências de Convênios Dest Educação

Página: 9/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:
Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7	2	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	400,000	345.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	180.000,00	0,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010.0000000	0,00	85.000,00	85.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061.0000000	0,00	80.000,00	80.000,00
Total:			180.000,00	165.000,00	345.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0010 - RECURSOS DO TESOURO - TRANSPORTE ESCOLAR
0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp Escolar PNATE

Página: 10/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:
Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7	2	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	200,000	2.891.750,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	440.000,00	440.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019.0000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	1.148.750,00	0,00	1.148.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058.0000000	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	765.000,00	0,00	765.000,00
Total:			2.013.750,00	878.000,00	2.891.750,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0018 - Fundef 60%
0.1.0019 - Fundef 40%
0.1.0058 - Salário Educação
0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola PDDE

Página: 11/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7	2	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	100,000	700.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	260.000,00	0,00	260.000,00
Total:			560.000,00	140.000,00	700.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0018 - Fundef 60%

Página: 12/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:
Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:
Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7	2	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	50,000	85,000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	55.000,00	0,00	55.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			65.000,00	20.000,00	85.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0018 - Fundef 60%



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 13/27
 Data: 12/11/2019

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7	2	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	10.000	65.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0001.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
Total:			65.000,00	0,00	65.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 14/27
 Data: 12/11/2019

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	0029

Objetivo do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	7	2	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	150.000	56.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	6.000,00	0,00	6.000,00
Total:			56.000,00	0,00	56.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Página: 15/27
 Data: 12/11/2019

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7	2	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	0.000	155.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			155.000,00	0,00	155.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 16/27

Data: 12/11/2019

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:
Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:
Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8	1	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE)	5,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	20.000,00	40.000,00

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 17/27

Data: 12/11/2019

I - Classificação									
Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE								06.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE								06.01
Função:	Urbanismo								15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana								451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS								0005
Objetivo do programa: Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros									
Justificativa do programa: Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros									
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)			Física	Financeira	
1.001	8	1	Construção de Pontes e similares	OBRAS (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE)			60.000	200.000,00	
II - Descrição das Ações Construção de Pontes e similares									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detalhamento		Ordinários	Vinculados	Total	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0024.0000000		0,00	100.000,00	100.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.0000000		100.000,00	0,00	100.000,00	
Total:						100.000,00	100.000,00	200.000,00	

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 18/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	0012

Objetivo do programa:
Pavimentação de vias publicas e passeios publicos

Justificativa do programa:
Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8	1	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE)	0,000	450.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	270.000,00	270.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	180.000,00	0,00	180.000,00
Total:			180.000,00	270.000,00	450.000,00

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 19/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0032

Objetivo do programa:
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8	2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE)	800,000	225,000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	25.000,00	225.000,00

Legenda:

0.1.0017 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS



Página: 2027
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8	2	Manut. da Secr. Infraestrutura e Meio Ambiente	ESTRADAS MUNICIPAIS (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE)	0.000	2.113.362,50

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Infraestrutura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	626.250,00	0,00	626.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016.0000000	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044.0000000	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	1.145.112,50	0,00	1.145.112,50
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	99.000,00	99.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0027.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	90.000,00	0,00	90.000,00
Total:			1.861.362,50	252.000,00	2.113.362,50

Legenda:

- 0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Dom Econ - CIDE
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.1.0027 - Operação de Crédito
- 0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo
- 0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de recursos minerais
- 0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Página: 21/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0041

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	9	2	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL)	20.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do FIA e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 22/27
 Data: 12/11/2019

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9	2	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS (SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL)	10.000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.0000000	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 2327
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9	2	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL)	0,000	700.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048.0000000	0,00	22.000,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050.0000000	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052.0000000	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063.0000000	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			453.000,00	247.000,00	700.000,00

Legenda:

0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API
0.1.0048 - Programa de Atenção a Criança PAC

Página: 24/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho Infantil PEI
0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Nac de Assist Social
0.1.0053 - Bolsa Família
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 25/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saude	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11	2	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	2058,000	2.340.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0002.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	900.000,00	0,00	900.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.0000010	0,00	170.000,00	170.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.0000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0043.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.0000008	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.0000008	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00

Legenda:

0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de Imp Saude
0.1.0023 - Transferências de Convenios Dest Saude
0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Saude - Farmacia Basica
0.1.0064 - Atenção Basica

Página: 26/27
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12	2	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VINCULADOS AO SIMAS (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA)	100.000	210.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			210.000,00	0,00	210.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 27/27
 Data: 12/11/2019

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	10	2	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (RESERVA DE CONTINGENCIA)	1,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080.000000	10.000,00		10.000,00
Total:			10.000,00		10.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

LOA 2020 - ANEXO RELAÇÃO REC

Publicação Nº 2225873

Página: 1/3
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Relação da Proposta da Receita

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
2	4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Educacao	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	12.499.112,50
3	4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	25.000,00
1	4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
5	4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	60.000,00
6	4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	12.500,00
4	4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	7.500,00
8	4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Rec. Ordinarios	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	30.000,00
9	4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	12.500,00
7	4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	7.500,00
11	4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Im.	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	30.000,00
12	4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Im.	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	5.000,00
10	4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Im.	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	3.000,00
14	4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	12.000,00
15	4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	15.000,00
13	4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	9.000,00
16	4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	36.000,00
17	4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	40.162,50
18	4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	0.1.0017.000000.00.00.00	Não	Não	60.200,00
19	4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
20	4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
22	4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Rec. Er	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	100.000,00
23	4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Rec. Sa	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	1.750.000,00
21	4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Rec. O	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	1.249.750,00
24	4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM 60 rp 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	3.801.250,00
25	4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM 60 rp 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	229.000,00
27	4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	300.000,00
28	4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	1.250,00
26	4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	750,00
29	4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	0.1.0016.000000.00.00.00	Não	Não	3.000,00
30	4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	0.1.0045.000000.00.00.00	Não	Não	32.000,00
31	4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	0.1.0044.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
32	4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Re	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	105.000,00
67	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos do FNAS - API - Principal	0.1.0047.000000.04.04.00	Não	Não	70.000,00
68	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos do FNAS - PAC - Principal	0.1.0048.000000.04.04.00	Não	Não	3.000,00
69	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.03	Transferências de Recursos do FNAS - PETI - Principal	0.1.0050.000000.04.04.00	Não	Não	22.000,00
70	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.04	Transferências de Recursos do FNAS - IGD BOLSA - Principal	0.1.0063.000000.04.04.00	Não	Não	90.000,00
71	4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.05	Transferências de Recursos do FNAS - CRAS PISO BASICO - Principal	0.1.0062.000000.04.04.00	Não	Não	12.000,00
33	4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	0.1.0058.000000.00.00.00	Não	Não	120.000,00
						32.000,00

Página: 2/3
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Relação da Proposta da Receita

Receita	Corta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
34	4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - P	0.1.0059.000000.00.00.00	Não	Não	12.499.112,50
35	4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	0.1.0060.000000.00.00.00	Não	Não	6.000,00
36	4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	0.1.0061.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
38	4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Orc	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	80.000,00
39	4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Sai	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	12.500,00
37	4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Orc	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	7.500,00
41	4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Educacao	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	30.000,00
42	4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	1.000.000,00
40	4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.02.00.00	Não	Sim	600.000,00
44	4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Educacao	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	2.400.000,00
45	4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	125.000,00
43	4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	75.000,00
47	4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Educacao	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	300.000,00
48	4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Saude	0.1.0002.000000.02.00.00	Não	Sim	25.000,00
46	4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Ordinarios	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
49	4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	0.1.0010.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
73	4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.40	Transferências de Recursos do FUNDEB 40% - Principal	0.1.0019.000000.01.02.00	Sim	Não	85.000,00
72	4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.60	Transferências de Recursos do FUNDEB 60% - Principal	0.1.0018.000000.01.02.00	Sim	Não	400.000,00
50	4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal	0.1.0054.000000.00.00.00	Não	Não	600.000,00
51	4.1.9.1.0.01.1.2.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Especifica - Multas e Juros	0.1.0055.000000.00.00.00	Não	Não	12.000,00
75	4.1.9.1.0.01.1.9.00.00.00	Multas previstas em legislação Prefeitura	0.1.0056.000000.00.00.00	Não	Não	12.000,00
52	4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	16.000,00
53	4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
54	4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	148.000,00
55	4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0.1.0027.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
56	4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
57	4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
59	4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	0.1.0024.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
60	4.2.4.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	0.1.0022.000000.00.00.00	Não	Não	279.000,00
61	4.2.4.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	0.1.0024.000000.00.00.00	Não	Não	100.000,00
74	9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	210.000,00
62	9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	-1.700.250,00
63	9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	-1.000,00
64	9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	-10.000,00
65	9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	-800.000,00
66	9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	-100.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
4	4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.01	Transferência de Recursos do SUS - PAB FIXO Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	350.000,00
						27.000,00

Página: 3/3
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham /Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO					
5 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.02	Transferência de Recursos do SUS - PSF Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000010.02.04.00	Não	Sim	350.000,00
7 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.03	Transferência de Recursos do SUS - VIG SAN Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000015.02.04.00	Não	Sim	110.000,00
9 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.04	Transferência de Recursos do SUS - FARMACIA BASICA Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000013.02.04.00	Não	Sim	10.000,00
11 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.05	Transferência de Recursos do SUS - EPIDEMIOLOGIA Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000016.02.04.00	Não	Sim	9.000,00
13 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.06	Transferência de Recursos do SUS - PACS Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000012.02.04.00	Não	Sim	7.000,00
15 4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.09	Transferência de Recursos do SUS - SAUDE BUCAL Repasses Fundo a Fundo - Principal	0.1.0064.000009.02.04.00	Não	Sim	60.000,00
1 4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a F	0.1.0043.000000.00.00.00	Não	Não	7.000,00
2 4.2.4.1.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principa	0.1.0023.000000.00.00.00	Não	Não	20.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO					
1 4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	0.1.0080.000000.00.00.00	Não	Não	100.000,00
Total geral:					210.000,00
					13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO V

Publicação Nº 2225862

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Página: 1/1
 Data: 12/11/2019

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

LOA 2020 - ANEXO VI

Publicação Nº 2225863

Página: 1/4
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		890.000,00	8.677.112,50	242.000,00	9.809.112,50
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	347.000,00	0,00	347.000,00
		0,00	347.000,00	0,00	347.000,00
04	Administração		347.000,00		347.000,00
04.122	Administração Geral		347.000,00		347.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		347.000,00		347.000,00
04.122.0019.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		347.000,00		347.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	779.000,00	242.000,00	1.021.000,00
		0,00	779.000,00	242.000,00	1.021.000,00
04	Administração		727.000,00		727.000,00
04.122	Administração Geral		727.000,00		727.000,00
04.122.0020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		727.000,00		727.000,00
04.122.0020.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		727.000,00		727.000,00
06	Segurança Pública		52.000,00		52.000,00
06.181	Policimento		52.000,00		52.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR		12.000,00		12.000,00
06.181.0021.2.004	Manutenção do Convênio Polícia Militar		12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVÊNIO SSP-TRANSITO		40.000,00		40.000,00
06.181.0042.2.023	Manutenção do Convênio SSP - Transito		40.000,00		40.000,00
28	Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			242.000,00	242.000,00
28.846.0000.0.001	Pasep			242.000,00	242.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO					
Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
		200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
12	Educação		4.211.750,00		4.211.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição		125.000,00		125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.306.0030.2.012	Aquisição de Merenda Escolar		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental		3.236.750,00		3.236.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE				
12.361.0001.1.010	Construção de Núcleo Escolar				
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		345.000,00		345.000,00
12.361.0026.2.009	Manutenção do Transporte Escolar		345.000,00		345.000,00

Página: 2/4
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO					
Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	890.000,00	8.677.112,50	242.000,00	9.809.112,50
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
12.361.0035.2.008	Manutenção do Ensino Fundamental	200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
12.365	Educação Infantil				
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL				
12.365.0025.2.007	Manutenção do Ensino Infantil	200.000,00	4.211.750,00		4.411.750,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	200.000,00	3.436.750,00		3.436.750,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO				
12.366.0027.2.010	Manutenção do Ensino Supletivo		2.891.750,00		2.891.750,00
12.367	Educação Especial				
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		2.891.750,00		2.891.750,00
12.367.0031.2.014	Manutenção do Ensino Especial		700.000,00		700.000,00
13	Cultura	700.000,00	700.000,00		700.000,00
13.392	Difusão Cultural		85.000,00		85.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		85.000,00		85.000,00
13.392.0029.2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		65.000,00		65.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário		65.000,00		65.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		65.000,00		65.000,00
27.812.0028.2.011	Manutenção do Desporto Amador		56.000,00		56.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE					
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE					
15	Urbanismo	690.000,00	2.338.362,50	0,00	3.028.362,50
15.451	Infra-Estrutura Urbana	690.000,00	2.338.362,50	0,00	3.028.362,50
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE				
15.451.0012.1.002	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	690.000,00	225.000,00		915.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	450.000,00			450.000,00
15.451.0005.1.001	Construção de Pontes e similares	450.000,00			450.000,00
15.451.0005.1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	240.000,00			240.000,00
15.452	Serviços Urbanos	200.000,00			200.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	40.000,00	225.000,00		265.000,00
15.452.0032.2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica		225.000,00		225.000,00

Página: 3/4
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE					
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICUL E MEIO AMBIE					
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário	890.000,00	8.677.112,50	242.000,00	9.809.112,50
26.782.0033	MANUT DA SECR DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	690.000,00	2.338.362,50	0,00	3.028.362,50
26.782.0033.2.021	Manut. da Secr. Infraestrutura e Meio Ambiente	690.000,00	2.338.362,50	0,00	3.028.362,50
			2.113.362,50		2.113.362,50
			2.113.362,50		2.113.362,50
			2.113.362,50		2.113.362,50
			2.113.362,50		2.113.362,50
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 07.01 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL					
08	Assistência Social	0,00	780.000,00	0,00	780.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	780.000,00	0,00	780.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		780.000,00		780.000,00
08.243.0041.2.022	Manutenção do FIA e Conselho Tutelar		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		20.000,00		20.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		760.000,00		760.000,00
08.244.0002.2.053	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		60.000,00		60.000,00
08.244.0039.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		700.000,00		700.000,00
			700.000,00		700.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA					
99	Reserva de Contingência	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de Contingência	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00		10.000,00
99.999.0999.2.019	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
			10.000,00		10.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO					
Órgão: 09.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Unidade: 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
10	Saúde	0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
10.301.0037.2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		2.340.000,00		2.340.000,00
			2.340.000,00		2.340.000,00

Página: 4/4
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDÊNCIA DE ERMO					
Órgão: 10.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
Unidade: 10.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
10	Saúde		210.000,00		210.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		210.000,00		210.000,00
10.302.0040.2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		210.000,00		210.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 01.00	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
Unidade: 01.01	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
01	Legislativa		700.000,00		700.000,00
01.031	Ação Legislativa		700.000,00		700.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		700.000,00		700.000,00
01.031.0018.2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		700.000,00		700.000,00
Total geral:					13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO VII

Publicação Nº 2225865

Página: 1/2
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		700.000,00		700.000,00
01.031	Ação Legislativa		700.000,00		700.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		700.000,00		700.000,00
04	Administração		1.074.000,00		1.074.000,00
04.122	Administração Geral		1.074.000,00		1.074.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		347.000,00		347.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		727.000,00		727.000,00
06	Segurança Pública		52.000,00		52.000,00
06.181	Policimento		52.000,00		52.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		40.000,00		40.000,00
08	Assistência Social		780.000,00		780.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		760.000,00		760.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		700.000,00		700.000,00
10	Saúde		2.550.000,00		2.550.000,00
10.301	Atenção Básica		2.340.000,00		2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.340.000,00		2.340.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		210.000,00		210.000,00
12	Educação		4.211.750,00		4.211.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição	200.000,00	125.000,00		125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	200.000,00	3.236.750,00		3.436.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	200.000,00			200.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		345.000,00		345.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.891.750,00		2.891.750,00
12.365	Educação Infantil		700.000,00		700.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		700.000,00		700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		85.000,00		85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		85.000,00		85.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2
 Data: 12/11/2019

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação				4.411.750,00
12.367	Educação Especial		4.211.750,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	200.000,00	65.000,00		65.000,00
13	Cultura				56.000,00
13.392	Difusão Cultural		56.000,00		56.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		56.000,00		56.000,00
15	Urbanismo				915.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	690.000,00	225.000,00		690.000,00
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	450.000,00			450.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	240.000,00			240.000,00
15.452	Serviços Urbanos		225.000,00		225.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA		225.000,00		225.000,00
26	Transporte				2.113.362,50
26.782	Transporte Rodoviário		2.113.362,50		2.113.362,50
26.782.0033	MANUT DA SECR DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE		2.113.362,50		2.113.362,50
27	Desporto e Lazer				155.000,00
27.812	Desporto Comunitário		155.000,00		155.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		155.000,00		155.000,00
28	Encargos Especiais				242.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			242.000,00	242.000,00
99	Reserva de Contingência				10.000,00
99.999	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
Total:		890.000,00	11.927.112,50	242.000,00	13.059.112,50
Total geral:		890.000,00	11.927.112,50	242.000,00	13.059.112,50

LOA 2020 - ANEXO VIII

Publicação Nº 2225866

Página: 1/2
Data: 12/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	700.000,00		700.000,00
01.031	Ação Legislativa	700.000,00		700.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	700.000,00		700.000,00
04	Administração	1.074.000,00		1.074.000,00
04.122	Administração Geral	1.074.000,00		1.074.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	347.000,00		347.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	727.000,00		727.000,00
06	Segurança Pública	12.000,00	40.000,00	52.000,00
06.181	Policimento	12.000,00	40.000,00	52.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		40.000,00	40.000,00
08	Assistência Social	533.000,00	247.000,00	780.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	513.000,00	247.000,00	760.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	453.000,00	247.000,00	700.000,00
10	Saúde	2.200.000,00	350.000,00	2.550.000,00
10.301	Atenção Básica	1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	210.000,00		210.000,00
12	Educação	3.093.750,00	1.318.000,00	4.411.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.361	E ensino Fundamental	2.293.750,00	1.143.000,00	3.436.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	100.000,00	100.000,00	200.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	180.000,00	165.000,00	345.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.013.750,00	878.000,00	2.891.750,00
12.365	Educação Infantil	560.000,00	140.000,00	700.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	560.000,00	140.000,00	700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	20.000,00	85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	65.000,00	20.000,00	85.000,00
12.367	Educação Especial	65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	65.000,00		65.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Página: 2/2
 Data: 12/11/2019

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	56.000,00		56.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	56.000,00		56.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	500.000,00	415.000,00	915.000,00
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	300.000,00	390.000,00	690.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	180.000,00	270.000,00	450.000,00
15.452	Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	240.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	200.000,00	25.000,00	225.000,00
26	Transporte			
26.782	Transporte Rodoviário	1.861.362,50	252.000,00	2.113.362,50
26.782.0033	MANUT DA SECR DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	1.861.362,50	252.000,00	2.113.362,50
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	155.000,00		155.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	155.000,00		155.000,00
28	Encargos Especiais			
28.846	Outros Encargos Especiais	242.000,00		242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	242.000,00		242.000,00
99	Reserva de Contingência			
99.999	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			10.000,00
Total:		10.437.112,50	2.622.000,00	13.059.112,50
Total geral:		10.437.112,50	2.622.000,00	13.059.112,50

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0046/2019

Publicação Nº 2224686

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0046/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0046/2019 – Melhor Preço – Preço por item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NOVO, ANO 2019, FABRICAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DE RECURSOS FINANCEIROS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N. 2623.0531275-61/2019, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 07h30m às 08h00m do dia 26 de Novembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h00m às 13h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, 12 de Novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 296/2019

Publicação Nº 2224583

	FAXINAL DOS GUEDES - SC GOVERNO MUNICIPAL Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.
--	--

Faxinal dos Guedes, SC – 01 de Novembro de 2019.

Decreto nº296/2019
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor PEDRO PAULO RAMILO, portador do CPF nº 593.571.699-20, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 297/2019

Publicação Nº 2224619

	FAXINAL DOS GUEDES - SC GOVERNO MUNICIPAL Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.
--	---

Faxinal dos Guedes, SC – 01 de Novembro de 2019.

Decreto nº297/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ALINE ROBERTA ANDRIGHI DE SOUZA, portadora do CPF nº 077.528.569-24, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 298/2019

Publicação Nº 2224623

	FAXINAL DOS GUEDES - SC GOVERNO MUNICIPAL Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.
--	---

Faxinal dos Guedes, SC – 01 de Novembro de 2019.

Decreto nº298/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora DAIANE DA SILVA, portadora do CPF nº 075.043.849-50, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE APOIO AO ESTUDANTE de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 299/2019

Publicação Nº 2224627

DECRETO Nº. 0299/2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO À SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 165.698,74 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

Suplementações:

Órgão: 11 – Encargos Gerais do Município

Unidade Orçamentária: 01 – Encargos Gerais do Município

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 2800 – Outros Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 2028 – Amortização da Dívida e Encargos

Modalidade de Aplicação: 46900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 143.206,08

Órgão: 11 – Encargos Gerais do Município

Unidade Orçamentária: 01 – Encargos Gerais do Município

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 2800 – Outros Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 2028 – Amortização da Dívida e Encargos

Modalidade de Aplicação: 32900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 17.476,66

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esporte

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2701 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2015 – Manutenção das Atividades Esportivas

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.016,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 01 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 300/2019

Publicação Nº 2224631

Faxinal dos Guedes(SC), 01 de novembro de 2019

DECRETO Nº 0300/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1 – Designa o senhor PEDRO PAULO RAMILO, inscrito no CPF sob o nº 593.571.699-20, Secretário de Educação, Esporte e Cultura, para responder como interinamente como Secretário Municipal de Fazenda e Administração.

Art. 2º - O servidor não fará jus ao recebimento durante a substituição, do subsídio correspondente ao cargo do substituído.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 301/2019

Publicação Nº 2224634

	FAXINAL DOS GUEDES - SC GOVERNO MUNICIPAL Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.
--	---

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Novembro de 2019.

Decreto nº301/2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal VANESSA PARMIGIANI FRANKIN, matrícula nº 3034, ocupante do cargo temporário de Professora de Educação Infantil – 20 horas semanais, no período de 04/11/2019 a 01/05/2020.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 302/2019

Publicação Nº 2224636

DECRETO Nº. 0302/2019.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai da Dotação:

Órgão: 05– Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 181 – Policiamento

Programa: 601 – Segurança Municipal

Projeto/Atividade: 2017 – Manut. Conv. com a S.S.P.

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1110 – Conv. Pol. Militar

Valor: R\$ 2.000,00

Adiciona para a Dotação:

Órgão: 05– Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 181 – Policiamento

Programa: 601 – Segurança Municipal

Projeto/Atividade: 2017 – Manut. Conv. com a S.S.P.

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1110 – Conv. Pol. Militar

Valor: R\$ 2.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 04 de Novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 303/2019

Publicação Nº 2224638

Faxinal dos Guedes - SC, 04 de Novembro de 2019.
DECRETO Nº. 0303/2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no orçamento de 2019 do Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2030 – Manut. Bl. Atenção Básica
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1138– Transf. da Saúde – SUS União
Valor: R\$ 400.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação de transferência de emendas parlamentares para custeio do Pab Fixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 304/2019

Publicação Nº 2224641

	FAXINAL DOS GUEDES - SC GOVERNO MUNICIPAL Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.
--	---

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de Novembro de 2019.

Decreto nº 304/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a Chamada Pública 0025/2019;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ROSICLER SALETE DEQUIGIOVANI portadora do CPF nº 927.743.509-72, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 11/11/2019 a 01/05/2020, para suprir licença maternidade, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2019

Publicação Nº 2224689

LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2019.

DISPÕE SOBRE AS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA EM EDIFICAÇÕES QUE NÃO TENHAM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU HABITE-SE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES/SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito de Faxinal dos Guedes, (SC), no uso das atribuições do seu cargo; FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - As concessionárias e/ou prestadoras de serviços públicos de água e energia elétrica do Município de Faxinal dos Guedes deverão promover as respectivas ligações em edificações independentemente da existência de alvará de construção e/ou carta de habitação (habite-se), excepcionalmente, nos seguintes casos:

I – Construções anteriores a 5 (cinco) anos contados da data da entrada em vigor desta lei complementar para fornecimento de água e energia elétrica;

§ 1º Independentemente do número de edificações no imóvel, os interessados poderão formular pedidos de forma individualizada, cujo procedimento adotado será o mesmo previsto para as ligações singulares.

§ 2º As ligações de água e energia elétrica previstas neste artigo independem da regularização do parcelamento do solo, ressalvadas as restrições do parágrafo quarto.

§ 3º As edificações localizadas em imóveis públicos, que estejam enquadradas para fins de regularização fundiária, também poderão receber as ligações de água e energia elétrica desde que se enquadrem nas condições previstas nesta lei complementar.

§ 4º Não estão abrangidas pela presente lei complementar as edificações localizadas em Área de Preservação Permanente (APP), em logradouros públicos e aquelas localizadas em área classificada pela Defesa Civil como de risco alto, risco muito alto ou de exclusão.

Art. 2º - O Município emitirá certidão de existência de imóvel, desde que o proprietário ou possuidor comprove documentalmente que a(s) construção(ões) é(são) anterior(es) a data mencionada no inciso I, do artigo 1º, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – matrícula do imóvel, se houver;

II – certidão de cadastro de imóvel, expedido pelo Departamento de Tributação, que comprove a existência de benfeitoria anterior a data estabelecida no artigo 1º;

III – imagens retiradas de sistema de informação e da rede mundial de computadores que comprovem a existência de benfeitoria anterior a data estabelecida no artigo 1º;

IV – contas de água e/ou energia elétrica anteriores a data estabelecida no artigo 1º;

V – laudo assinado por profissional habilitado que comprove a existência de benfeitoria anterior a data estabelecida no artigo 1º, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

VI – demais documentos que comprovem a existência de benfeitoria anterior a data estabelecida no artigo 1º e que sejam requisitados pelo Município.

§ 1º O rol de documentos previstos neste artigo é exemplificativo, sendo suficiente a apresentação de dois dos documentos acima indicados para obtenção da certidão de existência de imóvel.

§ 2º A certidão de existência de imóvel destina-se, exclusivamente, aos casos de ligação de água e energia elétrica previstos nesta lei, não dispensando o interessado de promover, oportunamente, os atos de regularização da(s) construção(ões) na forma estabelecida pela legislação em vigor.

§ 3º A obtenção de certidão de existência de imóvel não desobriga o interessado ao cumprimento das determinações administrativas das concessionárias e/ou prestadoras de serviços públicos de água e energia elétrica para as respectivas ligações, ressalvada a inexistência de alvará de construção e/ou carta de habitação (habite-se).

Art. 3º - Eventuais omissões serão reguladas por decreto.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 08 de Novembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.512/2019

Publicação Nº 2224645

LEI ORDINÁRIA Nº 2.512/2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DA LEI ORDINÁRIA Nº 2.501/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica alterado o Art. 4º, Incisos II e III, da Lei Ordinária Nº 2.501, de 12 de setembro de 2019, conforme segue:

Art. 2º- Os valores das diárias são fixados conforme segue:

- I – (...);
- II – para Capital do Estado de Santa Catarina e região da Grande Florianópolis, Porto Alegre – RS, e Curitiba PR, será o valor de R\$ 230,00;
- III – para outras cidades acima de 200 Km, será o valor de R\$ 190,00;
- IV – (...);
- V – (...).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 21 de Outubro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 2.513/2019

Publicação Nº 2224654

LEI ORDINÁRIA Nº 2.513/2019.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º - Fica Instituído o Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura, constante do anexo da presente Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, é o instrumento de Planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução das políticas municipal de cultura, com previsão de ações de curto, médio e longo prazo.

§ 2º O Plano Municipal de Cultura, foi construído a partir dos subsídios pela Sociedade Civil Organizada e pelos Gestores Públicos, participantes das conferências e fóruns municipais de cultura realizados em 2018, e 2019 e balizado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, é regido pelos seguintes princípios:

- I - Respeito aos direitos humanos;
- II - Responsabilidade socioambiental;
- III - Direito universal à arte e à cultura;
- IV - Direito a memória e às tradições;
- V - Liberdade de expressão, criação e fruição;
- VI - Diversidade das expressões culturais;
- VII - Direito a informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VIII - Universalização do acesso aos agentes, bens incentivos e serviços culturais;
- IX - Valorização da cultura como vetor do desenvolvimento humano;
- X - Desenvolvimento da economia criativa;
- XI - Transversalidade e abrangência das políticas culturais;
- XII - Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- XIII - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- XIV - Integração e interação das políticas, programas, projetos e ações culturais;

XV - Transparência e compartilhamento e informações;
XVI - Autonomia e cooperação das instituições culturais;
XVII - Participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais;
XVIII - Descentralização articulada e pactuada de gestão, dos recursos e das ações culturais;
XIX - Fomento à produção, preservação, difusão e circulação do conhecimento, das ações e dos bens culturais;
XX - Compromisso dos agentes públicos na implementação das políticas culturais.
Art.2º - São objetivos do Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC:

V - Ampliar, manter local, equipar, adequar os espaços e equipamentos culturais, democratizando o acesso e a acessibilidade aos bens, serviços e equipamentos culturais.
I - Consolidar a gestão das políticas públicas para a cultura por meio de estruturação e legalização dos órgãos competentes para sua organização, planejamento e execução de forma democrática
II - Identificar, reconhecer, valorizar, preservar, proteger, conservar e restaurar o patrimônio histórico-cultural material e imaterial do município.
III - Dar continuidade aos projetos permanentes de formação, capacitação, qualificações na área da cultura já existentes e trazer novos projetos e novas experiências.
IV - Promover a produção, inovação, sustentabilidade, economia, promoção, difusão e circulação das linguagens e das práticas culturais e artísticas; dos prestadores de serviços, conteúdos e valores da criação artística e das expressões culturais e promover a inclusão sociocultural local.

Art.3º - O Plano Municipal de Cultura do Município de Faxinal dos Guedes SC, será orientado conforme os seguintes eixos temáticos:

I - Gestão e institucionalidade da cultura;
II - Patrimônio cultural;
III - Educação e produção de conhecimentos
IV - Cultura criativa;
V - Infraestrutura

Parágrafo Único - Os eixos temáticos constituirão programas de desenvolvimento da cultura e orientarão as políticas culturais, podendo ser desdobrados em outros programas, de acordo com as atualizações que se fizerem necessárias, ou que forem solicitadas nas avaliações Periódicas do Plano a cada dois (dois) anos.

Art.4º - Compete ao Poder Público Municipal de Faxinal dos Guedes SC, nos termos desta Lei:

I - Assegurar a implementação do Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, garantindo a efetivação de seus objetivos, Estratégias, avaliação e monitoramento periódicos a cada 02 (dois) anos;
II - Coordenar o processo de elaboração das metas;
III - Coordenar o processo de construção dos Planos Setoriais de Cultura;
IV - Consolidar a gestão das políticas públicas para a cultura por meio de estruturação e legalização dos órgãos competentes para sua organização, planejamento e execução de forma democrática;
V - Implementar a Lei do Sistema Municipal de Cultura e seus entes constituídos. Revisando a lei de proteção do Patrimônio Cultural do Município de Faxinal dos Guedes SC, através de seus Órgãos Gestores:

a) Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC
b) Conferência Municipal de Cultura – CMC
c) Plano Municipal de Cultura – PMC
d) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
e) Sistema Municipal de Cultura - SMC;

Art.5º - Os Planos Plurianuais - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA serão orientados para o atingimento dos objetivos, estratégias, ações e metas do Plano Municipal de Cultura, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art.6º - O Fundo Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, será o principal mecanismo de fomento às políticas culturais. Poderá, entretanto, o Órgão Gestor de Cultura, estabelecer novas formas de financiamento para implementação do Plano Municipal de Cultura.

Parágrafo Único: Além dos recursos originários dos orçamentos do Fundo Municipal de Cultura o Município poderá destinar recursos das receitas próprias para execução do disposto nesta Lei.

Art.7º - A alocação de recursos deverá observar os objetivos, estratégias, ações e metas estabelecidas nesta Lei.

Art.8º - Compete ao Órgão Gestor da Cultura coordenar o monitoramento e avaliação periódica a cada 02 (dois) anos, para verificar o alcance das diretrizes estabelecidas e a eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura, por meio do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC e das Conferências Municipais de Cultura - CMC.

Parágrafo Único - O processo de monitoramento, avaliação periódica a cada 02 (dois) anos, do Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, será realizado nas edições da Conferência Municipal de Cultura ou Fórum Permanente da Cultura, com a participação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, podendo contar com o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, institutos de pesquisa, universidades. Instituições culturais, organização e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo.

Art.9º - O Plano Municipal de Cultura de Faxinal dos Guedes SC, será revisado periodicamente a cada 02 (dois) anos, após a promulgação desta Lei, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento, das estratégias, ações e metas estabelecidas.

Parágrafo Único - Para revisão deve estar assegurada a ampla representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil Organizada, com aprovação do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

Art.10 - O monitoramento da execução das estratégias, ações e metas do Plano Municipal de Cultura será realizado, partir dos Planos Setoriais, construídos em Fóruns Específicos e revisados a cada 02 (dois) anos, com convocação pública, pelo Órgão Gestor da Cultura.

Art.11 - O Município de Faxinal dos Guedes SC, deverá dar ampla publicidade aos seus conteúdos, bem como à realização dos objetivos, estratégias, ações e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art.12 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art.13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes – SC, 08 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.514/2019

Publicação Nº 2224685

LEI ORDINÁRIA Nº 2.514/2019.

ALTERA VALORES DOS ITENS 11 E 18 DA TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS ESPECIFICAÇÕES DA LEI ORDINÁRIA Nº 2.259/2013. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), no uso das atribuições do seu cargo; FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º - Altera os valores dos Itens “11” e “18” da Tabela de Preços Públicos Especificações:

A onde consta:

11 - Empréstimo do Ginásio de Esportes por hora utilizada, no valor de R\$ 22,00 e;

18 - Serviços de Recolhimento de Entulho (por carga), no valor de R\$ 45,00.

Passa a ser:

11 - Empréstimo do Ginásio de Esportes por hora utilizada, no valor de R\$ 10,00 e;

18 - Serviços de Recolhimento de Entulho (por carga), no valor de R\$ 20,00.

Art.2º - A atualização de valores dos itens constantes no art. 1º da Tabela de Preços segue a determinação da Lei Ordinária Nº 1.836, de 29 de novembro de 2005.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes – SC, 08 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.515/2019

Publicação Nº 2224688

ORDINÁRIA Nº 2.515/2019.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE, CENTRO DE CONVIVÊNCIA E LAZER DO BAIRRO SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), no uso das atribuições do seu cargo; FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º- Fica denominado a Unidade de Saúde, Centro de Convivência e Lazer do Bairro São José do Município de Faxinal dos Guedes, (SC), em "VEREADOR NELSON ZANFERARI".

Parágrafo único. A denominação é uma singela homenagem ao grande cidadão Faxinalense pelos relevantes serviços prestados à sociedade, através da sua vida pública, como vereador eleito por dois mandatos consecutivos nos períodos de 2001 a 2004 e 2005 a 2008.

Art. 2º- As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 08 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2224575

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.740.000,00	40.740.000,00	7.805.565,82	19,16	37.375.184,22	91,74	3.364.815,78
RECEITAS CORRENTES	40.691.000,00	40.691.000,00	6.805.565,82	16,72	35.036.883,52	86,10	5.654.116,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.439.675,00	3.439.675,00	604.364,82	17,57	3.264.428,37	94,91	175.246,63
IMPOSTOS	2.833.975,00	2.833.975,00	551.320,87	19,45	2.701.705,35	95,33	132.269,65
TAXAS	556.350,00	556.350,00	53.043,95	9,53	562.723,02	101,15	-6.373,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	49.350,00	49.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.350,00
CONTRIBUIÇÕES	525.000,00	525.000,00	91.687,37	17,46	462.367,67	88,07	62.632,33
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	525.000,00	525.000,00	91.687,37	17,46	462.367,67	88,07	62.632,33
RECEITA PATRIMONIAL	379.475,00	379.475,00	21.346,89	5,63	162.029,40	42,70	217.445,60
VALORES MOBILIÁRIOS	379.475,00	379.475,00	21.346,89	5,63	162.029,40	42,70	217.445,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	122.100,00	122.100,00	5.784,06	4,74	157.883,99	129,31	-35.783,99
RECEITA DE SERVIÇOS	34.125,00	34.125,00	9.680,90	28,37	30.373,22	89,01	3.751,78
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	23.625,00	23.625,00	144,21	0,61	1.060,24	4,49	22.564,76
OUTROS SERVIÇOS	10.500,00	10.500,00	9.536,69	90,83	29.312,98	279,17	-18.812,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.973.925,00	35.973.925,00	5.970.004,58	16,60	30.722.478,95	85,40	5.251.446,05
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	13.178.325,00	13.178.325,00	1.796.890,70	13,64	10.353.103,63	78,56	2.825.221,37
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	15.295.600,00	15.295.600,00	2.915.550,38	19,06	14.095.107,85	92,15	1.200.492,15
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	7.500.000,00	7.500.000,00	1.257.563,50	16,77	6.274.267,47	83,66	1.225.732,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	216.700,00	216.700,00	102.697,20	47,39	237.321,92	109,52	-20.621,92
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	130.500,00	130.500,00	72.421,34	55,50	179.186,35	137,31	-48.686,35
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	68.025,00	68.025,00	24.937,52	36,66	25.203,23	37,05	42.821,77
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	18.175,00	18.175,00	5.338,34	29,37	32.932,34	181,20	-14.757,34
RECEITAS DE CAPITAL	49.000,00	49.000,00	1.000.000,00	2.040,82	2.338.300,70	4.772,04	-2.289.300,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.500,00	10.500,00	1.000.000,00	9.523,81	1.351.779,30	12.874,09	-1.341.279,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	10.500,00	10.500,00	1.000.000,00	9.523,81	1.351.779,30	12.874,09	-1.341.279,30
ALIEÇÃO DE BENS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	986.521,40	3.523,29	-958.521,40
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	986.521,40	7.046,58	-972.521,40
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.740.000,00	40.740.000,00	7.805.565,82	19,16	37.375.184,22	91,74	3.364.815,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.740.000,00	40.740.000,00	7.805.565,82	19,16	37.375.184,22	91,74	3.364.815,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.740.000,00	40.740.000,00	7.805.565,82	19,16	37.375.184,22	91,74	3.364.815,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	3.685.382,05	—	—	3.685.382,05	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	3.685.382,05	—	—	3.685.382,05	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	10.001.505,36	34.707.444,56
DESPESAS CORRENTES	38.101.275,00	38.825.234,24	4.826.314,77	32.818.974,31	6.006.259,93	6.266.317,84	30.981.704,10	7.843.530,14	29.987.770,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.921.140,00	21.345.552,59	3.532.958,81	17.350.524,17	3.995.028,42	3.614.943,86	17.249.030,47	4.096.522,12	16.944.451,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	111.000,00	88.073,63	14.967,35	88.073,63	0,00	14.967,35	88.073,63	0,00	88.073,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.069.135,00	17.391.608,02	1.278.388,61	15.380.378,51	2.011.231,51	2.636.406,63	13.644.600,00	3.747.008,02	12.955.246,10
DESPESAS DE CAPITAL	2.617.725,00	7.500.464,94	985.559,36	7.054.013,53	446.451,41	1.151.990,96	5.363.489,72	2.136.975,22	4.719.673,60
INVESTIMENTOS	1.583.725,00	6.339.710,75	701.133,43	5.894.259,34	445.451,41	867.565,03	4.203.735,53	2.135.975,22	3.559.919,41
INVERSOES FINANCEIRAS	13.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	10.001.505,36	34.707.444,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.021.000,00	1.159.754,19	284.425,93	1.159.754,19	0,00	284.425,93	1.159.754,19	0,00	1.159.754,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	10.001.505,36	34.707.444,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	10.001.505,36	34.707.444,56
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.029.990,40	—	2.867.739,66
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	—	7.418.308,80	37.375.184,22	—	37.375.184,22
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)				
Receita de Alienação De Bens Móveis	12.600,00	4.282,64	8.317,36	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	10.500,00	0,00	10.500,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	
	2.100,00	4.282,64	-2.182,64	
DESPESAS				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)				
Despesas de Capital	537.292,47	524.692,47	12.600,00	
Investimentos	537.292,47	524.692,47	12.600,00	
	537.292,47	524.692,47	12.600,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (Ilf + Ilg)	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)	
Valor(III)	0,00	-520.409,83	-520.409,83	
FONTE:				

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ILEUZA CARLA FELTRIN
CONTADOR(A) CRC/SC 03.5272/0-1

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.833.975,00	2.833.975,00	2.687.364,27	94,83		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	360.000,00	360.000,00	298.495,06	82,92		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	322.000,00	322.000,00	422.204,92	131,12		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.365.000,00	1.365.000,00	1.106.870,83	81,09		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	693.000,00	693.000,00	719.521,22	103,83		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	13.650,00	13.650,00	15.264,56	111,83		
Dívida Ativa dos Impostos	54.600,00	54.600,00	62.193,37	113,91		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	25.725,00	25.725,00	62.814,31	244,18		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.047.000,00	29.047.000,00	25.058.583,21	86,27		
Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	8.007.792,68	76,26		
Cota-Parte ITR	63.000,00	63.000,00	47.158,88	74,86		
Cota-Parte IPVA	1.340.000,00	1.340.000,00	1.348.355,06	100,62		
Cota-Parte ICMS	16.800.000,00	16.800.000,00	15.458.528,98	92,02		
Cota-Parte IPI-Exportação	260.000,00	260.000,00	196.747,61	75,67		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	31.880.975,00	31.880.975,00	27.745.947,48	87,03		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	291.275,00	291.275,00	290.765,87	99,83		
Provenientes da União	32.925,00	32.925,00	10.040,02	30,49		
Provenientes dos Estados	258.350,00	258.350,00	280.725,85	108,66		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	18.675,00	18.675,00	882,23	4,72		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	309.950,00	309.950,00	291.648,10	94,10		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)	% (g/f)*100	
			% (f/e)*100			
DESPESAS CORRENTES	10.484.146,25	11.456.623,42	9.679.878,33	84,49	8.912.246,63	77,79
Pessoal e Encargos Sociais	5.866.821,25	5.784.821,48	4.755.077,53	82,20	4.666.321,11	80,66
Outras Despesas Correntes	4.617.325,00	5.671.801,94	4.924.800,80	86,83	4.245.925,52	74,86
DESPESAS DE CAPITAL	254.000,00	313.968,54	161.504,70	51,44	156.506,70	49,85
Investimentos	254.000,00	313.968,54	161.504,70	51,44	156.506,70	49,85

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	254.000,00	313.968,54	161.504,70	51,44	156.506,70	49,85
Investimentos	254.000,00	313.968,54	161.504,70	51,44	156.506,70	49,85
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.738.146,25	11.770.591,96	9.841.383,03	83,61	9.068.753,33	77,05
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.841.325,00	3.811.796,97	3.207.134,86	32,59	2.878.860,12	31,74
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.841.325,00	3.811.796,97	3.207.134,86	32,59	2.878.860,12	31,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.841.325,00	3.811.796,97	3.207.134,86	32,59	2.878.860,12	31,74
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	7.896.821,25	7.958.794,99	6.634.248,17	67,41	6.189.893,21	68,26
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
2.028.001,09						

Continua 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIÊNIO SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA															
INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS		PAGOS		A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE							
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00							
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00							
TOTAL															
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º															
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)							
0,00				0,00				0,00							
0,00				0,00				0,00							
TOTAL (VIII)															
LIMITE NÃO CUMPRIDO															
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)							
-				-				-							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26															
SALDO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS					
								Até Bimestre (l)		% (l/Total l)*100		Até Bimestre (m)		% (m/Total m)*100	
10.338.086,25				11.317.784,91				9.439.091,29		95,91		8.726.498,09		96,23	
400.050,00				452.807,05				402.291,74		4,09		342.255,24		3,77	
10.738.146,25				11.770.591,96				9.841.383,03		100,00		9.068.753,33		100,00	
TOTAL															

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "1" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".

4) limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o valor apresentado na internet cessar com a coluna 1 ou com a coluna 11 (quinto bilhês) devida ser o mesmo apresentado no total K.

Litige atual relativo a ser cumprido no encerramento do exercício. Dev percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $M(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTI
---	--	---

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 12/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

Município de Faxinal dos Guedes - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		40.740.000,00		
Previsão Atualizada		40.740.000,00		
Receitas Realizadas		37.375.184,22		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.685.382,05		
DESPESAS				
Dotação Inicial		40.740.000,00		
Créditos Adicionais		5.606.699,18		
Dotação Atualizada		46.346.699,18		
Despesas Empenhadas		39.872.987,84		
Despesas Liquidadas		36.345.193,82		
Despesas pagas		34.707.444,56		
Superavit Orçamentário		1.029.990,40		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		39.872.987,84		
Despesas Liquidadas		36.345.193,82		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		42.878.441,48		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	815.473,38	0,00
Resultado Primário		0,00	741.517,61	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.433.940,35	0,00	1.254.537,94	179.402,41
EXECUTIVO	1.433.940,35	0,00	1.254.537,94	179.402,41
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	405.703,23	0,00	405.703,23	0,00
EXECUTIVO	405.703,23	0,00	405.703,23	0,00
TOTAL:	1.839.643,58	0,00	1.660.241,17	179.402,41
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.128.070,56	25%	25,29
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.306.520,10	60%	68,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.351.779,30	-1.341.279,30	
Despesa de Capital Líquida		5.363.489,72	2.136.975,22	

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	10.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			524.692,47	12.600,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		6.189.893,21	15,00	22,31
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ILEUZA CARLA FELTRIN
CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)														RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)						
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	100,00	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	100,00	10.001.505,36				
	Legislativa	1.365.000,00	1.365.000,00	174.107,95	902.797,70	2,26	462.202,30	174.107,95	902.797,70	2,48	462.202,30			
	Ação Legislativa	1.365.000,00	1.365.000,00	174.107,95	902.797,70	2,26	462.202,30	174.107,95	902.797,70	2,48	462.202,30			
	Administração	3.980.485,00	3.982.961,23	544.915,79	3.448.756,94	8,65	534.204,29	681.819,81	3.288.985,42	9,05	693.975,81			
	Administração Geral	3.976.485,00	3.982.961,23	544.915,79	3.448.756,94	8,65	534.204,29	681.819,81	3.288.985,42	9,05	693.975,81			
	Turismo	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Segurança Pública	296.075,00	533.997,82	111.850,71	414.573,64	1,04	119.424,18	40.917,31	320.664,32	0,88	213.333,50			
	Policimento	152.575,00	355.497,82	37.975,54	262.248,37	0,66	93.249,45	39.719,16	253.062,81	0,70	102.435,01			
	Defesa Civil	143.500,00	178.500,00	73.875,17	152.325,27	0,38	26.174,73	1.198,15	67.601,51	0,19	110.898,49			
	Assistência Social	2.207.500,00	2.327.791,20	315.146,65	1.951.013,53	4,89	376.777,67	382.297,40	1.857.078,88	5,11	470.712,32			
Assistência à Criança e ao Adolescente	Assistência ao Idoso	100.000,00	100.000,00	7.162,30	99.999,98	0,25	0,02	22.973,85	88.437,58	0,24	11.562,42			
	Assistência à Criança e ao Adolescente	25.000,00	25.000,00	4.968,52	16.698,52	0,04	8.301,48	10.040,77	16.660,95	0,05	8.339,05			
	Assistência Comunitária	2.082.500,00	2.202.791,20	303.015,83	1.834.315,03	4,60	368.476,17	349.282,78	1.751.980,35	4,82	450.810,85			
	Saúde	10.771.146,25	11.803.591,96	1.263.794,51	9.868.623,03	24,75	1.934.968,93	1.912.271,86	9.091.453,33	25,01	2.712.138,63			
	Atenção Básica	10.371.096,25	11.350.784,91	1.233.491,21	9.466.331,29	23,74	1.884.453,62	1.859.795,79	8.749.198,09	24,07	2.601.586,82			
	Alimentação e Nutrição	400.050,00	452.807,05	30.303,30	402.291,74	1,01	50.515,31	52.476,07	342.255,24	0,94	110.551,81			
	Educação	11.798.168,75	12.882.109,69	1.718.984,65	10.701.633,58	26,84	2.180.476,11	1.889.119,49	9.864.002,48	27,14	3.018.107,21			
	Ensino Fundamental	8.821.875,00	9.759.815,94	1.344.216,92	8.628.533,75	21,64	1.131.282,19	1.494.147,05	7.837.674,42	21,56	1.922.141,52			
	Ensino Médio	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00			
	Ensino Superior	100.000,00	120.000,00	13.680,30	89.690,10	0,22	30.309,90	13.680,30	89.690,10	0,25	30.309,90			
Educação de Jovens e Adultos	Educação Infantil	2.722.293,75	2.812.293,75	316.087,43	1.803.409,73	4,52	1.008.884,02	351.292,14	1.786.637,96	4,92	1.025.655,79			
	Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00			
	Educação Especial	144.000,00	180.000,00	45.000,00	180.000,00	0,45	0,00	30.000,00	150.000,00	0,41	30.000,00			
	Cultura	297.500,00	297.500,00	28.929,55	223.178,46	0,56	74.321,54	36.699,50	199.011,64	0,55	98.488,36			
	Difusão Cultural	297.500,00	297.500,00	28.929,55	223.178,46	0,56	74.321,54	36.699,50	199.011,64	0,55	98.488,36			
	Urbanismo	1.280.050,00	1.722.474,49	19.404,51	1.698.609,68	4,19	52.864,81	229.510,75	1.277.668,80	3,52	444.805,69			
	Infra-Estrutura Urbana	22.000,00	359.346,37	0,00	357.346,37	0,90	2.000,00	0,00	137.778,92	0,38	221.567,45			
	Serviços Urbanos	1.258.050,00	1.363.128,12	19.404,51	1.312.263,31	3,29	50.864,81	229.510,75	1.139.889,88	3,14	223.238,24			
	Habitação	603.000,00	518.000,00	0,00	509.221,74	1,28	8.778,26	70.277,68	123.069,70	0,34	394.930,30			
	Habitação Urbana	603.000,00	518.000,00	0,00	509.221,74	1,28	8.778,26	70.277,68	123.069,70	0,34	394.930,30			
Saneamento Básico Urbano	Saneamento	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00			
	Saneamento Básico Urbano	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00			
	Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Agricultura	1.359.000,00	1.402.500,00	98.256,85	1.259.711,55	3,16	142.788,45	162.350,83	1.185.578,12	3,26	216.921,88			
	Promoção da Produção Agropecuária	1.359.000,00	1.402.500,00	98.256,85	1.259.711,55	3,16	142.788,45	162.350,83	1.185.578,12	3,26	216.921,88			
	Continuar 1/2													

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Indústria	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	100,00
Promoção Industrial	42.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	42.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	4.765.575,00	6.884.771,19	1.137.798,93	6.378.393,68	506.377,51	1.313.117,11	6.173.636,73	16,99
Desporto e Lazer	4.765.575,00	6.884.771,19	1.137.798,93	6.378.393,68	506.377,51	1.313.117,11	6.173.636,73	16,99
Desporto Comunitário	328.000,00	856.040,33	62.157,30	800.513,04	55.527,29	118.779,00	420.349,39	1,16
Encargos Especiais	328.000,00	856.040,33	62.157,30	800.513,04	55.527,29	118.779,00	420.349,39	1,16
Outros Encargos Especiais	1.612.000,00	1.744.961,27	336.526,73	1.744.961,27	0,00	407.040,11	1.640.897,31	4,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.612.000,00	1.744.961,27	336.526,73	1.744.961,27	0,00	407.040,11	1.640.897,31	4,51
	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	40.740.000,00	46.346.699,18	5.811.874,13	39.872.987,84	6.473.711,34	7.418.308,80	36.345.193,82	100,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ILEUZA CARLA FELTRIN
CONTADORA CRC/SC 03.52720-1

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agos/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.076.288,66	4.754.044,08	3.886.368,52	4.083.301,14	3.881.804,39	3.792.857,92	4.244.586,59	4.081.880,16	4.554.511,65	3.759.813,96	3.893.905,81	3.879.866,89	48.876.901,77
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	213.699,99	280.243,31	222.711,66	227.510,82	375.391,78	204.274,20	397.650,99	593.690,99	374.149,87	264.820,58	297.654,73	306.710,09	3.759.211,07
I.P.T.U.	5.882,64	2.771,86	3.634,33	4.875,30	3.574,00	9.183,70	28.660,31	221.743,66	17.532,99	11.816,28	18.090,22	13.439,71	341.375,00
I.S.S.	113.365,69	118.092,22	88.824,37	104.239,04	190.970,82	80.227,60	126.386,89	94.486,89	123.063,04	125.004,34	124.388,32	152.032,36	1.443.945,58
I.T.B.I.	6.752,53	19.539,20	24.059,77	21.526,10	8.520,06	17.022,95	100.521,76	30.242,01	111.417,91	26.636,63	46.116,86	36.172,83	325.575,00
I.R.F.	79.360,29	132.763,94	64.646,86	59.674,63	76.604,02	72.108,34	76.379,59	69.272,09	78.990,82	76.055,38	77.029,51	84.101,06	945.986,53
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.576,24	7.576,09	41.346,33	37.625,75	96.722,88	25.791,61	63.695,10	177.804,34	42.245,11	25.307,95	32.079,82	20.864,13	578.877,35
Contribuições	45.185,39	44.253,55	48.200,02	45.054,12	44.220,38	47.269,77	46.743,09	44.581,28	48.357,52	46.729,93	44.857,44	51.806,61	525.000,00
Recita Patrimonial	16.028,16	18.134,26	20.500,42	16.307,45	15.732,28	18.886,37	16.229,96	19.000,89	21.693,18	12.229,96	7.781,53	13.563,36	379.475,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	16.028,16	18.134,26	20.500,42	16.307,45	15.732,28	18.886,37	16.229,96	19.000,89	21.693,18	12.229,96	7.781,53	13.563,36	379.475,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	1.272,53	20,18	454,46	622,86	21.271,62	50.470,99	55.140,42	14.076,59	62.616,06	3.447,09	3.306,87	2.477,19	159.176,70
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	1.157,58	34.524,25	396,54	1.372,61	1.973,35	1.725,61	3.063,41	2.893,80	3.870,54	5.441,46	3.640,32	6.040,58	66.035,05
Transferências Correntes	3.787.124,11	4.367.521,73	3.585.879,38	3.789.961,57	3.409.226,98	3.462.167,07	3.710.011,55	3.364.107,43	4.082.764,87	3.371.763,15	3.498.974,80	3.439.338,66	43.888.839,30
Cota-Parte do FPM.	789.286,24	1.346.273,66	950.472,73	1.044.037,40	761.715,79	762.646,79	978.728,11	770.941,99	1.054.260,26	769.538,12	685.002,42	630.833,69	10.543.569,21
Cota-Parte do ICMS.	1.499.829,31	1.583.066,03	1.045.912,35	1.598.385,96	1.503.066,61	1.481.764,85	1.517.553,02	1.481.985,18	1.499.901,18	1.510.389,96	1.572.994,91	1.585.824,57	18.508.420,32
Cota-Parte do IPVA.	63.494,41	44.000,58	88.129,00	111.297,92	132.827,77	144.877,21	155.694,38	130.785,90	146.422,22	146.422,22	10.157,27	32.786,18	1.340.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.523,52	933,62	701,43	1.210,84	1.263,70	183,00	68,22	693,57	43,28	41,39	41,39	41,39	63.000,00
Outras Transferências Correntes	790.015,99	646.187,91	223.211,72	343.348,43	361.368,68	361.680,91	386.947,94	378.723,79	754.893,57	331.771,81	424.957,29	414.254,00	4.543.325,00
Transferências de LC 61/1989	19.904,43	23.984,11	18.819,99	19.922,05	19.240,35	19.595,09	19.100,12	20.030,60	20.377,43	18.148,50	22.123,46	19.579,02	260.000,00
Transferências de LC 67/1966	4.355,17	4.355,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00
Transferências do FUNDEB	651.715,64	718.720,66	698.632,16	670.799,27	608.714,08	621.495,22	651.960,72	595.357,19	597.897,75	611.087,58	637.377,23	620.086,27	7.500.000,00
Outras Receitas Correntes	11.572,50	8.746,80	8.237,02	12.471,91	13.788,00	18.887,56	15.227,83	11.442,37	20.835,83	33.754,20	35.817,63	66.879,57	216.700,00
DEDUÇÕES (II)	489.078,40	519.687,38	540.806,88	555.170,56	487.628,64	483.797,97	534.220,38	484.005,16	481.997,55	485.780,50	487.327,84	480.979,04	5.898.400,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	489.078,40	519.687,38	540.806,88	555.170,56	487.628,64	483.797,97	534.220,38	484.005,16	481.997,55	485.780,50	487.327,84	480.979,04	5.898.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.607.181,26	4.234.356,70	3.345.561,64	3.528.130,58	3.393.875,75	3.309.060,95	3.710.366,21	3.597.875,01	4.072.514,10	3.274.033,46	3.406.577,97	3.398.887,85	40.691.000,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADOR(A) CRC/SC 03.5272/0-1	JONAS MANOEL SRIRNO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.968.430,85	1.177.239,72	1.892.813,79
DEDUÇÕES (II)	5.613.387,53	5.252.548,61	5.674.556,67
Disponibilidade de Caixa	5.613.387,53	5.252.548,61	5.674.556,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.019.090,76	6.406.910,98	7.312.305,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	405.703,23	1.154.362,37	1.637.749,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ILEUZA CARLA FELTRIN
CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA									
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019							
		RECEITAS REALIZADAS(a)							
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		0,00						0,00	
ACIMA DA LINHA									
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019							
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	38.825.234,24	32.818.974,31	30.981.704,10	29.987.770,96	46.003,23	52.537,00		52.537,00	
Pessoal e Encargos Sociais	21.345.552,59	17.350.524,17	17.249.030,47	16.944.451,23	0,00	0,00		0,00	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	88.073,63	88.073,63	88.073,63	88.073,63	0,00	0,00		0,00	
Outras Despesas Correntes	17.391.608,02	15.380.376,51	13.644.600,00	12.955.246,10	46.003,23	52.537,00		52.537,00	
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Demais Despesas Correntes	17.391.608,02	15.380.376,51	13.644.600,00	12.955.246,10	46.003,23	52.537,00		52.537,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	38.737.160,61	32.730.900,68	30.893.630,47	29.899.697,33	46.003,23	52.537,00		52.537,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.500.464,94	7.054.013,53	5.363.489,72	4.719.673,60	359.700,00	1.202.000,94		1.202.000,94	
Investimentos	6.339.710,75	5.894.259,34	4.203.735,53	3.559.919,41	359.700,00	1.202.000,94		1.202.000,94	
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Amortização da Dívida (XX)	1.159.754,19	1.159.754,19	1.159.754,19	1.159.754,19	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	6.340.710,75	5.894.259,34	4.203.735,53	3.559.919,41	359.700,00	1.202.000,94		1.202.000,94	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	45.098.871,36	38.625.160,02	35.097.366,00	33.459.616,74	405.703,23	1.254.537,94		1.254.537,94	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]									
		-35.119.857,91							

Continua 1/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
JUROS NOMINAIS		
		Até o Bimestre/2019
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		162.029,40
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		88.073,63
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-35.045.902,14
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
ABAXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO
		Em 31 Dez 2018(e)
		Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.968.430,85
DEDUÇÕES (XXIX)		5.613.387,53
Disponibilidade de Caixa		5.613.387,53
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.019.090,76
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		405.703,23
Demais Haveres Financeiros		0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-3.644.956,68
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		136.786,20
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre/2019
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-1.232.046,03
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.368.832,23
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		
		1.294.876,46

Continua 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

<u>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</u>	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	3.685.382,05
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.685.382,05
	0,00

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Inscritos		Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+k)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		20.000,00	385.703,23	405.703,23	-	0,00	1.433.940,35	1.254.537,94	1.254.537,94	-	179.402,41	179.402,41
FUNDO M. DE SAÚDE		20.000,00	385.703,23	405.703,23	0,00	0,00	1.433.940,35	1.254.537,94	1.254.537,94	0,00	179.402,41	179.402,41
SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		0,00	34.366,00	34.366,00	0,00	0,00	1.521,00	1.521,00	1.521,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	652.671,38	652.671,38	652.671,38	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.925,12	4.925,12	4.925,12	0,00	0,00	0,00
SECRETARIAM. DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419.876,73	240.476,32	240.476,32	0,00	179.402,41	179.402,41
SECRETARIAM. DE INFRAESTRUTURA		0,00	351.337,23	351.337,23	0,00	0,00	354.944,12	354.944,12	354.944,12	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
											0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		20.000,00	385.703,23	405.703,23	0,00	0,00	1.433.940,35	1.254.537,94	1.254.537,94	0,00	179.402,41	179.402,41

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADORA CRC/SC 03.52720-1	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---	---	--

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.833.975,00	2.833.975,00	2.701.705,35	95,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	429.300,00	429.300,00	332.720,50	77,50
1.1.1- IPTU	360.000,00	360.000,00	298.495,06	82,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	69.300,00	69.300,00	34.225,44	49,39
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	325.675,00	325.675,00	422.636,88	129,77
1.2.1- ITBI	322.000,00	322.000,00	422.204,92	131,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.675,00	3.675,00	431,96	11,75
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.386.000,00	1.386.000,00	1.212.485,67	87,48
1.3.1- ISS	1.365.000,00	1.365.000,00	1.106.870,83	81,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	21.000,00	21.000,00	105.614,84	502,93
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	693.000,00	693.000,00	733.862,30	105,90
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.740.000,00	29.740.000,00	25.478.770,85	85,67
2.1- Cota-Parte FPM	11.193.000,00	11.193.000,00	8.427.980,32	75,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.500.000,00	10.500.000,00	8.007.792,68	76,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	273.000,00	273.000,00	420.187,64	153,91
2.2- Cota-Parte ICMS	16.800.000,00	16.800.000,00	15.458.528,98	92,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	260.000,00	260.000,00	196.747,61	75,67
2.5- Cota-Parte ITR	63.000,00	63.000,00	47.158,88	74,86
2.6- Cota-Parte IPVA	1.340.000,00	1.340.000,00	1.348.355,06	100,62
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	32.573.975,00	32.573.975,00	28.180.476,20	86,51
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.095.875,00	1.095.875,00	826.533,23	75,42
5.1- Transferências do Salário-Educação	798.000,00	798.000,00	614.041,97	76,95
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	189.000,00	189.000,00	142.457,40	75,37
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	58.790,48	73,49
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	23.625,00	23.625,00	11.243,38	47,59
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	219.150,00	219.150,00	178.107,91	81,27
6.1- Transferências de Convênios	216.000,00	216.000,00	176.206,16	81,58
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	3.150,00	3.150,00	1.901,75	60,37
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.100,00	2.100,00	2.430,03	115,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.317.125,00	1.317.125,00	1.007.071,17	76,46
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.809.400,00	5.809.400,00	5.011.714,51	86,27
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.100.000,00	2.100.000,00	1.601.558,28	76,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.360.000,00	3.360.000,00	3.091.704,85	92,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	52.000,00	52.000,00	39.349,56	75,67
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	12.600,00	12.600,00	9.431,66	74,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	268.000,00	268.000,00	269.670,16	100,62
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.542.000,00	7.542.000,00	6.284.656,62	83,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.500.000,00	7.500.000,00	6.274.267,47	83,66
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	42.000,00	42.000,00	10.389,15	24,74
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.690.600,00	1.690.600,00	1.262.552,96	74,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.275.200,00	5.275.200,00	4.306.520,10	81,64	4.306.520,10	81,64
13.1- Com Educação Infantil	1.275.200,00	1.275.200,00	1.137.885,14	89,23	1.137.885,14	89,23
13.2- Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	4.000.000,00	3.168.634,96	79,22	3.168.634,96	79,22
14- OUTRAS DESPESAS	2.266.800,00	2.462.812,36	2.149.923,71	87,30	2.149.923,71	87,30
14.1- Com Educação Infantil	524.000,00	524.000,00	282.319,21	53,88	282.319,21	53,88
14.2- Com Ensino Fundamental	1.742.800,00	1.938.812,36	1.867.604,50	96,33	1.867.604,50	96,33
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.542.000,00	7.738.012,36	6.456.443,81	83,44	6.456.443,81	83,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						6.456.443,81
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						68,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						34,21
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-2,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.720.293,75	2.720.293,75	1.713.483,70	62,99	1.696.711,93	62,37
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.696.800,00	7.972.812,36	7.069.130,72	88,67	6.693.911,59	83,96
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.742.800,00	5.938.812,36	5.036.239,46	84,80	5.036.239,46	84,80
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.954.000,00	2.034.000,00	2.032.891,26	99,95	1.657.672,13	81,50
24- ENSINO MÉDIO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	100.000,00	120.000,00	89.690,10	74,74	89.690,10	74,74
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	149.000,00	185.000,00	180.000,00	97,30	150.000,00	81,08
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	10.671.093,75	11.003.106,11	9.052.304,52	82,27	8.630.313,62	78,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.262.552,96
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						1.262.552,96
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						7.128.070,56
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,29
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	819.000,00	1.406.537,96	1.239.489,74	88,12	878.964,63	62,49
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	708.125,00	925.272,67	812.131,06	87,77	696.979,47	75,33
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.527.125,00	2.331.810,63	2.051.620,80	87,98	1.575.944,10	67,58
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	12.198.218,75	13.334.916,74	11.103.925,32	83,27	10.206.257,72	76,54
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.274.267,47	614.041,97
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.389,15	10.930,77
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.284.656,62	624.972,74
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	6.284.656,62	624.972,74

Faxinal dos Guedes, 12/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ILEUZA CARLA FELTRIN
CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)				-1.341.279,30
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL				446.451,41
Investimentos	7.500.464,94	7.054.013,53	446.451,41	
Inversões Financeiras	6.339.710,75	5.894.259,34	445.451,41	
Amortização de Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	1.159.754,19	1.159.754,19	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.500.464,94	7.054.013,53	446.451,41	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	7.489.964,94	5.702.234,23	446.451,41	

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 11/11/2019

GILBERTO ANGELO LAZZARI PREFEITO MUNICIPAL	ILEUZA CARLA FELTRIN CONTADORA CRC/SC 03.5272/0-1	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1859/2019

Publicação Nº 2225211

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1859/2019

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 23/2019

As 09:30 horas do dia 11 de novembro de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº.44/2019, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação das proponentes interessadas em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório as seguintes empresas:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
4056	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA – EPP
4105	FABIO JOSE RECKZIEGEL - EPP

Iniciada a sessão com a presença somente do representante da empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA – EPP, com isso, foi dado início ao credenciamento das empresas onde notou-se que a empresa FABIO JOSE RECKZIEGEL - EPP não apresentou a documentação de credenciamento, com isso, o pregoeiro entrou em contato com a empresa e a mesma comunicou que a documentação de credenciamento estava no envelope de Habilitação, sendo assim, o pregoeiro abriu o respectivo envelope e credenciou a empresa pois cumpriu as exigências impostas na fase de credenciamento.

Após o Credenciamento passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas, onde o item 02 (Sêmen Raça Red Angus) da proposta de Preços da empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA – EPP foi desclassificado pois o touro apresentado não se encaixa em todas as características exigidas. Após a classificação das Propostas de preços e rodada de lances do Processo Licitatório, foi adjudicado como vencedora do item 01 a empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA – EPP e o item 02 foi considerado fracassado conforme item abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	150,00	DS	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE COM PROVAS REFERENTE AO DE 2019 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PM-EM POSITIVO, PD-ED IGUAL OU MAIOR DE + 2,58, PA-ED IGUAL OU MAIOR DE + 2,57, PS-ED IGUAL OU MAIOR DE + 7,94,	R\$ 13,00

Sendo o valor total estimado do processo: 1.950,00 (Um mil e novecentos e cinquenta reais),

Encerrada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente, pois cumpriu com todas as exigências impostas.

Findos os trabalhos de classificação das propostas, rodada de lances e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão – SC, aos onze dias do mês de novembro de 2019.

LEANDRO NEUHAUS		DIOGO DE BEM		MAIKO RODRIGO STAMM
Membro da comissão		Pregoeiro		Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2019

Publicação Nº 2225217

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 44/2019

Processo Licitatório nº. 1859/2019

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 23/2019

Validade da ata de R.P.: 12 (doze) meses contados a partir do dia 12/11/2019

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer,

brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA –EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.278.326/0001-03, estabelecida na Rua Cuba E, nº. 103, na cidade de Chapeco - SC, neste ato representada pelo Sr. Maicon Pisoni, inscrito no CPF sob nº. 069.603.729-76 e Identidade nº. 4676503, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1859/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 23/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	150,00	DS	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE COM PROVAS REFERENTE AO DE 2019 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PM-EM POSITIVO, PD-ED IGUAL OU MAIOR DE + 2,58, PA-ED IGUAL OU MAIOR DE + 2,57, PS-ED IGUAL OU MAIOR DE + 7,94, - TOURO CORTEZ DA CEIT.	R\$ 13,00

II – As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III – O Sêmen deverá ser entregue congelado em palhetas com no mínimo 0,5 ml com no mínimo 30 milhões de espermatozoides e com no mínimo 30% de viáveis pôs - descongelamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1859/2019.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Produtos.

VI - O Sêmen deverá ser entregue em local designado pela Secretaria de Agricultura do Município sem custo, com prazo Máximo de 03 dias, contados a partir da data de emissão da Autorização de Compra.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega e qualidade dos produtos o seguinte Secretário:

Secretario de Agricultura – Rudimar Jair Rott;

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação das Despesas de 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		MAICON PISONI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 069.603.729-76
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 81/2019

Publicação Nº 2225213

DECRETO nº. 81/2019

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1859/2019, e dá outras providências.
SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 44/2019, sobre o processo de licitação nº. 1859/2019, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP	R\$ 1.950,00
--	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER		LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal		Secretário de Administração

PORTARIA Nº 216/2019

Publicação Nº 2225887

	PORTARIA Nº 216/2019
--	----------------------

	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,
--	---

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALDIR NOELI STAMM, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 04/11/2019 a 03/12/2019, relativo ao período aquisitivo 11/18 a 11/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 12 dias do mês de Novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS

Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 164/PMF/2019

Publicação Nº 2224696

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 164/PMF/2019

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais elétricos, de forma parcelada, para manutenção dos prédios públicos do Município de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de novembro de 2019 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00, ou por

e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 12 de novembro de 2019.

TAINARA SILVEIRA REDIVO
Pregoeira Substituta

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 31/2019

Publicação Nº 2224381

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 31/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADA – KOLOSZA MEDICOS ASSOCIADOS LTDA

OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades (Consulta em Cardiologia).

VALOR – O valor do serviço prestado será limitado ao valor unitário de R\$ 70 (setenta reais), e, valor global de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) por ano, dividido entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 1701.2072.3390.3630 (14); 1701.2063.3390.3630 (78).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 25/2017.

DATA DA ASSINATURA – 29 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 113/2019

Publicação Nº 2224377

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 113/2019

CESSIONÁRIA – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CEDENTE – PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

DO OBJETO – Este contrato tem como objetivo a cessão de uso não oneroso do imóvel com espaço adaptado próprio para instalação do Centro de Educação Infantil Ana Paulina, localizado na Rua do Imigrantes Italianos, n. 2942, Comunidade de Sanga do Engenho, com área de 2.500 m² e edificação de 551,43 m², para atendimento a atividades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VIGÊNCIA – O prazo da presente cessão é de 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante manifestação por escrito das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias e com elaboração do competente termo aditivo.

DATA DA ASSINATURA – 31 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 73/2019

Publicação Nº 2224843

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 73/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº.38/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO – O presente contrato tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução da segunda etapa da pavimentação asfáltica da Rodovia Municipal Francisco Ricken, acesso ao Bairro Santa Terezinha, com extensão de 540,00 m, afim de atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 871481/2018/MAPA/CAIXA e Contrato de Repasse OGU nº. 1056059-78/2018 firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Caixa Econômica Federal, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 38/PMF/2019 passando de 24/10/2019 para 22/01/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 20/01/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0048_2019-PMF

Publicação Nº 2225792

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0048/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0188/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com curso obrigatório de formação de transporte escolar para os motoristas ITACIR DOS SANTOS, SIRSO ANTONIO DE OLIVEIRA ANIS, FLAVIO ARNEKI KAEFER, DIEISON DE LIMA, LUIZ CARLOS FOSCARINI, JOSÉ VALDECIR SCHIMIDT, que trabalham como motorista do transporte escolar do município, que será realizado a distância, com carga horária de 50 horas. Contratada: HERBST TREINAMENTO, CURSOS E ASSESSORIA PARA CONDUTORES LTDA, inscrito no CNPJ de nº 31.777.392/0001-23. Valor Total: R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 12 de Novembro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 277 - 2019

Publicação Nº 2225531

DECRETO Nº 277, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA UNIFICAÇÃO (REMEMBRAMENTO) DOS LOTES Nº 0010-000 E 0011-000 DA QUADRA Nº 047, DE PROPRIEDADE DE TEREZINHA CRISTINA GOLIN E DE CREMERIO FORTES.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 4055/2019, fica aprovada a unificação dos imóveis de propriedade do Terezinha Cristina Golin, inscrita no CPF sob nº 681.236.129-15 e de Cremerio Fortes, inscrito no CPF sob nº 636.526.259-00, conforme abaixo descrito:

I. área I a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0010-000, da quadra nº 047, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 9925, com área de 2.000,00m², situado na Travessa Da Liberdade, s/n, Bairro São José;

II. área II a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0011-000, da quadra nº 047, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 14.644, com área de 500,00m², situado na Rua Princesa Isabel, s/n, Bairro São José;

Art. 2º. Os lotes unificados passam a ter a seguinte descrição: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0015-000, da quadra nº 047, com área de 2.500,00m², situado na Travessa Da Liberdade, s/n, Bairro São José, inscrição imobiliária nº 000006.9.11.047.0015.000.000.

Art. 3º. Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o lote será classificado como ZMD (Zona Mista Diversificada).

Art. 4º – Os imóveis somente serão cadastrados neste Município após o registro perante o Cartório de Registro de Imóveis e apresentação das devidas matrículas ao setor de cadastros do Município

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO (SC), 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2978 e 13/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

LEI COMPLEMENTAR Nº 260 - 2019

Publicação Nº 2224969

LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2003 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O inciso I, do artigo 612 da Lei Complementar nº 053/2003, relativo ao processo contencioso fiscal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 612. [...]"

– em primeira instância, o Secretário Municipal da Fazenda;"

Art. 2º. No caput dos artigos 613 e 615, ambos do Código Tributário Municipal, substituir "Auditoria Fiscal do Município" por "Secretário Municipal da Fazenda".

Art. 3º. O artigo 647 da Lei Complementar nº 53/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 647. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 05 (cinco) Conselheiros efetivos e de 05 (cinco) suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período."

Art. 4º. O artigo 648 da Lei Complementar 53/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 648. Os representantes no Conselho Municipal de Contribuintes serão:

I – Pela Fazenda Pública Municipal, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo: 02 (dois) Conselheiros efetivos e 02 (dois) suplentes.

II – Pelos Contribuintes: 02 (dois) Conselheiros efetivos e 02 (dois) suplentes, indicados pelos seguintes órgãos representativos de classes:

a) 01 (um) Conselheiro pela classe contábil do Município de Fraiburgo;

b) 01 (um) Conselheiro pela Associação Empresarial de Fraiburgo- ACIAF.

III – Pela Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Fraiburgo: 01 (um) Conselheiro efetivo e 01 (um) Conselheiro suplente.

Parágrafo único. A cada Conselheiro, efetivo ou suplente, será atribuído um "jetom" correspondente a 150 (cento e cinquenta) UFM's, por comparecimento em sessão."

Art. 5º. Fica inserido o inciso III, no artigo 650 da Lei Complementar nº 053/2003, com o seguinte teor:

"Art. 650. [...]"

III – eleição do Presidente do Conselho, anualmente, entre os conselheiros efetivos, não permitida recondução."

Art. 6º. Fica alterada a redação do inciso V, do artigo 653, da Lei Complementar nº 053/2003:

"Art. 653. [...]"

V – proferir o voto de qualidade, em caso de empate;"

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os §§ 1º e 2º, do artigo 653, e o inciso II, do artigo 654, da Lei Complementar nº 053/2003, e as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2978 e 13/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

LEI Nº 2461 - 2019

Publicação Nº 2225176

LEI Nº 2461, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O PROGRAMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA", NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Fraiburgo o programa "Educação Financeira na Escola", nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 2º. As escolas da rede municipal de ensino poderão incluir em seus componentes curriculares, em caráter complementar, conteúdo programático de informação e orientação sobre o tema "Educação Financeira".

Art. 3º. O tema "Educação Financeira" contemplará e desenvolverá os princípios de planejamento, gerenciamento, avaliação e controle da economia pessoal e familiar, oportunizando a obtenção de informação, formação e orientação para o desenvolvimento de competências financeiras do cidadão.

Art. 4º. São objetivos do tema "Educação Financeira":

I – transmitir um conjunto de orientações e esclarecimentos sobre atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos pessoais e familiares;

II – desenvolver a habilidade individual para a tomada de decisões apropriadas na gestão das finanças pessoais e familiares;

III – oportunizar o aprendizado de técnicas que ajudem o aluno a fazer uso inteligente e racional do dinheiro pessoal e familiar, no presente e no futuro;

IV – despertar o interesse e a consciência do aluno sobre a gestão financeira pessoal e familiar, exercitando o diagnóstico financeiro e a autoavaliação;

V – permitir ao aluno aprender a realizar o planejamento, a execução, a avaliação e o controle do orçamento doméstico por meio do conhecimento dos conceitos de receita bruta, receita líquida, custos e despesas;

VI – desenvolver a mentalidade e a atitude de economizar, investir e poupar, visando a conquista e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pessoal e familiar;

VII – preparar as novas gerações para fazer uso inteligente e responsável do dinheiro e dos recursos disponíveis, escassos ou abundantes, para que cada cidadão possa contribuir para o crescimento socialmente da economia e dos índices de qualidade de vida.

Art. 5º. O conteúdo programático de informação e orientação sobre o tema "Educação Financeira" a ser ministrado poderá ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º. O tema "Educação Financeira" poderá ser desenvolvido por meio de palestras, atividades interdisciplinares, leitura e interpretação de textos com informações atinentes à temática.

Art. 7º. Para realização dos objetivos deste Programa, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios e/ou parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2978 e 13/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0010_2019-PMF DOM

Publicação Nº 2225372

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo OBJETO é a Contratação de empresa do ramo para execução de Reforma/Ampliação da do C.E.M Zenaide da Costa, localizado na Rua Primeiro de Janeiro, 319 – Vila Salete. Lote 01, quadra 264, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante. Quando do julgamento das HABILITAÇÕES, transcorrido "in albis" o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou à abertura do envelope de PROPOSTA DE PREÇO das proponentes habilitadas. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: 1– CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME – R\$ 1.107.646,94 (um milhão, cento e sete mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos); 2– ROBERTO MIGUEL – R\$ 1.111.533,93 (um milhão, cento e onze mil quinhentos e trinta e três reais e noventa e três centavos); 3– GARBO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA – R\$ 1.250.336,49 (um milhão, duzentos e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos); 4– CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI – EPP – 1.445.781,50 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos) Sendo assim restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME – com valor total e global de R\$ 1.107.646,94 (um milhão, cento e sete mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) Ficando este valor abaixo do Valor Máximo, estipulado pelo

Município no item 1.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.
Fraiburgo (SC), 08 de novembro de 2019.
Claudete Gheler Mathias – Prefeita Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 102/2019

Publicação Nº 2224375

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 102/2019, Inexigibilidade 010/2019, TORNA PÚBLICO até às 09:00 horas do dia 16 de dezembro de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia para contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, inscrita no CNPJ sob Nº 80.624.927/0001-31, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 1047, centro, Galvão SC, para contratação de ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, ASSISTENCIAIS/ESPECIAIS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIENCIA INTELECTUAL E/OU DISTURBIOS DO ESPECTRO AUTISTA o valor a que se propõem a presente licitação é de até R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) mensais. A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111. Galvão - SC, 12 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 103/2019

Publicação Nº 2225027

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 103/2019, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 045/2019, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 09 de dezembro de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GALVÃO – SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 12 de novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 104/2019

Publicação Nº 2224747

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até no dia 18 de novembro de 2019 às 15h:00min, realizará Processo Licitatório 104/2019, Inexigibilidade 011/2019 para contratação da empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE - SC, inscrita no CNPJ sob Nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, Florianópolis SC, CEP 88015-110 nº 473 para contratação dos serviços de desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, através do estágio que deverá ser pedagogicamente útil no ambiente de trabalho. A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111. Galvão - SC, 12 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE078/2019

Publicação Nº 2225802

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2019
PROCESSO Nº 025/2019

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço, para aquisição de filmes radiológicos para aparelho de Raios-X da policlínica desse município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 16h20min do dia 26/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 16h30min do dia 26/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE084/2019

Publicação Nº 2225714

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2019
PROCESSO Nº 115/2019

LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de materiais para drenagem e pavimentação de vias para uso da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 13h20min do dia 26/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 13h30min do dia 26/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 283/2019

Publicação Nº 2225808

DECRETO N.º 283, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 64.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	64.000,00
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	64.000,00
3.3.30.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	64.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	64.000,00
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	64.000,00
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	57.000,00
4.4.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1387/2019.

Publicação Nº 2225789

PORTARIA N.º 1387, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº. 04001030.1.00644/19-8, nos assentos funcionais da servidora ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, detentora da matrícula nº 44 e do cargo de provimento efetivo de Professor, do período de 02/09/1991 a 31/03/1992, equivalente a 00 ano, 06 meses e 29 dias (209 dias), constante na CTC expedida pelo INSS, sob o protocolo nº 04001030.1.00644/19-8 para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1404/2019.

Publicação Nº 2225790

PORTARIA N.º 1404, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) Servidor(a) LUIZ CARLOS GASPAS, Matrícula Funcional n.º 4999, referente a 2018/2019, no período de 01/12/2019 a 30/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01/12/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225117

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE OUTUBRO DE 2019**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	11.176.606,62
1.2 - ITBI	3.385.704,33
1.3 - ISS	4.110.786,70
1.4 - FPM	12.641.970,48
1.5 - IRRF	1.369.550,77
1.6 - ICMS	7.523.751,23
1.7 - IPI	96.722,90
1.8 - IPVA	3.289.590,69
1.9 - ITR	33.734,21
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	0,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	0,00
1.12 - Multas e Juros de Mora	0,00
TOTAL	43.628.417,93

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	10.907.104,48
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	11.064.869,80
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	29.568,82
2.3 - Convênios	4.243.675,86
TOTAL	26.245.218,96

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	4.717.153,90	4.591.095,43	-126.058,47
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	6.656.663,17	9.186.687,50	2.530.024,33
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	4.437.775,45	43.619,81	-4.394.155,64
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	6.189.950,58	5.919.982,07	-269.968,51
3.5 - Convênios e Transferências	4.243.675,86	1.593.313,84	-2.650.362,02
TOTAL	26.245.218,96	21.334.698,65	-4.910.520,31

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 11 de novembro de 2019.

% APLICADO : 24,09%

Aplicado a menor : -396.026,98

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO**

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225120

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE OUTUBRO DE 2019**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	11.176.606,62
1.2 - ITBI	3.385.704,33
1.3 - ISS	4.110.786,70
1.4 - FPM	12.011.689,03
1.5 - IRRF	1.369.550,77
1.6 - ICMS	7.523.751,23
1.7 - IPI	96.722,90
1.8 - IPVA	3.289.590,69
1.9 - ITR	33.734,21
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	0,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	0,00
1.12 - Multas e Juros de Mora	0,00
TOTAL	42.998.136,48

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	6.449.720,47
2.2 - Rendimento de Aplicação	31.332,36
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	5.980.716,69
TOTAL	12.461.769,52

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	6.449.720,47	9.183.419,74	2.733.699,27
3.2 - Convênios e Transferências	6.012.049,05	5.182.635,98	-829.413,07
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	12.461.769,52	14.366.055,72	1.904.286,20

% aplicado = 21,36%

Aplicado a maior = 2.733.699,27

Garopaba, 11 de novembro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225104

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.424.062,78	0,00
Pessoal Ativo	39.840.764,70	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	33.840.650,48	0,00
Obrigações Patronais	5.993.153,48	0,00
Benefícios Previdenciários	6.960,74	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.583.298,08	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.436.980,79	0,00
Pensões	146.317,29	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.638.726,13	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	874.026,38	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	181.401,67	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.583.298,08	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	38.785.336,65	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	86.845.857,11	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	86.845.857,11	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	38.785.336,65	44,66
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	46.896.762,84	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	44.551.924,70	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	42.207.086,56	48,60

1

Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 01

Publicação Nº 2224616

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.090.703,16	74.090.703,16	14.190.530,46	19,15	81.584.584,35	110,11	-7.493.881,19
RECEITAS CORRENTES	73.323.403,16	73.323.403,16	13.245.515,84	18,06	74.384.124,74	101,45	-1.060.721,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	26.049.212,40	26.049.212,40	3.212.484,48	12,33	24.925.010,04	95,68	1.124.202,36
IMPOSTOS	20.824.832,40	20.824.832,40	2.744.706,37	13,18	20.042.648,42	96,24	782.183,98
TAXAS	5.223.380,00	5.223.380,00	467.778,11	8,96	4.882.361,62	93,47	341.018,38
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	4.300.000,00	4.300.000,00	1.063.879,94	24,74	6.202.224,48	144,24	-1.902.224,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.300.000,00	1.300.000,00	237.707,27	18,29	1.067.044,11	82,08	232.955,89
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.000.000,00	3.000.000,00	826.172,67	27,54	5.135.180,37	171,17	-2.135.180,37
RECEITA PATRIMONIAL	3.643.828,00	3.643.828,00	1.389.483,79	38,13	4.751.831,93	130,41	-1.108.003,93
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	11.500,00	11.500,00	4.335,17	37,70	11.778,01	102,42	-278,01
VALORES MOBILIÁRIOS	3.632.328,00	3.632.328,00	1.385.148,62	38,13	4.740.053,92	130,50	-1.107.725,92
RECEITA DE SERVIÇOS	2.282,56	2.282,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282,56
OUTROS SERVIÇOS	2.282,56	2.282,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.874.080,20	38.874.080,20	7.347.930,24	18,90	37.404.920,49	96,22	1.469.159,71
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	17.827.309,20	17.827.309,20	3.031.827,10	17,01	16.098.051,56	90,30	1.729.257,64
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SEUS MUNICÍPIOS	10.116.771,00	10.116.771,00	2.075.522,10	20,52	10.214.341,81	100,96	-97.570,81
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	10.900.000,00	10.900.000,00	2.212.923,72	20,30	11.064.869,80	101,51	-164.869,80
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	20.000,00	20.000,00	27.657,32	138,29	27.657,32	138,29	-7.657,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	454.000,00	454.000,00	231.737,39	51,04	1.100.137,80	242,32	-646.137,80
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	332.800,00	332.800,00	116.763,45	35,09	728.625,84	218,94	-395.825,84
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.100,00	1.100,00	72.676,93	6.606,99	202.111,35	18.373,76	-201.011,35
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	120.100,00	120.100,00	42.297,01	35,22	169.400,61	141,05	-49.300,61
RECEITAS DE CAPITAL	767.300,00	767.300,00	945.014,62	123,16	7.200.459,61	938,42	-6.433.159,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31.000,00	31.000,00	644.094,62	2.077,72	5.863.279,52	18.913,80	-5.832.279,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	31.000,00	31.000,00	644.094,62	2.077,72	5.863.279,52	18.913,80	-5.832.279,52
ALIEÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	14.820,00	49,40	14.820,00	49,40	15.180,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	14.820,00	49,40	14.820,00	49,40	15.180,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	706.300,00	706.300,00	286.100,00	40,51	1.322.360,09	187,22	-616.060,09
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	521.000,00	521.000,00	286.100,00	54,91	927.417,78	178,01	-406.417,78
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SEUS MUNICÍPIOS	185.300,00	185.300,00	0,00	0,00	394.942,31	213,14	-209.642,31

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.915.000,00	2.915.000,00	537.052,65	18,42	2.456.533,61	84,27	458.466,39
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	77.005.703,16	77.005.703,16	14.727.583,11	19,13	84.041.117,96	109,14	-7.035.414,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	77.005.703,16	77.005.703,16	14.727.583,11	19,13	84.041.117,96	109,14	-7.035.414,80
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	77.005.703,16	77.005.703,16	14.727.583,11	19,13	84.041.117,96	109,14	-7.035.414,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.259.807,16	—	—	4.259.807,16	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	4.259.807,16	—	—	4.259.807,16	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.276.803,16	96.773.575,92	12.167.214,17	80.530.465,43	16.243.110,49	12.477.103,19	64.353.687,16	32.419.888,76	63.746.780,08
DESPESAS CORRENTES	63.976.461,16	72.349.427,61	10.401.988,49	61.788.540,43	10.560.887,18	10.447.785,22	58.080.401,84	14.269.025,77	57.477.385,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.346.510,06	41.174.271,09	6.535.966,23	33.187.798,42	7.986.472,67	6.439.566,23	33.091.398,42	8.082.872,67	32.837.801,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.100,00	770.100,00	200.000,00	720.000,00	50.100,00	59.208,31	423.112,15	346.987,85	423.112,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.409.851,10	30.405.056,52	3.666.022,26	27.880.742,01	2.524.314,51	3.949.010,68	24.565.891,27	5.839.165,25	24.216.471,50
DESPESAS DE CAPITAL	4.270.342,00	24.394.148,31	1.765.225,68	18.741.925,00	5.652.223,31	2.029.317,97	6.273.285,32	18.120.862,99	6.269.394,54
INVESTIMENTOS	2.670.242,00	22.494.048,31	1.459.705,68	16.841.925,00	5.652.123,31	1.726.953,45	4.463.139,32	18.030.908,99	4.463.139,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.600.100,00	1.900.100,00	305.520,00	1.900.000,00	100,00	302.364,52	1.810.146,00	89.954,00	1.806.255,22

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.276.803,16	96.773.575,92	12.167.214,17	80.530.465,43	16.243.110,49	12.477.103,19	64.353.687,16	32.419.888,76	63.746.780,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.231.900,00	3.305.450,00	471.205,51	2.656.395,20	649.054,80	503.662,96	2.654.084,15	651.365,85	2.424.355,07
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	71.508.703,16	100.079.025,92	12.638.419,68	83.186.860,63	16.892.165,29	12.980.766,15	67.007.771,31	33.071.254,61	66.171.135,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	71.508.703,16	100.079.025,92	12.638.419,68	83.186.860,63	16.892.165,29	12.980.766,15	67.007.771,31	33.071.254,61	66.171.135,15
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	854.257,33	—	—	17.033.346,65	—	17.869.982,81
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	71.508.703,16	100.079.025,92	12.638.419,68	84.041.117,96	—	12.980.766,15	84.041.117,96	—	84.041.117,96
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	2.915.000,00	2.915.000,00	537.052,65	18,42	2.456.533,61	84,27	458.466,39
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.915.000,00	2.915.000,00	537.052,65	18,42	2.456.533,61	84,27	458.466,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.915.000,00	2.915.000,00	473.052,65	16,23	2.136.533,61	73,29	778.466,39
Contribuição Previdenciária Patronal	2.915.000,00	2.915.000,00	473.052,65	16,23	2.136.533,61	73,29	778.466,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	64.000,00	0,00	320.000,00	0,00	-320.000,00
Demais Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	64.000,00	0,00	320.000,00	0,00	-320.000,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	3.231.900,00	3.305.450,00	471.205,51	2.656.395,20	649.054,80	503.662,96	2.654.084,15	651.365,85	2.424.355,07
DESPESAS CORRENTES	3.231.900,00	3.305.450,00	471.205,51	2.656.395,20	649.054,80	503.662,96	2.654.084,15	651.365,85	2.424.355,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.991.000,00	3.014.950,00	471.205,51	2.366.395,20	648.554,80	471.662,96	2.366.395,20	648.554,80	2.136.666,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.900,00	290.500,00	0,00	290.000,00	500,00	32.000,00	287.688,95	2.811,05	287.688,95
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 8.277.445,56

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sérgio Odail Garcia
Contador - CRC SC - 041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 02

Publicação Nº 2224620

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
RRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)									
	Legislativa	73.773.803,16	102.270.575,92	12.167.214,17	80.530.465,43	96,81	12.477.103,19	64.353.687,16	96,04	37.916.888,76
	Ação Legislativa	2.510.000,00	2.510.000,00	277.504,76	2.024.683,43	2,43	359.861,10	1.915.457,57	2,86	594.542,43
	Judiciária	2.510.000,00	2.510.000,00	277.504,76	2.024.683,43	2,43	359.861,10	1.915.457,57	2,86	594.542,43
	Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Ação Administrativa	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Administração Geral	6.343.739,10	7.242.970,97	918.950,52	6.398.144,10	7,69	1.050.637,55	6.111.323,18	9,12	1.131.647,79
	Administração Financeira	4.772.139,10	5.017.010,97	735.600,04	4.487.836,29	5,39	833.760,47	4.314.089,35	6,44	702.921,62
	Segurança Pública	1.571.600,00	2.225.960,00	183.350,48	1.910.307,81	2,30	216.877,08	1.797.233,83	2,68	428.726,17
	Defesa Civil	191.440,00	253.272,19	58.797,88	149.763,12	0,18	4.045,01	82.542,75	0,12	170.729,44
	Assistência Social	191.440,00	253.272,19	58.797,88	149.763,12	0,18	4.045,01	82.542,75	0,12	170.729,44
	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.241.411,00	1.425.816,94	185.526,84	1.030.320,50	1,24	217.277,73	983.440,30	1,47	442.376,64
	Assistência Comunitária	48.100,00	48.100,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	47.900,00
	Saúde	1.193.311,00	1.377.716,94	185.526,84	1.030.120,50	1,24	217.277,73	983.240,30	1,47	394.476,64
	Atenção Básica	15.485.063,86	18.021.481,07	3.002.377,00	15.066.776,40	18,11	2.712.769,16	13.976.904,01	20,86	4.044.577,06
	Educação	15.485.063,86	18.021.481,07	3.002.377,00	15.066.776,40	18,11	2.712.769,16	13.976.904,01	20,86	4.044.577,06
	Alimentação e Nutrição	20.980.329,30	22.476.645,45	2.983.124,25	17.298.944,55	20,80	3.261.430,58	16.682.799,74	24,90	5.793.845,71
	Ensino Fundamental	499.912,00	542.476,58	55.942,43	536.759,97	0,65	83.945,99	497.118,62	0,74	45.357,96
	Ensino Superior	14.854.757,30	14.851.188,62	1.829.899,73	11.092.039,62	13,33	2.099.062,76	10.708.445,34	15,98	4.142.743,28
	Educação Infantil	366.000,00	366.000,00	108.540,09	348.880,06	0,42	105.381,89	312.387,33	0,47	53.612,67
	Educação Especial	5.100.242,00	6.507.562,25	895.915,49	5.185.158,58	6,23	934.111,43	5.082.640,13	7,59	1.424.922,12
	Cultura	174.000,00	224.000,00	92.826,51	136.106,32	0,16	38.928,51	82.208,32	0,12	127.209,68
	Diffusão Cultural	174.000,00	224.000,00	92.826,51	136.106,32	0,16	38.928,51	82.208,32	0,12	127.209,68
	Direitos da Cidadania	255.000,00	268.000,00	39.135,13	239.064,00	0,29	46.735,29	231.623,80	0,35	36.376,20
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	255.000,00	268.000,00	39.135,13	239.064,00	0,29	46.735,29	231.623,80	0,35	36.376,20
	Urbanismo	12.465.679,90	15.593.552,78	2.427.391,05	14.148.168,65	17,01	1.962.204,78	12.836.603,64	19,16	2.746.949,14
Infra-Estrutura Urbana	4.867.279,90	5.734.259,69	762.997,52	4.690.837,03	5,64	820.814,51	4.308.940,90	6,43	1.425.318,79	
Serviços Urbanos	7.598.400,00	9.849.293,09	1.664.393,53	9.457.331,62	11,37	1.141.390,27	8.527.662,74	12,73	1.321.630,35	
Habituação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	
Habituação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	
Saneamento	92.900,00	92.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.900,00	
Saneamento Básico Urbano	92.900,00	92.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.900,00	
Agricultura	1.132.400,00	2.659.462,04	119.286,56	2.347.022,02	2,82	202.942,33	973.867,29	1,45	1.685.594,75	
Extensão Rural	1.132.400,00	2.659.462,04	119.286,56	2.347.022,02	2,82	202.942,33	973.867,29	1,45	1.685.594,75	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Comércio e Serviços	73.773.803,16	102.270.575,92	12.167.214,17	80.530.465,43	96,81	12.477.103,19	64.353.687,16	37.916.888,76
Turismo	1.959.000,00	2.002.848,42	78.032,13	1.868.335,27	2,25	95.785,60	1.802.460,54	200.387,88
Transporte	334.340,00	2.002.848,42	78.032,13	1.868.335,27	2,25	95.785,60	1.802.460,54	200.387,88
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	17.521.850,76	1.197.074,15	14.196.816,52	17,07	1.643.903,37	3.518.945,85	14.002.904,91
Transporte Rodoviário	308.240,00	17.495.750,76	1.197.074,15	14.196.816,52	17,07	1.643.903,37	3.518.945,85	13.976.804,91
Desporto e Lazer	506.200,00	516.475,30	84.701,03	371.565,59	0,45	85.539,20	345.224,12	171.251,18
Desporto Comunitário	506.200,00	516.475,30	84.701,03	371.565,59	0,45	85.539,20	345.224,12	171.251,18
Encargos Especiais	10.035.000,00	11.404.000,00	782.101,89	5.210.526,27	6,26	820.603,62	4.716.191,49	6.687.808,51
Previdência do Regime Estatutário	7.335.000,00	7.568.000,00	271.581,89	1.429.526,27	1,72	291.570,85	1.398.417,36	6.169.582,64
Serviço da Dívida Interna	1.820.000,00	2.670.000,00	505.520,00	2.620.000,00	3,15	361.572,83	2.233.258,15	436.741,85
Outras Transferências	880.000,00	1.166.000,00	5.000,00	1.161.000,00	1,40	167.459,94	1.084.515,98	81.484,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	3.231.900,00	3.305.450,00	471.205,51	2.656.395,20	3,19	503.662,96	2.654.084,15	651.365,85
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	6.672,63	28.999,74	0,03	6.672,63	28.999,74	1.000,26
Administração	496.100,00	408.700,00	65.812,97	28.999,74	0,03	6.672,63	28.999,74	1.000,26
Administração Geral	416.100,00	328.700,00	52.377,31	316.008,14	0,38	66.270,42	316.008,14	92.691,86
Administração Financeira	80.000,00	80.000,00	13.435,66	66.789,22	0,08	13.435,66	66.789,22	79.481,08
Segurança Pública	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.210,78
Defesa Civil	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Assistência Social	51.000,00	59.000,00	7.358,75	42.236,11	0,05	7.358,75	42.236,11	100,00
Assistência Comunitária	51.000,00	59.000,00	7.358,75	42.236,11	0,05	7.358,75	42.236,11	16.763,89
Saúde	698.100,00	784.350,00	122.785,49	598.608,10	0,72	122.785,49	598.608,10	16.763,89
Atenção Básica	698.100,00	784.350,00	122.785,49	598.608,10	0,72	122.785,49	598.608,10	185.741,90
Educação	1.437.100,00	1.437.100,00	223.180,47	1.149.386,46	1,38	223.180,47	1.149.386,46	185.741,90
Ensino Fundamental	1.007.400,00	1.007.400,00	157.983,98	811.982,99	0,98	157.983,98	811.982,99	287.713,54
Ensino Superior	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.417,01
Educação Infantil	403.600,00	403.600,00	63.720,76	328.326,75	0,39	63.720,76	328.326,75	13.000,00
Educação Especial	13.100,00	13.100,00	1.475,73	9.076,72	0,01	1.475,73	9.076,72	75.273,25
Cultura	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.023,28
Difusão Cultural	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Urbanismo	216.100,00	227.100,00	36.504,10	184.146,88	0,22	36.504,10	184.146,88	0,00
Infra-Estrutura Urbana	180.100,00	180.100,00	26.479,14	139.121,92	0,17	26.479,14	139.121,92	8.000,00
Serviços Urbanos	36.000,00	47.000,00	10.024,96	45.024,96	0,05	10.024,96	45.024,96	42.953,12

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.231.900,00	3.305.450,00	471.205,51	2.656.395,20	3,19	503.662,96	2.654.084,15	3,96
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	40.100,00	40.000,00	5.968,96	31.323,52	0,04	5.968,96	31.323,52	0,05
Extensão Rural	40.100,00	40.000,00	5.968,96	31.323,52	0,04	5.968,96	31.323,52	0,05
Comércio e Serviços	5.100,00	8.000,00	1.352,88	6.315,05	0,01	1.352,88	6.315,05	0,01
Turismo	5.100,00	8.000,00	1.352,88	6.315,05	0,01	1.352,88	6.315,05	0,01
Desporto e Lazer	10.100,00	13.000,00	1.569,26	9.371,20	0,01	1.569,26	9.371,20	0,01
Desporto Comunitário	10.100,00	13.000,00	1.569,26	9.371,20	0,01	1.569,26	9.371,20	0,01
Encargos Especiais	240.000,00	290.000,00	0,00	290.000,00	0,35	32.000,00	287.688,95	0,43
Serviço de Divida Interna	240.000,00	290.000,00	0,00	290.000,00	0,35	32.000,00	287.688,95	0,43
TOTAL (III) = (I + II)	77.005.703,16	105.576.025,92	12.638.419,68	83.186.860,63	100,00	12.980.766,15	67.007.771,31	100,00
								38.568.254,61

FONTE:

GAROPABA , 11/11/2019

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sergio Odail Garcia
Contador - CRC SC -041594/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 03

Publicação Nº 2224624

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														RS, 1.00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agô/2019	Set/2019	Out/2019		TOTAL (Ult. 12 Mes.)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.171.043,84	8.736.972,78	8.339.541,66	15.092.663,73	6.136.453,27	7.645.653,07	7.738.666,40	6.563.653,73	6.432.426,29	6.940.594,97	6.532.945,14	7.544.221,91	93.883.236,79	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.319.146,70	2.199.769,88	2.831.292,66	9.379.521,44	1.822.577,16	1.744.594,21	1.832.648,46	1.237.653,60	1.415.390,25	1.448.897,78	1.515.075,19	1.696.590,29	28.046.212,40	
I.P.T.U.	326.059,46	532.470,94	1.102,513,69	6.439.590,96	586.006,29	470.765,10	479.649,24	356.021,87	486.106,69	363.613,36	428.863,83	460.236,57	11.065.322,40	
I.S.S.	366.360,14	565.110,17	366.763,94	448.731,59	434.730,90	451.062,40	606.892,56	350.523,18	383.150,36	317.998,89	337.014,94	413.797,94	4.060.510,00	
I.T.B.I.	263.547,46	443.217,83	371.210,06	310.072,07	361.601,18	435.767,00	341.424,14	206.686,96	288.536,78	312.956,67	387.002,13	380.467,14	4.092.469,62	
I.R.R.F.	114.353,47	291.126,29	90.556,94	133.592,37	129.775,15	133.196,45	144.489,05	158.037,58	70.291,15	212.168,36	148.031,46	149.382,36	1.446.000,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	246.226,17	367.843,65	900.188,13	2.047.534,43	338.461,64	253.793,26	280.038,47	167.284,01	235.293,27	211.980,30	205.242,83	262.535,28	5.496.431,44	
Contribuições	484.426,91	689.045,94	746.941,53	846.929,03	280.555,50	1.076.718,89	591.537,61	428.761,92	249.431,90	591.480,26	133.367,74	929.912,20	7.385.697,23	
Receita Patrimonial	234.050,27	397.128,20	600.637,17	237.544,87	212.680,76	376.198,01	695.635,67	786.147,65	396.046,91	72.248,10	665.665,73	723.816,06	3.643.628,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	233.188,42	396.456,53	600.357,94	237.138,17	212.278,47	377.347,36	694.387,00	785.331,74	394.509,61	70.441,69	663.562,83	721.453,24	3.632.328,00	
Outras Receitas Patrimoniais	861,65	669,67	279,23	406,70	411,29	850,65	1.448,67	815,91	1.537,30	1.806,41	2.102,90	2.364,82	11.500,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	4.054.539,80	5.455.371,30	4.066.301,02	4.576.046,59	3.827.597,08	4.317.339,21	4.514.773,38	4.053.100,89	4.238.346,67	4.122.936,43	4.136.016,52	4.043.565,93	51.506.227,02	
Cota-Parte do F.P.M.	1.153.944,38	2.019.410,49	1.425.709,12	1.566.056,09	1.172.573,67	1.143.971,68	1.465.092,17	1.156.412,96	1.581.390,42	1.154.307,20	1.027.503,62	945.990,53	15.815.325,35	
Cota-Parte do I.C.M.S.	724.854,91	791.225,77	801.213,51	778.410,01	731.550,78	750.370,36	738.586,88	721.266,33	729.995,64	735.100,43	765.540,65	771.716,64	9.039.831,91	
Cota-Parte do I.P.V.A.	191.042,42	161.821,59	274.117,71	336.309,61	343.862,96	357.626,39	317.736,22	334.339,31	346.115,59	341.132,29	318.262,44	287.163,37	3.642.454,70	
Cota-Parte do I.T.R.	651,36	162,46	53,76	501,75	28,25	684,79	9,29	10.090,01	323,81	1.027,88	2.394,73	18.679,94	31.400,00	
Outras Transferências Correntes	962.307,46	1.292.316,09	398.086,69	732.110,15	487.230,02	961.326,78	773.430,29	747.263,24	619.160,31	807.329,62	889.209,09	919.190,42	9.620.002,16	
Transferências da LC 61/1989	9.599,35	11.976,57	9.252,07	9.793,86	9.493,74	9.599,37	9.399,78	9.947,23	9.969,58	8.921,97	10.076,09	9.625,21	118.638,82	
Transferências da LC 87/1996	2.153,03	2.153,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	989.946,89	1.176.303,30	1.156.888,16	1.180.865,12	1.072.702,96	1.093.564,94	1.147.528,75	1.073.881,79	1.051.397,52	1.075.116,94	1.121.688,90	1.091.224,62	10.900.000,00	
Outras Receitas Correntes	78.590,16	-14.341,44	88.399,28	50.621,80	13.035,77	126.812,75	103.871,28	77.389,67	33.217,46	374.082,40	81.320,96	150.416,43	454.000,00	
DEDUÇÕES (II)	529.813,11	803.685,40	507.984,84	664.777,79	599.897,01	573.030,64	641.010,60	568.684,08	529.131,94	571.290,19	547.667,77	531.371,31	6.200.272,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciais	4.655,74	8.911,48	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	4.455,74	59.108,85	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	108.940,52	318.708,11	1.450,07	127.555,25	113.459,90	115.941,85	117.659,52	117.884,65	117.021,60	118.574,00	117.568,35	120.148,92	1.300.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	416.516,85	476.063,81	502.069,03	532.814,07	451.816,94	452.469,32	516.762,61	446.390,96	407.501,87	446.097,72	425.023,29	406.627,92	5.483.678,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.641.230,73	7.933.287,38	7.831.556,82	14.427.885,94	5.536.556,26	7.072.613,43	7.097.655,80	5.994.969,65	5.903.294,35	6.378.314,78	5.985.877,37	7.012.850,60	86.845.857,11	
FONTE: ANEXO 3 – 11/11/2019														

FONTE:

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sérgio de Araujo
 Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Paulo Sérgio Odali Garcia
 Contador - CRC SC-041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 04

Publicação Nº 2224628

PLANO PREVIDENCIÁRIO					R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.070.000,00	7.070.000,00	8.065.819,93	5.865.101,25	
Receita de Contribuições dos Segurados	1.300.000,00	1.300.000,00	1.067.044,11	994.117,04	
Civil	1.300.000,00	1.300.000,00	1.067.044,11	994.117,04	
Ativo	1.300.000,00	1.300.000,00	1.067.044,11	994.117,04	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições Patronais	2.650.000,00	2.650.000,00	2.136.533,61	1.987.522,47	
Civil	2.650.000,00	2.650.000,00	2.136.533,61	1.987.522,47	
Ativo	2.650.000,00	2.650.000,00	2.136.533,61	1.987.522,47	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	3.120.000,00	3.120.000,00	4.496.500,58	2.553.994,59	
Recultas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recultas de Valores Mobiliários	3.120.000,00	3.120.000,00	4.496.500,58	2.553.994,59	
Outras Recultas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reculta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recultas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	365.741,63	329.467,15	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	45.741,63	44.467,15	
Demais Recultas Correntes	0,00	0,00	320.000,00	285.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recultas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	7.070.000,00	7.070.000,00	7.745.819,93	5.865.101,25	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	1.838.000,00	2.071.000,00	179.975,49	152.507,71	148.866,58	121.535,35
Despesas Correntes	1.828.000,00	2.061.000,00	178.175,49	152.507,71	147.066,58	121.535,35
Despesas de Capital	10.000,00	20.000,00	1.800,00	0,00	1.800,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	1.249.550,78	1.037.847,57	1.249.550,78	1.037.847,57
Benefícios - Civil	0,00	0,00	1.249.550,78	1.037.847,57	1.249.550,78	1.037.847,57
Aposentadorias	0,00	0,00	1.135.855,18	926.075,23	1.135.855,18	926.075,23
Pensões	0,00	0,00	113.695,60	111.772,34	113.695,60	111.772,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	1.838.000,00	2.071.000,00	1.429.526,27	1.190.355,28	1.398.417,36	1.159.382,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	5.232.000,00	4.999.000,00	6.316.293,66	4.389.745,97	6.347.402,57	4.420.718,33
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						5.497.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			2019	2018		
Caixa e equivalentes de caixa			40.702,25	57.154,49		

Continua 2/3

Município de GAROPABA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	44.373.044,19	36.159.996,34
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sérgio Odail Garcia
Contador - CRC SC -041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 06

Publicação Nº 2224635

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		73.323.403,16	74.384.124,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		26.049.212,40	24.925.010,04
I.P.T.U.		11.565.322,40	11.176.606,62
I.S.S.		4.060.510,00	4.110.786,70
I.T.B.I.		3.751.000,00	3.385.704,33
I.R.R.F.		1.448.000,00	1.369.550,77
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.224.380,00	4.882.361,62
Contribuições		4.300.000,00	6.202.224,48
Receita Patrimonial		3.643.828,00	4.751.831,93
Aplicações Financeiras (II)		3.632.328,00	4.739.808,05
Outras Receitas Patrimoniais		11.500,00	12.023,88
Transferências Correntes		38.874.080,20	37.404.920,49
Cota-Parte do FPM		11.760.000,00	10.239.632,92
Cota-Parte do ICMS		5.744.000,00	6.019.001,97
Cota-Parte do IPVA		3.000.000,00	2.631.673,41
Cota-Parte do ITR		25.120,00	26.987,45
Transferências da LC 87/1996		19.968,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		92.000,00	77.378,33
Transferências do FUNDEB		10.900.000,00	11.064.869,80
Outras Transferências Correntes		7.332.992,20	7.345.376,61
Demais Receitas Correntes		456.282,56	1.100.137,80
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		456.282,56	1.100.137,80
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		69.691.075,16	69.644.316,69
RECEITAS DE CAPITAL (V)		767.300,00	7.200.459,61
Operação de Crédito(VI)		31.000,00	5.863.279,52
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		30.000,00	14.820,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS		
						PAGOS (c)		
DESPESAS CORRENTES (XIII)	72.349,427,61	61.788.540,43	58.080,401,84	57.477,385,54	2.273,29	2.899.814,87	2.898.938,77	
Pessoal e Encargos Sociais	41.174,271,09	33.187.798,42	33.091.398,42	32.837,801,89	1.236,29	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	770,100,00	720.000,00	423.112,15	423.112,15	0,00	2.676,72	2.676,72	
Outras Despesas Correntes	30.405,056,52	27.880.742,01	24.565.891,27	24.216.471,50	1.037,00	2.897.138,15	2.896.262,05	
Transferências Constitucionais e Legais	88.371,20	88.371,20	78.931,24	78.931,24	0,00	11.547,34	11.547,34	
Demais Despesas Correntes	30.316,685,32	27.792.370,81	24.486.960,03	24.137.540,26	1.037,00	2.885.590,81	2.884.714,71	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	71.579,327,61	61.068.540,43	57.657.289,69	57.054.273,39	2.273,29	2.897.138,15	2.896.262,05	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	24.394,148,31	18.741.925,00	6.273.285,32	6.269.394,54	0,00	1.104.476,40	1.104.476,40	
Investimentos	22.494,048,31	16.841.925,00	4.463.139,32	4.463.139,32	0,00	1.094.103,00	1.094.103,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XX)	1.900,100,00	1.900.000,00	1.810.146,00	1.806.255,22	0,00	10.373,40	10.373,40	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	22.494,048,31	16.841.925,00	4.463.139,32	4.463.139,32	0,00	1.094.103,00	1.094.103,00	

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		Até o Bimestre/2019					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		5.527.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		99.600.375,92	77.910.465,43	62.120.429,01	61.517.412,71	2.273,29	3.991.241,15
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		5.471.445,73					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-1.873.128,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		4.739.808,05					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		425.788,87					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		9.785.464,91					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		13.104.600,00					
ABAXO DA LINHA		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(e)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.822.778,60				9.226.701,58	
DEDUÇÕES (XXIX)		10.764.402,94				17.558.483,74	
Disponibilidade de Caixa		10.764.402,94				17.558.483,74	
Disponibilidade de Caixa Bruta		10.772.974,70				18.398.537,35	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		8.571,76				840.053,61	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-8.941.624,34				-8.331.782,16	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-609.842,18					

Continua 3/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXa - XXXb)	-831.481,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	221.639,67
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-4.092.379,51
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.259.807,16
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.259.807,16
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sérgio Odail Garcia
Contador - CRC SC -041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 07

Publicação Nº 2224639

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos	Inscritos		Saldo	Cancelados	Liquidadados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	e = (a+b) - (c+d)	(d)	(h)	(i)	(j)	k = (Hg) - (Hf)	L = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.863,85	2.707,91	1.623.815,61	2.541,35	3.757,12	4.004.291,27	4.003.415,17	867.114,65	1.367.151,33	1.369.692,68
ENCARGOS GERAIS	5.863,85	2.707,91	1.623.815,61	2.541,35	3.757,12	4.004.291,27	4.003.415,17	867.114,65	1.367.151,33	1.369.692,68
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	17,57	0,00	1.623.815,61	0,00	17,57	4.001.633,49	4.000.757,39	867.114,65	1.367.151,33	1.369.692,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	5.036,99	0,00	0,00	38.023,89	38.023,89	256,18	4.712,82	4.712,82
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	748,70	0,00	0,00	1.490,70	0,00	748,70	1.490,70	1.490,70
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	133.146,38	0,00	0,00	1.115.943,71	1.115.943,71	345.867,05	883,51	883,51
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.336,48	15.878,91	0,00	2.450,93	2.450,93
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	680,00	1.312,77	5.554,32	0,00	756,48	36.328,18	70.798,55	5.119,39	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	186,81	0,00	704,00	0,00	186,81	18.694,36	3.822,91	9.846,40	14.449,34	14.449,34
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	600,00	0,00	7.813,56	0,00	0,00	4.241,44	49.888,73	15.156,92	418,53	418,53
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	1.424,43	1.395,14	469.137,34	0,00	600,00	1.211.858,00	1.211.858,00	52.084,15	13.944,22	13.944,22
SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	639.122,77	0,00	564,00	1.080.188,51	1.080.188,51	408.240,30	247.575,45	247.575,45
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	0,00	0,00	1.266,71	0,00	0,00	0,00	0,00	723,41	761.125,57	761.125,57
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	1.322,78	0,00	360,00	0,00	0,00	6.685,49	6.685,49	360,00	543,30	543,30
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	241.027,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	4.162,00	0,00	0,00	13.079,19	13.079,19	4.162,00	239.688,39	239.688,39
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	2.352,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	944,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	1.632,26	0,00	112.438,37	0,00	1.632,26	358.261,31	358.261,31	16.008,80	2.352,64	2.352,64
INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDORES GA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.657,78	2.657,78	0,00	69.091,93	69.091,93
IPREGOBA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.657,78	2.657,78	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311,05	311,05	-	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311,05	311,05	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	5.863,85	2.707,91	1.623.815,61	2.541,35	3.757,12	4.004.602,22	4.003.726,22	867.114,65	1.367.151,33	1.369.692,68

FONTE:

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilização

Leila Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sérgio Odail Garcia
Contador - CRC SC-041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 13

Publicação Nº 2224643

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00	
	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO TOTAL (c) = (a + b)
	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
	No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GAROPABA , 11/11/2019

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sergio Odail Garcia
Contador - CRC SC -041594/O-0

RREO - 5º BIMESTRE 2019 - ANEXO 14

Publicação Nº 2224644

Município de GAROPABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		77.005.703,16		
Previsão Atualizada		77.005.703,16		
Receitas Realizadas		84.041.117,96		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.259.807,16		
DESPESAS				
Dotação Inicial		77.005.703,16		
Créditos Adicionais		28.570.322,76		
Dotação Atualizada		105.576.025,92		
Despesas Empenhadas		83.186.860,63		
Despesas Liquidadas		67.007.771,31		
Despesas pagas		66.171.135,15		
Superavit Orçamentário		17.033.346,65		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		83.186.860,63		
Despesas Liquidadas		67.007.771,31		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		86.845.857,11		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		7.745.819,93		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		1.398.417,36		
Resultado Previdenciário		6.347.402,57		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		13.104.600,00	9.785.464,91	74,67
Resultado Primário		-1.873.128,00	5.471.445,73	-292,10
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.237.992,20	867.114,65	4.003.726,22	1.367.151,33
EXECUTIVO	6.237.992,20	867.114,65	4.003.726,22	1.367.151,33
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.571,76	3.757,12	2.273,29	2.541,35
EXECUTIVO	8.571,76	3.757,12	2.273,29	2.541,35
TOTAL:	6.246.563,96	870.871,77	4.005.999,51	1.369.692,68
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		-6.473.774,37	25%	-16,63
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00

Continua 1/2

Município de GAROPABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			5.863.279,52	-5.832.279,52
Despesa de Capital Líquida			6.273.285,32	18.120.862,99
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			14.820,00	15.180,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	10.000,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		14.575.512,11	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 11/11/2019

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Paulo Sergio Odail Garcia
Contador - CRC SC -041594/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 2.205 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2225838

LEI Nº 2.205 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a divulgação dos dados dos Conselhos Municipais do município de Garopaba, na página oficial da Prefeitura e Câmara Municipal na internet, e da outras providências".

Eu, MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica do Município, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Executivo Municipal deverá disponibilizar em sua página oficial na internet, um ícone para acesso público contendo os seguintes dados dos Conselhos Municipais: I – Nome dos integrantes titulares e suplentes, assim como o cargo e instituição ou órgão que cada membro representa; II – Dados para contato com o conselho (telefone, e-mail e endereço); III – Calendário anual contendo as datas de reuniões a realizar-se; IV – Horário e endereço do local onde ocorrem as reuniões; V - Arquivos contendo as atas das reuniões

VI – Publicação de todas as Deliberações e resoluções aprovadas.

VII – Publicação de cronograma de Eventos

Parágrafo único – os arquivos citados no inciso V deverão ser disponibilizados no ícone "Conselhos Municipais" no site da Prefeitura Municipal até 30 (trinta) dias após confeccionados.

Art. 2º A Câmara Municipal deverá disponibilizar em seu site oficial um ícone denominado "Conselhos Municipais" redirecionando os usuários de sua página para o link da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 12 de novembro de 2019.

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2019.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Secretário

Câmara Municipal de Garopaba

LEI Nº 2.206 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225843

LEI Nº 2.206 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina Ruas no Loteamento Lobo / Loteamento Maravista, Bairro Ferraz, no Município de Garopaba e dá outras providências.

Eu, MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica do Município, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica oficializada a denominação da seguinte rua, localizada no Loteamento Lobo / Loteamento Maravista, Bairro Ferraz, conforme abaixo se apresenta:

I – Oficializa com a denominação de "RUA JOÃO MARCELINO BATISTA", a Rua "K" com parte integrante do "Loteamento Lobo" e Rua "E" parte integrante do "Loteamento Maravista", situada no Bairro Ferraz, Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, tendo seu início na Rua José Antônio Lobo, sentido Sul a Norte, com término na Rua Anselmo Araújo de Amorim, contendo aproximadamente 120,00m (cento e vinte metros) de comprimento, por 12,00m (doze metros) de largura. Matriculada sob nº 541 (Registro de Imóveis de Imbituba/SC) Loteamento Lobo e Matrícula sob nº 10.335 (Registro de Imóveis de Imbituba/SC) Loteamento Maravista, croqui anexo;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 12 de novembro de 2019.

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2019.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2019 - IPREGOBA

Publicação Nº 2221968

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2019

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA, localizado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Garopaba, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, torna público, para ciência dos interessados, que inicia-se em 18 de novembro de 2019, com prazo de 25 (vinte e cinco) dias, o CENSO DE RECADASTRAMENTO/PROVA DE VIDA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, COM BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/2018, vinculados ao Instituto de Previdência - IPREGOBA.

Recadastramento/Prova de Vida dos Aposentados e Pensionistas ocorrerá na sede do Instituto de Previdência - IPREGOBA, no prédio da Prefeitura Municipal, Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro Garopaba. De segunda-feira à sexta-feira das 13h às 18h.

IMPORTANTE: Os beneficiários não recadastrados até 13/12/2019, serão notificados pelo Instituto de Previdência - IPREGOBA e incorrerão de suspensão dos vencimentos até a regularização cadastral.

Garopaba, 12 de novembro de 2019.
LORENA BERNARDO DE ABREU
Diretora Executiva - IPREGOBA

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 13/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 001/2019 - IPREGOBA

Publicação Nº 2221969

PORTARIA N.º 001, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE A FORMA E OS PROCEDIMENTOS PARA O RECADASTRAMENTO ANUAL, NA MODALIDADE PROVA DE VIDA, DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA, PARA FINS DE MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Diretora-Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 677/2000, e em consonância com as práticas de boa gestão administrativa do RPPS municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o Recadastramento Anual dos Aposentados e Pensionistas beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, administrado pelo IPREGOBA, será realizado na modalidade PROVA DE VIDA, de acordo com os procedimentos previstos nesta Portaria.

Art. 2º Os Aposentados e Pensionistas beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município Garopaba deverão realizar de forma obrigatória e anualmente a Comprovação de Vida, sob pena de suspensão do pagamento do benefício e demais providências decorrentes, nos termos da legislação previdenciária, devendo preencher de próprio punho o Formulário de Recadastramento (Anexo I).

§1º O procedimento estabelecido no caput deste artigo, a partir de 01/01/2020, deverá ser efetuado pelos Aposentados e Pensionistas, anualmente no mês de agosto, sendo condição necessária para a continuidade do recebimento dos proventos de aposentadoria ou pensão.

§2º No exercício de 2020, a Prova de Vida, será feita nos seguintes termos:

Art. 3º No período estabelecido para a comprovação de vida os Aposentados e Pensionistas deverão comparecer no local e horários designados, munidos dos seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade (RG), deverá encontrar-se em bom estado de conservação (perfeitamente legível) e ter sido expedido em prazo suficiente para que o beneficiário possa ser identificado pela fotografia.

II - Comprovante de endereço atualizado: conta de água, luz, telefone fixo ou IPTU;

III - Certidão de Casamento ou Declaração Pública de União Estável;

IV - Caso o servidor inativo tenha companheira(o) e não tenha a Declaração Pública de União Estável, deverá preencher e assinar a Declaração de União Estável (Anexo III);

V - No caso de existência de Declaração Pública de União Estável, mas tenha cessado a união, ou no caso de alteração de dependente na condição de companheira(o), deverá preencher e assinar a Declaração de Cessação de União estável (Anexo IV);

VI - Caso o servidor inativo esteja separado judicialmente ou divorciado, deverá apresentar Certidão de Casamento com a respectiva averbação ou decisão judicial;

VII - Caso o servidor inativo seja viúvo, deverá apresentar Certidão de Óbito do cônjuge;

VIII – Caso o servidor inativo possua filhos maiores de 21 anos, e que estejam inválidos, deverá informar tal condição através do preenchimento e assinatura da Declaração de Existência de Filho Maior Incapaz (Anexo V).

§2º O documento de identidade apresentado será fotocopiado, sendo sua autenticidade reconhecida por servidor efetivo e condicionado nos arquivos da unidade autárquica.

Art. 4º Não será comprovada a vida de Aposentados e Pensionistas que comparecerem ao local estabelecido sem a documentação ou de forma diferente da estabelecida nesta portaria.

Art. 5º A Prova de Vida deverá ser efetuada pessoalmente pelo aposentado ou pensionista, mediante a assinatura do comprovante de prova de vida, não se admitindo que a mesma seja realizada por procurador do beneficiário, mesmo que legalmente cadastrado no IPREGOBA.

§1º No caso de beneficiário curatelado ou de pensionista menor de 21 anos a Prova de Vida será feita por meio de seu representante legal, devidamente identificado, mediante a apresentação do respectivo documento de Curatela, Guarda ou Tutela e da Certidão de Nascimento atualizada (expedida em até 120 dias) ou documento de identidade do menor.

§2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior o representante legal deverá assinar Termo de Responsabilidade, ocasião em que se comprometerá, sob as penas da lei, em comunicar o IPREGOBA o óbito do beneficiário ou qualquer evento que cesse sua condição de representante, no período de até 30 dias contados do fato.

§3º Nos casos de Prova de Vida de beneficiário curatelado o IPREGOBA poderá, por ocasião do comparecimento do representante legal, solicitar o agendamento de visita domiciliar para comprovação da vida, realizada conjuntamente com servidor efetivo, detentor do cargo de Assistente Social do Quadro da Administração Direta.

Art. 6º Ao Aposentado ou Pensionista com residência noutra cidade, Estado ou País, conforme endereço cadastrado no IPREGOBA, deverá solicitar o modelo de Declaração ao IPREGOBA para providenciar o preenchimento e a assinatura do beneficiário, Declaração de Prova de Vida (Anexo II), que deverá ter a firma reconhecida por autenticidade em cartório e ser remetida ao IPREGOBA no prazo estabelecido, juntamente com cópia (frente e verso) autenticada do documento de identidade.

Art. 7º Os servidores responsáveis pelo recebimento dos documentos, comprovantes e declarações estabelecidos nesta Instrução deverão ser identificados mediante carimbo e assinatura.

Art. 8º O IPREGOBA poderá requisitar informações complementares e/ou realizar diligências, bem como realizar visita domiciliar ou hospitalar para a consecução de seus objetivos de Prova de Vida.

Art. 9º Findo o período regulamentar para realizar a Prova de Vida, ficarão suspensos os pagamentos dos benefícios dos aposentados e pensionistas que não realizarem a Prova de Vida.

Parágrafo único. Após a suspensão do pagamento, os benefícios somente serão liberados mediante a regularização da realização da Prova de Vida, na forma prevista nesta Portaria.

Art. 10 A Diretoria-Executiva do IPREGOBA efetuará o controle e a gestão de todo o processo da Prova de Vida, definindo os períodos de realização anual do Recadastramento comprobatório de vida, dirimindo dúvidas e analisando os casos omissos.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2019.

LORENA BERNARDO DE ABREU

Diretora Executiva - IPREGOBA

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 13/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

FORMULÁRIO DE RECADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO DE DADOS – ANEXO I
1 - DADOS FUNCIONAIS

VÍNCULO: APOSENTADO [____] PENSIONISTA [____] C.P.F: _____

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: SIM () OU NÃO ()

NOME: _____

2 - DADOS PESSOAIS

Nome Mãe: _____

Nome Pai: _____

Sexo: Feminino [☐] Masculino [☐] Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Nacionalidade: _____

Cor de acordo com a classificação do IBGE:

(☐) AMARELA (☐) BRANCA (☐) INDIGENA (☐) PARDA (☐) PRETA (☐) NAO DESEJA DECLARAR

U.F Nascimento: _____ Natural de: _____

Estado civil: _____ CPF: _____

Número RG: _____ Órgão expedidor: _____ UF Órgão Expedidor: _____

Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção Eleitoral: _____ UF Emissão: _____

Solteiro [☐] Casado [☐] Viúvo [☐] Divorciado [☐] Sep. Judicialmente [☐] União Estável [☐]Paga Pensão Alimentícia: Sim [☐] Não [☐]

Nome do beneficiário da PA: _____ CPF _____

3- DADOS ENDEREÇO

Tipo : _____ Logradouro: _____

Número: _____ Complemento: _____ CEP: _____

Bairro: _____ UF Residência: _____ Município: _____

DDD: [_____] Telef. Res/Contato: _____

DDD: [_____] Telef. Celular: _____

Email: _____

4 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Possui Outro Vínculo Público? (☐) (S/N) Se SIM; Onde: _____Possui Outra Aposentadoria? (☐) (S/N) Se SIM, (☐) INSS (☐) Outro: _____

Tipo de Benefício: _____

DECLARO, sob as penas da lei, que todas as informações acima declaradas são a expressão da verdade.

ASSINATURA: _____ EM: ____ / ____ / 2019.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROVA DE VIDA

_____, inscrito (a) no CPF nº _____, com as qualificações firmadas de próprio punho no Formulário de Recadastramento anexo, DECLARO, sob as penas da lei, que compareci na sede do IPREGOBA, para atualizar meus dados cadastrais e fazer PROVA DE VIDA anual, que é requisito para a continuidade de recebimento do benefício previdenciário pago pelo Instituto.

Declaro que tenho conhecimento da obrigatoriedade de fazer PROVA DE VIDA anual junto ao IPREGOBA, a partir de 01/01/2020, para os fins de percepção do benefício previdenciário, no mês de agosto.

Por ser o inteiro teor da verdade, firmo a presente,

Garopaba, ____ de _____ de 2019.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

DADOS DO SERVIDOR INATIVO

Nome:

CPF: RG:

Endereço:

Telefone/Celular:

ESTADO CIVIL

☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Casado ☐ Divorciado☐ Separado judicialmente ☐ Separado via cartório

DADOS DO COMPANHEIRO(A)

Nome:

CPF: RG:

Endereço:

Telefone/Celular:

ESTADO CIVIL

☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Casado ☐ Divorciado☐ Separado judicialmente ☐ Separado via cartório

Declaro, sob, as penas da lei, que a pessoa acima identificada é meu(minha) companheiro(a), que possuo com ela convivência pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituição de família e que inexistem os impedimentos previstos na Art. 1521 do Código Civil*

Por ser o inteiro teor da verdade, firmo a presente.

Garopaba, ____ de _____ de 2019

Assinatura

*Art. 1.521. Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II – os afins em linha reta; III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem foi o adotante; IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o adotado com o filho adotante; VI - as pessoas casadas; VII – o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio com o seu consorte.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CESSAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

DADOS DO SERVIDOR INATIVO

Nome:

CPF: RG:

Endereço:

Telefone/Celular:

ESTADO CIVIL

☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Casado, mas separado de fato ☐ Divorciado☐ Separado judicialmente ☐ Separado via cartório

DADOS DO COMPANHEIRO(A)

Nome:

Declaro, sob as penas da lei, ter cessado a união estável, desde ____/____/____, com a pessoa acima identificada.

Por ser o inteiro teor da verdade, firmo a presente.

Garopaba, ____ de _____ de 2019.

Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FILHO INCAPAZ

DADOS DO SERVIDOR INATIVO

Nome:

CPF: RG:

Endereço:

Telefone/Celular:

DADOS DO FILHO INCAPAZ

Nome:

DATA DE NASCIMENTO: Maior de 21 anos: () sim () não

CPF: RG:

Endereço:

Possui Curador Judicial: () sim () não

Recebe benefício previdenciário: () sim () não

Declaro, sob as penas da lei, que sou genitor(a) da pessoa acima identificada, a qual possui a seguinte incapacidade:_____.

Por ser o inteiro teor da verdade, firmo a presente.

Garopaba, ____ de _____ de 2019.

Assinatura

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 208/2019

Publicação Nº 2224392

DECRETO Nº 208 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II e III da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

ART. 1º - Fica estabelecida para o exercício de 2020 a atualização monetária dos débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, a UFM – Unidade Fiscal Municipal e as demais penalidades em 2,69 %, correspondente a variação do IPCA-E apurado pelo IBGE, no período de novembro de 2018 a outubro de 2019.

Parágrafo único: A UFM reajustada pelo índice valerá R\$ 2,4474 cada UFM para o exercício.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 209/2019

Publicação Nº 2224825

DECRETO Nº. 209 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Vice-Prefeito senhor Plotino de Bitencourt, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Marcio Ricardo Herpich a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, Fundo Municipal de Agricultura, Fundo de Reequipamento de Bombeiros, Fundo Municipal de Habitação e Fundo da Infância e Adolescência, sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Parágrafo único. Fica autorizado o Comandante do 2º/4º/3º/7º BBM, Sr. Emerson Jorge da Luz para efetuar as seguintes operações bancárias, na conta nº 100169-8 do Fundo Municipal de Reequipamento dos Bombeiros: 04, 15, 17, 18 e 19 conforme rol acima.

Art. 2º As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 085/2019.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 210/2019

Publicação Nº 2224824

DECRETO Nº. 210 de 12 de novembro de 2019

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. Thaffael de Oliveira Corrêa, no cargo comissionado de Assessor Administrativo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o Sr. THAFFAEL DE OLIVEIRA CORRÊA, no cargo comissionado de Assessor Administrativo, subordinado à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 12 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 211/2019

Publicação Nº 2225364

DECRETO Nº 211 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“Concede incentivo econômico-fiscal à Empresa MARIA GONÇALVES SANTOS – BANCA SAY GUAÇU”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva;

Considerando os termos da Lei Complementar nº 80/2014 que estabelece o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico; a política de incentivos fiscais e econômicos destinada ao desenvolvimento do setor comercial, industrial e de prestação de serviço;

Considerando o intuito da atual administração em projetar o município e criar empregos com a instalação de novas empresas;

Considerando o parecer nº 010/2019 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido incentivo econômico-fiscal previsto na Lei Complementar nº 80/2014, à empresa MARIA GONÇALVES SANTOS 92073530915 – BANCA SAY GUAÇU, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 12.872.160/0001-00 de acordo com o Parecer nº 010/2019, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

Parágrafo único- Os benefícios fiscais a que se referem este artigo consistem em: Fornecimento de material tipo bica corrida, em volume estimado de 30 m³ (trinta metros cúbicos), o transporte do material fornecido e o serviço de 02 (duas) horas será realizado pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, conforme cronograma.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 017 TESTE SELETIVO DO MAGISTÉRIO RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2224451

EDITAL Nº 017/2019 – TESTE SELETIVO ACT 2020
RETIFICAÇÃO 01

A Comissão Examinadora designada pela Portaria nº 202/2019 de 23/10/2019, no uso de suas atribuições torna público e estabelece a retificação do Edital nº 017/2019 que trata “TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO”, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

a) A ficha de inscrição deverá ser OBRIGATORIAMENTE preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias úteis de 14 a 26 de novembro de 2019 das 8h às 14h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva – SC;

O correto é:

a) A ficha de inscrição deverá ser OBRIGATORIAMENTE preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias úteis de 14 a 25 de novembro de 2019 das 8h às 14h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva – SC;

Onde se lê:

XI - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final de classificação será divulgado no site da Prefeitura <https://garuva.atende.net/>, e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 17 de dezembro de 2019 a partir das 16h;

O correto é:

XI - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final de classificação será divulgado no site da Prefeitura <https://garuva.atende.net/>, e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 17 de dezembro de 2019 a partir das 18h;

MONISE NAGEL MOREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão

Portaria nº 202/2019

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

Publicação Nº 2225554

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 252/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale refeição/alimentação eletrônico/magnético ou com chip e senha, para recargas mensais, solicitados conforme demanda, destinado aos servidores. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 26/11/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 12/11/2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 9.095, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224779

DECRETO Nº 9.095, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 28 de novembro de 2018, artigo 6º, inciso V,

DECRETA:

Órgão: 13 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 2116 Ampliação/Manut. da Rede de Água, Esgoto e Drenagem	
Dotação: 28 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00

Art. 1º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO ADITIVO 1 CONTRATO SAF-164/2018

Publicação Nº 2224648

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 CONTRATO Nº SAF-164/2018

Concorrência nº.: 01/2018. OBJETO: prorrogação prorrogação do prazo vigência (até 07/05/2020) do contrato para fornecimento, construção, instalação e treinamento p/operação de estação de tratamento de esgoto. Contratada: CHAPECÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTDA. (79.915.955/0001-29). CLEVERTON JOÃO BATISTA – Secretário de Planejamento Territorial

EXTRATO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº SC-45.424/BNDES/AUT – TLP SET. PÚBLICO.

Publicação Nº 2224751

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº SC-45.424/BNDES/AUT – TLP SET. PÚBLICO.

Contrato de Financiamento CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº SC-45.424/BNDES/AUT – TLP SET. PÚBLICO, de 18 de setembro de 2019. Programa: Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) / BNDES Automático

Emitente: Município de Gaspar

Finalidade: modernização das atividades de gestão tributária e atendimento ao contribuinte da Administração Pública do Município.

Valor: R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).

Favorecido: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE

CNPJ: 92.816.560/0001-37

Assinatura: 18/09/2019

Vencimento: 15/10/2039

LEI Nº 4.017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224960

LEI Nº 4.017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Paraíso a via que inicia no final da Rua Carajás e início da Rua Guabiruba, lado esquerdo, Ruas “01” e “02” do loteamento Solar das Brisas, no bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 300,00m (trezentos metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e meio).

Art. 2º Fica denominada de Rua Sol a via que inicia na Rua das Flores, lado esquerdo, distando 68,00m (sessenta e oito metros) da Rua Carajás, Rua “3” do loteamento Solar das Brisas, no bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 360,00m (trezentos e sessenta metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e meio).

Art. 3º Fica denominada de Rua Belo Verde a via que inicia na Rua Guabiruba, lado esquerdo, distando 162,00 (cento e sessenta e dois metros) da Rua Carajás, Rua “04” do loteamento Solar das Brisas, no bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 235,00m (duzentos e trinta e cinco metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e meio).

Art. 4º Fica denominada de Rua das Flores a via que inicia na Rua Paraíso, lado direito, distando 68,00 (sessenta e oito metros) da Rua Carajás, e término na Rua Belo Verde, Rua “05” do loteamento Solar das Brisas, no bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 160,00m (cento e sessenta metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e meio).

Art. 5º Fica denominada de Rua Jardins a via que inicia na Rua Paraíso, lado direito, distando 160,00 (cento e sessenta metros) da Rua Carajás, Rua “06” do loteamento Solar das Brisas, no bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 70,00m (setenta metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e meio).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 07 de novembro de 2019.
Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

PORTARIA Nº 6.111, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225434

PORTARIA Nº 6.111, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
DESIGNA ALLAN BELLAFRONTE BETONI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 157/2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 15 de outubro de 2019, o servidor ALLAN BELLAFRONTE BETONI, inscrito no CPF sob o nº 064.798.729-59, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 157/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a Empreiteira de Mão de Obra Santa Monica Eireli ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de outubro de 2019.

Gaspar, 31 de outubro de 2019.
ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 6.112, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225435

PORTARIA Nº 6.112, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.
DESIGNA EDMUNDO DE JESUS ARAÚJO JUNIOR PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 160/2019.

ZLMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI, Secretária Municipal da Educação, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 17 de outubro de 2019, o servidor EDMUNDO DE JESUS ARAÚJO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 648.748.859-34, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 160/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa SLM Transporte e Construção Eireli.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para de 17 de outubro de 2019.

Gaspar, 1º de novembro de 2019.
ZLMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Secretária Municipal da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2019 DISPENSA Nº 19/2019 EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2019

Publicação Nº 2225548

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2019
DISPENSA Nº 19/2019
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2019

OBJETO: Locação de bem imóvel na Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 441 (fundos), Centro de Gaspar, composto de 1 (uma) sala comercial com 75 m² e vaga de estacionamento matriculado no Cadastro Municipal sob o nº 8.796. VIGÊNCIA: 08/11/2019 à 07/11/2020. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: DINÂMICA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS (CNPJ Nº 18.741.419/0001-60). VALOR GLOBAL: R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 8 de novembro de 2019.
ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI | Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 263/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 57/2019

Publicação Nº 2225537

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 263/2019
Inexigibilidade de Licitação nº 57/2019

OBJETO: Revisão geral incluindo a substituição de peças do equipamento de topografia TCR407. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MANFRA & CIA (CNPJ nº 77.824.738/0001-06) BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 11.731,64 (onze mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 11/11/2019

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Secretário Municipal de Planejamento Territorial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2019 DISPENSA Nº 20/2019

Publicação Nº 2225542

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 265/2019
Dispensa nº 20/2019

OBJETO: Contratação de serviços de instalação, desinstalação e reparo de peças iluminadas de decoração natalina. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: JUCIANO LUNGEM (CNPJ nº 16.952.281/0001-12). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de novembro de 2019.

CELSON DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2019 DISPENSA Nº 19/2019

Publicação Nº 2225547

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 261/2019
Dispensa nº 19/2019

OBJETO: Contratação de empresa para locação da nova sede do arquivo histórico municipal a ser posteriormente instalado no Centro de Gaspar, na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 411 (fundos) composto de 1 (uma) sala comercial de 75 m² e vaga de estacionamento matriculado no Cadastro Municipal sob o nº 8.796. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: DINÂMICA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS (CNPJ nº 18.741.419/0001-60). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 08 de novembro de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal de Educação

LEI Nº 4.018, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224964

**MUNICÍPIO DE GASPAR****LEI Nº 4.018, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.****ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3.780, DE 14 DE AGOSTO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I (Anexo de Prioridades) e II (Estimativas das Receitas) da Lei nº 3.780, de 14 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Gaspar para o quadriênio 2018-2021, em sua totalidade, sendo substituídos pelos que acompanham a presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 07 de novembro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 1 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0001 Manutenção do Legislativo
Público Alvo Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral
Indicador Municípios
Objetivo Manutenção e melhoria dos trabalhos do Legislativo na execução de suas atividades com relação às funções de legislar, fiscalizar, julgar, reivindicar e administrar.

Indicador (índice) Planejamento 66213
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1001	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Manter atualizado os bens móveis do patrimônio próprio.	Unidade (Un)	610,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
2002	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	Servidores Ativos, Inativos e Vereadores	Realizar o pagamento de folha salarial a vereadores, servidores ativos e inativos, mão de obra direta, e das demais obrigações trabalhistas.	Servidores	220,00	22.680.000,00	0,00	22.680.000,00
2004	Manutenção das Atividades em Geral	Sessões	Cumprir as obrigações com a aquisição de materiais e com prestadores de serviços; pagamento de diárias e demais despesas que proporcionem condições ideais a realização das funções legislativas.	Sessões	240,00	3.870.000,00	0,00	3.870.000,00
2006	Aquisição e Locação de Softwares	Unidades	Locar e/ou adquirir softwares que darão suporte as atividades legislativas e administrativas	Unidade (Un)	50,00	330.000,00	0,00	330.000,00
2008	Realização de Concurso Público	Unidades	Contratar entidade que realize procedimentos de concurso público para admissão de servidores do quadro efetivo	Unidade (Un)	1,00	60.000,00	0,00	60.000,00
2010	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Unidades	Disponibilizar a servidores e vereadores, condições de desenvolvimento profissional e humano para o melhor desempenho de suas funções	Servidores	120,00	280.000,00	0,00	280.000,00
2012	Publicidade do Legislativo	Unidades	Contratar empresas privadas para prestar serviços de publicidade institucional de interesse público.	Contratos	24,00	798.000,00	0,00	798.000,00
Total Programa								29.218.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 2 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0002 Programa Vereador Mirim
Público Alvo Alunos, professores, diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam 5ª a 9ª ano
Indicador Escolas do Município que ofertem ensino do 5º ao 9º ano
Objetivo Possibilitar aos vereadores que compõem a Câmara Mirim meios eficientes para atingir os objetivos do Programa, em especial ao processo eleitoral que ocorre anualmente com alunos de 5ª ao 9ª ano nos educandários do Município.

Indicador (índice) Planejamento 13 escolas

Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2014	Manutenção do Programa	Sessões	Cumprir as obrigações contratuais com a aquisição de materiais e com prestadores de serviços	Sessões	80,00	98.000,00	0,00	98.000,00
2016	Processo Eleitoral do Programa	Alunos	Contratar serviços e/ou adquirir insumos que deem condições ao pleno êxito das eleições anuais do programa	Alunos	16.000,00	58.000,00	0,00	58.000,00
Total Programa								156.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 3 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 01 Câmara Municipal de Gaspar
Unidade 01 Câmara Municipal de Gaspar
Função 01 LEGISLATIVA
Subfunção 031 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa 0003 Construção de Sede Própria
Público Alvo Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral
Indicador Sede Própria
Objetivo Construção de sede própria para o Legislativo, que abrigue todas as dependências necessárias ao desenvolvimento eficaz das atividades legislativas, de administração e de apoio, num espaço de até 2.500M².

Indicador (índice) Planejamento 2500 M²
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1003	Construção de Sede Própria	Área	Contratar empresa que realize a construção da sede própria de acordo com os projetos.	M²	2.500,00	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00
1007	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Dispor a sede própria de bens móveis apropriados	Unidade (Un)	350,00	700.000,00	0,00	700.000,00
1019	Desenvolvimento/Criação de Projetos e Acompanhamento da Exec	Unidades	Desenvolver os projetos arquitetônico, estrutural, hidráulico, elétrico, preventivo e paisagístico, bem como acompanhar e fiscalizar o cumprimento desses projetos durante a execução da obra	Unidade (Un)	40,00	320.000,00	0,00	320.000,00
Total Programa								4.920.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 4 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Ter estrutura pessoal e física adequada para definir, gerir e coordenar as ações de Governo junto a todas as Secretarias Municipais, com o objetivo maior de promover o Desenvolvimento Econômico de Gaspar, tendo como premissas a Sustentabilidade e o Equilíbrio Social.

Indicador (índice) Planejamento
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1009	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Manter a Estrutura física do Gabinete e seus equipamentos em perfeito funcionamento	Unidade (Un)	20,00	118.520,00	0,00	118.520,00
2018	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Atividade Executada		Permitir que o Gabinete tenha um ambiente físico adequado e um grupo de servidores motivados, possibilitando assim a prestação de serviços de Excelência.	Unidade (Un)	1,00	11.478.011,87	0,00	11.478.011,87
Total Programa								11.596.531,87



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 5 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Ter estrutura pessoal e física adequada para definir, gerir e coordenar as ações de Governo junto a todas as Secretarias Municipais, com o objetivo maior de promover o Desenvolvimento Econômico de Gaspar, tendo como premissas a Sustentabilidade e o Equilíbrio Social.

Indicador (índice) Planejamento
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2092	Manutenção do Distrito Belchior	Atividade Executada	Atendimento do Belchior em sua Manutenção	Unidade (Un)	1,00	2.966.516,82	0,00	2.966.516,82
Total Programa 2.966.516,82								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 6 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade 03 Diretoria de Comunicação
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL
Programa 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação
Público Alvo População Gasparense e Secret. do Município de Gaspar

Indicador (índice) Planejamento

Indicador (índice) Finalizador

Permitir que a Diretoria de Comunicação tenha capacidade e condições físicas, administrativas, de logística e financeiras para informat, comunicar e divulgar os atos do Governo Municipal.

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1011	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Permitir que a Diretoria de Comunicação tenha condições de manter e adquirir os equipamentos necessários para o desempenho eficaz das suas atividades diárias.	Unidade (Un)	20,00	16.500,00	29.311,88	45.811,88
2020	Manutenção da Comunicação	Atividade Executada - Imprensa	Dar suporte financeiro a Diretoria de Comunicação para que ela possa desempenhar suas atividades com equipe própria e também com a ajuda externa da Agência de Publicidade contratada.	Unidade (Un)	1,00	3.761.790,05	0,00	3.761.790,05
Total Programa								3.807.601,93



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 7 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade 27 Defesa Civil

Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção 182 DEFESA CIVIL

Programa 0022 Apoio a Defesa Civil

Público Alvo População do Município de Gaspar

Indicador

Objetivo

Estruturar a Superintendência Defesa Civil possibilitando que a mesma possa dar respostas eficazes a comunidade gasparense quando do registro de ocorrências.

Indicador (índice) Planejamento

Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1203	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Dar suporte financeiro a Defesa Civil possibilitando a obtenção de um grupo de servidores motivados, tendo a disposição equipamentos, materiais e veículos para atuar nas emergências.	Unidade (Un)	20,00	15.000,00	12.657,00	27.657,00
2202	Manutenção da Defesa Civil	Atividade Executada	Dar suporte financeiro a Defesa Civil possibilitando a obtenção de um grupo de servidores motivados, tendo a disposição equipamentos, materiais e veículos para atuar nas emergências.	Unidade (Un)	1,00	1.458.710,82	274.348,89	1.733.059,71
Total Programa								1.760.716,71



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 8 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.

Indicador (índice) Planejamento
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1013	Modernização Administrativa e Fiscal	Administração Modernizada	Modernizar a administração pública e criar políticas de capacitação para o servidor público.	Unidade (Un)	1,00	1.479.263,15	3.250.000,00	4.729.263,15
1015	Aquisição, Construção e Reforma da Sede	Sede Secretária Adquirida, Construída ou Reformada	Adquirir, Construir novo espaço público que comporte a estrutura administrativa do Município.	Unidade (Un)	1,00	43.644,24	0,00	43.644,24
1017	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Melhorar o ambiente de trabalho dos servidores.	Unidade (Un)	80,00	242.596,88	74.218,24	316.815,12
1209	Aquisição de Veículo	Veículo	Aquisição de Veículo para transporte de produtos e entrega nas unidades, usado para recolhimento e transferência de bens móveis.	Unidade (Un)	2,00	140.000,00	0,00	140.000,00
2022	Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	Atividade Executada	Manter a estrutura da Secretaria da Gestão Administrativa e as atividades meios da Fazenda e Gestão Administrativa.	Unidade (Un)	1,00	54.175.699,20	0,00	54.175.699,20
Total Programa								59.405.421,71



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 9 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 15 URBANISMO
Subfunção 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.
Objetivo

Indicador (índice) Planejamento
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1097	Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urb	Terminais Rodoviários Reformados	Manutenção do transporte urbano	Unidade (Un)	1,00	0,00	66.450,00	66.450,00
1249	Construção de Pontos de Ônibus	Construção de Pontos de Ônibus	Construção de Pontos de Ônibus	Unidade (Un)	4,00	0,00	60.000,00	60.000,00
2090	Conservação e Manutenção do Sistemas de Transporte Coletivo	Transporte Coletivo Executado	Melhoria da Infra Estrutura	Unidade (Un)	1,00	1.817.314,34	0,00	1.817.314,34
Total Programa								1.943.764,34



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 10 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 28 ENCARGOS ESPECIAIS
Subfunção 843 SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA
Programa 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador
Objetivo Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela a Administração Direta e Indireta do Município.

Indicador (índice) Planejamento
Indicador (índice) Finalizador

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1045	Encargos Especiais	Encargos	Pagamento de encargos e operações especiais	Unidade (Un)	36,00	16.281.161,06	0,00	16.281.161,06
Total Programa								16.281.161,06



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 11 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	1,00	194.500,00	0,00	194.500,00

Total Programa

194.500,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 12 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0015 Gestao da Ditrان
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Objetivo Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.

Indicador (índice) Planejamento 10%
Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1059	Desapropriação/Aquisição de Imóvel	Imóvel Adquirido	Melhoria do Sistema Viário	Unidade (Un)	1,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1061	Implantação de Ciclovias	Área	Construir e Manter ciclovias para facilitar a Mobilidade Urbana	Km	4,00	0,00	30.000,00	30.000,00
2200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	Cidade Monitorada	Os recursos serão destinados para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo, o que trará mais segurança para população e mais eficiência no trabalho exercido pela PM, uma vez que amplia o seu controle frente as infrações cometidas, como também intimida o infrator, uma vez que este sistema facilita sua identificação.	Unidade (Un)	1,00	0,00	230.415,83	230.415,83
Total Programa								290.415,83



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 13 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0015 Gestao da Ditrán
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Objetivo Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.

Indicador (índice) Planejamento 10%
 Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1147	Manutenção da Área Azul	Atividade Executada - Área Azul	Humanizar o trânsito de Gaspar	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.206.030,13	1.206.030,13
2076	Asfaltamento de Área Pública	Área	Proporcionar segurança nas áreas destinadas a travessia de pedestres e pavimentação de ruas	Km	6,00	0,00	1.725.351,16	1.725.351,16
Total Programa								2.931.381,29



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 14 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito
Função 26 TRANSPORTE
Subfunção 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa 0015 Gestao da Ditrان
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinalização das Ruas, Avenidas e pontes
Objetivo Melhorar as condições de tráfego de veículos e pedestres nas áreas urbanas e rural da cidade.

Indicador (índice) Planejamento 10%
 Indicador (índice) Finalizador 50%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1063	Aquisição de Veículo	Veículo	Renovação da Frota de Veículos	Unidade (Un)	8,00	0,00	450.000,00	450.000,00
1065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Equipamentos necessários para manter os serviços prestados pela Ditrان	Unidade (Un)	16,00	0,00	235.899,88	235.899,88
1067	Educação para o Trânsito	Cursos e Campanhas	Conscientizar a população sobre a segurança no trânsito	Unidade (Un)	4,00	0,00	170.026,16	170.026,16
1069	Reforma e Ampliação da Sede	Sede Reformada	Reforma e Ampliação da sede da Ditrان	Unidade (Un)	1,00	0,00	110.000,00	110.000,00
2078	Manutenção da Ditrان	Atividade Executada - Diretoria de Trânsito	Manutenção da Ditrان, folha de pagamento, sinalização, engenharia e limpeza de vias	Unidade (Un)	1,00	0,00	14.083.686,29	14.083.686,29
Total Programa								15.049.612,33



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 15 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 15 PM - Polícia Militar - Trânsito
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 181 POLICIAMENTO
Programa 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Redução da criminalidade no município, dando tranquilidade e segurança aos Municípios.
Objetivo Fazer com que a Polícia militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar, visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.

Indicador (índice) Planejamento 100% da população atendida
Indicador (índice) Finalizador continuar atendendo 100% dos

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2084	Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	Atividade Executada - Trânsito	Esta ação tem como finalidade o pagamento dos rateios para Fofosensores, CIASC, FUNSET, Energia Elétrica das lombadas eletrônicas, JARI, correios e tarifas bancárias e a diferença da arrecadação é repassado para o - FUMPOM.	Unidade (Un)	1,00	0,00	2.471.101,05	2.471.101,05
Total Programa								2.471.101,05



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 16 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa

Unidade 16 Polícia Militar

Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Subfunção 181 POLICIAMENTO

Programa 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar

Público Alvo População do Município de Gaspar

Indicador Redução da criminalidade no município, dando tranquilidade e segurança aos Municípios.

Objetivo Fazer com que a Polícia Militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar, visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.

Indicador (índice) Planejamento 100% da população atendida
Indicador (índice) Finalizador continuar atendendo 100% dos

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1087	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Rádio Patrulha	Equipamento e Material Permanente	Esta ação tem como finalidade a aquisição de materiais permanentes adquiridos com recursos da Rádio Patrulha.	Unidade (Un)	8,00	9.605,24	7.529,00	17.134,24
1089	Projeto Obras e Reformas Rádio Patrulha	Obras Executadas	Esta ação tem como finalidade a reforma do prédio da Polícia Militar executadas com recursos da Rádio Patrulha.	Unidade (Un)	1,00	0,00	5.000,00	5.000,00
2198	Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha	Atividade Executada - Convênio Rádio Patrulha	Esta ação tem como finalidade a manutenção do Quartel com recursos advindos da Rádio Patrulha	Unidade (Un)	1,00	79.031,89	28.769,99	107.801,88
Total Programa								129.936,12



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 17 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
 Unidade 17 PC - Polícia Civil - Trânsito
 Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
 Subfunção 181 POLICIAMENTO
 Programa 0017 Gestão da Polícia Civil
 Público Alvo População do Município de Gaspar
 Indicador Municipais
 Objetivo Fazer com que a cidade de Gaspar seja cada vez mais um ótimo lugar para viver, proporcionar a melhoria do atendimento e da prestação de serviço visando o aprimoramento dos serviços de segurança e trânsito para população Gasparense.

Indicador (índice) Planejamento 100%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1075	Aquisição de Veículos	Veículo	Substituição da frota em decorrência de deterioração, atendimento das ocorrências Policiais e de trânsito visando a garantia dos direitos humanos, respeito ao cidadão e aplicação da legislação vigente.	Unidade (Un)	8,00	0,00	595.000,00	595.000,00
1077	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Troca dos equipamentos/materiais obsoletos e danificados sem consento e otimização de recursos de aprimoramento da qualidade no atendimento do Cidadão que busca o serviço policial.	Unidade (Un)	120,00	0,00	184.000,00	184.000,00
2082	Manutenção da Polícia Civil	Atividade Executada	Manutenção dos equipamentos, prédio e veículos com otimização de recursos visando a garantia do cumprimento das leis vigentes, a garantia aos princípios de dignidade e de direitos humanos a todos os cidadãos.	Unidade (Un)	1,00	0,00	2.427.521,97	2.427.521,97

Total Programa

3.206.521,97



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 18 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade 18 Corpo de Bombeiros
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção 182 DEFESA CIVIL
Programa 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Sinistro Atendidos e Prevenções
Objetivo Salvar vidas, combater incêndios, resgates e atendimento pré-hospitalar.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Capacetes de resgate, luvas de resgate, kit de proteções de resgate, torre de iluminação, equipamentos para busca terrestre, equipamentos para resgate veicular, equipamentos para busca e salvamento de pessoas ilhadas, equipamentos para combate incêndio florestal, equipamentos para atendimento pré hospitalar, eletrônicos.	Unidade (Un)	200,00	0,00	752.235,00	752.235,00
1073	Reforma da Sede	Sede Reformada	Construção de Reserva náutica, almoxarifado e área de convivência.	Unidade (Un)	1,00	0,00	315.000,00	315.000,00
1303	Aquisição de Veículos	Veículo	Veículo utilitário SAT uma caminhonete AR, uma ambulância, e um caminhão AT para Salvar Vidas, combater incêndios e atendimento pré hospitalar	Unidade (Un)	5,00	0,00	361.825,54	361.825,54
2080	Apoio à Segurança Pública	Atividade Executada - Corpo de Bombeiros	Custeio com manutenção de viaturas, alimentação, combustível, material administrativo, fardamento, estagiárias, manutenção em geral.	Unidade (Un)	1,00	0,00	1.681.430,27	1.681.430,27
Total Programa								3.110.490,81



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 19 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 05 Cultura
Função 13 CULTURA
Subfunção 392 DIFUSÃO CULTURAL
Programa 0008 Gestão da Área da Cultura
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Eventos Culturais e de Lazer em Gaspar
Objetivo Fortalecer as ações visando o resgate de nossas raízes culturais, assegurar mecanismos para o desenvolvimento e manutenção da cultura em nosso município.

Indicador (índice) Planejamento 60%
Indicador (índice) Finalizador 80%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1035	Aquisição/Construção do Centro Integrado da Cultura	Aquisição/Construção	Adquirir/Construir conforme liberação de recursos federais.	Unidade (Un)	1,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2024	Eventos Culturais	Eventos Executados	Manter a realização dos Eventos Culturais e de Lazer.	Quantidade	66,00	206.946,80	0,00	206.946,80
2026	Manut.-Ampl.Centro Cult., Arq. Hist.Bibliotecas e Museu	Atividade Executada	Estimular ações voltadas a cultura.	Cultura	1,00	527.173,34	0,00	527.173,34
Total Programa								
834.120,14								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 20 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 06 Educação Infantil
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil
Público Alvo Alunos da Educação Infantil
Indicador Atendimento de Crianças de 0 à 5 anos
Objetivo Atender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.

Indicador (índice) Planejamento Pré Escola 100% e Creches 50%
Indicador (índice) Finalizador Pré Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
-------------	----------------	---------	------------	---------	---------------------	---------------	-----------------	-------------

2040	Alimentação Escolar	Alunos	Garantir a alimentação escolar com qualidade para o atendimento da educação infantil no sistema municipal de ensino.	Número	11.654,00	3.381.261,25	2.665.833,64	6.047.094,89
------	---------------------	--------	--	--------	-----------	--------------	--------------	--------------

Total Programa

6.047.094,89



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 21 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão04Secretaria de Educação

Unidade06Educação Infantil

Função12EDUCAÇÃO

Subfunção365EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa0009Gestão de Educação de Ensino Infantil

Público AlvoAlunos da Educação Infantil

IndicadorAtendimento de Crianças de 0 a 5 anos

ObjetivoAtender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.

Indicador (índice) PlanejamentoPré Escola 100% e Creches 50%

Indicador (índice) FinalizadorPré Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1021	Construção,Ampliação e Reforma de CDI Salas Multifuncionais	Área	Garantir a universalização da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atingir no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade até 2024.	M²	5.160,00	3.300.166,10	4.516.966,87	7.817.132,97
1027	Aquisição de Imóveis	Imóvel Adquirido	Aquisição de terreno para futuras instalações de Instituição de Educação Infantil.	Unidade (Un)	2,00	2.115.840,00	120.000,00	2.235.840,00
1099	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Garantir disponibilidade de verbas para organização de espaços lúdicos e o próprio ambiente escolar em atendimento as especificidades da educação infantil.	Unidade (Un)	285,00	19.875,80	763.967,64	783.843,44
2038	Ampliação e Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Garantir a universalização da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atingir no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade até 2024, por meio da capacitação de professores e atendimento aos parâmetros de qualidade conforme a proposta de educação infantil da rede municipal de ensino e os parâmetros curriculares voltados a infância, apoiar em caráter complementar os programas de orientação e apoio as famílias por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social durante a educação infantil.Priorizar o acesso a educação infantil e fomentar a oferta de atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência de acordo com a oferta de profissionais para atender esta	Número	11.654,00	16.564.320,09	78.361.098,68	94.925.418,77



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 22 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 06 Educação Infantil
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil
Público Alvo Alunos da Educação Infantil
Indicador Atendimento de Crianças de 0 a 5 anos
Objetivo Atender com qualidade as crianças de 0 a 5 anos do Município de Gaspar.

Indicador (índice) Planejamento Pré Escola 100% e Creches 50%
Indicador (índice) Finalizador Pré Escola 100% e Creches 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
-------------	----------------	---------	------------	---------	---------------------	---------------	-----------------	-------------

demanda. Criar mecanismos que garantam a organização pedagógicas o currículo e as práticas pedagógicas visando a oferta de ensino com qualidade.

Total Programa

105.762.235,18



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 23 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 07 Educação Fundamental
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Programa 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Público Alvo Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano
Indicador Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano
Objetivo Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2046	Alimentação Escolar	Alunos	Manter a oferta da alimentação escolar com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	Número	18.900,00	3.257.682,20	1.392.985,40	4.650.667,60
Total Programa								
4.650.667,60								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 24 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 04 Secretaria de Educação
Unidade 07 Educação Fundamental
Função 12 EDUCAÇÃO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Público Alvo Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano
Indicador Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano
Objetivo Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1029	Constr. Ampliação e Ref. Escolas Quadras Esp. Lab. Salas Mult	Área	Garantir a qualidade no atendimento aos nossos estudantes, oferecendo infraestrutura adequada em toda rede.	M²	5.450,00	2.053.450,44	4.126.215,91	6.179.666,35
1031	Aquisição de Veículo - Caminhão da Escola	Veículo	Manter o serviço de transporte escolar visando atender especificidades da educação básica.	Unidade (Un)	1,00	0,00	228.912,00	228.912,00
1177	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Equipar as escolas da Rede Municipal de Ensino.	Unidade (Un)	1.200,00	19.892,00	1.572.401,20	1.592.293,20
1255	Aquisição de Veículo	Veículo	Manter o serviço de acompanhamento das ações didático pedagógicas e de gestão junto as instituições de ensino.	Unidade (Un)	2,00	0,00	348.912,00	348.912,00
2042	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Garantir o acesso de estudante à Educação Pública Fortalecer o acompanhamento da permanência e aproveitamento escolar em colaboração com as famílias e demais órgãos públicos. Manter e renovar as bibliotecas com equipamentos, espaços e acervo bibliográfico, para bem atender a comunidade escolar. Garantir a formação continuada e demais mecanismos que promovam a organização pedagógica e o currículo visando a oferta de ensino com qualidade. Garantir a implementação da proposta curricular do município de maneira a assegurar a formação básica comum nas instituições de ensino.	Número	18.900,00	44.892.857,49	78.869.382,45	123.762.239,94
2044	Transporte Escolar	Alunos	Ofertar o transporte escolar para o aluno com dificuldade financeira e firmar parcerias com o governo do estado e federal.	Número	6.148,00	1.246.637,99	4.363.806,25	5.610.244,14



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 25 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão	04	Secretaria de Educação	
Unidade	07	Educação Fundamental	
Função	12	EDUCAÇÃO	
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa	0010	Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Público Alvo		Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano	
Indicador		Atendimento de Alunos do 1º ao 9º ano	100%
Objetivo		Atender com qualidade a demanda da educação básica do seu sistema de ensino com suas modalidades.	100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
Total Programa								
137.722.267,63								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 26 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
 Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
 Função 04 ADMINISTRAÇÃO
 Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenv. Econôm. Turismo e Renda
 Público Alvo População do Município de Gaspar
 Indicador Empresas estabelecidas
 Objeto Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento 10%
 Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1041	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Equipar a secretaria para uma boa apresentação e agilização dos serviços, com móveis e equipamentos.	Unidade (Un)	4,00	23.000,00	0,00	23.000,00
2054	Manutenção das ações da Secretaria	Atividade Executada	Incentivar ao desenvolvimento Econômico do Município, dando continuidade as ações de fomento ao desenvolvimento econômico apoiando as entidades empresariais, a geração de emprego e renda e a qualificação da mão de obra.	Unidade (Un)	1,00	3.622.279,17	132.000,00	3.754.279,17

Total Programa

3.777.279,17



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 27 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvol. Econôm. Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1205	Projeto Cidade Inteligente	Equipamento Instalado	Implantar anel de fibra ótica no Município.	Unidade (Un)	1,00	0,00	110.000,00	110.000,00
Total Programa								110.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 28 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função 22 INDÚSTRIA
Subfunção 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvol. Econôm. Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2058	Incentivo Econômico a Empresas	Atividade Executada - Empresas	Captação de novas empresas e valorização do empresário local, fomentando o desenvolvimento econômico especialmente de novas tecnologias através do incentivo direto as novas empresas e as ampliações.	Unidade (Un)	4,00	145.880,00	625,00	146.505,00
2060	Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas/Incubadoras	Atividade Executada - Empresas	Valorização das iniciativas locais, incentivo ao Micro e Pequeno Empreendedor e as iniciativas de Cooperativismo e Associativismo.	Unidade (Un)	7,00	63.000,00	0,00	63.000,00
Total Programa								209.505,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 29 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção 692 COMERCIALIZAÇÃO
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvol. Econôm. Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1043	Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto Executado	Incentivar a valorização de nosso Rio Itajaí Acu, também como alternativa hidroviária, resgate de áreas degradadas as margens do Rio Itajaí, principal manancial de abastecimento de água da cidade. Estabelecer novos rumos para a questão do saneamento básico através da valorização do Rio.	Etapas	6,00	0,00	717.000,00	717.000,00
Total Programa								717.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 30 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão	05	Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade	10	Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função	23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
Subfunção	695	TURISMO
Programa	0013	Gestão da Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Turismo e Renda
Público Alvo		População do Município de Gaspar
Indicador		Empresas estabelecidas
Objetivo		Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento

10%

Indicador (índice) Finalizador

60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1037	Construção de Centro de Eventos/Marcos	Projeto Executado	Identificação do território do Município de Gaspar.	Unidade (Un)	6,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2062	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Capacitação e atualização no acompanhamento de novas tecnologias e também divulgar o município	Unidade (Un)	13,00	41.889,60	99.996,90	141.886,50
Total Programa								241.886,50



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 31 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 05 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Unidade 10 Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Renda e Turismo
Função 27 DESPORTO E LAZER
Subfunção 813 LAZER
Programa 0013 Gestão da Secretaria de Desenvol. Econôm. Turismo e Renda
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Empresas estabelecidas
Objetivo Identificar e desenvolver com a participação das entidades e empresários, o desenvolvimento econômico do Município garantindo uma melhor qualidade de vida do cidadão.

Indicador (índice) Planejamento 10%
Indicador (índice) Finalizador 60%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2066	Apoio a Eventos Sociais e Comunitários de Interesse Público	Edições Executadas	Movimento comunitário de aproximação do poder público com a população, promover o Lazer para comunidade aproveitando espaços públicos (Praça Getúlio Vargas). Fomentar o incremento nas vendas do comércio local.	Unidade (Un)	36,00	120.400,91	0,00	120.400,91
2068	Natal de Gaspar	Edições Executadas	Participação da população nos diversos eventos de Natal, promovendo a integração, propiciar a comunidade momentos de lazer durante as festas de fim de ano, incrementar as vendas no comércio.	Unidade (Un)	4,00	553.737,53	0,00	553.737,53
2070	Semana Aniversário Município	Edições Executadas	Manutenção e valorização das tradições do Município	Unidade (Un)	4,00	502.667,46	0,00	502.667,46
2182	ExpoGaspar	Edições Executadas	Exposição e valorização dos produtos locais e Regionais, realizando evento para fomento da economia e valorização da cultura local, com realização também do Festival de Inverno.	Unidade (Un)	4,00	1.000.153,81	41.578,33	1.041.732,14

Total Programa

2.218.538,04



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 32 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municipais
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) Planejamento 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1163	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	Unidade de Saúde	Promover ampliação, manutenção e equipamentos nas Unidades de Saúde	Unidade (Un)	4,00	632.301,72	1.594.052,67	2.226.354,39
2122	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	Promoção a Saúde	Proteção a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção de saúde dos municípios que impacte na qualidade de vida de toda a coletividade.	Municipais	66.213,00	511.223,00	28.718.850,00	29.230.073,00
2152	Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	Ações e serviços voltados a promoção, proteção e recuperação da saúde de acesso universal, igualitário e gratuito.	Unidade (Un)	1,00	88.150.420,49	525,00	88.150.945,49
Total Programa								119.607.372,88



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 33 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municipais
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) Planejamento 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2132	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as ações do Redução de Danos e Promoção a saúde CAPS		Fortalecer os serviços na área de saúde mental	Municipais	66.213,00	0,00	1.660.699,69	1.660.699,69
2138	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexi	Promoção à Saúde	Atender os problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência demanda profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o diagnóstico e tratamento.	Municipais	66.213,00	34.600.036,83	25.432.969,88	60.033.006,71
Total Programa								61.693.706,40



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 34 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) Planejamento 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2140	Ampliar e Manter Aquis. de Medic. Conf. Preconiza a NOAS SUS	Promoção à Saúde	Promover a seleção, aquisição e distribuição de medicamentos essenciais à população, promovendo a política pública de assistência farmacêutica do município.	Municípios	66.213,00	4.175.398,66	2.602.203,51	6.777.602,17

Total Programa

6.777.602,17



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 35 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) Planejamento 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	Promoção à saúde	Observação e análise permanentes da situação de saúde da população . Destinada a controlar riscos e danos à saúde, incluindo a abordagem individual e coletiva dos problemas de saúde.	Municípios	66.213,00	0,00	1.826.363,27	1.826.363,27

Total Programa

1.826.363,27



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 36 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 10 SAÚDE
Subfunção 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Municípios
Objetivo Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

Indicador (índice) Planejamento 70%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2128	Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	Promoção à saúde	Observação e análise permanentes da situação de saúde da população . Destinada a controlar riscos e danos à saúde, incluindo a abordagem individual e coletiva dos problemas de saúde.	Municípios	66.213,00	0,00	973.007,31	973.007,31
Total Programa								973.007,31



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 37 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 06 Fundo de Saúde
Unidade 11 Fundo de Saúde
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	1,00	51.000,00	0,00	51.000,00

Total Programa

51.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 38 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 07 Secretaria de Agricultura e Aquicultura
Unidade 12 Secretaria de Agricultura e Aquicultura
Função 20 AGRICULTURA
Subfunção 606 EXTENSÃO RURAL
Programa 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro
Público Alvo Agricultores e Piscicultores do Município de Gaspar
Indicador Produtores de Gaspar
Objetivo Capacitar o setor agrícola e pesqueiro.

Indicador (índice) Planejamento 85%
Indicador (índice) Finalizador 95%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1131	Aquisição de Veículos	Veículo	Melhorar o atendimento do agricultor.	Unidade (Un)	1,00	50.000,00	0,00	50.000,00
1133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Melhorar o atendimento ao agricultor.	Unidade (Un)	10,00	89.392,91	1.211.773,66	1.301.166,57
1137	Reforma da Sede da Secretaria	Sede Secretaria Reformada	Melhorar o atendimento ao agricultor	Unidade (Un)	1,00	0,00	21.000,00	21.000,00
2104	Manutenção das Atividades Agrícolas e Pesqueira	Atividade Executada	Atender a demanda gerada pela agricultura do município	Unidade (Un)	1,00	9.706.999,68	5.534,82	9.712.534,50
2106	ExpoFeira e Seminários de Capacitação de Agricultores	Cursos e Palestras	Capacitar os agricultores.	Projeto	40,00	399.403,41	0,00	399.403,41
Total Programa								11.484.104,48



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 39 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0011 Const.Manut.Melh.Infr. estr. Munic. por Meio Avanço Gaspar
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Execução dos Projetos Previstos
Objetivo Alavancar o desenvolvimento e a competitividade da economia local, proporcionando aumento da renda e da riqueza do município de Gaspar, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos recursos naturais e eleve a qualidade da vida da população.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1207	Const.Manut.Melh.Infr. Estrut. Munic. por Meio Avanço Gaspar	Projeto Executado	Alavancar o desenvolvimento e a competitividade da economia local, proporcionando aumento da renda e da riqueza do município de Gaspar, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos recursos naturais e eleve a qualidade da vida da população.	Unidade (Un)	1,00	10.392.715,48	24.307.231,77	34.699.947,25
1253	Pavimentação de Ruas Gestão Compartilhada (GECOM)	Ruas Pavimentadas	Melhorias das Vias dos bairros e infra estrutura.	M²	102.000,00	11.259.835,69	0,00	11.259.835,69
Total Programa								
45.959.782,94								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 40 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Protocolos de Solicitações de Manutenção
Objetivo Fazer de Gaspar o Município Catarinense com a melhor qualidade de vida.

Indicador (índice) Planejamento 50%
 Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1049	Construção de Vias Públicas	Ruas abertas	Abertura de novas vias públicas e revitalização de vias existentes.	Unidade (Un)	4,00	30.000,00	0,00	30.000,00
2072	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas da Iluminação Pública	Fazer de Gaspar o município Catarinense com a melhor qualidade de vida	Unidade (Un)	47.236,00	110.083,80	17.395.434,43	17.505.518,23
2074	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Atividade Executada	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Unidade (Un)	1,00	47.538.452,05	3.754.787,61	51.293.239,66
Total Programa								68.828.757,89



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 41 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Unidade 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função 15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Protocolos de Solicitações de Manutenção
Objetivo Fazer de Gaspar o Município Catarinense com a melhor qualidade de vida.

Indicador (índice) Planejamento 50%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1053	Aquisição de Equip., Material Perman., Máquinas e Caminhões	Máquinas Equipamento e Material Permanente	Renovação e ampliação da frota de máquinas e equipamentos para obras no município.	Unidade (Un)	12,00	77.774,00	66.889,00	144.663,00
1055	Reforma da Secretaria	Sede da Secretaria Reformada	Adequação das instalações físicas da Secretaria de Obras.	M²	1.500,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Programa								154.663,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 42 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1221	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Assentamento Urbanizado	Finalização da obra, área do Programa de Recuperação Ambiental de Área Degradada no local onde foram removidas as moradias em área de risco. Execução do mirante.	Unidade (Un)	3,00	153.532,42	498.625,65	652.158,07
2088	Manutenção das Ações da Secretaria	Atividade Executada	Realizar atividades de manutenção da Secretaria como aquisição de materiais de expediente, pagamento de servidores, pagamento de diárias necessárias, cursos enfim manter a estrutura da secretaria		1,00	18.179.438,57	403.638,00	18.583.076,57
Total Programa								19.235.234,64



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 43 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1119	Aquis. de Equip. de Informát. software, móveis e Mat. Perman	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de novos computadores, software relacionado a engenharia, arquitetura e cadastro. Compra de mesas, cadeiras e armários/ arquivos.	Unidade (Un)	60,00	157.715,95	83.836,40	241.552,35

Total Programa

241.552,35



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 44 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 04 ADMINISTRAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1261	Execução de Trabalhos Sócio Ambiental	Trabalho Sócio Ambiental Executado	Execução de Trabalho no loteamento Margem Esquerda durante a execução da obra conforme exigência da Licença Ambiental, realização de trabalho junto a implantação das obras de drenagem, esgotamento sanitário e execução do Anel de Contorno Viário Urbano. Elaborar Plano Municipal de Habitação. Elaborar Projetos para melhorias de habitações precárias. Dotar a população do sentimento de pertencimento e cuidados com as obras públicas e formar lideranças	Unidade (Un)	8,00	0,00	75.000,00	75.000,00
Total Programa								75.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 45 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão	09	Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade	19	Secretaria de Planejamento Territorial
Função	15	URBANISMO
Subfunção	182	DEFESA CIVIL
Programa	0019	Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo		População do Município de Gaspar
Indicador		Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo		Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento

Indicador (índice) Finalizador

0% Esgotamento Sanitário / 50%

25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1267	Serviços de Contenção de encostas	Encosta Contida	Realização de obras de contenção de encostas em situação de emergência / áreas de risco.	Unidade (Un)	8,00	0,00	450.000,00	450.000,00
Total Programa								450.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 46 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão	09	Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade	19	Secretaria de Planejamento Territorial
Função	15	URBANISMO
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa	0019	Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo	População do Município de Gaspar	
Indicador	Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação	
Objetivo	Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.	

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1095	Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	Ruas Pavimentadas	Execução de obras de qualificação e pavimentação de vias conforme Projeto: Rua Bonifácio Haendchen, Rua Itajai, Loteamento Margem Esquerda e Rua Carlos Roberto Schramm, finalização da Rua Artur Pofo, Previsão da execução da reurbanização da Rua Barão do Rio Branco, Rua Duque de Caxias e Avenida Deputado Francisco Mastella. Qualificação e pavimentação da Rua Fausto Dagnoni, Rodolfo Vieira Pamplona, Leonardo Pedro Schmitt, Vidal Flávio Dias, Estrada Geral Garuba, Rua Antônio Schmitt e outras enfim melhorias das vias dos bairros e infra estrutura	Km	33,00	4.349.216,57	60.558.402,50	64.907.619,07
1101	Implantação de Interseções Viárias	Interseções Viárias Implantadas	Implantação de interseções no sistema viário necessárias para melhorar a circulação e segurança dos transeuntes; Avenida Frei Godofredo x Rua São Bento, Entrada da Alameda Multuso na Rua Hercílio Fides Zimmermann, Interseções dos trechos do Anel de Contorno Viário Urbano a ser implantado em etapas.	Unidade (Un)	4,00	40.000,00	297.198,22	337.198,22
1107	Melhor Vias Exist., Pavim	Implant. Ciclovias, Calç., Arbor. e Implantação de infra-estrutura	Implantação de ciclovia, calçadas e arborização na Rua Hercílio Fides Zimmermann, Rua Frei Solano, Rua Prefeito Leopoldo Schramm, Rua Sete de Setembro e outras, melhorando a qualidade de vida, humanizar o trânsito.	Unidade (Un)	8,00	130.000,00	1.000.000,00	1.130.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 47 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1109	Implant. Sistemas Drenagem Pluvial e Escoam. Águas Superfíc	Drenagem Executada	Implantação do sistema de drenagem no entorno da VP57 (via projetada de ligação entre a Avenida Deputado Francisco Mastella e Avenida Frei Godofredo), melhorias no bairro Figueira, Margem Esquerda, Colônia, comunidade Sertão Verde, Gasparinho e Santa Terezinha.	Unidade (Un)	4,00	30.000,00	2.456.000,00	2.486.000,00
1113	Implantação de Equipamentos e Mobiliário Urbano	Equipar e Mobiliar	Implantação de bancos, lixeiras, parapiquês, luminárias, academias, playground em espaços públicos assim melhorando a Qualidade de Vida da População Gasparense.	Unidade (Un)	120,00	125.000,00	700.000,00	825.000,00
1121	Anel Viário Urbano e Abertura de Vias	Extensão executada	Execução das obras do Anel de Contorno Viário Urbano - abertura de trechos e melhorias nas vias existentes do traçado, melhorando o tráfego de veículos entre os municípios	Km	36,00	2.123.259,18	22.953.959,62	25.077.218,80
1259	Implantação de Parque e Praças e Melhorias nos Existentes	Praças e Parques	Implantação de Parque Municipal entre os bairros Santa Terezinha e Sete de Setembro e melhorias na Arena Multiuso. Implantação do mirante Marco Zero em frente à Praça Getúlio Vargas e Praça da Bela Vista e Parque Náutico.	Unidade (Un)	8,00	225.000,00	2.310.000,00	2.535.000,00
Total Programa								97.298.036,09



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 48 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu
Público Alvo População do Município de Gaspar e região.
Indicador Melhorias no Entorno Imediato
Objetivo Implantar melhorias no entorno da Ponte do Vale, na interseção da Rua Itajaí com a Rodovia Jorge Lacerda.

Indicador (índice) Planejamento 90%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1093	Obras de Infraestr. do anel viário com Constr. Nva Ponte sob	Ponte com Anel Viário Executado	Execução de obras complementares de melhorias da circulação e segurança do entorno da Ponte do Vale - interseção com a Rua Itajaí.	Unidade (Un)	4,00	0,00	3.695,008,58	3.695,008,58
Total Programa								3.695,008,58



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 49 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1115	Contratação de Projetos e Serviços Técnicos	Elaboração de Projetos	Projetos técnicos para o Anel de Contorno Viário Urbano, Serviço técnico para o estudo de drenagem e concepção de ocupação da área entre a Avenida Francisco Mastella e a Avenida Frei Godofredo, Projeto do Parque Municipal Santa Terezinha, projetos de ruas a capilar recursos citadas na qualificação de ruas, Projeto do Centro Administrativo.	Unidade (Un)	20,00	87.922,22	296.985,40	384.907,62
1117	Aquisição de Terrenos e Desapropriações	Imóvel Adquirido	Aquisição de terrenos para implantação da Estação de Tratamento de Esgoto, aquisição de imóveis para abertura do Anel de Contorno Viário Urbano, aquisição de terrenos para abertura de novas ruas e parque municipal, aquisição de terreno para realização de novos ramais de drenagem.	Unidade (Un)	10,00	1.329.707,72	150.000,00	1.479.707,72
2096	Revisão e Complementação do Plano Diretor e Geoprocessamento	Plano Revisado	Atualização da base de dados do município e ampliação do levantamento para toda a área urbana e alguns trechos rurais. Ajustes e conclusão da revisão do Plano Diretor com foco no uso e ocupação do solo.	Unidade (Un)	1,00	30.000,00	610.000,00	640.000,00

Total Programa 2.504.615,34



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 50 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 16 HABITAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1111	Progr. de Regul. de Assent. Informais e Cadastro Imobiliário	Projeto Executado	Regularização fundiária do Jardim Primavera, Santa Terezinha (atrás cemitério), Loteamento Margem Esquerda e outros em vias irregulares.	Unidade (Un)	8,00	30.000,00	300.000,00	330.000,00
Total Programa								330.000,00



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 51 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 16 HABITAÇÃO
Subfunção 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 0023 Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Famílias de baixa renda a serem atendidas
Objetivo Propiciar acesso a moradia digna as famílias cadastradas no sistema de habitação deste município.

Indicador (índice) Planejamento 1500 famílias
Indicador (índice) Finalizador 300 famílias

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1103	Construção de Unidades Habitacionais e locação social.	Moradias Construídas	Construção de unidades habitacionais de interesse Social existentes no bairro Gasparinho e Margem Esquerda bem como em novos lotes. Locação social necessária após demolição das edificações em áreas de risco e período de construção das novas moradias.	Unidade (Un)	50,00	50.000,00	546.938,40	596.938,40

Total Programa

596.938,40



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 52 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 09 Secretaria de Planejamento Territorial
Unidade 19 Secretaria de Planejamento Territorial
Função 18 GESTÃO AMBIENTAL
Subfunção 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa 0019 Constr. Manut. Melh. Infra. Munic. Sec. Planej. Territorial
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Esgotamento Sanitário - Drenagem Pluvial e Pavimentação
Objetivo Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

Indicador (índice) Planejamento 0% Esgotamento Sanitário / 50%
Indicador (índice) Finalizador 25% Esgotamento Sanitário / 75%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1269	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	Projeto Executado	Execução do sistema de esgotamento sanitário projetado para os bairros Santa Terezinha, Sete de Setembro e Centro, conforme projeto executivo já finalizado.	Unidade (Un)	4,00	155.000,00	38.983.402,40	39.138.402,40
1271	Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água	Projeto Executado	Melhorias e ampliação da estrutura da ETA I e ETA II.	Unidade (Un)	4,00	0,00	800.000,00	800.000,00
2088	Educ. Ambient. paisag. e arboriz. Urb. de esp. públ. proteção en	Projeto Executado	Contratação de trabalhos na área ambiental com foco nas áreas de preservação permanente do município.	Unidade (Un)	4,00	0,00	315.043,21	315.043,21
Total Programa								40.253.445,61



MUNICÍPIO DE GASPAS - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 53 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) Planejamento 80%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1191	Aquisição de Veículos	Veículo	Veículo APAE	Unidade (Un)	1,00	83.736,67	100.000,00	183.736,67
Total Programa								183.736,67



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 54 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) Planejamento 80%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento Realizados	Oferecer serviços de atendimento as famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora do seu núcleo familiar.	Serviços	4,00	5.241.624,05	638.158,56	5.879.782,61
Total Programa								5.879.782,61



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 55 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) Planejamento 80%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1189	Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Adquirir material permanente, móveis, eletroeletrônico, equipamentos, para atendimento dos programas socioassistenciais da Secretaria.	Peças	50,00	28.969,00	346.900,00	375.869,00
1191	Aquisição de Veículos	Veículo	Veículo para Assistência Social	Unidade (Un)	1,00	0,00	350.000,00	350.000,00
1193	Manter BPC - Benefício Prestação Continuada	Ação Executada	Verificar as condições de origem do benefício, seu impacto na qualidade de vida dos beneficiários e identificar demandas urgentes por serviços socioassistenciais.	Projeto	4,00	0,00	10.642,58	10.642,58
1199	Construção e Implantação de CRAS	Construção	Construção e Implantação de CRAS	Unidade (Un)	2,00	0,00	700.000,00	700.000,00
1231	Implantar Programas na Área Social	Convênios Realizados	Direcionar incentivos diversos visando resolver as principais necessidades das famílias vivem em condições de pobreza extrema.	Entidades	12,00	0,00	363.000,00	363.000,00
2164	Manter Ações de Desenvolvimento Social	Ações Desenvolvidas	Manter as atividades e serviços socioassistenciais ofertados pela Secretaria de Assistência Social.	Secretaria	4,00	17.847.043,76	500.000,00	18.347.043,76
2166	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada	Bolsa Família	Realizar atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa Família a fim de garantir qualidade nas informações e manter os dados da família sempre atualizados.	Programa	1,00	0,00	290.671,69	290.671,69
2168	Gestão de Benefícios Eventuais	Benefícios Concedidos	Levantamento de demanda de indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade temporária, buscando agilidade e prestação, proporcionando o fortalecimento das potencialidades e vínculos de indivíduos e suas famílias.	Programa	4,00	1.062.707,68	34.860,64	1.097.568,32



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 56 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social

Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social

Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social

Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) Planejamento 80%

Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2180	Convênios com Entidades	Convênios Realizados	Manter convênios com entidades que prestam serviços à população.	Entidades	12,00	4.500,00	0,00	4.500,00
2192	Manter Proteção Social Básica	Fortalecimento de Vínculos	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Serviços	4,00	3.750,00	2.414.648,40	2.418.398,40
2194	Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	Atendimento de Famílias com Direitos Violados	Garantir a indivíduos e famílias cujos direitos foram violados, a reparação de danos, a reabilitação das possibilidades psico-sociais e o fortalecimento dos laços e vínculos familiares e comunitários. Busca-se o desenvolvimento de seu protagonismo e inserção social como meio de construção de sua autonomia.	Serviços	4,00	3.750,00	1.576.214,16	1.579.964,16
2196	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento	Oferecer serviços de atendimento as famílias e aos indivíduos - pessoa idosa e com deficiência - que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora do seu núcleo familiar.	Serviços	4,00	2.866.327,73	0,00	2.866.327,73

Total Programa

28.403.985,64



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 57 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 20 Fundo de Assistência Social
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	1,00	15.000,00	0,00	15.000,00

Total Programa

15.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 58 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 10 Fundo de Assistência Social
Unidade 22 Fundo Municipal do Idoso
Função 13 CULTURA
Subfunção 241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO
Programa 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Público Alvo População do Município de Gaspar em Situação de Vulnerabilidade Social
Indicador Municípios em Situação de Vulnerabilidade Social
Objetivo Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso.

Indicador (índice) Planejamento 80%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2210	Manutenção das Atividades do Idoso			Unidade (Un)	1,00	126.000,00	83.000,00	209.000,00
Total Programa								
209.000,00								



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 59 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município
Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município
Função 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção 061 AÇÃO JUDICIÁRIA
Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar
Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica
Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2204	Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral	Atividade Executada	Pagamento de Honorários Advocatícios.	Unidade (Un)	1,00	0,00	156.991,01	156.991,01
Total Programa								156.991,01



MUNICÍPIO DE GASP - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 60 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município
Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município
Função 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar
Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica
Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Equipar o órgão responsável por prestar assessoria à toda a Administração Municipal, com livros, computadores e demais materiais permanentes.	Unidade (Un)	60,00	43.848,00	0,00	43.848,00
2100	Manutenção da Procuradoria Geral	Atividade Executada	Manutenção do órgão responsável por prestar assessoria à toda a Administração Municipal, com exceção do SAMAE, no que diz respeito à legalidade dos atos administrativos, assim como dar encaminhamento a todas as ações judiciais nas quais o Município é parte até a sua extinção, para tanto é necessária a remuneração adequada aos servidores, cursos de atualização e capacitações técnicas, pagamento de precatórios judiciais, Requerimentos para pagamentos e despesas judiciais, contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades.	Unidade (Un)	1,00	15.916.133,71	294.005,61	16.210.139,32
Total Programa								16.253.987,32



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 61 de 68
19/09/2019 09:18:12

Órgão 11 Procuradoria-Geral do Município
Unidade 23 Procuradoria-Geral do Município
Função 14 DIREITOS DA CIDADANIA
Subfunção 422 DIREITOS INDIVIDUAIS COLETIVOS E DIFUSOS
Programa 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Público Alvo Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar
Indicador Acompanhamento de Processos Judiciais e Administrativos, e Assessoria Jurídica
Objetivo Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Gaspar, assim como assessorar os órgãos da Administração em geral.

Indicador (índice) Planejamento 100%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1127	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor	Unidade (Un)	10,00	0,00	81.368,91	81.368,91
2030	Manut.Ativ.Fundo do Progr.deProt. e defesa do Consumidor PRO	Atividade Executada	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor	Unidade (Un)	1,00	0,00	174.530,80	174.530,80
Total Programa								255.899,71



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 62 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Função 27 DESPORTO E LAZER
Subfunção 811 DESPORTO DE RENDIMENTO
Programa 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Participação da População no Esporte e Lazer
Objetivo Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar.

Indicador (índice) Planejamento 10%
 Indicador (índice) Finalizador 40%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1181	Aquisição de Veículos	Veículo	Manutenção de ginásios e praças esportivas, locomoção para eventos.	Unidade (Un)	2,00	0,00	50.000,00	50.000,00
2158	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades Atendidas	Dar continuidade aos projetos existentes e aumentar modalidade esportiva a cada ano, buscando inclusão social e aumento de qualidade de vida dos gasparenses.	Unidade (Un)	8,00	223.629,60	0,00	223.629,60
Total Programa								273.629,60



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 63 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Função 27 DESPORTO E LAZER
Subfunção 812 DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer
Público Alvo População do Município de Gaspar
Indicador Participação da População no Esporte e Lazer
Objetivo Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar.

Indicador (índice) Planejamento 10%
 Indicador (índice) Finalizador 40%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1185	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas Construídas	Construção de novos espaços esportivos e reformas dos já existentes, para termos espaços adequados para prática esportiva e lazer incentivando a inclusão social e hábitos saudáveis para a população gasparense, fortalecendo a prática esportiva em nossa cidade.	Unidade (Un)	4,00	80.450,00	1.100.000,00	1.180.450,00
1187	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de equipamentos para manter e expandir as áreas de lazer, como também a parte administrativa.	Unidade (Un)	10,00	10.289,32	0,00	10.289,32
2162	Manutenção do Esporte em Gaspar	Esporte Executado	Manutenção de todas as praças esportivas, despesas fixas e pagamentos dos servidores e apoio a eventos esportivos, melhorando a qualidade de vida da população com inclusão social, esporte, rendimento e a prática do lazer proporcionando hábitos mais saudáveis e interagindo com a população gasparense.	Unidade (Un)	4,00	7.650.661,38	521.856,46	8.172.517,84
Total Programa								9.363.257,16



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 64 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Unidade 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	4,00	27.800,00	0,00	27.800,00

Total Programa

27.800,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 65 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 13 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Unidade 26 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Função 17 SANEAMENTO
Subfunção 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 0025 Gestão do SAMAE
Usuários do Samae
Público Alvo Usuários do Samae
Indicador Abastec.de água(Estab e Domic.)Coleta de Resíduos(Estab e Domic.)Coleta e Tratamento (domicílios)
Objetivo Ampliar e melhorar os serviços de saneamento para melhor atender os usuários.

Indicador (índice) Planejamento 93%; 99% e 0%.
Indicador (índice) Finalizador 96%; 100% e 300 domicílios.

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1141	Consórcio Público AGIR	Consórcio	Consórcio Público	Consórcio	1,00	487.183,00	0,00	487.183,00
1153	Aquisição de Veículos	Veículo	Adquirir os serviços para um melhor atendimento aos usuários.	Unidade (Un)	20,00	2.012.325,00	0,00	2.012.325,00
1155	Aquisição de Imóvel/Desapropriação	Terreno	Melhorar a funcionalidade e o ambiente de trabalho.	Unidade (Un)	3,00	470.000,00	0,00	470.000,00
1157	Aquisição de Bombas, Equipos. e Mobília em Geral	Equipamento e Material Permanente	Garantir a qualidade e continuidade dos serviços.	Unidade (Un)	260,00	1.230.000,00	0,00	1.230.000,00
1159	Esgoto Sanitário - Implantação/Ampliação/Manutenção	Residências	Implantação do esgoto sanitário	Residências	450,00	753.000,00	0,00	753.000,00
2110	Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	Atividade Executada	Manter a folha de pagamento dos servidores e despesas com a manutenção da autarquia.	Unidade (Un)	4,00	43.209.817,00	0,00	43.209.817,00
2112	Construções de Reservatórios	Reservatório Construído	Garantir o abastecimento de água potável a população.	Unidade (Un)	4,00	3.050.000,00	0,00	3.050.000,00
2114	Coleta de Lixo	Resíduo Coletado	Organizar e prestar os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos, mantendo a cidade limpa, visando a saúde dos munícipes.	Tonelada	71.460,00	26.560.000,00	0,00	26.560.000,00
2116	Ampliação/Manut. da Rede de Água, Esgoto e Drenagem	Extensão	Garantir o abastecimento de água potável para os usuários e extensão da rede de água e drenagem das águas.	Km	430,00	16.240.000,00	0,00	16.240.000,00
2118	Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos	Veículos/Equipamentos Mantidos	Conservar e manter os veículos funcionando para melhor atendimento.	Unidade (Un)	52,00	2.565.000,00	0,00	2.565.000,00
Total Programa								96.577.325,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 66 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 13 Serviço Aut.Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Unidade 26 Serviço Aut.Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Programa 0007 Reserva de Contingência
Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
Objetivo Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	Unidade (Un)	1,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Total Programa								200.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021
Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 67 de 68
 19/09/2019 09:18:12

Órgão 14 Fundo de Atend da Criança e do Adolescente
Unidade 22 Fundo de Atend da Criança e do Adolescente
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa 0027 Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente
Público Alvo Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade Social.
Indicador PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE GASPAR
Objetivo Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento à Criança e ao Adolescente.

Indicador (índice) Planejamento 50%
Indicador (índice) Finalizador 100%

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Próprio	Valor Terceiros	Valor Total
1175	Criar e manter programa, projetos, serviços e ações Convênios com enti		Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento à Criança e ao Adolescente.	Projetos, Programas e Ações	80,00	4.167.519,05	1.709.500,00	5.877.019,05
2156	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adol.FIA	Atividade Executada	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adol.FIA	Programa	1,00	1.873.445,05	727.000,00	2.600.445,05
Total Programa								8.477.464,10



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021

Plano Plurianual - Anexo de Prioridades

Página 68 de 68

19/09/2019 09:18:12

Órgão 14 Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente
 Unidade 22 Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente
 Função 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 Subfunção 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 Programa 0007 Reserva de Contingência
 Público Alvo Administração Direta e Indireta e Cidadão Gasparense
 Indicador Passivos Contingentes e situações de calamidade pública
 Objeto Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.
 Diretriz: Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência.
 Diagnóstico: A reserva de contingência é usada para atender ao equilíbrio orçamentário em situações imprevistas como: ações judiciais, calamidade pública, passivos contingentes e outras ocorrências imprevistas que venha ocorrer na execução orçamentária.

Indicador (índice) Planejamento Não se Aplica Indicadores para
 Indicador (índice) Finalizador Não se Aplica Indicadores para

Código Ação	Descrição Ação	Produto	Finalidade	Unidade	Quantidade Prevista	Valor Proprio	Valor Terceiros	Valor Total
2999	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública	(Un)	1,00	40.000,00	0,00	40.000,00

Total Programa 40.000,00

Total Geral: 1.070.084.318,16

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral	
<u>PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE 2018 A 2021 - ESTIMATIVAS</u>	
<u>DAS RECEITAS</u>	
Receita	Total
Receitas Correntes	980.571.481,17
Receitas de Capital	173.252.636,92
Deduções da Receita	- 83.739.799,93
TOTAL GERAL	1.070.084.318,16

LEI Nº 4.019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224962



MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI Nº 4.019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**ALTERA ANEXO DA LEI Nº 4.006, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei nº 4.006, de 16 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Gaspar para o exercício de 2020, modificando os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 07 de novembro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
Exercício de 2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art.4º, § 1º)

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	295.800.000,00	284.423.076,92	100,000%	128,027%	307.000.000,00	284.522.706,21	100,000%	130,702%	318.400.000,00	284.412.684,23	100,000%	130,269%
Receitas Primárias (I)	255.565.347,40	245.735.910,96	100,000%	110,613%	304.400.700,00	282.113.716,40	100,000%	129,596%	315.699.588,75	282.000.525,90	100,000%	129,164%
Despesa Total	295.800.000,00	284.423.076,92	100,000%	128,027%	307.000.000,00	284.522.706,21	100,000%	130,702%	318.400.000,00	284.412.684,23	100,000%	130,269%
Despesas Primárias (II)	286.853.793,42	275.820.955,21	100,000%	124,155%	291.492.218,26	270.150.341,30	100,000%	124,100%	303.917.792,67	271.476.366,83	100,000%	124,344%
Resultado Primário (III)=(I-II)	-31.288.446,02	-30.085.044,25	100,000%	-13,542%	12.908.481,74	11.963.375,11	100,000%	5,496%	11.781.796,08	10.524.159,07	100,000%	4,820%
Resultado Nominal	-32.867.851,32	-31.603.703,19	100,000%	-14,226%	11.191.801,90	10.372.383,60	100,000%	4,765%	10.867.477,32	9.707.438,43	100,000%	4,446%
Div.Pública Consolidada	86.706.243,45	83.371.387,93	100,000%	37,528%	75.774.441,55	70.226.544,53	100,000%	32,260%	65.179.214,23	58.221.718,83	100,000%	26,667%
Div.Consolidada Líquida	79.706.243,45	76.640.618,70	100,000%	34,498%	68.514.441,55	63.498.092,26	100,000%	29,169%	57.646.964,23	51.493.491,94	100,000%	23,586%
Receitas Primárias advindas de PPPs (IV)	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%
Despesas Primárias geradas por PPPs (V)	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%
Impacto do saldo das PPPs (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%	0,00	0,00	0,000%	0,000%
Variáveis												
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação					2020				2022			
					4,00				3,75			
Projeção do PIB do Estado					0,00				0,00			
Receita Corrente Líquida - RCL					231.045.277,41				244.416.691,25			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
Exercício de 2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	216.000.000,00	238.000.000,00	10,19	256.798.300,00	7,90	295.800.000,00	15,19	307.000.000,00	3,79	318.400.000,00	3,71	
Receitas Primárias (I)	185.886.150,00	211.193.500,00	13,61	216.328.058,00	2,43	255.565.347,40	18,14	304.400.700,00	19,11	315.699.588,75	3,71	
Despesa Total	216.000.000,00	238.000.000,00	10,19	256.798.300,00	7,90	295.800.000,00	15,19	307.000.000,00	3,79	318.400.000,00	3,71	
Despesas Primárias (II)	212.771.000,00	234.771.000,00	10,34	255.248.300,00	8,72	286.853.793,42	12,38	291.492.218,26	1,62	303.917.792,67	4,26	
Resultado Primário (I-II)	-26.884.850,00	-23.577.500,00	-12,30	-38.920.242,00	65,07	-31.288.446,02	-19,61	12.908.481,74	-141,26	11.781.796,08	-8,73	
Resultado Nominal	22.216.399,77	22.658.000,00	1,99	-35.253.000,00	-255,59	-32.867.851,32	-6,77	11.191.801,90	-134,05	10.867.477,32	-2,90	
Div.Pública Consolidada	29.710.944,00	27.803.464,92	-6,42	51.336.848,15	84,64	86.706.243,45	68,90	75.774.441,55	-12,61	65.179.214,23	-13,98	
Div.Consolidada Líquida	23.091.018,00	22.203.464,92	-3,84	45.336.848,15	104,19	79.706.243,45	75,81	68.514.441,55	-14,04	57.646.964,23	-15,86	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	243.551.880,00	248.710.000,00	2,12	256.798.300,00	3,25	284.423.076,92	10,76	284.522.706,21	0,04	284.412.684,23	-0,04	
Receitas Primárias (I)	209.596.857,86	220.697.207,50	5,30	216.328.058,00	-1,98	245.735.910,96	13,59	282.113.716,40	14,80	282.000.525,90	-0,04	
Despesa Total	243.551.880,00	248.710.000,00	2,12	256.798.300,00	3,25	284.423.076,92	10,76	284.522.706,21	0,04	284.412.684,23	-0,04	
Despesas Primárias (II)	239.911.004,91	245.335.695,00	2,26	255.248.300,00	4,04	275.820.955,21	8,06	270.150.341,30	-2,06	271.476.366,83	0,49	
Resultado Primário (I-II)	-30.314.147,04	-24.638.487,50	-18,72	-38.920.242,00	57,97	-30.085.044,25	-22,70	11.963.375,11	-139,77	10.524.159,07	-12,03	
Resultado Nominal	25.050.212,64	23.677.610,00	-5,48	-35.253.000,00	-248,89	-31.603.703,19	-10,35	10.372.383,60	-132,82	9.707.438,43	-6,41	
Dív.Pública Consolidada	33.500.723,46	29.054.620,84	-13,27	51.336.848,15	76,69	83.371.387,93	62,40	70.226.544,53	-15,77	58.221.718,83	-17,09	
Dív.Consolidada Líquida	26.036.392,80	23.202.620,84	-10,88	45.336.848,15	95,40	76.640.618,70	69,05	63.498.092,26	-17,15	51.493.491,94	-18,91	

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2019**

Publicação Nº 2225425

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Dispensa de Licitação 021/2019, com fundamento no artigo 24, incisos II e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, cujo objeto é aquisição de um computador (cujas especificações constam nos processos de licitação na modalidade Pregão Presencial citados abaixo) para o setor de imprensa, para a captura das imagens nas transmissões ao vivo, que acontecem no Plenário desta Edilidade semanalmente. Obs: Foram realizadas 02 (duas) tentativas de licitação na modalidade Pregão Presencial para a compra de equipamentos de informática, novos. A primeira tentativa foi a de número 002/2019 realizada no dia 02 de setembro de 2019, e não teve oferta referente ao computador que necessitamos para o setor de imprensa conforme já citado acima, e a segunda tentativa foi a de número 004/2019 realizada no dia 30 de outubro de 2019 e também não obtivemos oferta referente a este equipamento, por esses motivos estamos instaurando esse processo de dispensa de licitação.

Segundo constam dos autos, empresas especializadas neste tipo de serviço/ vendas de equipamentos de informática, se mostraram interessadas apresentando orçamentos dentro do prazo estipulado.

Quanto à previsão orçamentaria e a possibilidade financeira para contratação dos serviços mencionados acima, registra-se adequação necessária para viabilizar essa contratação.

No mais, a empresa que apresentou a documentação necessária foi a qualificada para a contratação com o Poder Público, conforme segue abaixo.

Diante disso, HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 021/2019 e ADJUDICO o objeto do procedimento à empresa WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 09.159.503/0001-89, totalizando a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 12 de novembro de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

RESOLUÇÃO N.º 76/2019

Publicação Nº 2225359

RESOLUÇÃO N.º 76/2019.

DESIGNA DATA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve se pautar, entre outros princípios constitucionais e infraconstitucionais, pelo princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a máxima eficiência no desempenho do serviço público só pode ser alcançada com a capacitação constante de agentes públicos e servidores;

CONSIDERANDO que Câmara Municipal de Gaspar mantém, nas normas orçamentárias vigentes [PPA, LDO, LOA], dotação específica para o treinamento de seu pessoal;

CONSIDERANDO que o espaço físico do Plenário do Legislativo Municipal dispõe de condições adequadas para a realização do evento disciplinado pela presente Resolução;

CONSIDERANDO o teor do Processo de Dispensa de Licitação nº 20/2019, que culminou na celebração do Contrato CM 34/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a realização, no dia 18 de novembro de 2019, de curso de capacitação e formação destinado aos servidores e aos vereadores.

§ 1º Na ocasião, serão abordados temas afetos ao desempenho das funções da Administração Pública, os quais constam detalhadamente no Processo de Dispensa de Licitação nº 20/2019, bem como no contrato por si originado.

§ 2º O curso tem como público alvo os servidores e os vereadores, sendo que a presença dos primeiros, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo, sejam ocupantes de cargos de provimento em comissão, é de caráter obrigatório.

§ 3º O curso será realizado no Plenário da Edilidade, dividido em parte matutina e parte vespertina, sendo que:

I – a parte matutina terá início às 09h00min e término às 12h00min;

II – a parte vespertina terá início às 13h30min e término às 18h00min.

§ 4º Todos os presentes deverão registrar sua presença em instrumento biométrico disponibilizado pela empresa ministrante do curso.

Art. 2º O dia do curso será considerado, para todos os servidores, como dia normal de trabalho, de modo que estes deverão registrar as entradas e saídas de ambas as partes no relógio de ponto biométrico da edilidade, além do registro da presença no curso.

Parágrafo único. As horas que excederem a jornada normal de trabalho serão acrescidas ao saldo do banco de horas mantido na edilidade, ao passo que eventuais horas de faltantes para o cumprimento da jornada diária serão descontadas do saldo deste mesmo banco de horas.

Art. 3º Em razão da realização do curso, fica determinado que não haverá expediente externo na Câmara Municipal no dia 18 de novembro de 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Gaspar, conforme consignado no respectivo instrumento contratual.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 12 de novembro de 2019.

CIRO ANDRÉ QUINTINO

PRESIDENTE DA MESA DIRETORA

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 105/2019

Publicação Nº 2225810

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS 105/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO NATALINA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BASICO.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/11/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/11/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 12 de Novembro de 2019.
Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 106/2019 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 10/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 2225237

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 106/2019

Concurso Público Edital nº 10/2018 - saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 10/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
038 124159 VIVIANE DE ALENCAR ARRAIS DURAN	MEDICO (PSF) – 40hrs

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do>(certidão para fins eleitorais 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 12 de novembro de 2019
PAULO HENRIQUE SILVEIRA SOUZA
Secretário Municipal Administração

LEI 1385 2019 - COMISSÃO PATRIMÔNIO - 11.11

Publicação Nº 2225816

LEI 1.385, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO A COMISSÃO PERMANENTE DE ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Governador Celso Ramos, gratificação atribuída aos membros da Comissão Permanente de Almojarifado, Patrimônio e Inventário para atender as necessidades decorrentes do exercício das respectivas funções.

Art.2º - A Comissão Permanente de Almojarifado, Patrimônio e Inventário será formada por servidores efetivos, comissionados do quadro desta Câmara Municipal, ou servidores efetivos do município a disposição no poder Legislativo.

§ 1º - A presente comissão será composta por 4 (quatro) servidores.

§ 2º - A Comissão será composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 02 (dois) Membros.

Art.3º - Os servidores serão nomeados e remunerados através de portaria do chefe do Legislativo Municipal, e a gratificação será paga mensalmente junto a folha de pagamento.

I – Valor a gratificação será de R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais) para todos integrantes nomeados.

II - Por seu caráter eventual, esta gratificação não incorporará aos vencimentos do Servidor.

III – O valor descrito no inciso I será reajustado na mesma data e percentual quando do reajuste geral dos Servidores Municipais.

IV – Fica vedado ao Servidor, no âmbito da Câmara Municipal, ser remunerado no mesmo período em mais de 01 (uma) Comissão Permanente.

Art.4º - São atribuições da Comissão Permanente de Almojarifado, Patrimônio e Inventário no que se refere ao levantamento de Inventário:

I - Conferir os bens patrimoniais existentes, à vista dos dados cadastrais e registros contábeis;

II - Promover o exame físico dos bens quanto à especialização, quantidade, estado de conservação e valor;

III - Completar, retificar, avaliar e regularizar o registro e as especializações e proceder a qualquer outra anotação relacionada aos bens patrimoniais, sempre que preciso;

IV - Apresentar, quando necessário, relatório circunstanciado dos fatos apurados nos levantamentos realizados.

V - Demais atribuições definidas em resoluções, desde que correlatas ao cumprimento de suas atividades.

Art.5º- São atribuições de Comissão Permanente de Almojarifado, Patrimônio e Inventário no que refere ao controle patrimonial de almojarifado:

I – Controlar os bens móveis da aquisição à baixa;

II – Ajustar os valores dos bens contabilizados;

III – Reavaliar e reduzir o valor recuperável;

IV – Depreciar os Bens Móveis e Imóveis;

V – Supervisionar o material existente em estoque;

VI – Analisar os documentos que controlam as atividades de entrada e saída dos materiais;

VII – Avaliar as condições de armazenamento dos materiais estocados;

VIII – Analisar o funcionamento sistemático do Almojarifado a fim de verificar se o seu gerenciamento está se procedendo de maneira a satisfazer as necessidades a que se destina.

IX - Demais atribuições definidas em resoluções, desde que correlatas ao cumprimento de suas atividades.

Art.6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art.7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 11 de Novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE FOMENTO 006/2019 - APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JULIA SAGAS

Publicação Nº 2225272

TERMO DE FOMENTO 006/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 006 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP Centro de Educação Infantil Julia Sagas, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 32.206.836/0001-33, estabelecida na Rua Rosendo Joaquim Sagas, s/n, Bairro Palmas, neste ato representado por sua Presidente, ARIANE MARLENE SAGAS PALHANO, portador do RG nº 5.643.395/SSP-SC, CPF nº 060.501.189/30, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 008/2019 - APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ABEL CAPELLA

Publicação Nº 2225289

TERMO DE FOMENTO 008/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 008 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP da Escola de Educação Básica Abel Capella, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 83.603.209/0001-77, estabelecida na Rua Hipólito de Azevedo, s/n, Bairro Canto dos Ganchos, cidade de Governador Celso Ramos / SC neste ato representado por seu Presidente, ANALU FERNANDES RISS, portador do RG nº 4.313.458/SSP-SC, CPF nº 005.469.469/84, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 009/2019 - APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EUDES MAFRA

Publicação Nº 2225270

TERMO DE FOMENTO 009/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 009 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP Centro de Educação Infantil Eudes Mafra, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 28.200.206/0001-84, estabelecida na Rua Domingos Teixeira, s/n, cidade de Governador Celso Ramos / SC neste ato representado por seu Presidente, JERUBIA DE SOUZA DA SILVA, portador do RG nº 4123.102/SSP-SC, CPF nº 025.679.459/62, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 011/2019 - APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DALMA LUZ DE AZEVEDO

Publicação Nº 2225284

TERMO DE FOMENTO 011/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 011 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP da Escola de Educação Básica Municipal Dalma Luz de Azevedo, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 85.321.834/0001-51, estabelecida na Av. Bela Vista, s/n, Bairro Calheiros, cidade de Governador Celso Ramos / SC neste ato representado por seu Presidente, aline etel vina

estanislau, portador do RG nº 4.976.032/SSP-SC, CPF nº 038.874.619-08, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 012/2019 - APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELVIRA SARDA

Publicação Nº 2225263

TERMO DE FOMENTO 012/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE

TERMO DE FOMENTO 012 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Objeto: Transferência de recursos financeiros na forma de subvenção social, destinados a custear parte das despesas de manutenção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e assim contribuir para assegurar o seu permanente funcionamento, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

APP Centro de Educação Infantil Elvira Sarda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 30.843.802/0001-24, estabelecida na Rua Domingos Teixeira, s/n, neste ato representado por sua Presidente, ROSILEIA GOMES, portador do RG nº 3.981.778/SSP-SC, CPF nº 004.647.629/60, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

O valor deste Termo de Fomento é de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para pagamento em parcela única;

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2019 - CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 01/2018 SAMAE GCR

Publicação Nº 2224429

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2019

Concurso Público Edital nº 01/2018

O DIRETOR DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 01/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação	Inscrição	Nome	Cargo
020	130503	Rodrigo Mesquita de Barcellos	Auxiliar de Operações

1.Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 08:00 às 17:00 horas na Sede do SAMAE junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Avenida Bela Vista Km14 – Calheiros, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da Autarquia municipal.

2.Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3.Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rh@samaegcr.com.br

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item

4.1, o candidato deverá comparecer de imediato no SAMAE para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, SC- 11 de Novembro de 2019
DANILO VALDENIR MARTINS
Diretor Geral do SAMAE

SUSPENSÃO DE PROCESSO RP 17/20219 PROCESSO 23/2019

Publicação Nº 2225438

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO 23/2019
REGISTRO DE PREÇO 17/2019

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO, HIPOCLORITO DE SÓDIO E HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

MARCADO PARA O DIA 19/11/2019ÀS 15:30

MOTIVO: TENDO EM VISTA ALGUNS QUESTIONAMENTOS AO EDITAL E POSSÍVEL READEQUAÇÃO DESTE, DECIDIU-SE PELA SUA SUSPENSÃO.

Os interessados deverão retirar o edital readequado no site do Serviço Municipal de Água e Esgoto. www.samaegcr.com.br

Governador Celso Ramos, 12 de novembro 2019.
DANILO VALDENIR MARTINS
Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 2.153/2019

Publicação Nº 2225626

LEI MUNICIPAL Nº 2.153/2019

(De 12 de novembro de 2019)

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento geral do Município de Grão-Pará para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 34.141.400,00 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta e um mil e quatrocentos reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 30.292.662,50 (trinta milhões, duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 25.693.280,70 (vinte e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta reais e setenta centavos) e em R\$ 4.599.381,80 (quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos) as transferências financeiras concedidas ao Fundo Municipal da Saúde, Câmara Municipal e à Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	22.972.662,50
4.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições e Melhoria	R\$	2.760.044,10
4.1.2 Contribuições	R\$	200.000,00
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	86.300,00
4.1.6 Receita de Serviços	R\$	23.200,00
4.1.7 Transferências Correntes	R\$	23.192.918,40
4.1.9 Outras Receitas Correntes	R\$	13.000,00
9.1.9 DEDUÇÃO DA RECEITA	R\$	-3.302.800,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	7.320.000,00
4.2.1 Operações de Crédito	R\$	2.000.000,00
4.2.2 Alienação de Bens	R\$	100.000,00
4.2.4 Transferências de Capital	R\$	5.220.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS DA ENTIDADE	R\$	30.292.662,50

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, por Função e Natureza de Despesa, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	17.050.199,44
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	9.112.622,25
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	130.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	7.807.577,19
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	8.643.081,26
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	8.233.081,26
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	410.000,00
Transferências Financeiras	R\$	4.599.381,80
TOTAL GERAL DE DESPESAS DA ENTIDADE	R\$	30.292.662,50

**DO ORÇAMENTO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art. 3º. O Orçamento da Entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 951.000,00 (novecentos e cinquenta e um mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências financeiras do Tesouro Municipal, com o seguinte desdobramento:

I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	951.000,00
Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	R\$	951.000,00

§ 2º. A Despesa da Entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	931.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	790.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	141.000,00
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	20.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	20.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESAS DA ENTIDADE	R\$	951.000,00

**DO ORÇAMENTO DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ**

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 2.064.000,00 (dois milhões, sessenta e quatro mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.513.381,80 (três milhões, quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 5.577.381,80 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de receitas tributárias, patrimoniais, de transferências correntes com destaque as providas do Sistema Único de Saúde, outras receitas correntes e de transferência de capital, providas de convênios com a União e o Estado, e das transferências financeiras do tesouro municipal, ora discriminadas nos quadros anexos.

4.1 – RECEITAS CORRENTES	R\$	1.714.000,00
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	30.500,00
4.1.7 Transferências Correntes	R\$	1.683.500,00
4.2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	350.000,00
4.2.2 Alienação de Bens	R\$	50.000,00
4.2.4 Transferências de Capital	R\$	300.000,00
SUBTOTAL	R\$	2.064.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		
Transferências Financeiras recebidas da Prefeitura	R\$	3.513.381,80
TOTAL GERAL DE RECEITAS DA ENTIDADE	R\$	5.577.381,80

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza da despesa, distribuídas da seguinte maneira:

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	5.158.381,80
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	3.272.786,35
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	1.885.595,45
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	419.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	419.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESAS DA ENTIDADE	R\$	5.577.381,80

**DO ORÇAMENTO DA
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP**

Art. 5º. O Orçamento da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 125.000,00 (cento

e vinte e cinco mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de taxas, receitas patrimoniais, multas administrativas por danos ambientais e transferências do Tesouro Municipal, conforme discriminadas no quadro abaixo.

4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	125.000,00
4.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições e Melhoria	R\$	99.374,20
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	1.092,02
4.1.9 Outras Receitas Correntes	R\$	24.533,78
Transferências Financeiras	R\$	135.000,00
Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	R\$	135.000,00
TOTAL GERAL DE RECEITAS DA ENTIDADE	R\$	260.000,00

§ 2º. As Despesas da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP serão realizadas na forma dos anexos que compõem o Programa de Trabalho da Unidade Gestora, distribuídas pelos seguintes órgãos de governo e respectivas unidades orçamentárias:

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	255.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	200.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	55.000,00
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	5.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESAS DA ENTIDADE	R\$	260.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Art. 6º. O Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.659.737,50 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

§ 1º. As Receitas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará serão realizadas mediante a arrecadação das seguintes fontes:

4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$	1.659.737,50
4.1.3 Receita Patrimonial	R\$	33.062,50
4.1.6 Receita de Serviços	R\$	1.626.675,00
TOTAL GERAL DE RECEITAS DA ENTIDADE	R\$	1.659.737,50

§ 2º. As Despesas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará serão realizadas na forma dos anexos que compõem o Programa de Trabalho da autarquia, distribuídas pelos seguintes órgãos de governo e respectivas unidades orçamentárias:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES	R\$	1.415.075,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	702.247,50
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	712.827,50
4.0.00.00.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	244.662,50
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$	244.662,50
TOTAL GERAL DE DESPESAS DA ENTIDADE	R\$	1.659.737,50

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo está autorizado, nos termos no art. 7º, da Lei Federal n. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 60% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I. o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II. a anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;
III. superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 10. Os recursos oriundos de convênios e programas não previstos no orçamento da Receita ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recurso identificada no orçamento da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recurso, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I, da LRF.

Art. 11. Durante o exercício de 2020, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 12. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal autorizado por Lei específica poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Grão-Pará, 12 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI ORDINÁRIA Nº 2.154/2019

Publicação Nº 2225644

LEI MUNICIPAL Nº 2.154/2019

(De 12 de novembro de 2019)

“RATIFICA O ADITAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE BRAÇO DO NORTE E OS MUNICÍPIOS DE BRAÇO DO NORTE, SÃO LUDGERO, RIO FORTUNA, SANTA ROSA DE LIMA E GRÃO-PARÁ, PARA MANUTENÇÃO DO SOBREAVISO MÉDICO NO HOSPITAL SANTA TERESINHA DE BRAÇO DO NORTE E AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO PARA REPASSE DOS RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta de 15 de julho de 2019, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2012.0001071-1, firmado entre o Ministério Público da Comarca de Braço do Norte, a Sociedade Beneficente Santa Teresinha – Hospital Santa Teresinha, e os Municípios de Braço do Norte, São Ludgero, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Grão-Pará, para manutenção do sobreaviso médico no Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte, e autorizada a realização de Convênio para repasse dos recursos.

§ 1º. O Aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta em anexo, de que trata o caput deste artigo, integra a presente Lei, desta fazendo parte integrante.

§ 2º. Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, conforme descrito no Aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta que integra

a presente Lei e conforme Convênio a ser firmado em decorrência desta Lei.

§ 3º. Os valores a serem repassados à Sociedade Beneficente de Santa Catarina, Hospital Santa Teresinha, serão reajustados, anualmente, de acordo com o Aditamento de Termo de Ajustamento de Conduta que integra a presente Lei.

§ 4º. A Sociedade Beneficente de Santa Catarina, Hospital Santa Teresinha, fica obrigada a, mensalmente, efetuar a devida prestação de contas dos recursos recebidos, como condição para manutenção do sobreaviso médico no Hospital Santa Teresinha de Braço do Norte.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 12 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

SAMAE - GRÃO PARÁ

CONTRATO 14/2019

Publicação Nº 2224514

CONTRATO N.º 14/2019

TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO 13/2015

TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GRÃO PARÁ - SC, E LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, de Grão Pará - SC, sito à Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227 – Grão Pará – SC, inscrito no CNPJ sob n.º 80.489.222/0001-59 e Laske & Feyh S/S de Advocacia, estabelecida à Rua Vitor Konder, 125, sala 405, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-400, Santa Catarina, inscrita na OAB/SC sob n.º 135/94 e no CNPJ sob n.º 00.532.330/0001-28, doravante, neste ato denominados SAMAE e CONTRATADA, respectivamente representados por seu Diretor, Enio João Zanelatto Bagio, portador da Carteira de Identidade n.º 5/R-1.736.88 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68, e a CONTRATADA por Milton Laske, inscrito na OAB/SC sob n.º 1.276 e no CPF sob n.º 105.676.749-91, resolvem celebrar o presente CONTRATO, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica contínua na prática administrativa, referente ao Processo n.º 9/2015, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O preço estabelecido no caput da Clausula III do Contrato aditado, a partir de 23/10/2019 passa a ser de R\$ 589,00 (Quinhentos e oitenta e nove reais) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de execução do objeto do presente Contrato é de 01 (um) ano, com início em 23/10/2019 e término em 22/10/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes do presente Contrato, de novembro e dezembro/2019, correrão por conta do orçamento de 2019 e as de janeiro a outubro/2020, correrão por conta do orçamento de 2020, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação: Função: 17, Sub-função: 512, Programa: 40, Projeto/Atividade: 2.004 e Elemento: 3.3.90.35.

CLÁUSULA QUARTA: E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo, permanecendo as demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

Grão Pará, 18 de outubro de 2019.

Pelo SAMAE: Pela CONTRATADA:

Enio João Zanelatto
Diretora do SAMAE

Bagio Dr. Milton Laske
Laske & Feyh S/S de Advocacia

Testemunhas:

Nome: Adriana Ghizoni Kafka
CPF: 950.935.169-53

Nome: Gilson Muller Bratti
CPF: 613.424.409-00

Gravatal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019

Publicação Nº 2224846

DECRETO Nº 03/2019,
De 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“DELIBERA PELO PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO Nº 001/2019, QUE TRATA DE DENÚNCIA DE SUPOSTA INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS COMETIDAS PELO PREFEITO MUNICIPAL.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL, Adilson Rafael Mendes, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no artigo 33, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADA a decisão da Comissão Processante que trata da denúncia nº 01/2019 que decidiu prosseguir no feito para apurar supostas infrações Político Administrativas, em consonância com o Decreto-Lei nº 201/67, autorizando o início da fase de instrução e os demais procedimentos que forem necessários para o exercício do Contraditório e da Ampla Defesa do acusado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 11 de Novembro de 2019.

ADILSON RAFAEL MENDES

Presidente

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 153.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2224690

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2019

PROCESSO Nº 153/2019 HOMOLOGAÇÃO: 12/11/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALENDÁRIOS PARA O ANO DE 2020 COM TODAS AS DATAS COMEMORATIVAS E DEMAIS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DURANTE O ANO, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: GRAFICA BAROZZI EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 154.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2224692

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2019

PROCESSO Nº 154/2019 HOMOLOGAÇÃO: 12/11/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PINTURA DA CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATADO: QUIMICASOL LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.840,00 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta reais)

CONTRATADO: RODRIGO BREIER

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 132.19 AQUISIÇÃO DE JANELAS DE ALUMÍNIO CRECHE MUNICIPAL.DOC

Publicação Nº 2224977

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº132/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 159/19, Edital de Pregão Presencial Nº 132/19, Objeto: AQUISIÇÃO DE JANELAS DE ALUMÍNIO DESTINADOS PARA AS SALAS DE AULAS DA CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 26/11/19; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 26/11/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de novembro de 2019.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 133.19 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E EXPEDIENTE.DOC

Publicação Nº 2225699

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº133/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 160/19, Edital de Pregão Presencial Nº 133/19, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E DE EXPEDIENTE PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA), E EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE); recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 26/11/19; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 26/11/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de novembro de 2019.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 244/2019 - PMG

Publicação Nº 2225142

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência 244/2019
Processo Licitatório: 244/2019
Tipo: Menor Preço - Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PATRICIO DIAS, COM EXTENSÃO DE 4.187,15 M, POR MEIO DE FINANCIAMENTO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

Entrega dos Envelopes: 17/12/2019 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 17/12/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site guaramirim.atende.net ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de novembro de 2019.
Luis Antonio Chiodini
Prefeito Municipal

AVISO SUSPENSÃO - LICITAÇÃO 232/2019 - PMG

Publicação Nº 2225556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital do Pregão: 232/2019 – PMG
Processo Licitatório: 232/2019 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 232/2019 - PMG, para análise de questionamentos. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 220/2019 - PMG

Publicação Nº 2225363

CERTIDÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 220/2019

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANGELO ZANLUCA, CONFORME CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO FIRMADO ENTRE BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BRDE) E O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Certifico para os devidos fins que na data de 08.11.2019 a licitante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA apresentou nova documentação



visando a regularizar os documentos de habilitação, razão pela qual designo o dia 14.11.2019, às 09 horas para continuação do certame.

Guaramirim (SC), 12 de novembro de 2019.
Paola Vieira Carriço Finatti
Presidente CPL 398/2019

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019 - FAMAG

Publicação Nº 2225039

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019 – FAMAG

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PREMIAÇÃO DAS ESCOLAS VENCEDORAS DO CONCURSO DO PROJETO SALA VERDE.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: REINALDO SCHWIRCOSKI EPP, sob o CNPJ nº 23.808.883/0001-66, estabelecida na Rua Ângelo Schiochet, nº 55, bairro Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-520.

Valor Total: R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Guaramirim (SC), 12 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2019 - FMS

Publicação Nº 2224520

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2019 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 0301369-73.2016.8.24.0026 DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: CM HOSPITALAR S.A, sob o CNPJ nº 12.420.164/0003-19, estabelecida no Eixo 3, S/N, Quadra 9A, Modulo 26 a 30, Dist. Mineiro Ind. Cat., CEP 75.709-685, município de Catalao, Estado de Goiás.

Valor: R\$ 7.306,04 (sete mil trezentos e seis reais e quatro centavos).

Guaramirim (SC), 12 de novembro de 2019.
LUIS ANTÔNIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2019 - FMS

Publicação Nº 2224522

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2019 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 0301661-87.2018.8.24.0066 DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: ELI LILLY DO BRASIL LTDA, sob o CNPJ nº 43.940.618/0001-44, estabelecida na Av. Morumbi, nº 8264, bairro Brooklin Paulista, CEP 04.703-002, município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Valor: R\$ 4.137,06 (quatro mil cento e trinta e sete reais e seis centavos).

Guaramirim (SC), 12 de novembro de 2019.

LUIS ANTÔNIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMAS 07/2019

Publicação Nº 2224594

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.427.286/0001-02, com sede administrativa localizada na RUA GOVERNADOR JOSE LACERDA, 484, bairro CENTRO, CEP nº. 89940-000, nesta cidade de Guarujá do Sul/SC, representado pelo(a) RESPONSÁVEL DO FMAS, o Sr(a). FRANCIANE BASEGGIO, inscrito no CPF sob o nº. 056.525.689-09, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2019, Processo Licitatório nº. 12/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6158	BOSA & BOSA LTDA - EPP	2, 3, 4, 7, 9, 10, 21, 22, 23, 29, 30, 31, 42, 51, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 95, 98, 101, 103, 104, 117, 118, 120, 133, 134, 137, 142, 145, 147, 159, 163, 171, 178
6810	BUGRE COMERCIAL EIRELI	1, 5, 6, 11, 12, 13, 17, 18, 24, 32, 39, 45, 48, 49, 50, 62, 63, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 82, 90, 91, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 172
6692	SCS COMERCIO LTDA - EPP	8, 14, 15, 16, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 59, 72, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 105, 126, 132, 143, 144, 162, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177
6612	SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA - ME	52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 83, 114, 115, 116, 125

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 92/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BOSA & BOSA LTDA - EPP	02.814.209/0001-14	IRENI BOSA	915.865.509-34
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	MOSES LUIZ BOFF	017.039.059-46
SCS COMERCIO LTDA - EPP	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90
SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA - ME	15.542.198/0001-02	PATRICIA CASARIL AMANN	069.108.129-80

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE., inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

Fornecedor: 6158 - BOSA & BOSA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	acelga	UN	F.S. MIGUEL	25,000	6,0800	152,00
3	Achocolatado em pó Actigen E - Embalagem economica de 800 gramas	UN	NESCAU	20,000	13,6900	273,80
4	Açúcar branco - Fardo de 30 kg / Pacote de 2 kg	UN	ALTO ALEGRI	7,000	88,5000	619,50
7	Açúcar refinado especial - Embalagem de 1 kg	UN	DAJU	30,000	3,3600	100,80
9	alface	UN	F.S. MIGUEL	15,000	2,8400	42,60
10	Alho.	KG	BONIELLA	2,000	25,5200	51,04
21	Bala macia sortida - Embalagem com 600 gramas	UN	TOFFANO	25,000	9,8500	246,25
22	Bala de goma - Embalagem de 500 gramas	UN	DORI	16,000	9,3100	148,96
23	Bala de goma tipo americana tubo - Caixa com 30 unidades cada unidade com 8 gomas	UN	DORI	15,000	21,3800	320,70
29	Batata doce	KG	F.S. MIGUEL	80,000	4,0700	325,60
30	Batata inglesa, pré lavada	KG	F.S. MIGUEL	105,000	4,7200	495,60
31	beterraba	KG	F.S. MIGUEL	40,000	4,0700	162,80
42	Brócolis - Unidade	UN	F.S. MIGUEL	55,000	4,7300	260,15
51	Caramelo de leite recheado com varios sabores - Embalagem de 600 gramas	UN	BUTTER TOF	30,000	18,5200	555,60
60	Cebola	KG	F.S. MIGUEL	37,000	3,8700	143,19
61	cenoura	KG	F.S. MIGUEL	40,000	4,0200	160,80
64	Chocolate ao leite para derreter - Barra de 500 gramas	UN	CLASSY	13,000	13,2000	171,60
65	Chocolate branco para derreter - Barra de 1 kg	UN	HARALD	10,000	23,5500	235,50
66	Chocolate granulado - pacote com 150 gramas	UN	DORI	40,000	3,5100	140,40
67	Cobertura de chocolate preto ao leite fracionado para derreter - Embalagem de 1,050 kg	UN	HARALD	10,000	23,5500	235,50
74	Cortes congelados de galinha - Embalagem de 1 kg	UN	COLONINHO	40,000	11,5400	461,60
75	couve-flor	UN	F.S. MIGUEL	30,000	5,2800	158,40
76	Coxa e sobrecoxa congelada de frango	KG	SEARA	55,000	7,6000	418,00
95	Frango a passarinho congelado	KG	SEARA	35,000	11,6300	407,05
98	Gengibre	KG	F.S. MIGUEL	7,000	18,1600	127,12
101	Ketchup - Embalagem de 380 gramas	UN	PREDILECTA	5,000	4,7900	23,95
103	Abacaxi em calda rodelas lata / peso drenado 400 gramas	UN	TRIANG. MIN	30,000	8,8100	264,30
104	Pessegueiro em calda metades sem adição de conservantes - Lata / Peso líquido 830 gramas / Drenado 450 gramas	UN	MANU	30,000	8,0600	241,80
117	Tempero verde - maço de aproximadamente 250 gramas	UN	F.S. MIGUEL	22,000	2,6900	59,18
118	Maionese com ômega 3 e vitamina E - Embalagem de 430 gramas	UN	HELLMANS	4,000	5,7100	22,84
120	Mandioca descascada branca colonial devidamente rotulada	KG	L.A	40,000	6,2200	248,80
133	Moranga tipo cabotiã	KG	F.S. MIGUEL	18,000	2,9400	52,92
134	Mostarda amarela - Embalagem de 180 gramas	UN	PREDILECTA	5,000	3,4200	17,10
137	Ovos selecionados	DZ	CANTU	100,000	5,9400	594,00
142	Pão de açúcar salada	UN	F.S. MIGUEL	70,000	6,3800	446,60
145	peito de frango congelado, ispecionado	KG	MAIS FRANG	35,000	11,6400	407,40
147	Pirulito sabor framboesa - Embalagem de 500 gramas	UN	AMOR AMOR	25,000	14,7400	368,50
159	Repolho - Unidade	UN	F.S. MIGUEL	55,000	6,3800	350,90
163	Rúcula fresca em maço	UN	F.S. MIGUEL	40,000	3,4400	137,60
171	tomate	KG	F.S. MIGUEL	100,000	6,7600	676,00
178	Achocolatado em pó - Embalagem de 500 gramas	UN	BRUSTO	15,000	6,2200	93,30

Fornecedor: 6612 - SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	Carne bovina inspecionada para churrasco tipo alcatra - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	140,000	21,9100	3.067,40
53	Carne bovina inspecionada para churrasco tipo costela - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	110,000	19,9000	2.189,00
54	Carne bovina inspecionada para churrasco tipo filé - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	120,000	20,9300	2.511,60
55	Carne moida inspecionada de 2º - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	70,000	17,5600	1.229,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/8

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

Fornecedor: 6612 - SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
56	Carne suína inspecionada para churasco c/ pele tipo costela - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	100,000	16,9200	1.692,00
57	Carne suína inspecionada para churasco com pele tipo pernil - Embalagem de 2 kg	KG	CEDROFRIG	70,000	16,4600	1.152,20
58	Carne suína inspecionada para churasco sem pele tipo paleta - Embalagem de 2 u kg	UN	CEDROFRIG	80,000	15,5200	1.241,60
83	Espaguete com ovos sem furo - Embalagem de 500 gramas	UN	PARATI	25,000	3,4100	85,25
114		UN	NONA EMMA	15,000	4,3300	64,95
115	Macarrão para sopa tipo cabelo de anjo - Embalagem de 500 gramas	UN	PARATI	40,000	4,9200	196,80
116	Macarrão com ovos, tipo parafuso, pacotes de 500g	UN	PARATI	30,000	3,2900	98,70
125	Massa de pastel grande - Pacote com 500 gramas	UN	NONA EMMA	80,000	5,1200	409,60

Fornecedor: 6692 - SCS COMERCIO LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	Adoçante Stévio 100% - Embalagem de 80 ml	UN	STEVIA	27,000	10,7100	289,17
14	Arroz branco Tipo agulha - Pacote de 5 kg	UN	FAZENDA	12,000	14,5700	174,84
15	Arroz Parbolizado Tipo 1 - Pacote de 1 kg	UN	MINUTINHO	90,000	2,8800	259,20
16	Arroz parbolizado pacote de 5 Kg- tipo 1	KG	CATARINÃO	15,000	14,4200	216,30
19	Bacon com pele (picado em cubo)	KG	FRIGOLASTE	19,000	39,4000	748,60
20	Bacon sem pele (picado em cubo)	KG	FRIGOLASTE	15,000	37,4300	561,45
25	Banha de porco 100% natural - Embalagem de 1,5 kg	UN	FRIGOLASTE	10,000	15,9000	159,00
26	Chocolate ao leite com amendoim - Barra 90 gramas / Caixa 12 unidades	UN	LACTA	15,000	68,3300	1.024,95
27	Chocolate ao leite com crocantes cristais de açúcar - Barra 90 gramas / Caixa com 12 unidades	UN	LACTA	15,000	68,3300	1.024,95
28	Chocolate branco - Barra 90 gramas / Caixa com 12 unidades	UN	LACTA	15,000	68,3300	1.024,95
33	Biscoito crocante salgado com gergelim - Pacote de 400 gramas	UN	PRODASA	50,000	5,5800	279,00
34	Biscoito salgado em formato redondo - Embalagem de 100 gramas / sabores a escolher / Caixa com 30 embalagem de 100 gramas	UN	TUCS	5,000	49,8900	249,45
35	Biscoito tipo Maria Achocolatado - Embalagem de 370 gramas	UN	PARATI	40,000	4,8100	192,40
36	Biscoito tipo rosca de chocolate - Pacote 650 gramas	UN	PARATI	40,000	9,8800	395,20
37	Biscoito tipo rosca com glacê - Pacote de 300 gramas	UN	OESTE	50,000	5,9900	299,50
38	Biscoito sortido amanteigados - Pacote de 400 gramas	UN	ISABELA	25,000	4,9800	124,50
40	Bombom branco - contendo na sua composição - Açúcar, gorduras vegetal, manteiga de cacau, leite em pó integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite em pó, cacau em pó, flocos de arroz, leite em pó desnatado, farinha de soja integral, amendoim, extrato de malte, sal, massa de cacau, castanha de caju, óleo de soja, gordura de manteiga desidratada, emulsificantes: lecitina de soja e poliglicerol poliricinoleato, aromatizante e fermento químico bicarbonato de sódio - Pacote de 1 kg.	UN	OURO BRAN	35,000	39,6000	1.386,00
41	Bombom - Caixa de 300 gramas	UN	NESTLE	215,000	10,4000	2.236,00
43	Café solúvel em pó tradicional cremoso - Embalagem de 200 gramas	UN	IGUAÇU	25,000	9,5600	239,00
44	Bombom de chocolate preto ou branco tipo wafer 126 gramas com 20 unidades	UN	LACTA BIS	205,000	4,8000	984,00
46	Creme de leite - Caixa com 27 unidades de 200 gramas cada	UN	PIRACANJUB	7,000	62,8900	440,23
47	Leite condensado - Caixa com 27 unidades de 395 gramas cada	UN	PIRACANJUB	7,000	89,9700	629,79
59	Carvão vegetal - Saco de 5 kg	UN	MAX	28,000	10,3900	290,92
72	Copo descartável de 180 ml com 100 unidades transparente	UN	COPOSUL	170,000	3,2300	549,10
79	Doce cremoso de fruta sabores diversos - Embalagem de 400 gramas	UN	DASERRA	18,000	3,7000	66,60
80	Doce de leite cremoso - Embalagem de 400 gramas	UN	PIA	28,000	3,8200	106,96
81	Emulsificante e estabilizante neutro para sorvete - Embalagem de 200 gramas	UN	SELECTA	15,000	6,1100	91,65
84	Extrato de tomate - embalagem com 850 gramas	UN	PRAMESA	75,000	7,7700	582,75
85	Extrato de tomate embalagem pratica, linha profissional - Peso 2 kg	UN	STELA	10,000	19,4300	194,30
86	Farinha de aveia fonte de fibras - Embalagem de 200 gramas	UN	APTI	22,000	11,1700	245,74

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/8

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

Fornecedor: 6692 - SCS COMERCIO LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
87	Farinha de milho fina, sem glúten, produto 100% milho - embalagem de 1 kg	UN	DALLA	35,000	2,9200	102,20
88	Farinha de trigo (branca) tradicional Tipo 1, enriquecida com ácido fólico e ferro, especial para preparo de massas e pães - embalagem plástica de 5kg.	UN	AURIVERDE	13,000	13,3000	172,90
89	Farinha de trigo tipo 1 enriquecida com ferro e ácido fólico - Embalagem de 1 kg (branca) 0000	UN	AURIVERDE	30,000	2,6400	79,20
92	Fermento Biológico instantâneo - Embalagem de 125 gramas	UN	PACKMAYA	30,000	5,3300	159,90
93	Fermento em pó químico - Embalagem com 250 gramas	UN	APTI	45,000	6,5600	295,20
94	Filtro para chamarão /terere - 100% poliéster- Cartela de 15 pacotes com 02 unidades cada	UN	CASA DO CH	2,000	19,8600	39,72
105	Leite de coco - Vidro de 200 ml	UN	MENINA	30,000	3,5700	107,10
126	Melado batido - Embalagem de 400 gramas	UN	BRESSAN	24,000	6,8900	165,36
132	Molho de tomate pronto, sabor tradicional - Embalagem abre fácil de 340 gramas	UN	BONARE	55,000	3,5100	193,05
143	Pão de mel - Embalagem de 400 gramas	UN	NINFA 340G	40,000	6,5800	263,20
144	Presunto cozido sem capa de gordura para lanche - Peça 3,4 kg	UN	PEPERI	10,000	62,0000	620,00
162	Rosquinha de coco (biscoito) - Embalagem de 400 gramas	UN	PRODASA	25,000	5,4900	137,25
169	Suco de caixinha de 1 litro, sem adição de açúcar com 100% suco de fruta - sabores a escolher	UN	SOFRUTA	120,000	6,6700	800,40
170	Super liga neutra para sorvete - Embalagem de 100 gramas	UN	SELECTA	15,000	4,9700	74,55
173	Vinagre de maçã - Embalagem de 750 ml	UN	4 ES	53,000	3,8400	203,52
174	Vinagre tinto - embalagem de 5 litros	UN	4 ES	7,000	24,6900	172,83
175	vinagre tinto - Embalagem de 750 ml.	UN	4 ES	40,000	4,4300	177,20
176	Vinho tinto seco (garrafão) - 4,5 litros	UN	LOVATEL	12,000	44,4500	533,40
177	Vinho tinto suave (garrafão) 4,6 litros	UN	LOVATEL	4,000	44,4500	177,80

Fornecedor: 6810 - BUGRE COMERCIAL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Abacaxi.	UN	REAL	110,000	6,9200	761,20
5	Açúcar colorido - Embalagem de 40 gramas	UN	INCAS	35,000	2,7400	95,90
6	Açúcar mascavo - Embalagem de 500 gramas	UN	ZEL	30,000	5,9400	178,20
11	Amendoim pacote com 500 gramas.	UN	INCAS	100,000	4,7000	470,00
12	Amendoim torrado e moído sem adição de açúcar e sal- embalado a vácuo / Embalagem de 1,05 kg	UN	INCAS	65,000	13,9300	905,45
13	Amido de milho - Embalagem de 500 gramas	UN	VALAR	40,000	3,8400	153,60
17	Aveia em flocos finos - Embalagem de 500 gramas	UN	SOBERANA	35,000	7,9900	279,65
18	Azeitonas verde em conserva embalagem de 580 gr	UN	STELA DORC	25,000	12,3700	309,25
24	Banana pré madura a granel.	KG	REAL	135,000	2,9600	399,60
32	Bicarbonato de Sódio - Sack de 100 gramas	UN	INCAS	10,000	3,2400	32,40
39	Bolo pronto sabores a escolher - Embalagem 450 gramas	UN	NEILAR	40,000	5,7400	229,60
45	Chá com 10 saquinhos - Sabores a escolher	UN	CHILENO	310,000	4,3700	1.354,70
48	Canela em pó 30 gramas	UN	INCAS	20,000	2,6500	53,00
49	Canela em rama 10 gramas	UN	INCAS	30,000	2,3400	70,20
50	Canjica branca - Embalagem de 500 gramas	UN	INCAS	45,000	4,6900	211,05
62	Chá misto (mistura de chás) - Pote de 40 gramas	UN	CHILENO	60,000	5,9900	359,40
63	Chá sabores a escolher - Embalagem de 20 gramas	UN	CHILENO	60,000	2,9200	175,20
68	Coco em flocos integral desidratado - Embalagem de 100 gramas (sem açúcar)	UN	QUALICOCO	80,000	4,0100	320,80
69	Coco queimado em flocos - Embalagem de 100 gramas	UN	QUALICOCO	70,000	6,4500	451,50
70	Côco ralado (não fino) desidratado e parcialmente desengordurado, embalagem 100g (sem açúcar)	UN	QUALICOCO	70,000	4,1100	287,70
71	colorau - pacote com 500 gramas	PCT	INCAS	20,000	4,3400	86,80
73	Corante alimentício em gel 60 gramas / Cores a escolher	UN	INCAS	30,000	6,0000	180,00
77	Cravo da índia - Embalagem 10 gramas	UN	INCAS	15,000	2,9900	44,85
78	Crema pasteurizado (nata) - Embalagem de 300 gramas	UN	AMANHECER	20,000	6,0500	121,00
82	Ervilha em conserva, sem glúten, embalagem abre fácil - Peso líquido 300 gramas, drenados 200 gramas	UN	STELA DORC	65,000	2,2400	145,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

Fornecedor: 6810 - BUGRE COMERCIAL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
90	Farofa de mandioca pronta - Embalagem de 250 gramas	UN	GERMANI	3,000	4,0800	12,24
91	Feijão Preto Tipo 1 - Embalagem de 1 kg	UN	MANU	35,000	4,7400	165,90
96	Gelatina Diet - Embalagem de 12 gramas	UN	APTY	100,000	2,9400	294,00
97	Gelatina sabores a escolher - Embalagem de 30 gramas	UN	NEILAR	150,000	1,3200	198,00
99	Granola tradicional zero adição de açúcar - Embalagem de 1 kg	UN	NATURALE	30,000	16,0000	480,00
100	Iogurte barriga mola 1 litro - Sabores a escolher	UN	UNIBABY	160,000	4,8300	772,80
102	Laranja pera	KG	REAL	70,000	3,5100	245,70
106	Leite desnatado 0% de gordura - Caixa com 12 unidades de 1 litro	UN	AMANHECER	10,000	46,5800	465,80
107	Leite em pó integral, instantâneo - lata de 400 gramas	UN	AURORA	30,000	12,7400	382,20
108	Leite longa vida integral 1 litro - Caixa com 12 unidades	UN	TERRA VIVA	28,000	45,3900	1.270,92
109	Lentilha - Embalagem com 500 gramas	UN	VALAR	48,000	4,7400	227,52
110	Linguíça calabresa cozida e defumada - Embalagem 400 gramas	UN	FRIMEZA	15,000	10,2000	153,00
111	Linguicinha mista para churasco	KG	FRIGOOESTE	60,000	13,0800	784,80
112	Linhaça - Embalagem de 200 gramas	UN	INCAS	15,000	4,5800	68,70
113	Maça tipo nacional pré madura	KG	REAL	145,000	6,1700	894,65
119	Mamão pré maduro	KG	REAL	85,000	5,9300	504,05
121	Manga rosa	KG	REAL	100,000	5,6700	567,00
122	Manteiga com sal, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade - Embalagem de 200 gramas	UN	FRIMEZA	10,000	10,6200	106,20
123	Manteiga sem sal, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	KG	DA COLONIA	20,000	16,8700	337,40
124	maracuja	KG	REAL	56,000	12,3500	691,60
127	Melancia	KG	REAL	120,000	2,1200	254,40
128	Melão	KG	REAL	85,000	4,8600	413,10
129	Miçanga - Embalagem 40 gramas	UN	INCAS	25,000	2,7900	69,75
130	Milho para pipoca tipo 1 - Embalagem de 500 gramas	UN	VALAR	35,000	3,5900	125,65
131	Milho verde em conserva embalagem abre fácil - Peso líquido 300 gramas e Drenado 200 gramas	UN	STELA DORC	105,000	2,0700	217,35
135	Óleo de soja tradicional filtrado 5 vezes fonte de ômega 3 e vitamina E, sem colesterol e zero gordura trans. 900 ml - Caixa com 20 unidades	UN	SOYA	6,000	79,8300	478,98
136	Oregano - Embalagem de 10 gramas	UN	INCAS	20,000	2,4900	49,80
138	Açúcar de baunilha - Embalagem de 500 gramas	UN	INCAS	35,000	6,4900	227,15
139	Erva Mate sabor tradicional, com açúcar. 100% nativo - Embalagem laminada de 1 kg	UN	LAÇO DO MA	55,000	10,0000	550,00
140	Erva mate sabor tradicional, sem açúcar, 100% nativo - Embalagem laminada de 1 kg	UN	LAÇO DO MA	45,000	10,0000	450,00
141	Palmito de açaí inteiro em conserva - Vidro de 530 gramas	UN	PALMITO	30,000	15,8400	475,20
146	Pimenta do reino preta moída - Embalagem de 32 gramas	UN	INCAS	10,000	3,9900	39,90
148	Pó de Maria Mole sabores a escolher - Embalagem de 50 gramas	UN	NEILAR	70,000	3,0900	216,30
149	Pó de pudim - Embalagem 85 gramas	UN	NEILAR	70,000	4,0000	280,00
150	Pó pronto para sorvete - embalagem de 150 gramas que rende 2 litros - Sabores a escolher	UN	APTY	45,000	6,0800	273,60
151	Polpa de fruta congelada 100% Natural embalagem de 100 gr - sabores a escolher	UN	MATANA	300,000	4,9300	1.479,00
152	Polpa de fruta congelada 100% Natural embalagem de 400 gr - sabores a escolher	UN	MATANA	300,000	9,3000	2.790,00
153	Polvilho Azedo - Embalagem de 500 gramas	UN	MANU	80,000	4,8400	387,20
154	Polvilho Doce - Embalagem de 500 gramas	UN	MANU	40,000	1,7900	71,60
155	Açúcar de baunilha - Pote peso 40 gramas	UN	INCAS	40,000	3,1300	125,20
156	Queijo branco - Embalagem de 250 gramas	UN	TERRA VIVA	16,000	9,0200	144,32
157	Queijo mussarela - Peça de 4 kg	UN	TERRA VIVA	11,000	95,2000	1.047,20
158	Queijo parmesão ralado - Embalagem de 50 gramas	UN	TERRA VIVA	50,000	3,3700	168,50
160	Requeijão cremoso catupiry em saquinho de 250 gramas	UN	TERRA VIVA	25,000	6,7600	169,00
161	Ricota - Embalagem de 250 gramas	UN	TIROL	15,000	7,5700	113,55
164	Sagu, pacote de 500g	PCT	MANU	80,000	4,7200	377,60
165	Sal branco fino - Embalagem de 1 kg	UN	GARÇA	40,000	3,0400	121,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SULPágina: 6/8
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019**Fornecedor: 6810 - BUGRE COMERCIAL EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
166	Sal temperado fino pra churasco - Embalagem de 1 kg	UN	INCAS	35,000	3,8000	133,00
167	Sal temperado grosso pra churasco - Embalagem de 1 kg	UN	INCAS	28,000	3,7700	105,56
168	Salamoniaco - embalagem de 100 gramas	UN	INCAS	25,000	3,3500	83,75
172	Pepino em conserva suave pepinos inteiros / peso liquido 350 grams - drenado 300 gramas	UN	NUTRIOURO	55,000	5,7800	317,90

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**4.1. ÓRGÃO GERENCIADOR:**

4.1.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata.

4.2. DETENTORA DA ATA:

4.2.1. A Detentora da Ata assumirá responsabilidade pela entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços, nos quantitativos solicitados, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a municipal ou a terceiros, sem prejuízo da responsabilidade civil prevista na legislação específica.

4.2.2. Observar rigorosamente todas as normas de prevenção e segurança inerente ao respectivo ramo de atividade.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

5.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

5.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Página: 7/8
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. Os materiais e/ou serviços, serão fornecidos de acordo com a necessidade, sendo que a entrega e/ou prestados deverão ser conforme o constante no Termo de Referência /Anexo I, bem como demais informações.

6.2. A entrega será diretamente na Secretaria ou Departamento, constante na Autorização de Fornecimento.

6.3. Toda e qualquer despesa decorrentes da entrega dos materiais e/ou serviços, serão de exclusiva responsabilidade da empresa, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será em até 5 dias, após a entrega do solicitado ou execução dos serviços, em moeda corrente nacional, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica correspondente.

7.2. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deve-se em observância ao Protocolo do ICMS nº 85, de 09 de julho de 2010.

7.3. Os materiais e/ou serviços sem Nota Fiscal Eletrônica serão recusados por não estarem acompanhados de documento fiscal hábil.

7.4. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo Município de Guarujá do Sul, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Autorizações de Fornecimento, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. À Detentora da Ata que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

10.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

10.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos e, ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Página: 8/8

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Guarujá do Sul, 12 de Novembro de 2019.

FRANCIANE BASEGGIO
RESPONSÁVEL DO FMAS

Empresas Participantes:

BOSA & BOSA LTDA - EPP

CNPJ: 02.814.209/0001-14

BUGRE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 35.088.051/0001-00

SCS COMERCIO LTDA - EPP

CNPJ: 13.995.853/0001-52

SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA - ME

CNPJ: 15.542.198/0001-02

Guatambú

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 45/2019

Publicação Nº 2225401

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 536/2019.

Pregão Presencial RP n. 45/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESPORTIVO, CAMISETAS PARA CAMPANHAS E EVENTOS, BANDEIRAS, CASACO COLEGIAL E MOCHILA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTO DE ESPORTES E DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUATAMBU SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos em Anexo "I" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 26/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 26/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 13 de novembro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS 11/2019

Publicação Nº 2225407

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 539/2019.

Tomada de Preço n. 11/2019.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS COBERTAS EM EXTRUTURA METÁLICA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTES EDITAIS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 28/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 28/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 13 de novembro de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 541/2019

Publicação Nº 2225028

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 541/2019
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.07/2019
OBJETO: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA
Contratada: Céu e Cantos Sonorizações

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 12 novembro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042A/2019

Publicação Nº 2225132

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042A/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

VIGÊNCIA: A presente, Ata vigorará até 30 de outubro de 2020, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao vigésimo sétimo dias do mês de Setembro de 2019 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste foram Registrados de Preços; para a eventual e/ou futura contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços relacionados às oficinas temáticas nas áreas de Dança, Artes Cênicas, Desenho, Artesanato, Educação Ambiental, Sócio Jurídicas, Yoga e Pá-Kua, para desenvolvimento de atividades dos projetos sociais das Secretarias de Saúde e de Assistência Social pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, inscrita sob CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Sr. AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, sob CPF nº 162.730.799-00 e a empresa, DEPELEGRIN SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 31.041.609/0001-32, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº0107/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº056/2019, pelo Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

A "Gestão e Fiscalização" da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo de servidor devidamente nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Herval d'Oeste, 30 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI.

JOEL DEPELEGRIN.

Prefeito Municipal.

Sócio Administrador.

CPF Nº 162.730.799-00.

CPF Nº 061.704.779-03.

Pelo município.

Pela empresa.

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

Raphael Anzolin Witte

CPF: 687.857.399-87

CPF: 066.259.739-71

ANEXO ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO (HR/R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
05	OFICINA SOCIOJURÍDICA; COM EFETIVO CAPACITADO NA ÁREA DE DIREITO; EXPERIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E TRABALHOS EM GRUPOS; ABORDANDO À TEMAS DIVERSIFICADOS; CONFORME NECESSIDADE.	300	HORAS	R\$ 120,00	R\$ 36.000,00

Herval d'Oeste, 30 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI.

JOEL DEPELEGRIN.

Prefeito Municipal.

Sócio Administrador.

CPF Nº 162.730.799-00.

CPF Nº 061.704.779-03.

Pelo município.

Pela empresa.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042B/2019

Publicação Nº 2225134

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042B/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0107/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

VIGÊNCIA: A presente, Ata vigorará até 30 de outubro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao vigésimo sétimo dias do mês de Setembro de 2019 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste foram Registrados de Preços; para a eventual e/ou futura contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços relacionados às oficinas temáticas nas áreas de Dança, Artes Cênicas, Desenho, Artesanato, Educação Ambiental, Sócio Jurídicas, Yoga e Pá-Kua, para desenvolvimento de atividades dos projetos sociais das Secretarias de Saúde e de Assistência Social pelo período de 12(doze) meses,

conforme descrito no quadro abaixo, PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, inscrita sob CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Sr. AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, sob CPF nº 162.730.799-00 e a empresa, FÁBIO LUIZ LIBARDI - ME, inscrita sob CNPJ nº 18.869.450/0001-80, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº0107/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº056/2019, pelo Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

A "Gestão e Fiscalização" da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo de servidor devidamente nomeado para este fim, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Herval d'Oeste, 30 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI.	FÁBIO LUIZ LIBARDI.
Prefeito Municipal.	Sócio Administrador.
CPF Nº 162.730.799-00.	CPF Nº 057.300.039-51.
Pelo município.	Pela empresa.

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia	Raphael Anzolin Witte
CPF: 687.857.399-87	CPF: 066.259.739-71

ANEXO ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO (HR/R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	APRESENTAÇÕES TEATRAIS COM NO MÍNIMO 2HRS DURAÇÃO; PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DAS SECRETARIAS.	30	HORAS	R\$ 900,00	R\$ 27.000,00

Herval d'Oeste, 30 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI.	FÁBIO LUIZ LIBARDI.
Prefeito Municipal.	Sócio Administrador.
CPF Nº 162.730.799-00.	CPF Nº 057.300.039-51.
Pelo município.	Pela empresa.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

Publicação Nº 2225137

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº043/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0127/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019.

UNIDADE GESTORA: "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D' OESTE"

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 03 de Novembro de 2020, não podendo ser prorrogada, uma vez que tem prazo total de 1(um) ano, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Ao quarto dia do mês de Novembro de 2019, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram Registrados os Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Gêneros Alimentícios (CESTA BÁSICA), a serem ofertadas como benefício eventual às famílias em situação de Vulnerabilidade Social atendidas pela Secretaria de Assistência Social (CRAS e CREAS) do Município de Herval d' Oeste pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D' OESTE", inscrita no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Sr. AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº 162. 730.799-00 e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 75.306.829/0001-16, neste Ato representado pelo Sr. SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 250.325.429-20, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0127/2019, pela modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais especificações estão expressas no edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Valor total desta ata R\$ 42.400,00 (quarenta e dois mil e quatrocentos reais).

Herval d'Oeste, 04 de Novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI.	SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON.
Prefeito Municipal.	Sócio Administrador.
CPF nº 162.730.799-00.	CPF nº 250.325.429-20.
Pelo Município	Pela Empresa.

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia.
CPF: 687.857.399-87.

Raphael Anzolin Witte.
CPF: 066.259.739-71.

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S) LICITADO(S)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CESTA BÁSICA TIPO 01		UN	400	R\$ 70,00	R\$ 28.000,00
	1 PCT ARROZ PARBORIZADO 5KG	CAXANGÁ				
	1 PCT AÇÚCAR REFINADO 5KG	ALTO ALEGRE				
	1 PCT DE FARINHA DE TRIGO 5KG	GARDÊNIA				
	2 PCT DE FEIJÃO PRETO 1KG	BONIELLA				
	2 PCT DE FARINHA DE MILHO 1KG	DAJU				
	1 PCT SAL REFINADO 1KG	ZIZO				
	5 CX LEITE INTEGRAL 1L	STA. CLARA				
	2 PCT BISCOITO DOCE LEITE 400G	DIANA				
	1 CX CHÁ SABORES 40G - 25/30 SAQ.	GOSTOZZO				
	1 PCT MACARRÃO PARAFUSO 500G	FLORDELIS				
	1 PCT MACARRÃO ESPAGUETE	FLORDELIS				
	1 UND ÓLEO DE SOJA 900ML	COAMA				
	1 POTE DOCE DE FRUTAS 400G	DI FRUTI				
	1 CREME DENTAL 90 G	SORRISO				
	1 SABONETE 90 G	MARAN				

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	CESTA BÁSICA TIPO 02		UN	400	R\$ 36,00	R\$ 14.400,00
	2 PCT ARROZ PARBORIZADO 1KG	CAXANGÁ				
	2 PCT AÇÚCAR REFINADO 1KG	ALTO ALEGRE				
	2 PCT DE FARINHA DE TRIGO 1KG	GARDÊNIA				
	1 PCT DE FEIJÃO PRETO 1KG	BONIELLA				
	1 PCT DE FARINHA DE MILHO 1KG	DAJU				
	1 PCT SAL REFINADO 1KG	ZIZO				
	2 CX LEITE INTEGRAL 1L	STA. CLARA				
	1 PCT BISCOITO DOCE LEITE 400G	DIANA				
	1 CX CHÁ SABORES 40G - 25/30 SAQ.	GOSTOZZO				
	1 PCT MACARRÃO PARAFUSO 500G	FLORDELIS				
	1 UND ÓLEO DE SOJA 900ML	FLORDELIS				
	1 POTE DOCE DE FRUTAS 400G	COAMA				
	1 CREME DENTAL 90 G	DI FRUTI				
	1 SABONETE 90 G	SORRISO				

AMÉRICO LORINI.
Prefeito Municipal.
CPF: 162.730.799-00.
Pelo Município.

SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON.
Sócio Administrador
CPF nº 250.325.429-20
Pela Empresa.

CONTRATO Nº 070/2019

Publicação Nº 2225669

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2019
EXTRATO CONTRATO Nº 070/2019
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.

OBJETO: Aquisição de Livros Infantis; para a Secretaria Municipal de Educação do Município

VALOR R\$ 99.781,76 (noventa e nove mil setecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos)



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 25 de outubro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito.

Antonio Luis Remedi Cordeiro
Pela Contratada

CONVOCAÇÃO EDILENE HOEPFNER

Publicação Nº 2224357

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar EDILENE HOEPFNER, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 845.545.929-87, aprovada em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado 20 de março de 2019, na função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d´Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d´Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

Ciente em /...../
EDILENE HOEPFNER

CONVOCAÇÃO ELIZANGELA FARIAS FILLIP

Publicação Nº 2224363

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar ELIZANGELA FARIAS FILLIP, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 039.623.489-56, aprovada em 11º (décimo primeiro) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado 20 de março de 2019, na função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d´Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d´Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

Ciente em /...../
ELIZANGELA FARIAS FILLIP

CONVOCAÇÃO LIANA KRUG

Publicação Nº 2225738

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar LIANA KRUG, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 063.641.709-35, aprovada em 12º (décimo segundo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado 20 de março de 2019, na função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste/SC, 12 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

Ciente em /...../ _____

LIANA KRUG

DECRETO Nº 4106/2019

Publicação Nº 2225492

DECRETO Nº 4106/2019.

HOMOLOGA a CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019/HO DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01/2019/HO de 20 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação final do Concurso Público nº 01/2019/HO de 20 de agosto de 2019, conforme listagem final dos aprovados constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 12 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019/HO DE 20 DE AGOSTO DE 2019

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AMÉRICO LORINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público a listagem final dos aprovados conforme segue listagem abaixo:

AGENTE VIGILÂNCIA SANITÁRIA									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0379	CASSIA REGINA BOGO	3,00	1,53	0,82	0,93	6,28	6,28	APROVADO(A)	1º
0649	MAX IVAN DA SILVA	3,90	0,51	1,23	0,62	6,26	6,26	APROVADO(A)	2º
0232	ESTEFANI EBERT	3,90	1,02	0,82	0,31	6,05	6,05	APROVADO(A)	3º

AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS									

FARMACÊUTICO									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0789	ELIRES DAMBROS	4,50	1,02	0,82	0,93	7,27	7,27	APROVADO(A)	1º
0064	JUCELAINE CECCO-NELLO GARCEZ	4,20	1,02	0,82	0,93	6,97	6,97	APROVADO(A)	2º

0800	FABRICIO DUARTE RODRIGUES	4,20	1,02	1,23	0,31	6,76	6,76	APROVA-DO(A)	3º
0628	ADALGIZA MONTEIRO FERNANDES SOFIATTI	4,50	0,51	1,23	0,31	6,55	6,55	APROVA-DO(A)	4º
0655	DANIELLE BALESTRIN DE SOUZA	3,90	1,02	0,82	0,62	6,36	6,36	APROVA-DO(A)	5º
0542	ANDERSON MARTINS	3,90	1,02	0,82	0,31	6,05	6,05	APROVA-DO(A)	6º

FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0269	MANUELA D'AGOSTINI HUGEN	5,40	1,02	1,23	1,24	8,89	8,89	APROVA-DO(A)	1º
0658	ROBERTA RIEPE WASSERBERG	5,40	1,02	0,82	0,62	7,86	7,86	APROVA-DO(A)	2º
0097	CÉSAR DE ALMEIDA	5,10	0,51	1,23	0,62	7,46	7,46	APROVA-DO(A)	3º
0198	JOSÉ PEDRO CORRÊA	5,10	0,51	1,23	0,62	7,46	7,46	APROVA-DO(A)	4º
0815	MICHELE CRISTHINE CAMPAGNOLO	4,20	1,02	0,82	1,24	7,28	7,28	APROVA-DO(A)	5º
0537	RAUL RICARDO PESSOLE FAGUNDES GERVÁSIO	4,50	1,02	0,82	0,93	7,27	7,27	APROVA-DO(A)	6º

0029	SUSIELI VIEIRA SATICQ	4,80	1,02	0,82	0,62	7,26	7,26	APROVA-DO(A)	7º
0008	GABRIELLA BALESTRIN	5,10	0,51	0,82	0,62	7,05	7,05	APROVA-DO(A)	8º
0051	SUSANA RODRIGUES BARBOSA	4,20	1,02	0,82	0,93	6,97	6,97	APROVA-DO(A)	9º
0494	IGOR HOFFMANN MOREIRA	4,50	1,02	0,82	0,62	6,96	6,96	APROVA-DO(A)	10º
0552	ARIANA GEMA D'AGOSTINI DALFOVO	4,50	0,51	0,82	0,93	6,76	6,76	APROVA-DO(A)	11º
0987	ELANDIR ANTONIO DESIDÉRIO	3,90	0,51	1,23	0,93	6,57	6,57	APROVA-DO(A)	12º
0049	FRANCIELI FAVRETTO	3,90	1,53	0,41	0,62	6,46	6,46	APROVA-DO(A)	13º
0715	MAIARA KELLY DE BRITO	3,90	0,51	1,23	0,62	6,26	6,26	APROVA-DO(A)	14º
0680	ALEXANDRE MAFRA	3,60	0,51	0,82	1,24	6,17	6,17	APROVA-DO(A)	15º
0929	GUILHERME VITOR ZILIO	3,60	1,02	1,23	0,31	6,16	6,16	APROVA-DO(A)	16º
0873	ALEX ESTIVAL DATSCH	3,30	1,02	0,82	0,93	6,07	6,07	APROVA-DO(A)	17º
0067	DANIELI REBO-NATTO	4,20	0,51	0,41	0,93	6,05	6,05	APROVA-DO(A)	18º

MÉDICO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0636	MARCELO LUAN	4,80	0,51	1,23	0,31	6,85	6,85	APROVA-DO(A)	1º
0693	JULIA FRITSCHE SILVA	4,20	1,02	1,23	0,31	6,76	6,76	APROVA-DO(A)	2º
0714	ANA CAROLINA BROCO	3,30	1,02	1,23	0,93	6,48	6,48	APROVA-DO(A)	3º
0017	VITOR BASTOS BRANDALISE	4,20	0,51	0,82	0,93	6,46	6,46	APROVA-DO(A)	4º

0627	MARIANE SECCHI DOS SANTOS	3,90	1,02	1,23	0,31	6,46	6,46	APROVA-DO(A)	5º
0314	FLÁVIA PIROLI	4,50	0,51	0,82	0,62	6,45	6,45	APROVA-DO(A)	6º
0465	MARIA EDUARDA MAESTRI CASARA	4,20	0,51	1,23	0,31	6,25	6,25	APROVA-DO(A)	7º

MÉDICO GINECOLOGISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS									

MÉDICO PEDIATRA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0902	ANA BÁRBARA SOUSA FIEDLER	4,80	0,51	1,23	0,62	7,16	7,16	APROVA-DO(A)	1º

MÉDICO PSIQUIATRA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS									

NUTRICIONISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS									

RECEPCIONISTA (UPA)

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação	Class.
0689	ALEXANDRE GONÇALVES DOS SANTOS	4,20	0,51	0,82	1,24	6,77	6,77	APROVA-DO(A)	1º
0926	KAIO MATHEUS ZORZZI	3,60	1,02	0,41	1,24	6,27	6,27	APROVA-DO(A)	2º

Sem mais,

Registra-se e publica-se,
Joaçaba, 06 de Novembro de 2019.

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO EDILENE HOEPFNER

Publicação Nº 2224359

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, EDILENE HOEPFNER, brasileira, inscrita no CPF nº 845.545.929-87, aprovada e classificada em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS-HO, com homologação final publicada em 20 de março de 2019, para a função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2019.
EDILENE HOEPFNER

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO ELIZANGELA FARIAS FILLIP

Publicação Nº 2225742

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, ELIZANGELA FARIAS FILLIP, brasileira, inscrita no CPF nº 039.623.489-56, aprovada e classificada em 11º (décimo primeiro) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS-HO, com homologação final publicada em 20 de março de 2019, para a função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Herval d'Oeste, 12 de novembro de 2019.
ELIZANGELA FARIAS FILLIP

PORTARIA Nº 1579/2019

Publicação Nº 2225758

PORTARIA Nº 1579/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE a Carga Horária, de 20 para 40 horas semanais, e CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, à Servidora MARGARETE VOLPATO PRONER (Matr. 1013), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, para responder pela função Coordenador de Secretaria de Unidade de Ensino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a contar de 11 de novembro de 2019, constante do Anexo III da Lei Complementar Nº 374/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1580/2019

Publicação Nº 2225763

PORTARIA Nº 1580/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora LUCIANA BOTTIN (MATRÍCULA 4006), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 12 de novembro de 2019, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1581/2019

Publicação Nº 2225764

PORTARIA Nº 1581/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (MATRÍCULA 2572), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 10, Referência - E, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a contar de 12 de novembro de 2019 a 17 de dezembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019

Publicação Nº 2225093

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0134/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019
UNIDADE GESTORA: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE".
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO.
Contratação de empresa especializada para a para Execução de REDE LÓGICA no Posto de Saúde Central, com fornecimento de Material e Mão de Obra.
ENTREGA DOS ENVELOPES.
Até às 14h00min do dia 27 de Novembro de 2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA.

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.
Outras informações pelo fone: (49) 3554-0922.

Herval d'Oeste, 08 de Novembro de 2019.
AMÉRICO LORINI.
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 088/2019

Publicação Nº 2225153

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 088/2019
"REJEITA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014."

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC

Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam rejeitadas as contas referentes ao exercício de 2014 do PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), constante do Processo nº PCP 15/00085976 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina na conformidade do Parecer exarado pela Comissão competente do Poder Legislativo, parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 11/11/2019
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ
Presidente

DHIEGO COSTA
1º Secretário

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
2º Secretário

PARECER DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 088/2019
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PARECER : Os vereadores abaixo assinados, integrantes desta Comissão, após analisarem o Decreto Legislativo Nº CM 088/2019, que "REJEITA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014" constante do Processo nº PCP 15/00085976 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, manifestam-se por sua aprovação, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARECER DA COMISSÃO: Somos pela Aprovação

Herval d'Oeste, em.08/11/2019.

Vanderlei A. Silva Leonardo Mascarello Dhiego Costa
Presidente Vice-Presidente Relator

Em 11/11/2019 foi aprovado por unanimidade.

Herval d'Oeste, 11/11/2109
Presidente
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 089/2019

Publicação Nº 2225156

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 089/2019

"REJEITA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016."

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC

Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam rejeitadas as contas referentes ao exercício de 2016 do PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), constante do Processo nº PCP 17/001339915 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina na conformidade do Parecer exarado pela Comissão competente do Poder Legislativo, parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 11/11/2019
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ
Presidente

DHIEGO COSTA
1º Secretário

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
2º Secretário

PARECER DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 089/2019
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PARECER : Os vereadores abaixo assinados, integrantes desta Comissão, após analisarem o Decreto Legislativo Nº CM 089/2019, que "REJEITA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016" constante do Processo nº PCP 17/001339915 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, manifestam-se por sua aprovação, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PARECER DA COMISSÃO: Somos pela Aprovação

Herval d'Oeste, em.08/11/2019.

Vanderlei A. Silva Leonardo Mascarello Dhiego Costa
Presidente Vice-Presidente Relator

Em 11/11/2019 foi aprovado por unanimidade.

Herval d'Oeste, 11/11/2109
Presidente
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO TP 009 - PMI - CALÇAMENTO**

Publicação Nº 2225917

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2019
TOMADA DE PREÇOS N. 009/2019

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27 de novembro de 2019, licitação modalidade Tomada de Preços, visando a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS NA RUA ORESTES FILIPPI, CENTRO, IBIAM-SC, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 27/11/2019, às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2019

Publicação Nº 2225874

PORTARIA Nº 393, 05 DE NOVEMBRO DE 2019
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora; RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social – Nível 10 – Referência B, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Armando Alves de Anhaia - Pai, de conformidade com o atestado médico do Dr. Marcelo Fabricius Andreani – CRM SC 8821.

Art. 2º. O período de afastamento é de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 05 a 19 de novembro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 394/2019

Publicação Nº 2225876

PORTARIA Nº 394, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A – Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município CLEIDE TERESINHA PEROSA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo – Nível 2 – Referência E, a Função Gratificada FG-1 - Chefe de Setor, para atender o Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 395/2019

Publicação Nº 2225878

PORTARIA Nº 395, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010; RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Alcindo Perosa	02.01.2018 a 01.01.2019	20.11.2019 a 29.11.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 396/2019

Publicação Nº 2225879

PORTARIA Nº 396, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2018 a 12.11.2019	18.11.2019 a 27.11.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 397/2019

Publicação Nº 2225880

PORTARIA Nº 397 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Janete Aparecida Felicetti	08.03.2017 a 07.03.2018	13.11.2019 a 12.12.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 398/2019

Publicação Nº 2225881

PORTARIA Nº 398, 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento do Servidor protocolado em 11 de novembro de 2019; RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência D, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Mariza Perosa Bazzen - Esposa, de conformidade com o atestado médico do Dr. Mateus Dallanora – CRM SC 18661/RQE 14996.

Art. 2º. O período de afastamento é de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 08 de novembro de 2019 a 03 de março de 2020.

Parágrafo único. No período de 08 de novembro de 2019 a 06 de janeiro de 2020, o servidor receberá remuneração integral; e, no período de 07 de janeiro de 2020 a 03 de março de 2020, o servidor receberá a metade da remuneração, conforme § 2º, do artigo 93, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2019**

Publicação Nº 2225536

AVISO DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O PODER LEGISLATIVO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente Sr. Sérgio Antônio Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber a todos, que realizará na data de 28 de novembro de 2019, Licitação na Modalidade Pregão Presencial n. 001/2019, visando a contratação de empresa para prestar serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de teste seletivo e concurso público. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 28/11/2019 até as 14h00min, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14h30min.

Maiores informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Ibiã, localizada na sede deste Município – Rua Izaltino Gomes de Oliveira nº. 257, pelo telefone de contato (49) 3534-0251, ou através do e-mail cmi@formatto.com.br

IBIAM (SC), 08 de novembro de 2019.

SÉRGIO ANTÔNIO RAMOS

Presidente da Câmara Municipal

Ibicaré**PREFEITURA****AVISO REVOGAÇÃO PP 36/2019 CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE**

Publicação Nº 2224376

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2019

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Decide REVOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO 68/2019, PREGÃO PRESENCIAL 36/2019, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

REVOGA-SE o PROCESSO LICITATÓRIO 68/2019, PREGÃO PRESENCIAL 36/2019.

Ibicaré, 12 de novembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

CANCELAMENTO DE CONTRATO 46/2016 EMPRESA AGEMED

Publicação Nº 2224738

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO 045/2016

Rescisão contratual com a empresa AGEMED SAÚDE S.A., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 02.933.220/0001-01, com sede na Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, nº 693, Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-450, por não atender as condições previstas da Cláusula Segunda, que trata sobre o regime de execução:

Declaração de no mínimo 02 (dois) hospitais credenciados no máximo a 30 km do município de Ibicaré;

Escritório ou representante comercial no máximo a 30 km do município de Ibicaré.

Ibicaré, 12 de novembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO 1 TA CONTRATO 050-2019 PM

Publicação Nº 2225599

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 050/2019

FUNDAMENTO LEGAL - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DE ALTERAÇÃO

DO PRAZO

O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 06 de dezembro de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CONTRATADA: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI

Ibicaré, SC, aos 08 de novembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

INEXIGIBILIDADE 5/2019 CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE PATINAÇÃO E BIKE

Publicação Nº 2225431

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 69/2019

INEXIGIBILIDADE N. 5/2019

OBJETO: Contratação de show com: RONI KRAUZ, a realizar-se no Ginásio Municipal de Esportes do Município de Ibicaré.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 25, III.

PREÇO: R\$ 9.000,00, (nove mil reais).

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO FLASH DANCE DE PATINAÇÃO ESTATUTO SOCIAL.

VIGÊNCIA: 30/12/2019

Ibicaré (SC), 12 de novembro de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.422, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LANDIO HOBUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225154

DECRETO nº 4.422, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LANDIO HOBUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 8.995 do Livro 2-RG, de propriedade de Landio Hobus, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano, formado de parte do lote de terras número 61, situado a Rua Dr. Getúlio Vargas, número 2.261, cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 44,02 m² (quarenta quatro metros e dois decímetros quadrados), Descrição das confrontações inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado ímpar da Rua Dr. Getúlio Vargas na divisa entre a divisa da área a ser desapropriada de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado ímpar da Rua Dr. Getúlio Vargas, por 9,90 metros, com um ângulo interno de 11º11'27,1", até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, em 16,67metros, com ângulo interno de 107º52'15,0", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, em 9,90metros, com ângulo externo de 12º48'59,8", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a direita, com o lado terras de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, em 6,11 metros com ângulo externo de 169º12'02,3", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, em 3,73 metros com ângulo externo de 166º31'14,2", até encontrar o ponto 05PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Landio Hobus, matrícula nº 8.995, em 3,02metros com ângulo externo de 155º40'17,7", até encontrar o ponto 00PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Marquês do Herval e Castro Alves.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.423, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE CARISSON ADOLFO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225160

DECRETO nº 4.423, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE CARISSON ADOLFO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 20.706 do Livro 2-RG, de propriedade de Carisson Adolfo Wagner, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano, formado de parte do lote de terras nº 90, situado no lado par da Rua Marques do Herval, esquina com o lado ímpar da Rua José Wagner, bairro Ponto Chic, cidade e Comarca de Ibirama, SC, contendo a área de 100,08 m² (cem metros e oito décimos quadrados). Descrição das confrontações: inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 01PP situa-se na divisa entre o lado par da Rua Marques do Herval na divisa entre a divisa de Gilson Weiss e Catia Sarita Weiss, matrícula nº 18.735, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado par da Rua Marques do Herval, por 14,00 metros, com um ângulo interno de 139°12'05,7", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a direita, com o lado Par da Rua Marques do Herval, em 2,30 metros, com ângulo externo de 163°09'29,8", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a direita, com o lado par da Rua Marques do Herval, em 2,60 metros, com ângulo externo de 147°25'07,8", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a direita, com o lado par da Rua Marques do Herval, em 2,30 metros com ângulo externo de 160°53'19,2", até encontrar o ponto 05PP deste deflete-se a direita, com o lado par da Rua Marques do Herval, em 2,30 metros com ângulo interno de 149°59'26,5", até encontrar o ponto 06PP deste deflete-se a direita, com o lado par da Rua José Wagner, em 11,05 metros com ângulo interno de 139°21'45,0", até encontrar o ponto 07PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo interno de 5°54'58,8", até encontrar o ponto 08PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 169°03'24,7", até encontrar o ponto 09PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 168°57'34,0", até encontrar o ponto 10PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 168°59'06,3", até encontrar o ponto 11PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 168°56'13,5", até encontrar o ponto 12PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 168°58'7,0", até encontrar o ponto 13PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 168°56'44,3", até encontrar o ponto 14PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,16 metros com ângulo externo de 169°00'2,6", até encontrar o ponto 15PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,92 metros com ângulo externo de 161°52'4,3", até encontrar o ponto 16PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 1,18 metros com ângulo externo de 160°27'9,1", até encontrar o ponto 17PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 7,00 metros com ângulo externo de 172°29'51,5", até encontrar o ponto 18PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 2,84 metros com ângulo externo de 176°48'8,0", até encontrar o ponto 19PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Gilson Weiss e Catia Sarita Weiss, matrícula nº 18.735, em 2,98 metros com ângulo interno de 48°32'12,6", até encontrar o ponto 01PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Marquês do Herval e José Wagner.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.424, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE GILSON WEISS E CATIA SARITA WEISS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225170

DECRETO nº 4.424, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE GILSON WEISS E CATIA SARITA WEISS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 18.735 do Livro 2-RG, de propriedade de Gilson Weiss e Catia Sarita Weiss, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano, formado de parte do lote de terras nº 90, situado no lado par da Rua Marques do Herval, a 14,00 metros da esquina da confluência das Ruas Marques do Herval e José Wagner, bairro Ponto Chic, cidade e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 14,58m² (quatorze metros e cinquenta oito décimos quadrados). Descrição das confrontações inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado par da Rua Marques do Herval na divisa entre a divisa de Gilson Weiss e Catia Sarita Weiss, matrícula nº 18.735, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado par da Rua

Marques do Herval, por 14,50 metros, com um ângulo interno de 8°52'49,1", até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a direita, com terras de Carisson Adolfo Wagner, matrícula nº 20.706, em 2,98metros, com ângulo interno de 39°53'05,1", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a direita, com terras de Gilson Weiss e Catia Sarita Weiss, matrícula nº 18.735, em 12,36metros, com ângulo interno de 131°14'05,8", até encontrar o ponto 00PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Marquês do Herval e José Wagner.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.425, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ALESIO JOST E ADRIANA VIEIRA JOST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225180

DECRETO nº 4.425, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ALESIO JOST E ADRIANA VIEIRA JOST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 18.475 do Livro 2-RG, de propriedade de Alesio Jost e Adriana Vieira Jost, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Marechal Rondon, esquina com a Rua Marquês do Herval, cidade e comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, desmembrado do lote nº 91, contendo a área de 39,50 m² (trinta nove metros e cinquenta décimos quadrados), Descrição das confrontações inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado par da Rua Marques do Herval na divisa entre a divisa da área a ser desapropriada de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado par da Rua Marques do Herval, por 13,63 metros, com um ângulo interno de 101°55'20,0", até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06metros, com ângulo interno de 4°32'32,6", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06metros, com ângulo externo de 173°15'27,2", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 173°19'24,2", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 173°20'9,9", até encontrar o ponto 05PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 173°06'14,8", até encontrar o ponto 06PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 173°26'0,0", até encontrar o ponto 07PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 172°56'18,2", até encontrar o ponto 08PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 2,06 metros com ângulo externo de 173°23'55,8", até encontrar o ponto 09PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Alésio Jost e Adriana Vieira Jost, matrícula nº 18.475, em 4,12 metros com ângulo externo de 169°51'23,2", até encontrar o ponto 10PP deste deflete-se a direita, com o da ímpar da Rua Marechal Rondon, em 11,37 metros com ângulo interno de 16°10'56,7", até encontrar o ponto 00PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Marquês do Herval e Otto Jost.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.426, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PREJAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225187

DECRETO nº 4.426, de 12 de novembro de 2019.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PREJAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea “i” do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 20.120 do Livro 2-RG, de propriedade de Prejan Empreendimentos Imobiliários Ltda, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano situado no lado par da Rua Presidente Castelo Branco, esquina das Ruas Presidente Castelo Branco e Rua 15 de Novembro, bairro Areado, cidade e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 494,83 m² (quatrocentos e noventa quatro metros e oitenta três decímetros quadrados). Descrição das confrontações: inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado par da Rua Presidente Castelo Branco na divisa entre a divisa da área a ser desapropriada de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado par da Rua Presidente Castelo Branco, por 25,21 metros, até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Prejan Empreendimentos imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 10,80 metros, com ângulo interno de 14º06'14,2", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 9,25 metros, com ângulo externo de 155º70'07,7", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a esquerdo, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 10,90 metros com ângulo externo de 155º58'09,9", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 14,50 metros com ângulo interno de 166º15'41,2", até encontrar o ponto 05PP deste deflete-se a esquerdo, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 6,80 metros com ângulo externo de 165º55'51,9", até encontrar o ponto 06PP deste deflete-se a esquerdo, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 3,45 metros com ângulo externo de 154º21'16,5", até encontrar o ponto 07PP deste deflete-se a esquerdo, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 6,86 metros com ângulo externo de 147º45'40,2", até encontrar o ponto 08PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 11,12 metros com ângulo interno de 148º43'42,6", até encontrar o ponto 09PP deste deflete-se a direito, com o lote terras de Prejan Empreendimentos Imobiliários LTDA, matrícula nº 20.120, em 12,40 metros com ângulo interno de 160º29'24,9", até encontrar o ponto 10PP deste deflete-se a direita, com o lado par da Rua 15 de Novembro, em 57,25 metros com ângulo interno de 18º50'23,1", até encontrar o ponto 11PP deste deflete-se a direita, com a linha concordância da Rua 15 de Novembro esquina com a Rua Presidente Castelo Branco, em 15,19 metros, com raio de 11,10 metros com ângulo interno de 79º22'47,5", até encontrar o ponto 00PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Presidente Castelo Branco e Rua 15 de Novembro.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.427, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EMÍLIO FRANCISCO BELTRAMINI, LUIZ CARLOS BELTRAMINI E LEDA CATARINA BELTRAMINI, OSVALDO TADEU BELTRAMINI E CÉLIA BELTRAMINI, CLÁUDIO JOSÉ BELTRAMINI E DALVA KRIEG

Publicação Nº 2225197

DECRETO nº 4.427, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EMÍLIO FRANCISCO BELTRAMINI, LUIZ CARLOS BELTRAMINI E LEDA CATARINA BELTRAMINI, OSVALDO TADEU BELTRAMINI E CÉLIA BELTRAMINI, CLÁUDIO JOSÉ BELTRAMINI E DALVA KRIEGER BELTRAMINI, CIBELLI BELTRAMINI MORAIS ZANDONAI E EDUARDO ZANDONAI E THIAGO BELTRAMINI MORAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 13.713 do Livro 2-RG, de propriedade de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini, Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini, Célia Beltramini, Cláudio José Beltramini, Dalva Krieger Beltramini, Cibelli Beltramini Moraes Zandonai, Eduardo Zandonai e Thiago Beltramini, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano situado no lado par da Rua Presidente Castelo Branco, esquina com o lado ímpar da Rua 15 de Novembro, cidade e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 390,88 m² (trezentos noventa metros e oitenta oito decímetros quadrados). Descrição das confrontações: inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado par da Rua Presidente Castelo Branco na divisa entre a divisa da área a ser desapropriada Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado par da Rua Presidente Castelo Branco, por 30,89 metros com um ângulo interno de 06°28'36,7", até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a direita, com o lado ímpar da Rua 15 de Novembro, em 28,38 metros, com ângulo interno de 91°38'01,7", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Maria Joice Odorizzi matrícula nº 13.745, em 3,45 metros, com ângulo interno de 87°43'32,7", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 8,99 metros com ângulo interno de 138°43'21,3", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 4,56 metros com ângulo interno de 168°12'26,7", até encontrar o ponto 05PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 4,56 metros com ângulo interno de 168°33'44,2", até encontrar o ponto 06PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 7,84 metros com ângulo interno de 170°08'15,2", até encontrar o ponto 07PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 3,30 metros com ângulo interno de 160°44'24,1", até encontrar o ponto 08PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 3,27 metros com ângulo interno de 163°03'39,5", até encontrar o ponto 09PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 3,30 metros com ângulo externo de 164°29'47,3", até encontrar o ponto 10PP deste deflete-se a esquerda, com o lote de terras de Emílio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 7,51 metros com ângulo externo de 163°10'7,7", até encontrar o ponto 00PP sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Presidente Castelo Branco e Rua XV de Novembro.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.428, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARIA JOICE ODORIZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225204

DECRETO nº 4.428, de 12 de novembro de 2019.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARIA JOICE ODORIZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 13.745 do Livro 2-RG, de propriedade de Maria Joice Odorizzi, conforme cópia anexa, sendo:

Área a ser desapropriada - O terreno urbano, formado de parte dos lotes de terras nrs. 14, 14-B, designado como lote 6B, situado no lado ímpar da Rua 15 de Novembro, à 30,00 metros da esquina com a Rua Presidente Castelo Branco, cidade e comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 12,86 m² (doze metros e oitenta seis decímetros quadrados) Descrição das confrontações: inicia-se a descrição desta poligonal no ponto denominado 00PP situa-se na divisa entre o lado ímpar da Rua 15 de Novembro na divisa entre a divisa da área a ser desapropriada Emilio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai e Thiago Beltramini Moraes matrícula nº 13.713, na qual confronta partindo do ponto 00PP com o lado ímpar da Rua 15 de novembro, por 8,54 metros com um ângulo interno de 87°43'32,7", até encontrar o ponto 01PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Maria Joice Odorizzi, matrícula nº 13.745, em 1,28 metros, com ângulo interno de 28°02'00,5", até encontrar o ponto 02PP deste deflete-se a direita, com o lote de terras de Maria Joice Odorizzi matrícula nº 13.745, em 4,20 metros, com ângulo externo de 164°03'16,7", até encontrar o ponto 03PP deste deflete-se a esquerda, com o lote terras de Maria Joice Odorizzi matrícula nº 13.745, em 3,95 metros com ângulo interno de 162°16'29,1", até encontrar o ponto 04PP deste deflete-se a direita, com o lote terras de Emilio Francisco Beltramini, Luiz Carlos Beltramini e Leda Catarina Beltramini, Osvaldo Tadeu Beltramini e Célia Beltramini, Claudio José Beltramini e Dalva Krieger Beltramini, Cibelle Beltramini Moraes Zandonai e Eduardo Zandonai, Thiago Beltramini Moraes, matrícula nº 13.713, em 3,45 metros com ângulo interno de 57°54'44,7", até encontrar o ponto 00PP, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de uma interseção entre as Ruas Presidente Castelo Branco e Rua 15 de Novembro.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.429, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225210

DECRETO Nº 4.429, de 12 de novembro de 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei nº 3.404, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias no valor de R\$ 629.689,10 (seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e dez centavos), a saber:

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
0015.0451.0041.1015 – Construção de Passarelas em Pontes

01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – aplicações Diretas	R\$ 21.500,00
0015.0452.0042.1019 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	
01080000 - COSIP	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
0015.0452.0042.1016 – Aquisição de Veículos e Equipamentos	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
0026.0782.0040.1010 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos.	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E MEIO AMBIENTE	
001 – Departamento Agropecuário	
0020.0606.0030.1003 – Aquisição de Veículos e Máquinas	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 200,00
002 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo	
0022.0661.0032.2015 – Manutenção do Departamento de Ind/Comércio	
01000000 – Recursos Ordinários	
331900 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
0023.0695.0033.1007 – Implantação de Sinalização Turística	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
0023.0695.0033.1008 – Construção de Portais Turísticos	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 580,10
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica	
0012.0361.0051.1042 – Construção/Ampliação e Reforma de Escolas	
01190000 – FUNDEB 40%	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 12.469,00
0012.0361.0051.1043 – Construção Aplicação e Reforma de Quadras Esportes	
01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
01190000 – Recursos FUNDEB 40%	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
0012.0361.0051.1044 – Aquisição de Veículo – Ensino Fundamental	
01190000 – Recursos FUNDEB 40%	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
0012.0361.0051.2082 – Cursos de Capacitação p/ Profissionais do Magistério	
01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação	
333900 – Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
0012.0362.0052.2022 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	
01000000 – Recursos Ordinários	
333900 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
0012.0365.0050.1041 – Aquisição de Veículos – Ensino Pré-Escolar	
01190000 – Recursos FUNDEB 40%	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
0012.0365.0050.2059 – Manutenção do Programa Merenda Escolar Creches	
01000000 – Recursos Ordinários	
333900 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
0012.0365.0050.2061 – Manutenção do FUNDEB 40% - Pré-Escolar	
01180000 – Recursos FUNDEB 40%	
333900 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
003 – Departamento de Cultura	
0013.0392.0055.1028 – Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 11.940,00
0013.0392.0055.2081 – Apoio a Realização do Prêmio Adolfo Bini	
01000000 – Recursos Ordinários	
333900 – aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL	
001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0062.1035 – Construção de Centro de Múltiplo Uso e Cras	
01000000 – Recursos Ordinários	
344900 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 629.689,10

Art. 2º Com a anulação total e ou parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada a seguinte dotação orçamentária, a saber:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

001 – Departamento de Administração

0004.0122.0020.2004 – Manutenção do Departamento de Administração

01000000 – Recursos Ordinários

331900 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

002 – Departamento de Finanças

0004.0123.0022.2006 – Manutenção do Departamento de Finanças

01000000 – Recursos Ordinários

331900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0009.0845.0023.0003 – Contribuição ao Pasep

01000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0042.2020 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública

01080000 - COSIP

333900 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

0026.0782.0040.2017 – Manutenção do Departamento de Obras

01000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas R\$ 62.220,10

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E MEIO AMBIENTE.

001 – Departamento Agropecuário

0018.0541.0031.2014 – Manutenção do Dpto Desenv. Meio Ambiente

01000000 – Recursos Ordinários

331900 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

005 – Departamento de Saneamento

0018.0541.0031.2013 – Manutenção do Aterro sanitário

01000000 – Recursos Ordinários

333700 – Transf. a Instituições Multigovernamentais R\$ 40.000,00

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental

01010000 – Receitas Impostos e transferências de Impostos – Educação

333900 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

0012.0365.0050.2060 – Manutenção do FUNDEB 60% - Pré-Escolar

01180000 – FUNDEB 60%

331900 – Aplicações Diretas R\$ 177.469,00

TOTAL R\$ 629.689,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama (SC), 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.430, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225214

DECRETO Nº 4.430, de 12 de novembro de 2019.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei nº 3.406, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0365.0050.2061 – Manutenção do FUNDEB 40% - Pré-Escolar
01190000 – Recursos FUNDEB 40%
331900 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 2º Com a anulação total e ou parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada a seguinte dotação orçamentária, a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0012.0361.0051.1042 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas.
01190000 – Recursos FUNDEB 40%
344900 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama (SC), 12 de novembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.431, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225219

DECRETO Nº 4.431, de 12 de novembro de 2019.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei nº 3.407, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) à saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da saúde
01380900 – TETO MUNICIPAL – MAC
333900 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00
TOTAL R\$ 47.000,00

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada e aberto o seguinte vínculo na dotação orçamentária, a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
0010.0301.0060.2056 – Manutenção do Cis-amavi
01380900 – TETO MUNICIPAL – MAC
333930 – Aplicação dos OFSS consórcio Público R\$ 47.000,00
TOTAL R\$ 47.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama (SC), 12 de novembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.404, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225141

LEI Nº 3.404, de 12 de novembro de 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias no valor de R\$ 629.689,10 (seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e dez centavos), a saber:

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0041.1015 – Construção de Passarelas em Pontes

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – aplicações Diretas R\$ 21.500,00

0015.0452.0042.1019 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública

01080000 - COSIP

344900 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

0015.0452.0042.1016 – Aquisição de Veículos e Equipamentos

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0026.0782.0040.1010 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos.

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E MEIO AMBIENTE

001 – Departamento Agropecuário

0020.0606.0030.1003 – Aquisição de Veículos e Máquinas

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

002 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

0022.0661.0032.2015 – Manutenção do Departamento de Ind/Comércio

01000000 – Recursos Ordinários

331900 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0023.0695.0033.1007 – Implantação de Sinalização Turística

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0023.0695.0033.1008 – Construção de Portais Turísticos

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas R\$ 580,10

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0361.0051.1042 – Construção/Ampliação e Reforma de Escolas

01190000 – FUNDEB 40%

344900 – Aplicações Diretas R\$ 12.469,00

0012.0361.0051.1043 – Construção Aplicação e Reforma de Quadras Esportes

01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação

344900 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

344900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0012.0361.0051.1044 – Aquisição de Veículo – Ensino Fundamental

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

344900 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

0012.0361.0051.2082 – Cursos de Capacitação p/ Profissionais do Magistério

01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação

333900 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

0012.0362.0052.2022 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio

01000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0012.0365.0050.1041 – Aquisição de Veículos – Ensino Pré-Escolar

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

344900 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0012.0365.0050.2059 – Manutenção do Programa Merenda Escolar Creches

01000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0012.0365.0050.2061 – Manutenção do FUNDEB 40% - Pré-Escolar

01180000 – Recursos FUNDEB 40%

333900 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 003 – Departamento de Cultura
 0013.0392.0055.1028 – Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico
 01000000 – Recursos Ordinários
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 11.940,00
 0013.0392.0055.2081 – Apoio a Realização do Prêmio Adolfo Bini
 01000000 – Recursos Ordinários
 333900 – aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL
 001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 0008.0244.0062.1035 – Construção de Centro de Múltiplo Uso e Cras
 01000000 – Recursos Ordinários
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 TOTAL R\$ 629.689,10

Art. 2º Com a anulação total e ou parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada a seguinte dotação orçamentária, a saber:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 001 – Departamento de Administração
 0004.0122.0020.2004 – Manutenção do Departamento de Administração
 01000000 – Recursos Ordinários
 331900 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 002 – Departamento de Finanças
 0004.0123.0022.2006 – Manutenção do Departamento de Finanças
 01000000 – Recursos Ordinários
 331900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 0009.0845.0023.0003 – Contribuição ao Pasep
 01000000 – Recursos Ordinários
 333900 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 0015.0451.0042.2020 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública
 01080000 - COSIP
 333900 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 0026.0782.0040.2017 – Manutenção do Departamento de Obras
 01000000 – Recursos Ordinários
 333900 – Aplicações Diretas R\$ 62.220,10
 06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E MEIO AMBIENTE.
 001 – Departamento Agropecuário
 0018.0541.0031.2014 – Manutenção do Dpto Desenv. Meio Ambiente
 01000000 – Recursos Ordinários
 331900 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 005 – Departamento de Saneamento
 0018.0541.0031.2013 – Manutenção do Aterro sanitário
 01000000 – Recursos Ordinários
 333700 – Transf. a Instituições Multigovernamentais R\$ 40.000,00
 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 001 – Departamento de Supervisão Pedagógica
 0012.0361.0051.2064 – Manutenção do Ensino Fundamental
 01010000 – Receitas Impostos e transferências de Impostos – Educação
 333900 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
 0012.0365.0050.2060 – Manutenção do FUNDEB 60% - Pré-Escolar
 01180000 – FUNDEB 60%
 331900 – Aplicações Diretas R\$ 177.469,00
 TOTAL R\$ 629.689,10

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.405, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ABONO NATALINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225144

LEI Nº 3.405, de 12 de novembro de 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ABONO NATALINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, aos Servidores Municipais Ativos e Inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, aos membros do Conselho Tutelar e aos Estagiários Municipais abono natalino para o exercício de 2019, representado através de kit de natal.

Art. 2º Para a aquisição prevista no art. 1º fica estipulado o valor máximo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária prevista no orçamento vigente para o exercício de 2019.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.406, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225146

LEI Nº 3.406, de 12 de novembro de 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0365.0050.2061 – Manutenção do FUNDEB 40% - Pré-Escolar

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

331900 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 2º Com a anulação total e ou parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada a seguinte dotação orçamentária, a saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

0012.0361.0051.1042 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas.

01190000 – Recursos FUNDEB 40%

344900 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.407, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Publicação Nº 2225149

LEI Nº 3.407, de 12 de novembro de 2019.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) à saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da saúde

01380900 – TETO MUNICIPAL – MAC

333900 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

TOTAL R\$ 47.000,00

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no art. 1º, será suplementada e aberto o seguinte vinculo na dotação orçamentária, a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2056 – Manutenção do Cis-amavi

01380900 – TETO MUNICIPAL – MAC

333930 – Aplicação dos OFSS consórcio Público R\$ 47.000,00

TOTAL R\$ 47.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ibirama, 12 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

PREGAO PRESENCIAL Nº 106/2019

Publicação Nº 2224883

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL Nº 106/2019.

Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sonorização, iluminação, para uso das Secretarias do poder Executivo Municipal, junto ao Município de Ibirama - SC. Entrega dos envelopes até o dia 26 de novembro de 2019 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 12 de novembro de 2019. Adriano Poffo – Prefeito.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 081 - 2019 - PREGÃO - FMS - CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS

Publicação Nº 2224608

PROCESSO Nº 514/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 081/2019 - FMS

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO - AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS COM CAPACIDADE DE 280 LITROS, conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 12 de Novembro de 2019.

DECRETO 489

Publicação Nº 2224708

DECRETO Nº 489, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

"FIXA O CALENDÁRIO DE TRIBUTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020".

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício de 2020 vencerá nas seguintes datas:

I – Pagamento antecipado ou em cota única:

a) Vencimento em 10/03/2020, com desconto de 10% (dez por cento).

II – Pagamento parcelado: O pagamento poderá ser efetuado de forma parcelada, em até 10 (dez) parcelas mensais, sendo os vencimentos previstos para as seguintes datas:

- a) 1ª parcela com vencimento em 10 de março de 2020;
- b) 2ª parcela com vencimento em 10 de abril de 2020;
- c) 3ª parcela com vencimento em 10 de maio de 2020;
- d) 4ª parcela com vencimento em 10 de junho de 2020;
- e) 5ª parcela com vencimento em 10 de julho de 2020;
- f) 6ª parcela com vencimento em 10 de agosto de 2020;
- g) 7ª parcela com vencimento em 10 de setembro de 2020;
- h) 8ª parcela com vencimento em 10 de outubro de 2020;
- i) 9ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2020;
- j) 10ª parcela com vencimento em 10 de dezembro de 2020.

Art. 2º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – fixo e Alvarás vencerão em 10/02/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 8 de novembro de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ERRATA 1 DO EDITAL PRG 079 -2019 SAMAE - LOCAÇÃO GERADOR

Publicação Nº 2225303

Errata 1 do Edital Pregão-Registro de Preço 079/2019 – SAMAE

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Pregão-Registro de Preço 079/2019 – SAMAE, pelo esclarecimento recebido via e-mail da empresa PROTEC GRUPOS GERADORES, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	1	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR A DIESEL, TRIFÁSICO DE NO MÍNIMO 55 KVA, NA TENSÃO 380/220V. ESPECIFICAÇÃO DO GRUPO MOTOR GERADOR (GMG) DESCRIÇÃO GERAL GERADORES A DIESEL, TIPO BRUSHLESS, ESPECIAL PARA CARGAS DEFORMANTES, TRIFÁSICO 380/220V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO 80%, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 350KVA. DEVERÁ POSSUIR PAINEL DE CONTROLE DIGITAL MICROPROCESSADO (USCA - UNIDADE DE SUPERVISÃO E CORRENTE ALTERNADA) E CARREGADOR DE BATERIA DE PARTIDA INCORPORADO INTERNAMENTE AO GRUPO GERADOR, COM SISTEMA DE PRÉ-AQUECIMENTO E TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA AUTONOMIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) HORAS (SENDO ACEITÁVEL, TANQUE INTERNO E TANQUE SOBRESSALENTE PARA AUTONOMIA REQUERIDA). DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA CONTRATADA CABOS DE ALIMENTAÇÃO, BEM COMO OS DE MAIS CABOS E FIOS NECESSÁRIOS A PERFEITA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GMG'S. OS GERADORES DE ENERGIA DEVERÃO POSSUIR CARENAGEM SILENCIADORA DE RUÍDOS (MÁXIMO 85 DB). A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA, TAIS COMO: MANUAL TÉCNICO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DIAGRAMAS UNIFILARES DE COMANDO PARA O GRUPO MOTOR GERADOR. MOTO-GERADOR A DIESEL MÁQUINA PRIMÁRIA MOTOR A DIESEL TIPO INJEÇÃO DIRETA DE COMBUSTÍVEL, COM REGULAGEM ELETRÔNICA DE VELOCIDADE, PARTIDA SEMPRE EFETUADA POR MEIO DE MOTOR ELÉTRICO DE CORRENTE CONTÍNUA. A VELOCIDADE DO MOTOR DEVERÁ SER MANTIDA CONSTANTE ATRAVÉS REGULADOR ELETRÔNICO DE VELOCIDADE, EM QUALQUER QUE SEJA A SITUAÇÃO DA CARGA. O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ SER DO TIPO LÍQUIDO COM RADIADOR, VENTILADOR E BOMBA CENTRÍFUGA COM PROTEÇÃO CONTRA ALTA TEMPERATURA D'ÁGUA E BAIXA PRESSÃO DO ÓLEO. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE PRÉ-AQUECIMENTO, VÁLVULA TERMOSTÁTICA DESTINADA A ACELERAR O AQUECIMENTO DO MOTOR NO INÍCIO DO SEU FUNCIONAMENTO. ALTERNADOR GERADOR SÍNCRONO, DE CORRENTE ALTERNADA, TRIFÁSICO, SEM ESCOVAS (BRUSHLESS), ESPECIAL PARA CARGAS DEFORMANTES, COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA E RESISTÊNCIA DE DESUMIDIFICAÇÃO; O VALOR NOMINAL DA TENSÃO TRIFÁSICA COM LIGAÇÕES EM "Y", COM NEUTRO ACESSÍVEL DEVE SER DE 380/220V, 60 HZ. PAINEL DE CONTROLE O PAINEL DE CONTROLE OU UNIDADE DE SUPERVISÃO DE CORRENTE ALTERNADA (USCA) DEVERÁ SER DO	12,00	UN	4.786,78	57.441,36
		TIPO MICROPROCESSADO, EQUIPADO COM COMANDO E CONTROLE DIGITAL, SUPERVISÃO DE FASES, DE PARTIDA, PARADA, ALÉM DE CONTER INDICADORES LUMINOSOS DE FALHA E STATUS DE POSIÇÃO E COM INDICAÇÃO DIGITAL DO SISTEMA DE MEDIÇÃO CONFORME ITENS A SEGUIR: TENSÃO FASEFASE E FASE-NEUTRO TENSÃO DA BATERIA FREQUÊNCIA TEMPERATURA DO MOTOR CORRENTE NAS TRÊS FASES TEMPERATURA DE ÁGUA DE RESFRIAMENTO POTÊNCIA ATIVA PRESSÃO DO ÓLEO LUBRIFICANTE POTÊNCIA APARENTE HORAS DE FUNCIONAMENTO FATOR DE POTÊNCIA CONTADOR DE PARTIDAS E INDICAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA: SOBRECARGA NÍVEL BAIXO DO COMBUSTÍVEL SOBRECORRENTE BAIXA PRESSÃO DO ÓLEO LUBRIFICANTE CURTO-CIRCUITO FALHA DE CHAVES TENSÃO ANORMAL FALHA DE PRÉ-AQUECIMENTO FREQUÊNCIA ANORMAL ALTA TEMPERATURA DA ÁGUA SUBTENSÃO DA BATERIA FALHA PARTIDA/PARADA SOBRETENSÃO DA BATERIA FALTA D'ÁGUA NO RADIADOR ACESSÓRIOS O GRUPO GERADOR DEVERÁ POSSUIR CARENAGEM (CONTAINER), PARA ATENUAÇÃO DE RUÍDOS MÁXIMO 85DB A 1,5M), SUPER SILENCIADO, COM ABERTURA PARA ENTRADA E SAÍDA DE AR NECESSÁRIO À REFRIGERAÇÃO DO MOTOR. O TANQUE DE COMBUSTÍVEL ACOPLADO AO GMG DEVERÁ GARANTIR NO MÍNIMO 06 HORAS DE AUTONOMIA, E PARA O CUMPRIMENTO DE AUTONOMIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) HORAS SERÁ ACEITO, TANQUE SOBRESSALENTE. O SISTEMA DE ESCAPAMENTO DOS GASES DEVERÁ POSSUIR TUBO FLEXÍVEL PARA ISOLAMENTO DE VIBRAÇÕES E SILENCIADOR. NA SAÍDA DO TUBO DE DESCARGA DEVERÁ POSSUIR UMA TELA PARA EVITAR ENTUPIIMENTO, PRINCIPALMENTE POR VANDALISMO. A BATERIA SERÁ CHUMBO-ÁCIDO PARA PARTIDA DE MOTOR DIESEL, COM CAPACIDADE E TENSÃO DEFINIDAS EM FUNÇÃO DO MOTOR. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR FILTROS DE AR, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO LUBRIFICANTE, RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO, DESUMIDIFICAÇÃO E TERMOSTATOS FRANQUIA: 60 HORAS MENSAIS.				

Leia-se:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
------	------	----------------	-------	-------	------------	-------------

1	1	<p>LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR A DIESEL, TRIFÁSICO DE NO MÍNIMO 55 KVA, NA TENSÃO 380/220V. ESPECIFICAÇÃO DO GRUPO MOTOR GERADOR (GMG) DESCRIÇÃO GERAL GERADORES A DIESEL, TIPO BRUSHLESS, ESPECIAL PARA CARGAS DEFORMANTES, TRIFÁSICO 380/220V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO 80%, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 55KVA. DEVERÁ POSSUIR PAINEL DE CONTROLE DIGITAL MICROPROCESSADO (USCA - UNIDADE DE SUPERVISÃO E CORRENTE ALTERNADA) E CARREGADOR DE BATERIA DE PARTIDA INCORPORADO INTERNAMENTE AO GRUPO GERADOR, COM SISTEMA DE PRÉ-AQUECIMENTO E TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA AUTONOMIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) HORAS (SEND O ACEITÁVEL, TANQUE INTERNO E TANQUE SOBRESSALENTE PARA AUTONOMIA REQUERIDA). DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA CONTRATADA CABOS DE ALIMENTAÇÃO, BEM COMO OS DEMAIS CABOS E FIOS NECESSÁRIOS A PERFEITA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GMG'S. OS GERADORES DE ENERGIA DEVERÃO POSSUIR CARENAGEM SILENCIADORA DE RUÍDOS (MÁXIMO 85 DB). A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA, TAIS COMO: MANUAL TÉCNICO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DIAGRAMAS UNIFILARES DE COMANDO PARA O GRUPO MOTOR GERADOR. MOTO-GERADOR A DIESEL MÁQUINA PRIMÁRIA MOTOR A DIESEL TIPO INJEÇÃO DIRETA DE COMBUSTÍVEL, COM REGULAGEM ELETRÔNICA DE VELOCIDADE, PARTIDA SEMPRE EFETUADA POR MEIO DE MOTOR ELÉTRICO DE CORRENTE CONTÍNUA. A VELOCIDADE DO MOTOR DEVERÁ SER MANTIDA CONSTANTE ATRAVÉS REGULADOR ELETRÔNICO DE VELOCIDADE, EM QUALQUER QUE SEJA A SITUAÇÃO DA CARGA. O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ SER DO TIPO LÍQUIDO COM RADIADOR, VENTILADOR E BOMBA CENTRÍFUGA COM PROTEÇÃO CONTRA ALTA TEMPERATURA D'ÁGUA E BAIXA PRESSÃO DO ÓLEO. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE PRÉ-AQUECIMENTO, VÁLVULA TERMOSTÁTICA DESTINADA A ACELERAR O AQUECIMENTO DO MOTOR NO INÍCIO DO SEU FUNCIONAMENTO. ALTERNADOR GERADOR SÍNCRONO, DE CORRENTE ALTERNADA, TRIFÁSICO, SEM ESCOVAS (BRUSHLESS), ESPECIAL PARA CARGAS DEFORMANTES, COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA E RESISTÊNCIA DE DESUMIDIFICAÇÃO; O VALOR NOMINAL DA TENSÃO TRIFÁSICA COM LIGAÇÕES EM "Y", COM NEUTRO ACESSÍVEL DEVE SER DE 380/220V, 60 HZ. PAINEL DE CONTROLE O PAINEL DE CONTROLE OU UNIDADE DE SUPERVISÃO DE CORRENTE ALTERNADA (USCA) DEVERÁ SER DO</p>	12,00	UN	4.786,78	57.441,36
		<p>TIPO MICROPROCESSADO, EQUIPADO COM COMANDO E CONTROLE DIGITAL, SUPERVISÃO DE FASES, DE PARTIDA, PARADA, ALÉM DE CONTER INDICADORES LUMINOSOS DE FALHA E STATUS DE POSIÇÃO E COM INDICAÇÃO DIGITAL DO SISTEMA DE MEDIÇÃO CONFORME ITENS A SEGUIR: TENSÃO FASEFASE E FASE-NEUTRO TENSÃO DA BATERIA FREQUÊNCIA TEMPERATURA DO MOTOR CORRENTE NAS TRÊS FASES TEMPERATURA DE ÁGUA DE RESFRIAMENTO POTÊNCIA ATIVA PRESSÃO DO ÓLEO LUBRIFICANTE POTÊNCIA APARENTE HORAS DE FUNCIONAMENTO FATOR DE POTÊNCIA CONTADOR DE PARTIDAS E INDICAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA: SOBRECARGA NÍVEL BAIXO DO COMBUSTÍVEL SOBRECORRENTE BAIXA PRESSÃO DO ÓLEO LUBRIFICANTE CURTO-CIRCUITO FALHA DE CHAVES TENSÃO ANORMAL FALHA DE PRÉ-AQUECIMENTO FREQUÊNCIA ANORMAL ALTA TEMPERATURA DA ÁGUA SUBTENSÃO DA BATERIA FALHA PARTIDA/PARADA SOBRETENSÃO DA BATERIA FALTA D'ÁGUA NO RADIADOR ACESSÓRIOS O GRUPO GERADOR DEVERÁ POSSUIR CARENAGEM (CONTAINER), PARA ATENUAÇÃO DE RUÍDOS MÁXIMO 85DB A 1,5M), SUPER SILENCIADO, COM ABERTURA PARA ENTRADA E SAÍDA DE AR NECESSÁRIO À REFRIGERAÇÃO DO MOTOR. O TANQUE DE COMBUSTÍVEL ACOPLADO AO GMG DEVERÁ GARANTIR NO MÍNIMO 06 HORAS DE AUTONOMIA, E PARA O CUMPRIMENTO DE AUTONOMIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) HORAS SERÁ ACEITO, TANQUE SOBRESSALENTE. O SISTEMA DE ESCAPAMENTO DOS GASES DEVERÁ POSSUIR TUBO FLEXÍVEL PARA ISOLAMENTO DE VIBRAÇÕES E SILENCIADOR. NA SAÍDA DO TUBO DE DESCARGA DEVERÁ POSSUIR UMA TELA PARA EVITAR ENTUPIIMENTO, PRINCIPALMENTE POR VANDALISMO. A BATERIA SERÁ CHUMBO-ÁCIDO PARA PARTIDA DE MOTOR DIESEL, COM CAPACIDADE E TENSÃO DEFINIDAS EM FUNÇÃO DO MOTOR. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR FILTROS DE AR, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO LUBRIFICANTE, RESISTÊNCIA DE AQUECIMENTO, DESUMIDIFICAÇÃO E TERMOSTATOS FRANQUIA: 60 HORAS MENSAIS.</p>				

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 27 de novembro de 2019 às 14h30min horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 14h00min horas.

Ilhota, 12 de novembro de 2019.

Francineide Pereira
Pregoeira Oficial

PORTARIA 166/2019

Publicação Nº 2224569

PORTARIA Nº 166/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR,

Os servidores abaixo, dos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE DEMISSÃO
João Juvenil dos Santos	Motorista	10/11/2019
Maryhá Pires Cassol	Médico Cardiologista	31/10/2019
Sebastião Chaves	Auxiliar de Serviços Gerais	10/11/2019

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de novembro de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 167/2019

Publicação Nº 2224571

PORTARIA Nº 167/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, a Sra. Leonir Luchtenberg Espindola, do cargo de PROFESSOR, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de novembro de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 080, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2225855

DECRETO Nº. 080, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2019, na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CO-FINANCIAMENTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	36	1.167	Aplicações Diretas	35.000,00
				35.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação dos recursos:

0.1.167	Superávit- Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	35.000,00
	Total	35.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de novembro de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.085, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225856

LEI Nº. 2.085, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº. 1.280, DE 25 DE JANEIRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei nº 1.280, de 25 de janeiro de 2008 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

QUANTIDADE DE VAGA	CATEGORIA FUNCIONAL	VENCIMENTO (R\$)	HORAS SEMANAIS	
01	Nutricionista	R\$ 1.840,61	30	” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 12 de novembro de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 14/2018 A/01 - PROC 05/2018

Publicação Nº 2225693

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2018/14 –A/01

Contratada: MARIA DE FATIMA COSTA GALINDRO
CPF: 507.239.449-20

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.
0.1. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato SEASTH 2018/14 - A/00, cujo objeto é a ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FAMÍLIA ACOLHEDORA/SUBSTITUTA A FIM DE ATENDER O PROGRAMA ACALENTOS "ALIMENTO SONHOS E ESPERANÇAS" DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 05/2018 Inexigibilidade nº 01/2018
Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Rosiane da Silva Costa
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

MARIA DE FATIMA COSTA GALINDRO
Representante legal
Contratada

CONTRATO 59/2019 A/00 - PROC 117/2019

Publicação Nº 2225463

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO POLÍCIA MILITAR 2019/59 – A/00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
CNPJ: 04.660.943/0001-00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO FORNECIMENTO DE TECNOLOGIA MOVEL E EMBARCADA PARA UTILIZAÇÃO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA.
Prazo: 12 meses Valor Total: R\$ 9.750,00
Fundamento: Processo nº 117/2019 Dispensa nº 20/2019
Imbituba, 24 de outubro de 2019

Daniel Nunes da Silva
Major PM Comandante da Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba
CONTRATANTE

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
Representante legal
CONTRATADO

EDITAL PMI/SEDUCE/DCULT N. 01/2019

Publicação Nº 2225006

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE
Diretoria de Cultura

EDITAL PMI/SEDUCE/DCULT Nº001/2019
Dispõe sobre a abertura de
Inscrições para participação na
1ª Feira de Artesanato Edição Verão.

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE, através da Diretoria de Cultura, tendo em vista os termos da Lei Complementar nº. 4.276 de 05 de novembro de 2013, Lei nº. 4.175 de 18 de abril de 2013 e Lei Complementar nº. 4.874 de 21 de dezembro de 2017 e LEI Nº 4.894, DE 06 DE MARÇO DE 2018, comunica que se encontram abertas, no período de 12 de novembro a 28 de novembro de 2019, as inscrições para a seleção e credenciamento de artesãos e entidades representativas do município de Imbituba que estejam interessados a expor seus produtos na 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO com data prevista para 26/12/19 a 05/01/2020.

O edital visa apoiar iniciativas de artesãos e artísticas no município de Imbituba, buscando a construção permanente de uma cidadania que incorpore a memória e a diversidade da sociedade imbitubense, a ampliação do acesso à cultura local, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural de base açoriana do nosso município e impulsionando o empreendedorismo cultural em nossa cidade.

1. OBJETO:

1.1 O presente edital tem por objeto a seleção de 17 (Dezessete) artesãos individuais (pessoa física) e 03 (Três) entidades representativas de artesãos (pessoa jurídica), com suas respectivas produções, para ocupação de um espaço coletivo de 15m², tendo como objetivo a divulgação e a comercialização de produtos artesanais por artesãos da cidade de Imbituba SC, na 1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO, que acontecerá no espaço ao lado da Secretaria de Turismo (Rua Irineu Bornhausen) no centro da cidade de Imbituba, no período de 26/12/19 à 05/01/2020.

1.2. Os selecionados deverão arcar com as despesas de:

- Alimentação,
- Deslocamento,
- Montagem e desmontagem de seu espaço,
- Embalagem para o armazenamento dos produtos que estarão à venda.

1.1 Serão de responsabilidade do segmento público municipal:

- tendas fechadas com laterais;
- tabladados, palco;
- banheiros químicos;
- pontos com energia elétrica e iluminação interna do espaço e segurança do local e vigia durante os espaços que a feira não estará aberta ao público.

1.2 Os selecionados deverão comparecer no dia 26/12/19 a partir das 15h00m para organização do espaço que vão ocupar.

1.3 Deverão cumprir o cronograma de datas e horários estabelecidos neste edital para funcionamento da feira que terá o horário das 18h às 24h. Na data de 31/12 das 18h às 22h em horário especial.

2. DAS OPORTUNIDADES

2.1. Serão disponibilizadas para este edital 17 (dezessete) vagas para pessoa física com CPF com cadastro na Cultura Municipal de Imbituba;

2.2. Serão disponibilizadas 03 vagas para entidades representativas com inscrições CNPJ e MEI.

3. DAS INSCRIÇÕES:

Os interessados em participar da seleção deverão preencher e enviar no ato da inscrição:

3.1 – Artesão Individual (pessoa física):

Formulário de inscrição preenchido - Anexo I;

• Fotos das peças artesanais que pretende comercializar, de diferentes ângulos, na forma impressa, ou em CD, DVD, pen drive (entregues ao departamento de Cultura até o prazo final da inscrição), ou arquivo de imagem enviado por meio eletrônico para o e-mail institucional: cultura@imbituba.sc.gov.br, caso o artesão trabalhe com mais de uma matéria-prima, enviar uma foto de cada peça por tipo de matéria-prima.

3.2 – Entidades Representativas (pessoa jurídica):

• Formulário de inscrição preenchido - Anexo I;

• Fotos de todas as peças artesanais que pretende comercializar, de diferentes ângulos, na forma impressa, ou em CD/DVD, pen drive ou arquivo de imagem enviado por meio eletrônico para o e-mail institucional: cultura@imbituba.sc.gov.br; caso os associados/cooperados trabalhem com mais de uma matéria-prima, enviar uma foto de cada peça por tipo de matéria-prima.

3.3. As inscrições serão realizadas a partir do período de 12 de novembro 2019, das seguintes formas:

3.3.1 Presencialmente, no Departamento Municipal de Cultura, no prédio da prefeitura Rua Ernani Coltrin, Tel.: (48) 3355.8100 ramal: 8122, de segunda a sexta, das 13:30h às 18:30h;

3.3.2 Por e-mail encaminhar para: cultura@imbituba.sc.gov.br com o envio da ficha de inscrição e dos documentos exigidos para o endereço eletrônico citado, do dia 12 de novembro de 2019 até o dia 28 de novembro de 2019, até às 23h59m, com o seguinte assunto: FEIRA DE ARTESANATO DE VERÃO, no corpo do e-mail informar o nome completo do interessado;

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1 Após o encerramento do período de inscrições, conforme o cronograma previsto no subitem 5.2, terá início o processo de seleção, que será realizado pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, encarregada de analisar os dados constantes no formulário de inscrição, os documentos solicitados e as fotos dos produtos artesanais, de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

TABELA DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO

1	Referência à Cultura popular Imbitubense	0 a 5
2	Criatividade	0 a 5
3	Linguagem própria	0 a 5
4	Tradição	0 a 5
5	Expressão contemporânea	0 a 5
6	Inovação	0 a 5
7	O proponente que demonstra aproveitamento de resíduos ou outras formas de valorização de modo de vida sustentável.	+ 1
8	O proponente que participou das duas últimas feiras e não possui notificação de advertência terá bônus de 01 ponto.	+1
9	O proponente que residir no município a mais de dois anos terá bônus de 05 pontos	+ 5
10	O proponente que apresentar material de suporte, embalagem, etiqueta e rotulo com identificação do artesão e/ou associação, utilizando material reciclado terá bônus de 01 ponto.	+1
11	O artesão ou entidade que possuir seu cadastro regularizado na Diretoria de Cultura terá 01 ponto	+1
12	Nota de Corte. Em caso de empate, observando-se a reavaliação dos concorrentes em questão. 1) Referência à cultura popular Imbitubense (item de avaliação nº 1). 2) Tradição (item de avaliação nº 4);	- 06

4.2 Durante o processo de análise e avaliação dos critérios, a Comissão de Avaliação - CMIC poderá pedir amostragem e recomendar adequações ou solicitar comprovações das informações fornecidas pelos participantes.

4.3 Os participantes poderão apresentar recursos, via protocolo, no prazo de 05 dias úteis a partir da data de divulgação do resultado, por meio de qualquer das formas estabelecidas no item 4.1 deste Edital.

4.4 No dia 20/12/2019 de 2019 serão divulgadas as listas definitivas, após julgamento dos recursos apresentados, contendo os nomes dos participantes classificados, por ordem de pontuação, sendo que aqueles que ficarem fora do número de oportunidades oferecidas poderão ser chamados caso surjam vagas, respeitada a ordem de classificação.

4.5 No caso da impossibilidade de comparecimento ou ausência de confirmação da participação, o candidato selecionado será automaticamente considerado desistente e o candidato que se classificou na sequência da ordem de pontuação será convocado como substituto da vaga.

4.6 No caso algum impedimento não previsto nesse edital, a seleção do substituto participante da feira, será feita através da ordem classificatória de pontuação;

4.7. Os resultados de cada etapa de seleção serão publicados no Diário Oficial <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> (localizar o município Imbituba), bem como, no mural do paço Municipal próximo ao protocolo;

4.8 A Comissão de Avaliação e Seleção dos inscritos será composta por 6 (seis) membros representantes da CMIC;

4.9. Os membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura não poderão concorrer a este Edital.

5. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE INSCRIÇÃO PÚBLICO:

5.1 O prazo de vigência do edital será de 12 de novembro de 2019 à 28 de novembro de 2019, sendo vedada a sua prorrogação.

5.2 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Data da publicação do Edital de Inscrição Público.	12/11/2019
Publicação da Portaria da Comissão -CMIC.	Portaria PMI/SEAD nº 722 Portaria PMI/SEAD nº1017
•Prazo final para protocolar os formulários de inscrição e apresentação da documentação exigida fase de habilitação. •Prazo final para ser encaminhado o formulário por quem optar em enviar por e-mail;	28/11/2019 até às 23h59m
Análise e avaliação dos formulários – equipe técnica - CMIC	A partir de 02/12/2019
Divulgação da lista provisória.	06/12/2019
Prazo para encaminhamento de recurso.	05 dias úteis após divulgação
Prazo para análise de recurso.	16/12/2019
Divulgação da lista definitiva da seleção.	20/12/2019
Período do Evento.	26/12/19 à 05/01/2020 (*Incluindo horário especial no dia 31/12/2019)

FASE DE INÍCIO DA FEIRA ARTESANAIS DOS ARTESÃOS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS SELECIONADAS**6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

6.1 As peças que serão comercializadas, deverão obrigatoriamente ser embaladas e etiquetadas apropriadamente pelos artesãos e/ou entidades representativas.

6.2 As peças que exigirem certificação por órgão ou entidade pública deverão ser acompanhadas do respectivo certificado, de acordo com o previsto na legislação aplicável.

6.3 É de responsabilidade do artesão e da entidade representativa, a conferência da integridade e da quantidade das peças, que forem expostas durante a feira de verão.

6.4 É de responsabilidade do artesão e da entidade representativa, a conferência das peças no início e no final de cada dia de feira, bem como, é de responsabilidade o armazenamento das peças quando o local estiver fechado para acesso ao público;

7. DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER PREENCHIDOS E ENTREGUES APÓS NA SELEÇÃO DO ARTESÃO E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES:**7.1 Artesão individual (pessoa física):****ITENS:**

a) Ficha de inscrição devidamente assinada (Anexo I do edital 001/2019 para inscrição de participação da 1ª feira de artesanato edição verão) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente (Anexo II do edital 001/2019 para inscrição de participação da 1ª feira de artesanato edição verão) de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Cópia do CPF e RG;

c) Cópia do Título de Eleitor;

d) Cópia do Comprovante de Residência: cópia do talão atual de água, telefone fixo ou luz com validade máxima de três meses ou cópia do contrato de locação autenticado em cartório, quando o comprovante estiver em nome de terceiro, o mesmo deverá ser acompanhado de declaração de residência reconhecida em cartório. Quando o comprovante estiver em nome do cônjuge, o mesmo deverá ser acompanhado de Certidão de Casamento ou declaração reconhecida em cartório que comprove o vínculo;

e) Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal;

f) Certidão de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Imbituba;

g) Declaração de Cessão de Direito de Uso de Imagem (Anexo II);

6.0.1 O artesão selecionado que, por qualquer motivo, não tenha condições de participar, deverá apresentar procuração, indicando seu substituto que o representará na Feira mencionada nesse edital;

7.2 Entidade representativa (pessoa jurídica):

a) Ficha de inscrição devidamente assinada (Anexo I do edital 001/2019 de inscrição para participação 1ª feira de artesanato edição verão) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente (Anexo II do edital 001/2019 de inscrição para participação 1ª feira de artesanato edição verão) de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Cópia do estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrado, acompanhada da ata ou ato de constituição da direção;

c) Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo "atividade cultural" registrada no campo "Código e descrição da atividade econômica principal" ou "Código e descrição da atividade econômica secundária";

d) Comprovante de estar sediada no município de Imbituba;

e) Cópia da Ata (atualizada e com o devido registro em cartório) que elegeu a última diretoria;

f) Declaração da inexistência de dívida com o poder público municipal fornecida pela Prefeitura Municipal de Imbituba e de Certidão Negativa de Débitos Estadual e Federal;

a) Cópia de documento de identificação, com foto, do seu dirigente máximo responsável pela entidade, se não forem os mesmos;

b) Comprovante de endereço recente, da sede da entidade, que tenha sido emitida nos últimos três meses;

c) Declaração da entidade que comprove a Anuência dos Artesãos junto a entidade;

d) Declaração de Cessão de Direito de Uso de Imagem (anexo II);

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O ônus dos custos de produção, embalagem, acondicionamento, recebimentos, impostos e seguro das peças são de inteira responsabilidade do artesão e da entidade representativa.

8.2 Para participar do 1ª feira de artesanato edição verão, o artesão ou entidade representativa selecionada deverão apresentar os documentos exigidos para o departamento de cultura trinta e seis horas (36h) antes do início do evento.

8.3 As peças não comercializadas deverão ser recolhidas pelo artesão e pela entidade representativa ao final da 1ª feira de artesanato edição verão;

8.4 Somente os representantes das entidades representativas e os artesãos selecionados poderão permanecer dentro do estande durante

o período do evento.

8.5 Salvo os artesãos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou os que possuam necessidades especiais poderão dispor da presença de um acompanhante.

8.5 As situações não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão de Avaliação e Seleção.

8.6 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstas neste Edital.

8.7 Os recursos, impugnações e demais solicitações deverão ser realizadas através de protocolo observando os critérios estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2 deste Edital.

8.8 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital, caso identifique alguma irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis após a publicação deste, devendo a Comissão de Avaliação e Seleção julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis.

8.9 as vagas das entidades que não forem preenchidas na seleção dos participantes da 1ª feira de artesanato edição verão, vão ser realocadas para artesão que obtiverem pontuação equivalente que os classifiquem como aptos;

8.10 Os imprevistos que ocorrerem por intempéries climáticas, que impedirem a realização da 1ª feira de artesanato edição verão, não deve ser considerado de responsabilidade da diretoria de cultura e/ou da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Alessandra Aparecida dos Santos
Diretora de Cultura

Cristiane Tokarski Espezim
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

EDITAL/PMI/SEDUCE/DCULT 001/2019 DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAR DA
1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome ou razão social:			
Documento de Identidade Nº:		Órgão Expedidor:	UF:
C.P.F:			
Filiação:			
Data de Nascimento:		Naturalidade:	UF:
Endereço Residencial:	Rua:		Nº:
	Bairro:	CEP:	
Contatos:	Celular:		Fone:
	E-mail:		Redes Sociais:
MEI / CNPJ			
Atividade Exercida:		Material Utilizado:	
Participação em Eventos/Feiras:		Outras Informações:	

A inscrição neste edital implica na aceitação pelo candidato dos termos deste Edital na sua totalidade.	
✓ Quando se tratar de entidade, colocar as informações do presidente nos dados cadastrais acima citados	
Assinatura: Data:	

Requisitos Necessários:

- Cópia de RG, CPF ou CNH;
- Cópia de comprovante de residência.
- Fotos das peças artesanais que o artesão ou que a entidade disponibilizará para expor e comercializar na referida feira.

EDITAL PMI/SEDUCE/DCULT Nº 001/2019 DE INSCRIÇÃO PÚBLICO PARA
1ª FEIRA DE ARTESANATO EDIÇÃO VERÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO de ciência, CONCORDÂNCIA, VEDAÇÕES e Autorização de Uso de ImageM

Eu, _____, RG nº: _____, CPF nº: _____, residente e domiciliado à _____, bairro _____, na cidade de _____ UF: _____ na condição de responsável pela apresentação da iniciativa inscrita no Edital 001/2019 de Inscrição público para 1ª feira de artesanato edição verão, na data prevista para a realização da feira, reconheço sob as penas da lei que:

Estou ciente dos meus direitos e deveres e dos procedimentos definidos pelo edital 001/2019 de Inscrição público para 1ª feira de artesanato edição verão, zelando pela observância das suas determinações;

- a) Declaro que as informações e documentos apresentados nesta inscrição são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;
- b) Autorizo a Diretoria Municipal de Cultura a publicar e divulgar, mediante reprodução, distribuição, comunicação ao público e quaisquer outras modalidades de utilização, sem quaisquer ônus, por tempo indeterminado, os conteúdos desta inscrição;
- c) Declaro estar ciente e de acordo que a publicação e divulgação dos materiais poderá ser realizada inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior, observadas as legislações vigentes de cada país; e
- d) Declaro que não me enquadro nas vedações expressas nos itens 7.1 e 7.2 e seus subitens expressos no presente edital, em conformidade com o art. 11, parágrafo único, do Anexo à Portaria MinC nº 29/2009; e

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados de acordo com a legislação vigente.

(Local e data) _____/_____/_____/2019.

Assinatura

CPF:

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 125/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 2225830

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial comunica aos interessados a retificação do edital de licitação, foi acrescentado novos itens a tabela 1.2. e adequações necessárias ao edital referente ao Processo nº 125/2019 Pregão Presencial nº 87/2019, do tipo maior oferta, objetivando a "CESSÃO DO DIREITO EXCLUSIVO DE EXPLORAR A PUBLICIDADE DE MARCA NOS ESPAÇOS AUTORIZADOS DA PRAIA DO ROSA, BARRA DE IBIRAQUERA, ITAPIRUBÁ, PRAIA DO LUZ, PRAIA DO PORTO, RIBANCEIRA, VILA (CENTRO), VILA (VILA NOVA), PODENDO ASSINAR COMO PATROCINADORA OFICIAL DO VERÃO DA PRAIA DO ROSA, BARRA DE IBIRAQUERA, ITAPIRUBÁ, PRAIA DO LUZ, PRAIA DO PORTO, RIBANCEIRA, VILA (CENTRO), VILA (VILA NOVA), DURANTE AS TEMPORADAS DE VERÃO 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023 E 2023/2024, NO PERÍODO DE DEZEMBRO A ABRIL", em razão dessa retificação, fica transferida a abertura do certame para o dia 26/11/2019 às 14:00.

Imbituba, 13 de novembro de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 341/2019

Publicação Nº 2225342

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 341/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA EXECUTIVA, junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito - SEGAB.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Jaqueline Costa Calônico	SECRETÁRIA EXECUTIVA	064.681.409-51

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 12/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 342/2019

Publicação Nº 2225374

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 342/2019

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1046, de 01 de novembro de 2019, para exercer a função temporária de SERVENTE MERENDEIRA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
TANIA MARA PIRES MACHADO	SERVENTE MERENDEIRA – 40H	520.802.349-00

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 18/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 343/2019

Publicação Nº 2225807

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 343/2019

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 993, de 14 de outubro de 2019, para exercer o cargo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, habilitada pelo Processo Seletivo Público Edital nº 01/2017.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
ANGELITIA QUERINO SILVA	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	063.800.499-32

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 18/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 344/2019

Publicação Nº 2225811

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 344/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE SECRETÁRIO, junto a Secretaria Municipal de Administração - SEAD.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
DEBORA BORGES CATARINA	ASSESSORA DE SECRETÁRIO	055.942.969-05

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 12/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 345/2019

Publicação Nº 2225827

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 345/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1056, de 07 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
HERCULANO FELICIANA	ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO	432.890.619-49

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 13/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 346/2019

Publicação Nº 2225834

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 346/2019

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1027, de 29 de outubro de 2019, para exercer a função temporária de AUXILIAR CUIDADOR(A)/EDUCADOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
ROSANGELA MAXIMIANO PRATES	AUXILIAR CUIDADOR(A)/EDUCADOR(A) 40H	050.378.106-12

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 13/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1058/2019

Publicação Nº 2225159

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1058, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar Cuidador(a) / Educador(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, ainda considerando o exposto no Protocolo nº 14.505/2019 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 13 de novembro de 2019, o(a) Sr(a). DANIELA WOLFF DE PAULA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 098.796.899-84, em decorrência de sua aprovação em 5º lugar no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Auxiliar Cuidador(a) / Educador(a), com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento do Sr. Fabiano Gonçalves de Oliveira, tendo em vista a desistência da candidata anterior.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1059/2019

Publicação Nº 2225224

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1059, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 13 de novembro de 2019, o(a) Sr(a). MAHARA NAIAN DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 110.767.229-54, em decorrência de sua aprovação em 6º lugar no Concurso Público n. 01/2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1060/2019

Publicação Nº 2225334

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1060, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 20.350/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. RAUL MINATTO LEAL, Contador, inscrito no CPF sob o n.º 554.446.440-53, admitido em 17 de fevereiro de 2009, matrícula nº 4631, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	02.12.2019 a 31.12.2019 02.03.2020 a 31.03.2020 03.08.2020 a 01.09.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1061/2019

Publicação Nº 2225798

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1061, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 22 de fevereiro de 2019 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 145/2019, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Maria Helena da Silva Luciano	Professora II Ed. Infantil 20h	754.566.649-68	11/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 12 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RESOLUÇÃO C.M.I. Nº 002/2019

Publicação Nº 2224971

RESOLUÇÃO CMHI 002/2019**"Estabelece Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de IMBITUBA (CMHI)".**

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação, faz saber que o Colegiado aprovou em 05 de novembro de 2019, na forma disposta no item XVII do art. 6º da lei nº 3.099/2007, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Imbituba-SC, nos seguintes termos:

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE IMBITUBA**CAPÍTULO I****NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - Conselho Municipal de Habitação de Imbituba - CMHI órgão de cooperação governamental, instituído pela Lei nº 3.099, de 24 de maio de 2007, de caráter permanente entre Governo e a sociedade civil, com poderes consultivos, normativos, deliberativos e fiscalizador, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela coordenação da Política de Habitação, tendo como funcionamento o estabelecido por este Regimento Interno:

Art. 2º - São Atribuições do Conselho Municipal de Habitação de Imbituba:

- I - convocar a Conferência Municipal da Habitação a cada três anos e acompanhar a implementação de suas Resoluções;
- II - participar da elaboração e da fiscalização de planos e programas da política municipal da habitação;
- III - participar do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Imbituba – FMHI;
- IV - elaborar e propor ao Poder Executivo a regulamentação das condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Habitação e as regras que regerão a sua operação, assim como as normas de controle e de tomada de prestação de contas, entre outras;
- V - deliberar sobre os convênios destinados a execução de projetos de habitação, de melhorias das condições de habitabilidade, de urbanização e de regularização fundiária, ou demais relacionados à política habitacional;
- VI - propor diretrizes, planos e programas visando a implantação da regularização fundiária e de reforma urbana e rural;
- VII - incentivar a participação e o controle social sobre a implementação de políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano e rural;
- VIII - possibilitar a informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas referentes à política habitacional;
- IX - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporários ou permanentes para melhor desempenho de suas funções, quando necessário;
- X - propor, apreciar e promover informações sobre materiais e técnicas construtivas alternativas com finalidade de aprimorar quantitativa e qualitativamente os custos das unidades habitacionais;
- XI - acompanhar o pedido e adesão do Município ao SNHIS, instituído pela Lei 11.124 de 16 de junho de 2.005;
- XII - articular-se com o SNHIS cumprindo suas normas;
- XIII - zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo, nos projetos e programas previstos nesta lei e em sua regulamentação;
- XIV - analisar e emitir parecer quanto aos programas que lhe forem submetidos;
- XV - acompanhar, controlar e avaliar a execução dos programas habitacionais em que haja alocação de recursos do FMHI;
- XVI - praticar os demais atos necessários à gestão dos recursos do Fundo e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas em regulamentação;
- XVII - elaborar seu regimento interno.

CAPÍTULO II**ORGANIZAÇÃO DO CMHI****SEÇÃO I****DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º - O Conselho Municipal de Habitação de Imbituba - CMHI - é composto paritariamente por (08) oito conselheiros e seus respectivos suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil.

Art 4º - São membros do CMHI:

- I – 4 (quatro) representantes de entidades públicas, sendo no mínimo, 2 (dois) técnicos na área habitacional;
 - II - 4 (quatro) representantes de entidades privadas, sendo no mínimo, 2 (dois) representantes dos movimentos populares;
- § 1º Cada membro titular terá seu suplente que o substituirá em seus impedimentos e assumirá sua posição em caso de vacância;
- § 2º A associação comercial local, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais de trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa são consideradas como representantes de entidades privadas, não podendo ocupar portanto, as vagas destinadas aos movimentos populares.
- § 3º Os movimentos populares são caracterizados pelas associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra, clubes de mães, cooperativas que tenham como única atividade a busca de moradia para os cooperados, etc. (Artigo alterado Lei nº 3327/2008)

Art. 5º - Os mandatos dos conselheiros terão duração de dois (02) anos, sendo permitida sua recondução consecutiva por mais um mandato.

Parágrafo Único. Os conselheiros e suplentes indicados para o CMHI serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - As Entidades e o Governo poderão realizar a substituição de seus respectivos representantes encaminhando comunicação formal

por escrito à Presidência do CMHI.

Art. 7º - Será substituído pelo Governo Municipal e pela respectiva entidade o membro que renunciar ou não comparecer a três (03) reuniões consecutivas ou a cinco (05) alternadas, no ano, ressalvadas as de força maior, desde que devidamente justificada por escrito ao Conselho.

Art. 8º - O mandato dos membros do Conselho será exercida gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício da natureza pecuniária ou patrimonial.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º - As reuniões do CMHI iniciará com a presença mínima de cinquenta por cento (50%) mais um de seus membros e suas decisões serão tomadas conforme art. 11º e 12º.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Habitação de Imbituba, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo 01 (uma) vez por mês, cuja as datas de realização constarão em cronograma (calendário), constando horário das reuniões.

§ 1º - As reuniões extraordinárias do Conselho serão convocadas:

I - Por seu Presidente

II - Por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 2º - Deverá ser observado um prazo para as convocações extraordinárias de no mínimo 03 (três) dias de antecedência.

§ 3º - Todas as convocações, ordinárias e extraordinárias, deverão ser por escrito ou por meio eletrônico, devendo constar na convocação:

I - Data da reunião;

II - Local da reunião;

III - Horário de início da reunião;

IV - Ordem do dia;

V - Convocação do suplente, caso houver impedimento do titular.

§ 4º - Em caso de reunião extraordinária, deverá ater-se exclusivamente à ordem do dia.

Art. 11º - As decisões do Conselho serão tomadas pela maioria simples (50% +1) dos membros presentes.

Art. 12º - Quando se tratar de matérias relacionadas ao Regimento Interno, Fundo Municipal de Habitação e Orçamento, o "quorum" mínimo de votação será de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - Os Conselheiros Suplentes participam de reuniões com direito a:

I - Voz, quando o titular estiver presente.

II - Voz e voto quando o titular estiver ausente.

§ 2º - Em caso de ausência do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente o substituirá, independentemente de justificção por escrito.

Art. 13º - O horário de início da reunião poderá prolongar-se, por solicitação de qualquer membro e submetido a aprovação dos conselheiros.

§ 1º A prorrogação não poderá exceder a trinta (30) minutos.

§ 2º - Os pontos de pauta não apreciados serão remetidos à reunião subsequente.

Art. 14º - As reuniões do CMHI serão presididas por seu Presidente e no seu impedimento pelo Vice-Presidente, ou ainda pelo Secretário, necessariamente nesta ordem. No caso de impedimento destes, será exercida pelo membro mais idoso.

Parágrafo Único - Os votos divergentes poderão ser expressos na ata de reunião, a pedido do membro que proferiu, desde que entregue, por escrito até o final da reunião.

Art. 15º - As deliberações do CMHI serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 16º - As reuniões do CMHI terão a seguinte sequência:

I - Chamada nominal dos conselheiros titulares e suplentes;

II - Leitura, votação e assinatura da ata anterior;

III - Aprovação da Ordem do Dia;

IV - Apresentação, discussão e votação das matérias;

V - Assuntos Gerais;

VI - Encerramento.

Art. 17º - As deliberações das matérias sujeitas à votação obedecerão a seguinte ordem:

I - O Presidente dará a palavra ao Secretário que fará a leitura da matéria;

II - Terminada a leitura, a matéria será posta em discussão, sendo que o Presidente anotará as inscrições para uso da palavra, que terá tempo determinado de duração.

III - Encerrada a discussão, faz-se-á a votação.

Art. 18º- O Conselheiro que julgar não estar suficientemente esclarecido poderá pedir vistas da matéria.

§ 1º - Havendo pedido de vista, este terá prazo de sete (07) dias para ser analisado pelos conselheiros interessados, ficando automaticamente marcada uma reunião extraordinária para deliberação e votação da referida matéria, no primeiro dia útil do término do prazo pedido, não podendo ser solicitado mais de uma vez para a mesma matéria.

§ 2º - Após entrar na pauta de reuniões, a matéria deverá ser obrigatoriamente votada no prazo máximo de trinta (30) dias.

§ 3º - A (O) Secretária(o) do CMHI deverá providenciar cópias da matéria para todos os conselheiros.

Art. 19º - Todas as reuniões do CMHI serão abertas ao público, ficando vedado o voto aos não conselheiros.

Art. 20º - As atas das sessões do Conselho serão lavradas pelo Secretário e nelas se resumirá o quanto haja passado na respectiva sessão, devendo conter, obrigatoriamente:

I - Dia, mês, hora e local de sua realização;

II - Os nomes do Presidente e dos demais membros presentes;

III - Súmula do expediente, os processos apreciados e as respectivas decisões, inclusive com as declarações de voto, se houver.

SEÇÃO III

ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DO CMHI

Art. 21º - Caberá ao Colegiado do CMHI, constituído pelos membros titulares ou suplentes na ausência daqueles.

I - Apreciar e deliberar sobre assuntos encaminhados ao CMHI;

II - Aprovar pedido de votação de matéria em regime de urgência;

III - Requisitar à Diretoria Executiva a aos demais membros do Conselho, todas as informações que julgarem necessárias para o desempenho de suas atribuições.

IV - Propor, aprovar a criação e dissolução de Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho, Comissões de Fiscalização, suas respectivas competências, sua composição, procedimento e prazo de duração;

V - Participar das reuniões das Comissões ou dos Grupos de Trabalho para os quais forem designados,

VI - Deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas Comissões ou Grupos de Trabalho.

VII - Solicitar ao órgão responsável pela Política Municipal da Habitação, a realização de audiências públicas, consulta popular, referendos, plebiscitos e plenárias como o objetivo de incentivar a participação popular na discussão, formulação e acompanhamento das políticas habitacionais e seu controle social.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES

Art. 22º - Poderá o CMHI criar Comissões Especiais julgadas necessárias, para apurar assuntos determinados que se constituam em irregularidades praticadas por agentes administrativos ou permissionários serviços ligados à Habitação.

§ 1º - Qualquer membro do conselho poderá solicitar a criação de uma Comissão, devendo para isso fazê-lo por escrito e declinado o motivo.

§ 2º - A criação da Comissão deverá ser aprovada por maioria simples dos conselheiros.

§ 3º - As Comissões serão constituídas de número não inferior a 03 (três) membros, eleitos dentre os titulares do CMHI.

Art. 23º - As Comissões, após formadas, deverão escolher, entre seus membros, um presidente e um relator e dar ciência à Presidência do Conselho dentro de 72 (setenta e duas horas).

Art. 24º - Todas as comissões terão um prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Parágrafo Único - Por solicitação escrita, declinando o motivo a Comissão poderá pedir a Prorrogação por 60 (sessenta) dias.

Art. 25º - Findo o prazo estabelecido, as Comissões deverão apresentar relatório escrito ao Conselho, na 1ª reunião ordinária subsequente ao encerramento do prazo da Comissão.

Art. 26º - O Presidente do Conselho não poderá fazer parte das Comissões.

Art. 27º - As Comissões se dissolverão automaticamente logo após concluídos os trabalhos.

SEÇÃO V
DA ELEIÇÃO E
ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

Art. 28º - A diretoria Executiva será constituída pelos membros do Conselho e eleita em reunião específica para tal fim, para exercer o mandato pelo período do mandato do Conselho com direção a reeleição.

Art. 29º - A Diretoria Executiva será composta de :

- I - Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - Primeiro Secretário
- IV- Segundo Secretário

Art. 30º - Compete ao Presidente do CMHI:

- I - Convocar, presidir e coordenar, suspender e encerrar as reuniões do CMHI;
- II - Submeter a Ordem do Dia à aprovação do Coligado do Conselho;
- III - Representar o CMHI onde se fizer necessário ou delegar poderes para este fim;
- IV - Assinar a Documentação oficial, juntamente com o Secretário;
- V - Prestar e determinar que sejam prestadas todas as informações solicitadas pelas entidades ou município;
- VI - Resolver os casos urgentes, dando ciência de seus atos na 1ª reunião do CMHI;
- VII - Praticar todos os atos necessários à execução dos objetivos do Conselho, zelando pelo cumprimento das decisões do CMHI.
- VIII - Advertir o orador que se desviar da matéria em discursão, falar sobre o assunto vencido ou faltar em considerações devida ao Conselho, a qualquer de seus membros ou às pessoas presentes, e cassar-lhes a palavra em caso de insistência.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído, na ausência, pelo Vice-Presidente.

Art. 31º - Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos.

Parágrafo Único - Auxiliar ao Presidente na administração do CMHI.

Art. 32º - O CMHI poderá contar com o apoio de um servidor público municipal, para agilizar suas atividades, com as seguintes atribuições:

- I - Prestar atendimento ao público, informando a movimentação e situação de processos e ou expedientes dirigidos ao Conselho;
- II - Emitir relatórios periódicos a cerca das atividades desenvolvidas;
- III - Zelar pela guarda e conservação dos processos e documentos do Conselho;
- IV - Catalogar e manter controle dos processos e documentos ativos e inativos do CMHI.

Art. 33º - Compete a(o) Secretária (o) do CMHI:

- I - A correspondência do CMHI;
- II - Lavrar as atas das reuniões do CMHI;
- III - Auxiliar o Presidente na Administração do CMHI;
- IV - Emitir Relatórios periódicos a cerca das atividades desenvolvidas;
- V - Fazer a chamada dos conselheiros titulares, em falta de "quorum", chamar os suplentes à mesa até que se complete o mesmo, e fazer constar em ata os presentes
- VI - Fazer as inscrições dos oradores.

CAPÍTULO III
DOS ATOS DO CONSELHO

Art. 34º - As decisões do CMHI serão dadas sob a forma de pareceres e resoluções.

Art. 35º - Parecer é a manifestação do conselho sobre a matéria submetida à sua consideração, devendo ser emitido por escrito nos autos do processo, de forma sucinta, contendo análise da matéria e conclusão.

Art. 36º - Resolução é o ato normativo do Conselho de caráter geral, destinado a disciplinar matéria de sua competência específica, devendo ser publicados no Diário Oficial dos Municípios e ou em outro meio que permita a transparência das informações.

Art. 37º - A aprovação de Projetos de Lei e Decretos necessários à utilização e complementação da política habitacional, quando submetidos à apreciação do conselho, ou ainda, que de sua própria iniciativa, dependerá do voto favorável da maioria simples de seus membros.

CAPÍTULO IV
DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIA

Art. 38º - Cada processo a ser apreciado pelo Conselho será distribuído pelo Presidente a um Conselheiro que será o relator.

Parágrafo Único - Na distribuição considerar-se-á a especialização de cada membro, sem prejuízo, contudo, de rodízio entre os Conselheiros.

Art. 39º - Por motivo relevante poderá o relator designado dar-se por impedido ou suspeito, ou quando não sentir-se tecnicamente habilitado para dar o parecer, poderá o Conselheiro, ouvido, recusar-se de dar parecer.

Parágrafo Único - Em face do impedimento ou suspensão, não habilitação técnica do relator, voltará o processo ao Presidente para nova designação, não podendo aquele Conselheiro tomar parte na votação da matéria em que se deu por impedimento ou suspeito.

Art. 40º - O relator dará seu parecer na sessão imediata ao recebimento do processo e, não o fazendo, deverá apresentar justificativa.

Parágrafo Único - Tratando-se de matéria pendente de audiência pública, o parecer poderá ser dado em uma das sessões posteriores a de que versa este artigo, a pedido do Conselheiro e referendado ao Presidente.

Art. 41º - São atos privativos do relator as diligências por ele determinadas.

SEÇÃO VI DAS ELEIÇÕES

Art. 42º - A Diretoria Executiva, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, em reunião extraordinária, convocada para tal fim, aprovará a recondução do mandato por período máximo de até 02 (dois) anos, ou a convocação de um novo Processo Eleitoral dos membros representantes da Sociedade Civil.

§ 1º - Em caso de abertura de novo Processo Eleitoral dos membros representantes da Sociedade Civil, a Diretoria Executiva do CMHI elegerá dentre seus membros uma Comissão Especial Eleitoral, a qual se encarregará de conduzir todo o processo.

§ 2º - O Edital de Convocação da Eleição dos membros representantes da sociedade civil deverá ser aprovado pelos conselheiros e constar obrigatoriamente:

I - Documentação necessária e prazos de inscrições, e publicização de resultados e prazos para apresentação de recurso em caso de indeferimento.

II - Data da Eleição das entidades habilitadas;

IV - Data de Posse.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43º - O presente Regimento Interno poderá ser alterado, total ou parcialmente, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho.

Art. 44º - Quaisquer alterações deste Regimento Interno, serão propostas em sessão do Conselho, discutidas e votadas em sessões posteriores.

Art. 45º - A qualquer tempo o Presidente designará uma comissão composta de 03 (três) membros para estudar e propor a este conselho alterações deste regimento.

Art. 46º - As decisões que provarem disposições regimentais serão transformadas em resoluções.

Art. 47º - Os casos omissos neste Regimento serão decididos em reunião plenária do Conselho necessitando quorum conforme art. 43º .

Art. 48º - Revogadas as disposições em contrário, este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.
Leandro Geremias da Silva
Presidente do CMHI Gestão 2019/2021

Valéria Maciel C. Carvalho
1ª Secretária

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 205/2019

Publicação Nº 2224723

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 205/2019

CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a realização de palestra para formação profissional dos Conselheiros de Habitação, acerca da importância do Conselho e dos Conselheiros de Habitação, ministrada pela arquiteta, Carla Cintia Back.

VALOR: R\$ 1.350,00

PRAZO: 30 de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

DECRETO Nº 1765/19

Publicação Nº 2225065

. DECRETO Nº 1765/19

. De 12 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica estabelecido período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta, Indireta e Autarquias do Município de Indaial, a partir de 16 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Os Servidores em gozo das férias coletivas deverão retornar as atividades no dia 20 de janeiro de 2019, e terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias.

§1º - Os 03 (três) dias de feriados durante o período das férias coletivas – 15, 16 e 17/01/2019, já estão contabilizados na contagem prevista no caput do artigo, conforme disposto na Lei Municipal nº 5279/16.

§ 2º - Aos servidores que usufruírem de férias fracionadas, dentro do período das coletivas, deverão obedecer o disposto no artigo 93, §4º da Lei Complementar 105/10, devendo computar os feriados de que trata a Lei 5279/16, seguidamente dos dias das férias, sendo vedado usufruí-lo em data distinta, encaminhando ao Departamento de Gestão de Pessoal a comunicação autorizada pela Chefia e Secretário da pasta até o dia 04/12/2019.

§ 3º - Não é permitido escala de sobreaviso e/ou plantão aos servidores em gozo de férias ou em férias coletivas.

§ 4º - O servidor que for convocado nos termos do § 7º do artigo 93 da Lei Complementar 105/10, deverá cumprir sua carga horária de trabalho no dia, e usufruir o dia trabalhado no primeiro dia útil imediatamente ao término do período definido para as férias, considerando os dias de feriados da Lei 5279/19, quando for o caso.

Art. 3º - Deverá ser comunicado ao Departamento de Gestão de Pessoal, até o dia 04/12/2019, a listagem dos servidores que, excepcionalmente, trabalharem no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais, cujas férias serão gozadas em época oportuna, de acordo com o saldo do período e anuência da chefia imediata e respectivo Secretário(a).

§ 1º - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle dos dias trabalhados, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 4º - Fica vedada a concessão de férias/folga ao servidor, que não tenha saldo de férias vencidas, exceto o adiantamento de férias permitido dentro do período das coletivas, compreendidos entre os dias 16/12/2019 a 19/01/2020.

Art. 5º - Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 16 de dezembro de 2019 até o dia 19 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único – Os prazos referentes aos Processos Licitatórios ficarão suspensos de 28/12/2019 até 12/01/2020.

Art. 6º - Os casos omissos ao presente Decreto serão definidos com os Secretários da Pasta, juntamente com o Departamento de Gestão

de Pessoal, com anuência do Gabinete do Prefeito, obedecendo o disposto no artigo 93 da Lei Complementar 105/10.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio César da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Wilson Kriek
Secretário de Agricultura

Katiuscia Simone Harbs
Secretária de Desenvolvimento Social

Jairo Gebien
Secretário de Educação

Ademir Packer Arlete
Diretor Presidente FME

Terezinha Baldussi Polidoro
Diretora Presidente FIC

Lindomar Lindner
Secretário de Obras

Fabiano dos Santos
Secretário de Planejamento

Jonas Luiz de Lima
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 1765/19

Publicação Nº 2225512

. DECRETO Nº 1765/19

. De 12 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica estabelecido período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta, Indireta e Autarquias do Município de Indaial, a partir de 16 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Os Servidores em gozo das férias coletivas deverão retornar as atividades no dia 20 de janeiro de 2020, e terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias.

§1º - Os 03 (três) dias de feriados durante o período das férias coletivas – 15, 16 e 17/01/2020, já estão contabilizados na contagem prevista no caput do artigo, conforme disposto na Lei Municipal nº 5279/16.

§ 2º - Aos servidores que usufruírem de férias fracionadas, dentro do período das coletivas, deverão obedecer o disposto no artigo 93, §4º da Lei Complementar 105/10, devendo computar os feriados de que trata a Lei 5279/16, seguidamente dos dias das férias, sendo vedado usufruí-lo em data distinta, encaminhando ao Departamento de Gestão de Pessoal a comunicação autorizada pela Chefia e Secretário da pasta até o dia 04/12/2019.

§ 3º - Não é permitido escala de sobreaviso e/ou plantão aos servidores em gozo de férias ou em férias coletivas.

§ 4º - O servidor que for convocado nos termos do § 7º do artigo 93 da Lei Complementar 105/10, deverá cumprir sua carga horária de trabalho no dia, e usufruir o dia trabalhado no primeiro dia útil imediatamente ao término do período definido para as férias, considerando os dias de feriados da Lei 5279/19, quando for o caso.

Art. 3º - Deverá ser comunicado ao Departamento de Gestão de Pessoal, até o dia 04/12/2019, a listagem dos servidores que, excepcionalmente, trabalharem no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais, cujas férias serão gozadas em época oportuna, de acordo com o saldo do período e anuência da chefia imediata e respectivo Secretário(a).

§ 1º - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle dos dias trabalhados, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 4º - Fica vedada a concessão de férias/folga ao servidor, que não tenha saldo de férias vencidas, exceto o adiantamento de férias permitido dentro do período das coletivas, compreendidos entre os dias 16/12/2019 a 19/01/2020.

Art. 5º - Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 16 de dezembro de 2019 até o dia 19 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único – Os prazos referentes aos Processos Licitatórios ficarão suspensos de 28/12/2019 até 12/01/2020.

Art. 6º - Os casos omissos ao presente Decreto serão definidos com os Secretários da Pasta, juntamente com o Departamento de Gestão de Pessoal, com anuência do Gabinete do Prefeito, obedecendo o disposto no artigo 93 da Lei Complementar 105/10.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio César da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Wilson Kriek
Secretário de Agricultura

Katiuscia Simone Harbs
Secretária de Desenvolvimento Social

Jairo Gebien
Secretário de Educação

Ademir Packer Arlete
Diretor Presidente FME

Terezinha Baldussi Polidoro
Diretora Presidente FIC

Lindomar Lindner
Secretário de Obras

Fabiano dos Santos
Secretário de Planejamento

Jonas Luiz de Lima
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 1766/19

Publicação Nº 2225259

. DECRETO Nº 1766/19

. De 12 de novembro de 2019

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Raphael Eleazar Muller

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.579/07 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto 1364/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada pelo Regime do Emprego Público, em 11 de novembro de 2019, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, RA-PHAEL ELEAZAR MULLER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 204-2019

Publicação Nº 2224637

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 204/2019

CONTRATADA: SANSON GESTAO CULTURAL E ESPORTIVA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de serviço de projeção mapeada para os eventos da Fundação Indaialense de Cultura.

VALOR: R\$ 85.000,00.

PRAZO: 07 de outubro de 2019 até 07 de outubro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONVENIO Nº 008-2019

Publicação Nº 2224647

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 008/2019

CONVENIADA: CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL.

OBJETO DO CONVÊNIO: O objeto do presente Convênio é a cessão do servidor do Município de Indaial, Sr. Sidnei Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, para prestar serviços à Câmara de Vereadores do Município de Indaial.

PRAZO: 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - RESCISÃO AO CONTRATO Nº 024-2017

Publicação Nº 2224665

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO AO CONTRATO Nº 024/2017

CONTRATADA: D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: fundamentado na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, em comum acordo, resolvem rescindir o Contrato nº 024/2017, que tem como objeto a locação de um imóvel comercial para a instalação do NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo, UAB – Universidade Aberta do Brasil, EJA – Educação de Jovens e Adultos, e o depósito da Secretaria de Educação, firmado em 15 de fevereiro de 2017.

Diante disso, o contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 17 de outubro de 2019, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 194-2019

Publicação Nº 2224601

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 194/2019

CONTRATADA: WG QUADRATEC PISOS ESPORTIVOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias.

PRAZO: 21 de outubro de 2019 até 20 de novembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 195-2019

Publicação Nº 2224591

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 195/2019

CONTRATADA: CONSTRUTORA E.M.C LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo por mais 21 (vinte e um) dias.

PRAZO: 12 de outubro de 2019 até 02 de novembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 197-2019

Publicação Nº 2224597

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 197/2019

CONTRATADA: STOP FIRE PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias.

PRAZO: 10 de outubro de 2019 até 25 de outubro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 24/09/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO 064-2019

Publicação Nº 2224609

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 064/2019

CONTRATADA: A4 DIGITAL PRINT LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa o acréscimo de 1 quantidade/equipamento dos itens 1 e 2 da planilha constante na cláusula terceira, item 3.1, do Contrato.

VALOR: R\$ 105.856,13

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

LEI Nº 5727/2019

Publicação Nº 2225166

. LEI Nº 5727

. de 06 de novembro de 2019

"Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nos espaços públicos educacionais nas escolas básicas municipais e unidades de educação infantil".

(Autoria: vereador Osvaldo Metzner)

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatória a instalação de câmera de monitoramento de segurança nas dependências e cercanias de todos os espaços públicos educacionais nas escolas básicas municipais e unidades de educação infantil.

Parágrafo único: A instalação do equipamento citado no "caput" considerará proporcionalmente o número de pessoas que transitam diariamente nesses locais, bem como, a quantidade de ambientes e suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 2º Cada educandário terá, no mínimo, 03 (três) câmeras de segurança que registrem permanentemente as suas áreas de acesso e principais instalações internas e externas.

Parágrafo único: O equipamento citado no "caput" deste artigo apresentará recurso de gravação de imagem.

Art. 3º Os educandários situados em áreas onde forem constatados maior índice de violência, vandalismo e condutas inadequadas ao ambiente escolar, terão prioridade na instalação do sistema de monitoramento dos equipamentos.

Art. 4º O sistema de monitoramento deverá ser composto, no mínimo, com a instalação de circuito interno de televisor, com possibilidade de gravação de imagem e de câmeras instaladas, de modo que permita o monitoramento das áreas externas dos estabelecimentos e das áreas internas de circulação.

Art. 5º Será obrigatório a fixação de aviso informando a existência de câmeras de monitoramento no local.

Art. 6º Fica proibido a instalação de câmeras em ambientes privativos, tais como, banheiros, vestiários e demais locais que reservam a privacidade individual, assim como, ambientes de acesso ou uso restrito.

Art. 7º As imagens gravadas e armazenadas pelo sistema de monitoramento, são de acesso exclusivo da gestão educacional e de responsabilidade do município. Desta forma, as imagens não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para a instrução de processo administrativo e/ou judicial.

Art. 8º A administração municipal, através da Secretaria de Educação, deverá incluir no planejamento orçamentário a instalação dos equipamentos para o sistema de monitoramento dos espaços públicos educacionais e terá o prazo de 24 meses, contados a partir da aprovação desta lei para realizar todas as instalações dos equipamentos em todas as escolas básicas municipais e unidades de educação infantil.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do MunicípioManoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo**LEI Nº 5728/2019**

Publicação Nº 2225084

. LEI Nº 5728

. de 12 de novembro de 2019

Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o repasse de recursos financeiros para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Indaial, inscrita no

CNPJ sob o nº 82.772.294/0001-34, recursos financeiros, correspondentes aos exercícios de 2019 e 2020, a serem repassados em 14 parcelas iguais e sucessivas, iniciando no mês de novembro do corrente ano, contemplando todos os itens necessários e indispensáveis à manutenção da Instituição.

Parágrafo Único: O valor do repasse corresponderá ao valor de R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), durante os exercícios de 2019 e 2020, na forma do Termo de Fomento a ser firmado entre as partes, conforme Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento de 2019 e 2020.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5729/2019

Publicação Nº 2225089

. LEI Nº 5729

. de 12 de novembro de 2019

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.886, DE 12 DE SETEMBRO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado a Lei nº 2886 de 12 de setembro de 2000 que alterou a Lei nº 1892/89, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica denominada "Rua Leandro Uller" a via pública localizada no bairro Estrada das Areias, com início ao lado par da rua Marechal Floriano Peixoto e término com área remanescente, em terras de Wilson Luiz Panini.

Art. 2º - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Extensão : 396,00 metros;

Gabarito : 12,00 metros;

Pista : 8,00 metros;

Passeios : 2,00 metros de cada lado.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5730/2019

Publicação Nº 2225091

. LEI Nº 5730

. de 12 de novembro de 2019

Autoriza cessão do servidor efetivo à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidor do quadro da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, mediante Convênio, para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – A cedência será realizada com ônus para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado, de acordo e interesse das partes.

Art. 2º - A cessão ou disponibilidade de que trata o artigo anterior será de caráter temporário, podendo a qualquer tempo o servidor ser substituído, ou providenciado o seu retorno à repartição de origem, mediante simples comunicação de uma das partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

PORTARIA Nº 2023/19

Publicação Nº 2224515

PORTARIA Nº 2023/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Marizete Kervald Likoski

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 708 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 04/05/2016 a 04/05/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Marizete Kervald Likoski, ocupante do cargo de Professora, empossada em 04/05/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2024/19

Publicação Nº 2224519

PORTARIA Nº 2024/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Meike Ittner

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 709 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 04/05/2016 a 04/05/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Meike Ittner, ocupante do cargo de Professora, empossada em 04/05/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2025/19

Publicação Nº 2224524

PORTARIA Nº 2025/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Michele Adriane Heckert

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 710 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 02/05/2016 a 02/05/2019, ficando acumulado o total de 12% à servidora Michele Adriane Heckert, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, empossada em 02/05/2013.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2031/19

Publicação Nº 2224492

PORTARIA Nº 2031/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Patrícia Correia Mengarda

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 712 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 04/05/2016 a 04/05/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Patrícia Correia Mengarda, ocupante do cargo de Professora, empossada em 04/05/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2032/19

Publicação Nº 2224487

PORTARIA Nº 2032/19

De 23 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Sueli Lucia Remane Kriek

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 713 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 04/05/2016 a 04/05/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Sueli Lucia Remane Kriek, ocupante do cargo de Professora, empossada em 04/05/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2033/19

Publicação Nº 2224478

PORTARIA Nº 2033/19

De 23 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 714 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 02/05/2016 a 02/05/2019, ficando acumulado o total de 12% à servidora Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali, ocupante do cargo de Psicóloga, empossada em 02/05/2013.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2034/19

Publicação Nº 2224470

PORTARIA Nº 2034/19

De 23 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Marli Gazaniga

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 715 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 02/05/2016 a 02/05/2019, ficando acumulado o total de 12% à servidora Marli Gazaniga, ocupante do cargo de Assistente Social II, empossada em 02/05/2013.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2035/19

Publicação Nº 2224462

PORTARIA Nº 2035/19
De 23 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço
Luci Marques

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Portaria nº 671 de 07 de junho de 2016 e Ofício RH nº 716 de 23 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de maio de 2016 a maio 2019, computando-se tempo de serviço averbado de 05 (cinco) anos, 01 (um) mês e 29 (vinte e nove) dias, ficando acumulado o total de 42% à servidora Luci Marques, ocupante do cargo de Técnica Sanitarista, admitida em 01/07/2003.

Prefeitura Municipal de Indaial em 23 de outubro de 2019.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2049/19

Publicação Nº 2224456

PORTARIA Nº 2049/19
De 25 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Hélio Ribeiro

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 724 de 25 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 18/06/2016 a 18/06/2019, ficando acumulado o total de 30% ao servidor Hélio Ribeiro, ocupante do cargo de Pedreiro, empossado em 18/06/2004.

Prefeitura Municipal de Indaial em 25 de outubro de 2019.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2050/19

Publicação Nº 2224452

PORTARIA Nº 2050/19
De 25 de outubro de 2019
Regulamenta Situação Funcional/Triênios
Luciana Carla Grahl Lanznaster

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando a Certidão de Tempo de Serviço nº 12034 de 25 de outubro de 2019, computando-se o tempo de serviço averbado de 13 (treze) anos, 07 (sete) meses e 22 (vinte e dois) dias e o Ofício RH nº 725 de 25 de outubro de 2019, RESOLVE:

Regulamentar a situação funcional, com relação aos triênios, da servidora Luciana Carla Grahl Lanznaster, ocupante do cargo de Pedagoga, admitida em 02/02/2015, conforme tabela abaixo:

MÊS BASE DE CONCESSÃO	PERCENTUAL
06/2004 (avermado)	6%
06/2007 (avermado)	6%
06/2010 (avermado)	6%
06/2013 (avermado)	6%

06/2016 (parcialmente averbado)	6%
06/2019	6%
TOTAL	36%

Prefeitura de Indaial, em 25 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2053/19

Publicação Nº 2224448

PORTARIA Nº 2053/19

De 25 de outubro de 2019

Regulamenta Situação Funcional/Triênios

Raquel Holnik Trindade

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 726 de 25 de outubro de 2019, RESOLVE:

Regulamentar a situação funcional, com relação aos triênios, da servidora Raquel Holnik Trindade, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, admitida em 03/06/2013, conforme tabela abaixo:

MÊS BASE DE CONCESSÃO	PERCENTUAL
06/2016	6%
06/2019	6%
TOTAL	12%

Prefeitura de Indaial, em 25 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2054/19

Publicação Nº 2224536

PORTARIA Nº 2054/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Roberto Mathiussi

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Portaria nº 1254 de 09 de agosto de 2017 e Ofício RH nº 717 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de junho de 2016 a junho 2019, computando-se tempo de serviço averbado de 08 (oito) anos, 0 (zero) meses e 20 (vinte) dias, ficando acumulado o total de 24% ao servidor Roberto Mathiussi, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, admitido em 15/07/2015.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2055/19

Publicação Nº 2224529

PORTARIA Nº 2055/19

De 28 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Roseli Castilho Priebe

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 728 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 01/07/2016 a 01/07/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Roseli Castilho Priebe, ocupante do cargo de Professora, empossada em 01/07/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2056/19

Publicação Nº 2224526

PORTARIA Nº 2056/19

De 28 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Shirlei Cavilia Camilotti

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 736 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 19/06/2016 a 19/06/2019, ficando acumulado o total de 36% à servidora Shirlei Cavilia Camilotti, ocupante do cargo de Monitora de creche Domiciliar, empossada em 19/06/2001.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2057/19

Publicação Nº 2224541

PORTARIA Nº 2057/19

De 28 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Rúbia Waldirene Speck Loes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 729 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 05/06/2016 a 05/06/2019, ficando acumulado o total de 60% à servidora Rúbia Waldirene Speck Loes, ocupante do cargo de Professora, empossada em 05/06/1989.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2058/19

Publicação Nº 2224550

PORTARIA Nº 2058/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Vilmar Heinz

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 731 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 26/06/2016 a 26/06/2019, ficando acumulado o total de 48% ao servidor Vilmar Heinz, ocupante do cargo de Encanador, empossado em 26/06/1995.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2059/19

Publicação Nº 2224552

PORTARIA Nº 2059/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Leosa Marilene Traebert

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Portaria nº 685 de 13 de junho de 2016 e Ofício RH nº 732 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de junho de 2016 a junho 2019, computando-se tempo de serviço averbado de 11 (onze) anos, 08 (oito) meses e 17 (dezesete) dias, ficando acumulado o total de 54% à servidora Leosa Marilene Traebert, ocupante do cargo de Assistente Social II, admitida em 11/02/2004.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2060/19

Publicação Nº 2224558

PORTARIA Nº 2060/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Everaldo Lamim

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com

a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 733 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 14/06/2016 a 14/06/2019, ficando acumulado o total de 30% ao servidor Everaldo Lamim, ocupante do cargo de Motorista, empossada em 14/06/2004.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2061/19

Publicação Nº 2224555

PORTARIA Nº 2061/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Luciana Pinto Brassiani

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 734 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 18/06/2016 a 18/06/2019, ficando acumulado o total de 18% à servidora Luciana Pinto Brassiani, ocupante do cargo de Fiscal de Saúde, empossada em 18/06/2010.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2062/19

Publicação Nº 2224563

PORTARIA Nº 2062/19

De 28 de outubro de 2019

Concede Adicional por Tempo de Serviço

Onório Girardi

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 736 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 22/06/2016 a 22/06/2019, ficando acumulado o total de 30% ao servidor Onório Girardi, ocupante do cargo de Motorista, empossado em 22/06/2004.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de outubro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2063/19

Publicação Nº 2224424

PORTARIA Nº 2063/19
De 29 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Adolfo Maiberg

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício RH nº 737 de 28 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de 05/07/2016 a 05/07/2019, ficando acumulado o total de 12% ao servidor Adolfo Maiberg, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, empossada em 05/07/2013.

Prefeitura Municipal de Indaial em 29 de outubro de 2019.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2064/19

Publicação Nº 2224444

PORTARIA Nº 2064/19
De 29 de outubro de 2019
Concede Adicional por Tempo de Serviço

Andrea Maria Malkovski da Veiga

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 51, e demais dispositivos legais em vigor e considerando Portaria nº 1032 de 01 de setembro de 2016 e Ofício RH nº 738 de 29 de outubro de 2019, RESOLVE:

Homologar 6% de adicional por tempo de serviço a título de triênio, correspondente ao período de julho de 2016 a julho 2019, computando-se tempo de serviço averbado de 07 (sete) meses e 21 (vinte e um) dias, ficando acumulado o total de 48% à servidora Andrea Maria Malkovski da Veiga, ocupante do cargo de Professora, admitida em 21/02/1996.

Prefeitura Municipal de Indaial em 29 de outubro de 2019.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 80/19

Publicação Nº 2225081

. PORTARIA Nº 80/19
. De 12 de novembro de 2019

Coloca a disposição o Servidor Rodrigo Gonzaga / Secretaria de Saúde.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,
RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Saúde, o Servidor Rodrigo Gonzaga, ocupante do cargo de Técnico em Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito, em 12 de novembro de 2019.
André Luiz Moser
Prefeito
Cumpre-se.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 220/2019 - ANULAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2224736

ANULAÇÃO DE EDITAL**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Licitatório nº 220/2019

Edital de Pregão Presencial nº 086/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que ANULA o processo licitatório citado retro, na forma do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 207/2019

Publicação Nº 2224728

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 207/2019

CONTRATADA: JULIANA SCHUETZE 05982648922

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da violinista, Juliana Schuetze, para as apresentações do evento de Natal XXVI, nos concertos natalinos realizados pela Fundação de Cultura de Indaial.

VALOR: R\$ 1.500,00

PRAZO: 05 de novembro de 2019 até 31 de janeiro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 05/11/2019.

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 184/2018

Publicação Nº 2224726

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 184/2018

CONTRATADA: DOUGLAS TILLMANN 07872067927.

OBJETO DO ADITIVO: tem como objeto a concessão à empresa privada, de espaço para exploração publicitária em locais determinados no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, mediante cessão onerosa financeira, visa a prorrogação do prazo pelo período de 11 (onze) meses, bem como a supressão de 25% do valor total do contrato, no valor total de R\$ 3.787,50 (três mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 1º de dezembro de 2019 até 31 de outubro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2019.

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 063/2018

Publicação Nº 2224721

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 063/2018

CONTRATADA: MAPA IMOBILIÁRIA LTDA EPP.

OBJETO DO ADITIVO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 063/2018, que tem como objeto a locação de um imóvel para a sede administrativa da Polícia Militar de Indaial, visa a prorrogação do prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, bem como a concessão de reajuste contratual. Diante disso, as cláusulas segunda, item 2.1 e terceira, item 3.1, do contrato original.

VALOR MENSAL: R\$ 3.621,95

PRAZO: 25 de julho de 2019 a 24 de julho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2019.

TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 2224722

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V – responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO – responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas.

VALOR: R\$ 134.829,35

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2019.

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 3493/2019

Publicação Nº 2224474

PORTARIA Nº 3493 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora pública EDILAINE MARIA TOIGO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/01/2018 a 14/01/2019 a contar de 11/11/2019 a 10/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 07 de novembro de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3494/2019

Publicação Nº 2224468

PORTARIA Nº 3494 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora pública REGIANE ELISANGELA PELIZZARI, pelo período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019 a contar de 11/11/2019 a 30/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 07 de novembro de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 160/2019-PMI

Publicação Nº 2225215

12/11/2019 12/11/2020 12/11/2019 2019 67 2600 160/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico para manutenção da Rede de Iluminação Pública. 13433,50 102948 MULTILUZ COMERCIAL EIRELI J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 40 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 161/2019-PMI

Publicação Nº 2225218

12/11/2019 12/11/2020 12/11/2019 2019 67 2601 161/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico para manutenção da Rede de Iluminação Pública. 13285,90 7570 Oroluz Prod. e Soluções Elétricas Ltda - EPP J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 40 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

PR 072-2019

Publicação Nº 2224481

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará a abertura de licitação às 09h00min do dia 27 de Novembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC, conforme objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 12 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 031/2019

Publicação Nº 2224578

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 031/2019 que AUTORIZA OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC CELEBRAREM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OBJETIVO DE MÚTUA COOPERAÇÃO NO SUPRIMENTO EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO DE PESSOAL TÉCNICO DOS RESPECTIVOS PODERES.

Iporã do Oeste SC, 12 de novembro de 2019.

Fernando Ott

Presidente

Ipuacú

PREFEITURA

ADTO CT PREF 178.2018

Publicação Nº 2225058

DATA: 08 DE novembro DE 2019.

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 178 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.

Processo Licitatório PREF n.º 52/2018 Pregão Presencial PREF n.º 35/2018 Ata de registro de preços PREF 32/2018 de 09/11/2018.

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº 178/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC E A EMPRESA "BOTTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA"- PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: BOTTA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.343.151/0001-04.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Lei nº 9.648 de 27/05/98; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005; Decreto Municipal nº 057 de 10 de abril 2006, e Processo Licitatório PREF n.º 52/2018 Pregão Presencial PREF n.º 35/2018 Ata de registro de preços PREF 32/2018 de 09/11/2018 e demais normas pertinentes.

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 09 de novembro de 2019.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que ainda não houve a liberação dos recursos financeiros para a aquisição do veículo objeto do presente contrato.

Considerando a solicitação do setor de convênios, mediante a justificativa da possibilidade de ser liberado o recurso para a aquisição do veículo objeto ora contratado por este município, conforme preconiza contrato-mãe.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 31/12/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula II- da vigência do Contrato PREF 178 de 09 de novembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula II do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato tem sua vigência de 09 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2019.

§ 1º Caso a retirada total ocorrer antes do prazo previsto, considera-se encerrado o presente contrato.

§ 2º O presente contrato poderá tanto sofrer aditivo de prazo.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019 VINCULA-SE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2225625

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

Termo de Contrato de Fornecimento de equipamentos e materiais necessários para a Implantação de Purificador de Água, que fazem entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacú e Ivandra Trevisan Bertoletti.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.150.804/0001-28, com sede na Rua Pagnoncelli, 417, centro de Ipuacú – SC, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. Celso Correia Mello, portador do CPF sob o nº 944.385.369-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: IVANDRA TREVISAN BERTOLETTI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.296/0001-22, com sede na Rua Uruguai, nº 333, Bairro Tonial, Xanxerê – SC, CEP: 89.832-000, representada pela sócia/proprietária Sra. Ivandra Trevisan Bertoletti, portadora do CPF nº 008.363.789-38, residente e domiciliada na Rua Uruguai nº 333, casa, bairro Tonial, Xanxerê - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório nº 03/2019, Dispensa de Licitação nº 03/2019, cujo objeto consiste na Aquisição de Purificador de Água elétrico, exclusive FR 600, Modelo IBBL, com refil, Bandeja Removível, serpentina externa com luz de LED.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo equipamento descrito na cláusula anterior, o montante de R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais), a serem pagos até o quinto dia útil do mês subsequente à implantação do Purificador de Água na recepção da Câmara Municipal e entrega das notas fiscais na sede da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Ipuacú de 2019, da seguinte dotação orçamentária:

Órgão – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES –4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: Fica estabelecido o Prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do presente contrato, para a entrega e implantação do Purificador de Água, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Uma vez implantado o Purificador de Água, a Contratada deverá fornecer as instruções iniciais de operação aos funcionários da Câmara responsáveis pela sua utilização, bem como, prestar assistência técnica e manutenção sempre que necessário.

CLÁUSULA SEXTA: Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, além dos preceitos de direito público, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA: O inadimplemento doloso do presente contrato, por parte da CONTRATADA, ensejará o pagamento de multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, além das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se o contraditório e ampla defesa no processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA: Para dirimir quaisquer dúvidas da execução do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Abelardo Luz, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes em comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ipuaçu – SC, 10 de outubro de 2019.

CELSO CORREIA MELLO

Presidente da Câmara

Contratante

IVANDRA TREVISAN BERTOLETTI

Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

Douglas Serena Mottin

CPF: 057.531.789-28

Marciano Carlos Giroto

CPF: 023.053.849-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 VINCULA-SE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2225631

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, Fornecimento de materiais, que fazem entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Ipuaçu e Informática e Serviços AG EIRELI.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.150.804/0001-28, com sede na Rua Pagnoncelli, 417, centro de Ipuaçu – SC, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. Celso Correia Mello, portador do CPF sob o nº 944.385.369-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: INFORMATICA & SERVIÇOS AG EIRELI, inscrita no CNPJ 07.809.066/0001-76, com sede na Rua Lorenzoni, nº 600, centro de Ipuaçu- SC, representada pelo seu proprietário Sr. Gilberto Knecht, portador do CPF 799.953.149-91, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Aranha, 180, centro de São Domingos – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório nº 04/2019, Dispensa de Licitação nº 04/2019, cujo objeto consiste na aquisição de matérias elétricos, escritório e informática e prestação de serviços de elétrica e informática, compreendido pelos seguintes itens:

- Fornecimento de materiais elétricos compreendendo: 12 tomadas plug, 12 fontes 9 v, 162 metros de cabo elétrico 2 mm, 1 caixa plástica padrão ;
- Fornecimento de material de escritório compreendendo: 4 toner HP 278ª novo, licença para Windows 10 PRO original.;
- Fornecimento de materiais de Informática e Sonorização compreendendo: 1 HD 1 TB INTERNO, 1 HD 2TB INTERNO, 1 NOBREAK 1200 VA, 1 base de microfone sem fio com 2 microfones.
- Prestação de serviço de Elétrica, compreendendo: instalação de 12 pontos de elétrica, instalação de 12 fontes 9 V para alimentar microfones e instalação de fiação e soldas necessárias.
- Prestação de serviço de informática compreendendo: instalação de 1 HD 1 TB interno no microcomputador patrimônio nº4993 e 1 HD 2TB interno no microcomputador nº 4970, espelhamento dos HDs aos existentes e configurações necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos materiais e serviços descritos na cláusula anterior, o montante de R\$ 7.861,60 (Sete mil, oitocentos e sessenta e um reais, sessenta centavos), a serem pagos da seguinte forma: item a) R\$ 1.307,60 (um mil trezentos e sete reais e sessenta centavos); item b) R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais); item c) R\$ 3.244,00 (três mil, duzentos e quarenta e quatro reais); item d) R\$ 1.720,00 (um mil setecentos e vinte reais); e item e) 240,00 (duzentos e quarenta reais), a serem pagos até o quinto dia útil do mês subsequente à entrega dos materiais, implantação do sistema de Projeção no plenário da Câmara Municipal e entrega das notas fiscais na sede da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Ipuaçu de 2019, da seguinte dotação orçamentária:

Órgão – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: Fica estabelecido o Prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do presente contrato, para a entrega e implantação do sistema de projeção, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Uma vez feitas as instalações, substituições de peças e configurações necessárias, a Contratada deverá fornecer as instruções iniciais de operação aos funcionários da Câmara responsáveis pela sua utilização, bem como, prestar assistência técnica e manutenção sempre que necessário.

CLÁUSULA SEXTA: Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada e alterações introduzidas pelas leis nº 8.883/94 e 9.648/98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O inadimplemento doloso do presente contrato, por parte da CONTRATADA, ensejará o pagamento de multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa no processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA: Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93, pelos preceitos de Direito Público e Privado, e demais disposições aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer dúvidas da execução do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes em comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ipuaçu – SC, 11 de novembro de 2019.

CELSO CORREIA MELLO
Presidente da Câmara
Contratante

INFORMATICA & SERVIÇOS AG EIRELI
Contratada

TESTEMUNHAS:

Douglas Serena Mottin
CPF: 057.531.789-28

Marciano Carlos Girotto
CPF: 023.053.849-55

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019/CMV

Publicação Nº 2225485

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão do Troféu Mérito Legislativo Ipumirinese.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Decreta e Ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º. É Concedido o Troféu Mérito Legislativo Ipumirinese ao Senhor Domingos Biffi.

Parágrafo único. A Concessão citada no artigo 1º é perpetrada em reconhecimento pelo Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, por suas conquistas e títulos alcançados no cenário esportivo catarinense e por sua atuação comunitária.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 11 de novembro de 2019

Marineide Pick Pilatti

Presidente

Registra-se e publica-se

Em 11 de novembro de 2019

Adriane Cagol Zanella

Auxiliar Administrativo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6 DE 7 DE OUTUBRO DE 2019/CMV

Publicação Nº 2225497

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6 DE 7 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de Diploma de Honra ao Mérito e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Decreta e Ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1. É concedido Diploma de Honra ao Mérito aos Senhores Domingos Biffi e Orlando Spricigo.

Parágrafo único. A concessão citada no artigo 1º é perpetrada em reconhecimento, pelo Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, pelo trabalho desenvolvido pelos homenageados como fundadores da Associação de Recuperação de Alcoólatras – ARAL do Município de Ipumirim.

Art. 2º. A honraria indicada no artigo 1º será conferida pela entrega de Diploma em que constará o título a ser conferido, o Brasão e Armas do Município, as razões da concessão do título assinado pela Presidente da Câmara e pelo Vereador autor da proposição.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019

Marineide Pick Pilatti

Presidente

Registra-se e publica-se

Em 11 de novembro de 2019

Adriane Cagol Zanella

Auxiliar Administrativo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019/CMV

Publicação Nº 2224426

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

OBJETO – Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos para a Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a aquisição de exemplares de Livros para a formação de Biblioteca Jurídica.

CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS: Exemplares de Livros de Leis, Doutrina.

FORNECEDOR: Klein Livros e Jogos Educativos

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA – A Câmara Municipal, visando dar o máximo de suporte aos Vereadores, especialmente quando da análise dos projetos nas Comissões, bem como formar uma Biblioteca atualizada e com livros relacionados a Leis, Doutrinas e Códigos pretende adquirir neste momento Livros das áreas administrativas, constitucional e outros, conforme relação abaixo. Efetuou-se levantamento junto à empresas que revendem esses materiais, visando informação de preços para adquirir, com menor custo benefício.

- [1-](#) vade-mecum-premium-1-ed-2019-10508560/p
- [2-](#) direito-constitucional-esquematizado-23-ed-2019-10508849/p
- [3-](#) licitacoes-e-contratos-administrativos-teoria-e-pratica-8-ed-2019-10513939/p
- [4-](#) direito-administrativo-descomplicado-27-ed-2019-10512086/p
- [5-](#) curso-de-direito-administrativo-34-ed-2019-10517414/p
- [6-](#) curso-de-direito-administrativo-13-ed-2018-10310121/p
- [7-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-1-teoria-geral-e-principios-do-direito-administrativo-2-ed-2019-10596702/p
- [8-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-2-administracao-publica-e-servidores-publicos-2-ed-2019-10596703/p
- [9-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-3-direito-administrativo-dos-bens-e-restricoes-estatais-a-propriedade-2-ed-2-10596704/p
- [10-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-4-funcoes-administrativas-do-estado-2-ed-2019-10596705/p
- [11-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-5-ato-administrativo-e-procedimento-administrativo-2-ed-2019-10596706/p
- [12-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-6-licitacao-e-contratos-administrativos-2-ed-2019-10596707/p

[13-](#) tratado-de-direito-administrativo-vol-7-controle-da-administracao-publica-e-responsabilidade-do-estado-2-ed-2019-10596708/p

[14-](#) Licitações – Contratos e Convênios-7-ed-2019-10531417/p

A Câmara de Vereadores enviou por e-mail para as seguintes empresas, solicitando orçamento: Livraria Menegatti, Livraria Superinteressante, Livraria Alemã, Sanlé – Comércio de material escolar Ltda, Saraiva e Siciliano SA e Klein Livros e Jogos Educativos. As referidas empresas, instaladas em cidades de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo fazem a revenda dos produtos já identificados. Em resposta, a Câmara recebeu as propostas das empresas a seguir relacionadas:

1 Sanlé Comércio de material escolar – Valor total apresentado: R\$ 3.506,90

2 – Klein livros e jogos educativos Ltda – Valor total apresentado – R\$ 2.951,24

3 – Saraiva e Siciliano S/A - Valor apresentado – R\$ 2.663,30

Não apresentaram proposta:

4- Livraria Menegatti

5 – Livraria Superinteressante

6 – Livraria Alemã

Diante das propostas recebidas, constatou-se que a Empresa Saraiva e Siciliano S/A apresentou o menor preço, porém diante de sua política de vendas que exige pagamento antecipado, antes do recebimento da Nota Fiscal pela Câmara, o que fere os princípios jurídicos que norteiam a legislação contábil aplicada aos entes públicos, especialmente os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, a empresa foi desclassificada.

Restando habilitada a Empresa que apresentou a segunda melhor proposta, sendo a Empresa Klein Livros e jogos educativos Ltda

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.32.01.00.00.00 – Livros Didáticos

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

TOTAL GERAL – R\$ 2.951,24 (dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

Com a edição do Decreto nº 9.412/2018, os limites para a contratação direta de pequeno valor tiveram novos valores em razão da vinculação que os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 estabelecem como limites da modalidade de Convite.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

(ART. 24 - II, da Lei de Licitações e Contratos – 8666/93)

A dispensa de licitação com base no artigo 24, incisos I e II, tem seu limite vinculado a 10% do valor do convite, ou seja, R\$ 17,6 mil para compras e R\$ 33 mil para obras. Toda contratação por dispensa de licitação, sobretudo aquelas consignadas nos incisos I e II, são de caráter excepcional e de pequeno valor. Se a compra revelar-se de maior monta e, ainda, previsível, o procedimento adequado seria o da realização de licitação. (grifamos).

Fonte - <https://jus.com.br/artigos/68660/decreto-n-9-412-2008-os-novos-limites-licitatorios>. Acesso em 8 de novembro às 16hs02min.

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para a aquisição dos 15 exemplares de livros será de R\$ 2.951,24 (dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos), a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição dos produtos já identificados no objeto do presente Processo e constante da proposta considerada a mais vantajosa.

Ipumirim – SC, 8 de novembro de 2019.

Marineide Pick Pilatti
Presidente

Marilete Lúcia Pramio Bortoli
Vice Presidente

Ezequiel Canton
Primeiro Secretário

Deonir José Agazzi
Segundo Secretário

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019/CMV

Publicação Nº 2224682

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

OBJETO – Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos pela Câmara de Vereadores de Ipuimirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação multimídia (internet) para a Câmara de Vereadores.

FORNECEDOR: Conect Turbo Telecom

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA – Visando a prestação de serviços de comunicação multimídia, a Câmara de Vereadores solicitou as empresas que atuam nessa área a apresentação de orçamentos para a prestação dos serviços.

A Câmara tem interesse da instalação de plano por meio de fibra ótica, com a capacidade de 100Mbx50Mb. Pela demanda que a Câmara possui, faz-se necessário um plano que vise um melhor atendimento, bem como que seja mais rápida a captação do sinal.

Com o objetivo de efetuar o levantamento de custos, a Câmara de Vereadores solicitou, via e-mail, apresentação de orçamento para algumas empresas que operam nessa área.

Em resposta, a Câmara recebeu as seguintes propostas, com a apresentação de preços, conforme cotação a seguir:

1 – MhNet Telecom Eirele – Valor R\$ 150,00 (mensal)

2 – Interline – Superline Telecomunicações Ltda – EPP - Valor R\$ 131,90 (mensal)

3 – Conect Turbo Telecom Eirele – Valor R\$ 99,00 (mensal)

4 – Eletrônica Wermeir Ltda – Não apresentou cotação

Analisando as propostas recebidas, ficou constatado que a Empresa Conect Turbo Telecom apresentou a menor proposta, sendo a vencedora.

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.30.99.00.00.00 – Outros materiais de consumo

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

TOTAL GERAL – R\$ 1.188,00 (Um mil, cento e oitenta e oito reais)

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será em parcelas mensais

DURAÇÃO DO CONTRATO: A duração será de 12 meses, podendo ser renovado por um período de até 48 (quarenta e oito) meses.

INÍCIO DO CONTRATO: O Contrato iniciará em 1º de dezembro de 2019

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

Com a edição do Decreto nº 9.412/2018 os limites para a contratação direta de pequeno valor:

Com as alterações, a dispensa de licitação passa para:

I – para obras e serviços de engenharia: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil Reais)

II – para compras e serviços: R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos Reais)

Tiveram novos valores em razão da vinculação que os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 estabelecem como limites da modalidade de Convite.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

A licitação é dispensável quando:

• Contratação de Pequeno Valor: Materiais, produtos, serviços, obras de pequeno valor, que não ultrapassem o valor estimado por lei para esta modalidade de licitação.

Fonte - <https://www.rcc.com.br/blog/decreto-atualiza-valores-das-modalidades-de-licitacao-e-limites-de-dispensa/Acesso> em 12 de novembro às 10hs26min.

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para a substituição da internet será de R\$ 1.188,00 (Um mil, cento e oitenta e oito reais), a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Editou Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição do produto já identificado no objeto do presente Processo e constantes da proposta considerada a mais vantajosa.

Ipumirim – SC, 12 de novembro de 2019.

Marineide Pick Pilatti

Presidente

Marilete Pramio Bortoli

Vice Presidente

Ezequiel Canton
Primeiro Secretário

Deonir José Agazzi
Segundo Secretário

LEI COMPLEMENTAR Nº 185 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.019/PM

Publicação Nº 2224399

LEI COMPLEMENTAR Nº 185 de 11 de novembro de 2.019

Retira área do Perímetro Urbano do Município de Ipumirim.

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retirado do Perímetro Urbano do Município de Ipumirim, área de 224.816,00m²(duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e dezesesseis metros quadrados) sendo como parte sul dos lote rurais nº 77 e 78 do Bloco 28 da Colônia Concórdia, Propriedade do Rio Engano, situado em Dois Irmãos Município de Ipumirim- SC, com as seguintes confrontações: ao nordeste: Na extensão de 693,68m em linhas quebradas com Mari Lucia Artifon- parte dos lotes rurais nº 77 e 78, matrícula nº 17.519, Hildo José Regert, Ademar Colatto e Zilce Barbieri Colatto, parte dos lotes rurais nº 77 e 78 matrícula 17.020, Vilson Farina e Elza Farina, parte dos lotes rurais nº 77 e 78, matrícula 24383; ao noroeste: Na extensão de 451,84m com lote 01, matrícula 24944, lote 02, matrícula 24945, lote 03, matrícula 24946, lote 04 matrícula 24947, lote 05 matrícula 24948, lote 06 matrícula 24949 todos da Quadra F do Loteamento Sintrial II, Rua F, lote 01 matrícula 24955, lote 02, matrícula 24956, lote 03, matrícula 24957, lote 04 matrícula 24958, lote 05 matrícula 24959, lote 06 matrícula 24960, lote 07 matrícula 24961, lote 08 matrícula 24962, lote 09 matrícula 24963, lote 10 matrícula 24964, lote 11 matrícula 24965, lote 12 matrícula 24966 e lote 13 matrícula 24967 todos da Quadra G do Loteamento Sintrial II, Marilei Lazzarotto Cerutti, parte do Lote rural nº 76 matrícula 7852; ao sudeste: Na extensão de 378,16m com Valdir Luiz Bonissoni e Lourdes DallAgnol Bonissoni, parte do lote rural nº 107 matrícula 2.327; e ao sudoeste: Na extensão de 641,85m com Nelson Angelo Farinae Marilene Lazzarotto Farina, parte Sul dos lotes rurais nºs 77 e 78 matrícula 1.819, o imóvel está matriculado sob o nº 1.819 do livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ipumirim, Santa Catarina, matriculado no INCRA sob nº 814.121.008.435/7, com a área total de 407.573,57m² (quatrocentos e sete mil e quinhentos e setenta e três metros, cinquenta e sete décimos quadrados) pertencente ao Sr. Nelson Angelo Farina e Marilene Lazzarotto Farina.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Complementar nº 126 de 07 de maio de 2013.

Ipumirim-SC, 11 de novembro de 2.019
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 457/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225883

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

SILVANIA DA SILVA, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 3646353 e CPF sob o nº. 027.424.649-05 residente e domiciliado na Rua D. Pedro, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doenca por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.cid. K.40

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 11 de Novembro de 2019.

Ipumirim – SC, 11 de Novembro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2019/CMV

Publicação Nº 2224428

TERMO DE REVOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 7/2019

OBJETO: Aquisição de Livros

A Câmara de Vereadores de Ipumirim, através de sua Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público a seguir aduzidas, resolve REVOGAR ao Processo de Dispensa de Licitação nº 7/2019.

Inicialmente, registra-se, a revogação da licitação encontra fundamentação legal no artigo 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c artigo 49 da Lei 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473.

Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, que tomou conhecimento, após o envio da Autorização de Fornecimento nº 5/2019, que a Fornecedora Saraiva e Siciliano S/A, em sua política de vendas exige pagamento antecipado para fornecimento dos livros, antes do recebimento da Nota Fiscal, o que fere os princípios jurídicos que norteiam a legislação contábil aplicada aos entes públicos, especialmente os arts. 62 e 63 da Lei nº 4320/64. In verbis:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Tal situação verificou-se após o encaminhamento da Autorização de Fornecimento e as condições exigidas pela empresa não se adequam aos princípios jurídicos que norteiam a administração pública.

Conforme os apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho, in verbis:

"A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior". In Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed., São Paulo, Dialética, 2002, p. 438.

Por fim, com fulcro no inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93 da Lei 8.666/93, decido pela revogação do presente processo de licitação.

Determina-se a REVOGAÇÃO do Processo de Licitação nº 7/2019, a anulação da Autorização de Fornecimento nº 5/2019.

Ipumirim-SC, 8 de novembro de 2019

Marineide Pick Pilatti

Presidente

Marilete Pramio Bortoli

Vice Presidente

Ezequiel Canton

1º Secretário

Deonir José Agazzi

2º Secretário

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PL Nº 84, CP Nº 2-2019-PM

Publicação Nº 2225011

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2019 - CC Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2019 Data do Processo: 19/09/2019
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 46/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 4 de Novembro de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 04/2019, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 84/2019, Licitação nº. 2/2019 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Senhor DEONIR JOSÉ AGAZZI, o Senhor THOMAS ALVES DE MELLO nesse ato representado através de credenciamento pelo Senhor CELSO LUIZ ALVES DE MELLO, o Senhor RODRIGO LOCATELLI e o Senhor ARI CONTE.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 004/2019 de 02 de janeiro de 2019, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as seguintes pessoas físicas: o Senhor DEONIR JOSÉ AGAZZI, o Senhor THOMAS ALVES DE MELLO nesse ato representado através de credenciamento pelo Senhor CELSO LUIZ ALVES DE MELLO, o Senhor RODRIGO LOCATELLI e o Senhor ARI CONTE. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato contínuo o Presidente apresenta os envelopes contendo a documentação e das propostas, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes contendo a documentação, o qual foi conferido pela Comissão de licitação e representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando que todos os representantes estão presentes e que todos abrem mão de recursos, a comissão de licitação dá andamento do certame e passa para a abertura das propostas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL Nº 84, CP Nº 2-2019-PM

Publicação Nº 2225013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2019 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2019 Data do Processo: 19/09/2019

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 47/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 4 de Novembro de 2019, às 09:40 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 04/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 84/2019, Licitação nº 2/2019 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia e hora marcada, foi dado prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura do envelope contendo a Proposta Comercial das seguintes pessoas físicas: o Senhor DEONIR JOSÉ AGAZZI, o Senhor THOMAS ALVES DE MELLO nesse ato representado por credenciamento pelo Senhor CELSO LUIZ ALVES DE MELLO, o Senhor RODRIGO LOCATELLI e o Senhor ARI CONTE. Em seguida a Comissão de Licitação da início a abertura do envelope da Proposta Comercial, onde a mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que a mesmas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedoras do presente embate licitatório as pessoas físicas o Senhor ARI CONTE com o valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) e o Senhor RODRIGO LOCATELLI com o valor de R\$ 8.735,35(oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Segue anexo quadro comparativo de preços. Nada mais havendo a declarar, encerra-se a presente ata que depois de aprovada será assinada pela comissão de licitação e representantes presentes ao final da sessão.

Participante: 7926 - RODRIGO LOCATELLI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC, ponto 02.	vg	1,00		0,0000	8.735,35	8.735,35
Total do Participante ----->							8.735,35

Participante: 10521 - ARI CONTE

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC, ponto 01.	vg	1,00		0,0000	19.000,00	19.000,00
Total do Participante ----->							19.000,00
Total Geral ----->							27.735,35

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**CONCORRÊNCIA
Nr.: 2/2019 - CC****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 84/2019
Data do Processo: 19/09/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 88, PP Nº 42-2019-PM

Publicação Nº 2225056

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2019 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 88/2019 Data do Processo: 24/10/2019</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecendo o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 48/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 7 de Novembro de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 88/2019, Licitação nº 42/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Franco e a servidora Jucilene Gondoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente a Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº NEIVALDO ZAMPRONIO sócio proprietário da empresa NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e a Srª ALINE BUSSOLARO SCHAEFER sócia gerente da empresa FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Micro empresa as empresas acima transcritas se credenciam como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais não houve interesse de lances. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

LOTE: 1**Participante: 8898 - FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mão de obra , serviço, deslocamento e serviço caminhão muque para manutenção da rede Iluminação Pública .	H	500,00	FAMITEC	0,0000	30,00	15.000,00
2	Braço comum IP 25x1000mm	UN	30,00	MECRIL	0,0000	21,50	645,00
3	Braço comum IP 25x3000mm	UN	30,00	MECRIL	0,0000	65,00	1.950,00
4	Chave IP 1x50A 250V	UN	25,00	EXTRON	0,0000	110,10	2.752,50
5	Chave IP 2x30A 250V	UN	10,00	EXTRON	0,0000	115,10	1.151,00
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v	M	200,00	CORFIO	0,0000	0,99	198,00
7	Fita isolante adesiva 20m	UN	50,00	PERELLI	0,0000	4,50	225,00
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m	UN	20,00	PRYSMIAN	0,0000	10,10	202,00
9	Lâmpada VS 150W	UN	300,00	OSRAM	0,0000	15,10	4.530,00
10	Lâmpada VS 250W	UN	300,00	OSRAM	0,0000	22,30	6.690,00
11	Lâmpada VS 400W	UN	500,00	OSRAM	0,0000	16,10	8.050,00
12	Lâmpada VS 70w	UN	500,00	OSRAM	0,0000	15,10	7.550,00
13	Luminária fechada integrada e-27	UN	50,00	LUMIFORTE	0,0000	70,10	3.505,00
14	Luminária fechada integrada e-40	UN	50,00	LUMIFORTE	0,0000	99,90	4.995,00
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP	UN	300,00	IDEAL REATORES GALVA	0,0000	40,10	12.030,00
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP	UN	300,00	IDEAL REATORES GALVA	0,0000	51,50	15.450,00
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP	UN	300,00	IDEAL REATORES GALVA	0,0000	35,90	10.770,00
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP	UN	300,00	IDEAL REATORES GALVA	0,0000	31,20	9.360,00
19	Receptáculo porcelana E-27	UN	20,00	DECORLUX	0,0000	3,90	78,00
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V	UN	600,00	TECN/LINSA	0,0000	8,50	5.100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 42/2019 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 88/2019

Data do Processo: 24/10/2019

Folha: 2/2

LOTE: 1

Participante: 8898 - FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICOS LTDA-ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	Base para rele Fotoelétrico	UN	200,00	TECN/LINSA	0,0000	6,00	1.200,00
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	5,50	275,00
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	5,00	250,00
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	6,00	300,00
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm	UN	50,00	AMP	0,0000	4,00	200,00
26	Conector cunha tipo I	UN	50,00	AMP	0,0000	3,25	162,50
27	Conector cunha tipo B	UN	50,00	AMP	0,0000	10,00	500,00
28	Arruela quadrada 38x38	UN	50,00	AMP	0,0000	1,00	50,00

Total do Participante -----> 113.169,00

Total Geral -----> 113.169,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 7 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio
 SUZANA GIOMBELLI - - Equipe de Apoio
 MOIRA COMBOSKI - - Equipe de Apoio
 JULIE REGINATO - - Equipe de Apoio
 PAULO DE BORTOLI - - Equipe de Apoio

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS DO PL Nº 84, CP Nº 2-2019-PM

Publicação Nº 2225026

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 27.735,35

Processo / Ano: 84/2019 Processo Administrativo:

Licitação.....: 2/2019 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 10128256 - o direito de utilização, através do Termo de Permissão - Unidade: vg								
10521	ARI CONTE		1,000	0,0000	19.000,0000	19.000,00	Venceu	1 *****
7926	RODRIGO LOCATELLI		1,000	0,0000	8.735,3500	8.735,35	Perdeu	2
10523	DEONIR JOSE AGAZZI		1,000	0,0000	7.550,0000	7.550,00	Perdeu	3
10522	THOMAS ALVES DE MELLO		1,000	0,0000	6.000,0000	6.000,00	Perdeu	4
Item.....: 2 - 10128269 - o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alv - Unidade: vg								
7926	RODRIGO LOCATELLI		1,000	0,0000	8.735,3500	8.735,35	Venceu	1 *****
10523	DEONIR JOSE AGAZZI		1,000	0,0000	7.550,0000	7.550,00	Perdeu	2
10522	THOMAS ALVES DE MELLO		1,000	0,0000	6.000,0000	6.000,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	84/2019	Processo Administrativo:	27.735,35
Licitação.....:	2/2019 - CC		
Modalidade.....:	Concorrência p/ Compras e Serviços		
Objeto.....:	o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 2 - 10128269 - o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alv - Unidade: vg

10521	ARI CONTE		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Perdeu	4
-------	-----------	--	-------	--------	--------	------	--------	---

Ipumirim, Em								
		LAUDECIR FRANCO - - Presidente da Comissão						
		JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO						
		MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO						
		CLAUDIONIR ANTONIO ACADROLLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO						

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 84, CP Nº 2-2019-PM

Publicação Nº 2225053

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2019 - CC Processo Administrativo: Processo de Licitação: 84/2019 Data do Processo: 19/09/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 84/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Objeto da Licitação o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ARI CONTE (10521)

1 o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC, ponto 01.	vg	1,00	0,0000	19.000,00	19.000,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 19.000,00

RODRIGO LOCATELLI (7926)

2 o direito de utilização, através do Termo de Permissão e Alvará de Licença de Ponto de Táxi, por período de 10 (dez) anos, de 02 (dois) pontos na Praça Municipal José Bogoni, no centro do Município de Ipumirim/SC, ponto 02.	vg	1,00	0,0000	8.735,35	8.735,35
---	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 8.735,35

Total Geral: 27.735,35

Ipumirim, 12 de Novembro de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 88, PP Nº 42-2019-PM

Publicação Nº 2225061

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 88/2019 Data do Processo: 24/10/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 88/2019
b) Licitação Nr.: 42/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecendo o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME (8898)**

1	Mão de obra , serviço, deslocamento e serviço caminhão muque para manutenção da rede Iluminação Pública . - Marca: FAMITEC	H	500,00	0,0000	30,00	15.000,00
2	Braço comum IP 25x1000mm - Marca: MECRIL	UN	30,00	0,0000	21,50	645,00
3	Braço comum IP 25x3000mm - Marca: MECRIL	UN	30,00	0,0000	65,00	1.950,00
4	Chave IP 1x50A 250V - Marca: EXTRON	UN	25,00	0,0000	110,10	2.752,50
5	Chave IP 2x30A 250V - Marca: EXTRON	UN	10,00	0,0000	115,10	1.151,00
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v - Marca: CORFIO	M	200,00	0,0000	0,99	198,00
7	Fita isolante adesiva 20m - Marca: PERELLI	UN	50,00	0,0000	4,50	225,00
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m - Marca: PRYSMAN	UN	20,00	0,0000	10,10	202,00
9	Lâmpada VS 150W - Marca: OSRAM	UN	300,00	0,0000	15,10	4.530,00
10	Lâmpada VS 250W - Marca: OSRAM	UN	300,00	0,0000	22,30	6.690,00
11	Lâmpada VS 400W - Marca: OSRAM	UN	500,00	0,0000	16,10	8.050,00
12	Lâmpada VS 70w - Marca: OSRAM	UN	500,00	0,0000	15,10	7.550,00
13	Luminária fechada integrada e-27 - Marca: LUMIFORTE	UN	50,00	0,0000	70,10	3.505,00
14	Luminária fechada integrada e-40 - Marca: LUMIFORTE	UN	50,00	0,0000	99,90	4.995,00
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP - Marca: IDEAL REATORES GALVA	UN	300,00	0,0000	40,10	12.030,00
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP - Marca: IDEAL REATORES GALVA	UN	300,00	0,0000	51,50	15.450,00
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP - Marca: IDEAL REATORES GALVA	UN	300,00	0,0000	35,90	10.770,00
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP - Marca: IDEAL REATORES GALVA	UN	300,00	0,0000	31,20	9.360,00
19	Receptáculo porcelana E-27 - Marca: DECORLUX	UN	20,00	0,0000	3,90	78,00

Ipumirim, 12 de Novembro de 2019.

.....
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 42/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 88/2019
 Data do Processo: 24/10/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 1
FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME (8898)

20	Relé fotoelétrico com base NF 220V - Marca: TECN/LINSA	UN	600,00	0,0000	8,50	5.100,00
21	Base para rele Fotoelétrico - Marca: TECN/LINSA	UN	200,00	0,0000	6,00	1.200,00
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	5,50	275,00
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	6,00	300,00
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm - Marca: AMP	UN	50,00	0,0000	4,00	200,00
26	Conector cunha tipo I - Marca: AMP	UN	50,00	0,0000	3,25	162,50
27	Conector cunha tipo B - Marca: AMP	UN	50,00	0,0000	10,00	500,00
28	Arruela quadrada 38x38 - Marca: AMP	UN	50,00	0,0000	1,00	50,00

Total do Fornecedor: 113.169,00
Total Geral: 113.169,00

Ipumirim, 12 de Novembro de 2019.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 092/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2224963

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 092/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: JADILMO RICARDO DALLA VECHIA

Valor : 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência : Início: 12/11/2019 Término: 31/12/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 1.000 (Um Mil) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.

Iraceminha, 12 de Novembro de 2019

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 13/2019 - FMS

Publicação Nº 2224378

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2019 - PR Processo Administrativo: 16/2019 Processo de Licitação: 16/2019 Data do Processo: 30/10/2019
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2019
b) Licitação Nr.: 13/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Objeto da Licitação

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços médicos, compreendendo serviços médicos de Clínica Geral com Regulação, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município para manutenção das atividades da ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme as especificações constantes neste Edital Convocatório.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Iraceminha, 12 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2019 - PR Processo Administrativo: 16/2019 Processo de Licitação: 16/2019 Data do Processo: 30/10/2019
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

HELPMED SAUDE LTDA (5007)

1 MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF COM REGULAÇÃO Médico clínico geral com CRM reconhecido por órgão competente, disponibilidade para cumprir carga horária de 40 horas semanais sendo 08 horas/dia, as quais serão distribuídas no período diurno. As atividades poderão ser realizadas em ESF (Equipe de Estratégia Saúde da Família), de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde. Priorizando o atendimento aos usuários em todos os ciclos da vida, visitas domiciliares, atividades de educação em saúde, procedimentos, participação de reuniões em equipe, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município. Cumprir todas as legislações pertinentes a Saúde Pública e demais funções e atribuições pertinentes à função e/ou determinadas pelo município. DA REGULAÇÃO: julgar e decidir sobre a gravidade de um caso que lhe está sendo comunicado; realizar a regulação de todas as consultas e encaminhamentos para exames da sua unidade de saúde, enviar os recursos necessários ao atendimento (com ou sem a presença do médico na ocorrência); monitorar e orientar o atendimento prestado por outro profissional de saúde habilitado ou por médico intervencionista; cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação utilizada pelo Município definir e acionar o hospital de referência ou outro meio necessário ao atendimento e demais funções pertinentes à função e/ou determinadas pelo município.	MES	12,00	0.0000	19.900,00	238.800,00
--	-----	-------	--------	-----------	------------

Total do Fornecedor: 238.800,00

Total Geral: 238.800,00

Iraceminha, 12 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

DECRETO 148, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225335

DECRETO Nº 148, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 104, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que "O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais ou equivalentes, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva";

CONSIDERANDO o disposto no art. 125, IV, da Lei Orgânica do Município, que atribui aos Secretários Municipais o poder "praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito";

CONSIDERANDO o disposto nos itens 3 a 7 do Prejulgado nº 1.533, e prejulgado 846, ambos do TCE/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir publicidade ao ato de delegação relativo à realização da despesa pública;

CONSIDERANDO a necessidade de distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e das atribuições dos gestores públicos, inclusive em face do volume de documentos gerados, recomendando a delegação da atribuição para assiná-los, e;

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa objetiva assegurar rapidez às decisões, tornando-se mais célere o atendimento aos pleitos da comunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Irani aos Secretários Municipais, referente às suas respectivas pastas, ficando autorizados a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, autorizar previamente compras e serviços de terceiros, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado os ordenadores de despesas a movimentarem as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Prefeito Municipal ou o Tesoureiro Municipal.

Art. 2º. Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração e Gestão para expedir os atos de pessoal referentes a situação funcional dos servidores públicos municipais da administração direta, exceto:

I - nomeação e exoneração;

II - aplicação de penas administrativas e disciplinares, inclusive de demissão de servidores estáveis.

Parágrafo único. Os atos administrativos de que trata o caput deste artigo também devem ser assinados pelo titular da Secretaria Municipal da respectiva área de competência.

Art. 3º. Fica delegado, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, na forma e condições a seguir descritas:

I - expedir portarias, instruções normativas ou quaisquer outros atos administrativos para a execução das leis, decretos e regulamentos disciplinadores das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais;

II - respeitada a legislação pertinente, cometer tarefas funcionais executivas aos servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

III - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

IV - resolver, mediante procedimento administrativo, responder a comunicações ou ofícios, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

Parágrafo único. Os Secretários Municipais responsabilizar-se-ão por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 4º. Os ordenadores de despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Parágrafo único. Aquele que, por qualquer situação transitória, for designado para o exercício cumulativo ou em substituição de qualquer dos cargos detentores de delegação, terá as mesmas prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo acumulado ou substituído.

Art. 5º. É vedada a subdelegação das competências indicadas neste decreto, as quais poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2020.

Art. 7º. Revoga-se o Decreto 127, de 17 de outubro de 2019.

Sivio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado nesta em 12/11/2019

Marcelo Pegoraro

Secretaria de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO LAR IDOSOS

Publicação Nº 2224497

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 07/2018

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO LAR DOS IDOSOS SANT'ANA DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC)".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, Irineópolis / SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e o LAR DOS IDOSOS SANT'ANA, com sede no Bairro Colônia Velha, s/n, inscrito no CNPJ nº 81.648.362/0007-80, representado por sua Presidente, Senhora LÚCIA MARGARETE GRABOVE, inscrita no CPF nº 029.987.819-85, RG nº 7.071.569-4, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Brand, nº 584, Bairro Jardim Brand, no Município de Irineópolis, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, através da inexigibilidade de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 3.365/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 07/2018, conforme autoriza Cláusula Sexta do Termo de Colaboração, bem como reajustar os valores a serem repassados à entidade conveniada, conforme autoriza o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.042/2019 de 17 de Outubro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

A vigência do termo de colaboração firmado entre as partes fica prorrogada até a data de 31 de Dezembro de 2020. Ainda, ressalta-se que o presente termo aditivo não poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

O valor a ser repassado mensalmente sofrerá reajuste, conforme previsto no Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.042/2019, passando ao valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O valor de repasse será na quantia já mencionada, não sendo possível reajustá-lo durante a vigência do presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Termo de Colaboração ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da comarca de Porto União - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Irineópolis, 21 de Outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	LÚCIA MARGARETE GRABOVE Lar dos Idosos Sant'ana Presidente
Testemunhas:	
Nome: Lademir Fernando Arcari CPF: 513.968.909-04	Nome: Lilian Cibeli Dziedzic CPF: 074.072.919-50

Itá

PREFEITURA

ATA DE ANALISE DAS PROPOSTAS PL 067/2019, TP Nº 009/2019

Publicação Nº 2225024

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2019, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia doze do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, senhor Presidente Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de abertura e análise dos envelopes de propostas de preço das empresas ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, habilitadas no certame licitatório. As empresas não enviaram representantes. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade do envelope que continha todos os envelopes de proposta das empresas; Aberto e retirado os envelopes de propostas das empresas, passando para à abertura dos envelopes das empresas habilitadas, cujos documentos foram numerados, rubricados e vistados pela comissão de licitações. Da análise das propostas restou em classificar em primeiro lugar a empresa: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELLI, com o preço total de R\$ 115.500,62 (cento e quinze mil quinhentos reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$ 72.405,22 (setenta e dois mil quatrocentos e cinco reais e vinte e dois centavos) referente a materiais, e R\$ 43.095,40 (quarenta e três mil noventa e cinco reais e quarenta centavos) de mão de obra. E em segundo lugar a empresa: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, com o preço total de R\$ 119.409,83 (cento e dezenove mil quatrocentos e nove reais e oitenta e três centavos), sendo R\$ 78.669,65 (setenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) referente a materiais, e R\$ 31.987,05 (trinta e um mil novecentos e oitenta e sete reais e cinco centavos) referente a mão de obra. Diante do fato abre-se o prazo de cinco dias uteis para recursos, transcorrido o prazo de recursos ou julgados estes será homologado o presente edital. Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e membros da Comissão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019, TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

Publicação Nº 2225399

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 02 de dezembro de 2019, visando a contratação de empresa para pavimentação asfáltica, com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente), de um complexo de ruas situadas no Bairro Vila Gerasul, município de Itá/SC. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 02 de dezembro de 2019 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá - SC, 12 de novembro de 2019.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO

Publicação Nº 2225337

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE PARA ASSINATURA DE CONTRATO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, Torna Público que tendo em vista a Homologação do Processo Licitatório nº 064/2019, Pregão Presencial nº 034/2019, item 13.1 do edital, Convoca a empresa abaixo relacionado para comparecer ao setor de contratos, no prazo de até 05 (cinco) dias uteis da publicação deste edital para assinatura do contrato.

Empresa: M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP, localizada na Rua Independência, nº 637, sala 06, Centro, Nova Odessa – SP, inscrita no CNPJ nº 26.069.189/0001-62.

Itá – SC, 12 de novembro de 2019.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

DECISÃO PREFEITO CONTRARRAZÕES VALE ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2225307

Itá- SC, 11 de Novembro de 2019.

DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas considerando o recebimento dos autos do Processo Licitatório nº. 064/2019 Edital de Pregão Presencial nº. 034/2019, encaminhado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, para decisão.

Solicitado parecer jurídico o mesmo assim se manifestou:

“(…)

Analisando os autos do certame, verifica-se que existe mais de um ponto a ser analisado para decisão, os quais elencaremos a seguir, mais adiante analisaremos e ao final decidiremos:

1 – Recurso interposto pela Empresa Biq Benefícios Ltda.

2- Recurso interposto pela Empresa Personal Net Tecnologia de Informação Ltda.

3- Contrarrazões apresentadas pela Empresa Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

DA ANÁLISE

1 – Recurso interposto pela Empresa Biq Benefícios Ltda.

A própria empresa recorrente BIQ, admitiu que tentou se fazer presente na data limite para a apresentação de recurso 18/10/2019, nas dependências da Prefeitura Municipal após o horário de funcionamento da mesma e que, estando a mesma fechada, recebeu externamente a informação que poderia encaminhar o seu recurso via e-mail. Pretendendo então cumprir o prazo determinado, o representante da empresa tentou encaminhar seu recurso via e-mail, porém a tentativa fora em vão pois o recurso não deu entrada na caixa postal, do setor de licitações e, também em nenhuma outra caixa postal institucional do Município, pois o endereço que a recorrente tentou encaminhar estava incorreto, conforme se verifica nas fls 622 dos autos, isto é:

O endereço que foi tentado encaminhar o e-mail foi licitacao@ita.sc.sc.gov.br, enquanto que o endereço correto é licitacao@ita.sc.gov.br, tendo então a empresa efetivamente protocolado seu recurso na data de 23 de Outubro de 2019, as 15:30:32, sob o Número 902.794.7VA-B2, (fls. 618), portanto o recurso não merece maior análise tendo em vista que o mesmo restou intempestivo.

2- Recurso interposto pela Empresa Personal Net Tecnologia de Informação Ltda.

Em seu recurso a empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, discorre basicamente sobre a vinculação ao edital, alegando em síntese que:

a) O pregoeiro classificou indevidamente as propostas das licitantes MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA; ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI, BIQ BENEFÍCIOS LTDA e FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA ME, pois deixaram de cumprir o item 5.6 do edital.

b) Também insurgiu-se contra a decisão do pregoeiro que habilitou a Empresa M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP, por não ter cumprido o item 6.1.2.7 do edital.

c) Ainda mais adiante em seu recurso pretende que sejam aplicadas as sanções administrativas à empresa MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.

Com relação ao item “a”, observa-se que a recorrente pretende que seja desclassificada as propostas das licitantes MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA; ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI, BIQ BENEFÍCIOS LTDA e FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA ME, simplesmente por que as propostas das licitantes não transcrevem exatamente o item conforme disposto no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO “A” do edital.

O Pregão, tem como característica a simplificação e a celeridade cabendo ao pregoeiro agir com razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, de modo que desclassificar propostas simplesmente por não conterem as exatas palavras do Termo de Referência é apegar-se a formalismos desnecessários que prejudicam os fins perseguidos pela administração.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro “Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações”, explica de forma clara:

“Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital.”

Marino Pazzaglini Filho, em “Princípios Constitucionais Reguladores da Administração Pública”, também compartilha o mesmo entendimento: “a aplicação desses princípios (razoabilidade e proporcionalidade) significa examinar, por um lado, os fatos concretos, que ensejam a conduta da Administração Pública, ostentam motivos razoáveis e, por outro lado, se a medida simplesmente é, além de pertinente, adequada e suficiente para o atendimento efetivo ao fim público (resultado prático de interesse da sociedade) necessária e exigível para alcançá-lo; e proporcional ao binômio benefício e ônus para a coletividade”.

Também compactua com a mesma linha de raciocínio o Ministro Adilson Motta, do Egrégio Tribunal de Contas da União, em decisão proferida em novembro de 1999, esclareceu ainda mais a matéria, decidindo que:

“o apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais.” (TC 004809/1999-8, Decisão 695-99, DOU 8/11/99, p.50, e BLC n. 4, 2000, p. 203).

Assim nesse quesito diante de todo o exposto acima, conclui-se que o recurso não deve prosperar.

No item “b” a recorrente almeja que inabilite a licitante M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP, por não ter cumprido o item 6.1.2.7

do edital.

Analisando os autos do certame observa-se que a licitante M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP, apresentou sim a necessária comprovação de possuir o exigido no item 6.1.2.7, apresentando prints de telas do sistema exigido (fls. 488, 489, 490) e, se ainda não bastasse para a devida comprovação, analisou-se os Atestados de Capacidade Técnica apresentados as fls. 478, 480, 482, 484, verifica-se que os mesmos também fazem menção aos sistemas informatizados que, atenderam a mais de 7.800 funcionários das empresas contratantes. Da mesma maneira, concluímos que no tocante a este quesito também o recurso não deve prosperar.

Por derradeiro em seu recurso item "c", a recorrente pretende que sejam aplicadas as sanções contra a licitante MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, em razão de má fé.

Em suas contrarrazões a empresa MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, justificou devidamente todos os atos praticados no certame, restando claro não haver má fé da mesma, pois houveram alterações no edital que a licitante por um lapso qualquer possa não ter tomado conhecimento. Ademais seria desproporcional aplicar a sanção de impedimento de participar em licitações, quando a empresa já fora penalizada no próprio certame, com a sua inabilitação. Assim nesse quesito entendemos que o recurso não deverá prosperar.

3- Contrarrazões apresentadas pela Empresa Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

Da análise das contrarrazões apresentadas pela empresa verifica-se que houveram alterações no edital fator este que pode ter feito com que a empresa tenha se confundido na interpretação do mesmo, concluindo-se então não ter havido má fé da mesma.

Isso posto, esta Consultoria opina pelo:

1 - Não acolher o recurso apresentado pela Licitante BIQ BENEFÍCIOS LTDA, declarando o mesmo intempestivo.

2 - Conhecer do recurso apresentado pela Licitante PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA e, diante das razões apresentadas anteriormente e, no mérito negar-lhe provimento.

3 - Conhecer das contrarrazões apresentadas pela EMPRESA MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA e no mérito deixar de aplicar as penalidades do art. 7º. Da Lei 10.520/2002, tendo em vista não ter havido má fé.

Ante o exposto, adoto como forma de decidir Parecer Jurídico emitido pela Consultoria Jurídica do Município, mantendo as decisões tomadas pelo Pregoeiro, no Processo Licitatório 064/2019 Edital de Pregão Presencial 034/2019, e determino o prosseguimento do certame.

É a Decisão

Intime-se

Publique-se!

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 26/2019

Publicação Nº 2224681

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC. Pregão Presencial nº 26/2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais e Descartáveis e Hospitalar para Uso, Consumo e Distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos envelopes: Até às 13:30 horas do dia 03 de dezembro de 2019. Abertura dos Envelopes: às 14:00 horas do dia 03 de dezembro de 2019. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 47 3652 2211. Itaiópolis, 12 de novembro de 2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº 1 DO PREGÃO PRESENCIAL 04.136.2019

Publicação Nº 2225063

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
Pregão Presencial nº. 04.136.2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em decoração natalina através de locação com fornecimento de todo o material necessário, instalação, montagem/desmontagem e manutenção corretiva, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.136.2019.

ERRATA Nº1

Inclui-se:

2.2 – As especificações e os quantitativos estão relacionados no Anexo I e estão consignados no orçamento:

Órgão: 8 Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico
Unidade: 08.01 - Ass. Especial de Desenvolvimento Econômico
Proj./Atividade: 2.031 Projeto – Gestão e Administração da Secr Turismo e Desenvolv(121)
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As especificações e os quantitativos estão relacionados no Anexo I e estão consignados no orçamento:

Órgão: 8 Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Des. Econômico
Unidade: 08.01 - Ass. Especial de Desenvolvimento Econômico
Proj./Atividade: 2.031 Projeto – Gestão e Administração da Secr Turismo e Desenvolv(121)
Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

A data de entrega e abertura dos invólucros permanece INALTERADA.

Itapema, 12 de novembro de 2019.

RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 04.138.2019 - PLACAS SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 2225662

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.138.2019

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Placas de sinalização para atender as necessidades do Departamento de Trânsito Municipal de Itapema (DETRAMI), conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº 04.138.2019.

Entrega dos envelopes: Até as 13:00(treze horas) do dia 27(vinte e sete) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 27(vinte e sete) de novembro de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto)

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.138.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 12 de novembro de 2019.

Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.140.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2225840

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.140.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de oxigênio medicinal para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e do Corpo de Bombeiros Militar de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.140.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00 (quinze) horas do dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 27 (vinte e sete) de novembro de 2019, às 15:01(quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.140.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1469.

Itapema, 12 de novembro de 2019.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.141.2019 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJOES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2225841

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.141.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de gás acondicionado em botijões, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.141.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 16:30 (dezesseis e trinta) horas do dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2019.

Abertura do Pregão: 27 (vinte e sete) de novembro de 2019, às 16:31(dezesseis horas e trinta e um minutos).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.141.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1469.

Itapema, 12 de novembro de 2019.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

PROCESSO 187.2019 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.127.2019 - MATERIAL EXPEDIENTE

Publicação Nº 2224902

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 187/2019 – PREGÃO – 04.127.2019
ATA REGISTRO DE PREÇOS 127/2019

OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de Materiais de Expediente, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.127.2019

EMPRESA:
BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
R\$ 25.363,20

BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
R\$ 2.410,00

COMERCIAL PRINT LUX LTDA
R\$ 93.344,25

EDUARDO BASTOS ME
R\$ 1.319,20

IRENE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPAEL EIRELI
R\$ 187.719,60

JS SIMÕES EIRELI ME
R\$ 6.848,20

LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI EPP
R\$ 44.188,20

M.C DALABONA DISTRIBUIDORA ME
R\$ 5.595,08

MAPU DISTRIBUIDORA DE MAT. PARA ESCRITORIO LTDA ME
R\$ 32.168,40

MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
R\$ 4.843,93

PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
R\$ 32.485,29

RAFAELA OLIMPIO MACHADO 06995718984
R\$ 24.499,05

RS DISTRIBUIDORA E COMERCIO ATACADISTA LTDA
R\$ 53.679,03

PRAZO: 12 (doze) meses.

Itapema, 30 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 214, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225195

DECRETO Nº 214, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 31000 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.000,00:

003.0001 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

0015.0452.0006.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 11 de novembro de 2019.

Itapiranga, 11 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 215, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225201

DECRETO Nº 215, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.283, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga, SC, na seguinte dotação orçamentária:

011.0001 – Secretaria Municipal de Transporte

0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

33.90.00.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

011.0001 – Secretaria Municipal de Transporte

0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

31.90.00.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 216, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225207

DECRETO Nº 216, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.284, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

006.0008 – Fundo Municipal de Cultura - Funcultura

0013.0392.0026.2034 – Manutenção da Biblioteca e Museu Público Municipal

33.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 27.900,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

006.0005 – Ensino Superior

0012.0364.0012.2032 – Manutenção do Ensino Superior

33.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 15.900,00

006.0008 – Fundo Municipal de Cultura - Funcultura

0013.0392.0026.2034 – Manutenção da Biblioteca e Museu Público Municipal

31.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 217, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225212

DECRETO Nº 217, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.285, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" na seguinte dotação: 31000 – Rec. do Tes. Exerc. Ant.– Recursos Ordinários R\$ 45.000,00.

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0306.0012.2023 – Merenda Escolar

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

006.003 – Educação Infantil - Pré-Escola

0012.0306.0014.2027 – Merenda Escolar

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

006.004 – Educação Infantil - Creche

0012.0306.0014.2030 – Merenda Escolar

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 218, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225216

DECRETO Nº 218, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.286, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 415.000,00

006.001 – Secretaria Municipal da Educação

0012.0122.0035.2019 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação

31.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2020 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

006.003 – Educação Infantil – Pré-Escola

0012.0365.0015.2024 – Manutenção das Atividades da educação Infantil – Pré-Escola

31.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

006.004 – Educação Infantil – Creche

0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche

31.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 74.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 219, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225220

DECRETO Nº 219, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.287, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto os seguintes créditos adicionais suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" nas seguintes fontes de recursos:

1021002 – Recursos de Impostos para a Saúde 15%, no valor deR\$ 300.000,00;

090.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.1021002 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 220, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225221

DECRETO Nº 220, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.289, de 12 de novembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 80.000,00

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2022 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.**EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2019**

Publicação Nº 2225186

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 073/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : SEC ENGENHARIA LIMITADA

Licitação : Dispensa de Licitação 165/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO COM CADASTRO GEORREFERENCIADO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, A FIM DE ATENDER AO ITEM 8.19 DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PEE Nº 001/2018 DA CELESC.

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/01/2020

Assinatura : 08/11/2019

Valor R\$: 16.900,00 (Dezesseis Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 68 - 04.001.2012.333903999000000000.01001000

Itapiranga, 12 de NOVEMBRO de 2019

LEI MUNICIPAL Nº 3.283, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225157

LEI MUNICIPAL Nº 3.283, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga, SC, na seguinte dotação orçamentária:

011.0001 – Secretaria Municipal de Transporte

0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

33.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

011.0001 – Secretaria Municipal de Transporte
0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes
31.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.284, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225163

LEI MUNICIPAL Nº 3.284, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

006.0008 – Fundo Municipal de Cultura - Funcultura
0013.0392.0026.2034 – Manutenção da Biblioteca e Museu Público Municipal
33.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 27.900,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

006.0005 – Ensino Superior
0012.0364.0012.2032 – Manutenção do Ensino Superior
33.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 15.900,00

006.0008 – Fundo Municipal de Cultura - Funcultura
0013.0392.0026.2034 – Manutenção da Biblioteca e Museu Público Municipal
31.90.00.00.00.00.01000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.285, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225168

LEI MUNICIPAL Nº 3.285, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" na seguinte dotação: 31000 – Rec. do Tes. Exerc. Ant.– Recursos Ordinários R\$ 45.000,00.

006.002 – Ensino Fundamental
0012.0306.0012.2023 – Merenda Escolar
33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

006.003 – Educação Infantil - Pré-Escola
0012.0306.0014.2027 – Merenda Escolar
33.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

006.004 – Educação Infantil - Creche
0012.0306.0014.2030 – Merenda Escolar
33.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.286, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225177

LEI MUNICIPAL Nº 3.286, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 690.000,00

006.001 – Secretaria Municipal da Educação
0012.0122.0035.2019 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Educação
31.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

006.002 – Ensino Fundamental
0012.0361.0012.2020 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

006.003 – Educação Infantil – Pré-Escola
0012.0365.0015.2024 – Manutenção das Atividades da educação Infantil – Pré-Escola
31.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

006.004 - Educação Infantil – Creche
0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche
31.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 74.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.287, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225182

LEI MUNICIPAL Nº 3.287, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica aberto os seguintes créditos adicionais suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" nas seguintes fontes de recursos:

1021002 – Recursos de Impostos para a Saúde 15%, no valor deR\$ 300.000,00;

090.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.00.1021002 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.288, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225185

LEI MUNICIPAL No 3.288, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR AQUISIÇÃO E POSTERIOR DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA AO AR LIVRE, ESPECIFICAMENTE A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E ASSIST. DE LINHA SANTO ANTONIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a adquirir e doar equipamentos para Academia ao Ar Livre, especificamente a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL E ASSIST. DE LINHA SANTO ANTONIO, DA COMUNIDADE DE LINHA SANTO ANTONIO, INTERIOR, ITAPIRANGA, SC, CNPJ Nº 82.819.483/0001-15.

Parágrafo único. Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a vigência desta Lei, correrão à conta do orçamento municipal, do exercício corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.289, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225190

LEI MUNICIPAL No 3.289, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 80.000,00

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2022 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 12 de novembro de 2019.
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 17/2019

Publicação Nº 2224582

PORTARIA N.º 17, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Decreta perda de mandato e posterior Exoneração do Vereador Jair Antonio Imich e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com base no art. 188 inciso VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapiranga, artigo oitavo do Decreto-Lei 201/67...

RESOLVE:

Art. 1º Decreta a PERDA DO MANDATO e posterior EXONERAÇÃO do senhor Jair Antonio Imich, brasileiro, inscrito no CPF no 771.531.209-63 e Cédula de Identidade no 1.948.550 SSP/SC, do cargo de Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga – SC, em virtude de ter sido determinada a suspensão dos direitos políticos em razão de ato de improbidade administrativa, tendo a sentença transitado em julgado em 08 de novembro de 2019, processo no 0900005-27.2015.8.24.0034.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 11 de novembro de 2019.
Afonso Niehues
Presidente da Câmara

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 64/2019

Publicação Nº 2224561

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo segundo dia do mês de novembro de 2019, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(A) KARINA JUSSARA DOS SANTOS e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, NICOLIE CANCELA DA CRUZ e SUZANA BESEN MARTINS, nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 64/2019, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 10.000 CAMISETAS PARA COMPOSIÇÃO DO UNIFORME ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participante	
Empresa	Representante
REH CONFECÇÕES EIRELI	NÃO CREDENCIADO
ZAIRI SPORTS CONFECÇÕES E VENDAS LTDA - ME	JOSE ALVES FILHO
C.M ORATHES CONFECÇÕES - ME	EDVALDO ORATHES

Analisados os documentos, foi constatado que a empresa REH CONFECÇÕES EIRELI não apresentou no ato do credenciamento a Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte juntamente com a Certidão da Junta Comercial, conforme item 5.1.4 do Edital. O representante da empresa informou que os documentos estavam dentro do envelope de Habilitação, mas conforme o item 5.2.4. do edital "será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação". Sendo assim, a empresa não foi credenciada. Os documentos das demais empresas foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Propostas de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
ZAIRI SPORTS CONFECÇÕES E VENDAS LTDA-ME	1	R\$ 153.874,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. A pregoeira enfatiza que, conforme item 2.1 do Termo de Referência, a empresa vencedora tem sete dias corridos para apresentar as amostras solicitadas em Edital. A empresa C.M ORATHES CONFECÇÕES - ME questionou o que deveria ser especificado no laudo entregue junto as amostras. A pregoeira fez a leitura do Ofício SME 314/2019 em resposta ao protocolo nº 13401 da empresa HOLZ CONFECÇÕES LTDA. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de prestação de serviço conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 10h00.

Itapoá, 12 de novembro de 2019.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS Pregoeira	
SUZANA BESEN MARTINS Membro	NICOLIE CANCELA DA CRUZ Membro

Licitantes:

ZAIRE SPORTS CONFECÇÕES E VENDAS LTDA – ME JOSE ALVES FILHO	C.M ORATHES CONFECÇÕES – ME EDVALDO ORATHES
--	--

DECRETO MUNICIPAL Nº 4175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225911

DECRETO MUNICIPAL Nº 4175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Estabelece o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o Biênio com início em 31 de outubro de 2019 até 31 de outubro de 2021.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, considerando o Ofício CMAS 022.2019, a Ata da Assembleia dos Trabalhadores SUAS 01.2019 de 04 de outubro de 2019, a Ata do Fórum de Entidades e Usuários da Assistência Social 2019 de 10 de outubro de 2019 e os ofícios de indicação das entidades, 112/2019 APAE e 007/2019 Rotary, os ofícios dos representantes governamentais 033/2019 SMAS, 281/2019 SME, 205/2019 SMS, 039/2019 SMA e 085/2019 SMTc e, solidariamente a Lei Municipal 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 27 de agosto de 2018 e pela Lei Municipal 888 de 15 de julho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o Biênio com início em 31 de outubro de 2019 até 31 de outubro de 2021, que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**a) Secretaria Municipal de Assistência Social:**

1. Claudia da Silva Barboza Titular;
2. Bruna Daniele Piacentini Suplente;

b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Scheila Aparecida Kziozek Pastuchak Titular;
2. Eliana Frigo da Silva Suplente;

c) Secretaria Municipal de Educação:

1. Iracema Marques Ferreirai Titular;
2. Ivette Fonseca de Siqueira Suplente;

d) Secretaria Municipal de Administração:

1. Roseli Itner Titular;
2. Neuci Mormito Freire Suplente;

e) Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:

1. Gabriel Godoi da Silva Titular;
2. Suellen Patrícia dos Santos Suplente;

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**a) Representantes de usuários da Assistência Social (1a cadeira):**

1. Rejane de Fátima Faria Rypchinski Titular;
2. Edite Elos Castro de Arruda Suplente;

b) Representantes de usuários da Assistência Social (2a cadeira):

3. Narzarino Garcia de Souza Titular;
4. Antônio Luiz da Silva Suplente;

c) Trabalhadores da Assistência Social:

1. Daniela Vargas da Rosa Titular;
2. Alexandre Ribeiro da Silva Suplente;

d) Entidades ou Organizações da Sociedade Civil (1a cadeira):

1. Silmara Speck dos Santos (APAE) Titular;
2. Saara Regina Demeu Andrade (APAE) Suplente;

e) Entidades ou Organizações da Sociedade Civil (2a cadeira):

3. Ângelo Bellato Maciel (Rotary) Titular;
4. Maria Lúcia Lisboa (Rotary) Suplente;

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social terá prazo de 90 (noventa) dias após a vigência desde Decreto Municipal para propor, composição alternativa para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura face que o Regimento Interno do Conselho veda a participação de membros comissionados na representação governamental.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 3630/2018, de 24 de maio de 2018, Decreto Municipal nº 3683/2018, de 12 de julho de 2018, Decreto Municipal nº 3697/2018, de 25 de julho de 2018, Decreto Municipal nº 3735/2018, de 10 de agosto de 2018, Decreto Municipal nº 3718/2018, de 06 de agosto de 2018, Decreto Municipal nº 3778 de 21 de setembro de 2018, Decreto Municipal nº 3864, de 19 de dezembro de 2018, Decreto Municipal nº 3904 de 31 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 3941, de 07 de março de 2019 e Decreto Municipal nº 3982, de 10 de abril de 2019.

Itapoá, 29 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4190, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225912

DECRETO MUNICIPAL Nº 4190, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede gratificação especial a profissional de saúde do Estratégia Saúde da Família - ESF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 774, de 20 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Estratégia Saúde da Família - ESF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), a Senhora Elisa Elias da Vinha Andrade, por atuação como médica na Estratégia de Saúde da Família do Paese.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 07 de outubro de 2019.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4191, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225913

DECRETO MUNICIPAL Nº 4191, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto Municipal nº 3893, de 25 de janeiro de 2019 que estabelece a Comissão Municipal para Regularização da Gleba - Balneário Itapema do Norte, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 3º A Comissão reunir-se-á por convocação formal do Presidente, com quórum mínimo de 3 (três) membros e as deliberações serão lavradas em ata específica, com subscrição dos presentes e encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo para homologação.(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4192, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225916

DECRETO MUNICIPAL Nº 4192, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto Municipal nº 3977, de 05 de abril de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio com início em 12 de fevereiro de 2019 até 12 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os itens 3 e 4 da alínea "a" do inciso I do Decreto Municipal nº 3977/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

I – não governamentais:

a) representantes de Organizações da Sociedade Civil:

...

3. Virginia Maira Wordell Gubert (Rotary) Titular; (NR)

4. Ramos Chaves (Rotary) Suplente. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4194, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225918

DECRETO MUNICIPAL Nº 4194, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Nomeia responsável pelo livro didático, seguindo recomendação do FNDE.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Rode Ester Pessanha no cargo de responsável pelo Livro Didático, seguindo recomendação do FNDE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº3329 de 18 de setembro de 2017.

Itapoá, 06 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4196, DE 06 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2225919

DECRETO MUNICIPAL Nº 4196, DE 06 DE JANEIRO DE 2019

Altera Decreto Municipal nº4121 de 03 de setembro de 2019, que nomeia os representantes do Conselho Municipal da Cidade de Itapoá (CONCIDADE) para o quadriênio 2019-2023.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o item III, do artigo 1º do Decreto Municipal nº4121 de 03 de setembro de 2019, que nomeia os representantes do Conselho Municipal da Cidade de Itapoá (CONCIDADE) para o quadriênio 2019-2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

III – representantes territoriais:

a) região compreendida entre a Foz do Rio Sai Mirim à Ruas 560:

1. Guilherme Oliva Flores Titular;

2. Edison Luiz da Silva Suplente.

b) região compreendida entre as Ruas 560 e 1000:

1. Diógenes Santos Moraes Titular;

2. Sérgio Garbuio Suplente.

c) região compreendida entre as Ruas 1000 e 2430:

1. Milton Klinkerfus Filho Titular;

2. Emerson de Oliveira Francisco Suplente.

d) região compreendida entre a Rua 2430 e a ponte do Rio Jaguaruna:

1. Eduardo do Rosário de Souza Titular;

2. Ademar Ribas do Valle Suplente.

e) região compreendida pela Zona Rural do Município:

1. Márcio José Puglia de Melo Titular;

2. Moacir Speck Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 06 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4197, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225926

DECRETO MUNICIPAL Nº 4197, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso II da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º inciso IV da Lei Orçamentária nº 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA ,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 423.278,00 (quatrocentos e vinte e três mil, duzentos e setenta e oito reais) conforme segue:

Suplementações:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2093 Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (391) FR 02370100 R\$ 43.850,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2103 Alimentação Escolar das Pré-Escolas

33390 Aplicações Diretas (389) FR 02370200 R\$ 5.126,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2102 Alimentação Escolar das Creches

33390 Aplicações Diretas (412) FR 02370300 R\$ 18.626,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família

33390 Aplicações Diretas (638) FR 02381900 R\$ 334.000,00

33390 Aplicações Diretas (652) FR 02380500 R\$ 13.676,00

20 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

001 Diretoria de Meio Ambiente

0018.0541.0007.2056 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente

34490 Aplicações Diretas (653) FR 01003100 R\$ 8.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 423.278,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4199, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224521

DECRETO MUNICIPAL Nº 4199, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Decreta Luto Oficial e ponto facultativo na Escola Municipal Claiton Almir Hermes, no município de Itapoá.

Marlon Roberto Neuber, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o falecimento da Sra. Solange Aparecida Nunes, ocorrido no dia 12 de novembro de 2019, e sopesando ser justa a homenagem póstuma, como meio de gratidão e estima pelos serviços prestados à comunidade, em especial pela sua atuação enquanto Gestora da Escola Municipal Claiton Almir Hermes;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Luto Oficial por 3 (três) dias e ponto facultativo nos dias 12 e 13 de novembro de 2019, na Escola Municipal Claiton Almir Hermes, devendo a Bandeira do Município ficar à meia-haste na sede desta escola e na Prefeitura de Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019.

Itapoá, 12 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

EDITAL 021/2019 PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Publicação Nº 2225928

EDITAL 021/2019

PUBLICAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI torna público que expediu as seguintes Autorizações de Corte (AuC) referentes ao período de Agosto a Outubro de 2019:

TABELA 01 – Autorizações de Corte referente ao ano de 2019.

Requerente	CPF/CNPJ	AuC	Balneário	Quadra	Lote
Fábio Manella Pellegrine	281.308.698-37	134/2019	Saí Mirim	164	1 a 10,19 a 21

MCL Comercialização e Localização de Bens Imóveis Ltda	16.637.260/0001-02	135/2019	Itapoá	032	0009
Maria FlorÍnea Colombo Capilla	966.054.809-53	136/2019	Brandalize	068	0014
Maria FlorÍnea Colombo Capilla	966.054.809-53	137/2019	Brandalize	068	0013
Edinaldo Farias	907.240.209-00	138/2019	Uirapuru	018	0015
Paulo Cesar Burbello	037.863.459-37	139/2019	Princesa do Mar	051	0001
Rafael Paches Gomes	005.262.309-24	140/2019	São Jose	072	0003
Gino Polisini	248.182.418-06	141/2019	Cambiju	006	0009
Rafael Paches Gomes	005.262.309-24	142/2019	Praia das Palmeiras	068	0005
Marcos Alceu Dallagassa	030.442.249-50	143/2019	Volta ao Mundo I	017	0015
Ivo Balbinot	342.321.760-04	144/2019	Cambiju	023	0029
João Wilmar Hitesheinn	703.448.259-49	145/2019	Itapema do Saí	101	0014
Wosch Empreendimentos Imobiliários LTDA	27.123.688/0001-53	146/2019	Itapoá	009	0004
Ricardo Alexandre Fagundes	006.554.099-98	147/2019	Praia das Palmeiras	073	0004
Alceu Schroeder	380.890.689-87	148/2019	Jardim Pérola do Atlântico	040	0008
Jorge João Trzaskos	634.963.729-15	149/*2019	Saí Mirim	044	0018
Osvaldo Zanati Moreli	606.798.169-68	150/2019	Jardim Pérola do Atlântico	021	0004
Marlos Stiegler dos Santos	029.245.199-77	151/2019	Itapoá	096	0004
Marlos Stiegler dos Santos	029.245.199-77	152/2019	Itapoá	096	0002
Marlos Stiegler dos Santos	029.245.199-77	153/2019	Itapoá	084	0007
Domingas Célia de Amorim	222.553.039-49	154/2019	Volta ao Mundo I	026	0004
Ervino Imóveis LTDA	10.543.157/0001-17	155/2019	Praia do Imperador	059	0018
Elisandra Marina Sperandio	904.094.699-04	156/2019	Nossa Senhora Aparecida	006	0002
Elisandra Marina Sperandio	904.094.699-04	157/2019	Praia das Palmeiras	068	0006
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	158/2019	Jardim Verdes Mares	009	0006
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	159/2019	Brandalize	009	0010
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	160/2019	Brandalize	009	0011
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	161/2019	Brandalize	009	0012
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	162/2019	Brandalize	009	0013
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	163/2019	Brandalize	009	0014
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	164/2019	Brandalize	009	0016
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	165/2019	Brandalize	009	0017
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	166/2019	Brandalize	009	0018
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	167/2019	Brandalize	022	0011
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	168/2019	Brandalize	022	0012
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	169/2019	Brandalize	022	0013
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	170/2019	Brandalize	022	0014
Carisma Participações LTDA	14.477.637/0001-88	171/2019	Brandalize	022	0015
José Elias de Oliveira	187.749.469-00	173/2019	Rosa dos Ventos	021	0018
Sandro Betinardi Strapasson	042.274.169-81	175/2019	Cambiju	030	0019
Sobieray Transportes Rodoviário de Cargas e Administradora de Bens LTDA	27.138.045/0001-83	176/2019	Jaguaruna	-	-
José Cesário de Souza Vidal	775.455.679-00	177/2019	Rosa dos Ventos	013	0023
Gilmara de Oliveira Gonçalves	008.329.699-90	178/2019	Volta ao Mundo I	024	0009
Thiago Henrique Branco	290.370.128-84	179/2019	Itapema do Saí I	010	0011
Carlos Roberto Borges	702.541.689-49	180/2019	Volta ao Mundo I	029	0002
Francisco Besen	218.527.669-72	181/2019	Praia das Conchas	007	0025
Francisco Besen	218.527.669-72	182/2019	Praia das Conchas	007	0029
Margarida de Souza	844.503.129-53	183/2019	Cambiju	045	0029
José Nilson Machado	239.894.839-00	184/2019	Cambiju	028	0011
LMC Transportes Terraplenagem e Locação LTDA	11.817.052/0001-71	185/2019	Parque I	016	0008
LMC Transportes Terraplenagem e Locação LTDA	11.817.052/0001-71	186/2019	Parque I	016	0007
Elias Peixoto de Lima	816.021.389-15	187/2019	Cambiju	057	0004
Zabalia & Zabalia Freios LTDA	12.458.384/0001-70	188/2019	Santa Terezinha	021	0007
Cláudio Roberto Lass	859.791.809-82	189/2019	Cambiju	026	0008
Valdimir Inocêncio	021.675.029-66	190/2019	Saí Mirim	078	0003
Valdimir Inocêncio	021.675.029-66	191/2019	Saí Mirim	078	0005
Nelson Pedro Nemerski	560.214.889-20	192/2019	Saí Mirim	006	0001
Cristiano Ramos	027.262.089-08	193/2019	Praia das Palmeiras	067	0017
Rafael Paches Gomes	005.262.309-24	194/2019	Itapoá B-1	013	0019

Marcos Signorelli de Farias	520.174.519-01	195/2019	Rosa dos Ventos	012	0028
Regiane da Silva	048.935.329-01	196/2019	Saí Mirim	057	0005

A presente relação permanecerá disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá e será publicada no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses.

Itapoá, 08 de novembro de 2019.

Rodrigo Cechin
Secretário Municipal de Meio Ambiente

EDITAL 022/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Publicação Nº 2225920

EDITAL 022/2019 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital INTIMAR/ NOTIFICAR os autuados citados nos Processos Administrativos decorrentes dos Autos de Infrações Ambientais abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008, Art 39:

§ 2º. Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providências legais serão tomadas.

Caso queira, o autuado, apresentar as alegações finais, deverá protocolá-las no prazo de 10 (dez) dias, conforme edital, no setor de protocolos da Secretaria de Meio Ambiente, localizados na Avenida Beira Mar 3, nº 1412, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, no seu horário de atendimento, 07:30 as 13:30 de segunda a sexta-feira, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Secretaria de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Itapoá, em: <http://www.itapoa.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/106786>, e será fixada no mural da sede da Secretaria de Meio Ambiente no endereço acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.

RELAÇÃO DOS AUTUADOS:

Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração	Local
Arinaldo Lima	-	142/2017	Balneário: Praia dos Veleiros Quadra: 013 Lote: 0267
Espolio Uirassu Alves de Carvalho	121.878.109-25	0592/2019	Balneário: Rainha do Mar Quadra: 032 Lote: 0004
Gildo Vieira	110.511.409-00	0608/2019	Balneário: Praia das Palmeiras Quadra: 023 Lote: 0020
Helio Pagliarini	-	0202/2017	Balneário: Rosa dos Ventos Quadra: 012 Lote: 0014
Janete Terezinha Marcolino	867.689.131-15	0606/2019	Balneário: Itamar Quadra: 012 Lote: 0004
J.P. Empreendimentos Imobiliários LTDA	18.380.448/0001-43	0626/2019	Balneário: Princesa do Mar Quadra: 069 Lote: 0004
Juarez da Silva	419.981.899-53	0188/2017	Balneário: Estrada Geral, n.º 310
Matheus Maria Briones	-	0137/2017	Balneário: Praia dos Veleiros Quadra: 011 Lote: 0224

Itapoá 11 de novembro de 2019.

Telma Mª Teixeira Bauer
Diretora do departamento de controle ambiental

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I Nº. 070/2019 - PROVA PRÁTICA

Publicação Nº 2224862

EDITAL Nº 070/2019

Processo Seletivo para contratação temporária de Assistente em Legislação

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais INFORMA:

1 – DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO

1.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha e redação;

1.2 – A média será a soma da nota da prova com a nota já obtida na primeira classificação;

1.3 - O conteúdo programático para prova será composto por língua portuguesa: interpretação de texto; concordância verbal e nominal; ortografia; acentuação; pontuação e conhecimentos específicos: redação oficial; técnica legislativa; rotinas administrativas; arquivo; Lei Complementar nº 95/2018 e Leis Municipais nº 155/2003; 16/2007, 44/2014 e 72/2018;

1.3 – A prova prática será realizada na data de 21 DE NOVENBRO 2019, às 19h00min, com a duração de 03 horas, na Escola Municipal Ayrton Senna, rua Madalena Hau, nº 39, Itapema do Norte;

1.4 – O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e documento original com foto;

1.5 – Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado e o ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma;

1.6 – A divulgação do gabarito será no dia 22 de novembro de 2019 a partir das 08h00min, no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br.

2 – CLASSIFICAÇÃO PARCIAL E RECURSOS

2.1 – A classificação parcial será publicada no dia 25 DE NOVENBRO DE 2019, no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br;

2.2 – A interposição de recurso poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 26 DE NOVENBRO DE 2019, das 08:00 horas às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto;

2.3 – A classificação final será publicada até o dia 29 DE NOVENBRO DE 2019.

Itapoá, 12 de novembro de 2019.

Célia Maria Reinert Cristiane R. de B. Costa Vandressa A. Chervinsk Presidente Membro Secretária

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 031/2019 TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Publicação Nº 2224844

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019

PROCESSO SELETIVO Nº 031/2019

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato LUIZ CARLOS ZYCH para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico;
- Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração).

Itapoá, 12 de novembro 2019.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

Secretário de Fazenda

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2224739

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato relacionado abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Kauane Maiara Mazetti Moura	Superior – Recursos Humanos

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 12 de novembro de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha
Secretária de Administração

Ituporanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 50/2019/PMI

Publicação Nº 2225522

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019	
		Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 24/10/2019	1 / 9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CRAS, CREAS, CADASTRO ÚNICO, GESTÃO, LAR DA SOLIDARIEDADE, CONSELHO TUTELAR E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Ao(s) 7 de novembro de 2019, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Nº null/, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 67 / 2019, Licitação Nº 50 / 2019 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO:

Iniciou-se a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que as empresas estão devidamente credenciada, conforme Edital de Pregão nº 50/2019, e Ata de credenciamento. A comissão informa que algumas empresas os protocolos saíram após as nove horas, porém os representantes estavam presente antes desse horário, o atraso ocorreu devido a falta do servidor lotado no protocolo fato que atrasou o início dos protocolos. Após foram aberto os envelopes de propostas, em seguida lançado no sistema. Na sequencia foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão analisou a documentação de habilitação das empresas vencedoras e constatou que a Empresa Billig Comércio e Serviços Ltda apresentou a negativa de débitos (CNDT) vencida por se tratar de Micro empresa possui o benefício da lei, tendo cinco dias para apresentar o documento atualizado, e as demais empresas estão devidamente habilitadas conforme edital de pregão nº 50/2019. O pregoeiro indagou o representante da empresa se manifesta a intenção de interpor recurso, do qual não manifestou a intenção. O processo não foi possível transmitir ao vivo por problema no sistema

1137093 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	8512 - ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: INGREDIENTES: AÇÚCAR, CACAU, MALTODEXTRINA, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE EM PÓ, VITAMINAS (A, B1, B2, B6, C, D3 E PP), ESTABILIZANTE, LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTES. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO CONTENDO 01KG, COM IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	90	UNIDADE	9,9000	891,0000
2	8226 - AÇÚCAR REFINADO: DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. EMB. 5KG	70	PACOTE	10,9900	769,3000

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019	
		Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 24/10/2019	2 / 9

9	8568 - BISCOITO DOCE SORTIDO SEM RECHEIO, COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VIT. B9), AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO, ACIDULANTES ÁCIDO LÁCTICO E AROMATIZANTE. VALOR NUTRICIONAL NA PORÇÃO DE 100G: 10G DE PROTEÍNA, 72G DE CARBOIDRATOS E 12,5G DE GORDURAS TOTAIS. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO – EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 400 GR, TENDO DUPLA EMBALAGEM E EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE CAIXA DE PAPELÃO.	220	UNIDADE	6,2000	1.364,0000
11	37195 - DESODORANTES PARA AMBIENTE, SPRAY, EMBALAGEM COM 360 ML, FRAGRÂNCIA LAVANDA	40	UNIDADE	10,6000	424,0000
12	8523 - CAFÉ EM PÓ: CAFÉ TORRADO E MOÍDO DE 1ª QUALIDADE, EMPACOTADO A VÁCUO PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM (TIPO TIJOLINHO) DE 500G, CLASSIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA (TIPO 8 COB.), COM NO MÁXIMO 15% DE GRÃO P.V.A. (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), ISENTO DE BEBIDAS RIO OU RIOZONA, PONTO DE TORRA MÉDIA, MOAGEM MÉDIA/FINA E INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR.	170	UNIDADE	9,9500	1.691,5000
16	35888 - COPO DESCARTÁVEL 300ml	220	TIRA	4,8000	1.056,0000
20	8398 - DOCE DE FRUTAS CREMOSO (DIV. SABORES) POTE 1KG	90	POTE	10,5000	945,0000
26	8485 - LEITE LONGA VIDA INTEGRAL (UHT). EMBALADO EM CAIXA COM 12 LITROS.	260	CAIXA	32,8000	8.528,0000
30	8595 - ORÉGANO: PURO, NÃO CONTENDO GLÚTEN, CONTENDO O NÚMERO DE REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE, E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VENCIMENTO. APRESENTAR EM EMBALAGEM DE 10GR. APRESENTAR VALIDADE SUPERIOR A 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	60	PACOTE	1,6400	98,4000
31	8584 - OVOS DE GALINHA: CASCA LISA, EMBALAGEM EM DÚZIAS, EM CAIXA DE PAPELÃO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF, CISPOA. OS OVOS DEVERÃO ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 15 DIAS.	320	DUZIA	5,9500	1.904,0000
37	8738 - PAPEL FILME - FILME DE PVC TRANSPARENTE ESTICÁVEL - ROLO MEDINDO 28 CM DE LARGURA POR 15 METROS DE COMPRIMENTO.	20	UNIDADE	6,1000	122,0000
39	8754 - PAPEL TOALHA - FOLHAS DUPLAS MEDINDO 19CM X 22CM CADA - EMBALAGEM PLÁSTICA C/ 2 ROLOS DE 55 TOALHAS CADA ROLO.	260	UNIDADE	3,9000	1.014,0000
47	8434 - SAL REFINADO: IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, COM NO MÍNIMO DE 98,5% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10MG E MÁXIMO DE 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA - EMBALAGEM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	50	UNIDADE	1,6800	84,0000
50	8474 - TEMPERO COMPLETO (EMBALAGEM 300GR)	80	UNIDADE	3,6000	288,0000
52	42129 - VASSOURA DE NYLON COM CABO, COM CERDAS	60	UNIDADE	9,9900	599,4000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 50/2019**

Processo Administrativo: 67/2019
Processo de Licitação: 50/2019
Data do Processo: 24/10/2019

3 / 9

	PLUMADAS, DIMENSÕES 31,5 x 19 x 6,5 CM				
53	8544 - VINAGRE DE ALCÓOL: PRODUTO FERMENTADO ACÉTICO DO ALCÓOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL DE PLÁSTICO DE 900 ML, COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	70	UNIDADE	1,5900	111,3000
54	26942 - SARDINHA EM OLEO LATA COM PESO LÍQUIDO DE 125GR.	300	LATA	3,2000	960,0000
59	26945 - FORMA DE ALUMÍNIO GRANDE COM MEDIDA MÍNIMA DE 30 X 42 X 6CM	10	UNIDADE	24,7000	247,0000
65	8573 - ERVILHA EM CONSERVA REIDRATADA, EM CONSERVA. ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE FOLHA DE FLANDRES, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO 200G DE PESO LÍQUIDO DRENADO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	80	UNIDADE	2,2000	176,0000
66	8582 - MILHO VERDE EM CONSERVA ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE FOLHA DE FLANDRES, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. LATA 300GR	90	UNIDADE	2,2000	198,0000
73	8597 - GELATINA EM PÓ: PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SABOR ABACAXI, MORANGO, UVA, LIMÃO OU PÊSSEGO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	80	UNIDADE	9,9000	792,0000
74	8427 - LEITE EM PÓ INTEGRAL: solubilidade instantânea, enriquecido em vitaminas A e D, coloração branca. Embalagem plástica atóxica de 500g. VALIDADE MÍNIMAS DE 3 MESES DA ENTREGA.	50	UNIDADE	13,2000	660,0000
75	8554 - MARGARINA (CREME VEGETAL): C/ SAL, COM CONCENTRAÇÃO DE LIPÍDIOS ENTRE 50% E 80%. ISENTA DE LACTOSE APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS - EMBALAGEM DE 500G COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	200	UNIDADE	5,8000	1.160,0000
77	8538 - ÓLEO DE SOJA: REFINADO, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONANDO EM FRASCO PLÁSTICO COM 900ML, CONTENDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	180	UNIDADE	4,1900	754,2000
78	8527 - FARINHA DE MANDIOCA: TIPO 1, GRUPO SECA, SUBGRUPO EXTRA-FINA, COM COLORAÇÃO BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF.	40	UNIDADE	5,9900	239,6000

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019	
		Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 24/10/2019	4 / 9

	VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.				
80	8432 - PÓ PARA PUDIM: SABORES MORANGO, CHOCOLATE, BAUNILHA. INGREDIENTES: AÇÚCAR REFINADO, LEITE EM PÓ, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, CACAU EM PÓ, SAL E AROMA NATURAL DE BAUNILHA. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DE 25G: 21G DE CARBOIDRATOS, 1G DE PROTEÍNA, 1G DE GORDURAS TOTAIS - EMBALAGEM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	150	UNIDADE	9,9000	1.485,0000
82	8528 - FARINHA DE MILHO AMARELA (GROSSA): PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14%P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2%P/P, COM NO MÍNIMO DE 6%P/P DE PROTEÍNA - EMBALAGEM DE 1KG COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	60	UNIDADE	2,9000	174,0000
84	8424 - FERMENTO QUÍMICO: EMBALAGEM DE 250G, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	80	UNIDADE	5,9000	472,0000
87	8377 - MILHO PARA PIPOCA DE BOA QUALIDADE, GRÃOS SEM FERIMENTOS, LIVRE DE MANCHAS E COLORAÇÃO UNIFORME. PACOTE 500 GR	80	PACOTE	4,1900	335,2000
89	8541 - POLVILHO AZEDO: DERIVADO DE MANDIOCA, ISENTO DE PARASITAS E SUJIDADES, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA (POLIETILENO) DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA..	150	QUILOGRAMA	7,9000	1.185,0000
90	20321 - PEDRAS SANITÁRIAS PERFUMADAS, FORMA ARREDONDADA, COM SUPORTE PARA COLOCAR NO VASO SANITÁRIO. EM MATERIAL QUE NÃO MANCHE A SUPERFÍCIE DO VASO SANITÁRIO	50	UNIDADE	1,4700	73,5000
Total Fornecedor:					28.801,4000

1139290 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
3	8517 - ARROZ PARBOILIZADO: TIPO 1, LONGO, FINO, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS ISENTOS DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHO E MOFOS. SAFRA CORRENTE E PROCEDÊNCIA NACIONAL, EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA LIMPAS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, EMBALAGEM DE 05KG. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	80	UNIDADE	12,5500	1.004,0000
4	8675 - AGUA SANITARIA 1LT	170	LITRO	3,7900	644,3000
5	26891 - ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO, 46%. UNIDADES DE 1 LITRO CADA. CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DE CADA PEDIDO DE ENTREGA	40	UNIDADE	5,7000	228,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 50/2019**

Processo Administrativo: 67/2019
Processo de Licitação: 50/2019
Data do Processo: 24/10/2019

5 / 9

6	8736 - BACIA PLASTICA G	10	UNIDADE	15,9500	159,5000
7	8737 - BACIA PLASTICA P	25	UNIDADE	13,4000	335,0000
8	8723 - BALDE PLÁSTICO 12LT	20	UNIDADE	13,4500	269,0000
10	8443 - BISCOITO TIPO MARIA/MAIZENA COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR REFINADO, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL REFINADO, FERMENTO QUIMICO (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO) MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO), ESTABILIZANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTE ARTIFICIAL, ANTIOXIDANTE (ÁCIDO CÍTRICO). PESO LÍQUIDO DE 800G, TENDO DUPLA EMBALAGEM E EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA E CAIXA DE PAPELÃO.	220	PACOTE	8,4500	1.859,0000
13	27357 - CAFÉ SOLUVEL EM PÓ DE BOA QUALIDADE 200GRS	80	UNIDADE	9,8500	788,0000
14	8369 - CALDO DE GALINHA CX DE 63GR	80	UNIDADE	2,5400	203,2000

1139290 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
15	13746 - COPO DESCARTAVEL DE 180 ML	450	TIRA	3,2800	1.476,0000
18	26890 - DESINFETANTE LÍQUIDO PARA BANHEIRO, COM BACTERICIDA, BIODEGRADÁVEL, A BASE DE PINHO OU LAVANDA, GALÃO CONTENDO 1(UM) LITRO, DEVIDAMENTE LACRADO, COM IDENTIFICAÇÃO E NOME DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DE CADA ENTREGA DE PEDIDO.	100	UNIDADE	3,8000	380,0000
21	8771 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO, PACOTE QUE DEVERÁ CONTER 08 UNIDADES.	40	PACOTE	2,9800	119,2000
22	8792 - ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, EM ESPUMA DE POLIURETANO, 01 FACE FIBROSA ABRASIVA PARA LIMPEZA PESADA E OUTRA MACIA PARA SUPERFÍCIE DELICADA. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	250	UNIDADE	1,5900	397,5000
23	8529 - FARINHA DE TRIGO: ESPECIAL, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, COLORAÇÃO BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE DE 5KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 70 DIAS DA ENTREGA.	120	PACOTE	10,8900	1.306,8000
24	13897 - FÓSFORO LONGO. COMPOSIÇÃO: CLORATO DE POTÁSSIO E AGLUTINANTES, PRODUTO NÃO PERECÍVEL, FABRICADO DE MADEIRA REFLORESTADA. CADA PALITO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 5CM. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. CADA CAIXA DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 200 PALITOS. PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO.	20	CAIXA	4,3900	87,8000
25	26911 - GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO, MACIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X22,5. EMBALAGEM COM 50 GUARDANAPOS. CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE.	300	PACOTE	3,6400	1.092,0000
27	8797 - LIMPA VIDROS, COM BICO PULVERIZADOR E COM AROMA PERFUMADO. FRASCO DE 500ML.	70	UNIDADE	5,1500	360,5000
29	8781 - LUVAS DE LÁTEX, ELABORADAS COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL. VALIDADE DE 2 ANOS, COM CERTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. TAMANHO G.	50	PAR	2,9900	149,5000

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019	
		Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 24/10/2019	6 / 9

32	26935 - PALITO PARA ESPETO GRANDE, DE MADEIRA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	40	PACOTE	4,4200	176,8000
33	13770 - PALITO DENTAL - EMBALAGEM CONTENDO 100 PALITOS DE MADEIRA ROLIÇOS.	45	UNIDADE	1,7900	80,5500
34	8775 - PANO DE LIMPEZA, PARA CHÃO TIPO SACO, ALVEJADO, MEDIDAS 90X70CM, COR BRANCA.	200	UNIDADE	5,7500	1.150,0000
36	8753 - PAPEL ALUMINIO - FOLHA DE ALUMÍNIO MEDINDO 30CM DE LARGURA X 4 METROS DE COMPRIMENTO CADA ROLO.	45	UNIDADE	6,1800	278,1000
40	38578 - RODO SIMPLES COM CABO DE MADEIRA, CONTENDO 01 LÂMINA DE BORRACHA REFORÇADA NA PARTE INFERIOR DA BASE, 40 CM DE LARGURA.	30	UNIDADE	10,2000	306,0000
41	20262 - RODO SIMPLES (MADEIRA) COM ESPUMA AMARELA	25	UNIDADE	9,2000	230,0000
42	26939 - SACO PLASTICO PARA FREEZER OU MICROONDAS COM CAPACIDADE PARA 5 KG. EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES.	45	UNIDADE	4,4000	198,0000
43	8672 - SABAO EM PO 1KG	120	UNIDADE	6,8600	823,2000
49	20312 - SAPONÁCEO CREMOSO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 300 GR. COMPOSTO POR: LINEAR ALQUILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO, ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, CORANTE E ESSÊNCIA BOUQUET E CLÁSSICO.	150	UNIDADE	4,3500	652,5000
51	8786 - VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA, 1º LINHA.	60	UNIDADE	19,9000	1.194,0000
56	8581 - MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/ LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 1KG E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	120	UNIDADE	3,9500	474,0000
57	37186 - COADOR PARA CAFÉ DE PANO, GRANDE, COM CABO	10	UNIDADE	3,0300	30,3000
58	26915 - COADOR DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103. FILTRO DE PAPEL COM MICROFURROS QUE RETÉM APENAS O PÓ E DÃO PASSAGEM LIVRE PARA 100% SABOR E AROMA DO CAFÉ. PESO LÍQUIDO 2,151 KG, PESO BRUTO 3,175 KG. DIMENSÃO DA CAIXA: 352X265X248MM. CAIXA COM 30 UNIDADES.	70	CAIXA	3,8500	269,5000
60	41003 - MANGUEIRA PARA JARDIM 3/4 ROLO COM 20MT	3	ROLO	79,9100	239,7300
61	20343 - PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES DA PÁ: 29 CM DE COMPRIMENTO E 19 CM DE LARGURA. CABO CURTO	15	UNIDADE	3,9000	58,5000
63	26947 - COCO RALADO - FLOCOS DE CÔCO COM ADIÇÃO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100GR	50	PACOTE	3,7900	189,5000
67	8602 - MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ALETRIA: MASSA TIPO ALETRIA. DEVERÁ SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/ LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 500G E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	50	UNIDADE	4,2900	214,5000
68	8278 - MAIONESE 500gr	45	UNIDADE	10,2000	459,0000
69	42724 - CESTO PARA LIXO SEM PEDAL E COM TAMPA - CAPACIDADE 12 LITROS	10	UNIDADE	39,5000	395,0000
71	20342 - ESCOVA PARA SANITÁRIO COM CABO DE PLÁSTICOS, CERDAS DE NYLON E SUPORTE PLÁSTICO.	30	UNIDADE	5,8000	174,0000

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2019	
		Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 50/2019 Data do Processo: 24/10/2019	7 / 9

76	8548 - MORTADELA DE FRANGO: Produto constituído da mistura de carne de frango convenientemente trituras, adicionadas de condimentos e outras substâncias alimentares. O produto deve ser preparado com carnes de boa qualidade, com até 9% de gordura, isenta de cartilagens. Rótulo contendo identificação da empresa, registro no SIM OU SIF, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e PRAZO DE VALIDADE DE 2 MESES NA ENTREGA. PEÇAS DE 2,5KG	80	PEÇA	7,4400	595,2000
79	8406 - POLPA DE TOMATE - EMBALAGEM TETRA PACK CONTENDO 520GR CADA	200	CAIXA	7,1900	1.438,0000
81	8376 - MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 1KG E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	100	UNIDADE	4,8900	489,0000
85	8501 - IOGURTE C/ POLPA POLPA DE FRUTA, SABORES VARIADOS. ADOÇADO ARTIFICIALMENTE, COM FIBRAS, 0% DE GORDURA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1 LITRO, DE MATERIAL ATÓXICO E ESTÉRIL, FECHADA À VÁCUO, ACONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS. DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, Nº REGISTRO MA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF.	400	UNIDADE	5,4000	2.160,0000
86	8542 - SUÇO DE FRUTAS CONCENTRADO: SABORES DE UVA E MANGA, SEM ADIÇÃO DE CORANTES ARTIFICIAIS, FEITO DE POUPA DE FRUTAS (NÃO XAROPE) COM CONSERVAÇÃO FORA DE REFRIGERAÇÃO, ADICIONADO DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. EMBALAGEM ATÓXICA DE 1L, ROTULAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MS	200	UNIDADE	9,1400	1.828,0000
88	27227 - SABONETE LÍQUIDO 500 ML C/ GATILHO	30	UNIDADE	8,2100	246,3000
				Total Fornecedor:	25.208,9800

1175068 - LUIZ ANTONIO JUNKES ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
28	26934 - LIMPADOR DE CHÃO PERFUMADO - EMBALAGEM 2 LITROS	130	UNIDADE	8,4400	1.097,2000
35	20341 - FLANELA PARA REMOVER PÓ, LARGURA 60CM. CORES DIVERSAS.	100	UNIDADE	4,4300	443,0000
38	20365 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, DE BOA QUALIDADE, FOLHA SIMPLES, PICOTADO, MEDINDO 30MX10M COM MÍNIMO 60M. EMBALAGEM EM FARDOS COM 64 ROLOS.	100	FARDO	64,3900	6.439,0000
44	8763 - SACO DE LIXO - 15 LITROS, NA COR AZUL OU PRETO, REFORÇADO. DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS COM 39CM DE LARGURA X 58CM DE ALTURA, COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS DE 1CM. ROLOS COM 100 UNIDADES EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT- NBR 9190/9191.	70	ROLO	9,1900	643,3000
45	8710 - SACO DE LIXO DE 50 LITROS - ROLO COM 40 UNIDADES	300	ROLO	8,9600	2.688,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 50/2019**

Processo Administrativo: 67/2019
Processo de Licitação: 50/2019
Data do Processo: 24/10/2019

8 / 9

1175068 - LUIZ ANTONIO JUNKES ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
46	20314 - SACO DE LIXO – 100 LTS, NA COR AZUL, REFORÇADO MEDINDO 75 CM DE LARGURA X 105 CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO NA MEDIDAS DE 1CM. EMBALAGEM PLÁSTICA, ROLOS COM 25 UNIDADES CONFORME NORMAS DA ABNT – NBR 9190/9191 – TABELA 1, CLASSE 1, TIPO E.	200	ROLO	9,2200	1.844,0000

Total Fornecedor: 13.154,5000

1182234 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
17	8549 - COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO: SEM TEMPERO CONGELADA, ADIÇÃO DE NO MÁXIMO 6% DE ÁGUA, EMBALAGEM DE 1KG CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, REGISTRO NO SIM OU SIF. VALIDADE DE 6 MESES NA ENTREGA.	350	QUILOGRAMA	7,2000	2.520,0000
48	8547 - SALSICHA: CONGELADA, DE BOA QUALIDADE, DO TIPO HOT-DOG COM NO MÁXIMO DE 2% DE AMIDO, NÃO SENDO PERMITIDO A ADIÇÃO DE CORANTES ARTIFICIAIS. COM ASPECTO CARACTERÍSTICO, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS PARDACENTAS OU ESVERDEADAS, ODOR E SABOR PRÓPRIO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA OU GELO NO MÁXIMO DE 10% . DEVE APRESENTAR REGISTRO NO SIF OU SIDASC – EMBALAGEM DE 1KG. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 2 MESES.	200	UNIDADE	19,9000	3.980,0000
64	8546 - CARNE BOVINA MOIDA, DE 1ª QUALIDADE: CONGELADA, DE BOA QUALIDADE, SEM GORDURA, SEM NERVOS, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR VERMELHO-CEREJA SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU OUTRA COLORAÇÃO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), TRANSPORTADA EM VEÍCULOS FECHADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. DEVENDO SER ENTREGUE MENSALMENTE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES. VALIDADE DE 2 MESES. PRODUTO ENTREGUE SEMANALMENTE, EM CARRO REFRIGERADO E NAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PELA RDC 216.	300	QUILOGRAMA	17,0000	5.100,0000
83	32040 - QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESFRIADO, INTERFOLHADO, EMBALAGEM DE 400G , COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA, COM REGISTRO NO MA OU MS.	150	QUILOGRAMA	8,7900	1.318,5000

Total Fornecedor: 12.918,5000

1194135 - BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
19	8773 - DETERGENTE AUTOMOTIVO 500ML	250	UNIDADE	2,2200	555,0000
72	42044 - PAPEL TOALHA INTERFOLHA FORMATO	200	PACOTE	47,7000	9.540,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 50/2019**

Processo Administrativo: 67/2019
Processo de Licitação: 50/2019
Data do Processo: 24/10/2019

9 / 9

APROXIMADO DE 23X23 CM, 2 DOBRAS, COR BRANCA, NÃO RECICLADO, COMPOSIÇÃO DO PAPEL E MATÉRIA PRIMA 100% CELULOSE VIRGEM, PACOTE COM 1.000 FOLHAS				
Total Fornecedor:				10.095,0000
Total Geral:				90.178,3800

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 7 de novembro de 2019

COMISSÃO

CLAUDIA STALOCH - _____ - Equipe de Apoio
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER - _____ - Equipe de Apoio
TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA - _____ - Pregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ROBSON N. CHIQUEIO - _____ - Representante
CLEITON DE SOUZA - _____ - Representante
THIAGO SIMAO WEISS - _____ - Representante
MICHEL BERNARDINO DA SILVA - _____ - Representante
RENAN MARTINS DOS SANTOS - _____ - Representante

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 02/2019/PMI CONCESSÃO DO SERVIÇO QUE DISPÕE REMOÇÃO, ESTADIA, GUARDA, DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

Publicação Nº 2225044

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência para Concessão de Serviços Públicos nº 02/2019

Processo: 70/2019

Objeto: CONCESSÃO DO SERVIÇO QUE DISPÕE REMOÇÃO, ESTADIA, GUARDA, DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Maior Oferta. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de dezembro de 2019 até as 09h00min horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 13 de dezembro de 2019 às 09h30min horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 14 de novembro de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019/CMI - AVISO DE NOVA DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS**

Publicação Nº 2225559

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019/CMI - AVISO DE NOVA DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS

Após análise do recurso interposto pela empresa Instar Tecnologia em Informática LTDA ME sobre aspectos relevantes que modificaram, em parte, o Edital do Pregão Presencial nº 04/2019, marca-se nova data para abertura das propostas, conforme segue.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2019 (Processo nº 10/2019)

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de gestão do processo legislativo em plataforma web, portal web (site) para o Poder Legislativo, integrando as informações do sistema em tempo real e atendendo as exigências da legislação, sistema de assinatura online de documentos com certificação digital e sistema de protocolo digital para toda a estrutura da Câmara Municipal de Ituporanga/SC, conforme quantitativos e características descritas no Termo de Referência (Anexo II).

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 26 de novembro de 2019, às 14h00min, na Secretaria da Câmara Municipal (entrada lateral do prédio). ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: dia 12 de novembro de 2019, às 14h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Ituporanga.

INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: dia 26 de novembro de 2019, às 15h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Ituporanga.

Esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria da Câmara do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro, das 13h00min às 19h00min e pelo fone (47) 3533-1423. O Edital completo consolidado, bem como a Retificação poderão ser obtidos pelos interessados no endereço eletrônico: www.camaraaituporanga.sc.gov.br, no link: Transparência/Pregão Presencial nº 04/2019.

Ituporanga, 12 de novembro de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL Nº 04/2019.

Publicação Nº 2225552

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de gestão do processo legislativo em plataforma web, portal web (site) para o Poder Legislativo, integrando as informações do sistema em tempo real e atendendo as exigências da legislação, sistema de assinatura online de documentos com certificação digital e sistema de protocolo digital para toda a estrutura da Câmara Municipal de Ituporanga/SC, conforme quantitativos e características descritas no Termo de Referência (Anexo II).

DO RELATÓRIO

Trata a presente resposta a pedido de impugnação feito pela empresa Instar Tecnologia em Informática, Comércio de Equipamentos de Informática LTDA ME contra o Edital do Pregão Presencial nº 04/2019, com fundamento nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto Federal nº 3.555/2000.

A impugnante caminhou em tempo hábil sua impugnação à Câmara Municipal de Ituporanga, via e-mail (protocolo@camaraaituporanga.sc.gov.br), portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares, em especial ao artigo 12 do Decreto Federal nº 3.555/2000:

“Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”

DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante, nos termos que confere a legislação em vigor, contesta especificamente duas falhas do Edital: não previsão das características referente ao datacenter onde deverão ficar hospedadas as informações produzidas por esta Câmara Municipal, nem quais as certificações que o mesmo deve ter. quanto à avaliação de conformidade prevista no item 10.1, segundo a impugnante não há tempo hábil entre a abertura das propostas e a avaliação conceitual do sistema, o que pode ser um fator limitante à participação de empresas, haja vista a licitante ter que apresentar 90% do sistema já pronto para se sagrar vencedora do certame.

DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Dessa forma, com base nos vícios apresentados quanto ao Edital do Pregão Presencial nº 04/2019, requer a impugnante:

O recebimento e processamento da impugnação;

Esclarecimentos de como deve proceder para participar deste edital de licitação;

Esclarecimento de todas as dúvidas do pedido de Impugnação;

Alteração do edital Pregão Presencial nº 04/2019, Processo Licitatório nº 10/2019 para que o tal possibilite a participação de todos como o máximo de informações detalhadas sobre o objeto licitado e assim prover um certame justo e com um Termo de Referência rico em informações;

Em caso absurdo de rejeição do pedido, requer-se desde já uma resposta plausível a nossa empresa bem como cópia de todo o processo e documentos utilizados para a elaboração deste edital "cópia dos 3 (três) orçamentos" a fim de tomarmos as nossas devidas providências.

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Primeiramente, quanto à admissibilidade da impugnação, conforme já frisado no "Relatório", a impugnante encaminhou suas alegações em tempo hábil (dois dias úteis antes da abertura do certame) via e-mail, preenchendo os requisitos previstos no item 13 do Edital do Pregão Presencial nº 04/2019.

Quanto ao mérito da impugnação, deve haver provimento, haja vista o edital ter sido omissivo em alguns aspectos que podem vir a comprometer o fornecimento dos softwares ora contratados, bem como prejudicar a execução do contrato no futuro. Dessa forma, fazem-se as seguintes ponderações:

Quanto à necessidade de maiores especificações sobre o datacenter onde ficará hospedado o banco de dados da CONTRATANTE: haverá necessidade de maiores detalhamentos, os quais serão incluídos no Edital do Pregão Presencial nº 04/2019 por meio de retificação a ser publicada na imprensa oficial.

Sobre a avaliação de conformidade: aspecto mais importante da impugnação interposta, onde a impugnante discorda do percentual mínimo de cumprimento dos requisitos previstos nos itens 2 a 9 do Edital. No tocante a esse aspecto e em contato com o setor de Tecnologia da Informação (TI) da Prefeitura Municipal de Ituporanga, ficou definido que a exigência de 90% de atendimento aos requisitos previstos itens 2 a 9 do Edital será mantida, porém será assinalado prazo de 7 dias úteis após a abertura das propostas e classificação das proponentes para que aconteça a sessão pública de avaliação de conformidade dos sistemas e recursos ora licitados.

Por fim, em relação às dúvidas da licitante de como deve proceder a licitante para participar do Pregão Presencial nº 04/2019, fica esclarecido que em no mínimo 8 (oito) dias úteis após a republicação do Edital na imprensa oficial haverá sessão pública e PRESENCIAL de abertura dos envelopes da proposta de preço e habilitação das licitantes interessadas no certame.

Vencida esta etapa, após 7 (dias) úteis será marcada nova sessão pública, com presença OBRIGATÓRIA de um representante da empresa mais bem classificada, que fará a apresentação dos sistemas para verificação do atendimento às exigências de ambiente tecnológico, recursos e configurações exigidos. Em caso de desclassificação da licitante em virtude de não atender o mínimo necessário dos requisitos, convocar-se-á a próxima licitante habilitada para proceder a mesma avaliação.

CONCLUSÕES

Isto posto, recebo e conheço da impugnação da empresa Instar Tecnologia em Informática, Comércio de Equipamentos de Informática LTDA ME e dou provimento parcial ao mérito das alegações, as quais serão objeto de retificação no Edital do Pregão Presencial nº 04/2019.

Ituporanga, 12 de novembro de 2019.

JARDEL PANDINI REGUEIRA

Pregoeiro Oficial

Câmara Municipal de Ituporanga

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Publicação Nº 2225546

MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC)
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Informamos a todos os interessados que Edital de Pregão Presencial nº 46/2019, Processo Licitatório nº 85/2019, cujo objeto é a " AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, NOVA,ANO/MODELO 2019/2019, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, DO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I.", está suspenso temporariamente, em virtude da necessidade de realização de diligências. Após o cumprimento destas, será agendada uma nova data para a continuação do certame.

Jaborá, 12 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JABORÁ
Comissão de Licitação

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO Nº 20/2019

Publicação Nº 2225533

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 16/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 19/2018.

Contrato Administrativo nº: 20/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, EM FARMÁCIA, REGULAMENTADOS, CONFORME NORMAS DA ANVISA, PARA ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, EXCEPCIONALIDADES E MEDICAMENTOS EM FALTA OU QUE NÃO CONSTAM NA LISTA DA REMUME, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: Acréscimo de 5% (cinco por cento) do objeto e do valor inicial atualizado do contrato, de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais) para R\$ 90.720,00 (noventa mil e setecentos e vinte reais).

Vigência: 12/11/2019 a 31/12/2019.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde de Jaborá-SC

Contratada: MASSON MEDICAMENTOS E DROGARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.792.316/0001-17.

Jaborá-SC, 12 de novembro de 2019.

Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO PP 19/2019

Publicação Nº 2224860

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 19/2019 - Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de consumo para reposição e manutenção do estoque das Unidades Básicas de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência que integra este edital.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 26/11/2019.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08horas do dia 26/11/2019.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no Município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min e das 13horas às 17horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone: (48) 3535-1133. ADILSON PIVA

Gestor do FMS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 10/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2019

Publicação Nº 2225273

1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 10/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2019

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 10/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de gestão documental do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), compreendendo assessoria e capacitação técnica, que mantém entre si, a empresa MARCOS FELIPE CASTILHO e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo para prestação total dos serviços até 29/11/2019, de acordo com a cláusula 8.1 do Contrato original.
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Marcos Felipe Catilho Proprietário CONTRATADA
Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 275/2018 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2225274

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 275/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 275/2018, para a prestação de serviços de nutricionista, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA BENVENUTRI LTDA ME, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/11/2019.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2019:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Maria Júlia Voltolini Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 60/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2018

Publicação Nº 2225275

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 60/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2018

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 60/2018, para a contratação de serviços terceirizados de natureza continuada para execução de atividades de telefonista na sede do Issem, que mantém entre si, a credenciada OBSERVES SERVIÇOS EIRELI, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Reajustar o valor mensal pela prestação dos serviços para R\$ 5.960,96 (cinco mil novecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), a partir de 09/03/2019, em conformidade com a cláusula 4.6 do Contrato original.
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Priscila Mahnke Sócia-Administradora CONTRATADA
Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA		Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 267/2017 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2225279

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 267/2017
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 267/2017, para a prestação de serviços médicos⁹ (cintilografia), que mantém entre si, a credenciada CCOMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JARAGUÁ DO SUL e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/11/2019.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2019:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Sérgio Luis Alves Diretor executivo CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA	

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 246/2019.

Publicação Nº 2225905

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 246/2019.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designados pelo Decreto 13.356/2019, formada pelos membros Marcelo Elias da Silveira, Suzane Venturin e Mariani Almeida Dos Santos Sarmanho, para sob a presidência da primeira, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS nº 246/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para deslocamento de poste e desativação de semáforo na Rua Roberto Ziemann, Bairro Amizade. Dando prosseguimento a Comissão declara o certame DESERTO, visto que não foi protocolado nenhum envelope para a sessão pública. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 12 de novembro de 2019.

Marcelo Elias da Silveira	
Suzane Venturin	
Mariani Almeida Dos Santos Sarmanho	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019-FMS

Publicação Nº 2225326

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019-FMS

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início oito horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 55/2019-FMS, que tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD E INFANTIL, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponentes	Credenciado	Identificação
ANDRÉ FELIX CORDEIRO ME	José Leocádio Cordeiro	186.683.219-00
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP	Alex Massao Kato	073.838.039-30
BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP	Leandro de Andrade	309.382.799-04
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA EPP	Vando Vicentini	061.558.239-79
COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME	Junior Miranda	034.716.979-18
ELETROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS EIRELI EPP	Evandro da Silva	037.381.209-47
L & S COMERCIAL EIRELI ME	Tamires Bianca Sâni	074.494.959-96
RICHELSE MÓVEIS LTDA EPP	Solange de Almeida Todt	721.595.459-53
RUBENS VERAS JUNIOR ME	Rubens Veras Junior	322.635.709-34
TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	Vinícios Vizzotto	046.630.169-36

Presente a sessão a Sr. Lucimara Gabardo Taraschucky representante do Fundo Municipal de Saúde, para auxiliar na análise e julgamento das propostas apresentadas. Dando início a sessão foi realizado o credenciamento dos representantes presentes e logo após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital foram classificadas as propostas apresentadas, visto terem atendido as exigências do Edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lances), conforme registros no Anexo I desta Ata – Mapa de Preços. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes valores unitários para cada item:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário do item R\$
01	RICHELSE MÓVEIS LTDA EPP	07	Unid.	AQUECEDOR ELÉTRICO - CÓDIGO 16423-1 Aquecedor e desumidificador de ar; tipo doméstico, compacto; controle de temperaturas por termostato: mínima de 500w e máxima de 1500 w, aquecimento por termoventilação; sistema de desligamento automático; na voltagem 220v; na cor branca; gabinete em nylon que suporta altas temperaturas; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses.	190,00
02	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LTDA EPP	04	Unid.	ASPIRADOR DE PÓ – CÓDIGO 13858-1 Aspirador; de pó e líquido; uso doméstico; modelo com porta acessórios no corpo do aspirador; rodas macias; medindo aproximadamente 36,7 x 45,6 x 39,5 cm; com potencia de 1400 w; tensão de alimentação de 220v; filtro de saco descartável para aspiração de pó; capacidade de 14 litros para líquidos e 7 litros para sólidos; peso máximo de aproximadamente 5,9 kg; comprimento do cabo de 7,5 metros; acompanha bocal para todos os tipos de pisos, bocal para cantos e frestas, bocal para estofados;; com indicador de recipiente cheio; pedal liga/desliga com prazo de garantia mínima de 12 meses	449,88

03	RICHESSÉ MÓ-VEIS LTDA EPP	02	Unid.	BATEDEIRA – CÓDIGO 12866-1 Batedeira modelo planetária, com capacidade de no mínimo 4,5 litros. Tigela em aço inox, tampa em acrílico. Com no mínimo 03 batedores, para massas leves / pesadas e claras. Potência de no mínimo 600 watts / 220 volts. Na cor preta. Peso aproximado de 6kg. Manual e garantia de no mínimo 12 meses.	547,00
04	RICHESSÉ MÓ-VEIS LTDA EPP	03	Unid.	CAFETEIRA ELÉTRICA – CÓDIGO 14.190-1 Cafeteira; em polietileno; com capacidade para no mínimo 36 cafés; na cor preta; tensão de alimentação 220v; tipo domestica; modelo com porta filtro removível, reservatório de água, placa aquecedora, lâmpada piloto; com garantia mínima de 01 ano.	207,00
05	RICHESSÉ MÓ-VEIS LTDA EPP	02	Unid.	CHAPA AQUECEDORA – CÓDIGO 101931-1 Chapa aquecedora para uso doméstico, com dimensões aproximadas do produto: 8,6 x 29 x 30 cm. Peso aproximado do produto: 3,8 Kg 01 Chapa aquecedora analógica; Cabo de energia; Manual de instruções em português, e garantia mínima de 12 meses.	930,00
06	FRUSTRADO	02	Unid.	MÁQUINA DE CORTAR DE CABELO – CÓDIGO 101928-1 Lâmina com titânio: São mais resistentes que a de aço, possuem melhor precisão de corte e se mantêm afiadas por mais tempo. -14 acessórios. -8 opções de pentes para corte: ajustam a altura do corte. - 2 Pentes para acabamento: ajustam de corte!. - Tesoura e Pente para pentear: apagam e auxiliam o processo de corte dos cabelos. - Protetor de lâminas, óleo de manutenção e escova para limpeza: protegem e previnem o aparelho contra danos externos. - Lâminas em aço: Maior resistência, permitem ajustar a altura do corte. - Maleta para acessórios: Ideal para transportar seu cortador!. - Botão liga/desliga: Possibilita ligar e desligar o aparelho quando desejado.	XXXXX
07	RUBENS VERAS JUNIOR ME	04	Unid.	CHALEIRA ELÉTRICA – CÓDIGO 33661-1 Chaleira elétrica com capacidade de até 2,5 litros – para ferver água, com desligamento automático quando a água atinge o ponto de fervura. Tampa com trava de segurança. Base com aquecimento, visor do nível de água. Luz indicadora de funcionamento, porta fio na base. Potência mínima de 1.800 watts / 220V – na cor preta. Manual e garantia de no mínimo 12 meses.	144,90
08	FRUSTRADO	02	Unid.	CHALEIRA – CÓDIGO 12565-1 Chaleira Infusora, com capacidade de até 1 litro – na cor preta	XXXXX
09	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LTDA EPP	30	Unid.	DESUMIDIFICADOR DE AMBIENTE – CÓDIGO 101929-1 Desumidificador de ambiente, com potência mínima de até 36w dimensões aproximadas de 13 x 15,4 x 21,8 cm, voltagem 220volts – reservatório com capacidade mínima 0,5 litros. Na cor branca. Com garantia de no mínimo 12 meses – manual de instruções em português	538,00
10	RUBENS VERAS JUNIOR ME	07	Unid.	FERRO ELÉTRICO A VAPOR – CÓDIGO 12867-1 Funcionamento a vapor e a seco; base revestida com cerâmica; spray para umedecer as roupas; vapor extra; jato de vapor concentrado; limpeza automática; ajuste automático de vapor; revestimento antiaderente que resiste à corrosão e facilita a limpeza; cabo anatômico; visor de nível de água; suporte para enrolar o cabo elétrico; e cabo elétrico extra-longo 3 metros; potência de 1200w frequência 50-60hz, com peso máximo aproximado de 0,900kg. garantia de no mínimo 12 meses.	169,90
11	L & S COMERCIAL EIRELI ME	13	Unid.	FORNO DE MICRO-ONDAS – CÓDIGO 16310-1 Tipo doméstico; funcionamento elétrico; em aço inox com acabamento esmaltado; modelo micro-ondas; com medidas aproximadas a.l.p.(325 x 521 x 425)mm; com capacidade para no mínimo 30 litros; contendo: função de autocozinhar, auto aquecer, memória programável, função de descongelamento rápido; função pré programadas, função demo; câmara isolada; trava de segurança, memória programável; prato giratório; na voltagem 220V potencia minima de 800w; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses	557,00

12	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LTDA EPP	02	Unid.	<p>FORNO ELÉTRICO – CÓDIGO 12863-1</p> <p>Forno elétrico de mesa com capacidade de 46 litros, com grill, com controle automático de temperatura entre 50°C a 320°C.</p> <p>Timer com aviso sonoro de até 2 horas;</p> <p>Dourador;</p> <p>Luz interna com proteção;</p> <p>Porta de abertura lateral;</p> <p>Grade cromada removível com 02 alturas;</p> <p>Bandeja esmaltada para resíduos;</p> <p>Corpo externo na cor preta;</p> <p>Porta com vidro duplo espelhado;</p> <p>Isolamento térmico em fibra cerâmica;</p> <p>Pés antiderrapante;</p> <p>Potência aproximada de 1.750W</p> <p>Dimensões internas aproximadas 26,7 x 39,2 x 42,5cm</p> <p>Peso aproximado de 14,30g.</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p>	538,00
13	RICHESSÉ MÓVEIS LTDA EPP	07	Unid.	<p>FOGÃO DE MESA – CÓDIGO 32270-1</p> <p>Fogão elétrico de mesa em aço inoxidável - 2 queimadores (com pezinho, para apoio em bancada de mármore)</p> <p>Voltagem: 220V</p> <p>Potência aproximada de 2000W</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p>	171,00
14	ELETROINOX COM EIRELI EPP	01	Unid.	<p>FRAGMENTADORA DE PAPEIS – CÓDIGO 10668-1</p> <p>Ver descrição</p>	870,00
15	TEMPERCLIMA EIRELI EPP	13	Unid.	<p>LAVADORA DE ROUPAS – CÓDIGO 12861-2</p> <p>Máquina de lavar roupa na cor branca, com capacidade para 07 kg de roupas secas, com no mínimo 07 programas de lavagem, abertura da tampa superior; funções lava, enxágua e centrifuga; 4 níveis de água, dispender para sabão em pó e amaciante; pés niveladores; 220w, garantia mínima de 12 meses.</p>	1.183,00
16	BLUINTER COM LTDA EPP	03	Unid.	<p>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL – CÓDIGO 29968-1</p> <p>Liquidificador industrial, com capacidade de no mínimo 02 litros.</p> <p>Copo em aço inox, tampa de alumínio. Potência mínima de 800 watts / 220 volts.</p> <p>Peso aproximado de 3 a 4 kg. Aprovado pelo INMETRO, com garantia de no mínimo 12 meses..</p>	902,00
17	ELETROINOX COM EIRELI EPP	13	Unid.	<p>REFRIGERADOR – FROST FREE – CÓDIGO 32412-1</p> <p>Refrigerador doméstico; vertical 1 porta; com capacidade mínima interna para 300 litros e máxima 330 litros; na cor branca; contendo: gaveta p/ resfriamento rápido, gaveta p/ legumes, frost free, prateleiras internas reguláveis, prateleiras nas portas reguláveis, porta laticínios, porta ovos, separador e protetor de garrafas, forma de gelo com controle de temperatura, rodízio e pés reguláveis, classificação a, com medida mínima de 1550x545x620 (axlpx); classificação energética selo Procel A, voltagem de 220v; pesando no mínimo 50 kg; prazo de garantia de 12 meses;</p> <p>fabricação de acordo com as normas vigentes.</p>	1.810,00
18	BLUINTER COM LTDA EPP	03	Unid.	<p>REFRIGERADOR – CÓDIGO 13930-2</p> <p>Refrigerador doméstico; no modelo duplex; com capacidade total líquida mínimo de 458 litros; na cor branca; contem prateleiras, gavetas, compartimento na porta, dreno para descongelamento, forma de gelo; medindo aproximadamente 1850 x 695 x 655mm (axlpx); classificação a da procel; na voltagem de 127v; controle do refrigerador com 5 temperaturas; rodízios e pés reguláveis; com garantia mínima de 12 meses; fabricação de acordo com as normas vigentes; com selo procel, eficiência energética letra A</p>	2.750,00

19	ELETROINOX COM EIRELI EPP	30	Unid.	<p>RELÓGIO DE PAREDE – CÓDIGO 98013-3</p> <p>Relógio de parede em estilo moderno, de formato redondo e fundo de cor clara, com numeração colorida (1,2,3...12).</p> <p>Feito em plástico de excelente qualidade!</p> <p>Relógio silencioso, sem som tic-tac. Usa 01 pilha AA (não inclusa).</p> <p>Possui visor de acrílico, com fácil identificação das horas por ter numeração grande.</p> <p>Ponteiros em plástico rígido na cor prata e vermelho.</p> <p>Medidas aproximadas: 25x25cm</p> <p>Espessura: 4,5cm</p> <p>Material: plástico e pequenas peças em metal.</p> <p>Funcionamento: com uso de 01 pilha AA (não inclusa).</p> <p>Cor: contorno externo branco, visor c/ fundo branco e numeração colorida e c/ pequenas estampas de rosas vermelhas.</p>	31,90
20	L & S COMER- CIAL EIRELI ME	01	Unid.	<p>SECADORA DE ROUPA – CÓDIGO 101886-1</p> <p>Timer com programação até 120 min. Ciclo amaciante 10 minutos (com ar frio)</p> <p>Bag térmico: PVC transparente com fechamento por zíper</p> <p>Capacidade: 4Kg de roupas úmidas</p> <p>Painel em termoplástico com indicações dos tempos de secagem</p> <p>Varais fixos (7 un.)</p> <p>Corpo externo em aço pintado</p> <p>Temperatura máxima de 65°C no interior do bag.</p> <p>Acabamento: Aço Pintado/Termoplástico/PVC</p> <p>Ambientes Recomendados: Área de Serviço</p> <p>Especificações técnicas:</p> <p>Consumo de energia aproximado: 1,15 kWh</p> <p>Timer com programação até 120 min</p> <p>Ciclo amaciante 10 minutos (com ar frio) Bag</p> <p>Temperatura máxima de 65°C no interior do bag</p> <p>Potência instalada: 1450W (127V) - 1150W (220V)</p> <p>Potência do motor: 52,5W (127V) - 38,7W (220V)</p> <p>Consumo: 1,45 kWh (127V) - 1,15 kWh (220V)</p> <p>Corrente: 11,4A (127V) - 5,2A (220V)</p> <p>Vazão: 5 m/s</p> <p>Controle: Eletromecânico</p> <p>Capacidade: 4 Kg de Roupas Úmidas</p> <p>Dimensões:</p> <p>Altura: 86 cm</p> <p>Largura: 47 cm</p> <p>Profundidade: 52 cm</p> <p>Peso: 5.79 kg</p>	439,00
21	ELETROINOX COM EIRELI EPP	15	Unid.	<p>VENTILADOR PEDESTAL – CÓDIGO 14.418-1</p> <p>Ventilador tipo coluna, haste telescópica com regulagem de altura oscilante e inclinação vertical, regulável, contendo 03 hélices com 60cm de diâmetro, ALTURA TOTAL DE 1,50 M, GRADE PLÁSTICA REMOVÍVEL; COM 3 VELOCIDADES, BAIXO RUÍDO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, FUSÍVEL TÉRMICO DE SEGURANÇA; VOLTAGEM: 220 V; COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.</p>	255,00
22	RICHESSÉ MÓ- VEIS LTDA EPP	01	Unid.	<p>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO – CÓDIGO 13859-1</p> <p>Lavadora de alta pressão (profissional) com vazão de até 500 l/h com pressão de até 1600psi.</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Garantia de no mínimo 12 meses.</p>	1.306,00

O valor inicial da proposta encontra-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02 - Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela INABILITAÇÃO da empresa BONA GENTE por não atender ao item 5.2.6.1, visto ter apresentado a Certidão EPROC de Ação Civil e a exigência é de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e concluindo-se pela HABILITAÇÃO das demais empresas vencedoras, visto terem atendido as exigências do Edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. As documentações das empresas vencedoras foram colocadas aos Representantes credenciados para verificação e análise do seu conteúdo em atendimento ao Edital, onde todos concordaram com o julgamento, passando visto em todas as folhas. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. Os itens foram adjudicados as empresas vencedoras com exceção do item 05 que restou consideravelmente acima do valor estimado do edital. Desta forma o processo será encaminhado ao Fundo Municipal de Saúde para verificação e autorização formal para adjudicação e homologação do item. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para a devida Adjudicação e Homologação. Jaraguá do Sul, SC, 12 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	

Elían Gustavo Hermes Vareiro	
Lucimara Gabardo Taraschucky	
José Leocádio Cordeiro	
Alex Massao Kato	
Leandro de Andrade	
Vando Vicentini	Retirou-se antes do término da sessão
Junior Miranda	
Evandro da Silva	
Tamires Bianca Sâni	
Solange de Almeida Todt	
Rubens Veras Junior	
Vinícios Vizzotto	Retirou-se antes do término da sessão

DECRETO Nº 13.348/2019

Publicação Nº 2224954

D E C R E T O Nº 13.348/2019

Autoriza Cessão de Uso Gratuita de Bens Públicos Municipais ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Federal Nº 8.666/1993; no artigo 102, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 17, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 183/2019/ChefiaGabPref-DDA, de 31/10/2019, da Diretoria de Decisões Administrativas;

CONSIDERANDO o disposto no Processo PMJS Nº 0022110/2019;

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada cessão de uso gratuita, pelo Município de Jaraguá do Sul ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), CNPJ/MF Nº 84.438.381/0001-85, dos seguintes bens públicos, integrantes do patrimônio público municipal:

I - parte do imóvel contendo a área total de 619,83m2, com os demais dados identificativos na MI Nº 45.423, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 38.428, situada à Rua 1132 - Herbert Baumann, esquina com a Rua 502 - Bertha Weege, no bairro Jaraguá 84, perímetro urbano, neste Município;

II - parte do imóvel contendo a área total de 2.070,95m2, sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 56.957, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 45.625, situada à Rua 1247 - Vidal José Maestri, no bairro Jaraguá 99, perímetro urbano, neste Município;

III - parte do imóvel contendo a área total de 2.046,47m2, sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 61.495, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 45.854, situada à Rua 1247 - Vidal José Maestri, no bairro Jaraguá 99, perímetro urbano, neste Município;

IV - parte do imóvel contendo a área total de 1.743,32m2, sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 50.729, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 41.737, situada à Rua 999 - Alvin Butendorff, no bairro Jaraguá 99, perímetro urbano, neste Município;

V - parte do imóvel contendo a área total de 2.149,13m2, sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 61.582, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 25.136, situada à Rua 791 - Emma Schade Marquardt, no bairro Barra do Rio Cerro, perímetro urbano, neste Município;

VI - parte do imóvel contendo a área total de 683,43m2, sem benfeitorias, com os demais dados identificativos na MI Nº 37.053, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 27.464, situada à Rua 939 - Irmã Dulce, no bairro Jaraguá 99, perímetro urbano, neste Município.

Art.2º A cessão de uso tem por finalidade disponibilizar ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE) espaços destinados à instalação de sistema de "estações elevatórias de coleta de esgoto", objetivando a ampliação do sistema de tratamento de esgoto, em conformidade com a expansão dos bairros Jaraguá 84, Jaraguá 99 e Barra do Rio Cerro.

Art.3º A cessão de uso terá prazo indeterminado, contado da data de assinatura do Termo de Cessão de Uso, podendo ser revogado a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e, em caso de descumprimento das condições impostas ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.4º O Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes, desde que a natureza do objeto não seja alterada.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Cessão de Uso, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E

ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE) deverá restituir os bens públicos em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.5º O Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou, ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverão ser restituídos os bens públicos municipais, observado o disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava do Termo.

Art.6º As construções ou benfeitorias que forem lançadas nos bens públicos municipais incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedades públicas, sem direito à retenção ou indenização.

Art.7º A conservação, zelo e segurança dos bens públicos constituem obrigação indeclinável e permanente do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Cessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.8º Será firmado Termo de Cessão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 246/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2225907

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 246/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: Menor Preço Global

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Presidente da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.356/2019, comunica aos interessados na Tomada de Preços acima, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para deslocamento de poste e desativação de semáforo na Rua Roberto Ziemann, Bairro Amizade, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de novembro de 2019.

Marcelo Elias da Silveira

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 13.356/2019

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 310/2019 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2225900

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 310/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TIPO: menor preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa jurídica para fornecimento de MÓVEIS E ACESSÓRIOS DE COZINHA SOB MEDIDA destinada a E.M.E.B. Riciéri Marcatto, localizada na Rua Richardt Viergutz, 177, no Bairro Rio Cerro I, no município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Item I – Objeto do edital e demais Anexos deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 03 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 84.968,65 (oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 311/2019 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2225899

ED I T A L
PREGÃO PRESENCIAL Nº 311/2019
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TIPO: menor preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de brinquedos diversos destinados às Escolas de educação Básica e Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Anexo VII – Termo de Referência e demais Anexos deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 03 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.022.955,20 (hum milhão vinte e dois mil novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 302/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2225903

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 302/2019
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização, terraplanagem e serviços complementares, nas Ruas: Victor Rosemberg – Bairro Vila Lenzi, Venâncio da Silva Porto – Bairro Nova Brasília e José Narloch - Bairro Tifa Martins, com extensão total de 4.190,05m (quatro mil, cento e noventa metros e cinco centímetros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 18 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 4.769.296,90 (quatro milhões setecentos e sessenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 305/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2225901

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 305/2019
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização, terraplanagem e serviços complementares, nas Ruas: Hermínio Mafra Cardoso, Amazonas e Nelson Nasato(Trecho 1) - Centro e Ruas Acre e Bahia – Bairro Jaraguá Esquerdo, com extensão total de 1.505,64m (um mil, quinhentos e cinco metros e sessenta e quatro centímetros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 18 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.390.600,70 (um milhão trezentos e noventa mil seiscentos reais e setenta centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2019

Publicação Nº 2225328

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para construção e manutenção de abrigos de passageiros do transporte coletivo no município, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital de Pregão presencial 141/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: Os valores estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 11.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo /Diretoria de Trânsito e Transportes.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 15(quinze) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues no galpão localizado na Rua José Fachini s/n, lateral da Rua Walter Marquardt, fundos do Parque Municipal de Eventos, com o Sr. Alberto Taranto.

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Magaly Natália Caregnato

Eduardo Bertoldi
Secretario Municipal de Planejamento Urbano

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2019

Publicação Nº 2225329

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MAGNUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de materiais para manutenção das áreas de lazer do Município, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão Presencial 206/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30(trinta) dias após cada quantitativo efetivamente solicitado, entregue e aceito e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

4.2.1 - As entregas deverão ser agendadas com o Sr. Gilson Grama, pelo telefone 47-3270-4300/4336, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, que fará o acompanhamento das entregas e instalação, quando for o caso.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas diretamente nos locais informados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, a cada pedido realizado, nos locais descritos no Anexo IX deste Edital.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Leandro Rodrigues Padovani

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2019

Publicação Nº 2225330

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: DELVA FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM METAIS LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de materiais para manutenção das áreas de lazer do Município, ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Pregão Presencial 206/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30(trinta) dias após cada quantitativo efetivamente solicitado, entregue e aceito e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

4.2.1 - As entregas deverão ser agendadas com o Sr. Gilson Grama, pelo telefone 47-3270-4300/4336, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, que fará o acompanhamento das entregas e instalação, quando for o caso.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas diretamente nos locais informados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, a cada pedido realizado, nos locais descritos no Anexo IX deste Edital.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Valdir Silva

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº 558/2019

Publicação Nº 2225331

EXTRATO DO CONTRATO Nº 558/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 309/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ARA PRODUÇÕES LTDA ME – CNPJ 10.803.650/0001-29

Praça Hercílio Luz, 602, sala 34, Centro, Ararangua, Estado de Santa Catarina.

DO OBJETO: Contratação de apresentação musical do Padre Ezequiel Dal Pozzo, cujo representante exclusivo é ARA PRODUÇÕES LTDA-ME. A apresentação acontecerá no dia 30 de novembro de 2019, das 19 às 20h45 horas, durante o Evento Natalino, que acontecerá no Complexo Esportivo "Arena Multiuso Jaraguá", localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público.

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 19.550,00 (dezenove mil quinhentos e cinquenta reais) pela apresentação musical. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 Rec.Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019, em Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 08/11/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Sandro Luiz Pagnan

Natália Lucia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

FUJAMA - PORTARIA Nº 02/2019

Publicação Nº 2224924

PORTARIANº 02/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, PATRICIA FERNANDES GOES D'ÁVILA, do cargo de provimento em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 03/2019

Publicação Nº 2224925

PORTARIANº 03/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, JULIANA ORZECOWSKI, do cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.
NORMANDO ZITTA JUNIOR
Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 04/2019

Publicação Nº 2224926

PORTARIANº 04/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, GILBERTO ADEMAR DUWE, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.
NORMANDO ZITTA JUNIOR
Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 05/2019

Publicação Nº 2224927

PORTARIANº 05/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, FERNANDA BACHMANN, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO E PROJETOS AMBIENTAIS da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.
NORMANDO ZITTA JUNIOR
Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 06/2019

Publicação Nº 2224928

PORTARIANº 06/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, FERNANDA MIRANDA DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO DE RECURSOS NATURAIS da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.
NORMANDO ZITTA JUNIOR
Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 07/2019

Publicação Nº 2224929

PORTARIANº 07/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, CHRISTIAN RABOCH LEMPEK, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 09/2019

Publicação Nº 2224932

PORTARIANº 09/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, PATRICIA FERNANDES GOES D'ÁVILA, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 10/2019

Publicação Nº 2224933

PORTARIANº 10/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, JULIANA ORZECOWSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 11/2019

Publicação Nº 2224934

PORTARIANº 11/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, GILBERTO ADEMAR DUWE, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 12/2019

Publicação Nº 2224936

PORTARIANº 12/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, FERNANDA BACHMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO E PROJETOS AMBIENTAIS da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 13/2019

Publicação Nº 2224938

PORTARIANº 13/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, FERNANDA MIRANDA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICENCIAMENTO DE RECURSOS NATURAIS da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

FUJAMA - PORTARIA Nº 14/2019

Publicação Nº 2224939

PORTARIANº 14/2019

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, CHRISTIAN RABOCH LEMPEK, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019/SEMSA

Publicação Nº 2225898

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019/SEMSA

Define e Aprova os fluxos e procedimentos relacionados à participação do servidor da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) em Eventos Externos de Curta Duração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 26º, da Lei Complementar nº 186/2016, e o Art. 3º, incisos II e III, da Lei Municipal nº 7.512/2017, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, Art. 200, inciso III, que atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação na área da Saúde, com as questões da educação na saúde passando a fazer parte do rol de atribuições finalísticas do sistema; CONSIDERANDO a Lei Orgânica do SUS de nº 8080, de 19 de setembro de 1990, Art.14, quanto a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) de ordenar a formação de recursos humanos e incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº. 330, de 04 de novembro de 2003, que resolve aplicar os Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS (NOB/RH-SUS), como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no âmbito do SUS;

CONSIDERANDO a Portaria GM nº 699 de 30 de março de 2006 que regulamenta as diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão, especificamente nas responsabilidades dos gestores estaduais e municipais no que se refere à educação em saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM nº 1996 de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021, diretriz 2, objetivo 2.1.1, que prevê no Plano Pluri Anual (PPA) investimento em capacitação e formação continuada;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021, diretriz 2, objetivo 2.1.2, que prevê implantar Política Municipal de Educação Permanente em Saúde com ênfase no desenvolvimento de competências inerentes ao Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 009/2018/CMS, de 01 de outubro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS);

CONSIDERANDO a Portaria Nº 911/2018, do Gabinete do Prefeito, de 14 de novembro de 2018, que aprova a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS);

CONSIDERANDO a Portaria Nº 081/2019/SEMSA, do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde, que aprova o Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS);

RESOLVE :

Art.1º DEFINIR diretrizes e regulamentar a liberação para participação de Eventos de Educação Externos de Curta Duração, em consonância com a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e o Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021.

CAPÍTULO I**DOS CONCEITOS**

Art.2º A Educação Permanente em Saúde (EPS) refere-se à prática social fundamentada na concepção de educação como espaço de problematização, reflexão e diálogo, centrada na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, no enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais.

Art.3º A Educação Permanente em Saúde (EPS) será fomentada pelo setor de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde

(GTEPS) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de Jaraguá do Sul, com enfoque no desenvolvimento do trabalhador do SUS e orientada pela Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) e Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

Art.4º Para fins desta Instrução Normativa, entende-se por Evento de Educação todo processo educativo que contribua para o desenvolvimento do trabalhador e que atenda aos interesses da SEMSA, tais como capacitações, treinamentos, seminários, congressos, oficinas, fóruns, cursos presenciais, aprendizagem em serviço, pós-graduação, entre outros.

Parágrafo único – Consideram-se Eventos de Educação Externos aqueles cuja responsabilidade, elaboração, organização e realização ocorrem externamente à SEMSA, e que promovam a educação permanente e desenvolvimento do trabalhador.

Art.5º Ao servidor público, observada a conveniência administrativa e concordância antecipada e expressa das chefias correspondentes e do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde, poderá ser concedida liberação para Eventos de Educação Externos compatíveis com seu cargo/função, que propiciem o seu desenvolvimento integral, viabilizando o aperfeiçoamento técnico-científico, com vistas à melhoria dos processos de trabalho, do desempenho em sua área de atuação e com perspectivas para o exercício de novas atribuições.

CAPÍTULO II

DOS EVENTOS DE EDUCAÇÃO EXTERNOS DE CURTA DURAÇÃO

Art.6º Considera-se Eventos de Educação Externos de Curta Duração aqueles que não excedam a carga horária total de 80 horas, tais como: Cursos de Aperfeiçoamento, Atualizações, Treinamentos, Congressos, Seminários, entre outros.

Art.7º Ao servidor público poderá ser concedida liberação para participação em Eventos de Educação Externos de Curta Duração compatíveis com as áreas de atuação na SEMSA e de interesse do serviço, no limite máximo de 10 dias úteis ao ano, considerando os profissionais com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Para os demais profissionais, com cargas horárias menores, a quantidade de dias a serem liberados respeitará o critério de proporcionalidade, ou seja, 30h/semana com direito a 8 dias úteis, 20h/semana com 5 dias úteis e 10h/semana com 3 dias úteis. Para os casos em que a quantidade de dias exceder o previsto nesta Instrução Normativa o servidor deverá OBRIGATORIAMENTE realizar compensação de horas, conforme necessidade do seu local de trabalho.

Art.8º Para a solicitação de liberação para a participação em um Evento de Educação Externo de Curta Duração, independente se a participação seja motivada por interesses pessoais, ou convite externo, o trabalhador deverá:

I. Preencher todos os campos do Formulário de Requerimento – Eventos de Educação Externos Curtos (Anexo A). Quando a modalidade de participação for ouvinte/aluno, deverá, obrigatoriamente, ser anexado o resumo da programação ou algo equivalente. Já quando a modalidade de participação for ministrante/convidado, deverá ser anexado o convite e/ou indicação;

II. Encaminhar o Formulário preenchido digitalmente à sua chefia imediata, conforme fluxo descrito no Anexo B, com antecedência mínima de 40 dias da data de início do evento, para pareceres sequenciais da Gerência, da Diretoria e GTEPS/Gabinete, conforme fluxo determinado no próprio Formulário.

III. Nos casos em que a solicitação tiver ônus financeiro para a SEMSA, a data de envio do formulário deverá ser de, no mínimo, 60 dias da data de início do evento, para que o trâmite financeiro posterior, em caso de deferimento, ocorra em tempo hábil.

IV. O parecer final sobre o pedido de liberação será informado via e-mail, com cópia para a respectiva gerência e diretoria. Caso o pedido tenha ônus e este seja deferido, o SERVIDOR REQUERENTE deverá contatar o Setor Administrativo e Financeiro (compras e contabilidade), para informar os dados e processar os trâmites necessários;

V. Em caso de deferimento do pedido, organizar junto à chefia imediata o período de afastamento e entregar, no prazo MÁXIMO de 10 DIAS após retorno do evento, duas cópias do certificado ou declaração de participação à chefia, na qual uma deve ser enviada ao setor de GTEPS. O servidor também deverá OBRIGATORIAMENTE apresentar um relatório do evento, conforme modelo estabelecido no Anexo C. A ausência de tal relatório implicará no indeferimento de futuras solicitações para participação em eventos, bem como a necessidade de compensação das horas ausentes.

VI. O servidor, ao ser liberado para participação em Evento de Educação Externo, compromete-se, quando solicitado, a repassar o conteúdo ministrado, em formato compatível com seu conhecimento didático-pedagógico.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS EVENTOS EXTERNOS

Art.9º Em relação aos Eventos Externos de Longa Duração, o servidor deverá realizar a solicitação em formulário próprio na Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, conforme previsto no Art. 156 da Lei Complementar 154/2014 (Estatuto do Servidor). Consideram-se Eventos de Educação Externos de Longa Duração aqueles que excedam a carga horária total de 80 horas, tais como os cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado).

Art.10 Quando a solicitação de liberação para Eventos de Educação Externos for proveniente de trabalhadores de uma mesma unidade de saúde, em um mesmo período, com prejuízo para prestação e a qualidade do serviço, a chefia imediata deverá dar prioridade, sequencialmente, o trabalhador que:

- Realizar atividade de supervisão de alunos;
- Estiver há mais tempo sem obter liberação para eventos externos;
- Tenha maior tempo de serviço.

Parágrafo Único. A chefia, ao deferir pela liberação do servidor, deverá responsabilizar-se na organização do serviço de forma a não comprometer o andamento do mesmo na sua ausência.

Art.11 É vedada a liberação para cursar eventos externos ao servidor que nos últimos 2 anos:

- Não apresentou relatório de eventos realizados, conforme ANEXO C;
- Não cumpriu o determinado pelo inciso VI, do Art. 8º;
- Apresentar duas ou mais ausências injustificadas;
- Estiver à disposição em órgão não integrante da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul;
- Estiver em gozo de licença para tratamento de saúde ou de pessoa da família por período superior a cento e oitenta dias; e
- Estiver em gozo ou tiver gozado no último ano licença para tratar de interesse particular.

Art.12 As liberações para participação de Eventos de Educação Externos deverão ter, necessariamente, o deferimento final do GTEPS/Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul e serem posteriormente justificadas no Espelho-Ponto do servidor.

Art.13 Casos omissos, não expressamente compreendidos nesta Instrução Normativa, deverão ser dirimidos pela GTEPS e Gabinete do Secretário.

Art.14 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de novembro de 2019.

Alceu Gilmar Moretti
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO A

FORMULÁRIO – EVENTOS DE EDUCAÇÃO EXTERNOS CURTOS (Nº:)

1. REQUERIMENTO

1.1. Dados funcionais:

Requerente:	
Matrícula:	Cargo:
Diretoria:	Contato (e-mail e telefone):

1.2. Dados do Evento de Educação (anexar resumo da programação):

Nome do Evento:	
Modalidade de Participação: () Ouvinte/Aluno () Ministrante/Convidado	Local:
Período de Afastamento:	
Data do Pedido: - / - / ----	
Justificativa (justificar o interesse no evento e a compatibilidade com o cargo/função):	
_____ Assinatura do Servidor	

1.3. Investimentos/custos envolvidos:

Transportes:	() Por conta do servidor / Outros	() Por conta da SEMSA (R\$ _____)
Diárias:	() Por conta do servidor / Outros	() Por conta da SEMSA (R\$ _____)
Inscrições, Mensalidades, entre outros:	() Por conta do servidor / Outros	() Por conta da SEMSA (R\$ _____)

2. PARECERES

() Defiro () Indefiro Parecer:	_____ Gerência
Data: __/__/____	
() Defiro () Indefiro Parecer:	_____ Diretoria
Data: __/__/____	
() Defiro () Indefiro Parecer:	_____ Gestão do Trabalho e Educação Perma- nente em Saúde
Data: __/__/____	
() Defiro () Indefiro Parecer:	Secretário Municipal de Saúde
Data: __/__/____	

Anexar: - folha de rosto ou 'banner' de divulgação, constando: *nome do evento, data e local.*

- em caso de custeio pela SEMSA torna-se necessário o preenchimento de formulário específico para o setor de compras (inscrição ou transporte aéreo) e contabilidade (diárias e adiantamentos).

ANEXO B

Fluxo para solicitação de participação em "Eventos externos de Curta Duração"
(Congressos, simpósios, conferências etc.)

Servidor requerente
(Responsável pelo correto preenchimento do formulário de solicitação)

Gerência

Diretoria

Educação na Saúde

Secretário

Anexar:

- folha de rosto ou 'banner' de divulgação, constando: nome do evento, data e local.
- em caso de custeio pela SEMSA torna-se necessário o preenchimento de formulário específico para o setor de compras (inscrição ou transporte aéreo) e contabilidade (diárias e adiantamentos).

*** A solicitação deve ser feita, no mínimo, com 40 DIAS de antecedência ao evento

*** Eventos com custos para além da dispensa deverão ser solicitados

ANEXO C

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO DE EDUCAÇÃO EXTERNO DE CURTA DURAÇÃO

Nome do Servidor			
ID:		Profissão	
Tel.		E-mail	
Nome do Evento			
Período		Local	

Síntese do evento (descrever os principais pontos tratados, objetivos, considerações e reflexões)

Relação com sua prática (descrever os propósitos do evento e a relação com suas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde)

Ações que podem ser aplicadas (descrever, a partir das perspectivas, como você imagina que podemos replicar o tema)

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 44/2019

Publicação Nº 2225222

EXTRATO – CONTRATO Nº 44/2019

ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Odonto Clínica Vida e Saúde Ltda (CNPJ nº 31.854.016/0001-95).

OBJETO: Fornecimento de odontologia básica, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 11/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Nilson Soares

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 45/2019

Publicação Nº 2225223

EXTRATO – CONTRATO Nº 45/2019

ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Juliana Luci Alves Arias (CNPJ nº 34.251.312/0001-90).

OBJETO: Fornecimento de odontologia básica, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 11/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Juliana Luci Alves Arias

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 46/2019

Publicação Nº 2225225

EXTRATO – CONTRATO Nº 46/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Quirocorp Instituto Avançado de Saúde e Bem Estar Ltda (CNPJ nº 28.644.665/0001-57).

OBJETO: Fornecimento de serviços de ACUPUNTURA, FISIOTERAPIA E QUIROPRAXIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 11/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Raquel Schneider

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 47/2019

Publicação Nº 2225226

EXTRATO – CONTRATO Nº 47/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Uroclínica Jaraguá (CNPJ nº 21.721.341/0001-26).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Ricardo Vieira Ferreira

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 51/2019

Publicação Nº 2225227

EXTRATO – CONTRATO Nº 51/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: PADDI Espaço Integrado de Saúde Ltda (CNPJ nº 20.986.597/0001-00).

OBJETO: Fornecimento de serviços de ISOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, NUTRICIONISTA, PSICOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 02/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Grasiela Santin Pimentel

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 54/2019

Publicação Nº 2225228

EXTRATO – CONTRATO Nº 54/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Médica Braun e Bernini LTDA – CNPJ 05.742.170/0001-65

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 05/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Juliana Raquel Braun

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 55/2019

Publicação Nº 2225229

EXTRATO – CONTRATO Nº 55/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Albuquerque SS Ltda – CNPJ 00.675.099/0001-21

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e João Constâncio de Albuquerque Filho

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 56/2019

Publicação Nº 2225232

EXTRATO – CONTRATO Nº 56/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica de Hematologia e Infectologia SS Ltda – CNPJ 03.745.266/0001-51

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 10/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Manoel Thomaz Silveira

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 57/2019

Publicação Nº 2225233

EXTRATO – CONTRATO Nº 57/2019
ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: H & E Instituto de Patologia – CNPJ 01.790.550/0001-14

OBJETO: Fornecimento de EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS E CITOLÓGICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 18/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Marcos Fernando Ferreira Subtil

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 58/2019

Publicação Nº 2225234

EXTRATO – CONTRATO Nº 58/2019

ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Zapata – CNPJ 04.660.995/0001-78

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 26/11/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e José Emílio Zapata Montano

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 59/2019

Publicação Nº 2225235

EXTRATO – CONTRATO Nº 59/2019

ISSEM

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Odontológica Integrada Okaji LTDA – ME – CNPJ 19.822.545/0001-01

OBJETO: Fornecimento de ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 04/2019 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Roberto Ferruccio Dalla Costa

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 72/2019

Publicação Nº 2225236

EXTRATO – CONTRATO N.º 72/2019

ISSEM

CONTRATANTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n.º 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Master Clean Limpeza e Conservação Ltda (CNPJ n.º 20.693.893/0001-05)

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação nas dependências do Issem.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/02/2020.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Marcio Erdmann e Ulrich Wagner.

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 48/2019

Publicação Nº 2225238

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 48/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Drogeria e Farmácia Janing Eireli (CNPJ nº 25.117.732/0001-97).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Charles Janing.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 49/2019

Publicação Nº 2225240

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 49/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Drogeria Oliveira Ltda (CNPJ nº 81.019.309/0001-25).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Daniel Domingos de Oliveira.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 50/2019

Publicação Nº 2225241

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 50/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farma Lenzi Eireli (CNPJ nº 34.694.575/0001-73).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Gelasio Tiago Kuczkowski.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 60/2019

Publicação Nº 2225242

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 60/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farmácia Schulz Ltda (CNPJ nº 85.173.078/0001-60).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Nadiene S. Pereira Bublitz.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 61/2019

Publicação Nº 2225243

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 61/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Farmácia Schulz Ltda (Filial) (CNPJ nº 85.173.078/0003-22).
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Nadiene S. Pereira Bublitz.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 62/2019

Publicação Nº 2225244

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 62/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Farmácia Jaraguá Ltda (CNPJ nº 10.474.789/0001-76).
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Mirian Vieira.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 63/2019

Publicação Nº 2225245

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 63/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Farmácia Figueira Ltda (CNPJ nº 09.368.883/0001-61).
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Mirian Vieira.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 64/2019

Publicação Nº 2225246

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 64/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Drogaria Popular Ltda (CNPJ nº 17.165.334/0001-18).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Nadiene S. Pereira Bublitz,

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 65/2019

Publicação Nº 2225247

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 65/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: 4A Farmácia e Drogaria Ltda (CNPJ nº 15.020.081/0001-69).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Vigan Anderson Bublitz.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 66/2019

Publicação Nº 2225248

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 66/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farmácia Ewald Ltda (CNPJ nº 20.329.320/0001-05).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Marli Ewald.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 67/2019

Publicação Nº 2225249

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 67/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: RSR Farmácia e Drogaria Ltda (CNPJ nº 30.372.637/0001-70).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Rafael Ewald.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 68/2019

Publicação Nº 2225250

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 68/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farmácia Paraná Ltda (CNPJ nº 76.830.348/0001-78).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Antonio Padoan.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 69/2019

Publicação Nº 2225251

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 69/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farmácia GC Ltda (CNPJ nº 78.647.542/0001-48).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Silvano Francisco Castao.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 70/2019

Publicação Nº 2225252

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 70/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: SM Farmácia Eireli ME (CNPJ nº 05.461.274/0001-00).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Vanessa Campregheer.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO – CONVÊNIO N.º 71/2019

Publicação Nº 2225254

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 71/2019
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONVENIADO: Farmácia FB Ltda (CNPJ nº 20.046.369/0001-42).

OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.

VIGÊNCIA: de 21/11/2019 até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Charles Gnewuch.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

PORTARIA Nº 1000/2019

Publicação Nº 2224944

PORTARIANº 1000/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 703/2019/Semash, de 29/10/2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 15/11/2019, CAROLINE BITENCOURT GOULARTE, matrícula 9614, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, da Chefia Administrativa de Gestão de Projetos, da Gerência de Gestão do Trabalho, Administrativa e Financeira, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1001/2019

Publicação Nº 2224946

PORTARIANº 1001/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §1º, do artigo 9º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 464, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 484/2019/Semad-GAS, de 04/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 20/10/2019 a 03/11/2019, de 40 horas semanais para 35 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal CRISTINE PEREIRA TÓRGO, matrícula 9337, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1002/2019

Publicação Nº 2224947

PORTARIANº 1002/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 487/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 30/10/2019 a 1º/11/2019, à servidora pública municipal ADRIANA TRAVASSOS, matrícula 7419, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1003/2019

Publicação Nº 2224949

PORTARIANº 1003/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 488/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 21/10/2019 a 1º/11/2019, à servidora pública municipal SOLANGE DEMARCHI VOLTOLINI, matrícula 1218, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1004/2019

Publicação Nº 2224950

PORTARIANº 1004/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 489/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/11/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 03/11/2019 a 06/11/2019, à servidora pública municipal OLIVIA DIAS LIMA, matrícula 10838, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social de Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1005/2019

Publicação Nº 2224951

PORTARIANº 1005/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/11/2019, CINTIA SILVEIRA GARGIONI, matrícula 7769, ocupante do cargo efetivo de Cirurgiã Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA TÉCNICA DE SAÚDE BUCAL - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1006/2019

Publicação Nº 2224953

PORTARIANº 1006/2019

Designa Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (CMS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 013/2019/CMS/JS, de 15/10/2019, do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (CMS);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR JOÃO VALCIONÍ DANIEL, como conselheiro titular; e MARIA TERESINHA ROSA BERTHOLDI, como conselheira suplente, para representarem a Associação de Moradores do Bairro Vila Lalau, na qualidade de Representantes de Entidades e Movimentos Representativos de Usuários, no Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (CMS).

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 26/05/2021.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 999/2019

Publicação Nº 2224942

PORTARIANº 999/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 054/2019/Semad/DTI, de 07/11/2019, da Diretoria de Tecnologia da Informação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 07/11/2019, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, LEONARDO HAFFERMANN, matrícula 8438, ocupante do cargo efetivo de Assistente de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE TELECOMUNICAÇÕES, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município, em razão de tratamento de saúde do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 309/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2225327

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 309/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ARA PRODUÇÕES LTDA-ME - CNPJ 10.803.650/0001-29

OBJETO: Contratação de apresentação musical do Padre Ezequiel Dal Pozzo, cujo representante exclusivo é ARA PRODUÇÕES LTDA-ME. A apresentação acontecerá no dia 30 de novembro de 2019, das 19 às 20h45 horas, durante o Evento Natalino, que acontecerá no Complexo Esportivo "Arena Multiuso Jaraguá", localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 19.550,00 (dezenove mil quinhentos e cinquenta reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	01000080 Rec. Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 55/2019 – CONTRATO – 273/2016

Publicação Nº 2225280

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 55/2019 – CONTRATO – 273/2016

Termo de Descredenciamento unilateral do Contrato celebrado entre o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM e o LABORATÓRIO JARAGUAENSE DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente "ISSEM", vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa LABORATÓRIO JARAGUAENSE DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.489.070/0001-82, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como "CREDENCIADA", mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato para FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo ISSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 01/11/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente termo passa a vigor a partir de 01/11/2019, estando a CREDENCIADA impedida de prestar seus serviços para os beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo ISSEM.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM		Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

TERMO DE RESCISÃO Nº 52- CONTRATO Nº 205/2018

Publicação Nº 2225282

TERMO DE RESCISÃO Nº 52- CONTRATO Nº 205/2018

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM e PADDI ESPAÇO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa PADDI ESPAÇO INTEGRADO DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.986.597/0001-00, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Direito à indenização

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 01/11/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 02/11/2019.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM		Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

TERMO DE RESCISÃO Nº 53- CONTRATO Nº 203/2017

Publicação Nº 2225285

TERMO DE RESCISÃO Nº 53- CONTRATO Nº 203/2017

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM e CLÍNICA MARC S/C LTDA, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa CLÍNICA MARC S/C LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.854.257/0001-61, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA**Do Objeto**

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA**Do Direito à indenização**

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 30/11/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 30/11/2019.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM		Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

TERMO DE RESCISÃO Nº 54- CONTRATO Nº 253/2015

Publicação Nº 2225287

TERMO DE RESCISÃO Nº 54- CONTRATO Nº 253/2015

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM e CLÍNICA JARAGUAENSE DE PEDIATRIA SS LTDA, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa CLÍNICA JARAGUAENSE DE PEDIATRIA SS LTDA, inscrita no CNPJ nº 5.806.196/0001-12, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA**Do Objeto**

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA**Do Direito à indenização**

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 27/11/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 27/11/2019.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM		Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2019 - PREGÃO PRESENCIAL**

Publicação Nº 2225158

AVISO DE LICITAÇÃO**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019**

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a realização serviços de impressão e encadernação do livro sobre a História dos 83 anos do Poder Legislativo Municipal de Jaraguá do Sul.

TIPO: Menor Preço Global.

REGIMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4698/2002, de 03 de outubro de 2002. Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 9hs do dia 27 de novembro de 2019, na Recepção da Câmara Municipal, sito na Avenida Getúlio Vargas, nº 621, Centro, em Jaraguá do Sul/SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 9h30min, do mesmo dia (27/11/2019), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.leg.br, ou no endereço acima citado, junto à Gerência de Administração e Serviços

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 44.755,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no endereço acima, ou pelo fone: 0**(47) 3307-3208, ou ainda pelo e-mail: larissa@jaraguadosul.sc.leg.br

Jaraguá do Sul (SC), 12 de novembro de 2019.
MARCELINDO CARLOS GRUNER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 80/2019/FMS - EXTRATO

Publicação Nº 2224729

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2019/FMS
PROVENIENTE DO PL 22/2019/FMS – IN 12/2019/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADA: PRÓ TOTAL LABORATÓRIO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS LTDA ME
CNPJ: 34.310.542/0001-82

OBJETO: prestação, pela CREDENCIADA, de serviços odontológicos de confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC, conforme Programa Federal de Saúde Bucal, LRPD.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 741.744,00 (setecentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: o presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

8 - 3.3.90.00.00.01.38.0614 – Aplicações Diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTI E RHAIZA CARLA LONGO.

DATA DE ASSINATURA: 08/11/2019

Joaçaba/SC, 08 de novembro de 2019.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALMOR JOÃO REISDORFER

ERRATA - CONTRATO 73/2019/FMS - TA 01

Publicação Nº 2225332

ERRATA AO CONTRATO 73/2019/FMS – TA 01

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: AZ CONSTRUÇÕES LTDA

Errata ao Contrato 73/2019/FMS – TA 01, publicado no Diário Oficial do Município em 08/11/2019, edição 2974, página 802.

1) Onde se lê:

Joaçaba/SC, 05 de outubro de 2019

Lê-se:

Joaçaba/SC, 05 de novembro de 2019

As demais disposições permanecem inalteradas

Joaçaba/SC, 12 de novembro de 2019.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALMOR JOÃO REISDORFER - SECRETÁRIO

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 49 - IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO

Publicação Nº 2225806

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 49/2019

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a paralisação dos serviços de implantação da rede coletora de esgoto sanitário, no Município de Joaçaba/SC, objeto do Contrato nº 92/2018/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 96/2018 - PMJ – Edital CC nº 04/2018 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 322/2018 foi recebida em 14/11/2018.

A continuidade da paralisação faz-se necessária até a manifestação da FUNASA referente aos valores de supressão e adição na Planilha de Reajuste de Obra, começando a contar do dia 10/11/2019 e perdurará pelo período de 90 (noventa) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Vilson Sartori

Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Jucenei Silva de Andrade

PL 22/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 12/2019/FMS

Publicação Nº 2224715

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2019/FMS
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2019/FMS

1. DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa PRÓ TOTAL LABORATÓRIO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS LTDA ME para a prestação de serviços odontológicos de confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC, conforme Programa Federal de Saúde Bucal, LRPD.

2. DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 02/2019/FMS, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3. DA CREDENCIADA

PRÓ TOTAL LABORATÓRIO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.310.542/0001-82, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 196, sala 201, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, neste ato representada pela Sra. GABRIELA RATTI TRUCULLO, portadora da Carteira de Identidade nº 3511211, inscrita no CPF sob o nº 040.749.939-37, residente e domiciliada na Rua Ernesto de Marco, nº. 323, Bairro Jardim Cidade Alta, Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000.

4. DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 741.744,00 (setecentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais), considerando a vigência do Contrato por 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Contrato, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
8 - 3.3.90.00.00.01.38.0614 – Aplicações Diretas

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 08 de novembro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER
Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 08/11/2019
Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba/SC, em 08 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 5.330

Publicação Nº 2224916

PORTARIA Nº 5.330 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019
"AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 142 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – AFASTAR PREVENTIVAMENTE das atividades funcionais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o(a) servidor(a) G. H. C., conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, art. 147 da Lei nº 8.112/1990 e conforme memorando nº 673/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de novembro de 2019
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 009/2019

Publicação Nº 2225833

REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2019


O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais REVOGA o Edital de Chamada Pública n, 09/2019.

Ficam também revogados todos os atos decorrentes do edital acima mencionado.

Joaçaba, 12 de novembro de 2019.
Jucelino Jorge Ferraz
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 22/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 12/2019/FMS

Publicação Nº 2224720

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Avenida XV de Novembro, 223 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2019
	Processo Adm.: 22/2019 Data do Processo: 31/10/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 22/2019
b) Nr. Licitação: 12/2019 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 08/11/2019
e) Objeto da Licitação: Prestação de serviços odontológicos de confecção de próteses dentárias sob medida, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC, conforme Programa Federal de Saúde Bucal, LRPD

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
PRO TOTAL LABORATORIO DE PROTESES				
1 - Prótese parcial mandibular removível com dentes com duas camadas de prensagem, compreendendo todas as etapas: placa base e rodete de cera, montagem dos dentes e acrilização/finalização. Dentes de alta qualidade com aparência natural, resistentes ao desgaste, alterações de coloração e ao impacto gerado pela mastigação. - Marca:	UN	1,000	338,7500	R\$ 338,75
2 - Prótese parcial maxilar removível com dentes com duas camadas de prensagem, compreendendo todas as etapas: estrutura metálica, montagem dos dentes e acrilização/finalização. Dentes de alta qualidade com aparência natural, resistentes ao desgaste, alterações de coloração e ao impacto gerado pela mastigação. - Marca:	UN	1,000	338,7500	R\$ 338,75
3 - Prótese total mandibular com dentes com duas camadas de prensagem, compreendendo todas as etapas: placa base e rodete de cera, montagem dos dentes e acrilização/finalização. Dentes de alta qualidade com aparência natural, resistentes ao desgaste, alterações de coloração e ao impacto gerado pela mastigação. - Marca:	UN	1,000	279,3700	R\$ 279,37
4 - Prótese total maxilar com dentes com duas camadas de prensagem, compreendendo todas as etapas: placa base e rodete de cera, montagem dos dentes e acrilização/finalização. Dentes de alta qualidade com aparência natural, resistentes ao desgaste, alterações de coloração e ao impacto gerado pela mastigação. - Marca:	UN	1,000	279,3700	R\$ 279,37
Total geral:				R\$ 1.236,24

Joaçaba, 12 de Novembro de 2019

.....
Assinatura do Responsável

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 492/2019**

Publicação Nº 2224484

PORTARIA SIMAE JHL Nº 492/2019 DE 12/11/2019
"AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO"

Patrícia Callegari WArken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Osmar Antônio Antonelo, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, a conduzir o veículo Caminhão VW 10.160 de placa QHH-6037 de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de novembro de 2019.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 493/2019

Publicação Nº 2224490

PORTARIA SIMAE JHL Nº 493/2019 DE 12/11/2019
"AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO"

Patrícia Callegari WArken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Ilineu Ratti, ocupante do cargo de Pedreiro, a conduzir o veículo S10 de placa OKF-7879 de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de novembro de 2019.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 494/2019

Publicação Nº 2224495

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 494/2019 DE 12.11.2019

Patrícia Callegari WArken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 391/2019 de 02.09.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2919, data de 03.09.2019 e página 455.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 495/2019

Publicação Nº 2224502

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 495/2019 DE 12.11.2019

Patrícia Callegari WARken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 374/2019 de 30.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 22.08.2019 e página 637.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 496/2019

Publicação Nº 2225037

PORTARIA SIMAE JHL Nº 496/2019 DE 12/11/2019

"AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Anderson Sebastião de Oliveira Gomes, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, a conduzir o veículo Saveiro de placa MLW-3211 de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de novembro de 2019.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

TOMADA DE PREÇOS 0006/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2223043

Licitação nº 0079/2019

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0006/2019

Encontra-se aberto, no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0006/2019, Licitação 0079/2019, tipo Menor Preço Global (empregada por preço global), que trata do objeto: contratação de empresa de engenharia para elaboração de análise e estudo de concepção, projetos básicos, arquitetônicos, executivos e urbanísticos de engenharia para ampliação e reforma das estações de tratamento de esgoto de Herval d'Oeste e Luzerna/SC. Da Entrega dos Envelopes: até dia 29/11/2019 às 9h, na Sede do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC. Da Abertura: dia 29/11/2019 às 9h10min, na Sede do Simae. O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site: www.simae.sc.gov.br. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do Simae, no e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br ou pelo telefone: (49) 3551-8200.

Joaçaba/SC, 11 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

José Boiteux

PREFEITURA

PORTARIA 249/2019

Publicação Nº 2224769

PORTARIA Nº 249, de 29 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SORANI TAMARA DELL AGNOLLO SIQUELA relativas ao período aquisitivo de 04/06/2016 a 03/06/2017, que serão usufruídas no período de 29/10/2019 a 27/11/2019 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 29 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 250/2019

Publicação Nº 2224774

PORTARIA Nº 250, de 07 novembro de 2019.
"CONCESSÃO DE AFASTAMENTO SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c o art. 64 da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder afastamento sem ônus para o Município ao servidor DIEGO TALLES PAVANELLO, ocupante do cargo de Professor N. III, no período de 01/01/2020 a 31/12/2023 a seu requerimento.

Parágrafo Único. O afastamento concedido no caput do art. 1º, se dá em razão do servidor exercer mandato eletivo na função de Diretor na Escola de Educação Básica José Clemente Pereira da rede estadual de Ensino de Santa Catarina.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 07 de novembro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 67/2019 REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA EM TODAS AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.

Publicação Nº 2224367

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 67/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 26/11/2019, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA EM TODAS AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às

16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.
José Boiteux/SC, em 12 de Novembro 2019.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Jupia

PREFEITURA

DECRETO Nº 1605/19 DE 08/11/2019

Publicação Nº 2224968

DECRETO N.º 1605/19 de 08/11/2019.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, as festividades de final de ano;

Considerando, para que as Secretarias planejem suas atividades de encerramento de exercício,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, nas repartições públicas municipais, conforme segue abaixo:

è No dia 24 de Dezembro/2019 a partir das 12:00 hs;

è Nos dias 26, 27, 30 e 31 de Dezembro/2019;

Art. 2.º - Os serviços considerados essenciais serão atendidos normalmente pelo sistema de plantão.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupia - SC, 08 de Novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1606/19 DE 08/11/2019

Publicação Nº 2224972

DECRETO N.º 1606/19 de 08/11/2019.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2019, ADJUDICA O OBJETO PARA O PROPONENTE VENCEDOR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece a Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93, e o art. 74, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o parecer proferido pela comissão de licitações,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada pela Portaria nº. 304/18 de 12/12/2018, no Processo Licitatório nº. 14/2019, modalidade de Tomada de Preços nº 1/2019, haja visto que o processo se deu a luz da Lei e que não há impugnações e ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2.º - Fica adjudicado o objeto do Processo Licitatório nº 14/2019, modalidade Tomada de Preços nº 1/2019, para contratação de empresas para pavimentação com pedras irregulares e asfalto sobre calçamento.

§ 1º - Os proponentes vencedores foram: IPERPAVI ASFALTOS LTDA no valor de R\$ 262.855,05(duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reais c/ cinco centavos); L T CALÇAMENTOS LTDA, no valor de R\$ 206.387,54(duzentos e seis mil trezentos e oitenta e sete reais c/ cinquenta e quatro centavos), totalizando a quantia de R\$ 469.242,59(quatrocentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais c/ cinquenta e nove centavos).

Art. 3.º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente decreto, serão utilizados recursos provenientes do orçamento vigente.

Art. 4.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupia – SC, 08 de Novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 23/19 DE 08/11/2019

Publicação Nº 2224866

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	23/2019
Data:	08/11/2019
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	L T CALÇAMENTOS LTDA, com endereço na Avenida Giacomo Lunardi, 288, centro, na cidade de Xaxim -SC, inscrito no CNPJ 27.724.100/0001-17, representada por Lucas da Silva Toldo, sob o CPF 080.595.529-10.
Objeto:	Pavimentação com Pedras Irregulares
Vigência:	120 dias
Valor:	R\$ 206.387,54
Assinaturas:	Augusto Cesar Nascimento Loureiro pelo Município e Lucas da Silva Toldo pelo contratado.

Município de Jupiá – SC, 08 de novembro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO 24/19 DE 08/11/2019

Publicação Nº 2224868

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	24/2019
Data:	08/11/2019
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	IPERPAVI ASFALTOS LTDA, com endereço na Rua Timbira, 1300, na cidade de Pato Branco - PR, inscrito no CNPJ 13.480.684/0001-18, representada por Samuel Piassa Dal Ross, sob o CPF 054.065.239-37.
Objeto:	Pavimentação Asfáltica
Vigência:	120 dias
Valor:	R\$ 262.855,05
Assinaturas:	Augusto Cesar Nascimento Loureiro pelo Município e Samuel Piassa Dal Ross pelo contratado.

Município de Jupiá – SC, 08 de novembro de 2019.

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI 2207 ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

Publicação Nº 2225314

LEI MUNICIPAL Nº 2.207 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Ementa "Autoriza abertura de crédito especial no Orçamento vigente, Promove alteração no PPA, LDO e da outras providências".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito Municipal de Lacerdópolis Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$. 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), no Orçamento vigente, Promove alteração no PPA e LDO por conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício de 2019:

ORGAO 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
UNIDADE 02-SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS
Proj/At. 15.451.1006.1.045-MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO
Modalidade 4490.00.00.0000-Aplicações Diretas R\$. 65.000,00
Recursos 0000- Recursos Ordinários

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lacerdópolis – SC, 12 de novembro de 2019.

SERGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

LEI N º 2208 19

Publicação Nº 2225321

LEI MUNICIPAL Nº 2.208 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Ementa "Autoriza abertura de crédito especial no Orçamento vigente e da outras providências".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito Municipal de Lacerdópolis Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$. 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), no Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício de 2019:

ORGAO 05-SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
UNIDADE 02-SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS
Proj/At. 15.451.1006.1.045-MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO
Modalidade 4490.00.00.0000-Aplicações Diretas R\$. 65.000,00
Recursos 0000- Recursos Ordinários

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lacerdópolis – SC, 12 de novembro de 2019.

SERGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

PROCESSO LICITATORIO 39-2019

Publicação Nº 2225575

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 39/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 07/2019
DATA DE EMISSÃO: 12/11/2019

O Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a obra objeto deste edital, especificada no (s) ato convocatório e seus anexo (s), que fazem parte e integra (m), a presente TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sob o regime de EMPREITADA E PREÇO GLOBAL, observadas as condições a seguir:

ATENÇÃO: nos termos do art. 22, §2º da Lei n. 8.666/93, os licitantes interessados que não tiverem cadastro (Certificado de Registro Cadas-tral – CRC) junto a Administração deverão fazê-lo (os documentos necessários serão informados no momento da solicitação) até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento dos envelopes 01 (DOCUMENTAÇÃO) e 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), conforme cronograma a abaixo.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados junto ao Município de Lacerdópolis, dar-se-á até às 14h00min do dia 29 de novembro de 2019, junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

O recebimento do Envelope 02, contendo respectivamente a Proposta de Preços, dos proponentes dar-se-á até às 14h00min do dia 29 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 14h00min do dia 29 de novembro de 2019, na Sala de Licitações do Município de Lacerdópolis, situada no endereço supracitado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Os interessados poderão retirar este edital, com seus anexos, junto a Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Rua 31 de Março, n. 1050, Centro, Lacerdópolis, SC.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e amplamente divulgado.

SUBORDINAÇÃO

A presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, subordina-se, em seu total teor, à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais normas inerentes a matéria.

01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de todos os materiais necessários para a construção de muro de contenção em concreto em trecho do Lajeado Nair, localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Lacerdópolis/SC, com intuito de conter a erosão da margem e proporcionar maior segurança às edificações próximas ao local, tudo conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante deste edital.

1.2 – VALOR MÁXIMO: R\$ 64.311,48 (sessenta e quatro mil, trezentos e onze reais e quarenta e oito centavos).

02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

03 - DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO**3.1 - Habilitação Jurídica:**

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado (havendo a obrigação legal em relação ao registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais;

3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;

3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.4. Declaração do representante legal da empresa de que a empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar com nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal;

3.1.5. Declaração do representante legal da empresa de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

3.1.6. Declaração referente ao art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme modelo contido no ANEXO IV, deste edital;

3.1.7. Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados;

3.1.8. Declaração de sujeição aos termos deste edital.

3.1.9. Exclusivamente para as empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014, a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei.

3.1.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014.

3.1.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.1.10. Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral do Município de Lacerdópolis e válido na data de abertura do envelope nº 01 da presente licitação.

3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

3.2.1 - Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:

3.2.3.1 - Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3.2.3.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

3.2.3.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa; e

3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3 - Qualificação Técnica:

3.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente;

3.3.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa a obra em questão;

3.3.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no tópico 3.3.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil);

3.3.4. Comprovação de que a empresa licitante executou serviços em obra de pelo menos 50% da área prevista nos projetos, demonstrando sua qualificação e experiência prévia através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em relação à execução dos serviços, conforme itens da planilha orçamentária.

3.3.5. Declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou o local de execução da obra, objeto desta licitação, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução da mesma.

3.3.5.1. As vistorias referentes ao local da obra objeto desta licitação poderão ser agendadas junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras ou com o Fiscal de Obras do Município.

3.3.6. Declaração da empresa de que, se vencedora;

a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 3.3.2, supra.

b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços.

3.4 - Qualificação Econômico-financeira

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);

3.4.1.1 - O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

3.4.1.2 - A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante, de que trata o tópico acima, será demonstrada pela obtenção do índice de Solvência Geral (SG), maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), resultante da aplicação da fórmula estabelecida abaixo:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo

3.4.1.3 - A empresa licitante que apresentar índice de Solvência Geral (SG) menor de 1,0 (um vírgula zero), a partir da fórmula apresentada será considerada inabilitada.

3.4.2 - Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes de habilitação. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina deverão apresentar a certidão emitida através do sistema SAJ5 (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>), juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema e-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).

3.4.3. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação do Contrato Social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembleia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil, ou outro órgão porventura competente.

3.4.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

3.4.5. O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

3.5. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

3.6 - Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala “Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=link-Detalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.

3.7 - Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala “Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

04 - APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de realizar a

Sessão Pública do recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Propostas. A Comissão declarará instalada a Sessão na data e horário designado.

4.2. As empresas Licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar no ato da abertura desta Licitação, ENVELOPES SEPARADOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, acondicionadas em invólucros não-transparentes e fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

De:...(nome do concorrente)...
(endereço do concorrente)...
Ao Município de Lacerdópolis
Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2019.
Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

De: ...(nome do concorrente)...
(endereço do concorrente)...
Ao Município de Lacerdópolis
Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2019
Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.2.1. No caso de a empresa enviar representante por meio de credenciamento, este deverá ser entregue de forma separada aos envelopes, previamente ao início dos trabalhos.

4.3. Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via FAX ou Internet, muito menos a substituição de documentos.

4.4. Após o recebimento dos envelopes não serão aceitas juntadas e/ou substituições de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4.5. Qualquer manifestação em relação a presente Licitação fica condicionada a apresentação, pelo preposto da empresa, de documentos de identificação e instrumento Público ou Particular de Procuração ou cópia do Contrato Social, no caso de ser sócio da empresa.

4.6. A inabilitação da Licitante importa preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.7. A seu exclusivo juízo, a Comissão Licitante poderá suspender a Sessão para melhor examinar e avaliar os documentos e/ou propostas apresentadas, a fim de verificar suas conformidades com as exigências editalícias, sendo-lhe facultado designar nova data para divulgação do julgamento.

4.8. A designação da nova data deverá ser consignada em ATA, que deverá ser assinada por todos os presentes que desejarem assiná-la.

05 - PROPOSTA

A proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, devendo ser apresentada em envelope fechado e não-transparente, indicando em sua parte externa o nome da empresa licitante, bem como o número desta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, preenchendo os seguintes requisitos:

5.1. Estar datilografada/digitada em língua portuguesa, em papel timbrado ou impresso próprio, sem rasuras, emenda, entrelinhas ou ressalva, contendo o CNPJ, endereço e telefone/fax da licitante, devendo a última folha ser assinada e as demais, apenas rubricadas pelo representante legal da empresa.

5.2. Será considerada vencedora a empresa que cotar o menor preço global do objeto respectivo a este edital, preço esse que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão-de-obra necessária para sua execução, e que deverá ser expresso em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e nele deverão estar computadas todas as despesas de frete, seguro, embalagem, serviços, taxas, impostos e demais encargos incidentes. Bem como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto. Obrigatoriamente a empresa deverá citar na proposta qual o BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas) será praticado para a obra.

5.3. O valor total da proposta, deverá ser expresso em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso, tanto na folha de rosto da proposta como na planilha, se admitindo apenas duas casas após a vírgula.

5.4. Deverá apresentar planilha com o preço unitário e global, seguindo rigorosamente os itens relacionados da planilha orçamentária do projeto, anexo deste edital, identificando na proposta o valor separado de mão de obra e de materiais que compõe o valor total da proposta.

5.4.1. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

5.4.2. Os produtos cotados deverão ser identificados com a marca do fabricante.

5.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos. Em caso de omissão, este prazo será considerado como se fosse proposto pela licitante.

5.6. Para esta Tomada de Preços, a obra deverá ser executada conforme este edital, a contar da data da Ordem de Serviço. O prazo entre a data da emissão Ordem de Serviço e o início da execução da obra, não deverá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.

5.7. O (s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) fixo(s) e irrevogável(eis) para o pagamento, até o último dia fixado, conforme art. 28, parágrafo 1º da Lei 9.069/95.

5.8. A proposta deverá especificar prazo mínimo de garantia de cinco anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 56 da Lei 8.666/93.

5.9. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro, com fixação do prazo para execução do objeto, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA REFERIDA OBRA, contados da data da Ordem de Serviço, liberada pela Prefeitura de Lacerdópolis, o qual deverá fixar o valor para cada uma das etapas, observando-se que a última parcela não poderá ser inferior a 20% do valor total da obra.

5.10. Observar a ordem estabelecida no edital e seu(s) anexos.

5.11. Indicar o nome do banco, agência e o número da conta bancária OBRIGATORIAMENTE em nome da empresa licitante para que sejam efetuados os pagamentos.

06 - ENTREGA

A obra que constitui o objeto desta Tomada de Preços deverá ser entregue pela CONTRATADA(S), concluída e em condições plenas de utilização, conforme estabelecido neste edital e seu (s) anexos(s), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

07 – RECEBIMENTO

7.1. O objeto desta licitação será:

7.1.1. RECEBIDO provisoriamente, por responsável designado pelo Município de Lacerdópolis, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do edital através de “Termo de Recebimento Provisório” (que será fornecido em 03 dias úteis), e definitivamente através de “Termo de Recebimento Definitivo” após comprovação da qualidade, vistoria e consequentemente aceitação, se for o caso, impreterivelmente no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1.2. REJEITADO, quando for fornecido em desacordo com o estabelecido neste edital, proposta e Nota de Empenho.

7.2. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela solidez, qualidade e segurança do material fornecido.

08 - PAGAMENTO

8.1. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- a) Certidão Federal;
- b) Certidão Estadual;
- c) Certidão Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS
- e) Certidão Trabalhista
- f) Laudo de Medição da Etapa;
- g) ART de Fiscalização;
- h) ART de Execução;
- i) Guia quitada do INSS;
- j) Guia quitada do FGTS;
- k) Guia SEFIP;
- l) CEI dos Funcionários;
- m) Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- n) Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- o) Livro de registro “Diário de Obra” (cópia).

8.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente, a mesma deverá conter os dados bancários para recebimento dos recursos.

8.3. A contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

09 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes de aquisições por intermédio desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos do Orçamento Geral, existentes nas dotações dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária constante do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
UNIDADE 02 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS
Proj/At. 15.451.1006.1.045 – MURO DE CONTENÇÃO E CONCRETO ARMADO
Compl.Elem.:
44.90.00.00.0000 – Aplicações diretas R\$ 65.000,00
Recursos 0000- Recursos Ordinários 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. As propostas serão julgadas e classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão de obra necessários para execução da obra considerando-se as demais especificações contidas no(s) ANEXO(s) da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, após parecer técnico da área requisitante.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme determina art. 45 § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. A presente licitação poderá ser revogada, na sua totalidade ou em parte, sem que caiba, aos seus participantes, indenização de qualquer natureza, nas situações que a lei determina, e, os quantitativos poderão ainda ser aumentados ou diminuídos, observando-se os limites previstos no Parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.4. As Propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos na computação ou em seu somatório, sendo que os erros serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total do item, prevalecerá o preço total do item;
- b) no caso de discrepância entre o valor da soma das parcelas constante na proposta e o valor da soma das mesmas parcelas, quando da verificação acima citada, prevalecerá este último valor;
- c) se existir discrepância entre o valor total global expresso na folha de rosto da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá este último; e
- d) verificado qualquer outro tipo de discrepância entre o valor total global constante em qualquer parte da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá o valor total global da planilha obtido através da verificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitação.

11 - CONTRATO

11.1. O contrato, ANEXO II, parte integrante deste edital independentemente de transcrição, especificará o prazo e as condições de execução dos serviços, bem como a forma de pagamento e de reajuste do preço pactuado, quando previsto, e na forma da lei.

11.2. O Município de Lacerdópolis convocará por escrito o adjudicatário para assinatura do contrato e juntar o documento que comprove a prestação da garantia, conforme tópico 12 deste edital.

11.3. O contrato será assinado no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da convocação do adjudicatário para esse fim.

11.4. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, será imediatamente convocado na forma do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, o segundo classificado e sucessivamente os demais licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

11.5. O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

11.6 – O prazo de vigência do contrato é 13 de março de 2.020.

11.7 - O prazo de execução é até 28 de fevereiro de 2.020, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 deste edital.

11.8 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

12 - GARANTIAS

12.1. - A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

12.2. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

12.3. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

12.4. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

12.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do

contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

12.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

12.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

13 – PENALIDADES

13.1. A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou proceder de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeita à aplicação da MULTA, a saber:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5. (Cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

14 - RECURSOS

14.1. Dos atos do Município de Lacerdópolis, decorrentes da aplicação deste edital, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser dirigida ao Setor de Licitações.

14.2. O prazo para o recurso previsto na letra "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do julgamento da habilitação.

15 - DESCLASSIFICAÇÃO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme previsto no art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. As empresas deverão observar e cumprir as CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, se for o caso, constante (s) do(s) ANEXO(s) que faz(em) parte e integra(m) a presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem valor unitário e global superior ao valor máximo orçado nas planilhas para

execução total da obra.

16 - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Caberá a contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados, devidamente acompanhado pela fiscalização designada.

16.3. As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, não podendo os valores das parcelas serem inferiores a 5% (cinco por cento) e a fatura final não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal do Município de Lacerdópolis de que os serviços foram executados.

16.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço para execução total da obra.

16.5. Os preços apresentados na proposta serão em reais, FIXOS e IRREAJUSTÁVEIS

16.6. As propostas deverão conter planilha com o preço de cada item em separado, e o preço global em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual se propõe a executar a obra.

16.7. Os quantitativos referidos são para efeito orçamentário e seleção da melhor proposta entendendo-se a execução dos serviços na sua integralidade.

16.8. Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo, por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

16.9. O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente, mediante necessidade e termo aditivo poderá alterar os projetos e/ou especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

16.9.1. Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

16.10. À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

16.11. A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU, entregando cópia da mesma ao Município de Lacerdópolis e mantendo outra cópia na obra.

16.12. Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da contratada que, como tal, tenham relação com a obra.

16.13. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

16.14. Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

16.15. A impontualidade injustificada na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

16.16. Por inexecução das obrigações estipuladas a contratada indenizará o Município de Lacerdópolis dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

16.17. O termo inicial para a incidência da taxa de multa compensatória será a data correspondente ao adimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento da multa.

16.18. Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

16.19. A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra entre outros, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".

2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

16.20. A Contratada encaminhará ao Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

16.21. A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas neste edital.

16.22. A empresa deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro; essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, 02 (dois) anos, em obras de construção civil.

16.23. A critério do Município de Lacerdópolis, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

16.24. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.25. A participação nesta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" e na "MINUTA DO TERMO DE CONTRATO", que fazem parte integrante deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

16.26. A empresa contratada deverá manter no decorrer dos serviços, 01 (um) Engenheiro Civil, que atuará como responsável na gerência e execução do objeto; o Profissional em questão deverá ter vínculo empregatício com a empresa contratada de no mínimo 6 (seis) meses anterior a data da Licitação, por CTPS assinada ou por contrato particular de prestação de serviços.

16.27. A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

16.28. Maiores esclarecimentos sobre os projetos, poderão ser obtidos no setor de licitações.

16.29. Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

16.30. Qualquer cidadão, devidamente fundamentado, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Artigo 113 da Lei nº 8.666/1993.

16.31. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

16.32. Os pedidos de impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser apresentados no protocolo geral, na Prefeitura Municipal, situado na Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, no horário de funcionamento normal da repartição, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou e-mail.

16.33. Todas as atas e demais documentos emitidos e assinados pela comissão permanente de licitações, será enviado via e-mail para os participantes que não estiverem presentes na seção, mesmo assim estarão publicados no site do município (www.lacerdopolis.sc.gov.br).

16.34. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43 da Lei 8.666/93 § 3º).

16.35. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, art. 43 da Lei 8.666/93 § 5º.

16.36. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.37. Os casos omissos serão submetidos à Comissão Permanente de Licitação do Município de Lacerdópolis.

16.38. Integram o presente edital:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Contrato;
- c) ANEXO III - Declaração de Fatos Supervenientes;
- d) ANEXO IV - Declaração de menores (art. 27 Lei 8.666/93);
- e) ANEXO V - Termo de Recebimento Provisório;
- f) ANEXO VI - Termo de Recebimento Definitivo;

Lacerdópolis/SC, 12 de novembro de 2019.

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de todos os materiais necessários para a construção de muro de contenção em concreto em trecho do Lajeado Nair, localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Lacerdópolis/SC, com intuito de conter a erosão da margem e proporcionar maior segurança às edificações próximas ao local, tudo conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante deste edital.

1.2 – VALOR MÁXIMO: R\$ 64.311,48 (sessenta e quatro mil, trezentos e onze reais e quarenta e oito centavos).

1.3 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

1.4 – O prazo de vigência do contrato é 13 de março de 2.020.

1.5 - O prazo de execução é até 28 de fevereiro de 2.020, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 do edital.

1.6 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

1.7 - Local de prestação dos serviços: conforme descrito no tópico 01 (OBJETO).

1.8 - Condições de pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente prestação dos serviços e conforme cronograma de desembolso.

1.9 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

ANEXO II

(MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATANTE: O Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari,

CONTRATADA: empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de todos os materiais necessários para a construção de muro de contenção em concreto em trecho do Lajeado Nair, localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Lacerdópolis/SC, com intuito de conter a erosão da margem e proporcionar maior segurança às edificações próximas ao local, tudo conforme memorial descritivo e demais documentos que fazem parte integrante do edital.

1.2 – VALOR: R\$...

CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de transportes e Obras e pelo Fiscal de Obras do Município.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis pagará à CONTRATADA a importância total de R\$... (...), sendo R\$... pela mão de obra e R\$... pelo material.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

7.2. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei

8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- a) Certidão Federal;
- b) Certidão Estadual;
- c) Certidão Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS
- e) Certidão Trabalhista
- f) Laudo de Medição da Etapa;
- g) ART de Fiscalização;
- h) ART de Execução;
- i) Guia quitada do INSS;
- j) Guia quitada do FGTS;
- k) Guia SEFIP;
- l) CEI dos Funcionários;
- m) Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- n) Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- o) Livro de registro "Diário de Obra" (cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do Município de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente, a mesma deverá conter os dados bancários para recebimento dos recursos.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO

UNIDADE 02 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Proj/At. 15.451.1006.1.045 – MURO DE CONTENÇÃO E CONCRETO ARMADO

Compl.Elem.: 44.90.00.00.0000 – Aplicações diretas R\$ 65.000,00

CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

9.2 – O prazo de vigência do contrato é 13 de março de 2.020.

9.3 - O prazo de execução é até 28 de fevereiro de 2.020, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 do edital.

9.4 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

9.5 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº8. 666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da multa, conforme segue:

11.1 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.2 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.3 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.4 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.5 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.6 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 - Compete a contratante:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;
- c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,
- d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Cíveis), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 - A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 - A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 - A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 - A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exhibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

- a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);

- e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme tópico 1.7 da NR 1;
- f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no tópico 18.28 da NR 18;
- g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e
- h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 04 e NR 05), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- a) Número de funcionários na obra;
- b) Número de acidentes pessoais e materiais;
- c) Número de homens/horas trabalhadas;
- d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;
- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados; e
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2019.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	Representante CONTRATADA
---	-----------------------------

TESTEMUNHAS:

Nome:_____CPF/MF:_____

Nome:_____CPF/MF:_____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES



Empresa, _____, CNPJ _____,
sediada (endereço completo) _____, declara sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Lacerdópolis - SC,de de

.....
nome completo do declarante

.....
nº do R.G: do declarante

.....
Assinatura do declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MENOR (art. 27 Lei 8.666/93)

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do artigo. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Lacerdópolis - SC,de de

.....
nome
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo Prefeito _____(nome completo), declara
receber em caráter provisório as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____conforme
Nota de Empenho _____ contrato n.º _____ e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vencedora do certame
licitatório realizado em ____/____/____, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem
a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93-Art 73-
parágrafo 2º)
(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei
8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pelo Município de Lacerdópolis: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo Prefeito _____(nome completo),

....., declara receber em caráter definitivo as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____ conforme Nota de Empenho _____ Contrato n.º _____ e demais especificações contidas no edital e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vencedora do certame licitatório realizado em ____/____/____, na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93-Art 73-parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pelo Município de Lacerdópolis: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

Lages

PREFEITURA

PE 64/2019 PML, PE 63/2019 PML, PE 65/2019 PML

Publicação Nº 2225672

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 64/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Aparelhos Smart TV para uso nos CEIM's. Abertura: 28/11/2019 às 09h

Valor Estimado: R\$ 60.677,00

Modalidade: Pregão Eletrônico 63/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Papel A4 para uso em diversos departamentos da Prefeitura.

Abertura: 02/12/2019 às 09h

Valor Estimado: R\$ 77.188,00

Modalidade: Pregão Eletrônico 65/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Cabeamento para Semáforos.

Abertura: 03/12/2019 às 09h

Valor Estimado: R\$ 110.499,51

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 13 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO 03 PP 47/2019 PML

Publicação Nº 2225189

RERRATIFICAÇÃO nº 03

REF:PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019 – PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAÇAMBAS E MAQUINÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que está-se disponibilizando no site, NOVO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, em substituição ao anterior publicado.

Por conseguinte, no subitem 8.2 Valor Global Máximo Estimado, passar a considerar R\$ 5.793.159,14 (cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e nove reais e quatorze centavos).As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 13 de novembro de 2019.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

020/2019

Publicação Nº 2225755

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0020/2019

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 023/2019

REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO DA EMPRESA TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES - TRANSUL, EM LAGES SC

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Realizar Sessão Solene em homenagem e comemoração ao aniversário de fundação da TRANSUL, a qual no dia 26 de março de 2019, completou 50 anos de serviços prestados em prol do povo lageano.

Art. 2º. A Placa e o Diploma de homenagem serão entregues na Sessão Solene, em 27 de novembro de 2019, às 19 horas, no Plenário Nereu Ramos.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN
PRESIDENTE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

Publicação Nº 2225844

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

Processo Licitatório 15/2019

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE SONORIZAÇÃO, VÍDEO E INFORMÁTICA PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL - ANEXO IV DO EDITAL PROPOSTA DE PREÇOS.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 14h00min do dia 25/11/2019, no Depto. de Compras e Licitações da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC.

A ABERTURA do certame será dia 25/11/2019 às 14h00min, no local anteriormente citado.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5425.

Lages (SC), 12 de novembro de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

EDITAL 025 2019

Publicação Nº 2225681

EDITAL Nº 025/2019

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999 fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 29/11/2019.

Hora: 14 horas

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A IGUALDADE RACIAL.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN
PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 02/2019-FMS

Publicação Nº 2225513

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO 02/2019-FMS

TEX O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar o credenciamento para a contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de Saúde, de forma Especializada e Complementar aos usuários do SUS, na modalidade médicos na área de psiquiatria, até o dia 29 de novembro de 2019, às 19:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna 12 de novembro de 2019.

Valéria Olivier Alves Souza - Secretária

DECRETO N.º 6.124/2019 - DÁ NOVA DENOMINAÇÃO AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED, GESTÃO 2019-2021

Publicação Nº 2225150

DECRETO Nº 6.124/2019, de 05 de novembro de 2019.

DÁ NOVA FORMAÇÃO AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED, GESTÃO 2019-2021.

O PREFEITO DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação – COMED, ocorrida em 29 de outubro de 2019,

DECRETA

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação - COMED, instituído pela Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007, para o período 2019/2021, passa a ser constituído pelos seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria de Educação e Esportes do Município:

Jamille Militão de Souza – Titular

Tânia Preuss - Suplente

II – Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal:

Juliana Fagundes de Carvalho Luz- Titular

Rosângela Correa Iung - Suplente

III – Representantes Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE:

Rudmar Machado Corrêa – Titular

Fabício Paulo dos Santos – Suplente

IV – Representantes Da Gerência Regional de Educação:

Danilo Prudêncio da Costa – Titular

Elisângela Claudino Rosa – Suplente

V – Representantes das Entidades Estudantis do Sistema Municipal de Laguna:

José Leonardo Alvares – Titular

Marli Augustinho Nunes – Suplente

VI – Representantes de pais vinculados as APP(s) do sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Simone Bergler Bitencourt – Titular

Claudiane Correa da Silva Vieira – Suplente

VII – Representantes de Conselhos Deliberativos Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Felipe Nery da Silva – Titular

Maria de Fátima Rodrigues – Suplente

VIII – Representantes de Instituições vinculadas aos portadores de necessidades educativas especiais com sede no Município:

Jociane Costa dos Santos – Titular

Tatiani Farias da Silva – Suplente

IX – Representantes das escolas particulares do Sistema Municipal de Ensino de Laguna:

Cristyanne Maria dos Santos da Silva – Titular

Luciana Andréa Silva Souza Amâncio – Suplente

X – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Laguna:

Cristine Guedes Paulino – Titular

Claudete Nascimento Eufrázio – Suplente

XI – Representantes do Legislativo Municipal de Laguna:

Osmar Vieira – Titular

Rogério Medeiros – Suplente

XII – Representantes das Universidades com cursos estabelecidos e em funcionamento no Município de Laguna:

Maria Gorete Rocha Bem – Titular

Glaucia Albino da Rocha Bernarndo – Suplente

XIII – Representantes das Instituições Filantrópicas que prestam serviços ligados a educação no Município de Laguna:

Emeline Ramos Feuser Gruner – Titular

Carlota Gabriela Tavares – Suplente

Art. 2º A Presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria do Conselho, serão exercidas, respectivamente, pelos seguintes membros: Claudete Nascimento Eufrásio, Rosângela Correa Iung, e Jamille Militão de Souza.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n.º 5.093/2018.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

DECRETO N.º 6.128/2019 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS DE ALTERNATIVAS TÉCNICAS PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS CAUSADOS PELO TRÂNSITO NO PERÍMETRO DO CENTRO HISTÓRICO, EM ESPECIAL NOS TRECHOS DA RUA JÚLIA NASCIMENTO, TENENTE BESSA, JOSÉ JOHANNY E VOLUNTÁRIO FERMIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊN

Publicação Nº 2224983

DECRETO Nº 6.128/2019, de 06 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS DE ALTERNATIVAS TÉCNICAS PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS CAUSADOS PELO TRÂNSITO NO PERÍMETRO DO CENTRO HISTÓRICO, EM ESPECIAL NOS TRECHOS DA RUA JÚLIA NASCIMENTO, TENENTE BESSA, JOSÉ JOHANNY E VOLUNTÁRIO FERMIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

CONSIDERANDO a reunião realizada no dia 27 de agosto de 2019 na Procuradoria da República de Tubarão/SC entre representante desta, da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico em Santa Catarina e da comunidade residente do Centro Histórico de Laguna;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do patrimônio histórico, com a redução dos impactos causados pelo trânsito no perímetro do Centro Histórico, em especial nos trechos das Ruas Júlia Nascimento, Tenente Bessa, José Johanny e Voluntário Fermiano;

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de Estudos de Alternativas Técnicas para Redução dos impactos causados pelo trânsito no perímetro do Centro Histórico, em especial nos trechos das Ruas Júlia Nascimento, Tenente Bessa, José Johanny e Voluntário Fermiano; fica constituída pelos seguintes membros:

I – Membros do Poder Executivo:

a) Leandro de Araújo (Titular) – Guarda Municipal/Autoridade de Trânsito;

b) Francisco Egídio Cidade Jr. (Suplente) – Guarda Municipal;

c) Claudione Fernandes de Medeiros (Titular) – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social;

d) Cristina Michels Godinho (Suplente) - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social;

II - Membros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), indicados pelo Ofício nº 197/2019/ETL-SC/IPHAN-SC-IPHAN:

e) Ana Paula Cittadin (Titular);

f) Vladimir Fernando Stello (Suplente);

III – Membros da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), indicados pelo Ofício nº 022/2019:

g) Michelle Souza Benedet (Titular);

h) Eduardo Nogueira Giovanni (Suplente).

Art. 2º A autoridade de trânsito designada pelo Prefeito deverá ser o Presidente da Comissão;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

PREGÃO 48/2019-PML

Publicação Nº 2225378

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 48/2019-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a aquisição de equipamentos de ar condicionado e serviços de instalação, para as várias unidades administrativas do Município e conveniadas, no dia 27 de novembro de 2019

as 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 12 de novembro de 2019.
Waldomiro Souza Netto - Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 10/2019-PML

Publicação Nº 2225165

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 10/2019-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para obra de construção do muro de contenção da rua Voluntário Benevides, no dia 02 de dezembro de 2019, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 12 de novembro de 2019.
Waldomiro Souza Netto - Presidente da COPELI

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 034/2019 DE 08/11/2019 DECLARA IMÓVEL URBANO COMO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225544

DECRETO Nº. 034/2019

De 08/11/2019

“DECLARA IMÓVEL URBANO COMO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 72, inc. VI e art. 13, inc. XVIII da Lei Orgânica Municipal, corroborados pelo Decreto Lei 3.365 de 21/06/41 e demais disposições aplicáveis à espécie,

Considerando que:

1. A utilidade pública surge quando a Administração defronta situações, que para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência de bens de terceiro para o domínio e uso imediato;
2. A utilidade pública se apresenta quando da transferência de bens de terceiros para a Administração é conveniente, possibilitando a interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação do bem, ajustando aos interesses sociais, mediante a desapropriação, justificando com isso a destinação pública;
3. O Município possui necessidade de aquisição de imóvel urbano para a implantação de um centro de eventos e academia ao ar livre, com espaço para estacionamento e área de lazer, com arborização e pratica de exercícios à população, nos termos do requerimento n. fls. 001, protocolizado junto ao Poder Executivo de Lajeado Grande em 21 de outubro de 2019, pelo secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município;
4. O imóvel objeto deste ato declaratório não possuem nenhuma benfeitoria, fator que torna mais econômica a aquisição;
5. A Gleba de terra do imóvel que se pretende adquirir localiza-se nas proximidades da Rod SC 156 e do Rio Lajeado, local aonde está sendo implantado uma ciclovia e calçadão para caminhadas, fatores que contribuirão sobremaneira para as finalidades que serão destinadas;
6. A Gleba de terra se encontra inserida dentro de uma parte maior, fazendo parte da matrícula n. 17.488 do Cartório Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim; fazendo divisa com a propriedade de Valter Pedro Madalosso, Rod SC 156 e Rio Lajeado, mediando aproximadamente 12.600m², porém possuindo de área útil, descontando faixa de domínio, área não edificante e APP, de aproximadamente 2.107m².
7. Por derradeiro, o município poderá utilizar-se da área não edificante como estacionamento bem como, a APP virá ao encontro do interesse do município, que objetiva fazer uma academia e local de lazer ao ar livre, justificando assim a escolha do local, ante as suas características.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a gleba de terra que se encontra inserida dentro de uma parte maior, fazendo parte da matrícula n. 17.488 do Cartório Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim; fazendo divisa com a matrícula n. 23.427 de propriedade de Valter Pedro Madalosso, com a Rod SC 156 e com o Rio Lajeado, mediando aproximadamente 12.600m², porém possuindo de área útil, descontando faixa de domínio, área não edificante e APP, de aproximadamente 2.107m² de propriedade de Gladir Ester Zancanaro Pagani.

Art. 2º - Determino ao setor de engenharia o levantamento planimétrico de área a ser desapropriada e a confecção do respectivo memorial descritivo.

Art. 3º - Em consonância ao disposto no § 3º do artigo 182 da Constituição Federal, fica estabelecido como justa a indenização aos futuros expropriados o montante de R\$88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Parágrafo único – O valor da indenização está devidamente amparado pelo auto de avaliação de fls. 5 do processo de desapropriação.

Art. 5º. Diante do valor justo a ser indenizado, deverão os proprietários serem notificados para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se aceitam o valor proposto para fins de desapropriação amigável (art. 10 Decreto-Lei 3.365/41).

Art. 6º. Sendo aceita a proposta de preço, providencie-se a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável, com o prévio pagamento do valor respectivo.

Art. 7º. Não sendo a proposta de preço aceita pelos expropriados, providencie-se como de direito para fins de desapropriação judicial.

Art.8º. Intime-se os proprietários acerca do presente Decreto para que querendo, acompanhem todo o procedimento de desapropriação.

Art. 10. Para fazer cobertura orçamentária das despesas oriundas deste ato e demais expropriatórios serão utilizadas as seguintes dotações do orçamento vigente: 05.002.13.392.1301.2013 – 4.4.90.00.00.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

Município de Lajeado Grande/SC, Gabinete do Prefeito, em 08 de novembro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Funcionária Designada

LEI Nº 772/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Publicação Nº 2225560

LEI Nº 772/2019

de 12 de Novembro de 2019

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2020."

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Lajeado Grande SC, para exercício de 2019, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.120.000,00 (Quinze milhões, cento e vinte mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 14.200.000,00 (Quatorze milhões e duzentos mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 9.721.375,75 (Nove milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), e Despesa Financeira de R\$ 4.478.624,25 (Quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	14.176.000,00
1.1 - Receita Tributária	414.001,98
1.2 - Receitas de Contribuições	11.025,00
1.3 - Receita Patrimonial	87.154,25
1.4 - Receita Agropecuária	122.205,00
1.5 - Receita Industrial	0,00
1.6 - Receita de Serviços	278.522,50
1.7 - Transferências Correntes	13.199.733,03
1.9 - Outras Receitas Correntes	63.358,24
2 – RECEITAS DE CAPITAL	24.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	24.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	14.200.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.942.240,75
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.511.615,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	120.100,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.310.515,75
4 - DESPESAS DE CAPITAL	767.135,00
4.4- Investimentos	485.535,00
4.5- Inversões Financeiras	1.500,00
4.6- Amortização da Dívida	280.100,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00
9.9- Reserva de Contingência	12.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	4.478.624,25
- Fundo Municipal da Saúde	2.738.674,25
- Fundo Municipal de Assistência Social	880.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	859.950,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	14.200.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2020 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	746.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00

1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	16.635,50
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	729.634,50
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.738.674,25
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.738.674,25
TOTAL	3.488.674,25

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.289.674,25
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.650.201,25
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.639.473,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	199.000,00
4.4- Investimentos	199.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.488.674,25

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	170.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	6.615,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	161.090,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.295,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	880.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	880.000,00
TOTAL	1.050.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.023.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	613.602,50
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	409.397,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00
4.4- Investimentos	27.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.050.000,00

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	859.950,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	859.950,00
TOTAL	859.950,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	839.950,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	710.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	129.950,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4- Investimentos	20.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	859.950,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE LAJEADO GRANDE

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	12.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	12.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2020, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC, em 12 de Novembro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

LEI Nº 773/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 767/2019 – QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225576

LEI Nº 773/2019
de 12 de Novembro de 2019

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 767/2019 – QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - O art. 10 da Lei Municipal n. 767/2019 de 10 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 10. Com a finalidade da elaboração de políticas públicas relacionadas às atribuições da COMPDEC e acompanhamento de suas implantações, e para o efetivo desenvolvimento da conscientização da sociedade a respeito da participação popular na contribuição da consolidação da Defesa Civil Municipal, será criado, por Decreto, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com a participação paritária do Governo e Sociedade Civil Organizada.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC, em 12 de Novembro de 2019.
NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 226/2019 DE 11/11/2019 DESIGNA MARIANA KAHLER PARA TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E FUNDOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2225549

PORTARIA Nº 226/2019
DE 11/11/2019

“DESIGNA MARIANA KAHLER PARA TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E FUNDOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar MARIANA KAHLER, para a função de Tesoureiro do Município de Lajeado Grande e Fundos Municipais.

Art. 2º - O respectivo Servidor não perceberá qualquer tipo de gratificação pela designação, nem será causa de acumulação de função.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário especialmente a portaria n. 148/2018 de 17/09/2018.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 11 de novembro de 2019.
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora Designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 171/2019**

Publicação Nº 2225580

DECRETO Nº 171/2019.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE LAURO MULLER	
11.01 - Fundação Municipal Ambiental de Lauro Muller	
2.018 - Manutenção da Fundação do Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.5000	Aplicação DiretaR\$ 30.000,00
Total	R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na Fonte 5000 – Recurso Próprio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2019

Publicação Nº 2224547

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE, por meio do Diretor Administrativo, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 001/2019 para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal da Fundação, conforme estabelece a Lei nº 2080/2019, em regime CLT e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 001/2019.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado ficam a critério da Fundação Hospitalar Henrique Lage, de acordo com a necessidade da Fundação bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo-se lavrar o Termo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.

6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 05 (cinco) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato se encontra apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro Müller, 12 de novembro de 2019.

Cleir Estevam

Diretor Administrativo

Fundação Hospitalar Henrique Lage

ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

ENFERMEIRO		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município/UF
05	HEVELIN LILIAN CARDOSO	PALHOÇA/SC

TECNICO DE ENFERMAGEM		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município/UF
06	LUIZA OLIVEIRA	SÃO LUDGERO/SC

Lauro Müller, 12 de novembro de 2019.

Cleir Estevam

Diretor Administrativo

Fundação Hospitalar Henrique Lage

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/PMLM/2019 E Nº040/FMS/2019

Publicação Nº 2224935

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/PMLM/2019 E Nº040/FMS/2019

Data e horário da sessão de abertura: 26/11/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para contratação de empresa do ramo pertinente para retífica de motores de veículos, conforme as disposições contidas no presente edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 12 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO DECRETO Nº 158/2019

Publicação Nº 2225585

RETIFICAÇÃO DECRETO 158/2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de novembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

15 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE LAURO MULLER

15.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE

2.058 - Manutenção da Fundação de Saúde de Lauro Muller

3.3.90.00.00.00.5002 Aplicação DiretaR\$ 130.000,00

TOTALR\$ 130.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

15 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE LAURO MULLER

15.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE

2.058 - Manutenção da Fundação de Saúde de Lauro Muller

4.4.90.00.00.00.5002 Aplicação DiretaR\$ 130.000,00

TOTALR\$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/PMLM/2019

Publicação Nº 2224917

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/PMLM/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de camisetas para as festividades natalinas do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

ONDE LE-SE:

TOMADA DE PREÇO Nº 175/PMLM/2019

LEIA-SE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura estão mantidos: 22/11/2019 às 09h00min.

Lauro Muller/SC, 12 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

TOMADA DE PREÇO Nº 036/FHHL/2019

Publicação Nº 2224955

TOMADA DE PREÇO Nº 036/FHHL/2019

Data e horário da sessão de abertura: 29/11/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para reforma parcial da Fundação Hospitalar, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos em Anexo, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores..

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 12 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 47/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 55/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019

Publicação Nº 2224607

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº: 47/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 55/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de reforma para adequação de acessibilidade do Centro de Referência de Assistência Social, incluindo o fornecimento de materiais, conforme Termo de Referência e demais anexos do Edital. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS – SC. CONTRATADA: GUMBOWSKI ARMAÇÕES E DOBRAS DE FERRO LTDA – CNPJ Nº 21.285.605/0001-46, no valor global de R\$ 26.735,25 (vinte e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) Vigência: 08/11/2019 - Término: 31/11/2019. Lebon Régis (SC), 08 de novembro de 2019 . Nilcea do Vale Rocha Hanna – Gestora do Fundo

PORTARIA Nº 065/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225550

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 065/2019 de 08 de novembro de 2019.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO , JOÃO CARLOS PIERDONÁ, do cargo de Diretor do Hospital, a partir de 08/11/2019.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de novembro de 2019.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 116-2019**

Publicação Nº 2225801

DECRETO N.º 116, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.439 de 12 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do orçamento da seguridade social no valor de R\$ 4.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Função	08	Assistência Social	4.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	4.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Atividade	2.022	Funcionamento e Manutenção do FMAS	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Função	08	Assistência Social	4.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	4.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Atividade	2.026	Atenção a Mulher	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de novembro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

RREO 5º BIMESTRE/2019

Publicação Nº 2225797

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.516.060,00	19.516.060,00	3.230.345,77	16,55	15.293.610,77	78,36
RECEITAS CORRENTES	18.001.060,00	18.001.060,00	3.230.345,77	17,95	15.227.440,77	84,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	675.700,00	675.700,00	122.374,24	18,11	661.709,69	97,93
IMPOSTOS	572.700,00	572.700,00	114.871,42	20,06	549.205,18	95,90
TAXAS	103.000,00	103.000,00	7.502,82	7,28	112.504,51	109,23
CONTRIBUIÇÕES	1.681.000,00	1.681.000,00	251.817,18	14,98	1.150.623,71	68,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.596.000,00	1.596.000,00	235.824,36	14,78	1.068.155,64	66,93
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	85.000,00	85.000,00	15.992,82	18,82	82.468,07	97,02
RECEITA PATRIMONIAL	1.690.900,00	1.690.900,00	544.667,00	32,21	1.920.897,62	113,60
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.186,84	101,87
VALORES MOBILIÁRIOS	1.680.900,00	1.680.900,00	544.667,00	32,40	1.910.710,78	113,67
RECEITA DE SERVIÇOS	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	12.864,54	151,35
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	474,54	5,58
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	12.390,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.885.960,00	13.885.960,00	2.308.534,07	16,62	11.455.592,08	82,50
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.132.960,00	8.132.960,00	1.260.070,24	15,49	6.379.507,36	78,44
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.863.000,00	3.863.000,00	762.538,67	19,74	3.649.374,44	94,47
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.890.000,00	1.890.000,00	285.925,16	15,13	1.426.650,09	75,48
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	60,19	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.000,00	59.000,00	2.953,28	5,01	25.753,13	43,65
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	16.000,00	16.000,00	1.760,06	11,00	8.916,57	55,73
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.000,00	2.000,00	1.193,22	59,66	6.479,39	323,97
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00	10.357,17	25,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.515.000,00	1.515.000,00	0,00	0,00	66.170,00	4,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	17.000,00	42,50
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	17.000,00	42,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	975.000,00	975.000,00	0,00	0,00	49.170,00	5,04
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	49.170,00	14,05
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	625.000,00	625.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.516.060,00	19.516.060,00	3.230.345,77	16,55	15.293.610,77	78,36
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.516.060,00	19.516.060,00	3.230.345,77	16,55	15.293.610,77	78,36
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.516.060,00	19.516.060,00	3.230.345,77	16,55	15.293.610,77	78,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.389.574,00	—	—	1.389.574,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.389.574,00	—	—	1.389.574,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.022.030,00	18.838.788,33	2.260.350,81	13.029.985,59	5.808.802,74	2.344.744,57	12.143.073,83	6.695.714,50	12.049.743,36
DESPESAS CORRENTES	14.105.860,00	15.763.089,95	2.229.340,88	12.398.628,09	3.364.461,86	2.270.634,56	11.706.397,37	4.056.692,58	11.617.072,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.606.400,00	9.491.188,87	1.443.747,59	7.197.950,54	2.293.238,33	1.443.747,59	7.197.950,54	2.293.238,33	7.156.436,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.496.460,00	6.268.901,08	785.593,29	5.200.677,55	1.068.223,53	826.886,97	4.508.446,83	1.760.454,25	4.460.635,86
DESPESAS DE CAPITAL	1.916.170,00	3.075.698,38	31.009,93	631.357,50	2.444.340,88	74.110,01	436.676,46	2.639.021,92	432.670,74
INVESTIMENTOS	1.892.170,00	3.051.698,38	31.009,93	631.357,50	2.420.340,88	74.110,01	436.676,46	2.615.021,92	432.670,74

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.022.030,00	18.838.788,33	2.260.350,81	13.029.985,59	5.808.802,74	2.344.744,57	12.143.073,83	6.695.714,50	12.049.743,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	332.334,40	156.315,31	789.695,60	332.334,40	712.101,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.079.060,00	19.960.818,33	2.416.666,12	13.819.681,19	6.141.137,14	2.501.059,88	12.932.769,43	7.028.048,90	12.761.844,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.079.060,00	19.960.818,33	2.416.666,12	13.819.681,19	6.141.137,14	2.501.059,88	12.932.769,43	7.028.048,90	12.761.844,88
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.473.929,58	—	—	2.360.841,34	—	2.361.765,89
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.079.060,00	19.960.818,33	2.416.666,12	15.293.610,77	—	2.501.059,88	15.293.610,77	—	15.293.610,77
RESERVA DO RPPS	2.437.000,00	2.437.000,00	—	—	2.437.000,00	—	—	2.437.000,00	—

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	332.334,40	156.315,31	789.695,60	332.334,40	712.101,52
DESPESAS CORRENTES	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	332.334,40	156.315,31	789.695,60	332.334,40	712.101,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	332.334,40	156.315,31	789.695,60	332.334,40	712.101,52
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	332.334,40	156.315,31	789.695,60	332.334,40	712.101,52

FONTE:
Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.952.613,75
LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH Contador CRC-SC nº 14.520	FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH Auditor de Controle Interno	VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal
---	--	--

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	16.304.254,89
2019	1.369.330,57	604.464,99	764.865,58	17.069.120,47
2020	1.203.154,30	631.369,86	571.784,44	17.640.904,91
2021	1.118.938,40	727.725,33	391.213,07	18.032.117,98
2022	1.023.754,88	718.309,85	305.445,03	18.337.563,01
2023	964.048,17	711.131,59	252.916,58	18.590.479,59
2024	906.344,46	690.472,14	215.872,32	18.806.351,91
2025	855.445,69	743.929,72	111.515,97	18.917.867,88
2026	783.778,42	772.375,77	11.402,65	18.929.270,53
2027	722.035,11	853.672,71	-131.637,60	18.797.632,93
2028	645.725,43	913.887,23	-268.161,80	18.529.471,13
2029	577.787,79	886.277,12	-308.489,33	18.220.981,80
2030	539.331,90	869.170,38	-329.838,48	17.891.143,32
2031	499.667,67	868.846,96	-369.179,29	17.521.964,03
2032	456.658,06	866.569,86	-409.911,80	17.112.052,23
2033	415.966,93	919.113,11	-503.146,18	16.608.906,05
2034	359.686,41	881.365,26	-521.678,85	16.087.227,20
2035	333.545,22	877.194,60	-543.649,38	15.543.577,82
2036	298.452,56	889.202,80	-590.750,24	14.952.827,58
2037	259.708,74	924.833,92	-665.125,18	14.287.702,40
2038	214.750,82	917.120,18	-702.369,36	13.585.333,04
2039	184.870,10	894.647,24	-709.777,14	12.875.555,90
2040	161.191,01	881.898,78	-720.707,77	12.154.848,13
2041	135.665,47	910.890,90	-775.225,43	11.379.622,70
2042	97.967,25	867.742,56	-769.775,31	10.609.847,39
2043	84.763,02	859.044,89	-774.281,87	9.835.565,52
2044	61.637,83	831.052,20	-769.414,37	9.066.151,15
2045	45.944,01	779.646,71	-733.702,70	8.332.448,45
2046	39.148,60	773.602,33	-734.453,73	7.597.994,72
2047	18.647,67	724.251,99	-705.604,32	6.892.390,40
2048	13.497,71	677.260,83	-663.763,12	6.228.627,28
2049	8.767,60	623.935,25	-615.167,65	5.613.459,63
2050	7.327,17	586.191,10	-578.863,93	5.034.595,70
2051	1.871,75	537.684,45	-535.812,70	4.498.783,00
2052	1.090,41	493.291,38	-492.200,97	4.006.582,03
2053	0,00	448.771,86	-448.771,86	3.557.810,17
2054	0,00	407.302,87	-407.302,87	3.150.507,30
2055	0,00	368.374,75	-368.374,75	2.782.132,55
2056	0,00	332.453,89	-332.453,89	2.449.678,66
2057	0,00	299.108,79	-299.108,79	2.150.569,87
2058	0,00	268.371,37	-268.371,37	1.882.198,50
2059	0,00	239.737,66	-239.737,66	1.642.460,84
2060	0,00	213.643,48	-213.643,48	1.428.817,36
2061	0,00	189.510,62	-189.510,62	1.239.306,74
2062	0,00	167.852,19	-167.852,19	1.071.454,55
2063	0,00	148.023,29	-148.023,29	923.431,26
2064	0,00	129.987,40	-129.987,40	793.443,86
2065	0,00	113.062,90	-113.062,90	680.380,96
2066	0,00	98.320,38	-98.320,38	582.060,58
2067	0,00	85.155,15	-85.155,15	496.905,43
2068	0,00	72.938,03	-72.938,03	423.967,40
2069	0,00	62.203,22	-62.203,22	361.764,18
2070	0,00	52.519,56	-52.519,56	309.244,62
2071	0,00	43.863,22	-43.863,22	265.381,40
2072	0,00	36.451,68	-36.451,68	228.929,72
2073	0,00	30.212,27	-30.212,27	198.717,45
2074	0,00	25.062,47	-25.062,47	173.654,98

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	20.705,79	-20.705,79	152.949,19
2076	0,00	16.710,89	-16.710,89	136.238,30
2077	0,00	13.561,06	-13.561,06	122.677,24
2078	0,00	10.772,81	-10.772,81	111.904,43
2079	0,00	8.647,65	-8.647,65	103.256,78
2080	0,00	6.625,70	-6.625,70	96.631,08
2081	0,00	5.179,02	-5.179,02	91.452,06
2082	0,00	3.938,84	-3.938,84	87.513,22
2083	0,00	2.928,85	-2.928,85	84.584,37
2084	0,00	2.236,70	-2.236,70	82.347,67
2085	0,00	1.633,00	-1.633,00	80.714,67
2086	0,00	1.189,59	-1.189,59	79.525,08
2087	0,00	887,21	-887,21	78.637,87
2088	0,00	660,58	-660,58	77.977,29
2089	0,00	499,94	-499,94	77.477,35
2090	0,00	383,07	-383,07	77.094,28
2091	0,00	299,92	-299,92	76.794,36
2092	0,00	263,73	-263,73	76.530,63
2093	0,00	242,68	-242,68	76.287,95

Projeção atuarial elaborada em 20/03/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 12/11/2019

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

VITOR NORBERTO AL
Prefeito Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	40.700,00	17.504,40	23.195,60
Receita de Alienação De Bens Móveis	40.000,00	17.000,00	23.000,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	700,00	504,40	195,60

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	37.200,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	20.200,00
Despesas de Capital	37.200,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	20.200,00
Investimentos	37.200,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	20.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
Valor(III)	39.871,01	504,40	40.375,41

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	572.700,00	572.700,00	544.780,60	95,12		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	99.000,00	99.000,00	88.738,98	89,64		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	74.000,00	74.000,00	65.520,84	88,54		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	116.000,00	116.000,00	122.003,00	105,18		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	247.491,84	91,66		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.200,00	4.200,00	959,56	22,85		
Dívida Ativa dos Impostos	5.300,00	5.300,00	13.022,44	245,71		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.200,00	4.200,00	7.043,94	167,71		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.957.400,00	11.957.400,00	9.959.174,50	83,29		
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	6.005.844,50	79,02		
Cota-Parte ITR	6.400,00	6.400,00	8.237,56	128,71		
Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	316.059,50	105,35		
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.583.467,27	89,59		
Cota-Parte IPLEXportação	51.000,00	51.000,00	45.565,67	89,34		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.530.100,00	12.530.100,00	10.503.955,10	83,83		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	856,06	42,80		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	856,06	42,80		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.313.680,00	4.209.275,56	3.349.157,34	79,57	3.182.083,43	75,60
Pessoal e Encargos Sociais	2.371.400,00	2.783.613,57	2.133.385,05	76,64	2.133.385,05	76,64
Outras Despesas Correntes	942.280,00	1.425.661,99	1.215.772,29	85,28	1.048.698,38	73,56
DESPESAS DE CAPITAL	122.200,00	273.422,43	213.995,60	78,27	210.013,60	76,81
Investimentos	122.200,00	273.422,43	213.995,60	78,27	210.013,60	76,81

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	122.200,00	273.422,43	213.995,60	78,27	210.013,60	76,81
	122.200,00	273.422,43	213.995,60	78,27	210.013,60	76,81
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.435.880,00	4.482.697,99	3.563.152,94	79,49	3.392.097,03	75,67
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	907.700,00	1.644.119,16	1.233.185,87	34,61	1.139.901,16	33,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	907.700,00	1.644.119,16	1.233.185,87	34,61	1.139.901,16	33,60
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	20.200,00	20.200,00	47.696,72	1,34	46.779,35	1,38
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	927.900,00	1.664.319,16	1.280.882,59	35,95	1.186.680,51	34,98
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.507.980,00	2.818.378,83	2.282.270,35	64,05	2.205.416,52	65,02
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						21,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 15% (VI) - (15 x IIIb)/100⁶						629.823,26

Continua 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) %
					(m/Total m)*100
Atenção Básica	3.435.880,00	4.482.697,99	3.563.152,94	100,00	3.392.097,03
Outras Subfunções	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.438.880,00	4.485.697,99	3.563.152,94	100,00	3.392.097,03

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

Município de LEOBERTO LEAL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		19.516.060,00		
Previsão Atualizada		19.516.060,00		
Receitas Realizadas		15.293.610,77		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.389.574,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		19.516.060,00		
Créditos Adicionais		2.881.758,33		
Dotação Atualizada		22.397.818,33		
Despesas Empenhadas		13.819.681,19		
Despesas Liquidadas		12.932.769,43		
Despesas pagas		12.761.844,88		
Superavit Orçamentário		2.360.841,34		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		13.819.681,19		
Despesas Liquidadas		12.932.769,43		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		17.237.330,10		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		2.952.613,75		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		807.383,13		
Resultado Previdenciário		2.145.230,62		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	3.167.050,81	0,00
Resultado Primário		0,00	1.256.340,03	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	99.744,54	0,00	76.816,60	22.927,94
EXECUTIVO	99.744,54	0,00	76.816,60	22.927,94
TOTAL:	99.744,54	0,00	76.816,60	22.927,94
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.053.724,73	25%	28,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		979.547,10	60%	68,66
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		436.676,46	2.639.021,92	

Continua 1/2

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.369.330,57	577.787,79	184.870,10	0,00
Despesas Previdenciárias	604.464,99	886.277,12	894.647,24	407.302,87
Resultado Previdenciário	764.865,58	-308.489,33	-709.777,14	-407.302,87
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			17.000,00	23.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			17.000,00	20.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.205.416,52	15,00	21,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)		(d/Total d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.022.030,00	18.838.788,33	2.260.350,81	13.029.985,59	94,29	2.344.744,57	12.143.073,83	6.686.714,50
Legislativa	745.000,00	745.000,00	112.609,67	591.026,72	4,28	115.822,88	584.174,40	160.825,60
Ação Legislativa	745.000,00	745.000,00	112.609,67	591.026,72	4,28	115.822,88	584.174,40	160.825,60
Administração	1.970.400,00	1.883.567,61	218.885,78	1.558.635,74	11,28	260.007,94	1.475.512,75	408.054,86
Administração Geral	1.970.400,00	1.883.567,61	218.885,78	1.558.635,74	11,28	260.007,94	1.475.512,75	408.054,86
Segurança Pública	22.000,00	9.000,00	0,00	665,00	0,00	0,00	665,00	8.335,00
Defesa Civil	22.000,00	9.000,00	0,00	665,00	0,00	0,00	665,00	8.335,00
Assistência Social	713.000,00	1.231.522,81	116.999,41	635.674,80	4,60	114.944,79	602.568,27	628.954,54
Assistência ao Idoso	10.000,00	4.000,00	0,00	1.502,96	0,01	0,00	1.502,96	2.497,04
Assistência ao Portador de Deficiência	38.000,00	46.800,00	11.700,00	46.800,00	0,34	7.800,00	39.000,00	7.800,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	115.000,00	121.000,00	17.989,99	78.379,52	0,57	14.575,65	74.105,82	46.884,18
Assistência Comunitária	550.000,00	1.059.722,81	87.309,42	508.992,32	3,68	92.569,14	487.959,49	571.763,32
Previdência Social	1.060.000,00	1.222.000,00	147.925,26	822.641,64	5,95	158.473,78	807.383,13	414.616,87
Administração Geral	162.000,00	324.000,00	7.877,74	113.813,03	0,82	18.426,26	98.554,52	225.445,48
Previdência do Regime Estatutário	898.000,00	898.000,00	140.047,52	708.828,61	5,13	140.047,52	708.828,61	189.171,39
Saúde	3.133.880,00	4.180.697,99	586.092,71	3.359.650,15	24,31	578.886,53	3.188.594,24	992.103,75
Atenção Básica	3.133.880,00	4.180.697,99	586.092,71	3.359.650,15	24,31	578.886,53	3.188.594,24	992.103,75
Educação	4.090.970,00	4.556.168,86	602.486,81	2.904.943,56	21,02	578.610,86	2.776.618,80	1.779.550,06
Alimentação e Nutrição	69.700,00	93.952,94	8.868,53	78.837,55	0,57	11.310,77	58.698,93	35.254,01
Ensino Fundamental	3.040.470,00	3.326.915,92	390.726,48	1.979.791,46	14,33	362.604,66	1.883.583,46	1.443.332,46
Ensino Médio	99.000,00	99.000,00	9.011,22	81.244,29	0,59	9.011,22	81.046,29	17.953,71
Ensino Superior	44.000,00	40.000,00	4.848,90	37.284,22	0,27	2.148,90	34.577,16	5.422,84
Educação Infantil	837.800,00	996.300,00	189.031,68	727.776,04	5,27	193.535,31	718.712,96	277.587,04
Cultura	55.000,00	74.971,00	13.992,90	63.078,94	0,46	6.987,90	54.554,79	20.416,21
Difusão Cultural	55.000,00	74.971,00	13.992,90	63.078,94	0,46	6.987,90	54.554,79	20.416,21
Urbanismo	1.109.700,00	1.415.080,85	70.271,31	504.943,02	3,65	116.962,10	296.994,92	1.118.085,93
Infra-Estrutura Urbana	1.109.700,00	1.415.080,85	70.271,31	504.943,02	3,65	116.962,10	296.994,92	1.118.085,93
Saneamento	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	849.000,00	1.033.700,33	84.529,41	724.088,70	5,24	129.306,00	694.024,76	339.675,57
Extensão Rural	849.000,00	1.033.700,33	84.529,41	724.088,70	5,24	129.306,00	694.024,76	339.675,57
Transporte	1.899.858,00	2.115.856,88	303.154,59	1.524.667,89	11,03	236.725,84	1.372.620,07	743.236,81
Transporte Rodoviário	1.899.858,00	2.115.856,88	303.154,59	1.524.667,89	11,03	236.725,84	1.372.620,07	743.236,81

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		18.838.788,33	2.260.350,81	13.029.985,59	94,29	2.344.744,57	12.143.073,83	93,89
Desporto e Lazer	162.000,00	170.000,00	3.402,96	138.747,43	1,00	17.155,86	124.896,82	0,97
Desporto Comunitário	162.000,00	170.000,00	3.402,96	138.747,43	1,00	17.155,86	124.896,82	0,97
Encargos Especiais	201.222,00	201.222,00	0,00	201.222,00	1,46	30.860,29	164.465,88	1,27
Outras Transferências	201.222,00	201.222,00	0,00	201.222,00	1,46	30.860,29	164.465,88	1,27
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	5,71	156.315,31	789.695,60	6,11
Legislativa	55.000,00	55.000,00	8.603,22	43.176,16	0,31	8.603,22	43.176,16	0,33
Ação Legislativa	55.000,00	55.000,00	8.603,22	43.176,16	0,31	8.603,22	43.176,16	0,33
Administração	150.000,00	160.000,00	24.282,80	121.871,14	0,88	24.282,80	121.871,14	0,94
Administração Geral	150.000,00	160.000,00	24.282,80	121.871,14	0,88	24.282,80	121.871,14	0,94
Segurança Pública	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	34.000,00	14.000,00	2.037,48	10.452,21	0,08	2.037,48	10.452,21	0,08
Assistência Comunitária	34.000,00	14.000,00	2.037,48	10.452,21	0,08	2.037,48	10.452,21	0,08
Saúde	302.000,00	302.000,00	40.130,37	203.502,79	1,47	40.130,37	203.502,79	1,57
Atenção Básica	302.000,00	302.000,00	40.130,37	203.502,79	1,47	40.130,37	203.502,79	1,57
Educação	354.030,00	431.030,00	56.922,34	289.238,00	2,09	56.922,34	289.238,00	2,24
Ensino Fundamental	260.000,00	302.000,00	40.606,88	197.709,18	1,43	40.606,88	197.709,18	1,53
Educação Infantil	94.030,00	129.030,00	16.315,46	91.528,82	0,66	16.315,46	91.528,82	0,71
Urbanismo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	50.000,00	50.000,00	7.396,12	36.474,15	0,26	7.396,12	36.474,15	0,28
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	7.396,12	36.474,15	0,26	7.396,12	36.474,15	0,28

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.057.030,00	1.122.030,00	156.315,31	789.695,60	5,71	332.334,40	156.315,31	789.695,60	6,11	332.334,40
Transporte	110.000,00	110.000,00	16.942,98	84.981,15	0,61	25.018,85	16.942,98	84.981,15	0,66	25.018,85
Transporte Rodoviário	110.000,00	110.000,00	16.942,98	84.981,15	0,61	25.018,85	16.942,98	84.981,15	0,66	25.018,85
TOTAL (III) = (I + II)	17.079.060,00	19.960.818,33	2.416.666,12	13.819.681,19	100,00	6.141.137,14	2.501.059,88	12.932.769,43	100,00	7.028.048,90

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

FABIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	ESPECIFICAÇÃO												
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	
RECEITAS CORRENTES (I)													
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.535.372,56	1.589.891,12	1.688.639,52	1.762.165,65	1.489.286,61	1.511.479,12	1.795.644,58	1.646.815,74	1.747.341,27	1.418.862,00	1.850.271,44	1.580.480,27	19.586.758,88
I.P.T.U.	75.040,32	82.657,01	21.818,06	166.626,27	106.280,31	56.555,64	57.033,39	38.402,46	46.830,07	45.793,57	67.711,87	55.032,04	619.778,01
I.S.S.	73,20	453,79	0,00	58.196,64	27.897,63	6.791,71	4.822,80	1.328,53	1.878,18	1.137,47	2.259,36	1.346,34	106.185,65
I.T.B.I.	49.733,08	30.277,24	8.332,80	22.029,70	8.808,94	10.306,10	13.438,36	8.359,87	10.475,18	11.072,77	13.246,15	20.040,39	120.000,00
I.R.R.F.	1.466,22	8.334,06	0,00	19.143,84	5.700,00	3.000,00	5.212,00	1.200,00	6.134,00	13.161,86	13.076,72	3.317,00	74.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.241,48	39.030,88	13.118,48	31.406,03	25.294,08	26.286,31	25.134,06	25.107,71	24.180,09	15.377,62	36.332,93	25.292,53	207.000,00
Contribuições	2.526,34	4.561,04	396,78	38.579,66	38.579,66	10.169,52	8.426,17	2.407,35	4.162,82	5.040,85	2.796,71	5.075,78	103.000,00
Recita Patrimonial	7.694,54	7.553,81	7.931,37	47.375,77	47.294,77	48.019,55	48.257,63	49.693,67	47.676,19	48.537,17	84.491,92	10.109,49	620.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	87.000,48	97.132,49	330.860,75	59.487,12	88.964,90	142.362,35	235.948,79	288.649,83	188.086,25	61.858,63	251.530,26	283.183,74	1.690.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	85.696,24	96.702,76	330.037,03	57.896,55	87.184,89	142.362,35	232.943,51	286.649,83	185.148,59	61.858,63	251.530,26	283.183,74	1.690.000,00
Recita Agropecuária	1.364,24	429,73	823,72	1.528,57	1.760,01	0,00	3.005,26	0,00	2.949,26	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.364.466,73	1.789.446,74	1.327.801,35	1.477.592,61	1.254.872,35	1.260.052,50	1.452.376,13	1.258.550,59	1.461.539,38	1.267.843,74	1.445.551,50	1.220.244,61	16.280.400,00
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.009.705,25	712.654,55	785.028,06	586.286,84	571.387,33	734.046,07	578.206,50	790.095,22	577.153,58	515.751,82	472.875,26	8.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	352.691,30	390.033,75	381.772,19	370.710,72	348.413,40	357.371,10	351.765,69	345.204,08	347.678,02	350.107,46	364.592,95	367.531,66	4.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.019,10	5.216,11	19.662,92	27.813,31	35.606,08	33.893,18	42.412,79	32.623,85	37.851,35	35.432,52	27.216,47	23.577,03	300.000,00
Cota-Parte do ITR	161,19	363,24	6,20	212,03	230,38	167,48	159,84	144,23	59,36	248,79	3.597,66	3.411,59	6.400,00
Outras Transferências Correntes	285.703,70	200.166,50	59.294,73	138.765,05	141.262,31	150.659,88	171.335,14	165.050,59	164.664,46	161.759,01	396.351,94	207.203,51	1.818.200,00
Transferências de LC 61/1989	4.784,91	5.765,63	4.938,62	4.613,84	4.465,96	4.517,51	4.423,47	4.838,97	4.896,14	4.203,10	5.123,67	4.534,39	51.000,00
Transferências de LC 87/1996	1.046,96	1.046,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.800,00
Transferências do FUNDEB	151.067,38	166.619,30	149.652,14	152.509,60	138.627,38	141.305,02	146.233,13	135.382,57	135.894,81	138.939,28	144.916,99	141.008,17	1.690.000,00
Outras Receitas Correntes	1.680,49	3.101,07	227,99	3.518,38	1.654,28	4.299,08	669,60	249,19	3.197,38	331,89	985,89	1.987,39	39.000,00
DEDUÇÕES (II)													
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	189.534,93	219.902,71	223.730,72	276.465,82	233.528,99	233.386,65	267.023,29	233.376,13	212.894,79	233,713,12	259,319,85	176.550,78	2.929.429,78
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	38.190,44	38.530,66	39.807,57	40.461,96	41.548,81	39.727,15	40.284,28	76.463,58	21.465,01	535.000,00
Outras Deduções	189.534,93	219.902,71	223.730,72	237.275,38	194.988,33	193.581,08	226.561,33	191.827,32	173.167,64	193.428,84	182.856,27	174.405,77	2.394.440,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.346.337,63	1.739.988,41	1.464.904,80	1.485.699,83	1.255.757,62	1.278.090,47	1.528.621,29	1.413.439,61	1.534.446,48	1.185.148,88	1.590.951,59	1.403.939,49	16.385.060,10

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WOLFF JOSÉ KREUSCH
Controlador CHROSC nº 14.520

FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Indireta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	3.246.000,00	3.246.000,00	2.952.613,75	2.041.726,69
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil	535.000,00	535.000,00	358.159,46	347.062,56
Ativo	535.000,00	535.000,00	358.159,46	347.062,56
Inativo	531.000,00	531.000,00	358.159,46	347.048,50
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Militar	2.000,00	2.000,00	0,00	14,06
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais				
Civil	1.061.000,00	1.061.000,00	709.996,18	694.090,03
Ativo	1.061.000,00	1.061.000,00	709.996,18	694.090,03
Inativo	1.061.000,00	1.061.000,00	709.996,18	694.090,03
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.630.000,00	1.630.000,00	1.875.806,05	978.961,14
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.630.000,00	1.630.000,00	1.875.806,05	978.961,14
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	8.652,06	21.612,96
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	8.652,06	21.612,96
Aportes Períodos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	3.246.000,00	3.246.000,00	2.952.613,75	2.041.726,69

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Indireta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	1.060.000,00	1.222.000,00	113.813,03	117.060,32	98.554,52	103.833,45
Despesas Correntes	1.050.000,00	1.202.000,00	113.813,03	117.060,32	98.554,52	103.833,45
Despesas de Capital	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	708.828,61	650.119,68	708.828,61	650.119,68
Benefícios - Civil	0,00	0,00	708.828,61	650.119,68	708.828,61	650.119,68
Aposentadorias	0,00	0,00	550.096,54	526.060,31	550.096,54	526.060,31
Pensões	0,00	0,00	158.732,07	124.059,37	158.732,07	124.059,37
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	1.060.000,00	1.222.000,00	822.641,64	767.180,00	807.383,13	753.953,13
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	2.186.000,00	2.024.000,00	2.129.972,11	1.274.546,69	2.145.230,62	1.287.773,66
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor						2.424.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		APORTES REALIZADOS				
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Indireta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Caixa e equivalentes de caixa		11.091,94
Investimentos e Aplicações	9.798,02	15.803.842,61
Outros Bens e Direitos	18.641.748,51	0,00
	0,00	0,00

FONTE:
LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH Contador CRC-SC nº 14.520	FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH Auditor de Controle Interno	ARNO HASCHEL LOHN Prefeito Municipal e. e.
---	--	---

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DALINHA		Até o Bimestre 2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	18.001.060,00	15.227.440,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	675.700,00	661.709,69
I.P.T.U.	108.600,00	105.658,66
I.S.S.	120.100,00	126.109,26
I.T.B.I.	74.000,00	69.945,42
I.R.R.F.	270.000,00	247.491,84
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	103.000,00	112.504,51
Contribuições	1.681.000,00	1.150.623,71
Receita Patrimonial	1.690.900,00	1.920.897,62
Aplicações Financeiras (II)	1.680.900,00	1.910.710,78
Outras Receitas Patrimoniais	10.000,00	10.186,84
Transferências Correntes	13.885.960,00	11.455.592,08
Cota-Parte do FPM	6.680.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	3.200.000,00	2.866.774,81
Cota-Parte do IPVA	240.000,00	252.848,37
Cota-Parte do ITR	5.120,00	6.590,15
Transferências da LC 87/1996	11.840,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	40.800,00	36.452,61
Transferências do FUNDEB	1.890.000,00	1.426.650,09
Outras Transferências Correntes	1.818.200,00	1.746.459,44
Demais Receitas Correntes	67.500,00	38.617,67
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	67.500,00	38.617,67
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+III)	16.320.160,00	13.316.729,99
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.515.000,00	66.170,00
Operação de Crédito (VI)	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	40.000,00	17.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	40.000,00	17.000,00
Transferências de Capital	975.000,00	49.170,00
Convênios	975.000,00	49.170,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA
	Até o Bimestre/2019
Outras Receitas de Capital	RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00
	66.170,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	13.382.899,99
	17.335.160,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAR	DESPESAS PAGAS		
				(a)	PROCESSADOS	LIQUIDADOS	PAGOS (b)	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.763.089,95	12.398.628,09	11.706.397,37	11.617.072,62	0,00	66.714,60	0,00	66.714,60
Pessoal e Encargos Sociais	9.491.188,87	7.197.950,54	7.197.950,54	7.156.436,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.268.901,08	5.200.677,55	4.508.446,83	4.460.635,86	0,00	66.714,60	0,00	66.714,60
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	6.268.901,08	5.200.677,55	4.508.446,83	4.460.635,86	0,00	66.714,60	0,00	66.714,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	15.760.089,95	12.398.628,09	11.706.397,37	11.617.072,62	0,00	66.714,60	0,00	66.714,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.075.698,38	631.357,50	436.676,46	432.670,74	0,00	10.102,00	0,00	10.102,00
Investimentos	3.051.698,38	631.357,50	436.676,46	432.670,74	0,00	10.102,00	0,00	10.102,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.051.698,38	631.357,50	436.676,46	432.670,74	0,00	10.102,00	0,00	10.102,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.437.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	21.248.788,33	13.029.985,59	12.143.073,83	12.049.743,36	0,00	76.816,60	0,00	76.816,60

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	1.256.340,03
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

Continua 2/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019	
		VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		1.910.710,78	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.167.050,81	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00	
ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO	
		Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)		1.397.600,60	1.407.311,65
Disponibilidade de Caixa		1.397.600,60	1.407.311,65
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.397.600,60	1.575.057,76
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00	167.746,11
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-1.397.600,60	-1.407.311,65
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		9.711,05	
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-167.746,11	
RECITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (X)		0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		177.457,16	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		-1.733.253,62	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.389.574,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		1.389.574,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2.437.000,00	

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de LEOBERTO LEAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)	
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (h+g) - (i+j)
		En Exercícios Anteriores (a)	En 31 de Dezembro de 2018 (b)				En Exercícios Anteriores (f)	En 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		EXECUTIVO	-	-	-	-	99.744,54	76.816,60	76.816,60	-	22.927,94	22.927,94	
		ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	99.744,54	76.816,60	76.816,60	0,00	22.927,94	22.927,94	
		GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	99.744,54	76.816,60	76.816,60	0,00	22.927,94	22.927,94	
		SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	342,20	170,06	170,06	0,00	172,14	172,14	
		SEC. DAAGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	16.285,41	11.684,69	11.684,69	0,00	4.600,72	4.600,72	
		SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	5.404,49	4.018,20	4.018,20	0,00	1.386,29	1.386,29	
		SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.006,15	443,07	443,07	0,00	1.563,08	1.563,08	
		SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	55.514,85	42.806,38	42.806,38	0,00	12.708,47	12.708,47	
		SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	14.517,91	13.645,77	13.645,77	0,00	872,14	872,14	
		SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	5.673,53	4.048,43	4.048,43	0,00	1.625,10	1.625,10	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.744,54	76.816,60	76.816,60	0,00	22.927,94	22.927,94	

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH Contador CRC-SC nº 14.520	FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH Auditor de Controle Interno	VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal
---	--	--

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	572.700,00	572.700,00	434.333,76	75,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	108.600,00	108.600,00	102.052,96	93,97
1.1.1- IPTU	99.000,00	99.000,00	88.279,14	89,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	9.600,00	9.600,00	13.773,82	143,48
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	74.000,00	74.000,00	53.551,70	72,37
1.2.1- ITBI	74.000,00	74.000,00	53.409,84	72,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	141,86	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	120.100,00	120.100,00	92.822,72	77,29
1.3.1- ISS	116.000,00	116.000,00	89.353,53	77,03
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.100,00	4.100,00	3.469,19	84,61
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	185.906,38	68,85
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.572.200,00	12.572.200,00	8.488.002,73	67,51
2.1- Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	5.334.258,15	65,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	5.019.117,42	66,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	300.000,00	300.000,00	315.140,73	105,05
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	2.851.342,66	71,28
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.800,00	14.800,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	51.000,00	51.000,00	35.907,61	70,41
2.5- Cota-Parte ITR	6.400,00	6.400,00	1.228,31	19,19
2.6- Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	265.266,00	88,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.144.900,00	13.144.900,00	8.922.336,49	67,88
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	326.500,00	326.500,00	190.350,86	58,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	190.000,00	190.000,00	119.114,06	62,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	12.700,00	12.700,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.200,00	40.200,00	26.812,80	66,70
5.4- Transferências Diretas - PNATE	83.600,00	83.600,00	44.424,00	53,14
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	467.800,00	467.800,00	252.158,75	53,90
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	794.300,00	794.300,00	442.509,61	55,71
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.394.440,00	2.394.440,00	1.634.570,64	68,27
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	1.003.823,26	66,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	570.267,73	71,28
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.960,00	2.960,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.200,00	10.200,00	7.181,47	70,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.280,00	1.280,00	245,58	19,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	53.052,60	88,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.890.000,00	1.890.000,00	1.140.724,93	60,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.890.000,00	1.890.000,00	1.140.724,93	60,36
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-504.440,00	-504.440,00	-493.845,71	97,90
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.545.000,00	1.545.000,00	756.401,23	48,96	756.401,23	48,96
13.1- Com Educação Infantil	385.000,00	385.000,00	327.371,83	85,03	327.371,83	85,03
13.2- Com Ensino Fundamental	1.160.000,00	1.160.000,00	429.029,40	36,99	429.029,40	36,99
14- OUTRAS DESPESAS	360.000,00	360.000,00	149.836,33	41,62	113.377,49	31,49
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	360.000,00	360.000,00	149.836,33	41,62	113.377,49	31,49
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.905.000,00	1.905.000,00	906.237,56	47,57	869.778,72	45,66
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						869.778,72
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						66,31
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						9,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						23,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						79.575,30
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						79.575,30
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	904.030,00	904.030,00	594.541,63	65,77	584.736,57	64,68
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.550.000,00	2.623.000,00	1.380.686,41	52,64	1.315.219,31	50,14
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.520.000,00	1.520.000,00	578.865,73	38,08	542.406,89	35,68
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.030.000,00	1.103.000,00	801.820,68	72,69	772.812,42	70,06
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.454.030,00	3.527.030,00	1.975.228,04	56,00	1.899.955,88	53,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-493.845,71
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						79.575,30
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ¹						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-414.270,41
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						2.314.226,29
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,94
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	190.500,00	208.500,00	138.319,63	66,34	135.310,56	64,90
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	381.600,00	631.600,00	14.613,05	2,31	10.622,75	1,68
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	418.870,00	700.238,31	406.611,69	58,07	384.434,41	54,90
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	990.970,00	1.540.338,31	559.544,37	36,33	530.367,72	34,43
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	4.445.000,00	5.067.368,31	2.534.772,41	50,02	2.430.323,60	47,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.140.724,93	119.114,06
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.140.724,93	119.114,06
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.140.724,93	119.114,06

LEOBERTO LEAL, 12/11/2019

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

FÁBIO ANTÔNIO KREUSCH
Auditor de Controle Interno

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	500.000,00	0,00	500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.075.698,38	631.357,50	2.444.340,88
Investimentos	3.051.698,38	631.357,50	2.420.340,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	24.000,00	0,00	24.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.075.698,38	631.357,50	2.444.340,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.575.698,38	631.357,50	2.444.340,88

FONTE:

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2019

Publicação Nº 2225475

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS 01/2019.

Genir Loli, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Leiloeiros Oficiais devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. O credenciamento inicia-se a partir do dia 14 de novembro de 2019, sendo que a primeira sessão de julgamento será a partir das 08:15 horas do dia 29 de novembro de 2019. Maiores informações e esclarecimentos aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis, o edital encontra-se disponível no site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul-SC, 12 de novembro de 2019.

Genir Loli

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 107/2019

Publicação Nº 2225267

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2019
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, VULGANIZO, TIP TOP, CINTA DE AÇO, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO E SERVIÇO DE SOCORRO PARA PNEUS DA FROTA DESTA PREFEITURA. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 26/11/2019; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 26/11/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 12 de novembro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2496/2019

Publicação Nº 2224372

LEI Nº 2496, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1276 DE 14 DE MARÇO DE 2002 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS”.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam extintos, do quadro de pessoal de provimento efetivo da estrutura do Poder Executivo, constante no Anexo IV da Lei Municipal nº 1276 de 14 de março de 2002, os cargos de: Agente de Planejamento Nível Médio, Agente Profissional, Auxiliar Esportivo, Coordenador Educacional, Inseminador, Instrutor Profissional, Merendeira, Oficial Administrativo, Recreadora, Técnico em Administração, Técnico em Informática, Tesoureiro e Topógrafo.

Art. 2º - Ficam acrescidas, ao quadro de pessoal de provimento efetivo da estrutura do Poder Executivo, constante no Anexo IV da Lei Municipal nº 1276 de 14 de março de 2002, as seguintes vagas:

Quantidade Vagas	Categorias Funcionais	Amplitude de Referência	Carga Horária Semanal
01	Fiscal de Tributos de Nível Superior	60 a 70	35h
02	Farmacêutico	60 a 70	20h

Art. 3º - Fazem parte integrante da presente Lei os Anexos I e II que consolidarão as alterações introduzidas pela presente Lei à Lei Municipal 1.276 de 14 de março de 2002.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 07 de novembro de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 75 de 7 de outubro de 2019

Quant. Vagas	Categorias funcionais	Amplitude de referência	Carga Horária Semanal	Fundamentação Legal
01	Advogado	71 a 81	20	Lei 1276/2002 Lei 1426/2004
20	Agente Administrativo	41 a 51	35	Lei 1276/2002
01	Agente de Controle Interno	83 a 93	35	LC 0017/2005
60	Agente de Serviços Braçal	33 a 43	40	Lei 1276/2002 Lei 1849/2010
50	Agente de Serviços Gerais	33 a 43	40	Lei 1276/2002 Lei 1610/2006 Lei 1763/2009 Lei 1849/2010
01	Assistente de Publicidade	46 a 56	35	Lei 1636/2006
01	Agente Fiscal de Obras e Posturas Nível Médio	55 a 65	35	Lei 1922/2011

03	Assistente Social	63 a 73	30	Lei 1276/2002 Lei 1426/2004 Lei 1849/2010 Lei 2417/2019
01	Auditor Contábil	81 a 91	35	Lei 1322/2002
20	Auxiliar Administrativo	32 a 42	35	Lei 1276/2002
01	Biólogo	63 a 73	35	Lei 1636/2006
01	Contador	81 a 91	35	Lei 1276/2002 Lei 1322/2002 Lei 1523/2005
01	Desenhista	30 a 40	35	Lei 1276/2002
03	Enfermeiro	66 a 76	40	Lei 1276/2002
01	Enfermeiro	38 a 48	20	Lei 2417/2019
01	Engenheiro Agrônomo	40 a 50	20	Lei 1276/2002 Lei 1282/2002
01	Engenheiro Agrônomo	76 a 86	35	Lei 1282/2002 Lei 1453/2004
01	Engenheiro Civil	50 a 60	20	Lei 1276/2002
03	Farmacêutico	60 a 70	20	Lei 1276/2002 Lei 1772/2009 Lei 2496/2019
02	Fiscal de Tributos de Nível Superior	60 a 70	35	Lei 1922/2011 Lei 2496/2019
01	Fiscal de Vigilância Sanitária Nível Médio	50 a 60	40	Lei 1276/2002
01	Fiscal de Vigilância Sanitária Nível Superior	40 a 60	20	Lei 1276/2002
01	Fisioterapia	93 a 103	40	Lei 1636/2006 Lei 2022/2013
01	Fonoaudióloga	72 a 82	40	Lei 1276/2002 Lei 2467/2019
02	Mecânico	60 a 70	40	Lei 1276/2002 Lei 1602/2006 Lei 1849/2010 Lei 1936/2011
02	Médico	78 a 88	10	Lei 1276/2002 Lei 1668/2007 Lei 1673/2007 Lei 2417/2019
01	Médico 20h	102 a 112	20	Lei 2417/2019
01	Médico Veterinário	40 a 50	20	Lei 1276/2002 Lei 1282/2002
01	Médico Veterinário	76 a 86	35	Lei 1282/2002 Lei 1453/2004
35	Motorista	37 a 47	40	Lei 1849/2010
02	Nutricionista	60 a 70	40	Lei 1676/2007 Lei 1772/2009 Lei 1849/2010
04	Odontólogo	40 a 50	20	Lei 1276/2002
15	Operador de Maquinas	51 a 61	40	Lei 1849/2010 Lei 1983/2012
01	Pedreiro/Carpinteiro	37 a 47	40	Lei 1276/2002
04	Psicólogo	63 a 73	40	Lei 1276/2002 Lei 1849/2010 Lei 2417/2019
01	Superintendente Desportivo	65 a 75	40	Lei 1322/2002
08	Técnico Administrativo	46 a 56	35	Lei 1636/2006
02	Técnico Agrícola	38 a 48	35	Lei 1276/2002
01	Técnico de enfermagem	26 a 36	20	Lei 2417/2019
12	Técnico em Enfermagem	41 a 51	40	Lei 1636/2006 Lei 1849/2010
01	Técnico em Piscicultura	36 a 46	35	Lei 1276/2002
01	Técnico em Planejamento Nível Superior	63 a 73	35	Lei 1276/2002 Lei 1426/2004
10	Zelador de Estradas	29 a 39	40	Lei 1276/2002 Lei 1849/2010

ANEXO IV DA Lei 1276/2002
ANEXO I

QUADRO DE ATIVIDADES TÍPICAS E HABILITAÇÃO
QUADRO DE PESSOAL

NOME DO CARGO	ATIVIDADES SUMÁRIAS	HABILITAÇÃO GERAL	HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
Advogado	Atividade de nível superior de natureza especializada. Envolvendo a supervisão. Acompanhamento de toda atividade de natureza jurídica, bem como a propositura de demandas e a defesa de ações judiciais contra a municipalidade.	3º Grau completo.	Diploma de conclusão curso superior em direito e registro junto a OAB.
Agente Administrativo	Atividade de nível médio, com grau de dificuldade caracterizada pela necessidade de especialização a nível escolar envolvendo a coordenação direta das atividades atinentes ao cargo de auxiliar administrativo.	2º Grau completo	Diploma na área de atuação que o Edital exigir.
Agente de Controle Interno	Direção e operacionalização do sistema de Controle Interno do Município.	3º Grau Completo	Diploma na área de Ciências Contábeis de registro no Conselho Regional de Contabilidade CRC
Agente de Planejamento de Nível Médio	Atividade relacionada ao auxílio na elaboração de projetos relacionados a obras e serviços de interesse municipal. Confecção de planilhas, levantamento de custos e digitação dos projetos básicos.	2º Grau completo na área técnica de contabilidade	Diploma ou certificado de conclusão de 2º grau na área de técnico em contabilidade
Agente de Serv. Braçais	Trabalhos braçais relativos e obras públicas de qualquer natureza, serviços de conservação, limpeza e melhoramento de estradas, ruas, coleta de lixo, capinação, varreduras e assemelhados, serviços de vigilância e serviços de manutenção em geral dos veículos e equipamentos de quaisquer partes, serviços relacionados com a prevenção, erradicação e combate às doenças que afetam a produção pecuária e a manutenção do viveiro horto florestal, bem como outros serviços relacionados à agropecuária, determinados pela chefia imediata.	Alfabetizado e ou especialização na área	
Agente de Serv. Gerais	Serviços próprios e correlatos à faxineira, zeladora, copeira, merendeiros e assemelhados	Alfabetizado e ou especialização na área	
Agente Fiscal de obras e posturas de nível médio	Atividades relacionadas as normas de obras e posturas municipais, incluindo fiscalizações e autuações.	2º Grau completo	Diploma ou Certificado de conclusão de 2º Grau.
Assistente de publicidade	Acompanhar eventos de interesse público do Município e sobre eles redigir matéria para divulgação coletiva sobre a organização. Funcionamento dos programas da administração elaborar programas de divulgação de assuntos de interesse público: organizar entrevistas para os meios de comunicação: manter arquivo de matéria jornalística. Interagir com jornalistas e meios de comunicação de interesse do Município: executar outras atribuições afins.	3º Grau completo	Diploma de conclusão de ensino superior com registro competente no órgão de classe.
Assistente Social	Atividade de nível superior de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à área de assistência social.	3º Grau completo	Diploma com registro no respectivo órgão da classe.
Auditor Contábil	Atividade de execução qualificada de nível superior abrangendo serviços relativos a coordenação, planejamento, direção, organização e supervisão dos serviços de contabilidade orçamentária financeira e patrimonial. Compreendendo a elaboração e acompanhamento do orçamento registros e demonstrações contábeis balanços e balancetes. Informações e relatórios fiscais relativos a Lei de Responsabilidade Fiscal (L.R.F). Processamento junto ao Tribunal de Contas dos sistema de Auditoria de Contas Públicas (CCP).	3º Grau completo	Diploma com registro no Conselho Regional de Contabilidade
Auxiliar Administrativo	Atividade de auxiliar, de natureza repetitiva, envolvendo registro, controle, datilografia, arquivo, cadastramento, levantamento, execução de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal, material e de identificação, serviços de orientação e execução de trabalhos a ligações telefônicas, transmissão e recebimento de mensagens pelo telefone, trabalhos de recepção, orientação encaminhamento do público e serviços de difusão cultural desenvolvido nas bibliotecas públicas.	1º Grau completo e ou especialização na área.	

Biólogo	Orientar. Dirigir e assessorar as atividades que racionalizem o uso de recursos renováveis do meio ambiente: Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres: executar tarefa ou indiretamente as atividades resultantes dos estudos. Projetos e pesquisas realizadas na área da biologia: participar na discussão e interagir na elaboração das proposições de legislação ambiental, executar outras atribuições afins	3º Grau completo	Diploma de conclusão do ensino superior com registro competente no órgão da classe.
Contador	Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de orçamento, registros e demonstrações contábeis, balancetes e balanços	3º Grau completo	Diploma com registro no CRC
Desenhista	Atividade referente à execução dos serviços técnicos de desenho de plantas, projetos,	1º Grau completo	
Enfermeiro	Atividade de nível superior de natureza especializada envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva, junto ao indivíduo, família e comunidade visando a provação e recuperação à saúde.	3º Grau completo	Diploma com registro no órgão competente COREN.
Engenheiro Agrônomo	Compreende a execução das ações relacionadas à prevenção erradicação e combate às doenças, bem como acompanhamento técnico na área agrícola	3º Grau completo	Diploma com registro no CREA
Engenheiro Civil	Atividade envolvendo serviços relacionados de projetos, fiscalização de obras e supervisão e manutenção de obras da administração pública do município	3º Grau completo	Portador do Certificado de conclusão de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizados do exercício profissional
Farmacêutico	Atividade de nível superior de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à área de farmacologia.	3º Grau completo	Diploma com registro.
Fiscal de Tributos de nível superior.	Atividade de nível superior, relacionada à supervisão e cumprimento do Código Tributário e legislação correlata, incluindo fiscalização e autuações.	3º Grau completo, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.	Diploma com registro na área respectiva.
Fiscal Vigilância Sanitária nível médio	Atividades relacionadas ao cumprimento das normas de legislação sanitária, inclusive fiscalização.	2º Grau completo	
Fiscal Vigilância Sanitária Nível Superior	Atividades relacionadas à fiscalização e cumprimento das normas municipais, estaduais e federais de vigilância sanitária.	3º Grau completo	Certificado de conclusão de curso de nível superior na área afim especificada pela legislação de vigilância sanitária vigente.
Fonoaudióloga	Atividade de nível superior de natureza especializada, envolvendo a supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva da área de fonoaudiologia.	3º Grau completo	Diploma com registro no CRM.
Fisioterapia	Prestar assistência fisioterápica a pacientes e acidentados nas unidades municipais de saúde: avaliar nível das disfunções físico-funcionais de pacientes e acidentados. Realizando testes apropriados para emitir diagnósticos fisioterápicos: planejar e executar a terapêutica nos pacientes: proceder a reavaliação sistemática dos pacientes em tratamento objetivando o reajuste das condutas adotadas em função da evolução do caso: programar, prescrever e orientar a utilização de recursos fisioterápicos para correção de desvios posturais. Afecções dos aparelhos respiratórios e cardiovascular, bem como para preparação e condicionamento pré e pós parto: requisitar exames complementares quando necessário: orientar os familiares sobre os cuidados a serem adotados em relação aos pacientes em tratamento domiciliar: participar nos atendimentos de urgência e nas atividades terapêuticas intensivas: indicar e prescrever o uso de prótese necessárias ao tratamento dos pacientes: manter contatos com outros profissionais de saúde, participando dos trabalhos clínicos e prescrevendo a conduta terapêutica apropriada quanto a parte fisioterápica: interagir com órgãos e entidades públicas e privadas no sentido de prestar ou buscar auxílio técnico ou científico: participar das comissões e que for designado e atividades afins.	3º Grau completo	Diploma de conclusão de ensino superior com registro superior competente no órgão de classe.

Fonoaudiólogo	Atividade de nível superior de natureza especializada envolvendo a supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva da área de fonoaudiólogo.	3 Grau completo	Diploma com registro no CRM
Mecânico	Abrange trabalhos de supervisão e manutenção de veículos e equipamentos pertencentes a municipalidade, tais como conserto, reposição de peças, lubrificação e outros atinentes a atividade.	Alfabetizado e com especialização na área.	Habilitação específica que o edital exigir.
Médico	Atividade de nível superior, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.	3º Grau completo	Diploma com registro no CRM/SC
Médico Veterinário	Compreende a execução das ações relacionadas a prevenção erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária.	3º Grau completo	Diploma com registro no CRMV/SC
Motorista	Direção ou operação de veículos de passageiros, caminhões, ambulâncias e outros, além de tratores agrícolas.	Alfabetizado	Portador de Carteira Nacional de Habilitação na categoria especializada no Edital de Concurso Público.
Nutricionista	Atividades voltadas a execução do programa de alimentação escolar e de saúde nutricional, tais como planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de nutrição. Realizar assistência e educação nutricional a coletividade ou indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas. Calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas. Programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os as faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares. Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas práticas higiênicas e sanitárias. Identificar crianças portadoras de patologias e deficiências associadas a nutrição, para o atendimento nutricional adequado. Planejar e supervisionar a execução da adequação de instalação físicas. Equipamentos e utensílios de acordo com as inovações tecnológicas. Elaborar o plano de trabalho anual, contemplando os procedimentos dotados para os desenvolvimento das atribuições. Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, avaliando e atualizando os procedimentos operacionais padronizados sempre que necessário. Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental. Coordenar o desenvolvimento dos receituários e respectivas fichas técnicas, avaliando periodicamente as preparações culinárias. Planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo preparo distribuição e transporte de refeições/preparações culinárias. Colaborar e/ou participar das ações relativas ao diagnóstico, avaliação e monitoramento nutricional escolar. Efetuar controle periódico dos trabalhos executados. Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária. Coordenar, supervisionar e executar programas permanentes em alimentação escolar na rede pública de ensino. Articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica de escola para planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição. Participar da definição do perfil do dimensionamento do recrutamento da seleção e capacitação dos colaboradores da UAN para capacitação específica de manipuladores de alimentos devendo ser observada a legislação sanitária vigente. Participar das equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar cursos pesquisas e eventos voltados para a promoção da saúde. Realizar e divulgar estudos e pesquisas relacionadas a sua área de atuação promovendo o intercâmbio técnico – científico. Avaliar rendimento e custo das refeições/preparações culinárias. Participar do planejamento e execução de programas de treinamentos, estágios para alunos de nutrição e educação continuada para profissionais da saúde.	Superior Completo com graduação em Nutrição	Registro no CRN Conselho Regional de Nutrição.

Odontólogo	Atividade de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas.	3º Grau completo	Diploma com registro no CRO/SC
Operador de Máquina	Operação de retroescavadeira, pá carregadeira, moto niveladora, trator de esteira e outros.	Alfabetizado	Portador da carteira Nacional de Habilitação na categoria especificada no Edital de Concurso Público.
Pedreiro/Carpinteiro	Abrange trabalhos em geral de construção e manutenção de prédios e obras públicas em geral, envolvendo serviços de pedreiro, carpinteiro.	Alfabetizado e com especialização na área.	Habilitação específica que o edital exigir.
Superintendente Desportivo	Atividade de qualificação de nível médio, abrangendo atividades administrativas e burocráticas de gerenciamento e superintendência das atividades desportivas da Secretária da Educação, bem como atividades inerentes a atividade do profissional de educação física, dentre elas a atividade de docência em práticas desportivas.	2º Grau completo e conhecimento na área	Registro no CRFFI – Conselho Regional de Educação Física
Técnico Administrativo	Prestar assessoramento em trabalhos que visem a implementação de leis, regulamentos e normas e quaisquer atos referentes a administração Pública: elaborar pareceres e informações: estudar e propor rotinas para o desenvolvimento de trabalhos, preparar manuais de serviço: manejar programas de computação, para permitir o tratamento automático de dados: responsabilizar – se por equipes auxiliares necessárias a execução das atividades próprias do cargo: exarar despachos interlocutórios ou não de acordo com a orientação do superior hierárquico, revisar atos e informações antes de apresentá-los às autoridades superiores: efetuar pesquisas para o aperfeiçoamento do serviço: colaborar com e/ou propor aos superiores estudos para a adoção de medida a administração de pessoal e de outros aspectos administrativos para o bom andamento dos serviços públicos, executar outras tarefas correlatas.	2º Grau completo	Diploma ou Certidão de conclusão de 2º grau completo
Psicólogo	Atividade de nível superior de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva na área de psicologia adulta e infanto-juvenil.	3º Grau completo	Diploma com registro no CRM.
Técnico Agrícola	Atividade de natureza técnica e administrativa na área rural e agropecuária	2º Grau completo	Portador do Certificado de 2º Grau específico com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
Técnico de Enfermagem	Atividade Técnica em auxiliar de enfermagem desenvolvida junto ao indivíduo, família e comunidade visando a promoção e recuperação a saúde.	2º Grau completo	Diploma ou Certificado de órgão oficialmente reconhecido de que cursou curso específico na atividade.
Técnico em Piscicultura	Atividade de natureza técnica e administrativo na área rural e piscicultura	2º Grau completo	Portador do certificado de 2º grau específico com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.
Técnico Planejamento Nível Superior	Atividade de nível superior de natureza especializada envolvendo a elaboração de projetos técnicos relacionados a obras e serviços, levantamentos de dados, elaboração de projetos, planilhas, levantamento de custos de projetos de interesse da municipalidade.	3º Grau completo nas áreas de Administração, Relações Humanas ou Engenharia Civil.	Diploma com registro no órgão competente.
Zelador de Estradas	Trabalhos braçais relativos à obra públicas de qualquer natureza, serviços de conservação, limpeza e melhoramento de estradas e ruas, capinação varreduras e roçado de vias públicas, manutenção e conservação de pontes, bueiros e valas.	Alfabetizado e ou especialização na área	Residir na localidade onde está designada a atividade.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 240/2019**

Publicação Nº 2224586

DECRETO N.º 240/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0013.2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

(10) 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0502.00 (0.1.0002) – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0013.2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

(7) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0502.00 (0.1.0002) – Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 07 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 242/2019

Publicação Nº 2225511

DECRETO N.º 242/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 25 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

23.695.0008.2.073 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

(93) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.00 (0.1.0000) – Aplicações diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 25 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

23.695.0008.2.073 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

(92) 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0500.00 (0.1.0000) – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de Novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 243/2019

Publicação Nº 2225703

DECRETO N.º 243/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0017.2.041 – Manutenção das atividades do Conselho Tutelar

(4) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.00 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2019, por conta de recursos ordinários na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 55/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2225293

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS LOTES 03 E 04.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE REPAROS E CONSERTOS NOS PRÉDIOS E PRAÇAS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 26/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 26/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 12 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2839

Publicação Nº 2224895

DECRETO Nº 2839 de 12 de novembro de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO que o Município já arrecadou 84,98% (oitenta e quatro vírgula noventa e oito por cento) dos recursos ordinários previstos para o exercício até o mês de outubro;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de novembro e dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 10 (dez) primeiros meses, de recursos ordinários, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

CONSIDERANDO que a meta estabelecida pelo Decreto 2706 de 18 de dezembro de 2018 que "ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019" para o 5º bimestre foi superada em mais de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), considerando todos os recursos;

CONSIDERANDO que a meta estabelecida pelo Decreto 2706 de 18 de dezembro de 2018, para recursos ordinários, já foi superada em mais de R\$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil de reais);

CONSIDERANDO que o historicamente o mês de dezembro é o mês com maior arrecadação do ano;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de novembro a dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 10 (dez) primeiros meses, de recursos do FUNDEB, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais);

CONSIDERANDO que se a arrecadação do exercício de 2019 comparada com o exercício de 2018, até o mês de novembro em recursos ordinários, está superior a 6,94% (seis vírgula noventa e quatro por cento);

CONSIDERANDO o valor já suplementado pelos Decretos nº 2828 e 2833 no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais),

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), à conta dos recursos do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, proveniente de recursos ordinários:

I - Recursos Ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Órgão.Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Mod.	Valor (R\$)
Suplementação	04.006	2.406	000	3	90	10.000,00
Suplementação	04.007	2.407	000	3	90	5.000,00
Suplementação	04.008	2.408	000	3	90	10.000,00
Suplementação	07.001	2.710	001	3	90	10.000,00
Suplementação	07.001	2.711	001	3	90	20.000,00

Parágrafo Único - Para fins de reestimativa de receita orçamentária, o valor dessa suplementação deverá ser inserido na rubrica de arrecadação da quota parte do ICMS.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2019.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2840

Publicação Nº 2225113

DECRETO Nº 2840 de 12 de novembro de 2019.

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no item 13.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a validade do Concurso Público - Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, por mais 02 (dois) anos, ou seja, até 21/11/2021, referente à homologação do Resultado Final publicada através do Decreto 2473 de 20/11/2017 em 21/11/2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, edição nº 2390, pg. 659.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2841

Publicação Nº 2225115

DECRETO Nº 2841 de 12 de novembro de 2019.

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2018 QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no item 10.2 do Edital do Processo Seletivo nº 008/2018 de 26 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a validade do Processo Seletivo - Edital nº 008/2018 de 26 de outubro de 2018, por mais 01 (um) ano, ou seja, até 19/11/2020, referente à homologação do Resultado Final publicada em 19/11/2018, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, edição nº 2683, pg. 167.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2019

Publicação Nº 2225783

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2019

Contrato nº: 021/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER – ATENA

CNPJ: 05.510.658/0001-67

Objeto: O presente aditivo tem por objetivo prestadores de serviço de atenção a pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos para tratamento em Comunidades Terapêuticas, com caráter de tratamento para reabilitação em saúde mental nas áreas de tratamento, recuperação e acompanhamento aos dependentes químicos e suas famílias, bem como educacional científico na área de dependência química, com sede no Município e/ou região destinado aos usuários das Unidades de Saúde do Município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Inexigibilidade nº 005/2019; Processo Licitatório n.º 094/2019.

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2019.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data de 31 de dezembro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL Nº 002/2016-SMS

Publicação Nº 2225417

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca a candidata a seguir relacionada, aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 002/2016 – Programas Especiais, desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386, Mafra - SC, no setor de Recursos Humanos e Qualidade.

Comparecer até dia 22/11/2019 (para manifestar interesse pela vaga):

Nome	Cargo
Denise de Fatima Hochica	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2016, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação. Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no referido Processo Seletivo.

Mafra, 13 de Novembro de 2019.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Alexandre Solesinski

Secretário Municipal de Administração

TOMADA DE PREÇO Nº 019/2019

Publicação Nº 2225786

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 019/2019

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 29/11/2019 às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, licitação na modalidade de Tomada de Preço para a contratação de empresa especializada para construção de rampas de acessibilidade na EMEF São Lourenço e construção de fossa séptica e sumidouro no CEIM Portão São Lourenço conforme projetos, memorial descritivos, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Educação, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastrada na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme

endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 29/11/2019, até às 09:00horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra, 12 de novembro de 2019
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

ATA 03 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

Publicação Nº 2224615

ATA 03
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, TERCEIRA IDADE, PARQUE ECOLÓGICO, CONSELHO TUTELAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA, CENTRO DE TRIAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS E SEDE DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos, do dia oito, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada pelo Decreto nº 14/2019. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, esta informou que o representante legal da empresa Copol Distribuidora de Alimentos, encaminhou novo e-mail informando que tem interesse em assumir o restante dos itens ao qual restou classificado (conforme e-mail em anexo). Assim, fica transferido para a empresa COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pelo preço da empresa primeira colocada, os restantes dos itens ao qual ficou classificada: 49 – saco plástico lixo, 100 litros, pelo valor de R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos); 20 – esponja de lã de aço, R\$ 1,02 (um real e dois centavos); 23 – filtro de papel para coar café, nº 103, R\$ 1,99 (um real e noventa e nove reais); 31 – limpa vidro, líquido, R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos); 42 – pedra sanitária tipo arredondada, R\$ 0,80 (oitenta centavos); 46 – sabão em pedra com glicerina, R\$ 3.99 (três reais e noventa e nove centavos); e, 51 – saco plástico, 150 litros, R\$ 5,67 (cinco reais e sessenta e sete centavos). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se às 09h00min. e lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Maracajá, 08 de novembro de 2019.

GRASIELA BECKER	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA	
Pregoeira	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio	
		ARLINDO ROCHA	
		PREFEITO MUNICIPAL	

O Prefeito Municipal de Maracajá, mantém a decisão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2019.

Publicação Nº 2224476

Extrato de Contrato nº 070/2019.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO – COOPERA

Objeto: Realocação de postes das redes de energia da Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, na Rodovia Angelino Acordi, na localidade de Espigão da Toca, somando um total de 25 (vinte e cinco) postes.

Valor: R\$ 48.901,55 (quarenta oito mil novecentos e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Vigência: Até 06/05/2020

Data de Assinatura: 06/11/2019

ARLINO ROCHA

Prefeito Municipal

WALMIR JOÃO RAMPINELLI

COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO – COOPERA,

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 96.2019- ZC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA

Publicação Nº 2225470

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 96/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA ZC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhes confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ZC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.757.040/0001-40, com sede na Rua Afonso Pena, número 1876, bairro Centro, município de Cascavel, estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. MATHEUS DORST DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 043.617.709-99, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 215/2019 – mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste em: CONTRATAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS EM NUVEM (CLOUD) PARA USO OPERACIONAL DO SETOR DE USO DO SOLO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 304433 - ZC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA					
LOTE 01: SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS EM NUVEM (CLOUD)					
ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS EM NUVEM (CLOUD) PARA O USO OPERACIONAL DO SETOR DE USO DO SOLO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - PERMITINDO AO CIDADÃO ABRIR, ACOMPANHAR E FINALIZAR O PROCESSO ELETRÔNICO POR MEIO DA INTERNET, SEM A NECESSIDADE DE SE DESLOCAR ATÉ A PREFEITURA, COM FUNCIONALIDADES DE PROTOCOLO, ANÁLISE, APROVAÇÃO E EMISSÃO DE DOCUMENTOS, COM MÓDULOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS E HABITE-SE, ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DO SOLO	MESES	12	R\$ 2.415,00	R\$ 28.980,00
2	BANCO DE HORAS PARA MELHORIA DE SISTEMAS E PROCESSOS (SOB DEMANDA)	HORAS	100	R\$ 85,20	R\$ 8.520,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 37.500,00					
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 37.500,00					

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, é de conhecimento das partes contratantes: proposta da contratada, edital de licitação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

3.1. O Contrato terá vigência de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, de conformidade com o Parágrafo único do art. 9º do decreto municipal 3749 de 12 de novembro de 2018.

3.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93 poderá a Administração, quando a convocada se recusar a assinar o contrato ou retirar documento equivalente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.

3.2.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos itens ganhos até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, mediante a elaboração de termo aditivo de contrato.

3.3. Os valores não poderão ser reajustados até 12 (doze) meses após assinatura do contrato. Em caso de renovação contratual, os reajustes serão baseados no índice IGP-M acumulado no período da data da assinatura até seu vencimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto deste contrato será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1. O prazo de entrega para implantação do sistema é de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não realização do serviço acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação do serviço. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

7.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

7.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

7.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

7.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

7.6. Manter vigente durante a validade do contrato os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

7.7. Instalar o sistema de sua propriedade, autorizados formalmente pela contratante, através de ordem de início de serviço, nos prazos estipulados no item acima.

7.8. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital.

7.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

7.10. Sempre que necessário atualizar os sistemas licenciados de forma a atender a legislação Estadual e Federal vigente, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado, nos casos que não exijam customização dos sistemas licenciados.

7.11. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

7.12. Manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias.

7.13. Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo.

7.14. Prestar suporte técnico na forma e nos prazos estabelecidos no Anexo II do Edital.

7.14.1 O pagamento do suporte será realizado por hora técnica, nela compreendendo todos os custos da prestadora do serviço (alimentação, hospedagem, deslocamento, etc).

7.15. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Administração Municipal, guardando total sigilo perante terceiros.

7.16. Providenciar a correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

7.17. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

7.18. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado.

7.19. Em caso de rompimento de contrato, a contratada deverá entregar os dados gerados abertos (não se trata do código fonte do sistema) ao contratante, em formato PDF ou DOC.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

8.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

8.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas neste contrato.

8.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

8.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

8.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas neste edital ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O proponente vencedor estará sujeito por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 1,0% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preço por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20%;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

d.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba/SC.

9.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

9.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

9.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

9.5. As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

9.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração,

consoante o artigo 77 da Lei n.º 8.666/1993.

9.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

9.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

9.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo, acarretará ao infrator a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a administração pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

9.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais atinentes à espécie.

9.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei Federal 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este contrato, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2019, bem como seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

13.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, estado Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente contrato.

13.3. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Andrey Ricardo Krischanski, Gerente de Planejamento e Convênios, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E assim por estarem justos e de acordo, na forma acima, assina o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Massaranduba – SC,	12	de	novembro	de	2019
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

ZC SERVIÇOS DE INTERNET LTDA

MATHEUS DORST DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI	DOROTI KLIMKOWSKI ALEXANDRE
CPF: 079.345.289-90	CPF: 095.611.199-86

DECRETO Nº 4046 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2224396

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4046 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 262.884,64 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) nos programas discriminados do Anexo I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, é oriundo do provável excesso de arrecadação no exercício, conforme artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de outubro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

Pág 1/1

ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA									
Decreto: 4046/2019				Data Lançamento: 31/10/2019					
Data Decreto: 31/10/2019				Código da Suplementação: 144					
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional				Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Valor
1	Suplementar	29	06.002.0004.0129.0010.2013.33350000000000000000	01000000	12.000,00	Excesso			260.000,00
1	Suplementar	31	06.002.0004.0129.0010.2013.33390000000000000000	01000000	40.000,00	Excesso			2.884,64
1	Suplementar	72	07.001.0017.0512.0034.2020.33390000000000000000	01000000	173.000,00				262.884,64
1	Suplementar	93	07.003.0028.0782.0017.2030.33390000000000000000	01000000	15.000,00	Anulação:			
1	Suplementar	265	12.001.0026.0782.0031.2031.33390000000000000000	01000000	14.800,00	Superávit:			
1	Suplementar	268	12.001.0020.0609.0032.2076.33390000000000000000	01000000	5.200,00	Convênio:			
				Total do Lote	260.000,00				
2	Suplementar	164	08.001.0027.0812.0024.2086.33390000000000000000	01000000	2.884,64				
				Total do Lote	2.884,64				
				Total	262.884,64				
Total Geral									
Anulação :					262.884,64	Transposição		Convênio:	0,00
Superávit:					0,00	Incremento:			
						Decremento:			
Resumo por Vinculos									
Tipo: Ordinário									
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
1000000	Recursos Ordinários			0,00	262.884,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário				0,00	262.884,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				0,00	262.884,64	0,00	0,00	0,00	0,00

DECRETO Nº 4047 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2224397

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4047 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 13.198,19 (treze mil, cento e noventa e oito reais e dezenove centavos) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de outubro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 77

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				Data Lançamento: 31/10/2019				Código da Suplementação: 23			
Lei: 1961/2018				Decreto: 4047/2019				Data Decreto: 31/10/2019			
Data Lei: 12/11/2018				Crédito Adicional							
Lote	Tipo	Ref.	Valor	Vínculo	Valor	Origem de Recursos	Valor				
1	Suplementar	237	10.001.0008.0244.0029.2089.33390000000000000000	01000000	1.000,00	Anulação	340	10.001.0008.0244.0029.2089.33390000000000000000	03000000	12.198,19	
1	Suplementar	347	10.001.0008.0244.0029.2089.33350000000000000000	03000000	12.198,19	Dotação	239	10.001.0008.0244.0029.2089.34490000000000000000	01000000	1.000,00	
				Total do Lote	13.198,19	Anulação					
				Total	13.198,19	Superávit:		Excesso:		Total	
						Convênio:		Op. de Crédito:		0,00	
										0,00	
Total Geral				13.198,19	Excesso:			0,00		Convênio:	0,00
Anulação :				0,00	Op. de Crédito:			0,00			
Superávit:											
Resumo por Vínculos											
Tipo: Ordinário											
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio			
1000000	Recursos Ordinários		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário		13.198,19	13.198,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			13.198,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Emitido por: ALEXANDRO HENRIQUE MARTINS

Pág 3 / 3

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77



DECRETO Nº 4048 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224398

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4048 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 15.072,00 (quinze mil e setenta e dois reais) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 01 de novembro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 8998 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Data Inicial: 01/11/2019 Data Final: 01/11/2019 LOA: 2019

Pág 2 / 3

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
Lei: 1961/2018				Decreto: 4048/2019		Data Lançamento: 01/11/2019				
Data Lei: 12/11/2018				Data Decreto: 01/11/2019		Código da Suplementação: 24				
Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional		Valor	Tipo	Ref.	Origem de Recursos		Valor
			Dotação	Vínculo				Dotação/Receita	Vínculo	
1	Suplementar	310	10.002.0008.0243.0029.2093.3335000000000000000000		15.072,00	Superávit				15.072,00
					Total do Lote				Total	15.072,00
							Anulação:		Excesso:	0,00
							Superávit:	15.072,00	Op. de Crédito:	0,00
							Convênio:	0,00		0,00
Total Geral										
Anulação :			0,00	Excesso:	0,00	Transposição Incremento:		0,00	Convênio: 0,00	
Superávit:			15.072,00	Op. de Crédito:	0,00	Transposição Decremento:		0,00		
Resumo por Vínculos										
Tipo: Ordinário										
Vínculo	Descrição Vínculo		Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito		Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
30000000	Recursos Ordinários									
				0,00	15.072,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário				0,00	15.072,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Total Geral				0,00	15.072,00	0,00		0,00	0,00	0,00

AtendeNet - WPL v.2013.01

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 114/2019**

Publicação Nº 2224365

DECRETO N.º 114/2019 – DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/18 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 8.648,84 (Oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	2.014		Manut. Das Educação Infantil Creche	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1101		Aplicações Diretas – 61	635,84

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
PROJETO	2.007		Manut das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100		Aplicações Diretas – 21	6.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
PROJETO	2.015		Manut da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100		Aplicações Diretas – 94	2.013,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 8.648,84 (Oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	2.014		Manut. Das Educação Infantil Creche	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1101		Aplicações Diretas – 60	635,84

P

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
PROJETO	2.007		Manut das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100		Aplicações Diretas – 18	6.000,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO		
PROJETO	2.015		Manut da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100		Aplicações Diretas – 89	2.013,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 08 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

DECRETO 115/2019

Publicação Nº 2225068

DECRETO N.º 115/2019 – DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.704,00 (dez mil, setecentos e quatro reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	2.007	Manutenção das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.1100	Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	10.704,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 10.704,00 (dez mil, setecentos e quatro reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJETO	2.007	Manutenção das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	10.704,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 116/2019

Publicação Nº 2225562

DECRETO N.º 116/2019 – DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 28.476,19 (Vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
ATIVIDADE	2.014	Manut. Da Educação Infantil - Creche	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1336	Aplicações Diretas – 154	12.523,43
ATIVIDADE	2042	Manut. Da Educação Infantil – Pré-Escolar	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1336	Aplicações Diretas - 141	15.952,76

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Matos Costa - SC, 11 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

PORTARIA 622/2019

Publicação Nº 2225439

PORTARIA Nº 622/2019 – De 29 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCIO DE PAULA FLEIT, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de CARPINTEIRO, 10 (dez) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 25.09.2012 a 25.09.2017 a serem gozados entre os dias 29.10.19 á 07.11.19, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 29 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 623/2019

Publicação Nº 2225440

PORTARIA Nº 623/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor da servidora LUCIA SCHEFFER ROSA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, referente ao período aquisitivo de 15.09.2009 a 15.09.2014, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007, c/c art. 134, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012 de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 624/2019

Publicação Nº 2225442

PORTARIA Nº 624/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor do servidor CLAUDINEI GELINSKI, investido no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Designado para exercer a função de Confiança de Diretor de Escola Municipal, referente ao período aquisitivo de 08.03.2013 a 08.03.2018, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007, c/c art. 134, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012 de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 625/2019

Publicação Nº 2225446

PORTARIA Nº 625/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor da servidora NERCI RIBEIRO DA SILVA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, referente ao período aquisitivo de 08.08.2012 a 08.08.2017, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007, c/c art. 134, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012 de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 626/2019

Publicação Nº 2225448

PORTARIA Nº 626/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário em favor da servidora CAMILA CARNEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TECNICA, na categoria funcional de DIGITADOR DE PROCESSAMENTO DA DADOS - AMUS, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, de conformidade com o insculpido no art. 109, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 627/2019

Publicação Nº 2225450

PORTARIA Nº 627/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário em favor da servidora RENATA MAGALY TOMACHEUSKI ORTIZ, nomeada no cargo de provimento em Comissão de ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, de conformidade com o insculpido no art. 109, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 628/2019

Publicação Nº 2225452

PORTARIA Nº 628/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário em favor do servidor ANTONIO CESAR ROSA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, de conformidade com o insculpido no art. 109, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 629/2019

Publicação Nº 2225454

PORTARIA Nº 629/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário em favor do servidor JOSE DANIEL SMEK, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL, relativas ao período aquisitivo de 2018/2019, o qual estava em gozo de férias retornando ao trabalho no dia 11/11/2019, de conformidade com o insculpido no art. 109, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 630/2019

Publicação Nº 2225458

PORTARIA Nº 630/2019 – De 31 de Outubro de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NERCI RIBEIRO DA SILVA, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 50 (cinquenta) dias de Licença Prêmio, relativas ao período aquisitivo de 22.02.2011 à 22.02.2016, a serem gozadas entre os dias 31.10.19 a 19.12.19, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 31 de Outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 096-2019

Publicação Nº 2225464

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 096/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SBM – SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA PARA SER UTILIZADA NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais)

Vigência: Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019.

Data da assinatura: 07 de novembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 097-2019

Publicação Nº 2225467

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 097/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MC BEHENCK EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA – ME

Objeto: Contratação da empresa para a apresentação artística da seguinte banda musical BLACK BULL BAND, a ser realizado no dia 30 de novembro de 2019 no evento de comemoração do 58º aniversário do Município de Meleiro a ser realizado no Pavilhão do Arroz do Município, conforme programação.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência: Início: 08/11/2019 Término: 30/11/2019.

Data da assinatura: 08 de novembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 098-2019

Publicação Nº 2225469

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 098/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PRODUSHOW PROPAGANDA PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA ME

Objeto: Contratação da empresa para a apresentação artística da seguinte banda musical BANDA TCHÊ BARBARIDADE, a ser realizado no dia 30 de novembro de 2019 no evento de comemoração do 58º aniversário do Município de Meleiro a ser realizado no Pavilhão do Arroz do Município, conforme programação.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência: Início: 08/11/2019 Término: 30/11/2019.

Data da assinatura: 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 413-2019

Publicação Nº 2224411

PORTARIA n.º 413/2019

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 09 de março de 2009 e suas

alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria nº 383/2019 que concede licença saúde à servidora ROSANE CRISTINA FAGUNDES, ocupante do cargo de Diretor Geral de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

BALANÇO ORÇAMENTARIO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2225471

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.725.242,73	10,64	20.555.188,00	58,73
RECEITAS CORRENTES	33.199.400,00	33.199.400,00	3.725.242,73	11,22	20.337.488,00	61,26
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.909.000,00	3.909.000,00	333.984,49	8,54	2.321.483,09	59,39
IMPOSTOS	2.872.000,00	2.872.000,00	289.151,92	10,07	1.837.373,63	63,98
TAXAS	1.012.000,00	1.012.000,00	44.832,57	4,43	484.109,46	47,84
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	360.000,00	360.000,00	47.996,57	13,33	225.240,40	62,57
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	360.000,00	360.000,00	47.996,57	13,33	225.240,40	62,57
RECEITA PATRIMONIAL	310.600,00	310.600,00	7.372,69	2,37	45.483,71	14,64
VALORES MOBILIÁRIOS	310.600,00	310.600,00	7.372,69	2,37	45.483,71	14,64
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.263.000,00	1.263.000,00	139.031,56	11,01	676.889,00	53,59
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.248.600,00	1.248.600,00	139.031,56	11,13	676.889,00	54,21
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	14.400,00	14.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.038.200,00	27.038.200,00	3.167.534,31	11,72	16.930.079,14	62,62
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	12.492.400,00	12.492.400,00	1.185.146,77	9,49	7.151.240,31	57,24
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.673.800,00	9.673.800,00	1.254.044,33	12,96	6.069.372,24	62,74
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	70.000,00	583,33
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.848.000,00	4.848.000,00	728.343,21	15,02	3.634.007,04	74,96
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	5.459,55	45,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	303.600,00	303.600,00	29.323,11	9,66	138.312,66	45,56
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	36.000,00	36.000,00	27.928,47	77,58	108.583,55	301,62
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	171.600,00	171.600,00	1.394,64	0,81	29.729,11	17,32
RECEITAS DE CAPITAL	1.800.600,00	1.800.600,00	0,00	0,00	217.700,00	12,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	105.600,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	105.600,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	217.700,00	139,55
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	217.700,00	241,89
ALIEIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.539.000,00	1.539.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.152.000,00	1.152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	387.000,00	387.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.725.242,73	10,64	20.555.188,00	58,73	14.444.812,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.725.242,73	10,64	20.555.188,00	58,73	14.444.812,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	241.850,10	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.725.242,73	10,64	20.797.038,10	59,42	14.202.961,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.469.885,06	—	—	1.469.885,06	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.469.885,06	—	—	1.469.885,06	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96	19.854.548,20
DESPESAS CORRENTES	28.567.300,00	30.997.165,74	3.558.701,12	22.284.562,52	8.712.603,22	4.473.133,64	19.803.380,77	11.193.784,97	18.865.397,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.338.300,00	15.151.969,46	2.178.652,53	10.990.669,83	4.161.299,63	2.196.335,09	10.972.987,31	4.178.982,15	10.747.534,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	201.000,00	211.000,00	0,00	197.000,00	14.000,00	35.061,93	170.868,81	40.131,19	170.868,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.028.000,00	15.634.196,28	1.380.048,59	11.096.892,69	4.537.303,59	2.241.736,62	8.659.524,65	6.974.671,63	7.946.994,24
DESPESAS DE CAPITAL	6.422.700,00	6.560.170,32	26.368,07	1.224.356,87	5.335.813,45	143.580,02	993.657,33	5.566.512,99	989.150,64
INVESTIMENTOS	5.921.700,00	6.049.170,32	26.368,07	735.804,13	5.313.366,19	58.395,32	567.731,73	5.481.438,59	563.225,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	501.000,00	511.000,00	0,00	488.552,74	22.447,26	85.184,70	425.925,60	85.074,40	425.925,60

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96	19.854.548,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96	19.854.548,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96	19.854.548,20
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	700.639,80
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	—	4.616.713,66	20.797.038,10	—	20.555.188,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

MELEIRO, 12/11/2019

EDER MATTOS
Prefeito MunicipalADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3DAIANI MACARINI
Agente Controle InternoJULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DESPESAS POR FUNCAO 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2225472

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
			(a)		(b/Total b)	(c) = (a-b)		(d/Total d)	(e) = (a-d)
PRRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96
	Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	134.029,25	685.830,05	2,92	139.993,73	678.415,35	591.584,65
	Ação Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	134.029,25	685.830,05	2,92	139.993,73	678.415,35	591.584,65
	Administração	3.102.500,00	3.172.500,00	290.123,00	2.331.263,21	9,92	359.735,00	2.096.039,63	1.076.460,37
	Administração Geral	3.102.500,00	3.172.500,00	290.123,00	2.331.263,21	9,92	359.735,00	2.096.039,63	1.076.460,37
	Assistência Social	1.607.500,00	1.915.930,54	80.297,63	1.055.779,03	4,49	860.151,51	853.852,80	1.062.077,74
	Assistência à Criança e ao Adolescente	245.000,00	461.673,78	15.850,57	275.177,26	1,17	186.496,52	191.304,19	1.062.077,74
	Assistência Comunitária	1.362.500,00	1.454.256,76	64.447,06	780.601,77	3,32	673.654,99	662.548,61	791.708,15
	Saúde	7.368.800,00	8.345.957,79	667.397,52	5.183.899,90	22,05	3.162.057,89	4.331.024,21	4.014.933,58
	Atenção Básica	4.795.000,00	5.681.014,22	470.812,63	3.603.780,69	15,33	2.077.233,53	2.956.200,68	2.724.813,54
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.766.000,00	1.834.000,00	137.858,85	1.229.307,56	5,23	604.692,44	1.063.614,24	770.385,76
	Suporte Profilático e Terapêutico	284.000,00	299.402,37	29.141,72	240.519,99	1,02	58.882,38	44.001,42	89.085,98
	Vigilância Sanitária	205.800,00	223.541,20	29.584,32	110.291,66	0,47	113.249,54	23.948,43	122.668,30
	Investimentos	308.000,00	308.000,00	0,00	0,00	0,00	308.000,00	0,00	308.000,00
	Educação	10.214.000,00	10.458.402,52	1.101.099,84	6.734.543,27	28,65	3.723.859,25	1.217.197,95	4.389.960,70
	Alimentação e Nutrição	782.000,00	782.000,00	57.796,93	512.331,53	2,18	269.668,47	77.247,95	461.742,94
	Ensino Fundamental	6.142.200,00	6.356.618,65	619.533,09	3.953.950,44	18,82	2.402.668,21	685.225,23	2.789.495,97
	Ensino Superior	145.000,00	145.000,00	10.875,31	86.010,71	0,37	58.989,29	14.957,70	68.126,10
	Educação Infantil	3.001.000,00	3.030.983,87	412.894,51	2.138.250,59	9,10	892.733,28	430.967,07	966.395,69
	Educação de Jovens e Adultos	68.800,00	68.800,00	0,00	0,00	0,00	68.800,00	0,00	68.800,00
	Educação Especial	75.000,00	75.000,00	0,00	44.000,00	0,19	31.000,00	8.800,00	35.400,00
	Cultura	724.600,00	724.600,00	57.520,20	261.444,10	1,11	463.155,90	93.012,34	493.637,75
	Difusão Cultural	724.600,00	724.600,00	57.520,20	261.444,10	1,11	463.155,90	93.012,34	493.637,75
	Urbanismo	5.267.200,00	6.148.524,63	1.045.947,27	4.678.034,73	19,90	1.470.489,90	1.377.202,77	1.914.615,52
	Infra-Estrutura Urbana	685.100,00	685.100,00	0,00	39.500,00	0,17	645.600,00	17.500,00	645.600,00
	Serviços Urbanos	4.582.100,00	5.463.424,63	1.045.947,27	4.638.534,73	19,73	824.889,90	1.359.702,77	1.269.015,52
	Habitação	82.700,00	82.700,00	0,00	0,00	0,00	82.700,00	0,00	82.700,00
Habitação Rural	29.600,00	29.600,00	0,00	0,00	0,00	29.600,00	0,00	29.600,00	
Habitação Urbana	53.100,00	53.100,00	0,00	0,00	0,00	53.100,00	0,00	53.100,00	
Saneamento	2.250.000,00	2.266.020,58	75.225,07	698.993,08	2,97	1.587.027,50	105.706,19	1.660.375,17	
Saneamento Básico Rural	202.000,00	202.000,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00	0,00	202.000,00	
Saneamento Básico Urbano	2.048.000,00	2.064.020,58	75.225,07	698.993,08	2,97	1.385.027,50	105.706,19	1.458.375,17	

Continua 1/

10

]

;

;

;

;

;

;

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

);

2

Continuação 2/

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96
Extensão Rural	1.526.800,00	1.566.800,00	60.257,76	777.064,16	789.735,84	104.400,90	695.551,91	871.248,09
Indústria	1.526.800,00	1.566.800,00	60.257,76	777.064,16	789.735,84	104.400,90	695.551,91	871.248,09
Promoção Industrial	152.300,00	152.300,00	0,00	0,00	152.300,00	0,00	0,00	152.300,00
Desporto e Lazer	152.300,00	152.300,00	0,00	0,00	152.300,00	0,00	0,00	152.300,00
Desporto Comunitário	533.600,00	533.600,00	73.171,65	236.515,12	297.084,88	87.170,67	232.311,90	301.288,10
Encargos Especiais	900.000,00	900.000,00	73.171,65	236.515,12	297.084,88	87.170,67	232.311,90	301.288,10
Serviço da Dívida Interna	900.000,00	900.000,00	0,00	865.552,74	34.447,26	147.490,08	750.883,71	149.116,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	35.000.000,00	37.567.336,06	3.585.069,19	23.508.919,39	14.058.416,67	4.616.713,66	20.797.038,10	16.770.297,96

FONTE:

MELEIRO, 12/11/2019

ADAIR PASINI	EDER MATTOS	DAIANI MACARINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

[illegible]

RECEITA CORRENTE LIQUIDA 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2225474

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF Art.53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (últ. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.192.201,18	2.709.307,77	2.142.988,75	2.480.037,12	2.190.860,43	2.603.952,28	2.414.815,86	2.210.335,67	2.383.580,50	2.306.434,82	2.110.540,85	2.105.442,96	27.880.399,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	144.869,27	157.140,13	146.956,66	293.997,47	228.444,85	357.969,97	230.684,10	180.953,73	188.895,38	179.595,44	182.018,56	151.865,93	37.383.400,00
I.P.T.U.	6.921,50	8.062,76	14.021,01	71.127,99	69.044,23	323.153,92	45.899,21	22.893,44	22.805,66	16.591,43	13.780,88	11.104,18	625.426,20
I.S.S.	45.401,35	50.275,49	48.152,44	44.839,49	45.307,29	38.852,36	63.685,43	60.678,55	52.425,28	66.310,05	80.332,86	59.777,73	792.000,00
I.T.B.I.	38.761,62	23.457,27	12.651,91	23.154,45	24.709,69	20.246,35	22.970,32	25.241,07	28.600,89	45.090,89	35.205,05	15.321,80	960.000,00
I.R.R.F.	32.859,00	58.505,82	46.288,98	33.317,90	33.539,67	33.596,07	34.437,05	34.564,22	34.427,31	36.198,77	35.539,97	29.628,01	500.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.028,80	16.808,79	25.852,42	91.557,64	55.844,97	151.721,27	63.692,09	37.576,45	50.625,75	15.456,30	16.759,80	35.894,21	500.000,00
Contribuições	25.236,66	45.993,99	891,54	25.076,44	26.007,64	25.798,80	26.494,09	24.918,81	24.204,41	23.852,30	23.978,40	24.018,17	1.157.000,00
Receita Patrimonial	3.587,57	4.461,54	3.696,44	4.195,24	4.720,27	5.237,50	5.648,42	4.856,83	5.723,89	4.032,43	3.303,81	4.068,88	300.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.587,57	4.461,54	3.696,44	4.195,24	4.720,27	5.237,50	5.648,42	4.856,83	5.723,89	4.032,43	3.303,81	4.068,88	310.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Receita de Serviços	65.122,27	66.624,91	66.587,96	70.688,18	51.816,43	66.308,91	70.454,14	72.673,79	71.233,99	69.094,04	69.850,27	69.081,29	810.636,18
Transferências Correntes	1.944.735,78	2.425.248,47	1.922.081,93	2.107.337,75	1.853.579,44	1.925.796,84	2.063.009,46	1.918.263,46	2.082.394,40	2.040.632,71	1.814.574,35	1.543.801,04	23.202.200,00
Cota-Parte do F.P.M.	576.972,19	1.009.705,25	716.627,82	783.028,06	586.285,84	571.987,33	734.046,07	578.208,50	700.696,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.911.435,94
Cota-Parte do I.C.M.S.	601.464,26	649.035,58	642.408,41	626.588,53	588.886,50	604.005,91	594.535,08	580.010,22	587.626,76	591.734,19	616.238,00	621.174,19	7.304.244,73
Cota-Parte do I.P.V.A.	73.821,74	50.364,96	66.090,05	108.079,01	110.176,71	124.650,91	125.314,80	104.400,98	116.805,88	96.231,67	97.465,53	102.019,88	1.440.000,00
Outras Transferências Correntes	305.019,38	288.778,18	109.016,32	192.287,90	207.480,03	257.528,02	223.789,55	302.163,87	233.105,04	413.134,71	201.976,36	273.946,11	4.334.200,00
Transferências da LC 61/1989	8.147,11	9.816,98	7.364,40	7.795,66	7.528,90	7.632,88	7.474,02	7.838,13	7.934,72	7.101,65	8.657,08	7.661,41	94.952,94
Transferências da LC 87/1996	1.782,62	1.782,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.555,24
Transferências do FUNDEB	376.932,09	415.624,14	381.594,93	388.460,24	353.132,20	359.653,07	377.591,61	344.819,75	346.174,90	353.927,13	369.146,12	359.195,09	4.426.533,27
Outras Receitas Correntes	8.490,63	7.638,73	12.765,22	8.742,04	26.091,80	13.940,46	18.525,65	6.669,05	11.147,43	9.207,90	16.815,46	12.507,65	154.442,02
DEDUÇÕES (II)	252.562,68	283.527,72	285.265,79	305.113,73	288.597,26	261.662,94	292.325,35	254.255,78	237.592,43	254.717,88	248.709,78	242.131,30	4.154.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	252.562,68	283.527,72	285.265,79	305.113,73	288.597,26	261.662,94	292.325,35	254.255,78	237.592,43	254.717,88	248.709,78	242.131,30	3.177.482,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.939.638,50	2.425.780,05	1.856.693,96	2.174.923,39	1.932.063,17	2.342.289,34	2.122.490,51	1.956.079,89	2.145.988,07	2.071.716,94	1.861.831,07	1.863.311,66	33.208.000,00

FONTE:

MELEIRO, 12/11/2019

ADER MATOS
Prefeito Municipal

ADAM MACARINI
Agente Controlador Interno

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019

Publicação Nº 2225290

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 2271/2019

Modalidade: Pregão Nº 055/2019

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO CONFORME RIDER TÉCNICO SHOW YASMIN SANTOS PARA AS ATIVIDADES SOCIAIS DA 20ª FEPAR

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27 de novembro de 2019

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 27 de novembro de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 13/11/19.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 241/2019

Publicação Nº 2224674

Decreto nº 241/2019 de 08/11/19

Dispõe sobre a homologação do Processo nº 2270/2019, Dispensa de Licitação nº 2203/2019, adjudica o objeto e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o Processo nº 2270/2019 Dispensa de Licitação nº 2203/2019.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC CONFORME PROJETOS ANEXO, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	R\$ 864.615,18

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 08 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146-2019 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA VARIAS RUAS DA CIDADE - CIDIR

Publicação Nº 2225923

Extrato de Contrato nº 146/2019

Processo Licitatório nº 2270/2019

Dispensa de Licitação nº 2203/2019

Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR EPP CNPJ sob nº. 11.117.243/0001-20

Valor R\$ 864.615,18

Assinado em: 13/11/2019

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC CONFORME PROJETOS Modelo/SC, 13 de novembro de 2019.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA 544/2019

Publicação Nº 2224362

PORTARIA Nº 544/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) ANDRÉ LUIZ DOMINGOS, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º- A presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 07 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 07 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 552/2019

Publicação Nº 2224358

PORTARIA Nº 552/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(o) servidor (a) MARISTELA APARECIDA VIATER investido no cargo de PROFESSOR III do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CONCLUSÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO, nos termos dos Arts. 22-A da Lei Complementar 27/2007 com redação da Lei Complementar 106/2019 de 24 de abril de 2019 e do Parecer Jurídico 028/2019/PRA.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 08 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 08 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 553/2019

Publicação Nº 2224360

PORTARIA 553/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
PAULO RICARDO BUYNO	12/12/2017 A 11/12/2018	11/11/2019 A 30/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 11 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 554/2019

Publicação Nº 2224361

PORTARIA Nº 06/201

PORTARIA 554/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (Trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JULIANO ROSA	01/07/2018 A 30/06/2019	11/11/2019 A 10/12/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 11 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 016/CMDCA/2019

Publicação Nº 2224355

RESOLUÇÃO Nº 016/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DOS INSCRITOS NO PROCESSO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE CARLO-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, no uso de suas atribuições,

Considerando o Edital nº 02/2019/CMDCA, de 15 de outubro de 2019, que abre inscrições para o Processo Suplementar de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Monte Carlo-SC;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a lista de inscritos, referentes ao Edital nº 02/2019/CMDCA, do Processo Suplementar de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Monte Carlo-SC, conforme segue abaixo:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
01	Ana Lúcia Corrêa	DEFERIDA
02	Simone Aparecida de Almeida	DEFERIDA

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 04 de novembro de 2019.

FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Monte Carlo-SC

Monte Castelo

PREFEITURA

CREENCIAMENTO 008/2019

Publicação Nº 2224716

CREENCIAMENTO 008/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS.

O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Alfredo Becker, 385 - Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.525/0001-65, aqui representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais comunica a todos os interessados que está procedendo CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, durante o período de 12 de Novembro de 2019 à 12 de Novembro de 2020. Os Interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta Comercial até 12 de Novembro de 2020, às 17h00min, no endereço da Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro, Horário de Expediente de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

MONTE CASTELO-SC, 12 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO 044/2019

Publicação Nº 2225411

Fundo Municipal de Saude de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 044/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, conforme anexo. Data: 26/11/2019 às 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 181/2019

Publicação Nº 2225277

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 181/2019. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, conforme anexo. Data: 26/11/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 121/2019 PMN

Publicação Nº 2225674

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 121/2019 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em consultoria de planejamento, organização e execução de concurso público de provas objetivas, práticas e de provas e títulos a ser promovido para a Prefeitura Municipal de Navegantes/SC, destinado ao provimento de vagas para diversos cargos de quadro da Administração Pública Municipal nas suas diversas modalidades. Entrega/envelopes: 26/11/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 26/11/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 115/2019 PMN -- REPUBLICADO E RETIFICADO

Publicação Nº 2225773

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 115/2019 PMN

REPUBLICADO E RETIFICADO

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preços visando a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material e mão de obra), para execução de obras de construção/ampliação do CMEI Prof. Nerozilda Pinheiro Ferreira, localizado no bairro Porto das Balsas, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 28/11/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 28/11/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

DECRETO 214/2019

Publicação Nº 2225476

DECRETO N º 214 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE HORÁRIO DE VERÃO, EXCEPCIONALMENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III,

CONSIDERANDO que compete ao chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da administração conforme disposto no art. 60,IV, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que no verão os serviços prestados pela Secretaria de Obras, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;

DECRETA:

Art. 1 º Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento da Secretaria Municipal de Obras, cujo cumprimento será das 06:00s às 12:00h, tendo início no dia 18/11/2019.

Paragrafo Único: O caráter excepcional do expediente e funcionamento conforme mencionado no caput do artigo 1º deverá ser respeitado pela Secretaria Municipal de Obras setor operacional (serviços braçais), ficando em regime de sobreaviso os demais cargos comissionados.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISTRATO 1021/2019

Publicação Nº 2224384

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 1021/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CRISTIANE DE SOUZA E SILVA, portadora do CPF 064.513.469-42, doravante denominada de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_ - _DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 371/2018, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 11/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 11 de Novembro de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística CRISTIANE DE SOUZA E SILVA Contratada

EXTRATO DA ATA 107/2019 PMN

Publicação Nº 2224577

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2019 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 107/2019, relativa ao Pregão Presencial nº 107/2019 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE CONCRETO COM ACESSIBILIDADE EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 107/2019 PMN.

Fornecedor: MAURÍCIO DE LIMA PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ nº 10.558.874/0001-12

Proprietário Mauricio de Lima

Valor: R\$ 367.442,64

Vigência: 11/11/2019 a 11/11/2020

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA 109/2019 PMN

Publicação Nº 2224758

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 109/2019, relativa ao Pregão Presencial nº 109/2019 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE LACRES ANTIFRAUDE NAS CORES AZUL E VERMELHO PARA SEREM INSTALADOS NOS HIDRÔMETROS DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 109/2019 PMN.

Fornecedor: GUIMARÃES COMERCIAL – EIRELLI

CNPJ nº 28.436.122/0001-44

Proprietária Amanda Guimarães de Castro

Valor: R\$ 13.000,00

Vigência: 11/11/2019 a 11/11/2020

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de novembro de 2019.

PORTARIA 3173/2019

Publicação Nº 2224525

PORTARIA Nº 3173 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir os veículos ONIX – PLACA RAC 8677 e GOL – PLACA MEP 3449, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita:

a) Henrival Ataul dos Santos Filho - CNH 03197791340.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3174/2019 - FISCAL DA ATA 109/2019 PMN

Publicação Nº 2224762

PORTARIA Nº 3174 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 109/2019 PMN do processo licitatório, Pregão Presencial nº 109/2019 PMN cujo objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE LACRES ANTIFRAUDE NAS CORES AZUL E VERMELHO PARA SEREM INSTALADOS NOS HIDRÔMETROS DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 109/2019 PMN.

Fiscal: SÉRGIO JORGE TRIMMER DA SILVA -- (titular)

FRANCISCO COUTO NETO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3175/2019 - FISCAL DA ATA 107/2019 PMN

Publicação Nº 2224581

PORTARIA Nº 3175 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 107/2019 PMN do processo licitatório, Pregão Presencial nº 107/2019 PMN cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE CONCRETO COM ACESSIBILIDADE EM REPARTIÇÕES

PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 107/2019 PMN.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO:

Fiscal: VANDERLEI CARDOSO -- (titular)

MARIA BENEDITA CORREA -- (suplente)

SECRETÁRIA DE SAÚDE:

Fiscal: DANIELLE DOS SANTOS LOIS DE OLIVEIRA -- (titular)

CARLA DA SILVA DE CARVALHO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3176/2019

Publicação Nº 2224527

PORTARIA Nº 3176 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir os veículos ONIX – PLACA QTM 4565 e SPIN – PLACA QIM 1893, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

a) Artur de Brida Quirino - CNH 03605102880.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3177/2019

Publicação Nº 2224533

PORTARIA Nº 3177 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo designado a dirigir os veículos ONIX – PLACA QTM 4565 e SPIN – PLACA QIM 1893, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

a) Guilherme Mateus Hinnig - CNH 04328605628.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 311/2019 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2019

Publicação Nº 2224704

DECRETO Nº 311, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispôs o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2019, designando os seguintes membros para sua composição:

- I. Claudia Carine Frozza;
- II. Graziane Civa;
- III. Luiz Alvacir de Souza

Art. 2º Os membros designados nos termos anteriores, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 08/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 12 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 68/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO: COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA

Publicação Nº 2225140

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 68/2019

Ramirez Tápia, Prefeito Municipal em exercício de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO: COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 27 de novembro de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 12 de novembro de 2019.

RAMIREZ TÁPIA

Prefeito Municipal, em exercício

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2019 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINA-SE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS OU ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO

Publicação Nº 2224549

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 08/2019

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal em caráter emergencial por prazo determinado, tendo em vista o afastamento de funcionário efetivo por motivo de doença, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a realização de Processo de Seletivo Simplificado, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido com fulcro no art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal 1.014, de 27 de março de 2001, que será regido pelas normas estabelecidas

neste Edital, e coordenado pela comissão especial designada pela Decreto nº. 205 de 04 de setembro de 2019.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site <http://www.novaerechim.sc.gov.br>.

1.2 - Os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado são publicados no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site <http://www.novaerechim.sc.gov.br>.

1.3 - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1(um) ano, a contar da data da publicação do ato de sua homologação no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site <http://www.novaerechim.sc.gov.br>, podendo ser prorrogado ou interrompido, conforme interesse público.

1.4 - O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise dos seguintes documentos: ficha de inscrição, documentação de aperfeiçoamento profissional, titulação dos candidatos e critérios definidos na legislação e no edital.

2 - DO OBJETO

2.1 – O Processo Seletivo Simplificado destina-se a contratação em caráter temporário, para desenvolvimento e implantação de programas ou atividades de interesse público, dos seguintes cargos:

Cargo	Vaga	Escolaridade	Carga Horária	Vencimento
Enfermeiro	CR	Portador de diploma de bacharel em enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão	40 horas	R\$ 4.898,33
Médico	CR	Portador de diploma de bacharel em medicina, com registro no órgão fiscalizador da profissão;	40 horas	R\$ 17.614,52

2.2 – As vagas serão preenchidas de acordo com as necessidades da secretaria e a disponibilidade orçamentária.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS TEMPORÁRIOS

3.1 – Os cargos temporários de que trata este Processo Seletivo Simplificado e o edital, correspondem as atividades relacionadas na referida Lei Municipal, com sínteses dos deveres no ANEXO I deste Edital, amparadas na Lei Municipal 126 de 20 de março de 2019 e suas alterações.

3.2 – A contratação será regida pelo Regime Geral da Previdência Social em conformidade com a Lei Municipal 1.014 de 27 de março de 2001.

3.2.1 – Os contratos poderão ser rescindidos unilateralmente no interesse da Administração Pública em período inferior ao preestabelecido.

3.3 – Incidirá sobre o valor total da remuneração os descontos fiscais e previdenciários do regime geral de previdência social.

3.4 – Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos artigos nº. 92, da Lei nº. 025 de 02 de julho de 2001, no que couber.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - Os requerimentos e documentos serão recebidos pela comissão do Processo Seletivo Simplificado ou servidores por estes designados, nos dias 13 a 20 de novembro, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, no Setor de Recursos Humanos, sito na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no Centro Administrativo, localizado na Avenida Francisco Ferdinando Losina, nº. 139, Centro, deste Município, ou em local previamente informado, ocasião em que serão revisados e se necessário autenticados.

4.1.1 - Recebidos os requerimentos e os documentos de que trata o item anterior será efetivada a inscrição de forma gratuita.

4.1.2 – A juntada de documentos ao processo faz-se por exclusiva responsabilidade do candidato, cuja inscrição implicará em reconhecimento prévio e a tácita aceitação das instruções e normas estabelecidas na legislação e no edital.

4.1.3 – Não serão aceitas inscrições protocoladas fora do prazo, previsto no edital.

4.2 – Será aceito apenas uma inscrição de candidato para o cargo previsto em lei temporária vigente, nos termos do edital, caso ocorra pluralidade todas serão NULAS.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

5.1 - A inscrição será efetivada diretamente pelo candidato ou por procurador munido de instrumento público ou particular de mandato com poderes especiais, com a apresentação da documentação em cópia autenticada em cartório ou por servidor público do Município, no ato da inscrição, como segue:

- a) Cópia dos documentos referidos no Anexo II;
- b) Preenchimento do formulário, Anexo III em duas vias;

6-DA FICHA DE INSCRIÇÃO

6.1 – A ficha de inscrição deverá ser preenchido pelo candidato de acordo com o modelo do ANEXO III do Edital, anexando os títulos e documentos comprobatórios.

6.2 – Os critérios de avaliação das inscrições respeitarão as disposições do edital, conforme o item 6.5;

6.3 – Serão considerados apenas os títulos expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atendam os critérios definidos no edital.

6.4 – Como critério de classificação será utilizada a pontuação da análise da documentação apresentada pelo candidato;

6.5 - A pontuação utilizada para classificação se dará pelo número de títulos específicos da área e do cargo pretendido, devidamente reconhecidos pelo órgão competente, definidos conforme tabela abaixo, inclusive no caso de formação superior a exigida.

TABELA I

Titulação	Pontuação
01- Doutorado na área	40 (quarenta) pontos
02- Mestrado na área	30 (trinta) pontos
03- Especialização (pós-graduação) acima de 360h	20 (vinte) pontos
04- Cursos na área, realizados durante os anos de 2014 a 2019, de no mínimo 08 horas	1 (um) pontos

7 – ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES

7.1 – Como critério de classificação será utilizado a pontuação referente à análise da documentação apresentada pelo candidato, sendo vedada a análise subjetiva por parte da comissão.

7.2 – A pontuação utilizada se dará, considerando que todos os títulos devem ser devidamente reconhecidos pelo órgão competente, tendo pertinência com a área específica ao cargo temporário.

7.3 – A escolaridade exigida ou a formação inferior para desempenho do cargo não será objeto de avaliação e pontuação.

7.4 – Cada título receberá única valoração, de acordo com a pontuação da Tabela I.

7.5 – Será desconsiderado qualquer título que não seja inerente a área de atuação da vaga pretendida.

7.6 – A comissão designada através do Decreto nº. 205 de 2019, por ato irrecorrível, decidirá quais titulações serão validadas.

8 – CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

8.1 – Verificada a ocorrência de empate em relação às pontuações de titulação de aperfeiçoamento profissional, terá preferência na ordem classificatória sucessivamente, o candidato que:

8.1.1 – Adquirir pontuação maior de titulação de aperfeiçoamento profissional determinado nos itens da tabela I, constante neste edital, sendo que a pontuação se dará de ordem crescente do item 1 ao 4, para fins de desempate.

8.1.2 – Apresentar idade mais elevada.

8.1.3 – Persistindo o empate, a preferência será definida por sorteio em ato público, no local e horário previamente definido pela Comissão na presença de duas testemunhas, registrado em ata e assinada pelos presentes.

9 – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO, DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO FINAL

9.1 – Encerrado o prazo de inscrição a comissão designada publicará a lista nominal dos candidatos com inscrições e classificação ordem.

9.2 – Da lista e ordem de inscrição e classificação preliminar dos candidatos INSCRITOS, cabe recurso junto ao Setor de Recursos Humanos, endereçado à comissão, uma única vez, no prazo de 01 (um) dia, a contar da divulgação, com a identificação do recorrente e as razões da inconformidade, podendo ser utilizado o formulário ANEXO IV, de caráter meramente exemplificativo.

9.3 - No prazo de 01 (um) dia a comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscritos e classificados. Mantida a decisão pela comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal de Nova Erechim que poderá acolher ou reformar, em julgamento irrecurável, no prazo de 01 (um) dia, em despacho motivado.

9.4 - Exclusivamente ao candidato ou seu procurador será dado vista do seu processo de recurso e dos títulos que integram a ficha de inscrição, na presença da comissão permitindo-se anotações.

9.5 – O edital de homologação com o resultado final da classificação geral dos candidatos selecionados aptos a contratação será publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site <http://www.novaerechim.sc.gov.br>.

9.6 – O processo Seletivo Simplificado terá validade do período fixado em norma própria.

9.7- A administração pode rever seus atos sempre que verificar alguma irregularidade.

10 – CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1 - O candidato que constar na lista final de classificação para as vagas previstas no edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado deverá apresentar interesse de contratação por escrito no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação do resultado, sob pena de revogação da preferência, chamando-se o candidato seguinte, de conformidade com a ordem classificatória homologada.

10.2– Considera-se aptos a serem contratados, observando a necessidade, a disponibilidade orçamentária, o presente edital e a legislação vigente, os candidatos que se classificarem entre as vagas descritas no item 2.1 deste edital.

10.3 - Não é assegurado o direito a contratação dos candidatos classificados, estando sujeitos a necessidade deste Município e ainda, disponibilidade orçamentária.

10.4 – Os interessados após demonstrarem interesse deverão apresentar a documentação abaixo relacionada no Departamento de Recursos Humanos:

Declaração de bens
Cópia da Carteira de Identidade (frente e verso)
Cópia Cartão de Conta Bancária
Cópia do CPF
Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos
Cópia da Carteira de Trabalho (Folha de Rosto)
Cópia do Cartão do PIS
Cópia de Título de Eleitor com Certidão de Quitação Eleitoral
Cópia Comprovante de Residência (água, luz, telefone)
01 foto 3x4
Comprovante de Escolaridade (exigido por este edital)
Cópia Carteira do Conselho (habilitação legal)
Cópia do Certificado de Reservista (sexo masculino) 18 à 45 anos
Atestado médico emitido por médico do trabalho, nas normas do atestado de saúde ocupacional (ASO), no sentido de gozar de boa saúde física e mental.
Certidão de antecedentes criminais

10.6 – O não comparecimento do candidato classificado no prazo fixado será interpretado como desistência e implica na perda ao direito a contratação pela Administração Pública.

10.7 – Os requisitos para contratação temporária, data de início do exercício das atividades, local da prestação dos serviços e documentação legal, será definido pela Secretaria competente e departamento de Recursos Humanos.

10.8 – No período de contratação fixado, em havendo a rescisão contratual, poderá ser chamada para contratação pelo tempo remanescente

os demais candidatos, observada a ordem de preferência.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final homologado.

11.2 – Respeitada à natureza do cargo temporário, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a Legislação Municipal.

11.3 – Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela comissão designada, podendo valer-se da assessoria jurídica do Município.

11.4 – Fica eleito o foro da Comarca de Pinhalzinho, para dirimir eventuais lides oriundas do presente edital.

Nova Erechim (SC), 12 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

CARGO: Enfermeiro

SALÁRIO: R\$ 4.898,33

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais;

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
- Prestar assessoria quando solicitado.
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição.
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.
- Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
- Elaborar informes técnicos para divulgação.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
- Desempenhar outras funções afins.
- Zelar pela conservação do patrimônio público;
- Desenvolver seu trabalho dentro dos princípios éticos e morais, com comprometimento, responsabilidade, assiduidade, iniciativa, produtividade, respeito.
- Participar de cursos de formação continuada, congressos, palestras oferecidos pelos órgãos competentes, mantendo-se atualizado;
- Ter ética nas relações de trabalho, bem como nas relações inter pessoais;
- Manter seu local de trabalho organizado;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações.

CARGO: Médico

SALÁRIO: R\$ 17.614,52

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais;

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.
- Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- Desempenhar outras atividades afins.
- Zelar pela conservação do patrimônio público;
- Desenvolver seu trabalho dentro dos princípios éticos e morais, com comprometimento, responsabilidade, assiduidade, iniciativa, produtividade, respeito.
- Participar de cursos de formação continuada, congressos, palestras oferecidos pelos órgãos competentes, mantendo-se atualizado;
- Ter ética nas relações de trabalho, bem como nas relações inter pessoais;
- Manter seu local de trabalho organizado;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações.

ANEXO II

Preencher em DUAS VIAS a ficha de inscrição do ANEXO III do edital
Original e Cópia de documento com foto e CPF
Original e Cópia de comprovante de escolaridade exigido para o cargo
Original e Cópia das Titulações

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PARA O CARGO DE:		EDITAL Nº. 008/2019
NOME DO CANDIDATO:		
DATA DE NASCIMENTO:		
CPF	RG:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
TELEFONES DE CONTATO	()	()
E-MAIL		

TÍTULOS APRESENTADOS – ESCOLARIDADE /ESPECIALIZAÇÃO

	INSTITUIÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
GRADUAÇÃO		
PÓS-GRADUAÇÃO		
PÓS-GRADUAÇÃO		
MESTRADO		
DOCTORADO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		
CURSO ESPECIFICO		

Declaramos sob as penas da Lei que as informações, dados e documentos originais ou autenticados ou cópias simples em anexo foram prestadas e que a comissão do Processo Seletivo Simplificado reunida nesta data na presença do candidato, analisou os documentos e reconhece que confere com original.

Assinatura do candidato Comissão Processo Seletivo Simplificado

ANEXO IV

RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado pelo edital nº. 008/2019 realizado para o provimento de função temporária da Prefeitura Municipal de Nova Erechim-SC

Eu __ portador do documento de identidade nº. __ com inscrição realizada sob expediente nº. __ no Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2019 realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Erechim-SC, para função temporária em caráter emergencial de __ apresento recurso junto a Comissão designada coordenadora do certame.

A decisão objeto de contestação é:

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

Nova Erechim-SC, __ de __ de 2019

Assinatura do Candidato

ANEXO V - CRONOGRAMA

Publicação do Edital de Abertura	12/11/2019
Período de inscrições	13/11/2019 a 20/11/2019
Lista de homologação das inscrições	21/11/2019
Divulgação do resultado preliminar	22/11/2019
Homologação do Processo Seletivo	25/11/2019

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 313/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225558

DECRETO Nº 313/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes: CONSIDERANDO: O previsto no Edital de Processo Seletivo nº 008/2019.

DECRETA:

Art.1º - FICA homologado o resultado Final do processo seletivo nº 008/2019, que seleciona candidatos para os cargos de Fisioterapeuta e Tesoureiro, conforme relatório abaixo:

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

INSCRIÇÃO NOME NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO

0000020 TALITA ANTONIAMARA FURLAN 6,60 14/06/1996 1º Classificado

0000013 SIDIANE CASTAGNA VANAZZI 6,00 10/07/1983 2º Classificado

0000014 CAROLINE BALEN SCHAFER 5,00 14/01/1996 3º Classificado

0000025 BRUNA SALIN 4,60 26/05/1994 - Desclassificado

0000010 JULIANA MUCELINI 4,40 12/06/1986 - Desclassificado

0000002 ÉRICA PAULA TERRIBILLE 4,20 24/09/1991 - Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME NOTA FINAL NASC. POSIÇÃO RESULTADO

0000003 DARLEI PAGANI MESADRI 6,40 11/02/1998 1º Classificado

0000011 VOLNIR FRANZ 6,20 14/12/1960 2º Classificado

0000004 MARCELO JOSE RITTER 4,40 01/11/1982 - Desclassificado

0000005 ANGELA DE CONTO 4,40 25/08/1995 - Desclassificado

0000021 MAIRA BEDIN 4,00 16/07/1990 - Desclassificado

0000023 ANGELICA CARARO 3,60 31/08/1994 - Desclassificado

0000006 RAFAEL DE AZEVEDO DAVILA - 18/10/1978 - Desclassificado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180-2019

Publicação Nº 2225561

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 180/2019, de 12/11/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba



CONTRATADO: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI- ME

OBJETO: Contratação de Serviço de Segurança e Vigilância para o Show de abertura das festas natalinas e Iluminação da Praça.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 136/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181-2019

Publicação Nº 2225567

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 181/2019, de 12/11/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ROSELI BORTONCELLO BOTH 02162030900

OBJETO: Locação de brinquedos infláveis para o dia 30 de novembro durante a inauguração da iluminação natalina na Praça Municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 137/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182-2019

Publicação Nº 2225564

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 182/2019, de 12/11/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ROZANE MARIA LOCATELLI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DECORAÇÃO E SONORIZAÇÃO NO GINÁSIO DE ESPORTES NO DIA 07 DE DEZEMBRO DURANTE A "NOITE CULTURAL" DE NOVA ITABERABA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 138/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 125/2019

Publicação Nº 2224815

CONTRATO Nº 125/2019

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ANGEL MEDICAL CARE LTDA, com sede à Rua Teodoro Rebelo, nº 35, Centro, cidade de Porto Belo/SC, CNPJ nº 32.255.873/0001-31. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto credenciar entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde, para a realização de cirurgias eletivas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I.

Nova Trento, 11 de novembro de 2019.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

DECRETO Nº 197/2019

Publicação Nº 2224828

DECRETO Nº 197, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta a Criação da Sala do Empreendedor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

CONSIDERANDO a necessidade de criação e regulamentação do funcionamento da Sala do Empreendedor, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a simplificação e desburocratização e tornar mais racional, eficiente e ágil os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 1º Para assegurar ao contribuinte a entrada única de dados e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no Município de Nova Trento, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes finalidades:

I - De forma geral terá as seguintes funcionalidades:

- a) disponibilizar aos interessados as informações necessárias à inscrição municipal no Cadastro Mobiliário Fiscal e Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos (Alvará), mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;
- b) emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
- c) orientação sobre procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;
- d) analisar os expedientes necessários para viabilizar a implantação de empreendimentos;
- e) encaminhar a inscrição no cadastro de Mobiliário Fiscal ao Setor de Arrecadação e Tributação;
- f) emissão de Nota Fiscal de Serviço;
- g) outros serviços criados por ato próprio da Secretaria de Administração e Finanças, e ou pelo Comitê Gestor Municipal, que tenha o objetivo de prestar serviços de orientação para implantação de empreendimentos no Município.

II - De forma preferencial ao Microempreendedor Individual, as seguintes funcionalidades:

- a) atendimento ao Microempreendedor Individual;
- b) disponibilizar as informações necessárias à inscrição municipal no Cadastro Mobiliário Fiscal e a emissão de Licença para Localização e

Funcionamento de Estabelecimentos (Alvará);

- c) fará a consulta de viabilidade aos MEI
- d) emissão das guias de pagamento DAS;
- e) emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
- f) orientação sobre procedimentos de baixa de cadastro;
- g) orientação para emissão de alvará de funcionamento provisório ou definitivo;
- h) orientação para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;

§ 1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§ 2º A Sala do Empreendedor poderá funcionar como:

I - Agente Operacional junto à Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de efetuar inscrição, baixa e alteração de Microempreendedor Individual no cadastro único daquela Secretaria;

II - Agente Operacional e facilitador, junto a JUCESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, nos processos de formalização e legalização das atividades junto a esse órgão, notadamente em relação ao Microempreendedor Individual.

Art. 2º A Sala do Empreendedor:

I - Será instalada na Rua Santo Inácio – Praça Del Comune – Centro.

II - estará subordinada formalmente à Secretaria de Administração e Finanças, cabendo a responsabilidade operacional ao Agente de Desenvolvimento Municipal;

III - poderá ter representantes de todas as Secretarias e órgãos municipais na medida dos serviços prestados, bem como de pessoal técnico oriundo de parceria com outras entidades e instituições públicas ou privadas, na conformidade de Convênios realizados pela municipalidade.

CAPÍTULO II

DO ATENDIMENTO NA SALA DO EMPREENDEDOR

SEÇÃO I

DO ATENDIMENTO

Art. 3º A Sala do Empreendedor será dotada de infraestrutura física e técnica mínima para atendimento:

- I - do Microempreendedor Individual - MEI, visando ao oferecimento de orientação e serviços, inclusive com acesso ao Portal do Empreendedor para seu registro e legalização;
- II - das Microempresas e Empresas de Pequeno porte.

§ 1º A Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a atender todos os serviços colocados à disposição dos empreendedores que a procuram, seja por meio de funcionários permanentes ou por agentes das instituições parceiras, devendo conhecer, no mínimo:

I - a legislação municipal relativo a concessão de alvarás, inscrição e baixa no cadastro municipal, e a documentação exigida pelas diversas Secretarias ou órgãos municipais, relacionados com a abertura e fechamento das empresas;

II - a atuação dos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento das empresas das demais esferas de governo, seus órgão e entidades;

III - a legislação municipal aplicável às microempresas, empresas de pequeno porte e empresas normais;

IV - a legislação Federal aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte e resoluções emanadas pelo Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN);

V - orientações referentes a licitações exclusivas as Micro e pequenas empresas;

VI - a legislação Federal aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte e resoluções emanadas pela Lei 11.598/2007 (REDE-SIMPLES).

§ 2º Em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, a Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a orientar e ou realizar:

I - orientação de quem pode ser, como se registrar e se legalizar, as obrigações, custos e periodicidade, qual a documentação exigida, e quais os requisitos que devem atender perante cada órgão e entidade para seu funcionamento;

II - orientação, e se for o caso encaminhamento, da necessidade de pesquisa prévia ao ato de formalização, para fins de verificar sua condição perante a legislação municipal no que se refere à descrição oficial do endereço de sua atividade e da possibilidade do exercício dessa atividade no local desejado;

III - orientação e encaminhamento aos parceiros em microcréditos e entidades parceiras da Sala do Empreendedor.

SEÇÃO II DA PESQUISA PRÉVIA

Art. 4º Preliminarmente ao processo de inscrição do Microempreendedor Individual, obrigatoriamente deverá ser realizada pesquisa prévia locacional (viabilidade) pela Sala do Empreendedor.

§ 1º Para fins da pesquisa, o empreendedor deverá ter em mãos, no mínimo, RG, CPF (originais) e o endereço completo onde deseja instalar seu empreendimento.

§ 2º Havendo irregularidade no endereço apresentado ou sendo proibida a atividade no endereço indicado não será realizada a formalização e o empreendedor será orientado quanto ao fato e quanto ao procedimento que deverá adotar.

§ 3º Sendo atividade do MEI considerada de alto risco, a formalização pelo portal do empreendedor será realizada, porém o alvará de funcionamento só será emitido após a realização da vistoria prévia com o deferimento dos órgãos competentes.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DO MEI NA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 5º Se o resultado da pesquisa prévia apontar para a possibilidade de o empreendedor obter o Alvará Provisório ou Definitivo segundo a legislação municipal, a Sala do Empreendedor deverá acessar o Portal do Empreendedor, no endereço <http://portaldoempreendedor.gov.br> e preencher o formulário eletrônico com os dados requeridos para a inscrição de Microempreendedor Individual – MEI e transmiti-lo eletronicamente.

§ 1º No caso de haver inconsistência na base de dados da Receita Federal, em relação a algum impedimento na opção de MEI, de acordo com informações do sistema eletrônico, o empreendedor deverá ser orientado quanto ao procedimento que deverá ser seguido para a regularização cabível, conforme segue:

I - tratando-se de irregularidade no CPF, dirigir-se aos Correios, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil e promover a sua regularização;
II - tratando-se de impedimento para ser MEI, dirigir-se à Secretaria da Receita Federal do Brasil para obtenção de informações complementares e de orientações quanto ao tratamento em questão.

§ 2º Não havendo irregularidade, a formalização será confirmada no final do processo eletrônico, com o fornecimento, para o Microempreendedor Individual - MEI, respectivamente, do Número de Identificação do Registro da Empresa - NIRE e do número de Inscrição no CNPJ, que estarão incorporados no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) que será impresso nesse momento.

§ 3º Havendo manifestação contrária ao exercício das atividades no local do registro, o MEI será notificado, e será fixado prazo para a transferência da sede da atividade, sob pena de cancelamento do Termo de Ciência e responsabilidade com Efeito no Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

§ 4º A Sala do Empreendedor providenciará cópia do CCMEI para, juntamente com os dados disponibilizados ao município dar início ao trâmite interno entre os órgãos municipais para a devida inscrição fiscal e emissão do Alvará de Funcionamento e Licenciamento requeridos em função da atividade a ser desenvolvida.

Art. 6º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor poderá gerar o documento de arrecadação do mês ou de todos os meses do exercício (DAS-MEI).

Parágrafo único. O MEI será orientado de que o pagamento deverá ser feito na rede bancária e casas lotéricas, até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor deverá entregar o relatório de receitas brutas e orientar para preenchimento mensal, para entrega da Declaração Anual do MEI.

Art. 8º Prestará informações sobre a inscrição estadual.

CAPÍTULO IV DO ATENDIMENTO RELATIVO AO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS, MICRO EMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art.9º A Sala do Empreendedor dará as informações necessárias à inscrição municipal no Cadastro Mobiliário Fiscal e emissão de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos (Alvará).

§ 1º A Sala do empreendedor fornecerá às Empresas interessadas:

I - emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

- II - orientação sobre procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;
- III - Lista de contadores aptos a realizar o registro e regularização da empresa;
- IV - Providenciar a inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal;
- V - Emissão do alvará de licença;

§ 2º É vedado aos Atendentes da Sala do Empreendedor induzir o empresário a escolha de escritório de contabilidade ou contador constante da lista que se refere o art. 9º, § 1º, inciso III.

CAPÍTULO V DOS PARCEIROS COM A SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 10 A Sala do Empreendedor, através de convênio de cooperação técnica poderá apoiar a criação e o funcionamento de linhas de micro-créditos operacionalizados através de instituições dedicadas ao microcrédito com atuação no Município e Região.

Art. 11 A Sala do Empreendedor, através de convênio de cooperação técnica poderá firmar parcerias com Entidades e Instituições no intuito de orientar e implementar ações às microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.12 Aplicam-se as demais normas concernentes as Licenças previstas na legislação do Município, no resguardo do interesse público.

Art.13 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Nova Trento, 12 de Novembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, em 13 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 849/2019 "A"

Publicação Nº 2224432

PORTARIA Nº 849/2019 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal HELENA MARIA WISINTAINER, matrícula nº 7965 - ACT no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi - Centro, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 07 de novembro de 2019 a 21 de novembro de 2019, conforme atestado médico, datado de 07 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 851/2019

Publicação Nº 2225893

PORTARIA Nº 851/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a portaria Nº 680/2019 "B" que admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019, de 12 de março de 2019, homologado em 13/05/2019, convocada conforme Decreto nº 092/2019, SAMARA ANTUNES DA SILVA, matrícula nº 8059, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, até o final do ano letivo, haja vista a aposentadoria da Titulara Verônica B. Wisintainer Bottameli, conforme Decreto Nº 173/2019, fato que gerou a vacância do cargo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SAMARA ANTUNES DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 188, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 026.814.300-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 13 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, até o final do ano letivo, haja vista a aposentadoria da Titulara Verônica B. Wisintainer Bottameli, conforme Decreto Nº 173/2019, fato que gerou a vacância do cargo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 13 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Samara Antunes da Silva
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Jean Marcos Bunn
Assistente Administrativo
CPF: 097.284.399-03

PORTARIA Nº 852/2019

Publicação Nº 2225889

PORTARIA Nº 852/2019

Rescisão de Contrato de Trabalho

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, item III, do Contrato de Trabalho nº 234/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Admitida em Caráter Temporário, RAFAELA BERG NUNES, matrícula nº 8169, ocupante do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 13 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 854/2019

Publicação Nº 2225897

PORTARIA Nº 854/2019

Concessão de Férias

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, ANDERSON GENTIL CORDEIRO, matrícula nº 7094, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal Sanitário, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 13/11/2019 a 12/12/2019, relativo ao período aquisitivo de 08/03/2018 a 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2019

Publicação Nº 2221242

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a contratação futura de empresa para realizar serviço de manutenção, recarga ou aquisição de extintores de incêndio, placas indicativas e Iluminação de Emergência, para a Prefeitura de Nova Trento.

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Credenciamento e Entrega dos envelopes: 27/11/2019 até as 08:30 horas. Abertura e Fase de Lances: 27/11/2019 a partir das 09:00 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267-3211/3213 – email: compras@novatrento.sc.gov.br – Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 526,05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224937

DECRETO N.º 526, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E TESOUREIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – Fica delegado ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, Osnir Ângelo Ghellere e à servidora Angélica Eyng (Agente Financeira), a assinatura eletrônica, conjunta, relativa às movimentações bancárias do Município de Nova Veneza, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Secretaria Municipal de Educação, mediante ordem de pagamento assinada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 487, de 01 de outubro de 2019.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 528, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225443

DECRETO N.º 528, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 012/CMDCA/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, datada de 05 de novembro de 2019, que nomeia o presidente, o vice-presidente, 1º secretário 2º secretário do CMDCA para o mandato de novembro 2019/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 529, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225445

DECRETO N.º 529, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, criado pela Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) TITULAR: Patrícia Bristot de Bem;
- b) SUPLENTE: Ricardo Mazzorana Albuquerque dos Santos;

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) TITULAR: Maristela Regina Vitali Cúnico;
- b) SUPLENTE: Cledinei Policarpi.

III – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) TITULAR: Leandro Nunes;
- b) SUPLENTE: Fátima de Souza Damin.

IV – Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo:

- a) TITULAR: Maristela Mondardo.
- b) SUPLENTE: Susan Bortoluzzi Brogni;

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) TITULAR: Julia Rodrigues Gava;
- b) SUPLENTE: Irecê Carneiro de Araújo.

VI - Representante do Caravaggio Futebol Clube:

- a) TITULAR: Luis Fernando Spilere;
- b) SUPLENTE: Camila Spilere Damiani.

VII - Representantes do Coral Infante Juvenil Os Peregrinos da Montanha:

- a) TITULAR: Monica Spillere;
- b) SUPLENTE: Janete Machado.

VIII - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

- a) TITULAR: Karina Spillere Remor;
- b) SUPLENTE: Luana Soratto.

IX - Representante do Grupo Folclórico Ítalo Brasileiro:

- a) TITULAR: Ivogenes Duminelli Niehues;
- b) SUPLENTE: Leonardo Hermes Lemos.

X - Representante da Associação Feminina de Assistência Veneziana - AFAVE:

- a) TITULAR: Juliane Maravai Frigo;
- b) SUPLENTE: Sidnei Vitória Ghellere Frigo.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 224/2019

Publicação Nº 2224867

I RETIFICAÇÃO**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2019**

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, informa a retificação no Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 224/2019 conforme segue:

ONDE SE LÊ:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR MÁX. UNIT	VALOR MÁX TOTAL
1	1	serv	Contratação de empresa especializada para o planejamento, divulgação e a realização de processo seletivo público, cujo fim será o provimento de cargos com admissão em caráter temporário, especificações conforme descritas abaixo.	11.900,00	11.900,00
VALOR TOTAL					R\$ 11.900,00

LEIA-SE:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR MÁX. UNIT	VALOR MÁX TOTAL
1	1	serv	Contratação de empresa especializada para o planejamento, divulgação e a realização de processo seletivo público, cujo fim será o provimento de cargos com admissão em caráter temporário, especificações conforme descritas abaixo.	6.693,33	6.693,33
VALOR TOTAL					R\$ 6.693,33

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, a data para entrega e abertura dos envelopes acontecerá no dia 25 de novembro de 2019 às 8:30 horas, ficando mantidos os demais termos do edital.

Esta errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no site oficial, bem como no Mural Público deste Município.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Osvaldo Búrigo, nº 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 12 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.581 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225892

DECRETO Nº 2.581 de 12 de Novembro de 2019.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 584 de 08 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO RECURSO VINCULADO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ R\$ 8.500.00 (Oito mil e quinhentos reais) relativo a recursos vinculados:

50.00 – SECRET. DE AGRIC. TRANS. OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.020– Manutenção da iluminação pública

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0017 aplicações diretasR\$ 8.500.00

TOTAL R\$ 8.500.00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 12 de Novembro de 2019.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 030/2019

Publicação Nº 2225020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0230/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12.11.2019

OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC,

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: RECAPADORA MARREAS LTDA EPP

Valor : R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

DATA: 12.11.2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 002/2018

Publicação Nº 2225573

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público nº 002/2018, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2018 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2018, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo

NOME	CARGO	CH
RICARDO ROGER SANCHES	PSICÓLOGO DO CREAS	40 HS

Orleans, 13 de novembro de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PROCESSO Nº 221/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2224796

PROCESSO Nº 221/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 121/2019
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, AVIAMENTOS E ARTIGOS DE ARMARINHO, TECIDOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 29/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 02/12/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 12 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 222/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2225036

PROCESSO Nº 222/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 122/2019
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE PNEU PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SILAGEM, SUBSOLAR E GRADEAR, INCLUINDO OPERADORES, MANUTENÇÃO, ALIMENTAÇÃO, TRANSLADO E ALOJAMENTO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 29/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 02/12/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 12 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 223/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2225663

PROCESSO Nº 223/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 123/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA UNIFICADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 02/12/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 03/12/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 12 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2224400

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 201/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 67/2019**

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 109/2019, Processo Licitatório nº. 201/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE BASE DE SEIXO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA PERMANENTES DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10865	BCL EMPREENDIMENTOS LTDA	1
11125	SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BCL EMPREENDIMENTOS LTDA	12.218.083/0001-79	MARCELO ANDRADE IGNÁCIO	025.475.949-19
SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	14.779.384/0004-40		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE BASE DE SEIXO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA PERMANENTES DO MUNICÍPIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10865 - BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BASE DE SEIXO PARCIALMENTE BRITADO ATÉ 1"/1/2	m3	BCL	5.000,000	64,4000	322.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7

Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 2 (dois) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 201/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 12 de Novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 12.218.083/0001-79 _____

SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 14.779.384/0004-40 _____

CÂMARA MUNICIPAL**LEI PROMULGADA 001/2019 - LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2225151

LEI PROMULGADA 001 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

“Dispõe Sobre a Revisão Geral, Alterações e Adequação da Lei Orgânica Municipal e Dá Outras Providências”.

Hildegart Thessmann Durigon, Presidente da Câmara de Vereadores de Orleans, faço saber aos habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 1º. O Município de Orleans, pessoa jurídica de direito público interno, unidade territorial do Estado de Santa Catarina, criado pela Lei Estadual nº 981 de 30 de Agosto de 1913, instalado oficialmente em 20 de outubro do mesmo ano, exercendo a competência e autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, asseguradas pela Constituição da República Federativa do Brasil, organiza-se nos termos desta Lei e fundamenta sua existência principalmente:

- I - na autonomia;
- II - na cidadania;
- III - na dignidade da pessoa humana;
- IV - nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - no pluralismo político;
- VI - na igualdade perante a lei;
- VII - no direito à vida em um ambiente ecologicamente equilibrado;
- VIII - na soberania e participação popular.

Art. 2º. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica, que o exercerá:

- I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto;
- II - pela iniciativa popular em projetos de lei, ou de emenda à Lei Orgânica;
 - a. pela participação popular nas decisões do Município, mediante audiências públicas;
 - b. pelo aperfeiçoamento democrático de suas instâncias na forma da lei;
 - c. pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

III - pelo plebiscito;

IV - pelo referendo.

Art. 3º. É assegurado a todo habitante do Município, nos termos das Constituições Federal e Estadual e desta Lei Orgânica, o direito à Educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao usufruto dos bens culturais, à segurança, à assistência social, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.

Art. 4º. São objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

- I - assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento local e regional;
- III - promover e integrar o ser humano no mercado de trabalho;
- IV - erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural;
- V - promover o bem comum, sem preconceitos de origem, raça, crença, orientação sexual, cor, idade e convicção político-partidária e filosófica, ou quaisquer outras formas de discriminação.

VI – envidar esforços na manutenção e recuperação do meio-ambiente, de forma individual ou mediante convênio com pessoas de direito público ou privado.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA

Art. 5º. O Município de Orleans, com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A sede poderá ser mudada e fixada em outro ponto do Município em razão de evento de interesse público, pelo período que este durar, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º. O Território do Município compreende o espaço físico-geográfico que atualmente se encontra sob seu domínio e jurisdição.

Art. 7º. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 8º. São símbolos do Município a bandeira, seu hino e seu brasão.

Parágrafo único. A Lei poderá estabelecer outros símbolos, dispondo sobre o seu uso no território.

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 9º. O Município, segundo suas necessidades e no interesse de seus habitantes, poderá dividir-se em Distritos, Bairros e Comunidades.

§ 1º A criação, organização, supressão, desmembramento, fusão, extinção, modificação de perímetros de bairros e Distritos, bem como a denominação de vias, logradouros, bairros, praças públicas, dar-se-ão através de lei específica, após consulta plebiscitária, ou outra forma de consulta às populações diretamente interessadas, observada a Legislação Estadual.

§ 2º É facultada a descentralização administrativa com a criação, nos Distritos e Bairros, de subsedes da Prefeitura, na forma da lei.

Art. 10. São requisitos para a criação de distritos:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores a sexta parte exigida para a criação de município;

II – existência, na sede do povoado, de pelo menos, serviço de abastecimento de água e disponibilização de serviço telefônico fixo ou móvel e cinquenta residências.

Parágrafo Único. Comprova-se o atendimento às exigências enumeradas neste artigo mediante:

a) declaração emitida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE, certificando o número de eleitores;

c) certidão do órgão fazendário estadual e municipal, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

d) certidão, emitida pela Prefeitura ou pelo órgão competente, certificando a existência de fornecimento do serviço de água e esgoto, bem como declaração emitida por empresa de telecomunicações, a fim de comprovar a existência de serviço telefônico na povoação sede.

Art. 11. Na fixação das divisas distritais devem ser observadas as seguintes normas:

- I - sempre que possível, serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;
- II - preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;
- III - na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;
- IV - é vedada a interrupção da continuidade territorial do Município ou do Distrito de origem.

Parágrafo Único. As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 12. Os Distritos serão extintos, quando não mais atenderem às exigências que os tenham criado e ainda quando comprovadamente não se justificar a sua permanência

SEÇÃO I

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 13. Constituem bens do Município:

- I – os bens de sua propriedade e os direitos de que é titular nos termos da lei;
- II - a dívida proveniente da receita não arrecadada.

§ 1º Os bens do domínio patrimonial compreendem:

- a) os bens móveis, inclusive a dívida ativa;
- b) os bens imóveis;
- c) os créditos tributários;
- d) os direitos, títulos e ações.

§ 2º Os bens serão inventariados de acordo com a classificação da Lei Civil e sua escrituração obedecerá às normas expedidas pelo órgão competente municipal, observada a lei federal e as instruções do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os bens públicos serão inventariados, obrigatoriamente, ao final de cada exercício.

Art. 14. Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Parágrafo Único. As condições de desuso, obsolescência, imprestabilidade ou outra circunstância que torne os bens inservíveis à administração pública, impondo a sua substituição, serão verificadas pelo órgão competente e formalizadas em documento hábil.

Art. 15. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas, sob pena de nulidade:

- I - quanto a imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;
- b) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X, do art. 24 da Lei nº 8.666/93;
- c) doação em pagamento;
- d) investidura;

- e) venda a outro órgão ou entidade da Administração de qualquer esfera de governo;
- f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para este fim.

- II - quanto a móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa de valor, observada a legislação específica;

c) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da administração pública, salvo para assegurar o interesse público devidamente fundamentado;

III – o Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 16. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e quando houver interesse público devidamente justificado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º A concessão administrativa de bens públicos de uso especial e dominiais dependerá de lei e licitação.

§ 2º A licitação poderá ser dispensada na forma da lei, quando o uso se destinar a entidades públicas, assistências e comunitárias ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 3º Os imóveis do Município não serão objeto de doação, permuta ou cessão, a título gratuito, salvo para suprir interesse público devidamente fundamentado, nem serão vendidos ou locados se não em virtude de lei especial e caracterizado o interesse público, sendo a venda ou a locação precedidas de edital publicado na forma desta lei, com antecedência mínima de trinta dias.

§ 4º A disposição do parágrafo anterior, não se aplica nas áreas resultantes de retificação ou alinhamento nos logradouros públicos, as quais poderão se incorporar nos terrenos contíguos pela forma prescrita em lei.

§ 5º Ressalvadas as peculiaridades de ordem institucional, estatutária ou legal porventura existentes, os dispositivos relativos aos imóveis constantes deste artigo, aplicam-se aos órgãos e instituições da Administração Indireta.

§ 6º A proibição constante do § 3º deste artigo não se aplica a iniciativas que visem à regularização de lotes ocupados com cobrança de IPTU, taxas e outros tributos.

§ 7º As leis de concessão e/ou doação destes imóveis deverão fazer parte do histórico de cada imóvel, se for o caso, bem como seus beneficiários.

Art. 17. A desapropriação de bens do domínio particular, quando reclamada para a execução de obras ou serviços municipais, poderá ser feita em benefício da própria administração direta, indireta e autárquica, bem como das suas entidades descentralizadas, mediante indenização.

Art. 18. A declaração de necessidade ou utilidade pública, de interesse social, para efeito de desapropriação, será feita nos termos da lei.

Art. 19. A dívida ativa constitui-se dos valores provenientes de tributos, multas, contribuições de melhoria e demais rendas municipais de qualquer natureza, sendo, em título próprio de conta patrimonial, findo o exercício financeiro e pelas quantias deixadas de arrecadar até 31 de dezembro.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 20. Compete ao Município promover o que é de interesse local e do bem-estar de sua população com, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

III - elaborar e executar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes e o orçamento anual;

IV – elaborar planos de desenvolvimento;

- V - instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo de obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- VI - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- VII - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- VIII - dispor sobre administração, e execução dos serviços municipais;
- IX - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- X - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tenham caráter essencial;
- XI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação pré-escolar e ensino fundamental;
- XII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;
- XIII - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;
- XIV - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tenha caráter essencial;
- XV - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo em seu território, especialmente na zona urbana;
- XVI - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- XVII - elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem-estar dos seus habitantes;
- XVIII - elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- XIX - amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência;
- XX - estimular a participação popular na formação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária, nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;
- XXI - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como, determinar as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observadas as diretrizes de lei federal;
- XXII - instituir, planejar e fiscalizar programas de saneamento básico e programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;
- XXIII - prover a limpeza das vias e logradouros públicos, remover e destinar adequadamente o lixo domiciliar e outros detritos ou resíduos de qualquer natureza, reciclando-os.
- XXIV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XXV - cassar a licença que houver concedido a estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;
- XXVI - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;
- XXVII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do Poder de Polícia Administrativa;
- XXVIII - constituir a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações e em especial a preservação da vida, conforme dispuser a lei;
- XXIX - planejar e promover defesa permanente contra calamidades públicas;
- XXX - fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros

alimentícios, observada a legislação federal pertinente;

XXXI- dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXII - dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXIII- disciplinar os serviços de carga ou descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;

XXXIV - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXXV - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXXVI - fixar e sinalizar as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXVII - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXVIII - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

a) o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

b) os serviços funerários e os cemitérios;

c) os serviços de mercados, feiras, matadouros públicos e comércio ambulante;

d) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

e) os serviços de iluminação pública;

f) a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao Poder de Polícia municipal;

XXXIX - fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XL - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a de seus concessionários;

XLI - adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XLII – fornecer aos cidadãos as informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas pelo órgão público competente no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado;

XLIII – assegurar a todos os munícipes, independentemente do pagamento de taxas:

a) O Direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder;

b) A obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

§ 1º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atenda ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflite com as competências federal e estadual.

§ 2º As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XXI deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais;

c) passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecidas as dimensões e demais condições estabelecidas na legislação.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 21. É da competência comum do Município, da União e do Estado:

I- zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à Educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII- fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- VIII- promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;
- XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- XII – assegurar a coordenação e execução de uma política cultural fundamental.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 22. Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando adaptá-la à realidade e às necessidades locais.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES

Art. 23. Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município é vedado:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II - recusar fé aos documentos públicos;
- III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;
- IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos à Administração e ao interesse público;
- V- cobrar pela emissão de certidões, de qualquer natureza.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 24. A administração pública direta e indireta do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, aos demais princípios da Constituição Federal sobre a administração pública, e a esta Lei Orgânica,

considerando ainda que:

I – lei disporá sobre o regime jurídico dos servidores municipais, devendo tratar das questões atinentes à carreira, sistema previdenciário, seguridade e assistência, bem como percentual dos cargos e empregos do Município a pessoas portadoras de deficiências e critérios de operacionalização de tal reserva;

II – o Município adotará políticas de oportunidade de crescimento profissional aos seus servidores, bem como, proporcionará remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a escalão superior;

III – o Município assegurará aos servidores de carreira técnica ou profissional especializada do próprio Município, para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança, a ocupação de trinta por cento desses cargos;

IV - será assegurado percentual não inferior a dois por cento dos cargos e empregos do Município a pessoas portadoras de deficiências, cujos critérios serão definidos em lei;

V – a remuneração dos servidores públicos e dos agentes políticos, sofrerá revisão geral anual, mediante lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso, sempre na mesma data e sem distinção de índices, assegurando-se, no mínimo a recomposição das perdas inflacionárias.

Art. 25. É vedada a nomeação ou destinação para o exercício de cargos em comissão, bem como a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau:

I – do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários do Poder Executivo e dos dirigentes dos órgãos da administração pública direta e indireta municipal;

II – dos Vereadores e dos titulares de cargos de direção no âmbito da Câmara Municipal;

Parágrafo Único. Igualmente é vedada a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual algum dos sócios seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, das pessoas arroladas nos incisos I e II, deste artigo.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 26. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída por Vereadores, eleitos em sistema proporcional e atendidas as demais condições da legislação eleitoral, considerando-se legítimos representantes do povo.

§ 1º Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

§ 2º O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município, observados os limites estabelecidos no art. 29, IV, da Constituição Federal.

Art. 27. A Câmara Municipal reunir-se-á, semanal e ordinariamente, na sede da Câmara de Vereadores deste Município, de 01 (primeiro) de fevereiro a 15 (quinze) de julho e de 01 (primeiro) de agosto a 20 (vinte) de dezembro.

§ 1º Quando a reunião inaugural de cada sessão legislativa recair em dia não útil será transferida para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º A convocação para sessão extraordinária da Câmara, que ocorrerá em período diverso do constante no *caput* do presente artigo, far-se-á:

I - pelo Prefeito, em casos de urgência ou interesse público relevante;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante;

§ 3º Na sessão extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 28. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, ressalvadas as matérias que exijam quórum diferenciado, na forma desta Lei Orgânica.

Art. 29. Todas as deliberações do Poder Legislativo serão realizadas através de voto aberto, facultado ao vereador fazer a justificativa do voto, por escrito ou oralmente, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ficando devidamente consignado em ata da sessão, mencionada justificativa.

Parágrafo único. Outros procedimentos de votação, que não contrariem o disposto no *caput* deste artigo, serão estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 30. A sessão legislativa ordinária não poderá ser interrompida sem que os assuntos pautados tenham sido todos deliberados, salvo nos casos do art. 34, inc. XX.

Art. 31. As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 34, XIX, desta lei Orgânica.

§ 1º O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Art. 32. As sessões serão públicas.

Art. 33. O quórum mínimo para a instalação da sessão é de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Considerar-se-á presente na sessão o vereador que assinar o livro de presença até o início da ordem do dia, participar dos trabalhos do plenário e das votações.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 34. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger os membros de sua Mesa Diretora;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V – normatizar a iniciativa popular dos projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, dos distritos e dos bairros, devendo ser subscritos por, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal e não menos de 10% (dez por cento) dos eleitores da localidade específica diretamente interessada.

VI – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de seus pedidos de renúncias e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

VII – resolver definitivamente sobre convênios ou acordos que acarretem encargos gravosos para o patrimônio do Município, depois de assinados pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente da Câmara, mediante deliberação legislativa, sendo observado o quórum de maioria absoluta;

VIII – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa;

IX - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

X - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a quinze

dias;

XI – conceder licença ao Prefeito, para tratar de assuntos particulares, sem subsídios, por período não superior a 90 (noventa) dias, através de deliberação legislativa;

XII - exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

XIII – analisar as proposições de emendas impositivas ao Orçamento;

XIV - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) não poderá transcorrer *in albis* o prazo previsto no inciso acima.

b) no decurso do prazo previsto no inc. XIV, as contas do Prefeito ficarão à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;

c) o parecer do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

d) para o processamento e julgamento das contas, deve ser observado o princípio constitucional do contraditório e ampla defesa;

e) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

XV – proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara até o dia 31 (trinta e um) do mês de março de cada ano, sob pena do cometimento de crime de responsabilidade;

XVI - declarar a extinção do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

XVII - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

XVIII - proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XIX - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com as pessoas jurídicas de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica;

XX - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XXI - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XXII - criar Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma do regimento interno, para apuração de fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros, sendo suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;

XXIII - constituir comissões permanentes e especiais, assegurando, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos e ou blocos parlamentares;

XXIV- conceder título de Cidadão Honorário, conferir comenda ou homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de 1/3 dos edis, aprovado pelo voto de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara;

XXV - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XXVI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, observado o devido processo legal, nos casos previstos em lei;

XXVII – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XXVIII – propor a criação, alteração ou a mudança de denominação de ruas, vias e logradouros públicos;

XXIX - fixar, observado o que dispõem a Constituição Federal e esta Lei Orgânica, a remuneração dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito, Secretários municipais ou autoridades equivalentes, em cada legislatura para a subsequente.

Art. 35. A Câmara de Vereadores, pelo seu Presidente, bem como por qualquer de suas comissões, poderá convocar o Prefeito, ou através deste, Secretários do Município,

autoridade equivalente e funcionários do Executivo, para prestarem esclarecimentos sobre matéria de sua competência, em data designada no expediente de convocação, importando em crime contra a administração pública a ausência não justificada.

§ 1º Encaminhar pedidos escritos de informação ao Prefeito, Secretário do Município ou autoridade equivalente, sobre matéria de sua competência, cuja recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a apresentação de informações falsas, importará em crime de responsabilidade;

§ 2º Ouvir Secretários do Município, autoridade equivalente ou qualquer cidadão, quando, por sua iniciativa e mediante entendimento prévio com a Mesa Diretora, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância municipal;

Art. 36. Cabe à Câmara Municipal, observada a iniciativa legislativa do Prefeito Municipal, deliberar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I - sistema tributário municipal, arrecadação, aplicação e distribuição de suas rendas;

II - isenção e anistia em matéria tributária, bem como remissão de dívidas;

III - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamento anual, e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - operações de crédito, auxílios e subvenções;

V - concessão, permissão e autorização de serviços públicos;

VI - concessão administrativa de uso dos bens municipais;

VII - alienação de bens públicos;

VIII - organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

IX - criação e estruturação de secretarias municipais e demais órgãos da administração pública, assim a definição das respectivas atribuições;

X - planos e programas municipais de desenvolvimento;

XI - aprovação do Plano Diretor e outros planos e programas governamentais;

XII - autorização para assinatura de convênios e consórcios de qualquer natureza com outros municípios ou com entidades públicas ou privadas;

XIII - delimitação do perímetro urbano;

XIV - transferência temporária da sede do governo municipal;

XV - normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

XVI - criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações municipais.

SEÇÃO III

DOS VEREADORES

Art. 37. Os Vereadores, detentores de mandato de representação popular, são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 38. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com autarquias, fundações mantidas pelo Município, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na administração pública direta ou indireta do Município, inclusive os exoneráveis *ad nutum*, salvo o cargo de Secretário Municipal ou diretor equivalente, neste caso devendo licenciar-se do exercício da vereança, optando pela remuneração.

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

- c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
- d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I, deste artigo.

Art. 39. Perderá o mandato o vereador quando, assegurado o devido processo legal, na forma da lei, ficar provado:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa semanal, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;
- IV - que fixar domicílio fora do Município;
- V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.
- VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral;
- VII - que sofrer condenação criminal com sentença transitada em julgado, cuja decisão estabeleça como efeitos a perda do exercício do cargo ou função pública, ou ainda quando o cumprimento da pena seja incompatível com o exercício do mandato.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º No caso dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara pelo voto aberto de 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos demais casos, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 40. O Vereador poderá licenciar-se:

- I - por motivo de doença;
- II - para tratar de ineresse particular, sem a devida remuneração, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias;
- III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, Estadual ou Federal, ou diretor de órgão da administração pública direta ou indireta do Município, do Estado ou da União, conforme previsto no art. 38, inciso II, alínea "a", desta Lei Orgânica.

§ 2º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 3º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador, privado temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 4º Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 41. Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença, disciplinado pelo Regimento Interno da Câmara.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo máximo de quinze dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 horas ao Juiz Eleitoral da Comarca, para as providências cabíveis.

§ 3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

§ 4º Convocado, nos termos do § 1º deste artigo, o Suplente poderá declinar de assumir a vaga aberta, tanto na interinidade ou titularidade, sem perder sua condição de Suplente, permanecendo como expectante de direito, nas seguintes hipóteses:

- a) estudar em qualquer grau de ensino em horário incompatível com o exercício da vereança;

- b) quando estiver ocupando cargo público de confiança, em qualquer nível de governo;
- c) encontrar-se fora do Município, em razão de estudo ou trabalho;
- d) quando não possuir disponibilidade e compatibilidade de tempo, ou ainda em razão de compromissos anteriormente assumidos.

SEÇÃO IV

DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

DA MESA DIRETORA

Art. 42. A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de primeiro de janeiro, do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.

§ 1º A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 3º Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo quórum por maioria absoluta, estes elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão automaticamente empossados.

§ 4º Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, não remuneradas, até que seja eleita a Mesa.

Art. 43. O mandato da Mesa Diretora será de um ano, sendo permitida uma única reeleição para o mesmo cargo, na mesma legislatura.

§ 1º Considera-se reeleição, para os fins deste artigo, a condução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º A eleição da Mesa Diretora da Câmara para o 2º (segundo), 3º (terceiro) e 4º (quarto) ano, far-se-á no dia 15 de dezembro do ano imediatamente anterior, elegendo a próxima Mesa Diretora para o ano subsequente, sendo que os eleitos considerar-se-ão empossados a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição.

Art. 44. A Mesa Diretora da Câmara será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e de um Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3º Qualquer membro da Mesa poderá ser destituído de sua função, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

DAS COMISSÕES

Art. 45. A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

Art. 46. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal, previstas no Regimento Interno, serão formadas na primeira reunião da sessão legislativa, pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução de seus membros, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade dos partidos ou dos blocos parlamentares que compõem a Casa.

§ 1º Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, caberá:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - convocar os Secretários municipais ou diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IV - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da administração indireta;

VI – emitir pareceres na forma do regimento interno.

§ 2º As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da Câmara em congresso, solenidades ou outros atos públicos.

Art. 47. As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes previstos no regimento interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que se promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

Art. 48. À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - o procedimento de eleição da Mesa Diretora, das Comissões, e suas respectivas atribuições;

IV - periodicidade das reuniões;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 49. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 50. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o regimento interno;

IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal,

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a quem for atribuída tal competência.

SEÇÃO V

DO PROCESSO LEGISLATIVO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - resoluções;
- VI - decretos legislativos.

§ 1º Na elaboração, redação, alteração e consolidação de leis, obedecer-se-á à legislação federal pertinente, bem como às disposições desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 52. Todas as deliberações do Poder Legislativo serão realizadas através de voto aberto, facultado ao vereador fazer a justificativa do voto, por escrito ou oralmente, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ficando devidamente registrado em ata da sessão.

SEÇÃO VI**DA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**

Art. 53. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II - do Prefeito Municipal;
- III - de pelo menos, 5% (cinco por cento) dos eleitores votantes no Município;
- IV - por iniciativa da Mesa Diretora para adequação à legislação estadual e federal.

§ 1º A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal, em cada turno de votação.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa ou de intervenção no Município.

§ 4º A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com o respectivo número de ordem.

§ 5º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda que:

- a. ferir quaisquer princípios das Constituições Federal e Estadual;
- b. atentar contra a harmonia e independência dos poderes.

§ 6º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SEÇÃO VII**DAS LEIS**

Art. 54. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, membro de comissão ou de comissão da Câmara de Vereadores, Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º A iniciativa popular de proposta de lei será exercida junto à Câmara de Vereadores, pela apresentação de projeto de lei subscrito por 5% (cinco por cento), no mínimo, de eleitores do Município.

Art. 55. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, as leis que disponham sobre:

- I - a organização administrativa, o regime jurídico dos servidores, dos cargos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional, sua remuneração, provimento de cargo, estabilidade, aposentadoria, transferência e disponibilidade;
- II - criação, transformação, reestruturação e extinção dos cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, dispondo inclusive sobre sua remuneração, com exceção dos cargos do Poder Legislativo;
- III - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamento anual;

- a. cabendo aos vereadores a proposição de emendas impositivas, respeitados os preceitos legais desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

IV – criação, organização, estruturação, transformação, extinção e atribuições das Secretarias do Município e diretorias equivalentes.

V - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

Art. 56. Não será permitido o aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, da Constituição Federal, bem como, nos casos do inciso V do artigo anterior, primeira parte.

II – nos projetos de resolução sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 57. Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Postura;

IV - lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

V - lei orgânica instituidora da guarda municipal;

VI - lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VII - lei que institui o Plano Diretor do Município.

Art. 58. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem o voto favorável da maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, em dois turnos de votação.

Art. 59. As leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos, serão aprovadas por maioria simples, em dois turnos de votação.

Art. 60. As votações, nos dois turnos, serão pelo voto aberto, na forma prevista no artigo 29 desta Lei Orgânica.

Art. 61. Os demais expedientes previstos no Regimento Interno da Casa, serão aprovados por maioria simples, em turno único de votação, com voto aberto, na forma prevista no artigo 19 desta Lei Orgânica.

Art. 62. O projeto de lei será considerado rejeitado, se não obtiver a aprovação em um dos turnos da votação.

Art. 63. A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 64. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvando o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 65. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. § 1º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as mais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo estabelecido no § 1º não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 66. Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, por chamada nominal manifestando-se “rejeito o veto” ou “aprovo o veto”.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente a promulgação.

Art. 67. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar, os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de resolução, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º A resolução poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, vedada a apresentação de emenda.

SEÇÃO VIII

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 68. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, não podendo transcorrer sem a devida manifestação.

§ 3º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente da Câmara submetê-lo à votação pelo Plénario no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, porém, antes de submetê-lo à votação garantir o que segue:

I – proceder à leitura do parecer prévio do Tribunal de Contas em Plenário, que será transformado em Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Mesa Diretora, com distribuição de avulsos a todos os Vereadores;

II – despachar o Projeto de Decreto Legislativo imediatamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, para processamento;

III – notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, para que, querendo no prazo de 5 (cinco) dias, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação

da matéria, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado;

§ 5º Recibido o Projeto de Decreto Legislativo, a Comissão de Finanças Orçamento e Contas do Município, terá o prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias para analisá-lo, findo o qual deverá emitir parecer final, devendo cumprir os seguintes atos, sucessivamente:

I – o relator da matéria emitirá parecer prévio no prazo de 10 (dez) dias;

II – notificar a autoridade prestadora das contas do teor do parecer prévio do relator da Comissão para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente sua defesa, possibilitando a juntada de documentos, tudo no intuito de garantir o direito ao contraditório e ampla defesa;

III – vencido o prazo de defesa, o projeto retornará ao relator para que emita parecer final no prazo de 10 (dez) dias;

IV – exarado o parecer final, devrá ser disponibilizada vista aos demais integrantes da Comissão, pelo prazo comum de 7 (sete) dias, para manifestação.

§ 6º Se a Comissão emitir o parecer final ao projeto de Decreto Legislativo pela rejeição das contas, este deverá vir acompanhado das provas das irregularidades cometidas.

§ 7º Encerrada a tramitação em sede de Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo deverá ser encaminhado à Mesa Diretora que colocará em pauta para votação, sendo a única matéria a ser apreciada, assegurando-se à autoridade prestadora das contas o disposto no inciso III, parágrafo 4º, deste artigo.

§ 8º Terminado o prazo e não havendo manifestação da Comissão, o Presidente da Câmara, na sessão imediatamente seguinte, colocará as contas à apreciação do Plenário, sem discussão.

§ 9º As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no § 2º deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 10º As contas relativas a aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 69. O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 70. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Art. 71. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

§ 1º A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos, segundo o que dispõe a legislação federal pertinente.

Art. 72. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º (primeiro) de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de

manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município, observar as leis, promover o bem-estar geral, desempenhar seu cargo com honradez, lealdade e patriotismo, sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade, fazendo o seguinte juramento:

“POR MINHA HONRA E PELA PÁTRIA, PROMETO SOLENEMENTE, MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ORLENAS E OBSERVAR AS LEIS E PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO”.

Parágrafo único. Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiver assumido o cargo, salvo comprovado motivo de força maior, aceito pela Câmara, esta declará-lo-á vago.

Art. 73. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no caso de vacância, o Vice-Prefeito, importando a recusa, salvo justo motivo aceito pela Câmara, na extinção de seu mandato.

§ 1º O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato, salvo para tratar de interesse particular devidamente justificado, através de ofício ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que ele for convocado para missões especiais, podendo, inclusive ser nomeado para o cargo de Secretário Municipal, devendo somente optar por uma das remunerações.

Art. 74. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, vacância do cargo e pedido de licença, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara, e na falta deste assumirá o Vice-Presidente ou o Secretário da Mesa Diretora.

Art. 75. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos dois primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores;
II - ocorrendo a vacância nos últimos dois anos de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que ficará no cargo por 60 (sessenta) dias, para a realização de eleições indiretas na forma da lei federal.

Art. 76. O mandato do Prefeito é de quatro anos, permitida uma reeleição para um único período subsequente, e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

Art. 77. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

§ 1º O Prefeito regularmente licenciado terá direito a receber remuneração quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada;
II - em gozo de férias;
III - a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 2º O Prefeito poderá licenciar-se, sem subsídio:

I – para tratar de assuntos particulares, por período não superior a 90 (noventa) dias por sessão legislativa, mediante aprovação da Câmara de Vereadores;
II – para concorrer à reeleição, observados os prazos da legislação federal;

§ 3º A licença maternidade da Prefeita será de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 78. O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir descanso, nos termos do artigo 77.

Art. 79. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXIX do art. 34 desta Lei Orgânica.

SEÇÃO II

DOS SECRETÁRIOS E SUBPREFEITOS

Art. 80. São auxiliares diretos do Prefeito, cujos cargos são de livre nomeação e demissão:

I - os Secretários Municipais;
II - os diretores de órgãos da administração pública direta;

Art. 81. Lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 82. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou diretor:

- I - ser brasileiro;
- II - estar no exercício dos direitos políticos;
- III - ser maior de vinte e um anos.

Art. 83. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou diretores:

- I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou órgãos;
- IV - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou diretor da administração.

Art. 84. Os Secretários ou diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 85. Lei municipal de iniciativa do Prefeito poderá criar administrações de bairros e subprefeituras nos distritos e comunidades.

§ 1º Aos administradores de bairros ou subprefeitos, como delegados do Poder Executivo, compete:

- I - cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos e, mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos pela Câmara e por ele aprovados;
- II - atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando for o caso;
- III - indicar ao Prefeito as providências necessárias ao bairro ou distrito;
- IV - fiscalizar os serviços que lhes são afetos;
- V - prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 86. O subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 87. Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 88. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

- I – exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da Administração Municipal;
- II - iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- III - representar o Município em juízo e fora dele;
- IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- V - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara, exceto as emendas à Lei Orgânica;
- VI - nomear e exonerar os Secretários Municipais e os diretores dos órgãos da administração pública direta e indireta;
- VII - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- VIII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- IX - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, com autorização do Poder Legislativo;
- X - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XI - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual, a Lei de Diretrizes

Orçamentárias e ao Plano Plurianual do Município e das suas autarquias;

XII - encaminhar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XIII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIV - fazer publicar os atos oficiais;

XV - prestar à Câmara dentro de quinze dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes de dados necessários ao atendimento do pedido;

XVI - prover os serviços e obras da administração pública;

XVII - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVIII - colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas, de uma só vez e, até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XIX - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas, no prazo máximo de quinze dias;

XXI - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, às vias e logradouros, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXII - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXIII - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIV - apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração para o ano seguinte;

XXV - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, com observância do limite das dotações a elas destinadas;

XXVI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVII - providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVIII - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXIX - desenvolver o sistema viário do Município;

XXX - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovados pela Câmara;

XXXI - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXII - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXIII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXIV - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias;

XXXV - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXVI - publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXVII - estimular a participação popular e estabelecer programa de incentivo para os fins previstos no art. 20, XX, observado o disposto no Título IV desta Lei Orgânica.

SEÇÃO III

DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 89. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou Indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, II, IV e V da Constituição Federal.

§ 1º Ao Prefeito é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa privada.

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º implicará na perda do mandato.

Art. 90. As incompatibilidades declaradas no art. 38 e seus incisos e alíneas desta Lei Orgânica, estendem-se, no que for aplicável, ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 91. São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito e do Vice-Prefeito, que atentem contra a Constituição Federal, contra a Constituição Estadual, contra esta Lei Orgânica e especialmente contra:

I – o livre exercício do Poder Legislativo;

II – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

III – a probidade na administração pública;

IV – a Lei Orçamentária anual;

V – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão julgados pela prática de crimes de responsabilidade, conforme as normas constantes desta Lei Orgânica, da legislação federal específica e perante o Tribunal de Justiça do Estado, independente de pronunciamento da Câmara de Vereadores.

Art. 92. São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se da sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 93. O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de 5 (cinco) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o

máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco (5) dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze (15) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas (2) horas para produzir sua defesa oral;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 94. Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

III - incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

Parágrafo único. A extinção do mandato independe de deliberação do plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em ata.

Art. 95. A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - Fixar residência fora do Município;

III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decore na sua conduta pública.

Parágrafo único. O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 93 desta lei.

Art. 96. Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara se omitir nas providências citadas no parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omissor nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

§ 3º O disposto no item III não se aplicará às sessões extraordinárias que forem convocadas pelo Prefeito, durante os períodos de recesso das Câmaras Municipais.

CAPITULO III

SEÇÃO I

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 97. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, através de lei complementar, que disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

Parágrafo único. A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público que avaliará o candidato através de provas teóricas e práticas, títulos, testes de aptidão, experiência, sindicância da vida pregressa e entrevista oral com profissionais especializados.

SEÇÃO II

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 98. A Procuradoria Geral do Município, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa o Município Judicial e extra-Judicialmente, ressalvadas as competências da Procuradoria Geral da Câmara, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Procurador Geral do Município, chefe da Advocacia do Município com prerrogativas e representação de Secretário do Município, será nomeado pelo Prefeito dentre brasileiros maiores, advogado de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 99. A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, conselhos e entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município se classificam em:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da administração indireta.

IV - fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

CAPÍTULO V

DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 100. A publicação das leis e atos municipais deverá ser feita através de jornal de circulação local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Orleans, conforme o caso, bem como, através do Diário Oficial do Estado ou da União, nos casos em que assim exigir a lei federal ou estadual.

§ 1º Na contratação de empresa para a divulgação das leis e atos administrativos será obedecida a Lei de Licitações.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º A publicação dos atos normativos, pela imprensa, poderá ser resumida, desde que este resumo não implique em prejuízos ao princípio da publicidade.

Art. 101. O Prefeito fará publicar:

I - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa, até o último dia útil, do mês subsequente;

II - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

III - anualmente, até quinze de março, as contas de administração, constituídas do balanço

financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II

DOS LIVROS

Art. 102. O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de suas atividades e de seus serviços.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso.

§ 2º Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outros sistemas, convenientemente autenticados.

SEÇÃO III

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 103. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - Decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) permissão de uso dos bens municipais;
- g) medidas executoras do Plano Diretor do Município;
- h) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- i) fixação e alteração de preços.

II - Portaria, numerada em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - Contrato, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do Art. 88, inciso X, desta Lei Orgânica.
- b) execução de obras, compras e serviços municipais, nos termos da lei.

§ 1º Os atos constantes dos incisos II e III deste artigo poderão ser delegados.

§ 2º Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

SEÇÃO IV

DAS PROIBIÇÕES

Art. 104. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Secretários Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afins ou consanguíneo de primeiro grau, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 105. As pessoas jurídicas e físicas poderão contratar com o poder público municipal, ou dele receber benefícios, ou incentivos fiscais, ou creditícios, desde que atendam às exigências legais pertinentes ao ato.

SEÇÃO V

DAS CERTIDÕES

Art. 106. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, gratuitamente, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo único. As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VII

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 107. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seus custos.

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 108. A permissão de serviços públicos, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, na forma que dispõem esta Lei Orgânica e demais legislação aplicável ao tema, no que couber.

Art. 109. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 110. Os serviços, obras e concessões do Município, bem como as compras e alienações, serão realizados por meio de licitações, nos termos da lei.

Art. 111. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros Municípios.

Parágrafo único. O convênio somente produzirá efeitos após a homologação pela Câmara de Vereadores, mediante projeto de lei.

Art. 112. O Município poderá, na forma da lei, executar serviços em propriedades particulares, no território do Município, tendo como objetivo incrementar a agropecuária, a indústria, o comércio e o turismo.

Art. 113. O Município poderá realizar permuta ou concessão temporária de equipamentos, para serviços, com outros municípios, na forma de lei específica, mediante autorização legislativa.

TÍTULO IV

DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 114. Nenhuma operação de crédito, interna ou externa, poderá ser contratada pela administração direta e/ou indireta, inclusive fundações mantidas pelo Município, sem prévia autorização da Câmara Municipal.

§ 1º A lei que autorizar operação de crédito cuja liquidação ocorra em exercício financeiro subsequente deverá fixar, desde logo, as dotações que hajam de ser incluídas nos orçamentos anuais, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

§ 2º Na administração da dívida pública, o Município observará a competência do Poder Legislativo para:

I - autorizar operações externas de natureza financeira;

II - fixar limites globais para o montante da dívida consolidada. As disponibilidades de caixa dos órgãos da administração direta e indireta do Município, compreendidas as suas fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, e somente através delas poderão ser aplicadas, ressalvados os casos previstos em lei.

Parágrafo Único - A lei poderá, quando assim o recomendar o interesse público, excepcional depósitos e aplicações de obrigatoriedade de que trata este artigo.

Art. 115. As dívidas de responsabilidade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas e mantidas pelo Município serão, independentemente de sua natureza, quando inadimplidas, monetariamente atualizadas, a partir do dia do seu vencimento e até o da sua liquidação, segundo os mesmos critérios que os adotados para atualização de obrigações tributárias.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 116. O Município poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuições de melhorias, decorrente de obras públicas;

IV - contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

§ 1º - A função social dos tributos constitui princípio a ser observado na legislação que sobre ele dispuser, garantindo a participação dos contribuintes na aplicação das receitas tributárias, do Município e das transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, na forma da lei.

§ 2º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à administração tributária, especificamente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei específica, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 3º As taxas não poderão ser cobradas por valor superior ao custo dos seus fatos geradores, assim como também não poderão ter base de cálculo próprio de impostos lançados pela mesma ou por outra pessoa de direito público.

§ 4º O lançamento de contribuição de melhoria terá como limite total a despesa havida com a realização da obra pública que constituir seu fato gerador, como limite individual, a valorização que da obra resultar para cada imóvel por ela beneficiado, além de outros definidos em lei.

§ 5º A legislação municipal sobre matéria tributária, obedecidos os preceitos aqui estatuídos, respeitará as disposições de lei complementar federal:

I - sobre conflito de competência;

II - regulamentação às limitações constitucionais do poder de tributar;

III - as normas gerais sobre:

a) definição de tributos e sua espécie, bem como fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes de impostos;

b) obrigações, lançamentos, crédito, prescrição e decadência de tributos;

c) adequando tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

§ 6º O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social, concorrendo com igual importância para o mesmo fim. Mediante convênio celebrado com a União e/ou o Estado, o Município poderá delegar àquelas atribuições fazendárias e de coordenação ou unificação dos serviços de fiscalização e arrecadação de tributos, vedada, contudo, a delegação de competência legislativa.

SEÇÃO III

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 117. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos sem que lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuinte que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.

IV - utilizar tributos com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviço da União ou do Estado;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de Educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais e periódicos e o papel destinado à sua impressão;
- e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial ou comercial de mídias.

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em questão de sua procedência ou destino.

§ 1º A vedação do inciso VI, "a" é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados à sua finalidade essencial ou às delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso VI, "a" e a do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto do bem imóvel.

§ 3º As vedações do inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 5º Somente a lei poderá conceder isenção, redução de alíquota ou base de cálculo, anistia, remissão e outros incentivos e benefícios fiscais.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderão ser concedidos mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;

§ 7º A lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido;

§ 8º A vedação do inciso III, c, não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

VIII - exigir em virtude:

- a) do exercício do direito de petição ao Poder Público em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) da obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

IX - conceder às empresas públicas e sociedades de economia mista privilégios fiscais não extensivos às do setor privado de atividades afins.

SEÇÃO IV

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 118. São tributos municipais os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 119. Compete ao Município instituir tributos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos no art. 155, II, da Constituição Federal definidos em lei complementar.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, definido em lei.

§ 2º O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º A lei que instituir tributos municipais observará, no que couber, as limitações do poder de tributar, estabelecidas na Constituição Federal.

§ 4º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, deverá obedecer aos critérios definidos em lei complementar, a qual deverá:

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

§ 5º - A lei poderá determinar a atualização monetária dos tributos, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do pagamento, sem que isso se constitua em majoração.

Art. 120. As taxas serão instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a disposição pelo Município.

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 121. A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas, nos termos e limites definidos na lei complementar a que se refere o art. 146 da Constituição Federal.

Art. 122. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Art. 124. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social que criar e administrar, desde que obedeçam os critérios definidos na legislação federal.

CAPITULO II

DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 125. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 126. Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III - setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro, observado o disposto no art. 153, § 5º, da Constituição Federal;

IV - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 127. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, bem como as taxas serão feitas através de lei específica, aprovada pela Câmara de Vereadores, podendo ser corrigida monetariamente pelo Poder Executivo, observando-se o índice de INPC anual para tanto.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 128. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pelo Município, sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Executivo, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 129. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos da Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 130. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 131. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 132. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o Plano Plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, ouvida a comunidade através de audiências públicas, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º O Poder Executivo publicará, bimestralmente, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual das diversas unidades gestoras da Administração Municipal obedecerão aos seguintes prazos, para encaminhamento e votação na Câmara Municipal de Vereadores:

I - o Plano Plurianual será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores pelo Poder Executivo até 30 de junho do primeiro ano de mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores pelo Poder Executivo até 30 de agosto de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária anual será encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores pelo Poder Executivo até 30 de outubro de cada exercício.

§ 6º A Câmara Municipal de Vereadores apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos anteriores, nos seguintes prazos:

I - o Plano Plurianual, até 30 de julho do primeiro ano do mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias, até 15 de outubro de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária anual, até 15 de dezembro de cada exercício.

§ 7º Vencidos os prazos do § 5º, incisos I e II e III, o Poder Legislativo considerará como proposta do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias as leis que se encontrarem em vigência.

§ 8º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no § 6º, a matéria será apreciada em sessões ordinárias diárias, independentemente de período de recesso, até a deliberação da matéria.

Art. 134. O Prefeito, no primeiro mês de cada exercício, elaborará a programação da despesa, levando em conta os recursos orçamentários e extra-orçamentários, para a utilização dos respectivos créditos pelas unidades administrativas do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O prazo estipulado neste artigo será dilatado para noventa dias no primeiro exercício do mandato.

Art. 135. Os órgãos e entidades da administração descentralizada deverão planejar e programar a sua despesa anual, tendo em vista o plano geral do Município e a sua programação financeira.

Art. 136. A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º O projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo setorializado do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º Os orçamentos previstos no art. 133, I, desta lei, compatibilizados com o Plano Plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades entre a população.

§ 3º A Lei Orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 4º Na elaboração das leis de que trata o *caput* deste artigo, será obedecido o que estabelece a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a legislação federal aplicável à espécie.

Art. 137. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma que determina o Regimento Interno, com parecer prévio da comissão permanente de finanças, orçamento e contas do Município.

Parágrafo único. Caberá à comissão permanente de finanças, orçamento e contas do município:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara.

Art. 138. A Câmara, através de seus vereadores, poderá propor emendas impositivas a LOA, (Lei Orçamentária Anual).

§1º As emendas serão apresentadas na comissão permanente de finanças, orçamento e

contas do município, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 2º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 5º As emendas ao projeto de Lei Orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 6º Os projetos de lei do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados à Câmara Municipal pelo Prefeito, obedecidos os critérios a serem estabelecidos em lei complementar.

§ 7º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de Lei Orçamentária, enquanto não emitido o parecer da comissão de finanças, de orçamento e contas do município.

§ 8º A Câmara aprovando e não enviando o projeto de Lei Orçamentária no prazo consignado nesta lei e lei complementar federal para à sanção do Prefeito, será o projeto originário do Executivo, promulgado como lei, pelo Prefeito.

§ 9º Rejeitado pela Câmara o projeto de Lei Orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, atualizando-se os valores.

§ 10 Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

Art. 139. É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais impositivas do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 1º As emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1% (um por cento), da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 2º As programações orçamentárias previstas no *caput* deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos estritamente de ordem técnica e nestes casos serão adotadas as seguintes medidas:

I – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas técnicas do impedimento;

II – O Poder Legislativo, após o recebimento da justificativa de que trata o inciso I, terá o prazo de 30 (trinta) dias para indicar o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – O Poder Executivo, após o recebimento da indicação do remanejamento, terá o prazo de 30 (trinta) dias para encaminhar ao Poder Legislativo, novo projeto de lei que preveja o remanejamento de programação proposto pelo Legislativo, que se considerará implementada à LOA.

§ 3º Considerar-se-á equitativa a execução das programações em caráter obrigatório que atenda, de forma igualitária e impessoal, às emendas apresentadas, independentemente de autoria.

Art. 140. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com

finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo, todos da Constituição Federal;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo único. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado, sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 141. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, lhes serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com a Constituição Federal.

Art. 142. A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos na legislação federal.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei referida no *caput*, o Município adotará as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 3º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 4º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 5º O cargo, objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores, será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas, pelo prazo de quatro anos.

§ 6º As normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 3º se dará conforme estabelecido pela lei federal.

Art. 143. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, da Constituição Federal.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro para o qual forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro

meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 144. O Município, dentro de sua competência, atendendo ao seu interesse, assegurará a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios:

- I – autonomia municipal;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;
- VI – defesa do meio ambiente;
- VII – redução das desigualdades regionais, locais e sociais;
- VIII – busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas locais, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede administrativa no município de Orleans.

§ 1º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o Município dará preferência, na forma da lei específica, às empresas sediadas no Município.

§ 3º A exploração de atividade econômica pelo Município, só será permitida em caso de relevante interesse público, na forma da lei complementar que, dentre outras, especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidade que crie e mantiver:

- I – regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas tributárias;
- II – proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;
- III – subordinação a uma Secretara Municipal;
- IV – adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e Orçamento Anual, tudo devidamente aprovado pela Câmara de Vereadores.

Art. 145. A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 146. O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 147. O Município considera o capital não apenas como instrumento produtivo de lucro, mas também como meio de expansão econômica e do bem-estar coletivo.

Art. 148. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar a eles, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito facilitado, preço justo, saúde e bem-estar social.

Art. 149. Incumbe ao Poder Público, na forma de lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II- os direitos dos usuários;

III- a política tarifária;

IV – a obrigação de manter o serviço adequado

V – transparência das atividades e prestação de contas sobre obras e serviços executados.

Art. 150. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 151. O transporte coletivo, urbano e rural do Município, será regulamentado através de lei.

Art. 152. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 153. O Município, através de estudo de retorno de tributos e empregos a serem gerados, poderá incentivar a implantação de empresas através de concessões autorizadas por lei.

Art. 154. Respeitada a legislação federal pertinente, nenhuma empresa abrirá unidades extrativas ou de transformação no território municipal sem submeter seus projetos ao exame e aprovação do Município, que deverá submetê-lo à Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Projeto deverá obrigatoriamente, dentre outros, observar:

I – o tratamento à ser dado aos efluentes líquidos, gasosos, sólidos e demais rejeitos resultantes da extração mineral e da transformação;

II – programa de recuperação da área degradada;

III – manutenção das vias utilizadas para escoar a produção.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA E RURAL

SEÇÃO I

DA POLÍTICA URBANA

Art. 155. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 3º O Município envia esforços para se adequar aos preceitos do Estatuto da Cidade.

§ 4º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, devendo ser realizadas na forma estabelecida na legislação federal.

Art. 156. Para a confecção de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

I - política de uso e ocupação do solo que garanta:

- a) controle de expansão urbana;
- b) controle dos vazios urbanos;
- c) proteção e recuperação do ambiente cultural;
- d) manutenção de características do ambiente natural.

II - criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

III - participação de entidades comunitárias na elaboração de planos, programas e projetos e no encaminhamento de solução para os problemas urbanos;

IV - eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física;

V - criação no Plano Diretor de Zonas para loteamento popular, com legislação específica e finalidade de assentar famílias de baixa renda.

Parágrafo único. Nos loteamentos de que trata o inciso V deste artigo, deverá haver espaço para relocar família ocupante de áreas verdes, faixas de domínio público e/ou inadequadas ou impróprias à habitação, que ofereçam riscos à preservação do meio ambiente.

Art. 157. O Município poderá, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III - desapropriação, na forma da legislação federal e mediante justa indenização.

Art. 158. São isentos de tributos municipais os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura e utilizados para o transporte de seus produtos.

Art. 159. É isento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

Art. 160. Mediante lei específica, o Município estabelecerá as normas de trânsito no perímetro urbano, observada a legislação federal e as competências municipais.

SEÇÃO II

DO TRANSPORTE COLETIVO

Art. 161. Compete ao Município apresentar, definições de um Plano de Transporte Coletivo do Município para a execução e o funcionamento do sistema, a ser aprovado pela Câmara de Vereadores.

Art. 162. O Poder Executivo deverá criar um Conselho Municipal, que terá a participação do Poder Legislativo, para gerenciar o Transporte Coletivo, com poderes deliberativos para participar de gestão e fiscalização sobre a política municipal do transporte, elaborada a partir do Plano de Transporte Coletivo.

Art. 163. Será garantida às pessoas com deficiência física, mental e sensorial, carentes, mediante a apresentação de documentos, a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 164. A concessão e a permissão de serviço de transporte coletivo devem ser condicionadas à adaptação pelas empresas de, pelo menos um ônibus que permita o livre acesso e circulação de pessoas portadoras de deficiências.

Art. 165. Os serviços de transporte devem assegurar:

I - garantia de segurança e conforto aos usuários, com limitação do número de passageiros em pé;

II - integração física, operacional e tarifária entre as diferentes modalidades de transporte, garantindo as linhas e horários necessários para o adequado funcionamento do sistema.

Parágrafo único. As tarifas e reajustes serão estabelecidos pelo Poder Público, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Transporte Coletivo, ouvido o Conselho Municipal de Transporte, aprovado pela Câmara de Vereadores.

SEÇÃO III

DA POLÍTICA HABITACIONAL

Art. 166. Deverá o Município criar o Conselho Municipal de Habitação, que ficará vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Art. 167. A política habitacional, tratada como parte da política de desenvolvimento urbano, deverá estar compatibilizada com as diretrizes dos planos do município, objetivando a solução do déficit habitacional e dos problemas da sub-habitação, priorizando atendimento

às famílias de baixa renda.

Art. 168. Incumbe ao Município a participação na execução de planos e programas de construção de habitação e garantia de acesso à moradia digna para todos os cidadãos.

Art. 169. Na elaboração dos respectivos orçamentos e do Plano Plurianual, o Município deverá prever as dotações necessárias à efetivação da política habitacional.

Art. 170. O Município apoiará e estimulará a pesquisa que vise a melhoria das condições habitacionais.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 171. O desenvolvimento rural do Município terá por base a preservação ambiental e a produção de alimentos destinados ao mercado, visando a melhoria das condições de vida da população.

Art. 172. O Município promoverá a política de desenvolvimento agrícola, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento rural, projetado para um período de 4 (quatro) anos e revisado anualmente com as autoridades competentes, assegurando ainda a participação das entidades representativas dos segmentos sociais diretamente ligadas ao meio rural.

Art. 173. A lei criará o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, destinado a formalizar e fiscalizar a execução da política agrária e agrícola do Município.

§ 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural elaborará o Plano de Desenvolvimento Rural Plurianual.

§ 2º O Conselho de que trata o *caput* deste artigo será formado por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, das organizações formais e informais, entidades de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de produtores, órgãos oficiais de assistência técnica, jovens rurais, entidades de profissionais ligados diretamente à produção agropecuária, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transporte.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Rural, será coordenado pelo Executivo Municipal.

§ 4º O Poder Executivo realizará estudos agrícolas, servindo de base para as políticas agrícolas municipais.

Art. 174. O Município co-participará com o Governo do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural oficial, assegurando, prioritariamente, ao pequeno produtor rural e sua família, a orientação sobre produção agro-silvo-pastoril, a organização rural, a comercialização, a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e melhoria de vida e bem-estar da população rural.

Art. 175. O Município, nos termos da lei, prestará assistência aos agricultores e às suas organizações, principalmente:

I - incentivando, através de apoio técnico e financeiro, a patrulha agrícola já existente ou criando novas patrulhas agrícolas municipais;

II - elaborando programas municipais de suprimento total da merenda escolar, com aproveitamento da produção local;

III - participando nos programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis;

IV - incentivando programas municipais de armazenagem de produção agrícola;

V - desenvolvendo programas de incentivo a produção animal e sua integração com as atividades agrícolas;

VI - estimulando a diversificação dos cultivos agrícolas, pecuários e florestais para auto-abastecimento;

VII - oferecendo igual tratamento à criança rural e urbana, quando devidamente comprovada a necessidade pelas secretarias de Educação e assistência social;

VIII - formando creches domiciliares para filhos de agricultores;

IX - oportunizando o acesso da criança e do jovem ao ensino profissionalizante;
X - incentivando a implantação de pequenos matadouros, com boas condições de higiene;
XI - desenvolvendo programa de distribuição de sementes e mudas;
XII – incentivando a implantação de agroindústrias;
XIII – desenvolvendo programas de gestão da propriedade rural;
XIV – oportunizando a profissionalização dos produtores rurais;
XV – incentivando a busca de novas alternativas de exploração;
XVI – mantendo convênio de cooperação técnica com instituições de reconhecida competência técnica, para que estas, no âmbito de sua atuação, elaborem projetos e os executem quando possível, ou que sejam executados por terceiros, voltados ao desenvolvimento sustentável da propriedade rural.

Art. 176. O Município deverá prever, no orçamento anual, recursos para a realização de projetos e desenvolvimento dos programas que vier a estabelecer em relação à política de desenvolvimento rural.

Art. 177. O Município poderá implantar projetos que visem à produção de alimentos, bem como estimular as formas alternativas de vendas dos produtos agrícolas diretamente aos consumidores urbanos.

Art. 178. O Município, como incentivo ao desenvolvimento agrícola, priorizará a conservação e a ampliação das redes de estradas vicinais, redes de energia elétrica e telefonia rural.

Art. 179. O Município assegurará os direitos da mulher previstos na Constituição Federal.

§ 1º O Município manterá programas destinados à mulher com o objetivo de assegurar:

I - a permanência da mulher rural em grupos, clubes ou qualquer outra organização social onde possa desenvolver-se como pessoa e cidadã;

II - a informação e valorização da mulher rural nas questões pertinentes a seus direitos e deveres, perante a sociedade em que está inserida.

CAPÍTULO III

DA ORDEM SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 180. O Município adotará, em seu território, o primado do trabalho e assegurará os direitos sociais e políticos garantidos pela Constituição Federal, visando o estabelecimento de uma ordem social justa e igualitária.

Art. 181. O Município, no âmbito de sua competência, combaterá as causas da pobreza e os fatores de marginalização, priorizando em sua política a integração e a participação social e econômica dos segmentos marginalizados.

SEÇÃO II

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 182. A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Município, assegurada mediante política que vise garantir o acesso da população ao atendimento de suas necessidades sociais, independente de contribuição à seguridade social.

Art. 183. O Município participará, concorrentemente com a União e o Estado, das atividades que tenham os seguintes objetivos:

I - proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e ao deficiente;

II - amparo à criança, ao adolescente e ao idoso carente;

III - promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e à promoção de sua integração à vida comunitária;

VI - assistência e reintegração do toxicômano e do presidiário à sociedade;

VII - gratuidade no acesso aos benefícios e serviços;

VIII - informação ampla dos benefícios e serviços assistenciais oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 184. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a esse objetivo.

§ 1º Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º O Plano de Assistência Social do Município, nos termos que a lei estabelecer, tem por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 185. Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos em lei federal.

CAPITULO VI

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 186. O Município instituirá o Serviço Municipal de Proteção ao Consumidor, que poderá ser integrado ao Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, mediante convênio.

Art. 187. A Defesa do Consumidor será feita mediante:

I - incentivo ao controle de qualidade dos serviços públicos, pelos usuários;

II - atendimento, orientação, conciliação e encaminhamento do consumidor, por meio de órgãos especializados;

III - pesquisa, informação, divulgação e orientação ao consumidor;

IV - fiscalização de preços, pesos e medidas, observada a competência normativa da União;

V - proteção contra publicidade enganosa;

VI - efetiva prevenção e promoção dos meios de reparação de danos individuais e coletivos;

VII - divulgação sobre o consumo adequado dos bens e serviços, resguardada a liberdade de escolha;

VIII - fica assegurada a participação popular, através de suas entidades representativas, nas diversas esferas de discussão, consulta ou deliberação no Serviço Municipal de Proteção do Consumidor.

CAPÍTULO V

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

SEÇÃO I

DA FAMÍLIA

Art. 188. O Município dispensará especial proteção à família, mediante a promoção e a execução de programas que assegurem:

I - a criação e aplicação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares;

II - o amparo às famílias numerosas e carentes de recursos;

III - orientação sobre o planejamento familiar, respeitando a livre decisão do casal, fornecendo os meios necessários à concretização deste planejamento, em articulação com o órgão municipal de saúde;

IV - à gestante, o atendimento pré, peri e pós-natal, observadas as normas federais.

SEÇÃO II

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 189. O Município garantirá à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, todos os direitos fundamentais a uma vida digna e humana, bem como proteção especial contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos da legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Art. 190. O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, formulará a política de assistência à criança e ao adolescente.

Art. 191. O Município estimulará a fundação e o funcionamento de entidades comunitárias, não-governamentais, para execução dos programas protecionais e socioeducativo, destinados às crianças e aos adolescentes.

Parágrafo único. A criança e o adolescente, acolhidos em qualquer estabelecimento municipal de atendimento, receberão obrigatoriamente toda a proteção, cuidados e assistência social, educacional, profissional, psicológica, médica e jurídica.

Art. 192. O Município desenvolverá planos e programas municipais de amparo à criança e ao adolescente, que observarão, além de outras diretrizes, as seguintes:

I - respeito absoluto aos direitos humanos;

II - atendimento em seu próprio ambiente e modo de vida;

III - atendimento em período integral à criança de 0 a 6 anos, com ênfase para a nutrição, a saúde, o saneamento e a Educação;

IV - aplicação de percentual de recursos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

V - programas educacionais aos carentes, garantido o acesso do menor à escola em turno compatível com a sua disponibilidade e interesse dos pais e/ou tutores;

VI - ações de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins;

VII - ações de orientação e educação sexual às crianças e adolescentes;

VIII - atendimento e acompanhamento de menores que incorram na prática de infração penal.

Art. 193. O Município promoverá a criação do banco de aleitamento materno-infantil, cuja manutenção e funcionamento serão regulados através de lei específica.

SEÇÃO III

DO IDOSO

Art. 194. Ao idoso serão assegurados todos os direitos e garantias fundamentais do ser humano, estabelecido na Constituição da República e na legislação federal.

Art. 195. O Município promoverá programas de amparo às pessoas idosas, para assegurar-lhes a participação na comunidade, a defesa de sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida.

Art. 196. Nas ações de amparo ao idoso, o Município:

I - dará preferência ao atendimento aos idosos em seus lares;

II - assegurará incentivo à criação de asilos de idosos e estabelecimentos similares, fiscalizando seu funcionamento;

III - prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso;

IV - colaborará com o treinamento de Pessoal para as instituições beneficentes dedicadas ao idoso;

V - incentivará o associativismo de trabalho das pessoas idosas para o aproveitamento de suas habilidades e complementação da renda para sua sobrevivência;

Art. 197. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade dos

transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados.

SEÇÃO IV

DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 198. O Município, em regime de colaboração com a União e o Estado, garantirá todos os direitos fundamentais a uma vida digna e humana à pessoa com deficiência nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assegurando e promovendo, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das garantias fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e pleno exercício de sua cidadania.

§ 1º Cabe ainda ao Município:

I - garantir a prevenção das deficiências físicas, mentais e sensoriais;

II - garantir a pessoa com deficiência, o acesso à saúde, à Educação, ao treinamento profissional e ao lazer;

III - garantir a pessoa com deficiência programas sistemáticos descentralizados de reabilitação, em todas as áreas, com a concessão de recursos materiais e técnicos especializados imprescindíveis ao processo de reabilitação;

IV - garantir que o sistema municipal de ensino preconize uma filosofia normalizadora e integradora, garantindo à pessoa com deficiência o direito ao processo educacional em todos os níveis e preferencialmente na rede regular;

V - prestar educação especial no Município em cooperação com os serviços de educação especial, mantidos pelo Estado ou por associações sem fins lucrativos;

VI - garantir a implantação e manutenção de casas-lares para as pessoas portadoras de deficiência, sem condições de serem mantidas pela família;

VII - assegurar a livre inscrição e participação de pessoas com deficiência em concursos públicos e garantida a adaptação de provas de acordo com o que dispuser a lei;

VIII - garantir a redução da jornada à servidora pública municipal que seja mãe, tutora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção da pessoa com deficiência, considerada dependente sob o ponto de vista sócio-educacional;

IX - a realização de censo quinquenal das pessoas com deficiência;

X - a formulação e implantação da política de atendimento a saúde das pessoas com deficiência de modo a garantir a preservação de doença, assim como as condições que impeçam o seu surgimento, assegurado aos deficientes o direito à habilitação e reabilitação, mediante a contratação de equipe de profissionais multidisciplinar, do oferecimento de infraestrutura e de equipamentos adequados.

§ 2º Às pessoas com deficiência e doenças mentais será garantido atendimento por profissionais especializados.

Art. 199. A pessoa com deficiência física será garantido o livre acesso a logradouro, edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais, bem como ao lazer, que inclui oferta de programas de esporte e meios de acesso aos bens culturais em todas as suas manifestações.

Art. 200. O Município realizará convênios com as entidades filantrópicas representantes das pessoas com deficiência, com o objetivo de ceder, por disponibilidade, servidores pertencentes ao quadro de pessoal, bem como, celebrar termos de colaboração, fomento e/ou acordo de cooperação com estas entidades, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

CAPITULO V

DA SAÚDE

Art. 201. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, cabendo ao Município, com a cooperação da União e do Estado, prover as condições indispensáveis a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 202. O direito à saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação;

Art. 203. As ações de saúde são de natureza pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais e, suplementarmente através de serviços de terceiros.

Art. 204. É dever do Município garantir a saúde, consistente na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à eliminação dos riscos de doenças e outros agravos, e no estabelecimento de condições específicas que assegurem acesso universal às ações e serviços de saúde.

Parágrafo único - O dever do Município não exclui o dever inerente a cada pessoa, à família e à sociedade, bem como às instituições e empresas, especialmente as que possam criar riscos e danos à saúde do indivíduo e da coletividade.

Art. 205. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde são desenvolvidos de acordo com os seguintes princípios e diretrizes:

I - universalidade e equidade no acesso aos serviços de saúde, respeitada a autonomia das pessoas e excluídos preconceitos e privilégios de qualquer espécie;

II - integralidade na prestação das ações preventivas, curativas e reabilitadoras, adequadas às diversas realidades epidemiológicas;

III - integração das ações de saúde individuais, coletivas e de saúde do trabalhador;

IV - direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade;

V – elaborar programa de controle de zoonozes;

VI - utilização de método epidemiológico como parâmetro no estabelecimento de prioridades, na orientação programática e na alocação de recursos;

VII - integração, em nível executivo, das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

VIII - descentralização político-administrativa da gestão dos serviços, assegurada ampla participação da população;

IX - fomento à pesquisa, ao ensino e ao aprimoramento científico, tecnológico e de recursos humanos no desenvolvimento da área de saúde.

Art. 206. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Município sua normatização e controle, devendo a execução ser feita, preferencialmente, através de serviços públicos e, suplementarmente, através de serviços de terceiros.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município, mediante contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Município ou de serviços contratados ou conveniados pelo Sistema Único de Saúde.

§ 3º As instituições privadas de saúde ficarão sob controle do Poder Público, nas questões de controle de qualidade e de informação, e de registros de atendimento, conforme os códigos sanitários nacional, estadual e municipal, e as normas do Sistema Único de Saúde.

§ 4º A instalação de quaisquer novos serviços públicos de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, levando-se em consideração a demanda, cobertura, distribuição geográfica, grau de complexidade e articulação do sistema.

Art. 207. O Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município, será financiado com recursos orçamentários do Município, do Estado, da União, da seguridade social, além dos provenientes de outras fontes.

§ 1º O conjunto dos recursos destinados às ações e serviços de saúde no Município constitui o Fundo Municipal de Saúde, na forma da lei.

§ 2º O montante das despesas com saúde não será inferior a quinze por cento das despesas globais do orçamento anual do Município, excluídas do cálculo as transferências da União e do Estado referentes ao Sistema Único de Saúde.

Art. 208. O Município manterá o Conselho Municipal de Saúde, com todas as prerrogativas que lhe são concedidas por lei.

Art. 209. São competências do Município, no âmbito de sua esfera de ação, exercidas com a cooperação da União e do Estado, por meio de órgão próprio:

I - direção do Sistema Único de Saúde no Município;

II - prestação de serviços de atendimento à saúde da população;

III - formulação e implantação da política de recursos humanos na área da saúde, na esfera municipal, de acordo com a política nacional e estadual de recursos humanos em saúde, e observados os princípios de isonomia, incentivo à dedicação exclusiva e tempo integral, piso salarial nacional e admissão somente através de concurso público;

IV - elaboração e atualização do plano municipal de saúde;

V - administração do Fundo Municipal de Saúde;

VI - compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde;

VII - planejamento e execução das ações de:

- a. controle das condições e dos ambientes de trabalho, e dos problemas de saúde com eles relacionados;
- b. vigilância sanitária e epidemiológica, e de saúde do trabalhador;
- c. controle do meio ambiente e do saneamento básico, em articulação com os demais órgãos governamentais e Municípios da Região;
- d. programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades, nacionais, estaduais e municipais, assim como situações de emergência;
- e. a celebração de consórcios municipais para formação de sistemas de saúde quando houver indicação técnica e consenso das partes;

VIII - elaboração e atualização da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde no Município;

IX - implementação do sistema de informações de saúde;

X - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário;

XI - fornecimento de recursos educacionais que assegurem o exercício do direito ao planejamento familiar, facilitando o acesso à informação e a métodos contraceptivos, bem como a livre decisão da mulher, do homem ou do casal tanto para exercer a procriação como para evitá-la;

XII - normatização e execução da política nacional de insumos e equipamentos para a saúde;

XIII - execução dos programas e projetos estratégicos para o atendimento das prioridades nacionais, estaduais e municipais, bem como de situações emergenciais;

XIV - complementação das normas concernentes às relações com o setor privado e com serviços públicos, e à celebração de contratos e convênios com serviços privados e públicos;

XV - organização da assistência à saúde, com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequados à realidade epidemiológica local, observados os princípios de regionalização e hierarquização;

XVI - estabelecimento de normas, critérios e padrões de coleta, processamento, armazenamento e transfusão de sangue humano e seus derivados, garantindo a qualidade destes produtos durante todo o processo, vedado qualquer tipo de comercialização, estimulando a doação e propiciando informações e acompanhamento aos doadores, podendo ser realizado através de convênio;

XVII - estímulo à formação da consciência pública voltada à preservação da saúde e do meio ambiente.

XVIII - controle e fiscalização de qualquer atividade e serviço que envolvam risco à saúde, à segurança ou ao bem-estar físico e psíquico do indivíduo e da coletividade, bem como ao ambiente natural;

XIX - regulamentação, controle e fiscalização dos serviços públicos e suplementares de saúde e serviço social;

XX - acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores de saúde;

XXI - desenvolvimento de ações específicas de prevenção e manutenção de serviços públicos de atendimento especializado e gratuito para crianças, adolescentes e idosos, portadores de deficiência física, mental, sensorial ou múltipla.

Art. 210. Fica expressamente vedada, nos serviços de saúde, no âmbito do Município, qualquer experimentação de substâncias, drogas ou meios anticoncepcionais que atentem contra a saúde, que não sejam de pleno conhecimento dos usuários, ou que não sofram a fiscalização do Poder Executivo e dos órgãos representativos da população.

Art. 211. Será garantido pelo Município, através de sua rede de saúde pública ou em convênio com o Estado e a União, o atendimento à prática de abortamento legalmente previsto pela legislação federal.

Parágrafo único. O atendimento será realizado de acordo com os procedimentos médico-hospitalares exigidos para o caso, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 212. O Município deverá, solidariamente com a União e o Estado, manter medicamentos para serem distribuídos gratuitamente à população comprovadamente carente, conforme recomendação médica.

Art. 213. Na gestão do Sistema Único de Saúde, o gerenciamento dos serviços de saúde deve seguir critérios de compromisso com o caráter público desses serviços e da eficácia em seu desempenho.

Parágrafo único. A avaliação será feita pelos órgãos colegiados deliberativos.

Art. 214. O Município poderá realizar convênios com instituições de ensino, para participação dos alunos destas instituições, em atividades curriculares e extracurriculares, visando à prestação de assistência preventiva e curativa à população, conforme dispuser a lei.

Art. 215. O órgão que integrar o Sistema Único de Saúde em nível municipal deverá criar setor específico para tratar da saúde ocupacional dos trabalhadores, responsável pelo cadastramento e fiscalização de instalações comerciais, industriais e de serviços que envolvam risco à saúde ocupacional do trabalhador, conforme regulamentação da lei municipal.

Art. 216. Ao Município, na forma da lei, compete supletivamente estabelecer condições que estimulem a doação de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, vedada sua comercialização.

CAPÍTULO VI

DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO, DO DESPORTO E DO TURISMO

Art. 217. O Município poderá, através de convênio, delegar os serviços prestados nesse capítulo a entidades sem fins lucrativos, com finalidade compatível, mediante transferência de valores pré-definidos no orçamento.

SEÇÃO I

DA CULTURA

Art. 218. O Município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como o acesso a suas fontes, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais, especialmente as de origem local e as relacionadas aos segmentos populares.

Art. 219. O Município criará e apoiará mecanismos de preservação dos valores culturais das diversas etnias presentes em Orleans, assegurando-lhes também a participação igualitária e pluralista nas atividades educacionais.

Art. 220. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, catarinense e orleanense.

Parágrafo único. A política cultural de Orleans será definida com ampla participação popular, baseada, nos seguintes princípios:

I - Incentivo e valorização de todas as formas de expressão cultural;

II - integração com as políticas de comunicação, ecológica, educacional e de lazer;

III - proteção das obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, artístico, científico e cultural;

IV - criação de espaços e equipamentos públicos e privados, destinados a manifestações artístico-culturais;

V - preservação da entidade e da memória orleanense;

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais orleanenses, em especial às Fundações, prevendo recursos no orçamento, anualmente, para que estas entidades apresentem projetos de desenvolvimento cultural afetos às suas áreas de atuação, os quais serão, a interesse do Município, executados pelas respectivas entidades elaboradoras;

VII - concessão de incentivo, para a produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação das tradições e costumes das etnias formadoras da sociedade orleanense;

VIII - integração das ações municipais no âmbito da Educação, cultura e esporte;

IX - abertura dos equipamentos públicos para as atividades culturais;

X - a criação de espaços públicos equipados para a formação e difusão das expressões artístico-culturais e recreativas.

Art. 221. Constituem direitos culturais garantidos pelo Município:

I - liberdade de criação e expressão artísticas;

II - acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaços de associações de bairros;

III - amplo acesso a todas as formas de expressão cultural;

IV - apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V - acesso ao patrimônio cultural do Município;

VI – participação em feiras de artesanato e de artes plásticas, e nos espaços de livre expressão artística popular;

VII- criação de espaço público para as manifestações populares e uso em datas comemorativas.

Art. 222. O Executivo destinará à cultura do Município, o mínimo, de 1% (um por cento) da receita própria anual.

Art. 223. São considerados patrimônio cultural do Município, passíveis de tombamento e proteção, as obras, objetos, documentos, edificações e monumentos naturais que contenham memória cultural dos diferentes segmentos culturais.

Art. 224. O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural e histórico por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º O Município complementará o procedimento administrativo do tombamento, na forma da lei.

§ 2º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§ 3º As instituições públicas municipais ocuparão preferencialmente prédios tombados, desde que não haja ofensa a sua preservação.

§ 4º Os prédios tombados utilizados em atividades ou serviço de acesso ao público deverão manter em exposição seu acervo histórico.

§ 5º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 225. O sistema municipal de cultura e lazer visa à integração da política cultural do Município e terá por função:

I - estabelecer diretrizes operacionais e prioridades para o desenvolvimento cultural do Município;

II - integrar ações governamentais na área das artes e do lazer cultural.

Art. 226. As entidades da administração descentralizada do Município sujeitas a tributos federais, quando a lei facultar a destinação de parte destes a título de incentivo fiscal, deverão aplicá-los nas instituições dos diversos segmentos da produção cultural vinculados ao órgão municipal responsável pela cultura, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo da dotação orçamentária à cultura.

Art. 227. Os recursos destinados à cultura serão democraticamente aplicados dentro de uma visão social abrangente, valorizando as manifestações autênticas de cultura popular, a par da universalização da cultura erudita.

SEÇÃO II

DA EDUCAÇÃO

Art. 228. A Educação, direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, terá por base os princípios da democracia e da justiça social, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, pautar-se-á no trabalho como fundamento da existência social, dignidade e bem-estar universais, e visará aos seguintes fins:

I - o exercício de uma cidadania comprometida com a transformação social livre de qualquer preconceito e discriminação, contrária a todas as formas de exploração, opressão e desrespeito ao ser humano, à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade;

II - o preparo do cidadão para a reflexão, a compreensão e a crítica da realidade social, tendo o trabalho como princípio educativo, mediante o acesso à cultura e aos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos historicamente acumulados.

Art. 229. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - estímulo à criatividade e à curiosidade do aluno;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - gestão democrática do ensino público;

VIII - garantia do padrão de qualidade;

IX - valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

X - promoção da integração escola-comunidade;

XI - desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da questão ambiental, através da promoção da educação ambiental nos diferentes graus de ensino.

Art. 230. O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I - oferta de creches e pré-escola para as crianças de zero a seis anos de idade;

II - ensino fundamental, gratuito e obrigatório para todos, na rede municipal, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

III - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

IV - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou

sensorial, bem como os que revelarem vocação excepcional em qualquer ramo do conhecimento;

V - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

VI - atendimento ao educando através de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático e transporte;

VII - recenseamento periódico dos educandos, promovendo sua chamada e zelando pela frequência à escola, na forma da lei;

VIII - membros do magistério em número suficiente para atender à demanda escolar;

IX - implantação progressiva da jornada integral, nos termos da lei;

X - transporte gratuito para estudantes e professores da rede municipal residentes no Município, nos termos da lei;

XI - ensino fundamental gratuito também àqueles que estão fora da faixa etária obrigatória;

XII - garantia das condições físicas para o funcionamento das escolas;

XIII - implantação e manutenção de salas de apoio pedagógico, sob pena de responsabilidade;

Parágrafo único. A não oferta ou a oferta irregular do ensino obrigatório, pelo Poder Público, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art. 231. A lei complementar que organizar o sistema municipal de Educação fixará, observada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estadual, os conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, de maneira a assegurar, além da formação básica:

I - a promoção dos valores culturais, nacionais e regionais;

II - programas visando a análise e a reflexão crítica sobre a comunicação social;

III - currículos escolares adaptados às realidades dos meios urbano e rural;

IV - programação de orientação técnica e científica sobre a prevenção ao uso de drogas, a proteção ao meio ambiente, matéria específica sobre ecologia e à orientação sexual;

V - conteúdos programáticos voltados para a formação associativa, cooperativista e empreendedora.

§ 1º O ensino religioso, sem discriminação de credos e atendendo à diversidade de cultos e crenças, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º Os cursos profissionalizantes de ensino médio da rede pública municipal serão administrados por órgão específico.

Art. 232. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - observância das normas gerais da Educação nacional, estadual e municipal;

II - autorização e avaliação de sua qualidade pelo Poder Público;

III - avaliação de qualidade do corpo docente e técnico-administrativo;

IV - condições físicas de funcionamento.

Art. 233. O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 234. Será criado o fundo municipal de apoio ao estudante universitário, destinando-lhe, no mínimo, 1% das receitas próprias.

SEÇÃO III

DO LAZER

Art. 235. O Município incentivará o lazer como forma de promoção social e para isso deverá investir na criação de parques, calçadões, praças e ambientes para a prática esportiva.

SEÇÃO IV

DO TURISMO

Art. 236. O Município criará estrutura que favoreça o turismo local, aproveitando todos os ambientes pitorescos.

Art. 237. É dever do Município, sinalizar os pontos estratégicos e os limites geográficos com placas informativas, bem como embelezar as margens das rodovias, ruas, praças e os pontos turísticos.

Art. 238. O poder público realizará estudo dos potenciais turísticos em seus limites e dos potenciais da região ao seu redor e desenvolverá projeto turístico com base nessas informações, formando comissão própria para essa finalidade, com destinação de recursos.

SEÇÃO V

DO DESPORTO

Art. 239. É dever do Município fomentar práticas desportivas profissionais e amadoras, como direito de todos, observadas as seguintes condições:

I - a autonomia das entidades desportivas e associações quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - tratamento prioritário para o desporto não profissional, através de autorização legislativa;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas e de criação nacional;

V - a Educação Física como disciplina de matrícula obrigatória, o fomento e o incentivo à pesquisa no campo da educação física.

Parágrafo único. Observadas essas diretrizes, o Município promoverá:

- a. o incentivo às competições desportivas estaduais, regionais e locais;
- b. a prática de atividades desportivas pelas comunidades, facilitando o acesso às áreas públicas destinadas à prática do esporte;
- c. o desenvolvimento de práticas desportivas para pessoas portadoras de deficiência, em condições especiais;
- d. a organização, o incentivo e avaliação dos trabalhos relacionados com desenvolvimento da comunidade, na área do lazer comunitário;
- e. meios de recreação sadia e construtiva, inclusive programas especiais para pessoas idosas.

Art. 240. Será criado o fundo municipal de apoio e incentivo aos atletas locais, profissionais e ou amadores, que participem de competições municipais, estaduais e ou nacionais, destinando-lhe, no mínimo, 0,30% (zero virgula trinta por cento) das receitas próprias.

CAPÍTULO VII

DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO VII DO MEIO AMBIENTE

Art. 241. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º O Município, em conjunto com a União e o Estado, desenvolverá as ações necessárias para o atendimento do disposto neste Capítulo.

§ 2º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, tais como:

proteger e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, biológico, ecológico, paisagístico, histórico, paleontológico e arquitetônico;

definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

fiscalizar a utilização dos recursos naturais e zelar para que seja racional e sustentável;

II - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade;

III - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e ao meio ambiente;

IV - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

V - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

VI - buscar a integração das universidades, centros de pesquisa, associações civis, organizações sindicais nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição;

VII - estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa não poluente, bem como, de tecnologias poupadoras de recursos energéticos;

VIII - acompanhar e fiscalizar as atividades de exploração de recursos naturais concedidos pela União ou pelo Estado no território do Município, especialmente os hídricos e minerais;

IX - impetrar ações judiciais e instaurar processo administrativo por responsabilidade civil e criminal do proprietário e profissional responsável pela poluição ou degradação ambiental, obrigando-os, além das sanções que sofrerem, a repararem o dano causado;

X - é vedada a concessão de incentivos fiscais ou facilidades de qualquer espécie às atividades que desrespeitem as normas e padrões ambientais.

§ 3º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 242. O Poder Executivo poderá fornecer ou conceder alvará de licença, para a exploração e extração de minérios, do solo e subsolo, do município de Orleans, observadas primeiramente as licenças ambientais exigidas pelos órgãos públicos federal, estadual e municipal competentes.

Parágrafo único - Considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade, a concessão do alvará de licença estará sujeita a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) pela Câmara de Vereadores, visando a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais.

Art. 243. A concessão de que trata o artigo anterior deverá impreterivelmente ser objeto de deliberação legislativa e mediante caução prévia em dinheiro, que será estipulada pelo órgão municipal competente. A caução prévia mencionada no caput deverá estar descrita expressamente no projeto de lei para solicitação legislativa.

Art. 244. Lei complementar tratará especificamente sobre recuperação e preservação do

meio ambiente.

Parágrafo único. Para elaboração e revisão complementar desta lei serão convocadas todas as entidades representativas do Município.

TÍTULO VI

DA COLABORAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 245. Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular, através de suas representações, em todos os campos de atuação do Poder Público.

CAPÍTULO II

DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 246. A população do Município poderá organizar-se em associações para fins lícitos, independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Parágrafo único. O Poder Público, de acordo com as políticas públicas adotadas, poderá, através de lei, incentivar a criação de associações.

CAPÍTULO III

DAS COOPERATIVAS

Art. 247. O Poder Público incentivará a criação de cooperativas que atendam aos interesses públicos municipais, e de acordo com a lei que as regula.

Art. 248. O Poder Público estabelecerá programas especiais de apoio à iniciativa popular que objetive implementar a organização da comunidade local e a melhoria da qualidade de vida.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 249. Incumbe ao Município

- I - escutar, permanentemente, a opinião pública, e para isso, sempre que o interesse público aconselhar, os Poderes Executivo e Legislativo, divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;
- II - adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;
- III - facilitar a difusão, através de jornais e outras publicações periódicas, assim como transmissões por rádio e televisão, dos atos e ações do Poder Público Municipal;

IV - publicar os balancetes mensais da Prefeitura, em local, ou veículo em que a população tenha acesso.

Art. 250. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 251. Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, ou mediante concessão pública, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

§ 1º As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados pelo Município.

§ 2º Sendo necessária a transferência do cemitério público, por motivos de saúde pública ou poluição ao meio ambiente, após devida comprovação através de estudos, o Poder Público poderá realizar a sua transferência mediante lei que o autorize e as suas despesas.

Art. 252. O Conselho de Desenvolvimento Político e Econômico do Município, regulamentado por lei própria, será constituído pelas seguintes entidades representativas:

I - Associação Comercial e Industrial;

II - Clube de Dirigentes Lojistas – CDL;

III - Cooperativa Agropecuária;

IV - Cooperativa de Consumo;

V - Sindicato dos Empregadores Rurais;

VI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VII - Outras que venham a ser legalmente constituídas.

Parágrafo único. Este conselho deverá emitir relatório sobre as atividades econômicas do município e suas tendências a cada três anos, devendo o Poder Público fornecer os meios para a elaboração do presente estudo, inclusive podendo ser contratados técnicos especializados para esse propósito, através de licitação.

Art. 253. O Município poderá incentivar a criação de cursos técnicos profissionalizantes, nas áreas de comprovada necessidade, industrial, comercial e agropecuária, com participação das entidades e empresas interessadas.

Parágrafo único. A administração pública poderá delegar o disposto no *caput* deste artigo, para instituições de reconhecida capacidade técnica, através de lei específica, assegurados os recursos para a elaboração e execução do respectivo projeto.

Art. 254. O Prefeito Municipal poderá utilizar até cinco por cento da arrecadação do Município para distribuir a entidades, associações e sindicatos.

Parágrafo único. A distribuição dos recursos deverá ser feita através de lei própria, aprovada por maioria absoluta dos Vereadores.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 255. Em 10 (dez) anos, contados da promulgação da revisão da Lei Orgânica, deverá ser procedida nova revisão, visando à adequação das modificações legais que venham a ocorrer no período.

Art. 256. As disposições desta Lei Orgânica que suscitem a elaboração de leis específicas à sua regulamentação, terão o prazo de 2 (dois) anos para sua adequação.

Art. 257. Todas as alterações realizadas entrarão em vigor na data da publicação desta lei, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 11 de novembro de 2019.

Hildegart Thessmann Durigon (PSDB)
Presidente

Valentim Bardini Sobrinho (MDB)
Vice-Presidente

Lucas Canever Librelato (PSDB)
1º Secretário
Pedro João Orbem (MDB)
2º Secretário

Otacílio Costa**PREFEITURA****LC 268/2019**

Publicação Nº 2224494

LEI COMPLEMENTAR Nº 268/2019

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 7 E MODIFICA A REDAÇÃO DO INCISO II DO §1º DO MESMO ARTIGO E ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 11, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 171/2013.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Altera a redação do caput do artigo 7º e do inciso II do § 1º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 171/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. A parcela recebida a título de Gratificação de Produtividade, o Adicional de Incentivo à Titulação e o Abono de Permanência na Função do art. 11 desta lei, serão utilizados para fins de aposentadoria e pensão, para todos os cargos e funções indicadas nos artigos 10 e 11 desta Lei, aplicadas as disposições constantes das Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005 e da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou outra que venha a especificar a metodologia de cálculo dos proventos no Regime Próprio de Previdência Social, e ainda as constantes nesta Lei.

§ 1º. ...

...

II - ter efetivado contribuições previdenciárias sobre os valores percebidos a título de gratificação de produtividade, adicional de incentivo à titulação e abono de permanência na função, pelo período mínimo de 24 meses.

Art. 2º. Altera a redação do artigo 11 da Lei Complementar nº 171/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O Fiscal Tributário designado para exercer funções de acompanhamento do Movimento Econômico; o Fiscal de Obras e Posturas designado para exercer funções de acompanhamento e fiscalização de documentos do transporte escolar e táxi; e os servidores lotados nas Secretarias de Finanças ou de Planejamento designados para atividades auxiliares de arrecadação ou fiscalização, receberão Abono de Permanência na Função equivalente a 6 (seis) UFM, no período de efetivo exercício dessas funções.

Parágrafo único. A incorporação do abono de permanência na função será regulamentada por ato próprio do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito _____

Registrada e publicada a presente Lei Complementar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2715/2019

Publicação Nº 2224503

LEI Nº 2.715/2019

DENOMINA "CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL MARIA CARDOSO PIRES".

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º - Fica denominada de CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL MARIA CARDOSO PIRES, a Capela Mortuária Municipal localizada no Cemitério Municipal de Otacílio Costa.

Art. 2º - Na placa conterà os seguintes dizeres: "CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL MARIA CARDOSO PIRES".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 30 de outubro de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 30 de outubro de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2716/2019

Publicação Nº 2224504

LEI Nº 2.716/2019

REVOGA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO POR MEIO DA LEI 2.585 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2018.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica Revogada a Lei nº 2.585 de 06 de novembro de 2018, a qual concedia Direito Real de Uso de imóvel com área superficial de 11.377,71m² (onze mil trezentos e setenta e sete metros e setenta e um decímetros quadrados), imóvel situado na SC 114, na Área Industrial do Município, objeto parte da Matrícula nº 15.859 do 3º Registro de Imóveis de Lages/SC conforme disposições da Lei Complementar 175/2014, à empresa AMERICA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 06.351.459/0001-16.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a Lei 2.585 de 06 de novembro de 2018.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 608

Publicação Nº 2225857

DECRETO Nº 608, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.523, de 12 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 570.209,60 (quinhentos e setenta mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

02.001.04.243.0002.2007. Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.0.1.000000.(016). Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
---	-----	----------

04.001.04.122.0002.2010. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.93.00.00.0.3.000000.(293). Aplicações Diretas	R\$	1.368,00
---	-----	----------

05.002.12.361.0003.2015. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.190000.(058). Aplicações Diretas	R\$	6.900,00
3.3.90.00.00.0.1.010000.(059). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00
3.3.90.00.00.0.3.010000.(321). Aplicações Diretas	R\$	7.615,65

05.002.12.365.0003.2019. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.190000.(073). Aplicações Diretas	R\$	18.300,00
3.3.90.00.00.0.1.010000.(074). Aplicações Diretas	R\$	11.200,00
3.3.90.00.00.0.1.190000.(076). Aplicações Diretas	R\$	2.600,00

06.001.10.301.0006.1015. Aquisição de mobiliários e equipamentos

4.4.90.00.00.0.3.386090.(322). Aplicações Diretas	R\$	2.132,52
4.4.90.00.00.0.3.386110.(323). Aplicações Diretas	R\$	799,00

06.001.10.301.0006.2026. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.3.381050.(244). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

06.001.10.301.0006.2027. Manutenção da Estratégia da Saúde da Família

3.3.90.00.00.0.1.381030.(107). Aplicações Diretas	R\$	1.700,00
3.3.90.00.00.0.3.381050.(279). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00

06.001.10.301.0006.2028. Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial

3.3.90.00.00.0.3.387010.(317). Aplicações Diretas	R\$	972,00
---	-----	--------

06.001.10.301.0006.2029. Manutenção do Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.0.1.675010.(117). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

06.001.10.302.0006.2031. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.381010.(120). Aplicações Diretas	R\$	123.900,00
3.3.90.00.00.0.1.382010.(121). Aplicações Diretas	R\$	10.300,00

06.001.10.304.0006.2032. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.0.1.020000.(122). Aplicações Diretas	R\$	900,00
---	-----	--------

06.001.10.305.0006.2033. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.383020.(302). Aplicações Diretas	R\$	1.400,00
---	-----	----------

07.001.26.782.0007.1021. Construção da garagem municipal

4.4.90.00.00.0.3.000000.(309). Aplicações Diretas	R\$	162.260,00
---	-----	------------

07.001.26.782.0007.2035. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.641120.(315). Aplicações Diretas	R\$	149.522,08
---	-----	------------

08.001.06.181.0008.2038. Manutenção de convênio com a Polícia Militar

3.3.30.00.00.0.1.100000.(164). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
---	-----	----------

08.001.06.181.0008.2040. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.0.3.009020.(247). Aplicações Diretas	R\$	6.305,23
---	-----	----------

08.001.15.452.0009.2042. Manutenção dos serviços urbanos

3.3.90.00.00.0.3.000000.(281). Aplicações Diretas	R\$	14.600,00
4.4.90.00.00.0.3.000000.(316). Aplicações Diretas	R\$	9.930,00

08.001.15.452.0009.2045. Manutenção da iluminação pública

3.3.90.00.00.0.3.000000.(320). Aplicações Diretas	R\$	5.200,00
3.3.90.00.00.0.3.080000.(282). Aplicações Diretas	R\$	155,12

09.001.20.606.0011.1039. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

4.4.90.00.00.0.3.000000.(273). Aplicações Diretas	R\$	8.950,00
---	-----	----------

11.001.08.243.0013.2053. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.0.3.351020.(286). Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
3.3.90.00.00.0.3.651010.(313). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	570.209,60

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 233.987,52 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	202.308,00
009020. Recursos Ordinários: Rádio Patrulha	R\$	6.305,23
010000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	7.615,65
080000. Contribuição: COSIP	R\$	155,12
351020. Transferências SUAS/União: PBV/SCFV	R\$	6.000,00
351050. Transferências SUAS/União: BPC na Escola	R\$	4.300,00
383020. Transferências SUS/União: VGS/Projeto Prevenção	R\$	1.400,00
386090. Transferências SUS/União: INV/Equipamentos VI	R\$	2.132,52
386110. Transferências SUS/União: INV/Seg. Alimentar	R\$	799,00
387010. Transferências SUS/União: GES/CAPS	R\$	972,00
651010. Transferências SUAS/Estado: Proteção Social	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	233.987,52

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 289.722,08 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais e oito centavos), na seguinte Destinação de Recursos:

100000. Convênio de Trânsito: Militar	R\$	4.000,00
381010. Transferências SUS/União: ATB/PAB	R\$	123.900,00
382010. Transferências SUS/União: MAC/MAC	R\$	10.300,00
641120. TC Estado/Outros: Programa SC-Rural	R\$	149.522,08
675010. Transferências SUS/Estado: AFB/Farmácia	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	289.722,08

III - a anulação parcial de dotação, no montante de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes programações orçamentárias:

02.001.04.243.0002.2007. Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.0.1.000000.(015). Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
---	-----	----------

05.002.12.361.0003.2015. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.010000.(056). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00
3.1.90.00.00.0.1.180000.(057). Aplicações Diretas	R\$	6.900,00

05.002.12.365.0003.2019. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000.(071). Aplicações Diretas	R\$	11.200,00
3.1.90.00.00.0.1.180000.(072). Aplicações Diretas	R\$	18.300,00
3.3.90.00.00.0.1.180000.(075). Aplicações Diretas	R\$	2.600,00

06.001.10.301.0006.2027. Manutenção da Estratégia da Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.1.381030.(104). Aplicações Diretas	R\$	1.700,00
---	-----	----------

06.001.10.304.0006.2032. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.0.1.020000.(124). Aplicações Diretas	R\$	900,00
TOTAL	R\$	46.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 1º de outubro de 2019.
NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI Nº 2.541

Publicação Nº 2225853

LEI Nº 2.541, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 345.200,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais), no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, nas seguintes programações orçamentárias:

13.01.17.512.0165.1068. Aquisição e Substituição de Conjunto Moto-Bomba

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	63.200,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.2146. Manutenção e Operação Técnica do Sistema de Água e Esgoto

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	76.000,00

13.01.28.122.0165.2149. Contribuição ao PASEP

3.3.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	345.200,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial de dotações, no valor de R\$ 345.200,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais), nas seguintes programações orçamentárias:

13.01.17.512.0165.1063. Construção e Ampliação de Bens Imóveis de Natureza Industrial

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.1066. Ampliação e Manutenção Sistema de Macro e Micro Medição

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	34.950,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.1067. Aquisição e Substituição de Painéis de Comando

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	29.000,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.1069. Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	49.000,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.1071. Aquisição de Terrenos

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
---	-----	-----------

13.01.17.512.0165.1074. Ampliação e Manutenção Sistema Supervisório

4.4.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
---	-----	------------

13.01.04.122.0165.2145. Manutenção Administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto

3.1.90.00.00.0.1.000000. Aplicações Diretas	R\$	42.250,00
TOTAL	R\$	345.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 13 de novembro de 2019.
NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

ABERTURA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL 005/SMS/2019

Publicação Nº 2225799

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA (SC)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL 005/SMS/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, comunica aos interessados que a partir do dia 13 de novembro de 2019 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público – Edital 005/SMS/2019, para contratação, em caráter temporário para os cargos de Farmacêutico 30 horas, Médico Clínico Geral 20 horas, Médico Pediatra Emergência 30 horas e Técnico em Radiologia.

Período de Inscrição: 13 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019 das
13h30min às 18h30 min.

Taxa de Inscrição: Nível Médio: R\$ 60,00

Nível Superior: R\$ 80,00

Palhoça (SC), 12 de novembro de 2019.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito de Palhoça

Rosinei de Souza Horacio
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO N.º 269/2019 - TP 165/2019

Publicação Nº 2225128

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 269/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JOÃO PAULO I, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ELDORADO (LOTE 01). VALOR: R\$ 181.717,35 (cento e oitenta e um mil setecentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos). Data: 04/11/19.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 270/2019 - TP 165/2019

Publicação Nº 2225136

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 270/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LEOPOLDO PIERRI, LOCALIZADA NO BAIRRO PASSA VINTE (LOTE 02). VALOR: R\$ 240.480,89 (duzentos e quarenta mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos). Data: 04/11/19.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 271/2019 - TP 165/2019

Publicação Nº 2225184

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 271/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA INDIANA, LOCALIZADA NO BAIRRO PASSA VINTE (LOTE 03). VALOR: R\$ 306.474,40 (trezentos e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos). Data: 04/11/19.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 272/2019 - TP 165/2019

Publicação Nº 2225192

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 272/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JOÃO DUARTE RAIMUNDO, LOCALIZADA NO BAIRRO CAMINHO NOVO - TRECHO I (LOTE 04). VALOR: R\$ 341.495,94 (trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos). Data: 04/11/19.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 004-SMS-2019

Publicação Nº 2225800

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO 004/SMS/2019

C	ENFERMEIRO 30 HORAS	RG	MÉDIA	DATA NASC
1º	LEONARDO KRETZER	4078634	7,50	09/08/1981
2º	FERNANDA BOEING NIENKOTTER	4026989	7,50	13/10/1982
3º	BRUNO PEREIRA DAL PAZ	3091654371	7,50	19/11/1988
4º	PRISCILA SUBTIL FIGUEIREDO	8328144	7,50	29/07/1993
5º	MARILSE BISOGNIN	8313081	7,00	25/11/1983
6º	PATRICIA OLIANI	86063735	7,00	19/04/1983
7º	FLAVIA COELHO RACHADEL	6165591	6,50	10/02/1996
8º	ANDREA REGINA TONI PASTORIZA	1045098281	6,50	24/04/1971
9º	KARLYNE DOS SANTOS RIBEIRO	4387506	6,00	01/10/1991
10º	GLADIS ELISA BECKER	2082474	6,00	18/12/1976
11º	LUCIA HELENA VICTORINO VILA NOVA	7480992	6,00	01/10/1980
12º	ROBERTA CRISTINA PACHECO CORREA DOS SANTOS	4037354	6,00	13/08/1981
13º	RAFAEL ANTONIO DO AMARAL	5180837	6,00	06/12/1992
14º	TATIANI CRISTINA ALVES	4564500	5,50	05/09/1981
15º	FABIANE NUNES LEMOS	4313086	5,50	21/10/1987
16º	THAYSE APARECIDA DOS PASSOS LOHN	5257064	5,50	28/10/1987
17º	LILIAN APARECIDA SAMPAIO KLABUNDE	4049104	5,00	15/10/1982
18º	SUSANA MARIA GONZAGA	4822752	5,00	15/09/1985
19º	SUZANA SENNA BOUSFIELD	3084249	5,00	09/04/1974
20º	TATIANA DE BORBA	4026542	5,00	05/12/1981
C	MÉDICO CLÍNICO GERAL	RG	MÉDIA	DATA NASC
1º	HELOISA SILVEIRA DANIEL	4078226	7	14/05/1983

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

PORTARIA 143

Publicação Nº 2224918

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 30475531 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 143/2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013, combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 096/2010.

Considerando que o (a) servidor (a) G.L.F, recebeu alta da internação E Perícia médica.

RESOLVE:

1.0 REVOGAR a Portaria nº 54/2019, para que de imediato o prazo legal do processo suspenso, voltem a correr.

1.1 A portaria entra em vigor com a data da publicação.

Palhoça - SC, em 04 de novembro de 2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 151/2019

Publicação Nº 2224958

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 30475531 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 151/2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar nº 9455/2019

RESOLVE:

Substituir a servidora EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES - mat. 129563, e servidora JOSIANI FARIAS PEREIRA – mat. 80147, pela servidora RAQUEL COELHO mat. 128793 e servidor GUILHERME DE SOUZA, mat.3745134-1 para atuar no Processo n. 9455/2019.

Palhoça - SC, em 11 de novembro de 2019

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 4371/2019

Publicação Nº 2225356

PORTARIA Nº. 4371/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOSILENE ROSELI BERNARDO, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3761002-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4372/2019

Publicação Nº 2225357

PORTARIA Nº. 4372/2019.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016:

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LEOCADIA JULIA DE FARIA, titular do cargo de Agente de Trânsito, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4373/2019

Publicação Nº 2225358

PORTARIA Nº. 4373/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VANESSA NUNES SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 002/SMAS/2018, para ocupar o cargo de Assistente Social com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/10/2019 a 07/10/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4374/2019

Publicação Nº 2225360

PORTARIA Nº. 4374/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E OU AVALIAÇÕES (Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho) E SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA nos termos da Lei nº. 097/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, ROSI MARIA VARELA, EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA, RAQUEL COELHO, MAIKOM ABENI RAULINO e ELIS REGINA LOFY.

Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 08/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4375/2019

Publicação Nº 2225361

PORTARIA Nº. 4375/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E OU AVALIAÇÕES (Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho) E SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA nos termos da Lei nº. 096/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, ROSI MARIA VARELA, EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA, RAQUEL COELHO, MAIKOM ABENI RAULINO e ELIS REGINA LOFY.

Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 08/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4376/2019

Publicação Nº 2225365

PORTARIA Nº. 4376/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

SUSPENDER por 15 (quinze) dias, de acordo com processo Administrativo nº. 13971/2018, e de acordo com o Artigo 212, inciso III, alínea "e", da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o servidor ANDERSON FARIAS CAPESTRANA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Municipal de Segurança Pública, da Administração Direta deste Município, a contar de 01/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4378/2019

Publicação Nº 2225375

PORTARIA Nº. 4378/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para NAJLA ELISANGELA DOS SANTOS, matrícula nº 210966-6,

titular do cargo de Orientador Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 07/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4379/2019

Publicação Nº 2225376

PORTARIA Nº. 4379/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

ADVETIR de acordo com processo Administrativo nº. 10804/2018, e de acordo com o Artigo 209, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, a servidora ROSANGELA ALVES DE SOUZA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta deste Município.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4380/2019

Publicação Nº 2225377

PORTARIA Nº. 4380/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO LAUDIR MACHADO, matrícula nº. 500259-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 23/11/2013 a 23/11/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/10/2019 a 14/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4381/2019

Publicação Nº 2225380

PORTARIA Nº. 4381/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO AGREGAÇÃO DE CURSOS REGULARES:

Artigo 1º - Fica instituída Comissão para análise dos documentos de conclusão de cursos regulares, nos termos da Lei nº. 096/2010, com os seguintes membros designados:

NOME	SECRETARIA
Elis Regina Lofy	Membro
Fabício Weingartner	Membro
Janice Assing	Vice-Presidente
Leonice Bussolo de Souza	Membro
Patrícia Ângela da Silva	Secretária
Philippi Jacinto Pedro	Presidente

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2019.

Artigo 3º Revoga-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4382/2019

Publicação Nº 2225383

PORTARIA Nº. 4382/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA PROGRESSÃO VERTICAL:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão para Análise da Progressão Vertical, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2019.

Artigo 3º- Revoga-se as disposições anteriores.

NOME	SECRETARIA
Daniela Rodrigues Franceschete	Membro
Elis Regina Lofy	Membro
Fabício Weingartner	Vice-Presidente
Leonice Bussolo de Souza	Membro
Lucas Daniel Souza	Secretário
Philippi Jacinto Pedro	Presidente

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4383/2019

Publicação Nº 2225384

PORTARIA Nº. 4383/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3976 de 02 de setembro de 2019, que Concedeu Gratificação à servidora DANIELE CRISTINA BREIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Gerente de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4384/2019

Publicação Nº 2225385

PORTARIA Nº. 4384/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Sub Comissão de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Público Municipal e Comissão de baixa de bens do Patrimônio Público Municipal.

NOME	SECRETARIA
Mariana Cristina Provin Vitto	Secretaria de Saúde
Rafael Cesar Calazans	Secretaria de Saúde
Suzan Marques	Secretaria de Saúde

Artigo 2º - Com prazo de até doze meses para realizar: levantamento, cadastro, etiquetagem e alimentação no sistema de patrimônio.

Artigo 3º - A Comissão será coordenada pela SUZAN MARQUES.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor em 14 de outubro de 2019.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4385/2019

Publicação Nº 2225386

PORTARIA Nº. 4385/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENIR HILTA DA SILVA, matrícula nº. 800363-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/07/2014 a 11/10/2019, por 02 (dois) meses, a contar de 13/10/2019 a 13/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4386/2019

Publicação Nº 2225387

PORTARIA Nº. 4386/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELLI SOARES, matrícula nº. 401943-6, titular do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/01/2013 a 02/01/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/11/2019 a 19/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4387/2019

Publicação Nº 2225388

PORTARIA Nº. 4387/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANELISE CRISTINA WIETHAUS BIGATON, matrícula nº. 3745165-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/09/2014 a 02/09/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/11/2019 a 04/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4388/2019

Publicação Nº 2225389

PORTARIA Nº. 4388/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BIANCA FREITAS PEREIRA CORREA, matrícula nº. 401675-1, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/10/2019 a 21/11/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4389/2019

Publicação Nº 2225390

PORTARIA Nº. 4389/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZIANE ALVES, matrícula nº. 400029-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/09/2006 a 02/09/2011, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 14/10/2019 a 14/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4390/2019

Publicação Nº 2225393

PORTARIA Nº. 4390/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA ZANINI, matrícula nº. 401909-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/12/2012 a 10/12/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/11/2019 a 04/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4391/2019

Publicação Nº 2225394

PORTARIA Nº. 4391/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GISELENE PIERRI DE SOUZA, matrícula nº. 190063-1, titular do cargo de Lactarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/05/2005 a 22/05/2010, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 22/05/2010 a 25/12/2017, por 01 (um) mês a contar de 17/10/2019 a 17/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4392/2019

Publicação Nº 2225400

PORTARIA Nº. 4392/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data de admissão.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3763358-1	Camila Ractz	80%
3763357-1	Estela Alvares Spagnuolo	60%

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4393/2019

Publicação Nº 2225402

PORTARIA Nº. 4393/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIANNE CAROLINA CORTEZ BRANQUINHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Psicólogo com 30

(trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS Jardim Eldorado da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2019 a 01/11/2020, em substituição a Rafaela Alice Correa.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4394/2019

Publicação Nº 2225404

PORTARIA Nº. 4394/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GABRIELA GIRARDI HALL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Psicólogo com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CRAS Barra do Aririú da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/11/2019 a 04/11/2020, em substituição a Katuza Carbonara.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4395/2019

Publicação Nº 2225405

PORTARIA Nº. 4395/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO JULCIMARA MODESTI PETRIKOVSKI de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2019, para ocupar o cargo de Médico Plantonista Pediatra, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/10/2019 a 15/10/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4396/2019

Publicação Nº 2225406

PORTARIA Nº. 4396/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRUNA VALERIA DALL`ACQUA de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº.

2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Média Complexidade da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/10/2019 a 18/10/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4397/2019

Publicação Nº 2225409

PORTARIA Nº. 4397/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAROLINA SARA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Ponte Imaruim da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/10/2019 a 07/10/2020, vaga transitória.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4398/2019

Publicação Nº 2225412

PORTARIA Nº. 4398/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREZA DUARTE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento Bela Vista, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/10/2019 a 16/10/2020, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4399/2019

Publicação Nº 2225413

PORTARIA Nº. 4399/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO THEREZA CRISTINA PANTOJA TELLES DE MENEZES FERNANDES de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2018, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/10/2019 a 04/10/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4400/2019

Publicação Nº 2225414

PORTARIA Nº. 4400/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAYARA LICHTENFELTZ DE OLIVEIRA de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2018, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/10/2019 a 07/10/2020.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4401/2019

Publicação Nº 2225419

PORTARIA Nº. 4401/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2019.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
501318-13	Jose Renato Barcelos	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4402/2019

Publicação Nº 2225420

PORTARIA Nº. 4402/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2019.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
400734-4	Maikon Abeni Raulino	R\$ 300,00	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4403/2019

Publicação Nº 2225421

PORTARIA Nº. 4403/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 18 de outubro de 2019.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3761920-3	Bruna Valeria Dall`Acqua	R\$ 231,00

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4404/2019

Publicação Nº 2225422

PORTARIA Nº. 4404/2019.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCINEIA ALICE FRANCISCO, matrícula nº. 801118-3, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de

04/02/2009 a 04/02/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/11/2019 a 20/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4405/2019

Publicação Nº 2225423

PORTARIA Nº. 4405/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRELLE OLIVEIRA, matrícula nº. 100074-2, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 15/02/2007 a 15/02/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2019 a 04/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4406/2019

Publicação Nº 2225424

PORTARIA Nº. 4406/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IARA REGINA MACEDO, matrícula nº. 100397-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/11/2019 a 18/12/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4407/2019

Publicação Nº 2225426

PORTARIA Nº. 4407/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos

70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CRISLAINE ALVES DA SILVA, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3762880-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4408/2019

Publicação Nº 2225427

PORTARIA Nº. 4408/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2019.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3761833-1	Adriano Rauber	R\$ 155,00

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE	PARA
100695-6	Cleudeni Moraes dos Santos	R\$ 600,00	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4409/2019

Publicação Nº 2225428

PORTARIA Nº. 4409/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1585 de 14 de março de 2019, que Cedeu a Assembleia Legislativa o servidor ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/10/2019.

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4410/2019

Publicação Nº 2225429

PORTARIA Nº. 4410/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2019.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800256-1	Willy Branga	R\$ 200,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
800877-2	Rosana Maria Macario	R\$ 600,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 07 de outubro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO FINAL - TP Nº 175/2019

Publicação Nº 2225553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO FINAL
TOMADA DE PREÇO Nº 175/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da habilitação e proposta apresentada para o Processo Licitatório nº 175/2019, na modalidade Tomada de Preços, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária vertical da Rua Maria Vieira dos Santos, localizada no bairro São Sebastião e pavimentação, passeios e sinalização viária da Rua Morro das Gaivotas (Trecho 01), localizada no bairro Alto Aririú, Palhoça/SC.

CLASSIFICAÇÃO:

LOTE01: Drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária vertical da Rua Maria Vieira dos Santos, localizada no bairro São Sebastião.

LUGAR	EMPRESA	PROPOSTA
1º	CRESTANI COMÉRCIO EIRELI	R\$ 632.124,38

LOTE02: Pavimentação, passeios e sinalização viária da Rua Morro das Gaivotas (Trecho 01), localizada no bairro Alto Aririú.

LUGAR	EMPRESA	PROPOSTA
1º	RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME	R\$ 117.764,40

Palhoça, 12 de novembro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2225804

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CNPJ Nº 75.813.675/0001-59

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA convoca a comunidade em geral para participar da Audiência Pública referente à "INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS", a realizar-se no dia 25 de Novembro, segunda-feira, às 19h:00min, na Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani, Palhoça - SC, 88132-282

Palhoça/SC, 12 de novembro de 2019.

Edemir Niehues

Presidente

PORTARIA Nº 081/2019

Publicação Nº 2225324

PORTARIA Nº 81 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º - Fica EXONERADO a pedido do Senhor Vereador JOEL FILIPE GASPARG, o servidor ocupante do cargo em comissão abaixo;

Servidor	Cargo	Vencimentos
ADRIANO MIGUÉL DE SOUZA JUNIOR	Assessor Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDEMIR NIEHUES

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES CMS**

Publicação Nº 2224961

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES CMS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, convoca os interessados para participarem da eleição de escolha da nova gestão do Conselho Municipal de Saúde de Palhoça, às 09h00min, do dia 20 de dezembro de 2019, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av, Atílio Pedro Pagani, 855, 3º andar – Bairro Pagani – Palhoça/SC.

O período de inscrições a quem deseja se candidatar a uma das vagas, será do dia 02 ao dia 09 de dezembro, das 14h00min às 18h00min, na sala 416 da sede da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados devem estar munidos de Identidade, CPF, ofício/carta de indicação da entidade o qual estará representando (Associações Comunitárias de Moradores; Entidades Religiosas; Sindicatos e Associações de Trabalhadores; Associações de Pais, Professores e Grupos da Terceira Idade; Associações de Portadores de Patologia; Prestadores de Serviço do SUS; Profissionais da Saúde e Governo), comprovante atualizado de regularidade da situação cadastral do CNPJ da instituição, certidão de quitação eleitoral e comprovante de residência do indicado.

A homologação dos candidatos regularmente inscritos deverá ser publicada até o dia 16 de dezembro de 2019.

Palhoça, 12 de novembro de 2019

VITOR SODRÉ DIAS

PRESIDENTE DO CMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

Publicação Nº 2225276

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019 –
 Pregão Presencial 004/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
 e a empresa: GRAFICA MADRI LTDA – ME. - OBJETO:
 Serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas
 Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores da
 Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 11/02/2019 à 10/02/2020.

Fornecedor: 894427 - GRAFICA MADRI LTDA - ME					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	20868 - Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel offset branco 180g, 1x1, com 1 dobra	UN	7.000,	R\$0,37	R\$2.590,00
4	65471 - Cartão de dispensação de ação judicial do Município, formato 8x7cm, papel off set 240gr, cor 1x0.	UN	1.000,	R\$0,11	R\$110,00
5	65472 - Cartão de Agendamento do CAPS II, CAPS AD e CAPS i, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.	UN	1.000,	R\$0,15	R\$150,00
6	71095 - Cartaz impressão 4x0 cores, tamanho 30x45cm, papel couchê 115 g.	UN	610,	R\$0,60	R\$366,00
7	65473 - Certificados em Papel off-set 180 gr, formato 29,7 cm x 21,0 cm, 5 cores.	UN	3.700,	R\$0,29	R\$1.073,00
8	58984 - Confecção de banner em lona impressa, medindo 90x120 cm, em 8 cores.	UN	7,	R\$79,00	R\$553,00
16	65483 - Faixa em impressão em lona, até 5 cores, tamanho 3x1 m.	UN	3,	R\$220,00	R\$660,00
19	65486 - Folder HIV AIDS, formato 21x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	UN	5.000,	R\$0,12	R\$600,00
21	71099 - Folder, tamanho 30x20 cm, com 2 dobras, papel couchê 150g, arte a fazer pela empresa vencedora.	UN	5.000,	R\$0,21	R\$1.050,00
23	73288 - Formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: (1) Ficha de cadastro e acompanhamento nutricional do SISVAN, (2) Roteiro para avaliação do desenvolvimento infantil - DENVER, (3) Cadastro individual, (4) Cadastro domiciliar e territorial, (5) Ficha de atividade coletiva, (6) Ficha de visita domiciliar e territorial e (7) Ficha Clínica.	BL	8.000,	R\$1,55	R\$12.400,00
25	20801 - Receita Médica, bloco 1x50, formato 210x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.	BL	0,	R\$1,94	R\$0,00
27	21119 - Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	BL	50,	R\$2,99	R\$149,50
29	21120 - Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	BL	100,	R\$2,19	R\$219,00
31	21124 - Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls	BL	0,	R\$1,39	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019

Publicação Nº 2225281

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019 –
Pregão Presencial 004/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA – EPP -
OBJETO: Serviços de confecções de materiais gráficos para
utilização nas Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais
setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais
necessários.
DATA: 11/02/2019 à 10/02/2020.

Fornecedor: 3543528 - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	20896 - Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas	BL	0,	R\$0,65	R\$0,00
9	65474 - Controle de entrega de Psicotrópicos, formato 15x9cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.	BL	0,	R\$1,65	R\$0,00
10	65475 - Controle de medicações CAPS II, papel off set 63gr, formato 105x160mm, cor 1x0, bloco 1x50 fls.	BL	9,	R\$6,00	R\$54,00
12	45047 - Envelope saco timbrado, formato 26x36 cm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branco com impressão em preto – 1x0	UN	0,	R\$0,53	R\$0,00
14	21109 - Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	UN	0,	R\$1,00	R\$0,00
17	21112 - Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato ofício.	BL	1.000,	R\$3,65	R\$3.650,00
26	20751 - Receituário de Controle Especial, bloco 2x50, formato 190x145mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via amarela com impressão em preto - 1x0.	BL	0,	R\$3,70	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

Publicação Nº 2225283

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019 –
Pregão Presencial 004/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP - OBJETO:
Serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas
Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores da
Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários.
DATA: 11/02/2019 à 10/02/2020.

Fornecedor: 3571777 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
3	65470 - Capa em papel triplex, azul e branca, com impressão em preto, tamanho 32x50 cm com furo e reforço para fixação de arquivos.	UN	150,	R\$2,49	R\$373,50
13	21108 - Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	UN	250,	R\$0,62	R\$155,00
18	58996 - Folder Alterações Frequentes na Gestação, 30x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 2 dobra, vinco.	UN	1.500,	R\$0,34	R\$510,00
20	65487 - Folder LivreMente para CAPS II, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 8x1 cores, frente e verso.	UN	500,	R\$0,97	R\$485,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019

Publicação Nº 2225286

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019 –
Pregão Presencial 004/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA -
EPP - OBJETO: Serviços de confecções de materiais gráficos para
utilização nas Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais
setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais
necessários.

DATA: 11/02/2019 à 10/02/2020.

Fornecedor: 3572129 - ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
11	20806 - Declaração de Comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.	BL	0,	R\$1,39	R\$0,00
22	73287 - Formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, somente frente. Para o modelo: Marcadores de consumo alimentar.	BL	2.500,	R\$1,75	R\$4.375,00
24	65492 - Guia de entrega manual de medicamentos, formato 15 x 21 cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x100 fls.	BL	0,	R\$3,05	R\$0,00
28	21057 - Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	BL	1.500,	R\$1,17	R\$1.755,00
30	65499 - Receituário de controle especial "retinóide" 2 vias, primeira via azul e segunda via branca, blocos 2x50, formato 10x24cm, papel super bond azul, picote, grampo e cola.	BL	500,	R\$2,40	R\$1.200,00
32	65500 - Rótulo de soro para controle dos pacientes, tamanho 10x10cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.	BL	1.500,	R\$0,74	R\$1.110,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2019

Publicação Nº 2225191

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE
MEDICAMENTOS LTDA - OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos
da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 755087 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
34	64012 - Pregabalina 150mg c/28 comp.	CX	25,	R\$40,98	R\$1.024,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019

Publicação Nº 2225196

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES
LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 1593781 - DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
26	3171 - Losartana potássica 50mg	COMP	100.000,	R\$0,0599	R\$5.990,00
37	3453 - Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses	FRS	10.000,	R\$6,29	R\$62.900,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2019

Publicação Nº 2225198

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS
FARMACÊUTICOS LTDA - OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias
Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos
da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 1964372 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
21	1690 - Haloperidol 5mg	COMP	160.000,	R\$0,18	R\$28.800,00
32	68306 - Prednisona, 20 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	COMP	224.000,	R\$0,24	R\$53.760,00
33	68308 - Prednisona, 5 mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.	COMP	165.000,	R\$0,16	R\$26.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2019

Publicação Nº 2225200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES
COMERCIAIS LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município
de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU,
CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 3536564 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
8	1878 - Captopril 25 mg.	COMP	200.000,	0,	R\$0,02	R\$0,00	R\$4.000,00
42	1538 - Sulfadiazina 500mg	COMP	10.000,	0,	R\$0,197	R\$0,00	R\$1.970,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2019

Publicação Nº 2225202

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
38	66118 - Seretide diskus 50/500mcg c/ 60 doses	CX	25,	0,	R\$129,99	R\$0,00	R\$3.249,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2019

Publicação Nº 2225205

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 3589315 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
3	1635 - Amiodarona 200mg	COMP	160.000,	R\$0,53	R\$84.800,00
9	74863 - Ceftriaxona sódica 1G, solução injetável endovenosa/intramuscular	FRS	18.600,	R\$7,9905	R\$148.623,30
10	74226 - Ceftriaxona sódica 1G, solução injetável endovenosa	FRS	20.000,	R\$7,99	R\$159.800,00
11	3653 - Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	AMP	18.200,	R\$1,19	R\$21.658,00
19	1968 - Furosemda 40mg.	COMP	710.000,	R\$0,0336	R\$23.856,00
35	60875 - Propofol 10mg/ml, frasco de 20 ml	FRS	1.000,	R\$12,26	R\$12.260,00
39	74252 - Sertralina cloridrato, 50mg	COMP	2.500.000,	R\$0,108	R\$270.000,00
47	1702 - Carbonato de Lítio 300mg	COMP	700.000,	R\$0,273	R\$191.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2019

Publicação Nº 2225206

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
- OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 3592510 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	2745 - Acido fólinico 15 mg	COMP	5.000,	R\$0,94	R\$4.700,00
12	3334 - Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml	AMP	6.000,	R\$1,08	R\$6.480,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2019

Publicação Nº 2225208

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS
EIRELI - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e
para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro
de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 3786730 - PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
6	74223 - Buspirona 10 mg, caixa com 20 comp. ou 60 comp.	COMP	3.000,	R\$1,43	R\$4.290,00
7	74224 - Buspirona 5 mg, caixa com 20 comp. ou 60 comp.	COMP	4.000,	R\$0,80	R\$3.200,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019

Publicação Nº 2225209

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019 –
Pregão Presencial 113/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES -
EIRELI - EPP - OBJETO: Aquisição de medicamentos para
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal
de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP,
CAPS e Centro de Castração Animal.
DATA: 08/08/2019 à 07/08/2020.

Fornecedor: 39570142 - CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI - EPP							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
14	71222 - Diazepam, 10mg	COMP	1.500.000,	0,	R\$0,0742	R\$0,00	R\$111.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019

Publicação Nº 2225288

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019 –
Pregão Presencial 004/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: RFB GRAFICA LTDA ME. - OBJETO: Serviços de
confeções de materiais gráficos para utilização nas Unidades da
Rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretária, com
fornecimento de todos os materiais necessários.
DATA: 11/02/2019 à 10/02/2020.

Fornecedor: 39489507 - RFB GRAFICA LTDA ME					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
15	67756 - Etiqueta auto adesiva retangular, resistente, com fixação firme, branco com impressão em preto, fonte Arial tamanho 12, negrito, maiúsculo e alinhada à esquerda, com a seguinte escrita, um abaixo do outro: MED::, LOTE::, VAL::; impressão de alta qualidade, tamanho do adesivo: 38mm x 21mm (AxL), o adesivo deverá possibilitar escrever com caneta esferográfica.	UN	60.000,	R\$0,035	R\$2.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2019

Publicação Nº 2225162

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2019 –
Pregão Presencial 58/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME - OBJETO:
Aquisição de materiais de consumo laboratoriais para atender a
demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o
setor de Tuberculose do CEAP.
DATA: 08/05/2019 à 07/05/2020.

Fornecedor: 2556170 - M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	73937 - Agulha para coleta à vácuo 22G, 0,7x25 mm, estéril.	UN	16.000,	R\$0,30	R\$4.800,00
4	11153 - Aspirador para pipetas de até 02 ml em polipropileno	UN	2,	R\$13,74	R\$27,48
5	10620 - Coletor de urina infantil (unissex), estéril, pacote com 10 unidades.	PCT	100,	R\$3,70	R\$370,00
8	73939 - Copo universal para urina, com capacidade mínima 50 mL, graduado, transparente, tampa de rosca, , não estéril, pacote com 100 unidades.	PCT	100,	R\$24,30	R\$2.430,00
16	73941 - Lâmina para microscópio de vidro comum com parte fosca, medindo aprox. 26x76 mm.	UN	15.500,	R\$0,08	R\$1.240,00
17	10685 - Laminulas para microscopia 18x18, caixa com 100 un.	CX	20,	R\$1,96	R\$39,20
27	73946 - Pipeta Pasteur 3 ml, graduada, descartável, caixa com 500 unid.	CX	0,	R\$36,99	R\$0,00
28	66501 - Ponteiras para micropipeta - até 1000 ul. Pacote com 1.000 unid.	PCT	10,	R\$28,95	R\$289,50
29	66502 - Ponteiras para micropipeta - até 200 ul. Pacote com 1.000 unid.	PCT	10,	R\$11,90	R\$119,00
31	66504 - Scalp nº 21, para coleta à vácuo, tubo 7".	UN	3.500,	R\$0,42	R\$1.470,00
32	66505 - Scalp nº 23, para coleta à vácuo, tubo 7".	UN	0,	R\$0,42	R\$0,00
38	10840 - Tira reagentes de detecção qualitativa de Gonadotrofina Coriônica Humana B (B-hCG) em amostras de urina ou soro humano, indicado para o diagnóstico precoce da gravidez, sensibilidade 25 mUI/mL, testes selados individualmente em bolsa de alumínio com dessecante, com 100 testes.	CX	22,	R\$62,30	R\$1.370,60
42	71367 - Tubo de coleta a vácuo com gel separador e ativador de coágulo, aspiração de 3,5 mL. Caixa c/ 100 unidades.	CX	370,	R\$66,85	R\$24.734,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019

Publicação Nº 2225167

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019 –
Pregão Presencial 58/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: MAYCON WILL EIRELI EPP - OBJETO: Aquisição
de materiais de consumo laboratoriais para atender a demanda do
Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o setor de
Tuberculose do CEAP.
DATA: 08/05/2019 à 07/05/2020.

Fornecedor: 3617793 - MAYCON WILL EIRELI EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
40	66508 - Tubo de coleta a vácuo com Citrato de Sódio, aspiração 4ml. Caixa com 100 unidades.	CX	76,	R\$41,62	R\$3.163,12
41	71366 - Tubo de coleta a vácuo com gel separador e ativador de coágulo, aspiração de 4,5 mL a 5 mL. Caixa c/ 100 unidades.	CX	390,	R\$63,68	R\$24.835,20
44	73978 - Tubo de coleta a vácuo EDTA K3, aspiração de 4,0 a 5,0 mL. Caixa com 100 unidades.	CX	630,	R\$41,00	R\$25.830,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

Publicação Nº 2225169

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019 –
 Pregão Presencial 58/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
 a empresa: A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE
 PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA-EPP - OBJETO:
 Aquisição de materiais de consumo laboratoriais para atender a
 demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o
 setor de Tuberculose do CEAP.
 DATA: 08/05/2019 à 07/05/2020.

Fornecedor: 4003977 - A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA-EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
9	1370 - Corante giemsa para coloração de lâminas de hemograma, frs. com 1.000 ml.	FRS	10,	R\$50,51	R\$505,10
10	1375 - Corante May Grunwald, frasco com 1.000 ml.	FRS	75,	R\$36,00	R\$2.700,00
12	11033 - Imuno-Latex Aslo/ASO - Kit para pesquisa antiestreptolisina, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com estreptolisina "O". Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex..	KIT	9,	R\$82,39	R\$741,51
13	11032 - Imuno-Latex FR - Kit para pesquisa de fator reumatóide , contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com IgG humana. Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.	KIT	10,	R\$38,62	R\$386,20
14	11036 - Imuno-Latex PCR - Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa), contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com anticorpo monoclonal anti-PCR. Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.	KIT	17,	R\$56,65	R\$963,05
18	73942 - Lugol forte parasitológico 2%. Frasco com 500 mL	FRS	3,	R\$27,80	R\$83,40
22	73943 - Microtubo tipo Eppendorf de plástico 0,5 mL.	UN	1.000,	R\$0,02	R\$20,00
23	73944 - Microtubo tipo Eppendorf de plástico 1,5 mL.	UN	1.000,	R\$0,04	R\$40,00
24	10709 - Óleo de imersão para microscópio, frs. c/ 100ml	FRS	6,	R\$14,89	R\$89,34
25	66499 - Panótico rápido completo, Kit 3 x 500 ml.	KIT	10,	R\$30,98	R\$309,80
26	73945 - Peneira para filtragem de fezes (Parasitofiltro), descartável, tecido filtrante, com aro plástico, pacote c/ 100 unidades.	PCT	26,	R\$77,14	R\$2.005,64
30	66503 - RPR BRAS estabilizado para VDRL 675 testes, 6x2,5ml, com controle positivo e negativo.	KIT	16,	R\$88,10	R\$1.409,60
33	60082 - Soro Anti Ig-G humana (soro de Coombs) - frasco com 10 mL	FRS	1,	R\$30,18	R\$30,18
34	10737 - Soro para tipagem sanguínea anti A com 10ml	FRS	6,	R\$18,55	R\$111,30
35	10740 - Soro para tipagem sanguínea anti B com 10ml	FRS	5,	R\$18,55	R\$92,75
36	10741 - Soro para tipagem sanguínea anti D (rh) com 10ml	FRS	6,	R\$37,10	R\$222,60
45	73979 - Tubo de ensaio de vidro 15 x 100 mm, sem tampa, com ou sem orla	UN	0,	R\$0,19	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019

Publicação Nº 2225171

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019 –
 Pregão Presencial 58/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
 a empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
 PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP - OBJETO:
 Aquisição de materiais de consumo laboratoriais para atender a
 demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o
 setor de Tuberculose do CEAP.
 DATA: 08/05/2019 à 07/05/2020.

Fornecedor: 4003977 - A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA-EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
9	1370 - Corante giemsa para coloração de lâminas de hemograma, frs. com 1.000 ml.	FRS	10,	R\$50,51	R\$505,10
10	1375 - Corante May Grunwald, frasco com 1.000 ml.	FRS	75,	R\$36,00	R\$2.700,00
12	11033 - Imuno-Latex Aslo/ASO - Kit para pesquisa antiestreptolisina, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com estreptolisina "O". Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex..	KIT	10,	R\$82,39	R\$823,90
13	11032 - Imuno-Latex FR - Kit para pesquisa de fator reumatóide , contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com IgG humana. Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.	KIT	10,	R\$38,62	R\$386,20
14	11036 - Imuno-Latex PCR - Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa), contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com anticorpo monoclonal anti-PCR. Soro controle positivo e negativo. Varetas plásticas. Placa de reação e instrução para uso, 2,5 ml de látex.	KIT	20,	R\$56,65	R\$1.133,00
18	73942 - Lugol forte parasitológico 2%. Frasco com 500 mL	FRS	3,	R\$27,80	R\$83,40
22	73943 - Microtubo tipo Eppendorf de plástico 0,5 mL.	UN	1.000,	R\$0,02	R\$20,00
23	73944 - Microtubo tipo Eppendorf de plástico 1,5 mL.	UN	1.000,	R\$0,04	R\$40,00
24	10709 - Óleo de imersão para microscópio, frs. c/ 100ml	FRS	6,	R\$14,89	R\$89,34
25	66499 - Panótico rápido completo, Kit 3 x 500 ml.	KIT	10,	R\$30,98	R\$309,80
26	73945 - Peneira para filtragem de fezes (Parasitofiltro), descartável, tecido filtrante, com aro plástico, pacote c/ 100 unidades.	PCT	26,	R\$77,14	R\$2.005,64
30	66503 - RPR BRAS estabilizado para VDRL 675 testes, 6x2,5ml, com controle positivo e negativo.	KIT	18,	R\$88,10	R\$1.585,80
33	60082 - Soro Anti Ig-G humana (soro de Coombs) - frasco com 10 mL	FRS	1,	R\$30,18	R\$30,18
34	10737 - Soro para tipagem sanguínea anti A com 10ml	FRS	8,	R\$18,55	R\$148,40
35	10740 - Soro para tipagem sanguínea anti B com 10ml	FRS	7,	R\$18,55	R\$129,85
36	10741 - Soro para tipagem sanguínea anti D (rh) com 10ml	FRS	8,	R\$37,10	R\$296,80
45	73979 - Tubo de ensaio de vidro 15 x 100 mm, sem tampa, com ou sem orla	UN	0,	R\$0,19	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019

Publicação Nº 2225175

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019 –
Pregão Presencial 58/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA - OBJETO:
Aquisição de materiais de consumo laboratoriais para atender a
demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh) e o
setor de Tuberculose do CEAP.
DATA: 08/05/2019 à 07/05/2020.

Fornecedor: 39567532 - GOYAZES BIOTECNOLOGIA LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponív el	Valor Unitário	Valor Total Disponível
15	71361 - Kit para detecção de hemoglobina nas fezes, por método imunocromatográfico, caixa com 20 unidades.	CX	70,	R\$51,00	R\$3.570,00

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 218/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 75.000,00

Publicação Nº 2224734

Decreto 218/2019, de 06 de novembro de 2019.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) para fazer face às despesas em diversas secretarias como segue:

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.003 Fundo Municipal de Saúde
2021 Atenção Básica
01381104 Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2018 Vigilância em Saúde
01381104 Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União
3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 Secretaria de Assistência Social
2008 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social
01000100 Recursos Ordinários
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
10.003 Fundo Municipal de Direitos do Idoso
2007 Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso
01000100 Recursos Ordinários
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, SC 06 de novembro de 2019.
Cleomar Jose Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 219/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 87.581,00

Publicação Nº 2224735

Decreto 219/2019, de 08 de novembro de 2019.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 87.581,00 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 Secretaria de Administração
2003 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

03001000 Recursos do Tesouro - Ordinários
3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 28.170,00
2003 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração
03001000 Recursos do Tesouro - Ordinários
3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 3.110,00

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTE
04.002 Educação Pré Escolar
1029 Aquisição de Equipamentos Educação Infantil (Pré-Infância)
01010101 Receitas e Transferências de Impostos Educação
3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 3.801,00

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.003 Fundo Municipal de Saúde
2021 Atenção Básica
01381104 Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União
3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 Secretaria de Assistência Social
1008 Construção/Reforma/Ampliação dos Centros de Múltiplo Uso
0300100 Recursos do Tesouro Ordinários
3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 47.500,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 08 de novembro de 2019.
Cleomar Jose Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 220/2019 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO LOTE URBANO JOEL SOMAVILLA

Publicação Nº 2224737

Decreto 220/2019, de 12 de novembro de 2019.
Autoriza Desmembramento de Lote Urbano e dá Outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Inciso IX, do Art. 10, da Lei Orgânica e também no que dispõe a Lei Municipal n. 1505/2006, de 18 de Abril de 2006,

Decreta,

Art.1º. Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 07 e parte dos lotes urbanos nºs. 2 e 6 da quadra 54, sito na Avenida Crestani, nesta cidade de Palma Sola, com área de 2.180,00 (dois mil cento e oitenta metros quadrados), conforme matrícula no Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC., sob n. 11.3212, do Livro 02, de propriedade de Joel Somavilla, CPF 627.111.059-20, conforme segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: Lote urbano nº 7 e parte dos lotes urbanos nºs 6 e 2 da quadra nº 54. LOCALIZAÇÃO: Avenida Crestani, centro da cidade de Palma Sola, SC.

PROPRIETÁRIO: Joel Somavilla, CPF nº 627.111.059-20.

ÁREA = 2.180,00 m2.

CONSTRUÇÕES: Uma casa mista de 7,00 x 9,00 metros, totalizando 63,00 m2.

MATRÍCULA Nº 11.321 do livro 2 do CRI de Dionísio Cerqueira, SC.

Limites e Confrontações originais:

Ao Norte Com os lotes urbanos nºs 8, 9 e 10 através da Sanga Palma Sola, medindo 49,88 metros Ao Sul – Com parte dos mesmos lotes urbanos nºs 2 e 6, medindo 49,88 metros, por linhas retas e secas.

Ao Leste Com parte do mesmo lote urbano nº 2, medindo 43,00 metros, por linhas retas e secas.

Ao Oeste Com a Avenida Crestani, medindo 45,00 metros.

O lote se encontra no lado esquerdo (impar), da Av. Crestani, situado a 30,00 metros da esquina da Rua Laurindo Crestani.

A) Lote urbano nº 7 e parte dos lotes urbanos nºs 2 e 6, que de ora em diante passa a denominar-se lote urbano nº 7.A, da quadra nº 54 ,da cidade de Palma Sola, SC, com a área de 399,04 m2, sem construções, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 7 de Joel Somavilla, matrícula nº 11.321, medindo 49,88 metros, por linha reta e seca. Ao Sul – Com o lote urbano nº 6 de Ineda Somavilla, matrícula nº 5.310, com o lote urbano nº 2 de Elso Zandoná, matrícula nº 11.320 e Parte do lote urbano nº 2 de Cleonir Francisco Braun e outros, matrícula nº 8.812, medindo 49,88 metros, por linha reta e seca.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 2 de Elso Zandoná, matrícula nº 11.320, medindo 8,00 metros, por linha reta e seca.

Ao Oeste – Com a Avenida Crestani, medindo 8,00 metros.

O lote se encontra no lado esquerdo (impar) da Avenida Crestani, situado a 67,00 metros da esquina com a Rua Laurindo Crestani.

B) Lote urbano nº 7 e parte dos lotes urbanos nºs 2 e 6, que de ora em diante passa a denominar-se lote urbano nº 7, da quadra nº 54 , da cidade de Palma Sola, SC, com a área de 1.780,96 m2, tendo como construção uma casa mista de 7,00 x9,00 metros, totalizando 63,00 m2, confrontando:

Ao Norte – Com os lotes urbanos nºs 8 e 9 de Palmasola S/A-Madeiras e Agricultura, matrícula nº 544 e o lote urbano nº 10 de José Odalsi Link,matrícula nº 8.693, medindo 49,88 metros, através da Sanga Palmasola. Ao Sul – Com o lote urbano nº 7.A de Joel Somavilla, matrícula nº 11.321, medindo 49,88 metros, por linha reta e seca.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 2 de Elso Zandoná, matrícula nº 11.320, medindo 35,00 metros, por linha reta e seca.

Ao Oeste – Com a Avenida Crestani, medindo 37,00 metros.

-O lote se encontra no lado esquerdo(impar), da Avenida Crestani, situado a 30,00 metros da Rua Laurindo Crestani.

Art. 2º As despesas de escrituras, registros e demais atos afins e atinentes às transferências dos imóveis correrão por conta de seus respectivos proprietários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 121/2019, de 13/06/2019 e Decreto 176/2019, de 26/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 12 de novembro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 221/2019 VEDAÇÃO LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2224823

Decreto 221/2019, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a vedação no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palma Sola de concessão de licença-prêmio, conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia aos servidores públicos até o final do exercício financeiro do ano de 2020.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, especialmente:

CONSIDERANDO que a Administração é livre para organizar o quadro de seus servidores em virtude da estrutura do Direito Administrativo se fundar na perspectiva de que as relações mantidas entre a Administração e seus funcionários não se baseiam em qualquer vínculo puramente privado, dito contratual;

CONSIDERANDO que no âmbito da Administração todas as relações com os servidores são marcadas pela natureza institucionaldo vínculo, que não é produzida mediante um acordo de vontades, mas imposta unilateralmente pelo Estado e, por isso mesmo, suscetível de ser, a qualquer tempo, alterada por ele sem que o funcionário possa se opor à mudança das condições da prestação do serviço, de sistema de retribuição, de direitos e vantagens, de deveres e limitações;

CONSIDERANDO que a Administração, ao contrário do que sucede com os particulares, só pode atuar conforme a lei, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a atuação administrativa também deve se pautar pelo respeito ao princípio da proporcionalidade (razoabilidade), mesmo não estando expresso diretamente em quaisquer dos artigos da Constituição Federal de 1988, opera como critério de interpretação inseparável da Constituição e de aplicação obrigatória pelo administrador em seu agir;

CONSIDERANDO que embora a aquisição de licença-prêmio seja um direito subjetivo do servidor, é, porém, seu gozo inserido no que se convencionou chamar de poder discricionário da Administração, não havendo prazo mínimo para sua concessão como acontece, por exemplo,

com as férias;

CONSIDERANDO que a queda acentuada nos repasses da União afetou, em especial, os pequenos municípios, que são mais dependentes do Fundo de Participação dos Municípios;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, em seus artigos 19 e 20, estabelecem que a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida na esfera municipal a 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;

CONSIDERANDO que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão:

(i) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição; (ii) criação de cargo, emprego ou função; (iii) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (iv) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; (v) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias; tudo conforme expressamente dispõe o artigo 22, da Lei Complementar 101/2000;

CONSIDERANDO a ausência de disponibilidade orçamentária e financeira eis que o deferimento de licença-prêmio, conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia causará enorme prejuízo aos cofres públicos municipais, haja vista que além de desembolsar a remuneração devida ao requerente a Administração terá que arcar com valores para o pagamento de servidor substituto;
DECRETA:

Art. 1º. Fica vedado a todos os servidores públicos, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palma Sola, a concessão da licença-prêmio elencada no artigo 102, da Lei 909, de 26 de novembro de 1991, bem como a conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia até o final do exercício financeiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,

12 de novembro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 145/2019 - PAVIMAR

Publicação Nº 2224523

CONTRATO Nº. 145/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 112/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

OBJETO:

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 11/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225753

PORTARIA Nº 009, de 11 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDINEI SCHEIN, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do artigo 44 e o inciso XVIII do artigo 39, ambos do Regimento Interno desta Câmara,



RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias a Sra. MARIA EDUARDA BALBOENA LUNKES, assistente de serviços gerais, nível CPE 03, conforme Resolução nº 001/2006, referentes aos períodos de trabalho de 21/01/2018 à 20/01/2019, que será usufruída de 21/11/2019 até 10/12/2019, tendo o mesmo 20 (vinte) dias de gozo e 1/3 (um terço) convertido em pecúnia, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 106, da Lei nº 909/91, no período de 10/12/2019 à 19/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, em 11 de novembro de 2019.

CLAUDINEI SCHEIN

Presidente da Mesa Diretora

Publicado e Registrado:

Em 11 de novembro de 2019.

CLAIR JOSÉ MUNARO

1º Secretário da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 010, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225761

PORTARIA Nº 010, de 11 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDINEI SCHEIN, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I, do artigo 44 e o inciso XVIII, do artigo 39 do Regimento Interno desta Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Sr. CLETO ANDRÉ MARODIN, Assessor Jurídico, Nível CPE 10, conforme Resolução nº 001/2006, de 17 de outubro de 2006, com 10 horas semanais, referentes aos períodos de trabalho de 01/11/2017 à 31/10/2018, que será usufruída de 21/11/2019 até 10/12/2019, tendo o mesmo 20 (vinte) dias de gozo e 1/3 (um terço) convertido em pecúnia, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 106, da Lei nº 909/91, no período de 10/12/2019 à 19/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola, em 11 de novembro de 2019.

CLAUDINEI SCHEIN

Presidente da Mesa Diretora

Publicado e Registrado:

Em 11 de novembro de 2019.

CLAIR JOSÉ MUNARO

1º Secretário da Mesa Diretora

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 121/2019

Publicação Nº 2225023

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 121/2019. Modalidade: Pregão Presencial nº 80/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL. Data da entrega dos envelopes: 26/11/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/11/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 12 de Novembro de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2891 - DE 07.11.2019 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO

Publicação Nº 2224403

DECRETO Nº 2891, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de GENOVEVA MEROS FERENS com a área total de 699,90m² (seiscentos e noventa e nove metros e noventa decímetros quadrados), localizado no lado Par da AVENIDA PAPA JOAO XXIII, esquina com o Lado ímpar da RUA 7 DE SETEMBRO, nas Coordenadas E: 584146.836 e N: 7079761.512, com base no Ponto OPP, neste município de Papanduva, matrícula nº 6.714 do ORI desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do LOTE "A-01" 296,40m²

Localização: O imóvel está localizado no Lado ímpar da RUA 7 DE SETEMBRO, esquina com no lado Par da AVENIDA PAPA JOAO XXIII, nas Coordenadas E: 584146.836 e N: 7079761.512, com base no Ponto OPP.

Frente:- 30,00 metros com o Município pela RUA 7 DE SETEMBRO

Fundos:- 30,00 metros com o LOTE A-02 DESMEMBRADO;

Lado Direito:- 9,88 metros com o Município pela AVENIDA PAPA JOAO XXIII, lado par;

Lado Esquerdo:- 9,88 metros com a Matrícula nº 2.137-Papanduva/SC, JOÃO JAIME FERENS.

Descrição do LOTE "A-02" 403,50m²

Localização: O imóvel está localizado no lado Par da AVENIDA PAPA JOAO XXIII, distante 9,88 metros da esquina com o Lado ímpar da RUA 7 DE SETEMBRO, nas Coordenadas E: 584155.087 e N: 7079756.077, com base no Ponto OPP.

Frente:- 13,45 metros com o Município pela AVENIDA PAPA JOAO XXIII, lado par;

Fundos:- 13,45 metros com a Matrícula nº 2.137-Papanduva/SC, JOÃO JAIME FERENS;

Lado Direito:- 30,00 metros com a Matrícula nº 6.883-Papanduva/SC, JOÃO JAIME FERENS;

Lado Esquerdo:- 30,00 metros com o LOTE A-02 DESMEMBRADO.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2892, DE 07.11.2019 - APROVA RETIFICAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Publicação Nº 2224405

DECRETO Nº 2892, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA RETIFICAÇÃO IMÓVEL URBANO, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de ROMULO CARLOS REVA e outra, com a área total de 2.312,95m² (dois mil trezentos e doze metros e noventa e cinco décimos quadrados), localizado na RUA DELEGADO ARLINDO MICHELLI, LADO PAR, distante 41,00 metros da interseção com a RUA D. PEDRO I, nas coordenadas: N 7080145.330 e E 584087.268, com base no Ponto OPP, neste município de Papanduva, imóvel objeto da matrícula nº 9.609 do Registro Geral do Ofício de Papanduva, passando a constar:

Descrição da Área Total – 2.312,95m²

Frente:- 25,52 metros, com o Município pela RUA DELEGADO ARLINDO MICHELLI, lado par;

Fundos:- 40,08 metros, com WALDEMIRO FERNANDES(POSSUIDOR);

Lado Direito:- 19,30 metros, com a Matrícula nº 9.332-Papanduva/SC de JAQUELINE KURACZ, lote 1-B; 21,32 metros, com a Matrícula nº 9.771-Papanduva/SC de VANDERLEI BUENO; 20,11 metros, com a Matrícula nº 3.347-Itaiópolis/SC, JOAO CARLOS CORSO DA ROSA;

Lado Esquerdo:- 41,01 metros; com o Município pela RUA HENRIQUE MARTINS HAAS, lado ímpar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2893, DE 08.11.2019 - APROVA CRONOGRAMA FÍSICO GERAL DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOCIAL

Publicação Nº 2224407

DECRETO Nº 2893, DE 08.11.2019.

APROVA CRONOGRAMA FÍSICO GERAL DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SOCIAL, CONFORME CONSTA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Cronograma Físico Geral de Serviços de Regularização Fundiária Social, conforme item 8 do Edital de Credenciamento nº 006/2019 do Processo Licitatório nº 057/2019, conforme Anexo Único que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A credenciada que não cumprir o Cronograma será automaticamente descredenciada, salvo justificativa plausível.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 08 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2893, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CRONOGRAMA FÍSICO GERAL DOS SERVIÇOS							
ATIVIDADES	DIAS						
7.1.1	5						
7.1.2	5						
7.1.3	5						
7.1.4		20					
7.1.5		20					

7.1.6		20				
7.1.7						10
7.1.8						10
7.1.9						10
7.1.10						10
7.1.11						10
7.1.12						10
7.1.13						10
7.1.14	Até o procedimento da decisão do mérito em última instância administrativa.					
TOTAL	35					

LEI Nº 2221, DE 08.11.2019 - DENOMINA DE GILBERTO OSTROVSKI "BETÃO" A QUADRA COBERTA, ANEXA À ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR WALMIR LÚCIO SENNA, NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Publicação Nº 2224410

LEI Nº 2221, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina de Gilberto Ostrovski "Betão" a quadra coberta, anexa a Escola Municipal Professor Walmir Lúcio Senna, no município de Papanduva e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Luiz Henrique Saliba, sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de Gilberto Ostrovski "Betão" a quadra coberta, anexa a Escola Municipal Professor Walmir Lúcio Senna, situada na Rua Francisco Frederico esquina com a Rua Getúlio Vargas, n.1160 - Papanduva/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 8 de novembro de 2019.
Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Girseliano Moreira da Silva
Secretário da Administração

PREGÃO 059/2019 - GEN. ALIMENTICIOIS S.C.F.V.

Publicação Nº 2224811

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019

Objeto: Futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios e outros materiais destinados à manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Papanduva/SC. Entrega dos envelopes: 27 de Novembro de 2019 às 09:00hs; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 12 de Novembro de 2019 – Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

CT 63/2019

Publicação Nº 2224415

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO

DO OBJETO: contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público que acontecerá no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

DO VALOR TOTAL: Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados aos municípios associados, sem qualquer custo.

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC.

DA VIGENCIA: A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Seletivo.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC

CT 64/2019

Publicação Nº 2224416

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO

DO OBJETO: contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo que acontecerá no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

DO VALOR TOTAL: Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados aos municípios associados, sem qualquer custo.

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC.

DA VIGENCIA: A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Seletivo.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC

CT 65/2019

Publicação Nº 2224417

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO

DO OBJETO: contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo para Emprego Público que acontecerá no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente.

DO VALOR TOTAL: R\$ 4.100,00 (Quatro mil e cem reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC.

DA VIGENCIA: A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Seletivo.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CT 66/2019

Publicação Nº 2224945

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO
EXTRATO CONTRATO Nº 66/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO MEU DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 130.731,85 (Cento e trinta mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: JOSIANE PIRES DA SILVA EIRELI.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 12 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

Publicação Nº 2224744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2019

No dia 11 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 45/2019, Processo Licitatório nº. 90/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E FERRAMENTAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	2, 7, 10, 15, 18, 19, 22, 24, 28, 31, 35, 36, 37, 40, 42, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 62, 64, 65, 69, 74, 75, 77, 78, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94, 99, 103, 104, 111, 112, 116, 119, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 135, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 172, 173, 176, 178, 180, 181, 182, 186, 187, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 212, 214, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 231, 233, 234, 235, 236, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 270, 271, 273, 274, 278, 279, 280, 287, 288, 298, 299, 300, 301, 308, 311, 315, 316, 317, 323, 324, 340, 343, 344, 347, 361, 364, 365
9755	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	4, 9, 12, 17, 27, 32, 34, 43, 47, 57, 58, 59, 66, 67, 68, 72, 73, 82, 84, 90, 95, 97, 98, 100, 101, 105, 106, 107, 108, 110, 122, 124, 126, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 158, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 207, 208, 209, 210, 211, 229, 232, 237, 238, 239, 240, 244, 249, 250, 251, 252, 263, 264, 265, 266, 267, 275, 277, 281, 282, 283, 293, 294, 295, 296, 297, 309, 312, 313, 314, 334, 335, 345, 346, 348, 350, 352, 353, 356, 363
8737	QUIMICA SOL EIRELI EPP	163, 164, 306, 307, 328, 330, 331, 332, 333
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 3, 5, 6, 8, 11, 13, 16, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 33, 38, 39, 41, 48, 49, 50, 61, 63, 70, 71, 76, 79, 80, 89, 92, 96, 102, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 125, 130, 131, 133, 134, 136, 153, 156, 157, 165, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 177, 179, 194, 200, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 221, 226, 228, 230, 248, 253, 259, 260, 261, 268, 269, 272, 276, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 302, 303, 304, 305, 310, 318, 319, 320, 321, 322, 325, 326, 327, 329, 336, 337, 338, 339, 341, 342, 349, 351, 354, 355, 357, 358, 359, 360, 362, 366

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	05.514.028/0001-60	VARDELIDIO EDENILSON ZANARDI	754.532.669-53
QUIMICA SOL EIRELI EPP	06.943.501/0001-98	FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO	796.020.299-00
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CEZAR THUNS	015.263.949-79

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E FERRAMENTAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA 150X2,5MM	UND	FICHER	100,000	0,2000	20,00
3	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 25X3/4	UND	FORTLEV	10,000	7,5000	75,00
5	ADAPTADOR SOLDAVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	20,000	0,9500	19,00
6	ADAPTADOR SOLDAVEL 25X 3/4	UND	FORTLEV	20,000	0,9000	18,00
8	ADEISVO PLÁSTICO 17GR	UND	FORTLEV	30,000	2,5000	75,00
11	ALAVANCA SEXT PONTA E PÁ	UND	COLLINS	1,000	179,0000	179,00
13	ALICATE REBITADOR 10"	UND	WORKER	2,000	35,0000	70,00
16	ALVENARITE 0,9ML	UND	MAXTON	20,000	7,5000	150,00
20	AREIA FINA PRONTA 20KG	SC	HIDRA	30,000	12,5000	375,00
21	AREIA MEDIA	M3	HOBBI	60,000	168,0000	10.080,00
23	ARGAMASSA AC-II 20KG	SC	VOTORAN	20,000	17,5000	350,00
25	ARRAME GALVANIZADO Nº 14	UND	BELGO	20,000	16,5000	330,00
26	ARRAME GALVANIZADO Nº 10	KG	BELGO	5,000	19,0000	95,00
29	ASFALTO HIDROASFALTO 3,6KG	GL	MAXTON	5,000	25,0000	125,00
30	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO	UND	CIPLA	30,000	22,0000	660,00
33	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM	UND	ROMA	10,000	6,5000	65,00
38	BOLSA DE VEDAÇÃO PARA SAÍDA DE ÁGUA	UND	CIPLA	10,000	8,9000	89,00
39	BOMBA DE AR COM DUPLICADOR DE PRESSÃO	UND	KALA	1,000	63,0000	63,00
41	BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	13,5000	27,00
48	BUCHA 6 MM	UND	FICHER	200,000	0,1300	26,00
49	BUCHA 8 MM	UND	FICHER	200,000	0,1800	36,00
50	BUCHA DE REDUÇÃO ESGOTO 50X40	UND	FORTLEV	20,000	1,7000	34,00
61		UN	PADO	10,000	16,5000	165,00
63	CAIXA DE ÁGUA 500 LITROS EM POLIETILENO COM TAMPA	UND	BAKOF	10,000	170,0000	1.700,00
70	CAL HIDRATADA SACO C/ 20 KG	SC	HIDRA	25,000	13,5000	337,50
71	CAL PARA PINTURA SACO 8 KG	SC	HIDRA	40,000	12,0000	480,00
76	CAP ESGOTO 100MM	UND	FORTLEV	10,000	4,0000	40,00
79	CAP SOLDAVEL 20MM	UND	FORTLEV	20,000	0,9000	18,00
80	CAP SOLDAVEL 25MM	UND	FORTLEV	20,000	1,4000	28,00
89	CHAVE DE RODA 17X19	UND	WORKER	1,000	58,0000	58,00
92		SC	CAUE	80,000	26,3000	2.104,00
96	CORANTE LÍQUIDO - CORES SORTIDAS	UND	XADRES	30,000	3,9000	117,00
102	DISCO DE CORTE P/ FERRO 4. 3/8	UND	ALCAR	10,000	4,5000	45,00
109	DIVISÓRIA PINUS	M2	BERWANGER	20,000	31,0000	620,00
113	ENGATE FLEXIVEL 40 CM	UND	PLASTUBOS	20,000	3,7000	74,00
114	ENXADA OLHO OVAL	UND	PANDOLFO	10,000	35,0000	350,00
115	ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO	UND	PANDOLFO	5,000	43,0000	215,00
117	ESCOVA DE AÇO 4 LINHAS COM CABO	UND	MAX	5,000	13,0000	65,00
118	ESPELHO DE MADEIRA 13 CM - MT	UND	BERWANGER	25,000	18,0000	450,00
120	ESPUMA EXPANSIVA 280ML	UND	KALA	20,000	21,5000	430,00
125	FECHADURA INOX EXTERNA	UND	SOPRANO	30,000	39,0000	1.170,00
130	FERRO DE AÇO 4.2MM - BR 12M	BAR	BELGO	25,000	10,0000	250,00
131	FERRO DE AÇO 5.0MM - BR 12M	BAR	BELGO	15,000	13,0000	195,00
133	FERRO DE AÇO 8.0MM - BR 12M	BAR	BELGO	30,000	25,0000	750,00
134	FERROLHO FIO REDONDO 3"	UND	SILVANIA	20,000	7,0000	140,00
136	FIO DE NYLON 3.0MM	M.	WORKER	200,000	1,5000	300,00
153	FIXADOR P/ CAL 150ML	UND	JUNTA LIDER	50,000	2,5000	125,00
156	FORRO DE PINUS 1º QUALIDADE	M2	BERWANGER	40,000	14,0000	560,00
157	FORRO PVC 8MM	M2	PLASBIL	40,000	14,4000	576,00
165	INTERRUPTOR MÓDULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MEC TRONIC	25,000	5,8000	145,00
166	INTERRUPTOR SOBREPOR	UN	MEC TRONIC	40,000	5,5000	220,00
169	JOELHO 45º ESGOTO 40MM	UND	FORTLEV	30,000	2,8000	84,00
170	JOELHO 45º ESGOTO 50MM	UND	FORTLEV	20,000	4,8000	96,00
171	JOELHO 90º ESGOTO 100 MM	UN	FORTLEV	31,000	5,0000	155,00
174	JOELHO ESGOTO 90 40MM	UND	FORTLEV	31,000	2,5000	77,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
175	JOELHO INTERNO P/ MANGUEIRA 1/2	UND	CIPLA	20,000	1,5000	30,00
177	JOELHO SOLDAVEL 20MM - 45° E 90°	UND	FORTLEV	60,000	1,2000	72,00
179	JOELHO SOLDAVEL 25 X 1/2	UND	FORTLEV	20,000	3,0000	60,00
194		UN	MANPLEX	100,000	11,5000	1.150,00
200	LIMA PARA MOTOSSERRA	UND	COLLINS	10,000	12,0000	120,00
204	LIXADEIRA PLÁSTICA MANUAL	UND	MAX	2,000	26,0000	52,00
205	LONA PRETA 4 MTS	MT	LONAX	300,000	1,3000	390,00
206	LONA PRETA 6MTS	M	LONAX	300,000	1,4500	435,00
213	LUVA ESGOTO 40MM	UND	FORTLEV	20,000	2,0000	40,00
215	LUVA SOLDAVEL 20MM	UND	FORTLEV	30,000	1,0000	30,00
216	LUVA SOLDAVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	15,000	1,5000	22,50
217	LUVA SOLDAVEL 25MM	UN	FORTLEV	30,000	1,5000	45,00
221	MADEIRA CERRADA BRUTA TIPO EUCALIPTO	M3	BERWANGER	12,000	1.400,0000	16.800,00
226	MANGUEIRA JARDIM REFORÇADA 1/2	M	COLLINS	300,000	2,8000	840,00
228	MANGUEIRA PRETA 1/2x2,00MM	MT	SANEPLAST	200,000	2,2000	440,00
230	MANGUEIRA PRETA 3/4X2,00MM	MT	SANEPLAST	200,000	2,4000	480,00
248	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE	UND	KALA	5,000	29,0000	145,00
253	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO	UND	LEVORIN	20,000	39,0000	780,00
259	Prego 18 x 30	KG	BELGO	30,000	11,0000	330,00
260	PREGO 19 x 39	KG	BELGO	30,000	10,8000	324,00
261	PREGO 20X48	KG	BELGO	15,000	11,5000	172,50
268	REFLETOR 150 W	UND	TACHIBRA	10,000	62,0000	620,00
269	REFLETOR 500 W	UND	TACHIBRA	10,000	79,0000	790,00
272	REGISTRO DE GAVETA 3/4 METAL	UND	CLIUS	5,000	58,0000	290,00
276	REGISTRO PLASTICO PRESSÃO 20 MM	UND	LEKAT	8,000	29,0000	232,00
284	RODA FORRO PINUS	MTS	BERWANGER	30,000	6,0000	180,00
285	RODA FORRO PVC	MT	PLASBIL	30,000	5,9000	177,00
286	RODA PÉ PINUS DUPLO	MT	BERWANGER	30,000	11,5000	345,00
289	ROLO DE ESPUMA 5CM COM CABO	UND	ROMA	3,000	6,5000	19,50
290	ROLO DE LÃ CARNEIRO 15CM COM CABO	UND	ROMA	10,000	14,0000	140,00
291	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	30,0000	300,00
292	ROLO DE LÃ CARNEIRO 5CM COM CABO	UND	ROMA	5,000	9,0000	45,00
302	SERROTE PARA PODA	UND	WORKER	2,000	31,9000	63,80
303	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL MULTIUSO	UND	BLUKIT	20,000	8,5000	170,00
304	SILICONE INCOLOR 280 G	UND	TEC BOND	10,000	13,0000	130,00
305	SILICONE INCOLOR 50 G	UND	TEC BOND	10,000	11,0000	110,00
310	SUPORTE PAPEL HIGIENICO	UND	CLIUS	20,000	15,0000	300,00
318	TE SOLDAVEL 20MM	UND	FORTLEV	20,000	1,5000	30,00
319	TE SOLDAVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	10,000	2,4500	24,50
320	TE SOLDAVEL 25MM	UND	FORTLEV	25,000	2,0000	50,00
321	TE SOLDAVEL 25X1/2	UND	FORTLEV	10,000	3,0000	30,00
322	TE SOLDAVEL 32MM	UND	FORTLEV	10,000	3,4000	34,00
325	TELHA FIBROCIMENTO 2.13X6MM	UND	IMBRALIT	30,000	49,0000	1.470,00
326	TELHA FIBROCIMENTO 2.44X6MM	UND	IMBRALIT	30,000	49,0000	1.470,00
327	TELHA FIBROCIMENTO 3,05 X 6 MM	UND	IMBRALIT	30,000	60,0000	1.800,00
329	TIJOLO 6 FURROS 24CM LITORAL	UND	MARKE	2.500,000	0,7200	1.800,00
336	TOMADA EM BARRA 2P+T TRIPLA	UND	DAVENA	10,000	16,0000	160,00
337	TOMADA MODULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MEC TRONIC	25,000	9,0000	225,00
338	TOMADA SOBREPOR 2P+T 10A	UND	MEC TRONIC	50,000	6,0000	300,00
339	TORNEIRA ELETRICA GIRATÓRIA 3 TEMPERATURAS 220 V - 5500 W	UND	ZAGONEL	2,000	110,0000	220,00
341	TORNEIRA PLASTICA P/ LAVATÓRIO 1/2	UND	HERC	20,000	7,2000	144,00
342	TORNEIRA PLASTICA PIA 1/2 15 CM	UND	HERC	10,000	9,0000	90,00
349	TRINCHA CERDA BRANCA 3/4	UND	ATLAS	5,000	5,0000	25,00
351	TUBO P/ESGOTO 100MMX6MT	BR	FORTLEV	10,000	41,0000	410,00
354		BR	FORTLEV	4,000	48,0000	192,00
355	TUBO PVC SOLDAVEL 20MMX6MT	BR	FORTLEV	4,000	14,0000	56,00
357	TUBO PVC SOLDAVEL 32MMX6MT	BR	FORTLEV	4,000	29,0000	116,00
358	UNIÃO INTERNA P/ MANGUEIRA 1/2	UND	CIPLA	20,000	2,0000	40,00
359	UNIÃO INTERNA P/ MANGUEIRA 3/4	UND	CIPLA	20,000	2,0000	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
360	VALVULA PLÁSTICA P/ LAVATÓRIO	UND	CIPLA	15,000	6,0000	90,00
362	VARÃO PARA CORTINA 3 METROS BRANCO COM SUPORTE COMPLETO	UND	LIEGE	10,000	32,0000	320,00
366	VEDA CALHA 300 ML	UND	KALA	5,000	14,0000	70,00

Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 20X1/2	UND	MULTILIT	6,000	6,2000	37,20
7	ADAPTADOR SOLDAVEL 32X1	UND	MULTILIT	10,000	1,8000	18,00
10	ADESIVO SUPER BONDER 3G	UND	WORKER	30,000	5,9000	177,00
15	ALICATE USO GERAL 8"	UND	WORKER	4,000	24,0000	96,00
18	ANEL DE CERA VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO	UND	LIEGE	20,000	9,9000	198,00
19	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL	UND	WORKER	1,000	27,0000	27,00
22	ARGAMASSA AC-I 20KG	SC	INKOR	40,000	9,3000	372,00
24	ARGAMASSA AC-III 20KG	SC	INKOR	10,000	24,9000	249,00
28	ARRAME RECOZIDO Nº18	KG	MULTILIT	25,000	12,9000	322,50
31	BALDE PARA PEDREIRO 12 LITROS REFORÇADO	UND	KALA	5,000	13,5000	67,50
35	BLOCO DE ESPUMA 22X13	UND	CONDOR	20,000	5,9000	118,00
36	BÓIA CAIXA D'ÁGUA 1/2 PLÁSTICA	UND	CIPLA	15,000	10,0000	150,00
37	BÓIA CAIXA DESCARGA 1/2 PLÁSTICA	UND	ALUMASA	10,000	6,5000	65,00
40	BROCA AÇO RÁPIDO 6 MM	UND	IRWIN	2,000	8,9000	17,80
42	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8	UND	WORKER	5,000	12,9000	64,50
44	BROCA CONCRETO 6 MM	UND	IRWIN	2,000	6,5000	13,00
45	BROCA CONCRETO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	13,9000	27,80
46	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 3/8	UND	WORKER	3,000	55,0000	165,00
51	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4X1/2	UND	MULTILIT	10,000	0,9800	9,80
52	BUCHA SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20 CURTA E LONGA	UND	MULTILIT	10,000	0,6500	6,50
53	BUCHA SOLDAVEL REDUÇÃO 32X25 CURTA E LONGA	UND	MULTILIT	10,000	1,3900	13,90
54	CABO DE PICARETA	UND	MONFORT	5,000	18,0000	90,00
55	CABO ENXADA 1,25 METROS	UND	MONFORT	10,000	16,5000	165,00
56	CABO INTERNET	M	FLEX	100,000	3,2000	320,00
60	CADEADO 25MM	UN	PADO	10,000	12,9000	129,00
62	Cadeado 40mm	UN	PADO	10,000	22,9000	229,00
64	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA	UND	ALUMASA	40,000	31,9000	1.276,00
65	CAIXA DE FERRAMENTAS GRANDE COM DIVISÓRIAS	UND	WORKER	1,000	93,0000	93,00
69	CAIXA SIFONADA PVC GRELHA QUADRADA 100X100X40	UND	MULTILIT	15,000	10,9000	163,50
74	CANTONEIRA PARA TRILHO COM PARAFUSO	UND	WORKER	50,000	2,9000	145,00
75	CANTONEIRA TIPO 'L' 10X12	UND	WORKER	50,000	5,9000	295,00
77	CAP ESGOTO 40MM	UND	MULTILIT	10,000	2,4000	24,00
78	CAP ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	10,000	3,4000	34,00
81	CAP SOLDAVEL 32MM	UND	MULTILIT	10,000	1,9400	19,40
83	CAPACETE PARA PROTEÇÃO	UND	WORKER	5,000	16,9000	84,50
85	CAVADEIRA ARTICULADA PEQUENA	UND	MONFORT	1,000	45,0000	45,00
86	CERÂMICA 'A' 1ª LINHA - CORES E ESTAMPAS SORTIDAS	M2	DIVERSOS	20,000	16,5000	330,00
87	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UND	WORKER	1,000	58,0000	58,00
88	CHAVE DE CANO 12"	UND	WORKER	2,000	56,0000	112,00
91	CILINDRO P/ FECHADURA	UND	SOPRANO	40,000	22,5000	900,00
93	COLHER DE PEDREIRO 10"	UND	WORKER	4,000	18,5000	74,00
94	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIDO	UND	WORKER	10,000	31,9000	319,00
99	CUMEIRA FIBROCIMENTO 6MM	UND	ETERNIT	20,000	34,5000	690,00
103	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO	UND	IRWIN	5,000	21,9000	109,50
104	DISCO DIAMANTADO TURBO	UND	IRWIN	5,000	21,9000	109,50
111	DOBRADIÇA GALVANIZADA 3. 1/2	UND	KALA	30,000	4,9000	147,00
112	DUREPOXI 100GR	UND	WORKER	5,000	9,4000	47,00
116	ESCADA DE ABRIR FERRO 6 DEGRAUS	UND	ALUMASA	2,000	162,0000	324,00
119	ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO	UND	LIEGE	10,000	4,9000	49,00
121	ESQUADRO ALUMÍNIO 12"	UND	KALA	1,000	28,0000	28,00
123	EXTENSOR TELESCÓPIO PARA ROLO DE PINTURA 2 METROS	UND	ATLAS	2,000	42,0000	84,00
127	FECHADURA INOX INTERNA	UND	SOPRANO	30,000	34,9000	1.047,00
128	FERRO DE AÇO 10.0MM - BR 12M	BAR	GERDAU	15,000	44,9000	673,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
129	FERRO DE AÇO 12.0MM - BR 12M	BAR	GERDAU	10,000	60,9000	609,00
132	FERRO DE AÇO 6.3MM - BR 12M	BAR	GERDAU	15,000	18,9000	283,50
135	FIO DE NYLON 1.6MM	M.	TRAMONTINA	200,000	0,9900	198,00
148	FITA DE DEMARCAÇÃO ZEBRADA SEM ADESIVO AMARELA/ PRETA	RL	WORKER	2,000	13,5000	27,00
149	FITA DUPLA FACE 12MMX5M	UND	WORKER	10,000	11,0000	110,00
150	FITA ISOLANTE 10 M.	UN	KALA	30,000	3,9000	117,00
151	FITA VEDA ROSCA 12MMX10M	UND	MULTILIT	20,000	3,6500	73,00
152	FITA VEDA ROSCA 18MMX10M	UND	MULTILIT	20,000	4,4000	88,00
154	FIXADOR P/ PORTA/PISO	UND	ALIANÇA	20,000	8,9000	178,00
155	FOICE SUL 10"	UND	MONFORT	4,000	27,9000	111,60
159	GARFO TIPO GAIOLA PARA ROLO 23 CM	UND	ATLAS	10,000	9,8000	98,00
160	GRADE DE VENTILAÇÃO 150MM	UND	LIEGE	5,000	25,0000	125,00
161	GRAMPO P/ FIO PARALELO	PCT	FIX	50,000	2,3500	117,50
162	GRELHA QUADRADA P/ RALO SIFONADO 100MM	UND	LIEGE	10,000	4,4500	44,50
167		PÇ	MULTILIT	30,000	5,0000	150,00
168		PÇ	MULTILIT	20,000	4,7000	94,00
172	JOELHO 90° ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	21,000	4,9500	103,95
173	JOELHO 90° ESGOTO 75MM	UND	MULTILIT	21,000	4,9500	103,95
176	JOELHO INTERNO P/ MANGUEIRA 3/4	UND	PLASBON	20,000	1,9900	39,80
178	JOELHO SOLDADAVEL 20X1/2	UND	MULTILIT	20,000	2,1500	43,00
180	JOELHO SOLDADAVEL 25MM - 45° E 90°	UND	MULTILIT	60,000	1,9800	118,80
181	JOELHO SOLDADAVEL 32MM - 45° E 90°	UND	MULTILIT	40,000	3,4900	139,60
182	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 MM 12 PEÇAS	UND	KALA	1,000	185,0000	185,00
186	JOGO FORMÃO 3 PEÇAS	UND	KALA	2,000	94,0000	188,00
187	JOGO SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE 1/2 18 PEÇAS	UND	KALA	1,000	275,0000	275,00
196	LAPIS CARPINTEIRO	UN	IRWIN	10,000	2,7000	27,00
197	LAVATORIO PVC GRANDE PLASTICO	UND	HERC	5,000	42,9000	214,50
198	LAVATÓRIO PVC PEQUENO PLÁSTICO	UND	HERC	5,000	24,9000	124,50
199	Lima chata 8"	UN	NICHOLSON	10,000	15,9000	159,00
201	LINHA PEDREIRO 100 M	UND	NICHOLSON	10,000	11,9000	119,00
202	LIXA MADEIRA Nº 100 METRO	M	WORKER	30,000	4,4000	132,00
203	LIXA P/ FERRO FOLHA Nº 100	FL	WORKER	20,000	3,1000	62,00
212	LUVA ESGOTO 100MM	UND	MULTILIT	10,000	4,4000	44,00
214	LUVA ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	15,000	2,7500	41,25
218	LUVA SOLDADAVEL 25X1/2	UND	MULTILIT	15,000	1,9000	28,50
219	LUVA SOLDADAVEL 32MM	UND	MULTILIT	20,000	2,4000	48,00
220	MAÇANETA ALAVANCA P/ REPOSIÇÃO PORTA	UND	SOPRANO	40,000	11,9000	476,00
222	MANDRIL COM CHAVE 1/2	UND	WORKER	1,000	28,9000	28,90
223	MANDRIL COM CHAVE 3/8	UND	WORKER	1,000	34,9000	34,90
224	MANGUEIRA DE ENTRADA MAQUINA DE LAVAR	UND	ALUMASA	10,000	11,9000	119,00
225	MANGUEIRA DE NIVEL	MT	KALA	50,000	1,3900	69,50
227	MANGUEIRA P/ GÁS 1.20M	UND	WORKER	10,000	9,5000	95,00
231	MANGUEIRA SAÍDA P/ MAQUINA DE LAVAR	UND	ALUMASA	10,000	9,0000	90,00
233	MARRETA 5 KG	UND	MONFORT	3,000	98,0000	294,00
234	MARTELO DE BORRACHA 60 MM	UND	MAX	3,000	22,9000	68,70
235	MARTELO USO GERAL 25 MM	UND	MAX	3,000	32,9000	98,70
236	MASCARA RESPIRATÓRIA SIMPLES	UND	WORKER	10,000	2,4500	24,50
241	ÓLEO DESINGRIPANTE 300 ML	UND	KALA	5,000	9,8000	49,00
242	PÁ AJUNTADORA DE BICO SEM CABO	UND	MONFORT	2,000	38,9000	77,80
243	PARAFUSO TELHEIRO COMPLETO GALVANIZADO 5/16	UND	FIX	300,000	0,6900	207,00
245	PENEIRA PARA AREIA 50 MM	UND	WORKER	2,000	28,9000	57,80
246	PENEIRA PARA FUBÁ 50MM	UND	WORKER	2,000	28,9000	57,80
247	PINO ADAPTADOR 2P+T 10A	UND	ILUMI	5,000	7,9000	39,50
254	PORTA CADEADO 3. 1/2	UND	ALIANÇA	10,000	8,9000	89,00
255	POSTE CONCRETO 2 MT DE ALTURA	UND	JPMIRANDA	12,000	43,0000	516,00
256	Prego 12X12	PCT	GERDAU	10,000	16,9000	169,00
257	Prego 16 x 24	KG	GERDAU	15,000	13,0000	195,00
258	PREGO 17 x 27	KG	GERDAU	30,000	11,0000	330,00
262	PRUMO PARA PEDREIRO 410 GRAMAS	UND	WORKER	2,000	19,8000	39,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
270	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	UND	GERPLAST	3,000	17,9000	53,70
271	REGISTRO DE GAVETA 1/2 METAL	UND	LEAO	5,000	48,9000	244,50
273	REGISTRO PLASTICO ESFERA 20 MM	UND	VICUA	10,000	6,9000	69,00
274	REGISTRO PLASTICO ESFERA 25 MM	UND	VICUA	10,000	7,9000	79,00
278	REGUA P/ PEDREIRO PRATICA 2 M	UND	KALA	2,000	54,9000	109,80
279	REGULADOR DE GÁS	UND	ALIAÇA	10,000	31,9000	319,00
280	REJUNTE CERAMICO - CORES SORTIDAS	KG	VOTORAN	20,000	4,4000	88,00
287	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	UND	ATLAS	5,000	11,5000	57,50
288	ROLO DE ESPUMA 23CM SEM CABO	UND	ATLAS	5,000	16,9000	84,50
298	SEPARADOR DE PISO 5MM	PCT	VILA	5,000	4,6000	23,00
299	SERRA CIRCULAR WIDEA 4 3/8	UND	KALA	2,000	25,0000	50,00
300	SERRINHA PARA CORTAR FERRO	UN	WORKER	20,000	5,4000	108,00
301	SERROTE 22"	UND	THOMPSON	1,000	61,9000	61,90
308	SUPORTE P/ LAMPADA PLAFON PORCELANA	UND	LIEGE	10,000	6,9000	69,00
311	SUPORTE PENDENTE P/ LAMPADA COM FIO	UND	LIEGE	20,000	4,5000	90,00
315	TE ESGOTO 100MM	UND	MULTILIT	10,000	9,4000	94,00
316	TE ESGOTO 40MM	UND	MULTILIT	15,000	2,9000	43,50
317	TE ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	20,000	5,4000	108,00
323	TELA SOLDADA 5X10 1,9 MM 1,52 MT DE ALTURA	MT	MORLAN	100,000	20,9000	2.090,00
324	TELHA FIBROCIMENTO 1,83X6MM	UND	ETERNIT	30,000	45,9000	1.377,00
340	TORNEIRA PLASTICA JARDIM 1/2	UND	HERC	20,000	2,9000	58,00
343	TORNEIRA PLASTICA TANQUE/ MÁQUINA	UND	HERC	15,000	24,9000	373,50
344	TORQUES ARMADOR 12"	UND	RAMADA	2,000	38,0000	76,00
347	TRILHO PARA CORTINA DUPLO	MT	WORKER	20,000	14,9000	298,00
361	VARÃO PARA CORTINA 2 METROS BRANCO COM SUPORTE COMPLETO	UND	KALA	10,000	26,9000	269,00
364	VASSOURA PARA GRAMA REGULAVEL COM CABO, 18 ARAMES	UND	WORKER	4,000	30,0000	120,00
365	VASSOURÃO DE GARI	UND	WORKER	3,000	26,9000	80,70

Fornecedor: 8737 - QUIMICA SOL EIRELI EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
163	IMPERMEABILIZANTE ACRILICO 18 LTS	BAL	COLORBRIL	8,000	139,0000	1.112,00
164	IMPERMEABILIZANTE ACRILICO 3.6 LTS	GL	COLORBRIL	15,000	37,0000	555,00
306	SOLVENTE 0,9LITROS	UND	COLORWAN	30,000	8,9000	267,00
307	SOLVENTE 5 L.	GL	COLORWAN	10,000	44,0000	440,00
328	THINNER 0.9 Lts	UND	COLORWAN	20,000	12,9000	258,00
330	TINTA ACRILICA SB 18 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORBRIL	10,000	269,0000	2.690,00
331	TINTA ACRILICA SB 3.6 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORBRIL	20,000	64,0000	1.280,00
332	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 18 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORWAN	20,000	298,0000	5.960,00
333	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 3.6 LTS - CORES SORTIDAS	UND	COLORWAN	15,000	74,0000	1.110,00

Fornecedor: 9755 - MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 32X1	UND	VÍQUA	5,000	9,9000	49,50
9	ADESIVO PLÁSTICO 75 G	UND	FISAFIX	20,000	4,9000	98,00
12	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UND	MTX	2,000	38,0000	76,00
17	ANCINHO LEVE 14 DENTES SEM CABO	UND	TRAMONTIN	2,000	19,5000	39,00
27	ARRAME GALVANIZADO Nº18	KG	VONDER	20,000	18,0000	360,00
32	BALDE PARA TINTA 10 LITROS	UND	ZUMPLAST	2,000	17,2000	34,40
34	BASE P/ RELE FOTOELÉTRICO	UND	EXATRON	20,000	18,9000	378,00
43	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16	UND	RINO	5,000	17,0000	85,00
47	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 5/16	UND	VONDER	3,000	32,0000	96,00
57	CABO PP 2X1.50MM	M	FLEXSUL	300,000	2,6500	795,00
58	CABO PP 2X2.50MM	M	FLEXSUL	300,000	3,6500	1.095,00
59	CAÇAMBA PLÁSTICA DE 60 LITROS PARA CARRINHO DE MÃO	UND	FURACÃO	2,000	88,0000	176,00
66	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 4X2 RETANGULAR	UND	INJEFAMA	100,000	1,2000	120,00
67	CAIXA P/ MASSA 20 LITROS REFORÇADA	UND	THOMPSON	5,000	39,0000	195,00
68	CAIXA PARA MASSA	UND	THOMPSON	5,000	19,9000	99,50
72	CAMARA P/ CARRINHO DE MÃO	UND	COLSON	20,000	19,0000	380,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 9755 - MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
73	CANALETA SISTEMA X BRANCA 2 METROS	UND	ILUMI	30,000	6,0000	180,00
82	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UND	POLICAP	5,000	26,0000	130,00
84	CARRINHO DE MÃO 55 LITROS REFORÇADO	UND	NOVE 54	2,000	239,0000	478,00
90	CHAVE PARA DOBRAR FERRO 1/2	UND	SÃO ROMÃO	2,000	43,0000	86,00
95	CONJUNTO JARDIM 3 PEÇAS (COMPOSIÇÃO: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO)	UND	TRAMONTIN/	5,000	32,0000	160,00
97	CORTA VERGALHÃO 18"	UND	MTX	1,000	107,0000	107,00
98	CORTADOR DE VIDRO 5. 1/8	UND	WESTERN	2,000	49,9000	99,80
100	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 25X12	UND	VILA	3,000	16,9000	50,70
101	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA 17X30	UND	VILA	3,000	15,9000	47,70
105	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 16A	UND	WEG	3,000	11,9000	35,70
106	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 25A	UND	WEG	3,000	13,9000	41,70
107	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 32A	UND	WEG	3,000	13,9000	41,70
108	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 40A	UND	WEG	3,000	19,0000	57,00
110	DOBRADIÇA GALVANIZADA 3"	UND	SCHI	10,000	4,5000	45,00
122	EXTENSÃO ELÉTRICA 5M	UND	ILUMI	10,000	27,9000	279,00
124	FAÇÃO PARA MATO 20"	UND	THOMPSON	1,000	29,9000	29,90
126	FECHADURA INOX EXTERNA ESTREITA	UND	MGM	30,000	40,5000	1.215,00
137	FIO PARALELO 2 X 1,00MM²	M	FLEXSUL	200,000	2,2500	450,00
138	FIO PARALELO 2 X 1,50MM²	M	FLEXSUL	300,000	2,4000	720,00
139	FIO PARALELO 2 X 2,50MM²	M	FLEXSUL	300,000	3,8000	1.140,00
140	FIO PARALELO 2 X 4,00MM²	M	FLEXSUL	200,000	4,6000	920,00
141	FIO SÓLIDO 1,50MM - CORES SORTIDAS	M	SILL	200,000	1,1000	220,00
142	FIO SÓLIDO 10,00MM - CORES SORTIDAS	M	CORFIO	200,000	6,4000	1.280,00
143	FIO SÓLIDO 2,50MM - CORES SORTIDAS	M	SILL	300,000	1,8500	555,00
144	FIO SÓLIDO 4,00MM - CORES SORTIDAS	M	SILL	300,000	3,8500	1.155,00
145	FIO SÓLIDO 6,00MM - CORES SORTIDAS	M	SILL	200,000	4,7500	950,00
146		MT	STE	100,000	4,7000	470,00
147	FIO TELEFÔNICO INTERNO	M	STE	100,000	2,7000	270,00
158	FUNDO NIVELADOR P/ MADEIRA 3,6 LTS	GL	TINSUL	8,000	72,0000	576,00
183	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 MM 17 PEÇAS	UND	VONDER	2,000	219,0000	438,00
184	JOGO DE CHAVE TORX LONGA 10 PEÇAS	UND	MTX	2,000	49,9000	99,80
185	JOGO DE SERRA COPO 15 PEÇAS	JG	MTX	1,000	67,0000	67,00
188	LAMPADA COMPACTA 20W	UND	OUROLUX	40,000	16,9000	676,00
189	LAMPADA COMPACTA 25 W	UND	OUROLUX	60,000	17,9000	1.074,00
190	LAMPADA COMPACTA 30 W	UND	ALAMBRA	60,000	28,9000	1.734,00
191	LAMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 35W	UND	AIHA	60,000	33,9000	2.034,00
192	LAMPADA ESPIRAL ELETRÔNICA 32W	UND	OUROLUX	60,000	26,9000	1.614,00
193	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	UND	OUROLUX	100,000	11,2000	1.120,00
195	LAMPADA LED 12W BULBO BIVOLT BRANCA FRIA	UND	OUROLUX	60,000	12,9000	774,00
207	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30LEDS	UND	OUROLUX	30,000	24,9000	747,00
208	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 1X20 BRANCA	UND	TASCHIBRA	10,000	65,0000	650,00
209	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 1X40 BRANCA	UND	TASCHIBRA	20,000	85,0000	1.700,00
210	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 2X20 BRANCA	UND	TASCHIBRA	10,000	85,0000	850,00
211	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 2X40 BRANCA	UND	TASCHIBRA	20,000	89,0000	1.780,00
229		MT	MAXIL	150,000	2,9000	435,00
232	MARRETA 2 KG	UND	MOMFORT	3,000	48,0000	144,00
237	MASSA ACRILICA 18 LTS	GL	ANJO	5,000	73,0000	365,00
238	MASSA ACRILICA 3,6 LTS	GL	ANJO	10,000	38,5000	385,00
239	MASSA P/ CALAFETAR 350 G	UND	KRONA	3,000	13,9000	41,70
240	NÍVEL DE ALUMÍNIO 24-3 BOLHAS	UND	VONDER	1,000	39,9000	39,90
244	PÉ DE CABRA 60 CM	UND	GM	2,000	55,0000	110,00
249	PLACA 4X2 1 MÓDULO DE MONTAR	UND	WEG	25,000	4,5000	112,50
250	PLACA 4X2 2 MÓDULO P/ MONTAR BRANCO	UND	WEG	25,000	4,8000	120,00
251	PLUG FEMEA 2P+T 10A	UND	WALMA	20,000	6,0000	120,00
252	PLUG MACHO 2P+T 10A	UND	CERGE	20,000	6,0000	120,00
263	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO P/ 6 DISJUNTORES	UND	MECTRONIC	5,000	41,0000	205,00
264	REATOR ELETRÔNICO 1 X40	UND	MOTIL	30,000	38,9000	1.167,00
265	REATOR ELETRÔNICO 1X20	UND	MCG	20,000	39,0000	780,00
266	REATOR ELETRÔNICO 2 X 20	UND	NSK	20,000	45,0000	900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 8/13
 Processo Nº.: 90/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

Fornecedor: 9755 - MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
267	REATOR ELETRÔNICO 2x40	UND	PHILIPS	30,000	47,9000	1.437,00
275	REGISTRO PLASTICO ESFERA 32 MM	UND	UNIFORTTE	5,000	17,0000	85,00
277	REGISTRO PLÁSTICO PRESSÃO 25 MM	UND	HERC	8,000	19,9000	159,20
281	RELE FOTOELETRICO 1000 W	UND	QUALITRON	20,000	47,9000	958,00
282	RODA COM PNEU/CAMARA/ROLAMENTO 3.25	UND	AJAX	5,000	60,0000	300,00
283	RODA COMPLETA PNEU E CAMARA CARRINHO DE MÃO	UND	MAESTRO	1,000	59,9000	59,90
293	ROLO DE LÃ EXTRA CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	39,9000	399,00
294	SACHO CORAÇÃO 242X72MM	UND	SCHNEIDER	2,000	99,0000	198,00
295	SACHO CORAÇÃO 267X98MM	UND	SCHNEIDER	2,000	99,0000	198,00
296	SELADOR ACRILICO 18 LTS	UN	ANJO	8,000	77,0000	616,00
297	SELADOR ACRILICO 3.6 LTS	UND	ANJO	10,000	38,0000	380,00
309	SUPORTE P/ LAMPADA PORCELANA	UND	THOMPSON	50,000	4,8000	240,00
312	TAMPO MODULO CEGO P/ MONTAR BRANCO	UND	WEG	30,000	4,0000	120,00
313	TAPA FURRO 340 GR	UND	MAXTRON	20,000	31,0000	620,00
314	TE DE LUZ 2P+T 10A	UND	FORLUZ	10,000	8,0000	80,00
334	TINTA ESMALTE SINTETICO 0.9 LTS - CORES SORTIDAS	GL	TINSUL	10,000	19,9000	199,00
335	TINTA ESMALTE SINTETICO 3.6 LTS - CORES SORTIDOS	GL	TINSUL	20,000	62,5000	1.250,00
345	TRENA 20 METROS	UND	RINO	2,000	40,0000	80,00
346	TRENA 5 METROS	UND	SPARTA	3,000	14,0000	42,00
348	TRINCHA CERDA BRANCA 2"	UND	ROMA	5,000	6,0000	30,00
350	TUBO P/ ESGOTO 40MMX6M	BR	PLASTUBOS	10,000	20,0000	200,00
352		BR	PLASTUBOS	2,000	120,0000	240,00
353		BR	PLASTUBOS	7,000	31,0000	217,00
356	Tubo PVC soldavel 25 mm x 6m	BR	PLASTUBOS	10,000	13,0000	130,00
363	VASO SANITARIO COMPLETO	UND	DECA	5,000	265,0000	1.325,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 9/13
Processo Nº.: 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 10/13
Processo Nº.: 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 11/13
Processo Nº.: 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 12/13
Processo Nº.: 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 13/13
Processo Nº.: 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 11 de Novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	CNPJ: 22.686.907/0001-99	_____
MATERIAIS DE CONSTRUCAO ZANARDI LTDA	CNPJ: 05.514.028/0001-60	_____
QUIMICA SOL EIRELI EPP	CNPJ: 06.943.501/0001-98	_____
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	CNPJ: 72.301.401/0001-92	_____

Passos Maia

PREFEITURA

RREO- ANEXO 1- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224457

RRREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.920.000,00	20.920.000,00	3.411.349,28	16,31	16.992.538,54	3.927.461,46	
RECEITAS CORRENTES	20.890.000,00	20.890.000,00	3.355.215,96	16,06	16.550.500,24	4.339.499,76	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	903.655,00	903.655,00	91.209,41	10,09	752.395,32	151.259,68	
IMPOSTOS	796.530,00	796.530,00	67.574,86	8,48	623.345,26	173.184,74	
TAXAS	92.950,00	92.950,00	23.634,55	25,43	129.050,06	-36.100,06	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	14.175,00	14.175,00	0,00	0,00	0,00	14.175,00	
CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	22.555,51	22,56	67.770,08	32.229,92	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100.000,00	100.000,00	22.555,51	22,56	67.770,08	32.229,92	
RECEITA PATRIMONIAL	594.050,00	594.050,00	49.627,62	8,35	247.309,34	346.740,66	
VALORES MOBILIÁRIOS	594.050,00	594.050,00	49.627,62	8,35	247.309,34	346.740,66	
RECEITA AGROPECUÁRIA	31.575,00	31.575,00	41.861,50	132,58	81.910,00	-50.335,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	43.675,00	43.675,00	7,44	0,02	55,85	43.619,15	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	41.575,00	41.575,00	0,00	0,00	0,00	41.575,00	
OUTROS SERVIÇOS	2.100,00	2.100,00	7,44	0,35	55,85	2.044,15	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.048.500,00	19.048.500,00	3.001.753,26	15,76	15.025.188,30	4.023.311,70	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.097.400,00	9.097.400,00	1.324.708,33	14,56	6.795.094,78	2.332.305,22	
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	7.011.100,00	7.011.100,00	1.217.462,50	17,36	5.966.933,97	1.044.166,03	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.940.000,00	2.940.000,00	459.582,43	15,63	2.293.159,55	646.840,45	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.545,00	168.545,00	148.201,22	87,93	375.871,35	-207.326,35	
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	26.250,00	26.250,00	5.025,65	19,15	25.208,69	1.041,31	
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	33.600,00	33.600,00	140.775,57	418,97	348.262,66	-314.662,66	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	108.695,00	108.695,00	2.400,00	2,21	2.400,00	106.295,00	
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	56.133,32	187,11	442.038,30	-412.038,30	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	-1.400,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	-1.400,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	56.133,32	187,11	440.638,30	-410.638,30	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	300.305,00	-285.305,00	
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	15.000,00	56.133,32	374,22	140.333,30	-125.333,30	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.920.000,00	20.920.000,00	3.411.349,28	16,31	16.992.538,54	3.927.461,46	

Continua 1/3

Continua 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	6.946.311,69	3.609.693,18	17.072.996,79	7.730.405,88	16.347.824,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	6.946.311,69	3.609.693,18	17.072.996,79	7.730.405,88	16.347.824,84
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	644.713,70
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	—	3.609.693,18	17.072.996,79	—	16.992.538,54
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 28.872,33

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 10- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224475

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7

GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)						R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		4.200,00	1.430,00			2.770,00
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00	1.400,00			-1.400,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00			0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		4.200,00	30,00			4.170,00
DESPESAS						
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Investimentos	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
						4.200,00
						4.200,00
						4.200,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (fb - (lff + lfg)			SALDO ATUAL (k) = (lli + llii)
Valor(III)		0,00	1.430,00			1.430,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7	GEICAZANCHET CONTROLE INTERNO
--	--	----------------------------------

RREO- ANEXO 12- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224498

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	796.530,00	796.530,00	623.345,26		78,26	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	94.500,00	94.500,00	95.558,95		101,12	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	52.500,00	52.500,00	39.737,04		75,69	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	315.000,00	315.000,00	259.029,12		82,23	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	202.325,84		64,23	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.410,00	4.410,00	9.625,60		218,27	
Dívida Ativa dos Impostos	10.710,00	10.710,00	11.168,53		104,28	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.410,00	4.410,00	5.900,18		133,79	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.689.500,00	16.689.500,00	13.575.721,47		81,34	
Cota-Parte FPM	8.463.000,00	8.463.000,00	6.320.985,23		74,69	
Cota-Parte ITR	180.000,00	180.000,00	165.395,37		91,89	
Cota-Parte IPVA	315.000,00	315.000,00	331.419,72		105,21	
Cota-Parte ICMS	7.560.000,00	7.560.000,00	6.672.176,23		88,26	
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	85.744,92		61,25	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.500,00	31.500,00	0,00		0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.500,00	31.500,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	17.486.030,00	17.486.030,00	14.199.066,73		81,20	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	253.950,00	253.950,00	191.788,19		75,52	
Provenientes da União	12.600,00	12.600,00	9.701,97		77,00	
Provenientes dos Estados	241.350,00	241.350,00	182.086,22		75,44	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.300,00	7.300,00	470,83		6,45	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	261.250,00	261.250,00	192.259,02		73,59	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS LIQUIDADAS		
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	5.304.429,50	6.002.965,41	4.745.242,69	79,05	4.549.173,71	75,78
Pessoal e Encargos Sociais	3.148.325,00	3.218.325,00	2.427.710,94	75,43	2.427.710,94	75,43
Outras Despesas Correntes	2.156.104,50	2.784.640,41	2.317.531,75	83,23	2.121.462,77	76,18
DESPESAS DE CAPITAL	215.000,00	228.468,93	85.521,80	37,43	84.199,80	36,85
Investimentos	215.000,00	228.468,93	85.521,80	37,43	84.199,80	36,85

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	215.000,00	228.468,93	85.521,80	37,43	84.199,80	36,85
Investimentos	215.000,00	228.468,93	85.521,80	37,43	84.199,80	36,85
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.519.429,50	6.231.434,34	4.830.764,49	77,52	4.533.373,51	74,35
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.514.700,00	1.514.700,00	1.351.913,42	27,99	1.306.242,07	28,19
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.514.700,00	1.514.700,00	1.351.913,42	27,99	1.306.242,07	28,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.000,00	2.000,00	329.768,54	6,83	317.559,65	6,85
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.516.700,00	1.516.700,00	1.681.681,96	34,81	1.623.801,72	35,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.002.729,50	4.714.734,34	3.149.082,53	65,19	3.009.571,79	64,95
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						21,20
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIB)/100]⁶						879.711,78

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
				0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)				0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
				-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica Alimentação e Nutrição Outras Subfunções				5.306.404,50	6.018.409,34	4.634.935,41	95,95	4.450.750,76
				206.025,00	206.025,00	195.829,08	4,05	182.622,75
				7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				5.519.429,50	6.231.434,34	4.830.764,49	100,00	4.633.373,51
								100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb/100)$

Passos Maia, 11/11/2019

LEONAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 13- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224499

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		Até o Bimestre(b)			
		No Bimestre			

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7	GECICA ZANCHET CONTROLE INTERNO
--	--	------------------------------------

RREO- ANEXO 14- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224501

Município de Passos Maia - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			20.920.000,00	
Previsão Atualizada			20.920.000,00	
Receitas Realizadas			16.992.538,54	
Déficit Orçamentário			80.458,25	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.347.681,83	
DESPESAS				
Dotação Inicial			20.920.000,00	
Créditos Adicionais			3.883.402,67	
Dotação Atualizada			24.803.402,67	
Despesas Empenhadas			17.857.090,98	
Despesas Liquidadas			17.072.996,79	
Despesas pagas			16.347.824,84	
Superavit Orçamentário			0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			944,10	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			944,10	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	594.813,35	0,00
Resultado Primário		0,00	359.050,83	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	226.550,00	0,00	226.550,00	0,00
EXECUTIVO	226.550,00	0,00	226.550,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	98.229,31	0,00	98.229,31	0,00
EXECUTIVO	98.229,31	0,00	98.229,31	0,00
TOTAL:	324.779,31	0,00	324.779,31	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.334.138,18	25%	30,52
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.962.996,94	60%	85,38
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		865.237,86	3.136.131,07	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					1.400,00	-1.400,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	4.200,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					3.009.571,79	15,00	21,20
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 2- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224454

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)										
Legislativa	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	100,00	6.946.311,69	17.072.996,79	100,00	7.730.405,88	
Ação Legislativa	1.008.000,00	1.008.000,00	96.995,82	609.719,18	3,41	398.280,82	591.553,21	3,46	416.446,79	
Administração	1.008.000,00	1.008.000,00	96.995,82	609.719,18	3,41	398.280,82	591.553,21	3,46	416.446,79	
Administração Geral	2.017.238,00	2.107.238,00	251.082,76	1.897.304,18	10,62	209.933,82	1.731.270,44	10,14	375.967,56	
Segurança Pública	2.017.238,00	2.107.238,00	251.082,76	1.897.304,18	10,62	209.933,82	1.731.270,44	10,14	375.967,56	
Policimento	65.575,00	65.575,00	1.521,45	9.873,66	0,06	55.701,34	1.521,45	0,06	55.701,34	
Assistência Social	65.575,00	65.575,00	1.521,45	9.873,66	0,06	55.701,34	1.521,45	0,06	55.701,34	
Assistência ao Idoso	1.367.300,00	1.617.300,00	152.588,09	1.166.243,18	6,53	451.056,82	1.131.375,92	6,63	485.924,08	
Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	
Assistência Comunitária	66.000,00	66.000,00	0,00	44.742,16	0,25	21.257,84	37.501,80	0,22	28.498,20	
Saúde	1.288.300,00	1.538.300,00	152.588,09	1.121.501,02	6,28	416.798,98	1.093.874,12	6,41	444.425,88	
Atenção Básica	5.521.429,50	6.233.434,34	925.797,79	4.830.764,49	27,05	1.402.669,85	4.633.373,51	27,14	1.600.080,83	
Alimentação e Nutrição	5.308.404,50	6.020.409,34	881.356,10	4.634.935,41	25,96	1.385.473,93	4.450.750,76	26,07	1.569.658,58	
Abastecimento	206.025,00	206.025,00	44.441,69	195.829,08	1,10	10.195,92	182.622,75	1,07	23.402,25	
Educação	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	
Ensino Fundamental	5.600.657,50	5.961.884,49	967.914,83	4.988.969,28	27,99	962.915,21	4.834.712,61	28,32	1.127.171,88	
Ensino Médio	5.066.857,50	5.383.084,49	904.279,33	4.577.909,83	25,64	805.174,66	4.415.253,16	25,86	967.831,33	
Ensino Superior	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	
Educação Infantil	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	
Educação de Jovens e Adultos	463.300,00	463.300,00	63.635,50	316.059,45	1,77	147.240,55	314.459,45	1,84	148.840,55	
Cultura	64.500,00	109.500,00	0,00	105.000,00	0,59	4.500,00	105.000,00	0,62	4.500,00	
Urbanismo	92.000,00	242.000,00	10.757,01	116.610,28	0,65	125.389,72	102.810,19	0,60	139.189,81	
Infra-Estrutura Urbana	92.000,00	242.000,00	10.757,01	116.610,28	0,65	125.389,72	102.810,19	0,60	139.189,81	
Serviços Urbanos	340.525,00	2.640.525,00	39.087,59	118.056,20	0,66	2.522.468,80	110.978,40	0,65	2.529.546,60	
Habituação	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	
Saneamento	228.525,00	2.528.525,00	39.087,59	118.056,20	0,66	2.410.468,80	110.978,40	0,65	2.417.546,60	
Saneamento Básico Urbano	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	
Gestão Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	
Agricultura	3.000,00	3.000,00	0,00	400,00	0,00	2.600,00	400,00	0,00	2.600,00	
Extensão Rural	3.000,00	3.000,00	0,00	400,00	0,00	2.600,00	400,00	0,00	2.600,00	
Promoção da Produção Agropecuária	1.446.000,00	1.446.000,00	236.692,09	1.282.757,81	7,18	163.242,19	1.211.752,62	7,10	234.247,38	
Indústria	111.000,00	111.000,00	23.245,88	71.388,22	0,40	39.611,78	67.333,22	0,39	43.666,78	
Promoção Industrial	1.335.000,00	1.335.000,00	213.446,21	1.211.369,59	6,78	123.630,41	1.144.419,40	6,70	190.580,60	
	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	
	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Comércio e Serviços	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	6.946.311,69	3.609.693,18	17.072.996,79	7.730.405,88
Turismo	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte Rodoviário	2.531.275,00	2.541.445,84	318.554,34	2.140.635,05	400.810,79	401.530,70	2.082.069,71	459.376,13
Desporto e Lazer	2.531.275,00	2.541.445,84	318.554,34	2.140.635,05	400.810,79	401.530,70	2.082.069,71	459.376,13
Desporto Comunitário	84.500,00	84.500,00	7.164,84	65.996,08	18.503,92	9.424,29	65.996,08	18.503,92
Encargos Especiais	84.500,00	84.500,00	7.164,84	65.996,08	18.503,92	9.424,29	65.996,08	18.503,92
Outros Encargos Especiais	791.500,00	791.500,00	15.519,83	619.761,59	171.738,41	113.172,02	566.830,44	224.669,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	791.500,00	791.500,00	15.519,83	619.761,59	171.738,41	113.172,02	566.830,44	224.669,56
	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.920.000,00	24.803.402,67	3.023.676,44	17.857.090,98	6.946.311,69	3.609.693,18	17.072.996,79	7.730.405,88

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7GEOICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO- ANEXO 3- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224461

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agô/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.099.948,16	2.572.529,99	1.870.521,68	2.023.707,85	1.790.124,66	1.867.716,37	2.076.497,71	1.749.664,88	2.164.705,20	1.792.491,37	1.906.202,42	1.800.983,11	23.875.092,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	126.780,34	130.526,49	53.689,62	58.188,55	39.327,30	142.017,08	144.641,10	70.680,60	360,17	116.817,97	40.288,81	50.820,60	1.006.702,15
IP.T.U.	4.139,88	4.450,27	2.066,49	1.756,12	819,31	11.724,84	76.832,45	6.806,45	3.489,52	3.063,09	2.676,32	866,62	118.692,34
I.S.S.	30.215,60	34.357,68	25.471,06	21.195,77	28.055,99	25.524,54	22.545,09	28.356,80	24.080,69	36.756,14	26.225,72	29.929,37	335.753,45
ITBI	42.826,77	730,00	1.517,96	21.930,42	686,64	600,00	2.241,18	941,91	0,00	3.941,10	6.677,83	1.200,00	83.293,81
I.R.P.F.	27.412,31	71.696,29	0,00	0,00	0,00	88.578,95	20.589,31	29.145,45	0,00	64.032,13	0,00	0,00	301.434,44
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.165,80	19.392,25	24.640,31	13.304,24	9.765,36	15.588,75	22.453,87	5.180,98	8.447,28	6.025,51	4.808,94	18.825,61	170.528,11
Contribuições	0,00	15.756,46	0,00	12.427,87	0,00	12.217,69	0,00	0,00	18.398,73	2.170,48	21.885,41	670,10	83.526,54
Recita Patrimonial	25.468,59	23.396,05	23.622,14	22.537,24	21.873,48	24.662,05	27.604,64	23.750,11	26.753,57	26.878,49	24.431,03	25.186,59	296.175,98
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.468,59	23.396,05	23.622,14	22.537,24	21.873,48	24.662,05	27.604,64	23.750,11	26.753,57	26.878,49	24.431,03	25.186,59	296.175,98
Outros Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.123,50	16.194,50	5.105,00	6.145,00	7.400,50	11.785,50	30.086,00	81.910,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	4,46	9,09	4,46	4,46	4,46	4,46	7,20	7,76	7,76	7,85	4,00	3,44	69,40
Transferências Correntes	1.895.025,26	2.388.816,16	1.787.546,63	1.922.878,88	1.721.841,75	1.677.593,81	1.881.029,18	1.642.205,05	1.935.036,11	1.625.676,08	1.771.022,60	1.742.700,23	22.001.143,74
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.026,06	586.286,84	571.887,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,67
Cota-Parte do ICMS	675.140,24	728.713,50	710.957,19	690.235,60	648.706,63	665.391,96	654.946,70	639.992,27	647.330,85	651.896,45	678.341,96	684.316,50	8.076.030,37
Cota-Parte do IPVA	17.595,13	10.900,60	19.131,93	26.893,49	33.253,76	32.340,71	32.903,51	32.763,08	48.484,58	41.888,88	31.518,98	32.260,80	359.375,45
Cota-Parte do ITR	12.009,53	14.077,27	9.017,30	16.004,70	727,56	276,85	173,11	2.160,34	21.705,82	1.719,81	13.405,07	114.574,81	191.462,17
Outras Transferências Correntes	389.103,08	333.861,27	86.498,58	167.327,02	206.488,39	186.898,96	212.394,93	163.161,57	169.536,58	121.834,91	290.304,62	203.365,74	2.531.365,65
Transferências da LC 61/1999	92.66,23	11.165,50	8.201,97	8.692,27	8.395,17	8.500,98	8.324,07	8.729,57	8.837,14	7.909,33	9.641,66	8.532,76	106.176,65
Transferências da LC 87/1996	2.007,22	2.007,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.014,44
Transferências do FUNDEC	252.931,64	278.925,15	240.887,11	245.107,74	237.793,40	212.167,32	238.250,79	217.591,72	218.445,92	223.333,12	232.928,47	228.653,96	2.825.076,34
Outras Receitas Correntes	12.689,51	14.023,74	5.650,63	7.671,05	7.277,67	6.126,78	7.021,09	8.116,37	17.236,54	13.480,00	116.705,07	31.466,15	402.594,60
DEDUÇÕES (II)	268.597,91	294.564,46	292.032,38	302.088,59	255.471,82	255.698,32	286.078,48	252.290,17	240.382,34	256.101,35	249.437,69	262.531,88	3.205.276,39
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	268.597,91	294.564,46	292.032,38	302.088,59	255.471,82	255.698,32	286.078,48	252.290,17	240.382,34	256.101,35	249.437,69	262.531,88	3.205.276,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.841.350,25	2.277.965,53	1.578.489,30	1.721.619,26	1.534.652,84	1.612.016,05	1.790.419,23	1.497.374,72	1.924.322,86	1.536.390,02	1.736.764,73	1.618.451,23	20.669.816,02

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LUSTON
PREFEITO MUNICIPALFLAMOR ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N.02.309/C-7GEOICAZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 4- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224463

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2018
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	
RECEITAS CORRENTES (I)			944,10	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados				0,00	0,00
Civil	0,00			0,00	0,00
Ativo	0,00			0,00	0,00
Inativo	0,00			0,00	0,00
Pensionista	0,00			0,00	0,00
Militar	0,00			0,00	0,00
Ativo	0,00			0,00	0,00
Inativo	0,00			0,00	0,00
Pensionista	0,00			0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00			0,00	0,00
Civil	0,00			0,00	0,00
Ativo	0,00			0,00	0,00
Inativo	0,00			0,00	0,00
Pensionista	0,00			0,00	0,00
Militar	0,00			0,00	0,00
Ativo	0,00			0,00	0,00
Inativo	0,00			0,00	0,00
Pensionista	0,00			0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00		944,10	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00			0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00			0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		944,10	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00			0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00			0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00			0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00			0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00			0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	2.000,00			0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00			0,00	172.175,48
Amortização de Empréstimos	0,00			0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.000,00			0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.000,00	2.000,00	944,10	0,00	172.175,48
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00		0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	2.000,00	2.000,00	944,10	172.175,48	944,10	172.175,48
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00			0,00
Investimentos e Aplicações			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/C

GEICIA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 5- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224465

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	R\$ 1,00		
	SALDO		
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	332.018,92	113.049,41	57.139,96
DEDUÇÕES (II)	5.119.357,04	5.172.260,93	5.037.430,60
Disponibilidade de Caixa	5.119.357,04	5.169.105,67	5.034.275,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.217.586,35	5.839.010,66	5.759.447,29
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	98.229,31	669.904,99	725.171,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	3.155,26	3.155,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	332.018,92	113.049,41	57.139,96
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-332.018,92	-113.049,41	-57.139,96

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
RESULTADO NOMINAL		
VALOR	55.909,45	274.878,96

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7

GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 6- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224467

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	20.890.000,00	16.550.500,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	903.655,00	752.395,32
I.P.T.U.	105.000,00	110.102,21
I.S.S.	323.400,00	271.180,17
I.T.B.I.	53.130,00	39.737,04
I.R.R.F.	315.000,00	202.325,84
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	107.125,00	129.050,06
Contribuições	100.000,00	67.770,08
Receita Patrimonial	594.050,00	247.309,34
Aplicações Financeiras(II)	594.050,00	247.309,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	19.048.500,00	15.025.188,30
Cota-Parte do FPM	6.909.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	6.048.000,00	5.337.741,89
Cota-Parte do IPVA	252.000,00	265.136,62
Cota-Parte do ITR	144.000,00	132.316,39
Transferências da LC 87/1996	25.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	112.000,00	68.595,94
Transferências do FUNDEB	2.940.000,00	2.293.159,55
Outras Transferências Correntes	2.618.300,00	1.808.421,30
Demais Receitas Correntes	243.795,00	457.837,20
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	243.795,00	457.837,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	20.295.950,00	16.303.190,90
RECEITAS DE CAPITAL (V)	30.000,00	442.038,30
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	1.400,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	1.400,00
Transferências de Capital	30.000,00	440.638,30
Convênios	30.000,00	440.638,30

Continua 1/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Outras Transferências de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	30.000,00					442.038,30
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	20.325.950,00	16.745.229,20				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	20.781.033,74	16.977.531,46	16.207.758,93	15.551.705,98	34.935,55	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.993.432,50	8.610.509,58	8.610.509,58	8.476.833,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	58.500,00	19.582,51	11.546,82	11.546,82	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.729.101,24	8.347.439,37	7.585.702,53	7.063.326,16	34.935,55	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	9.729.101,24	8.347.439,37	7.585.702,53	7.063.326,16	34.935,55	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	20.722.533,74	16.957.948,95	16.196.212,11	15.540.159,16	34.935,55	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.001.368,93	879.559,52	865.237,86	796.118,86	63.293,76	226.550,00	226.550,00
Investimentos	3.666.868,93	595.311,90	590.358,90	521.239,90	63.293,76	226.550,00	226.550,00
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	332.500,00	284.247,62	274.878,96	274.878,96	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.668.868,93	595.311,90	590.358,90	521.239,90	63.293,76	226.550,00	226.550,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	24.412.402,67	17.553.260,85	16.786.571,01	16.061.399,06	98.229,31	226.550,00	226.550,00

359.050,83

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIIb + XXIIIc)]

Continua 2/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
JUROS NOMINAIS		
		Até o Bimestre 2019
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		247.309,34
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		11.546,82
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		594.813,35
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		
		Em 31 Dez 2018(a)
		Até o Bimestre 2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	332.018,92	57.139,96
DEDUÇÕES (XXIX)	5.119.357,04	5.034.275,34
Disponibilidade de Caixa	5.119.357,04	5.034.275,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.217.586,35	5.759.447,29
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	98.229,31	725.171,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-4.787.338,12	-4.977.135,38
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	189.797,26	
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre 2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-626.942,64	
RECETA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	816.739,90	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXXV - XXVI)		
		580.977,38
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.347.681,83
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<u>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</u>	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.347.681,83
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO- ANEXO 7- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224469

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Canalizados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Canalizados (l)	Pagos (j)	Liquidados (h)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	98.229,31	98.229,31	-	-	226.550,00	-	226.550,00	226.550,00
EXECUTIVO	0,00	98.229,31	98.229,31	0,00	0,00	226.550,00	0,00	226.550,00	226.550,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	98.229,31	98.229,31	0,00	0,00	226.550,00	0,00	226.550,00	226.550,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	14.847,50	14.847,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	284,40	284,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMEN	0,00	19.253,65	19.253,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.550,00	0,00	226.550,00	226.550,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBAN	0,00	63.293,76	63.293,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	98.229,31	98.229,31	0,00	0,00	226.550,00	0,00	226.550,00	226.550,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPALFLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR ORÇOSC N. 020.309/O-7GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

RREO- ANEXO 8- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224471

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	796.530,00	796.530,00	623.345,26	78,26
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	105.000,00	105.000,00	110.102,21	104,86
1.1.1- IPTU	94.500,00	94.500,00	95.558,95	101,12
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	10.500,00	10.500,00	14.543,26	138,51
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	53.130,00	53.130,00	39.737,04	74,79
1.2.1- ITBI	52.500,00	52.500,00	39.737,04	75,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	630,00	630,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	323.400,00	323.400,00	271.180,17	83,85
1.3.1- ISS	315.000,00	315.000,00	259.029,12	82,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.400,00	8.400,00	12.151,05	144,66
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	202.325,84	64,23
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.689.500,00	16.689.500,00	13.575.721,47	81,34
2.1- Cota-Parte FPM	8.463.000,00	8.463.000,00	6.320.985,23	74,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.770.000,00	7.770.000,00	6.005.844,50	77,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	378.000,00	378.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	315.000,00	315.000,00	315.140,73	100,04
2.2- Cota-Parte ICMS	7.560.000,00	7.560.000,00	6.672.176,23	88,26
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	85.744,92	61,25
2.5- Cota-Parte ITR	180.000,00	180.000,00	165.395,37	91,89
2.6- Cota-Parte IPVA	315.000,00	315.000,00	331.419,72	105,21
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.486.030,00	17.486.030,00	14.199.066,73	81,20

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	467.250,00	467.250,00	338.752,91	72,50
5.1- Transferências do Salário-Educação	294.000,00	294.000,00	210.736,49	71,68
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	73.500,00	73.500,00	56.448,11	76,80
5.4- Transferências Diretas - PNATE	94.500,00	94.500,00	70.831,60	74,95
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.100,00	2.100,00	736,71	35,08
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	306.000,00	306.000,00	451.083,28	147,41
6.1- Transferências de Convênios	306.000,00	306.000,00	451.083,28	147,41
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.825,00	6.825,00	992,55	14,54
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	780.075,00	780.075,00	790.828,74	101,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.199.300,00	3.199.300,00	2.652.114,02	82,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.554.000,00	1.554.000,00	1.201.168,62	77,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.512.000,00	1.512.000,00	1.334.434,34	88,26
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	17.148,98	61,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	36.000,00	36.000,00	33.078,98	91,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	63.000,00	63.000,00	66.283,10	105,21
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.950.500,00	2.950.500,00	2.299.171,08	77,92
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.940.000,00	2.940.000,00	2.293.159,55	78,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.500,00	10.500,00	6.011,53	57,25
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-259.300,00	-259.300,00	-358.954,47	138,43

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.358.300,00	2.358.300,00	1.962.996,94	83,24	1.962.996,94	83,24
13.1- Com Educação Infantil	388.300,00	388.300,00	280.886,16	72,34	280.886,16	72,34
13.2- Com Ensino Fundamental	1.970.000,00	1.970.000,00	1.682.110,78	85,39	1.682.110,78	85,39
14- OUTRAS DESPESAS	592.200,00	682.424,20	507.756,88	74,40	507.756,88	74,40
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	592.200,00	682.424,20	507.756,88	74,40	507.756,88	74,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.950.500,00	3.040.724,20	2.470.753,82	81,26	2.470.753,82	81,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.470.753,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						85,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						22,08
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-7,46
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	462.300,00	462.300,00	316.059,45	68,37	314.459,45	68,02
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.362.807,50	4.442.064,70	3.795.413,29	85,44	3.660.724,26	82,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.562.200,00	2.652.424,20	2.189.867,66	82,56	2.189.867,66	82,56
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.800.607,50	1.789.640,50	1.605.545,63	89,71	1.470.856,60	82,19
24- ENSINO MÉDIO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	64.500,00	64.500,00	60.000,00	93,02	60.000,00	93,02
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.895.607,50	4.974.864,70	4.171.472,74	83,85	4.035.183,71	81,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-358.954,47
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-358.954,47
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						4.334.138,18
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						30,52
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	296.100,00	296.100,00	185.186,07	62,54	171.219,83	57,83
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	482.975,00	764.944,79	716.006,30	93,60	696.282,93	91,02
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	779.075,00	1.061.044,79	901.192,37	84,93	867.502,76	81,76
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	5.674.682,50	6.035.909,49	5.072.665,11	84,04	4.902.686,47	81,23
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.293.159,55	210.736,49
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.011,53	736,71
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.299.171,08	211.473,20
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.299.171,08	211.473,20

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7

GECICA ZANCHET
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO- ANEXO 9- 5 BIMESTRE

Publicação Nº 2224472

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.001.368,93	879.559,52	3.121.809,41
Investimentos	3.666.868,93	595.311,90	3.071.557,03
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	2.000,00
Amortização de Dívida	332.500,00	284.247,62	48.252,38
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.001.368,93	879.559,52	3.121.809,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	4.001.368,93	879.559,52	3.121.809,41

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC N. 020.309/O-7	GECICA ZANCHET CONTROLE INTERNO
--	--	------------------------------------

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 021/2019**

Publicação Nº 2224543

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 021/2019

“DISPÕE SOBRE E NOMEIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SUPERVISOR DO SISTEMA DE GESTÃO DE TRILHAS DE AUDITORIA – SGTA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 27, inciso III e Art. 31-A, inciso VII, ambos da Lei Orgânica Municipal e c/c do Regimento Interno desta Casa Legislativa:

Considerando, uma das ferramentas utilizadas para alcançar esses objetivos é o desenvolvimento de trilhas de auditoria, que consistem em hipóteses predefinidas, traduzidas em estudos e cruzamentos de informações constantes em diferentes bases de dados, em busca de inconsistências cadastrais e/ou de outras situações que se revelem incompatíveis com o ordenamento legal;

Considerando, nesse contexto, o SISTEMA DE GESTÃO DE TRILHAS DE AUDITORIA – SGTA e/ou as auditorias realizadas por meio de cruzamento de bases de dados, apresentam-se como uma ferramenta destinada a submeter as situações aos controladores internos dos jurisdicionados para serem avaliadas, justificadas e, se for o caso, serem adotadas as medidas corretivas. Com isso, espera-se que o processo de fiscalização se torne mais efetivo, célere e econômico;

Considerando, que o Supervisor responsável por supervisionar o trabalho dos analistas de seu órgão/unidade, intervir caso seja necessário para garantir o cumprimento dos prazos definidos em norma para análise das inconsistências. Também pode justificar inconsistências e/ou analisar justificativas e propor medidas corretivas;

Considerando, que o Supervisor é o controlador interno responsável por garantir o correto andamento das respostas aos registros de todas as Unidades Gestoras sob sua responsabilidade, garantindo o cumprimento dos prazos definidos para análise e apresentação de justificativas e/ou medidas corretivas. O supervisor poderá justificar as inconsistências ou distribuir aos representantes das unidades (titular da Pasta ou aos servidores indicados) as ocorrências registradas do SGTA para a apresentação de justificativa. O supervisor também pode cadastrar o perfil de Analista no SGTA.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 08 de novembro de 2019, o Servidor Público Municipal Sr. ALVANIR ANTONIO TIRELLI, para exercer a função de SUPERVISOR do SISTEMA DE GESTÃO DE TRILHAS DE AUDITORIA – SGTA, da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passos Maia/SC, junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, que tem como missão “Controlar e contribuir para o aprimoramento da gestão de recursos públicos em benefício da sociedade catarinense”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Passos Maia/SC, 08 de novembro de 2019.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA
Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 34/2019 - PL 63/2019 – IL Nº 02/2019**

Publicação Nº 2224724

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato Nº 34/2019 - PL 63/2019 – IL Nº 02/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: CENTRO DE IMAGEM SUL LTDA

CNPJ: 23.218.608/0001-82

Valor: Conforme Anexo I do Termo de Referência do edital.(tabela SUS)

Objeto: O CREDENCIADO compromete-se a executar os exames de Ultrassonografia e Mamografia, conforme especificações constantes do Edital de Credenciamento nº 05/2019. Parágrafo único: Fazem parte integrante deste termo de Contrato como se nele estivessem transcritos o edital de Credenciamento 05/2019, a proposta da credenciada e os documentos constantes no Credenciamento 05/2019, PL nº 63/2019 – IL nº 02/2019. Data da assinatura: 06/11/2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 35/2019 - PL 64/2019 – IL Nº 03/2019

Publicação Nº 2224725

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato Nº 35/2019 - PL 64/2019 – IL Nº 03/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: TL PORTO CENTRO MÉDICO LTDA

CNPJ: 26.393.262/0001-57

Valor: Conforme Anexo I do Termo de Referência do edital.(tabela SUS)

Objeto: O CREDENCIADO compromete-se a executar os exames de Ultrassonografia e Mamografia, conforme especificações constantes do Edital de Credenciamento nº 05/2019. Parágrafo único: Fazem parte integrante deste termo de Credenciamento como se nele estivessem transcritos o edital de Credenciamento 05/2019, a proposta da credenciada e os documentos constantes no Credenciamento 05/2019, PL nº 64/2019 – IL nº 03/2019. Data da assinatura: 06/11/2019.

Penha

PREFEITURA

2º ADITIVO 049/2019 - FMEDUC

Publicação Nº 2225265

2º TERMO ADITIVO Nº 049/2019-FMEDUC
AO CONTRATO Nº 157/2017-PMP

Licitação: Processo nº. 087/2017-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 011/2017-PMP

Objeto: Locação de imóvel localizado à Rua Maria Joaquina Bento, nº 65, Bairro Centro, neste Município, com área construída de aproximadamente 135m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.075.0234.001, Matrícula do imóvel nº 28.438, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação Infantil "Terezinha Marlene Correa", pelo período de 12 (doze) meses, atendendo solicitação nº 1191/2017 da Secretaria de Educação e Cultura.

Os signatários deste instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 130/2018-PMP ao Contrato Administrativo nº. 157/2017-PMP, de um lado ADRIANA WILBERT, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 034.669.059-58, RG nº 4.536.217, residente e domiciliada na Rua Carlos Samuel Vailatti, nº 133, CEP 88.385-000, Tel: 47 99928-6209 Município de Penha/SC, Estado de Santa Catarina, denominado LOCADOR, e de outro lado, Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.941.099-71, residente e domiciliada à Rua Arlecio de Souza Flor, 138, AP 202 – Res Salvador Dali, Centro de Itajaí/SC, denominado LOCATÁRIO, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aditar o Contrato Principal nº 157/2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O primeiro nomeado, aqui chamado LOCADOR, loca ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO um imóvel localizado à Rua Maria Joaquina Bento, nº 65, Bairro Centro, neste Município, com área construída de aproximadamente 135m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.075.0234.001, Matrícula do imóvel nº 28.438, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação Infantil "Terezinha Marlene Correa".

CLAUSULA SEGUNDA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 30 de outubro de 2019 com término em 29 de outubro de 2020. Parágrafo Primeiro: As partes poderão convencionar, através de Termo aditivo, a prorrogação do prazo da locação, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias do término do prazo de locação.

CLAUSULA TERCEIRA

O valor da locação total para o período da contratação será de R\$ 16.777,80 (Dezesseis Mil e Setecentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta Centavos), sendo o valor mensal de R\$ 1.398,15 (Um Mil e Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quinze Centavos), valores estes que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencido.

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Penha/SC, 30 de outubro de 2019.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA
Gestora do Fundo Municipal da Educação
LOCATÁRIO

ADRIANA WILBERT
LOCADOR

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

ADITIVO DE SUPRESSÃO 043/2019 FMEDUC

Publicação Nº 2225155

1º TERMO ADITIVO Nº 043/2019-FMEDUC
AO CONTRATO Nº 016/2019- FMEDUC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 005/2019 – FMEDUC, modalidade Tomada de Preços nº001/2019 – FMEDUC.

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de reforma da EBM João Batista da Cruz, conforme solicitação nº 3/2019 do Fundo Municipal de Educação.

CONTRATADA: J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 016/2019-FMEDUC, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.941.099-71, residente e domiciliada à Rua Arlecio de Souza Flor, 138, AP 202 – Res. Salvador Dali, Centro de Itajaí/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME, com sede na cidade de Blumenau, Rua Phillipp Bauler, nº 2021, SI 01, Bairro Testo Salto, CEP 89.074-300, telefone: 47 99196-7686, inscrita no CNPJ sob o nº 22.122.609/0001-76, Dados Bancários: Banco Santander, Agencia 3059, C/C: 13080991-8 neste ato representada pelo Sr. Jean Carlos da Silva, inscrito no CPF nº 043.636.819-69, Cargo Procurador, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obras de infraestrutura e resolvem na melhor forma de direito, com amparo legal no artigo 65, Inciso I, § 1º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, atendendo solicitação e justificativa do Departamento de Engenharia do Fundo Municipal da Educação e conforme Parecer Jurídico nº 163/2019-PGM, aditar o Contrato Principal nº016/2019 FMEDUC, vinculado ao Processo de Licitação nº 005/2019 FMEDUC, Tomada de Preços nº. 001/2019 PMP, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

Cláusula Primeira

O presente Termo Aditivo tem por objeto a Supressão de itens que acarretam uma diminuição do valor contratado e o Acréscimo Quantitativo de outros, conforme planilha, que consta a necessidade da Supressão do montante de R\$ 1.000,00 (Mil Reais) e o Acréscimo Quantitativo de R\$ 42.769,44 perfazendo o valor total de R\$ 440.763,95 (Quatrocentos e Quarenta Mil, Setecentos e Sessenta e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos), conforme Planilhas de Acréscimo e Supressão, encaminhados pelo Departamento de Engenharia do Fundo Municipal da Educação via 1DOC, com Memorando nº 5.445/2019 e conforme Parecer Jurídico nº 163/2019-PGM, documentos anexos a este Termo.

Cláusula Segunda

O presente contrato terá um acréscimo no prazo para execução do objeto de 60 (Sessenta) dias a contar da assinatura deste Termo Aditivo.

Cláusula Terceira

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Projeto: 2.117 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: 4.490.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (17)

Cláusula Quarta

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 23 de Setembro de 2019.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA
Gestora do Fundo Municipal da Educação
CONTRATANTE

J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPR.DE MÃO DE OBRA EIRELI ME
Jean Carlos da Silva
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno

Portaria nº 739/2019

ATA 089/2019 PMP

Publicação Nº 2224848

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2019 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE LAJOTAS RETANGULARES.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP, estabelecida à Rodovia Ingo Hering, nº 5.311, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.567.076/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº 721.627.759-72, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 045/2019-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de Lajota Retangular 25x15x08 cm, para ser utilizada em reparos de pavimentação, confecção de bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visitas e confecção de pavimentação, conforme solicitação nº 1381/2019, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
1	LAJOTA EM CONCRETO	LAJOTA RETANGULAR 25X15X08CM – em concreto com fck não inferior a 35 Mpa, conforme NBR 9781.	M²	20.000	R\$ 36,00	R\$ 720.000,00
TOTAL						R\$ 720.000,00

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência com certificação pela Rede Brasileira de Calibração, do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência, deverá atender a NORMA-ABNT-NBR-9781, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou

realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 07 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP

Gian Carlos Alves

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle interno

Portaria nº 739/2019

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR 5º -

Publicação Nº 2224847

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PENHA/SC

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para apresentação dos documentos no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 19/11/2019, das 12:00 às 17:30 horas.

Cargo: CONSELHEIRO (a) TUTELAR (SUPLENTE)
COLOCAÇÃO NOME
05º. SIMONI VALERIA ROMÃO MARKOSKI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

Penha/SC, 12 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

EDITAL N.º 05/2019 LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 2225794

EDITAL N.º 05/2019 LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO
Daniéle Bento	01
Mariane Celist	03
Katynne Ângela Ulmann	05
Elizabete Aguiar Negherbon	06
Jair Motta	07
Leonardo Costa Albuquerque	08
Maria Rosilda Neves da Silva Belleti	09
Karina Sandra Tomaz	10
Jaqueline Afonso Mello	11
Larice Godinho dos Santos	12
Elisandra Aparecida de Ramos	13
Neide Laura de Oliveira	16
Juliana Suzena da Silva	17
Ana Júlia Andrietti da Silva	18
Andréa do Prado	19
Dilandre de Fátima Lançana	20
Michelly Pacheco dos Reis	21
Tiago Pacheco Curtz	22
Abinadab Martins	23
Joelson Santos de Souza	24
Lucirléia Alves da Silva	26
Débora Costa Barreto	27
Tatiane Tomaz Tomas	28
Kell Eline Emidio Corrêa Souza	29
Terezinha Aparecida da Luz Nascimento	30
Leci de Fátima da Silva Fragozo	31
Keila Karine Paulina	32
Edésio de Araujo	33
Milene dos Santos Carvalho	34
Katiane Virginia Militão	35
Bibiana Fucks	36
Rosana Cristina Alves	37
Francielle Mota Machado Fortes	38
Carça Rocha Santos de Oliveira	39
Carla Maria Querobim Millani	41
Izanete Miranda Freitas Evangelista	42
Jucelia Pacifico de Santana	43
Bruna Caroline Basso	44
Vanderleia de Borba	45
Itacir de Mattos	46
Lindanir Maria Pereira	47
Amadeu da Luz Neto	48
Jhonnathan Araujo Fernandes	50
Guilherme André Bona de Souza	51
Ester da Silva Rita	52

Lêda Adriana Freitas Carneiro	53
Ana Claudia Costa Moura	55
Cristina Maria Hauser Mafra	56
Jerusa Mansini	57
Gabriel Mateus Bento Miguel	58
Edite Terezinha Venancio	58
Sueli Aparecida Rosa	59
Angelita Milani	60
Celia da Silva	61
Luisa Helena Anacleto Giancoli	62
Nelsi Geneci Gluce	63
Aldair José Juttel	64
Osana Lima da Silva dos Santos	65
Liliane Celestino	66
Rosiane Santos de Oliveira Gomes	67
Mariana Schumiler de Souza	68
Nayana Nayuska Grazielle Dutra de Souza	69
Bruna Carolina Silva Moura	70
Robson Luiz Godoy	71
Zair Irineu Camilo	72
Franciele Cristina Rosa da Silva	73
Giliane Arrazao	74
Janaina de Fatima Campagnolo Santana	75
Rozilene Maria Santos	76
Henrique Balduino de Oliveira	77
Natiele dos Santos Machado	78
Alessandro Mendes	79
Marcio Manoel Tavares	80
Antonio Carlos Figueira da Silva	81
Luana Crescencio	82
Pamela Maria de Souza Loureiro	83
Andriele Tamiris Wilbert	84
Deise Arruda	85
Geroge Nolasco de Souza	86
Carolina Medeiros do Nascimento	87
Juliana Aparecida Cordeiro de Lima	88
Michelle Sandini	89
Audrey Torma Cabral	91
Rosane Cristine Lutz Winter	92
Berenice de Souza Leal	93
Aide de Oliveira	94
Simone Souza Gaya	95
Cibelle Karolina Torres Coutinho	96
Selma Natália Ferreira Henkel	97
Vera Lúcia Castanhera	98
Ryan Renilson Teodorovitz Sais	99
Dagoberto Felipe da Silva Serpa	100
Cristiane Méri Felício	101
Neldi Aristides dos Santos Junior	102
Ana Paula Militão	103
Samily Milene Militão	104
Mariana Cristina Bento Vitorino	106
Viviane de Borba da Silva	107
Naiane Alves da Silva Siqueira	108
Paula Maria da Silva	109
Luciana Suzena da Silva	110
Iolinda Schmitt Bonato	111
Monique Amandio Conceição	112
Rodrigo Orival de Oliveira	113
Josiane Leite da Cruz	114
Vivian Shimeler Cordova de Souza	115
Marli Ribeiro	116
Sandra Regina Gorgisk de Souza	117
Fabrcia Lindanir Sagás Leandro	118

Aline Baungartner	119
Verônica de Oliveira Paris	121
Marlise Wentz de Freitas	122
Diego da Silva Barreto	124
Antônio Carlos Alves Junior	125
Diana Maria Benkel	126
Tatiana Lopes Gabriel	127
Rosangela Aparecida Terra Mota	128
Marilete Nicolau Xavier	129
Miguel Chagas Prestes	130
Katia Maria Brinning da Silva	131
Micheli Aparecida de Lima	132
Maria Seleta Mendes de Souza	133
Robinson Luís Vinharski	134
Nívia Elisabete Vitorino Bento	135
Emiliana Valadares de Lima Deserto	136
Arlete Maria Rodrigues	137
Leda Maria Silva	138
Ionete de Liz e Silva Cavalcante	139
Tatiana Ricardo	140
Carla Lucélia de Mello Figueiredo	141
Lourival Rodrigo dos Santos	142
Ana Paula Cavallari de Oliveira Salles	143
Mariana Caroline Pinheiro	144
Isabelli Erotides de Souza Correa	145
Gerson Luiz Pereira da Silva	146
Diana dos Santos Carolina	147
Shirléia Marisa dos Santos de Freitas	148
Anny Caroline Batista	149
Silvana Aline da Silva	150
Jaqueline Aparecida Thiesen	151
Helena Baldoso Pereira Fernandes	152
Eva Ladir Duarte	153
Maria de Fátima Nicolau	154
Rosangela Jacinto da Cunha	155
Débora Cabral Ramos Vieira	156
Aline Cristine Homem Carvalho	157
Carla Marina Noval	158
Michele Meyer Reichert	159
Mariani Marcelino	160
Josiane Martins dos Santos	161
Chirlene Maria Tomaz	162
Josimere Aparecida Anacleto	163
Sonia Ranguet Luz	164
Sandy Evers	165
Marisa Correia Conceição	166
Jean Carlos Nilsen	167
Ingraca Maria da Costa	168
Leticia Aparecida Candido	169
Margarete Correa Maximiliano	170
Rita de Cássia Tabalipa de Oliveira	171
Adriana Pontioli	172
Lucas Deomar Celista	173
Tamara Lange Tavares	174
Clarice Biscola Coelho	175
Valdimir Bruno Coelho	176
Stephany Lais Vieira Bejar	177
Rodrigo dos Santos Silva	178
Carla Janaina Inacio	179
Bianca Mendes dos Santos	180
Camila Pereira	181
Claudineia Julia Ferreira Floriano	182
Laiani Dutra Serêjo	183
Odair dos Santos	185

Carla Rejane Santos Silva	186
Juliana de Paula Neves	187
Maria das Graças Holanda Maia	188
Silvana Maria Marinho Neves	189
Ana Tereza Ferreira	190
Elisangela Patrícia da Silva Ranguet	191
Simone Schroeder Garcia	192
Solange Mari Ferreira Teixeira	193
Larissa Corrêa Costa	193 – A
Emili Medeiros	194
Jhonatan Giovann Thibes de Paula	195
Ivonei Dalamaria	196
Lucimar Maria Luciano	197
Lucidalva Freitas Gonçalves	198
João Vitor Cardoso Martello	199
Fabiano Wesley de Oliveira Gallo	200
Juciane da Silva Evaristo	201
Mileny Romais	202
Luana Laborda Gemaque Cavichioli	203
Fabiana Alves Teixeira	204
Daniele Lemos	205
Valdineia Moreira da Silva	206
Clarice Rinco de Almeida	207
Solange Ferreira da Silva	208
Renato Zanotto	209
Vitor Bernardo Correa	210
Elisabete Carvalho	211
Eunidio Luis Rannov	212
Débora Rodrigues	213
Alessandra Batista Silveira	214
Gabriela Rolim Feksa	216
Eliane Santos Nunes	217
Sandra Hanck	218
Dilmara Jaques	220
Nilton Cesar da Cruz	221
Raquel Damásio	222
Roseli Ivane Lofhagen	223
Maiara Pereira da Silva	224
Alessandra Tavares	225
Patrícia Peres Gonçalves	226
Rosane Ceni Rannov	227
Osnildo João Domiciano	228
Quéren Hapuque Luiza Cardoso	230
Samara Formaggi	232
Luziene Gomes Marcelino	233
Ideusa Soares Cardoso	234
Elineia Almerinda Francisco	235
Herculano Pinto	236
Vera Lucia Moraes	237
Ordilei Lourival de Souza	238
Vânia Maria Soares	239
Gabriela Carolina de Souza	240
Henrique Gonçalves	241
Douglas de Castro Ribeiro	242
Caroline Martins Rosa	243
Ana Caroline Souza Martins	244
Neusilene Dolores André	245
Maria Alice Zimmermman	246
Regiane Gonçalves da Luz	248
Maria Estela Feitosa Guerra	249
Rogério Jaques	252
Ana Paula Rautt	253
Roseli de Fátima Pereira Fraga	254
Ana Lúcia Camilo Tomaz	255

Caroline Leite de Oliveira Nunes	256
Gabriela Mariane de Mattos Guari	257
Luis Fernando Ramos da Silva	258
Renato Tavares	259
Vanderléia Rosa de Souza Casagrande	260
Janete Bento	261
Osmarina Catarina Moser	262
Lauro Rodrigues da Silva Filho	263
Madalena Aparecida Deolindo Mendes	264
Maria Isaura Santos Coutinho Barreto	265
Nisandra Carla Koball	266
Isaias Iraja Radke	267
Schelly Angel Koth	268
Emylly Ewyllyn Correa de Souza	269
Marina Silva Cravo	270
Sonia Maria dos Santos	271
Débora Coelho	272
Alessandra Bobinski Monteiro	273
Adelson Santos de Oliveira	274
Thayná Silvério dos Santos	275
Sabrina Moreira	276
Adilson Goes dos Santos	278
Darlaine Monteiro Pereira	279
Juliana da Silva de Miranda	280
Ariane Irene de Santana	281
Magna Cabral Couto da Silva	283
Ramon Pereira Farfan	283-A
Camila Cipriano de Borba	284
Rosane Mara da Luz Baldaia	285
Daiane Aparecida Soares dos Santos	286
Jeane dos Santos	287
Brenda Machado	288
Bruna Lima Sales	289
Poliana Lemos dos Santos	290
Jaqueline dos Santos	291
Cleusa Cardoso	293
Lilian Costa dos Santos	294
Gabriel Pelissari Constante	295
Mário Mandel Ramos	296
Marilli Cunha	297
Gisele Silvino Duarte Tavares	298
Ana Isabel de Souza	299
Oélison Aparecido Tavares	300
José Carlos da Silva	301
Francisco Barbosa de Queiroz Junior	301
Aline dos Santos	302
Mari Isabel dos Passos da Rosa	303
Wilson Mendes	304
Joseli Cardoso	305
Maria Dileta Rubin	306
Talyta Agostinho Bento	307
Jania Regina dos Santos	308
Naiana Rossiléia Gomes Moreira	309
Monica Helen Baracy Gauto Burgonovo	310
Julimara Rodrigues Farias	311
Saete Maria da Silva	312
Roberto Silva Dable	313
Fabício dos Santos	314
Iraci da Conceição	315
Ana Julia Marques Bonfanti	316
Marly Ribeiro dos Santos	317
Norberta Maria da Silva Alves	318
Zenildo Schmeider	319
Fabiana Cristina de Oliveira Marçal	320

Eric Pereira	321
Anderson Matheus Venera Eleutério	322
Alexsandro Ferreira	323
Silvana Samersla	324
Vera Lucia de Oliveira	325
Thais Lima Sales	326
Leuza Correa Costa	327
Jean Carlos Ferreira	328
Silvana dos Santos	329
Silvana Bernardo da Silva da Costa	330
Paulo Fernando Rosseto	331
Sandro José da Maia	332
Wanderléia Joaquina de Souza Araujo	333
Joice Oliveira Silva	334
Josiane da Cruz Thomazi	335
Simone Pereira Vieira Callado	336
Alexander Almeida da Silva Junior	337
Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki	338
Letícia Correa Costa	339
Fabriele Luzia Bento	340
Zildete Maria de Freitas dos Santos	341
Adriana Bernardino	342
Rodrigo Luiz Carlos	343
Daiane Carolina de Souza	344
Luiza Bernardina de Almeida	345
Beatriz das Neves Fortunato	346
Ana Paula Mendonça Borges	347
Amine de Oliveira Ventura	348
Willian Cesar dos Santos Junior	349

Penha, 12 de novembro de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1987/2019

Publicação Nº 2224849

PORTARIA N.º 1987/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 129/2018 FMS, onde era contratado o Sr. NESTOR FILIPE DA LUZ, da função de Cirurgião Dentista - ESF, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1343/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

PORTARIA Nº 1988/2019

Publicação Nº 2224850

PORTARIA N.º 1988/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. DANIELY COSTA LINDOZO, até 09/03/2020, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 717/2019 ao Contrato nº 199/2018 PMP, conforme requerida a estabilidade provisória.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1989/2019

Publicação Nº 2224851

PORTARIA N.º 1989/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR membros para compor a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRAS realizada pelo Governo Municipal, sendo os servidores:

- ORLI CARLOS FERREIRA JÚNIOR – Secretário Adjunto de Serviços Urbanos;
- EDIMARA TAMBANI – Secretário Adjunto de Educação;
- ALCEMAR DE SOUZA – Diretor de Engenharia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1990/2019

Publicação Nº 2224852

PORTARIA N.º 1990/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 202/2018 PMP, onde era contratada a Sra. VITORIA SPENCER DO NASCIMENTO FERNANDES, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 408/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1991/2019

Publicação Nº 2224853

PORTARIA N.º 1991/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. VITORIA SPENCER DO NASCIMENTO FERNANDES, para exercer a função de Estagiária, no período de 11/11/2019 a 10/11/2020, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 40/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1992/2019

Publicação Nº 2224854

PORTARIA N.º 1992/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 02/2019, onde era contratado o Sr. BRUNO GUSTAVO STORINO FIORIANI, na função de Estagiário, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 951/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1993/2019

Publicação Nº 2224856

PORTARIA N.º 1993/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 106/2018 PMP, onde era contratada a Sra. VIVIANE SCHAEFER, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 266/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1994/2019

Publicação Nº 2224857

PORTARIA N.º 1994/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. LUIGGI CRISTIAN FRANCISCO, para exercer a função de Estagiário, no período de 11/11/2019 a 10/11/2020, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 39/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1995/2019

Publicação Nº 2224858

PORTARIA N.º 1995/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA TEREZA FERREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 12/11/2019 a 13/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 718/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1996/2019

Publicação Nº 2224859

PORTARIA N.º 1996/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LARISSA DA SILVEIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 12/11/2019 a 13/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 719/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1997/2019

Publicação Nº 2224861

PORTARIA N.º 1997/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO/SINDICÂNCIA sem ônus para este Município, para apuração de irregularidades com veículos do Conselho Tutelar, solicitado através Memorando 1doc 6.587/2019, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1998/2019

Publicação Nº 2224863

PORTARIA N.º 1998/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 91/2018 PMP, onde era contratada a Sra. ROSANA GAMBA DE AGUIAR, da função de Professora Habilitada de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 251/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1999/2019

Publicação Nº 2224864

PORTARIA N.º 1999/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSANA GAMBA DE AGUIAR, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 13/11/2019 a 12/11/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 720/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL NO 05/2019 – ERRATA 02

Publicação Nº 2225793

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL No 05/2019 – ERRATA 02

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha, nomeada pela Portaria nº 1943/2019, torna pública a Errata 02 ao anexo III do Edital 05/2019.

Anexo III – Cronogramas do Processo Seletivo

ONDE SE LÊ:

DATA	ATO
01/11/2019	Publicação do Edital
01/11/2019 à 04/11/2019	Prazo para impugnações do Edital
05/11/2019 à 08/11/2019	Período de Inscrições
11/11/2019	Publicação da lista de inscrições deferidas
12/11/2019 à 15/11/2019	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
19/11/2019	Homologação das Inscrições
20/11/2019	Publicação da lista de classificação com notas
20/11/2019 à 21/11/2019	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
22/11/2019	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
22/11/2019	Homologação do resultado final

LEIA-SE:

DATA	ATO
01/11/2019	Publicação do Edital
01/11/2019 à 04/11/2019	Prazo para impugnações do Edital
05/11/2019 à 08/11/2019	Período de Inscrições
12/11/2019	Publicação da lista de inscrições deferidas
12/11/2019 à 15/11/2019	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
19/11/2019	Homologação das Inscrições
20/11/2019	Publicação da lista de classificação com notas
20/11/2019 à 21/11/2019	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
22/11/2019	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
22/11/2019	Homologação do resultado final

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017-PMP EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N. 03/2017-PMP ERRATA 01

Publicação Nº 2225568

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017-PMP
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
PARA CREDENCIAMENTO N. 03/2017-PMP
ERRATA 01

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.327/0001-01, por intermédio da Secretaria de Administração, torna pública a seguinte errata:

Onde se lê:

LOTE 004: Micro-ônibus, marca Iveco, modelo CITYCLASS, ano/modelo 2013/2014 cor AMARELA/ESCOLAR, placa MLL-5339, potência 170 cv, chassi Nº 93ZL68C01E8456628, RENAVAL Nº 1027570175, combustível DIESEL. Veículo encontra-se no Pátio Municipal situado à Av. Nereu Ramos nº 190, Centro – Penha/SC. Valor da Avaliação: Lance Inicial R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Leia-se:

LOTE 004: Micro-ônibus, marca Iveco, modelo CITYCLASS, ano/modelo 2012/2013 cor AMARELA/ESCOLAR, placa MKW-6616, potência 170

cv, chassi Nº 93ZL68C01D8442882, RENAVAM Nº 492517916, combustível DIESEL. Veículo encontra-se no Pátio Municipal situado à Av. Nereu Ramos nº 190, Centro – Penha/SC. Valor da Avaliação: Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Penha, 11 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 18/2019 PMPB 2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 38/2019 PMPB CREDENCIAMENTO Nº: 02/2019 PMPB

Publicação Nº 2224412

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 18/2019 PMPB/FMS/FMAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ Nº. 17.710.115/0001-72

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CNPJ Nº. 17.710.128/0001-41

CONTRATADA: JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ Nº. 77.855.047/0001-61

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 38/2019 PMPB

CREDENCIAMENTO Nº: 02/2019 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO ATRAVÉS DE EMISSORAS AM E FM COMERCIAL PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS E INFORMATIVAS E PUBLICAÇÕES LEGAIS, DE INTERESSE PÚBLICO, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA E A EMPRESA: JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA. VALORES CONTRATADOS CONFORME A DURAÇÃO DE SEGUNDOS: 15" → R\$ 28,03

30" → R\$ 77,37

45" → R\$ 131,53

60" → R\$ 154,74

90" → R\$ 232,11

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/11/2019 À 31/12/2019

PORTARIA Nº 233/2019

Publicação Nº 2224694

PORTARIA Nº 233/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a), de cargo de tipo "COMISSIONADO", lotado(a) Secretaria de Municipal de Administração, conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
DIEGO DA LAPA GOULART	Chefe de Setor

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2019

Publicação Nº 2224695

PORTARIA Nº 234/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
SAMARA BORGES RODRIGUES HENRIQUE	PROFESSOR 30 HORAS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2019

Publicação Nº 2224697

PORTARIA Nº 235/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ISADORA SOUZA BORGES	DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 236/2019

Publicação Nº 2224698

PORTARIA Nº 236/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar do cargo tipo "comissionado", o(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
SABRINA PEPPLER PACHECO	CHEFE DO SETOR DE CADASTRO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2019

Publicação Nº 2224699

PORTARIA Nº 237/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
CÁSSIA GOULART NOGUEIRA	CHEFE DO SETOR DE CADASTRO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2019

Publicação Nº 2224700

PORTARIA Nº 238/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar, a pedido, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "contratado", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
DANIELY DA ROSA SABINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2019

Publicação Nº 2224701

PORTARIA Nº 239/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Conceder afastamento por Licença Prêmio, pelo período de 90 (noventa) dias aos(às) servidores(as) constantes na tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ALMIRO PITTIGLIANI DE CARVALHO	PROFESSOR DE 5ª A 8ª SÉRIE
CHEILA GOMES FIRMIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JUSÂNIA APARECIDA DALAZEN ALBINO LEANDRO	PROFESSORA PRÉ-ESCOLAR
MARIA APARECIDA MENDES MEDEIROS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
NATALINA DOS SANTOS GUIMARÃES LUIZ	PROFESSORA PRÉ-ESCOLAR

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2019

Publicação Nº 2224702

PORTARIA Nº 240/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os(as) servidores(as) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ANA LUCIA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ANDRÉIA ROSA GENEROSO	PROFESSOR 10 HORAS
DANIELY DA ROSA SABINO	PROFESSOR 20 HORAS
GRACIELLI ALVES	PROFESSOR DE ENSINO RELIOSO
JACKELINE SATIRO MARQUES	PROFESSOR 10 HORAS
JAIRA VIEIRA	PROFESSOR 10 HORAS
LUANA SATURNINO MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
WALQUIRIA GUEDERT MENDES	PROFESSOR 10 HORAS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2019

Publicação Nº 2224703

PORTARIA Nº 241/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a), de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
TAISE VIEIRA	PROFESSOR(A) 40H

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2019

Publicação Nº 2224705

PORTARIA Nº 242/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias, aos Servidores relacionados na tabela abaixo:

Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo		Período Gozo		Período Concessivo
1505	ANDERSON DA SILVA LAUREANO	10/01/2018	09/01/2019	14/10/2019	24/10/2019	Parcelado (10 dias)
1675	DOMINGOS ACORDI	08/08/2018	07/08/2019	01/10/2019	30/10/2019	Integral (30 dias)
243	EVILASIA MOREIRA ELISEU	01/11/2017	31/10/2018	16/10/2019	30/10/2019	Parcelado (15 dias)
1654	MARCELO ABREU DOS SANTOS	18/05/2018	17/05/2019	08/10/2019	22/10/2019	Parcelado (15 dias)
1622	MONIQUE DE OLIVEIRA SOUZA	12/03/2018	11/03/2019	21/10/2019	19/11/2019	Integral (30 dias)
1506	SABRINA COSTA DE MEDEIROS	10/01/2018	09/01/2019	29/10/2019	12/11/2019	Parcelado (15 dias)
825	VALDECI MARTINS EVARISTO	10/09/2018	09/09/2019	11/10/2019	12/11/2019	Integral (30 dias)
1452	VANDERLEIA FERNANDES DE SOUZA DE ARAUJO	02/09/2017	01/09/2018	21/10/2019	30/10/2019	Parcelado (10 dias)

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2019

Publicação Nº 2224831

PORTARIA Nº 243/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a servidora KAROLINE ALMEIDA DE SÁ do cargo tipo "COMISSIONADO" de ASSESSORA PEDAGÓGICA, para o seu retorno às atividades do cargo de provimento "EFETIVO", do qual a servidora é ocupante.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2019

Publicação Nº 2224833

PORTARIA Nº 244/2019

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1º Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Administração Municipal, os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIRO:

FABRÍCIO DA SILVA EUFRÁZIO

EQUIPE DE APOIO:

FERNANDO RODRIGUES

CLEISON ALFREDO DE SOUZA

JACKSON BARBOSA SIQUEIRA

JAIME CORREA GUAREZI JÚNIOR

Art. 2º Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520/2008 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 3º Os servidores nomeados a equipe de apoio, que não sejam ocupantes de cargo do tipo "Agente Político" e que não percebam gratificação pelo exercício de outra função gratificada, farão jus à gratificação de 50% sobre seus vencimentos, com base no art. 8º e Anexo VIII, da Lei Complementar nº 064/2018.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a portaria n.º 179/2019.

Pescaria Brava/SC, 14 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2019

Publicação Nº 2224834

PORTARIA Nº 245/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o servidor de acordo com o Processo Seletivo Público 01/2017, conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
ANDRÉ MARQUES GONÇALVES	AGENTE DE ENDEMIAS

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 15 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2019

Publicação Nº 2224836

PORTARIA Nº 246/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar do cargo tipo "comissionado", o(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
DIEGO DA LAPA GOULART	CHEFE DO SETOR

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 24 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2019

Publicação Nº 2224837

PORTARIA Nº 247/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
JAYNE SOUZA DIAS	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2019

Publicação Nº 2224838

PORTARIA Nº 248/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os(a) servidores(as) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
TAISE VIEIRA	PROFESSORA
DENIZE DOS SANTOS VARGAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249/2019

Publicação Nº 2224840

PORTARIA Nº 249/2019

RECONHECE E DECLARA A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada por Pollyana Alvim de Andrade Flores, ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pescaria Brava/SC, requerendo cópia do ato de exoneração do cargo de Procuradora Geral Adjunta, o qual foi ocupado pela mesma junto a Prefeitura Municipal de Pescaria Brava até Dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que a ex-servidora municipal justifica o requerimento do ato de exoneração, para fins de assunção de cargo público junto a Polícia Militar de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que não fora encontrada portaria, ou qualquer outro ato de exoneração da ex-servidora municipal, junto ao arquivo de documentos do Departamento de Recursos Humanos do Município de Pescaria Brava/SC;

CONSIDERANDO que não houve processo de transição entre gestões municipais, após o término das eleições municipais para Prefeito do ano de 2016;

CONSIDERANDO que no dia 31/12/2016, em razão da troca de gestão municipal, todos os servidores que atuavam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, restaram exonerados;

CONSIDERANDO que consta nos registros do sistema de Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, que a ex-servidora municipal, Pollyana Alvim de Andrade (a época não utilizava o nome de casada), restou admitida em 01/07/2015 e exonerada em 31.12.2016;

RESOLVE

Art. 1º - Reconhecer e declarar a EXONERAÇÃO, da servidora Pollyana Alvim de Andrade do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, a contar de 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Novembro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 232/2019

Publicação Nº 2224693

PORTARIA Nº 232/2019

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar o servidor a ocupação de cargo do tipo "ELETIVO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
ANDRÉ MARQUES GONÇALVES	SUPLENTE CONSELHO TUTELAR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

4 ADITIVO CONTRATO 23 2019 - SRT NASCIMENTO

Publicação Nº 2222575

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

4º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e a empresa: CONTRATO 23/2019 – SRT NASCIMENTO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EPP, inscrita no CNPJ: 30.430.510/0001-60, valor: R\$ 157.880,00. Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Data: 12/08/2019. Vigência: 12/02/2020. Aditivo de Praz. Valor Total da Aquisição: R\$ 157.880,00. Petrolândia, 13 de novembro de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058-2019 – PMP

Publicação Nº 2225379

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2019 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE GRADES DE FERRO PARA BOCAS DE LOBO, para atender as atividades da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Pinhalzinho e CIDIR, conforme especificações constantes do Anexo "A" deste Edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao decimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, às quatorze horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 127/2018, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Sra. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

DO CREDENCIAMENTO OBRIGATORIO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresas: METALURGICA AVILA LTDA ME.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

O Pregoeiro declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: METALURGICA AVILA LTDA ME. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: METALURGICA AVILA LTDA ME, Sr. Rodrigo Avila.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

Item	Lote/Produto	Quantidade	Valor Unitário
1	GRADE DE FERRO PARA BOCA DE LOBO 85 X 75 CM - GRADE DE FERRO PARA BOCA DE LOBO 85 X 75CM, COM 18 BARRAS DE FERRO CHATAS SIMPLES DE 8MM X 35MM.	200	145,00
2	GRADE DE FERRO PARA BOCA DE LOBO 100 X 100 CM - GRADE DE FERRO PARA BOCA DE LOBO 100 X 100CM, COM 34 BARRAS DE FERRO REDONDAS DUPLA DE 7/8 X 1M.	70	410,00

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A licitante apresentou sua documentação de habilitação em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente

o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a pedido da representante do observatório social sugeriu-se que para o próximo ano adotassem as alterações sugeridas através de modelo encaminhado pelo departamento de engenharia do observatório social. Sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Rodrigo Avila METALURGICA AVILA LTDA ME
Marli Widmer Membro CPL	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal

AVISO REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 004-2019

Publicação Nº 2225323

AVISO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019

Fica REVOGADO por interesse público, nos termos do item 11.1 do Edital de Concorrência, a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019, "Alienação com transferência de domínio de imóveis de propriedade deste Município de Pinhalzinho, que serão alienados na seguinte ordem, de acordo com a classificação, sendo que o primeiro colocado terá direito ao 1º lote e os demais seguem na ordem de classificação até o 12º lote".

Considerando a necessidade de revisão dos critérios. Considerando o excesso de cláusulas com dupla interpretação. Considerando a necessidade de conferir maior possibilidade de concorrência. Por estas razões decidi se revogar a licitação.

Pinhalzinho, SC, 07 de novembro de 2019.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 582 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225921

PORTARIA Nº 582 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER adicional de triênio ao servidor público municipal abaixo descrito, referente ao mês de outubro de 2019:

MATRÍCULA	SERVIDOR
3807	MICHAEL NATHAN KRIESER

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 23 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 583 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225927

PORTARIA Nº 583 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º REVOGAR, a vantagem promocional no percentual de 20% da Servidora ANA CRISTINA BILIBIO, brasileira, inscrita no CPF sob n. 063.306.699-02, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria de Assistência Social, deste município, a partir do mês de outubro, devido à decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 8000054-54.2018.8.24.0000 da Lei Municipal n. 939/1993.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 28 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 584 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225929

PORTARIA Nº 584 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER adicional de titulação à Servidora JOCIELI DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF n. 087.374.189-71, ocupante do cargo efetivo de AGENTE EDUCATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, na proporção de 20% devido à apresentação de diploma, registrado sob o n. 152333|1198132|982, conferido em face da conclusão de curso de graduação, em Geografia.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 29 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 585 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2225930

PORTARIA Nº 585 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal SEILA SPENGLER BETEMPS, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 027.035.279-18, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, lotada na Secretaria de Saúde do Município de

Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 28.10.2010 a 27.10.2015, no período concessivo de 31.10.2019 a 29.11.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 31 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 586 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225931

PORTARIA Nº 586 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012, bem como o Concurso Público de edital nº 001/2015,

Resolve,

Artigo 1º NOMEAR, por concurso, a Senhora ADRIANA INES MARMITT, inscrita no CPF sob o n. 060.844.509-62, para ocupar o cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho, a partir de 01.11.2019.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 587 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225932

PORTARIA Nº 587 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012 e 213/2019,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade à senhora DANIELA NORATTO EBERT, brasileira, inscrita no CPF n. 061.878.169-27, ocupante do cargo temporário de AGENTE EDUCATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho/SC, pelo período de 01.11.2019 a 28.04.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 090/2019

Publicação Nº 2224709

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 090/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/11/2019, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 090/2019, que visa AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA APRIMORAR O ATENDIMENTO FISIOTERÁPICO A POPULAÇÃO ATENDIDA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 28/11/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 091/2019

Publicação Nº 2224573

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 091/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27/11/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2019, que visa à aquisição de brinquedos para serem entregues às crianças em idade de 0 a 10 anos, moradoras do município de Pinheiro Preto, durante as Festividades Natalinas de 2019.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 27/11/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 092/2019

Publicação Nº 2225538

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 092/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/11/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2019, que visa à contratação de fornecimento de gêneros alimentícios destinados à preparação de lanche para a noite natalina.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 28/11/2019, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49)

3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 261/2019

Publicação Nº 2225410

CONTRATO ADMINISTRATIVO 261/2019

Termo de Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo n. 226/2019, Licitação n. 108DL2019, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ-MF nº 11.544.507/0001-22
Endereço: RUA JOAO BOGONI, S/N, Importação e-Pública,
Peritiba-Santa Catarina – CEP 89.750-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 108DL2019, datado de 06/11/2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto INSPEÇÃO PERIÓDICA DE 01 VASO SOB PRESSÃO CAT V, COM EMISSÃO DA ART

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	INSPEÇÃO PERIÓDICA DE UM VASO SOB PRESSÃO CAT V, COM EMISSÃO DA ART LOCALIZADO NA GARAGEM MUNICIPAL	1	675,00	675,00
TOTAL		675,00		

TOTAL CONTRATADO: R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
26 - Transporte
782 - Transporte Rodoviário
23 - Estradas Vicinais
2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
120 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
107 - CIDE

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 108DL2019 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 6 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 262/2019

Publicação Nº 2224374

CONTRATO ADMINISTRATIVO 262/2019

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE ESTADIÔMETRO PORTÁTIL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EDITORA METHA LTDA, autorizado através do Processo n. 227/2019, Licitação n. 109DL2019, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: EDITORA METHA LTDA

CNPJ-MF nº 47.672.399/0001-10

Endereço: R HEITOR PEIXOTO, 1023, CAMBUCI,

São Paulo-São Paulo – CEP 01.543-001

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 109DL2019, datado de 06/11/2019, na forma e

condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE ESTADIÔMETRO PORTÁTIL - 2 METROS, PRECISO, DURÁVEL, LEVE. PERMITE REALIZAR MEDIÇÕES DE ALTURA DE UMA FORMA SIMPLES E PORTÁTIL. COMPOSTO POR: 01 BASE, RÉGUAS, 1 MEDIDOR DE ALTURA.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Estadiômetro portátil - 2 metros, preciso, durável, leve. Pe Estadiômetro portátil - 2 metros, preciso, durável, leve. Permite realizar medições de altura de uma forma simples, e portátil. Composto por: 01 base, réguas, 01 medidor de altura.	1	489,60	489,60
TOTAL		489,60		

TOTAL CONTRATADO: R\$ 489,60 (quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
12 - Desenvolvimento Educacional
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
157 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
336 - SALARIO EDUCAÇÃO

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária

ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 109DL2019 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 6 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

EDITORA METHA LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 263/2019

Publicação Nº 2224713

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO 263/2019

Termo de Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo n. 228/2019, Licitação n. 110DL2019, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ-MF nº 11.544.507/0001-22

Endereço: RUA JOAO BOGONI, S/N, Importação e-Pública,

Peritiba-Santa Catarina – CEP 89.750-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 110DL2019, datado de 08/11/2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto INSPEÇÃO NO VAZO DE PRESSÃO ODONTOLÓGICO (COMPRESSO) COM EMISSÃO DE ART

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	INSPEÇÃO NO VAZO DE PRESSÃO ODONTOLÓGICO (COMPRESSO) COM EMISSÃO DE ART	1	675,00	675,00
TOTAL		675,00		

TOTAL CONTRATADO: R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

9 - Saude Com Qualidade

2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO

198 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

338 - Transferencia do SUS/União - Exercício anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 110DL2019 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 8 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 5.104, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225338

DECRETO Nº 5.104, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 3.794,00 (Três mil, setecentos e noventa e quatro reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função:13 - Cultura
Subfunção:392 - Difusão Cultural
Programa:13 - Desenvolvimento Cultural
Ação:2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS
Despesa 65
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:100

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$3.794,00 (Três mil, setecentos e noventa e quatro reais):

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função:13 - Cultura
Subfunção:392 - Difusão Cultural
Programa:13 - Desenvolvimento Cultural
Ação:2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS
Despesa 66
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:100

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 59/2019

Publicação Nº 2224710

TERMO ADITIVO - PRAZO E REAJUSTE - 59/2019

CONTRATO ADITADO N.º 298/2018

Primeiro Termo aditivo ao Contrato de PLANO DE SAÚDE celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO através do FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP- ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa UNIMED do Estado de Santa catarina, autorizado através do Processo nº 242/2018, Licitação n. 014/2018, modalidade TOMADA DE PREÇO.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: Maria Helena Mattana Mariani

CONTRATADA:

Empresa: UNIMED do Estado de Santa catarina – Federação Estadual das Cooperativas Médicas
CNPJ-MF n.º. 76.590.884/0001-43
Endereço: Rua otto Boehn, nº 478, Bairro América
Joinville SC – CEP: 89.201-700

DO CONTRATO A SER ADITADO

A presente licitação tem por objeto a contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço, odontológicos, na prestação de Plano Privado de Assistência à Saúde na modalidade PRÉ-PAGAMENTO registrado na Agência Nacional de Saúde - ANS, de abrangência em todo território nacional, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação enfermaria, com coparticipação em procedimentos ambulatoriais para os servidores efetivos- ativos e inativos - e Servidores da Câmara Municipal de Vereadores.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato original, firmado em 10/11/2018, que tem por objeto o Regime de Contratação Coletivo Empresarial, entendido como aquele que oferece cobertura da atenção a saúde prestada à população delimitada e vinculada à pessoa jurídica CONTRATANTE por relação empregatícia ou estatutária, o seguinte:

1 - CLÁUSULA 6ª – DURAÇÃO DO CONTRATO, Parágrafo Terceiro:

O presente contrato terá vigência por mais doze meses de 10/11/2019 a 10/11/2020.

2 - CLÁUSULA 12ª– DO REAJUSTE:

O Contrato Administrativo 298/2018 será reajustado pelo índice IGPM de 6,39% (seis virgula trinta e nove por cento), com exceção os

procedimentos ambulatoriais e a emissão de segunda via de documento.

3 – Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original 298/2018, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª O presente aditamento tem como encontro legal a Lei n. 8.666/93.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP
SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA

CONTRATADA
UNIMED do Estado de Santa Catarina – Federação Estadual das Cooperativas Médicas

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225312

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE A EMPRESA, A PESSOA RESPONSÁVEL, A DATA, O HORÁRIO E O LOCAL EM QUE SE PROCEDERÁ A RECICLAGEM DOS DOCUMENTOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 20, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com disposto na com disposto na Resolução nº 20, de 15 de Outubro de 2019, e demais leis aplicáveis a matéria, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2019, aprovou e ela promulga o seguinte, DECRETO LEGISLATIVO:

Art.1º - Fica a empresa CPEL INDÚSTRIA DE PAPEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.791.891/0001-00, localizada na Rod SC 303, Km 16,7, autorizada a receber os documentos de que trata a RESOLUÇÃO Nº 20, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, para reciclagem na data de 29 de novembro de 2019, a partir das 08:00 horas.

Art. 2º - Fica responsável a Servidora Priscila Baroncello Mazutti em proceder a entrega dos materiais inservíveis a serem reciclados junto a empresa mencionada no Art. 1º, bem como, acompanhar os trabalhos.

Art. 3º - As receitas e proveitos advindos da reciclagem dos materiais inservíveis deverão ser destinados ao Executivo Municipal de Pinheiro Preto a fim de que este proceda a sua melhor destinação.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, 12 de novembro de 2019.

IRENE EGGERS FARINA
Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO Nº1214/2019

Publicação Nº 2224354

DECRETO Nº 1.214/2019, de 11 de novembro de 2.019

HOMOLOGA AVALIAÇÃO TRIENAL DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 22, § 4º do artigo 26 da lei complementar nº 66/2015, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina; artigo 17, § 4º do artigo 21 da lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba; artigo 21 da lei complementar nº 68/2015 que dispõe sobre o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e § 4º da lei complementar 69/2015 que dispõe sobre a criação de cargos da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba – FCEP e dá outras providências:

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado da Avaliação da Progressão Funcional por Desempenho dos Servidores Públicos Municipais Estáveis realizadas pelas comissões estabelecidas pelo Decreto nº 1.191/2019, de 30 de setembro de 2019, que nomeia os membros para compor a comissão de avaliação trienal de desempenho dos servidores.

Art. 2º Nos termos do § 6º do artigo 26 da LC nº 66/2.015; do § 6º do artigo 21 da LC nº 67/2015; do § 6º do artigo 25 da LC nº 68/2015, o servidor que não concordar com o conceito constante do Anexo I do presente decreto, no prazo de 30 dias poderá recorrer solicitando reconsideração ao chefe imediato, constante da comissão de avaliação estabelecida pelo decreto nº 1.191/2019, de 30 de setembro de 2019.

Art. 3º RESULTADO DA AVALIAÇÃO TRIENAL DE DESEMPENHO

MATR.	NOME DO SERVIDOR	Nº AV.	PONTOS	CONCEITO FINAL
2049	Camila Aparecida Pires Belotto	3ª	1.360	EXCELENTE
2055	Charley Bortolini	3ª	1.394	EXCELENTE
2052	Clarice Lopes Santa de Quadros	3ª	1.360	EXCELENTE
2046	Débora Cristina Carmo de Oliveira	3ª	1.360	EXCELENTE
2031	Delides Marcos de Souza Paz	3ª	1.360	EXCELENTE
2066	Juliano Cowacicz	3ª	1.394	EXCELENTE
820	Fabio Matzenbacher	5ª	1.360	EXCELENTE
19	Frederico Alberto Eggers	5ª	1.332	EXCELENTE
560	Giovani Gelson Meneghel	5ª	1.394	EXCELENTE
394	Giovani Ribeiro Lopes	5ª	1.360	EXCELENTE
959	Janete Rodrigues de Barros	5ª	1.360	EXCELENTE
845	Paulo Ricardo Kurt Schuch	5ª	1.360	EXCELENTE
211	Roselei Koch	5ª	1.360	EXCELENTE
204	Sandra Aparecida Buhl	5ª	1.360	EXCELENTE
3454	Anderson da Silva	1ª	1.388	EXCELENTE
2132	Andressa Heckler Bortolini	3ª	1.356	EXCELENTE
417	Anilda da Silveira Hachmann	5ª	1.334	EXCELENTE
393	Claudia Storch Augsten (Mat.393)	5ª	1.316	EXCELENTE
2125	Gracieli Baldasso	3ª	1.300	EXCELENTE

2045	Gracieli D'avila Gamzava	3ª	1.400	EXCELENTE
2867	Gustavo Ribeiro Pereira	2ª	1.288	EXCELENTE
2064	Karla Cristina Lenhardt Machado	3ª	1.372	EXCELENTE
958	Lauana Crislei Deckmann	5ª	1.294	EXCELENTE
3361	Leonel Floresbelo Dias	1ª	1.372	EXCELENTE
2054	Rosana Maria Sandrin	3ª	1.238	EXCELENTE
3397	Roselene Rache Marinoski	1ª	1372	EXCELENTE
2104	Sergio Ricardo Ghignatti	3ª	1.116	BOM
17	Soeliton de Oliveira	5ª	1.400	EXCELENTE
2060	Vanderlei Weber	3ª	1.394	EXCELENTE
3360	Vinícius Dias	1ª	1.356	EXCELENTE
3373	Adriano José da Silva	1ª	1.400	EXCELENTE
3375	Alexandro da Silva	1ª	1.266	EXCELENTE
3372	Alice Padilha	1ª	1.400	EXCELENTE
558	Alípio Land	5ª	1.394	EXCELENTE
551	Altair Pereira Duarte	5ª	1.400	EXCELENTE
729	Ana Maria Bortolini Koch	2ª	1.400	EXCELENTE
3365	Ana Marla Valls Moreira de Oliveira	1ª	1.258	EXCELENTE
644	Andreia Garcia	5ª	1.400	EXCELENTE
3368	Andréia Martinazzo Braga	1ª	1.400	EXCELENTE
3366	Andressa Richit	1ª	1.334	EXCELENTE
1938	Carmen Teresinha Land	3ª	1.400	EXCELENTE
861	Carmen Teresinha Land	5ª	1.400	EXCELENTE
728	Claudia Aparecida Port Jung	5ª	1.310	EXCELENTE
850	Claudia Aparecida Port Jung	5ª	1.310	EXCELENTE
3333	Edimara Peri	1ª	1.400	EXCELENTE
1935	Eduarda Stockmann	3ª	1.400	EXCELENTE
3382	Eliane Teresinha de Miranda Goulart	1ª	1.210	EXCELENTE
3417	Elisabete Regina Rex	1ª	1.400	EXCELENTE
3379	Elisandra Colin	1ª	1.400	EXCELENTE
1990	Elita Terezinha Miranda da Silva	2ª	1.400	EXCELENTE
3374	Emerson Magnagnagno	1ª	1.400	EXCELENTE
3448	Fabiana Walter	1ª	1.400	EXCELENTE
3399	Fernanda Aparecida Santiago Senger	1ª	1.400	EXCELENTE
3369	Francielli Hilgert Daneleski	1ª	1.400	EXCELENTE
3404	Francis Cordeiro Santos	1ª	1.144	EXCELENTE
3406	Gilmar de Vargas	1ª	1.400	EXCELENTE

3405	Giovane Bergamo	1ª	1.378	EXCELENTE
1933	Ilgo de Borba	3ª	1.400	EXCELENTE
1932	Izolda Ravanelli	3ª	1.378	EXCELENTE
1939	Janete Aparecida Padilha de Melo	3ª	1.400	EXCELENTE
3415	Jéssica Fabiane Carvalho	1ª	1.400	EXCELENTE
864	Jose Martha Von Borstel Huf	5ª	1.400	EXCELENTE
2023	José Port	1ª	1.400	EXCELENTE
3380	Karine Tatiana Closs	1ª	1.378	EXCELENTE
857	Kleber Ricardo Dutra	5ª	1.332	EXCELENTE
3409	Liamara Andrea Blauth	1ª	1.344	EXCELENTE
981	Liamara Pacheco dos Santos	5ª	1.400	EXCELENTE
3367	Liliane Turatto	1ª	1.400	EXCELENTE
1937	Madeleine Stefania Fries	3ª	1.328	EXCELENTE
2030	Márcia Isabel dos Santos	3ª	1.394	EXCELENTE
2027	Márcia Lando Pacheco dos Santos	3ª	1.214	EXCELENTE
862	Marilene Dalmagro Casa-grande	5ª	1.394	EXCELENTE
627	Marilene Fries	4ª	1.328	EXCELENTE
2025	Marilene Fries Streit	3ª	1.356	EXCELENTE
3396	Marileuza Zini	1ª	1.400	EXCELENTE
3364	Marisete Pertile	1ª	1.176	EXCELENTE
609	Marli Terezinha Petter Oldoni	2ª	1.400	EXCELENTE
3362	Marta da Costa	1ª	1.400	EXCELENTE
964	Noelimar Hachmann	5ª	1.400	EXCELENTE
942	Odair Renato Hack	5ª	1.400	EXCELENTE
2230	Patrícia Duarte	2ª	1.400	EXCELENTE
3370	Patrícia Duarte	1ª	1.400	EXCELENTE
1942	Regiane Fries	3ª	1.400	EXCELENTE
1931	Rosabel T. dos Santos da Silva	3ª	1.400	EXCELENTE
1991	Rosangela T. Benjamini Muller	3ª	1.400	EXCELENTE
1941	Rosinha Dutra	3ª	1.400	EXCELENTE
853	Rosinha Dutra	5ª	1.400	EXCELENTE
2039	Rosmeri de Oliveira	3ª	1.138	EXCELENTE
562	Ruderlei Gauger	5ª	1.258	EXCELENTE
863	Sandra Maria Dal Bosco Pilger	5ª	1.322	EXCELENTE
2033	Tânia de Vargas Mendes	3ª	1.394	EXCELENTE
3370	Tânia Márcia de Souza	1ª	1.400	EXCELENTE
865	Tayse Lovison	5ª	1.400	EXCELENTE

3407	Vagner de Paula Mattos	1ª	1.294	EXCELENTE
2022	Valdemir Recalcate	3ª	1.400	EXCELENTE
859	Vanusa A. M. Nunes Vieira	5ª	1.400	EXCELENTE
3376	Walmir Gewehr	1ª	1.400	EXCELENTE
852	Zuleide Ramos Ferreira da Rosa	5ª	1.400	EXCELENTE
50	Antônio dos Santos	5ª	1.344	EXCELENTE
905	Arildo Longui	4ª	1.248	EXCELENTE
104	Edson Antônio Gomes	5ª	1.344	EXCELENTE
48	Egon Hachmann	5ª	1.294	EXCELENTE
2067	Fabiano Moreira Paz	3ª	1.400	EXCELENTE
3377	Fernando da Silva Costa	1ª	1.378	EXCELENTE
2034	Gleci Schmidt	3ª	1.366	EXCELENTE
3443	Leonardo Stumpf	1ª	1.278	EXCELENTE
816	Marcos de Souza	5ª	1.306	EXCELENTE
140	Nilvo Antônio Port	5ª	1.366	EXCELENTE
946	Nivaldo Machado	5ª	1.366	EXCELENTE
3385	Norberto Edson Hachmann	1ª	1.400	EXCELENTE
687	Romildo Mattana	4ª	1.282	EXCELENTE
3388	Adriano Ubiali	1ª	1.360	EXCELENTE
3449	Andrei Carlos Lermen	1ª	1.344	EXCELENTE
973	Guelomário Rodrigues de Vargas	5ª	1.366	EXCELENTE
259	Ivo Weber	5ª	1.344	EXCELENTE
392	Mário Rui Córdova Ramos Júnior	5ª	1.316	EXCELENTE
2076	Alcir José Subtil da Trindade	3ª	1.288	EXCELENTE
3391	Darci Nunes da Silva	1ª	1.344	EXCELENTE
2622	Ezequiel Machado	2ª	1.226	EXCELENTE
3411	Franciele Luciane Turetta	1ª	1.344	EXCELENTE
3394	Juliano Felipe	1ª	1.316	EXCELENTE
2057	Liana Cristina Freitag	3ª	1.300	EXCELENTE
3390	Salete Rodrigues Tinoco	1ª	1.350	EXCELENTE

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Piratuba- SC, 11 de novembro de 2.019
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 11 de novembro de 2.019

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA Nº1518/2019

Publicação Nº 2224382

LEI ORDINÁRIA Nº 1.518/2019, DE 08 NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, submete à elevada apreciação da colenda Câmara Municipal de Vereadores de Piratuba, o seguinte:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Piratuba/SC, para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 132, § 2.º I, II E III, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos e das políticas de recursos humanos da administração municipal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são identificadas nos seguintes Demonstrativos, Anexos e Relatórios desta lei:

- a) Demonstrativo I – Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art. 4º, §2º, inciso III);
- f) Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Anexo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- i) Anexo V – Meta Fiscal – Montante da Dívida;
- j) Anexo VI – Meta Fiscal – Resultado Nominal;
- k) Anexo III – Meta Fiscal – Resultado Primário;
- l) Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- m) Anexo I.4 - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – por programa;
- n) Anexo II.a - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – total de despesas;
- o) Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
- p) Anexo I.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Despesas;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I e IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I e IV, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Parágrafo Único: Fica o chefe do poder executivo, autorizado a alterar, mediante decreto, os quantitativos físicos e financeiros.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico

Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria da STN 163/2001. Parágrafo 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundações, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

II - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

V – Funções e Subfunções de Governo;

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

Parágrafo 2º - Os Fundos Municipais poderão ter sua contabilidade incluída no Orçamento Geral do Município através de Unidades Orçamentárias desde que evidencie em relatórios próprios a sua movimentação orçamentária e financeira.

Parágrafo 3º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias n.º 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial n.º 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o Art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64, os quais, poderão estar inclusos nos anexos do Projeto de Lei do Orçamento.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DOMUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º - Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, exceto nas fontes da educação (MDE) e da saúde (ASPS).

Art. 10 - Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis da Prefeitura dar-se-ão somente no sistema financeiro, fechando os balanços em sua consolidação.

Parágrafo 1º - Os Fundos Municipais, quando não especificados na lei de criação, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

Parágrafo 2º - As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

Art. 11 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020 constantes do DEMONSTRATIVO VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 12 - Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseq-ente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V – de concessão de subvenções ou auxílios às entidades privadas; e

VI – de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade institucional; e

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. Parágrafo 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2019.

Parágrafo 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos

fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO II.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 18 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo:

I. Publicará as metas bimestrais de arrecadação para a receita corrente e para a receita de capital; e

II. Estabelecerá e publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º – As metas bimestrais de arrecadação serão estabelecidas e publicadas considerando-se a previsão consolidada da receita.

§ 2º. – A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida por unidade gestora.

Art. 19 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Parágrafo 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Parágrafo 3º - Confirmada a impossibilidade ou a inviabilidade do ingresso da receita vinculada, o valor das dotações que a ele estavam vinculadas poderá ser utilizado, mediante autorização legislativa, para a abertura de Créditos Adicionais Especiais ou Suplementares.

Art. 20 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas obedecerá aos critérios dispostos na Lei Federal 13.019 e suas alterações.

Art. 21 - Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão, igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada e programas de bolsa trabalho, instrumento de incentivo ao emprego.

Parágrafo Único: Da mesma forma deverão ser considerados os gastos inerentes a processos judiciais e extrajudiciais, honorários advocatícios e outros honorários profissionais, cujo serviços têm por objeto o aumento da participação do município no movimento econômico.

Art. 22 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 23 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO III desta lei.

Art. 24 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária Anual ou em Leis que disponham sobre a abertura de Créditos Adicionais.

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes de setembro de 2019.

Parágrafo Único: A lei orçamentária poderá definir a forma de correção dos valores orçados para o período de setembro a dezembro de 2019, bem como para o exercício de 2020.

Art. 26 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Primeiro. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo Segundo. Os recursos provenientes do excesso de arrecadação, superávit financeiro, operações de crédito e convênios poderão ser utilizados para abertura de crédito adicional suplementar através de ato do Executivo Municipal.

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei.

Art. 28 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementadas gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

Art. 34 - Ressalvada a hipótese prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2020, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35. – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente autorizado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas totais com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS E DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - No exercício de 2020, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 38 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 - As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes.

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 44 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 45 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Parágrafo 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

Parágrafo 2º - Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 46 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 47 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseq-ente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 49 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Piratuba (SC) 08 de Novembro de 2019

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 08 de Novembro de 2.019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2019

Publicação Nº 2225447

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2019

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição peças destinados a manutenção de Tratores Agrícola, marca Jhonn Deere, modelo 5078 da Frota de Máquinas do Município de Piratuba, conforme demais especificação constante no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 27/11/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 27/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 06 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2019

Publicação Nº 2225444

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2019

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Kit de Produtos para distribuição aos Servidores Municipais de Piratuba, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 28/11/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 28/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 11 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3721/2019 DE 09/09/2019

Publicação Nº 2225436

DECRETO Nº 3721/2019
DE 09/09/2019

DESIGNA O GESTOR DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, DELEGA COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme previsto no art. 66 desta Lei;

CONSIDERANDO que o contratado é obrigado a manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública, especialmente designado, por força do art. 67 da Lei nº 8.666/1993,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado como Gestor de Contratos Administrativos o Secretário ou responsável pela entidade descentralizada integrante da Administração Pública municipal, conforme abaixo relacionado:

I - SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE – Gestor de Contratos Administrativos que envolvam obras de engenharia, a saber:

- a) Ampliações e reformas estruturais a serem executadas no prédio da administração Pública Municipal e seu entorno (prédio administrativo);

- b) Contratos administrativos de elaboração de projetos de pavimentação;

- c) Projeto e construção de pontes;

- d) Construção de passarelas;

- e) Contratos Administrativos de prestação de serviços topográficos e georreferenciamento;

- f) Contratos administrativos de prestação de serviços de controle e fiscalização eletrônica de trânsito;

- g) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

II - SECRETÁRIO DE OBRAS – Gestor de Contratos Administrativos que envolvam obras de engenharia, e prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Prestação de serviços de roçada em vias públicas;

- b) Serviços de jardinagem, limpeza de telhados, calçadas, muros, fachadas;

- c) Serviços de manutenção veículos automotores, de máquinas e equipamentos da administração direta;

- d) Serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos de terceiros;

- e) Contratos administrativos de execução de pavimentação de vias públicas;

- f) Contratos administrativos de aquisição de combustíveis e lubrificantes;

- g) Contratos administrativos de prestação de serviços de ampliação e manutenção da iluminação Pública;

- h) Serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por gps/gsm/gprs;

- i) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Obras;

III - SECRETÁRIO DE GOVERNO - Gestor de Contratos Administrativos que envolvam prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos de serviços de propaganda e publicidade;

- b) Contratos de empresas que prestam serviços comunicação de radiodifusão, de abrangência local;

- c) Contratos administrativos de desenvolvimento, manutenção e atualização de páginas na internet;

- d) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Governo;

IV - SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Gestor de Contratos Administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

V - SECRETÁRIO DE GESTÃO E ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA – Gestor de Contratos Administrativos que envolvam prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos de serviços contínuos de impressão de documentos;

- b) Contratos administrativos de prestação de serviços de instalação e configuração de redes de computadores, redes de telefonia, centrais telefônicas;

- c) Contratos de prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho.

- d) Contratos de prestação de serviços de planejamento, organização e realização de concursos;
- e) Contratos de prestação de serviços de aerolevantamento e seu processamento, fornecimento de sistema de geoprocessamento corporativo;
- f) Contratos de prestação de serviços de fornecimento de sistema informatizado para coleta e armazenamento de imagens de câmeras de segurança de trânsito e rodovias;
- g) Contratos de prestação de serviços técnicos em gestão patrimonial;
- h) Contratos de prestação de serviços por empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal;
- i) Contratação de companhia seguradora para a prestação de serviços de cobertura, por meio de seguro, da frota de veículos e máquinas oficiais do município;
- j) Contratação de empresa de assessoria técnica para o desenvolvimento de estudos de mobilidade urbana para o município;
- k) Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso não exclusivo do software "gerenciador eletrônico de documentos";
- l) Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação multimídia, para prover serviço dedicado de conectividade à internet, links banda larga;
- m) Contratação de empresa especializada para locação de softwares de gestão contábil e fiscal;
- n) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazenda;

VI - SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA - Gestor de Contratos administrativos que envolvam prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais efetuadas no espaço denominado "Centro Cultural" do Município, que compreende o Teatro Municipal, a área destinada à promoção de eventos, desenvolvimento de projetos (música, dança, oficinas de arte), a Biblioteca Municipal e o Museu;
- b) Demais Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Turismo e Cultura, e do FUNDETUR;

VII - SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais a serem efetuadas em prédios utilizados pela Secretaria de Assistência Social e Habitação;
- b) Contratação de instituição de acolhimento para atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento fisioterápico, psicológico e nutricional ambulatorial, hospitalar às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- c) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

VIII - SECRETÁRIO DE SAÚDE - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais a serem efetuadas em prédios utilizados pela Secretaria de Saúde;
- b) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Saúde;

IX - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais a serem efetuadas em prédios utilizados pela Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;
- b) Demais contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;

X - SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Secretaria de Desenvolvimento Rural;

XI - CONTROLADOR MUNICIPAL - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Controladoria Municipal;

XII - PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO - Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Procuradoria-Geral do Município;

XIII - ORDENADOR DE DESPESAS DA FUNPEEL - Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode – Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais efetuadas no espaço denominado "Parque de Eventos" do Município, que compreende o Ginásio de Esportes Municipal e o Pavilhão Municipal de eventos e entorno;
- b) Demais Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos da Fundação Promotora de Eventos Esportes e Lazer de Pomerode;

XIV - ORDENADOR DE DESPESAS DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Gestor de Contratos administrativos que envolvam a prestação de serviços de terceiros, a saber:

- a) Construções novas, ampliações ou reformas estruturais efetuadas em prédios utilizados pela Autarquia;
- b) Demais Contratos administrativos que se utilizarem exclusivamente de recursos orçamentários previstos do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto;

Art. 2º - Os Fiscais de Contratos serão servidores ou empregados públicos, indicados pelo respectivo Gestor de Contratos Administrativos, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município, em até 05 (cinco) dias contados da celebração do contrato ou instrumento a ser fiscalizado, contendo o nome completo, a identificação funcional, o cargo ou função pública exercida pelo servidor ou empregado público, a descrição resumida do objeto do contrato, bem como o número do processo de licitação, dispensa ou inexigibilidade que originou a contratação.

Parágrafo único - Os Fiscais de Contratos serão escolhidos conforme a sua capacitação técnica em relação ao objeto do contrato e, preferencialmente, dentre servidores ou empregados públicos que participaram da elaboração do Termo de Referência que norteou a contratação, e poderão ser designados para o acompanhamento e fiscalização da execução de mais de 01 (um) instrumento contratual, desde que tais atribuições não prejudiquem o desenvolvimento de suas atividades rotineiras.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode - SC, em 09 de setembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 25.781

Publicação Nº 2224438

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.781

AFASTA A SERVIDORA MARINA LORENZ, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO INSS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, a servidora MARINA LORENZ, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 22 de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de outubro de 2019.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 25.808

Publicação Nº 2224435

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.808

EXONERA A PEDIDO CARLOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269/2014 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido CARLOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR, do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 04 de

novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

PORTARIA -174-2019 - GUILHERME

Publicação Nº 2224433

PORTARIA Nº 174/2019

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeado o servidor GUILHERME AUGUSTO ALVES, matrícula nº 10615, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Obras, a partir de 07 de Novembro de 2019, em conformidade com concurso público 002/2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 12 de Novembro de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos doze dias do mês de Novembro do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

PORTARIA-175-2019- AUXILIO DOENÇA - ADRIANA

Publicação Nº 2224489

PORTARIA Nº 175/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81 inciso VIII da Lei Orgânica e Art. 62 da Lei nº 006/2001.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a servidora ADRIANA DE FATIMA AIRES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, junto ao Departamento de Saúde, Licença por motivo de doença, com início no dia 22/10/2019, no período de 15 dias, e na forma prevista pelo Artigo 62 da Lei 006/2001 e consoante atestado médico encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

Ponte Alta do Norte, 12 de Novembro de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos doze dias do mês de Novembro do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

PORTARIA-176-2019 - AUXCHAYENE

Publicação Nº 2224510

PORTARIA Nº 176/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81 inciso VIII da Lei Orgânica e Art. 62 da Lei nº 006/2001.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a servidora CHAYANE SULAMITA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, junto ao Departamento de Saúde, Licença por motivo de doença, com início no dia 29/10/2019, no período de 30 dias, e na forma prevista pelo Artigo 62 da Lei 006/2001 e consoante atestado médico encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, e encaminhado a perícia da Previdência Social Geral.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 12 de Novembro de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos doze dias do mês de Novembro do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA 2386/2019

Publicação Nº 2225924

LEI Nº 2.386/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito do Município de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Ponte Serrada SC, para exercício de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 34.800.000,00 (Trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 31.400.000,00 (Trinta e um milhões e quatrocentos mil reais) e a Despesas Orçamentárias em R\$ 24.553.107,50 (Vinte e quatro milhões, quinhentos e cinq-enta e três mil, cento e sete reais e cinq-enta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 6.846.892,50 (Seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinq-enta).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	31.578.000,00
1.1- Receita Tributária	3.265.770,00
1.2- Receitas de Contribuições	520.000,00
1.3- Receita Patrimonial	187.755,75
1.4- Receita Agropecuária	73.867,50
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	113.717,50
17-Transferências Correntes	26.800.920,00
1.9- Outras Receitas Correntes	415.969,25
2 – RECEITAS DE CAPITAL	22.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	22.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	31.400.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	23.458.660,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	13.147.825,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	150.500,00
3.3- Outras Despesas Correntes	10.160.335,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.072.447,50
4.4- Investimentos	630.947,50
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	440.500,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
9.9- Reserva de Contingência	22.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	6.846.892,50
- Fundo Municipal da Saúde	5.259.292,50
- Câmara Municipal de Vereadores	1.587.600,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	31.400.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2020 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	3.396.000,00
1.1- Receita Tributária	11.702,50
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	72.765,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	3.310.810,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	722,50
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	5.259.292,50
- Transferências financeiras da Prefeitura	5.259.292,50
TOTAL	8.659.292,50

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.256.237,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.495.548,75
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.760.688,75
4 - DESPESAS DE CAPITAL	403.055,00
4.4- Investimentos	403.055,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	8.659.292,50

II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.587.600,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.587.600,00
TOTAL	1.587.600,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.322.600,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	821.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	501.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	265.000,00
4.4- Investimentos	15.000,00
4.5- Inversões Financeiras	250.000,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.587.600,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE PONTE SERRADA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	22.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00

IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	22.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64 a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da despesa consolidada estimada para o orçamento de 2020, utilizando como fonte de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º– Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de Novembro de 2019.

Alceu Alberto Wrubel

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 081/2019 - PMPB

Publicação Nº 2224532

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – Nº 081/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de gêneros alimentícios (café) para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações da Prefeitura Municipal de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 10h30min do dia 27/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 11h00min do dia 27/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de Novembro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2260, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224646

DECRETO Nº 2260, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o dispositivo que menciona do Decreto Municipal nº 2122/2019.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2122, de 20 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

II - Membro: Júlio César Ferreira Casé;

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2122, de 20 de maio de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019-FUMTUR

Publicação Nº 2224650

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019-FUMTUR

Abre prazo para cadastramento de interessados para requererem autorização para a prestação de serviços desenvolvidos no Píer, por táxi, agências de turismo, transportadores turísticos e associações constituídas com sede no Município de Porto Belo, através da Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo.

A Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, através de sua Presidente Zenelise Drodowski, CONVOCA a todos os interessados em participar do processo de cadastramento de veículos de transporte turístico, para atuarem no atendimento dos passageiros de cruzeiros marítimos em terra, para a temporada 2019/2020, de acordo com as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 2259, de 11 de novembro de 2019, conforme segue abaixo:

1. Fica aberto o prazo para cadastramento de interessados para requererem autorização para a prestação de serviços desenvolvidos no Píer, por táxi, agências de turismo, transportadores turísticos e associações constituídas com sede no Município de Porto Belo, através da

Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo.

2. O período para cadastramento será de 12 a 18 de Novembro de 2019.

3. O local para entrega da documentação será na a sede da Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo, Localizada na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1492, Centro, durante o horário compreendido das 9:00 às 16:00 horas.

4. Para efetuar o cadastramento dos serviços de táxis, os interessados deverão estar munidos dos documentos abaixo elencados, devendo ser entregues as fotocópias com os documentos originais para autenticação por servidor público:

- a) Cópia do alvará;
- b) Cópia do documento de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, emitidos pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, do Estado de Santa Catarina;
- e) Cópia da CNH do motorista do veículo compatível com o veículo em questão.

5. Para efetuar o cadastramento para prestação de serviços por agências de turismo, transportadores turísticos e associações constituídas com sede no Município de Porto Belo, os interessados deverão estar munidos dos documentos abaixo elencados, devendo ser entregues as fotocópias com os documentos originais para autenticação por servidor público:

5.1. Documentação da empresa/associação:

- a) Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- b) Cópia do contrato social registrado na JUCESC ou no caso de Associação última alteração de diretoria comprovando que a sede da empresa é em Porto Belo, e que se trata de agência de viagem e turismo e/ou transportadora turística;
- c) Registro no Cadastur (Embratur/Ministério do Turismo);
- d) Relação de veículos pertencentes à empresa/associado ou adquiridos por sistema de arrendamento mercantil, com a indicação de um motorista responsável por veículo;
- e) Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil, em vigor e em nome da empresa/associado, com a comprovação do seu pagamento;
- f) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, Estadual, Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g) Apresentar no mínimo 2 (dois) roteiros turísticos de sugestão aos usuários, que será aprovado pela Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

5.2. Documentação de cada veículo constante na relação apresentada pela empresa/associação:

- a) Cópia do documento de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, emitidos pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, do Estado de Santa Catarina, licenciado na categoria turismo no Município de Porto Belo;
- b) Cópia do contrato de arrendamento (no caso de não ser a empresa/associado proprietário do veículo);
- c) Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestres, quando for o caso;
- d) Cadastro no DETER- SC;
- e) Cópia das CNH's dos motoristas dos veículos compatíveis com os veículos em questão;
- f) Comprovante de vistoria realizado pelo Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, do(s) veículo(s) em questão;
- g) Cópia do Seguro Obrigatório para passageiro.

6. No caso de não ser atingido o número total para o atendimento de 12 (doze) vans, as vagas de vans remanescentes serão distribuídas por sorteio, entre as empresas/associação cadastradas previamente.

7. Caso ocorra o credenciamento de mais de 12 (doze) veículos, proceder-se-á o sorteio entre as credenciadas até atingir o total das vagas disponibilizadas, que terão o direito de explorar o serviço.

8. Todos os veículos cadastrados deverão ter capacidade de até 15 (quinze) passageiros, podendo ter no máximo 15 (quinze) anos contados da data de sua fabricação, conforme documentação do mesmo.

9. Todos os veículos cadastrados deverão conter ar condicionado em pleno estado de funcionamento e compatível para atendimento aos turistas.

10. As empresas proprietárias dos veículos selecionados deverão estar com o seu alvará de Licença junto ao Município vigente, estando sujeitos ao pagamento do ISS.

11. A validade desta autorização será da chegada do primeiro navio da temporada ao último, obedecendo as datas contidas na escala de navios da temporada 2019/2020, fornecida pela Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

12. Os casos omissos serão dirimidos pelo corpo técnico da Fundação Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Belo.

13. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

Zene Drodowski

Presidente

Fundação Municipal de Turismo e

Desenvolvimento Econômico

Porto União

PREFEITURA

EDITAL 009/2019 - ABONO LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2225449

EDITAL 009/2019

O Prefeito do Município de Porto União, em conformidade com o Art. 6º, §2º do Decreto 668, de 19 de outubro de 2011, DIVULGA a lista dos servidores que protocolaram de 01 a 31 de outubro de 2019, requerimento solicitando a conversão Pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio, após a Chefia de Recursos Humanos observar os critérios previstos no Art. 2º, inciso III, letra "a" e "b", e Art. 3º do Decreto.

Administração Geral

	NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	JEAN CARLOS REISDORFER	2128601	09/2014 a 09/2019	26/09/2014
02	ANDRESSA CACIANE MIRANDA BOZEKI	2128801	10/2014 a 10/2019	01/10/2014
03	CLEIRE JERRY FRANKE WOLF	14701	10/2014 a 10/2019	01/04/1973
04	ADILSON GALLE	65902	10/2014 a 10/2019	01/08/1980
05	PAULO MEDEIROS	59401	10/2014 a 10/2019	21/02/1983
06	AROLDO HEINECK	135601	10/2014 a 10/2019	01/11/1983
07	ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	21401	10/2014 a 10/2019	01/02/1985
08	FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS	24401	10/2014 a 10/2019	06/03/1985
09	DIVANSIR JOSÉ BERTON	33901	10/2014 a 10/2019	02/05/1985
10	DAVI DAMASCENO DOS SANTOS	94001	10/2014 a 10/2019	16/06/1994
11	TEREZA LEVANDOSKI CRUZ	21802	10/2014 a 10/2019	05/07/1994
12	LINDACIR CHAVES LEANDRO	33201	10/2014 a 10/2019	26/07/1994

Secretaria de Saúde

	NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	CRISTINA SIDOR NEUBAUER	2009801	06/2012 a 06/2017	25/06/2007
02	SIMONE SMYK	14602	09/2014 a 09/2019	01/09/1999
03	DULCEMAR VIVIAN DULZ SCHNEIDER	1391901	10/2014 a 10/2019	01/10/1999
04	NOEMI MOREIRA DE CASTILHO BOIN	148601	10/2014 a 10/2019	01/09/1994

Secretaria de Educação

	NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	CLADIAN REISDORFER	2059701	05/2010 A 05/2015	03/05/2010
02	WALLY BUCHHOLZ D.N. 07.04.1963	1986503	03/2014 a 03/2019	09/03/2009
03	JUCELIA APARECIDA FERREIRA ESPINDOLA D.N. 28.01.1968	2036401	03/2014 a 03/2019	09/03/2009
04	CLARA LAZIER DAMA	1324301	03/2014 a 03/2019	16/03/1999
05	ADRIANE FAUSTINO BUENO	2039401	04/2014 A 04/2019	02/04/2009
06	IVONETE DE FATIMA HUPALO	48401	10/2014 A 10/2019	01/12/1989
07	ELIANE HOFF TRENTIN D.N. 05.02.1969	49001	10/2014 A 10/2019	02/04/1990
08	ADRIANE SANDER GROSSL D.N.21.11.1970	68001	10/2014 A 10/2019	02/04/1990

09	CARMEN CRISTINE SCHE-RAMP	24301	10/2014 A 10/2019	06/06/1990
10	SILMARA DE FATIMA AMARANTE BUENO	63501	10/2014 A 10/2019	01/03/1991
11	SOLANGE APARECIDA SCARTON EISENBERG	63701	10/2014 A 10/2019	04/03/1991
12	ZITA ADILEIA GOMES	63301	10/2014 A 10/2019	22/08/1994
13	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	2130301	10/2014 A 10/2019	23/10/2014

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 171/2019

Publicação Nº 2224906

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 171/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 13/11/2019 a 19/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MARCOS DOS SANTOS	58º		

Porto União (SC), 12 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

131 2019 MÃO DE OBRA ELETRICISTA

Publicação Nº 2225505

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº131/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 09:00 horas do dia 26 de novembro de 2019, o edital para registro de preço para futura e eventual contratação de mão de obra para instalação e manutenção elétrica. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 12 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 003 2019 FMS

Publicação Nº 2224966

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº003 2019 FMS

Concorrência 01/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO, SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ 12.321.353/0001-72, situada a Av. Ari Verdi, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Oscar Gutz.

CONTRATADA: B&P – CONSTRUTORA EIRELI, estabelecida na Rua Índio Pereira Ramos, nº85, Bairro Pinheiros, Otacílio Costa/SC, inscrita no CNPJ sob nº07.052.006/0001-51, representada neste ato pelo Sr. Dirley da Rocha, CPF 529.929.269-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE VALOR

Fica aditada a cláusula quinta deste contrato, reajustado o valor em R\$39.518,12 (trinta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e doze centavos), por não estar prevista na planilha orçamentária as formas dos elementos estruturais e o contrapiso da obra, conforme justificativa técnica e parecer contábil e jurídico anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 12 de novembro de 2019

OSCAR GUTZ

Prefeitura Municipal de

Pouso Redondo – Contratante

B&P – CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ/MF sob nº 07.052.006/0001-51

Adriani Muniz Boaventura

TESTEMUNHAS:

CPF: CPF:

LEI Nº 2.761/2019 DE 12/11/2019 DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2224911

LEI Nº 2.761/2019 DE 12/11/2019

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Funcional: 04.122.0009.1.012- Ampliação e Reforma do Centro Administrativo

(3) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

Unidade: 03 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FAZENDA PÚBLICA

Funcional: 28.843.0009.0.001- Amortização de Dívidas Fundadas e Débitos Consolidados

(22) 4.6.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 580.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Funcional: 27.813.0021.2.028 – Manutenção do Depto de Lazer

(35) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.134,22

(36) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 109.107,00

(37) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 28.371,87

Órgão: 04 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Funcional: 18.121.0107.2.006 – Manutenção do Depto de Meio Ambiente

(26) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

(27) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

(28) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 03 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FAZENDA PÚBLICA

Funcional: 04.123.0009.2.004 - Manutenção da Secretaria de Finanças

(16) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E EVENTO

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS

Funcional: 23.695.0011.2.034 - Manutenção do Depto de Turismo

(89) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

(90) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 2.116,63

(93) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 3.313,69

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Funcional: 16.482.0108.2.046 - Manutenção do Depto de Habitação

(95) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.062,51

(96) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.105,56

(97) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.105,56

Órgão: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Funcional: 17.511.0049.2.047 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

(177) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.165,85

(178) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 5.527,83

(180) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.105,56

Órgão: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0028.2.022 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

(145) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 136.107,00

(146) 3.3.50.00.00.00.00.0130 – Transferência a Instituições s/ Fins Lucrativos
..... R\$ 1.065,00

(147) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 55.223,22

(148) 3.3.90.00.00.00.00.0187 - Aplicações Diretas R\$ 31.950,00

(149) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 11.055,64

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE AMOXARIFADO, FROTAS E INSUMOS

Funcional: 15.782.0039.2.054 - Manutenção do Depto de Almoxarifado, frotas e Insumos

(118) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 1.382.517,14

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º desta Lei, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO

Funcional: 04.122.0009.2.002- Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

(1) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 192.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Funcional: 04.122.0009.2.003 - Manutenção Da Secretaria de Administração

(6) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Funcional: 27.812.0021.2.019 – Manutenção do Depto de Esporte

(32) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

(33) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Funcional: 26.782.0039.2.025 - Manutenção do Depto de Estradas e Rodagem

(107) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO URBANA

Funcional: 15.451.0039.2.026 - Manutenção do Depto de serviços urbanos

(112) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

(113) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 267.695,14

Órgão: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(152) 3.1.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(153) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 26.872,00

(154) 3.3.90.00.00.00.00.0187 - Aplicações Diretas R\$ 31.950,00

TOTAL R\$ 1.382.517,14

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 12 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 130 2019 - LOCAÇÃO BRINQUEDOS

Publicação Nº 2225611

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº130/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 14:00 Horas do dia 26.11.2019, para REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DEMAIS REPARTIÇÕES PÚBLICAS A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS, TAIS COMO FESTA DO TROPEIRO, SEMANA DA CRIANÇA, RUA DO LAZER, NATAL NA PRAÇA. DENTRE OUTROS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 12 de Novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2225534

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 127/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para serviço de consultoria especializada para estudo de viabilidade técnica, econômica e comercial para implantação de parque aquático com estrutura de hospedagem e alimentação. Referida estrutura possui localização no imóvel denominado Centro de Lazer de Presidente Castello Branco.
VALOR:	O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo que o contratante desembolsará o valor total em 06 parcelas de R\$ 3.333,34 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) pagas até o dia 10 de cada mês, após apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, ou boleto bancário emitido pela empresa.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Alexandra Schumann, conforme Portaria nº P/0676/2019, de 12 de novembro de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993
VIGÊNCIA:	A vigência deste instrumento é de 11 de novembro de 2019 e término para 31 de maio de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2019

Publicação Nº 2225535

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 128/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	NEO DAIGNÓSTICO LTDA
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a contratação de pessoa física ou pessoa jurídica especializada para execução de serviços médicos para atuar através de preposto, como Diretor Técnico da UBS – Unidade Básica de Saúde e demais unidades da Secretaria Municipal de Saúde junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos. Fundamentação: Decreto Lei 20.931/32 e Lei 8.639/80
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), valor este que o Contratante pagará à Contratada.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Cristina Paula Forquezato, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº 0677/2019, de 12 de novembro de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 meses.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FIA 2020

Publicação Nº 2224798

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FIA 2020

PRESIDENTE: SIMONÍ IZEPON STANO
VICE-PRESIDENTE: LARISSA SCHERER
SECRETÁRIA: GABRIELA ROCHA
SECRETÁRIA EXECUTIVA: SIRLEI FAVARIN VANDERLINDE
APOIO TÉCNICO: ANALÍ ROSANA SCHOENFELDER DECARLE

Presidente Getúlio - SC, 05 de novembro de 2019.

Plano de Ação e Aplicação 2020

EIXO 1 – GARANTIA DOS DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS E DE INCLUSÃO SOCIAL

Objetivo Estratégico	Ação	Responsáveis	Prazo	Aplicação
1. Criar Comissão Intersectorial através de Portaria, para discussão e acompanhamento de casos envolvendo crianças e adolescentes	Buscar o apoio dos Gestores Públicos na integração das políticas públicas que atendam crianças e adolescentes, com formulação de estratégias de ação.	CMDCA, SEMAS	Jan	Sem custas
	Realizar reunião intersectorial mensal para debater o fluxo dos trabalhos de cada setor, visando a melhor articulação entre os serviços.	CMDCA, Conselho Tutelar, SEMAS, SECULDE, SMS	Fev a Dez	R\$ 1.000,00
	Realizar o acompanhamento pela rede, de crianças e adolescentes em situação de risco.	CMDCA, Conselho Tutelar, SEMAS, SECULDE, SMS	Permanente	Sem custas
	Garantir o acesso ao atendimento, de crianças e adolescentes em situação de risco desde o primeiro atendimento e realizar o monitoramento dos atendimentos.	CMDCA, Conselho Tutelar, SEMAS, SECULDE, SMS	Permanente	Sem custas
2. Garantir a elaboração de propostas referente ao respeito à diversidade na implantação das políticas de educação, saúde e assistência social.	Garantir em lei a elaboração de propostas referente ao respeito à diversidade	CMDCA	2020	Sem custas
	Capacitar profissionais no respeito à diversidade na implantação das políticas públicas	CMDCA, SEMAS, SECULDE, SMS	2020	R\$ 5.000,00
	Fortalecer o diálogo entre os setores	CMDCA, SEMAS, SECULDE, SMS	2020	Sem custas
	Trabalhar o tema nas mídias locais, inclusive nas redes sociais do CMDCA e município (vídeo, publicações)	CMDCA, Imprensa	2020	R\$ 5.000,00

3. Garantir a proteção integral de crianças e adolescentes de grupos em situação de vulnerabilidade social, considerando suas especificidades locais, regionais, culturais e identitárias.	Criar espaço de discussão mensal entre o Conselho Tutelar e a equipe técnica dos Serviços Setoriais de Atendimento a Crianças e Adolescentes para verificação de casos específicos e encaminhamentos mais adequados, visando a agilidade e a melhor solução para a criança e/ou o adolescente.	CMDCA, SEMAS, SECULDE, SMS	Fev - Dez	Sem custas
	Formular um Plano Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes de grupos em situação de vulnerabilidade social, entre as redes de apoio.	CMDCA	Até mar	Sem custas
	Formar um fluxograma seguindo protocolos de atendimento e fortalecer o trabalho em rede, garantindo que as crianças e adolescentes de grupos em situação de vulnerabilidade social, sejam acompanhados nas diversas demandas.	CMDCA, SEMAS, SECULDE, SMS	Até mar	Sem custas
	Preparar equipes com conhecimento adequado de cada região atendida.	CMDCA, SEMAS, SECULDE, SMS	Até mar	Sem custas
	Custear a divulgação e publicidade para aumentar o número de famílias interessadas em participar no programa Famílias de Apoio	SEMAS	Até jun	R\$ 7.000,00
	Curso de formação para profissionais envolvidos no Programa Famílias de apoio, e famílias cadastradas no Programa	SEMAS	Até jun	R\$ 7.000,00
	Custeio de acolhimento de criança e adolescentes em Famílias de Apoio	SEMAS	2020	R\$ 40.000,00

EIXO II: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo Estratégico	Ação	Responsáveis	Prazo	Aplicação
1. Formular políticas integradas com foco na prevenção de violência contra crianças e adolescentes	Garantir no PPA da Administração Pública, ações semestrais inter-setoriais com foco na prevenção de violência contra crianças e adolescentes.	CMDCA, Administração	2020	Sem custas
	Realizar palestras de prevenção a violência junto a crianças e adolescentes da rede municipal e estadual de ensino do município	SEMAS, CMDCA, Conselho Tutelar	2020	R\$ 5.000,00
	Capacitar profissionais para atendimento da demanda, garantindo a escuta qualificada	SEMAS, CMDCA, Conselho Tutelar	Até jun	R\$ 3.000,00
	Criar prontuário específico multidisciplinar para acompanhamento de casos	SEMAS, SMS, SECULD, Conselho Tutelar	2020	Sem custas
	Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou exploração sexual, ou outras formas de violência de direitos, através de acompanhamento adequado/qualificado	SEMAS	2020	R\$ 3.000,00

2. Implantar mecanismos de escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas de violência	Capacitar profissionais da Rede de atendimento	SEMAS, SMS, SECULD, Conselho Tutelar	Até dez	R\$ 2.000,00
	Elaborar um Protocolo de escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas de violência, entre o Conselho Tutelar e a Rede de Atendimento, levando ao conhecimento de todos os Serviços, através de reunião e da entrega de material a ser fixado em todas as salas de atendimento dos setores públicos, evitando assim que a vítima repita várias vezes a situação vivenciada e sofra novamente.	SEMAS, Conselho Tutelar, SMS, SECULD	2020	Sem custas
3. Assegurar o acesso à justiça e às garantias legais de crianças e adolescentes sem discriminação de qualquer natureza	Capacitar profissionais no sentido de compreender os protocolos e agilizar os processos.	SMS, Conselho Tutelar, SECULD, SEMAS	2020	R\$ 2.000,00
	Formular protocolos de atendimento na Rede dos Serviços Municipais.	SMS, Conselho Tutelar, SECULD, SEMAS	2020	Sem custas
4. Enfrentar o preconceito e situações de discriminação	Realizar campanhas intersetoriais e municipal de conscientização contra o preconceito e situações de discriminação vivenciadas por crianças e adolescentes. (gincana ou concurso, editoras)	CMDCA, SEMAS, SECULD, SMS	2020	R\$ 2.000,00
	Realizar palestras/teatro nas escolas do município sobre o preconceito, discriminação e automutilação.	CMDCA	2020	R\$ 5.000,00
	Promover campanha e ações de prevenção a deficiências físicas e mentais. Realização de palestras no dia da Família na Escola, das escolas de ensino regular.	CMDCA, SEMAS, APAE, SMS		R\$ 10.000,00
5. Enfrentar a violência no ambiente escolar	Levantar a quantidade de crianças e adolescentes e idades com perfil agressivo nas escolas municipais e estaduais de Presidente Getúlio	CMDCA, SMS, SEMAS	2020	Sem custas
	Elaborar um Plano de combate à violência no ambiente escolar entre a Equipe Pedagógica das Escolas, Conselho Tutelar, Secretaria de Educação, Assistência Social e Saúde.	CMDCA, SECULD, SMS, SEMAS, Conselho Tutelar	2020	Sem custas
	Qualificação de profissionais da educação para enfrentamento da violência no âmbito escolar	CMDCA, SMS	2020	R\$ 3.000,00
	Solicitar junto a administração pública ou órgão competente o estudo de viabilidade de contratação de mais psicólogos para atendimento nas escolas no município	CMDCA, Administração	2020	Sem custas
6. Garantir o uso seguro das novas tecnologias da informação e comunicação social por crianças e adolescentes	Realizar campanha aos pais, através de flyers, mídia e palestras para a segurança de crianças e adolescentes no uso das novas tecnologias da informação e comunicação social	CMDCA, Conselho Tutelar	2020	R\$ 3.000,00
	Realizar oficina e distribuição de material educativo para crianças e adolescentes das escolas municipais e estaduais sobre a preservação da imagem e identidade.	CMDCA, MP, SECULD	2020	R\$ 1.500,00

7. Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	Promover ações de mobilização social em alusão ao Dia Nacional e Estadual de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil (vídeo institucional com música temática e estatísticas, passeata, distribuição de flyers, balões e faixas)	CMDCA, SEMAS, SECULD, SMS, Conselho Tutelar	Maio e setembro	R\$ 12.000,00
	Capacitar continuamente a Rede de Atendimento à criança e o adolescente.	SEMAS, Conselho, CMDCA, Tutelar, SMS, SECULD	2020	R\$ 2.000,00

EIXO III: ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo Estratégico	Ação	Responsáveis	Prazo	Aplicação
1. Ampliar o orçamento destinado a crianças e adolescentes nas diversas políticas públicas (exceto fundos para a criança e o adolescente)	Criar projetos ou programas que contemplem efetivamente as prioridades das crianças nas diversas política públicas, incluindo os mesmo na LDO	SEMAS, SMS, SECULD	2020	Sem custas
2. Aprimorar a gestão do orçamento destinado a crianças e adolescentes	Capacitar Gestores, Contadores e Conselheiros para aprimorar a gestão do orçamento destinado a crianças e adolescentes.	CMDCA	2020	R\$ 3.000,00
	Elaborar um plano de ação e calendário anual para melhorar a gestão do orçamento do FIA	CMDCA	2020	Sem custas
	Oferecer formação continuada aos Conselheiros titulares e suplentes do CMDCA, no sentido de fortalecer o Conselho, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.	CMDCA, SEMAS	2020	R\$ 4.000,00
	Realizar diagnóstico municipal do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, com pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, com a difusão pública de seus resultados.	CMDCA	Até março	R\$ 80.000,00
3. Diversificar e ampliar as formas de financiamento dos fundos para a criança e o adolescente	Iniciar a campanha de arrecadação para o FIA em dezembro de 2020, com apresentação de resultados dos Projetos financiados e valores arrecadados em 2018. (porta-caneta, outdoor, cartazes, rádio, cartilhas)	CMDCA	Dez 2018- 2020	R\$ 8.000,00

4. Garantir a gestão efetiva dos fundos para a criança e o adolescente, promovendo melhor aplicação dos recursos	Garantir o acompanhamento da Comissão de Fiscalização e Monitoramento dos Projetos junto as Entidades e a avaliação do CMDCA para autorizar o desembolso financeiro de toda a ação prevista, seguindo o Plano de Ação e Aplicação do ano vigente.	SEMAS, Conselho Tutelar, CMDCA, MP	2020	Sem custas
	Seguir o Plano de Ação e Aplicação do FIA e levar em consideração o Diagnóstico Municipal da situação das crianças e adolescentes do município e da Rede de Atendimento.	CMDCA, Comissão de Fiscalização	2020	Sem custas
	Cofinanciar e acompanhar projetos inovadores das Organizações Sociais que atendem crianças e adolescentes	CMDCA, Comissão de Avaliação e de Fiscalização	Até fevereiro	R\$ 200.000,00
	Divulgar e incentivar eventos e atividades que estimulem o protagonismo Infanto-juvenil (Festival de música e teatro, concurso literário, Rua da Alegria)	CMDCA, SEMAS	2020	R\$ 15.000,00
5. Garantir que as especificidades locais, regionais, culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas no orçamento e nos fundos para a criança e o adolescente	Criar Comissão, garantindo a representação de cada comunidade e bairro do município, para garantir as especificidades de atendimento no FIA.	CMDCA	2020	Sem custas

EIXO IV: PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo Estratégico	Ação	Responsáveis	Prazo	Aplicação
1. Garantir participação e protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas	Organizar espaços de participação e protagonismo de crianças e adolescentes nas próprias escolas e nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipais, Estaduais e Nacional, buscando junto a eles deliberações sobre as políticas públicas.	CMDCA, SEMAS, SEMUD	2020	Sem custas
	Retomar projetos como Vereador Mirim, EduComunicação e Grêmios Estudantil nas Escolas	CMDCA, SEMUD	2020	Sem custas
2. Garantir a liberdade de expressão de crianças e adolescentes, assegurando a proteção integral	Qualificar os profissionais da Rede de Atendimento a crianças e adolescentes, no sentido de utilizar as leis, verificando sua aplicabilidade.	CMDCA, SEMUD, SEMAS, Conselho Tutelar	2020	R\$ 2.000,00
3. Potencializar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como estratégia de ampliação da participação de crianças e adolescentes	Promover capacitação de professores em relação as novas tecnologias de informação e comunicação, visando ampliar a participação de crianças e adolescentes na utilização desses mecanismos de aprendizado.	SEMUD	2020	Sem custas para o FIA
	Assegurar as aulas de informática educativa, com profissionais aptos para a função	SEMUD	2020	Sem custas

EIXO V: ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRIANÇA E ADOLESCENTES

Objetivo Estratégico	Ação	Responsáveis	Prazo	Aplicação
1. Garantir a autonomia dos Conselhos de Direito	Criar espaço de discussão e esclarecimento entre a Gestão Municipal, Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando a garantia da autonomia e o respeito ao CMDCA nas deliberações.	CMDCA, PMPG, MP	2020	Sem custas
	Reelaborar o Regimento Interno do CMDCA e divulgá-lo.	CMDCA	Até março	Sem custas
	Despertar nos membros do Conselho, a consciência do seu papel e o engajamento na causa da criança e do adolescente.	MP, CMDCA	2020	Sem custas
2. Melhorar a relação/integração entre os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente	Participar de eventos/encontros para a troca de conhecimentos	CMDCA	2020	R\$ 3.500,00
	Divulgar e realizar a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA, SEMAS	2020	R\$ 5.000,00
	Divulgar e realizar a Nova composição de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA, SEMAS	Out	Sem custas
3. Garantir o fortalecimento dos conselhos tutelares	Criar espaço de discussão e esclarecimento entre a Gestão Municipal, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, visando a garantia do fortalecimento do Conselho Tutelar nas suas decisões e atitudes.	CMDCA	2020	Sem custas
	Garantir o financiamento de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada ao Conselho Tutelar	CMDCA, Conselho Tutelar	2020	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL ORÇADO PARA 2020				R\$ 446.000,00

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2019 - SAATE

Publicação Nº 2225664

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - SAATE
CONCORRÊNCIA Nº 1/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA LEGALMENTE ESTABELECIDADA PARA REALIZAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC. Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes até o dia 16/12/2019 às 09h00min. Sessão de abertura, lances e julgamento às 09h30min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

PRESIDENTE GETÚLIO, 12 de novembro de 2019
EDSON JOSÉ STALOGH – SUPERINTENDENTE

RESOLUÇÃO Nº. 05/2019

Publicação Nº 2224791

RESOLUÇÃO Nº 05/2019
Dispõe sobre a aprovação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência FIA 2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de novembro de 2019, às 08h30, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social Cidadania Plena, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1.483, de 20 de dezembro de 1993:

Considerando a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento

dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA 2020, com base na a previsão orçamentária de R\$ 446.000,00. No documento, estão determinadas ações que buscam garantir o respeito aos direitos das crianças e adolescentes do Município de Presidente Getúlio e a definição de valores para as respectivas ações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Getúlio, 06 de novembro de 2019.

SIMONÍ IZEPON STANO

Presidente do CMDCA

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO Nº 04/2019 DE CADEIRA ODONTOLÓGICA E CADEIRA MOCHO PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2224445

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU CGC 83.102.699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS Fls..... Rubrica
---	--

CONTRATO Nº 04/2019

Que entre si fazem o Município de Presidente Nereu, através de seu Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na rua João XXIII, centro deste município, neste ato representado pelo Gestor Municipal, Sr. Benito Brand, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, BH DENTAL COMERCIAL EIRELI pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 29.312.896/0001-26, com sede Av. do Bandeirantes, 710 loja 05, bairro Comiteco, Belo Horizonte/MG, Neste ato representado pelo Sr. Cristiano Henrique Rodrigues Cury residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, inscrito no CPF sob N.º 993.547.726-68, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, PARA A EQUIPE DE SAÚDE BUCAL, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU / SC, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 421.410.171.227.165.6850, MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Descrição

10.01- 1014-344905208- 0338300

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 10.570,00 (dez mil quinhentos e cinquenta reais).

II - Os pagamentos devidos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a aprovação do bem, por ordem bancária.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado se houve interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à dos produtos contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Garantir que o produto tenha qualidade e ótimas condições de uso, sob pena de o produto ser devolvido e consequentemente desclassificado.
- h) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **72 (setenta e duas) horas** após solicitação através de ordem de compra, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 11/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 12 de novembro de 2019.

BENITO BRAND

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

BH DENTAL COMERCIAL EIRELI

Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMADOLI

CPF Nº018.560.459-51

VALDEMAR PETRI

CPF Nº 025.814.679-67

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108**89.184-000 - PRESIDENTE NEREU****SANTA CATARINA**LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO 80/2019

Publicação Nº 2224352

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 80/2019

OBJETO: PALESTRA MOTIVACIONAL PARA NO
ENCERRAMENTO DO SIPAT SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO- CNPJ: 85.118.354/0001-98

Valor do repasse: R\$ 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta
reais)

Presidente Nereu, 12 de Novembro de 2019.ISAMAR DE
MELO. Prefeito.

EDITAL DE PREGÃO Nº79/2019 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS REMANESCENTES PARA O MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2224799

**EDITAL Pregão Presencial Nº79/2019 de Participação EXCLUSIVA de
Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº239/2019 de 24/06/2019 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 79/2019, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR E ALIMENTOS ESPECIAIS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS) PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS, DE PRESIDENTE NEREU.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 26/11/2019
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 26/11/2019 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 79/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 79/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial,

lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 26/11/2019 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2019 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da

proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, junto com a certificação do Eproc.

6.1.13 Atestado de Vigilância sanitária municipal e ou estadual.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da

Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) **Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);**

6) **Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).**

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências

impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior

homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
	05.01-2017-333903007-010000
	05.01-2034-333903007-010000

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de **PRESIDENTE NEREU**, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela **CONTRATANTE**, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme**

necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número

de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 12 de novembro de 2019.

MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____
Endereço: _____
Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____
E-mail: _____
Pessoa de contato: _____
CNPJ da empresa: _____
Nome completo de quem retirou o edital: _____
CPF: _____

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20.....****PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....****PROCESSO Nº/20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em _____ epígrafe, ao Registro de Preços para _____ Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE.....**1º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****2º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****3º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR E ALIMENTOS ESPECIAIS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS) PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS, DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$
#,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até 31/12/2019

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte

endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de nº 01/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras,

para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR E ALIMENTOS ESPECIAIS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS) PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS, DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
#,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração

pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 79/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu,

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA****1 - INTRODUÇÃO**

1.1 - O presente Termo de Referência tem por finalidade definir os elementos básicos que norteiam a AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR E COPA E COZINHA) PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS.

2 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 – A aquisição dos objetos licitados destina-se para confecção de merenda para as unidades de Educação e utilizados nas cozinhas da Prefeitura municipal e demais dependências dos Fundo Municipais, e produtos de limpeza para o município e demais fundos municipais.

3 – OBJETO E CUSTOS ESTIMADOS

3.1 - É objeto do presente Termo de Referência a aquisição dos implementos, conforme abaixo descrito:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR E ALIMENTOS ESPECIAIS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS) PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS, DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	3.000	UNIDADE	ÁGUA MINERAL POTÁVEL SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFÃO DE POLICARBONATO DE 20 LITROS LACRADO, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NO RÓTULO DO PRODUTO.	R\$9,00	R\$ 27.000,00
2	30	KILOGRAMA	ALHO: BULBO INTEIRO, BOA QUALIDADE, FIRME E MAINTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS DE 1KG.	R\$21,44	R\$ 643,20
3	50	UNIDADE	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE: BISCOITOS INTACTOS, NÃO DEVEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E DEVEM TER SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. NÃO PODENDO CONTER ENTRE SEUS INGREDIENTES: LEITE, LEITE EM PÓ, LEITE CONDENSADO, CREME DE LEITE, MANTEIGA, CASEÍNA, CASEINATO DE AMONIA, CÁLCIO, MAGNÉSIO, POTÁSSIO, SÓDIO, COMPOSTO LACTEO, FERMENTO LACTEO, FOSFATO DE LACTOALBUMINA, GORDURA ANIDRA DE LEITE, LACTATOS, LACTOALBUMINA, LACTOFERRINA, LACTOGLOBULINA, LACTOSE, LACTULOSE, LATULONA, LEITELHO, MISTURA LÁCTEA, PROTEÍNA DO LEITE, PROTEÍNA DO SORO, PROTEÍNA LACTEA, CORANTE SABOR OU AROMA BAUNILHA, COCO, CARAMELO, LEITE, MARGARINA, MANTEIGA, QUEIJO.	R\$3,99	R\$ 199,50

			SOLIDOS DO LEITE, SORO DE LEITE, TRAÇOS DE LEITE E WHEY PROTEIN. SABORES: MILHO, POLVILHO, COCO OU ARARUTA. PACOTE CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS COM 150G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.		
4	25	KILOGRAMA	CONFEITO GRANULADO CROCANTE DE CHOCOLATE, EMBALAGEM PLÁSTICA 1KG. PRODUTO DE BOA QUALIDADE COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	R\$12,99	R\$ 324,75
5	200	UNIDADE	CREME DE LEITE, ESPECIFICAÇÃO: CREME DE LEITE TRADICIONAL, CONTENDO 200G, EM CAIXA UHT, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	R\$1,95	R\$ 390,00
6	250	UNIDADE	COCO RALADO, POLPA DE COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO. NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR. EMBALAGENS DE 100G. VALIDADE SUPERIOR A 3 MESES CONTANDO DA DATA DE ENTREGA.	R\$2,65	R\$ 662,50
7	130	UNIDADE	CONFEITO MIÇANGA COLORIDO 100G.	R\$2,97	R\$ 386,10
8	250	UNIDADE	LEITE CONDENSADO. ESPECIFICAÇÃO: LEITE CONDENSADO, CONSTITUÍDO DE LEITE PADRONIZADO, AÇÚCAR E LACTOSE, EMBALAGEM: LATA OU CAIXA DE 395G ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DE 1ª QUALIDADE.	R\$2,99	R\$ 747,50
9	50	LITROS	LEITE DE SOJA, COMPOSTO ELABORADO COM GRÃOS DE SOJA NÃO TRANSGÊNICO, 0% LACTOSE E 0% COLESTEROL, FONTE DE PRÓTEÍNAS, CÁLCIO, ZINCO E VITAMINAS A, B2, B6, B12, C, D, E E ÁCIDO FÓLICO. SABOR NATURAL, EMBALAGEM TETRAPACK QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DE 1(UM) LITRO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE DE 6 MESES NA ENTREGA.	R\$5,97	R\$ 298,50
10	20	UNIDADE	LEITE DE SOJA EM PÓ: LEITE DE SOJA EM PÓ INTEGRAL E INSTANTÂNEO, SEM LACTOSE, SEM SABOR, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS, MINERAIS E CÁLCIO. SEM COLESTEROL, PRODUTO NATURAL 100% VEGETAL. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE 300G. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES.	R\$19,95	R\$ 399,00
11	50	UNIDADE	MASSA ALIMENTÍCIA DE ARROZ (MACARRÃO SEM GLÚTEN): MASSA FEITA A PARTIR DO ARROZ, COM OVOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM 500G, DE FORMA ÍNTEGRA E SEM PERFURAÇÕES. PRODUTO FÍSICAMENTE BEM CONSERVADO, NÃO TRITURADO PELO MANUSEIO EXCESSIVO, COM DATA DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 3 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. FORMATO PARAFUSO, PENNE OU FUSILLI. NÃO CONTER GLÚTEN.	R\$3,00	R\$ 150,00
12	400	UNIDADE	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, SABORES VARIADOS. BANDEJA COM 06 UNIDADES, COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.	R\$3,40	R\$ 1.360,00
13	30	PACOTE	PÃO SEM GLÚTEN: PÃO ESPECIAL SEM GLÚTEN FATIADO (500 GRAMAS) PÃO TOTALMENTE LIVRE DE GLUTEN, PODENDO CONTER OVOS OU NÃO OU OUTRO INGREDIENTE QUE O CARACTERIZE, POR EXEMPLO: BATATA DOCE, BATATA, CENOURA OU AIPIM. OS INGREDIENTES DE FABRICAÇÃO, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E A FRASE: TOTALMENTE LIVRE DE GLUTEN.	R\$8,67	R\$ 260,10
14	400	KILOGRAMA	PEPINO, IN NATURA, GRAÚDO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCOS, ÍNTEGROS E LIMPOS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS.	R\$2,26	R\$ 904,00
15	130	08 unidades	PETIT SUISSÉ, TIPO DANONINHO, COM POLPA DE MORANGO, BANDEJA COM 08 UNIDADES COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.	R\$5,30	R\$ 689,00
16	100	UNIDADE	SUCO EM PÓ PACOTE 250G SABORES VARIADOS.	R\$2,91	R\$ 291,00
17	100	UNIDADE	NATA: FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, DEVERÁ APRESENTAR ASPECTO E CHEIRO CARACTERÍSTICO, LIVRE DE SUJIDADES E	R\$6,10	R\$ 610,00

			SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM: 300G CADA UNIDADE COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.		
--	--	--	---	--	--

3.2 – Os valores de referência acima foram obtidos por meio de pesquisa de preços junto a empresas do ramo e em sites da internet. Os orçamentos se encontram arquivados junto ao processo licitatório.

3.3 – As empresas vencedoras na etapa de lance deverão apresentar amostras dos itens vencidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise, sob pena de desclassificação e demais sanções aplicadas conforme lei 8666/93 e 10.520/02.

4 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do bem, o qual terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais.

4.1.1 - A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável em atestar o recebimento do bem.

4.2 - O pagamento será realizado após o recebimento do objeto e da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e seus anexos.

4.3 - O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital.

4.4 - O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.5 - A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15/12/2004, substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2006. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

4.6 - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

4.7 - A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

4.8 - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

4.9 - A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, número da Nota de Empenho, à fim de acelerar o trâmite de recebimento do

produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.10 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.11 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.12 - Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

05.001.2017.333903069.1000000 – Recursos Ordinários – educação

E demais dotações a serem utilizadas conforme a necessidade de cada setor do Município, devido o processo ser multi entidade

5 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura e pelo prazo de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado.

5.2 - A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, após efetuada sua solicitação através da ordem de fornecimento.

5.3 - O local de entrega dos objetos é a Prefeitura Municipal, situada na Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, Município de Presidente Nereu, em dias úteis e em horário de expediente.

5.4 - No ato da entrega dos objetos o fornecedor deverá apresentar nota fiscal que será submetida à aprovação e conferência, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e seus anexos.

5.5 - Fica estabelecido que os objetos serão recebidos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações do edital e seus anexos;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

5.6 - Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5.7 - Se a substituição dos objetos entregues não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Minuta do Contrato e na Lei.

5.8 - Caso seja comprovado que os objetos entregues não estejam de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5.9 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita entrega, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES

6.1 - As pessoas jurídicas interessadas em participar da licitação deverão atender, por ocasião da habilitação, ao exigido no art. 4º, XIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 27 da Lei nº 8666/93 conforme o caso.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos

órgãos de controle governamental;

II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;

IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

7.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;

II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;

III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Termo.

8 - DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 – A mora superior a 15 (quinze) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Presidente Nereu pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir

as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.8 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

Presidente Nereu, 12 de novembro de 2019.

JESSICA CARATTI SOARES
Nutricionista

Aprovo o presente Termo de Referência:

MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO
Secretário Municipal de Educação

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL****NOME DE EMPRESA:** _____**CNPJ:** _____**INSCRIÇÃO ESTADUAL** _____**ENDEREÇO COMPLETO:** _____**RUA:** _____ **Nº.** _____**BAIRRO:** _____**CEP:** _____**CIDADE:** _____ **UF:** _____**FONE: (____) _____**

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gênero alimentícios (merenda escolar e alimentos especiais para alunos com necessidades alimentares especiais) para a rede de ensino municipal e demais fundos municipais, de Presidente Nereu. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	3.000	UNIDADE	ÁGUA MINERAL POTÁVEL SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFÃO DE POLICARBONATO DE 20 LITROS LACRADO, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NO RÓTULO DO PRODUTO.		
2	30	KILOGRAMA	ALHO: BULBO INTEIRO, BOA QUALIDADE, FIRME E MAINTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS DE 1KG.		
3	50	UNIDADE	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE: BISCOITOS INTACTOS, NÃO DEVEM APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E DEVEM TER SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. NÃO PODENDO CONTER ENTRE SEUS INGREDIENTES: LEITE, LEITE EM PÓ, LEITE CONDENSADO, CREME DE LEITE, MANTEIGA, CASEÍNA, CASEINATO DE AMONIA, CÁLCIO, MAGNÉSIO, POTÁSSIO, SÓDIO, COMPOSTO LACTEO, FERMENTO LACTEO, FOSFATO DE LACTOALBUMINA, GORDURA ANIDRA DE LEITE, LACTATOS, LACTOALBUMINA, LACTOFERRINA, LACTOGLOBULINA, LACTOSE, LACTULOSE, LATULONA, LEITELHO, MISTURA LÁCTEA, PROTEÍNA DO LEITE, PROTEÍNA DO SORO, PROTEÍNA LACTEA, CORANTE SABOR OU AROMA BAUNILHA, COCO, CARAMELO, LEITE, MARGARINA, MANTEIGA, QUEIJO.		

			SOLIDOS DO LEITE, SORO DE LEITE, TRAÇOS DE LEITE E WHEY PROTEIN. SABORES: MILHO, POLVILHO, COCO OU ARARUTA. PACOTE CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS COM 150G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.		
4	25	KILOGRAMA	CONFEITO GRANULADO CROCANTE DE CHOCOLATE, EMBALAGEM PLÁSTICA 1KG. PRODUTO DE BOA QUALIDADE COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.		
5	200	UNIDADE	CREME DE LEITE, ESPECIFICAÇÃO: CREME DE LEITE TRADICIONAL, CONTENDO 200G, EM CAIXA UHT, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		
6	250	UNIDADE	COCO RALADO, POLPA DE COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO. NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR. EMBALAGENS DE 100G. VALIDADE SUPERIOR A 3 MESES CONTANDO DA DATA DE ENTREGA.		
7	130	UNIDADE	CONFEITO MIÇANGA COLORIDO 100G.		
8	250	UNIDADE	LEITE CONDENSADO. ESPECIFICAÇÃO: LEITE CONDENSADO, CONSTITUÍDO DE LEITE PADRONIZADO, AÇÚCAR E LACTOSE, EMBALAGEM: LATA OU CAIXA DE 395G ROTULADA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE., DE 1ª QUALIDADE.		
9	50	LITROS	LEITE DE SOJA, COMPOSTO ELABORADO COM GRÃOS DE SOJA NÃO TRANSGÊNICO, 0% LACTOSE E 0% COLESTEROL, FONTE DE PRÓTEÍNAS, CÁLCIO, ZINCO E VITAMINAS A, B2, B6, B12, C, D, E E ÁCIDO FÓLICO. SABOR NATURAL, EMBALAGEM TETRAPACK QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DE 1(UM) LITRO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE DE 6 MESES NA ENTREGA.		
10	20	UNIDADE	LEITE DE SOJA EM PÓ: LEITE DE SOJA EM PÓ INTEGRAL E INSTANTÂNEO, SEM LACTOSE, SEM SABOR, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS, MINERAIS E CÁLCIO. SEM COLESTEROL, PRODUTO NATURAL 100% VEGETAL. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE 300G. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES.		
11	50	UNIDADE	MASSA ALIMENTÍCIA DE ARROZ (MACARRÃO SEM GLÚTEN): MASSA FEITA A PARTIR DO ARROZ, COM OVOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM 500G, DE FORMA ÍNTEGRA E SEM PERFURAÇÕES. PRODUTO FÍSICAMENTE BEM CONSERVADO, NÃO TRITURADO PELO MANUSEIO EXCESSIVO, COM DATA DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 3 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. FORMATO PARAFUSO, PENNE OU FUSILLI. NÃO CONTER GLÚTEN.		
12	400	UNIDADE	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, SABORES VARIADOS. BANDEJA COM 06 UNIDADES, COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA..		
13	30	PACOTE	PÃO SEM GLÚTEN: PÃO ESPECIAL SEM GLÚTEN FATIADO (500 GRAMAS) PÃO TOTALMENTE LIVRE DE GLUTEN, PODENDO CONTER OVOS OU NÃO OU OUTRO INGREDIENTE QUE O CARACTERIZE, POR EXEMPLO: BATATA DOCE, BATATA, CENOURA OU AIPIM. OS INGREDIENTES DE FABRICAÇÃO, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E A FRASE: TOTALMENTE LIVRE DE GLUTEN.		
14	400	KILOGRAMA	PEPINO, IN NATURA, GRAUDO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCOS, ÍNTEGROS E LIMPOS, SEM TRAÇO DE DESCOLORAÇÃO OU MANCHAS..		
15	130	08 unidades	PETIT SUISSÉ, TIPO DANONINHO, COM POLPA DE MORANGO, BANDEJA COM 08 UNIDADES COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE. EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA...		
16	100	UNIDADE	SUCO EM PÓ PACOTE 250G SABORES VARIADOS.		
17	100	UNIDADE	NATA: FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, DEVERÁ APRESENTAR ASPECTO E		

			CHEIRO CARACTERÍSTICO, LIVRE DE SUJIDADES E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM: 300G CADA UNIDADE COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.		
--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

RESULTADO DO PREGÃO Nº11/20019 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, PARA A EQUIPE DE SAÚDE BUCAL, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU / SC, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 421.410.171.227.165.6850, MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Publicação Nº 2224440



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Pág 1 / 2

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 379 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número - Minuta - Licitação: 11 codigoCliente: 379 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
11/2019
Processo Administrativo: 11/2019

O Sr. Benito Brand, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria nº 239/2019, decide:

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 11/2019, o(s) participante(s):

21903 - PROHOSPITAL SUL						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	AUTOCLAVE DIGITAL 75 LITROS.COM CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL ; PAINEL DIGITAL EM TECLADO DE MEMBRANA E CONTROLE TERMODINÂMICO DE TEMPERATURA E PRESSÃO AUTOMÁTICO, COM ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DE DISPLAYS E INDICADORES LUMINOSOS; FECHO DE TAMPA DE TRIPLA ESTÁGIO COM SISTEMA DE RESTRIÇÃO DE ABERTURA POR FUSO DE ENCAIXE E DESLIZAMENTO POR ROLAMENTO AXIAL; SISTEMA DE PORTA COM CONSTRUÇÃO DUPLA TOTALMENTE EM AÇO CARBONO E AÇO INOX LAMINADO;GUARNIÇÃO EM SILICONE VULCANIZADO FIXADA NA CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO; NÃO NECESSITA DE TUBULAÇÃO PARA DRENAGEM DE ÁGUA; OPERAÇÃO FÁCIL E AUTOMÁTICA QUE PERMITE A SELEÇÃO DE DIFERENTES CICLOS, UTILIZA ÁGUA LIMPA A CADA CICLO PARA A MELHOR QUALIDADE DO VAPOR; SISTEMA DE SEGURANÇA QUE CONTROLAM TODO O CICLO E PREVINEM FALHAS DE OPERAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO;DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE EXCESSO DE TEMPERATURA, PRESSÃO OU FALTA DE ÁGUA; PRODUTO RESISTENTE, DE FÁCIL INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO MAIS DE 16 DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA; REGISTRADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EQUIPAMENTO UTILIZADOS PARA A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS COM O USO DE CALOR SOBRE PRESSÃO.	UNIDADE	STERMAX	1	R\$6.800,00	R\$6.800,00
					Total do Fornecedor:	R\$6.800,00
38300 - MF DE ALMEIDA E CIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	BISTURI ELETRÔNICO COM CONTROLE DE POTÊNCIA LINEAR E INDEPENDENTE PARA CORTE E BIPOLAR; SINALIZAÇÃO AUDIOVISUAL;ALARME DE SEGURANÇA QUE BLOQUEIA TODOS OS CIRCUITOS EM CASO DE ROMPIMENTO DO CABO DA PLACA NEUTRA E SOBREPONTÊNCIA DE SAÍDA; SAÍDAS TOTALMENTE ISOLADAS; REGULAÇÃO DE REDE -20% OU 10W(QUAL FOR O MAIOR); PEDAL CONTRA PENETRAÇÃO NOCIVA DE ÁGUA :IPX08; POTÊNCIA MONOPOLAR: CORTE:150 W- CARGA 300 OHMS, BLEND 1: 100W-CARGA 300 OHMS, BLEND 2: 75W- CARGA 300 OHMS BLEND 3: 23W-CARGA 300 OHMS. POTÊNCIA BIPOLAR: CORTE 70W -CARGA 100 OHMS BLEND 1: 50W- CARGA 100 OHMS, BLEND 2: 30W - CARGA 100 OHMS, BLEND 3: 20W- CARGA 100 OHMS. ACESSÓRIOS: PEDAL SIMPLES REF.PS-100; CANETA PADRÃO DE BAIXA REF.CPB-100; CLACA NEUTRA EM INOX (150X100X0,5MM) REF.PN-100; CABO DE PLACA NEUTRAREF.CPN-400; CABO DE FORÇA (3M-3X0,75MM); KIT DE ELETRODOS DE BAIXA -REF.KEB-100; ELETRODO TIPO AGULHA (85MM) REF.EA-85, ELETRODO TIPO AGULHA DE DEPILAÇÃO (66MM) REF.EA-66; ELETRODO TIPO ALÇA PEQUENA REF.EA-4.5; ELETRODO TIPO BOLA REF.EB- 2.1; ELETRODO	UNIDADE	TRANSMAI	1	R\$4.979,00	R\$4.979,00

IPM Sistemas Ltda
 Alende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO561101-019-FZORFM-311172257 - Emitido por: VALDECI JOSE COMANDOLI

11/11/2019 11:44:17 -03:00



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Pág 2 / 2

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 379 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 11 código Cliente: 379 ano Minuta: 2019 cota Credenciamento: 0

TIPO BOLA REF.EB-4.2; ELETRODO TIPO FACA RETA PEQUENA (67 MM) REF. EFR-67; MANUAL DO USUÁRIO; CERTIFICADO DE GARANTIA; DIMENSÕES ALTURA: 14,4 CM; LARGURA 23,0 CM; PROFUNDIDADE 23,5 CM; PESO 3,5 KG. ALIMENTAÇÃO: REDE ELÉTRICA 220 VOLTS, NORMAS: ABNT NBR IEC 60601-1 E IEC 60601-1-1; ABNT NBR IEC 60601-1-2 E IEC 60601-1-2; ABNT NBR IEC 60601-1-2-2 E IEC 60601-1-2-2; ABNT NBR IEC/CISPR-11. ESPECIFICAÇÃO AMBIENTAL: TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 50°C; UMIDADE RELATIVA: 15 A 90% (OPERAÇÃO) 10 A 90% (ARMAZENAMENTO).					
Total do Fornecedor:					R\$4.979,00

65781 - BHDENTAL

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CADEIRA ODONTOLÓGICA ESTOFAMENTO KOMFORT, BI-ARTICULADA, APOIO BRAÇO DUPLO, PLACA ELETRÔNICA NA BASE DO ASSENTO, SISTEMA ANTI ESMAGAMENTO COM SENSOR, MOTOR SILENCIOSO, 5 MOVIMENTOS SINCRONIZADOS(2POS. DE TRABALHO /VOLTA POS A 0/RETOR.POS. DE TRABALHO/POS.CUSPIR), 4 MOVIMENTOS INDIVIDUAIS (SOBE/DESCE-ENCOSTO/ASSENTO), TECLADO TOUCH NA MESA E NA UNIDADE AUXILIAR,PUXADORES METÁLICOS QUE NÃO AMARELAM, QUE NÃO RESSECAM, ACIONAMENTO PNEUMÁTICO,PEDAL DE COMANDO MULTIFUNCIONAL PREMIUM, COM ALÇA E DISPOSITIVO DE ÁGUA,CUBA DE CERÂMICA (OXFORD),ÁGUA COM 3 TIME DE TEMPORIZADOR, MESA PARA ATÉ 5 TERMINAIS (VEM COM DUAS BORDEN E 1 TRÍPLICE), SUGADOR VENTURI, FISIOMOCHO SN,REFLETOR LED,ALTA ROTAÇÃO 503C, 4° PONTA MULTIFLEX S/ LUZ, ENCAIXE RÁPIDO.	UNIDADE	DENTEMED	1	R\$10.050,00	R\$10.050,00
3	CADEIRA MOCHO SLIM GIRATÓRIO CROMADO COM ENCOSTO E REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, COM BASE INFERIOR DE 05 RODÍZIO PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL COM MAIOR CONFORTO E PRECISÃO,ENCOSTO EM FORMATO DE CORAÇÃO PARA UMA MAIOR PERFORMANCE ERGOMÉTRICA, REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE DO ENCOSTO, REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO OBTIDA ATRAVÉS DE UMA ALAVANCA LATERAL SITUADA SOB O ASSENTO COM VARIÁVEL ENTRE 46 A 58 CM DE ALTURA.	UNIDADE	DENTEMED	1	R\$520,00	R\$520,00

Total do Fornecedor: R\$10.570,00
Presidente Nereu, 11 de novembro de 2019.

BENITO BRAND
GESTOR DO F.M.SAÚDE

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 353, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224604

DECRETO Nº 353 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018 e Lei nº 1.024, de 13 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil reais) destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(01) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
MODALIDADE:	(02) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	42.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(19) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
MODALIDADE:	(20) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0077.2.077 – Manutenção do Departamento de Engenharia

MODALIDADE:	(31) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	32.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(10) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	64.000,00
MODALIDADE:	(13) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	95.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(43) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	16.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL



UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 – Bloco de Financiamento da PSB

MODALIDADE:	(47) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	20.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 – Incentivo a Produção Agropecuária

MODALIDADE:	(133) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	28.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	28.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Departamento de Infraest., Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(142) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	35.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 – Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	(153) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	30.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(82) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	42.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	42.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(107) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	94.000,00
MODALIDADE:	(109) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	99.000,00
TOTAL			R\$	444.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias abaixo nas seguintes fontes de recurso:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(03) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	455,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	455,00

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 06.182.0054.2.054 – Manutenção do Fundo da Defesa Civil

MODALIDADE:	(06) 3.9.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				

TOTAL	R\$	2.000,00
-------	-----	----------

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.066 – Manutenção dos Serviços de Junta Militar

MODALIDADE:	(05) 4.4.9.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0004.1.004 – Aquisição de Veículo Administração Geral

MODALIDADE:	(16) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0065.1.018 – Const., Ampliaç., e Conserv. Centro Administrativo

MODALIDADE:	(17) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	10.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(09) 3.1.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	73,60
MODALIDADE:	(12) 3.3.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	147,88
MODALIDADE:	(14) 4.4.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	27,72
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	249,20		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056- Manutenção Conv. Sec. Segurança Pública

MODALIDADE:	(22) 3.3.30.00.0.1.0000.0000-	Transf. Estado	R\$	9.365,48
MODALIDADE:	(23) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	24.365,48		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(21) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA
 PROJ./ATIV.: 04.122.0015.1.015 – Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(30) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA

PROJ./ATIV.: 04.123.0022.2.022 – Manutenção das Atividades de Finanças

MODALIDADE:	(34) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
MODALIDADE:	(36) 3.3.93.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	270,36
MODALIDADE:	(37) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	31.270,36

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0066.1.019 – Aquisição de Veículo para o FMAS

MODALIDADE:	(46) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0012.1.012 – Apoio ao Sistema Habitacional

MODALIDADE:	(66) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
MODALIDADE:	(67) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 – Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(70) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 04.241.0079.2.065 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

MODALIDADE:	(74) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 04.241.0079.2.088 – Construção do Centro Municipal de Idosos

MODALIDADE:	(75) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	38.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	38.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(83) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	7.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.367.0039.2.039 – Manutenção do Ensino Especial

MODALIDADE:	(120) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				

TOTAL	R\$	30.000,00
-------	-----	-----------

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(95) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
MODALIDADE:	(96) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		34.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 – Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(116) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		40.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

MODALIDADE:	(100) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.752,15
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		3.752,15

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.082 – Apoio as Atividades de Desenv. Plano Municipal de Educação

MODALIDADE:	(85) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(86) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.362.0084.2.083 – Auxílio a Estudantes Ensino Técnico e Profissionalizante

MODALIDADE:	(103) 3.3.50.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(104) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 13.392.0083.2.086 – Manutenção da Biblioteca Pública

MODALIDADE:	(124) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(125) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		7.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 – Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(130) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	93.907,81
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		93.907,81

ÓRGÃO: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PROJ./ATIV.: 17.512.0013.1.013 – Saneamento Básico Geral

MODALIDADE:	(163) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(164) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	11.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Departamento de Infraest., Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(143) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	70.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(45) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0070.2.073 – Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

MODALIDADE:	(58) 3.3.50.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00
TOTAL GERAL			R\$	444.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 13 de Novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC 026787/O-2

LEI Nº 1.023 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224383

Lei nº 1.023 de 13 de Novembro de 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS E PARTICIPAR DE COMPETIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o(a) Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, a realizar despesas na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e promover todos os atos necessários a participação de atletas que representarão o Município de Princesa nos jogos organizados pela Liga Esportiva Oestina, neste ano de 2019.

Paragrafo único. O Município poderá realizar despesas com arbitragem, vestuário, transporte, inscrição e cadastro do time e atletas, hidratação (fornecimento de água) e utensílios de massagem durante a participação na referida competição.

Art. 2º. Preferencialmente será utilizado vestuário oficial do Município durante as competições, e que deverá ser devolvido a municipalidade após o término da competição.

Art. 3º. As taças recebidas em decorrência do evento esportivo ficarão sob a guarda do Departamento Esportivo do Município, e as medalhas com os atletas e comissão participantes.

Art. 04. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de Princesa.

08	SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER.
08.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTES
2050	PROJETO ATIVIDADE
221	DOTAÇÃO

Art. 05. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 12 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.024 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224537

Lei nº 1.024 de 13 de Novembro de 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, faz, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil reais) destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(01) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
MODALIDADE:	(02) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	42.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(19) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
MODALIDADE:	(20) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0077.2.077 – Manutenção do Departamento de Engenharia

MODALIDADE:	(31) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	32.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(10) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	64.000,00
MODALIDADE:	(13) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	95.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(43) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	16.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 – Bloco de Financiamento da PSB

MODALIDADE:	(47) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	20.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 – Incentivo a Produção Agropecuária

MODALIDADE:	(133) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	28.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	28.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Departamento de Infraest., Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(142) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	35.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 26.782.0045.2.045 – Manutenção das Estradas Vicinais e Transportes

MODALIDADE:	(153) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	30.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(82) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	42.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	42.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(107) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	94.000,00
MODALIDADE:	(109) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	99.000,00
TOTAL			R\$	444.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias abaixo nas seguintes fontes de recurso:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(03) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	455,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				

TOTAL	R\$	455,00
-------	-----	--------

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 06.182.0054.2.054 – Manutenção do Fundo da Defesa Civil

MODALIDADE:	(06) 3.9.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	2.000,00		

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.066 – Manutenção dos Serviços de Junta Militar

MODALIDADE:	(05) 4.4.9.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0004.1.004 – Aquisição de Veículo Administração Geral

MODALIDADE:	(16) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	1.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0065.1.018 – Const., Ampliaç., e Conserv. Centro Administrativo

MODALIDADE:	(17) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	10.000,00		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(09) 3.1.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	73,60
MODALIDADE:	(12) 3.3.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	147,88
MODALIDADE:	(14) 4.4.71.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	27,72
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	249,20		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056- Manutenção Conv. Sec. Segurança Pública

MODALIDADE:	(22) 3.3.30.00.0.1.0000.0000-	Transf. Estado	R\$	9.365,48
MODALIDADE:	(23) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL	R\$	24.365,48		

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 – Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(21) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000– Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA
 PROJ./ATIV.: 04.122.0015.1.015 – Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(30) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000– Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA
 PROJ./ATIV.: 04.123.0022.2.022 – Manutenção das Atividades de Finanças

MODALIDADE:	(34) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
MODALIDADE:	(36) 3.3.93.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	270,36
MODALIDADE:	(37) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000– Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	31.270,36

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0066.1.019 – Aquisição de Veículo para o FMAS

MODALIDADE:	(46) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 16.482.0012.1.012 – Apoio ao Sistema Habitacional

MODALIDADE:	(66) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
MODALIDADE:	(67) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 – Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(70) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
 PROJ./ATIV.: 04.241.0079.2.065 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

MODALIDADE:	(74) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 04.241.0079.2.088 – Construção do Centro Municipal de Idosos

MODALIDADE:	(75) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	38.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	38.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(83) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	7.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.367.0039.2.039 – Manutenção do Ensino Especial

MODALIDADE:	(120) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	30.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(95) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
MODALIDADE:	(96) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	34.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 – Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(116) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	40.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

MODALIDADE:	(100) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.752,15
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.752,15

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.082 – Apoio as Atividades de Desenv. Plano Municipal de Educação

MODALIDADE:	(85) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(86) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.362.0084.2.083 – Auxílio a Estudantes Ensino Técnico e Profissionalizante

MODALIDADE:	(103) 3.3.50.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(104) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	15.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 13.392.0083.2.086 – Manutenção da Biblioteca Pública

MODALIDADE:	(124) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(125) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 – Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(130) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	93.907,81
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	93.907,81

ÓRGÃO: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.1.013 – Saneamento Básico Geral

MODALIDADE:	(163) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(164) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	11.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Departamento de Infraest., Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(143) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	70.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(45) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0070.2.073 – Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

MODALIDADE:	(58) 3.3.50.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00
TOTAL GERAL			R\$	444.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 12 de novembro de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2018

Publicação Nº 2225606

À Empresa Urbe Ateliê de Arquitetura Ltda
Processo Licitatório nº 131/2018
Contrato Administrativo nº 201/2018

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Município de Quilombo, por seu representante legal, o Excelentíssimo Senhor Prefeito, Silvano de Pariz, vem, por meio deste ato, amparado no art. 77 c/c o art. 78, incisos I e VII e inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/1993, e, ainda de acordo com a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato Administrativo, item 11.1, subitem 11.1.1, alíneas "a" e "c", para comunicar que RESCINDIRÁ DE FORMA UNILATERAL o Contrato Administrativo nº 201/2018, formalizado com a empresa URBE ATELIE DE ARQUITETURA LTDA, em 19 de novembro de 2018, em razão do "não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos" e "do desatendimento das determinações regulares do servidor municipal designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução", observando-se que a contratada foi devidamente notificada para que, NO PRAZO LEGAL, apresentasse as justificativas e ou defesa que entendesse pertinente acerca das irregularidades verificadas durante o prazo estabelecido para cumprimento do contrato, quedando-se inerte.

Desta forma, nos termos do Contrato Administrativo nº 201/2018, comunicamos que o Município de Quilombo, no prazo de 05(cinco) dias, a contar do recebimento desta, promoverá a rescisão do contrato em questão.

Em atenção ao princípio da ampla defesa, o Município concede o mesmo prazo (05 dias), a contar do recebimento deste comunicado, para que a Empresa Urbe Ateliê de Arquitetura Ltda apresente defesa e ou as alegações que entender necessário.

Decorrido o prazo, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 201/2018.

Notifique-se a contratada, com cópia desta rescisão, no endereço consignado no Contrato Administrativo, por Aviso de Recebimento – AR, acerca deste comunicado de rescisão unilateral.

Publique-se o inteiro teor desta rescisão unilateral, na forma da Lei.

Quilombo/SC, 12 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito

Rio do Campo

PREFEITURA

385 PORTARIA Nº 385 CONCEDE BENEFICIO DE PENSÃO POR MORTE PARA FLORINDA FERNANDES

Publicação Nº 2225266

Portaria nº. 385, de 12 de novembro de 2019.

“Concede benefício de pensão por morte para FLORINDA FERNANDES.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, principalmente as estabelecidas no Art. 40, da Constituição Federal de 1988, considerando o parecer Jurídico versando sobre o processo de pensão por morte solicitado pela dependente FLORINDA FERNANDES.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder benefício de pensão por morte, com percentual de 100% dos vencimentos do Servidor Inativo LUIZ FERNANDES, à beneficiária FLORINDA FERNANDES, portador da cédula de identidade (RG) nº 2.335.715 – SSP/SC e inscrito no CPF nº 928.598.369-34;

Art. 2º Os proventos de aposentadoria equivalem à remuneração do servidor Inativo, correspondem a R\$ 2.325,36 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos).

BENEFICIO DE APOSENTADORIA	R\$ 2.311,35
INCORP art 64 L.960/94	R\$ 14,01
Total	R\$ 2.325,36
.....	

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a partir de 29 de outubro de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 12 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

386 PORTARIA Nº 386 DESIGNA SERVIDORA NO CARGO DE CONTADOR PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS NO RIOPREV

Publicação Nº 2225268

Portaria nº. 386, de 12 de novembro de 2019.

“Designa Servidor no cargo de contador para realização de serviços técnicos e administrativos no RIOPREV”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a gratificação de 35%, à MARIZETE AGOSTINI MORATELLI, mat 34218, integrante do cargo de Contador, do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo do Município de Rio do Campo, nos termos da legislação profissional, pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio do Campo - RIOPREV.

Art. 2º Esta portaria em em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 12 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

387 PORTARIA Nº 387 DESIGNA SERVIDOR PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DA FOLHA DE PAGAMENTO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS NO RIOPREV

Publicação Nº 2225291

Portaria nº. 387, de 12 de novembro de 2019.

“Designa Servidor no cargo de Oficial Administrativo para realização de serviços técnicos e administrativos no RIOPREV”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a gratificação de 45%, a ser concedida ao servidor ALCIDES MORATELLI, mat 300, ocupante do cargo de oficial administrativo, do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo do Município de Rio do Campo, nomeado pelo poder executivo municipal para desenvolver as atividades da Folha de Pagamento e demais serviços administrativos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio do Campo - RIOPREV.

Art. 2º Esta portaria em vigor na data de sua publicação retroagindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 12 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

388 PORTARIA Nº 388 DISPOE SOBRE A EXONERAÇÃO DE VALERIA HAVERROTH ALKA

Publicação Nº 2225871

Portaria nº. 388, de 13 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora VALERIA HAVERROTH ALKA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 01 de novembro de 2019, a servidora VALERIA HAVERROTH ALKA, matrícula nº. 34350, contratada pela Portaria nº. 155/2019, para o cargo de Professor, ACT Habilitado, Processo Seletivo nº 03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a partir de 01 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

LEI Nº 2.293

Publicação Nº 2225877

LEI Nº 2.293, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União, até o valor de R\$ 1.350.000,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), no âmbito do FINISA, destinados à Construção de Centro de

Eventos e Aquisição de Veículo, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A operação em tela se dará com a taxa de juros anual de até 120% do CDI.

§ 2º. O pagamento da referida operação de crédito será efetuado no prazo de 10 dias, sendo um ano de carência.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
aos 13 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi

Resp. pela Sec. de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO 101/2019 - SERVIÇOS DE SONDAAGEM

Publicação Nº 2225639

AVISO DE EDITAL DE DISPENSA

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC

DISPENSA Nº 019/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019

O Prefeito do Município de Rio do Oeste/SC, Sr. Humberto Pessatti, Torna Público a presente dispensa de Licitação, tendo por Objeto a Contratação dos serviços de Sondagem, o qual será prestado por BRASECOL ENGENHARIA E FUNDACOES S.A., inscrito no CNPJ nº. 82.715.061/0001-08, com sede na AV Jorge Lacerda, 331, Costeira do Pirajubaé, Florianópolis/SC, CEP: 88.047-000. Valor global previsto: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais). Fundamento jurídico: Reger-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II e Alterações.

As despesas decorrentes desta Dispensa ocorrerão por conta da Secretaria da Ind. Comércio, Turismo e Esportes – orçamento de 2019.

A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município <https://riodooeste.atende.net> no link: <https://riodooeste.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1>, “consulta de licitações”.

Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 12 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 8613, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225299

DECRETO Nº 8613, de 12 de novembro de 2019.

“CONCESSÃO DO VEÍCULO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, PARA A GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Concede-se por tempo determinado à Guarda Municipal de Rio do Sul o veículo, conforme segue: Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Fundação Municipal de Desportos - FMD, no dia 18 de novembro de 2019, com saída da sede da Guarda Municipal), às 05h, com retorno previsto às 21h, para levar os alunos do projeto Guarda Municipal Mirim que participarão de evento educativo da Guarda Municipal de Laguna/SC.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desportos, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo e motorista, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 195/2019

Publicação Nº 2225519

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 195/2019

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: LOCAÇÃO DE TERRENO, FRAÇÃO IDEAL DE 10.000 M2, SITUADO NA LINHA RURAL DE RIACHUELO, LUGAR ATAFONA, NO MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC, PARA ARMAZENAMENTO DE PEDRAS DOADAS PELA USINA DE SALTO PILÃO.

Locador: GLAUDIR e ERONITA KLAAR

Valor Mensal: R\$ 1.736,24 (um mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: 12 meses, a contar da assinatura do contrato.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II e III, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 12 de novembro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 052/2019

Publicação Nº 2225396

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 052/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

OFÍCIO Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
064/2017	24/04/17	133006/2012	WANDERSON SIMÕES TELIS	091.190.777-77
			Rio do Sul, 12 de novembro de 2019.	

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 039/2019

Publicação Nº 2224642

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 039/2019
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

No dia 11/11/2019, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 171931/2018
Recurso Ordinário nº 011/2019
Recorrente: Arduíno Nardelli & Filhos Ltda
Relator: Conselheiro Ramiro de Liz e Souza
Redação do acórdão de acordo com o § 1º do Art. 42 do Regimento Interno:
Conselheiro Fábio José Soar

DECISÃO: Através do voto de QUALIDADE do Presidente, nos termos do voto VISTA, negado provimento ao Recurso.

EMENTA: REVISÃO IPTU. PEDIDO DE ALTERAÇÃO TESTADA PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE. DEVE SER CONSIDERADA A TESTADA PRINCIPAL PARA FINS DE CÁLCULO DO IPTU O LOGRADOURO APONTADO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL E RECONHECIDO PELO PRÓPRIO RECORRENTE COMO SENDO SEU ACESSO PRINCIPAL. VOTO VISTA QUE DIVERGE DO RELATOR. RECURSO IMPROVIDO,
Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2224560

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, firmado em 26/08/2019, com término previsto para 08/11/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN portador(a) do CPF nº 070.292.976-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2019, iniciando-se a prorrogação em 09/11/2019 e encerrando-se em 06/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/11/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIANE CRISTINA C. TOLEDO FRANKLIN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LIGIA PFLEGER SENEM - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2224551

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2019, firmado em 01/10/2019, com término previsto para 01/11/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIGIA PFLEGER SENEM portador(a) do CPF nº 034.736.879-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139/2019, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/11/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LIGIA PFLEGER SENEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PORTARIA Nº 1768/DGP

Publicação Nº 2224884

PORTARIA Nº 1768/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade à servidora ANA CAROLINA MEES ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2019 1 00128 048 0052285 03 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de THÉO MEES DIAS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

RESOLUÇÃO Nº 50/2019/CMDCA

Publicação Nº 2224903

RESOLUÇÃO Nº 50/2019/CMDCA

Dispõe sobre divulgação da lista das entidades que inscreveram-se para o processo de eleição da sociedade civil do CMDCA, para compor a gestão 2019-2021.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 361/2017 e 418/2019;

CONSIDERANDO o edital nº 03/2019/CMDCA que convoca para a eleição dos membros de entidades da sociedade civil, do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA de Rio do Sul/SC;
 CONSIDERANDO a resolução nº 41/2019/CMDCA do CMDCA, que criou a Comissão Organizadora do Processo de Eleição da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2019/2021.
 CONSIDERANDO a resolução nº 42/2019/CMDCA que alterou o cronograma do edital nº 03/2019/CMDCA.
 CONSIDERANDO a resolução nº 47/2019/CMDCA que novamente alterou o cronograma do edital nº 03/2019/CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º- Publicar a lista das entidades que entregaram o requerimento de inscrição para concorrerem à eleição da representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no biênio 2019-2021;

ENTIDADE	REPRESENTAÇÃO	
	TITULAR	SUPLENTE
Clube de Mães – Lar da Menina	Silvania Floriano Muller	Rosecléia Romana Cé
Centro Comunitário Divino Espírito Santo	Janete Terezinha Zanis de Oliveira	Sandra Grah Xavier
Associação Mover Caminhos	Karise Robetti	Amauri Hoffmann
Obra Kolping Estadual de Santa Catarina – OKE/SC	Marilene Fuchter	Lucimara dos Santos Koch
Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição	Jorge Miguel Freitas	Grasiele Maria Freitas Koepp
Grupo Escoteiro MAFEKING	Zailú Medeiros Doile	Elói Marconi
Instituto Federal Catarinense - IFC	Leonardo José Antunes	William Leoncio Wrubel
Associação em Prol da Primeira Infância – Aco-Ihervc	Shanna Wolff Sieves	Angelica Cristina Silveira
Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI	Patricia de Lourdes Pureza de Souza	Gabriel William Lorenzi da Silva

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2019.

KARISE ROBETTI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESUMO DO CONTRATO Nº 255/2019

Publicação Nº 2224423

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 255/2019

Pregão Presencial Nº 176/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Consalter & Camargo Assessoria e Consultoria Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada em elaboração e aplicação de concurso público destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva ao Município de Rio do Sul/SC

Valor total: R\$ 69.720,00 (sessenta e nove mil setecentos e vinte reais).

Vigência: até 31/12/2019.

Recurso: 82.02.2012.3390.3948 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único e inciso II do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 23 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

RISOLEIDE APARECIDA TELLER DURLI - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2224564

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2019, firmado em 26/01/2019, com término previsto para 05/11/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) RISOLEIDE APARECIDA TELLER DURLI, portador(a) do CPF nº 762.959.669-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2019, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 077/2019, iniciando-se a prorrogação em 06/11/2019 e encerrando-se em 13/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/11/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	RISOLEIDE APARECIDA TELLER DURLI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SILVANA JENSEN - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2224554

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2019, firmado em 30/09/2019, com término previsto para 01/11/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA JENSEN portador(a) do CPF nº 000.597.569-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 138/2019, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/11/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SILVANA JENSEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

TERMO DE COLABORAÇÃO N. 021/2019

Publicação Nº 2225888

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 021/2019

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E ASSOCIAÇÃO MOVER CAMINHOS

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede na Rua Verde Vale, nº 60 – Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela secretária, Sra. DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE e o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, com sede na Rua Verde Vale, nº 60 – Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela presidente, Karise Robetti, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO/FIA, e de outro lado a associação MOVER CAMINHOS pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.956.941/0001-07, com sede na Rua Vitório Fronza, nº 62 – Taboão, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pela seu responsável legal, Sr. PATRICK MÜNZFELD, doravante denominado simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal e com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas

e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, tem o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto “padaria escola em espaço de privação de liberdade”; que tem por objeto capacitar os jovens que cumprem medida sócio educativa no CASEP – Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Rio do Sul, ferramentas de conhecimento e capacitação no âmbito da panificação de doces e salgados artesanais, para que se viabilize oportunidade profissional e pessoal quanto em liberdade, podendo trabalhar com certificação em estabelecimentos como padarias, bem como adquirir renda extra através das práticas desenvolvidas durante o curso de Panificação, dentre elas: pães doces e pães salgados, cucas, biscoitos, bolos, salgados. Proporcionando também orientações na busca por trabalho formal e garantia dos direitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 22.259.40 (vinte e dois mil reais e duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I – As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência – FIA, no valor de total de R\$22.259.40 conforme dotação abaixo:

Órgão 91 – Fundo da Infância e do Adolescente

Unidade 00 – Fundo da Infância e do Adolescente

Ação 2.079– Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Referência da Dotação 398

Elemento 333500000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Vínculo 309000000

II – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III – Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMRS/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I – A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II – Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor recebedor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III – A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV – O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I – Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II – Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III – Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV – Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V – Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I – Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV – Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII – Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), após o término do prazo de execução do projeto, podendo ser prorrogado por igual período, desde que previamente solicitado;

VIII – Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX – Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI – Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denuncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII – Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII – Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV – Dispor de pessoal técnico – administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto;

XVII - Os bens adquiridos com recursos financeiros transferidos pelo presente instrumento passarão a incorporar ao patrimônio da OSC, desde que a organização da parceria assegure a continuidade das ações do projeto sem ônus para o CMDCA, conforme Plano de Trabalho previamente aprovado, assegure a continuidade do projeto de atendimento proposto inicialmente, e ainda serão gravados com cláusula de inalienabilidade, sendo que deverá formalizar promessa de transferência da propriedade ao CMDCA, na hipótese de sua extinção, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014. Não havendo interesse por parte da OSC em assegurar a continuidade das ações do projeto, os bens remanescentes adquiridos com recursos desta parceria, após a consecução do objeto, retornarão ao patrimônio do CMDCA, que decidirá sobre sua destinação.

É vetado:

I – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II – Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III – Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I – A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, após o término do prazo de execução do projeto, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;
- i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;
- j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;
- k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);
- l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
- m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;
- n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;
- o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
- p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado.
- q) O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o recebimento das parcelas.
- r) A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- t) A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I – Anexo I - Plano de Trabalho,

II – Anexo II - Resolução do CMDCA,

III – Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMRS,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em conformidade com o plano de trabalho, 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul (SC), 25 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Karise Robetti

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ASSOCIAÇÃO MOVER CAMINHOS

Representante legal da associação.

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.522, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2225487



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1522, DE 12 DE NOVEMBRO 2019.**

Outorga Título de “Cidadão Rio-sulense”.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, conforme inciso XXIX do art. 37 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara de Vereadores, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao Senhor Narcizo José Schmidt pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Sargento James.

Art. 2º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” à senhora Tânia Mara Rocha Moratelli pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Marcos Norberto Zanis.

Art. 3º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao senhor Darci Martins Carneiro Júnior pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Eroni Francisco da Silva.

Art. 4º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao Senhor Darcy Inacio Reineher pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação da Vereadora Bárbara Kirsten.

Art. 5º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” à Senhora Ursula Jung Hoegen pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação da Vereadora Zeli da Silva.

Art. 6º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao Senhor Amilton Cunha pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Cariso Sávio Giacomini.

Art. 7º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao Senhor Fábio dos Santos Küster pelos relevantes serviços prestados ao município de

Decreto Legislativo nº 1522/2019 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Maicon Coelho.

Art. 8º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” à Senhora Adair Machado Cechet pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Mário Sérgio Stramosk.

Art. 9º Fica outorgado o Título de “Cidadão Rio-sulense” ao Senhor José Gonçalves da Costa pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos da Resolução nº 954, de 23 de março de 2018, por indicação do Vereador Fernando Cesar Souza.

Art.10. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

MARCOS
NORBERTO

ZANIS:00340358939

Assinado de forma digital
por MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2019.11.12
13:34:15 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presidente

[Assinada digitalmente]

MAICON
COELHO:04
272165917

Assinado de forma
digital por MAICON
COELHO:04272165917
Dados: 2019.11.12
13:40:40 -03'00'

MAICON COELHO

Vice-Presidente

[Assinada digitalmente]

FERNANDO
CESAR
SOUZA:06069926
935

Assinado de forma digital
por FERNANDO CESAR
SOUZA:06069926935
Dados: 2019.11.12
16:07:09 -03'00'

FERNANDO CESAR SOUZA

1º Secretário

[Assinada digitalmente]

Decreto Legislativo nº 1522/2019 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.523, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225493



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



DECRETO LEGISLATIVO Nº 1523, DE 12 DE NOVEMBRO 2019.

Outorga a Comenda “Escrava Anastácia” ao Senhor Orival Marcelino Domingos – Kike.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, conforme inciso XXIX do art. 37 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara de Vereadores, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgada a Comenda “Escrava Anastácia” ao Senhor Orival Marcelino Domingos – Kike, pelo destaque em suas atividades, nos termos da Lei Municipal nº 4.435, de 31 de agosto de 2006.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de novembro de 2019.

MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Assinado de forma digital por MARCOS NORBERTO ZANIS:00340358939
Dados: 2019.11.12 13:34:40 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS
Presidente
[Assinada digitalmente]

MAICON
COELHO:04272165917
Assinado de forma digital por MAICON COELHO:04272165917
Dados: 2019.11.12 13:38:40 -03'00'

MAICON COELHO
Vice-Presidente
[Assinada digitalmente]

FERNANDO
CESAR
SOUZA:06069926935
Assinado de forma digital por FERNANDO CESAR SOUZA:06069926935
Dados: 2019.11.12 16:06:42 -03'00'

FERNANDO CESAR SOUZA
1º Secretário
[Assinada digitalmente]

Decreto Legislativo nº 1523/2019 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1265/2019

Publicação Nº 2225757



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1265, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a jornada de trabalho do
servidor João Henrique Facchini

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o art. 5º da Resolução nº 933, de 22 de janeiro de 2018, que trata da flexibilização da jornada de trabalho dos Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Rio do Sul, fica estabelecido para o servidor João Henrique Facchini, lotado no gabinete do vereador James Rides da Silva, a partir de 17 de outubro de 2019, a jornada de trabalho de segunda-feira, das 13h às 19h, e de terça a sexta-feira, das 12h15min às 18h15min.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1216, de 19 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de novembro de 2019.

ROBERTO ANDRADE
Assinado de forma digital
por ROBERTO ANDRADE
BASTOS:0268854394 BASTOS:0268854394
Dados: 2019.11.12 16:33:20
-03'00'
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral
[Assinado Digitalmente]

THAYNA
Assinado de forma digital
por THAYNA
FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2019.11.12
16:29:37 -03'00'
5666277952
THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa
[Assinado Digitalmente]

Portaria nº 1.265/2019 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 13698 - DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224835

DESAPROPRIA POR UTILIDADE PÚBLICA ÁREAS DE TERRAS, NO BAIRRO VISTA ALEGRE, NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVI do art. 96 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei Municipal nº 3225 - de 03 de setembro de 2019, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações supervenientes;

DECRETA

Art. 1º - Fica desapropriada por utilidade pública como desapropriada está, por via amigável as áreas de terras sem benfeitorias, situadas no bairro Vista Alegre, nesta cidade e comarca, que apresentam as seguintes características:

I - terreno urbano, com 3.680,95 m² (três mil, seiscentos e oitenta metros e noventa e cinco decímetros quadrados), situado as margens da Rodovia BR 280, bairro Vista Alegre, nesta cidade, pertencente a Val Bello Empreendimentos Ltda ME, parte da área maior integrante da matrícula nº 7.199, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho - SC;

II - terreno urbano, com 275,01m² (quinhentos e vinte e três metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), situado no lado par da Rodovia BR 280, Bairro Vista Alegre, nesta cidade, pertencente a Alfeu José Smaniotto e Margaret Cristina Cittolin Smaniotto, parte da área maior integrante da matrícula nº 13.362, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho - SC;

III - terreno urbano, com 63,84 m² (sessenta e três metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua "A", do bairro Vista Alegre, nesta cidade, pertencente à Hamburgo Empreendimentos Ltda ME, parte da área maior integrante da matrícula nº 13.737, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho - SC;

IV - terreno urbano, com 41,49 m² (quarenta e um metros e quarenta e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Willy Neppel, bairro Vista Alegre, nesta cidade, pertencente à Hamburgo Empreendimentos Ltda ME, parte da área maior integrante da matrícula nº 13.736, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho - SC;

Parágrafo único. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei Orgânica Municipal, os imóveis de que trata o art.1º, foram respectivamente avaliados, no montante de R\$ 60.073,10 (sessenta mil, setenta e três reais e dez centavos); R\$ 8.544,83 (oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos); R\$ 1.041,87 (mil e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos) e R\$ 677,12 (seiscentos e setenta e sete reais e doze centavos), declarada de utilidade pública através do Decreto nº 13629 de 02 de agosto de 2019, destinam-se a adequação do arruamento urbano para abertura de acesso ao reservatório de água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE de Rio Negrinho no Bairro Vista Alegre.

Art. 2º - A aquisição da área será efetivada amigavelmente, sem ônus ao município em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável dos proprietários, incorporando-se os imóveis ao patrimônio público municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 12464 de 29 de junho de 2016 e nº 13295 de 09 de outubro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 20 de setembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13750 - DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224839

REGULAMENTA OS PARÂMETROS DE IDENTIFICAÇÃO E USO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO ENTORNO DA REPRESA ALTO RIO PRETO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e considerando a necessidade de regulamentar os parâmetros de identificação e uso da Área de Preservação Permanente do entorno da Represa Alto Rio Preto, de acordo com o Art. 62º da Lei Federal nº 12.651/2012;

DECRETA

Art. 1º - A cota de referência para a demarcação da faixa da Área de Preservação Permanente será a distância entre o nível máximo operativo normal da barragem (7,35m) e a cota máxima maximorum (7,85m), baseadas em Levantamento Aerofotogramétrico (documento oficial da municipalidade) e em levantamento realizado por profissional habilitado, dentro do Padrão de Exatidão Cartográfica e à Norma de Serviços 001/2008 (01/09/2008 - IBGE) no que se refere à Padronização de Marcos Geodésicos, acompanhado de anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica.

§ 1º A Prefeitura implantará 2 (dois) Marcos Geodésicos no nível máximo de operação da represa, para serem utilizados como referência na elaboração dos levantamentos conforme caput do artigo;

§ 2º Deverá ser respeitada uma faixa não edificante de 10m a partir da Área de Preservação Permanente.

Art. 2º - A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, conforme Art. 7º da Lei Federal nº 12.651/2012.

Art. 3º - Será permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental, conforme Art.9º da Lei Federal nº 12.651/2012.

Art. 4º - A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, conforme Art. 8º da Lei Federal nº 12.651/2012.

Art. 5º - Serão consideradas atividades de baixo impacto as alíneas citadas no inciso X, do Art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012.

Art. 6º - Fica estabelecido que este Decreto será válido enquanto não for elaborado o Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental do Alto rio Preto.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 29 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13758 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2224842

ADQUIRE POR DOAÇÃO ÁREAS DE TERRA SITUADAS NO BAIRRO PINHEIRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XXVI do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei nº 2342, de 07 de junho de 2011, que Autoriza a adquirir por Doação, áreas de terras de Odin Herbert Lehner e Marlise Faner Lehner, na forma do disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando:

- A necessidade de regularização da área na qual encontram-se edificadas dependências públicas municipais de atendimento a comunidade no bairro Pinheirinho;

- O interesse público caracterizado com o projeto para Regularização Urbanística e Fundiária de Assentamento Precário, elaborado para ser executado na área;

- Que o imóvel está instituído como AEIS I - 33, área Especial de Interesse Social de acordo com a Lei Complementar nº 156 de 07 de maio de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de recebimento por doação, em caráter irrevogável, irretroatável e irrenunciável, um terreno urbano com 15.615,48m² (quinze mil seiscientos e quinze metros e quarenta e oito decímetros quadrados), localizado no bairro Pinheirinho, nesta cidade, da matrícula nº 16.752 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho - SC, que consta pertencer ODIN HERBERT LEHNER portador do CPF nº 552.994.669-00, e MARLISE FANER LEHNER portadora do CPF nº 311.353.239-68.

Art. 2º A área declarada de Utilidade Pública no artigo anterior destina-se a implementação das ações para regularização urbanística e fundiária pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 10.632 de 03 de maio de 2011 e o Decreto nº 13.639 de 13 de agosto de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13765 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225902

SUSPENDE A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO POR SERVIDORES PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de alteração, por motivo operacional, nas autorizações de horas extras no âmbito da Prefeitura Municipal;

- A constante diminuição da arrecadação municipal durante o exercício de 2019, provocada pela queda no retorno do ICMS e do FPM, trazendo sérias dificuldades de ordem financeira para manter os serviços municipais;

- A necessidade da tomada de medidas internas e externas de diminuição das despesas de manutenção de todos os serviços municipais, bem como da folha de pessoal;

- Que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pelos serviços essenciais e indispensáveis que continuarão sendo realizados;

- O princípio da conveniência administrativa, da legalidade e do interesse público dos atos da administração pública município;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a realização de Serviço Extraordinário por servidores Públicos, no Âmbito do Poder Executivo Municipal, Administração Direta e Indireta, no período de 13/11/2019 a 31/01/2020.

Art. 2º - Em caso de serviços de extrema necessidade, fica a critério de aprovação do Comitê Gestor instituído pelo Decreto nº 13.610, de 22 de julho de 2019, autorizar ou não, a solicitação prévia de execução de horas extras.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 12 de novembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

Publicação Nº 2225925

Os Decretos em inteiro teor estão publicados no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-decretos>

[illegible]

Publicação Nº 2225867

Prefeito Municipal

Publicação Nº 2225885

Órgão	21 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	001 - Fundo De Assistência Social
Funcional Programática:	21.001.0008.0244.0021.2230

Programa	0021 - Proteção Social Básica E Especial
Projeto/Atividade	2230 - Manutenção dos Benefícios Eventuais: Funeral, Natalidade, Vulnerabilidade Temp, e Calamidade Pública
Despesa – 477	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 27.345,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Órgão	21 - Fundo Municipal De Assistência Social
Unidade	001 - Fundo De Assistência Social
Funcional Programática:	21.001.0008.0243.0021.2224
Programa	0021 - Proteção Social Básica E Especial
Projeto/Atividade	2224- Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Despesa – 462	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.207,50
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	21 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	001 - Fundo de Assistência Social
Funcional Programática:	21.001.0008.0243.0021.2224
Programa	0021 - Proteção Social Básica E Especial
Projeto/Atividade	2224-Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Despesa – 463	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.907,50
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	21.001.0008.0243.0021.2226
Programa	0021 - Proteção Social Básica E Especial
Projeto/Atividade	2226 - Manutenção Dos Serviços Da Proteção Social Básica
Despesa – 464	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 11.530,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Despesa – 467	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.300,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	21.001.0008.0244.0021.2296
Programa	0021 - Proteção Social Básica E Especial
Projeto/Atividade	2296 - Fortalecimento Do Controle Social - IGD Suas
Despesa – 491	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.815,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 05 de novembro de 2019.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3261 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225886

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 118.114,60 (cento e dezoito mil, cento e quatorze reais e sessenta centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04 - Secretaria de Agricultura
Unidade	001 - Secretaria de Agricultura
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2059
Programa	0004 - Atendimento ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2059 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
Despesa – 70	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.114,60
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Órgão	06 - Secretaria De Educação
Unidade	003 - Departamento Administrativo
Funcional Programática:	06.003.0012.0122.0006.2359
Programa	0006 - Excelência em Educação
Projeto/Atividade	2359 - Manutenção das Atividades Administrativas
Despesa - 159	3350000000-Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

Fonte/Recurso	01010002 - Recursos Ordinários Impostos- Educação
Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	002 - Departamento da Tesouraria
Funcional Programática:	08.002.0004.0123.0008.2111
Programa	0008 - Administração Financeira
Projeto/Atividade	2111 - Amortização da Dívida Pública
Despesa – 206	4690000000 - Aplicações Diretas R\$ 112.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04 - Secretaria de Agricultura
Unidade	001 - Secretaria de Agricultura
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.1338
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	1338 - Construção de Fábrica de Filamento de Peixes e Conservas
Despesa – 58	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2042
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2042 - Manutenção do Programa Municipal de Distribuição do Calcário
Despesa – 59	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 25,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2047
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2047 - Manutenção do Programa de Mecanização Agrícola
Despesa – 61	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2048
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2048 - Produção e Aquisição de Mudanças (Nativas, Exóticas e Melíferas)
Despesa – 62	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 50,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2050
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2050 - Programa de Capacitação Profissional Dos Agricultores
Despesa – 64	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 60,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2053
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2053 - Manutenção do Programa de Inseminação Artificial
Despesa – 66	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 25,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2056
Programa	0004 - Atendimento ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2056 - Ampliação e Manutenção da Telefonia Rural
Despesa – 67	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 7,50
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Despesa – 68	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 150,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2059
Programa	0004 - Atendimento ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2059 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
Despesa – 71	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 10,10
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	04.001.0020.0606.0004.2298
Programa	0004 - Atendimento Ao Produtor Rural
Projeto/Atividade	2298 - Realização da Festa do Agricultor Realização da Festa do Agricultor
Despesa – 72	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.687,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Órgão	06 - Secretaria de Educação
Unidade	003 - Departamento Administrativo
Funcional Programática:	06.003.0012.0122.0006.2097
Programa	0006 - Excelência Em Educação

Projeto/Atividade	2097-Administração de Recursos Humanos do Departamento Administrativo	
Despesa – 155	3191000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos R\$ 4.000,00	
Fonte/Recurso	01010002 - Recursos Ordinários Impostos- Educação	
Órgão	10 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
Unidade	001 - Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico	
Funcional Programática:	10.001.0004.0661.0010.1128	
Programa	0010 - Promoção Industrial, Comercial e do Turismo	
Projeto/Atividade	1128 - Implantação do Condomínio Empresarial Municipal	
Despesa – 216	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 112.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 05 de novembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3262 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225890

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Especial ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	004 - Corpo de Bombeiros Militar
Funcional Programática:	08.004.0006.0181.0020.2219
Programa	0020 - Segurança Para Todos
Projeto/Atividade	2219 - Manutenção das Atividades do Funrebom
Despesa – 610	3391000000 - Aplicações Diretas Decorrentes Operações entre Órgãos R\$ 1.000,00
Fonte/Recurso	02000742 - Recursos de Outras Fontes - Bombeiros

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	004 - Corpo de Bombeiros Militar
Funcional Programática:	08.004.0006.0181.0020.2219
Programa	0020 - Segurança Para Todos
Projeto/Atividade	2219 - Manutenção das Atividades do Funrebom
Despesa – 609	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte/Recurso	02000742 - Recursos de Outras Fontes - Bombeiros

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 05 de novembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3263 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225872

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	16 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Unidade	001 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Funcional Programática:	16.001.0016.0482.0009.2116
Programa	0009 - Habitação Para Todos

Projeto/Atividade	2116 - Implementação de Lotes Urbanizados Implementação de Lotes Urbanizados
Despesa – 710	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	06890085 - Superávit Financeiro - Alienação de Bens - Venda de Lotes

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	16 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Unidade	001 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Funcional Programática:	16.001.0016.0482.0009.2122
Programa	0009 - Habitação Para Todos
Projeto/Atividade	2122 - Manutenção das Atividades do Fundo de Habitação de Interesse Social
Despesa – 604	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	06890085 - Superávit Financeiro - Alienação de Bens - Venda de Lotes

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 12 de novembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3264 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225875

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 55.860,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos e sessenta reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0017.0542.0011.2140
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	2140 - Manutenção do Aterro Sanitário
Despesa – 255	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 55.860,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.1134
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização e Vias
Projeto/Atividade	1134 - Pavimentação de Vias e Passeios
Despesa – 233	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 55.860,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 12 de novembro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2018

Publicação Nº 2225566

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 1º termo aditivo ao contrato Nº 57/2018 ref. Pregão Nº 32/2018. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Servmed - Clínica de Medicina do Trabalho Ltda. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original. Vigência: 18/12/2019 a 18/12/2020. Rodeio 12 de novembro de 2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 42/2017

Publicação Nº 2224364

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato 4º termo aditivo ao contrato Nº 42/2017 ref. Pregão 14/2017. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Gente Seguradora S.A. Objeto: contratação de empresa seguradora para seguro patrimonial dos imóveis do município de Rodeio. Motivo: Inclusão de itens ao contrato original. Vigência: 11/11/2019 a 20/04/2020. Rodeio 11 de novembro de 2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9583/2019

Publicação Nº 2224727

PORTARIA Nº 9583/2019

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ANDRIELI ROTAVA, aprovada no Concurso Público Edital 01/2018, homologado pelo Decreto nº 4.037/2018, para exercer o cargo de PROCURADOR DO MUNICIPIO, 20 horas semanais, e vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia, com seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9584/2019

Publicação Nº 2224730

PORTARIA Nº 9584/2019

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, Servidora Pública Municipal Sra. ANA PAULA PEREIRA NEUMANN, cargo de carreira AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

DECRETO Nº 4.155/2019

Publicação Nº 2225765

DECRETO Nº 4.155/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA ATUAR NO CENTRO DE REFERENCIA DE AASISTENCIA SOCIAL - CRÁS DE ROMELÂNDIA,

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para comporem a **COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIA PARA ATUAR NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRÁS DE ROMELÂNDIA**, que será responsável pelo acompanhamento, avaliação e seleção na chamada em andamento nesta Prefeitura Municipal, nos termos do respectivo edital.

-Eliane A. R. dos Santos

-Vera Lúcia Dassoler Perreira

-Marcia Maria Melz Francescon

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 12 de Novembro de 2019.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 2019

Publicação Nº 2225864



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 313/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCT2689	55852794D	5010/0	10/01/2016	162 * I
MCT2689	55852795D	6599/2	10/01/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 314/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOS3303	55873831D	5185/1	11/01/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 315/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSE2682	55873832D	5185/1	27/02/2016	167
CSE2682	55873833D	5185/2	27/02/2016	167
CSE2682	55873834D	5835/0	27/02/2016	195
CSE2682	55873835D	5843/3	27/02/2016	196
MFV3203	55873751D	7366/2	10/02/2016	252 * VI
MFV3203	55873752D	5207/0	10/02/2016	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 316/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DSC6773	55611071C	5835/0	08/03/2016	195
DSC6773	55611072C	5207/0	08/03/2016	169
LYY1969	55873753D	6580/0	07/04/2016	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 317/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAI5319	55873757D	5169/1	01/05/2016	165
AAI5319	55873758D	6912/0	01/05/2016	232
ALZ0510	55873755D	5061/0	16/04/2016	163 c/c 162 * I
ALZ0510	55873756D	5010/0	16/04/2016	162 * I
CCH5830	55873732D	6599/2	07/05/2016	230 * V
LYG6162	55611073C	7340/0	16/05/2016	252 * IV
MCR8535	55873733D	6912/0	16/04/2016	232
MCR8535	55873754D	5045/0	16/04/2016	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 318/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJR1328	55873734D	6912/0	07/05/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 319/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEZ8885	55852793D	5185/1	01/01/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 320/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ4992	55873759D	5525/0	21/05/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 321/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLH8960	55873836D	5525/0	25/05/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 322/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOL2544	55873762D	6599/2	18/06/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 323/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMC9032	55873760D	6769/0	26/05/2016	R\$ 85,13	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELÂNDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 324/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DNV2417	55873761D	6637/2	18/06/2016	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 325/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFY4877	55611075C	5207/0	09/07/2016	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 326/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABN6823	55873838D	5185/1	26/08/2016	167
MDL4593	55852649D	6912/0	03/08/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 327/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI2646	55873767D	6599/2	04/09/2016	230 * V
MAI2646	55873768D	6912/0	04/09/2016	232
MAI2646	55873769D	6556/5	04/09/2016	230 * I
MAI2646	55873770D	5185/1	05/09/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 328/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMC9032	55852650D	5185/1	08/09/2016	167
CNS0257	55873842D	6912/0	15/09/2016	232
DVB0635	55852653D	5185/1	10/09/2016	167
DVB0635	55873743D	6599/2	10/09/2016	230 * V
IBF2895	55873744D	5410/0	10/09/2016	181 * IV
IBF2895	55873745D	6599/2	10/09/2016	230 * V
KGL3382	55852695D	5185/1	18/09/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 329/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KGL3382	55873843D	6530/0	18/09/2016	228
MBD5615	55852689D	5207/0	27/08/2016	169
MBD5615	55852690D	5185/1	27/08/2016	167
MLJ2139	55873841D	5185/1	26/08/2016	167
MTI7644	55873763D	6610/2	04/09/2016	230 * VII
OBI5719	55873840D	5185/1	26/08/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 330/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHJ3031	55852651D	5207/0	08/09/2016	169
MHH5120	55873741D	6653/2	10/09/2016	230 * XI
MHI2183	55873766D	6912/0	04/09/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 331/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMC9032	55873746D	6610/2	28/09/2016	230 * VII
AMC9032	55873747D	6726/1	28/09/2016	230 * XVIII
DSI3926	55873795D	5045/0	17/09/2016	162 * V
MKY0819	55873794D	5185/1	17/09/2016	167
MKY0819	55873799D	5185/2	17/09/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 332/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM6872	55873748D	6653/2	28/09/2016	230 * XI
MCM6872	55873749D	6912/0	28/09/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 2019

Publicação Nº 2225870



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 333/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE7058	55873736D	6912/0	26/08/2016	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 334/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GUE6448	55873796D	5185/1	17/09/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 335/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZW8465	55873851D	6530/0	03/12/2016	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 336/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHR3093	55873852D	5045/0	10/12/2016	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 337/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KDR3373	55873811D	5185/1	27/12/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 338/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEM5776	55873801D	5274/1	04/12/2016	R\$ 2.934,68	175
LZO3286	55873750D	5045/0	13/11/2016	R\$ 293,47	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 339/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMC9032	55873778D	5185/1	21/01/2017	167
AMC9032	55873779D	5207/0	21/01/2017	169
AMC9032	55873780D	6912/0	21/01/2017	232
MDB2153	55873847D	5185/1	19/01/2017	167
MDB2153	55873848D	5835/0	19/01/2017	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 340/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHR3093	55873774D	5207/0	21/01/2017	169
CHR3093	55873775D	5185/1	21/01/2017	167
CHR3093	55873776D	6912/0	21/01/2017	232
LXT6744	55873781D	6530/0	21/01/2017	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 341/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFS8884	55873812D	5185/1	09/01/2017	R\$ 195,23	167
DFS8884	55873816D	6530/0	09/01/2017	R\$ 195,23	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 342/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFO2833	55873857D	5835/0	18/02/2017	195
AFO2833	55873858D	5010/0	18/02/2017	162 * I
AFO2833	55873859D	6599/2	18/02/2017	230 * V
AFO2833	55873860D	6726/1	18/02/2017	230 * XVIII
AFO2833	55873861D	5061/0	18/02/2017	163 c/c 162 * I
GVT6731	55873786D	5274/2	26/02/2017	175
MDM8775	55873802D	7340/0	11/03/2017	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 343/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JPD4990	55873814D	5479/0	09/01/2017	R\$ 130,16	181 * X
JPD4990	55873817D	6530/0	09/01/2017	R\$ 195,23	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 344/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOH0649	55873804D	5045/0	20/03/2017	162 * V
CHR3093	55873850D	5045/0	27/02/2017	162 * V
COO9297	55873867D	5207/0	27/03/2017	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 345/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJZ0172	55873863D	5010/0	11/03/2017	162 * I
IMO7100	55873818D	7340/0	06/03/2017	252 * IV
MDZ9264	55873803D	6599/2	11/03/2017	230 * V
MEN8678	55873866D	5045/0	26/03/2017	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 346/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOC1989	55873856D	6530/0	11/12/2016	R\$ 195,23	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 347/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HSI2135	55873868D	5835/0	29/03/2017	195
HSI2135	55873869D	5207/0	29/03/2017	169
LYA2363	55873865D	6599/2	26/03/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 348/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU1090	55873819D	5061/0	07/04/2017	163 c/c 162 * I
MGU1090	55873870D	5010/0	07/04/2017	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 349/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDM8775	55873862D	5207/0	11/03/2017	R\$ 88,38	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 350/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
QHK3974	55873788D	6530/0	26/02/2017	R\$ 195,23	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 351/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE1653	55873891D	7340/0	07/05/2017	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 352/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFY3253	55873874D	5010/0	07/06/2017	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 2019

Publicação Nº 2225860



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 408/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIL4075	P03KZ0004D	5185/1	12/10/2018	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 410/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAJ0208	P03KZ0004Q	5185/1	20/12/2018	167
DFK9555	P03KZ0004P	5185/1	16/12/2018	167
IOU6601	P03KZ0004I	6912/0	25/11/2018	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 434/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ELJ4174	P03KZ00065	7234/0	28/06/2019	R\$ 130,16	250 * I * a
MMB2314	P03KZ0006H	5185/1	28/06/2019	R\$ 195,23	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELÂNDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 252/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DGZ4971	55610889C	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 431/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYK0026	P01E70016D	5720/0	31/07/2019	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 403/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT6744	P01E7000U4	5835/0	06/07/2018	R\$ 195,23	195
LXT6744	P01E7000U5	5185/1	06/07/2018	R\$ 195,23	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELÂNDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 404/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH7628	P03KZ00042	5185/2	06/09/2018	167
LZH7628	P03KZ00043	5185/1	06/09/2018	167
MCE4404	P03KZ00046	5010/0	08/09/2018	162 * I
MCE4404	P03KZ00047	6599/2	08/09/2018	230 * V
MCE4404	P03KZ00048	5061/0	08/09/2018	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 405/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DNI4045	P03KZ0004C	5185/1	12/10/2018	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 409/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZG1913	P03KZ0004J	5835/0	26/11/2018	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 431/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYK0026	P01E70016D	5720/0	31/07/2019	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 433/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW8519	P01E70016T	5185/1	07/08/2019	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 419/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDW3303	P03KZ0005M	5835/0	13/04/2019	195
MDW3303	P03KZ0005N	5720/0	13/04/2019	186 * I
MDW3303	P03KZ0005O	5207/0	13/04/2019	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 243/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK0913	55611020C	6599/2	20/12/2013	230 * V
LZK0913	55611021C	5010/0	20/12/2013	162 * I
LZK0913	55611022C	5061/0	20/12/2013	163 c/c 162 * I
MEG7262	55610890C	5010/0	01/02/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 244/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBX5900	55610972C	5010/0	08/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
IBX5900	55610973C	5061/0	08/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 245/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIL4075	55610975C	7366/2	12/01/2014	252 * VI
MJU2438	55611038C	5185/1	19/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 246/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI2646	55610942C	6599/2	15/02/2014	230 * V
MAI2646	55610943C	6408/0	15/02/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 247/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV8635	55610896C	5010/0	10/02/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 248/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSF9214	55927349B	7366/2	19/02/2014	252 * VI
MFO3668	55610893C	6920/0	04/02/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 249/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AND0598	55610891C	6912/0	01/02/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 250/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDJ9988	55611024C	5401/0	03/01/2014	R\$ 127,69	181 * III
LYY9893	55611025C	6602/0	07/01/2014	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 251/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEW9243	55610946C	6599/2	09/04/2014	230 * V
IEW9243	55610947C	5835/0	09/04/2014	195
IEW9243	55611041C	6637/1	09/04/2014	230 * IX
KLD2413	55852603D	6599/2	08/04/2014	230 * V
KLD2413	55852604D	6580/0	08/04/2014	230 * IV
MBE8796	55852602D	5010/0	05/04/2014	162 * I
MDR1766	55610944C	5010/0	28/03/2014	162 * I
MDR1766	55610945C	5061/0	28/03/2014	163 c/c 162 * I
MJU1057	55610900C	6912/0	12/04/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 253/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGZ8853	55852624D	6920/0	03/04/2014	233
MID0354	55852621D	6920/0	03/04/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 254/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCE0500	55610938C	5010/0	15/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCE0500	55610940C	5061/0	15/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCE0500	55610941C	7030/1	15/02/2014	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELÂNDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 255/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO1395	55610949C	7030/1	27/04/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 256/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAJ5310	55610848C	5185/1	26/01/2013	R\$ 127,69	167
IBF2895	55610883C	5010/0	21/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXB7311	55610888C	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
LXW6221	55610922C	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	233
MAI2646	55610932C	5010/0	06/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAI2646	55610933C	6599/2	06/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI2646	55610934C	5169/1	06/04/2013	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 257/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDA8726	55610898C	6599/2	07/04/2014	230 * V
CDA8726	55610899C	5010/0	07/04/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 258/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFI1285	55610884C	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
AQH1966	55610965C	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
BUK6897	55610999C	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
DBN3504	55610958C	6700/0	17/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
DUJ4989	55610923C	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	233
DZU1076	55927275B	7072/1	30/09/2012	R\$ 191,53	244 * V
HSB6336	55611014C	6599/2	29/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
IAY9409	55610918C	5010/0	08/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
IAY9409	55610919C	7064/0	08/04/2013	R\$ 191,53	244 * IV
IAY9409	55610920C	6556/1	08/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
IKJ8013	55610935C	6920/0	24/05/2013	R\$ 127,69	233
ILA0024	55611007C	6920/0	11/09/2013	R\$ 127,69	233
IMO7100	55610969C	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
LXM4661	55610992C	6599/2	15/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXM4661	55610993C	5010/0	15/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXO2444	55852625D	6920/0	03/04/2014	R\$ 127,69	233
LYR9394	55611002C	6912/0	08/07/2013	R\$ 53,20	232
LZN1133	55610912C	5010/0	12/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZR8283	55610914C	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
MBP0323	55611026C	6920/0	18/10/2013	R\$ 127,69	233
MBS2991	55610981C	7030/1	25/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBS2991	55610982C	6912/0	25/04/2013	R\$ 53,20	232
MBV7352	55610915C	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
MFI4663	55611005C	5010/0	07/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFI4663	55611006C	6599/2	07/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS2602	55610921C	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIV7363	55610977C	5541/1	20/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 259/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IOB6572	55610924C	5835/0	18/07/2013	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 260/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYL4047	55611057C	6920/0	30/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 261/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCR3872	55852622D	6920/0	03/04/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 262/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK9707	55611048C	6920/0	23/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 263/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CVU5876	55610948C	6548/0	27/04/2014	R\$ 85,12	229
MJI8527	55611042C	5010/0	15/04/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 264/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR5665	55611056C	6920/0	30/05/2014	233
MGH4734	55611058C	6920/0	30/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 265/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ5267	55852606D	5010/0	14/06/2014	162 * I
AFZ5267	55852607D	5207/0	14/06/2014	169
MCE0500	55852610D	5010/0	14/06/2014	162 * I
MCE0500	55852611D	5118/0	14/06/2014	164 c/c 162 * I
MCE0500	55852612D	6580/0	14/06/2014	230 * IV
MCE0500	55852613D	5835/0	14/06/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 266/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFD5402	55610994C	6858/0	22/06/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MFD5402	55610995C	7030/1	22/06/2013	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 267/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
COH4825	55852635D	6920/0	26/06/2014	233
LXY3385	55852614D	6920/0	26/06/2014	233
LYL8169	55852677D	5010/0	24/06/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 268/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGP9995	55852719D	6912/0	02/07/2014	232
AGP9995	55852720D	5010/0	02/07/2014	162 * I
AGP9995	55852722D	5061/0	02/07/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 269/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCL0967	55611016C	6599/2	10/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFD1987	55927391B	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 270/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR4257	55852608D	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYR4257	55852609D	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 271/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHO4705	55852605D	7030/1	14/06/2014	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 272/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAE6418	55852756D	5010/0	02/08/2014	162 * I
MCR4714	55852657D	6599/2	05/08/2014	230 * V
MCR4714	55852659D	6912/0	05/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 273/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGL7189	55852696D	7048/1	08/09/2014	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 274/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEK8104	55852636D	5010/0	15/09/2014	162 * I
IEK8104	55852638D	6599/2	15/09/2014	230 * V
IEK8104	55852639D	6726/1	15/09/2014	230 * XVIII
IKU9916	55852762D	6912/0	24/09/2014	232
MBS2649	55852763D	5010/0	24/09/2014	162 * I
MBS2649	55852764D	6912/0	24/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 275/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MED0671	55852757D	5010/0	06/08/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 276/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFD1987	55852767D	5185/1	05/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 278/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DUW4012	55852772D	6599/2	12/11/2014	230 * V
DUW4012	55852773D	7030/1	12/11/2014	244 * I
DUW4012	55852774D	6912/0	12/11/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 279/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAP1177	55852766D	5185/1	05/10/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 280/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK5462	55852736D	6530/0	30/11/2014	228
AJK5462	55852737D	5185/1	30/11/2014	167
MEG7262	55852679D	5010/0	26/12/2014	162 * I
MEG7262	55852680D	6599/2	26/12/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 281/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRG9305	55852765D	5185/1	05/10/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 282/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES7717	55852738D	5010/0	31/12/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 283/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ9319	55852739D	7048/1	04/02/2015	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 284/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT8843	55852741D	6599/2	08/02/2015	230 * V
LXT8843	55852742D	5010/0	08/02/2015	162 * I
LXT8843	55852744D	7048/1	08/02/2015	244 * II
LXT8843	55852745D	5177/0	08/02/2015	166
MES7657	55852740D	5010/0	08/02/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 285/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN9301	55852640D	5010/0	11/03/2015	162 * I
MEG7262	55852681D	5010/0	12/02/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 286/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEK8104	55852661D	5010/0	14/03/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 287/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEU6378	55852743D	5010/0	08/02/2015	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 288/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBS4237	55852663D	5010/0	20/04/2015	162 * I
ILA0024	55852641D	5010/0	23/03/2015	162 * I
MAO5066	55852662D	5010/0	21/03/2015	162 * I
MCL6067	55852751D	5010/0	14/03/2015	162 * I
MDW0906	55852682D	6599/2	13/04/2015	230 * V
MDW0906	55852752D	5061/0	13/04/2015	163 c/c 162 * I
MDW0906	55852753D	5010/0	13/04/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 289/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKP5271	55852666D	7048/1	26/04/2015	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 290/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXO2444	55852749D	5169/1	01/03/2015	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 291/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OKF4831	55852664D	6912/0	23/04/2015	232
OKF4831	55852665D	5835/0	23/04/2015	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 292/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ7421	55852755D	7030/1	01/05/2015	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 293/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXV9570	55852642D	6599/2	16/04/2015	230 * V
BXV9570	55852643D	5010/0	16/04/2015	162 * I
BXV9570	55852644D	6580/0	16/04/2015	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 294/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP6392	55852776D	6599/2	15/05/2015	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 295/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
COY9950	55852698D	5010/0	01/04/2015	R\$ 574,61	162 * I
COY9950	55852699D	5061/0	01/04/2015	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 296/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH8759	55852671D	5720/0	01/06/2015	186 * I
MJP2620	55852667D	7030/1	31/05/2015	244 * I
MJP2620	55852668D	6408/0	31/05/2015	221
MJP2620	55852669D	7048/1	31/05/2015	244 * II
MJP2620	55852670D	5010/0	31/05/2015	162 * I
MJV3723	55852672D	6599/2	07/06/2015	230 * V
MLT3309	55852700D	5720/0	04/06/2015	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 297/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES7717	55852754D	5010/0	01/05/2015	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 298/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KLD2413	55852673D	6599/2	22/06/2015	230 * V
LZB8046	55852647D	5282/0	21/06/2015	176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 299/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JYU5893	55852783D	5010/0	04/08/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 300/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYG8361	55852782D	5169/1	01/08/2015	165
MBN6425	55852785D	7048/1	07/08/2015	244 * II
MCR4714	55852788D	6599/2	13/08/2015	230 * V
MCR4714	55852789D	5010/0	13/08/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 301/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH0258	55852780D	5010/0	29/06/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFO0161	55852683D	7030/1	28/06/2015	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELÂNDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 302/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EJH2617	55611067C	6610/2	12/10/2015	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 303/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS2649	55852701D	6912/0	07/08/2015	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 304/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EJH2617	55852710D	6912/0	12/10/2015	232
EJH2617	55852712D	5835/0	17/10/2015	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 305/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR4714	55852708D	6653/1	29/09/2015	230 * XI
MCR4714	55852709D	6858/0	29/09/2015	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 306/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW6715	55852713D	6599/2	02/11/2015	230 * V
MAE4284	55852791D	6599/2	25/10/2015	230 * V
MAE4489	55852675D	5010/0	29/10/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 307/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC8801	55852687D	5010/0	19/11/2015	162 * I
MDC8801	55852688D	6599/2	19/11/2015	230 * V
MEV5483	55852714D	5010/0	17/11/2015	162 * I
MEV5483	55852715D	6912/0	17/11/2015	232
MMB2114	55611070C	7366/2	20/11/2015	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 308/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DSQ9617	55852790D	6599/2	25/10/2015	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 309/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GVT6731	55852792D	5185/1	20/12/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 296 310/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZK2931	55611069C	5274/1	01/11/2015	R\$ 1.915,38	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 311/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMW8106	55927397B	5010/0	04/01/2016	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 296 312/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALR8085	55927398B	6858/0	17/01/2016	231 * VII
MBM6745	55927393B	5010/0	17/12/2015	162 * I
MBM6745	55927394B	6599/2	17/12/2015	230 * V
MBM6745	55927395B	5061/0	17/12/2015	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ROMELANDIA/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL Nº 001/2019 - CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2225894

EDITAL Nº 01/2019**CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
PARA ATUAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CRÁS DE ROMELÂNDIA - SC**

CONSIDERANDO que a Assistente Social responsável pelos atendimentos junto ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS – servidora pública efetiva Katiuza dos Santos, encontra-se de licença para tratamento de saúde até a data de 15 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade e obrigatoriedade da continuidade dos atendimentos junto ao CRAS;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO os dispostos no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e art. 2º, inciso V da Lei Municipal nº 007/2013, que ampara a contratação temporária por excepcional interesse público, inclusive dispensando processo seletivo;

O Prefeito Municipal Sr. Valdir Bugs, no uso de suas atribuições legais, Torna Público, Chamada Pública para contratação de assistente social até 15 de dezembro de 2019, regendo-se a seleção conforme normas abaixo estabelecidas;

- I - A Chamada Pública destina-se à contratação de assistente social habilitados na área;
- II - A contratação será até 15 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogada até a alta médica da assistente social efetiva do CRAS;
- III - As Inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Assistência Social e Habitação, na Sede do Município, na Rua 12 de Outubro, nº 242, Romelândia, Centro;
- IV - Período das inscrições será de 12/11/2019 à 18/11/2019, das 07:30hs às 11:30hs e 13:30hs às 17:30hs;
- V - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:
 - Documentos Pessoais (CPF, RG, Título Eleitor);
 - Formulário preenchido (anexo);
 - Comprovantes de habilitação na área;
 - Declaração Tempo de Serviço;
- VI - As informações prestadas são de exclusiva responsabilidade do candidato, que deverá assinar a ficha de inscrição, conforme modelo anexo;
- VII - A classificação se dará mediante habilitação e tempo de serviço;
- VIII - Havendo empate entre os candidatos, após a classificação, deverá ser aplicado o seguinte critério:

- 1º) O que possuir maior tempo de serviço, ano, meses e dias;
- 2º) O de maior idade;

IX - A presente Chamada Pública será executada pela Comissão designada através do **Decreto nº 4.155/2019** a qual resolverá também os casos omissos que por ventura surgirem, observada a legislação vigente.

X - A publicação da classificação final será no dia 18/11/2019 no mural público municipal e site oficial do município de Romelândia.

XII - O início da contratação se dará dia 20 de novembro de 2019.

XIII - O candidato selecionado que não aceitar a vaga, deverá desistir da mesma por meio escrito, seguindo a classificação subsequente.

XIII - O candidato selecionado que não aceitar a vaga, deverá desistir da mesma por meio escrito, seguindo a classificação subsequente.

Romelândia / SC, 12 de novembro de 2019.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

ANEXO I***FICHA DE INSCRIÇÃO*****DADOS PESSOAIS**

NOME: _____

DATA

NASCIMENTO: _____

NATURALIDADE: _____

RG: _____

CPF: _____

FILIAÇÃO: _____

ENDEREÇO

RUA: _____

BAIRRO: _____

MUNICÍPIO /SC: _____

TELEFONE: _____

EMAIL: _____

FORMAÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO: _____

ROMELÂNDIA/SC ,// 2019.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Saltinho

PREFEITURA

054.2019

Publicação Nº 2225515

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SALTINHO	
EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO Nº:	054/2019
Contratado:	GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA,
CNPJ/MF:	26.936.367/0001-05
Endereço:	ROD. 157, SN, KM 12, Novo Horizonte – SC
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA TESTE SELETIVO, OBJETIVANDO O PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE SALTINHO/SC.
Fundamento Legal:	Processo 062/2019- TP 005/2019
Vigência Da Ata:	05/02/2020
Recursos:	Secretaria de Administração 33.90 – Aplicações Diretas R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais)
Assinaturas: Deonir Luiz Ferronato, pelo Município e Arno Goldschmidt, pela Contratante	
Saltinho, 04 de novembro de 2019	
Deonir Luiz Ferronato	
Prefeito Municipal	

Santa Helena

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 01/2019

Publicação Nº 2225543

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.847/2019, DE 12/11/2019

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando a Lei Complementar nº 72/2017 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 01/2019 de responsabilidade do Coordenador do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que disciplina os procedimentos a serem adotados para disciplinar e normatizar os procedimentos operacionais no controle de projetos e obras públicas do Município de Santa Helena.

Art. 2º Caberá ao Coordenador do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Helena, SC, 12 de novembro de 2019.

Luiz Gluitz

Prefeito

Genésio Flach

Secretario Municipal de Administração, Fazenda, Indústria e Comércio.

ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 01/2019

Versão: 01

Edição em: 12/11/2019

Base Legal: Lei Complementar nº 72/2017

ASSUNTO: Disciplinar e normatizar os procedimentos operacionais no controle de projetos e obras públicas

SETORES ENVOLVIDOS: Todas as Secretarias Municipais, Departamento de Engenharia, Departamento de Tributos, Setor de Segurança no Trabalho, Departamento de Licitações.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 72/2017, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar procedimentos na Gestão de Obras Públicas Municipais;

Considerando a necessidade de definir os principais passos para implantação de obras públicas e normatizar os procedimentos de controle na execução de obras;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º A presente instrução normativa dispõe sobre os procedimentos de licenciamento, contratação, execução, fiscalização, controle e recebimento de obras públicas e serviços de engenharia, estabelecendo rotinas no âmbito do Município de Santa Helena.

CAPÍTULO II - DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange todas as unidades da estrutura organizacional, da administração direta, no tocante aos procedimentos para licenciamento, contratação, execução, fiscalização, acompanhamento, controle e recebimento de obras e serviços de engenharia, nas execuções diretas e/ou indiretas.

CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Serviço: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

II - BDI: Benefícios e Despesas Indiretas - taxa que remunera os benefícios esperados como recompensa no término de alguma atividade comercial e as despesas indiretas inevitáveis, não agregadas ao custo direto.

III - Diário de Obras: documento rotineiro de comunicação entre a fiscalização e o responsável técnico da contratada; é elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes a execução da obra frente aos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados.

IV - Habite-se: documento que atesta que o imóvel foi construído de acordo com o projeto aprovado em consonância com a legislação vigente, e está em condições de habitabilidade.

V - Obra: toda construção, reforma, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

VI - Aprovação de Projeto: procedimento de verificação da conformidade de um projeto aos dispositivos legais e normativos vigentes.

VII - Alvará de Construção: Documento emitido pelo poder municipal autorizando a construção de uma edificação, conforme projetos previamente aprovados em processo específico.

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT): são os instrumentos que definem os responsáveis técnicos, junto aos respectivos Conselhos Profissionais, pelos serviços relativos à área tecnológica, incluindo a elaboração de projetos, laudos, memoriais e/ou execução de obras.

IX - Área de Proteção Permanente (APP): Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

X - Exigências sanitárias: Conjunto de características dos projetos de arquitetura, estrutura e instalações, necessárias à adequação da edificação e do empreendimento às exigências dos dispositivos legais e normativos relativos à segurança sanitária.

XI - Execução direta: a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.

XII - Execução indireta: a que o órgão ou entidade contrata com terceiros.

XIII - Responsável Técnico: Profissional, habilitado e registrado no Conselho Profissional, responsável pela elaboração do projeto, pela execução, regularização e/ou fiscalização da obra;

XIV - Representante legal: procurador legalmente aceito e devidamente munido de instrumento público ou particular, com firma reconhecida, com poderes expressos e específicos;

XV - Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

XVI - Projeto Executivo: conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

XVII - As Built: Termo empregado para definir quando o projeto que já foi aprovado para ser executado sofre modificações, a partir disso o responsável pela execução redesenha o projeto na qual deve constar todas as alterações e modificações, sendo possível, se necessário comparar o projeto original com o modificado;

XVIII - Autoridade Competente: o Chefe do Poder Executivo ou a quem ele delegar competência.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º É de responsabilidade da Secretaria requerente da Obra:

I - expedir documento, endereçado à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Indústria e Comércio, solicitando a obra e apresentando suas necessidades devidamente justificadas;

II - realizar estudo de viabilidade técnica e econômica em caso de não haver compatibilidade com o PPA e a LDO;

III - elaborar estudos para dimensionar o projeto com base nas necessidades, bem como solicitar a contratação do projeto ou requerer a elaboração pela equipe de engenharia do município;

IV - acompanhar o desenvolvimento e a elaboração do projeto para que esteja adequado às reais necessidades da Secretaria;

V - após aprovado o projeto pelo Setor de Engenharia, submetê-lo a aprovação da Autoridade Competente.

VI - encaminhar o projeto de engenharia devidamente aprovado pela Autoridade Competente ao Departamento de Licitações para formalizar a contratação.

Art. 5º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Indústria e Comércio:

I - verificar existência de dotação orçamentária e previsão de recursos financeiros no cronograma de execução mensal de desembolso que lhe foi destinado, a fim de indicar o recurso próprio para a despesa.

II - verificar se a despesa tem adequação na LOA, e compatibilidade com a PPA e com a LDO;

III - realizar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, em caso de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, com as informações repassadas pela unidade requerente da obra.

Art. 6º É de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo:

I - deliberar quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação ou quanto à sua dispensa ou inexigibilidade;

II - celebrar os contratos administrativos para a realização das obras e serviços no caso de execução indireta, ou fornecimento de materiais no caso de execução direta;

III - designar a comissão para emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo da obra, que deverá ser composta no mínimo pelo secretário da pasta solicitante da obra, o responsável técnico pela fiscalização da obra e o representante da empresa executora.

Art. 7º É de responsabilidade do Departamento de Engenharia:

I - Nos casos de terceirização do projeto técnico:

a) analisar e aprovar o projeto e todas as peças técnicas que o compõe, inclusive avaliar o orçamento para verificar se os valores estão compatíveis com as tabelas de referência de preços para obras públicas (SINAPI entre outras);

b) certificar que o projeto está de acordo com a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento de Solo e o Código de Edificações, bem como, emitir o respectivo Alvará de Licença para Obras e Urbanização;

II - Nos caso de projetos elaborados por equipe técnica própria:

a) realizar estudos e levantamento de dados para elaboração dos projetos, cálculos, orçamentos detalhados e especificações técnicas necessárias a realização de obras e serviços de engenharia, em consonância com as Leis de Uso, Ocupação e Parcelamento de Solo e o Código de Edificações;

b) elaborar Planilha do Orçamento Básico e do Orçamento Final com base nas tabelas de referência de preços para obras públicas (SINAPI entre outras);

III - Das atividades após contratação da empresa para execução:

a) solicitar à empresa contratada para execução da obra que proceda a imediata emissão da ART/RRT (Anotação / Registro de Responsabilidade Técnica) para execução da obra, ou emitir a ART/RRT de execução nos casos de execução direta;

b) emitir o respectivo Alvará de Licença para Obras e Urbanização;

c) emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela fiscalização da obra, quando a execução for indireta;

d) solicitar à empresa executora que proceda a inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO da Obra) junto a Receita Federal do Brasil,

- fornecendo ao município cópia da mesma; ou, caso a execução seja direta, proceder a inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO da Obra) junto a Receita Federal do Brasil;
- e) acompanhar e fiscalizar a execução da obra, mediante o preenchimento do diário de obras e registro fotográfico da mesma;
 - f) elaborar as medições da obra na periodicidade estabelecida em contrato e encaminhá-las devidamente assinadas à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Indústria e Comércio;
 - g) prestar informações referente a execução das obras ao órgão de controle interno, externo (TCE/SC) e outros;
 - h) emitir os termos de recebimento Provisório e Definitivo das Obras;
 - i) solicitar aos setores competentes vistorias para emissão dos Habite-se das Obras (Bombeiros, Vigilância Sanitária e Fiscalização Municipal);
 - j) manter em arquivo "pasta da obra" contendo dentre outros, os seguintes documentos, em via original ou cópia:
 - j1) EIA/RIMA - Estudo do Impacto ambiental/relatório do Impacto Ambiental, quando for o caso;
 - j2) Licenças ambientais, quando for o caso;
 - j3) Licenças para Construir, incluindo o Alvará Municipal;
 - j4) Projetos, especificações, memoriais descritivos e ensaios geotécnicos, com as respectivas alterações, se for o caso;
 - j5) Orçamento Básico e Orçamento contratado;
 - j6) Cronogramas;
 - j7) Atos de anulação (cancelamento) da licitação, quando for o caso;
 - j8) Contrato ou instrumento equivalente (em alguns casos a Nota Empenho);
 - j9) Ordem de Serviço;
 - j10) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT (projeto, execução, fiscalização, etc.);
 - j11) Inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO);
 - j12) Aditivos contratuais, com justificativas e, quando for o caso, Atas e Decisões da Administração;
 - j13) Orçamento de aditamento se houver;
 - j14) Atos referentes à rescisão ou sustação contratual, quando for o caso;
 - j15) Medições e laudos de execução física;
 - j16) Registros e comunicações entre a fiscalização e a contratada (Diário de Obras e outros);
 - j17) Comunicações da fiscalização ao superior imediato da ocorrência de circunstâncias que sujeitem a contratada a multa ou mesmo a rescisão contratual;
 - j18) Ordem de paralisação se houver;
 - j19) Ordem de reinício;
 - j20) Registros fotográficos, se for o caso;
 - j21) Termo de Recebimento Provisório;
 - j22) Termo de recebimento Definitivo;
 - j23) Habite-se, quando for o caso;
 - j24) "As Built" - Como construído (projeto completo revisado), quando for o caso.
 - j25) CND da Matrícula da Obra;

Art. 8º Do Departamento de Licitações

- I - receber da Secretaria requerente o projeto executivo da obra, acompanhado da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica / CAU, devidamente aprovado pela Autoridade Competente, e iniciar o processo para contratação da obra e ou serviço;
- II - elaborar instrumento convocatório (edital), na forma do art. 40 da Lei 8.666/93;
- III - elaborar o contrato conforme disposto no artigo 55 da Lei 8.666/93;
- IV - designar formalmente servidor responsável pelo gerenciamento, fiscalização, acompanhamento e controle dos contratos relativos a obras e serviços de engenharia, devendo ser habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
- V - emitir a Ordem de Serviço;
- VI - encaminhar caução ao Departamento de Contabilidade, quando for o caso;
- VII - receber da contratada, quando por execução indireta, nota fiscal e os seguintes documentos, conforme o caso:
 - a) Registro mensal do Ponto dos funcionários, conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
 - b) Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
 - c) Cópia da GFIP mensal (vinculada ao Cadastro Nacional de Obras (CNO) da Obra no que couber), do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;
 - d) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;
 - e) Certidões negativas atualizadas exigidas no edital;
 - f) verificar se a 1ª Via do "Diário da Obra" foi entregue no Departamento de Engenharia devidamente assinado.

Art. 9º É de responsabilidade do Fiscal do Contrato:

- I - receber designação para fiscalização da obra, através de ato formal;
- II - obter cópia da documentação da obra;
- III - emitir ART ou RRT de fiscalização;
- IV - fiscalizar exigindo o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos no Edital e no Contrato e o estabelecido na legislação em vigor;
- V - certificar-se da disponibilidade de documentos e itens obrigatórios no canteiro de obras, tais como: placa de obra, licenças e alvarás, conjunto completo de plantas, memoriais, especificações, detalhes da construção, diário de obra e ART's/RRT's;
- VI - anotar no Diário de Obras todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - solicitar e acompanhar a realização dos ensaios geotécnicos e de qualidade, quando necessário;
- VIII - acompanhar todas as etapas de execução e liberar a etapa seguinte, verificando e aprovando os relatórios periódicos de execução dos serviços e obras;

- IX - solicitar decisões e providências a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- X - promover a medição de obras e/ou de serviços de engenharia, conforme estabelecido no contrato, assinando os laudos de medições;
- XI - opinar sobre aditamentos contratuais;
- XII - acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar ao seu superior imediato e à contratada, as diferenças, se observadas, no andamento das obras;
- XIII - paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- XIV - solicitar a substituição de materiais e equipamentos que estejam em desacordo com o edital ou que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- XV - verificar e aprovar os desenhos de como construído ("as built") elaborados pela Contratada, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras efetivamente executados;
- XVI - lavrar os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo juntamente com a Comissão designada;
- XVII - observar, no recebimento de obras, a legislação municipal no que se refere à obtenção do habite-se e das ligações definitivas de água, luz, esgoto, gás, telefone etc, quando pertinentes;
- XVIII - auxiliar no arquivamento da documentação da "pasta da obra";
- Art. 10. É de responsabilidade do Departamento de Tributos:
- I - ao final da Obra, emitir o Habite-se, conforme o caso.
- Art. 11. É de responsabilidade do Setor de Segurança do Trabalho:
- I - Verificar as documentações de sua competência;
- II - Inspeccionar locais, instalações e equipamentos da empresa, observando as condições de trabalho, para determinar fatores e riscos de acidentes conforme Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- III - Estabelecer normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações, verificando sua observância, para prevenir acidentes;
- IV - Registrar irregularidades ocorridas.
- Art. 12. É de responsabilidade da Secretaria da Administração, Fazenda, Indústria e Comércio:
- I - encaminhar a averbação da obra na matrícula do respectivo imóvel. Toda e qualquer alteração que venha ser realizada no imóvel precisa ser adicionada ao registro do imóvel, para assim mantê-lo com todas as informações atualizadas e resguardar para que toda a ação que venha a ser feita nele esteja dentro da lei.
- CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- Art. 13. A execução de obra pública, assim como os demais atos da administração pública, devem atender aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, eficiência e economicidade, inscritos no art. 37 da Constituição Federal e, para que se consiga imprimir à administração o dinamismo necessário ao perfeito desempenho de suas atividades, devem ser estabelecidas estruturas básicas e normas seguras que possibilitem atingir um grau ótimo de execução de serviços prestados à comunidade.
- Art. 14. Toda a obra pública deverá ter placa de identificação, com pelos menos os seguintes indicativos: objeto, contratada, valor, prazo, valor de convênio, quando caso, e valor de contrapartida, Brasão do Município, número do Contrato/Convênio de repasse e outras informações imprescindíveis para execução da obra.
- Art. 15. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem.
- Art. 16. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Helena/SC, 12 de novembro de 2019.

Marciano Bertol
Coordenador de Controle Interno
Mat. 403

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRADO DO DECIMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2019

Publicação Nº 2224409

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO DECIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: VANDRESEN & HERMESMEYER LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato nº 01/2019, datado de 18 de janeiro de 2019, passando o preço da R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) para R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos), passando o preço do óleo diesel comum de R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos) para R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) e preço do óleo diesel S 10 de R\$ 3,97 (três reais e noventa e sete centavos) para R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos) a partir desta data..

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 01/2019, datado 18 de janeiro de 2019, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 07 de novembro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO DECIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 02/2019 FMS

Publicação Nº 2224414

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO DECIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: R. L. VANDRESEN & CIA LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato nº 02/2019, datado de 17 de janeiro de 2019, passando o preço da Gasolina Comum de R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos) para R\$ 4,21 (quatro reais e vinte e um centavos), passando o preço do óleo diesel S10 de R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) para R\$ 3,86 (três reais e oitenta e seis centavos) a partir desta data..

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 02/2019, datado 26 de janeiro de 2019, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 04 de novembro de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

LEI 1446/2019

Publicação Nº 2224990

LEI Nº 1446 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual do Município de Santa Terezinha do Progresso para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os Anexos aprovados pela Lei nº 1336 de 25 de setembro de 2017, alterado pela Lei Municipal 1400 de 27 de novembro de 2018, abrangendo os exercícios de 2018 até 2021, pelos integrantes a esta lei.

Parágrafo Único. Integram a revisão do Plano Plurianual:

Anexo I - Estimativa das receitas – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;

Anexo II – Planejamento Orçamentário;

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LEI 1447/2019

Publicação Nº 2224994

LEI Nº 1447 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Santa Terezinha do Progresso, para o exercício de 2020, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;

III - as disposições relativas às despesas com pessoal e seus encargos e das políticas de recursos humanos da administração municipal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V – das metas fiscais;

VI – das disposições relativas a dívida pública;

VII - das disposições finais.

Parágrafo único. Faz parte integrante desta Lei:

I – previsão da Receita e Despesa para 2020, contendo:

a) previsão da receita por categoria econômica e origem;

b) previsão da despesa por categoria econômica;

c) metodologia e premissas de cálculo das principais receitas e origens;

II - previsão da Receita Corrente Líquida para 2020;

III – anexo de Metas Fiscais que conterá:

a) metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2020;

b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

d) evolução do patrimônio líquido;

e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

f) estimativa e compensação da renúncia da receita;

g) margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

IV - anexo de Riscos Fiscais.

V – Planilha prioridades planejamento das despesas.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 2º As prioridades, em termos de programas, objetivos e metas para os exercícios de 2020, assim como os detalhamentos dos programas e objetivos, são aqueles previstos no anexo dos Programas de Governo do Plano Plurianual 2018-2021 de que trata a Lei 1.336, de 25 de setembro de 2018 e alterações posteriores.

Art. 3º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo.

Art. 4º Para efeitos de execução orçamentária os indicadores e classificação de fonte de recursos, bem como as alterações nos valores de referência, metas, órgãos responsável e iniciativas sem financiamento orçamentário, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na Constituição da República, art. 166, § 1º, inciso II.

Art. 5º Os códigos dos programas, objetivos e a regionalização do gasto deverão ser os mesmos utilizados no Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Apresentação do Orçamento

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 7º O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de modalidade de aplicação.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I – tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada, inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000 e art. 22 da Lei no 4.320, de 1964;

II – anexos orçamentários nos 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei no 4.320, de 1964;

III - descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei no 4.320, de 1964);

IV - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

V - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei no 4.320, de 1964);

VI - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II)

VII - demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, II);

VIII - anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 5º, I), contendo:

a) compatibilidade com o resultado primário;

b) compatibilidade com o resultado nominal;

IX – anexo demonstrativo da receita corrente líquida (Lei Complementar no 101, de 2000, art. 12, § 3º); e

X – anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos.

§ 1º O envio do projeto de lei, bem como os anexos orçamentários pelo Poder Executivo e o autógrafo elaborado pelo Poder Legislativo, deverá se dar, preferencialmente, em meio eletrônico.

§ 2º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas tributárias e transferências arrecadadas e previstas até o final do exercício corrente, bem como a previsão da receita corrente líquida prevista para o exercício a que se refere à proposta orçamentária e as respectivas memórias de cálculo.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 9º A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global destinada ao atendimento:

I- de passivos contingentes - 50%

II- de riscos e eventos fiscais imprevistos - 50%:

Art. 10. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000, § 3º, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassarem os limites a que se referem os incisos I, II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 11. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta, em até 10 (dez) dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§ 2º As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas mensais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 12. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete) sobre a receita tributária e de transferências tributárias do Município arrecadadas em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Parágrafo único. Em caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 13. O repasse financeiro relativo ao duodécimo será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês.

Art. 14. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em caixa ou equivalente de caixa do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo, podendo, ainda, ser contabilizados como adiantamento de repasses para o próximo exercício.

Parágrafo único. As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, poderão ser contabilizadas no Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.

Art. 15. A Execução orçamentária do Legislativo será executada em unidade gestora independente, sendo integrada ao Executivo para fins de consolidação das entidades contábeis.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 17. A avaliação dos programas de governo, nos termos da Lei Complementar no 101, de 2000, art. 4o, I, alínea "e", se dará através da internet, no sítio oficial do Município, no exercício seguinte.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;
- II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros, observando sempre as fontes de recursos, para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para outros Entes

Art. 19. O repasse de recursos para outros Entes deverá possuir autorização legislativa e convênio.

Seção VII

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, VIII, a entidades da Administração Indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira, respeitados os limites orçamentários das entidades.

Art. 21. A lei orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos que fizer parte em conformidade com o respectivo contrato de rateio.

Seção VIII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 22. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, medico, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de termo de parceria, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

§ 3º Para fins no disposto no art. 45, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica autorizado o pagamento de servidor público com recursos vinculados à parceria, desde previsto no plano de trabalho e autorizado em lei específica.

Seção IX

Dos Créditos Adicionais

Art. 24. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na lei orçamentária anual, observado o art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que já exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais:

I - as exposições dos motivos que os justifiquem;

II - memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício anterior, separando os recursos conforme sua destinação e fonte.

§ 3º No Poder Legislativo os créditos adicionais suplementares com indicação de recursos compensatórios, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei no 4.320, de 1964, serão abertos por Decreto Legislativo.

Seção X

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 25. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I - Transposição - o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de modalidade de aplicação, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II - Remanejamento - deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III - Transferência - deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO E DESPESAS COM PESSOAL

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 26. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Administrações Indiretas e Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único. O Poder Legislativo e o Executivo, inclusive as entidades da Administração Indireta, manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

Seção II

Das Despesas com Pessoal e seus Encargos

Art. 27. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 28. No exercício de 2020, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 29. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 31. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante redução da despesa em valor equivalente.

Art. 35. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

CAPÍTULO VI

DAS METAS FISCAIS

Art. 36. As metas de resultado fiscal nominal e primário, fixadas nesta lei:

- I – serão atualizadas pela lei orçamentária anual;
- II – em sua execução admite-se variação em seu cumprimento em até 30% (trinta por cento) das metas fixadas.

Art. 37. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 2000, será efetivada, separadamente, por cada Poder do Município.

§ 1º Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I – No Poder Executivo:

- a) Diárias;
- b) Serviço extraordinário;
- c) Realização de obras;
- d) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;

II – No Poder Legislativo

- a) Diárias;
- b) Realização de serviço extraordinário;

§ 2º Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população e ao atendimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

§ 3º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes a serem limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Não ocorrendo à limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar no 101, de 2000 e art. 74, § 1º da Constituição da República.

§ 6º Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA

Art. 38. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual a ser incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 39. Obedecidos aos limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2020 destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 40. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária ou com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 41. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. O Poder Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução, fiscalização e acompanhamento do orçamento que permita o cumprimento do art. 166, § 1o, II da Constituição da República.

Art. 43. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar no 101, de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;

IV – ao fornecimento de transporte escolar e pagamento de profissionais da educação

Art. 44. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2019, até que este ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas correntes da Administração do Poder Executivo e Legislativo, bem como das entidades da Administração Indireta, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais e que estejam contemplados nas ações de que trata esta Lei.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PL 130-2019 PP 83-2019

Publicação Nº 2225782

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 130/2019
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 83/2019

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 29 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE DIVISÓRIAS DE 35MM, COM PERFIS EM AÇO GALVANIZADO EPÓXI, COM 05 PORTAS DE 90 CM POR 2,10 M, COM FECHADURAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de novembro de 2019.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 133-2019 PP 85-2019

Publicação Nº 2224733

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 133/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 85/2019

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 28 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10 E S500), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, COM COMODATO DE BOMBA E TANQUE DE ARMAZENAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 134/2019 DL 34/2019

Publicação Nº 2225809

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2019
EDITAL DE DISPENSA Nº 34/2019

O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW DE PATINAÇÃO COM TEMAS REFERENTE O NATAL, PARA ABERTURA NATALINA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 30/11/2019 NO GINÁSIO MUNICIPAL FLÁVIO ROQUE DE SOUZA COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 01H:30MIN. ESTE EVENTO VISA PROPORCIONAR UM MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO E ALEGRIA BEM COMO A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 34/2019.

Justificativa do Objeto: O presente processo licitatório tem como objeto: O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW DE PATINAÇÃO COM TEMAS REFERENTE O NATAL, PARA ABERTURA NATALINA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 30/11/2019 NO GINÁSIO MUNICIPAL FLÁVIO ROQUE DE SOUZA COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 01H:30MIN. ESTE EVENTO VISA PROPORCIONAR UM MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO E ALEGRIA BEM COMO A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS. Tendo em vista que se aproxima as festas natalinas, o departamento de Assistência Social, juntamente com o Departamento de Cultura, irá promover uma noite brilhante em nosso município, mais especificamente no dia 30 de novembro de 2019 acontecerá o acendimento das luzes natalinas, que está sendo organizado pela Administração Municipal juntamente com a Secretaria de Assistência Social, o evento visa proporcionar um momento de descontração e alegria. A contratação de um show de patinação foi idealizada para contemplar a VI Encontro da Família Terezhana, que é realizado semestralmente, com o objetivo de reunir as famílias do município, especialmente, para as que participam do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ambos os serviços ofertados pelo CRAS, que materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social, com objetivo de realizar trabalho social com as famílias. A patinação é uma das oficinas oferecidas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, a qual promove a integralização, o trabalho em equipe e o despertar da confiança dos participantes. O encontro de famílias com show de patinação tem o intuito de revigorar e dar destaque à oficina de patinação que é oferecida pelo CRAS, assim como fortalecer os vínculos e a integralização das famílias.

Fundamentação legal: O presente processo encontra fundamentação legal no artigo 24, II, da Lei 8.66/93.

Justificativa da Dispensa: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, justifica-se pelo baixo valor que é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), o que se enquadra no artigo 24, II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: CLUBE DE PATINAÇÃO DANÚBIO AZUL pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.482.9320001-05, com sede a Rua: Santo Antônio, nº 191, Centro na cidade de Itapiranga – SC, é uma empresa idônea, especializada no ramo de Show de Patinação, sendo esta a primeira vez que o grupo vem se apresentar em nosso Município, porém o grupo é muito conhecido e bem conceituado, pois tem-se as melhores referências de onde eles tem se apresentado. Antes de decidir pela contratação, o Município buscou informações junto ao Município de São Bernardino, onde o grupo já se apresentou, sendo que as informações foram muito positivas. Sendo assim optou-se pela contratação do referido grupo para abrilhantar o evento da VI noite da família Terezhana.

Justificativa do valor: O preço unitário da aquisição de R\$6. 500,00 (seis mil e quinhentos reais) pela apresentação é compatível com o preço praticado no mercado.

Da Forma de Fornecimento: A apresentação do grupo será da seguinte forma:

1. A Contratada deverá realizar a apresentação no dia 30 de novembro as 20h:00min no ginásio Municipal de Esportes, Flávio Roque de Souza, a apresentação deverá ter no mínimo 1h30min de duração e conter os 45 integrantes conforme pré-acordado.

Condições de Pagamento: A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, efetuará o pagamento de acordo com o Termo de Contrato, parte integrante deste Processo de Licitação.

Dotação orçamentária: A dotação orçamentária para adimplir a obrigação é a seguinte:

Cod. Red.: 8 – 17;

Un. Orç.: 02.02;

Proj./Ativ.: 2021 e 2023;

Compl. Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00

Vigência: A vigência do Termo de Contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

Do Acompanhamento: Em observância ao que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato deste Processo de Licitação o Senhor Juliana Dal Mago, Psicóloga do CRAS, que recebe neste ato, mediante recibo, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e da Ata de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Deliberação:

Com fundamento no que fora apresentado no presente processo de dispensa de licitação, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei 8.666/93, ficando o Setor de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 04 de novembro de 2019.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PL 136-2019 PP 86-2019

Publicação Nº 2225803

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 136/2019

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 86/2019

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 28 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, E TONNERS PARA IMPRESSORA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PL 14/2019 PP 09/2019 FMS

Publicação Nº 2224459

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2019 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 09/2019 - FMS

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, através do Fundo Municipal de Saúde, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 28 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO DE FABRICAÇÃO 2019 OU SUPERIOR, 4 (QUATRO) PORTAS, COR BRANCA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 12 de novembro de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

HOM E ADJ PL 134-2019 PP 34-2019

Publicação Nº 2225818

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 34/2019 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 134/2019 Data do Processo: 04/11/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 134/2019
b) Licitação Nr.: 34/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 05/11/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação
- O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW DE PATINAÇÃO COM TEMAS REFERENTE O NATAL, PARA ABERTURA NATALINA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 30/11/2019 NO GINÁSIO MUNICIPAL FLÁVIO ROQUE DE SOUZA COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 01H: 30MM. ESTE EVENTO VISA PROPORCIONAR UM MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO E ALEGRIA BEM COMO A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	(em Reais R\$)
			<u>Total dos Itens</u>
- 001595 - CLUBE PATINACAO DANUBIO AZUL	1 1	0.0000	6.500,00 6.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (17)

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

81-2019 PUBLICA ASSESSORIA

Publicação Nº 2225042

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	81/2019
Contrato Principal Nº	65/2018
Processo Lic.	96/2018
Tomada de Preços nº	05/2018
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME
Objeto	O objeto do presente contrato é a prorrogação do prazo para 31/12/2019 para cumprimento da Prestação de serviços técnicos profissionais, assessoria para contabilidade e controle interno do município de Santiago do Sul, conforme estabelecido no Contrato principal nº 65/2018.
Vigência	19 de novembro de 2019 à 31 de dezembro de 2019.
Santiago do Sul-SC, 12 de novembro de 2019.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.672/2019

Publicação Nº 2225727

DECRETO Nº 6.672, de 12 de Novembro de 2019.

CONCEDE PROGRESSÕES À SERVIDORES DE ACORDO COM O ARTIGO 305, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, de acordo com o disposto no artigo 305, da Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder Progressão relativa ao período aquisitivo de 2017/2019 aos seguintes servidores:

MATRIC.	N O M E S	CARGO	NÍVEL/REFERÊNCIA QUE SE ENCONTRAVA	NÍVEL/REFERÊNCIA A QUE TEM DIREITO
5160	Andreza Froz Elias	Auxiliar de Serviços Gerais	ANMEF-B-I-A	ANMEF-B-I-B
5140	Lidiane Alves Espíndola Oselame	Assistente Administrativo	ANMS-I-A	ANMS-I-B
5161	Lilian Fatima Bays	Auxiliar de Serviços Gerais	ANMEF-B-I-A	ANMEF-B-I-B
5155	Odésio Ondino da Rosa	Artífice	ANMEF-A-I-A	ANMEF-A-I-B
5159	Rosinéia Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	ANMEF-B-I-A	ANMEF-B-I-B

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 12 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.319/2019

Publicação Nº 2225723

PORTARIA Nº 15.319, de 12 de Novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio à servidora LIVIA ALINE SLOMOCHENSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, com efeitos retroativos a partir de 11/11/2019 a 10/12/2019, relativa ao período aquisitivo de 2011/2017.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 12 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

ATA DE HABILITAÇÃO 44-2019

Publicação Nº 2225354

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	CONVITE Nr.: 44/2019 - CV Processo Administrativo: 43/2019 Processo de Licitação: 44/2019 Data do Processo: 01/11/2019
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para a Execução de Serviços Preliminares, Drenagem, Pavimentação à Lajotas e Sinalização Vertical, incluindo fornecimento de material, da Rua Prof. Silveira de Mattos, neste Município, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, parte integrante deste Edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 37/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 12 de Novembro de 2019, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 6624, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 44/2019, Licitação nº. 44/2019 - CV, na modalidade de Convite p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

APRESENTARAM OS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS AS EMPRESAS KS CONSRUTORA EIRELI, PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA E HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELEI TODAS SEM REPRESENTANTES NA SESSÃO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- DANDO SEQUÊNCIA A PRESIDENTE DA COMISSÃO ABRE O ENVELOPE DE NÚMERO UM - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ONDE DE CONSTATOU QUE TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME FORAM HABILITADAS POR APRESENTAREM OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL EM SITUAÇÃO REGULAR. POR NÃO COMPARECEREM REPRESENTANTES DAS EMPRESAS NA SESSÃO E AS MESMAS NÃO APRESENTAREM TERMO DE RENUNCIA DA FASE RECURSAL, A COMISSÃO DECIDE ABRIR PRAZO RECURSAL COM BASE NO ITEM 10.1 DO EDITAL. JÁ MARCANDO PARA O DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, ÀS 14:00 HRS, NO MESMO LOCAL PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE NUMERO DOIS - PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 12 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Alessandra Krautz Coelho	- - Presidente da Comissão de Licitação
Pedro Felipe Schwinden Rachadel	- - Membro
Lidiane Alves Espindola Oselame	- - Membro
Lara Broering de Campos	- - Membro

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - ADENDO PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2019

Publicação Nº 2224900

ADENDO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2019

No Edital acima referenciado no ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA – no local do OBJETO: DO OBJETO: Adquirir livros didáticos para o Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), na disciplina de inglês, Assessoria Pedagógica, Portal Educacional, com atividades complementares interativas e para impressão, atendendo assim não apenas às necessidades educacionais dos alunos mas também dos professores que atuam com essas etapas educativas.

O fornecimento deste material deverá estar atualizado conforme BNCC e estar de acordo com os requisitos constantes no edital e anexos, segue abaixo o número de alunos e professores.

SOLICITAMOS PARA QUE SEJA DESCONSIDERADA A EXIGENCIA NO EDITAL DO BNCC.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto mantendo as demais cláusulas sem alterações e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, permanece a abertura do Edital Pregão Presencial nº 207/2019 no dia 25/11/2019 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
PREGOEIRA MUNICIPAL

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2019

Publicação Nº 2224901

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRONICO Nº 154/2019

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 154/2019, tendo como objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARA FRIA TIPO CONTÂINER REEFER PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. (CONTRATO DE REPASSE Nº 871484/2018/MAPA/CAIXA). OBS: ITEM PREJUDICADO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2019, o qual foi declarado FRACASSADO por não haver proposta válida para o mesmo.
São Bento do Sul, 20 de setembro de 2019.

ALISSON ANTONIO HASTREITER
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

DECRETO Nº 1551/2019

Publicação Nº 2224999

DECRETO Nº 1551, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Art. 7º da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o Art. 4º da Lei Municipal nº 3986/2018, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (06380266) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

4490520000 - Equipamentos e material permanente (06380266) R\$ 10.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (06380266) R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1552/2019

Publicação Nº 2225004

DECRETO Nº 1552, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4168, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01020002) R\$ 580.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2555 - CAPS AD II

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01020002) R\$ 190.000,00

3390300000 - Material de consumo (01020002) R\$ 100.000,00

Atividade: 2556 - CAPS I II

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01020002) R\$ 190.000,00

3390300000 - Material de consumo (01020002) R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1553/2019

Publicação Nº 2225007

DECRETO Nº 1553, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4169, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte Dotação:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 002 - Encargos Especiais

Atividade: 0050 - Contribuição ao PASEP

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (03390145) R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3390300000 - Material de consumo (03390145) R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1554/2019

Publicação Nº 2225009

DECRETO Nº 1554, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4170, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 270.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 1054 - Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal do Setor Público

4490390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 770.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1555/2019

Publicação Nº 2225010

DECRETO Nº 1555, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4171, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 200.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 – Empresa Municipal de Habitação

Unidade: 001 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 1018 - Urbanização Vila Schwarz, preservação do Morro da Mariquinha e instalação do Loteamento Boa Esperança

4490510000 – Obras e Instalações (01000100) R\$ 400.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1556/2019

Publicação Nº 2225012

DECRETO Nº 1556, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4172, de 12 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2057 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

339030 – Passagens e despesas com locomoção (01000100) R\$ 400,00 339036 – Outros serviços de terceiros – PF (01000100) R\$ 400,00

339032 – Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 20.000,00

319094 – Indenizações e Restituições (01000100) R\$ 300,00

339046 – Auxílio alimentação (01000100) R\$ 16.000,00

319011 – Vencimentos e vantagens fixas (01000100) R\$ 60.000,00

339047 – Obrigações tributárias contributivas (01000100) R\$ 15.000,00

339091 – Sentenças judiciais (01000100) R\$ 900,00

319113 – Obrigações patronais (01000100) R\$ 5.000,00

339030 – Material de consumo (01000100) R\$ 5.000,00

339037 – Locação de mão de obra (01000100) R\$ 5.000,00

339014 – Diárias (01000100) R\$ 2.000,00

Atividade: 2059 – Desporto de Iniciação e Rendimento

339036 – Outros serviços de terceiros – PF (01000100) R\$ 30.000,00

Atividade: 2058 – Desporto Comunitário

339031 – Premiações culturais, Art., Científicas Esportivas (01000100) R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ERRATAS NOVEMBRO/2019

Publicação Nº 2225019

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 8629, de 25 de outubro de 2019, no Diário Oficial Edição nº 2966, página 1263, de 30 de outubro de 2019, no local que se lê "ALINE WORNOM DA SILVA" leia-se "ALINE WORM DA SILVA"

Na publicação da Portaria nº 8736, de 7 de novembro de 2019, no Diário Oficial Edição nº 2976, página 1027, de 11 de novembro de 2019, no local que se lê "Concurso Público de nº 05/2019" leia-se "Concurso Público de nº 009/2017"

PORTARIAS Nº 8773/2019 A 8783/2019

Publicação Nº 2225046

PORTARIA Nº 8773, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga Portaria nº 8503/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 7 de novembro de 2019, a Portaria nº 8503, de 4 de outubro de 2019, que nomeou KETTELIN GERLACH, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8774, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº

228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 8 de novembro de 2019, LUIS FELIPE ROSA DE OLIVEIRA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Técnico em Informática, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8775, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 11 de novembro de 2019, GUILHERME HILLESHEIM FAUSTINO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Técnico em Edificações, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Empresa Municipal de Habitação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8776, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 11 de novembro de 2019, KARLINE DA ROCHA MARTINS, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Empresa Municipal de Habitação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8777, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de CRISTIANE APARECIDA CORREIA BORGES, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 009/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 21068/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8778, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, no cargo de Operador de Máquina, do Concurso Público nº 05/2019, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 21083/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8779, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga Portaria nº 8706/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8706, de 4 de novembro de 2019, que nomeou MAYRA ALVES NUNES, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 11 de novembro de 2019.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8780, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ZELIA TEREZINHA CONTE MANFIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Fundação Cultural, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015, conforme Processo nº 20592/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 11/11/2019 a 10/12/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8781, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de SILVIA MARIA MEDEIROS REGO, no cargo de Médico Cardiologista, do Concurso Público nº 05/2019, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 21107/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8782, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga Portaria nº 8774/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8774, de 12 de novembro de 2019, que nomeou LUIS FELIPE ROSA DE OLIVEIRA, no cargo efetivo de Técnico em

Informática, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 12 de novembro de 2019.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8783, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 12 de novembro de 2019, EDUARDO VICTOR MORAES DE LIMA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Técnico em Informática, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2019

Publicação Nº 2225073

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2019 – DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2018, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e MEP Produções Ltda. O referido instrumento terá majorado seus valores inicialmente contratados, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), considerando o disposto na Lei nº 8666/93, em seu art. 65, §1º, bem como havendo dotação orçamentária para a despesa de que trata este Termo Aditivo. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. DO VALOR: R\$ 15.201,45 (quinze mil duzentos e um reais e quarenta e cinco centavos), para o período, correspondente a 14,52% (quatorze vírgula cinquenta e dois por cento) do valor contratual originário atualizado. São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019. PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul. EDSON SCHROEDER – pela Empresa Contratada.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO ADITIO 2/2019

Publicação Nº 2225269

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 2/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 13/2017 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Considerando o Contrato nº 13/2017 que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do referido Contrato no dia 08 de outubro de 2019; Considerando também nova proposta de preços enviada pela CONTRATADA para continuidade dos serviços, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Reajustamento, com a solicitação de reajuste com base no índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,38173% conforme documentos em anexo a este Termo Aditivo; Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Quinta – do reajustamento, na Cláusula Sexta – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos seguintes termos: 1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de outubro de 2019 e com término em 08 de outubro de 2020. 2º - Altera-se o valor mensal de R\$ 1.628,52 (um mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 1.683,59 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

e nove centavos), totalizando o período prorrogado em R\$ 20.203,08 (vinte mil, duzentos e três reais e oito centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Item	Especificações	Unid	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado	Valor Total
1	Módulo de Planejamento e Orçamento	Mês	12	R\$ 48,22	R\$ 49,85	R\$ 598,20
2	Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira e Prestação de Contas.	Mês	12	R\$ 253,13	R\$ 261,69	R\$ 3.140,28
3	Módulo de Folha de Pagamento	Mês	12	R\$ 626,36	R\$ 647,54	R\$ 7.770,48
4	Módulo de Ponto Eletrônico	Mês	12	R\$ 344,82	R\$ 356,48	R\$ 4.277,76
5	Módulo de Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	R\$ 164,02	R\$ 169,57	R\$ 2.034,84
6	Módulo de Patrimônio	Mês	12	R\$ 142,06	R\$ 146,86	R\$ 1.762,32
7	Módulo de Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 49,91	R\$ 51,60	R\$ 619,20
	Total			R\$ 1.628,52	R\$ 1.683,59	R\$ 20.203,08

Parágrafo Único: Alteram-se também os seguintes valores:

Serviços variáveis/sob demanda.	Unid	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado
Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros, treinamentos e atendimento local pós implantação. (no preço proposto deverão estar incluídos todos os custos com alimentação, que incidam sobre a execução dos serviços, hospedagem, despesas administrativas e operacionais,	hr	Sob Demanda	R\$ 196,00	R\$ 202,63
Serviços técnicos e customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município	hr	Sob Demanda	R\$ 239,60	R\$ 247,70
Deslocamento nos serviços configuração, consultoria migração, unificação de cadastros, treinamento, quando exigido a presença in loco	km	Sob Demanda	R\$ 1,31	R\$ 1,35

3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2019:(1127) 18.001.2.060.3.3.3.90.40.12.00.00.00 00000100 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica – R\$ 3.367,184º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em outubro de 2017 permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 17 de outubro de 2019. Ass: Márcio Brosowsky, pela Fundação Cultural; IPM Sistemas Ltda, contratado.

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 202/2019

Publicação Nº 2225295

CONTRATO 202/2019

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, sito a Rua José Scheid, s/n, com inscrição no CNPJ sob nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado de CONCEDENTE e o Sr. ANILSO RONCALHO - ME 07813462904, pessoa jurídica, com endereço a Rua São José 569, sala, na sede do Município de São Bernardino – SC, representado neste ato pelo Sr. ANILSO RONCALHO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 078.134.629-04, residente e domiciliado na RUA SÃO JOSÉ, 659, SALA, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, pactua o presente contrato, cuja celebração será efetuado de acordo com o Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, e que se regerá pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que não conflitem com a Legislação Federal e a Lei Municipal nº 946/2012, nº 1.242/2018 e nº 1.276/2019, parte integrante deste contrato, pelos termos da proposta vencedora e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato consiste na CONCESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS SENDO UMA ÁREA FÍSICA DE 42,67 M JUNTO AO TERMINAL RODOVIÁRIO LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO DE SÃO BERNARDINO – SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

3.1 – A concessionária não poderá ceder, alugar, vender, permutar e/ou deslocar para outro endereço, os bens patrimoniais que serão concedidos.

3.2 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão.

3.3 – Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, a sala junto ao terminal rodoviário municipal ora concedida, bem como seus registros contábeis. A Concessionária deverá manter sua contabilidade rigorosamente em dia.

3.4 – A concessionária é a responsável pela conservação dos bens patrimoniais, especificamente na área de instalação.

3.5– As despesas taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.

3.6– Para qualquer alteração física no imóvel, deverá a concessionária apresentar ao Município um projeto, com antecedência, para a devida aprovação, a critério deste.

3.7 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.

3.8 – A concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União.

3.9 – Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;

3.10 – Responsabilizar-se por outros encargos e obrigações porventura estabelecidas em outras Leis não mencionadas nos itens anteriores.

3.11 – Caberá a concessionária manter o estabelecimento em perfeito estado e conservação e asseio, de modo a que se encontre em condições de atender plenamente as suas finalidades.

3.12 – É de inteira responsabilidade da concessionária, todos e quaisquer encargos, exigidos pela legislação, trabalhista, tributária e fiscal.

3.13 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

3.14 - Limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da área de abrangência, é de responsabilidade da concessionária.

3.15 – Efetuar o pagamento da taxa mensal conforme proposta apresentada junto a tesouraria do município.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE

4.1 - Extinguir a concessão, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995 e na forma a ser prevista no contrato.

4.2 - Fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização poderá ser feita através das Secretarias solicitantes, responsáveis pelos bens patrimoniais em questão.

4.3 - Renovar o contrato com base no dispositivo deste edital.

4.4 - Não havendo renovação do contrato, receber os bens patrimoniais conforme o estabelecido neste processo.

4.5 - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

4.6 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

4.7 - Vistoriar, periodicamente, bens concedidos.

4.8 – Realizar durante a concessão, os reparos necessários para manutenção da sala concedida.

4.9 – Efetuar pagamento de fatura de energia elétrica e água.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DAS CONDIÇÕES PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O prazo desta concessão é de 03 (três) anos, ou seja, do dia 12/11/2019 até o dia 11/11/2022, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - Para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato, no que couber ao Município, serão usados recursos financeiros constantes no orçamento anual vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

7.1 - O presente contrato será rescindido quando evidenciado o descumprimento de qualquer cláusula por parte da empresa beneficiária, ou se verifique a ocorrência de qualquer dos fatos constantes no artigo 78 da Lei de Licitações.

Parágrafo único. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, combinado com o inciso IX, ambos da Lei de Licitações.

7.2 - Nos casos de extinção aplicar-se-á as regras da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Consolidada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos em conformidade com a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

8.2 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a Concessionária às sanções previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

09.1 – Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade.

09.2 – Selecionar e contratar os empregados.

09.3 – Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

09.4 - Utilizar água e energia necessária, mas cuidar para não haver desperdícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA CONCEDENTE

10.1 – Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.

10.2 – Propor alterações que visem a melhoria da produção e o bem estar dos trabalhos.

10.3 – Exigir o cumprimento do edital e do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - À Concessionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, seu diretor e responsável técnico.

11.2 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza à Concessionária.

11.3 - As penalidades supra, em ocorrendo fato gerador, serão julgadas por processo administrativo competente, por iniciativa da Administração Municipal.

11.4 Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:

a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;

b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;

c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;

e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

f) O não recolhimento do valor mensal aos cofres públicos pela concessionária, acarretará o lançamento dos valores em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E REAJUSTE.

12.1 - O valor total do contrato é de R\$ 4.518,00 (quatro mil quinhentos e dezoito reais) que serão pagos mensalmente, sendo o valor de

R\$ 125,50 (cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

12.2 - O pagamento deverá ser mensal (36 vezes), sendo que o pagamento deverá ser efetuado sempre até o décimo dia útil do mês subsequente, junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

12.3 Havendo atraso de 01(um) mês no pagamento e ou má conservação do ambiente em especial limpeza e higiene, o contrato poderá ser rescindido imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA VINCULAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

13.1 - O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

13.2 - A Concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS

14.1 - Os bens originariamente são de propriedade do Município e no final do contrato, permanecerão do Município. Os acréscimos autorizados pela Municipalidade respeitarão o termo de Autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

15.1 - São direitos e obrigações dos usuários:

Receber serviço adequado;

Receber do Poder Concedente e da Concessionária informação para a defesa de interesses individuais e coletivos;

Levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes a Concessão;

Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na utilização dos bens concedidos;

Tratar os funcionários e prepostos do Poder Concedente e Concessionária com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;

Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, disposições que vedam o fumo em locais fechados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - CRITÉRIOS PARA CÁLCULO E A FORMA DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES

16.1 - Os critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, serão os previstos na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – OBRIGATORIEDADE, FORMA E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA AO PODER CONCEDENTE.

17.1 – A critério da Administração, fornecer, no final da Concessão, as Negativas referentes regularidades fiscal comprovando as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - EXIGÊNCIA DAS PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERIÓDICAS DA CONCESSIONÁRIA

18.1 - A Concessionária se obriga a apresentar as Demonstrações Financeiras ao Município nos prazos exigidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

19.1 – Em relação aos bens concedidos:

a) Deverá manter a ordem e limpeza do ambiente

b) Deverá legalizar a empresa, bem como os funcionários que vier a contratar.

c) Zelar o imóvel e instalações, manter o controle sobre o tipo de atividade desenvolvida para evitar a danificação dos ambientes.

d) Deverá disponibilizar o imóvel com todas as suas dependências, instalações, móveis e equipamentos para realização de promoções e outras quaisquer atividades desenvolvidas pela Concedente, sem a cobrança de aluguel ou qualquer outra taxa.

d) Controlar as luzes, desligando-as ao final da utilização diária.

e) tender a todos os usuários de forma cortez, eficiente e sem distinções.

f) Permitir a utilização do imóvel pelo concedente quando necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a concessionária, de forma alguma, sem anuência do Município, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

20.2 - Quaisquer comunicações entre as partes, referente à execução do objeto ora contratado, serão formalizadas por escrito.

20.3 - A concessionária não poderá dar em garantia, penhorar, vender ou de qualquer forma alienar os bens recebidos nesta concessão.

20.4 – Fica por desde já, designado o Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DO FORO

21.1 - Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a ocorrer.

21.2 - E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois

de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

São Bernardino – SC, aos 12 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

ANILSO RONCALHO
CONCESSIONÁRIA

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Rudimar Borcioni
OAB-SC 15411
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: Nome
CPF: CPF:

CONTRATO Nº 203/2019

Publicação Nº 2225296

CONTRATO 203/2019

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, sito a Rua José Scheid, s/n, com inscrição no CNPJ sob nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado de CONCEDENTE e a Sra. JUREMA RAIZER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 02323076957, residente e domiciliada na Comunidade de LINHA SALETE, no interior do Município de São Bernardino – SC, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, pactua o presente contrato, cuja celebração será efetuado de acordo com o Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, e que se regerá pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que não conflitem com a Legislação Federal e a Lei Municipal nº 946/2012, nº1.242/2018 e nº 1.76/2019, parte integrante deste contrato, pelos termos da proposta vencedora e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato consiste na CONCESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS SENDO: UMA ÁREA DE 21,42 M2 E QUADRA DE ESPORTES JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES FRIHEDOLD JOÃO WALKER LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC..

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

3.1 – A concessionária não poderá ceder, alugar, vender, permutar e/ou deslocar para outro endereço, os bens patrimoniais que serão concedidos.

3.2 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão.

3.3 – Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, ao ginásio e equipamentos, bem como seus registros contábeis. A Concessionária deverá manter sua contabilidade rigorosamente em dia.

3.4 – A concessionária é a responsável pela conservação dos bens patrimoniais, especificamente na área de instalação de lanchonete e/ou similar.

3.5– As despesas taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.

3.6– Para qualquer alteração física no imóvel, deverá a concessionária apresentar ao Município um projeto, com antecedência, para a devida aprovação, a critério deste.

3.7 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.

3.8 – A concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União.

3.9 – Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;

3.10 – Responsabilizar-se por outros encargos e obrigações porventura estabelecidas em outras Leis não mencionadas nos itens anteriores.

3.11 – Caberá a concessionária manter o estabelecimento em perfeito estado e conservação e asseio, de modo a que se encontre em

condições de atender plenamente as suas finalidades.

3.12 – É de inteira responsabilidade da concessionária, todos e quaisquer encargos, exigidos pela legislação, trabalhista, tributária e fiscal.

3.13 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

3.14 - Limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da área de abrangência, é de responsabilidade da concessionária.

3.15 – Efetuar o pagamento da taxa mensal conforme proposta apresentada junto a tesouraria do município.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE

4.1 - Extinguir a concessão, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995 e na forma a ser prevista no contrato.

4.2 - Fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização poderá ser feita através das Secretarias solicitantes, responsáveis pelos bens patrimoniais em questão.

4.3 - Renovar o contrato com base no dispositivo deste edital.

4.4 - Não havendo renovação do contrato, receber os bens patrimoniais conforme o estabelecido neste processo.

4.5 - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

4.6 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

4.7 - Vistoriar, periodicamente, bens concedidos.

4.8 – Realizar durante a concessão, os reparos necessários para manutenção do Ginásio de Esportes.

4.9 – Efetuar pagamento de fatura de energia elétrica e água.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DAS CONDIÇÕES PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O prazo desta concessão é de 03 (três) anos, ou seja, do dia 12/11/2019 até o dia 11/11/2022, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - Para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato, no que couber ao Município, serão usados recursos financeiros constantes no orçamento anual vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

7.1 - O presente contrato será rescindido quando evidenciado o descumprimento de qualquer cláusula por parte da empresa beneficiária, ou se verifique a ocorrência de qualquer dos fatos constantes no artigo 78 da Lei de Licitações.

Parágrafo único. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, combinado com o inciso IX, ambos da Lei de Licitações.

7.2 - Nos casos de extinção aplicar-se-á as regras da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Consolidada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos em conformidade com a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

8.2 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a Concessionária às sanções previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

09.1 – Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade.

09.2 – Selecionar e contratar os empregados.

09.3 – Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

09.4- Em relação a exploração da quadra de esportes, itens I e IV os valores cobrados por horário vendido não poderão ultrapassar o valor de R\$ 15,00 (quinze) reais por hora de uso.

09.5 – Praticar valor superior ao estabelecido no item 09.4 mediante solicitação e aprovação pelo Poder Executivo Municipal.

09.6 – Utilizar água e energia necessária, mas cuidar para não haver desperdícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA CONCEDENTE

10.1 – Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.

10.2 – Propor alterações que visem a melhoria da produção e o bem estar dos trabalhos.

10.3 – Exigir o cumprimento do edital e do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - À Concessionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, seu diretor e responsável técnico.

11.2 - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Concessionária.

11.3 - As penalidades supra, em ocorrendo fato gerador, serão julgadas por processo administrativo competente, por iniciativa da Administração Municipal.

11.4 Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:

a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;

b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;

c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;

e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

f) O não recolhimento do valor mensal aos cofres públicos pela concessionária, acarretará o lançamento dos valores em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E REAJUSTE.

12.1 - O valor total do contrato é de R\$ 44.312,40 (quarenta e quatro mil trezentos e doze reais quarenta centavos) que serão pagos mensalmente (36 vezes), sendo o valor de R\$ 1.230,90 (um mil duzentos e trinta reais e noventa centavos).

12.2 - O pagamento deverá ser mensal, sendo que o pagamento deverá ser efetuado sempre até o décimo dia útil do mês subsequente, junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

12.3 Havendo atraso de 01(um) mês no pagamento e ou má conservação do ambiente em especial limpeza e higiene, o contrato poderá ser rescindido imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA VINCULAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

13.1 - O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

13.2 - A Concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS

14.1 - Os bens originariamente são de propriedade do Município e no final do contrato, permanecerão do Município. Os acréscimos autorizados pela Municipalidade respeitarão o termo de Autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

15.1 - São direitos e obrigações dos usuários:

Receber serviço adequado;

Receber do Poder Concedente e da Concessionária informação para a defesa de interesses individuais e coletivos;

Levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes a Concessão;

Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na utilização dos bens concedidos;

Tratar os funcionários e prepostos do Poder Concedente e Concessionária com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;

Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, disposições que vedam o fumo em locais fechados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - CRITÉRIOS PARA CÁLCULO E A FORMA DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES

16.1 - Os critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, serão os previstos na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – OBRIGATORIEDADE, FORMA E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA AO PODER CONCEDENDE.

17.1 – A critério da Administração fornecer, no final da Concessão, as Negativas referente regularidade fiscal comprovando as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - EXIGÊNCIA DAS PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERIÓDICAS DA CONCESSIONÁRIA

18.1 - A Concessionária se obriga a apresentar as Demonstrações Financeiras ao Município nos prazos exigidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

19.1 – Em relação aos bens concedidos:

a) Deverá manter a ordem e limpeza do ambiente

b) Deverá legalizar a empresa, bem como os funcionários que vier a contratar.

- c) Zelar o imóvel e instalações, manter o controle sobre o tipo de atividade desenvolvida para evitar a danificação dos ambientes.
- d) Deverá disponibilizar o imóvel com todas as suas dependências, instalações, móveis e equipamentos para realização de promoções e outras quaisquer atividades desenvolvidas pela Concedente, sem a cobrança de aluguel ou qualquer outra taxa.
- d) Controlar as luzes, desligando-as ao final da utilização diária.
- e) tender a todos os usuários de forma cortez, eficiente e sem distinções.
- f) Permitir a utilização do imóvel pelo concedente quando necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a concessionária, de forma alguma, sem anuência do Município, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.
- 20.2 - Quaisquer comunicações entre as partes, referente à execução do objeto ora contratado, serão formalizadas por escrito.
- 20.3 - A concessionária não poderá dar em garantia, penhorar, vender ou de qualquer forma alienar os bens recebidos nesta concessão.
- 20.4 – Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DO FORO

- 21.1 - Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a ocorrer.
- 21.2 - E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

São Bernardino – SC, aos 12 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

JUREMA RAIZER
CONCESSIONÁRIA

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: Nome
CPF: CPF:

CONTRATO Nº 204/2019

Publicação Nº 2225297

CONTRATO 204/2019

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, sito a Rua José Scheid, s/n, com inscrição no CNPJ sob nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado de CONCEDENTE e a Sra. RAQUEL CHAVES 09191310938, brasileira, casada, portadora do CPF nº 091.913.109-38, residente e domiciliado na RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, no bairro Scheid no Município de São Bernardino – SC, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, pactua o presente contrato, cuja celebração será efetuado de acordo com o Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, e que se regerá pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que não conflitem com a Legislação Federal e a Lei Municipal nº 946/2012, nº1.242/2018 e nº 1.76/2019, parte integrante deste contrato, pelos termos da proposta vencedora e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

- 1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

- 2.1 - O objeto do presente contrato consiste na CONCESSÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS COM ÁREA DE 432 M2, PARTE DO LOTE Nº 05 (CINCO) DA QUADRA Nº 4(QUATRO), LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA NO BAIRRO SCHEID, SOBRE O QUAL ENCONTRA-SE UM BARRACÃO

PRÉ-MOLDADO COM UMA ÁREA FÍSICA DE 129,60 M² (CENTO E VINTE E NOVE VIRGULA SESENTA METROS QUADRADOS).

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

- 3.1 – A concessionária não poderá ceder, alugar, vender, permutar e/ou deslocar para outro endereço, os bens patrimoniais que serão concedidos.
- 3.2 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão.
- 3.3 – Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, ao imóvel e equipamentos, bem como seus registros contábeis. A Concessionária deverá manter sua contabilidade rigorosamente em dia.
- 3.4 – A concessionária é a responsável pela conservação dos bens patrimoniais.
- 3.5– As despesas taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.
- 3.6– Para qualquer alteração física no imóvel, deverá a concessionária apresentar ao Município um projeto, com antecedência, para a devida aprovação, a critério deste.
- 3.7 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.
- 3.8 – A concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União.
- 3.9 – Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;
- 3.10 – Responsabilizar-se por outros encargos e obrigações porventura estabelecidas em outras Leis não mencionadas nos itens anteriores.
- 3.11 – Caberá a concessionária manter o estabelecimento em perfeito estado e conservação e asseio, de modo a que se encontre em condições de atender plenamente as suas finalidades.
- 3.12 – É de inteira responsabilidade da concessionária, todos e quaisquer encargos, exigidos pela legislação, trabalhista, tributária e fiscal.
- 3.13 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- 3.14 - Limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da área de abrangência, é de responsabilidade da concessionária.
- 3.15 – Efetuar o pagamento da taxa mensal conforme proposta apresentada junto a tesouraria do município.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE

- 4.1 - Extinguir a concessão, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995 e na forma a ser prevista no contrato.
- 4.2 - Fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização poderá ser feita através das Secretarias solicitantes, responsáveis pelos bens patrimoniais em questão.
- 4.3 - Renovar o contrato com base no dispositivo deste edital.
- 4.4 - Não havendo renovação do contrato, receber os bens patrimoniais conforme o estabelecido neste processo.
- 4.5 - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- 4.6 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- 4.7 - Vistoriar, periodicamente, bens concedidos.
- 4.8 – Realizar durante a concessão, os reparos necessários para manutenção do barracão, se for o caso.
- 4.9 – Efetuar pagamento de fatura de energia elétrica e água.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DAS CONDIÇÕES PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1 - O prazo desta concessão é de 03 (três) anos, ou seja, do dia 12/11/2019 até o dia 11/11/2022, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1 - Para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato, no que couber ao Município, serão usados recursos financeiros constantes no orçamento anual vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

- 7.1 - O presente contrato será rescindido quando evidenciado o descumprimento de qualquer cláusula por parte da empresa beneficiária, ou se verifique a ocorrência de qualquer dos fatos constantes no artigo 78 da Lei de Licitações.
- Parágrafo único. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, combinado com o inciso IX, ambos da Lei de Licitações.
- 7.2 - Nos casos de extinção aplicar-se-á as regras da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 8.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Consolidada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos em conformidade com a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- 8.2 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a Concessionária às sanções previstas na Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

09.1 – Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade.

09.2 – Selecionar e contratar os empregados.

09.3 – Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

09.4 – Utilizar água e energia necessária, mas cuidar para não haver desperdícios, que poderá ensejar em motivo para rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA CONCEDENTE

10.1 – Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.

10.2 – Propor alterações que visem a melhoria da produção e o bem estar dos trabalhos.

10.3 – Exigir o cumprimento do edital e do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - À Concessionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, seu diretor e responsável técnico.

11.2 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza à Concessionária.

11.3 - As penalidades supra, em ocorrendo fato gerador, serão julgadas por processo administrativo competente, por iniciativa da Administração Municipal.

11.4 Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:

a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;

b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;

c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;

e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

f) O não recolhimento do valor mensal aos cofres públicos pela concessionária, acarretará o lançamento dos valores em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E REAJUSTE.

12.1 - O valor total do contrato é de R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais) que serão pagos mensalmente (36 vezes), sendo o valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

12.2 - O pagamento deverá ser mensal, sendo que o pagamento deverá ser efetuado sempre até o décimo dia útil do mês subsequente, junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

12.3 Havendo atraso de 01(um) mês no pagamento e ou má conservação do ambiente em especial limpeza e higiene, o contrato poderá ser rescindido imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DA VINCULAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

13.1 - O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório n. 67/2019, Edital de Concorrência nº 01/2019, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

13.2 - A Concessionária se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS

14.1 - Os bens originariamente são de propriedade do Município e no final do contrato, permanecerão do Município. Os acréscimos autorizados pela Municipalidade respeitarão o termo de Autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

15.1 - São direitos e obrigações dos usuários:

Receber serviço adequado;

Receber do Poder Concedente e da Concessionária informação para a defesa de interesses individuais e coletivos;

Levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes a Concessão;

Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na utilização dos bens concedidos;

Tratar os funcionários e prepostos do Poder Concedente e Concessionária com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;

Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, disposições que vedam o fumo em locais fechados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - CRITÉRIOS PARA CÁLCULO E A FORMA DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES

16.1 - Os critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, serão os previstos na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – OBRIGATORIEDADE, FORMA E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONCESSIONÁRIA AO PODER CONCEDENTE.

17.1 – A critério da Administração fornecer, no final da Concessão, as Negativas referente regularidade fiscal comprovando as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - EXIGÊNCIA DAS PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERIÓDICAS DA CONCESSIONÁRIA

18.1 - A Concessionária se obriga a apresentar as Demonstrações Financeiras ao Município nos prazos exigidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

19.1 – Em relação aos bens concedidos:

- a) Deverá manter a ordem e limpeza do ambiente
- b) Deverá legalizar a empresa, bem como os funcionários que vier a contratar.
- c) Zelar o imóvel e instalações, manter o controle sobre o tipo de atividade desenvolvida para evitar a danificação dos ambientes.
- d) Deverá disponibilizar o imóvel com todas as suas dependências, instalações, móveis e equipamentos para realização de promoções e outras quaisquer atividades desenvolvidas pela Concedente, sem a cobrança de aluguel ou qualquer outra taxa.
- d) Controlar as luzes, desligando-as ao final da utilização diária.
- e) tender a todos os usuários de forma cortez, eficiente e sem distinções.
- f) Permitir a utilização do imóvel pelo concedente quando necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a concessionária, de forma alguma, sem anuência do Município, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

20.2 - Quaisquer comunicações entre as partes, referente à execução do objeto ora contratado, serão formalizadas por escrito.

20.3 - A concessionária não poderá dar em garantia, penhorar, vender ou de qualquer forma alienar os bens recebidos nesta concessão.

20.4 – Fica por desde já, designado o Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DO FORO

21.1 - Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a ocorrer.

21.2 - E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

São Bernardino – SC, aos 12 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

RAQUEL CHAVES
CONCESSIONÁRIA

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

Testemunhas:

Nome: Nome
CPF: CPF:

PORTARIA Nº 297/2019

Publicação Nº 2225292

PORTARIA Nº 297/2019 DE 12/11/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal e em especial o que dispõe o Art. 107 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidor Público Municipal, Sr. ROQUE IVO KLEIN, ocupante do cargo de VIGIA, junto a secretaria municipal da Agricultura e DMER, matrícula nº 508/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 12/11/2019 à 15/11/2019 (quatro dias), conforme atestado médico do Dra. Karine Krindges (CRM/SC 4200731), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 12 de novembro de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 298/2019

Publicação Nº 2225294

PORTARIA Nº 298/2019 DE 12/11/2019

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias a membro do Conselho Tutelar, Sra. JOCIELI ANTUNES VIEL, matrícula 168/01, do dia 13/11/2019 à 27/11/2019 (15 dias), referente ao período aquisitivo de 11/11/2018 à 10/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino SC, em 12 de novembro de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria de Adm. e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 67/2019

Publicação Nº 2224430

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2019 - CC
CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 09/09/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 67/2019
b) Licitação Nr.: 1/2019-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Data da Adjudicação: 12/11/2019 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação

SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, VISANDO A CONCESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS SENDO: UM GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA LINHA SEDE CHARUTO, UMA ÁREA FÍSICA DE 21,42 M2 E QUADRA DE ESPORTES JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES FRIEDHOLD JOÃO WALKER LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO, UM BARRACÃO DE 129,60 M2 E ÁREA DE TERRAS COM ÁREA DE 432 M2, LOCALIZADO NO BAIRRO SCHEID, E UMA ÁREA FÍSICA DE 42,67 M JUNTO AO TERMINAL RODOVIÁRIO LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

ANILSO RONCALHO - ME 07813462904 (5348)

3 - Uma área física de 42,67 m², para instalação de ponto comercial, junto ao Terminal Rodoviário Municipal, localizado em parte do lote nº 04 e parte do lote urbano nº 05 da quadra nº 14, na Rua Verônica Scheid, nº 979 - Centro de São Bernardino - SC. Conforme Lei municipal autorizativa n. 1.276/2019 de 19/06/2019.	MES	36	-	125,50	4.518,00
---	-----	----	---	--------	----------

Total do Fornecedor: 4.518,00

JUREMA RAIZER (2424)

1 - Um espaço físico, junto ao Centro Esportivo Educacional Friedhold João Walker, com área física de 21,42 m2 para instalação de lanchonete e/ou similar, bem como quadra de esportes para utilização nos dias e horários não utilizados pelo Município de São Bernardino-SC, para exploração de atividades comerciais, através de atividades esportivas junto ao ginásio de esportes, localizado na Rua da Praia s/n - Centro Centro, São Bernardino-SC, conforme Lei Municipal autorizativa n. 946/2012.	MES	36	-	1.230,90	44.312,40
---	-----	----	---	----------	-----------

Total do Fornecedor: 44.312,40

São Bernardino, 12 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO****CNPJ:** 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID,1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC**CONCORRÊNCIA****Nr.: 1/2019 - CC****Processo Administrativo:** 67/2019
Processo de Licitação: 67/2019
Data do Processo: 09/09/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**RAQUEL CHAVES 09191310938 (5205)**

2 - Uma área de terras, medindo 432 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), sendo parte do lote urbano nº 05 (cinco) da quadra nº 04 (quatro), localizado na Rua da Praia, Bairro Scheid, parte da matrícula nº 7.636, Cartório Registro de Imóveis de Campo Erê - SC e 01 (um) barracão pré-moldado, construído sobre a área acima identificada, com área de 129,60 m² (cento e vinte e cinco vírgula sessenta metros quadrados); Conforme Lei Municipal autorizativa n. 1.276/2019.

Total do Fornecedor: 7.560,00**Total Geral:** 56.390,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São Bernardino, 12 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2019 - CC Processo Administrativo: 67/2019 Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 09/09/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 67/2019
b) Licitação Nr.: 1/2019-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Data da Adjudicação: 12/11/2019 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, VISANDO A CONCESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS SENDO: UM GINÁSIO DE ESPORTES LOCALIZADO NA LINHA SEDE CHARUTO, UMA ÁREA FÍSICA DE 21,42 M2 E QUADRA DE ESPORTES JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES FRIEDHOLD JOÃO WALKER LOCALIZADO NA RUA DA PRAIA, CENTRO, UM BARRACÃO DE 129,60 M2 E ÁREA DE TERRAS COM ÁREA DE 432 M2, LOCALIZADO NO BAIRRO SCHEID, E UMA ÁREA FÍSICA DE 42,67 M JUNTO AO TERMINAL RODOVIÁRIO LOCALIZADO NA RUA VERÔNICA SCHEID, CENTRO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

ANILSO RONCALHO - ME 07813462904 (5348)

3 - Uma área física de 42,67 m², para instalação de ponto comercial, junto ao Terminal Rodoviário Municipal, localizado em parte do lote nº 04 e parte do lote urbano nº 05 da quadra nº 14, na Rua Verônica Scheid nº 979 - Centro de São Bernardino - SC. Conforme Lei municipal autorizativa n. 1.276/2019 de 19/06/2019.	MES	36	-	125,50	4.518,00
--	-----	----	---	--------	----------

Total do Fornecedor: 4.518,00

JUREMA RAIZER (2424)

1 - Um espaço físico, junto ao Centro Esportivo Educacional Friedhold João Walker, com área física de 21,42 m2 para instalação de lanchonete e/ou similar, bem como quadra de esportes para utilização nos dias e horários não utilizados pelo Município de São Bernardino-SC, para exploração de atividades comerciais, através de atividades esportivas junto ao ginásio de esportes, localizado na Rua da Praia s/n - Centro Centro, São Bernardino-SC, conforme Lei Municipal autorizativa n. 946/2012.	MES	36	-	1.230,90	44.312,40
---	-----	----	---	----------	-----------

Total do Fornecedor: 44.312,40

São Bernardino, 12 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO****CNPJ:** 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID,1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC**CONCORRÊNCIA****Nr.: 1/2019 - CC****Processo Administrativo:** 67/2019
Processo de Licitação: 67/2019
Data do Processo: 09/09/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**RAQUEL CHAVES 09191310938 (5205)**

2 - Uma área de terras, medindo 432 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), sendo parte do lote urbano nº 05 (cinco) da quadra nº 04 (quatro), localizado na Rua da Praia, Bairro Scheid, parte da matrícula nº 7.636, Cartório Registro de Imóveis de Campo Erê - SC e 01 (um) barracão pré-moldado, construído sobre a área acima identificada, com área de 129,60 m² (cento e vinte e cinco vírgula sessenta metros quadrados); Conforme Lei Municipal autorizativa n. 1.276/2019.

Total do Fornecedor: 7.560,00**Total Geral:** 56.390,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São Bernardino, 12 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2019

Publicação Nº 2225441

EXTRATO DO CONTRATO 36/2019

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Ilson José Dutra ME, com sede à Avenida 29 de Dezembro, 806, Centro, em São Bonifácio/SC, inscrito no CNPJ sob nº 04.111.500/0001-51.

Valor total do contrato: R\$ 8.985,00 (oito mil e novecentos e oitenta e cinco reais).

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para encontros mensais e encerramento dos grupos de idosos deste município.

Vigência: 07/11/2019 a 31/12/2019.

Processo de Licitação 46/2019 - Pregão Presencial nº 10/2019.

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 136/2019 - ADM

Publicação Nº 2224802

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 136/2019 - ADM
Edital de Concorrência nº 001/2019 - ADM
Tipo: Maior Oferta

Objeto: ALIENAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DENOMINADO "PARQUE AQUÁTICO", LOCALIZADO NOS IMÓVEIS INSCRITOS NAS MATRÍCULAS Nº 8.998 E Nº 10.907, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:30 horas – dia 17 de dezembro de 2019.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas – dia 17 de dezembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:00 as 13:00 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 12 de novembro de 2019.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São Domingos

PREFEITURA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE LINHA SÃO CAETANO (ASSOC. DE MORADORES DA LOC. DE LINHA SÃO CAETANO) NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC -

Publicação Nº 2224370

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE LINHA SÃO CAETANO (ASSOC. DE MORADORES DA LOC. DE LINHA SÃO CAETANO) NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC - CNPJ/MF 00.613.010/0001-00

Aos três (03) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (2019), no pavilhão comunitário de Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos – SC, conforme edital de convocação publicado no dia 01 de abril de 2019, no mural da Capela e do Pavilhão comunitário da localidade, local onde são publicados todos os atos que dizem respeito à população residente na comunidade, às 10 (dez) horas, reuniram-se os sócios atuais da Associação de Moradores da Loc.de Linha São Caetano, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica com o número 00.613.010/0001-00, em data de 23/05/1995, em 1ª convocação, tendo atingido o quorum necessário para esta deliberação, conforme disposto no artigo 18 do Estatuto Social quatro quintos (4/5) dos sócios: ANTONIO SPANHOL, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.697.607 e CPF nº 400.793.769-91, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; JULIO PERUZZO, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 3.955.863 e CPF nº 251.092.789-20, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; IRACI BRUNETTO PERUZZO, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 3.623.979 e CPF nº 017.186.329-16, residente e domiciliada na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; HELIO NIEDZIALKOSKI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 4.494.156 e CPF nº 045.508.649-40, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; THAISA GRAZIELLE INVITTI NIEDZIALKOSKI, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 4.283.691 e CPF nº 048.227.169-88 residente e domiciliada na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; CLAIR JOÃO MARMENTINI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 3.581.672 e CPF nº 017.981.229-79, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; ERECILDA TEREZINHA BRASSO ROVANI, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 3.842.166 e CPF nº 021.373.509-12, residente e domiciliada na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; DARCI LEAL, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.011.017 e CPF nº 147.983.609-53, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; NEUZA MADALENA ZAREMBSKI BELÉ, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 3.233.125 e CPF nº 915.635.349-91 residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; ROSILDO PALUDO, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 2.878.347 e CPF nº 863.952.119-00 residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; SEBASTIANA PALUDO, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 2.872.790 e CPF nº 665.351.589-94, residente e domiciliada na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; CLAUDIR KÍSSEL, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 3.581.124 e CPF nº 001.119.809-50 residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; CLAUDIO NIEDZIALKOSKI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 3.406.736 e CPF nº 945.041.649-49, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; CARMEM VICCARI NIEDZIALKOSKI, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 3.647.438 e CPF nº 021.247.049-31, residente e domiciliada na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; MARIANO NIEDZIALKOSKI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 901.327 e CPF nº 174.106.220-91, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; LEVINO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.389.758 e CPF nº 494.886.519-20, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; ARLINDO NIEDZIALKOSKI, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.699.531-7 e CPF nº 593.772.599-91, residente e domiciliado na Linha São Caetano, interior do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina; todos relacionados na lista de presença anexa. Objetivando esta assembleia com a única e exclusiva finalidade, a dissolução da associação de moradores, criada em 23/05/1995. Presidiu os trabalhos, o último presidente eleito da associação o Senhor Julio Peruzzo, que convidou a mim, Helio Niedzialkoski, para secretariá-lo. Com a palavra, o Senhor presidente enfatizou a necessidade de dissolver a associação por não haver mais interesse por parte dos associados à sua continuidade, até porque, a associação não se enquadra nos dispositivos da atual legislação, não recebe e nunca recebeu recursos públicos, estando hoje, dando somente despesas à comunidade e aos seus associados, que devem manter a documentação contábil e fiscal em dia, pagando contador com o dinheiro dos próprios sócios. Ainda, todos os membros da associação, já participam do conselho comunitário e o que for em benefício da comunidade de Linha São Caetano, são neste discutidos e decididos. Em seguida, submeteu à votação da proposta de dissolução da associação, já previamente discutida. Sendo a vontade de todos os sócios, foi imediatamente aprovada por unanimidade. Na sequência, ficou aprovado e já determinado que o Senhor Julio Peruzzo, presidente, ficará responsável pela guarda de toda documentação da associação. Ainda, em conformidade ao disposto no artigo 4º do Estatuto Social, que prevê o destino do patrimônio será doado para entidades beneficentes, existentes na própria comunidade ou não, designadas pela Assembleia Geral, o presidente informou que a Associação não possui dinheiro/caixa nem conta em bancos, e como não possuem patrimônio, pois usavam o pavilhão da comunidade e as próprias residências dos associados para realização das reuniões; a última diretoria eleita, sequer foi feita ata, estando há muitos anos desativada. Disse também, que todas as despesas com contador, e manutenção da associação junto aos órgãos estaduais e federais até o presente momento, vinha sendo arcado com seu dinheiro particular, estando hoje, tudo quitado. Aproveitou para solicitar aos associados que tiverem interesse, em auxiliar e contribuir com as despesas para a baixa da mesma. E, por fim, o Senhor presidente deixou a palavra livre para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim, Helio Niedzialkoski, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente e por todos os sócios presentes: Julio Peruzzo, Helio Niedzialkoski, Antonio Spanhol, Iraci B. Peruzzo, Thaisa G. I. Niedzialkoski, Clair João Marmentini, Erecilda T. P. Rovani, Darcy Leal, Neuza M. Z Belé, Rosildo Paludo, Sebastiana Paludo, Claudir Kíssel, Claudio Niedzialkoski, Carmem V. Niedzialkoski, Mariano Niedzialkoski, Levino de Oliveira, Arlindo Niedzialkoski, e

pelo Advogado Dr. Cladi Antonio Citron Bortoli, como sinal de sua aprovação. Linha São Caetano - São Domingos –SC, 03 de maio de 2019.
Assinam:

Julio Peruzzo – Presidente_____

Helio Niedzialkoski – Secretário_____

Dr. Cladi Antonio Citron Bortoli – OAB/SC – 3983_____

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 145/2019

Publicação Nº 2224420

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 145/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 054/2019

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MOCHILAS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 11 de novembro de 2019.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial

São Francisco do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 16.100/2019

Publicação Nº 2224657

PORTARIA nº 16.100, de 11 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 72 da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o requerido no Processo nº 24192/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora SANDRA CARLA FLORES MACEDO, matrícula nº 219010-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, do quadro de pessoal do Município, incorporação à sua remuneração na proporção de 3/5 (três quintos), da diferença entre o seu vencimento e a remuneração do cargo de Assessor Executivo, nível CC03, da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 11 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.101/2019

Publicação Nº 2224661

PORTARIA nº 16.101, de 11 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 72 da Lei Complementar nº 8/2003, com art. 25 da Lei Complementar nº 4/2003, e com o Processo nº 24288/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora ANGÉLICA HONÓRIO RAMOS NEUMANN, matrícula nº 218790, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do quadro de pessoal do Município, incorporação à sua remuneração na proporção de 3/5 (três quintos), do valor da função gratificada, com percentual de 60%, como Coordenadora do CMEI Mundo Encantado, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 11 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.102/2019

Publicação Nº 2224664

PORTARIA nº 16.102, de 11 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 72 da Lei Complementar nº

8/2003, com art. 25 da Lei Complementar nº 4/2003, e com o Processo nº 24018/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora SIMONI PORCIÚNCULA PINTO DOS SANTOS, matrícula nº 8024332, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica Pedagógica – Supervisora Escolar, do quadro de pessoal do Município, incorporação à sua remuneração na proporção de 4/5 (quatro quintos), do valor da função gratificada, sendo 3/5 (três quintos), com percentual de 60%, como Diretora da EBM João Dias e 1/5 (um quinto), com percentual de 50%, como Auxiliar de Direção da EBM Álvaro Tancredo Dippold, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 11 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.103/2019

Publicação Nº 2224907

PORTARIA nº 16.103, de 11 de novembro de 2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes o Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 018/2019 – Médico ESF Estratégia Saúde da Família, Médico Clínico Geral e Educador Social, conforme segue:

I – representante da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas:

a) CIBELY KUHL – Assistente Executivo.

II – representante do Sindicato dos Servidores Públicos:

a) PAMELA ALVES DE SIQUEIRA – Educador Social.

III – representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS – Gerente.

IV – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) PRISCILA APARECIDA GOMES – Assistente Social.

V – Suplente:

a) PALOMA GARCIA DA SILVA – Assistente Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 11 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3785/2019

Publicação Nº 2225336

DECRETO 3785/2019

Declara de utilidade pública determinados imóveis para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica do Município e conforme as disposições da alínea "d", do art. 5º, além do art. 6º, ambos do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1.941 e, tendo em vista a Exposição de Motivos apresentada pela Diretora do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal-SI-SAM, autarquia municipal, DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação das seguintes propriedades registradas no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista, as seguintes áreas:

a) Sob Matrícula n. 19.166, de propriedade de Lêda Sagaz Simas, Alexandre Simas, Alison Simas e Anderson Simas, respectivamente inscritos no CPF sob n. 415.458.429-49, 48.094.229-33, 065.900.289-23 e 068.676.249-52, uma área de 36 m², com as seguintes medidas e confrontações: pela frente, do lado leste, medindo 6,00 metros corridos, confrontando com a Servidão João Setero de Simas, com as seguintes georeferências – X=713.622.7195 e Y=8.981.325.2725; pelos fundos, no lado oeste, e ao sul, medindo 6,00 metros corridos em cada lado, confrontando com a área remanescente do mesmo imóvel; ao lado norte, medindo 6,00 metros corridos, com propriedade de D.J. Incorporações Imobiliárias Ltda., matriculada sob n. 15.843.

b) Sob Matrícula de n. 11.959, de propriedade de Lusframa Participações Societárias Ltda., inscrita no CNPJ sob n. 12.014.348/0001-17, uma área com 36,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: pela frente, lado sul, medindo 6,00 metros corridos, com a Rua José Antonio Soares, com as georeferências X=713.956.9519 e Y=6.981.290.0448; pelos lados norte, leste e oeste, todos com 6,00 metros corridos, com a propriedade remanescente do mesmo imóvel.

c) Sob Matrícula de n. 20.824, de propriedade de José Paschoal e de sua esposa Marlete Marta do Nascimento Paschoal, respectivamente inscritos no CPF sob n. 303.176.739-04 e 429.245.109-53, uma área com 36,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: pela frente, lado sul, medindo 6,00 metros corridos, com a Rua José Antonio Soares, com as georeferências X=714.301.5828 e Y=6.981.224.6073; pelos lados norte, leste e oeste, todos com 6,00 metros corridos, com a propriedade remanescente do mesmo imóvel.

d) Sob Matrícula n. 16.414, de propriedade de Clarice Becker Gallina e seu marido Doutel Umberto Gallina, respectivamente inscritos no CPF sob n. 589.719.479-34 e 425.981.849-04, uma área com 36,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: pela frente, lado sul, medindo 6,00 metros corridos, com a Rua José Antonio Soares, com as georeferências X=714.952.8529 e Y=6.981.195.6709; pelos lados norte, leste e oeste, todos com 6,00 metros corridos, com a propriedade remanescente do mesmo imóvel.

e) Sob Matrícula n. 3.049, de propriedade de Mário Nicolau Junior, solteiro, inscrito no CPF sob n. 055.242.479-05, uma área com 36,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: pela frente, lado sul, medindo 6,00 metros corridos, com a Rua José Antonio Soares, com as georeferências X=715.787.2021 e Y=6.981.381.7313; pelos lados norte, leste e oeste, todos com 6,00 metros corridos, com a propriedade remanescente do mesmo imóvel.

Art. 2º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa de passagem, numa largura de 3,00 metros, para colocação de tubulação adutora de coleta de esgoto sanitário, as áreas, partes dos seguintes imóveis, registrados no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista:

a) Sob Matrícula n. 3643, de propriedade de Adenir Antonio Gattis e sua esposa, Solange Tereza Gambeta Gattis, respectivamente inscritos no CPF sob n. 868.095.049-03 e 019.865.819-26, confrontando, pela frente, lado sul, com a Rua Augusto Paulo Durkop, com as seguintes georeferências: X=713242.0584 e Y=6981083.3735, nos fundos, lado norte, com propriedade de Anezio A. Voltolini, georeferências: X=713.250.8314 e Y=6.981.134.6764, pelos lados leste e oeste, onde mede 52,00 metros corridos, com o restante da propriedade servente;

b) Matrícula n. 11.409, de propriedade de Edegilson Cipriani e Regina Marta da Cunha, respectivamente inscritos no CPF sob n. 777.112.549-20 e 800.649.659.53, confrontando: pelo lado oeste, com a Rua Guilhermina Eccel com as seguintes georeferências: X=713.497.3636 e Y=6.981.331.4740 e nos fundos com propriedade do Incra, com as seguintes georeferências: X=713.517.7081 e Y=6.981.333.6934; pelo lado norte, com a extensão de 20 metros, com propriedade de José Laus Dalsente – Matrícula n. 473 e pelo lado sul com a mesma extensão com a propriedade servente.

c) Matrícula n. 13.783, de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, confrontando pela frente, lado leste com a Rua Anfilóquio João Zunino, com as seguintes georeferências: X= 713.546.3338 e Y= 6.981.331.8654 e no lado oeste confrontando com Edegilson Cipriani, com as seguintes georeferências: X=713.517.7081 e Y=6.981.333.6934. Pelo lado norte e sul, numa extensão de 28,68 mts, confrontando com a propriedade servente.

d) Matrícula n. 1.535, de propriedade de Ademar Anselmo Kehl e esposa inscrito no CPF sob n. 290.158.049-15, confrontando pelo lado Oeste com a Rua Anfilóquio João Zunino, com as georeferências X=713.550.8030 e Y=6.981.331.4138 e pelo lado leste com propriedade de Leda Sagaz, Alexandre Simas, Alison Simas e Anderson Simas, com as georeferências X=713.600.7729 e Y=6.981.328.4761; pelos lados norte e sul confrontando com a propriedade servente.

e) Matrícula n. 19.168, de propriedade de Leda Sagaz, Alexandre Simas, Alison Simas e Anderson Simas, respectivamente inscritos no CPF sob n. 415.458.429-49, 048.094.229-33, 065.900.289-23 e 068.676.249-52, confrontando pelo lado leste, com a área para construção da estação elevatória descrita na alínea "a", do art. 1º, deste Decreto, pelo lado oeste com a propriedade de Ademar Anselmo Kehl, com as georeferências X=713.600.7729 e Y=6.981.328.4761; pelo lado norte com propriedade de DJ Incorporações Imobiliárias Ltda. e pelo lado sul, com 16,11 metros de extensão, com a propriedade servente.

f) Matrícula n. 5.466, de propriedade de Anézio Angelo Voltolini e sua esposa Evania Sgrott Voltolini, respectivamente inscritos no CPF sob n. 252.185.149-34 e 398.767.999-91, confrontando pelo lado norte com a Rua Leopoldina Brasil, com as georeferências X=713.278.1262 e

Y=6.981.295.7852 e pelo lado sul, com propriedade de Adenir Antonio Gattis, com as georeferências X=713.384.3622 e Y=6.981.136.5934; pelo lado leste, numa extensão de 168,00 metros corridos com a propriedade servente e ao leste, com uma servidão de passagem no imóvel de matrícula n. 5.466. A presente servidão já está averbada na Matrícula.

Art. 3º Fica a administração do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal-SISAM autorizada a promover as medidas necessárias para as desapropriações e instituição das servidões administrativas junto com os proprietários dos imóveis afetados, cumprindo o disposto no art. 10, do Decreto Lei n. n. 3.365, de 21 de junho de 1.941.

§1º Para as avaliações para as indenizações que se fizerem necessárias, caberá à Direção do SISAM constituir Comissão de Avaliação, integrada por um servidor da Prefeitura Municipal, do setor de lançamento da área de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, um servidor efetivo do SISAM e um corretor de imóveis de reconhecida competência e idoneidade profissional, para, sob a Presidência do primeiro, promover a realização das devidas avaliações.

§2º Para a indicação do corretor de imóveis caberá à administração do SISAM buscar a melhor proposta financeira.

Art. 4º Fica a administração do SISAM ainda autorizada a buscar soluções negociadas com compensações de natureza não financeira, no todo ou em parte, com os proprietários afetados, com a devida justificativa na qual fique demonstrada a conveniência da negociação realizada.

Art. 5º As despesas decorrentes da implementação do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do SISAM.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3787/2019

Publicação Nº 2224948

DECRETO 3.787/2019

Suspende o atendimento externo e interno nas repartições públicas municipais.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º O atendimento geral interno e externo nas repartições públicas municipais se dará da seguinte forma:

I – o atendimento externo será realizado até a data de 13 de dezembro de 2019.

II - de 16 a 18 de dezembro de 2019, somente haverá expediente interno.

III – suspensão das atividades de atendimento interno e externo de 19 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020.

IV – retorno das atividades de atendimento interno e externo na data de 06 de janeiro de 2020.

Art. 2º As disposições contidas no artigo 1º do presente Decreto não se aplicam aos seguintes serviços, que funcionarão da seguinte forma:

§1º Secretaria da Saúde: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 23/12/2019 e 01/01/2020.

§2º Secretaria da Agricultura: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 20/12/2019 e 05/01/2020.

§3º Secretaria de Educação: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 17/12/2019 e 16/01/2020.

§4º Secretaria de Assistência Social: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 17/12/2019 e 16/01/2020.

§5º Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal – SISAM:

I – o setor de atendimento ao público ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 18/12/2019 e 05/01/2020.

II – o setor de coleta de Lixo e ETA funcionarão normalmente, sendo que o setor operacional funcionará em regime de plantão.

§6º Setor de Identidades e Junta Militar: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 18/12/2019 e 05/01/2020.

§7º Intendência de Tigipió: o expediente interno e externo ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 20/12/2019 até 05/01/2020.

Art. 3º Considera-se expediente interno aquele destinado às atividades administrativas, e expediente externo, aquele destinado a atendimento ao público e às atividades realizadas fora da sede dos órgãos públicos.

Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica ao Hospital Monsenhor José Locks.

Art. 5º O período de suspensão integral das atividades será considerado férias.

Art. 6º Os serviços considerados essenciais, bem como os de caráter de urgência e emergência, deverão ser mantidos em regime de plantão com o objetivo de não prejudicar a população.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3788/2019

Publicação Nº 2224952

DECRETO 3.788/2019

Estabelece recesso aos servidores ocupantes dos cargos especificados o período de suspensão integral das atividades dispostas no Decreto Municipal n. 3.787/2019.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, decreta:

Art. 1º Durante o período de suspensão integral das atividades de suas respectivas Secretarias, conforme disposto no Decreto Municipal 3.787/2019, fica estabelecido recesso aos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

I - Prefeito e Vice-prefeito;

II - Secretário de Educação;

III - Secretário de Finanças;

IV - Secretário de Saúde;

V - Secretário de Assistência Social;

VI - Secretário de Infraestrutura;

VII - Secretário de Desenvolvimento Econômico;

VIII - Secretário de Agricultura e Intendência Distrital;

IX - Diretor Executivo do IPRESJB;

X - Diretor Geral do SISAM;

XI - Diretor Executivo da FUBE;

XII - Diretor Executivo da FUMAB;

XIII - Assessor de Gabinete;

XIV - Coordenador de Comunicação e Imprensa;

XV - Coordenador de Planejamento;

XVI - Coordenador de Controle Interno;

XVII - Coordenador de Defesa Civil;

XVIII - Ouvidor;

XIX - Procurador Geral;

XX - Assessor Jurídico de Gabinete;

XXI - Secretário de Administração

XXII - Chefe de Gabinete

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

JUSTIFICATIVA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2224956

São João Batista, 12 de novembro de 2019.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 16.858.182/0001-76

AV COMERCIO ATACADISTA EIRELI

NOTA FISCAL	VALOR
10161	R\$ 11,90
10160	R\$ 11,90
9593	R\$ 92,95
9592	R\$ 16,15
9055	R\$ 120,93
9054	R\$ 33,45
9057	R\$ 27,17
8497	R\$ 17,90
8499	R\$ 22,10
8498	R\$ 136,40
8044	R\$ 25,80

8046	R\$ 157,16
8045	R\$ 97,83
7286	R\$ 20,70
7285	R\$ 21,25
7284	R\$ 161,00
6747	R\$ 168,11
6746	R\$ 170,07

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.312,77 DA EMPRESA AV COMERCIO ATACADISTA EIRELI, REFERENTE A MERENDA ESCOLAR.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Edésio Pedrinho Tomasi
Secretário Municipal de Educação

NOTIFICAÇÃO 23/2019

Publicação Nº 2225015

NOTIFICAÇÃO 23/2019
RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 63/2016.

À: ANTÔNIO SERAFIM DA SILVA

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº. 89, Centro, inscrito no CNPJ/MF. Nº. 82.925.652/0001-00, neste ato representado por Luiz Henrique Lauritzen, Secretário de Desenvolvimento Econômico, designado pelo Decreto Funcional 39/2019, vem através do presente, notificar sobre a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2016, de 04 de março de 2016, Dispensa nº. 003/2016, firmado com ANTÔNIO SERAFIM DA SILVA, residente e domiciliado na Rua Araci Griga, s/n, Jardim São Paulo, município de São João Batista/SC, CEP 88.240-000, para que este, caso queira, apresente resposta no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em obediência aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, levando em consideração os motivos a seguir expostos:

Considerando o inadimplemento das parcelas desde abril de 2016, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública, implicando no descumprimento do item 3.1 e 5.9 do Contrato n.º 63/2016.

Considerando que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão unilateral.

Considerando que a Constituição impõe à Administração Pública a observância da legalidade, atribui a todos os litigantes em geral, seja em processos judiciais seja administrativos, a obediência à garantia fundamental do contraditório e da ampla defesa (art. 5º. LV).

Considerando que o contraditório e a ampla defesa são valores intrinsecamente relacionados com o Estado Democrático de Direito e têm por finalidade oferecer a todos os indivíduos a segurança de que não serão prejudicados, nem surpreendidos com medidas interferentes na liberdade e no patrimônio, sem que haja a devida submissão a um prévio procedimento legal. Em decorrência desses princípios, deve-se proporcionar aos interessados sem processos administrativos e judiciais: a devida ciência acerca da instauração de processos e dos respectivos atos processuais; a oportunidade de manifestação nos autos; o direito de requerer e produzir as provas cabíveis, bem como o de influenciar a decisão do julgador. Os aludidos preceitos, dessa forma, assumem duas perspectivas: formal – relacionada à ciência e à participação no processo – e material – concernente ao exercício do poder de influência sobre a decisão a ser proferida no caso concreto.

Considerando que a rescisão unilateral do contrato administrativo deve observar o devido processo legal, no qual seja conferido ao administrado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Este procedimento tem como base legal os artigos 78, I, e 79, I, da Lei Federal no. 8.666/93, bem como a cláusula décima do Contrato nº 63/2016, de 04 de março de 2016.

A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, em atenção ao princípio da publicidade dos atos administrativos (art. 37 da CRFB/88).

São João Batista, 12 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Desenvolvimento Econômico, designado pelo Decreto Funcional 39/2019

Recebido em ____/____/____

Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2019

Publicação Nº 2224672

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 22/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019**

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2019, Processo Licitatório nº. 22/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
16935	BLP COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	
16520	CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ	9, 10
16934	DINALAB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	
12853	METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS P/ LABORATORIO	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13
16222	QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA	7, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BLP COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	27.402.383/0001-80	ANDREIA TRAINOTTI MAZZOLI	052.823.539-70
CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ	04.880.181/0001-49	DALEDIER JOSÉ J. JUMIOR	800.263.979-00
DINALAB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	32.578.926/0001-55	MORGANA ASSI DE OLIVEIRA	024.449.579-38
METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS P/ LABORATORIO	01.832.145/0001-11	PAULO HENRIQUE A. PACHECO	493.582.359-34
QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA	13.224.500/0001-59		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12853 - METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS P/ LABORATORIO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BÉQUER DE POLIPROPOLINO PARA 50ML DE AMOSTRA.	UN	NALGON	3,000	3,0000	9,00
2	CLORETO DE POTÁSSIO 3M	LT	DINAMICA	2,000	40,0000	80,00
3	ELETRODO DE VIDRO COMBINADO PARA LEITURA DE PH (AMOSTRAS DE ÁGUA) PARA PHMETRO.	UN	SENSOGLAS	2,000	440,0000	880,00
4	FLUORETO SOLUÇÃO SPANDS UTILIZADA NA ANALISE FLUORETO - 500ML	FR	SPEECSOL	20,000	23,9000	478,00
5	FRASCO DE 250 ML DE POLIPROPILENO COM TAMPA ROSQUEAVEL PARA COLETA DE AMOSTRA.	FR	NALGON	15,000	10,0000	150,00
6	KIT DE 03 CUBETAS CALIBRADAS COM TAMPA, DE 20 ML, PARA LEITURA DE COR EM CALORIMETRO DM-COR	UN	DIGIMED	1,000	780,0000	780,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 2/7

Processo Nº.: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

Fornecedor: 12853 - METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS P/ LABORATORIO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	KIT PARA CALIBRAÇÃO COR (DM COR-DIGIMED) EM CUBETAS DE 20ML LACRADAS DE 0/10/100/500 PTCO (VALIDADE MINIMA 1 ANO)	UN	DIGIMED	1,000	820,0000	820,00
12	SOLUÇÃO BUFFER PH - 4,01 - 500 ML	FR	DINAMICA	2,000	35,0000	70,00
13	SOLUÇÃO BUFFER PH - 7,01 - 500ML	FR	DINAMICA	2,000	35,0000	70,00

Fornecedor: 16222 - QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	KIT DE 6 CUBETAS REDONDAS DE 20ML COM TAMPA MARCAÇÃO EM 10ML DE AMOSTRA PARA LEITURA EM TURBIDIMETRO 2100P HACH.	UN	QUIMAFLEX	1,000	300,0000	300,00
11	REAGENTE EM PÓ NÃO COMPACTO PARA ANÁLISE DE CLORO LIVRE PELO MÉTODO DPD PRONTO PARA USO, FAIXA DE TRABALHO DE 0,02 A 2 MG/L, PARA 10ML DE AMOSTRA, PARA USO EM EQUIPAMENTOS DA MARCA HACH SEM A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE NOVA CURVA OU USO DE ACESÓRIOS, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM SACHÊS DE ALUMÍNIO FLEXÍVEL LACRADO. PRAZO DE VALIDADE DE 48 MESES, EM FRASCO LEITOSO COM 1.000 UNIDADES. PODE SER USADO EM ANÁLISE DE DÍÓXIDO DE COLORE NA FAIXA DE 0,04 A 5,00 MG/L. POTE COM 1000 UNIDADES.	PT	QUIMAFLEX	5,000	500,0000	2.500,00

Fornecedor: 16520 - CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	KIT PARA CALIBRAÇÃO DE TURBIDIMETRO 2100Q HACH EM CUBETAS DE 20ML LACRADAS DE 10/20/100/800 NTU (VALIDADE MINIMA 1 ANO)	UN	HACH	1,000	2.713,0000	2.713,00
10	PADRAO PARA CALIBRAÇÃO DE TURBIDIMETRO HACH EM CUBETA LACRADA DE 20 ML COM TURBIDEZ MENOR QUE 0,1 NTU	UN	HACH	1,000	2.500,0000	2.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 3/7

Processo Nº.: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 4/7

Processo Nº.: 22/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 5/7

Processo Nº.: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 6/7
Processo Nº.: 22/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Processo Nº.: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 12 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

BLP COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	CNPJ: 27.402.383/0001-80	_____
CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ	CNPJ: 04.880.181/0001-49	_____
DINALAB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	CNPJ: 32.578.926/0001-55	_____
METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS P/ LABORATORIO	CNPJ: 01.832.145/0001-11	_____
QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA	CNPJ: 13.224.500/0001-59	_____

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 102.19 CONCRETO USINADO

Publicação Nº 2225193

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0161/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0102/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de concreto usinado bombeável para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: Menor preço por LOTE

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 26 de NOVEMBRO de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 13 de NOVEMBRO de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 103.19 SERV. MAQ. PESADAS

Publicação Nº 2225735

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0162/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0103/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestar serviços de máquinas pesadas para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: Menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 26 de NOVEMBRO de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 13 de NOVEMBRO de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO 54-2019

Publicação Nº 2225665

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: Ref.: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de uniformes para os servidores públicos desta municipalidade, bem como camisetas para uso em campanhas das diversas secretarias da municipalidade, conforme as especificações mínimas constantes no Termo de Referência e demais condições constantes do Edital e demais Anexos. Critério de Julgamento: menor preço por lote. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de Novembro de 2013, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até às 09h00min do dia 26 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 15h00min do dia 27 de novembro de 2019. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00 13h30 as 17h30min de segunda a sexta, ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou pelo Fone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 12 de novembro de 2019. Moacir Francisco Teixeira – Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 432/2019

Publicação Nº 2225418

DECRETO Nº 432/2019

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.13 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-5008 COSIP 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de Recursos COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 725/2019

Publicação Nº 2225432

PORTARIANº 725/2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFESSORA EFETIVA E LOTADA NA SMECD, PARA O CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA PREVISTA NA LEI Nº 4.597/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora JAMILI MARIA CAMPOS, matrícula 2843 professora efetiva e lotada no CEI Boa Vista com 30h semanais e lotada na EBM José Saturnino de Souza e Oliveira com 20h semanais, para provimento do Cargo de Coordenadora do CEI José Diomar Rodrigues Padilha, localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida, com 50h semanais vinculada à Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de novembro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

Publicação Nº 2225164

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019

PROCESSO:03/2019 TOMADA DE PREÇOS 01/2019. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Joaquim/SC. CONTRATADA: JEAN CLEI LUCHTEMBERG CNPJ 03.958.256/0001-02 . OBJETO: Rescisão unilateral do contrato administrativo nº 08/2019 FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, DATA DE RESCISÃO: 07/11/2019.

São Joaquim SC, 12 de novembro de 2019

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 036/2019

Publicação Nº 2225199

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo, com pedido de restituição de valores pagos em triplicidade, da Taxa de Alvará Sanitário, cujo período 2010, 2011 e 2014, solicitado pelo Requerente por meio do Relatório de Comprovante de Abertura de Processos, (fl. 02).

Em 30 de agosto de 2017 o Requerente renova seu pedido junto a Vigilância Sanitária do Município de São José, solicitando o Ressarcimento da Taxa de Alvará Sanitário, paga de forma indevida, (fl. 13).

Em 07 de novembro de 2017 memorando de nº 327/2017/VISA/SMS/SJ, encaminhando o referido processo para análise ao setor Jurídico dessa Secretaria, (fls. 20 e 21).

A Analista Jurídica, Sra. Susana Corotto, (fl. 27) afirma que, a taxa paga em 2014, está vinculada ao pedido protocolado em 16/07/2014 e quanto às taxas pagas em 2010 e 2011, extinguiu-se por decurso de prazo, conforme legislação em vigor.

Em 28 de novembro de 2019, o Requerente solicita a revisão do parecer de página 27, para que sejam ressarcidos os pagamentos das taxas. Novamente analisado pela Analista Jurídica, a fl. 40, reforça que o direito de pleitear a restituição das taxas, extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 168, I, do CTN.

O secretário Adjunto de Receita, na pessoa do Sr. João Paulo Mosena, indefere o pedido de restituição pelo decurso de lapso temporal, ou seja, pelo indeferimento do pedido, (fl. 43).

O Requerente novamente requer a reconsideração do pedido, a fl. 44, desta vez na impossibilidade de restituição, então que sejam compensados os créditos existente na exigência do pagamento de outro novo tributo.

Em 04 de junho de 2019 é recebido o processo pelo Presidente do CMCSJ, para manifestação e distribuído ao Conselho Municipal de Contribuinte, para decisão de Segunda Instância, na forma do art. 164 e ss. do CTM, (fl. 45).

O Procurador Geral do Município, Sr. Doutor Rodrigo João Machado, as fls. 46, 47 e 48 apresenta seu parecer, pedindo aos conselheiros que recebam o recurso interposto, uma vez ser tempestivo, negando-lhe provimento e mantendo a decisão de primeira instância,

2- PRELIMINARES

Depois de recebido o processo, considerando a decisão proferida, (fl. 45) e afastada qualquer infrações processuais, o recurso conforme exposto pelo recorrente, (fl. 44), despachado pelo Presidente deste Conselho Municipal de Contribuintes, que tem por objetivo o exercício do juízo de admissibilidade processual, ao representante da fazenda Municipal para sua manifestação.

Apresentada manifestação (fls. 46, 47 e 48), pelo representante da Fazenda Municipal, para que no mérito, nega-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância administrativa.

Finalmente, depois de distribuídos os autos, estes são recebidos para alegações e procedimento do voto.

CONSIDERAÇÕES E VOTO

O requerente solicita em sua defesa ressarcimento de valores da Taxa de Alvará Sanitário, conforme consta nos documentos juntados ao referido processo, uma vez, de forma equivocada foram paga e recolhida pelo mesmo por três vezes consecutivas, (fl. 13).

O recorrente, a fl. 29, anexa outros documentos e pede a revisão da decisão emitida pela Analista Jurídica, Sra. Susana Corotto e após reanalise pela mesma e também do parecer do Secretário Adjunto de Receita, Sr. João Paulo Mosena, o Requerente mais uma vez vem solicitar que reconsidere seu pedido desta vez, caso o Município não devolva os valores pagos em triplicidade, que então sejam os créditos, pagos indevidamente, compensados pela exigência no pagamento de um novo tributo, a fim de que não seja duplamente penalizado e que o Município seja considerado por enriquecimento sem causa.

As argumentações do Recorrente passam a ser examinadas, com base nos dispositivos legais aplicáveis, dos procedimentos jurisprudenciais e normas regimentais relativos ao alegado e solicitado no referido processo, abaixo descritas e especificadas:

a) Inicialmente é importante destacar que a legislação das taxas de alvará sanitário é constitucional, conforme prescrito em Lei Municipal de São José/SC de nº 2.446/1992 e nº 5551/2016.

b) A Constituição Federal, ao se referir sobre a instituição de impostos, no seu artigo 145, prescreve que:

Artigo 145. A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

c) No Código Tributário Nacional – CTN, ao se referir das taxas, e de acordo com o artigo 77, definiu como “fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

Quanto à utilização, considerou em seu artigo 79:

Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o artigo 77, consideram-se:

I – utilizados pelo contribuinte:

a) Efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

b) Potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo

funcionamento;

d) Quanto ao decurso de prazo CTN - Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966:

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art. 3 da LCp nº 118, de 2005)

II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

e) Quanto aos pagamentos indevidos, a Lei Complementar 21/2005 (Código Tributário Municipal), pressupõe que:

Art. 84. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador ocorrido;

II – erro de identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

(...)

Art. 87. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II, do art. 84, da data da extinção do crédito tributário;

Art. 91. O Poder Executivo poderá permitir compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Diante da legislação demonstrada de forma clara e inequívoca, depois da análise do conjunto de Leis Federal e Municipal, constata-se o decurso de prazo das taxas paga

equivocadamente pelo Recorrente, cujos períodos de 2010 e 2011, considerando que, o pagamento da taxa paga de 2014 está vinculada ao pedido protocolado em 16/07/2014 (fl. 14). Dessa forma, o pagamento efetuado em 2014 é devido.

Isto posto, é impossível o Recorrente obter êxito no ressarcimento dos valores pagos indevidamente das Taxa de Alvará Sanitário pagas em 2010 e 2011, bem como, também não irá obter a compensação dos valores pagos por exigência de um novo crédito existente com essa municipalidade, uma vez que a prescrição é universal e alcança todos direitos de exigir da Fazenda Pública depois de transcorrido o período quinquenal, independente de qual forma for: por restituição, novação ou até mesmo pela compensação. Além do mais, a prescrição extrai do crédito sua liquidez e certeza. Diante disso, este Conselheiro não pode ser contrário ao que consta em norma municipal e federal, conforme já acima argumentado e acerca do apresentado pelo corpo fiscalizatório municipal.

Por fim, em virtude da correção da sentença da primeira instância administrativa, onde comprovou estar o pedido do Recorrente aniquilada pela prescrição; diante da impossibilidade de inovação recursal; bem como, pelo impedimento legal para que ocorra a compensação, considerado improcedente e necessário ser julgado o recurso de fl 44.

3- CONCLUSAO:

DIANTE DO EXPOSTO E ASSIM SENDO, VOTO POR CONHECER DO RECURSO, PARA NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO A FIM DE QUE SEJA MANTIDA INTEGRALMENTE A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

São José/SC, 04 de novembro de 2019.

SÉRGIO DA SILVA
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 036/2019

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 10409/2017.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 382ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO NEGAR-LHE PROVIMENTO a fim de que seja mantida integralmente a decisão de primeira instancia.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Sérgio da Silva, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sra. Lânea Aparecida Madeira e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva.

Estiveram presentes à sessão de julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda e o Sr. Rodrigo Pereira Maus.

São José, 04 de novembro de 2019.

JUNIOR SPIES
Presidente

SÉRGIO DA SILVA
Conselheiro Relator

GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT
Secretária-Geral

RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	
--	--

ACÓRDÃO Nº 037/2019

Publicação Nº 2225305

1. RELATÓRIO

Titula-se como processo administrativo, em que o requerente pleiteia, isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente pela propriedade Apto 21 e a vaga de estacionamento 21 B do bloco “B” do Edifício Galena, com área global de 83,92 m², Objeto da Matrícula 9.838 do Cartório de Registro de Imóveis de São José e está cadastrada na P.M.S.J sob o N0 01.03.037.0269.1.021 e 01.03.037.0269.1.053 conforme se demanda nas Páginas de Nos de 03 a 15 do processo.

Em se folheando a lide, encontra-se na página 016, o parecer do Secretário da Receita, o Sr. João Paulo Mosena, que indefere o pedido do contribuinte requerente.

Tendo seu pleito indeferido em primeira análise sob o argumento de que “os documentos juntados, não satisfaz as estipulações exigidas na Lei supramencionada”, encaminha pedido de reconsideração as fls. 19, informando que a renda auferida por ela é de R\$ 953,15 (novecentos e cinquenta e três reais e quinze centavos). E que essa situação já aconteceu em outro momento e foi deferido.

Nas folhas 21 novamente o secretário da Receita indefere o requerimento da postulante a isenção.

Recalcitrante a decisão da primeira instância a recorrente tempestivamente apresenta pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Contribuintes para análise e anexa as folhas 18 a 25.

A erudição, do procurador geral do município, representante da Fazenda Municipal junto ao CMC, foi para que os “Conselheiros recebam o recurso administrativo porque tempestivo e formalmente regular para, no mérito, dar-lhe provimento reformando integralmente a decisão de primeira instância administrativa.

2- FUNDAMENTOS E VOTO

A isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano é disciplinada pelo Lei Ordinária 4530 de 15/06/2007 que revogou a LEI Nº. 4.337/05, e deu outras providências e

que em 19/11/2018 com o advento da Lei Ordinária 5.699 sofreu algumas alterações a Saber:

Art. 1º - Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – “IPTU”, os proprietários de um único imóvel residencial, neste Município, com metragem de até 120 m² (cento e vinte metros quadrados) de área predial e área territorial igual ou inferior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), se meio de quadra ou 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), se esquina, desde que não aufram renda superior a 03 (três) salários mínimos mensais se viúvos, casados, ou vivendo em união estável e 1 e ½ (um e meio) salários mínimos mensais se solteiros, separados ou divorciados e sejam:

I – de propriedade de aposentados ou pensionistas, por qualquer regime previdenciário;

II – de propriedade dos beneficiários de auxílio doença, os quais estejam recebendo o benefício a mais de 01 (um) ano;

III – proprietários que sejam ou possuam, residindo no mesmo imóvel, filhos, pais, tutelados, curatelados ou pessoas sob sua guarda judicial, portadores de doença grave ou deficiência física ou mental, com expressa referência da impossibilidade de exercer atividade laborativa de caráter permanente, comprovado mediante laudo médico e parecer da Secretaria de Ação Social, ou órgão que venha a substituir;

IV – de propriedade de munícipes com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, que não recebam nenhum benefício previdenciário e que, mediante parecer da Secretaria de Ação Social, deste Município, sejam comprovadamente carecedores de recursos financeiros. Isto posto se infere que não há como se negar a isenção de IPTU para o caso em tela uma vez que a Lei ordinária é clara e evidente, conforme se vê no Art. 10 Transcrito no parágrafo acima. Diante disso, é indubitável e este conselheiro não pode ser contrário ao que consta na norma municipal, conforme já acima argumentado e acerca do apresentado pela requerente, e assim contrariar a decisão de primeira instância administrativa. Perante a esses princípios e fundamentos conclui.

3- CONCLUSÃO:

Afora todo o exposto e de tudo mas que do processo consta, voto por recepcionar e também conhecer o requerimento do recorrente, dando-lhe provimento a fim de que seja reformada completamente a decisão de primeira instância ISENTANDO a (recorrente) da cobrança do Imposto de Predial e Territorial Urbano – IPTU/2019, conforme determina o art. 10 da Lei Ordinária 4.530 de 15/06/2007.

São José/SC, 07 de novembro de 2019.

VALDECI SAGAZ
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 037/2019

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 5406/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 383ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO DAR-LHE PROVIMENTO a fim de que seja reformada completamente a decisão de primeira instância ISENTANDO a (recorrente) da cobrança do Imposto de Predial e Territorial Urbano – IPTU/2019, conforme determina o art. 10 da Lei Ordinária 4.530 de 15/06/2007.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Valdeci Sagaz, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sra. Lânea Aparecida Madeira e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 07 de novembro de 2019.
JUNIOR SPIES
Presidente

VALDECI SAGAZ Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

PORTARIA N. 1463 - SINDICÂNCIA

Publicação Nº 2225771

PORTARIA Nº 1.463 de 05 de Novembro de 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA. SERVIDOR EFETIVO. CARGO DE PROFESSOR. DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PARA A APURAÇÃO DOS FATOS.

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José – SC,
Considerando denúncia e indícios de irregularidade do servidor F.B.M. no serviço público, que relata suposto acúmulo de cargo público;

Considerando o disposto na Lei Ordinária nº 2.761/1995, em seus artigos 179 e seguintes, que disciplinam as normas especiais sobre Regime Jurídico do Magistério Público do Município de São José;

Considerando o disposto na Lei Ordinária nº 4.422/2006 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;

RESOLVE:

I – INSTAURAR Sindicância em desfavor do Servidor F.B.M., a fim de apuração dos fatos e demais medidas que se fizerem necessárias.

II – DESIGNAR Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 10634/2019 e Processo nº 7701/2019, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, sendo integrada pelos seguintes membros:

CLÁUDIA REGINA MACÁRIO – Matrícula 10780/8
JULIANA CRISTINA DOS SANTOS PRUDÊNCIO - Matrícula 13930-0
LENICE LUCIA CAUDURO DA SILVA - Matrícula 10846-4

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 05 de Novembro de 2019.

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2019

Publicação Nº 2224574

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2019 - Processo nº 517/2019 – Proc. Adm. 9225/2019. Fornecedores: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP e MV INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RETIRADA, MANUTENÇÃO E REINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO USADOS; AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, DO TIPO AR CONDICIONADO SPLIT, PARA ATENDER A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Valor Total: R\$ 29.937,00 – vinte e nove mil, novecentos e trinta e sete reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

Publicação Nº 2225239

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2019 - RETIFICADO – Processo nº 303/2019 – Proc. Adm. 4906/2019. Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA A COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA, CORRIMÃO PARA RAMPA DE ACESSO, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COPA, MÓVEIS PARA DEPÓSITO, CLIMATIZAÇÃO, TATAMES E COBERTURA DOS ACESSOS DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU - PARTE DO PROJETO PAC (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC). Nova data da homologação: 12 de novembro de 2019. Valor Total: R\$ 33.034,91 – trinta e três mil, trinta e quatro reais e noventa e um centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

Publicação Nº 2224666

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 106/2019 – Processo nº 412/2019 – Proc. Adm. 7143/2019. Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE BRUNA EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE FILTROS E PURIFICADORES (INCLUINDO INSTALAÇÃO) E REFIIS (INCLUINDO INSTALAÇÃO E REVISÃO) E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE FILTROS, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 378.400,00 – trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

Publicação Nº 2225455

Termo Aditivo/TA nº 110/2018-01 – Proc. Adm. 8705/2019 – Contratado: Sr. Antônio Garcia e a Sr^a. Ismenia Fischer Garcia. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, SEM REAJUSTE, nos termos previstos no Contato nº 110/2018. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo 8705/2019, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 110/2018, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 27/09/2019. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

•

•

•

•

•

Publicação Nº 2225484

Termo Aditivo/TA nº 141/2018-01 – Proc. Adm. 8623/2019 – Contratado: SANTA CLARA CASA PARA IDOSOS EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 141/2018. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo 8623/2019, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 141/2018, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 25/10/2019. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

-
-
-
-
-

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2018-01

Publicação Nº 2225526

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 146/2018-01 – Proc. Adm. 8620/2019 – Contratado: MED NUCLEAR CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIÃO LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 146/2018. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo 8620/2019, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 146/2018, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 29/11/2019. Data da assinatura: 31 de outubro de 2019.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2018-04

Publicação Nº 2225572

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 163/2018-04 – Proc. Adm. 6196/2019 – Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, nos termos previstos no Contrato nº 163/2018. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: Para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde, serão acrescidas 04 (quatro) novas apólices para atender os veículos elencados no memorando nº 213/2019/SMS. Acrescidos as referidas apólices de seguros o contrato 163/2018, ao custo de R\$ 2.540,68 (dois mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), correspondente a 1,875% (um inteiro e oitenta e sete décimos por cento), passando o valor total de R\$135.229,10 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e dez centavos), para o valor total de R\$ 137.769,78 (cento e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos). Data da assinatura: 11 de setembro de 2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 317/2019

Publicação Nº 2225779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 317/2019

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela SUPERINTENDENTE FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, Sra. JOICE PORTO LUCA, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DA ARENA MULTIUSO, VINCULADA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA - EPP	R\$ 28.523,32
TOTAL:	R\$ 28.523,32

São José, 11 de novembro de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

--

	JOICE PORTO LUCA SUPERINTENDENTE FMCT	
--	--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2019

Publicação Nº 2225781

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2019 – Processo nº 485/2019 – Proc. Adm. 8582/2019. Fornecedores: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA; B&M SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP; EDEN PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELLI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA E MOTORISTAS (AUTOMÓVEL, ÔNIBUS E CAMINHÃO) PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 770.830,05 – setecentos e setenta mil, oitocentos e trinta reais e cinco centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6607/2019

Publicação Nº 2224404

DECRETO Nº 6.607, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, IVANIR RIBEIRO ALVES BUENO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 002/2017, homologado através do Decreto nº 6.158/2018, de 31 de janeiro de 2018, classificada em 13º lugar, média final 6,55, a partir de 11 de novembro de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6608/2019

Publicação Nº 2224406

DECRETO Nº 6.608, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, TATIANE COLLETT MARKUS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 002/2017, homologado através do Decreto nº 6.158/2018, de 31 de janeiro de 2018, classificada em 16º lugar, média final 6,40, a partir de 11 de novembro de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.168/2019

Publicação Nº 2224717

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº168/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº168/2019, Edital de Pregão Nº168/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APLICAÇÃO DE TECNOLOGIA DE MANEJO DE PASTAGENS DE REBANHO BOVINO, CONTROLE ZOOTÉCNICO, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E MONITORAMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE LEITE, EM CUPRIMENTO AS METAS DO PROGRAMA BALDE CHEIO DA EMBRAPA, VISTO SER FUNCAMENTAL PARA A ALAVANCAGEM DA PRODUÇÃO LEITEIRA NO MUNICÍPIO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.857 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019. Desta forma, o recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 26/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.169/2019

Publicação Nº 2224841

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº169/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº169/2019, Edital de Pregão Nº169/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA USO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICIPIO. Desta forma, o recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 27/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2019 - SRP - PR Nº 118/2019

Publicação Nº 2225676

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/11/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS DE: PRODUÇÃO, ORNAMENTAÇÃO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PROJEÇÃO, FIGURANTE DE PAI NOEL E LOCAÇÃO DE: PALCO, BANHEIROS QUÍMICOS E GERADOR DE ENERGIA, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL SHOW 2019 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.492, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225882

DECRETO Nº 6.492, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 183.400,00 (cento e oitenta e três mil e quatrocentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.014 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001	54	Aplicações Diretas	R\$ 183.400,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.493, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225884

DECRETO Nº 6.493, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no

valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.2.034 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	88	Aplicação Direta	R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 2225479

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: ANE CAROLINE FIN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.169.986/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES A SER REALIZADA NO MÊS DE JANEIRO DE 2020.

Valor: R\$ 12.627,77 (doze mil seiscentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos).

Pagamentos: O pagamento será realizado mediante ordem cronológica do exercício de 2020, conforme decreto a ser expedido até a data de 31/12/2019..

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2020.

Data de Assinatura: 08/11/2019.

Vigência: de 08/11/2019 a 28/02/2020.

Signatários: Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Ane Caroline Fin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Publicação Nº 2225503

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 039/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 033/2019.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: FABIANE MIKOLAJCZYK EPP, pessoa jurídica direito privado, inscrita no CPF sob o nº 03.966.514/0001-94.

Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (TIPO MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002), PARA O CONSUMO DOS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais).

Recursos Orçamentários: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2019, conforme dotação orçamentária: D – (20/2019) 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0013 – Bloco Média e Alta Complexidade – MAC –CEO - SAMU – Fundo Municipal de Saúde.

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados à Contratada através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Data de Assinatura: 11/11/2019.

Vigência: 11/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: RAFAEL CALEFFI - Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde – e Fabiane Mikolajczyk pelo Contratante.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225346

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: JONATAS PERTILE DE FAVERI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.871.432/0001-80.

Objeto: Assessoria de Comunicação, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto a necessidade de aditar o valor do Contrato nº 228/2017, de 13/11/2017, (originário do Processo Licitatório nº 066/2017, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 003/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), em R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), o que corresponde a 11% (onze por cento) do valor global inicial contratado, em razão da necessidade de continuidade da prestação de serviços contratados.

Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Dotações orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 08/11/2019.

Vigência: de 08/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Jonatas Pertile de Faveri, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225349

EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 131/2019, Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 014/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: L e Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.345.797/0001-3.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DA CRECHE CORA CORALINA, E DAS ESCOLAS EBM SANTA CATARINA E EBM SANTA INÊS, TODAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Valor: R\$ 64.500,10 (sessenta e quatro mil, quinhentos reais e dez centavos).

Pagamentos: O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a Contratada não cumprir com a realização da obra – conforme previsão dos prazos do presente Contrato, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

Dotações orçamentárias: D – 42/2019 – 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 08/11/2019.

Vigência: de 08/11/2019 a 07/09/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Edson Zucco, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 350/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225350

EXTRATO DO CONTRATO Nº 350/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DIVINE PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.828.166/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO "PIANO DE CRISTAL NO SEU NATAL", A SER REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2019, DURANTE A PROGRAMAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Dotações orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 11/11/2019.

Vigência: de 11/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Michelli Johse Fortes, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225352

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 073/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: HIPERPAVI ASFALTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.684/0001-18.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 226/2019, (originário do Processo Licitatório nº 073/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO TREVO DE ACESSO INDUSTRIAL SUL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 8257,92M², CONFORME

PROJETO ANEXO AO EDITAL E CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.527819-58/2019 DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO), em R\$ 5.789,81 (cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos), o que corresponde a 0.63% (zero vírgula sessenta e três por cento) do valor global inicial contratado, em razão da necessidade de alteração devido a falha no projeto de drenagem, conforme justificativa técnica anexa ao presente termo aditivo.

Valor: R\$ 5.789,81 (cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos).

Dotações orçamentárias: D – 163/2019 – 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083 – Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 11/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Samuel Piassa Dal Ross, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 352/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225353

EXTRATO DO CONTRATO Nº 352/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 082/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 061/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DIECKSON LEONIR TESKE 05620670945, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 14.993.678/0001-27.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E PIPOQUEIRA PARA ATENDER OS EVENTOS ORGANIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 4.340,85 (quatro mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos).

Dotações Orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 12/11/2019.

Vigência: de 12/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Dieckson Leonir Teske - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225453

EXTRATO DO CONTRATO Nº 353/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 099/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 073/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MSC PLAYGROUND LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.122.005/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS, PISO ECOLÓGICO E GRAMA SINTÉTICA DESTINADOS AOS PARQUES INFANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 64.050,00 (sessenta e quatro mil e cinquenta reais).

Dotações Orçamentárias: D - 51/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Educação - Secretaria Municipal de Educação; D - 52/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; D - 058/2019 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0108 - Manutenção da Educação Infantil Pré-Escolar - Secretaria Municipal de Educação; D - 073/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; D - 060/2019 - 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção da Educação Infantil Pré-escolar - Secretaria Municipal de Educação; D - 54/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 12/11/2019.

Vigência: de 12/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Monica Ester Krehnke Brueckheimer - pela Contratada.

PORTARIA Nº 1.294, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225696

PORTARIA Nº 1.294, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº

562/2019 do Sistema 1DOC;

.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal CARLOS JOSE FRACASSO, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3297/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.295, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225700

PORTARIA Nº 1.295, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ISAÍAS MACHADO, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3235/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.296, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225707

PORTARIA Nº 1.296, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUIS CAREZIA, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 1728/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.297, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225710

PORTARIA Nº 1.297, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUCIANO TIAGO ROTA, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 160/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.298, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225713

PORTARIA Nº 1.298, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOCEMIR BORTOLINI, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3540/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.299, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225715

PORTARIA Nº 1.299, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o

artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ARIVONIR ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 175/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.300, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225716

PORTARIA Nº 1.300, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DIRLEI SANTORO, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3431/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225721

PORTARIA Nº 1.301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOCEMAR TAVARES, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3457/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.302, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225729

PORTARIA Nº 1.302, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº

562/2019 do Sistema 1DOC;

.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal SANDRO NUNES, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3614/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.303, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225731

PORTARIA Nº 1.303, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº

562/2019 do Sistema 1DOC;

.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal IRINEU KORT, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 1737/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.304, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225733

PORTARIA Nº 1.304, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUIZ ALBERTO LAZZAROTTO, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 1729/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.305, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225736

PORTARIA Nº 1.305, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal LUIZ ANTUNES RODRIGUES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, matrícula nº 16/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.306, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225737

PORTARIA Nº 1.306, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal SILVIO TURANI, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3439/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.307, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225739

PORTARIA Nº 1.307, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VILMAR FRESCHI, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3451/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.308, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225741

PORTARIA Nº 1.308, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADENIR ANTONIO CUNICO, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1346/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.309, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225745

PORTARIA Nº 1.309, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal EDENILSON RAFAEL MENDO, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, matrícula nº 1806/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.310, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225746

PORTARIA Nº 1.310, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DIRCEU GONÇALVES DA CRUZ, ocupante do cargo de Motorista Carga Pesada, matrícula nº 851/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 1.311, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225748

PORTARIA Nº 1.311, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADIRLEI CARLOS SANTIAN, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, matrícula nº 142/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.312, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225751

PORTARIA Nº 1.312, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MOACIR LUIS BOTH, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3629/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.313, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225752

PORTARIA Nº 1.313, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOÃO FRANCISCO ZANGER ESTACIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, matrícula nº 486/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.314, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225756

PORTARIA Nº 1.314, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal SEDIMAR PEDRO MELLA, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1731/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.315, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225759

PORTARIA Nº 1.315, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Memorando nº 562/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal FABIO QUADROS MARTINS, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1785/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.316, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225760

PORTARIA Nº 1.316, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO o deferimento favorável do Protocolo nº 126/2019 do Sistema 1DOC;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SILVANA PASTORELLO, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3059/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1443/2019

Publicação Nº 2224670

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1443/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora ANDREIA APARECIDA DA SILVA REBELATO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 021.427.789-50, RG 3330351 SSP/SC, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º Fica revogada a portaria 005/2017 de 01 de janeiro de 2017.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1444/2019

Publicação Nº 2224671

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1444/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva DAIANA MACHADO, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º Fica revogada a portaria 048/2018 de 01 de janeiro de 2018.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1446/2019

Publicação Nº 2224675

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1446/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Art. 1º FABIANA RUDINEIA DO VIRGEM, ocupante do cargo de Atendente Social, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº1445/2019

Publicação Nº 2224663

PORTARIA SGPT/DDP Nº1445/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DO CONCURSO CONDER (Edital 01/2019).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO falecimento de membro familiar da servidora Luciana Borsatto Zorzi, nomeada para atuar como fiscal no Concurso Conder.

RESOLVE:

Art.1º- Fica Retificada a portaria 1437/2019 de 07 de novembro de 2019

Onde se lê:

Camila Pires da Silva

Caroline Bello

Daiana Schneider

Daniela Aparecida Menegat

Débora Gonçalves Altomani Moreira

Edineia Lorenzet

Karla Miotto Utzig

Loreci Cristina Muller Caldato

Luciana Borsatto Zorzi

Marialice Brassiani

Rodrigo Moraes

Sergion Klein

Leia-se:

Camila Pires da Silva

Caroline Bello

Clarinda Lucia Schirmann Von Dentz

Daiana Schneider

Daniela Aparecida Menegat

Débora Gonçalves Altomani Moreira

Edineia Lorenzet

Karla Miotto Utzig

Loreci Cristina Muller Caldato

Marialice Brassiani

Rodrigo Morais
Sergion Klein

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta portaria foi publicada
na presente data.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 163/2019

Publicação Nº 2224973

PORTARIA 163/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador ODEMAR MARQUES, a percepção de 03 (três) diárias e 2/3 (dois terços) em razão de deslocamento à cidade de Florianópolis - SC, com o objetivo de participar do "CONGRESSO ESTADUAL DE VEREADORES", tendo como dia de partida o dia 19 de novembro de 2019, às 07h30min, com retorno previsto no dia 23 de novembro de 2019, às 03h, tendo como meio de transporte ônibus custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 1.558,33 (mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 12 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 164/2019

Publicação Nº 2224974

PORTARIA 164/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, à Vereadora MARIA TEREZA ZANELLA CAPRA, a percepção de 03 (três) diárias e 2/3 (dois terços) em razão de deslocamento à cidade de Florianópolis - SC, com o objetivo de participar do "CONGRESSO ESTADUAL DE VEREADORES", tendo como dia de partida o dia 19 de novembro de 2019, às 07h30min, com retorno previsto no dia 23 de novembro de 2019, às 03h, tendo como meio de transporte ônibus custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 1.558,33 (mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 12 de novembro de 2019.

Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 165/2019

Publicação Nº 2224976

PORTARIA 165/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor LUIZ ALCEBIANES PICHETTI, brasileiro, ocupante do cargo de Advogado do Legislativo, a partir de 21 de novembro a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2017 a 1º de maio de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 12 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 166/2019

Publicação Nº 2224978

PORTARIA 166/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CARLOS GRASSI, a percepção de 03 (três) diárias e 2/3 (dois terços) em razão de deslocamento à cidade de Florianópolis - SC, com o objetivo de participar do "CONGRESSO ESTADUAL DE VEREADORES", tendo como dia de partida o dia 19 de novembro de 2019, às 07h30min, com retorno previsto no dia 23 de novembro de 2019, às 03h, tendo como meio de transporte ônibus custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o total de R\$ 1.558,33 (mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 12 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.916/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225896

DECRETO Nº 4.916/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 31.300,00 (trinta e um mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)****02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON**

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 300,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR****05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental**

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO****06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos**

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)****02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON**

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Obras e Instalações R\$ 300,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR****05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental**

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO****06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos**

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.919/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225904

DECRETO Nº 4.919/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.863,91 (vinte e dois mil oitocentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.303.0013.2.052 - Assistência Farmaceutica

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0038 - Material de Consumo R\$ 22.863,91

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 41/2019-FMS

Publicação Nº 2224466

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 41/2019-FMS

Dispensa de Licitação nº. 35/2019-FMS

Processo nº. 64/2019-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de medicamento destinado a atender a Ação Civil Pública nº 5001329-74.2019.8.24.0026, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	APIXABANA 2,5MG – CAIXA COM 20 CPR	10	Caixa	71,93	719,30
TOTAL R\$					719,30

Valor total: R\$ 719,30 (setecentos e dezenove reais e trinta centavos),

Data da Assinatura: 12/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 42/2019-FMS

Publicação Nº 2225258

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 42/2019-FMS

Dispensa de Licitação nº. 36/2019-FMS

Processo nº. 65/2019-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: M.G. REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 97.427.793/0001-61, estabelecida na Rua Camilo Silveira de Souza, nº. 733, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.090-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em manutenção corretiva da câmara para armazenamento e conservação de produtos termolábeis (imunobiológicos) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Carregador de baterias 220 vts	1	Unidade	435,00	435,00
2	Baterias estacionarias 150 amperes x 12 vts	2	Unidade	1.690,00	3.380,00
3	Mão de obra para manutenção corretiva	1	Unidade	1.000,00	1.000,00
TOTAL R\$					4.815,00

Valor total: R\$ 4.815,00 (quatro mil, oitocentos e quinze reais).

Data da Assinatura: 12/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2019-SANEAMENTO

Publicação Nº 2224606

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 09/2019-SANEAMENTO

Pregão Presencial nº. 11/2019-SANEAMENTO - Processo nº. 17/2019-SANEAMENTO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Implantação, conversão / migração de software.	1	Unidade	698,72	698,72

02	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	12	mês	3.011,29	36.135,48
03	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	72.000	Unidade	1,74	125.280,00
04	Entrega de documentos e aviso de corte.	10.000	Unidade	1,53	15.300,00
05	Corte de abastecimento de água.	3000	Unidade	7,42	22.260,00
06	Liberação do abastecimento.	3.000	Unidade	7,45	22.260,00
07	Serviço de fiscalização	12	mês	4.172,15	50.065,80
VALOR TOTAL R\$					272.000,00

Valor do contrato: R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais)

Data da Assinatura: 12/11/2019 – Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 79/2019-PMS

Publicação Nº 2224460

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 79/2019-PMS
Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2019-PMS
Processo nº. 173/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SCHROEDER TRANSPORTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 34.446.960/0001-00, estabelecida na Rua 03 de outubro nº. 70, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o objeto presente contrato Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo dentro do Município de Schroeder, para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte para os servidores do Município de Schroeder. (circular dentro do Município Schroeder)	6.738	Unidade	4,00	26.952,00
TOTAL R\$					26.952,00

Valor do contrato: total R\$ 26.952,00 (vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais).

Data da Assinatura: 12/11/2019 – Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.078/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225891

PORTARIA Nº 8.078/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da servidora Sra. Nilza de Fatima Rodrigues Velasque, no cargo de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a 08/11/2019.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 11 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalEBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**TERMO ADITIVO Nº. A06/ 2019 – FMS**

Publicação Nº 2224763

TERMO ADITIVO Nº. A06/ 2019 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2019– FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.630.978/0001-96, estabelecida a rua João Planincheck nº. 1990, sala 712, Bairro Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89253-105, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Jone Cristiano Rosniak, inscrito no CPF sob o nº 007.694.659-27.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 28/2019-FMS, celebrado em 03 de setembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2019-FMS, Processo nº. 32/2019-FMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma/adequação na Unidade de Saúde do Centro no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução da obra em 30 (trinta) dias, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, §1, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.1 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra em 30 (trinta) dias.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 28/2018-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 14 de outubro de 2019.
CONTRATADA:

J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA
Jone Cristiano Rosniak
CPF nº 007.694.659-27
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A2/2019–FAS

Publicação Nº 2225355

TERMO ADITIVO Nº. A2/2019–FAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2018 – FAS

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder /SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADO/LOCADOR: IECLB - PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3339, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Nildo Daniel Bauer, inscrito no CPF sob o nº. 483.605.389-72.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 01/2018 - FAS, celebrado em 01 de fevereiro de 2018, proveniente de contratação mediante Processo de Licitação nº. 01/2018-FAS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 01/2018-FAS, tendo por objeto a Locação do galpão da Comunidade Evangélica Luterana (Bom Pastor) situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, sendo a metragem galpão de 200m², incluso banheiros, para a realização dos Grupos da Secretaria de Assistência Social, Setor de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Considerando o artigo 57, II e 65 II, D ambos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Assistência Social para o período até 31 de dezembro de 2020, no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pago o valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entre as partes, CONTRATANTE/LOCATÁRIA e a CONTRATADO/LOCADOR, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 10 meses, no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e duzentos reais), pago o valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e vinte reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação do galpão da Comunidade Evangélica Luterana (Bom Pastor) situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, sendo a metragem galpão de 200m², incluso banheiros, para a realização dos Grupos da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	10	Meses	350,00	3.500,00
VALOR R\$ TOTAL					3.500,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Primeira "da vigência" no item 11.1, prorrogando-se para o período até 31 de dezembro de 2020 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 01/2018-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de novembro de 2019.

CONTRATADA:

IECLB - PARÓQUIA DE SCHROEDER

Nildo Daniel Bauer

CPF nº. 483.605.389-72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A27/ 2019 – PMS

Publicação Nº 2224760

TERMO ADITIVO Nº. A27/ 2019 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2018– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 81/2018-PMS, celebrado em 09 de agosto de 2018, Modalidade Tomada de Preços nº. 09/2018-MS, Processo nº. 105/2018-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Antonio Zoz – Trecho 01- Est OPP-Est 11, no bairro Centro, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 220,00m e área total de 2.110,00m², de acordo com recursos próprios e Contrato de Repasse nº. 844551/2017/MCIDADES/CAIXA, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução da obra até 31/12/2019, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.1 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra por até 31/12/2019.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 81/2018-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 25 de outubro de 2019.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o nº 638.924.309-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A28/2019 – PMS

Publicação Nº 2224756

TERMO ADITIVO Nº. A28/2019 – PMS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 92/2018– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 92/2018-PMS, celebrado em 16 de agosto de 2018, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2018-MS, Processo nº. 106/2018-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Antonio Zoz – Trecho 02- Est Est11 – 21 + 10, no bairro Centro, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 210,00m e área total de 2.100,00m², de acordo com recursos próprios e Contrato de Repasse nº. 844552/2017/MCIDADES/CAIXA, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução da obra até 31/12/2019, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.1 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra por até 31/12/2019.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 92/2018-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 25 de outubro de 2019.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A29/2019 – PMS

Publicação Nº 2224754

TERMO ADITIVO Nº. A29/2019 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcdir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 43/2019-PMS, celebrado em 01 de julho de 2019, Processo de licitação nº. 56/2019– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº.04/2019–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristiane Zerbin Est. OPP à Est. 14 + 5,50, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 285,50m e área total de 2.915,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.406/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação da vigência do contrato até 31 de dezembro de 2020, conforme parecer do setor de engenharia em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2020.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 43/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de novembro de 2019.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Alcdir Boaretto

CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A30/2019 – PMS

Publicação Nº 2224865

TERMO ADITIVO Nº. A30/2019 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 54/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.630.978/0001-96, estabelecida a rua João Planincheck nº. 1990, sala 712, Bairro Jaraguá Esquerdo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89253-105, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Jone Cristiano Rosniak, inscrito no CPF sob o nº 007.694.659-27.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 54/2019-PMS, celebrado em 21 de agosto de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2019-MS, Processo nº. 77/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Gavetário no Cemitério Municipal, localizado na Rua Bela Vista, Bairro Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 5.289,36 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivando o valor de R\$ 5.289,36 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 67.584,64 (sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 54/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de novembro de 2019.

CONTRATADA:

J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA
Jone Cristiano Rosniak
CPF nº 007.694.659-27
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A31/2019 – PMS

Publicação Nº 2225253

TERMO ADITIVO Nº. A31/2019 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2018 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº. 284/2005, inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62, estabelecida a Rodovia Admar Gonzaga, nº 1347, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.034-900, neste ato representada, pelo Senhor Luiz Ademir Hessmann, CPF sob o nº. 352.288.499-04.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 13/2018-PMS, celebrado em 01 de março de 2018, proveniente Inexigibilidade de Licitação nº. 02/2018-PMS, Processo nº. 27/2018-PMS, que tem por objeto a Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, para atender as necessidades dos produtores rurais de Schroeder/SC.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, c/c 65, II, D da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, no valor total de R\$ 47.069,64 (quarenta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Quarta “Do Valor”, para o novo período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, o valor global de R\$ 47.069,64 (quarenta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), repassados no período de vigência desse contrato.

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Terceira “Prazo dos Serviços e Vigência” do contrato nº 13/2018-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 13/2018-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de novembro de 2019.

CONTRATADA:

LUIZ ADEMIR HESSMANN

CPF nº. 352.288.499-04

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

ATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2019-SANEAMENTO (SEQUÊNCIA 05)

Publicação Nº 2224562

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 17/2019
Data do Processo: 11/09/2019

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 15/2019 (Sequência: 5)

Ao(s) 12 de Novembro de 2019, às 10:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7916/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 17/2019, Licitação nº 11/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento da ATA 02 DE AVALIAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a qual traz que "Ata da reunião de avaliação da demonstração e teste de conformidade do software ofertado no Edital 11/2019-SANEAMENTO. No dia 07 de novembro de 2019, às 13 horas, se reuniram os membros da portaria nº 8.007/2019 de 26 de agosto de 2019, Evandro José Pasquali, Franciele Salete Mella, Valvenir Doge e a representante da Empresa SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA EIRELI - EPP, Senhora Gisélia Mello, para realização da apresentação conforme exigido no Anexo X, item 2.1.2 Prova de Conceito. A representante fez a apresentação dos itens 2.2.3 Características Operacionais do Software e 2.3 Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura. Devido ao fato de que a solução ofertada pela empresa supracitada já é utilizada pela Municipalidade, alguns tópicos foram expostos de forma resumida, dando-se ênfase a demonstração das funcionalidades mais complexas ou que necessitavam de maior explanação. A comissão validou e aprovou o atendimento às exigências do Termo de Referência. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos, e encaminha-se esta ata para o setor de licitações para homologação do processo de licitação. Subscvem os participantes.". Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

LOTE: 1**Participante: 10271 - SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Implantação, conversão / migração de software.	UN	1,00		0,0000	698,72	698,72
2	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	MÊS	12,00		0,0000	3.011,29	36.135,48
3	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	UN	72.000,00		0,0000	1,74	125.280,00
4	Entrega de documentos e aviso de corte.	UN	10.000,00		0,0000	1,53	15.300,00
5	Corte de abastecimento de água.	UN	3.000,00		0,0000	7,42	22.260,00
6	Liberação do abastecimento.	UN	3.000,00		0,0000	7,42	22.260,00
7	Serviço de fiscalização	MÊS	12,00		0,0000	4.172,15	50.065,80

Total do Participante -----> 272.000,00

Total Geral -----> 272.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	17/2019 11/09/2019
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

DANIELA SAMULESCKI	- - Pregoeiro(a)
IVANDRA DE SOUZA	- - EQUIPE DE APOIO
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - EQUIPE DE APOIO
VALDERI ROCHA DE CAMARGO	- - EQUIPE DE APOIO
Natália Kersten Brumuller	- - EQUIPE DE APOIO

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 75/2019-PMS

Publicação Nº 2225172

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2019

Número do Registro de Preços: 73/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para execução de projetos sob número 2018064 da Rua Rio de Janeiro (projetos encaminhado na							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos). Execução de Projeto sob o número 2018064 da Rua Rio de Janeiro (Projeto encaminhado na Celso).	UN	MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA (12127)		0	34.443,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2019

Número do Registro de Preços: 73/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para execução de projetos sob número 2018064 da Rua Rio de Janeiro (projetos encaminhado na							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos). Execução de Projeto sob o número 2019006 rua Canela (Projeto encaminhado na Celeso).	UN	MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA (12127)		0	72.133,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2019

Número do Registro de Preços: 73/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para execução de projetos sob número 2018064 da Rua Rio de Janeiro (projetos encaminhado na							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2019
PROCESSO Nº 135/2019
(12127) - MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Schroeder, 12 de Novembro de 2019.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 84/2019-PMS

Publicação Nº 2224427

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2019

Número do Registro de Preços: 72/2019 Data do Registro: 12/11/2019 Válido até: 12/11/2020						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e exame clínico (preenchimento de CAT) para suprir as neces						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário
1	Exame Admissional	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	35,0000
2	Exame de Retorno ao Trabalho	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	35,0000
3	Exame Periódico.	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	35,0000
4	Mudança de Função	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	35,0000
5	Exame Demissional	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	35,0000

Classif.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2019

Número do Registro de Preços: 72/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e exame clínico (preenchimento de CAT) para suprir as neces							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Exame Clínico (preenchimento de CAT)	UN	CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA (12050)		0	100,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 72/2019

Número do Registro de Preços: 72/2019		Data do Registro: 12/11/2019		Válido até: 12/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e exame clínico (preenchimento de CAT) para suprir as neces							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2019
PROCESSO Nº 150/2019
(12050) - CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA

Schroeder, 12 de Novembro de 2019.

ATA TOMADA DE PREÇOS 16/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2224659

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 16/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 132/2019 Data do Processo: 27/09/2019
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ottoli Peschke EST OPP- Est 18+6,70m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 366,70m e área total de 3.667,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrat

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 166/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 12 de Novembro de 2019, às 09:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 132/2019, Licitação nº 16/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 135/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 135/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 425.940,63. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 135/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia à empresa participante.

LOTE: 1

Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ottoli Peschke EST OPP- Est 18+6,70m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 366,70m e área total de 3.667,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.421/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	425.940,63	425.940,63

Total do Participante -----> 425.940,63

Total Geral -----> 425.940,63

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 16/2019 - TP**

Processo Administrativo:
132/2019
Processo de Licitação:
Data do Processo:
27/09/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 17/2019-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2224673

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 133/2019 Data do Processo: 27/09/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alemanha EST OPP- Est 14+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 295,00m e área total de 3.132,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 165/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 12 de Novembro de 2019, às 09:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7915/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 133/2019, Licitação nº 17/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer 136/2019-PROJUR e Parecer de Análise das Propostas do Setor de Engenharia. No Parecer do Setor de Engenharia traz em sua Conclusão que "a empresa participante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu as exigências do edital nos itens 10.1.1.4 e 10.1.1.7" e no Parecer 136/2019-PROJUR traz em sua Conclusão que "esta procuradoria SUGERE que seja dado o regular andamento ao processo de licitação, mantendo os valores da tabela apresentada pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devendo proceder com a notificação empresa vencedora para apresentar a planilha orçamentária por meio digital.". Constatando vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 374.000,21. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 136/2019-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia à empresa participante

LOTE: 1**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alemanha EST OPP- Est 14+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 295,00m e área total de 3.132,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.416/2019	UN	1,00		0,0000	374.000,21	374.000,21

Total do Participante -----> 374.000,21

Total Geral -----> 374.000,21

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 17/2019 - TP**

Processo Administrativo: 133/2019
Processo de Licitação: 27/09/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	-	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Membro
Marlene Neumann	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	- Membro Suplente

DISPENSA 36/2019-FMS

Publicação Nº 2225255

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2019 - DL**

Processo Nr.: 65/2019
Data: 12/11/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: M.G. REFRIGERACAO LTDA
Endereço: R CAMILO SILVEIRA DE SOUZA, 733
Cidade: Florianópolis - SC
CNPJ: 97.427.793/0001-61

Código: 13921**Inscrição Estadual:**

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva da câmara para armazenamento e conservação de produtos termolábeis (imunobiológicos) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Carregador de baterias 220 vts	UN	435,00	435,00
2	2,00	Baterias estacionarias 150 amperes x 12 vts	UN	1.690,00	3.380,00
3	1,00	Mão de obra para manutenção corretiva	UN	1.000,00	1.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

JUSTIFICATIVA

Considerando que a câmara estragou, e que o armazenamento dos imunobiológicos (vacinas) é imprescindível, diante das exigências de conservação entre as temperaturas de +2 a +8°C, e que o estoque das vacinas foi transferido para outra Unidade de Saúde que também possui uma câmara específica, se faz necessária esta manutenção (Portaria nº 556 de 14 de julho de 2016 anexo). OBS: Segue apenas um orçamento, visto que a empresa é credenciada exclusiva de assistência técnica e peças dos produtos da marca RL-Indrel (marca da câmara).

Schroeder, 12 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2019 - DL

Processo Nr.: 65/2019
Data: 12/11/2019

Folha: 2/2

01/11/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 1 de Novembro de 2019

Valor da Despesa:

4.815,00 (quatro mil oitocentos e quinze reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 51/2019-PMS

Publicação Nº 2224401

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 51/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 174/2019 Data: 12/11/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: AUTO ELITE LTDA. - CARAGUÁ Endereço: Rua Bernardo Dornbusch, 800 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 83.270.397/0008-35	Código: 10402 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para serviço de inspeção de garantia, revisão dos 40.000km, gol QIO 9406 da Diretoria de Convênios do Município de Schroeder /SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviço de Inspeção da revisão	UN	234,00	234,00
2	1,00	Geometria	UN	40,00	40,00
3	1,00	KIT LUBRIFICAÇÃO	UN	61,00	61,00
4	1,00	Jogo de velas	UN	150,00	150,00
5	1,00	higienização ar condicionado.	UN	98,00	98,00
6	1,00	AG2000 (LIMPEZA DO SISTEMA DE INJEÇÃO VIA TANQUE)	UN	110,00	110,00
7	1,00	Lavação do Motor	UN	50,00	50,00
8	3,30	ÓLEO MOTOR	LT	48,00	158,40
9	1,00	Filtro de Óleo	UN	54,00	54,00
10	1,00	Filtro de combustível	UN	38,00	38,00
11	1,00	M.O de troca jogo de velas	UN	90,00	90,00
12	1,00	Palhetas Limpador Dianteiro	UN	169,00	169,00
13	1,00	Palhetas limpador trazeiro	UN	49,00	49,00
14	1,00	Balanceamento	UN	40,00	40,00
15	1,00	Limpa TBI	UN	54,00	54,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

JUSTIFICATIVA

O veículo encontra-se dentro do período de garantia e a revisão devesa acontecer na concessionária autorizada, caso contrário perdera a garantia de peças.

Schroeder, 12 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 51/2019 - DL

Processo Nr.: 174/2019
Data: 12/11/2019

Folha: 2/2

07/11/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

Valor da Despesa:

1.395,40 (um mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.099/19**

Publicação Nº 2225569

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 97/2019 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 99/2019 Data: 05/11/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: SOMPO SEGUROS S.A. Endereço: RUA CUBATÃO, 320 Cidade: São Paulo - SP CNPJ: 61.383.493/0001-80	Código: 576 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: SEGURO PREDIAL DO EDIFÍCIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SCHROEDER (AV DOS IMIGRANTES 2520) - COBERTURA CONTRA INCÊNDIO, ROUBOS E FURTOS, DANOS ELÉTRICOS, QUEBRA DE VIDROS CONFORME APÓLICE.	

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	SEGURO PREDIAL DO EDIFÍCIO SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER (CONTRA ROUBO, FURTO, INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS, QUEBRA DE VIDROS, VENDEVAL)

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA MANTER SEGURO O PATRIMÔNIO PÚBLICO É NECESSÁRIO CONTRATAR SEGURO PREDIAL, A EMPRESA SOMPO SEGUROS SA CNPJ 61.383.493/0001-80 APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A CORRETAGEM REALIZADAS PELAS CORRETORAS DE SEGUROS FORAM:

CORRETORAS:

- ATHINA ADM CORRETORA DE SEGUROS LTDA CNPJ 33170085/0001-05 R\$ 1205,80 PELA PORTO SEGURO;
- COLIGAÇÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA R\$ 1102,89 PELA PORTO SEGURO.
- PASQUALLI & VASQUES R\$ 948,00 PELA SOMPO SEGUROS SA

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 97/2019 - DL**Processo Nr.:** 99/2019
Data: 05/11/2019

Folha: 2/2

05/11/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

948,00 (novecentos e quarenta e oito reais)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

PROCESSO 247/2019

Publicação Nº 2225774

Processo Licitatório nº 247/2019.

Edital de Pregão Presencial nº 109/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 26/11/2019, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de transportes coletivos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 13 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 246/2019

Publicação Nº 2224618

Processo Licitatório nº 246/2019

Edital de Tomada de Preços nº 023/2019

O Município de Seara, Estado de Santa Catarina, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando, no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 28/11/2019, “envelopes de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à contratação de empresa especializada para atualização do plano de cargos e salários dos professores da rede municipal de ensino de Seara/SC, observando a legislação em vigor e consolidada, bem como, oportunizando a inovação proposta pelo executivo e pelos professores advindas por meio de comissão a ser constituída para este fim, considerando sempre a legalidade e viabilidade da sua execução financeira. A íntegra do Edital de Tomada de Preços poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 12 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito

Serra Alta

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019-FMS

Publicação Nº 2224419

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº006/2019

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E DO OUTRO O SR. RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87.

CONTRATADO: Sr. Rafael Araújo Lafetá, com sede na Av. Dom Pedro II, nº 489, centro, Município de Serra Alta/SC, inscrito no CPF sob o nº 073.830.066-74 e RG 7.668.558.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e pactuam o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, cuja celebração foi autorizada de acordo com a Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 012/2019, homologado em 05/11/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/2007, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

As partes acima identificadas resolvem RESCINDIR o referido Contrato Administrativo nº 006/2019, com fundamento na Cláusula Sétima – Da Rescisão Contratual e nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8666/93 e mediante às seguintes condições e Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objetivo a RESCISÃO CONTRATUAL a partir da presente data (07/11/2019) do Contrato nº 006/2019 celebrado em 05/11/2019, que refere-se a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO(A) CLÍNICO GERAL, ABRANGENDO TODAS AS FUNÇÕES INERENTES A PROFISSÃO, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

2.1 Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 006/2019 de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Para dirimir divergências sobre a presente rescisão de contrato fica eleito o foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, em detrimento a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

3.2. E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente Termo de Rescisão Contratual em (três) vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas que a tudo assistiram.

SERRA ALTA/SC, 07 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

JEFERSON MARTINI
CPF: 044.414.139-12
Sec. de Saúde

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº.223/2019

Publicação Nº 2224770

DECRETO Nº. 223 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990, e Lei nº 2269 de 26 de abril de 2016, alterada pela Lei nº 2287, de 25 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado os Membros do Conselho Municipal de Saúde, que será composto por Representantes de Entidades, de Usuários, de Entidades dos Trabalhadores de Saúde, de Representação do Governo e de Prestadores de Serviços para o Sistema Único de Saúde, que passará a ser integrado pelas seguintes pessoas:

I – REPRESENTANTES DOS USUÁRIO:

a) 02 (dois) representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores;

- Ângelo Duarte (Titular)
- Nicanor da Rosa Nichele (Suplente)
- Maria Regina de Matos (Titular)
- Ricardo Davi Ayres (Suplente)

b) 01 (um) representante das Entidades de Educação Especial;

- Audinéia Mateus Tristão (Titular)
- Marli Ivonete Cardoso Lummertz (Suplente)

c) 01 (um) representante dos Clubes de Serviços;

- Lucas dos Santos Debus (Titular)
- Mario Cesar Dal Pont Silvério (Suplente)

d) 01(um) representante das Associações de Moradores;

- Silvano Cláudio Pereira (Titular)
- Lucy Janette Pereira Caceres (Suplente)

e) 01 (um) representante das APP`s - Associações de Pais e Professores.

- Reginaldo Fermiano Mende Neto (Titular)
- Ana Maria de Souza Teixeira (Suplente)

II – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE:

a) 01 (um) representante escolhido em Fórum próprio, dentre as entidades representativas dos seguintes segmentos profissionais: Médicos, Odontólogos e Bioquímicos/Farmacêuticos;

- Raquel Ferreira Tiskoski Picarelli (Titular)
- Túlio Garcia Margute (Suplente)

b) 01 (um) representante escolhido entre os Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos, Fisioterapeutas e Assistentes Sociais;

- Leonete Pereira de Souza (Titular)
- Adriane Pacheco Nunes (Suplente)

c) 01 (um) representante dos Enfermeiros/Técnicos em Enfermagem;

- Michele da Silva Raupp (Titular)
- Bruna Vieira Rabello Alacará (Suplente)

III – REPRESENTANTES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS CONVENIADOS:

a) 01 (um representante do Hospital Dom Joaquim);

- Marieli Felipe Dassoler (Titular)
- Beatriz Schutz Godinho (Suplente)

IV – RPREPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, INDICADOS PELO PREFEITO MUNICIPAL:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- Dangelo da Silva Santos (Titular)

- Cleiton da Rosa Daboit (Suplente)

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;

- Marcia Aparecida Teixeira dos Anjos (Titular)

- Karine de Oliveira (Suplente)

Parágrafo único - Para cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde - CMS será nomeado 01 (um) suplente.

Art. 2º. O exercício da função de conselheiro será gratuito, constituindo-se de serviço público relevante.

Art. 3º. O Conselho constituído no Art. 1º, terá regimento próprio, regulamentado por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. fica revogado o Decreto nº 104, de 13 de julho de 2018, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 30 de outubro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

RESCISÃO CONTRATO 10/2015/FMS

Publicação Nº 2224804

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

RESCISÃO DO CONTRATO N.º 10/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ARY VARELA DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O Locador é legítimo proprietário de um imóvel de alvenaria com área de 119,36 m² para instalação da Equipe da Saúde da Família (E.S.F) para melhor atender a população do Município de Sombrio, situado no loteamento Coelho II, lote 26 da quadra 76, rua José Quartieiro, 170, Nova Brasília – Sombrio/SC.

MOTIVO DA RESCISÃO: Amigável.

DATA DA RESCISÃO: 12/11/2019

Data do Cancelamento do contrato: 31/10/2019

Dângelo da Silva Santos

Secretário Municipal de Saúde

Sul Brasil

PREFEITURA

CONCORRENCIA 003/2019

Publicação Nº 2224940

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO / CONCORRÊNCIA PÚBLICA

CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Processo Administrativo nº.098/2019

Edital: Concorrência Pública nº.003/2019

Tipo: Melhor Proposta

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO DE USO: 1) BARRACÃO INDUSTRIAL NOVO LOCALIZADO EM CHÁCARA RURAL, LOCALIZADA NO FINAL DA RUA DEPUTADO MALDANER S/N, COM ÁREA DE 300 M², CONSTRUÍDO EM ALVENARIA (Patrimônio 7561); 2) BARRACÃO INDUSTRIAL Nº 01, REFORMADO LOCALIZADO AS MARGENS DA EMSB10, SAÍDA PARA O INTERIOR S/N, COM ÁREA DE 679,96 M², CONSTRUÍDO EM ALVENARIA. (Patrimônio 7562); 3) BARRACÃO INDUSTRIAL Nº 02, REFORMADO LOCALIZADO AS MARGENS DA EMSB10, SAÍDA PARA O INTERIOR S/N, COM ÁREA DE 705,86 M², CONSTRUÍDO EM ALVENARIA. (Patrimônio 7563); 4) BARRACÃO INDUSTRIAL Nº 03, NOVO LOCALIZADO AS MARGENS DA EMSB10, SAÍDA PARA O INTERIOR S/N, COM ÁREA DE 480,00 M², CONSTRUÍDO EM ALVENARIA. (Patrimônio 7564). Imóveis destinados à instalação de empresas do Ramos diversos, conforme normas estabelecidas pela Lei Municipal de Incentivos Fiscais nºs.1012/2014.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 26 de dezembro de 2019

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 26 de dezembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 13 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0293 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224535

DECRETO Nº. 0293, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES E COMISSÃO DE REGISTROS CADASTRAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, artigo 6º, inciso XVI da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 041/1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal temporária de Registros Cadastrais, nos termos da Lei Municipal nº 041/93, composta pelos seguintes membros:

1. JOÃO PAULO GUBERT - Presidente
2. ILAINE MAITE AMANN - Secretário
3. LORENI LISTON MARTINS – Auxiliar Direto

Parágrafo único - O exercício da função de membro das Comissões de Licitações e Registros Cadastrais não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 12 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0294 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2224540

DECRETO Nº 0294, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções temporária de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil em, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado a Servidora Municipal JOÃO PAULO GUBERT, para exercer a função temporária de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – ILAINE MAITE AMANN

II – LORENI MARTINS;

III – LUAN ALVES SCARIOT.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 0272/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 12 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2225609

PORTARIA Nº 0109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LEDIANE CARISE AMANN ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.08.18 a 17.04.2019 e 14.08.2019 a 7.04.2020 a serem gozadas no período de 11.11.2019 a 10.12.2019.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

Publicação Nº 2225261

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 236/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 009/2019, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA, não representada neste ato;
- 2) LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME, representada neste ato por Wilson Ricardo Heckmann;

Iniciou-se a reunião com as vistas e rubricas nos envelopes "documentação" e "proposta" pelos presentes, seguindo-se para a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das empresas, passando para vistas e rubricas dos presentes. A Comissão Permanente de Licitações constatou que a empresa ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA apresentou a declaração exigida no item 4.2.3.5 sem assinatura reconhecida por verdadeiro ou semelhança em cartório, ou assinado perante o servidor público designado, sendo assim desclassificada da segunda fase do prélio. As demais empresas estavam de acordo com as exigências do edital. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que os recorrentes presentes e não presentes apresentem suas razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 02/12/2019, às 14h00min. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 12/11/2019. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Tangará, 12 de Novembro de 2019.

Cristiane Piccinin

Presidente da Comissão de Licitações

Larissa Vendruscolo

Membro da Comissão de Licitações

Daiane Neis Alves dos Santos

Membro da Comissão de Licitações

_____ não presente

ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA

LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME

DECRETO N.º 141, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 "HOMOLOGA RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2225507

DECRETO N.º 141, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"HOMOLOGA RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII e,

Considerando o resultado final do Concurso Público realizado pelo edital nº 001, de 27 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado e a classificação final do Concurso Público realizado pelo edital nº 001, de 27 de junho de 2019, conforme a planilha abaixo:

ADVOGADO		
Inscrição	Candidato	Class.
2707	SIDNEY PEREIRA RAUPP FILHO	1º

1225	CAROLINE MOLIN DE ANDRADE	2º
43	VITOR CASAGRANDE JUNIOR	3º
3230	JAIR JEFFERSON MOREIRA AIRES DE MELO	4º
921	RICARDO RIBEIRO FUKUCHIMA	5º
1262	JEAN PAULO BOESING	6º
2385	PAULO HENRIQUE SETTI	7º
3119	JORGE FERNANDO FLORES DE OLIVEIRA	8º
713	VILMAR FRARAO JÚNIOR	9º
232	JULIANA NURILLES GARBOZZA	10º
476	VITOR SOUZA BORDIN	11º
1179	VANDERLEI RIBEIRO DA SILVA	12º
213	ROBERTO JACOBI DE OLIVEIRA	13º
2832	TANARA CRISTIANE NOGUEIRA	14º
277	LUAN TOMAZ VAGNER	15º
2819	PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO	16º
2577	JEROME SILVA SCHINETSKI	17º
2054	SAMARA CRISTINA CORRÊA	18º
1116	ELISANDRA FUNGHETTO	19º
2749	VITÓRIA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	20º
2180	JACQUELINE MARTINS	21º
3260	BRUNA HELENA DA SILVA MATOS	22º
1542	ALINE THAÍSE STOCHERO	23º
1785	DANIELA VIGARANI	24º
785	JOSE DIOGO SANTOS DE OLIVEIRA	25º
1687	DAIANE NUNES DA ROSA	26º
3116	ALETHÉIA GISELLE LEONEL DE ALMEIDA S. SIMÕES FALCI	27º
3281	HUBERTO MATHIAS TIMM	28º
2725	JOSÉ VÍCTOR HENRIQUE PESSOA	29º
996	MARIA MICHELY CLELY BATISTA SIQUEIRA	30º
904	ORLEI CHAGAS DE MORAES	31º

2885	SUSAN ROSTIROLA DE ASSUMPÇÃO LOUREIRO	32º
1188	DAGMAR JOSÉ BELOTTO	33º
3067	RAFAEL SOUZA FARIAS	34º
3304	BRUNO ANTONIO BASTIAN RANSAN	35º
901	BRUNA CASAROTTO	36º
366	FABRICIO ESPERANDIO LOZ	37º
2812	FRANCIELLI ARAUJO VEIGA	38º
2134	ANA PAULA PEREIRA	39º
2862	FABRICIO GONZATTI	40º
2778	VANESSA VIANA MIGNONI	41º
1014	ISIS CRISTINA REZENDE DE ALMEIDA	42º
2370	GUILHERME RUDOLFO SCHEIDE	43º
390	WILLIAN DANIEL DA SILVA WENGLAREK	44º
981	DANIELA RECH	45º
2887	FRANCIELI PATRÍCIA DOS SANTOS ALEXANDRETTI	46º
3171	NATALIA FERNANDA PARIZOTTO	47º
3216	PAOLA BIANCA BATISTA SIGNORINI	48º
2696	BRUNA BASSI VEDANA	49º
1138	BRUNO EDUARDO SEFRIN SALADINI	50º
3104	JULIA QUEVEDO GRAVE	51º
3288	ALAN BRUCH	52º
1858	PATRICIA APARECIDA RHODEN	53º
1241	ADRIANE LOPES RODRIGUES LOCATELLI	54º
762	RAFAEL HYPOLITO VALPASSO JUNIOR	55º
2165	GUSTAVO LAGRANHA VIEIRA DA COSTA	56º
2968	JOSIELI MELO GUIMARÃES	57º
773	AURÉLIO JOÃO MARTINS NETO	58º
687	MORGANA DOS SANTOS	59º
1106	FERNANDO PADILHA KUHNEN	60º
2480	MARCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS ERIAS	61º

2447	RENAN DE SOUZA	62º
2569	LUIS OTAVIO DOS SANTOS MAZUREK	63º
1331	ANDRESSA CRISTINA BUSSACRO	64º
840	JÉSSICA DA ROSA PERDIGÃO	65º
148	CARLOS EDUARDO PERETTO	66º
976	FERNANDO HENRIQUE RÖNNAU	67º
1192	CARLA DENI VIATER	68º
313	SIMONE FABIANE CARVALHO GREJANIN	69º
2873	WALTER VIECELI RHODEN	70º
763	EMY SHINOZAKI MESQUITA	71º
3202	LUCAS FALCHETTI	72º
1908	ALEXANDRA CLARA BOTARELI CESAR	73º
2648	ELENE OLIVEIRA DE SOUZA	74º
121	RAUL LENNON MATOS NOGUEIRA	75º
2539	SUELLEN GARCIA FERREIRA	76º
534	LEONARDO KRAUSE BROLLO	77º
2097	BRUNA TOTI DA SILVA	78º

AGENTE ADMINISTRATIVO INFRAESTRUTURA

Inscrição	Candidato	Class.
2895	ISADORA MONTEIRO PEREIRA	1º

AGENTE DE BIBLIOTECA

Inscrição	Candidato	Class.
224	GABRIELA BONASSI COLETT	1º
804	DIEGO GUZZI FELIX DA SILVA	2º
2195	VINÍCIUS EDUARDO CASTANHA CORDEIRO	3º
2484	ROCHELI FONTANA THOMÉ	4º

AGENTE DE INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 02		
Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 03		
Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 04		
Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 05		
Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 07		
Inscrição	Candidato	Class
NÃO HOUVE APROVADOS		
AGENTE DE SAÚDE - ESF I - M.A - 10		
Inscrição	Candidato	Class.
167	SIMONE RAMPON SOUTHER	1º
2006	DANIÉLA CAMARGO IENTZ	2º
AGENTE DE SAÚDE - ESF III - M.A - 01		
Inscrição	Candidato	Class.

448	JAKELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	1º
AGENTE DE SAÚDE - ESF III - M.A - 07		
Inscrição	Candidato	Class.
500	GEICE ZAGO HAUS	1º
AGENTE DEFESA CIVIL MUNICIPAL		
Inscrição	Candidato	Class.
3295	CLÁUDIO ZANELLA	1º
AGENTE INFRAESTRUTURA - EXTERNO		
Inscrição	Candidato	Class.
2620	AMARILDO JUNIOR BARROSO VIERIA	1º
1391	MIRIA MARIA DOS SANTOS LUCENA	2º
587	ANDERSON SIMONAL NUNES	3º
409	FERNANDA SCHULTZ PRONHOW	4º
AGENTE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO		
Inscrição	Candidato	
NÃO HOUVE APROVADOS		
ALMOXARIFE		
Inscrição	Candidato	Class.
1070	MATHEUS FIORAVANTE DANELUZ	1º
2680	DARVEN BISPO HOMEM	2º
1387	JULIO CESAR REISDORFER	3º
2231	ADILSON SILVA COELHO	4º
2186	CLEITON PEREZ	5º
435	LAURA REGINA FATIMA MELLO	6º
3161	NICOLE HACK PERAZZOLI	7º

ANALISTA ADMINISTRATIVO		
Inscrição	Candidato	Class.
2299	ALINE HELMANN BONFIM	1º
1685	FERNANDO TIAGO BIRNFELD	2º
2245	LARISSA DO CARMO HOLLEVEGER CEZARINO	3º
ANALISTA LICITAÇÃO E CONTRATO		
Inscrição	Candidato	Class.
2119	ELISANGELA DA SILVA STIEHL	1º
907	FRANCIELI FAVRETTO	2º
3292	MARILAINÉ NOVINSKI MACHADO	3º
745	DOUGLAS FONTANA SIRTOLI	4º
2952	MAYARA CRYSTINA HOFFMANN	5º
2678	ALEXANDRE MAFRA	6º
1419	ANDERSON LOBO	7º
711	ANDREY WILSON ALBERTI	8º
933	DAIANE ZANGALI	9º
3023	IVAN PELISSARO PONTEL	10º
2820	CAROLINE BORNHOLDT	11º
242	LETICIA MACULAN SCALCO	12º
2076	RAFAEL BORGES DA SILVA	13º
2940	DEBORA SANDRINI LARROYD	14º
ANALISTA RECURSOS HUMANOS		
Inscrição	Candidato	Class.
1055	ROMOLO DOMINGUES DA CRUZ	1º
2961	ELAINE ROHRBACHER	2º

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
Inscrição	Candidato	Class.
2001	RODRIGO PAULO ZAGO	1º
309	NATÁLIA PERGHER	2º
489	HEDIVANIA SOARES DA COSTA	3º
1043	IVANA CRIPPA COELHO DO ROSARIO	4º
2048	MÁRCIA SAUER	5º
1754	JOÃO CARLOS DIEGO VIATER	6º
3312	EDUARDA NORDT	7º
2099	LETÍCIA DA SILVA CASTRO	8º
2190	DANKIELI DENARDI BIASIOLO	9º
1666	PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER	10º
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (HOSPITAL)		
Inscrição	Candidato	Class.
536	ÉLLEN COSER GASPAS RAYZER	1º
1201	SIRLEI APARECIDA KNOPP GRANDO	2º
ASSISTENTE SOCIAL		
Inscrição	Candidato	Class.
801	KAROLINE GONÇALVES	1º
AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
AUXILIAR DE CONTABILIDADE		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		

AUXILIAR DE ESCRITURÁRIO		
Inscrição	Candidato	Class.
1905	BRUNO GASANIGA ALVES DOS SANTOS	1º
AUXILIAR DEPTO RECURSOS HUMANOS		
Inscrição	Candidato	Class.
2666	BEATRIS RAMPON PETRY	1º
3279	TEOGELO MATOS CEDRAZ	2º
2388	INGRID FRITZEN VAZ	3º
2842	SIDIANE FERRAZ DA SILVA	4º
2576	WILSON HENRIQUE MOREIRA	5º
2910	SARA VIEIRA BARROSO	6º
2394	ROBERTA THIBES	7º
2824	FILIPE RIBEIRO BORBA	8º
2934	RONALDO GONÇALVES DA SILVA	9º
1922	ELENIR MARIA DELANI	10º
2141	JAISON VINICIO PEREIRA DE PAULA	11º
1498	ARIANA DE SOUZA ROSA	12º
AUXILIAR EDUCAÇÃO INFANTIL		
Inscrição	Candidato	Class.
913	RENATA TURMINA PALHOZA	1º
1095	ELIANE BONEMBERGER MULLER	2º
845	CAROLINE ABATTI	3º
954	ELENITA DE OLIVEIRA GHENO	4º
AUXILIAR LABORATÓRIO (HOSPITAL)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (EDUCAÇÃO) - ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
2801	MARINÊS DA COSTA CLOSS	1º
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS EDUCAÇÃO		
Inscrição	Candidato	Class.
2168	MAYARA BATISTA DE CASTRO	1º
706	ADRIANA MATOS VENTURA	2º
1141	MARIANA MARA DA SILVA	3º
424	THAIS HENSEL FRITZEN	4º
AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO (ZUMMER)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
BIOQUÍMICO (HOSPITAL)		
Inscrição	Candidato	Class.
922	LARISSA DE CARVALHO HANAUER	1º
COMPRADOR		
Inscrição	Candidato	Class.
2597	ALISON ZAGONEL LESNIESKY	1º
1610	SENDY CARNEIRO MORDHOST	2º
2590	LETÍCIA MAIARA SABATKE	3º
3231	ALLAN ANTUNES ALVARENGA	4º
CONTADOR		
Inscrição	Candidato	Class.
893	KLEVERSON AUGUSTO NORA	1º

2000	ALEXANDRE CASSEL	2º
1297	KELLY CRISTINA LIERMANN	3º
1527	KARINE CRISTINA OLIVEIRA DE BRITO	4º
710	DAIANE SEIDEL	5º
61	ADRIANA HENZ	6º
2149	SIBELE ORSATTO	7º
2038	ALEXANDRE BRAZ CARDOZO	8º

COORDENADOR SISTEMA CONTROLE INTERNO

Inscrição	Candidato	Class.
3082	CAROLINA DE SOUZA KRIEGER	1º
3223	BIANCA LUIZA SOARES DA SILVA	2º
3196	VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA	3º

COPEIRA (HOSPITAL)

Inscrição	Candidato	Class.
1801	JENNIFER BIRNFELT BENTZ	1º
1078	ELIANE MOREIRA DE SOUZA	2º
2409	JANDIRA AP. TELES DRAGER	3º
1389	ELIANE CANTELLI SCORTEGANHA ALTENHOFEN	4º
2667	CAMILLE RABUSKE ANGREVSKI	5º

COZINHEIRA (HOSPITAL)

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

	DENTISTA	
Inscrição	Candidato	Class.
720	FELIPE MIRANDA	1º
	DENTISTA - PSF	

Inscrição	Candidato	Class.
2776	MARCO ANTÔNIO CEOLIN MACHADO	1º
3090	REGYANNE NUNES SILVA	2º
774	DENISE FACCIO MASCHIO	3º
3246	JULIA SCHMITT	4º
430	OTÁVIO HENRIQUE KLEY VAZZI	5º
1968	BIANCA CARDOSO WEIDNER	6º
	ENFERMEIRO	
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
	ENFERMEIRO (HOSPITAL)	
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
	ENFERMEIRO - PSF	
Inscrição	Candidato	Class.
565	SIMONE ELENIR TORQUATO	1º
	ENGENHEIRO AGRONOMO	
Inscrição	Candidato	Class.
604	CAROLINE MORAES	1º
2034	GUSTAVO SANGUANINI	2º
1126	EDSON BLATTMANN	3º
1066	RODRIGO NAFFIN	4º
1632	ANA MARIA ALVES DE SOUZA RIBEIRO	5º
1890	MILTON CESAR COLDEBELLA	6º
197	GIOVANE MARTON CEOLIN	7º
2035	ADRIANO XAVIER ALMEIDA	8º

3170	JOÃO VITOR BERNER PEREIRA	9º
42	MATEUS SANTOS NASCIMENTO	10º
1608	RODRIGO BERTON	11º
1864	MARINO SCHIEHL	12º

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	Class.
436	PAULA GABRIELA MARTINS	1º
705	RAFAEL GROLI MACHADO	2º
3002	RAFAEL RAMOS TEIXEIRA	3º
1618	DEBORA GANASINI	4º
1554	SCHAIANE MÜCKE	5º
2860	JESSÉ VALENTE DE LIZ	6º
2105	WILLIAN GILBERTO SEIDEL	7º
3267	RODRIGO ALAN DE OLIVEIRA	8º
1199	LUANA CAROLINE DOS SANTOS	9º

ESCRITURÁRIO

Inscrição	Candidato	Class.
166	DARA JULIA RAMPON SOUTHER	1º
2790	DAMIANA SILVA RIBEIRO BRUGNAGO	2º

ESCRITURÁRIO (HOSPITAL)

Inscrição	Candidato	Class.
3018	JEFFERSON CORONETTI	1º

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato	Class.
2921	JOLVANE AMORIM DA SILVA	1º
2060	DOUGLAS SOARES	2º

FISCAL DE TRIBUTOS EXTERNO

Inscrição	Candidato	Class.
1851	PATRÍCIA BENKE BONATTO DE LIMA MACHADO	1º

FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Candidato	Class.
1592	ALINE DEGENHARDT FERRAZ	1º

FISIOTERAPEUTA (NASF)

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

FONOAUDIÓLOGO

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

FONOAUDIOLOGO (EDUCACAO)

Inscrição	Candidato	Class.
3270	TATIANE MACHADO LIMA	1º

JARDINEIRO

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

MECÂNICO

Inscrição	Candidato	Class.
3048	ENRIQUE MARCELO LONGO TRAGANCIN	1º
1162	CARLOS MARCELO BARONI	2º
2731	ADEMAR PARAVISI	3º
889	FABIAN TRAGANGIN CANTELLI	4º
2022	JOAO VITOR RUBINI	5º
856	JULIAN RODRIGUES DOS SANTOS	6º
372	ODAIR JOSE BOTTEGA	7º
920	WILLIAM JÚNIOR FERREIRA	8º
3134	GREGORYN RODRIGUES DOS SANTOS VISCKI	9º
3103	RAPHAEL DAVID RIBEIRO	10º

MÉDICO - PSF

Inscrição	Candidato	Class.
1681	HUDSON PERES DORIGÃO BELISÁRIO DE SOUZA	1º

MÉDICO CLINICO GERAL – 10 HRS

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

MÉDICO CLINICO GERAL – 40 HRS

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

--	--	--

MEDICO GINECO-OBSTETRA

Inscrição	Candidato	Class.
1213	DANIEL MACHADO	1º

	MÉDICO PEDIATRA	
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
	MÉDICO VETERINÁRIO	
Inscrição	Candidato	Class.
3016	GABRIEL SARTOR	1º
3151	VANESSA SCHEUER ZARDO	2º
MERENDEIRA		
Inscrição	Candidato	Class.
339	MARISTELA FERNANDES	1º
228	HELOISA FERNANDA DE OLIVEIRA	2º
MONITOR SOCIAL		
Inscrição	Candidato	Class.
2325	DEBORA ROSSATO	1º
MOTORISTA		
Inscrição	Candidato	Class.
949	AIRTON CARELLI	1º
MOTORISTA SECRETARIA SAUDE		
Inscrição	Candidato	Class.
2287	EDUARDO XAVIER CALZA	1º
NUTRICIONISTA (EDUCAÇÃO)		

Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
NUTRICIONISTA (NASF)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS		
Inscrição	Candidato	Class.
1487	MOACIR JOSÉ BALBINOTI	1º
1096	DIEGO ZAMPIERI	2º
1415	ELEANDRO MARCONDES MONTEIRO	3º
3174	GERSON GARDINI DA ROSA	4º
521	MAICO PEREIRA DE SOUZA	5º
OPERADOR TRATOR AGRÍCOLA		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
ORIENTADOR SOCIAL		
Inscrição	Candidato	Class.
2286	HELOIZE CHRYSTINE BURYK	1º
1791	THAIS MAURER DE OLIVEIRA	2º
794	ANA DHULY PRADO	3º
511	MARIELI DA SILVA	4º
693	THIAGO BOESING	5º
PROF. EDUC. BASICA III - ARTES		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		

PROF. EDUC. BASICA III – CIÊNCIAS		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA III - CIÊNCIAS - ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
3053	GIANCARLO CAPISTRANO	1º
PROF. EDUC. BASICA III - EDUCACAO FISICA		
Inscrição	Candidato	Class.
1514	DANIELLA GRUTZMANN	1º
1005	ELISABETH DANELUZ	2º
1125	ADILSON DE LIMA MILANI	3º
PROF. EDUC. BASICA III - EDUCACAO FISICA - ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
2205	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	1º
PROF. EDUC. BASICA III – GEOGRAFIA		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA III – HISTÓRIA		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA III - INGLÊS		
Inscrição	Candidato	Class.
1686	JOSY CRISTINA ALVES BEIJO PERES	1º

PROF. EDUC. BASICA III – INGLÊS ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA III - MATEMÁTICA		
Inscrição	Candidato	Class.
972	CRISTIAN PICININ BITTENCOURT	1º
982	CARLOS ALEXANDRE PORT MENDONÇA	2º
PROF. EDUC. BASICA III – PORTUGUÊS		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA IV		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROFESSOR EDUC. BASICA I		
Inscrição	Candidato	Class.
155	SIDINEI FARIAS	1º
956	PATRICIA JULIANA FRANÇA BLEICHWEL	2º
PROFESSOR EDUC. BASICA I - ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROFESSOR EDUC. BASICA II		
Inscrição	Candidato	Class.
3015	IODETE CORDOVA PASSOS	1º

1008	JULIANA ROSSATTO DE OLIVEIRA	2º
PROFESSOR EDUC. BASICA II - ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROF. EDUC. BASICA IV – ZUMMER		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PROFISSIONAL EDUCACAO FÍSICA (NASF)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Class.
891	GRASIELE CORATTO	1º
1944	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	2º
PSICÓLOGO (NASF)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
PSICOLOGO EDUCACIONAL		
Inscrição	Candidato	Class.
2384	JOSIANE DOS SANTOS	1º
2270	MARINA BASEGGIO CANDIAGO	2º
PSICOPEDAGOGO		
Inscrição	Candidato	Class.

NÃO HOUVE APROVADOS

RECEPCIONISTA

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

1526	ANDRIELI ZANOL	1º
------	----------------	----

RECEPCIONISTA (HOSPITAL)

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

642	MIRIAM TONETTA	1º
-----	----------------	----

1448	FRANCIELI PICCININ SCHLINDWEIN	2º
------	--------------------------------	----

SERVENTE (HOSPITAL)

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

1450	ROLF PACHALY FILHO	1º
------	--------------------	----

1322	MARCIO JOSE FURTADO PEREIRA	2º
------	-----------------------------	----

1912	SIMONE DA SILVA	3º
------	-----------------	----

566	SAMUEL STRAUSS MOZZ	4º
-----	---------------------	----

2106	CARLA MOREIRA ROSA	5º
------	--------------------	----

TÉCNICO AGRÍCOLA

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

90	CAROLINE SLOGO FALCHETTI DA SILVA	1º
----	-----------------------------------	----

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	Class.
-----------	-----------	--------

NÃO HOUVE APROVADOS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (HOSPITAL)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
TÉCNICO DE ENFERMAGEM (PSF)		
Inscrição Candidato		Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
TÉCNICO EM INFORMÁTICA		
Inscrição	Candidato	Class.
1880	EDUARDO SOARES MACHRY	1º
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL (PSF)		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
TELEFONISTA		
Inscrição	Candidato	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS		
TESOUREIRO		
Inscrição	Candidato	Class.
1344	ROBERTO ARMANDO PEDRINI	1º
3218	LUCIANDO DE ALMEIDA	2º
VIGILANTE SANITÁRIO		
Inscrição	Candidato	Class.
1867	MAURICIO BERTHA CASAROTTO	1º

Art. 2º. A convocação dos classificados ocorrerá na ordem de classificação, conforme a necessidade e conveniência da Administração e pelo período de validade do Concurso Público, a teor do contido no item 16.2, 16.3 e 16.4 do Edital n.º 001/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 528, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N.º 008/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225508

PORTARIA N.º 528, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N.º 008/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a necessidade de ter uma comissão especial para acompanhamento e tomada de decisões em relação ao Processo Seletivo n.º 008/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial do Processo Seletivo n.º 008/2019:

I – MARLENE VALESAN, Secretária Municipal de Educação;

II – THIAGO DE SOUZA PEREIRA, Engenheiro Agrônomo;

III – ALICE BOGONI DEMORI, Médica Veterinária;

Art. 2º. Competirá a Comissão:

a) Acompanhar a aplicação e execução do Processo Seletivo n.º 008/2019;

b) Julgar todos os recursos e reclamações dos candidatos, nos casos em que a Comissão tiver a incumbência determinada no edital do Processo Seletivo n.º 008/2019;

c) Manifestar-se em conjunto ou isoladamente, sobre os casos omissos que houver no Processo Seletivo n.º 008/2019.

Art. 3º. A presidência da Comissão ficará ao encargo de MARLENE VALESAN.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 525 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019. “DECLARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Publicação Nº 2225509

PORTARIA Nº. 525 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DECLARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no “caput” do art. 25, da Lei n. 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Declara inexigível a licitação para a contratação de empresa para apresentar palestra sobre o “PROJETO ACOLHIDA NA COLÔNIA”, no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), pela empresa BIODIVRESIDADE CONSULTORIA E AGROTURISMO LTDA, CNPJ nº 12.903.488/0001-46, conforme determina o art. 25, da Lei 8.666/93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1467-2019

Publicação Nº 2224621

DECRETO Nº 1467, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal do Idoso de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 18 da Lei 2736/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 119.000,00 (Cento e Dezenove Mil Reais) a dotação orçamentária que segue:

26 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

01 - Fundo Municipal do Idoso

82410086 - 2078 - Manutenção do Fundo Municipal do Idoso

3.3.50.00 (02) 02.0151 - Aplicação Direta R\$ 119.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 13 de Novembro de 2019.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1468-2019

Publicação Nº 2224625

DECRETO Nº 1468, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 18 da Lei 2736/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 399.310,00 (trezentos e noventa e nove Mil e trezentos e dez Reais) a dotação orçamentária que segue:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

103010026 - 2046 - Conservação e Adaptação das Unid. de Saúde e mod. de seus Equipamentos

3.3.90.00 (21) 02.0064 - Aplicação Direta R\$ 399.310,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação. (11607.0060001/18-007).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 13 de Novembro de 2019.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1469-2019

Publicação Nº 2224630

DECRETO Nº 1469, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 18 da Lei 2736/2018.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas em R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais) as dotações orçamentárias que seguem:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 - Divisão de Administração e Pessoal

41220007.2004 - Manutenção e Funcionamento da SA

3.3.90.00 (14) - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

01- Divisão de Obras e Serviços Industriais

154510047.1001 - Pavimentação de Ruas

4.4.90.00 - (29) Aplicação Direta R\$ 150.000,000

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. PÚBLICOS

03 - Divisão de Transportes e Serviços Públicos

61810072.2017 - Sinalização e Controle de Trânsito

3.3.30.00 (40) Aplicação Direta R\$ 50.000,00

3.3.90.00 (41) Aplicação Direta R\$ 20.000,00

3.3.90.00 (42) Aplicação Direta R\$ 20.000,00

3.3.90.00(44) Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação por fonte de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 13 de Novembro de 2019.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO DE INABILITAÇÃO E ABERTURA DE PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/PMT/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 022/PMT/2019

Publicação Nº 2224622

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

EXTRATO DE INABILITAÇÃO E ABERTURA DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/PMT/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 022/PMT/19

Ao décimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para analisar a Documentação do Processo Licitatório nº 160/PMT/2019 Tomada de Preço nº 022/PMT/19, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA PINTURA E PEQUENOS REPAROS DO PRÉDIO DO ANFITEATRO LEDA REGINA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. Foi constatado que a empresa EMPREITEIRA JK LTDA, não apresentou CND federal atualizada após dado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da mesma, conforme art. 43 § 1 da Lei complementar 123, ficando esta INABILITADA. Fica marcada para o dia 14 de novembro de 2019 às 10h00 a abertura da proposta. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 187/PMT/2019

Publicação Nº 2224371

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 187/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/19 – CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: CLARAIZA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE ANGELIM VERMELHO, PARA COMPOSIÇÃO DO ASSOALHO DA PONTE BULCÃO VIANA, DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 479.660,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS)

TIJUCAS/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

RESULTADO FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/2019 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/PMT/2019

Publicação Nº 2224369

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/2019
CONCORRÊNCIA Nº 002/PMT/2019

RESULTADO FINAL

Objeto: Aquisição de Pranchas de Angelim Vermelho, para composição do assoalho da Ponte Bulcão Viana, da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: CLARAIZA LTDA ME com o valor global de 479.660,00 (Quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta reais).

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO DA CÂMARA MUNIICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC.**

Publicação Nº 2225908

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO DA CÂMARA MUNIICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC.

Considerando a necessidade de interesse público voltado para os serviços de assessoramento jurídico, que inclui, entre outras atribuições, prestar assessoramento à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores e aos setores administrativos da Câmara, emitindo pareceres sobre os assuntos questionados; estudando e redigindo minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais;

Considerando as informações prestadas pela Diretoria da Câmara de Vereadores de Tijucas de que o Concurso Público nº 01/2013 teve o prazo de validade expirado em 25/03/2018; e, ainda, de que não houve a realização de novo concurso público, o que ocasionaria a inviabilidade dos serviços jurídicos desta Casa de Leis;

Considerando o disposto no art. 45, incisos II e III; art. 87, inciso V, alínea “h”; e, art. 238 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Tijucas;

Considerando as atribuições previstas no inciso IV do art. 57 da Lei Orgânica de Tijucas e inciso XV do art. 47 do Regimento Interno;

VILSON NATALIO SILVINO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS, na suas atribuições legais e à vista do inteiro teor do Processo Seletivo Simplificado, RESOLVE, de acordo com o item 12.1 do Edital nº 001/2018, de 02 de outubro de 2018, a saber:

1 DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

1.1. Torna público a prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital nº 001/2018, homologado em 14/11/2018, que passa a vigorar até 14/11/2020.

1.2. Durante a nova vigência do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a necessidade de substituição dos contratados ou de novas contratações, serão convocados os aprovados na seleção, conforme a lista de classificação homologada, as quantidades de vagas estabelecidas no Edital nº 001/2018 e observados os limites legais de despesas com pessoal.

2 . DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS a qualquer momento, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Processo Seletivo Simplificado no todo ou em parte.

2.2 . Os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na aplicação deste Edital de Prorrogação, serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Tijucas, 13 de novembro de 2019.

VILSON NATALIO SILVINO ODIRLEI RESINI

Presidente Vice-Presidente

MARIA EDÉSIA DA SILVA VARGAS ELIZABETE MIANES DA SILVA

1º Secretaria 2º Secretaria

JUSTIFICATIVA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO DA CÂMARA MUNIICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC.

Vilson Natalio Silvino, Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas, no uso de suas atribuições legais e, visando atender o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, os preceitos específicos da Lei nº 2325/2010, vem por meio do presente justificar a prorrogação

do Processo Seletivo Simplificado Edital n. 01/18 destinado à contratação em caráter temporário para o cargo de advogado.

Diante da não realização de concurso público é imperativo a prorrogação do processo seletivo simplificado Edital n. 01/18 visando atender à necessidade temporária e excepcional da Administração, conforme possibilidade prevista no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Considerando a urgência decorrente da proximidade de se ultimar o contrato temporário ainda vigente (cujo termo é em 14/11/2019), destaca-se a necessidade de viabilizar a continuidade do assessoramento jurídico que inclui, entre outras atribuições, prestar assessoramento à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores e aos setores administrativos da Câmara, emitindo pareceres sobre os assuntos questionados; estudando e redigindo minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais;

Neste sentido, a Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, visando, claramente, atender os preceitos constitucionais e administrativos estatuídos na Carta Maior, vem, por meio da presente justificativa tornar pública a prorrogação do Processo Seletivo Simplificado Edital n. 01/18.

Tijucas, 13 de novembro de 2019.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

ODIRLEI RESINI
Vice-Presidente

MARIA EDÉSIA DA SILVA VARGAS
1º Secretária

ELIZABETE MIANES DA SILVA
2º Secretária

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 32/2019 LEILÃO

Publicação Nº 2224602

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 32/2019 – Leilão

O Município de Timbé do Sul/SC torna público, para conhecimento dos interessados, que as 10h do dia 04 de dezembro de 2019, na Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul/SC, realizará Licitação, na modalidade de LEILÃO do tipo "MAIOR LANCE", objetivando a venda de bens móveis declarados inservíveis para a Administração. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. MAGNUN LUIZ SERPA, matrícula AARC/356, JUCESC.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no horário das 7h as 12h, em dias úteis, pelo Fone/fax (48) 3536-1133, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br, ou ainda no site www.serpaleiloes.com.br

Roberto Biava
Prefeito Municipal

AVISO DA LICITAÇÃO 33/2019 PP

Publicação Nº 2224731

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 33/2019 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha, para manutenção e reposição nos veículos da Secretaria Municipal de Educação.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 26/11/2019.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 26/11/2019.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h as 12h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava

Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****ATA SORTEIO PONTOS EXPOBIKE- CONCORRÊNCIA N.º 05 2019 FCT CERVEJARIAS**

Publicação Nº 2225525

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA SORTEIO DOS PONTOS/ESPAÇOS - CONCORRÊNCIA N.º 05/2019 – FUMTUR

HABILITADAS: CERVEJARIA BORCK EPP
JOÃO AUGUSTO KRIEGER ME
CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA.
BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA.
CERVEJARIA HERSING LTDA. ME

Às dezesseis horas, do décimo segundo dia do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove (12/11/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para o sorteio dos pontos/espacos das cervejarias habilitadas para a EXPOBIKE - Credenciamento nº. 05/2019 - FUMTUR.

Aberta a sessão, procedeu-se ao sorteio dos pontos/espacos, de forma tradicional, entre as Cervejarias habilitadas, restando sorteado conforme segue:

Nº PONTO/ESPAÇO	NOME CERVEJARIA
11	CERVEJARIA BORCK EPP
05	JOÃO AUGUSTO KRIEGER ME
04	CERVEJARIA ARTESANAL PILLRED BIER LTDA.
08	BLAUER BERG CERVEJARIA LTDA.
02	CERVEJARIA HERSING LTDA. ME

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão de Licitações.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER Presidente	SILVANA V. ROEPKE Membro Substituto	ANGELA PREUSS Membro
-----------------------------	--	-------------------------

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 174.2019 PMT

Publicação Nº 2225527

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2019 PMT
INEXIGIBILIDADE Nº 50/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ n.º 02.267.742/0001-03, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 20/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 12 de novembro de 2019.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 176.2019 PMT

Publicação Nº 2225530

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2019 PMT
TOMADA DE PREÇOS Nº 50/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº. 04.948.916/0001-29, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 20/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 12 de novembro de 2019.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118.2017 PMT

Publicação Nº 2225532

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017 PMT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 12 de novembro de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

ATA ABERTURA ENVELOPE 03 - CONCORRÊNCIA N.º 58.2019 PMT

Publicação Nº 2225640

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ**ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES Nº. 03****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 58/2019 – PMT**

**INTERESSADAS: TEMPERO PROPAGANDA LTDA. ME
EMPRESA FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.
EZCUZÊ AGENCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.
MÁGICA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
9MM PROPAGANDA LTDA.**

Às catorze horas, do décimo segundo dia, do mês de novembro de dois mil e dezenove (12.11.2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó (SC), reuniram-se além dos membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 1083, de 02 de janeiro de 2019, o Sr. Roberto Reichert, representando a Empresa Free Reichert Comunicação Ltda., o Sr. João Paulo Coelho, representando a empresa Ezcuzê Ag. De Propaganda e Publicidade Ltda., o Sr. Thiarles Souza, representando a empresa Tempero Propaganda Ltda. ME e a Sra. Marta Cardoso, representando a empresa 9MM Propaganda Ltda., para abertura e análise do Envelope de nº. 03 e divulgação das notas técnicas aplicadas pela subcomissão técnica, do Processo Licitatório de Concorrência Pública nº. 58/2019 - PMT.

Seguindo a ordem estabelecida pelo edital, foram abertos os envelopes de nº. 3, com as cópias identificadas do conteúdo constante do envelope nº. 1, de modo a identificar quais as empresas e respectivas notas aplicadas pela subcomissão técnica.

Efetuada a abertura dos envelopes, devidamente rubricados por todos os presentes, cotejou-se os conteúdos identificando-se ao final, que o envelope contendo a campanha intitulada “Alegria, Gastronomia e Tradição” pertence à empresa TEMPERO PROPAGANDA LTDA ME, que a campanha intitulada “Encontro de duas culturas numa festa para todos” refere-se à empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA., que a campanha intitulada “Uma festa que já faz parte da família”...refere-se à empresa 9MM PROPAGANDA LTDA., que a campanha intitulada “Alemanha e Itália se encontram aqui” refere-se à empresa EZCUZÊ AGENCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA., e que a campanha intitulada “Alegria para a família toda” refere-se à empresa MÁGICA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Feita a identificação, procedeu-se à leitura da ata da subcomissão técnica com as considerações e notas aplicadas ao conteúdo apresentado pelas empresas, onde os membros concluíram pela classificação das cinco empresas interessadas, para seguimento do feito e aplicaram as seguintes notas técnicas:

Resultado Final = Envelope 1 + Envelope 2			
	CAMPANHA		
Empresa	Envelope 1	Envelope 2	TOTAL
FREE	74,41666667	18,83	93,24666667
EZCUZÊ	59,25000000	17,08	76,33000000
TEMPERO	53,78333333	15,17	68,95333333
9MM	44,91666667	16,67	61,58666667
MÁGICA	39,75000000	16,17	55,92000000

Inexistindo irregularidade que, no momento, pudesse modificar a nota conferida pela subcomissão técnica, às propostas técnicas apresentadas pelas empresas, a comissão decidiu por classificar as propostas técnicas de todas as empresas participantes (Tempero Propaganda Ltda ME, Free Reichert Comunicação Ltda., Ezcuzê Ag. De Propaganda e Publicidade Ltda., 9MM Propaganda Ltda e Mágica Comunicação e Marketing Ltda.) e homologar a nota conferida pela subcomissão técnica nos moldes e razões constantes da ata lavrada pela referida subcomissão, a qual acompanha em anexo a esta ata.

Face a ausência de representante da empresa Mágica Comunicação e Marketing Ltda. na sessão, decidiu-se por dar ciência às empresas por publicação desta ata com o resultado da análise técnica, bem como recomendando ao setor de licitação que envie por e-mail as razões que fundamentam a nota conferida pela subcomissão técnica às empresas, bem como todo o conteúdo do envelope nº. 03, digitalizado e na íntegra, para que estas, querendo, apresentem recurso da classificação e nota conferidas, no prazo legal de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER
Presidente

SILVANA V. ROEPKE
Membro Substituto

ANGELA PREUSS
Membro

Ata de avaliação das Propostas Técnicas apresentadas para a Concorrência Pública nº 58/2019, envelope nº 01, realizada pela Subcomissão Técnica composta pelos seguintes membros: Breno Takahashi, Cristina Maria Schmitt Miranda e Jéssica Christine Bilck Bolsoni. A Subcomissão Técnica reuniu-se no dia 04 de Novembro de 2019 para avaliação das propostas apresentadas pelas concorrentes, conforme critérios estabelecidos no edital de licitação. No que se refere a avaliação do envelope nº 01, a subcomissão registra as seguintes considerações: 1) Algumas das concorrentes limitaram-se, basicamente, às informações do briefing ou informações genéricas para composição do raciocínio básico, sem se diferenciar em informações acerca do cliente, inclusive com informações fora de contexto e que não agregam ao desenvolvimento do plano de comunicação. 2 A proponente da campanha **“Encontro de duas culturas numa festa para todos”** foi penalizada com redução da pontuação porque não aplicou na arte a informação de estacionamento e entrada gratuitos, e não fez consta no orçamento o valor da produção ou aquisição da imagem/foto da campanha. 3) A proponente da campanha **“Uma festa que já faz parte da família”** apresentou a defesa de criação no item “Ideia Criativa”, quando deveria constar apenas Estratégia de Comunicação. Faltou a logo da Festa no VT e local da Festa está errado na aplicação das artes. Todas as artes estão com a data errada, onde colocaram de 4 a 13 sendo que no briefing foi solicitado de 9 a 12 de outubro. Veículos escolhidos com falha na justificativa, Timbó tem 3 Jornais, sendo JMV de circulação Bissemanal, Café Impresso de circulação semanal e Jornal A Cidade de circulação quinzenal. Localização dos pontos de outdoor escolhidos de forma equivocada, uma vez que o briefing menciona Timbó e região do médio Vale e Jaraguá não pertence a essa região. Da mesma forma não consideraram as cidades próximas a Timbó, como Rodeio, Rio dos Cedros e Blumenau e outras. 4) A proponente da campanha **“Alemanha e Itália se encontram aqui”** mencionou em seu plano o outdoor simples, porém não apresentou o layout. No orçamento não foi localizado o valor de criação dos novos mascotes. 5) A proponente da campanha **“Alegria, Gastronomia e Tradição”** se propõe a uma campanha com forte apelo emocional, porém não demonstra isso na sua proposta, gerando confusão no desdobramento da estratégia e a ideia criativa. Os layouts têm em sua composição cores muito escuras, o slogan tem mais destaque que a logo da festa, o local está errado e as imagens sugeridas são, supostamente do arquivo da festa, em que não necessariamente se dispõe de resolução suficiente e nem de imagens adequadas da nova realidade da festa, por exemplo. A aplicação da arte tem algumas falhas pontuais, como o outdoor com excesso de informação e pouco contraste com o texto, dificultando a leitura. A mídia também apresenta aspectos duvidosos como Outdoor na BR101 em detrimento a uma comunicação nas cidades próximas, como Rodeio, Rio dos Cedros e Benedito, priorizando o turismo regionalizado. Na proposta cita post impulsionado mas não apresenta layout, embora conste no orçamento. 6) A proponente da campanha **“Alegria para a família toda”** apresentou uma comunicação com algumas incoerências no desdobramento da proposta na medida em que se

propõe a uma campanha com conceito focado na família e apresenta arte com imagem de barril. Apresentou apenas 4 artes (adaptações), não considerando a linguagem adequada para cada meio. Em todas as peças não fez constar a logo oficial da festa, e o local do evento com erro. O layout difere da estratégia de comunicação. O plano de comunicação mostra falta de conhecimento e planejamento de mídia, com baixa frequência por longo período. Valores das mídias, principalmente de rádio estão fora dos valores de tabela dos veículos. Na planilha em anexo consta o detalhamento das notas. Timbó, 04 de Novembro de 2019.

Subcomissão Técnica:

Breno Takahashi

Cristina Maria Schmitt Miranda

Jéssica Christine Bilck Bolsoni

Ata de avaliação das Propostas Técnicas apresentadas para a Concorrência Pública nº 58/2019, envelope nº 02, realizada pela Subcomissão Técnica composta pelos seguintes membros: Breno Takahashi, Cristina Maria Schmitt Miranda e Jéssica Christine Bilck Bolsoni. A Subcomissão Técnica reuniu-se no dia 04 de Novembro de 2019 para avaliação das propostas apresentadas pelas concorrentes, conforme critérios estabelecidos no edital de licitação. Sobre a avaliação do envelope nº 02, a proponente EZCUZÊ apresentou disponibilidade de equipe para atendimento e outros serviços da agência, equipamentos e prazos compatíveis com a realidade dos serviços. O atendimento a outros clientes apresentou solidez, com clientes desde 2012 e prefeituras desde 2018. A agência MAGICA apresenta pequeno quadro de funcionários a disposição, mas ainda assim é possível realizar o atendimento, equipamentos e os prazos estão dentro da média geral apresentada e o quadro com clientes a partir de 2013, na apresentação do material em CD/DVD foi encontrado CD's vazios, sem nenhum arquivo. A agência 9mm apresentou quadro de funcionários a disposição da prefeitura razoável, com capacidade de atendimento, equipamento e prazos de entrega compatíveis com a realidade. O quadro de clientes apresentados desde 2016. FREE Comunicação apresentou com clareza a disponibilidade de sua equipe, equipamentos, estrutura geral e propõe-se a realizar o atendimento de maneira rápida, compatível com a realidade e apresentou solidez na relação com os clientes e histórico de atuação com cliente desde 1996. A proponente TEMPERO Propaganda apresentou a disponibilidade da equipe e estrutura geral, esclarecendo que seus equipamentos são "adaptados a cada função da agência", e atendimento compatível com a realidade. A proponente apresentou tempo de relação com os clientes. Na planilha em anexo consta o detalhamento das notas. Timbó, 04 de Novembro de 2019.

Subcomissão Técnica:

Breno Takahashi

Cristina Maria Schmitt Miranda

Jéssica Christine Bilck Bolsoni

Timbó Grande

CÂMARA MUNICIPAL

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO 29/2019

Publicação Nº 2225847

PROJETO DE LEI Nº 29, de 27 DE SETEMBRO de 2019

Estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município, as metas e objetivos da administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ GRANDE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Timbó Grande APROVOU, sem EMENDAS, o seguinte Projeto de Lei Ordinária do Executivo:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2020, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I- Diretrizes gerais;

II- Disposições sobre a receita;

III- Disposições sobre a despesa;

IV- Dos créditos adicionais;

V- Das despesas com educação e saúde;

VI- Das disposições gerais.

Art. 2º O Poder Executivo deve adaptar à programação estabelecida, no que se refere a circunstâncias emergenciais a atualizar elementos quantitativos no plano de governo e definidos no orçamento programa.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º A presente Lei, que estabelece diretrizes gerais, será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual.

Art. 4º Após o encaminhamento do Projeto de lei do orçamento ao legislativo, os valores da Receita estimada e da Despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º A lei orçamentária destinará recursos vinculados e elementos de despesa para execução de projetos e atividades típicas com recursos de Transferências por parte da União ou Estado, sendo para isso necessário firmar convênio de intenções.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo da União e do Estado e suas Entidades no decorrer do exercício de 2020.

Art. 6º A lei orçamentária geral, englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos, fundos, institutos e da Câmara Municipal.

Art. 7º As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além de índices de incrementos, obedecendo ao que estabelece o Artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas com custeio, em cada órgão ou unidade orçamentária não poderá ter aumento que superem os índices de crescimento dos valores globais de Orçamento, ressalvando com justificativa própria, novas despesas na área da Educação e Saúde.

Art. 9º A destinação de recursos públicos para o setor privado deverá ser autorizada por lei específica e deverá demonstrar recursos disponíveis nas dotações orçamentárias para as devidas contribuições.

Art. 10 A prestação de contas anual deverá demonstrar os efeitos decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios tributários e creditícios, identificando as vantagens concedidas.

Art. 11 O Poder Executivo demonstrará e avaliará, o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, com a participação do Poder Executivo, Legislativo e comunidade.

Art.12 O Fundo de Previdenciaterá orçamento próprio e a lei será a do orçamento geral.

Art.13 O Fundo municipal da Saúde terá orçamento próprio e a lei será a do orçamento geral.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 14 A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2020, será de acordo com Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentado justificativas na mensagem que encaminhar a lei orçamentária ao legislativo.

Art. 15 O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

Art. 160 Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

Parágrafo primeiro.As Operações de Crédito a serem realizadas pelo município, no exercício de 2020, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, observado o que dispõe a Legislação vigente.

Parágrafo segundo. De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibido a realização de operações de crédito entre um ente da federação.

Parágrafo terceiro. Até que nova resolução ou norma for aprovada, o Município continuará a obedecer às condições, limites e procedimentos estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 17 A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e da lei orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;

II - Aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

III - Ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 18 Concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa de receita da proposta orçamentária a ser apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 20 As Receitas de Alienação de Bens e Direitos, não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de previdência social, geral e próprio dos servidores público, legalmente constituído.

CAPÍTULO III

DAS DESPESAS

Art. 21 As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua discriminação quanto à natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme art. 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

Parágrafo único. As despesas com recursos de Convênios, serão orçadas no valor da contrapartida e quando do ingresso dos recursos, as dotações serão suplementadas de acordo com o inciso V do artigo 27 da presente lei.

Art. 22 Na execução orçamentária do exercício de 2020, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária (resultado primário negativo).

Art. 23 As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 24 Considera-se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Parágrafo primeiro. As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente ao que estabelece a Constituição Federal e a lei de responsabilidade fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

Parágrafo segundo. Para os fins do disposto no artigo 20 da lei de responsabilidade fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Parágrafo terceiro. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 25 Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2020, o poder executivo municipal poderá proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos da administração municipal, através de lei específica.

Art. 26 A Secretaria de Finanças através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

CAPÍTULO IV

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 27 A Abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, como reserva de contingência o valor demonstrado nesta LDO.

II - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por decreto, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito.

III - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para através de decretos movimentar dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto.

IV - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para utilização do superávit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de decreto.

V - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias no elemento do objeto de convênios, utilizando para isto o valor do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação.

VI - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar destinação de recursos de dotações orçamentárias, através de decreto, dentro de cada Projeto ou Atividade.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Art. 28 O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000 e Emenda Constitucional nº 51/2006.

Art. 29 O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei do FUNDEB.

Parágrafo único. O saldo do FUNDEB no encerramento do exercício financeiro de 2020, não poderá ser superior a 5% do valor da receita recebida do FUNDEB no referido exercício, e o saldo restante deverá ser aplicado até 31 de março do exercício seguinte.

Art. 30 Quando a Rede Oficial de Ensino Fundamental e Infantil for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede particular local através de convênio aprovado em lei específica.

Art. 31 Quando a Rede Oficial de Ensino Médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede

particular local através de convênio aprovado em lei específica.

Art. 32 Aos alunos do Ensino Superior das Universidades da Região, fica também concedido auxílio transporte devidamente regulamentado em lei específica.

Art. 33 O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2020, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do Salário Educação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 O Orçamento Programa terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - As Dotações Orçamentárias da despesa serão fixadas de acordo com a Funcional Programática e serão através de Função, Subfunção, Programa, Projetos e Atividades. E a classificação Contábil será a nível de Modalidade de Aplicação.

Art. 35 As dotações orçamentárias de subvenções e contribuições somente poderão ser concedidas a entidades sem fins lucrativos, devidamente nominadas na proposta orçamentária, ou a posterior com lei específica e de conformidade com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 A compra e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, nos termos das Leis 8.666/93 e 8.883/94 e legislação posterior.

Art. 37 As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 38 Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 39 Para atendimento do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ao final de cada quadrimestre, ser emitido relatório de gestão fiscal assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 40 Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 41 O servidor da Administração Direta poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I- Para exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

II- Em casos previstos em lei específica;

III- Em razão de convênios celebrados pelo Município.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade a que for cedido o servidor.

Art. 42 São integrantes desta Lei os seguintes anexos:

§ ANEXO I – VALORES PREVISTOS NA RECEITA – LDO

§ ANEXO II – RESUMO DOS VALORES PREVISTOS NA DESPESA – LDO

§ ANEXO III – METAS FINANCEIRAS - LDO

§ ANEXO IV – VALORES DA DESPESAS POR NATUREZA – LDO

§ ANEXO V – DESPESAS POR NATUREZA – UNIDADE GESTORA – LDO

§ ANEXO VI – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA – LDO

§ ANEXO VII – METAS FISICAS E FISCAIS DA DESPESAS POR AÇÕES – LDO

Art. 43 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 12 de novembro de 2019.

JOCELINO CARDOSO DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO EXECUTIVO 34/2019

Publicação Nº 2225848

PROJETO DE LEI Nº 34, de 21 de outubro de 2019

Autoriza desafetar e baixar veículo do patrimônio público municipal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ GRANDE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Timbó Grande APROVOU, sem EMENDAS, o seguinte Projeto de Lei Ordinária do Executivo:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a desafetação e baixa do patrimônio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbó Grande, como inservível, o automóvel da marca Renault Kwid Life, Chassi: 93YEBB000JJ214642, ano 2018, modelo 2018, Capacidade para 05 (cinco) pessoas, cor branca, placa QIY 7621, Renavam1142204798, por ter sido considerado como bem inservível, em vista de envolvimento em incêndio na rodovia SC 340, no município de Timbó Grande/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó Grande/SC, 12 de novembro de 2019.

JOCELINO CARDOSO DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO 009/2019

Publicação Nº 2225849

PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO Nº 009/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
INSTITUI NO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO FEMINICÍDIO E À VIO-
LÊNCIA CONTRA A MULHER"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ GRANDE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Timbó Grande APROVOU, sem EMENDAS, o seguinte Projeto de Lei Ordinária do Legislativo:

Art. 1º - Fica instituída no Município de Timbó Grande a "Semana de Conscientização e Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher", a ser realizada, anualmente, no período de 8 a 14 de março.

Art. 2º - A "Semana de Conscientização e Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher" tem como principal objetivo conscientizar a população sobre os direitos das mulheres e combater o feminicídio e qualquer outro tipo de violência contra a mulher.

Art. 3º - A "Semana de Conscientização e Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher" passa a integrar o Calendário Oficial de Atividades do Município de Timbó Grande/SC.

Art. 4º - Na "Semana de Conscientização e Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher", o município de Timbó Grande poderá promover eventos, palestras, e várias atividades que objetivem reforçar a necessidade do efetivo combate ao Feminicídio e a Violência contra a mulher, buscando apoio e parceria junto à todas as esferas do Poder Público, e junto à Instituições, Entidades, Corporações, Conselhos Municipais, Autoridades e a Comunidade Local.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbó Grande/SC, 12 de novembro de 2019.

JOCELINO CARDOSO DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande

Treze de Maio

PREFEITURA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 03/2019

Publicação Nº 2224418

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comunico a quem possa interessar sobre o resultado do Pregão Presencial 03/2019 – A proponente OSMAR ORLANDI JUNIOR não apresentou a certidão negativa federal com nova data de validade conforme prazo de 5 (cinco) dias úteis concedido na última seção e decaiu seu direito a contratação, passando sua situação de vencedor ao segundo colocado no item 23. A ata atualizada foi encaminhada por e-mail a todos os proponentes e encontra-se disponível para qualquer interessado no setor de licitações desta municipalidade.

Volnei Fregnani - Pregoeiro

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2019

Publicação Nº 2224387

EXTRATO DE CONTRATO 59/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: COOPERATIVA DE DECORAÇÃO E ARTESANATO ART KISTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de decoração de Natal, no monumento da águia, na Avenida Afonso Dresch, na Praça Ministro Andreas Thaler, no Pátio da Prefeitura e nos portais de entrada da cidade de Treze Tílias, com a utilização de material existente, inclusão de material necessário, compreendendo os serviços de restauração de peças, montagem, desmontagem, transporte adequado, de acordo com as especificações contidas no anexo VI - termo de referência do presente edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.0105

VALOR: O valor total ajustado para aquisição do objeto é R\$ 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência, a partir da data de assinatura até 31/12/2019.

DATA ASSINATURA: 12/11/2019

TREZE TÍLIAS, 12/11/2019

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº.: 300/2019 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº: 13/2019, DEVIDAMENTE PUBLICADA CONFORME A LEI

Publicação Nº 2225845

Aviso de retificação Processo de Compra Nº.: 300/2019

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº: 13/2019, devidamente publicada conforme a Lei

ONDE SE LÊ :

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Registro de Pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/CREA (Lei nº 5.194/66), em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta, emitida pelo CREA da jurisdição no Estado onde está sediada a empresa. Não tendo a empresa o visto do CREA de SC, a mesma deverá apresentar o visto no ato da assinatura do contrato, no caso de vencedora da licitação.

b) Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior (Engenheiro Civil) ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, devidamente registrado no órgão, devendo juntar para tais comprovações, os seguintes documentos:

c) O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado através do: registro profissional na carteira do trabalho, acompanhado da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa; do contrato de prestação de serviço; ou, a hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa, deverá ser comprovado através do Contrato Social ou Alteração Contratual, em que conste cláusula que identifique essa condição. Este profissional será o responsável técnico pela obra.

d) Certidão de Pessoa Física emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

LEIA –SE :

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de registro da Empresa expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede do licitante, dentro do seu prazo de validade, que comprove o exercício de atividades relacionadas com o objeto desta licitação (Pessoa Jurídica);

b) Declaração da empresa licitante indicando o Responsável Técnico pela obra e a comprovação de que o mesmo é o respectivo responsável técnico juntando documentos comprobatórios de vínculo do Responsável Técnico com a empresa;

c) Certidão de Registro do (s) responsável (is) técnico (s) junto à entidade profissional competente;

A data de abertura do processo de licitação permanece a mesma constante no edital.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,12 de novembro de 2019.

Sheila Inês Bieger
PREGOEIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº.: 298/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 185/2019, PUBLICADO NO DIA 01/11/2019 NO DOM.

Publicação Nº 2225842

Aviso de retificação Processo de Compra Nº.: 298/2019

Pregão Presencial nº: 185/2019, publicado no dia 01/11/2019 no DOM.

ONDE SE LÊ : OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente Pregão Presencial a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2(DUAS) MOTOBOMBAS QUE SERÃO DESTINADAS PARA O POÇO ARTESIANO DE LINHA FÁTIMA E PARA O RECALQUE DO RIO PEPERI INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E 1(UM) MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, conforme

detalhado no Anexo I.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo CREA, em nome da Licitante, com validade na data da apresentação;

6.3.2. Atestado(s) em nome do Licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional com o objeto da licitação.

4.2 O horário do credenciamento será até às 14h30min do dia 14 de Novembro de 2019 imprerivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

LEIA –SE : OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Presencial a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2(DUAS) MOTO-BOMBAS QUE SERÃO DESTINADAS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE LINHA FÁTIMA E PARA O RECALQUE DO RIO PEPERI INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E 1(UM) MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, conforme detalhado no Anexo I.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1 Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.3.2 - CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDOS DE FALÊNCIA OU CONCORDATA, e CERTIDÃO CÍVIL, expedidas pelo distribuidor da sede(comarca) da licitante ou via internet, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade, através do endereço: <https://www.tjsc.jus.br/certidoes> (escolher a opção " Primeiro grau de jurisdição"; Solicitação de certidões Sistema de requisição de Certidões - SAJ E Sistema de requisição de Certidões - eproc (NOVO)

6.3.3 CERTIDÃO DO PODER JUDICIÁRIO INFORMANDO A QUANTIDADE DE DISTRIBUIDORES EXISTENTES NO MUNICÍPIO/COMARCA SEDE DA PROPONENTE.

Através do endereço: <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/certidao-de-aco-es-de-recuperacao-judicial-falencias-e-concordatas> (escolher Certidão de Ações de Recuperação Judicial, Falências e Concordatas), ou certidão emitida no seu município/comarca.

4.2 O horário do credenciamento será até às 14h30min do dia 26 de Novembro de 2019 imprerivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,12 de novembro de 2019.

Sheila Inês Bieger
PREGOEIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE PROCESSO DE COMPRA Nº.: 298/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 185/2019, PUBLICADO NO DIA 01/11/2019 NO DOM.

Publicação Nº 2225915

Aviso de retificação Processo de Processo de Compra Nº.: 298/2019
Pregão Presencial nº: 185/2019, publicado no dia 01/11/2019 no DOM.

ONDE SE LÊ : OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente Pregão Presencial a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2(DUAS) MOTOBOMBAS QUE SERÃO DESTINADAS PARA O POÇO ARTESIANO DE LINHA FÁTIMA E PARA O RECALQUE DO RIO PEPERI INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E 1(UM) MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, conforme detalhado no Anexo I.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo CREA, em nome da Licitante, com validade na data da apresentação;

6.3.2. Atestado(s) em nome do Licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional com o objeto da licitação.

Anexo I: Medidor

Medidor de vazão eletromagnético tipo Carretel Flangeado, alimentado a bateria, fonte externa ou rede elétrica, com trecho reto, conversor remoto para água (tratada ou bruta e efluente), com diâmetros que variam de (50 a 600 mm) ..

4.2 O horário do credenciamento será até às 14h30min do dia 14 de Novembro de 2019 impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

LEIA –SE : OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Presencial a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2(DUAS) MOTO-BOMBAS QUE SERÃO DESTINADAS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE LINHA FÁTIMA E PARA O RECALQUE DO RIO PEPERI INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E 1(UM) MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, conforme detalhado no Anexo I.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1 Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.3.2 - CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDOS DE FALÊNCIA OU CONCORDATA, e CERTIDÃO CÍVIL, expedidas pelo distribuidor da sede(comarca) da licitante ou via internet, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade, através do endereço: <https://www.tjsc.jus.br/certidoes> (escolher a opção " Primeiro grau de jurisdição"; Solicitação de certidões Sistema de requisição de Certidões - SAJ E Sistema de requisição de Certidões - eproc (NOVO)

6.3.3 CERTIDÃO DO PODER JUDICIÁRIO INFORMANDO A QUANTIDADE DE DISTRIBUIDORES EXISTENTES NO MUNICÍPIO/COMARCA SEDE DA PROPONENTE.

Através do endereço: <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/certidao-de-acoas-de-recuperacao-judicial-falencias-e-concordatas> (escolher Certidão de Ações de Recuperação Judicial, Falências e Concordatas), ou certidão emitida no seu município/comarca.

Anexo I

Medidor de vazão eletromagnético tipo Carretel Flangeado, alimentado a bateria, fonte externa ou rede elétrica, com trecho reto, conversor remoto para água (tratada ou bruta e efluente), com diâmetros de 85mm, e pressão nominal de (10 a 25 Kgf/cm), acompanhado de cabo para conversor remoto e demais característica conforme relacionado abaixo:

4.2 O horário do credenciamento será até às 14h30min do dia 26 de Novembro de 2019 impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,12 de novembro de 2019.

Sheila Inês Bieger
PREGOEIRA

PORTARIA Nº 5197/2019

Publicação Nº 2224655

PORTARIA Nº.5.197/2019
Em 12 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor (a) CRISTIAN FABIANO FONTOURA, nomeado(a) pela portaria nº 5.138/2019, com o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 12 de Novembro de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 347/2019

Publicação Nº 2224741

PORTARIA Nº 347/19, de 01 de Novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração à servidora MONICA DORDETE DE FREITAS, matrícula nº 1892, CPF nº. 056.736.549-28, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 01 de Novembro de 2019 a 31 de Outubro de 2021, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 348/2019

Publicação Nº 2224742

PORTARIA Nº 348/19, de 01 de Novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 92, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade no período de 01 de Novembro de 2019 a 29 de Janeiro de 2020, a servidora NAIR SALVADOR DA SILVA, CPF nº 742.222.109-78, matrícula nº 1442, exercendo o Cargo de Caráter Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, por ter obtido a guarda provisória de criança com idade de 0 (zero) a 02 (anos), para ajustá-la ao novo lar, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 349/2019

Publicação Nº 2224745

PORTARIA Nº 349/19, de 01 de Novembro de 2019.
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAS I EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2018-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Arcângela Silveira por ter pedido exoneração.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Marcia Regina Bif 033.320.939-75 Creche Maria Marcon Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Novembro de 2019 e encerrará em 20 de Dezembro de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 350/2019

Publicação Nº 2224746

PORTARIA Nº 350/19, de 07 de Novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 08.11.2019 a 07.12.2019, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0075 Marlene Macalossi 01.08.2016 a 31.07.2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças - designado.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2019

Publicação Nº 2224500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2019

PROCESSO Nº 76/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contando a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos doze dias do mês de novembro de 2019, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 50/2019, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MARENILCE ROSANE PAVEUKIEWICZ 01934849944, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE BOMBONS E MINI PIZZA PARA DISTRIBUIÇÃO AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO EM COMEMORAÇÃO O NATAL DE ACORDO COM A LEI Nº 1.138/2019 E PARA IDOSOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

0.1 Conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço total
2	550	UN	MINI PIZZA COM PESO MÍNIMO DE 150 GRAMAS (SABORES: CALABRESA COM QUEIJO, FRANGO COM QUEIJO E BACON COM QUEIJO).	Mari lanches	3,14	1.727,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sra. Dione Ana Colla, Secretária Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MARENILCE ROSANE PAVEUKIEWICZ 01934849944, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 05 (cinco) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.016 MANUT.DAS ATIV.E FESTIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 69– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 06 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.019 – MANUT. DAS ATIV.DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Cód. Red. 86– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Entregar as mini pizza quando requeridas pela Administração Municipal;

7.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 50/2019.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 50/2019 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 50/2019 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSON MATIELLO

Prefeito Municipal

MARENILCE ROSANE PAVEUKIEWICZ 01934849944

MARENILCE ROSANE PAVEUKIEWICZ

DIONE ANA COLLA

FISCAL DE CONTRATOS

Testemunhas:

01. _____ 02 _____

Andressa G. Donzelli Joel Fernando Capeleto

CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

Publicação Nº 2224395

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

PROCESSO Nº 76/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contando a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos doze dias do mês de novembro de 2019, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Celso Matiello, no uso de suas

atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 50/2019, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE BOMBONS E MINI PIZZA PARA DISTRIBUIÇÃO AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO EM COMEMORAÇÃO O NATAL DE ACORDO COM A LEI Nº 1.138/2019 E PARA IDOSOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

0.1 Conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço total
1	1560	UN	CAIXA DE BOMBOM DE CHOCOLATE COM NO MÍNIMO 280G E MÁXIMO 300G, BOMBONS SORTIDOS DE CHOCOLATE, CAIXA CONTENDO ENTRE 17 E 19 UNIDADES (OU SUPERIOR) DE BOMBONS COM SABORES VARIADOS. AS CAIXAS DEVERÃO SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL DE PRESENTE DE DIVERSAS CORES.	GAROTO	7,09	11.060,40

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sra. Dione Ana Colla, Secretária Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 05 (cinco) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 2.016 MANUT.DAS ATIV.E FESTIVIDADES CULTURAIS
Cód. Red. 69– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 06 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto Atividade – 2.019 – MANUT. DAS ATIV.DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Cód. Red. 86– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Entregar os materiais quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. As caixas de bombons devem ser embaladas individualmente em papel de presente de diversas cores;

7.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 50/2019.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 50/2019 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 50/2019 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI
CONTRATADA

DIONE ANA COLLA
FISCAL DE CONTRATOS

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79	CPF: 061.870.909-69

CONTRATO ADM Nº 50/2019

Publicação Nº 2225051

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 50/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA E.M INFORMATICA LTDA, CNPJ Nº 00.710.029/0001-67. O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa E.M INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.710.029/0001-67, com sede na Avenida Brasília, nº 2910, centro, Pinhalzinho-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Sócio Administrador, Senhor(a) DARCI ANTÔNIO SCHNEIDER, inscrito(a) no CPF sob nº 586.054.529-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 52/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a Aquisição de peças e prestação de serviço para conserto da AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.

0.0.1 Conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	POLTRONA PRESIDENTE COM SISTEMA BACK SYSTEM 3001 SRE, BASE A GÁS, INCLINAÇÃO E REGULAGEM DE ALTURA DO ENCOSTO, BRAÇOS SL COM REGULAGEM DE ALTURA, ESPUMA INJETADA, LINHAS CURVAS, BASE GIRATÓRIA COM CAPA PROTETORA E RODÍZIOS EM PU, CONTRA CAPA PROTETORA EM POLIPROPILENO NO ASSENTO E NO ENCOSTO, REVESTIMENTO EM TECIDO OU EM COURO ECOLÓGICO NA COR PRETA. DIMENSÕES DO PRODUTO: 700 X 570 X 1060.	UN	2,00	CAVALETTI	615,00	1.230,00
2	MESA DE CANTO EM (L) 1600MM X 1600MM, MEDINDO 1000MM DE COMPRIMENTO, 750MM DE ALTURA, 600MM DE PROFUNDIDADE, MATERIAL EM MDP, TAMPO EM MDF 30MM ENGROSURADO, PAINEL FRONTAL EM MDP 15MM COM ACABAMENTO EM BORDA 1MM, PÉ PAINEL DA MESA EM 25 MM COM ACABAMENTOS DE CANTOS REVESTIDOS E ARREDONDADOS, CORES A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	1,00	MARANELO	938,00	938,00

1.1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 52/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 Os moveis, objetos desta licitação deverão ser entregues e montados na Secretaria de Assistência Social do Município no prazo máximo de 30 dias após a emissão da ordem de compra.

2.2 Imediatamente após a entrega do bem, objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado por servidor da Secretária de Assistência Social de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou dos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições do expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

2.4 A entrega será realizada na Secretária de Assistência Social

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.168,00 (dois mil cento e sessenta e oito reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrão por conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 06 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.021- MANUT. BL. GBF FNAS

CÓD. RED.: 184 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.023 MANUTENÇÃO PROGRAMA SOCIAL DO ESTADO

Elemento de Despesa: 183 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;
- f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993 e na lei 10.520/2002, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos descritos no item 2.1., independentemente de notificação prévia.

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste – SC.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através da Secretaria de Assistência Social Sra. CLEONICE AMÉRICO RIBEIRO COLPANI, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

11.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste 12 de novembro de 2019.

CELSON MATIELLO
Prefeito Municipal

E.M INFORMATICA LTDA
DARCI ANTÔNIO SCHNEIDER

CLEONICE AMÉRICO RIBEIRO COLPANI
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Andressa G. Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

CONTRATO ADM Nº 51/2019

Publicação Nº 2225231

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 51/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, CNPJ Nº 09.522.508/0001-77. O

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSON MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, inscrita no CNPJ sob nº 09.522.508/0001-77, com sede na Rua do Bosque, nº 191, bairro Jardim, na cidade de Cunha Porã-SC, representada neste ato, pelo

seu(ua) Empresário, Senhor(a) JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, inscrito(a) no CPF sob nº 041.562.419-39, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 52/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a Aquisição de peças e prestação de serviço para conserto da AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.

1.1.1 Conforme itens abaixo descritos:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	GAVETEIRO COM 4 GAVETAS EM MDF COM ACABAMENTO BPA, MEDINDO 68CM DE ALTURA, 48CM DE LARGURA E 48CM DE PROFUNDIDADE. ACABAMENTOS DE CANTOS REVESTIDOS E ARREDONDADOS. COR A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	2,00	JP MOVEIS	375,00	750,00
4	ARMÁRIO BAIXO , MATERIAL EM MDF E ACABAMENTOS EM MDP, CANTOS REVESTIDOS E ARREDONDADOS, PORTAS DE CORRER, CORREDIÇAS METÁLICAS, COM DIVISÃO EM PRATELEIRAS, MEDINDO 0,72CM ALTURA, 1,80CM DE LARGURA E 48CM DE PROFUNDIDADE. COR A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	1,00	JP MOVEIS	1.048,00	1.048,00
5	ARMÁRIO ARQUIVO COM 4 GAVETAS, CORREDIÇAS METÁLICAS, MATERIAL EM MDP COM ACABAMENTO EM PINTURA BP, CANTOS COM REVESTIMENTO E ARREDONDADOS, MEDINDO 1,36CM DE ALTURA, 0,47CM DE LARGURA E 0,48CM DE PROFUNDIDADE. COR A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	2,00	JP MOVEIS	958,00	1.916,00
6	BALCÃO DE ATENDIMENTO CURVO PARA ESCRITÓRIO, 1500MM X 1500MM DE COMPRIMENTO, 600MM DE PROFUNDIDADE, PRIMEIRA PARTE DO BALCÃO COM 750MM DE ALTURA, E A SEGUNDA PARTE 1050MM DE ALTURA, MATERIAL EM MDP, TAMPO EM MDF 30MM ENGROSADO, PAINEL FRONTAL EM MDP 15MM, PÉ PAINEL DA MESA COM 25MM, ACABAMENTOS EM FITA DE BORDA 1MM E CANTOS COM ACABAMENTOS REVESTIDOS E ARREDONDADOS. COR A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	2,00	JP MOVEIS	1.030,00	2.060,00

7	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO EXECUTIVE, TAMPO EM MDF 30MM, LATERAIS, COSTAS, PORTAS E PRATELEIRAS COM BASE DE MDF DE 15MM, 4 GAVETAS COM CORREDIÇAS EM METAL, 2 PORTAS EXTERNAS DE CORRER COM CHAVEAMENTO NA PORTA E TRAVAMENTO, POSSUINDO 1 PRATELEIRA INTERNA. MEDINDO 97,5CM DE ALTURA, 60CM DE PROFUNDIDADE E 150MM DE COMPRIMENTO. COR A SER DEFINIDA PELO RESPONSÁVEL DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	UN	1,00	JP MOVEIS	1.200,00	1.200,00
---	---	----	------	-----------	----------	----------

0.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 52/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

1.1 Os moveis, objeto desta licitação deverão ser entregues e montados na Secretaria de Assistência Social do Município no prazo máximo de 30 dias após a emissão da ordem de compra.

1.2 Imediatamente após a entrega do bem, objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado por servidor da Secretária de Assistência Social de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou dos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições do expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

2.4 A entrega será realizada na Secretária de Assistência Social

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31/12/2019, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor total de R\$ 6.974,00 (seis mil novecentos e setenta e quatro reais).

3.2. As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrão por conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 06 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto Atividade – 2.021- MANUT. BL. GBF FNAS

CÓD. RED.: 184 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.023 MANUTENÇÃO PROGRAMA SOCIAL DO ESTADO Elemento de Despesa: 183 – APLICAÇÕES DIRETAS: 4.4.90.00.00.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

4.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

5.2. A rescisão contratual poderá ser:

5.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada

conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do mesmo.
- c) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus propostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do objeto;

f) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação do objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

h) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

i) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante..

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993 e na lei 10.520/2002, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.0.1. Advertência;

8.0.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos descritos no item 2.1., independentemente de notificação prévia.

8.0.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

8.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

8.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste – SC.

8.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através da Secretaria de Assistência Social Sra. CLEONICE AMÉRICO RIBEIRO COLPANI, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

10.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste 12 de novembro de 2019.

CELSON MATIELLO

Prefeito Municipal

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI

CONTRATADA

CLEONICE AMÉRICO RIBEIRO COLPANI

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Andressa G. Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

LEI MUNICIPAL N. 1.147 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2225022

LEI MUNICIPAL Nº. 1.147, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.						
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		O Senhor Celso Matiello, Prefeito Municipal do município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, baseado na Lei 1.113/2018, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:				
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2019 no valor de R\$ 101.756,50 (cento e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais, e cinquenta centavos), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesas:						
ADICIONAR DOTAÇÕES						
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO						
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação						
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental						
Projeto Atividade: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental						
39 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001					41.756,50	

Órgão: 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
Unidade Orçamentária: 07.01 – Fundo de Desenvolvimento Rural						
FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 608 Promoção da Produção Agropecuária						
Projeto Atividade: 2.025 – Manutenção das Atividades da Agricultura						
113 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000					20.000,00	
Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes e Obras						
FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário						
Projeto Atividade: 2.027 – Manutenção do Departamento de Transportes e Obras						
133 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000					40.000,00	
TOTAL SUPLEMENTADO					101.756,50	
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:						
SUBTRAIR DOTAÇÕES						
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO						
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação						
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental						
Projeto Atividade: 1.053 - Aquisição de Veículos - Educação						
23 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001					41.756,50	
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento de Cultura e Esportes						
FUNÇÃO: 27 Desporto e Lazer - SUBFUNÇÃO: 812 Desporto Comunitário						
Projeto Atividade: 1.066 - Construção de Ginásio e Ampliação de Áreas de Esporte e Lazer						
66 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000					50.000,00	
Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes e Obras						
FUNÇÃO: 26 Transportes - SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário						
Projeto Atividade: 1.061 – Aquisição de Máquinas e Veículos						
126 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000					10.000,00	
TOTAL SUPLEMENTADO					101.756,50	
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.						
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.						
CELSO MATIELLO						
Prefeito Municipal						

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2019

Publicação Nº 2224719

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2019/PMU

Objeto: Tem por objetivo a aquisição PARCELADA de madeira bruta para a manutenção de pontes, de boa qualidade, conforme descrições em anexo para atendimento a Secretaria de Infraestrutura. Recebimento dos envelopes: até 8h30 dia 27/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09:00h dia 27/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019/PMU

Publicação Nº 2225529

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019/PMU

Objeto: aquisição de capas de coletes balísticos de acordo com o edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até 14h00 dia 27/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h 30min dia 27/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2019

Publicação Nº 2217025

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 59/2019 Pregão Presencial 39/2019 - Ata de Registro de Preços nº 106/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de km rodados de caminhão, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2901 de 13/08/2019, Pág. 1235, 1236, 1237, 1238 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 12/08/2020
2ª Publicação

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2019

Publicação Nº 2225018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2019

CONTRATO: 193/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 67/2019
PREGÃO PRESENCIAL: 47/2019
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: LIGA URUSSANGUENSE DE DESPORTO - LUD

CNPJ/CPF: 83.706.184/0001-37

OBJETO: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS

VALOR GLOBAL ADITIVO: R\$ 1.369,86

RESOLUÇÃO CME Nº 001/2019

Publicação Nº 2225339

RESOLUÇÃO CME Nº 001/2019

Orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, adere ao Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e institui o Referencial Curricular Municipal de Urussanga através do Regime de Colaboração como documento obrigatório ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica para o Sistema Municipal de Ensino de Urussanga/SC.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Urussanga, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 3º inciso 8º; Lei Municipal Nº 2.428, de 24/09/2009 que: "Institui o Conselho Municipal de Educação"; Lei Municipal Nº 1.876, 03 de abril de 2002 que "Cria a Sistema Municipal de Educação", nas normas do Sistema Municipal de Ensino"; e

CONSIDERANDO, Constituição Federal:

Art. 205: define que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Art. 210: define que "serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais";

CONSIDERANDO, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 2º: que reafirma "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Art. 9º: ao definir umas das incumbências da União, em seu inciso V, como a de "estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum";

Art. 22: esclarece que "a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores";

Art. 26: na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que "os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos";

Art. 32: na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que "o ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social";

CONSIDERANDO, o Planos Decenais de Educação - Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Estadual de Educação, Lei nº 16.794, de 14 de Dezembro de 2015 (PEE/SC) e ao Plano Municipal de Educação (PME), Lei 2.722, de 17 julho de 2015, bem como suas metas correspondentes nas suas estratégias: 2.1 "o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2o (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental;" e 7.1 "estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local";

CONSIDERANDO, a Resolução CNE/CP Nº 02, de 22 de dezembro de 2017 "Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.";

CONSIDERANDO, o Parecer CNE/CP Nº 15, 15 de dezembro de 2017 "Que fundamenta a Resolução CNE/CP Nº 02 que "Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.";

CONSIDERANDO, Resolução CEE/SC Nº 070, de 17 de junho de 2019., "Institui e orienta a implementação do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina".

CONSIDERANDO, a implementação da BNCC e a adesão ao Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense no Referencial Curricular Municipal de Urussanga atendam as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, abrangendo este processo como união de esforços de todas as redes de ensino na busca da equidade no processo ensino e aprendizagem no território de Urussanga.

CONSIDERANDO, que as orientações presentes nesta Resolução embasam a revisão dos Projetos Político Pedagógicos, Regimentos Escolares e documentos correlatos das instituições de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino garantida a autonomia pedagógica de cada instituição.

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, adere na íntegra o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e institui o Referencial Curricular Municipal de Urussanga, definido como documento de caráter normativo para o Sistema Municipal de Ensino de Urussanga, que determina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais aos estudantes de Urussanga, no âmbito da Educação Básica nas etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades.

Art. 2º As orientações e os conceitos normatizados na Resolução CNE/CP Nº 02, de 17 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, estão referendados pela presente Resolução.

Art. 3º O Referencial Curricular Municipal de Urussanga, além de considerar como obrigatório o disposto na Base Nacional Comum Curricular e Currículo Base da Educação infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, também contempla, em sua construção, as peculiaridades locais.

Art. 4º A construção e implementação do Referencial Curricular Municipal de Urussanga visa superar a fragmentação das propostas curriculares das diferentes redes de ensino, fortalecendo assim o regime de colaboração e a qualidade da educação ofertada no território de Urussanga, resguardada a autonomia de cada Sistema de Ensino.

Art. 5º O Referencial Curricular Municipal de Urussanga é a diretriz para as escolas de Educação Básica nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino, fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos Projetos Político Pedagógicos – PPPs e, consequentemente, dos currículos das instituições escolares, contribuindo para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais voltadas, especialmente, para a formação de profissionais da educação, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.

Art. 6º No exercício da autonomia previsto na LDB e atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, no Currículo Base da Educação infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e no Referencial Curricular Municipal de Urussanga, as Instituições Escolares adotarão metodologias, formas de avaliações e propostas de progressão que julgarem necessários, devidamente construídos com a Comunidade Escolar, respeitando as normativas dos respectivos Sistemas de Ensino.

Art. 7º Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC, o Currículo Base da Educação infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e no Referencial Curricular Municipal de Urussanga como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais.

Parágrafo único: Os currículos da Educação Básica, devem ser complementados por uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.

Art. 8º Os currículos, coerentes com o Projeto Político Pedagógico da rede de ensino e considerando o contexto e as características dos estudantes, deve:

I. Contextualizar os conteúdos curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;

II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

III. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, entre outros fatores;

IV. Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os estudantes nas aprendizagens;

V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos;

VI. Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;

VII. Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente, que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino;

VIII. Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições ou redes de ensino, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação;

Parágrafo Único. Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas do Sistema de Ensino.

Art. 09 As aprendizagens essenciais, definidas como: conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências, compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Art. 10 No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Art. 11 Fica estabelecido de acordo com a BNCC conforme o Art. 4º da Resolução CNE/CP Nº 02, de 22 de dezembro de 2017, que a Educação Básica deve fundamenta-se nas seguintes competências gerais, como expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidas pelos estudantes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e

também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;

4. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 12 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem as práticas centradas nas experiências, nas interações e nas brincadeiras, possibilitando que a criança se desenvolva e amplie suas potencialidades, construindo significados e descobertas.

Art. 13 O Referencial Curricular Municipal de Urussanga, considera que a criança é o centro do planejamento curricular, sujeito de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas, com singularidades próprias, tendo o brincar, como linguagem própria da infância, articulando o cuidado e as experiências diversas com os saberes dos diferentes campos para oportunizar o desenvolvimento integral e saudável das crianças.

Art. 14 O planejamento do Professor na Educação Infantil deve ser estruturado com base nos campos de experiência e expressar a intencionalidade pedagógica na prática diária, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de modo a assegurar o pleno desenvolvimento das crianças.

Art. 15 Devem ser assegurados os seguintes direitos de aprendizagem e desenvolvimento no âmbito da Educação Infantil:

I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;

II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;

III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades, propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando em relação a eles;

IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;

V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;

VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 16 O Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, terá como objetivo a formação básica do cidadão, conforme aponta o art. 32 da LDB.

Art. 17 Os anos iniciais do Ensino Fundamental devem dar continuidade às experiências vividas na Educação Infantil aprofundando os conhecimentos, prevendo a progressiva sistematização dessas experiências de forma a ampliar as relações com o mundo e desenvolvendo atitude ativa na construção do conhecimento.

Art. 18 No primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter foco na alfabetização, proporcionando aos alunos a apropriação do sistema de escrita alfabético, a compreensão da leitura e da escrita de acordo com faixa etária, o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções e o significado e uso das quatro operações matemáticas.

Art. 19 Os currículos devem prever medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, promovendo integração nos nove anos desta etapa da Educação Básica, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autonomia.

Art. 20 As Áreas do Conhecimento favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Art. 21 O currículo do Ensino Fundamental deverá ser desenvolvido com base nas habilidades e competências estabelecidas para cada Área do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, que são:

I. Linguagens:

a) Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;

- b) Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;
- c) Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;
- d) Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;
- e) Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;
- f) Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

II. Matemática:

- a) Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, bem como uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;
- b) Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes;
- c) Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- d) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo que se investigue, organize, represente e comunique informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;
- e) Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;
- f) Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados);
- g) Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- h) Interagir com seus pares, de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos, bem como na busca de soluções para problemas, de modo que se identifique aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

III. Ciências da Natureza:

- a) Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;
- b) Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de forma que se sinta, com isso, segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, além de continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- c) Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;
- d) Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho;
- e) Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista, que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- f) Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;
- g) Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
- h) Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

IV. Ciências Humanas:

- a) Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de maneira que se exercite o respeito à diferença, em uma sociedade plural, além de promover os direitos humanos;
- b) Analisar o mundo social, cultural e digital, e o meio técnico-científico-informacional, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo;
- c) Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias

e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de forma que participe efetivamente das dinâmicas da vida social, exercitando a responsabilidade e o protagonismo, voltados para o bem comum, e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

d) Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas, com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo, com isso, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

e) Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço, e em espaços variados;

f) Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental;

g) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação, no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal, relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

V. Ensino Religioso:

a) Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;

b) Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;

c) Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;

d) Conviver com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;

e) Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;

f) Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo que se assegure assim os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 As instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

Art. 23 A implementação da BNCC, do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e do Referencial Curricular Municipal de Urussanga acontecerá, impreterivelmente, no início do ano letivo de 2020 para a Educação Básica, nas etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental e suas modalidades.

Art. 24 Caberá à Secretaria Municipal de Educação orientar, apoiar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas instituições educativas integrantes do Sistema Municipal de Ensino relativo ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 25 Caberá ao Conselho Municipal de Educação de Urussanga, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 26 Fica fixado o prazo de cinco anos para revisão do Referencial Curricular Municipal de Urussanga a contar da data de sua implementação.

§ 1º Este processo dar-se-á em regime de colaboração entre as redes de ensino, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Art. 27 No prazo de 180 dias a contar da publicação da presente Resolução, a Secretaria Municipal de Educação, editará documento complementar contendo o Referencial Curricular Municipal de Urussanga, de acordo com concepções, definições e diretrizes estabelecidas na presente norma, seguindo como Alicerce Geral o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, aderido por esta normativa, acrescentando as características prevista no artigo 7º desta Resolução.

Urussanga, de 12 de novembro de 2019.

Stela Maris De Agostin Talamini

Presidente

RESOLUÇÃO CME Nº 002/2019

Publicação Nº 2225341

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO TRIMESTRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE URUSSANGA.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Urussanga, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 3º inciso 8º; Lei Municipal Nº 2.428, de 24/09/2009 que: "Institui o Conselho Municipal de Educação"; Lei Municipal Nº 1.876, 03 de abril de 2002 que "Cria a Sistema Municipal de Educação", nas normas do Sistema Municipal de Ensino,

Resolve:

Art.1º A avaliação do rendimento escolar do educando deve acontecer com base nos artigos 21º e 22º da Lei 1.876/2002.

Art. 2º A sistemática de avaliação e os registros dos resultados do rendimento da avaliação passam a ser Trimestral.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 12 de novembro de 2019.

Stela Maris De Agostin Talamini

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Urussanga

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA CONCORRÊNCIA Nº 02/2019

Publicação Nº 2224633

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

CONCORRÊNCIA Nº 02/2019

O Município de Vargeão, SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a outorga de permissão para exploração, no Município de Vargeão, de 07 (sete) pontos de serviços com 6 (seis) vagas de transporte individual de passageiros – serviços de táxi, incluídas as vagas reservadas aos portadores de deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 e 01 (um) ponto de serviços de transporte individual de passageiros – serviços de táxi adaptado, com acessibilidade para transporte de portadores de necessidades especiais “usuários de cadeira de rodas”, com data de abertura para o dia 12/11/2019 a partir das 09h30min, foi considerada deserta, face a ausência total de interessados.

Vargeão, SC, 12 de Novembro de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 FMS

Publicação Nº 2225311

ATA Nº 4 - JULGAMENTO DOS INSCRITOS NO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMS PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2019

OBJETO: CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços para realização de PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS RELACIONADOS À CONFEÇÃO E FORNECIMENTO PERSONALIZADO DE PRÓTESES TOTAIS MANDIBULARES E MAXILARES, PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS MANDIBULARES E MAXILARES, para Pacientes encaminhados pela Secretária Municipal de Saúde, objetivando a aplicação do incentivo financeiro referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 09/10/2019 A 11/11/2019

Aos 12 (doze) dias do mês de Novembro de 2019, às 14h30min. reuniu-se a Comissão Municipal de Licitações, em Sessão Pública, na Sala do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, composta pelos Membros abaixo subscritos, com o objetivo do registro, análise e julgamento das propostas de credenciamento e documentos de habilitação, recebidas no período de 09 de Outubro a 11 de Novembro de 2019, na forma do Item 1.5.1 do Edital de Chamamento Público.

Para análise, documentos das seguintes Licitantes:

- 1) Pro Total Laboratório de Próteses Odontológicas Ltda ME e;
- 2) Jocelito Rosa Bernardo – Salute Orale.

Ressalta-se que nenhum representante da Proponente fez-se presente na Sessão.

Em seguida passou-se para a análise dos documentos apresentados. Constatou-se que a Empresa Pro Laboratório de Próteses Odontológicas Ltda ME atendeu a todos os requisitos de habilitação, previstos no item 6.0 e 7.0 do Edital.

Com relação à Empresa Jocelito Rosa Bernardo, a mesma apresentou os documentos faltantes, relacionados na Ata nº 3, cumprindo desta maneira, com os requisitos exigidos no item 6.0 e 7.0 do Edital.

Concluído o registro dos Proponentes ao Credenciamento e a análise documental, a Comissão Municipal de Licitações conclui pela prévia aprovação da habilitação das Empresas:

- 1) PRO TOTAL LABORATÓRIO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 34.310.542/0001-82, estabelecida à Rua Francisco Lindner, 196, sala 201, Joaçaba – SC.
- 2) JOCELITO ROSA BERNARDO – SALUTE ORALE, inscrita no CNPJ sob o nº 34.510.058/0001-05, estabelecida no Calçadão Tulio Fiuza, 71, sala 206, Lages –SC.

Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar desta data, para apresentação de possíveis recursos contra a decisão desta Comissão. Decorrido o prazo sem que haja interposição de recursos à decisão da Comissão ou, em relação à documentação apresentada pelas participantes, as mesmas serão declaradas aptas ao Credenciamento.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a Sessão, extraindo-se esta Ata, que vai assinada pelos presentes. Registre-se. Publique-se.

Vargem Bonita, 12 de Novembro de 2019.

Comissão Municipal de Licitações:

LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA
Presidente

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2019

Publicação Nº 2224707

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2019

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS DESTINADAS A PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU AGRAVO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DOS PACIENTES.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES: Até o dia 27/11/2019, às 09:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

EDUARDO THECHRIN

Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.078/19

Publicação Nº 2224759

DECRETO Nº 17.078/19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração -JARI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 544/99 e alterações e, à vista do contido na Comunicação Interna ORTRAVI nº 99/2019,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI, os seguintes membros:

I – Representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

Titular: VALMIR ESQUINA

Suplente: CELSO MOREIRA DOS SANTOS

II – Representante indicado pelo ORTRAVI:

Titular: GILBERTO LUIZ BOSCHETTI

Suplente: ISRAEL RIBEIRO ALVES

III – Representantes da sociedade ligada à área de trânsito:

Titulares: WILSON SILVA DO AMARAL

Suplentes: CARLOS DEMENEK JUNIOR

IV – Secretário:

WELTON SAYMON CORRÊA DO NASCIMENTO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 15.530/18.

Videira, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 17.080/19

Publicação Nº 2224757

DECRETO Nº 17.080/19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração

03 – Segurança Pública

2.020 – Convênio Polícia Ambiental

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas 12.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 12.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.081/19

Publicação Nº 2224755

DECRETO Nº 17.081/19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos
01 – Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos
2.024 – Manutenção da Sec. Desenv. Econômico, Habitação e Projetos
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos próprios do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.082/19

Publicação Nº 2225101

DECRETO Nº 17.082/19 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.742/19 de 7 de novembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias

:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	

2.059 – Atenção Básica em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	100.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.060 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	383.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.061 – Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	495.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.018 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	262.800,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.019 – Construção de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.020 – Aquisições de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.041 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	105.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	12.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	495.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 17.073/19.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de Novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.084/19

Publicação Nº 2225111

DECRETO Nº 17.084/19, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera, a pedido, servidor público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 29821/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, ANA LUCIA SANTOS DOS SANTOS, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 12.540/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 8 de novembro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.085/19

Publicação Nº 2225106

DECRETO Nº 17.085/19, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso XXXIII do artigo 4º, e nos incisos VIII do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 2º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo especificado:

I – área com 297,89m² (duzentos e noventa e sete metros e oitenta e nove decímetros quadrados), integrante de uma área maior de 29.809,29 (vinte e nove mil oitocentos e nove metros e vinte e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Alberto Grando, Bairro Oficina, com a seguinte descrição: inicia-se no ponto 01, confrontando com a Rua Alberto Grando, com Azimute de 119º04'40", por uma distância de 40,89m até o ponto 02, este confrontando com a propriedade de Lidia Maccari Ferlin, em curva com raio de 6m com desenvolvimento de 5,66m até o ponto 03, deste segue em curva com raio de 18m com desenvolvimento de 37,54m até o ponto 04, deste segue em curva com raio de 6m, com desenvolvimento de 6,27m até o ponto 01, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 37859.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se a melhoria da mobilidade urbana e condições de segurança de trânsito no local.

Art. 3º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 398/19

Publicação Nº 2224653

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 398/19
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUCAS PADILHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. ANDREA DE OLIVEIRA LEITE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. LUANA CORREA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 399/19

Publicação Nº 2224651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 399/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUIZ SANTOS DA CONCEIÇÃO	AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA
2. ANDERSON DE ALMEIDA	AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 400/19

Publicação Nº 2224656

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 400/19
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. CAMILA ANGREWSKI	ENFERMEIRO
2. JESSICA LUENE MELLO	AUXILIAR OPEACIONAL
3. EDEGAR PINTO DOMINGUES	AUXILIAR OPEACIONAL
4. DEJANDIR LUIZ LOCATELLI	AUXILIAR OPEACIONAL
5. ROSANGELA CORDEIRO	AUXILIAR OPEACIONAL
6. DOUGLAS DE BASTIANI RIBEIRO	AUXILIAR OPEACIONAL
7. ROSALINO LUIZ MANENTI	AUXILIAR OPEACIONAL
8. ROQUE PANIGAZ	AUXILIAR OPEACIONAL
9. RAQUEL DA SILVA DE LIMA	AUXILIAR OPEACIONAL
10. ISABELA CHRIST	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 401/19

Publicação Nº 2224660

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 401/19
PROCESSO SELETIVO Nº 009/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 009/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. SILVANA QUAGLIOTO	PROFESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA
2. SCHEILA DO NASCIMENTO	PROFESSOR –ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 402/19

Publicação Nº 2224658

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 402/19
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. KLEYMAR KOEHLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 08 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 403/19

Publicação Nº 2224668

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 403/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LIA FREY	PSICÓLOGO	17.064/19, DE 06/11/2019

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 11 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 404/19

Publicação Nº 2224662

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 404/19

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. EDUARDA WERNER HEEMANN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. VERANI FIORELLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 405/19

Publicação Nº 2224649

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 405/19

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. TALITA DYANE DOS SANTOS	ENFERMEIRO
2. KEILA DA SILVA ALBUQUERQUE	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 27/2019

Publicação Nº 2224748

SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 27/2019

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que constam no Processo Administrativo 15686/2019, na Notificação de Lançamentos e seus anexos, os quais se encontram à disposição do Contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária:

DECLARA,

Notificada a empresa abaixo relacionada, por não ter sido localizada no endereço constante no cadastro municipal, do lançamento do Imposto Sobre Serviços – ISS:

Nome/Razão Social: LOPES COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME
Endereço: Rua Afonso Berwanger, 205 – Bairro Marafon - Município de Videira/SC
CNPJ: 19.383.871/0001-60
Responsável: Jean Carlos Lopes
CPF: 070.362.399-05

Notificação de lançamento nº 0181/2019 - Data de emissão: 04/10/2019. Valor R\$ 4.702,44.

Descrição do fato gerador: Notificação de Lançamento de Tributos Municipais efetuada de ofício pelo Fisco Municipal, através do processo administrativo 15686/2019 com base de cálculo apurada sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas nos meses de junho, julho, agosto e setembro do ano de 2019, período em que o contribuinte está em processo de fiscalização em decorrência da constatação de que o contribuinte deixou de recolher o Imposto Sobre Serviços – ISS, declarados pela DIF – declaração de serviços on line, por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, além de possuir créditos tributários inscritos em dívida ativa, relativo ao ISS declarado e não recolhido no prazo legal, que abrange mais de dois anos calendários de apuração, caracterizando comportamento fiscal de inadimplência substancial e reiterada de tributos. Documentos anexos ao Processo Administrativo nº 15686/2019.

Fundamentação Legal: RISS - Dec.4118/94, art 1º; art 2º; art 8º, par.único, I, art. 9º; art 10; art 11; art.23, subitens 12.13. e 13.05; art 24; art 25; art 26, II e §1º; art.37, I. Lei nº 69/85 art.20; art; 21; art.22; art.23; art. 24: art 25: art 26, I: art.27; art. 28: art.29; art.31; art. 32; art. 33; art. 34; art.35, subitens 12,13 e 13.05; art.36, II; art. 37; art.47. Juros: artigo 100, inc.II, alínea "b" do CTM. Atualização Monetária: artigo 100, I, §1º; artigo 191 e artigo192 do CTM
Fiscal: Wolmar Erdmann – Mat. 5.302
Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85 (Código Tributário Municipal). Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

O montante devido sofrerá atualização monetária até a data do efetivo pagamento, conforme artigo 100, inciso I, §1º, do CTM.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de novembro de 2019.

Gentil Gaedke
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2019

Publicação Nº 2224437

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2019

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta no Processos Administrativos Fiscal 10701/2019 e seus anexos, o qual se encontram à disposição do Contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização;

DECLARA,

Notificado o contribuinte RICARDO DE PROENÇA, inscrito sob o CPF de 055.444.229-90, advogado, com inscrição OAB/SC-53484, endereço profissional sito a Rua Brasil, nº 309, Sala 101, Bairro Centro no município de Videira/SC, diante da impossibilidade em notificar o contribuinte do Termo de Arbitramento referente ao lançamento do tributo municipal, Imposto Sobre Serviços (ISS) em seu domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto posterior seis (6) tentativas de entregas através dos avisos de recebimentos (AR) BO017446772BR e OH937699894BR.

TERMO DE ARBITRAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 21112/2019

1- DO CONTRIBUINTE

RICARDO DE PROENÇA, inscrito sob o CPF de 055.444.229-90, advogado, com inscrição OAB/SC-53484, endereço profissional sito a Rua Brasil, nº 309, Sala 101, Bairro Centro no município de Videira/SC.

Diante da abertura do Processo Administrativo Fiscal (21112/2019) o Fisco Municipal identificou que o contribuinte acima citado presta serviços advocatícios de forma autônoma no município de Videira/SC, sem possuir inscrição junto ao cadastro de contribuintes do município.

Desta forma assim reza o artigo 12 do Decreto nº 4.118/94 em seu parágrafo 3º in verbis:

Art. 12 - Inscrever-se-ão, obrigatoriamente, no Cadastro de Contribuintes do Município, as pessoas naturais ou jurídicas, estabelecidos no município, que realizarem prestação de serviço, bem como as estabelecidas em outro município cuja prestação seja executada dentro dos limites do território do município.

[...]

§ 3º - A inscrição será obrigatoriamente solicitada antes da data do início das atividades, assim entendida aquela em que se realizar a primeira prestação de serviços.

Constatada tal situação, inicialmente foi solicitado ao contribuinte mediante Termo de Início de Fiscalização para que a este apresente junto ao Departamento de Tributação documentos e/ou informações para a regularização da inscrição municipal e apuração dos tributos devidos compreendidos no período decadencial.

O contribuinte foi cientificado do referido termo em seu endereço profissional na data de 05/09/2019 mediante aviso de recebimento BI-966720444BR (fls.09) anexas ao processo administrativo PA21112/2019.

Decorrido o prazo entabulado no Termo de Início de Fiscalização de dez (10) dias, ante a inércia do contribuinte quanto ao ora solicitado e, diante dos documentos comprobatórios quanto a ocorrência do fato gerador da prestação de serviços advocatícios realizados pelo contribuinte RICARDO DE PROENÇA com amparo no artigo 33 e 34 do CTM e no art. 148 do Código Tributário Nacional, o Fisco Municipal resolve arbitrar a base de cálculo para apurar o Imposto Sobre Serviços (ISS) devido aos cofres municipais, compreendendo o período decadencial, não aplicando a pena prevista no art. 52, inciso II, alínea b, item 3 do Código Tributário Municipal CTM) Lei 69/85.

2 - DO ARBITRAMENTO

Consoante os art's. 33 e 34 do Código Tributário Municipal, com nova redação dada pela LC 186/2017 tem-se que:

Art.33 - A autoridade fiscal lavrará o Termo de Arbitramento e lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre

que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

- I - o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;
- II - o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;
- III - serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;
- IV - existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; atos estes evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
- V - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimento insuficiente ou que não mereçam fé;
- VI - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no cadastro de contribuintes da Fazenda Municipal;
- VII - prática de subfaturamento do preço dos serviços em relação aos valores de mercado;
- VIII - flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume de serviços prestados;
- IX - serviços prestados sem a determinação do preço;
- X - fundada suspeita de que a receita apresentada, relativa aos serviços prestados, não reflete o valor real auferido.

Parágrafo Único. O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art.34 - Quando o imposto for calculado sobre a base de cálculo arbitrada, poderá o fisco considerar:

- I - os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes da mesma atividade, em condições semelhantes;
- II - peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- III - fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
- IV - preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;
- V - com base em informações fornecidas pelos órgãos vinculados às atividades exercidas pelo contribuinte;
- VI - com base em informações apuradas na própria documentação do contribuinte;
- VII - a média das receitas do mesmo contribuinte, apuradas em períodos anteriores ou posteriores ao fato;
- VIII - informação de rendimentos fornecidas por qualquer repartição pública ou contribuinte sujeito a fiscalização;
- IX - Os valores da base de cálculo previstos na tabela constante do Anexo I, item "c" desta lei

E com amparo no artigo 148 do Código Tributário Nacional:

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

O Código Tributário Municipal em seu artigo 27 menciona a base de cálculo e alíquota incidente sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS). Em seu § 1º destaca que na hipótese de arbitramento ou estimativa fiscal, a base de cálculo para imposto será o valor arbitrado ou estimado pelo Fisco.

Já em seu § 3º relata o lançamento do referido imposto quando se tratar de serviços prestado por profissionais autônomos, vejamos:

Art. 27 - A base de cálculo do Imposto é o preço do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo do serviço prestado.

§ 1º - Na hipótese de arbitramento ou estimativa fiscal, a base de cálculo para imposto será o valor arbitrado ou estimado pelo Fisco.

[...]

§ 3º - Quando o serviço for prestado por profissional autônomo, o imposto será lançado na forma da tabela constante do item "B" do Anexo I desta lei, facultada a opção, pelo contribuinte, da tributação conforme estabelecido no "caput".

3 – DA APURAÇÃO

Portanto como supramencionado, a base legal para o lançamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), quando o serviço for prestado por profissional autônomo, este ocorrerá na forma da tabela constante do item "B" da Lei 69/85 (Código Tributário Municipal), observando que o contribuinte não procedeu tempestivamente sua inscrição no cadastro municipal.

Comprovada a prestação de serviços advocatícios através dos documentos juntados pelo Fisco Municipal em fls. 04 extraídas do Cadastro Nacional dos Advogados (<https://cna.oab.org.br/>) e fls. 05 a 08 do Portal de Serviços e- SAJ do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (<https://www.tjsc.jus.br/web/processo-eletronico-saj>), todas anexas ao PA21112/2019.

Assim, com amparo na legislação vigente e ante a constatação da ocorrência do fato gerador da prestação de serviços advocatícios, arbitramos a base de cálculo para apuração do Imposto Sobre Serviços como advogado autônomo compreendendo o período decadencial.

Em nota explicativa deste arbitramento demonstramos que o Imposto Sobre Serviços é anual com valor de 196 (cento e noventa e seis) Unidades Fiscais Municipais (UFM), facultado o fracionamento desse valor a cada um dos trimestres do ano civil, reportando-nos ao artigo

36 da Lei 69/85 (Código Tributário Municipal) que regulamenta o lançamento do referido tributo:

Art. 36 - O Imposto será lançado:

I. anualmente, na hipótese do § 3º do artigo 27, facultado o fracionamento desse valor para cada um dos trimestres do ano civil;

Logo se 196 (cento e noventa e seis) UFM's anuais podem ser fracionadas para cada trimestre teremos: $196 \text{ UFM} / 12 \text{ meses} = 16,3333 \text{ UFM's mensais}$ X 3 (nº de meses para cada trimestre) = 49,0000 UFM's trimestralmente. Como cada ano possui 4 (quatro trimestres) teremos 49,0000 (UFM's) X 4 (trimestres).

Quanto a Unidade Fiscal Municipal (UFM), esta será reajustada anualmente conforme disposição legal no Código Tributário Municipal em seu artigo 191, in verbis:

Art. 191 – A Unidade Fiscal Municipal – UFM será reajustada pelo Chefe do Poder Executivo até o limite do menor índice entre o IPCA (IBGE), o INPC (IBGE) e o IGP-M(FGV) apurado e acumulado de novembro do ano anterior até novembro do ano corrente, produzindo seus efeitos no ano seguinte.

Deste modo abaixo elencamos os valores das Unidades Fiscais Municipais para o ano de 2019 utilizada para apurar a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços.

UFM -2019 (Decreto nº 15951/18)	3,4298
---------------------------------	--------

De todo o exposto ficam arbitradas as bases de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS) dos serviços advocatícios, subitem 17.14 da lista de serviços em desfavor do contribuinte RICARDO DE PROENÇA, compreendendo o período março do ano de 2019 a agosto do ano de 2019 conforme planilha abaixo:

ANO	PARC	DATA VENC.	TRIBUTO	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	ORIGINAL em UFM art. 27, § 3º Lei 69/85
2019	1	31/03/2019	56,02	3%	1.867,33	16,3333
2019	2	30/06/2019	168,06	3%	5.602,01	49,0000
2019	3	30/09/2019	112,04	3%	3.734,66	32,6666

Ademais salienta-se que poderá no lançamento da notificação serem considerados períodos futuros ao presente arbitramento, se está for lavrada posterior a 30/09/2019 caso o contribuinte ainda não tenha efetuado sua inscrição voluntária.

Por fim é assegurado ao contribuinte o direito de impugnar a base de cálculo arbitrada, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de ciência do Termo de Arbitramento, devendo apontar os valores que entenda corretos, acompanhados de documentos e demais provas que julgar necessárias que ilidam a presunção da fiscalização, sob pena de revelia, conforme disposto no artigo 34F no Código Tributário Municipal, Lei 69/85.

Em caso de não haver impugnação no prazo previsto pela legislação supramencionada, será lançado de ofício o imposto apurado sobre a base de cálculo arbitrada com as devidas atualizações juros e multas conforme disposição legal, reportando o lançamento a data da ocorrência do fato gerador da obrigação, conforme disposto no art. 144 do Código Tributário Nacional.

Videira/SC, 23 de setembro de 2019

Edvans Pasqual Maria Alice Vanz
Fiscal de Tributos Municipais Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula nº 15.490 Matrícula nº 15.665

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.
Videira, 12 de novembro de 2019.

Gentil Gaedke
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0136/19

Publicação Nº 2224595

Extrato do Termo de Rescisão n. 0136/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0394/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BEATRIZ FERREIRA PONTES
CPF: 054.380.019-95
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 15 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0137/19

Publicação Nº 2224605

Extrato do Termo de Rescisão n. 0137/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0171/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GABRIELA FRANCINE TRINDADE
CPF: 092.086.619-03
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 10 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0139/19

Publicação Nº 2224587

Extrato do Termo de Rescisão n. 0139/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0239/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DENISE COSTA
CPF: 041.712.249-77
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 22 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0140/19

Publicação Nº 2224505

Extrato do Termo de Rescisão n. 0140/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0297/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PAULINA RODRIGUES DA SILVA
CPF: 033.487.399-18
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 22 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0141/19

Publicação Nº 2224592

Extrato do Termo de Rescisão n. 0141/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0434/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILDA DOS SANTOS
CPF: 614.619.119-15
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 24 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0142/19

Publicação Nº 2224600

Extrato do Termo de Rescisão n. 0142/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0211/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALESSANDRA BARIVIERA BUYNO GENERO
CPF: 073.040.669-54
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 25 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0143/19

Publicação Nº 2224603

Extrato do Termo de Rescisão n. 0143/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0201/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LINDAMIR DE FATIMA ZAMBONIN

CPF: 460.877.619-34
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 25 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0144/19

Publicação Nº 2224589

Extrato do Termo de Rescisão n. 0144/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0429/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARLOS CLODENIR VIEIRA DA SILVA
CPF: 019.000.749-40
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 31 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0145/19

Publicação Nº 2224590

Extrato do Termo de Rescisão n. 0145/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0063/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUANA GARBIN
CPF: 096.910.719-67
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 25 de OUTUBRO de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0146/19

Publicação Nº 2224584

Extrato do Termo de Rescisão n. 0146/19
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0427/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JACSON RAUL ALVES
CPF: 081.984.919-70
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 25 de OUTUBRO de 2019.

PORTARIA Nº 1244/19

Publicação Nº 2224750

PORTARIA nº 1244/19
Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 28825/19,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a interdição das Ruas Nicolau Cavan, Farroupilha, Antônio Marafon, Ponte Cesar Carelli, XV de Novembro (sentido Prsul) e Ponte Aderbal Ramos da Silva, pelo Grupo de Corredores de Videira - Keepfocus, no dia 1º de dezembro de 2019, das 6h30min às 8h30min, para a realização da 1º Corrida Beneficente do Rio do Peixe.

§1º O ORTRAVI, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente, poderá disponibilizar cavaletes de sinalização, para tanto faz-se necessária a apresentação desta autorização na secretaria com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) e apresentar um responsável pela posse temporária dos equipamentos.

§2º O Grupo de Corredores de Videira - Keepfocus, deve responsabilizar-se pela estrutura necessária a realização do evento, bem como, solicitar o apoio da Polícia Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1245/19

Publicação Nº 2224752

PORTARIA nº 1245/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando 009/ADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 4 de novembro a 03 de dezembro de 2019, o gozo de férias da servidora KAROLINA BORSATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 9 de julho de 2016 até 8 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 4 de novembro de 2019.

Videira, 11 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1246/19

Publicação Nº 2224753

PORTARIA nº 1246/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelos períodos de 4 de novembro a 14 de novembro e de 25 de novembro a 3 de dezembro de 2019, o gozo de férias da servidora JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2017 a 31 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 4 de novembro de 2019.

Videira, 11 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1247/19

Publicação Nº 2224749

PORTARIA nº 1247/19

Designa Fiscais de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

DORIVAL CARLOS BORGA, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º. Designar FERNANDA COLLAÇO DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 051.746.679-19, nomeada no cargo efetivo de Fiscal de Obras, matrícula nº 18.916 e Eliana Reis Angs, brasileira, inscrita no CPF sob nº 010.973.570-66, nomeada no cargo efetivo de Fiscal de Obras, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 26/2019-PMV, contrato administrativo nº CT 215/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para executar pavimentação em pedras irregulares e drenagem pluvial da Rua Albino Lang, localizada no Bairro Vinhedo, com área de pavimentação de 768,00m² e área de extensão de 96,00m, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Art. 2º. Incumbe as fiscais acima designadas acompanhar e fiscalizarem a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1248/19

Publicação Nº 2225124

PORTARIA nº 1248/19

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012, bem como, Comunicação Interna do Departamento Pessoal datada de 11 de novembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, a servidora SOLANGE APARECIDA BALBINOT, Professora, do nível C-02 para o nível C-03, relativa ao período de avaliação de 1º de agosto de 2014 até 15 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1249/19

Publicação Nº 2225122

PORTARIA nº 1249/19
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IVONETE ZENERE PERETTI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 22 de abril de 2018 a 22 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1250/19

Publicação Nº 2225118

PORTARIA nº 1250/19
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor LUIZ CARLOS SALVI, Auxiliar Operacional de Vigilância, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 3 de abril de 2018 a 3 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1251/19

Publicação Nº 2225116

PORTARIA nº 1251/19
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARCIA REGINA VANZ, Agente Administrativo II, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 7 de abril de 2018 a 7 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 7 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1252/19

Publicação Nº 2225112

PORTARIA nº 1252/19
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 20 de abril de 2018 a 20 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1253/19

Publicação Nº 2225119

PORTARIA nº 1253/19

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011 e Comunicação Interna do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MARIO PEDRO FONTANELLA, Procurador Municipal, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 21 de abril de 2018 a 21 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1255/19

Publicação Nº 2225109

PORTARIA nº 1255/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 2029/2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 25 de novembro de 2019 até 3 de dezembro de 2019, o gozo de férias da servidora CAMILA REGINA ROSTIROLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2018 até 2 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 25 de novembro de 2019.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2019 - PMV

Publicação Nº 2225732

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2019 – PMV

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 136/2019 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CIMENTO E AREIA PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 26/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RESULTADO DE RECURSO TP 28/2019 - PMV

Publicação Nº 2225262

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 28/2019-PMV

O prefeito Municipal de Videira, torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIOS NA RUA ELVIRA RIBEIRO DE DEUS, BAIRRO RIO DAS PEDRAS, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 5.763,65 M2, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, foi recebido e no mérito julgado IMPROCEDENTE, mantendo-se a desclassificação da recorrida, uma vez que descumpriu com o requisito exigido no item 4.14.2.1.

Videira, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 184/2019 - FMS

Publicação Nº 2224691

Termo Aditivo nº 184/2019

Contrato/CT nº 183/2018

Processo: PR 13/2018 - FMS

Contratado: ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 183/2018 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2019 até 20 de novembro de 2020, e reajustar os preços dos serviços, aplicando-se o IGP-M (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 3,166550%, passando a Cláusula 2º do Contrato, item 2.1 para o preço mensal de R\$ 350,77.

Valor total: R\$ 4.209,24.

Data: 12/11/2019.

TERMO ADITIVO Nº 185/2019 - PMV

Publicação Nº 2224761

Termo Aditivo nº 185/2019

Contrato/ATA nº 186/2019

Processo: PR 110/2019-PMV

Contratado: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 186/2019, com o ajuste no preço da emulsão asfáltica RM2C, passando a Cláusula 2ª para o valor unitário de R\$ 2.922,92.

Data: 12/11/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2019 - PMV

Publicação Nº 2225130

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2019 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 33/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO BAIRRO SANTA TEREZA, COM ÁREA TOTAL DE

INTERVENÇÃO DE 440,32M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 04 de dezembro de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE VISITA TECNICA OFICINAS PREGÃO 126.2019

Publicação Nº 2224388

**LAUDO DE VISTORIA****INTRODUÇÃO**

Em cumprimento ao item 23.5 do edital do pregão nº 126/2019 – PMV, que traz a seguinte previsão:

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019-
PMV REGISTRO DE PREÇOS**

23.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita *in loco* realizada na data de 04/11/2019, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 23.1, 23.2, 23.3 e 23.4 do edital, os quais eram:

23.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

23.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da

**VIDEIRA**
PREFEITURA

prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

23.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

23.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa, cobertos, para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita.

Desenvolvimento

DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI

A visita, na empresa DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI foi acompanhada pelo senhor Rafael Straginski, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

Item 21 Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca MERCEDES BENZ

Item 22 Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca FORD



**Item 23 Serviços mecânicos para caminhões
(LEVES E PESADOS) da marca VOLKSWAGEN**

Foi possível verificar que a DG TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI possui os materiais necessários para a execução da mão de obra contratada, possui um pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos “scanner`s”, e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos;

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender as exigências do edital seguem em anexo, (CD).

CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitante vencedora dos itens acima relatados, conclui-se, que a empresa está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Paulo Roberto da Silva Campos
Secretaria de Saúde

AntônioGiazsoni
Secretaria Infraestrutura

Rogério Antônio Pezzini

Israel Ribeiro Alves



Pedro Gilberto Schaitel
Fotógrafo



LAUDO DE VISTORIA

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 23.5 do edital do pregão nº 126/2019 – PMV, que traz a seguinte previsão:

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019-
PMV REGISTRO DE PREÇOS

23.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita *in loco* realizada na data de 04/11/2019, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 23.1, 23.2, 23.3 e 23.4 do edital, os quais eram:

23.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

23.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da

**VIDEIRA**
PREFEITURA

prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

23.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

23.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa, cobertos, para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita.

Desenvolvimento

MECÂNICA ZAGO SB LTDA.

A visita, na empresa MECÂNICA ZAGO SB LTDA. foi acompanhada pelo senhor Leonardo Felipe Zago, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

Item 20 - Serviços mecânicos para caminhões (LEVES E PESADOS) da marca IVECO

Foi possível verificar que a MECÂNICA ZAGO SB LTDA. possui os materiais necessários para a execução da mão de obra contratada, possui um pátio para abrigar



os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos “scanner`s”, e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos;

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender as exigências do edital seguem em anexo, (CD).

CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitante vencedora dos itens acima relatados, conclui-se, que a empresa está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Paulo Roberto da Silva Campos
Secretaria de Saúde

Antônio Giazsoni
Secretaria Infraestrutura

Rogério Antônio Pezzini
Chefe da Frota

Israel Ribeiro Alves
Secretaria de Infraestrutura

Pedro Gilberto Schaitel
Fotógrafo



LAUDO DE VISTORIA

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 23.5 do edital do pregão nº 126/2019 – PMV, que traz a seguinte previsão:

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019-
PMV REGISTRO DE PREÇOS

23.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita *in loco* realizada na data de 04/11/2019, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 23.1, 23.2, 23.3 e 23.4 do edital, os quais eram:

23.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

23.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da

**VIDEIRA**
PREFEITURA

prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

23.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

23.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa, cobertos, para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita.

Desenvolvimento

HUMBERTO CESA

A visita, na empresa HUMBERTO CESA foi acompanhada pelo senhor Jhonatan, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

Item 03 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca RENAULT.

Item 04 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca FORD.



Item 06 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca TOYOTA.

Item 07 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca MITSUBISCHI.

Foi possível verificar que a HUMBERTO CESA possui os materiais necessários para a execução da mão de obra contratada, possui um pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos “scanner`s”, e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos;

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender as exigências do edital seguem em anexo, (CD).

CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitante vencedora dos itens acima relatados, conclui-se, que a empresa está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Paulo Roberto da Silva Campos
Secretaria de Saúde

Antônio Giazsoni
Secretaria Infraestrutura



Rogério Antônio Pezzini
Chefe da Frota

Israel Ribeiro Alves
Secretaria de Infraestrutura

Pedro Gilberto Schaitel
Fotógrafo



LAUDO DE VISTORIA

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao item 23.5 do edital do pregão nº 126/2019 – PMV, que traz a seguinte previsão:

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019-
PMV REGISTRO DE PREÇOS

23.5 - O Município de Videira irá realizar vistoria in loco na oficina mecânica declarada vencedora, em até 05 (cinco) dias após da data do certame, a fim de verificar se a mesma atende ao exigido no Edital, oportunidade em que será realizado registro fotográfico das instalações físicas e equipamentos e, posteriormente, emitido laudo de vistoria.

Este laudo tem a finalidade de apresentar as condições e relatar os fatos registrados em visita *in loco* realizada na data de 04/11/2019, a avaliação das instalações é requisito para a homologação do certame acima citado.

As oficinas vencedoras deveriam atender aos requisitos listados nos itens 23.1, 23.2, 23.3 e 23.4 do edital, os quais eram:

23.1 – A empresa vencedora deverá possuir, anteriormente a adjudicação do processo licitatório, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita neste edital quanto ao item que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

23.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da

**VIDEIRA**
PREFEITURA

prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente abrigo dos veículos previstos neste Edital.

23.3 – A oficina da proponente vencedora deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado dos veículos que estejam em suas instalações para manutenção.

23.4 – A proponente vencedora deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa, cobertos, para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de veículos com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pelo presente edital.

RELATÓRIO

A presente comissão reuniu-se na data acima citada para fazer a inspeção e elaboração de laudo de visita.

Desenvolvimento

TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA.

A visita, na empresa Tieppo Auto Mecânica JJD LTDA foi acompanhada pelo senhor Douglas Gomes, que nos mostrou as instalações.

No certame em questão, a empresa foi vencedora dos itens abaixo:

Item 1 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca FIAT.

Item2 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca CHEVROLET/GENERAL MOTORS.



- Item5 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca VOLKSWAGEN.
- Item8 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca PEUGEOT.
- Item9 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca NISSAN.
- Item10 - Serviços mecânicos para veículos leves (passeio/utilitário) da marca CITROEN.
- Item11 - Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca RENAULT.
- Item12 - Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca FIAT.
- Item13 - Serviços mecânicos para veículos tipo ambulância/van da marca PEUGEOT.
- Item14 - Serviços mecânicos para veículos tipo van da marca MERCEDES BENZ.
- Item15 - Serviços mecânicos para veículos tipo van da marca FORD.
- Item16 - Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca AGRALE.
- Item17 - Serviços mecânicos para micro-ônibus da marca IVECO.
- Item18 - Serviços mecânicos para motos da marca YAMAHA.
- Item19 - Serviços mecânicos para motos da marca HONDA.

Foi possível verificar que a Mecânica Tieppo possui os materiais necessários para a execução da mão de obra contratada, possui um pátio para abrigar os veículos e possui ainda em sua estrutura rampas e elevadores para a realização da mão de obra, além de equipamentos de diagnósticos “scanner`s”, e um amplo arsenal de ferramentas para a execução dos trabalhos;

No item 23.4.1 do edital exige elevadores e/ou rampas, COBERTOS, para todos os itens, ocorre que a empresa Tieppo possui a 01 rampa e 02 elevadores, os elevadores estão instalados em local coberto, porém a rampa externa não possui cobertura, sugerimos que seja concedido um prazo para que a empresa possa realizar



as adequações necessárias, tendo em vista que a empresa atende todos os demais requisitos.

A comprovação de que a estrutura da empresa oferece condições de atender as exigências do edital seguem em anexo, (CD).

CONCLUSÃO

Verificado as condições da empresa licitante vencedora dos itens acima relatados, conclui-se, que a empresa está apta a prestar os serviços.

Sendo o que há para o momento.

Membros desta comissão.

Paulo Roberto da Silva Campos
Secretaria de Saúde

AntônioGiazsoni
Secretaria Infraestrutura

Rogério Antônio Pezzini
Chefe da Frota

Israel Ribeiro Alves
Secretaria de Infraestrutura

Pedro Gilberto Schaitel
Fotógrafo

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 28 RETIFICA HORÁRIO DE TRABALHO**

Publicação Nº 2224845

PORTARIA Nº 28/2019

RETIFICA O PARÁGRAFO 3º DA PORTARIA 27/2019 QUE FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS CARGOS EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Fica estabelecido os seguintes horários de expediente:
(...)

§3º. Para o cargo efetivo de Pedagoga fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:00 às 17:00 horas, sendo que nos dias em que ocorrerem sessões ordinárias e/ou extraordinárias o horário de expediente fica alterado das 15:00 às 19:00 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial os Municípios. Publique-se. Registre-se.

Videira, 11 de novembro de 2019.
NÉDIO MARTINS CARLOS DEMENEK
Presidente Vice - Presidente

EDINEI ANTONIO MENEGON ALBERTINA DE BARROS
1ª Secretário 2º Secretária

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2225126

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MEI, ME E EPP E ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 47/2019 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS PARA A FROTA E EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 27/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de novembro de 2019

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 043/2019

Publicação Nº 2223813

Processo de Licitação 043/2019
Modalidade: Leilão 003/2019
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Leilão

O município de VITOR MEIRELLES, SC, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meirelles, SC, CEP 89.148/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001-85, Telefone (47) 3258 0211 ou 3258 0336, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10h 00min do dia 05 de dezembro de 2019, tendo como local no AUDITÓRIO DA LEILOEIRA, na Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, cidade de Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira PÚBLICA Oficial SRª. ETLA WEISS DA COSTA, matrícula AARC/377, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.FABRIKADELEILOES.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.VITORMEIRELES.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3258 0211 ou 3258 0336 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com a Leiloeira. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vitor Meireles (SC), em 13 de novembro de 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

LEI Nº 1056

Publicação Nº 2225395

LEI N. 1056 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES A USAR PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MAURINO TOSE E SUA ESPOSA VERONICA DIEL TOSE E FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, PARA DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CASCALHEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Vitor Meireles autorizado a usar parte do imóvel de propriedade de Maurino Tose e sua esposa Verônica Diel Tose, na qualidade de cessionário, bem como autorizado a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso da propriedade para fins de uso e exploração de cascalheira existente na localidade de Salto Dollmann, numa área de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados) do imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio (SC), sob o nº 9.153, mediante termo de cessão de uso cuja minuta integra a presente Lei.

Parágrafo Único: A presente concessão de uso deverá ser formalizada em observância das condições e requisitos da Lei 8.666/93.

Art. 2º O prazo de exploração da área objeto da cessão de uso se encerrará em 28 de fevereiro de 2021, pelo qual, o Município pagará o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no mês de dezembro de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

07 - Secretaria Obras e Serviços Públicos
01 - Secretaria Obras e Serviços Públicos
2.033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
01.0000 – Recursos Ordinários

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 12 de novembro de 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL USO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 1056/2019

Termo de Cessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Vitor Meireles e Maurino Tose e sua esposa Verônica Diel Tose.

Pelo presente instrumento que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n. 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, n. 2266, bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Bento Francisco Silvy, denominado CESSIONÁRIO, e de outro, MAURINO TOSE, brasileiro, casado, inscrito no RG sob n. 1.030.511 e CPF n. 581.918.799-72 e sua esposa VERÔNICA DIEL TOSE, brasileira, casada, inscrita no RG n. 2.624.269, residentes e domiciliados na localidade de Salto Dollmann, município de Vitor Meireles, doravante denominado CEDENTES, tem justo e acordado, mediante cláusulas e condições abaixo mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão, pelos CEDENTES ao CESSIONÁRIO, do direito de exploração e uso de uma cascalheira, localizada e instalada em uma área de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), parte do imóvel de propriedade dos CEDENTES, situado à localidade de Salto Dollmann, município de Vitor Meireles, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, sob o nº 9.153.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina a exploração e uso de uma cascalheira para fins de britagem e posterior uso nas estradas vicinais do Município de Vitor Meireles (SC).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

Obriga-se o CEDENTE:

- a) permitir o uso e a exploração da cascalheira pelo CESSIONÁRIO, nos limites do presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso.
- b) permitir a retirada, pelo CESSIONÁRIO, da quantidade de cascalho necessária às atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles;
- c) comunicar ao cessionário qualquer ato praticado por terceiro que implique em turbação, esbulho ou qualquer outra forma de restrição da exploração do imóvel.
- d) autorizar o CESSIONÁRIO a obter, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás, permissões e quaisquer outros documentos necessários à regularização das atividades de exploração da cascalheira, ficando o município autorizado, desde já, através de seus representantes, a assinar quaisquer documentos necessários a tal desiderato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Obriga-se ao Cessionário

- a) utilizar o imóvel dentro dos limites do objeto do presente termo.
- b) não ceder a terceiros o direito que aqui lhes é concedido, sendo o mesmo de natureza intuitu personae.
- c) manter a área de exploração a salvo de qualquer ato de turbação ou esbulho por parte de terceiros.
- d) providenciar e obter todas as licenças, alvarás e quaisquer outros documentos necessários à autorização dos órgãos competentes para exploração da área, ficando o município, desde já, autorizado a assinar quaisquer documentos necessários a tal finalidade.
- e) realizar obras de condução de águas pluviais, a recomposição da vegetação, o cercamento e outras intervenções necessárias a garantir o bom uso e exploração da cascalheira, inclusive no que tange às obrigações decorrentes da legislação ambiental.
- f) realizar o carregamento do cascalho adquirido também pelos terceiros que o comprarem do cedente.
- g) responder, perante os órgãos competentes, por todas as responsabilidades legais decorrente da extração do material, nos termos do licenciamento ambiental relativo à atividade.
- h) sinalizar com placa a identificação da área, nome do proprietário, número da Autorização Ambiental.

CLÁUSULA QUINTA: DA NATUREZA DA CESSÃO.

A presente cessão de bem imóvel tem natureza absolutamente precária, sem idoneidade para acarretar quaisquer direitos a CEDENTE, seja de que espécie for, podendo ser rescindida a qualquer tempo pela Administração se o interesse público assim o exigir, sem que isto gere qualquer obrigação de indenizar em favor do cessionário.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS e DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução da presente Cessão de Direito Real de Uso, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual será pago aos Cedentes no mês de dezembro de 2019.

As despesas decorrentes da presente cessão de uso correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

O valor acima mencionado será repassado mediante emissão de ordem bancária pelo CESSIONÁRIO para a conta bancária dos CEDENTES, que servirá como quitação do pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso terá vigência até a data de 28 de fevereiro de 2021, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, podendo ser prorrogado por igual período e denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse da administração pública, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Presidente Getúlio (SC) para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.

Por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Vitor Meireles, 12 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
por seu Prefeito Bento Francisco Silvy
CONCESSIONÁRIO

VERÔNICA DIEL TOSE MAURINO TOSE
CEDENTE CEDENTE

Testemunhas

Nome: Nome:
CPF: CPF:

PORTARIA Nº 267/2019

Publicação Nº 2224425

PORTARIANº 267/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 246/2019, de 08 de outubro de 2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 08 de outubro de 2019, exonerada a partir de 06 de novembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 268/2019

Publicação Nº 2224768

PORTARIANº 268/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GABRIELA BONA LANZMASTER
Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 218/2019, de 20 de agosto de 2019, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 21 de agosto de 2019, com redução da carga horária, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 02 de setembro de 2019, exonerada a partir de 11 de novembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 269/2019

Publicação Nº 2225256

PORTARIANº 269/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALINE MARIA VENDRAMI
Cargo: PROFESSOR NÍVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 212/2019, de 13 de agosto de 2019, passando de 27 (vinte e sete) para 7 (sete) horas semanais, a partir de 11 de novembro de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

A redução da carga horária se dá devido ao término do contrato de substituição à servidora ELIZABETH WINTER, afastada para tratamento de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 270/2019

Publicação Nº 2225143

PORTARIANº 270/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VIVIANE STALOGH MENEGALLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com o 2º ano, na EM Vitor Meireles, no período vespertino, a partir do dia 13 de novembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 0149/2019

Publicação Nº 2224827

Extrato de Contrato nº 0149/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: IGM ENGENHARIA LTDA

Objeto: Elaboração de Projetos Básico e Complementares para o Centro de Acolhimento para crianças e adolescentes do Município de Xanxerê-SC, compreendendo aos seguintes serviços: Projeto hidro sanitário; Projeto preventivo contra incêndio completo; Projeto Estrutural; Projeto Elétrico; Projeto de Rede Lógica e TI; Projeto Pluvial; Memorial Descritivo; Memorial de Cálculo; Orçamento e Cronograma

Valor mensal: R\$ 24.885,89

Prazo: 06 meses.

Xanxerê-SC, 11 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA Nº 632/2019

Publicação Nº 2225914

PORTARIA Nº 632/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. MARLETE DE ALMEIDA BASI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.450.746-9 e inscrita no CPF sob o nº 019.658.949-50, nomeada conforme Decreto nº BLB 057/2012 no cargo de PROFESSOR ESPECIAL 1, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 02.11.2019 até 02.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0005488/2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em exercício

Xaxim

PREFEITURA

0395. NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO COMO ORDENADOR DE DESPESAS - MELCHIOR BERTÉ

Publicação Nº 2225750

DECRETO Nº 395/2019

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor MELCHIOR BERTE, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador de Despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos junto a Municipalidade nos dias 13 e 14 de novembro de 2019.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2019.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

394. DESAPROPRIA IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2225747

DECRETO Nº 394/2019.

Desapropria imóvel urbano localizado no Município de Xaxim e dá outras providências

Lirio Dagort, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com amparo legal no Decreto Lei Federal nº 3.365/41, de 21 de junho de 1941 e Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, combinado com o disposto no Decreto nº 116/2009 de 09 de fevereiro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado mediante interesse público, por via amigável ou judicial o imóvel assim identificado:

I – Terreno urbano localizado no lado par da Avenida Luiz Lunardi, centro, Xaxim-SC, com área superficial de setecentos metros quadrados (700,00 m2), constituído por parte do lote urbano n. 11 da quadra n. 50, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 20,00 metros, com parte do lote urbano nº 11; ao sul, em 20,00 metros, com a Avenida Luiz Lunardi; a leste, em 35,00 metros, com parte do lote urbano nº 12 e a oeste em 35,00 metros, com parte do lote urbano nº 10. Cadastro imobiliários 2204. Com matrícula no Registro de Imóveis sob n. 18.980.

Art. 2º O imóvel desapropriado tem por objeto a ampliação da Escola Municipal Dom Bosco, nos termos do Art. 5º “m” do Decreto-Lei 3.365.

Art. 3º Para pagamento a título de indenização da área desapropriada, foi atribuído o valor de R\$ 895.110,00 (oitocentos e noventa e cinco e mil e cento e dez reais), considerando os Orçamentos de Avaliação de 03 (três) Corretoras de Imóveis, conforme anexo: Corretor: Adilson Lemes de Oliveira - Creci nº. 49.509, avaliação R\$ 900.998,00 (novecentos mil e novecentos e noventa e oito reais); Corretor: Lenoir Paulo Gabriel - Creci nº 21.165, avaliação: R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais) e Corretor: Vanderlei Abel Dallacort - Creci, nº 15.649, avaliação: R\$ 908.000,00 (novecentos e oito mil reais), e Avaliação emitido pela Comissão Especial de Avaliação da Prefeitura Municipal de Xaxim, no valor de R\$ 895.110,00 (oitocentos e noventa e cinco e mil e cento e dez reais).

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Desapropriação, correrão à conta da dotação Orçamentária Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC., em 12 de novembro de 2019.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

4424. LDO - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Publicação Nº 2225014

Lei nº 4.424/2019, de 28 de Outubro de 2019.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2020, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;

II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2020 e 2021;

IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

VII - Montante da Dívida;

VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;

IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;

X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2020;

XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações

especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e Fundos Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e Fundos Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2020, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão considerados como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2020 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária Anual de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 15 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Xaxim, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimentos de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 28 de outubro de 2019.

Lírio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

4425. AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO

Publicação Nº 2225016

Lei nº 4.425/2019, de 28 de Outubro de 2019.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber, através de antecipação de doação, parte dos Imóveis constantes das Matrículas registradas no Cartório de Registro de Imóveis sob os nºs. 14.402 e 17.598, conforme descrição a seguir:

I - Parte do lote colonial nº46, oriundo da matrícula nº14.402, com área superficial de 1.866,15m² (mil oitocentos e sessenta e seis metros e quinze decímetros quadrados), localizado próximo ao Distrito Industrial Sérgio Davi, ao final da Rua Orculano Bernardes, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte do lote colonial nº46 (área que também será doada antecipadamente para prolongamento da Rua Orculano Bernardes), de J&A Administradora de Bens Ltda., matrícula nº17.598, em 16,00 metros.

SUL: Com a parte remanescente do lote colonial nº46, de Leandro Matiello, matrícula nº14.402, em 16,00 metros.

LESTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº46, de Leandro Matiello, matrícula nº14.402, em 16,00 metros.

OESTE: Com parte do lote colonial nº44, de Lenoir Paulo Gabriel, matrícula 9.607, em 116,72 metros.

II - Parte do lote colonial nº46, oriundo da matrícula nº17.598, com área superficial de 3.300,93m² (três mil e trezentos metros e noventa e três decímetros quadrados), localizado em anexo ao Distrito Industrial Sérgio Davi, ao final da Rua Orculano Bernardes, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a Rua Orculano Bernardes, em 16,00 metros.

SUL: Com parte do lote colonial nº46 (área que também será doada antecipadamente para prolongamento da Rua Orculano Bernardes), de Leandro Matiello, matrícula nº14.402, em 16,00 metros.

LESTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº46, de J&A Administradora de Bens Ltda., matrícula nº17.598, em 206,40 metros.

OESTE: Com parte do lote nº09, da quadra nº841, de Valdemar Baggio, matrícula nº27.103, em 2,94 metros, com o lote nº10, da quadra nº841, de Antônio Rostirolla, matrícula nº27.104, em 7,50 metros e com parte do lote colonial nº44, de Lenoir Paulo Gabriel, matrícula 9.607, em 195,77 metros.

Art. 2º. A área da presente doação será gravada como área institucional, podendo ser utilizada para dedução de futuras áreas institucionais quando do parcelamento da mesma gleba.

Art. 3º. Fica autorizado a Municipalidade à utilizar o imóvel como via pública, ou outra forma que melhor convier.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar os atos necessários à consecução da presente lei.

Art. 5º. A área referendada supra, será incorporada ao patrimônio público Municipal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 28 de outubro de 2019.

Lírio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

DECRETO 388

Publicação Nº 2224922

DECRETO Nº. 388/2019.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal SUSANA APARECIDA DANIELLI DE BARROS, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 7725, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 07 de novembro de 2019, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de novembro de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO 390

Publicação Nº 2224923

DECRETO Nº. 390/2019.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 07 de novembro de 2019, o servidor municipal JOAO CARLOS BRUNETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, matrícula 1958, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim –SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de novembro de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO 393

Publicação Nº 2225461

DECRETO Nº 393/2019.

Delega poderes a servidor municipal e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto, delegado poderes ao servidor municipal LEONARDO SCHERER DE OLIVEIRA, matrícula 1981, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na função de Chefe do Setor de Pessoal, na Secretaria Municipal de Administração, para assinar os atos referente ao Departamento de Recursos Humanos, tais como: decretos, portarias, fichas funcionais, carteiras de trabalho, rescisões de contrato, certidões, declarações, atestados de tempo de serviço, entre outros documentos inerentes ao Departamento.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário em especial o Decreto 261/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de novembro de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Melchior Berté

Secretário municipal de Administração

Associações

AMERIOS

ATA N. 05-2019 - ASSEMBLEIA GERAL DA AMERIOS

Publicação Nº 2222687

ATA Nº. 05/2019

Ata da centésima nonagésima Assembleia Geral de Prefeitos da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89.874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da AMERIOS, em Maravilha/Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a Assembleia Geral, em atendimento ao Edital de Convocação nº 05/2019, do dia 16/10/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM dia 18/10/2019, tendo como ordem do dia: Abertura da Assembleia e aprovação da Ata da Assembleia anterior; Assuntos Administrativos; Definição da data e local da Assembleia de encerramento do exercício; Apresentação do Orçamento para 2020; Prestação de contas referente os meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2019; Palavra livre. Inicialmente o Presidente da AMERIOS, Sr. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades fez a abertura da Assembleia Geral, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou todos os presentes, falando de sua alegria em recebê-los, passando de imediato para a apreciação da Ata da Assembleia anterior, onde colocou em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Logo após, o Presidente Daniel, convidou o Senhor Adir Facchio – Diretor da ARIS para fazer a entrega do Relatório do Diagnóstico do Projeto aos municípios de Modelo, Cunha Porã e Saudades. O relatório é o resultado do trabalho idealizado e patrocinado pela ARIS, com apoio e suporte do Consórcio CIGAMERIOS e da AMERIOS, com execução da empresa Transportes Serni Ltda e servidores desse município. Nos Assuntos Administrativos, com relação às férias dos empregados da AMERIOS, o Presidente colocou em apreciação o calendário de férias dos Empregados objetivando um melhor controle e planejamento das atividades, onde sugeriu o início no dia 23 de dezembro de 2019, sendo 30 (trinta) dias para o setor de Engenharia/Arquitetura e Desenho, com exceção da Arquiteta Marlize e Engenheira Mayane 20 dias, a partir do dia 23 de dezembro e a parte Administrativa, sendo: dois períodos de 15 dias, ou um período de 10 dias e outro de 20 dias, conforme as atividades decorrentes ao cargo. A Assessoria jurídica também entra em recesso a partir do dia 23 de dezembro até o dia 15 de janeiro de 2020, período em que eventual consultoria será virtual, por e-mail ou WhatsApp, sendo aprovado por unanimidade pelos prefeitos e a prefeita. Com relação ao pedido da CASA CIVIL, referentes às prioridades, ficou deliberado pelos os Prefeitos e a Prefeita reunidos em Assembleia, conforme solicitação, sendo: 1) Manutenção e Conservação das Rodovias Estaduais da Região da AMERIOS; 2) Acesso Asfáltico de Bom Jesus do Oeste a Maravilha; e 3) Acesso Asfáltico de Romelândia a São Miguel da Boa Vista. Também ficou deliberado o envio em anexo dos relatórios da engenheira, o qual menciona os trechos compreendidos na região da AMERIOS. Dando continuidade foi definido a data e local da Assembleia Geral Ordinária de encerramento do exercício, sendo deliberado que acontecerá no dia 04 de dezembro, com início às 17h30min, em Saudades, possibilidade prevista no Estatuto Social. Em seguida, o Presidente abriu o debate relacionado ao orçamento para 2020. Após ampla discussão, o Conselho Fiscal se manifestou favorável pela aprovação que em ato contínuo foi submetido à deliberação da Assembleia Geral, por unanimidade, aprovou o orçamento da AMERIOS para o exercício financeiro de 2020 no valor de R\$ 2.370.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil reais) e fixa a despesa, mais o investimento em igual importância. Concluído e aprovado o orçamento, o Presidente prosseguiu com a pauta do dia, pedindo para que fosse apresentada pela Assessora Administrativa e Financeira a Prestação de contas referente os meses de maio e junho de 2019, bem como o detalhamento das despesas e receitas aos Prefeitos, relatando que o mesmo possui parecer favorável do Conselho Fiscal. O presidente dando continuidade convidou para os eventos da AMERIOS, sendo dia 13 de novembro, Curso: Procedimentos e Vedações a serem Observados - Final de Mandato, com o Sr. Geraldo Gomes, sendo 5 vagas por município e no dia 20 de novembro, palestra: Condutas Vedadas Período Eleitoral, com a Promotora Dra. Ana Laura Peronio Omizzolo, também com 5 vagas município. Com relação os Jogos da AMERIOS, todos avaliaram positivamente, onde o Prefeito Vilmar agradeceu a presença de todos, falando que foi uma alegria enorme tê-los em seu município. Com relação ao turno único ficou deliberado que fica a critério de cada município. Também a entidade elaborou uma Nota de esclarecimento nº 01/2019, sendo por decisão unânime da Assembleia Geral, vem a público manifestar-se contrário a fusão dos municípios com menos de 5 mil habitantes como medida para o Pacto Federativo. Salienta que para a AMERIOS, essa proposta, além de não trazer a solução para o Pacto Federativo, que concentra recursos em abundância em Brasília, em detrimento dos municípios brasileiros que assumem os custos básicos da população, afasta as perspectivas e anseios pela qual a população tem se dedicado. Também foi abordado a questão Pré-Sal, Investimentos, Juro Zero entre outros assuntos. Ainda nos assuntos diversos, o Prefeito Deonir foi com relação à Licença AMBIENTAL, onde foi relatado a preocupação neste sentido, sugerido que seja convidado o coordenador do Consórcio de São Miguel do Oeste, Sr. José Francisco Mora para apresentar a estrutura e funcionamento do mesmo via consórcio. Logo após, o Prefeito Ricardo convidou todos para a Festa do Porco, em Modelo, no dia 8 de dezembro. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após lida, foi aprovada por unanimidade e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 7 de novembro de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 010/2019/AMERIOS

- ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2222758

Resolução nº 010/2019 Maravilha/SC, 07 de novembro de 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA AMERIOS – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

O Presidente da AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e na forma de deliberação aprovada pela Assembleia Geral de 07 de novembro de 2019;

RESOLVE:

1.0 -	O Orçamento da AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios, para o exercício financeiro de 2020, estima à receita em R\$ 2.370.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil reais) e fixa a despesa, mais o investimento em igual importância.			
2.0 -	A Receita será realizada na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro em anexo, com o seguinte desdobramento:			
2	RECEITAS	R\$	2.370.000,00	
2.1	Contribuições Associados	R\$	2.229.045,00	
2.2	Outras Receitas	R\$	110.250,00	
2.3	Receitas Patrimoniais	R\$	30.705,00	
3.0 -	A Despesa será realizada na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro em anexo, com o seguinte desdobramento:			
3.	CUSTOS E DESPESAS	R\$	2.170.000,00	
3.1	Despesas com Pessoal	R\$	1.660.000,00	
3.2	Despesas Administrativas e Outras	R\$	510.000,00	
4.0 -	O Investimento será realizado na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro em anexo, com o seguinte desdobramento:			
5.0 -	4. IMOBILIZADO R\$ 200.000,00 4.1 Investimento R\$ 200.000,00 A Despesa será realizada dentro dos objetivos do Plano de Trabalho aprovado pela Assembleia.			
6.0 -	A execução da Despesa será realizada, obedecendo toda a orientação vigente e de conformidade com o estatuto da AMERIOS, em caso de previsões insuficientes, poderá ser suplementado por ato do Presidente da AMERIOS.			
7.0 -	Os planos aprovados por outras instituições obedecerão aos procedimentos e normas fixadas por estas.			
8.0 -	Esta resolução vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.			

DANIEL KOTHE
Presidente da AMERIOS
Prefeito de Saudades

Anexo I RESUMO GERAL DA RECEITA

Item	Especificação	Valor R\$
2.	RECEITAS	2.370.000,00
2.1.	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	2.229.045,00
2.1.1.	Bom Jesus do Oeste	95.256,00
2.1.2.	Caibi	95.256,00
2.1.3.	Campo Erê	95.256,00
2.1.4.	Cunha Porã	132.678,00
2.1.5.	Cunhataí	95.256,00
2.1.6.	Flor do Sertão	95.256,00
2.1.7.	Iraceminha	95.256,00
2.1.8.	Maravilha	612.675,00
2.1.9.	Modelo	95.256,00
2.1.10.	Palmitos	150.108,00
2.1.11.	Riqueza	95.256,00
2.1.12.	Romelândia	95.256,00
2.1.13.	Saltinho	95.256,00
2.1.14.	Santa Terezinha do Progresso	95.256,00
2.1.15.	São Miguel da Boa Vista	95.256,00
2.1.16.	Saudades	95.256,00
2.1.17.	Tigrinhos	95.256,00
2.2.	OUTRAS RECEITAS	110.250,00

2.2.1	Receitas Diversas	110.250,00
2.3.	Receitas Patrimoniais	33.705,00
2.3.1	Rendimentos de Aplicação	30.705,00
	TOTAL	2.370.000,00

NATUREZA DA DESPESA

Item	Especificação	Valor R\$
3.	CUSTOS E DESPESAS	2.170.000,00
3.1	Despesas com Pessoal	1.660.000,00
3.1.1	Ordenados e Salários	1.260.000,00
3.1.2	Obrigações Patronais	400.000,00
3.2	Despesas Administrativas e Outras	510.000,00
4.	IMOBILIZADO	200.000,00
4.1	Investimentos	200.000,00
	TOTAL	2.370.000,00

AMMVI**CONTRATO Nº 37/2019 - SISEGUROS**

Publicação Nº 2225087

CONTRATO Nº 37/2019

Contrato que entre si celebram o ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Secretário Executivo, JOSÉ RAFAEL CORREA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SISEGUROS CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.107.233. 0001-40, com endereço à Rua Doutor Blumenau, nº 420, Bairro Do Sol, cidade de Indaial/SC, CEP: 89.130-000 neste ato representado pelo Sr. SIMÃO BALDOINO WERNER, CPF nº 466.372.419-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para Prestação de Serviços, regendo-se a presente relação jurídica pelas cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é contratação de empresa para a prestação de serviços de Seguro do imóvel Sede.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência do presente contrato inicia no dia 18/10/2019 e término dia 18/10/2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE e mediante justificativa, conforme Resolução 12/2016 de 08 de dezembro de 2016.

2.2 - Fica delegado atribuição a empregada da CONTRATANTE, Sra. NAIR TEODORO MACHADO DE MELLO, CPF: 025518749-12, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

CLASULA TERCEIRA – DO IMÓVEL A SER SEGURADO

3.1 – O Imóvel a ser segurado é o Edifício Sede da CONTRATANTE situado na Rua Alberto Stein, 466, Blumenau/SC.

CLÁUSULA QUARTA – DO TIPO DE CONSTRUÇÃO E COBERTURA.

4.1 - Do tipo de Construção e Cobertura do Edifício Sede do CONTRATANTE:

4.2 - Alvenaria 04 (quatro) pavimentos (térreo, 1º, 2º e 3º andares), total de 1.912,37m2 construídos localizado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau/SC.

4.3 – Coberturas contratadas conforme proposta nº 06428523:

Incêndio, Raio, Explosão;

Aluguel – Perda ou pagamento em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça (6 meses);

Danos elétricos;

Equipamentos eletrônicos;

Quebra de vidros, espelhos e mármore;

Recomposição de registros e documentos;

Responsabilidade Civil Operações;

Roubo e Furto de bens mediante arrombamento;

Vendaval, Granizo, Furação, Ciclone, fumaça queda de aeronaves, e Impacto de Veículos;
Danos Elétricos;
Assistência 24 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao imóvel havidas.
- 5.2. Responsabilizar-se por qualquer outro evento que possa ocorrer.
- 5.3. Responsabilizar-se por todos os atos de direção dos seus profissionais.
- 5.4. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação ao Imóvel.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1 - Assumir integralmente e solidariamente com a seguradora a responsabilidade pela execução do serviço objeto do presente Contrato, de acordo com as especificações constantes da sua proposta.
- 6.2 - Manter seu cadastro de endereço (inclusive eletrônico) e telefones devidamente atualizados perante a CONTRATANTE, informando imediatamente qualquer alteração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA APÓLICE DE SEGURO DO IMÓVEL:

- 7.1. As apólices de seguros dos imóveis adotadas pelas proponentes deverão conter; impreterivelmente, as coberturas acima descritas.
- 7.2. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE o manual ou documento equivalente, contendo as informações relativas ao funcionamento do seguro objeto do contrato

CLASULA OITAVA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 - Pela prestação dos serviços estabelecidos neste contrato, o CONTRATANTE pagará o a CONTRATADA o valor de R\$ 1.774,19 (um mil setecentos e setenta e quatro reais e dezanove centavos) relativo ao prêmio anual total.
- 8.2 – Nos preços acima estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, bem como os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas bem como todos os itens e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do objeto.
- 8.3 - Os pagamentos serão efetuados mediante parcelamento em 4 (quatro) vezes sem juros com emissão dos boletos bancários fornecidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS FRANQUIAS DOS SEGUROS DOS IMÓVEIS

- 9.1. As franquias a serem considerada para os seguros dos imóveis serão as mínimas determinadas pelas seguradoras.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- 10.1 - A presente contratação funda-se na Resolução nº 12/2012 e suas alterações.

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA DA RESCISÃO

11.1 - O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que o CONTRATADO tenha direito à indenização de qualquer espécie quando este:

I - Descumprir as obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula sexta deste instrumento;

II - Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução do objeto do presente Instrumento de Contrato, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE.

11.2 - Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização.

11.3 - Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE.

11.4 - Quaisquer que sejam a hipótese de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica o CONTRATADO responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.

11.5 - Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA PENALIDADES:

12.1 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual caso a CONTRATADA preste informações inverídicas em decorrência da prestação de serviços ora contratados, independente de culpa ou dolo, sob pena, ainda, das demais cominações legais.

12.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual pelo descumprimento das demais Cláusulas do mesmo e na reincidência ao dobro, a ser cobrada extra ou judicialmente, conforme o caso.

12.3 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da CONTRATADA, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA DO DEVER DE RESSARCIMENTO:

13.1 - A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, tributária, securitária, penal, entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pelo CONTRATADO, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

13.2 - O CONTRATADO responderá diretamente e/ou solidariamente por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

CLAUSULA DÉCIMA-QUARTA DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas neste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor para um mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Blumenau, SC, em 18 de outubro de 2019

CONTRATANTE JOSÉ RAFAEL CORREA SECRETÁRIO EXECUTIVO - AMMVI	CONTRATADO SIMÃO BALDOINO WERNER SISEGUROS S/S LTDA EPP
NAIR TEODORO MACHADO DE MELLO GESTORA DO CONTRATO	

GRANFPOIS

RESOLUÇÃO Nº 09/2019

Publicação Nº 2225152

RESOLUÇÃO Nº 009/2019

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Autorizar a revisão salarial no percentual de 2,55%, correspondente ao INPC do período de novembro/2018 até outubro/2019.

2 – Conceder, excepcionalmente, no mês de dezembro/2019, acréscimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) no vale alimentação.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 12 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal de Nova Trento
PRESIDENTE

AMEOSC**RESOLUÇÃO 09/2019**

Publicação Nº 2224380

RESOLUÇÃO Nº 009/2019

Dispõe sobre a emissão de certificação de eventos organizados e desenvolvidos pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, SC e Presidente da Ameosc, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo normatizar a certificação de eventos organizados e desenvolvidos pela Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC.

Art. 2º Os certificados serão expedidos em eventos como: cursos, seminários, conferências, simpósios e grupos de estudos e afins, organizados e desenvolvidos pela AMEOSC ou em parceria com outras entidades.

Parágrafo Único. Para expedição de certificação, os eventos previstos no caput deste artigo deverão ter carga horária mínima de 4 horas. Em sendo menor, será emitida declaração de participação.

Art. 3º Os setores da AMEOSC interessados em promover eventos com direito a certificação deverão providenciar projetos contendo os aspectos básicos do curso, os quais serão apreciados pelo Presidente da AMEOSC.

Parágrafo Único. São aspectos básicos do curso: nome do evento, data de início e fim, carga horária, palestrante (s), programação, público-alvo, objetivos, investimento e número de vagas;

Art. 4º – Após a aprovação do projeto para os eventos previstos nesta Resolução, o coordenador do curso deverá encaminhar ao setor responsável pela certificação os dados e informações necessárias para o cadastro do projeto de formação junto ao Sistema de Inscrição de Eventos – SIE.

Parágrafo único: Após a efetivação do cadastro do projeto de formação junto ao Sistema de Inscrição de Eventos – SIE ficará liberado o processo de inscrição do evento.

Art. 5º Para ministrar eventos referidos nesta Resolução será exigida formação mínima em nível de graduação.

Parágrafo Único. Será fornecido ao ministrante do evento certificação de palestrante.

Art. 6º Para expedição de certificação é necessário que seja encaminhado ao setor competente a lista de presença dos participantes do evento.

§ 1º O certificado será expedido ao participante que obtiver frequência igual ou superior a 75%.

§ 2º A certificação será realizada uma única vez, no Sistema de Inscrição de Eventos – SIE, em até cinco dias úteis após a realização do evento, sendo de responsabilidade de cada participante o acesso e a impressão do documento.

§ 3º Para consulta de autenticidade da certificação basta acessar o Sistema de Inscrição de Eventos - SIE e informar o número de certificado do participante e o sistema confirma a veracidade dos dados.

§ 4º Aos participantes que não cumpriram frequência mínima exigida será emitido declaração de participação, no Sistema de Inscrição de Eventos – SIE, em até cinco dias úteis após a realização do evento, sendo de responsabilidade de cada participante o acesso e a impressão do documento.

Art. 7º Os certificados serão registrados em banco de dados do Sistema de Inscrição de Eventos - SIE.

§ 1º Os certificados emitidos pelo Sistema de Inscrição de Eventos - SIE iniciará a partir no nº 01 e seguirá em ordem crescente de acordo com esta Resolução.

Art. 8º Constarão nos certificados emitidos as seguintes informações:

I. Frente do certificado: nome do participante, CPF, título do evento, local, data, carga horária e assinatura do responsável legal;
II. Verso do certificado: base legal; título da formação; conteúdos programáticos carga horária; nome do ministrante; % de frequência, registro e endereço eletrônico para consulta de autenticidade.

Art. 9º Constarão nas declarações emitidas as seguintes informações:

I. O nome do participante, CPF, título do evento, local, data, carga horária cumprida pelo participante e assinatura do responsável legal;

Art. 10. Os certificados e as declarações deverão ser assinados pelo Presidente da AMEOSC e representante de entidade parceira quando for o caso atendidas as normas a que se refere esta Resolução.

Art. 11. A AMEOSC encaminhará anualmente ao órgão competente da Secretaria de Estado de Educação, relatório das atividades, conforme normatização estabelecida pela Portaria nº 008 de 25 de junho de 2002.

Parágrafo Único. O Secretário Executivo da AMEOSC será responsável por encaminhar, até o dia 31 de janeiro de cada ano, à Coordenadoria

Regional da Educação, relatório anual dos eventos realizados, de acordo com as disposições constantes na Portaria nº 008 de 25 de junho de 2002.

Art. 12. Os casos omissos a esta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Executiva juntamente com a coordenação do evento.

Art. 13º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 14º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 18 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN

Presidente da AMEOSC

Consórcios

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE APIÚNA - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 06/11/2019

Publicação Nº 2224909

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Apiúna na data de 06 de Novembro de 2019;

CONVOCA a empresa AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA (CNPJ: 04.967.284/0001-40) para que diligencie até a sede do Município de Apiúna, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 06/11/2019

Publicação Nº 2224910

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Botuverá na data de 06 de Novembro de 2019;

CONVOCA a empresa PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA (CNPJ: 13.797.773/0001-92) para que diligencie até a sede do Município de Botuverá, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 06/11/2019

Publicação Nº 2224912

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Botuverá na data de 06 de Novembro de 2019;

CONVOCA a empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 01.154.345/0001-62) para que diligencie até a sede do Município de Guabiruba, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 11/11/2019

Publicação Nº 2224915

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Rio dos Cedros na data de 11 de Novembro de 2019;

CONVOCA a empresa GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA (CNPJ: 30.561.269/0001-08) para que diligencie até a sede do Município de Rio dos Cedros, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalize o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE TIMBÓ - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 30/10/2019

Publicação Nº 2224905

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Timbó na data de 30 de Outubro de 2019;

CONVOCA as empresas a seguir listadas para que diligenciem até a sede do Município de Timbó, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalizem o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019:

- HALLA ARQUITETURA EIRELI (CNPJ: 25.360.755/0001-28) para execução dos serviços do item 3;
- MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA (CNPJ: 11.021.594/0001-33) para execução dos serviços do item 5.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 011/2019 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - MUNICÍPIO DE TIMBÓ - REQUERIMENTO DE DEMANDA DE SERVIÇOS DE 30/10/2019

Publicação Nº 2224908

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FINALIDADE: CREDENCIAMENTO COMPARTILHADO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli,

Considerando o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento de demanda de serviços oriundo do Município de Timbó na data de 30 de Outubro de 2019;

CONVOCA as empresas a seguir listadas para que diligenciem até a sede do Município de Timbó, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações) e formalizem o respectivo contrato, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação das penalidades cabíveis previstas no Edital de Credenciamento nº 011/2019:

- GTS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA (CNPJ: 30.561.269/0001-08) para execução dos serviços do item 3;
- MARCOS TROJAN ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA (CNPJ: 11.021.594/0001-33) para execução dos serviços do item 5.

Timbó, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do CIMVI

CINCATARINA

AP19CIN0773_PAL0026_38 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI ME

Publicação Nº 2224714

AP19CIN0773

TRIGÉSIMO OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0026/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
FORNECEDOR:	ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME
ATA:	AT19CIM15561
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais odontológicos e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	15/06/2020
LICITAÇÃO:	PAL nº 0026/2019 – Pregão Eletrônico nº 0020/2019 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item da Ata de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
348	Unidade	Revelador de raio X, frasco com 475ml, pronto para uso. (CIM1615)	Caithec	Clean Up

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 31/10/2019 por Isamed Materiais Médico Hospitalares LTDA ME.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 05 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

Órgão Gerenciador

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0062/2019 - TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE E CORRELATOS

Publicação Nº 2224431

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0062/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0076/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Tiras para Teste de Glicose e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina–CINCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 13/11/2019 até às 09:00 horas do dia 27/11/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 27/11/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 27/11/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620.Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 12 de novembro de 2019.

Elói Rönnaú – Diretor Executivo do CINCATARINA

CIS/AMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO 062/2019 - JTI PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.

Publicação Nº 2225230

Contrato administrativo nº 062/2019

Contrato de prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação, que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e JTI Processamento de Dados LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau-SC, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, JTI Processamento de Dados LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.263.593/0001-90, com sede na Rodovia José Carlos Daux, 4150, Bairro Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis-SC, neste ato representada pelo Sr. Guilherme Pfau, doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e acordado o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 03/2019 e anexos, sujeitando-se as partes, ainda, à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, subsidiariamente, à Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na melhor forma de direito, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 Constitui objeto do presente instrumento a contratação de software – Sistema de Business Intelligence, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 03/2019, conforme indicado no quadro a seguir:

SISTEMA DE BUSINESS INTELLIGENCE					
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor total
1			FORNECIMENTO MENSAL DE SISTEMA BUSINESS INTELLIGENCE		

1.1	2	Mês	Licença de uso de Sistema Business Intelligence para no máximo 20 (vinte) usuários simultâneos, incluído suporte técnico corretivo	R\$ 3.672,42	R\$ 7.344,84
2	SERVIÇOS SOB DEMANDA				
2.1	8	Hora	Serviços de treinamento, capacitação e atendimento técnico local eventual	R\$ 280,33	R\$ 3.924,62
2.2	14	Hora	Serviços técnicos especializados de consultoria, customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do contratante	R\$ 232,80	R\$ 1.862,40
TOTAL ESTIMADO				R\$ 13.131,86	

1.2 O treinamento inicial não será cobrado, visto que compreendido como fase do processo de implantação. Eventuais treinamentos complementares poderão ser requisitados mediante o pagamento de hora técnica conforme valor indicado no item 2.1 da tabela acima.

1.3 A quantidade de horas técnicas dos "Serviços sob demanda" é estimada, podendo ser realizadas em número inferior ou superior, conforme a necessidade e desde que autorizadas pelo CISAMVI.

1.4 No valor dos serviços já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico e outros custos relacionados ao serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

2.1 A implantação deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura deste instrumento, e o prazo para execução das etapas de implantação e treinamento inicial é de até 30 (trinta) dias.

2.2 O processo de implantação será considerado finalizado quando todos os requisitos técnicos descritos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 03/2019 estiverem em perfeito funcionamento e disponíveis para uso/operação pelo CISAMVI e quando realizado o treinamento inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 O pagamento do objeto do presente contrato será feito pelo CISAMVI em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário na conta corrente informada na proposta comercial, ou através de boleto bancário.

3.2 O pagamento da primeira mensalidade (licença) será realizado em até 30 (trinta) dias após concluída a implantação, vencendo-se, sucessivamente a cada 30 (trinta) dias, as demais mensalidades (licenças).

3.2.1 Caso o processo de implantação e treinamento ultrapasse 30 (trinta) dias, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento descrito no subitem anterior.

3.3 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas em determinado mês, desde que autorizadas pelo CISAMVI, será realizado na mesma data do pagamento das mensalidades.

3.3.1 Para pagamento das horas técnicas é imprescindível que haja acordo prévio quanto a realização das mesmas e que a CONTRATADA apresente detalhamento dos serviços realizados.

3.4 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas, desde que autorizadas pelo CISAMVI, será efetuado na mesma data estipulada para pagamento da licença.

3.5 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a nota fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme artigo 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.

3.6 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado até que a pendência seja regularizada.

3.7 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.5 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

3.8 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CISAMVI o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

3.9 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.

3.10 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 Os valores contratados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado e comprovado, conforme previsão do artigo 65, alínea d da Lei nº 8.666/93.

4.2 Havendo prorrogação da vigência contratual, mediante aditivo ao presente contrato, os valores pactuados poderão ser reajustados

mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Compete ao CISAMVI:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;
- b) determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na cláusula quarta;
- e) fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- b) responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente contrato;
- c) facilitar a fiscalização do presente contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pelo CISAMVI, sem criar-lhe qualquer tipo de embarço;
- d) manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- e) cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- f) orientar o CISAMVI e seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;
- g) encaminhar o documento fiscal para o endereço eletrônico financeiro@cisamvi.sc.gov.br, acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da nota fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme artigo 29 e incisos da Lei nº 8.666/93;
- h) manter a proposta que originou a presente contratação, conforme apresentada no certame, nas condições estabelecidas e dentro do prazo de validade da proposta;
- i) fornecer o objeto deste contrato, no prazo definido e de acordo com as especificações exigidas;
- j) ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento;
- k) entregar integralmente o objeto no prazo estabelecido, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- l) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- m) prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;
- n) corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISAMVI acerca de falhas ocorridas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISAMVI aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CISAMVI e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CISAMVI por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;

7.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

7.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com Aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

7.4 Será considerado o valor global do contrato para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e, f do item 7.1.

7.5 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

7.6 Se o descumprimento do contrato gerar consequências gravosas ao CISAMVI e/ou seus municípios consorciados, poderá o CISAMVI rescindir a presente avença de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;

d) por infração contratual.

8.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 No caso da alínea a do item 9.1, aplicar-se-á o artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

8.4 Resguardam-se os direitos do CISAMVI, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

8.5 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CISAMVI e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

8.6 No caso da rescisão prevista no item 9.5, a rescisão deverá ser formalizada por escrito e não poderá prejudicar procedimentos em andamento, os quais, se interrompidos, possam gerar prejuízos ao CISAMVI, permanecendo a vigência do contrato, no que couber, até a conclusão dos referidos procedimentos.

8.7 Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CISAMVI.

8.8 Rescindir-se-á o presente contrato, independentemente da aplicação de sanções, no caso de não aprovação do software no Teste de Conformidade referido no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CISAMVI tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 02 - Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí

Unidade: 001 - Manutenção das atividades do CISAMVI

Função: 010 - Administração

Projeto: 2014 - Manutenção das atividades do CISAMVI

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Vínculo: 1000419 - Rec. Ordinário 2019 - CISAMVI - Manutenção

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 42/2019 - Pregão Presencial nº 03/2019 - realizado pelo CISAMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 O prazo de vigência do presente contrato tem início em 01/11/2019 e encerramento em 31/12/2019, podendo ser prorrogado, a critério do CISAMVI, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CISAMVI, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.2 A execução do contrato será fiscalizada por representante da Administração, o Sr. Cleones Hostins.

13.3 Acaso o sistema a ser contratado não contemple, ainda, todas as funcionalidades listadas no Termo de Referência - anexo I ao Edital do Pregão Presencial nº 03/2019, a CONTRATADA compromete-se a efetuar as adequações durante o prazo estipulado para implantação e treinamento.

13.4 Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste contrato.

13.5 O CISAMVI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.6 O presente contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

13.7 A prestação do serviço não poderá ser subcontratada, seja total ou parcialmente.

13.8 Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal.

13.9 Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

13.10 No caso de alteração da estrutura social da CONTRATADA, havendo justificativa e manutenção dos requisitos de habilitação técnica e jurídica e, ainda, não causando prejuízos ao CISAMVI ou infringência às disposições legais, os direitos e deveres oriundos deste contrato poderão ser transferidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 É competente o foro da comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 29 de outubro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Guilherme Pfau

JTI Processamento de Dados LTDA.

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 - INSUMOS PARA AFERIÇÃO DE GLICEMIA

Publicação Nº 2225317

Segunda republicação trimestral da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico 01/2019, publicada na Edição nº 2823 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 13 de maio de 2019, páginas 1583-1586.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

(Vigência de 13/05/2019 até 13/05/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de insumos para aferição de glicemia, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 05.343.029/0001-90					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Lanceta descartável para punção digital, com dispositivo perfurocortante mantido com agulha protegida e esterilizada, acoplado a lancetador descartável, de uso único, que não permite ser remontado ou reutilizado. Agulha em aço inoxidável, com profundidade de penetração máxima de 1,8 mm, que retrai automaticamente após o uso. A empresa vencedora deve apresentar registro comprovando que este material atende a NR 32 (norma regulamentadora)	MEDLEVEN-SOHN	1.071.000 UN	R\$ 0,155	R\$ 166.005,000
TOTAL					R\$ 166.005,000
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 03.505.263/0001-40					
Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 100 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 100 UI com divisões de 2 em 2 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8,0 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SOLIDOR	457.000 UN	R\$ 0,274	R\$ 125.218,000

4	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 6 mm de comprimento por 0,25 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, biseltifacetado, afiada com canhão translucido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SALDANHA RODRIGUES	199.000 UN	R\$ 0,340	R\$ 67.660,000
5	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, biseltifacetado, afiada com canhão translucido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SALDANHA RODRIGUES	299.000 UN	R\$ 0,310	R\$ 92.690,000
TOTAL					R\$ 285.568,000
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 05.531.725/0001-20					
Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso, arterial e neonatal, com tecnologia de glicose desidrogenase, método de leitura através de amperometria ou fotometria, com faixa de medição entre 20mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Deverão ser fornecidos a título de doação: - Aparelhos glicosímetros novos, sem uso, com bateria, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 10.000 aparelhos, bem como assistência técnica e treinamento em todos os municípios que fizerem uso do produto, quando solicitado; - Baterias, conforme especificação do fabricante do aparelho, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - Cabos USB, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 300 cabos, para transferência de dados do aparelho para microcomputador e a instalação de software para leitura dos dados dos aparelhos e emissão de relatórios e estatísticas	ROCHE	5.284.000 UN	R\$ 0,390	R\$ 2.060.760,000
TOTAL					R\$ 2.060.760,000

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 13/05/2020 (13/05/2019 até 13/05/2020).

4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau-SC, 10 de maio de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

CISNORDESTE

EXTRATO DO 2º ADITAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 10/2019

Publicação Nº 2225344

Extrato do 2º Aditamento ao Contrato de Rateio Nº 10/2019	
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE JOINVILLE por meio do Fundo Municipal de Saúde
CNPJ:	08.184.821/0001-37
CONTRATADO:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
OBJETO:	Alteração da redação da CLÁUSULA DOZE do contrato.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com a Lei Municipal nº 6280/2008, regulamentado pelo Decreto nº 35835/2019.
JUSTIFICATIVA:	Alteração do valor do repasse
VALOR:	A partir do mês de novembro será de R\$ 349.886,40 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 3.755.875,33 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos).
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 01 de novembro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.
Joinville/SC, 01 de novembro de 2019. Julio César Ronconi Presidente do CISNORDESTE/SC	

RESOLUÇÃO Nº 28/2019

Publicação Nº 2224732

Resolução nº 28/2019

Dispõe sobre a utilização dos recursos de rendimentos de aplicação financeiras pela Unidade Administrativa do CISNORDESTE.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Júlio César Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC e de acordo com decisão do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, reunidos na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2019, no uso das atribuições previstas no Art. 23, inciso IV do Contrato de Consórcio Público, e, conforme Resolução 27/2018, RESOLVEM:

Art. 1º. - As Receitas de Rendimentos de Aplicações Financeiras do CISNORDESTE relativas ao exercício de 2019 integram, sob forma de valor correspondente em dotações orçamentárias o orçamento da Unidade Administrativa.

Art. 2º. - As Receitas de Rendimentos de Aplicações Financeiras do CISNORDESTE de anos anteriores integram o orçamento da Unidade Administrativa na forma de abertura de crédito adicional suplementar utilizando como fonte de recursos o “superávit financeiro do exercício anterior”.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 22 de outubro de 2019.

Júlio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 30/2019

Publicação Nº 2225523



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
Hotsite:

www.amunesc.org.br/estruturaorganizational/hotsite/index/codHotsite/4052

Resolução nº 30/2019.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação.

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 116.628,80 (cento e dezesseis mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º - A Receita efetivar-se-á decorrente do aumento do valor do repasse pelo município, dentro das categorias econômicas e fonte de recursos, com o seguinte desdobramento:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Próprios dos Municípios Consorciados			
4.1.7.3.8.02.1.10.0	Município de Joinville		R\$ 116.628,80
4.1.7.3.8.02.1.10.1	Município de Joinville - Saúde	0.1.02	R\$ 104.965,92
4.1.7.3.8.02.1.10.2	Município de Joinville - Administração	0.1.02	R\$ 11.662,88
Total			R\$ 116.628,80

Art. 3º - As despesas serão realizadas conforme as classificações funcionais programáticas, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

Órgão 01 – CISNORDESTE

Unidade 01 – CISNORDESTE

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.001 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.1.9.0	102	R\$ 8.164,02
2.001 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.3.9.0	102	R\$ 3.498,86
			R\$ 11.628,88

Função: 10 SAÚDE

SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 002 SERVIÇOS DE SAÚDE

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.011 Manutenção do Município de Joinville	3.3.3.9.0	102	R\$ 104.965,92
			R\$ 104.965,92



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
Hotsite:

www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/4052

Art. 4º - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/11/2019.

Joinville/SC, 04 de novembro de 2019.

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC